

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA



**CAPITALISMO, FORMAÇÃO  
ECONÔMICO-SOCIAL E  
PANDEMIA: a gestão  
bolsonarista da crise sanitária  
da Covid-19 no Brasil**

CAMPINA GRANDE — PB  
2024

KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA

**CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E  
PANDEMIA: a gestão bolsonarista da crise sanitária  
da Covid-19 no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de Pesquisa: Ruralidades e Políticas Públicas, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas  
(PPGCS/UFCG)

**CAMPINA GRANDE — PB  
2024**

N778c

Nogueira, Kleiton Wagner Alves da Silva.

Capitalismo, formação econômico-social e pandemia: a gestão bolsonarista da crise sanitária da COVID-19 no Brasil / Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira – Campina Grande, 2024.

746 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas."

Referências.

1. Pandemia. 2. COVID-19. 3. Governo Bolsonaro. 4. Capitalismo. 5. Crise Sanitária. 6. Sistema Único de Saúde (SUS). I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Título.

CDU 616-036.21(043)


**KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA**

**CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E PANDEMIA: a gestão  
bolsonarista da crise sanitária da Covid-19 no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de Pesquisa: Ruralidades e Políticas Públicas, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovado em: 20 de fevereiro de 2024.

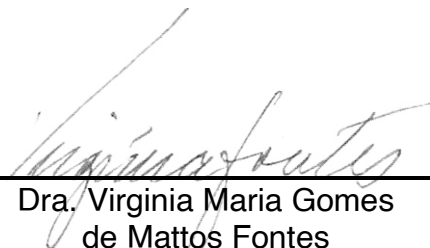
**BANCA EXAMINADORA**


  
\_\_\_\_\_  
Dr. Aquilas Nogueira Mendes  
USP  
**EXAMINADOR EXTERNO**

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Roseli de Fátima Corteletti  
UFCG  
**EXAMINADORA INTERNA**

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Gilberto Grassi Calil  
UNIOESTE  
**EXAMINADOR EXTERNO**

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior  
UFCG  
**EXAMINADOR INTERNO**

  
\_\_\_\_\_  
Dra. Virginia Maria Gomes  
de Mattos Fontes  
UFF  
**EXAMINADORA EXTERNA**

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Gonzalo Adrián Rojas  
UFCG  
**ORIENTADOR**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB,  
CEP 58429-900

### **REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS**

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS  
SOCIAIS, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024

**(Nº 137)**

**CANDIDATO: Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira.** COMISSÃO EXAMI-  
NADORA: Gonzalo Adrián Rojas, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão  
e Orientador; Roseli de Fátima Corteletti, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora  
Interna; Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador  
Interno; Áquilas Mendes Nogueira, Doutor, USP, Examinador Externo; Gilberto  
Grassi Calil, Doutor, PPGH/UNIOESTE, Examinador Externo; Virgínia Maria Go-  
mes de Mattos Fontes, Doutora, PPGH/UFF, Examinadora Externa. TÍTULO DA  
TESE: ***"CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL E PANDEMIA: a  
gestão bolsonarista da crise sanitária da covid-19 no Brasil"***. ÁREA DE CON-  
CENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 13h00 – LOCAL: em formato remoto  
pelo Youtube. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos,  
o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora,  
tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no  
tema de sua tese, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara  
o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber  
o Grau de Doutor em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Cam-  
pina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que  
o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assina-  
da por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão  
Examinadora. Campina Grande, 20 de fevereiro de 2024.

**Recomendações:**

RINALDO RODRIGUES DA SILVA  
**Secretário**

GONZALO ADRIÁN ROJAS, Doutor, PPGCS/UFCG  
**Presidente da Comissão e Orientador**

ROSELI DE FÁTIMA CORTELETTI, Doutora, PPGCS/UFCG  
**Examinadora Interna**

RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR, Doutor, PPGCS/UFCG  
**Examinador Interno**

ÁQUILAS NOGUEIRA MENDES, Doutor, USP  
**Examinador Externo**

GILBERTO GRASSI CALIL, Doutor, PPGH/UNIOESTE  
**Examinador Externo**

VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES, Doutora, PPGH/UFF  
**Examinadora Externa**

KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA  
**Candidato**

## 2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado do candidato **KLEITON WAGNER ALVES DA SILVA NOGUEIRA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira, Aluno**, em 20/02/2024, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 21/02/2024, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GONZALO ADRIAN ROJAS, PROFESSOR**, em 21/02/2024, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO LAURENTINO DE SALES JUNIOR, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/02/2024, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ROSELI DE FATIMA CORTELETTI, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/02/2024, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4200571** e o código CRC **3F03C79E**.

Referência: Processo nº 23096.007472/2024-52

SEI nº 4200571

Dedico esta tese aos subalternos, explorados, despossuídos e às classes trabalhadoras, especialmente do setor da saúde, que em meio à Pandemia da Covid-19 estiveram na linha de frente salvando vidas.

Assim como aos que lutam pela superação da sociabilidade capitalista, que buscam acabar com a exploração e opressão de classe, e que atuam no sentido de construir uma sociedade no qual toda a potencialidade humana seja posta em prática para a construção de uma vida plena de sentido.

## **AGRADECIMENTOS**

Para além da aparência capitalista, que reduz os processos à individualidade e atomização, dando uma falsa ideia de meritocracia, a construção de uma tese apresenta a contribuição de distintas pessoas. Desse modo, a sessão de agradecimentos sempre é complexa, pois arriscamos esquecermos de algum colega que foi importante em nossa trajetória, mas que tomamos a liberdade de no exercício reflexivo do itinerário de construção da pesquisa, agradecer a determinadas pessoas que estiverem de forma mais intensa contribuindo na construção do trabalho.

Neste sentido, agradeço primeiramente à minha mãe, Maria do Socorro, a quem chamo carinhosamente de Côca, por considerar a educação como um pilar básico em minha formação, não tenho dúvidas que esta tese só foi concluída pelos sacrifícios que ela realizou para minha manutenção material e consequente dedicação à esfera educacional e intelectual.

À minha tia, Irene, que semelhantemente à minha mãe, nunca mediu esforços para me auxiliar na minha formação, sempre disposta a me ajudar em distintos momentos da minha vida.

À Marileide Mota, pela mulher forte que é, cuja história de vida tanto admiro e tenho respeito. Sou grato pelo seu entendimento e compreensão em relação aos meus momentos de concentração e solidão da escrita da Tese, além do estímulo em me fazer enxergar que apesar da minha neurótica autocobrança, sempre me dediquei integralmente e com responsabilidade à formação acadêmica.

Ao meu Orientador Gonzalo Rojas, que no decorrer da construção desta tese se tornou mais do que um orientador, um amigo e formador político, com quem aprendi mais sobre lutas de classes e organização política.

À Martha Priscila, por contribuir com a minha formação intelectual no curso de Geografia da UFCG, no desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica; ao professor Geraldo Medeiros Júnior pela orientação no curso de Administração da

UEPB, no qual pude aprofundar meus conhecimentos sobre gestão e economia política da saúde.

Ao amigo Darcon Sousa, pela confiança, afeto e pelas tardes regadas a café e boa conversa, que sempre me auxiliaram a desopilar um pouco do intenso processo de abstração e escrita da Tese. E também à Nifrance, pela acolhida e conversas em momentos de tensão e ansiedade.

À Rejane Carolina Hoeveler pelo carinho e ajuda nos momentos em precisei me deslocar a Maceió, e também pela sua humildade em me ensinar e dialogar comigo sobre questões teóricas, políticas e acadêmicas, mesmo sendo uma profissional acima da média.

À Denise Cristina Ferreira pelos diálogos sobre o universo e gramáticas acadêmicas, a qual sua experiência é valiosa para a minha formação profissional.

À Thaísa Simplício, pelos diálogos sobre saúde pública, vida acadêmica e momentos de descontração, importantes para quem está imerso na produção de uma tese.

Aos camaradas Cris; Biro; Iuri; Girão e Renato (Pedrinho) pelos momentos em que estive no Recife e que me ajudaram a sair um pouco do peso da produção da Tese. Bem como a Dennis Ferreira e Dona Zezinha, que nas minhas visitas de bicicleta ao Ligeiro, no município de Queimadas, PB, tornaram dias pesados de estudo em momentos de leveza e alegria.

Às professoras Virginia Fontes; Roseli Corteletti e Laudicéia Santana, bem como aos professores Áquilas Mendes; Gilberto Calil e Ronaldo Sales pela composição da banca examinadora, cujos apontamentos e observações sobre esta Tese são profícuos para minha formação acadêmica continuada.

À professora Rita de Cássia Barradas Barata, pelo envio de seu livro *Meningite: Uma Doença Sob Censura? Esgotado no mercado editorial no momento de escrita e pesquisa da Tese*.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRAXIS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) pelo ambiente de debate e aprendizado, em especial à Janaina Freire pelas conversas sobre a academia e militância política; Nivalter Aires, pelas reflexões e parcerias intelectuais; Ananias Oliveira; Ariane Silva; Clara Roberta; Lucas Vianna; Francis Oliveira e Paula Morais pelos encontros e diálogos no Práxis.

Ao Grupo de Pesquisa Saúde, Estado e Capitalismo Contemporâneo (SECC), da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), em especial à Daniele Correia, pelas conversas sobre os dilemas da vida acadêmica, a prática profissional docente, e à parceria intelectual em artigos e trabalhos acadêmicos, e ao professor Leonardo Carnut pelos debates e observações de caráter teórico e metodológico realizadas com atenção no Grupo.

À Bianca de Angelis pelas conversas sobre angustias, medos e ansiedades da existência humana.

Ao professor de Economia Rodrigo Delpupo Monfardini da UFF pela oportunidade em me permitir participar do seu projeto de extensão sobre *Crítica Literária e Crítica da Economia Política*, cujos encontros me ajudaram, mediante a literatura, a desopilar em momentos de tensão e ansiedade.

Aos discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, com os quais tive o prazer de estabelecer relações de respeito, em especial a alguns colegas que fizeram parte da minha trajetória como Crísthene Fabiane, pela atenção e momentos de descontração diante do peso da atividade acadêmica; Déborah Maria pelo estímulo dado para que eu fizesse parte do Programa; Milenna Jordana pelos diálogos sobre a vida acadêmica e dilemas cotidianos; João Rafael pelas trocas de informações institucionais, e aos demais

colegas de turma que devido aos limites da pandemia, só podemos ter contato mediante aulas virtuais.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande com os quais tive o prazer de cursar as disciplinas, fato que fomentou minha formação epistemológica nas Ciências Sociais.

A Rinaldo Rodrigues e Claudiana pela cordialidade no atendimento das demandas burocráticas na secretaria do PPGCS/UFCG, sem a atenção de vocês a caminhada acadêmica seria mais íngreme devido às especificidades do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFCG.

Às funcionárias da biblioteca setorial de Ciências Sociais, pela atenção e confiança em emprestar os livros necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim e não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) cujo financiamento da pesquisa me ajudou a concretizar as demandas do Doutorado, sem o qual a conclusão desta tese não teria sido possível.



*“A monocultura de capital intensivo — tanto a pecuária quanto à agricultura — impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo”*  
Robb Wallace (2020a, p.527).

*“Os choques ambientais induzidos pelo homem - o turismo além-mar, a destruição de massas de água, um ‘Revolução na Criação de Animais’ corporativa e uma urbanização de terceiro mundo com o crescimento de megafavelas - são responsáveis pela transformação da extraordinária mutabilidade darwiniana da gripe em uma das forças biológicas mais perigosas de nosso planeta sitiado”*  
Mike Davis (2006, p.15).

*“[...] o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio do processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção”*  
Asa Cristina Laurell (1982, p.16).

*“O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação”*  
Karl Marx (2015, p.54).

*“O pensamento dialético está para o pensamento vulgar assim como um filme está para uma fotografia imóvel. O filme não rejeita a fotografia imóvel, mas combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento. A dialética não exclui o silogismo, mas nos ensina a combiná-lo de modo a aproximá-lo da compreensão de uma realidade eternamente mutável”*  
Leon Trótski (2017).

*“Para o sociólogo, não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”*  
Florestan Fernandes (1995, p.29).

## RESUMO

Defendemos nesta pesquisa a tese de que a debilidade e negligência do Governo Bolsonaro frente à crise sanitária da Covid-19 é resultado de uma estratégia planejada a partir da junção de sabotagens às medidas profiláticas de contenção da disseminação viral, e utilização do negacionismo científico como prática governamental com a finalidade de atender aos interesses capitalistas na manutenção da produção e circulação de mercadorias, e consequente exploração e opressão das classes trabalhadoras. Como hipótese de trabalho argumentamos que essa lógica de ação do governo Bolsonaro está inserida no marco da crise do regime democrático-liberal brasileiro, firmado entre as classes dominantes a partir da Constituição Federal de 1988 numa transição lenta, gradual e negociada após os mais de vinte anos de ditadura empresarial-militar. Esse processo engendrou a manutenção sempre difícil de uma pretensa democracia liberal num país de formação econômico-social dependente, que diante dos períodos de crise orgânica, exige medidas e ações autocráticas das classes dominantes via o Estado brasileiro para a manutenção da sociabilidade capitalista, sendo o governo Bolsonaro e a sua gestão da crise sanitária da Covid-19 frutos dessa mediação diante dos interesses das frações de classe da burguesia brasileira e o Estado. Com isso, objetivamos em nossa tese analisar a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro no período de 2019 a 2022 no tocante ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. Para isso, nos aportamos metodologicamente na dialética marxiana mediante aproximações sucessivas ao objeto de investigação, do qual construímos um *corpus* através do levantamento bibliográfico em teses; dissertações, livros e artigos acadêmicos; seleção de lives realizadas pelo Ex-presidente Bolsonaro e integrantes do seu governo; matérias jornalísticas; dados epidemiológicos e documentos sobre a gestão que nos permitiram compreender a conjuntura brasileira entre os anos de 2019 a 2022. Com a construção desse *corpus*, realizamos uma triangulação de técnicas de análise que compreendeu: a) diálogo crítico com a literatura; b) análise documental; e c) análise de conteúdo. Os resultados de nossa investigação se subdividem em três partes conectadas organicamente: na primeira parte apresentamos os elementos teórico-metodológicos de nossa investigação chamando atenção para a reflexão em torno do modo de produção capitalista e a potencialização de doenças de âmbito pandêmico; na segunda empreendemos um itinerário reflexivo sobre a relação entre modo de produção capitalista; saúde e formação econômico-social brasileira; na terceira traçamos elementos para a caracterização do governo Bolsonaro e desvelamos mediante a análise empreendida aspectos principais da gestão da crise sanitária realizada pelo governo: sabotagem dos mecanismos de gestão do SUS; uso do negacionismo científico como prática governamental; atendimento aos interesses das frações da burguesia brasileira em detrimento dos trabalhadores; atraso na aquisição de imunizantes e ausência de testes massivos; atuação da gestão federal no colapso do sistema de saúde manauense, e criação de conflitos interinstitucionais com o judiciário; governadores e prefeitos não alinhados ao bolsonarismo.

**Palavras-chave:** Pandemia. Covid-19. Governo Bolsonaro. Capitalismo. Crise Sanitária. Sistema Único de Saúde.

## RESUMEN

En esta investigación, defendemos la tesis de que la debilidad y negligencia del gobierno Bolsonaro frente a la crisis sanitaria del Covid-19 es el resultado de una estrategia planificada basada en la combinación del sabotaje a las medidas profilácticas para contener la propagación del virus, y el uso del negacionismo científico como práctica gubernamental para servir a los intereses capitalistas en el mantenimiento de la producción y circulación de mercancías, y la consecuente explotación y opresión de las clases trabajadoras. Como hipótesis de trabajo, argumentamos que la lógica de acción del gobierno Bolsonaro es parte de la crisis del régimen liberal-democrático brasileño, que se estableció entre las clases dominantes después de la Constitución Federal de 1988 en una transición lenta, gradual y negociada después de más de veinte años de dictadura corporativo-militar. Este proceso engendró el siempre difícil mantenimiento de una supuesta democracia liberal en un país con una formación económico-social dependiente, que, ante períodos de crisis orgánica, requiere medidas y acciones autocráticas de las clases dominantes a través del Estado brasileño para mantener la sociabilidad capitalista. El gobierno Bolsonaro y su gestión de la crisis sanitaria de Covid-19 son fruto de esta mediación entre los intereses de las fracciones de clase de la burguesía brasileña y el Estado. Teniendo esto en cuenta, nuestra tesis pretende analizar la gestión de la crisis sanitaria llevada a cabo por el gobierno Bolsonaro entre 2019 y 2022 en relación al enfrentamiento de la pandemia del Covid-19 en Brasil. Para ello, utilizamos como método la dialéctica marxiana, a través de aproximaciones sucesivas al objeto de investigación, a partir de la cual construimos un corpus a través de un relevamiento bibliográfico de tesis; disertaciones, libros y artículos académicos; una selección de transmisiones en vivo realizadas por el ex presidente Bolsonaro y miembros de su gobierno; artículos periodísticos; datos epidemiológicos y documentos sobre la gestión que nos permitieron comprender la situación brasileña entre 2019 y 2022. Con la construcción de este corpus, realizamos una triangulación de técnicas de análisis que comprendieron: a) diálogo crítico con la literatura; b) análisis documental; y c) análisis de contenido. Los resultados de nuestra investigación se subdividen en tres partes orgánicamente conectadas: en la primera parte, presentamos los elementos teórico-metodológicos de nuestra investigación, llamando la atención sobre la reflexión acerca del modo de producción capitalista y la potencialización de las enfermedades pandémicas; en la segunda parte, emprendemos un itinerario reflexivo sobre la relación entre el modo de producción capitalista, la salud y la formación económico-social brasileña; en la tercera parte, esbozamos elementos de caracterización del gobierno Bolsonaro y desvelamos, a través del análisis realizado, los principales aspectos de la gestión gubernamental de la crisis sanitaria: sabotaje de los mecanismos de gestión del SUS; uso del negacionismo científico como práctica de gobierno; atención a los intereses de fracciones de la burguesía brasileña en detrimento de los trabajadores; atraso en la adquisición de inmunizadores y falta de pruebas masivas; papel de la gestión federal en el colapso del sistema de salud de Manaus y creación de conflictos interinstitucionales con el poder judicial; gobernadores y alcaldes no alineados con el bolsonarismo.

**Palabras clave:** Pandemia. Covid-19. Gobierno Bolsonaro. Capitalismo. Crisis Sanitaria. Sistema Único de Salud.

## ABSTRACT

In this research, we defend the thesis that the Bolsonaro government's weakness and negligence in the face of the Covid-19 health crisis is the result of a planned strategy based on the combination of sabotage to prophylactic measures to contain the spread of the virus, and the use of scientific denialism as a government practice in order to serve capitalist interests in maintaining the production and circulation of commodities, and the consequent exploitation and oppression of the working classes. As a working hypothesis, we argue that the Bolsonaro government's logic of action is part of the crisis of the Brazilian liberal-democratic regime, which was established by the ruling classes after the 1988 Federal Constitution in a slow, gradual and negotiated transition after more than twenty years of corporate-military dictatorship. This process engendered the always difficult maintenance of a so-called liberal democracy in a country with a dependent economic-social formation, which, in the face of periods of organic crisis, requires autocratic measures and actions by the dominant classes via the Brazilian state to maintain capitalist sociability. The Bolsonaro government and its management of the Covid-19 health crisis are the fruit of this mediation between the interests of the class fractions of the Brazilian bourgeoisie and the state. With this in mind, our thesis aims to analyze the management of the health crisis carried out by the Bolsonaro government between 2019 and 2022 in relation to tackling the Covid-19 pandemic in Brazil. In order to do this, we used the Marxian dialectic as a method, through successive approaches to the object of investigation, from which we built a corpus through a bibliographic survey of theses; dissertations, books and academic articles; a selection of livestreams made by former President Bolsonaro and members of his government; journalistic articles; epidemiological data and documents on the management that allowed us to understand the Brazilian situation between 2019 and 2022. With the construction of this corpus, we carried out a triangulation of analysis techniques that comprised: a) critical dialog with the literature; b) documentary analysis; and c) content analysis. The results of our investigation are subdivided into three organically connected parts: in the first part, we present the theoretical-methodological elements of our investigation, drawing attention to the reflection on the capitalist mode of production and the potentialization of pandemic diseases; in the second, we undertake a reflective itinerary on the relationship between the capitalist mode of production, health and Brazilian economic-social formation; in the third, we outline elements for characterizing the Bolsonaro government and unveil, through the analysis undertaken, the main aspects of the government's management of the health crisis: sabotage of SUS management mechanisms; use of scientific denialism as a government practice; catering to the interests of fractions of the Brazilian bourgeoisie to the detriment of workers; delay in the acquisition of immunizers and lack of mass testing; federal management's role in the collapse of the Manaus health system, and creation of inter-institutional conflicts with the judiciary; governors and mayors not aligned with Bolsonarism.

**Keywords:** Pandemic. Covid-19. Bolsonaro government. Capitalism. Health Crisis. Unified Health System.

## RÉSUMÉ

Dans cette recherche, nous défendons la thèse selon laquelle la faiblesse et la négligence du gouvernement Bolsonaro face à la crise sanitaire du Covid-19 est le résultat d'une stratégie planifiée basée sur la combinaison du sabotage des mesures prophylactiques visant à contenir la propagation du virus, et l'utilisation du négationnisme scientifique comme pratique gouvernementale afin de servir les intérêts capitalistes dans le maintien de la production et de la circulation des marchandises, et l'exploitation et l'oppression des classes laborieuses qui en découlent. Comme hypothèse de travail, nous soutenons que la logique d'action du gouvernement Bolsonaro fait partie de la crise du régime libéral-démocratique brésilien, qui a été établi entre les classes dirigeantes à la suite de la Constitution fédérale de 1988 dans une transition lente, graduelle et négociée après plus de vingt ans de dictature corporatiste-militaire. Ce processus a engendré le maintien toujours difficile d'une soi-disant démocratie libérale dans un pays avec une formation économico-sociale dépendante, qui, face aux périodes de crise organique, nécessite des mesures et des actions autocratiques de la part des classes dominantes via l'État brésilien pour maintenir la sociabilité capitaliste. Le gouvernement Bolsonaro et sa gestion de la crise sanitaire de la Covid-19 sont le fruit de cette médiation entre les intérêts des fractions de classe de la bourgeoisie brésilienne et de l'État. Dans cette perspective, notre thèse vise à analyser la gestion de la crise sanitaire menée par le gouvernement Bolsonaro entre 2019 et 2022 en lien avec la lutte contre la pandémie de Covid-19 au Brésil. Pour ce faire, nous avons utilisé la dialectique marxienne comme méthode, à travers des approches successives de l'objet d'investigation, à partir desquelles nous avons construit un corpus à travers une enquête bibliographique de thèses ; mémoires, livres et articles académiques ; une sélection d'émissions en direct réalisées par l'ancien président Bolsonaro et des membres de son gouvernement ; des articles journalistiques ; des données épidémiologiques et des documents sur la gestion qui nous ont permis de comprendre la situation brésilienne entre 2019 et 2022. Avec la construction de ce corpus, nous avons effectué une triangulation des techniques d'analyse qui comprenait : a) le dialogue critique avec la littérature ; b) l'analyse documentaire ; et c) l'analyse de contenu. Les résultats de notre enquête sont subdivisés en trois parties organiquement liées : dans la première partie, nous présentons les éléments théorico-méthodologiques de notre enquête, en attirant l'attention sur la réflexion sur le mode de production capitaliste et la potentialisation des maladies pandémiques ; dans la deuxième partie, nous entreprenons un itinéraire réflexif sur la relation entre le mode de production capitaliste, la santé et la formation économico-sociale brésilienne ; dans la troisième partie, nous esquissons des éléments de caractérisation du gouvernement Bolsonaro et dévoilons, à travers l'analyse entreprise, les principaux aspects de la gestion de la crise sanitaire par le gouvernement : sabotage des mécanismes de gestion du SUS ; utilisation du négationnisme scientifique comme pratique gouvernementale ; satisfaction des intérêts de fractions de la bourgeoisie brésilienne au détriment des travailleurs ; retard dans l'acquisition de vaccins et absence de tests de masse ; rôle de la direction fédérale dans l'effondrement du système de santé de Manaus et création de conflits interinstitutionnels avec le pouvoir judiciaire ; gouverneurs et maires non alignés sur le bolsonarisme.

**Mots-clés** : Pandémie. Covid-19. Gouvernement Bolsonaro. Capitalisme. Crise sanitaire. Système de santé unifié.

## ABSTRACT

In dieser Untersuchung vertreten wir die These, dass die Schwäche und Nachlässigkeit der Regierung Bolsonaro angesichts der Covid-19-Gesundheitskrise das Ergebnis einer geplanten Strategie ist, die auf einer Kombination aus Sabotage von prophylaktischen Maßnahmen zur Eindämmung der Ausbreitung des Virus und der Anwendung von wissenschaftlichem Leugnen als Regierungspraxis beruht, um den kapitalistischen Interessen an der Aufrechterhaltung der Produktion und Zirkulation von Waren und der daraus folgenden Ausbeutung und Unterdrückung der arbeitenden Klassen zu dienen. Als Arbeitshypothese argumentieren wir, dass die Handlungslogik der Regierung Bolsonaro Teil der Krise des brasilianischen liberal-demokratischen Regimes ist, das nach der Bundesverfassung von 1988 in einem langsamen, schrittweisen und ausgehandelten Übergang zwischen den herrschenden Klassen nach mehr als zwanzig Jahren korporativ-militärischer Diktatur errichtet wurde. Dieser Prozess brachte die stets schwierige Aufrechterhaltung einer so genannten liberalen Demokratie in einem Land mit einer abhängigen wirtschaftlich-sozialen Formation mit sich, die in Zeiten einer organischen Krise autokratische Maßnahmen und Aktionen der herrschenden Klassen über den brasilianischen Staat erfordert, um die kapitalistische Vergesellschaftung aufrechtzuerhalten. Die Regierung Bolsonaro und ihr Management der Gesundheitskrise von Covid-19 sind das Ergebnis dieser Vermittlung zwischen den Interessen der Klassenfraktionen der brasilianischen Bourgeoisie und des Staates. Vor diesem Hintergrund zielt unsere Arbeit darauf ab, das von der Regierung Bolsonaro zwischen 2019 und 2022 durchgeführte Management der Gesundheitskrise im Zusammenhang mit der Bekämpfung der Covid-19-Pandemie in Brasilien zu analysieren. Um dies zu tun, haben wir die Marxsche Dialektik als Methode verwendet, durch sukzessive Annäherung an den Untersuchungsgegenstand, aus dem wir einen Korpus durch eine bibliografische Übersicht von Dissertationen, Büchern und akademischen Artikeln, eine Auswahl von Live-Übertragungen des ehemaligen Präsidenten Bolsonaro und Mitgliedern seiner Regierung, journalistische Artikel, epidemiologische Daten und Dokumente über das Management, die uns erlauben, die brasilianische Situation zwischen 2019 und 2022 zu verstehen. Bei der Erstellung dieses Korpus haben wir eine Triangulation von Analysetechniken durchgeführt, die a) einen kritischen Dialog mit der Literatur, b) eine Dokumentenanalyse und c) eine Inhaltsanalyse umfasste. Die Ergebnisse unserer Untersuchung sind in drei organisch miteinander verbundene Teile gegliedert: Im ersten Teil stellen wir die theoretisch-methodischen Elemente unserer Untersuchung vor, wobei wir die Aufmerksamkeit auf die Überlegungen zur kapitalistischen Produktionsweise und zur Potenzialisierung pandemischer Krankheiten lenken; im zweiten Teil unternehmen wir eine Reflexionsreise über die Beziehung zwischen der kapitalistischen Produktionsweise, der Gesundheit und der brasilianischen wirtschaftlich-sozialen Formation; im dritten Teil skizzieren wir Elemente zur Charakterisierung der Regierung Bolsonaro und enthüllen anhand der durchgeführten Analyse die wichtigsten Aspekte des Regierungsmanagements der Gesundheitskrise: Sabotage der SUS-Verwaltungsmechanismen; Einsatz von Wissenschaftsleugnung als Regierungspraxis; Berücksichtigung der Interessen von Teilen der brasilianischen Bourgeoisie zum Nachteil der Arbeitnehmer; Verzögerung bei der Beschaffung von Impfstoffen und fehlende Massentests; Rolle der Bundesverwaltung beim Zusammenbruch des Gesundheitssystems in Manaus und

Schaffung interinstitutioneller Konflikte mit der Justiz; Gouverneure und Bürgermeister, die nicht mit dem Bolsonarismus übereinstimmen.

**Stichworte:** Pandemie. Covid-19. Regierung Bolsonaro. Kapitalismus. Gesundheitskrise. Einheitliches Gesundheitssystem.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - etapas da produção da AC.....	74
<b>Figura 2</b> - Procedimentos de análise utilizados na tese .....	75
<b>Figura 3</b> - Relação entre Modo de produção e Formação Econômico-social .....	85
<b>Figura 4</b> - Espaços do modo de vida .....	111
<b>Figura 5</b> - Participação das microrregiões no rebanho bovino total em 2017.....	143
<b>Figura 6</b> - Área total e área média dos estabelecimentos agropecuários.....	144
<b>Figura 7</b> - Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 — macrorregiões.....	154
<b>Figura 8</b> - paciente com Varíola.....	222
<b>Figura 9</b> - Jornal Gazeta de Notícias .....	237
<b>Figura 10</b> - Mapas com distribuição dos casos de SRAG confirmados para influenza A/H1N1 2009 por município de residência. Brasil, SE 16/2009 a SE 52/2010.....	257
<b>Figura 11</b> - Parcela da população totalmente vacinada.....	273
<b>Figura 12</b> - Mapa produzido por Snow para identificar casos de Cólera .....	279
<b>Figura 13</b> – Localização de Wuhan (China).....	284
<b>Figura 14</b> - Localização do mercado de Huanan .....	287
<b>Figura 15</b> - Esquema de possíveis caminhos de transmissão inicial do Sars-CoV-2 .....	289
<b>Figura 16</b> – Expansão da rede de transporte chinesa.....	294
<b>Figura 17</b> - A construção do transporte e a evolução do padrão de desenvolvimento urbano da China.....	295
<b>Figura 18</b> - Distribuição global do risco relativo de um evento de DEI .....	298
<b>Figura 19</b> - Rotas Aéreas Globais em 2014.....	306
<b>Figura 20</b> - Distribuição dos casos da Covid-19 na China.....	307
<b>Figura 21</b> - Distribuição geográfica dos casos exportados da Covid-19.....	309
<b>Figura 22</b> - Evolução dos novos casos confirmados diários da Covid-19 por milhão de pessoas no mundo .....	315
<b>Figura 23</b> - Propagação do SARS-CoV-2 no Brasil <sup>322</sup>	
<b>Figura 24</b> - Total de casos confirmados com o novo coronavírus .....	323
<b>Figura 25</b> - Total de casos confirmados com o novo coronavírus .....	324
<b>Figura 26</b> - Taxa de casos da Covid-19 até 10 de outubro de 2020.....	326



<b>Figura 27</b> - 150 mil óbitos causados pela Covid-19 até 10 de outubro de 2020..	327
<b>Figura 28</b> - Óbitos causados pela Covid-19 no Brasil até 01 de novembro de 2020 .....	328
<b>Figura 29</b> - Taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos (%) entre 17 de julho de 2020 a 15 de março de 2021 .....	340
<b>Figura 30</b> - Taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos (%) entre 1 de março de 2021 a 10 de janeiro de 2022.....	342
<b>Figura 31</b> - Espacialização dos votos no segundo turno — eleições de 2018.....	378
<b>Figura 32</b> - Ironia de Weintraub sobre a China.....	396
<b>Figura 33</b> - Twitter do deputado Eduardo Bolsonaro sobre a China.....	400
<b>Figura 34</b> - Classes, frações de classes e grupos que sustentaram o governo...	429
<b>Figura 35</b> - Manifestantes bolsonaristas realizando gesto nazista .....	490
<b>Figura 36</b> - Interdições em rodoviárias federais do Brasil (01/11/2022). .....	491
<b>Figura 37</b> - Bolsonaristas invadem o Congresso Nacional, em Brasília .....	493
<b>Figura 38</b> - Comentários de Bolsonaro sobre os ataques em Brasília.....	496
<b>Figura 39</b> - Postagem do Ex-deputado Marcelo Aro desmentindo Bolsonaro .....	509
<b>Figura 40</b> - Pazuello com Covid próximo a Bolsonaro, sem nenhum EPI .....	526
<b>Figura 41</b> - Postagem de Bolsonaro sobre a Coronavac.....	527
<b>Figura 42</b> - Eduardo Bolsonaro divulgando conteúdo da médica Nise Yamaguchi .....	554
<b>Figura 43</b> - comerciários obrigados a se ajoelhar em protesto contra medidas restritivas em Campina Grande, PB. ....	561
<b>Figura 44</b> - Twitter de Bolsonaro sobre a Coronavac .....	599
<b>Figura 45</b> - Covas abertas no Cemitério Parque de Manaus.....	607

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução dos usuários de planos privados de saúde no Brasil .....	97
<b>Gráfico 2</b> - Comparativo entre despesas com a dívida e com ações e serviços públicos de Saúde (% do PIB) .....	99
<b>Gráfico 3</b> - População mundial e números acumulados de desmatamento entre 1800 e 2010.....	127
<b>Gráfico 4</b> - Número e prevalência de pessoas desnutridas .....	133
<b>Gráfico 5</b> - Distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais, segundo os grupos de área - Brasil - 2017 .....	137
<b>Gráfico 6</b> - Produção de grãos selecionados no Brasil.....	139
<b>Gráfico 7</b> - Desmatamento no Cerrado brasileiro .....	148
<b>Gráfico 8</b> - Desmatamento na Amazônia .....	149
<b>Gráfico 9</b> - Focos ativos de fogo na Amazônia.....	150
<b>Gráfico 10</b> - Crescimento do PIB (% anual).....	164
<b>Gráfico 11</b> - Crescimento do PIB (% anual) — China e Estados Unidos.....	165
<b>Gráfico 12</b> - Taxa de lucro dos países do G20 (%) .....	167
<b>Gráfico 13</b> - Taxa de Lucro no Brasil (1953–2017).....	168
<b>Gráfico 14</b> - Morbidade mensal por meningite meningocócica no município de São Paulo, no período de 1971 a 1974. ....	250
<b>Gráfico 15</b> - Principais linhas de ação do governo Federal em 2009 frente à H1N1 .....	254
<b>Gráfico 16</b> - Crescimento da população urbana.....	282
<b>Gráfico 17</b> - Crescimento populacional dos países mais populosos .....	285
<b>Gráfico 18</b> - Número de cidades por grupos populacionais.....	291
<b>Gráfico 19</b> - Evolução do tráfego aéreo mundial de passageiros, 1980–2020305	
<b>Gráfico 20</b> - Casos e taxa de reprodução da Covid-19na China .....	310
<b>Gráfico 21</b> - Novos casos confirmados diários da Covid-19 — Mundo .....	312
<b>Gráfico 22</b> - Novos óbitos confirmados diários da Covid-19 — Mundo .....	313
<b>Gráfico 23</b> - índice de reprodução do SARS-Cov 2 no mundo .....	318
<b>Gráfico 24</b> - Epidemiologia e disseminação da epidemia no Brasil.....	321
<b>Gráfico 25</b> - Percentual de casos da Covid-19 em 2020 por Estado.....	330

<b>Gráfico 26</b> - Testes por mil habitantes realizados em 2020 .....	332
<b>Gráfico 27</b> - casos e incidência acumulada até 1 de janeiro de 2022 por Estados .....	333
<b>Gráfico 28</b> - percentual acumulado de casos da Covid-19 até 1 de janeiro de 2021 nas capitais.....	334
<b>Gráfico 29</b> - Número de óbitos diários e proporção da população total vacinada com esquema completo em 2021 .....	343
<b>Gráfico 30</b> - percentual dos óbitos por Covid-19 (raça).....	345
<b>Gráfico 31</b> - Óbitos por faixa etária no Brasil.....	346
<b>Gráfico 32</b> - Variação percentual do PIB (2000 a 2020).....	360
<b>Gráfico 33</b> – Votos por partido na Câmara dos Deputados.....	369
<b>Gráfico 34</b> - Taxa de lucro —500 maiores empresas de capital aberto (2010 a 2020).....	371
<b>Gráfico 35</b> - Resultado das eleições de 2018 — Primeiro Turno.....	377
<b>Gráfico 36</b> - Composição da bancada dos deputados estaduais em 2018 .....	407
<b>Gráfico 37</b> - Senadores eleitos em 2018 .....	408
<b>Gráfico 38</b> - Empresas de capital aberto (amostra de 219 maiores por receita) e massa de rendimentos dos ocupados (R\$ bilhões; deflacionado pelo IPCA acumulado = 31/12/2021).....	435
<b>Gráfico 39</b> - Variação real do PIB; Taxa de lucro/ROE e massa de lucro das empresas privadas de capital aberto.....	436
<b>Gráfico 40</b> - Percentual pago para cada ministério combater a pandemia (2020 a 2021) .....	518
<b>Gráfico 41</b> - Participação dos entes federados no financiamento das despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	520
<b>Gráfico 42</b> - Troca de ministros da saúde em comparação com a evolução de óbitos por Covid-19 no Brasil.....	529
<b>Gráfico 43</b> - Taxa de desocupação no Brasil ) (% , trimestres móveis entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2020) .....	557
<b>Gráfico 44</b> - Taxa de desocupação (%).....	558
<b>Gráfico 45</b> - Histórico das taxas de juros fixadas pelo CopomSelic. ....	571
<b>Gráfico 46</b> - Novos casos da Covid-19 em Manaus .....	611
<b>Gráfico 47</b> - Novos óbitos por Covid-19 em Manaus.....	611

<b>Gráfico 48</b> - Casos e óbitos por semana epidemiológica no Amazonas .....	617
--	-----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Aplicação dos <i>Strings</i> em máquinas de busca .....	36
<b>Quadro 2</b> - Critério de inclusão e exclusão de artigos .....	37
<b>Quadro 3</b> - Síntese das autorias e problemáticas de pesquisa .....	39
<b>Quadro 4</b> - Corpus empírico e técnicas de análise .....	66
<b>Quadro 5</b> - Índices epidemiológicos .....	69
<b>Quadro 6</b> - Etapas da fase preliminar da análise documental .....	72
<b>Quadro 7</b> - Exemplos de doenças infecciosas emergentes associadas à floresta.....	124
<b>Quadro 8</b> - Posições dos principais intelectuais do movimento da Reform Sanitária .....	203
<b>Quadro 9</b> - principais elementos normativos do SUS .....	207
<b>Quadro 10</b> - Cronologia da Revolta da Vacina .....	230
<b>Quadro 11</b> - prefeitos de São Paulo entre 1969 a 1988 .....	246
<b>Quadro 12</b> - presidentes do Brasil de 1969 a 1990 .....	247
<b>Quadro 13</b> - Recomendações da OMS para a gestão da H1N1.....	259
<b>Quadro 14</b> - Etapas da história do meio geográfico segundo Milton Santos .....	275
<b>Quadro 15</b> - Hipóteses de infecção inicial do Sars-Cov-2 por seres humanos.....	288
<b>Quadro 16</b> - fases da pandemia da Covid-19 no Brasil entre 2020 e 2021 .....	338
<b>Quadro 17</b> - Ministros do governo Bolsonaro .....	387
<b>Quadro 18</b> - Medidas realizadas por Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente .....	404
<b>Quadro 19</b> - Significados do bolsonarismo .....	411
<b>Quadro 20</b> - Abordagens do neofascismo no Brasil .....	480
<b>Quadro 21</b> - Níveis de alerta definidos pelo Ministério da Saúde .....	504
<b>Quadro 22</b> - Responsabilidades das pastas ministeriais sobre as demandas da pandemia da Covid-19 .....	508

<b>Quadro 23</b> - Crédito extraordinário aberto para a pasta da saúde (valores nominais) .....	517
<b>Quadro 24</b> - dispositivos utilizados pelo governo federal vinculados à vacina ....	522
<b>Quadro 25</b> - perfil dos ex-ministros da saúde do governo Bolsonaro .....	530
<b>Quadro 26</b> - Previsões errôneas de Osmar Terra sobre a Pandemia .....	549
<b>Quadro 27</b> - Posições das frações de classe e setores do capital na gestão bolsonarista da pandemia .....	555
<b>Quadro 28</b> - Estrutura Institucional e Decisória do SUS .....	628

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Síntese da produção de informações do material selecionado.....	38
<b>Tabela 2</b> - Operadoras de saúde privada com registros ativos no Brasil por ano de registro (1998 a maio de 2021). .....	97
<b>Tabela 3</b> - Saldo do setor suplementar em saúde no Brasil (2001 a 2020) .....	98
<b>Tabela 4</b> - Produção e exportações de grãos .....	140
<b>Tabela 5</b> - Quantitativo de rebanhos bovino, galináceos em 2020 .....	141
<b>Tabela 6</b> - Áreas queimadas na Amazônia .....	150
<b>Tabela 7</b> - Coeficiente de incidência por mil habitantes de doença meningocócica no município de São Paulo .....	246
<b>Tabela 8</b> - Casos de SRAG notificados e confirmados para influenza A/H1N1 2009 por região .....	257
<b>Tabela 9</b> - Distribuição dos óbitos de SRAG confirmados para influenza A/H1N1 2009 por região geográfica e ano de início dos sintomas. Brasil, SE 16/2009 a SE 52/2011 .....	258
<b>Tabela 10</b> - estruturas espaciais de transporte na China.....	293
<b>Tabela 11</b> - Casos da Covid-19 em países selecionados .....	311
<b>Tabela 12</b> - óbitos em países selecionados.....	311
<b>Tabela 13</b> - Presença de militares no governo Bolsonaro .....	391
<b>Tabela 14</b> - Gasto Mensal Total da Cesta em capitais selecionadas em valores nominais.....	510
<b>Tabela 15</b> - recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estados e Distrito Federal (valor nominal). .....	514
<b>Tabela 16</b> - Recursos Federais destinados ao combate da pandemia de pandemia — pagamento efetuado R\$ (valores nominais) .....	518
<b>Tabela 17</b> - Desemprego de longa duração e variação em %. (Brasil e regiões de 2012q1 a 2022q1) .....	559
<b>Tabela 18</b> - Evolução do número de médicos (indivíduos), de registros de médicos e da população entre 1920 e 2020.....	574
<b>Tabela 19</b> - Evolução da população, do número de médicos e da razão médico por mil habitantes entre 1980 e 2020 .....	575

<b>Tabela 20</b> - Patrocínio de anúncio do Médicos pela Vida realizado pela VITAMEDIC .....	587
<b>Tabela 21</b> - Acordo ignorado e fechado com a Pfizer .....	596
<b>Tabela 22</b> - Dados epidemiológicos agregados por ano no Amazonas .....	617

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	26
Objetivos do estudo .....	29
Hipóteses .....	31
Justificativa.....	34
Contribuição acadêmica.....	34
Contribuição do ponto de vista social.....	40
Justificativa no âmbito pessoal.....	41
Subdivisão da tese.....	44
<b>PARTE 1: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO</b> ..	47
<b>CAPÍTULO 1: DIALÉTICA ENTRE FORMA E CONTEÚDO: MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E DE EXPOSIÇÃO</b> .....	48
1.1 Apontamentos sobre o método .....	49
1.2 Método de investigação e técnicas de pesquisa .....	60
1.2.1 Recorte temporal e analítico da pesquisa .....	61
1.2.2 Construção do <i>corpus empírico</i> .....	62
1.2.2.1 Tratamento e técnicas de análise do <i>corpus empírico</i> .....	66
1.3 Modo de exposição .....	76
<b>CAPÍTULO 2: MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A POTENCIALIZAÇÃO DAS DOENÇAS</b> .....	79
2.1 Modo de produção capitalista e formação econômico-social .....	80
2.2 Saúde e doença sob o imperativo do capital.....	87
2.3 Determinação social do processo saúde doença.....	101
2.4 O capitalismo e a produção de pandemias .....	112
2.4.1 Metabolismo entre homem e natureza.....	113
2.4.2 Capitalismo e meio ambiente .....	122
2.4.3 O Brasil e o meio ambiente: vírus pandêmicos também podem surgir aqui .....	134



2.4.4 Crise e contradições do capitalismo .....	156
<b>PARTE II: CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA E SAÚDE .....</b>	<b>171</b>

### **CAPÍTULO 3 SAÚDE E DOENÇA NOS TRÓPICOS: APONTAMENTOS**

<b>SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>172</b>
3.1 Breve caracterização histórica da saúde brasileira: interesses de classes e impactos sobre a saúde coletiva .....	174
3.1.1 Outro modelo de atenção à saúde e a reforma sanitária brasileira.....	188
3.1.2 A democracia como valor universal e a estratégia democrática popular .....	191
3.1.3 Criação do SUS: a universalização da saúde em questão .....	201
3.2 Triste trópico: experiências de enfrentamento às patologias .....	212
3.2.1 Uma tonalidade para uma doença: a febre amarela em terras brasileiras.....	216
3.2.2 Entre revolta & vacinas: a varíola no Rio de Janeiro .....	221
3.2.3 Gripe Espanhola .....	232
3.2.4 Meningite e a autocracia burguesa no regime empresarial-militar .....	242
3.2.5 A pandemia de H1N1 .....	252

### **CAPÍTULO 4: GEOGRAFIA DA COVID-19: DO SURGIMENTO À DIFUSÃO**

<b>ESPACIAL .....</b>	<b>266</b>
4.1 Elementos para apreensão da geografia da pandemia.....	268
4.1.1 Geografia e Saúde.....	276
4.2 Possível origem do Sars-Cov-2.....	284
4.3 Disseminação mundial da Covid-19.....	304
4.4 O Covid-19 no Brasil: por onde entrou e como se disseminou .....	319
4.4.1 Evolução do panorama epidemiológico brasileiro .....	329
4.4.1.1 casos da Covid-19 por Estado.....	331
4.4.1.2 casos da Covid-19 por Capital.....	333
4.4.1.3 Óbitos da Covid-19 por Estado.....	335
4.4.1.4 Óbitos da Covid-19 por Capital.....	335
4.4.2 Fases da pandemia .....	338

4.4.3 Perfil dos óbitos .....	344
-------------------------------	-----

<b>PARTE III: A GESTÃO BOLSONARISTA DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO MARCO DA TOTALIDADE .....</b>	<b>348</b>
---	------------

<b>CAPÍTULO 5: ELEMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO .....</b>	<b>349</b>
---	------------

5.1 O Governo Bolsonaro como resultado da síntese de múltiplas determinações.....	350
5.1.1 A constituição de 1998: transição pactuada.....	352
5.1.2 Os governos do PT e a administração da ordem capitalista .....	357
5.1.3 O movimento nas ruas e o golpe contra a classe trabalhadora .....	363
5.1.4 Temer e a ponte para o futuro do Capital .....	367
5.2 As eleições de 2018: uma demonstração do que seria o governo Bolsonaro .....	374
5.3 Composição do governo Bolsonaro .....	386
5.4 Base de sustentação do governo .....	406
5.5 Os sentidos do Bolsonarismo.....	410
5.6 Classes e frações de classe: um necessário retorno a Marx para entender o governo Bolsonaro .....	418
5.7 Governo Bolsonaro e os interesses de classe .....	426
5.8 Entre a democracia liberal e o fascismo: dialética da conjuntura.....	441
5.8.1 o fascismo diante da análise marxista .....	442
5.8.1.1 Leon Trótski .....	443
5.8.1.2 Clara Zetkin .....	447
5.8.1.3 Antonio Gramsci .....	450
5.8.1.4 Evgeni Pachukanis .....	457
5.8.1.5 Daniel Guérin.....	460
5.8.1.6 Nicos Poulantzas .....	465
5.8.1.7 Ernest Mandel.....	469
5.8.2 o fascismo para além do entreguerras.....	470
5.9 Bolsonaro seria a expressão do fascismo brasileiro? .....	475
5.9.1 Um debate com as teses sobre o neofascismo .....	479

5.10 Governo e regime social no Brasil do Governo Bolsonaro.....	487
<b>CAPÍTULO 6: DESFECHO DA TRAGÉDIA BRASILEIRA .....</b>	<b>499</b>
6.1 Diretrizes aparentes do governo Federal no combate à Pandemia .....	502
6.1.1 Instrumentos de gestão.....	502
a) Proteção Social .....	508
b) Medidas profiláticas.....	511
c) Campo econômico e trabalhista .....	513
d) Medidas no campo da saúde .....	516
e) Instrumentos associados à vacinação.....	521
6.2 A dança das cadeiras na saúde: “É simples assim: um manda e outro obedece” .....	526
6.3 Negacionismo e intenção de matar: um governo sabotador .....	534
6.3.1 O negacionismo em questão .....	535
6.3.2 A direita toma cloroquina e a esquerda tubaína: o “tratamento precoce” de Bolsonaro .....	539
6.3.3 A atuação do gabinete paralelo .....	544
6.4 Governo Bolsonaro e frações de classe na pandemia: interesses e contradições.....	554
6.5 Medicina do capital: reafirmação da saúde como mercadoria .....	573
6.5.1 O mercado médico no Brasil: aspectos demográficos .....	573
6.5.2 Grupos médicos bolsonaristas: intensificando uma agenda de morte.....	577
6.5.2.1 Conselho Federal de Medicina .....	577
6.5.2.2 Associação Médica Brasileira .....	580
6.5.2.3 Instituto Brasil de Medicina .....	584
6.5.2.4 Médicos pela Vida .....	585
6.5.2.5 Movimento Brasil Vencendo a Covid .....	589
6.6 A posição antivacina da gestão bolsonarista .....	593
6.6.1 Pfizer.....	596
6.6.2 Pequena política bolsonarista: o caso da Coronavac .....	597
6.6.3 Corrupção na aquisição da vacina Oxford AstraZeneca.....	602
6.6.4 Pressão para aquisição da Covaxim.....	603

6.7 Manaus: retrato do que seria o Brasil com a lógica bolsonarista .....	606
6.7.1 Cronologia do colapso manauense.....	607
6.7.2 A política bolsonarista em Manaus .....	614
6.8 Esfacelamento do pacto federativo brasileiro: a tática bolsonarista da criação de conflitos institucionais.....	625
6.8.1 Desenho institucional do SUS em relação ao pacto federativo.....	625
6.8.2 A lógica destrutiva do bolsonarismo interferindo no pacto federativo	628
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>639</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>646</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>711</b>
Apêndice a - sistemas de informações epidemiológicas .....	712
Fonte: Elaboração própria.....	713
Apêndice b: livro código da Análise de Conteúdo .....	714
Apêndice c - Casos da Covid-19 de 2020 até 2 de janeiro de 2021.....	719
Apêndice d - Casos da Covid-19 por Estados até 2 janeiro 2022 .....	721
Apêndice e - Casos da Covid-19 até 31 de dezembro de 2022 .....	723
Apêndice f - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais até 1 de janeiro de 2021.....	725
Apêndice g - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais até 1 de janeiro de 2022.....	727
Apêndice h - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais até 31 de dezembro de 2022.....	729
Apêndice i - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de janeiro de 2021.....	731
Apêndice j - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de janeiro 2022.....	733
Apêndice k - Óbitos por Covid-19 por Capital até 1 de janeiro de 2021 .....	735
Apêndice l - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de Janeiro de 2021 .....	737
Apêndice m - Óbitos por Covid-19 por Capital até 31 de dezembro de 2022 .....	739
Apêndice o - Óbitos por Covid-19 por Capital até 31 de dezembro de 2022 .....	741
Apêndice p - Caracterização do perfil do eleitorado de Bolsonaro em 2018.....	743

## INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 é considerada um dos maiores fenômenos sanitários das décadas iniciais do século XXI. Seus efeitos sobre a política, economia e a sociedade tem sido ponto de análise e reflexão da comunidade acadêmica internacional. Se o tema da saúde já era ponto de debate pela sociedade, a pandemia revelou a relação que existe entre saúde e política cotidianamente, mostrando que pensar em saúde também implica entender que há interesses e relações de força, especialmente na condução de uma crise sanitária Internacional. Essa relação se torna apreensível quando refletimos no modo como a pandemia se correlaciona com o capitalismo nas distintas formações econômico-sociais. Sua rápida disseminação pelo globo terrestre, a ausência de uma ação coordenada e efetiva em âmbito internacional, em que pese as políticas de órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), demonstram que sob o capitalismo, o imperativo da mercantilização da vida apresenta supremacia sobre as reais necessidades humanas: saúde, bem-estar, alimentação, moradia, educação, arte e lazer.

Não obstante, a pandemia da Covid-19 não pode ser considerada um fato inusitado e desconhecido, tendo em vista os alertas de patologias com impacto internacional que a comunidade científica anunciava. Em meados de 2009 o mundo vivenciou o drama da gripe H1N1, doença provocada pelo vírus influenza, conhecido da humanidade desde o início do século XX. Esse quadro não difere das observações emitidas pela OMS diante da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) em 2003; Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) em 2012, e do vírus ebola, concentrado no continente africano, mas que também gerou alertas internacionais. Mesmo diante da preocupação da OMS, o ponto central é que o modo de vida no capitalismo influencia para o surgimento de patologias de impacto global, seu desenvolvimento e expansão se materializaram de forma desigual e combinada pelo mundo, influenciando na conformação da proliferação de doenças em escala internacional mediante a evolução das redes de transporte que passaram a conectar diferentes localidades do planeta em períodos cada vez mais rápidos, na destruição de habitats naturais e na forma precarizada e desordenada como vivemos em grandes centros urbanos.

E nessa sociabilidade, marcada pela divisão; exploração e opressão das classes trabalhadoras, que percebemos que as doenças também seguem um curso de iniquidades, contrariando as ideias de democratização dos vírus e das bactérias, no qual as próprias condições deletérias de vida, precariedade do trabalho e a ausência de elementos mínimos como moradia, educação, saúde e lazer, fazem das trabalhadoras e trabalhadores alvos vulneráveis, como veremos nesta tese. No Brasil, esse panorama não difere, fenômenos como endemias e epidemias marcaram historicamente a construção da formação econômico-social brasileira. Das epidemias de varíola que o colonizador europeu introduziu aos povos autóctones, às patologias como febre-amarela, malária, sarampo, cólera, etc., existentes na contemporaneidade, essa dinâmica se reveste de certo padrão com relação ao surgimento de doenças e impacto sobre as classes trabalhadoras e grupos subalternos.

Quando os primeiros sinais de infecção pulmonar surgiram em dezembro de 2019 na China, o país mais populoso do mundo, observamos a doença se proliferar naquele território, especificamente nas regiões de Wuhan, mas devido às interconexões com as cadeias globais de produção e circulação de mercadorias e pessoas, a doença apresentou manifestações no continente europeu e americano. Em fevereiro de 2020 a patologia foi denominada de doença por coronavírus 2019 (Covid-19), tendo como agente infeccioso o vírus SARS-CoV-2, pertencente à família dos coronavírus. Sintomas como febre, tosse seca e cansaço corporal são os mais comuns, mas a doença também apresenta aqueles menos comuns como: dor de garganta; diarreia; perda de olfato ou paladar; bem como sintomas graves, que geralmente necessitam de internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs): falta de ar; pressão na caixa torácica; perda de fala ou movimento.

Sem perdermos de vista o panorama internacional, mas dando um enfoque maior ao Brasil, chamamos atenção que ao passar do tempo o país se tornou um dos epicentros da pandemia. Entendemos que para além de uma interpretação meramente institucionalista, o caso brasileiro precisa ser visto no marco de uma totalidade formada pelo movimento concreto da sociedade, política e economia, sob a conformação do modo de produção capitalista. Essa visão de totalidade precisa considerar a própria formação econômico-social brasileira no sentido de compreender historicamente que há no país uma lógica de iniquidade, que afeta às

classes trabalhadoras e grupos subalternos como os povos autóctones, quilombolas; populações ribeirinhas, negros e população LGBTQIAPN+, etc., e se revela na determinação social do processo saúde-doença.

Desde os primeiros sinais da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a gestão da crise sanitária realizada pelo Governo Bolsonaro teve como marca a negligência, disseminação de *fake news* sobre as vacinas, e apologia ao não uso de medidas profiláticas como o uso da máscara e distanciamento social, de modo a utilizar o contexto sanitário para formar a dicotomia entre economia e saúde, minando em termos de gestão a capacidade do SUS e do pacto federativo brasileiro. Contudo, mesmo que Bolsonaro tenha sido um interlocutor em evidência, a história não se faz apenas pelas ações individuais, tendo em vista que a própria sociedade capitalista possui em sua conformação a existência de classes sociais com interesses contraditórios e inconciliáveis. Por esse motivo, o Ex-presidente e seu governo representaram interesses de classe, especificamente das frações burguesas, que ao nosso entendimento, manifestam por intermédio do governo sua acepção autocrática, num momento de crise sanitária, materializando assim a mediação entre classes, governo e Estado capitalista.

No caso brasileiro, embora exista o SUS, e este seja descentralizado com autonomia do ente municipal, fenômenos como o da pandemia da Covid-19 exigem coordenação federal no desenho de diretrizes e ações de enfrentamento. Nesse sentido, não deferindo do que o governo Bolsonaro vinha fazendo contra à educação pública com cortes em órgãos de pesquisa como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além das da contrarreforma da Previdência Social; trabalhista com a carteira verde amarelo, e a tentativa de fomentar uma contra reforma administrativa, o governo imprimiu uma prática belicista contra as recomendações sanitárias de órgãos como a OMS e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entrando em conflito com prefeito e governadores mediante práticas negacionistas, autoritárias e negligentes para priorizar a realização de mais-valor e exploração capitalista, buscando beneficiar, mesmo que de forma distinta as diferentes frações de classe da burguesia brasileira: agronegócio; comercial; pequena burguesia dona de pequenos negócios.

## Objetivos do estudo

Esses elementos nos indicam que a pandemia da Covid-19 revela uma correlação entre saúde e política, de modo a nos interpelar sobre a melhor forma de compreendermos a atuação do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, e com isso, lançarmos a seguinte pergunta de pesquisa: **De que forma a condução da gestão da crise sanitária da Covid-19 realizada pelo Governo Bolsonaro no Brasil levou o país a se tornar um dos epicentros mundiais da pandemia?** A partir desse questionamento procuramos como objetivo geral de nossa tese: **analisar a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia da Covid-19.** Aliado a esse objetivo geral, também apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Refletir acerca da correlação existente entre Capitalismo, saúde e pandemia;
- b) Elaborar uma síntese das principais experiências do Brasil com endemias e pandemias;
- c) Descrever a forma de difusão da Pandemia da Covid-19 no mundo e especificamente no Brasil;
- d) Compreender a composição política do governo Bolsonaro de modo a caracterizá-lo;
- e) Mapear as ações e omissões do governo Bolsonaro frente à pandemia.

Avaliamos que a compreensão da gestão da pandemia realizada pelo governo Bolsonaro só pode ser entendida se considerarmos aspectos concretos que existem na relação entre capitalismo e saúde, e que são mediadas pelo Estado. Essa reflexão perpassa o entendimento de que, se antes do capitalismo a humanidade enfrentou doenças de potencial coletivo como o caso da peste-negra na



idade média, no capitalismo temos o aprofundamento da disseminação de patógenos pela forma sociometabólica com que as relações e os meios de produção são congregados para a produção de mercadorias, sendo a saúde entendida como uma forma-mercadoria fetichizada no qual os avanços na medicina e da ciência são mercantilizadas para a obtenção de lucro. Esse entendimento perpassa a compreensão, do ponto de vista da formação econômico-social brasileira, de experiências históricas vinculadas às patologias de ordem epidêmica e pandêmica, a exemplo da gripe espanhola no início do século XX.

Como a pandemia é um fenômeno global, também se faz necessário compreendermos sua forma de disseminação, contágio, e possível origem, ou pelo menos, em que território foi notificada primeiro, até a disseminação no Brasil. Esse exercício nos ajuda a compreender, no plano internacional, os tempos distintos da pandemia que epidemiologicamente, mesmo apresentando diferenças, possui elementos em comum, a exemplo da forma de contágio. Por isso é imperativo a realização de uma cartografia da Covid-19 e como se deu a sua proliferação no território nacional. Nesse sentido, numa espécie de camadas de aproximação ao nosso objeto, considerarmos que o entendimento do contexto e caracterização do governo Bolsonaro nos auxilia na compreensão do porquê os caminhos adotados levaram o Brasil a ser um dos locais mais mortais do mundo. Esse trabalho contempla o entendimento da crise política, econômica e social que ocasionou na eleição de Bolsonaro em 2018, além de sua composição e caracterização. Essas camadas de aproximação nos auxiliam a desvelarmos uma melhor compreensão acerca dos rumos que a crise sanitária foi tomando no Brasil, especificamente por não nos portamos meramente de uma leitura institucionalista, mas por considerarmos que as principais diretrizes adotadas pelo Governo Federal, as inações, negligências e ingerência da crise sanitária não podem ser visualizadas em âmbito restrito, devem ser analisadas a partir da crítica no marco da totalidade.

## Hipóteses

Ao considerarmos os elementos apontados nos parágrafos anteriores referentes à nossa problemática de investigação, empreendemos como hipótese central de nossa pesquisa que a debilidade e negligência do Governo Federal frente à pandemia da Covid-19 é resultado de uma estratégia planejada a partir da junção de sabotagens às medidas profiláticas de contenção da disseminação viral, e utilização do negacionismo científico como prática governamental, com a finalidade de atender aos interesses capitalistas na manutenção da produção e circulação de mercadorias, e conseqüente exploração e opressão das classes trabalhadoras, lógica está, constitutiva da sociabilidade capitalista.

Esta sociabilidade tem sido aprofundada, na contemporaneidade, por uma crise com dimensões sociais, políticas, ambientais e econômicas (Callinicos, 2014; Choonara, 2020), o que para nós indica que a crise sanitária da Covid-19, e sua condução pelo governo Bolsonaro está inserida na totalidade dessa lógica, sendo resultado da síntese da interação das múltiplas determinações do capital, unidade do diverso, marcada pela irrupção de um sociometabolismo degradado e pautado pela mercantilização da saúde. Essa crise contemporânea do capitalismo é internacional, e repercute de forma diferenciada em cada formação econômico-social, tendo em vista o desenvolvimento desigual e combinado deste modo de produção. No Brasil, ela apresenta contorno deletérios mediante uma crise orgânica, com o aprofundamento da crise econômica que exigiu reconfigurações no plano político da administração do capitalismo dependente brasileiro, tendo em 2016, no golpe parlamentar-midiático-institucional aplicado sobre a Ex-presidente Dilma Rousseff, uma de suas materializações mais visíveis. Esse processo abriu, em nossa percepção, o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores com Michel Temer, e posteriormente com Bolsonaro, a implementação de políticas ultraneoliberais (Bofo; Saad-Filho; Fine, 2019; Behring; Cislighi; Souza, 2020) para realizar a manutenção dos interesses capitalistas, tanto das frações internas e associadas e dos interesses do capital-imperialista (Fontes, 2010).

Observamos que o governo Bolsonaro efetuou constantes ataques às classes trabalhadoras e grupos subalternos — contrarreformas na legislação trabalhista; manutenção do estrangulamento fiscal; aumento da violência contra povos

autóctones, etc. -. A articulação do governo com partidos fisiológicos como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), além de partidos como o Democratas (DEM), para blindar o governo de um processo de impeachment marcou uma recomposição na linha política que elegeu Bolsonaro, autoproclamado como um “outsider” que viria acabar com a corrupção e colocar ordem e progresso no Brasil. A morosidade na aprovação do auxílio emergencial, ausência de propagandas educativas referentes à pandemia, culpabilização dos governadores e prefeitos, indicação do Ministério da Saúde (MS) para o uso de medicamentos como hidroxicloroquina, não testagem em massa e lentidão na aquisição de vacinas, foram dinamos de uma política consciente envolta na promoção de uma imunidade de rebanho por contaminação.

No marco de uma sociologia política é preciso dar atenção ao fato de que, até mesmo para o grande empresariado brasileiro a imagem de um país como epicentro da pandemia que atuou na contramão da comunidade internacional implicou num desgaste. Esse elemento toma contornos nítidos quando Luiza Trajano, proprietária da rede comercial Magazine Luiza, fomentou ainda em fevereiro de 2021 o movimento: **unidos pela vacina**, para vacinar a população brasileira até setembro de 2021. Em março de 2021 o Ex-presidente Bolsonaro recebeu uma carta de mais de 200 economistas, banqueiros e empresários, que teceram críticas sobre sua gestão da crise sanitária. Entre os nomes que assinaram a carta destacamos figuras como: Roberto Setubal e Pedro Moreira Salles, copresidentes do conselho de administração do Itaú Unibanco; Edmar Bacha, um dos idealizadores do Plano Real que em 2024 completa 30 anos; Pedro Parente, presidente do conselho de administração da BRF (Sadia e Perdigão). É factível que esses setores passaram a se preocupar com o nível de instabilidade social que a pandemia promoveu, citam o desemprego em 14%, queda na arrecadação tributária e encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.

Nesse marco, nossa hipótese central se vincula a uma hipótese secundária que diz respeito ao fato de vivenciarmos a crise do Estado brasileiro, e do regime “democrático-liberal”<sup>1</sup>, fruto do pacto político firmado entre as classes dominantes a

---

<sup>1</sup>Colocamos entre aspas regime democrático-liberal porque em nossa concepção tal regime de fato não oferece democracia. As instituições republicanas são mais blindadas do que abertas ao diálogo com as classes trabalhadoras, e qualquer intento de organização social pela base é sufocada pela

partir da crise de hegemonia da ditadura empresarial-militar em meados dos anos 1980. Com essa transição negociada de um regime ditatorial para uma democracia liberal nos marcos de um capitalismo dependente, o regime político brasileiro é de difícil manutenção, especialmente pela condição periférica e dependente de nossa formação econômico-social, que exige ações autocratas para manutenção da sociabilidade capitalista como nos lembra o professor Alysson Mascaro:

O sentido da crise brasileira só pode ser compreendido quando iluminado pela crítica das formas determinantes de sociabilidade capitalista. Não se trata de uma crise restrita ao golpe que tira Dilma Rousseff e põe em seu lugar Michel Temer; não se trata de uma crise limitada à seletividade de Sergio Moro e da justiça brasileira, que inclina a política e as instituições à direita; trata-se de uma crise do Capitalismo, de raiz econômica, que necessariamente se desdobra em contradições do Estado e do direito e se anela ao substrato da formação social pátria. As bases e os sentidos da crise são apenas mais um caso da longa história do capitalismo e sua sociabilidade de crises (Mascaro, 2018, pp. 23–24).

Neste sentido, as recomposições políticas necessárias para a manutenção dos interesses capitalistas no país não se encerram com a retirada do PT em 2016, pelo contrário, se aprofundam com Temer e posteriormente com Bolsonaro no poder, implicando numa agenda de resolução da crise orgânica brasileira pelo aprofundamento da retirada de direitos das classes trabalhadoras. Desse modo, se num nível aparente, forças institucionais tidas como republicanas como o judiciário na figura de Alexandre de Moraes se colocou contra as ações/omissões do governo Bolsonaro na gestão da crise sanitária brasileira, na essência buscou formas de garantir um grau de legitimidade ao Estado para a condução do capitalismo dependente brasileiro, o que implica na conformação pautas atreladas aos interesses das frações burguesas, como o foi a própria manutenção da prisão do Ex-presidente Lula em 2018, o que impossibilitou sua participação nas eleições daquele ano.

Além desse fato, o governo Bolsonaro teve a audiência de um núcleo maciço do bolsonarismo, formado por distintas classes sociais que acompanhavam mediante as redes sociais as postagens e vídeos diários do Ex-presidente com

conteúdos falsos e negacionistas, sedimentando a anuência no tocante à sua gestão da crise sanitária. Salienta-se que a tática do governo em promover confusão e ruídos de informação a partir da disseminação de *fake news* e da manutenção de um clima de constante tensão não é novo, na campanha eleitoral de 2018 essa mesma tática foi utilizada como uma forma de Bolsonaro ser vendido como um candidato defensor da pauta cristã-ocidental; anticorrupção, e em prol dos valores tradicionais da família heteronormativa.

Cabe destacar que devido à especificidade de nosso objeto de pesquisa estar em constante alteração, as mudanças na conjuntura se tornaram imprevisíveis a exemplo do estabelecimento da Comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Covid-19 e do próprio desgaste do governo frente às declarações acusatórias de Ex-ministros como Luiz Henrique Mandetta e Nelson Luiz Sperle Teich, além da reabilitação de Luiz Inácio Lula da Silva ao pleito eleitoral de 2022 e o aumento do índice de reprovação do governo. Essas alterações implicaram a Bolsonaro uma aproximação de forma fisiológica a partidos do centrão, a exemplo do MDB, com a oferta de cargos políticos e emendas parlamentares, além de, mesmo de forma lenta e desordenada, adquirir imunização em que pese os escândalos revelados pela CPI da pandemia na morosidade e casos de corrupção nas pastas da educação e saúde.

### **Justificativa**

Entendemos que a realização dessa tese se justifica por três elementos que se interligam: a justificativa do ponto de vista acadêmico, social e pessoal. A seguir exporemos os argumentos que contemplam essas três instâncias, de modo a visualizarmos um quadro orgânico da nossa justificativa de pesquisa.

### **Contribuição acadêmica**

Nossa contribuição acadêmica está sedimentada na importância do tema, não apenas para as Ciências Sociais, mas para a academia de uma forma geral, e para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) em particular. A pandemia da Covid-19 já é considerada um marco histórico-sanitário nas décadas iniciais do século XXI, seu impacto sobre o cotidiano de uma sociedade dividida em classes tem sido fonte de

análises e reflexões para o âmbito das Ciências Sociais, tanto nos estudos da Socioantropológica da saúde, ou nas investigações da Ciências Sociais de uma forma geral.

Como uma forma de apreendermos melhor nossa contribuição ao campo científico recorreremos a um levantamento sistemático das produções acadêmicas para mapearmos a produção científica na área de Ciências Humanas e Sociais que abordam sobre a correlação existente entre Governo Bolsonaro e gestão da crise sanitária da Covid-19. Para a realização desse levantamento elencamos a seguinte questão de fundo: **Quais as problemáticas, objetivos, hipóteses e resultados de pesquisas existentes em trabalhos que buscam compreender a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro?**

Para a concretização de nossa investigação utilizamos na formulação do protocolo de busca o *Software Start*<sup>2</sup>. Esse programa possui licença gratuita, sendo desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LaPES) do Departamento de Computação da Universidade Federal de São Carlos (DC/UFSCar). A nossa escolha pelo programa específico se justifica pelo seu caráter de acesso livre, além da facilidade de elaboração de protocolos de revisão sistemática tendo em vista que fornece ao pesquisador a possibilidade de criação de critérios de inclusão e exclusão de artigos, além de gerar um relatório final com base nos artigos selecionados.

Diante dessa escolha, o nosso protocolo de busca seguiu especificamente três etapas a saber: I) planejamento; II) execução; III) produção de dados e informações. Na etapa de planejamento definimos critérios que são importantes de serem expostos, uma vez que traduzem a forma pela qual nos organizamos em termos de investigação. Utilizamos como palavras chaves os seguintes termos: **Bolsonaro; Governo Bolsonaro; Covid-19; Crise Sanitária; Pandemia**. Atrelado a esses termos, produzimos expressões denominadas como *strings*, que significam a junção, exclusão ou inclusão das palavras-chave utilizadas nas máquinas de busca. Em nossa pesquisa utilizamos as seguintes *Strings* nas seguintes máquinas de busca:

---

<sup>2</sup>O *Software* pode ser acessado de forma gratuita na página oficial do Lapes: [http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start\\_tool](http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool). Acesso em: 27 Dez. 2021.

**Quadro 1** - Aplicação dos *Strings* em máquinas de busca

Base de dados	<i>Strings</i>
Periódicos Capes	<p>Qualquer campo é (exato) <b>Bolsonaro</b> E Qualquer campo é (exato) <b>Covid-19</b> E Qualquer campo é (exato) <b>Pandemia</b> Qualquer campo é (exato) <b>Crise Sanitária</b></p> <p>Qualquer campo é (exato) <b>Governo Bolsonaro</b> E Qualquer campo é (exato) <b>Covid-19</b> E Qualquer campo é (exato) <b>Pandemia</b> Qualquer campo é (exato) <b>Crise Sanitária</b></p>
Scielo	<p>Todos os índices (Bolsonaro) AND (Covid-19) OR (Pandemia) OR (Crise Sanitária)</p> <p>Todos os índices (Governo Bolsonaro) AND (Covid-19) OR (Pandemia) OR (Crise Sanitária)</p>
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	<p>(Todos os campos: Bolsonaro)</p> <p>(Todos os campos: Covid-19)</p> <p>(Todos os campos: Pandemia)</p> <p>(Todos os campos: Crise Sanitária)</p>

**Fonte:** Elaboração própria.

A escolha dessas máquinas de busca se justifica pelo fato de fornecerem acesso aberto aos artigos científicos, dissertações e Teses, o que facilitou o nosso acesso integral aos textos. Além desses elementos, nessa primeira etapa de planejamento utilizamos delimitações de tempo e espaço: definimos o período que vai de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022, e as produções publicados nos seguintes idiomas: português; espanhol; francês e inglês. Também elaboramos critérios de inclusão e exclusão de materiais como uma forma de produzirmos um escopo definido de busca a partir de nossa pergunta norteadora:

**Quadro 2** - Critério de inclusão e exclusão de artigos

<b>Critérios de Inclusão</b>	
Critério	Especificação
I1	Apresenta as strings usadas pelo nosso protocolo
I2	Aborda a correlação existente entre Pandemia e Governo Bolsonaro
<b>Critérios de exclusão</b>	
Critério	Especificação
E1	Está fora do escopo de nosso objetivo de busca
E2	Artigo duplicado
E3	Artigo que não apresentou no título nossos Strings de busca
E4	Artigo fora das linguagens utilizadas em nosso protocolo
E5	Não é possível acessar o Arquivo de forma gratuita
E6	Artigo não está disponível no momento de nossa busca

**Fonte:** Elaboração própria.

Diante dessas especificações, a seleção se processou em três etapas: a primeira delas é referente a aplicação das *strings* de busca nas máquinas selecionadas e a exportação do resultado no formato *Bibtex*<sup>3</sup>, formato aceito pelo *Software Start* que utilizamos para o processo de refinamento. Nessa primeira etapa obtivemos um total de 266 materiais, subdivididos da seguinte forma: Scielo (104 artigos); Portal de Periódicos da Capes (104 Artigos) e BTDT (8 Teses e 50 Dissertações). Desse primeiro resultado encontramos um total de 43 artigos duplicados; após a leitura do título do trabalho e do resumo classificamos um total de 124 artigos científicos, e 58 trabalhos de conclusão de curso como fora de nosso escopo de busca, restando um total de 41 artigos selecionados, mais uma dissertação de mestrado.

Esse material foi lido na íntegra de modo que após essa etapa foram excluídos 24 artigos por estarem fora do nosso escopo de análise e que não abordavam proximidade com nossa proposta investigativa, e um artigo que teve que ser excluído porque não foi possível recuperá-lo para *download*. Desse modo, após as etapas de seleção e extração selecionamos um total de 17 artigos científicos.

<sup>3</sup>A exceção dessa lógica foram os resultados obtidos a partir da máquina de busca do BTDT, uma vez que este exporta os resultados apenas no formato JSON e CSV, não aceitos pelo *Software Start* de modo que realizamos a seleção de forma manual.



Desse material selecionado percebemos que as maiores concentrações de publicação se deram na área de Ciência da Informação, seguida das Ciências Sociais e Administração Pública conforme podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 1** - Síntese da produção de informações do material selecionado

Área	n	%	Metodologia	n	%
Ciência da informação	4	24%	Análise de discurso	6	26%
Ciências Sociais	4	24%	Análise documental	6	26%
Administração Pública	3	18%	Revisão bibliográfica	5	22%
Ciência Política	2	12%	Análise de Conteúdo	3	13%
Serviço Social	1	6%	Análise comparativa	2	9%
Interdisciplinar	1	6%	Análise histórico-institucional	1	4%
Educação	1	6%	-	-	-
Comunicação	1	6%	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>	-	<b>23</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaboração própria.

No quesito metodologia, os procedimentos de análise mais frequentes são: análise de discurso (26%), seguida da análise documental (26%) e revisão bibliográfica (22%). Evidenciamos problemáticas de análise distintas, mas que puderam ser aglutinadas numa síntese a partir de elementos em comum dos quais evidenciamos aproximações. Identificamos que do total de artigos que selecionamos cerca de 53% possuem como proposta investigativa a correlação entre o discurso de Bolsonaro na promoção de uma política de contágio, encarnando assim um populismo de direita. Outra parcela de estudos vincula não a figura de Bolsonaro, mas a de seu governo na produção de intencionalidade de uma política de contágio com viés negacionista. O terceiro grupo de estudos com mais frequência em nossos resultados são representados pela forma como o governo Bolsonaro, em meio a pandemia da Covid-19, utilizou da crise sanitária para a retirada de direitos sociais:

**Quadro 3** - Síntese das autorias e problemáticas de pesquisa

Autoria	n	%	Investigação
Boscatti; Amorim, 2021; Rennó; Avritzer; Carvalho, 2021; Montuori Fernandes, Et Al, 2020; Seibt; Dannenberg, 2021; Ricard; Medeiros, 2020; Béland et al, 2021; Monari Et Al, 2021; Carvalho; Sousa; Schneider, 2021; Burni; Tamaki, 2021	9	53%	Discurso de Bolsonaro na promoção de uma política de Contágio; Populismo e direita.
Calil, 2021; Casarões; Magalhães, 2021; Roubaud et al, 2021;	3	18%	Intencionalidade do governo Bolsonaro em produzir uma imunidade de rebanho; Uso de medicamentos comprovadamente ineficazes
Granemann, 2021; Alencar, 2020;	2	12%	O Governo Bolsonaro usou a crise sanitária como uma janela de oportunidade para o aprofundamento da retirada de direitos da classe trabalhadora brasileira em resposta aos interesses do capital
Abrucio et al, 2020	1	6%	Federalismo bolsonarista dificultando a gestão da crise sanitária brasileira
Duarte; César, 2020;	1	6%	Aprofundamento do Bolsonarismo como fenômeno político em meio a pandemia da Covid-19
Guerreiro; Almeida, 2021	1	6%	Religião e Governo Bolsonaro na gestão da pandemia;

**Fonte:** Elaboração própria

Esse levantamento nos ajudou a preencher e inovar, a partir das Ciências Sociais, uma proposta investigativa recomendada para uma tese de Doutorado, por ser algo novo no campo, mesmo que o objeto de investigação tenha sido estudado por outros pesquisadores e pesquisadoras, percebemos que nossa tese é inédita por entendermos que Bolsonaro não é apenas um ator político isolado, e que, portanto, suas ações e o governo que ele representou também não pode ser considerado uma esfera autônoma das relações sociais de produção que ocorrem no Brasil. Dessa forma, nosso estudo, visa contribuir, para além do personalismo encarnado na figura de Bolsonaro, na forma como o seu governo atuou frente a pandemia da Covid-19, tornando o país um dos maiores epicentros de infecção

mundial, jogando luz nas mediações existentes na correlação existente entre capitalismo, saúde e Estado numa formação econômico-social dependente.

### **Contribuição do ponto de vista social**

Também avaliamos que do ponto de vista social a nossa pesquisa pode contribuir com pelo menos três elementos. O primeiro deles está referenciado no acúmulo que a análise empreendida nesse estudo fornece ao debate sobre o Covid-19 e possíveis eventos de potencial pandêmico. Com base nas análises do biólogo estadunidense Rob Wallace (2020a) e na própria dinâmica do modo de produção capitalista, há o entendimento que patógenos com capacidade de disseminação global poderão surgir com mais frequência. Compreender a gestão da crise sanitária brasileira realizada pelo governo Bolsonaro tendo como base a especificidade da formação econômico-social brasileira contribui para a sistematização de um conhecimento que pode servir como ponto de reflexão para problemas de matriz semelhante. Certamente essa visualização implica entender que a pandemia da Covid-19 também se materializa de forma diferenciada a partir de uma perspectiva de classe, num país como o Brasil no qual a iniquidade social é elemento estruturante.

O segundo aspecto está relacionado ao fato de que a nossa análise evidencia a preponderância do SUS. A Pandemia demonstra que mesmo com os intensos ataques que esse sistema recebe desde a sua criação no início da década de 1990, milhares de vidas foram salvas pelo acesso público à saúde. Cabe destacar que essa observação não é um enaltecimento ao SUS, de modo a não reconhecermos os limites de uma concepção de direito à saúde postulada na Constituição Federal de 1988 numa formação econômico-social dependente, mas de entendermos que sem ele certamente as classes trabalhadoras e grupos subalternos pereceriam sem acesso à saúde.

Por último e não menos importante, o terceiro elemento que subjaz a nossa fundamentação de âmbito social reside no fato de que compreender a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro implica na produção de informações e análises que subsidiam movimentos e organizações das classes trabalhadoras e grupos subalternos, e em nossa concepção, contribui para irmos além das aparências e da institucionalidade. Ao realizarmos o elo entre política e saúde

partimos do pressuposto de que no marco da totalidade capitalista, essas instâncias não podem ser vistas de forma isolada e muito menos desconexas.

### **Justificativa no âmbito pessoal**

Cabe destacar que a nossa justificativa num âmbito pessoal reside em nossa aproximação com a temática abordada nesta tese. Entendemos que o elemento motivacional se faz necessário devido às exigências do campo acadêmico, além do próprio espaço de tempo dedicado à pesquisa. Nesse contexto, salientamos que o autor desta tese desde o início de sua formação acadêmica realizou pesquisas no campo da saúde pública. Na Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) concretizou pesquisas sobre a Atenção Básica à Saúde (ABS) para entender os conhecimentos geográficos manuseados pelos Agentes de Combate à Endemia (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no município de Campina Grande, Paraíba. Também desenvolveu estudos e investigações promovidas em conjunto com o Grupo de Pesquisas Pró-saúde Geo — Grupo de Pesquisas em Geografia para a Promoção da Saúde — liderado pela professora Dra. Martha Priscila Pereira, pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Essa formação contribuiu no desenvolvimento da Monografia intitulada: **Feira da Prata: uma análise através da percepção da paisagem**<sup>4</sup>.

Essas pesquisas forneceram uma melhor fundamentação teórica e empírica para compreendermos o funcionamento, dinâmica e institucionalização da saúde pública no Brasil, além de formar uma noção da espacialização sócioterritorial de patologias e o processo de difusão espacial de doenças. Nesse processo de amadurecimento científico houve a necessidade de um maior aprofundamento no entendimento do funcionamento, história e contradições da saúde pública no Brasil e no mundo<sup>5</sup>. Esse anseio foi abordado nas pesquisas desenvolvidas junto ao Bacharelado em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e nas pesquisas desenvolvidas sob supervisão do economista e professor

---

<sup>4</sup>Cf. Nogueira, 2013.

<sup>5</sup>Cf. Nogueira; Pereira, 2011; 2013; 2020; Nogueira, 2012; 2020c.

pesquisador Dr. Geraldo Medeiros Júnior, juntamente com o período de atuação no Programa de Educação Tutorial (PET) em Administração dessa mesma instituição.<sup>6</sup>

Nessa formação tivemos acesso às reflexões acerca da Economia Política da Saúde e em específico aos textos do Professor Dr. Áquilas Mendes — professor livre-docente de economia política da saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo —, no qual tivemos a oportunidade de apreender uma visão crítica acerca do modo de produção capitalista e sua relação com a saúde. Nesse ínterim, passamos a investigar o financiamento do SUS e sua vinculação com o sistema da dívida pública, além de desenvolvermos pesquisas acerca das temáticas associadas à gestão, gerencialismo e história do SUS. Nessa formação também tivemos a oportunidade de compreender melhor a correlação existente entre neoliberalismo e gerencialismo, de modo que houve uma aproximação com os estudos desenvolvidos pelo professor Dr. Leonardo Carnut — Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) —, nos ajudando assim, no desenvolvimento de nossa monografia intitulada: **Administração política da saúde: uma análise das ações em saúde do ano de 2016 na cidade de Campina Grande**<sup>7</sup>, no qual pesquisamos acerca dos instrumentos de planejamento e gestão utilizados no âmbito da administração pública em saúde, despertando o interesse de aprofundar a análise crítica através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).

No Mestrado<sup>8</sup>, sob orientação do professor Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, realizamos uma reflexão acerca da influência do neoliberalismo na construção de mecanismos gerenciais na ABS através da análise do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica à Saúde (PMAQ-AB). Os resultados dessa pesquisa deram origem à dissertação intitulada: **O gerencialismo na saúde pública: uma análise sobre o programa de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica à saúde**<sup>9</sup>, no qual evidenciamos uma continuidade de ataques à saúde pública brasileira que se inicia desde a contrarreforma estatal realizada ainda no governo do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) por intermédio do Ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz

---

<sup>6</sup>Cf. Nogueira, 2019a; 2019b; 2019c; Nogueira; Sobrinho, 2019.

<sup>7</sup>Cf. Nogueira, 2017.

<sup>8</sup>Cf. Nogueira; 2019b; 2019c

<sup>9</sup>Cf. Nogueira, 2020a.

Carlos Bresser Pereira, o que forneceu bases institucionais para a aplicabilidade desses mecanismos nos 13 anos de administração do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como, na manutenção do sistema da dívida pública que retira recursos da Seguridade Social para o pagamento de juros, fortalecendo o fenômeno do subfinanciamento da saúde no Brasil.

O acúmulo dessas investigações e a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRAXIS), nas reuniões semanais, análises de conjuntura e leitura crítica de textos clássicos do marxismo nos forneceu uma base para um maior aprofundamento sobre os elementos de conjuntura política vinculados ao campo da saúde pública brasileira. Essa experiência somou à nossa participação no debate de textos e teorias que correlacionam saúde, Estado e capitalismo no Grupo de Pesquisa Saúde, Estado e Capitalismo Contemporâneo (SECC) liderado pelo professor Dr. Áquilas Mendes da faculdade de Saúde Pública da USP.

Com o fenômeno da pandemia da Covid-19, e nossa aproximação junto à força tarefa de Geógrafos da Saúde, uma rede de profissionais da Geografia que realizou o esforço de compreender a pandemia através das técnicas e análises de investigação socioespacial — liderados pelo professor Dr. Raul Borges Guimarães — professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente — cujos primeiros resultados foram publicados no dossiê especial Covid-19 da Revista Hygeia<sup>10</sup> — Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, tivemos a oportunidade de realizar reflexões e leituras acerca desse novo fenômeno.

Diante do exposto, compreender a saúde pública no Brasil demanda uma trajetória de formação para além do campo estritamente biológico ou das Ciências da Saúde. Em nossa experiência acadêmica, percebemos que temos aproximação e motivação intrínseca para estudar a temática proposta nesta tese. Esse itinerário formativo nos auxiliou nos subsídios teóricos, empíricos e práticos para emprendermos nossa pesquisa, de modo que, em meio à pandemia passamos a refletir de modo mais crítico sobre como poderíamos contribuir com o debate, especialmente no seio das Ciências Sociais.

---

<sup>10</sup>Cf. <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1972>. Acesso em: 30 mai. 2023.

## Subdivisão da tese

O leitor terá acesso a um total de seis capítulos, além desta introdução e considerações finais. Destacamos que esta subdivisão segue princípios didáticos, mas que em si, está conectada num todo orgânico. Nossa tese está subdividida em três partes: A primeira parte intitulada **Apontamentos teórico-metodológicos da investigação** temos os capítulos um e dois. No primeiro capítulo abordamos nossas escolhas metodológicas de modo a expormos de forma didática o caminho traçado na investigação para o alcance de nossos objetivos. Esse capítulo inicial não se trata exclusivamente de um apanhado epistêmico sobre o método, mas da conjugação do binômio pesquisa-exposição que realizamos. Por esse viés, expomos as premissas da dialética marxiana, e suas reverberações do ponto de vista concreto, no qual deixamos claro como construímos nosso *corpus empírico* e as técnicas de análise que utilizamos para apreender os materiais sistematizados. No segundo capítulo contextualizamos categorias que nos ajudam a entender melhor a relação entre saúde, política, Estado e capitalismo. Trazemos ao centro da discussão categorias como modo de produção; formação econômica social; mercadoria; saúde e pandemia. Essa explanação é necessária para que a partir da construção desse terreno avançássemos na construção de um conhecimento mais concreto e empírico acerca da forma como no Brasil a saúde foi se conformando, e de que modo as experiências ligadas ao enfrentamento de patologias de impacto epidêmico nos revelam traços da formação econômico-social brasileira.

A segunda parte, intitulada de **Capitalismo, saúde e Formação Econômico-Social brasileira** é composta pelos capítulos três e quatro. No terceiro capítulo empreendemos uma análise com base na história das doenças com o intuito de demarcarmos as principais experiências no Brasil do combate às doenças endêmicas e epidêmicas. A construção de uma matriz periódica sobre essas experiências tem a intenção de nos ajudar a entender melhor as mudanças de caráter qualitativo na forma como o Estado brasileiro lidou com esses fenômenos. Dessa forma, patologias como a Gripe espanhola, Febre Amarela e H1N1 serão revisitadas. O quarto capítulo aborda um itinerário reflexivo acerca das determinações que nos ajudam compreender melhor o surgimento da Covid-19no

mundo e no Brasil. Através de nosso *corpus empírico* traçamos um panorama do início da pandemia e seu aprofundamento no território brasileiro. Nesse capítulo recorreremos a mapas, dados estatísticos, índices e comparações entre países e regiões para apreendermos uma dimensão mais concreta da pandemia.

Já na terceira parte: **A gestão bolsonarista da crise sanitária da Covid-19 no marco da totalidade**, há os capítulos cinco e seis. No quinto capítulo aprofundamos nossa análise acerca da realidade brasileira de modo a entendermos o processo de crise orgânica que levou Bolsonaro a vencer as eleições de 2018 frente a Fernando Haddad, candidato do PT. Defendemos a argumentação que vivemos num Estado capitalista dependente em crise, no qual o regime “democrático-liberal” perpassa uma fragmentação e saturação, situação está materializada no marco o golpe institucional-midiático-parlamentar contra a Ex-presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. Além dessa periodização tivemos em vista caracterizar o governo Bolsonaro como pré-bonapartista com traços fascizantes, em debate com as interpretações a respeito do neofascismo; fascismo de novo tipo; e fascismo do século XXI, sem com isso, desconsiderarmos o processo de fascistização do bolsonarismo enquanto fenômeno social vinculado à crise do capital num Estado dependente como o brasileiro.

No sexto capítulo, retornamos ao nosso objeto a partir de um concreto pensado, no qual construímos um quadro com as principais ações e inações que o governo Bolsonaro realizou frente à crise sanitária da Covid-19. Colocamos em evidência os debates acerca da caracterização da gestão sanitária como um genocídio de modo a nos posicionarmos frente a atores que debatem o tema. Há teses, a exemplo da defendida pela professora Dra. Deisy Ventura (2021), da faculdade de Saúde Pública da Universidade Federal de São Paulo que tem trabalhado nessa linha de investigação. Contudo, pensamos que não se trata apenas de uma questão formal ou institucional/jurídica, em essência argumentamos nesse capítulo que o desfecho da pandemia no Brasil também tem um forte elemento de classes, ou melhor, de exploração e opressão de classes, uma vez que, perante nossas hipóteses de investigação, ao procurar dar prioridade à economia o governo Bolsonaro também serviu aos interesses do capital no país, em que pese suas mediações e contradições, sem contudo, que esse movimento deixasse de



penalizar às classes trabalhadoras e grupos subalternos com contrarreformas e ataques sobre os direitos sociais.

## PARTE 1: ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO



*El Hombre en la encrucijada* (1934), Diego Rivera<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup>**Diego Rivera (1886–1957):** nasceu na cidade de Guanajuato — México. Foi um importante muralista, conhecido por suas convicções políticas. Militava no Partido Comunista Mexicano desde 1922, sendo expulso deste, e se aproximando de Leon Trotsky. Seus murais apresentam teores críticos à sociabilidade capitalista e fazem alusão a emancipação das classes trabalhadoras. Cf. <https://www.guiadasartes.com.br/diego-rivera/resumo>. Acesso em: 30 mai. 2023.

## CAPÍTULO 1

# DIALÉTICA ENTRE FORMA E CONTEÚDO: MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E DE EXPOSIÇÃO



Construção (1937), Joaquín Torres García<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>**Joaquín Torres-García (1874–1949)**: nasceu na cidade de Montevidéu, Uruguai. Sua obra refletirá o milagre do cinema, da ferrovia, dos automóveis, dos aviões, do jardim e de sua contrapartida, a cidade industrial. Freud, Einstein, Tolstoy, Lenin, o nascimento dos movimentos anárquicos locais, o humanismo de *Prat de la Riba*. Cf. <http://jtorresgarcia.com/artist/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Optamos por iniciar o presente capítulo explicitando nossas escolhas metodológicas para abordagem da problemática e do objeto de investigação. Consideramos que em termos didáticos, e para o leitor poder apreender da melhor forma possível os caminhos que propomos em nossa tese, se faz necessário trabalharmos com o binômio forma-conteúdo, nos remetendo assim ao movimento de investigação e exposição de nossa pesquisa. Todavia, deixamos claro que não se trata de um modelo, pelo contrário, tomando como base as pesquisadoras em linguística Motta-Roth e Rabuske Hendges (2010), entendemos haver distintas formas de desenharmos a estrutura de uma pesquisa a depender do que queremos estudar. Portanto, para a construção de nosso desenho de pesquisa exporemos nos tópicos a seguir o método que fundamentará nossa pesquisa, as metodologias e procedimentos que utilizamos na produção e análise de dados e informações.

### 1.1 Apontamentos sobre o método

É preciso deixar claro de início que a noção de uma pretensa neutralidade científica comum num viés de caráter positivista, conforme nos lembra o intelectual franco-brasileiro Michael Löwy (2018) na obra: **Marxismo contra o positivismo**, não é tomada na presente tese de doutorado. Esse fato se justifica por dois motivos: o primeiro diz respeito à concretude factível de que enquanto estamos pesquisando o objeto em movimento, também estamos sendo afetados pelo fenômeno da pandemia da Covid-19, já o segundo, parte do pressuposto de que enquanto sujeitos sociais, estamos inseridos nas relações sociais de produção. Como nos lembra o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes<sup>13</sup>, na atividade do sociólogo não existe neutralidade, o intelectual é impelido a optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados (Fernandes, 1995).

Essas observações não implicam que nossa abordagem investigativa seja enviesada, ou priorize de modo unidirecional os fatos. Como observaremos nesse capítulo, diferente de uma visão idealista de matriz hegeliana (Hegel, 1995),

---

<sup>13</sup>**Florestan Fernandes (1900–1995)**: destacado sociólogo brasileiro. Considerado um dos maiores interlocutores da sociologia brasileira. De ampla produção teórica, entre suas obras destacamos: *A integração do negro na sociedade de classes* (1964); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968); *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina* (1973); *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica* (1975).

partirmos do objeto em si, na sua concretude e de suas determinações para realizarmos aproximações sucessivas. À vista disso, ao realizarmos as leituras das obras de Karl Marx, compreendemos o seu posicionamento frente à própria concepção de ciência e de investigação científica, no qual as noções como a de neutralidade são questionadas, uma vez que não podemos considerar os pesquisadores como agentes acima da sociedade de classes como entidades abstratas como salienta Michael Löwy:

[...] o método de Marx não é 'neutro', 'positivo' ou científico-naturalista [...] Marx considera sua ciência como revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos. O 'corte' entre Marx e seus predecessores é para ele um corte *de classe* no interior da história da ciência econômica (Löwy, 2018, p. 24, grifo do autor).

Essa noção crítica a que Löwy faz referência é necessária para não reproduzirmos um reducionismo metodológico que enxerga a realidade mediante elementos estáticos e sem nenhuma relação com a posição de classe que o pesquisador ocupa na produção científica. No âmbito das Ciências Sociais, conforme aponta o economista e político belga Ernest Mandel (1982) o desafio do pesquisador está em reconhecer a noção de organização e estrutura da sociedade de classes. Sendo assim, o pesquisador não está imune ao peso das ideias recebidas e herdadas, pelo contrário, está vinculado aos interesses de conservação ou mudanças sociais. Esse raciocínio pode encontrar proximidade com o que Marx refletia na obra: **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Marx, 2011, p.25).

Certamente não podemos afirmar que essa passagem de Marx está relacionada às questões específicas de metodologia, mas nos traz a ideia que Mandel (1982) argumenta, que no âmbito do trabalho científico também herdamos noções e processos inseridos numa sociedade dividida em classes, não pairando assim sobre a sociedade como entes abstratos e produtores de um pretense

conhecimento asséptico e desvinculado da própria materialidade da vida. Reconhecer esse contexto não seria um sinônimo de relativismo epistêmico conforme salienta Löwy (2018), mas no discernimento de nosso posicionamento frente às questões de pesquisa e problema de investigação. Essa localização acarreta, em nossa interpretação, no uso de metodologias e na produção de um desenho de pesquisa que contemple uma organicidade entre pressupostos teóricos, metodológicos e empíricos, o contrário, estaríamos caindo num reducionismo positivista ao elencar metodologias sem entender sua aplicabilidade e justificativa.

Ao retomarmos as contribuições de Marx n'Os *Grundrisse* entendemos que a tarefa de pesquisar exige sucessivas aproximações em relação ao objeto, e que nessa dinâmica o pesquisador apreende mediante o processo de abstração as múltiplas determinações que correspondem à realidade do fenômeno estudado. Essa realidade, que Marx assevera de forma objetiva, implica no reconhecimento do movimento dialético de apreender aparência e essência do próprio movimento real concreto:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2015, p. 54).

Compreendemos que esse processo ao qual Marx faz referência está vinculado a uma noção metodológica que não toma a realidade como um simples dado objetivo a priori, uma vez que este imediato não é, senão, a forma apreensível e sensível que o pesquisador possui de um primeiro contato para abstrair e tornar num concreto pensado o movimento real do objeto. Esse procedimento resulta, em nossa interpretação, num esforço de pesquisa em promover de modo crítico o caminho de reflexão, pesquisa e abstração, para que assim seja possível apreender o objeto a ser investigado em suas múltiplas determinações. Sem essa noção o próprio esforço analítico da ciência seria superficial, e conforme Marx aponta no livro III d'O Capital: “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).



Ao trazermos essa reflexão para o âmbito da Pandemia da Covid-19, é necessário considerarmos que esse fenômeno não pode ser visto de forma restrita como um encadeamento aparente da biologia de modo a nos prendermos ao âmbito dos efeitos do SARS-CoV-2 sobre o organismo humano, mesmo que a manifestação viral seja parte constituinte da realidade do fenômeno. Há determinações políticas, sociais e econômicas, que no caso da formação econômico-social brasileira repercutem de modo específico na própria gestão que o governo Bolsonaro realizou. Por esse motivo, nos distanciamos de análises que buscam trazer a discussão para o âmbito da análise do perfil individual de Bolsonaro, ou até mesmo, traçar um desenho caricato da gestão sanitária como um elemento subjacente à irresponsabilidade ou problema de ordem psicológica do Ex-presidente, ou meramente de um viés discursivo. Argumentamos que é preciso realizarmos aproximações sucessivas no tocante ao objeto, ou seja, ações concretas da gestão Bolsonaro pois, conforme afirma Marx no **prefácio ao livro Contribuição à crítica da economia política**:

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, **tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma**. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 2008, p. 48, grifo nosso).

Destarte, empreender uma análise sobre a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro também é um desafio, principalmente pelo fato de o fenômeno ocorrer de forma simultânea à nossa apreensão e aproximação ao objeto. É uma conjuntura nova para a comunidade científica de uma forma geral, uma vez que não experienciamos nesse início de século XXI uma crise sanitária de impacto pandêmico com semelhante capacidade de aprofundamento da crise econômica, social e política em curso no modo de produção capitalista, e muito menos um governo com as características do governo Bolsonaro, com vieses autocráticos tão visíveis. Mesmo que no passado a humanidade tenha enfrentado endemias e pandemias, o Covid-19 ocorre num momento de articulação e conexão dos territórios, de uma economia capitalista internacional cada vez mais dinâmica,

desigual e combinada, mas que também mostra os limites do crescimento baseado na exploração e opressão das classes trabalhadoras.

A crise de 2008 demonstra que a burguesia internacional vem tentando estabelecer padrões de lucratividade auferidos na época do ascenso da hegemonia neoliberal, mas enfrenta as contradições de um sistema de produção cada vez mais financeirizado e com níveis de crescimento econômico limitados, o que tem gerado bolhas financeiras a exemplo das dívidas hipotecárias nos Estados Unidos repassadas à credores com base em ativos desvalorizados, o que ocasionou a falência do banco Lehman Brothers conforme aponta o sociólogo Iuri Tonelo (2021) na obra **No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. Essas contradições inerentes ao modo de produção capitalista podem ser visualizadas através da própria lei tendencial da queda da taxa de lucros conforme Marx (2017) já nos apresentou no livro III d'O Capital, mas que tem sido retomada por intelectuais a exemplo do economista político Michael Roberts (2009) na obra: ***The Great Recession: Profit cycles, economic crisis***.

A burguesia internacional vem desde a década de 1970 promovendo a destituição de políticas sociais a exemplo da Saúde Pública, Previdência e Seguridade Social como espaços para a acumulação e geração de mais valor. Nesse sentido, metodologicamente, termos ciência desse contexto e sua aproximação nos ajuda a perceber o próprio movimento e a forma conjuntural em que o Brasil se encontrara antes da pandemia, o que compreende a existência de uma agenda de contrarreformas às políticas sociais em curso, antes mesmo do governo Bolsonaro.

Por isso, o desafio de realizar aproximações sucessivas frente à conjuntura e a uma história recente não exclui as determinações históricas existentes na própria construção da forma como os serviços de saúde foram encarados e tratados no Brasil pelos diferentes governos desde o início do século XX. Mas, conforme a própria caracterização de nosso objeto, e por estar associado a fatos concretos e objetivos que ocorrem de modo mais intenso a partir do ano de 2020 se faz necessário realizar, conforme Vladimir Lênin (1920) esboçou: “Análise concreta de uma situação concreta”. Ou seja, tomar os elementos conjunturais pelos componentes reais e concretos existentes no marco da totalidade.



Frente à essa observação, e diante da especificidade do nosso objeto de investigação e das evidências empíricas que encontramos com base em nosso levantamento nos artigos publicados em periódicos — que foram sintetizados na justificativa de nossa Tese —, compreendemos que esse esforço de investigação é necessário, pois, tomando as próprias palavras de Marx no prefácio à primeira edição d'O Capital vamos perceber que o movimento de investigação não é um dado simples, exige do pesquisador conhecimento e dedicação: “Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência” (Marx, 2013, p. 77). O ato de pesquisar e abarcar as determinações de um objeto implica no esforço de se conhecer o máximo suas características, de modo a criar uma sistematização entre o todo caótico apreendido de forma inicial, mas que através da abstração e análise, seja possível visualizar as interconexões existentes no marco da totalidade que configuram o objeto investigado. Não se trata, portanto do simples ato de pensar, ou conceber o real de modo idealista como resultante do pensamento (Mandel, 1985) conforme Marx chegara a criticar Hegel:

[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimentase a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (Marx, 2015, p. 54–55).

Nesse sentido, a partir de Marx, apreender essa vinculação da gênese de apropriação do concreto é interessante para a nossa pesquisa uma vez que não podemos tomar a pandemia e a gestão realizada pelo governo Bolsonaro em sua superficialidade, ou seja, numa aparência de problema de ordem meramente administrativa e desvinculada da totalidade social, econômica e política. Por esse motivo, a observação de Marx, ao procurar fazer uma síntese do pensamento de Hegel conforme o próprio autor nos explica no posfácio à segunda edição d'O Capital, para nós é instrutiva:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do

processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 2013, p. 90).

Essa questão levantada por Marx implica no próprio processo de síntese que foi necessário realizar, juntamente com Engels frente à filosofia moderna alemã, em especial nas referências de Hegel e, posteriormente, dos grupos hegelianos que existiam na época, e que se dividiam entre hegelianos de direita e de esquerda. Todo esse debate é acessível na obra: **A ideologia alemã**, publicada em 1932. Essa necessidade de superar, mas não negar de forma definitiva a dialética hegeliana é um traço próprio do método de Marx conforme Engels afirma na obra: **Do socialismo utópico ao Socialismo científico**, em consonância ao raciocínio de Marx, um dos equívocos da dialética hegeliana seria eminentemente idealista:

Hegel era Idealista, significando que, em lugar de considerar suas ideias como os reflexos intelectuais dos objetos e dos movimentos do mundo real, obstinado-se a só considerar os objetos do mundo real e as suas transformações como outros tantos reflexos de suas ideias. Para ele, a ideia de uma coisa preexistia não se sabe onde nem como, à própria coisa; o mundo, afinal de contas, tinha sido criado à imagem de uma *Ideia Eterna*: era a realização dessa *Ideia Absoluta*, que, por conseguinte, é suposta como uma existência à parte e independente do mundo real (Engels, 2010b, p. 69, grifo do autor).

Ainda com relação à essa diferenciação, o intelectual peruano José Carlos Mariátegui explora, do ponto de vista epistemológico, a condição dialética marxiana e nos diz o seguinte:

O materialismo histórico reconhece em sua origem três fontes: a filosofia clássica alemã, a economia inglesa e o socialismo francês. Esse é precisamente o pensamento de Lenin. De acordo com ele, Kant e Hegel antecedem e originam primeiro Marx e depois — acrescentamos nós — Lenin, da mesma maneira que o capitalismo antecede e origina o socialismo. A atenção que representantes tão ilustres da filosofia idealista, como os italianos Croce e Gentile, dedicaram ao fundo filosófico do pensamento de Marx não é certamente alheia a essa filiação evidente do materialismo histórico. A dialética transcendental de Kant preludia, na história do pensamento moderno, a dialética marxista. Mas essa filiação não significa nenhuma servidão por parte do marxismo a Hegel nem à sua filosofia, que, segundo a célebre frase, Marx pôs de pé contra a

intenção de seu autor, que a havia colocado de ponta cabeça (Mariátegui, 2011, p.43).

É nesse sentido que ao superar Hegel a dialética marxiana aglutinará as concepções materialistas da filosofia alemã, não do materialismo vulgar e mecanicista criticado por Marx e Engels, conforme Engels (2013) aponta no texto: **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**, mas de compreender o caráter revolucionário de Hegel em sua ideia de movimento e totalidade, ao mesmo tempo em que esses autores buscam superá-lo indo à raiz dos problemas, em suas determinações materiais e objetivas.

O próprio movimento de Marx no estudo da Economia Política é caudatário desse processo de maturidade intelectual. A necessidade de entender as leis que regem o modo de produção capitalista certamente não seriam encontradas por Marx se este seguisse o método de abstração da economia vulgar que toma a realidade como um simples dado apreensivo e sem nenhuma mediação e aproximação com o movimento real e concreto das relações sociais de produção. Contudo, ao contrário das afirmações que no âmbito das Ciências Sociais sempre procuram acusar a obra de Marx e Engels de um suposto determinismo econômico, ou uma suposta teoria do reflexo conforme salienta o filósofo marxista Ludovico Silva (2012) na obra: **O estilo literário de Marx**, onde os elementos ideológicos e superestruturais seriam apenas meros reflexos das determinações econômicas, Marx visa esboçar essa questão no prefácio à obra: **Contribuição à crítica da economia política**, da seguinte maneira:

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que **condiciona** o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 2008, p.46, grifo nosso).

Engels, também exprime crítica às distorções que apresentam implicações metodológicas para a realização da apreensão dos objetos:

Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros elementos da superestrutura **(formas políticas de luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas)** também exercem sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (Engels, 2016, p. 83, grifo nosso).

De modo semelhante a Engels, Mariátegui (2011) salienta que pela ótica metodológica, Marx realizou demonstrações dos processos da economia capitalista para entender o seu modo de produção, mas isso não excluiu as análises políticas e sociais que o autor também contemplou no *O Capital*. Desse modo, não desconsideramos em nossa tese os elementos econômicos, mas compreendemos que, conforme demonstramos em nossas escolhas metodológicas, a gestão da pandemia realizada pelo Governo Bolsonaro é fruto de um amálgama entre elementos econômicos, políticos e sociais, ou seja, é fruto de múltiplas determinações no marco da totalidade.

A observância quanto à totalidade é fundamental na abordagem metodológica de Marx conforme salientou o intelectual húngaro Georg Lukács na obra: **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Para este autor, seria apenas na integração dos distintos fatos que alicerçam a vida social numa totalidade que o conhecimento se torna possível frente à realidade. Este conhecimento parte das determinações simples, puras e imediatas para alcançar a totalidade concreta num processo de reprodução intelectual da realidade (Lukács, 2003). Por esse motivo, em nossa tese não procuramos nos ater somente aos elementos administrativos e formais, entendemos que no marco dessa totalidade as determinações mais simples: fatores econômicos, políticos e social, influenciam na conformação de nosso objeto de estudo.

No marco de uma totalidade não basta apenas pesquisar, produzir dados e informações, ou seja, o próprio processo de investigação, mas também ter atenção quanto à forma de exposição desses conteúdos. Essa concretude metodológica implica em reconhecermos conforme Tonelo (2021) assinala, o cuidado em não nos perdermos no exercício da totalidade, apreendendo assim, as principais determinações de nosso objeto de estudo:

[...] para que o investigador não se desvie nesse caminho dialético da totalidade em uma busca indefinida de informações, o que resultaria em um percurso ineficaz no multifacetado caminho da história, é crucial que se distingam os *momentos predominantes* no interior do conjunto de determinações possíveis a se investigar; do contrário, mesmo uma ciência específica seria inviável, não passando de uma desgovernada navegação no mar inesgotável da realidade (Tonelo, 2021, p. 12, grifo do autor).

Como o nosso desafio está em compreender um fenômeno em pleno movimento, a observação acima é frutífera no sentido de nos alertar para a construção de um *corpus empírico* que contemple os momentos predominantes da síntese das múltiplas determinações. Ainda segundo Tonelo (2021) a dificuldade em análises de processos vivos da atualidade está em visualizar com clareza os principais momentos de clivagem, uma vez que do ponto de vista histórico o que se apreende numa primeira aproximação é toda uma dinamicidade indivisível, o que nos induz a realização de demarcações, destacando processos marcantes que são parte de um todo orgânico, mas que impliquem em alterações de ordem qualitativa.

Como nos lembra Leon Trótski, em contraposição ao pensamento vulgar, este não conseguiria ver a multiplicidade de transformações existentes na realidade, por enxerga-las como uma fotografia, de modo estático, por outro lado, o pensamento dialético não exclui a fotografia, mas a combina numa série de fotos para desvelar o movimento dos fenômenos, semelhante a um filme:

O pensamento dialético está para o pensamento vulgar assim como um filme está para uma fotografia imóvel. O filme não rejeita a fotografia imóvel, mas combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento. A dialética não exclui o silogismo, mas nos ensina a combiná-lo de modo a aproximá-lo da compreensão de uma realidade eternamente mutável (Trótski, 2017, n.p).

À vista disso, destacamos que nesse processo de abstração é imprescindível trabalharmos com o binômio investigação-exposição. Para Marx (2013) essa diferenciação é bastante clara, uma vez que implica na forma e no conteúdo de como a pesquisa é formulada. Ou seja, não basta apenas que exista o processo de investigação e apreensão científica, mas é necessária uma exposição adequada que contemple o movimento de pesquisa em si. Uma boa organização e sistematização textual implica numa relação dialética entre o ponto de partida da pesquisa, com a

pergunta de investigação, e o ponto de chegada, ou seja, as respostas formuladas através do processo de aproximação e apreensão do objeto.

Por esse motivo, iremos esclarecer, no subtópico a seguir sobre essas observações de modo a esboçarmos a construção de nosso *corpus* empírico-analítico. Primeiro, proporemos como método de investigação a forma de construção desse *corpus*, ou seja, as fontes, tipos de materiais empíricos, situação de produção, bem como o modo que analisaremos esse material, tendo em vista que não cabe apenas “produzir” dados e informações, mas numa pesquisa de tese entendemos ser necessário expor os procedimentos e as técnicas utilizadas para tratamento dos dados e informações.

## 1.2 Método de investigação e técnicas de pesquisa

No posfácio há segundo edição d'O Capital, Marx deixa claro a diferença entre investigação e exposição conforme podemos observar pelas palavras do próprio autor:

[...] deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (Marx, 2013, p. 90, grifo do autor).

Observamos na passagem citada acima que a necessidade de se apropriar de elementos empíricos é factível no processo de investigação<sup>14</sup>. Conforme nos lembra o professor de Filosofia da UFCG Hélio Ázara de Oliveira (2016), quando Marx inicia O Capital pela circulação simples de mercadorias, ele não nos apresenta

---

<sup>14</sup>Para um maior aprofundamento a respeito do método em Marx, para além da bibliografia que utilizamos em nossa tese, também indicamos algumas exposições que estão disponíveis no YouTube e que congregam de modo didático a dinâmica do pensamento de Marx sobre essa questão: José Paulo Netto em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em 10.dez. 2011; Reinaldo Carcanholo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0DzRKsLvRc>. Acesso em: 12 jun. 2020; Miriam Limoeiro Cardoso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SOP5RugaYq0>. Acesso em: 09 jul. 2022; Ivo Tonet em <https://www.youtube.com/watch?v=riKPQcuMyJo>. Acesos em: 20 set. 2022; Virgínia Fontes em <https://www.youtube.com/watch?v=l3BGGH2sFQg>. Acesos em: 30 mar. 2021.

nem o concreto capitalista, e muito menos sua história de surgimento, ou pré-história, o que vemos nas sessões iniciais d'O Capital é:

“[...] o mundo capitalista em uma versão abstrata. Entenda-se aqui por abstrato: a representação de algo, no caso de um modo de produção, a que todas as determinações necessárias à sua compreensão não foram ainda somadas. Este abstrato é, não obstante, o capitalismo como este nos aparece à consciência imediata que temos dos processos sociais nos quais nos envolvemos. Esta abstração, entendida como consciência dos agentes econômicos, é abstração real e não mera ilusão (Oliveira, 2016, p. 20).

Isso implicou que, para que Marx pudesse chegar a estas determinações e revelar mediante à crítica os elementos fundamentais do modo de produção capitalista, precisou apreender esse modo de produção mediante exaustiva investigação, para só após conseguir expor seus elementos mais abstratos num concreto pensado, e assim, ir aprofundando o nível de análise com elementos empíricos e exemplos concretos no decorrer nos livros I e II.

Nesse sentido, realizar esse itinerário até a exaustão é uma das formas de produzir informações necessárias para análise da questão de pesquisa. A apreensão pormenorizada, a análise de suas diferenças, composições e conexões fornece o material necessário para o pesquisador expor a construção do objeto. Desse ponto de vista, e tendo a ciência das considerações realizadas anteriormente, avaliamos que seja válido expormos o desenho de nossa investigação. Essa exposição também nos auxiliará a fazermos a vinculação entre problemas, objetivo e metodologia de pesquisa, elementos conectados no marco da totalidade.

### **1.2.1 Recorte temporal e analítico da pesquisa**

O desenho de pesquisa implica na estruturação, a partir da problemática e objetivos elencados dos elementos formais de nossa investigação. Delimita assim, nossas escolhas em relação à construção do *corpus* empírico, bem como as técnicas que usamos para analisar as informações e dados produzidos. Consideramos que essa é uma das partes essenciais do processo de pesquisa, uma vez que se vincula ao método de investigação, necessitando estar claro e objetivo



para que tanto o pesquisador quanto o leitor entendam o percurso escolhido na investigação.

Nesse ínterim, faz parte também do desenho da pesquisa a delimitação espacial e temporal do objeto de investigação, que em nosso caso, implica na realidade brasileira, especialmente na esfera do governo Bolsonaro. Entendemos que no caso da gestão, e especialmente quando no remetemos ao SUS, há a noção de descentralização do sistema, mas no caso da pandemia, nossa escolha se justifica pelo fato de que em fenômenos dessa ordem a esfera federal possui uma maior autonomia no sentido de determinar as linhas gerais de ação através das recomendações de órgãos internacionais como a OMS. No caso das ações de Estados e Municípios, não entraremos nessa escala devido a esse recorte analítico, e porque também implicaria num aprofundamento de análise do qual não teríamos recursos e tempo para apreensão no presente estudo, embora possamos usar exemplificações de atritos entre o governo federal e as esferas subnacionais.

Do ponto de vista temporal, elencamos o período que contempla do dia 01 fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022. Esse marco temporal manifesta o início da pandemia no mundo e o aprofundamento no Brasil. Demarca também parte do mandato presidencial de Bolsonaro tendo em vista que este foi eleito em 2018, iniciando suas atividades no dia 1 de janeiro de 2019. Mesmo diante das incertezas inerentes ao movimento concreto de nosso objeto de estudo, por estar em constante movimento, avaliamos que delimitar nossa análise a esse marco temporal implica numa melhor construção do *corpus empírico* porque nos fornece a oportunidade de realizarmos uma análise e sistematização empírica.

### **1.2.2 Construção do *corpus empírico***

Iniciamos a construção de nosso *corpus empírico* por meio do levantamento da bibliografia em periódicos acadêmicos, dissertações, teses e livros que dialogam com a nossa temática de investigação. Nesse sentido, materiais que debatem a relação entre capitalismo, saúde e pandemia foram lidos como uma forma de realizarmos sín os principais elementos que nos ajudaram a entender, no marco da totalidade, como se processa essa relação.

Ao redirecionarmos o escopo para o caso brasileiro, também procuramos referências em periódicos acadêmicos e revistas que tratam das histórias das

doenças no país, especificamente patologias de âmbito epidêmico e pandêmico. Esse esforço foi necessário para identificarmos as experiências de gestão, mediadas pelo Estado, que o Brasil teve ao enfrentar processos de crise sanitária, sendo também uma forma de compreendermos melhor a influência desses processos na formação econômico-social brasileira.

No entendimento da pandemia da Covid-19 e especificamente em seu processo de difusão e chegada ao Brasil, com seus respectivos impactos num país de dimensão continental, compilamos dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) através dos boletins epidemiológicos, organizando informações como: quantidade de óbitos, infecções, curva temporal de avanço da pandemia nas regiões do país e nos principais centros urbanos. Também realizamos o levantamento de informações em sítios eletrônicos como o do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (CONASS); sistema de dados da Universidade de Oxford; e o site *Worldometer* que contempla estatísticas descritivas sobre a dinâmica da pandemia no mundo. As representações cartográficas também foram importantes, especialmente aquelas produzidas por geógrafos e cartógrafos que se dedicam à analisar o padrão de difusão espacial da Covid-19 no território brasileiro. Cabe salientar que, apesar do MS ser uma fonte de pesquisa, este apresentou limitações quanto a divulgação dos dados pelo próprio caráter da gestão da pandemia que o governo Bolsonaro realizou, ao modificar, atrasar e se negar a informar à sociedade brasileira sobre os dados da pandemia, por esse motivo não nos detivemos apenas a esse sítio eletrônico. Problemas com a mudança de metodologia na contabilização de óbitos; horários de divulgação das informações; supostas invasões de *hackers* que desestabilizaram o sistema influenciaram para buscarmos outras fontes de dados como o site da CONASS.

No entendimento da composição política do governo Bolsonaro de modo a caracterizá-lo, dialogamos com autores que analisam o processo de crise política que levou o governo Bolsonaro a ser eleito no ano de 2018. Autores do campo da História; Ciência Política, Sociologia e Economia Política foram importantes porque permitiram um diálogo crítico com os aspectos inerentes ao nosso objeto de investigação. Esse movimento nos auxiliou na produção de uma melhor periodização dos processos de crise que levaram a ascensão do fenômeno do

Bolsonarismo e da extrema-direita no Brasil e de que modo isso se interliga à nossa problemática de investigação.

Para o mapeamento do gerenciamento da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro nos baseamos em leis e documentos oficiais emitidos pelo MS, bem como em autores que analisaram esse processo. A coleta de notícias vinculadas aos jornais brasileiros nos auxiliou no sentido de catalogarmos os principais fatos associados à gestão da crise sanitária no Brasil nos seguintes veículos: Globo, Folha de São Paulo e Estadão. Esses jornais foram escolhidos pelo fato de permitirem o acesso público às matérias, e por apresentarem um grau de circulação nacional. Contudo, aqui é preciso um adendo especial sobre os jornais. Eles nos auxiliam em meio aos acontecimentos e fatos que ocorreram diariamente em relação à pandemia da Covid-19 de modo que foi possível uma melhor periodização do fenômeno. Compreendemos que os jornais apresentam uma função de disseminação de conteúdo e informações associadas às classes sociais. Desempenham uma função partidária por defender determinados interesses de classe, por isso não tomamos tais aparelhos de forma acrítica, entendemos que do ponto de vista da luta de classes no Brasil, especificamente entre as frações da burguesia, esses jornais criticaram o governo Bolsonaro, sem que isso implicasse numa total desvinculação de sua prática concreta de promoção de contrarreformas, que auxiliaram os interesses das frações burguesas vinculadas a esses aparelhos midiáticos.

Essa noção é apreendida por nós a partir das observações realizadas pelo intelectual sardenho Antonio Gramsci através de suas reflexões acerca da opinião pública. Essa opinião tem função basilar na sedimentação de uma visão de mundo vinculada a interesses de classes, e os aparelhos midiáticos a exemplo de jornais, dos quais Gramsci chamou atenção, desempenham essa função (Liguori, 2017; Aliaga, 2021). De modo concreto, essa opinião pública ao qual Gramsci chamava atenção na primeira quadra do século XX se complexifica na contemporaneidade. Desde o surgimento da internet e sua disseminação para os principais centros urbanos, a criação de redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, e aplicativos de comunicação instantânea como o *WhatsApp* e *Telegram*, a profusão de informações cresceu de forma considerável. Todavia, concordamos com o pensamento desenvolvido por Gramsci, especialmente para a nossa pesquisa,

considerando que os jornais em circulação no país possuem a capacidade de sedimentar determinadas visões e defesa de interesses. Gramsci também salienta que o jornalismo descrito por ele como integral, que não se prende apenas a satisfazer as necessidades de uma determinada categoria, mas, também cria e desenvolve tais necessidades, não fica restrito apenas a um conteúdo puramente formal e informativo. Destaca que, ao observar a realidade, os jornais desempenharam as funções de informação, direção política geral, e de cultura política (Gramsci, 2016, CC24, §1, v. 2, p.195).

Também utilizamos as *Lives* semanais que o Ex-presidente Bolsonaro realizou toda quinta-feira em seu canal do YouTube. Procedemos de modo a realizarmos o download dessas *lives* de maneira a criarmos um banco de dados, catalogado por data e link. Esse material nos auxiliou no sentido de observarmos as posições de Bolsonaro e seus ministros em relação aos temas ligados à pandemia. Nessas *lives* foi comum o fato de o Ex-presidente aparecer com os ministros que compõem o governo como uma forma de fazer um diálogo direto com sua base eleitoral.

Destacamos o relatório final produzido pela CPI da pandemia, que iniciou as atividades no dia 27 de abril de 2021, até o dia 07 de agosto desse mesmo ano. Nessa CPI foram ouvidos os depoimentos de integrantes do governo Bolsonaro como os Ex-ministros da saúde, figuras políticas e empresariais centrais no entendimento da gestão da pandemia realizada pelo governo. O relatório foi aprovado no dia 26 de outubro de 2021 e possui as transcrições dos depoimentos e informações acerca da condução da crise sanitária realizada pelo governo federal.

Diante do exposto, no subtópico a seguir apresentaremos um quadro com esse *corpus empírico* e como produzimos, tratamos e analisamos os dados referentes à nossa tese.

### 1.2.2.1 Tratamento e técnicas de análise do *corpus empírico*

No quadro a seguir podemos observar o *corpus empírico* que analisamos, com a respectiva técnica de análise:

**Quadro 4** - Corpus empírico e técnicas de análise

<b>Material empírico</b>	<b>Tratamento e análise</b>	<b>Fonte</b>
Livros; artigos de periódicos acadêmicos; matérias jornalísticas; romances literários.	Classificação por tipo de material, leitura analítica e interpretativa mediante e a análise crítica e realização de diálogo entre autores.	Material bibliográfico.
Dados estatísticos: óbitos e infecções; Taxas de infecção e óbitos por mil habitantes; Taxa de reprodução viral; índice de morbidade; mortalidade; prevalência.	Estatística descritiva: cálculo de variações e índices de razão utilizando o programa <i>Microsoft Excel</i>	Painel Brasil; Sistema Conass; Open DATASUS; Observatório de síndromes respiratórias da UFPB; Data base Oxford; Monitoramento Covid-19 da Fiocruz
Documentos: Leis; decretos; boletins epidemiológicos; Relatório final da CPI da Covid-19.	Análise documental	Ministério da Saúde; Observatório Covid-19 da Fiocruz; Diário Oficial da União;
Vídeos: Lives; filmes; reportagens televisivas.	Sistematização por tema; transcrição de excertos; e periodização.	Jornais; canal oficial de Bolsonaro e do Governo Federal no YouTube;

**Fonte:** elaboração própria.

Uma das dificuldades em estudar a pandemia da Covid-19 ao mesmo tempo em que vivenciamos o fenômeno é o presente histórico e as mudanças bruscas de rumos que a crise sanitária tomou no país, além da imensidão da quantidade de dados e informações, o que nos exigiu capacidade de seleção e tratamento. Diante disso, algumas observações são necessárias quanto aos procedimentos de análise que utilizamos na tese.

A pesquisa bibliográfica, delineada a partir dos materiais que dialogam com nosso tema de pesquisa foram organizados por classificação: artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, etc. em nuvem. Mediante esse *corpus*, a análise seguiu a leitura analítica e interpretativa. Segundo o

Cientista Social Antonio Carlos Gil (2002), no caso da leitura analítica, após a obtenção e seleção do material necessário para a pesquisa, o pesquisador ordena e organiza as informações existentes como uma forma de construir um diálogo com a problemática de pesquisa. Essa leitura é de caráter crítico de modo a identificar as argumentações principais dos autores lidos. Na leitura interpretativa procura-se “conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica” (Gil, 2002, p. 79). Essa interpretação é realizada com a conexão aos dados empíricos ou pesquisas já realizadas sobre um determinado tema, que no caso da Covid-19 são relatórios, artigos científicos, boletins epidemiológicos, entre outros. Essa análise não desconsidera o elemento crítico, ou seja, a realização de um diálogo que aponte lacunas ou contradições no pensamento dos autores consultados.

No que diz respeito aos dados epidemiológicos e ao uso da estatística descritiva, cabe explicitar o porquê dessa escolha em si, e o que significa a estatística descritiva. Segundo o sociólogo estadunidense Earl Babbie (1999) a estatística descritiva pode ser caracterizada como uma forma de descrever dados quantitativos de modo que o pesquisador consiga manuseá-los. Partindo do problema de pesquisa e da forma como os dados estão organizados, é possível a realização de correlação entre variáveis ou descrever associações entre estas. Em nossa pesquisa a estatística descritiva oportunizou uma melhor forma de exposição dos dados disponibilizados pelos órgãos governamentais. Utilizamos da descrição simples, classificando, hierarquizando e correlacionando variáveis. Dados como óbitos e número de casos são apresentados a partir de razões quantitativas que buscam equalizar o padrão demográfico brasileiro, ou seja, quantidade de óbitos por habitantes.

Nesse caso, algumas fórmulas são importantes ao nosso trabalho, especialmente aquelas da epidemiologia por trabalhar com coeficientes e índices que informam sobre uma determinada patologia. Segundo as pesquisadoras Lígia Kerr e Maria Zélia Rouquayrol (1999), no estudo de variáveis populacionais geralmente os dados estão disponíveis em organismos oficiais dos governos, ou foram registrados de forma sistemática por pesquisadores. Em nosso caso, tivemos acesso a dados em bancos de dados que citamos no quadro 6, mas, para nós, não basta apenas ter o dado por si, é preciso compreender inclusive alguns índices que esses bancos disponibilizam e que servem para entendermos a manifestação

pandêmica no Brasil. É importante destacar que geralmente as variáveis em estudos epidemiológicos são representadas por número de pessoas acometidas por uma determinada doença, e são mostrados como valores absolutos. Quando esses valores são associados a variáveis independentes como população, são denominados de frequências absolutas. Os dados da Covid-19 são geralmente disponibilizados de forma absoluta, mas em alguns bancos de dados já é possível encontrar razões numéricas como índices de mortalidade. Contudo, para ser possível equalizar as disparidades regionais em termos demográficos se faz necessário a transformação de valores absolutos em índices relativos:

Para se comparar as *frequências de mortalidade e morbidade* é necessário transformá-las em *valores relativos*, ou seja, *numeradores de frações com denominadores fidedignos*. Daí surgem os conceitos de mortalidade e morbidade relativas, de uso extensivo e intensivo em saúde pública. As novas variáveis dependentes não são mais frequências absolutas, e passam a ser coeficientes e índices (Kerr-Pontes; Rouquayrol, 1999, p. 33, grifo das autoras).

Os índices são relações entre frequências de uma determinada classe, ou doença para deixarmos o exemplo mais aproximado de nossa pesquisa, e uma população acometida ou suscetível de adoecimento. Geralmente os índices são expressos em frações ou porcentagem. Ao ser expresso nessa fórmula também é comum que multipliquemos o índice por uma potência de base  $10^n$  para representar uma determinada população que cogitamos investigar e comparar:

Para se transformar números decimais em números inteiros, multiplica-se o coeficiente ou índice por potência de 10, que seria a base referencial da população exposta, transformando-o em número inteiro [...] (Kerr-Pontes; Rouquayrol, 1999, p. 34, grifo das autoras).

No quadro a seguir elencamos alguns índices importantes em nossa pesquisa, pelo menos para termos o conhecimento de interpretar e entender o significado dos índices que os bancos de dados disponibilizam:

**Quadro 5** - Índices epidemiológicos

Índice	Significado	Fórmula
Coeficiente de mortalidade	Os coeficientes de mortalidade são definidos como quocientes entre as frequências absolutas de óbitos e o número de expostos ao risco de morrer [...] No coeficiente de mortalidade geral, os expostos ao risco são todos os indivíduos da população.	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos}}{\text{População exposta ao risco}} \times 10^n$
Coeficiente de letalidade	O coeficiente de letalidade é elaborado calculando-se a relação entre o número de óbitos devido a determinada causa e o número de pessoas que foi realmente acometido pela doença.	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de óbitos de uma determinada doença}}{\text{n}^\circ \text{ de casos dessa doença}} \times 10^n$
Coeficiente de prevalência	Prevalência é um termo que descreve a força com que subsistem as doenças nas coletividades. A medida mais simples para prevalência é a frequência absoluta dos casos de doenças [...]	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos conhecidos de uma determinada doença}}{\text{população}} \times 10^n$
Coeficiente de incidência	Incidência em Epidemiologia, traduz a ideia de intensidade com que acontece a morbidade em uma população [...] A incidência de doenças é medida, a grosso modo, pela frequência absoluta de casos novos relacionados à unidade de intervalo de tempo, dia, semana, mês ou ano.	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos de uma doença ocorrentes em determinada comunidade em certo período de tempo}}{\text{n}^\circ \text{ de pessoas expostas ao risco de adquirir a doença no referido período}} \times 10^n$

**Fonte:** Kerr-Pontes; Rouquayrol, 1999, pp. 34–48. Elaboração própria.

É importante frisar que tais dados expressam uma realidade parcial, necessitando de um olhar crítico (concreto pensado), sem, contudo, negá-los, pois, do ponto de vista da nossa investigação, é o que há de disponível para trabalharmos, em que pese o fato de não desconsiderarmos as subnotificações que existe no Brasil e as tentativas do próprio governo Bolsonaro impedir a divulgação desses dados.

Nesse sentido, adicionado ao uso da estatística descritiva, também recorreremos à análise documental. O fenômeno da pandemia gerou no Brasil uma série de documentos oficiais do MS. Mesmo sendo documentos de um processo



recente, entendemos que planos, boletins e legislações são fontes que merecem nossa atenção pois podem revelar a forma de gestão que o governo Bolsonaro realizou. Sendo assim, conforme a professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Sonia Virginia Moreira (2005), a análise documental pode ser compreendida por etapas como: a) identificação, b) verificação e c) apreciação de documentos. Esse tipo de pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. A qualitativa prioriza o teor, conteúdo do material selecionado para análise, a quantitativa, por sua vez, reúne quantidades de informações para o *corpus* da análise mediante frequências. No caso de nossa pesquisa, priorizamos a abordagem qualitativa por entendermos que nos forneceu uma análise em profundidade dos documentos selecionados. As fontes documentais podem ser de origem primária e secundária. As fontes primárias são exemplificadas pelos escritos pessoais; diários; documentos oficiais; documentos internos de empresas e instituições. As secundárias seriam caracterizadas por dados ou informações organizadas em: mídia impressa; eletrônica e relatórios técnicos.

Para os pesquisadores Jackson Sá-Silva; Cristóvão de Almeida e Joel Guidan (2009), o cientista que trabalha com documentos precisa tomar cuidado com os desafios e possíveis armadilhas desse trabalho. Para esses autores:

Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, em razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um sem número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e da solidez de suas explicações (Sá-Silva; Almeida; Guindan, 2009, p.296).

Não tomar os documentos como a realidade em si é uma das primeiras tarefas que consideramos. Como a maioria dos documentos que fazemos uso são de fontes oficiais do governo, é preciso entender o contexto no qual esses documentos foram produzidos e as entrelinhas dos mesmos, tendo em consideração que em sua maioria possuem linguagem técnica, específica da área da gestão em

saúde. Por outro lado, não nos limitamos apenas aos documentos oficiais do MS, relatórios de organizações como Fiocruz, e até mesmo da Organização Mundial de Saúde (OMS) compõem nosso *corpus* documental para análise. Em termos de análise entendemos que as observações realizadas pelo sociólogo francês André Cellard (2014) contribuem com o nosso trabalho. Segundo esse sociólogo na análise documental algumas etapas são necessárias. De início, temos uma análise preliminar que visa realizar o exame crítico do documento:

[...] essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são as únicas que podem nos atender, por pouco que seja, sobre uma situação determinada; Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental. (Cellard, 2014, p. 200).

Somado a isso, existem duas etapas orgânicas na realização de uma análise documental. A primeira diz respeito a uma análise preliminar: preparação, sistematização e organização dos documentos. Nessa fase o pesquisador identifica elementos como contexto de produção e autoria. Feita essa análise preliminar, o pesquisador consegue ter informações para realizar a análise documental de modo a vincular a problemática de pesquisa às informações que conseguiu reunir ao sistematizar os elementos que compõem o documento.

**Quadro 6** - Etapas da fase preliminar da análise documental

Etapa	Elementos
Contexto	Exame do contexto social global de produção do documento. O entendimento do contexto social, político, econômico ajuda a perceber as referências existentes no documento, pois toda documentação pertence há um tempo histórico.
Identificação do autor ou autores	A interpretação de um documento deve considerar o produtor, quem produz um documento, o faz com um objetivo. Nesse sentido, a identificação da autoria implica também em pensar os interesses inerentes a essa produção.
Observação quanto à atualidade e confiabilidade do texto	Além da origem social, ideológica e dos interesses associados à produção de um documento, é pertinente verificar sua qualidade e autenticidade.
Natureza textual	Todo documento possui uma natureza textual, ou seja, o suporte no qual as informações são emitidas. Por isso, cada documento possui especificidades, sejam aqueles ligados ao campo médico, jurídico ou teológico. Por isso que a linguagem é específica, entender essa norma ajuda o pesquisador a compreender o conteúdo existente no documento.
Identificação dos conceitos-chave e lógica interna do texto	Identificação de termos específicos e usuais no documento. Os conceitos-chave são elementares, ao implicarem em jargões específicos e unidades de ideias que o pesquisador precisa apreender. Ademais, os documentos também possuem uma lógica interna, ou seja, uma argumentação intrínseca que o autor constrói para informar ao seu leitor sobre alguma ideia que deseja passar.

**Fonte:** Cellard, 2014. Elaboração própria.

Com a devida sistematização desses elementos preliminares, o pesquisador passa ao momento de aglutinar as partes que conseguiu identificar, de modo a relacioná-las com sua problemática de pesquisa (Cellard, 2014). O uso de documentos sem dúvida é uma parte interessante de nossa pesquisa, mas a seleção de vídeos, e especificamente as *lives* semanais de Bolsonaro também nos remete a uma forma específica de analisar esse material.

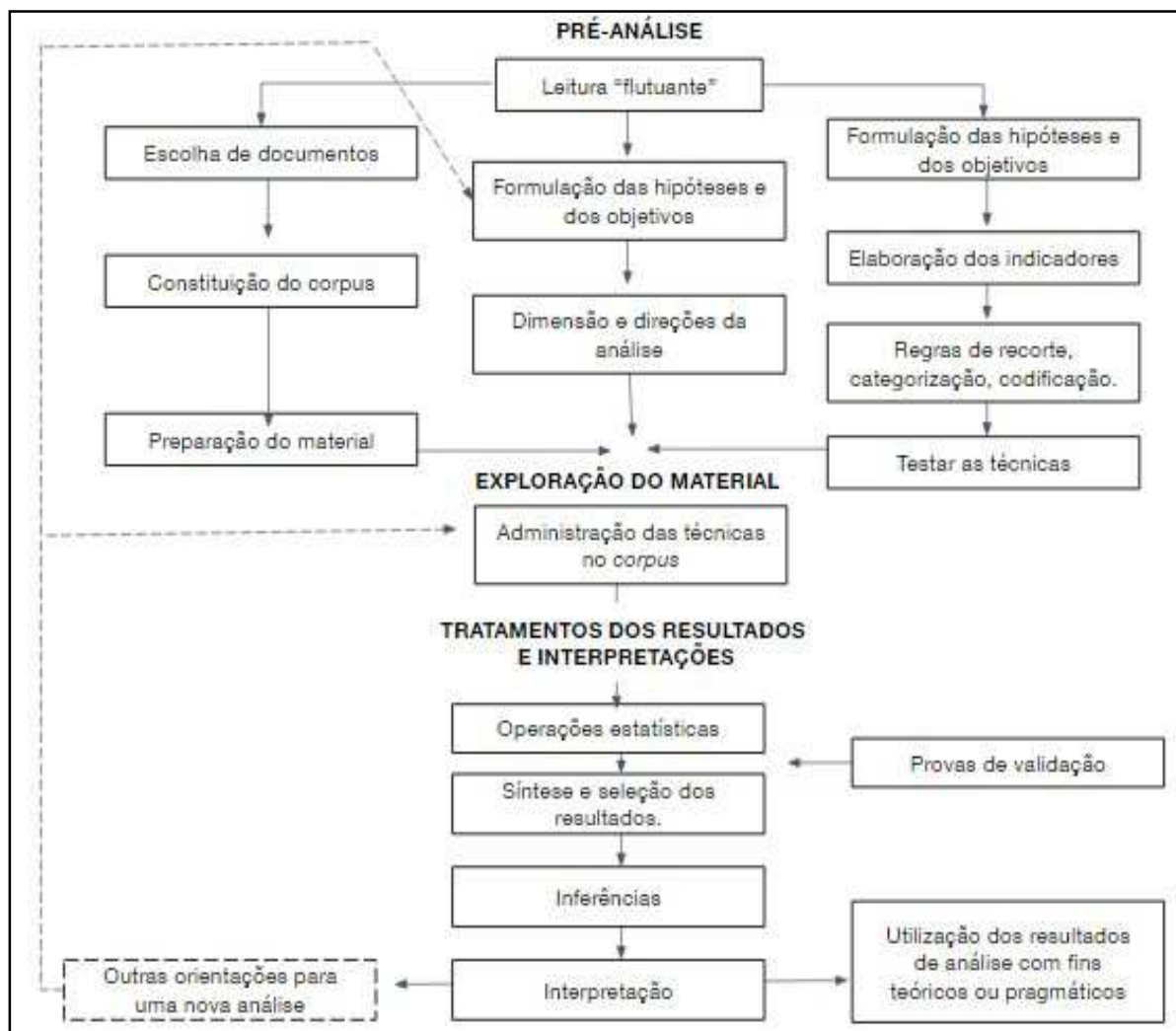
Na pesquisa, para analisar esse material vinculados aos vídeos, recorreremos à pesquisadora francesa Laurence Bardin (2011) que considera a Análise de Conteúdo (AC) como um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados a

discursos diversificados. Ela define a AC como uma técnica que mediante a descrição objetiva, sistemática e quantitativa de um conteúdo manifesto em comunicações no sentido de interpretá-las. Esse conjunto implica num trabalho exaustivo aplicado a qualquer comunicação, ou seja, aos vínculos de significados de um emissor para um receptor, em nossa pesquisa, o próprio Ex-presidente emitindo conteúdos para sua base eleitoral maciça.

Bardin (2011) define algumas etapas para a realização da AC em três momentos: uma primeira vinculada a pré-análise no qual o pesquisador organiza o *corpus empírico*. Nessa etapa acessamos todas as lives produzidas pelo Ex-presidente durante o período que vai de 27 de fevereiro de 2020 a 18 de agosto de 2022 e selecionamos aquelas que estavam associadas à temática da Pandemia (um total 263 vídeos). Cabe salientar que nessa seleção também tivemos acesso às falas de integrantes do governo Bolsonaro como os Ex-ministros da Saúde; Economia e Direitos Humanos, embora as falas de Bolsonaro apresentem maior destaque devido ao uso excessivo do Ex-presidente desse tipo de veículo de comunicação.

Realizada essa etapa, transcrevemos os vídeos numa planilha do Excel a partir da imersão em seus conteúdos, de modo a elencarmos as categorias imanentes aos conteúdos. Esse procedimento de categorização implicou na codificação dessas categorias num livro de códigos conforme as recomendações de Sampaio (2021), que o leitor poderá acessar na sessão de apêndices de nossa tese. De posse dessas categorias, fizemos uma vinculação com nossos elementos teóricos, de modo a conectarmos esses elementos empíricos a imanência de nosso objeto de pesquisa. No quadro abaixo podemos visualizar de forma esquemática as etapas que seguimos para a produção de nossa AC:

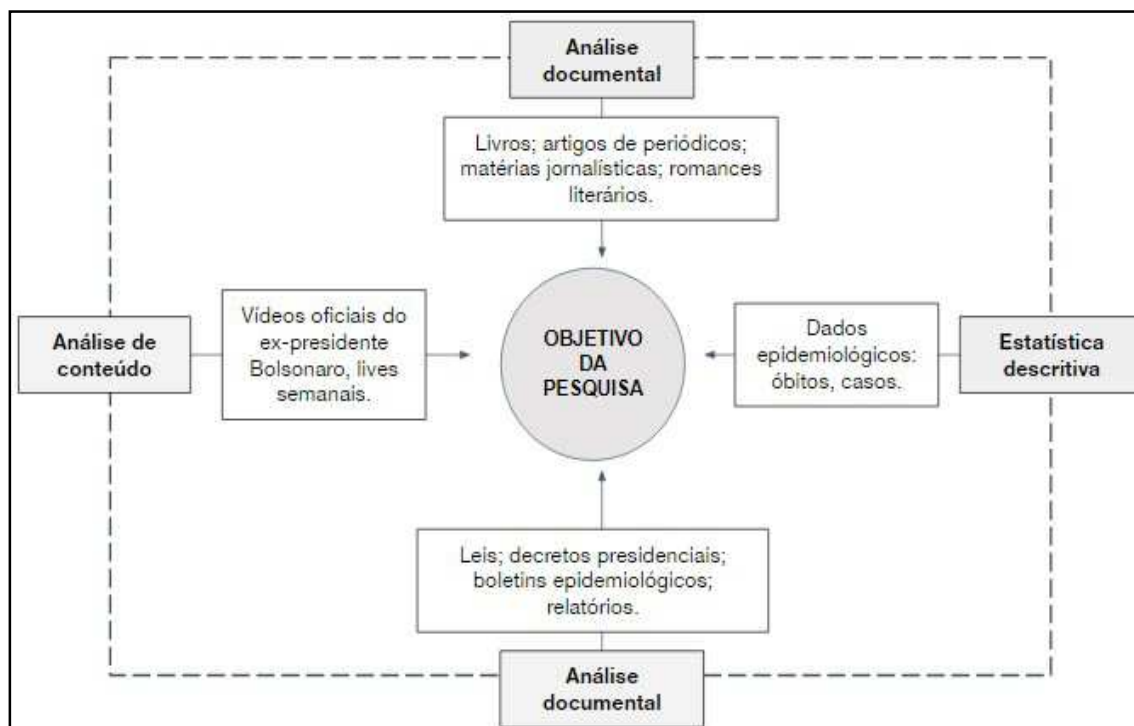
**Figura 1** - etapas da produção da AC



**Fonte:** Bardin, 2011.

Dessa forma, a partir de nossa exposição em relação aos dados e técnicas procedimentais, salientamos que estas não são estanques e muitos menos funcionaram como um camisa de força. A esse modo, no quadro a seguir é possível visualizarmos uma síntese dos procedimentos que usamos na Tese:

**Figura 2** - Procedimentos de análise utilizados na tese



**Fonte:** Elaboração própria.

Consideramos que esses procedimentos precisavam ser explicitados para o leitor entender nossos pressupostos e justificativas de escolha. Portanto, a ideia central é enxergar esses procedimentos de forma orgânica, no marco de uma totalidade analítica, mas guiados pelo objetivo geral da tese. Avaliamos que essa forma de abordagem nos auxilia no sentido de concatenar melhor nossa análise, para evitarmos certo risco de, frente a fontes de dados e informações de diferentes matrizes, ocorrer um processo de dispersão.

### 1.3 Modo de exposição

A exposição dos resultados da pesquisa é um elemento da investigação que também merece destaque. Como se expõe o conteúdo ao leitor, implica na reconstrução do objeto sobre um prisma associado ao concreto pensado, de forma que o pesquisador ao se deparar com determinada realidade, abstrai suas determinações para enfim, recompor o fenômeno estudado de forma crítica.

Como já observamos, Marx (2013) diferencia modo de exposição do modo de investigação. Para apreensão do fenômeno investigado, com riqueza de detalhes e de forma adequada, o pesquisador deve se apropriar exaustivamente de suas minúcias e especificidades. Isso implica no fato de que a investigação exige um empenho de esforço para o domínio do material, no acesso às fontes de dados, bibliográficas, e discussões elaboradas por outros autores. Esse exercício implica na apropriação pormenorizada do objeto pesquisado em suas distintas formas de desenvolvimento, de modo a conceber ao pesquisador a capacidade de realizar a ligação entre seus distintos nexos e determinações. Apenas após essa tarefa é que é possível o procedimento de exposição, a reprodução ideal da vida material. Se esse procedimento for realizado com sucesso, o pesquisador não terá mais diante de si uma construção a priori, mas uma construção que considera as partes articuladas numa totalidade orgânica, e não uma simples justaposição e somatório mecânico dessas partes.

Conforme nos lembra o professor José Paulo Netto (2011), na investigação o pesquisador parte de perguntas, de questões, na exposição, ele apresenta os resultados que obteve em seu processo investigativo. Por esse motivo que só após essa etapa concluída, há a exposição dos resultados conforme o próprio Marx salienta:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada no plano ideal a vida da realidade pesquisada, que pode dar a impressão de uma construção a priori (Marx, 2013, p. 90).

Para o professor Eduardo Chagas (2011) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará —, o método dialético de Marx apresenta como sujeito o real, não podendo assim ser caracterizado como eminentemente subjetivista, e muito pouco empirista acrítico. No binômio investigação-exposição, esse autor salienta que na exposição:

[...] exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma autoexposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão (tradução) ideal do movimento efetivo do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do real, de tal modo que o real se “espelhe” no ideal (Chagas, 2011, p.57).

A reconstrução no plano ideal, o movimento do objeto estudado não implica numa reprodução e descrição da experiência direta e imediata, exige um trabalho de investigação, maturação do objeto, e como afirmamos, apreensão dos seus detalhes, formas de evolução e conexões internas para que assim seja possível sua exposição de forma adequada, sistemática e crítica. De modo semelhante, Marcos Müller (1982) — Professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) —, argumenta que n'O Capital, Marx empreende a exposição mediante a análise de uma relação social inserida numa materialidade de produção da vida. Dessa forma, a exposição em Marx perpassa a reconstrução, no plano ideal, do movimento sistemático do capital.

Portanto, se a investigação implica no processo de apropriação, conexão interna e especificidades de um determinado fenômeno, observamos que sua exposição só pode ocorrer após essa lógica de abstração, para que assim, se construa um fio condutor que aglutine as determinações que aparentemente se apresentam como concretas e reais, mas que só após a mediação e aproximação sucessiva com esse objeto, é possível reconstruí-lo de modo crítico, no marco de uma totalidade orgânica. No caso de nossa pesquisa, realizaremos esse movimento, expor as conexões internas e imanentes do objeto investigado, de modo a termos uma totalidade orgânica, buscando assim, o nexos entre elementos teóricos e empíricos no marco de uma estabelecida conjuntura. Por esse motivo, partimos dos



elementos mais abstratos para os concretos, considerando a relação mediada pelo Estado entre Saúde e Capital em contexto histórico de formação do capitalismo dependente brasileiro, no qual é possível observamos as formas como a questão da saúde pública foi se desenvolvendo no Brasil, e a forma como se enfrentou fenômenos de ordem endêmica e pandêmica.

## CAPÍTULO 2

# MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A POTENCIALIZAÇÃO DAS DOENÇAS



Café — Cândido Portinari<sup>15</sup> (1935)

---

<sup>15</sup>**Cândido Portinari (1903–1962):** Um dos pintores brasileiros de mais destaque internacional. Após período de formação na Europa, retorna ao Brasil na década de 1930 e retrata o Brasil profundo em suas telas. Segundo o jornalista Antonio Callado (1917–1997) Portinari possui uma obra que ensina mais aos brasileiros a amarem sua terra. Cf. Projeto Portinari. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/pagina/candido-portinari/apresentacao>. Acesso em: 12 Out. 2021.

No presente capítulo objetivamos refletir sobre o modo como o capitalismo está vinculado à iminência de doenças. Pressupomos que, ao ser o primeiro modo de produção global, se materializou em distintas formações econômico-sociais, congregando e assimilando particularidades locais, e implicando também na conformação de processos saúde-doença de impacto internacional, aglutinando de forma dialética universalismo-particularismo. Para entendermos esses elementos se faz necessário abordarmos categorias basilares para a compreensão desse modo de produção, e de que forma a saúde e a doença são encaradas como mercadorias e fonte de lucro para as classes dominantes no capitalismo. Além desse fator, consideramos que as expressões da denominada questão social, ou seja, os impactos que o próprio capitalismo produz a partir da concentração de renda, monopólio dos meios de produção, aprofunda a determinação social do processo saúde-doença. A partir do entendimento desses elementos é que avançamos no sentido de refletir acerca da forma como o capitalismo, e o modo de vida engendrado por esse modo de produção aumenta a iminência de doenças como a Covid-19.

## **2.1 Modo de produção capitalista e formação econômico-social**

A dialética marxiana não trabalha com conceitos e categorias estáticas, pelo contrário, entende a realidade em si como dinâmica e em movimento. E foi partindo dessa premissa que Marx e Engels empreenderam análises sobre a sociedade capitalista. É nítido que, das análises desses dois intelectuais até o século XXI houve metamorfoses em relação ao capitalismo, surgindo novas formas de exploração, sem, contudo, eliminar a contradição existente entre capital e trabalho, e a existência da luta de classes.

Todavia, alguns esclarecimentos precisam ser estabelecidos quando nos remetemos ao capitalismo, para evitarmos uma análise mecanicista de nosso objeto de investigação. Uma dessas diferenças, que para nossa pesquisa é fundante, diz respeito a distinção entre modo de produção e formação econômico-social. Numa primeira aproximação podemos compreender que a primeira categoria possui um nível de abstração maior no sentido do que o próprio Marx (2013) pontua no prefácio à primeira edição d'O Capital ao elencar que seu objeto de estudo é o modo de

produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação. Metodologicamente, Marx utiliza a Inglaterra como realidade social/empírica para investigar esse modo de produção de forma específica, mas sem com isso, cancelar que esse tenha sido o único modo de produção existente na humanidade, e que muito menos será o último, uma vez que no prefácio da obra contribuição à crítica da economia política, aponta distintos modos de produção:

Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagonica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolveram no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (Marx, 2008, p. 48).

Percebemos que do ponto de vista dialético, não existiu apenas um modo de produção na história concreta, mas o desenvolvimento da humanidade logrou formas de organização distintas como expresso no excerto acima. Essa passagem que citamos, que muitas vezes passa de forma despercebida numa leitura apressada do texto de Marx nos fornece pistas para entendermos melhor o modo de funcionamento do capitalismo. Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1964) essa abordagem nos permite compreender que o capitalismo não é o mesmo em todos os locais, e que devido a esse fator, temos realidades distintas a partir dos elementos e especificações autóctones.

Contudo, o que seria em si um modo de produção, e qual a sua diferença em relação a uma formação econômico-social? Para responder a essa questão vamos nos basear no debate existente no ***Cuaderno pasado y presente — el concepto de 'formación económico-social***, de número 39, publicado no ano de 1982 na Argentina<sup>16</sup>. Num dos primeiros textos desse caderno, o filósofo italiano Cesare

---

<sup>16</sup>Os *cuadernos pasado y presente* foram um espaço de produção teórica do marxismo argentino que trazia para o âmbito do debate tanto produções autônomas, quanto traduções de textos de intelectuais, como no caso desse *cuaderno* 39, traduzido por José Aricó; Oscar Landi; Celina Manzoni e Irene Agoff. Cf. <https://marxismocritico.com/2014/05/23/cuadernos-de-pasado-y-presente-1963-1973/>. Acesso em: 21 Jul. 2021.

Luporini (1982a)<sup>17</sup> ressalta que o capitalismo, enquanto modo de produção burguês pode ser compreendido como um modelo científico abstrato ideal, desenvolvido a partir do movimento dialético das formas que se apresentam ao pesquisador como leis internas.

Por essa interpretação, o modo de produção seria uma categoria mais ampla, abstrata-real que conformaria, do ponto de vista metodológico, as leis que Marx evidenciou n'O Capital. Nas pesquisas empreendidas, Marx assume a tarefa de entender a sociedade civil não pelo viés de uma identificação do espírito imanente hegeliano, ou seja, suas instituições e o Estado *ad hoc*, mas pelas relações sociais de produção, por esse motivo que sua Crítica da Economia Política permitirá o entendimento de uma estrutura social formada por interesses e disputas, e em sua divisão em classes e frações de classes. Como as relações sociais de produção se estabelecem, e em si como uma sociedade se organiza no tempo e no espaço sedimentam do ponto de vista mais abstrato, um modo de produção.

No capitalismo, como bem expresso por Marx (2013), o trabalho assalariado, a geração de mais valor, e a propriedade privada implicam num tipo de organização social articulada sob a designação da acumulação de capital, e não no provimento das reais necessidades humanas. Esse processo, que se materializou de forma imanente, a partir do feudalismo, pode ser considerado o primeiro modo de produção global, fato que Marx e Engels refletiram n'O Manifesto do Partido Comunista:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação dos bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringedoras a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (Marx; Engels, 2007b, p. 44).

---

<sup>17</sup>**Cesare Luporini (1909-1993):** foi um filósofo, historiador da filosofia e política italiana. Empreendeu estudos sobre a filosofia e o marxismo, chegando a se filiar ao Partido Comunista Italiano (PCI), atuando como senador na Itália no período de 1958 a 1963.

Em certo sentido, observamos que, já em 1848 Marx e Engels tinham essa noção, pelo menos do ponto de vista metodológico, em entender a capacidade global do modo de produção capitalista. Se os modos de produção são formados a partir da relação dialética entre distintos elementos como força de trabalho e meios de produção numa dialética sociometabólica com a natureza, em que sentido podemos então compreender sua materialização a partir das especificações locais? Se do ponto de vista mais teórico-formal abstrato temos o modo de produção, como podemos compreender, por exemplo, no caso de nossa tese de doutorado, a conformação da gestão da pandemia realizada pelo governo Bolsonaro no Brasil?

Esses questionamentos podem ser averiguados quando nos debruçamos na categoria de formação econômico-social. Em certo sentido, quando a filósofa francesa Christine Glucksmann (1982) salienta sobre a distinção metodológica entre conceitos teóricos que referenciam objetos formais abstratos, e conceitos empíricos, que implicam em objetos concretos, essa observação coaduna com o pensamento de Emilio Sereni<sup>18</sup> (1982) quando este autor coloca que o termo formação econômico-social pode ser entendido como a totalidade das unidades sociais, econômicas e políticas, sob a dominância de um determinado modo de produção, que em nosso caso, seria o capitalista.

Nesse âmbito da dominância de um determinado modo de produção, Cesare Luporini (1982a) nos lembra que a formação econômico-social teria alguns elementos basilares: i) seria uma categoria que expressa uma função interpretativa referente ao plano concreto; ii) fornece ao pesquisador a capacidade de periodização histórica, uma vez que os elementos concretos permitem estabelecer análises histórico-sociais; iii) é uma categoria que traduz a oposição entre leis gerais da produção e as leis específicas que determinam uma realidade concreta a partir das peculiaridades existentes no plano material.

Nesse mesmo campo reflexivo teríamos as contribuições de Guy Dhoquois<sup>19</sup> (1982) ao argumentar que uma formação econômico-social está articulada ao modo de produção, expressando assim a complexidade e a diversidade do concreto da história. Nessa articulação o autor aponta que Marx, no livro *II d'O Capital* toma o

---

<sup>18</sup>**Emilio Sereni (1907–1977):** Foi um agrônomo e político italiano. Estudou acerca da história da agricultura e fez parte do PCI.

<sup>19</sup>**Guy Dhoquois (1937–2019):** Foi um historiador francês que ensinou na Universidade de Paris VII, e que apresentou em seus estudos uma perspectiva interdisciplinar entre a filosofia e a história.

conceito de modo de produção como um abstrato real, ou seja, uma estrutura da realidade, um tipo geral. Uma vez que esse tipo geral é explicitado, pode-se compreender as especificidades estruturais e conjunturais existentes no plano concreto. Ao compreender o modo de produção como um conceito abstrato-real, o historiador francês nos informa que a formação econômico-social pode ser entendida como uma combinação de modos de produção.

Ao dialogar com Dhoquois, o economista francês Pierre Herzog (1982) argumenta que do ponto vista da concretude das relações sociais de produção o que existe de fato seria a coexistência de um conjunto de formas locais com características pré-capitalistas e capitalistas, todavia, essa coexistência em forma de síntese não implica que as pré-capitalistas sejam formas velhas, mas adquirem a partir da dialética um novo conteúdo. Nesse ínterim, concordamos com a interpretação de Herzog, mas chamamos atenção ao fato que, em termos didáticos e de conteúdo, como Dhoquois (1982) chama atenção para a dominância de um determinado modo de produção nos parece plausível, especialmente por dimensionar que um conceito não pode ser entendido sem estar relacionado com o outro, nesse sentido, são categorias analíticas interconectadas, que só fazem sentido quando estão em conjunto conforme o filósofo francês Georges Labica<sup>20</sup> nos informa:

[...] o conceito de Formação econômica social não pode ser pensado sem o conceito de Modo de produção, mas não se reduz a ele, na medida em que sua função teórica consiste em estabelecer, para uma formação social dada, as condições infraestruturais [...] (Labica, 1982, p. 212).

Esse modo relacional, para a necessidade de nossa tese, implica em considerarmos as especificidades da formação econômico-social brasileira, ou melhor, como num nível de abstração mais concreto vinculado a conjuntura e periodização de nossa pesquisa, de que forma a gestão da pandemia tem se materializado, implicando nesse sentido no reconhecimento e caracterização do governo Bolsonaro vinculado ao marco da totalidade. Isso também nos permite operacionalizar uma periodização que não se limita à esfera econômica, mas que

---

<sup>20</sup>**Georges Labica (1930–2009):** Filósofo francês; Especialista em filosofia política e história do marxismo; foi professor emérito das universidades (Paris-X Nanterre), diretor honorário de pesquisa do *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/labica/index.htm>. Acesso em: 1 jun. 2023.

nos informa sobre a produção da vida no marco da totalidade, como nos informa a professora de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Virgínia Fontes:

O conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência. Longe de ser um tratado de economia, como imaginam alguns, O Capital desmonta a suposição burguesa de uma natureza humana mercantil e apresenta de maneira minuciosa o conjunto das relações sociais que sustentam o capitalismo. A materialidade crucial que está em questão não é a das coisas, mas a dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui (Fontes, 2010, p. 41).

É nesse marco interpretativo que entendemos a correlação entre modo de produção e formação econômico-social, considerando o solo social concreto da produção material da vida, que é distinto, particular, mas que conserva elementos de um devenir universal da lógica de funcionamento do capital. Por esse motivo, na figura a seguir elaboramos um pequeno esquema que expressa nossa ideia acerca do conteúdo relacional dessas categorias:

**Figura 3 - Relação entre Modo de produção e Formação Econômico-social**



**Fonte:** Elaboração própria.



Colocamos esses principais níveis de abstração de modo didático, sem desconsiderarmos que possam haver mais mediações entre as categorias pelo próprio desenvolvimento desigual e desenvolvimento combinado expressos por exemplo em formações dependentes como a brasileira. Nesse sentido, num nível de abstração maior teríamos o modo de produção, que representa justamente os elementos que Marx identificou ao visualizar historicamente as formações pré-capitalistas, se detendo especificamente ao capitalismo, e usando a Inglaterra como *locus* de investigação. Compreendemos que o modo de produção como um conceito teórico, que segundo o cientista político Gonzalo Rojas (2006) pode ser compreendido como um conceito abstrato real, tendo em vista que implica numa estrutura que existe na realidade, mas entendido como um tipo geral. A formação econômico-social também pode ser lida como um conceito teórico, mas que se caracteriza pela articulação de distintos modos de produção que vão se interpenetram sob a hegemonia de um deles.

Em nossa pesquisa essas considerações implicam que a formação econômico-social brasileira articula distintas relações sociais de produção, mas que está sob a dominância do capitalismo. O que temos, num nível de abstração mais concreto seria o Brasil sob gestão do governo Bolsonaro, periodizado entre os anos de 2019 a 2022, e que expressa as peculiaridades históricas, culturais, econômicas e políticas da conjuntura, além da luta de classes, ou seja, os conflitos entre capital e trabalho que moldam as classes sociais no país. No caso da pandemia da Covid-19, o entendimento da formação econômico-social nos permite lançar mão da identificação de principais marcos na conjuntura para a compreensão dos elementos determinantes que fazem parte de nosso objetivo. Nesse processo, a dialética entre o particular e o geral está vigente mediante elementos como a contradição entre trabalho e capital, e a existência do Estado capitalista que traduz a mediação entre as relações de forças na sociedade civil, mas que não pode ser explicado por si só, conforme Marx (2008) chama atenção. Neste âmbito, compreendemos a saúde no Brasil, entendida a partir de um viés histórico, mas também na sua relação com o capitalismo.

Nesse sentido, para o objeto de pesquisa de nossa tese, no tópico a seguir expomos sobre a correlação existente entre saúde e doença subsumidas ao capital.

Essa correlação nos ajuda a entender como a saúde é processada no capitalismo, e como em plena pandemia o imperativo da lucratividade prevaleceu sobre a vida, especialmente das classes trabalhadoras e grupos subalternos, o que nos fornece elementos para também lançarmos luz, mediante um concreto pensado, sobre a gestão bolsonarista da pandemia.

## **2.2 Saúde e doença sob o imperativo do capital**

No modo de produção capitalista a clássica distinção de classes permanece atual. Mesmo com as metamorfoses das relações sociais de produção e da relação capital-trabalho, permanece o fato de que os indivíduos que vivem do trabalho não são detentores dos meios de produção, portanto, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Conforme Marx demonstrou no capítulo XXIV d'O Capital, ao refletir sobre o fenômeno da acumulação primitiva, o trabalhador assalariado é um ser livre duplamente: não integra de modo direto os meios de produção, a exemplo dos escravos e servos, mas também a eles não pertencem os meios de produção:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2013, p. 786).

Nesse entendimento, a força de trabalho é tida como uma mercadoria pelo capitalista, esta, poderá ser adquirida considerando o objetivo da produção de outras mercadorias. Todavia, há uma peculiaridade nesse processo, a força de trabalho é a única mercadoria que possui a capacidade de gerar valor, categoria que Marx apreende para evidenciar como na sociedade capitalista o processo de acumulação de capital possui como demiurgo o sobretrabalho.

Em Marx entendemos que o comprador dessa força de trabalho a consome de modo a utilizá-la na produção de mercadorias para determinado fim, que não especificamente o atendimento de uma necessidade sua. De modo geral, o trabalho pode ser entendido como a relação/processo entre homem e natureza, processo que o homem através de sua própria ação realiza a mediação, regulação e controle metabólico diante da natureza. Nesse processo de produção de mercadorias pouco importa aos detentores dos meios de produção se o que é produzido servirá para saciar uma necessidade orgânica/subjectiva, o objetivo maior é realizar o processo de finalização, ou seja, fazer com que as mercadorias circulem no mercado e sejam vendidas. Cabe salientar que estas, não podem circular por si mesmas, necessitam que seus possuidores a tomem em relações privadas:

Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias (Marx, 2013, p. 159).

O excerto acima nos revela o entendimento de Marx acerca da sociedade capitalista ao identificar e desvelar os meandros dessa sociedade pela lógica das relações sociais de produção, por isso que sua crítica da economia política foi uma das áreas que esse pensador alemão se debruçou, na busca de compreender a sociedade civil e seus conflitos, nada mais correto do que partir dos interesses materiais e de como os homens realizam a manutenção da materialidade da vida. Nos termos postos por Marx a riqueza das sociedades onde há a predominância do modo de produção capitalista surge como uma enorme coleção de mercadorias:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades — se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação — não altera

em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (Marx, 2013, p. 113).

Ao ser objeto externo, as mercadorias possuem propriedades materiais concretas que por sua vez, são úteis e encarnam o valor de uso. Não obstante, na sociedade capitalista o uso também implica no valor de troca que aparece inicialmente como uma correlação quantitativa voltada à proporção das trocas entre os valores de uso. Por possuir essas características e para serem trocadas, as distintas mercadorias que compõem essa coleção na sociedade capitalista possuem no trabalho humano abstrato aquilo que Marx identificou como elemento comum. Todavia, ao abstrairmos dessa relação de troca o valor de uso, teremos como elemento comum às mercadorias o valor, objetificado no trabalho humano abstrato:

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. (Marx, 2013, p. 116).

Sem dúvida que as categorias acionadas por Marx possuem um nível de abstração elevado, entretanto, esse nível de abstração permite decifrar o porquê que na sociedade capitalista não há uma simples troca de mercadorias com iguais valores, caso contrário, não haveria a acumulação de capital, por isso que Marx identifica na mercadoria força de trabalho a capacidade de produzir valor. Sem embargo, como podemos então, na contemporaneidade visualizar essas relações que Marx apreendeu acerca da mercadoria, numa chave interpretativa que também considere os serviços, a exemplo da saúde? Para responder a essa questão temos que entender que no plano concreto, para se tornar mercadoria, é necessário que através da troca um determinado produto seja transferido à outra pessoa que usufruirá deste como um valor de uso. Ao possuir o duplo aspecto entre sua conotação útil e o valor, os objetos adquirem a forma mercadoria:

O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor (Marx, 2013, p. 137).

A esse modo, pensar, por exemplo, no âmbito da saúde implica entendermos que na sociedade capitalista independe a dor e o sofrimento humano, num nível de abstração mais concreto os serviços e produtos de saúde são encarados como mercadorias, e, portanto, são espaços de valorização do capital. Do ponto de vista do capital social a própria categoria de serviço foi problematizada por Marx (1980) no Livro IV d’O Capital **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**<sup>21</sup>. Ao realizar uma série de reflexões com base no pensamento dos economistas políticos contemporâneos à sua época, constatou que na dialética entre trabalho produtivo e improdutivo os serviços prEstados para quem o presta é considerado uma mercadoria, possui valor de uso e é determinado pelo valor, mas para o comprador, os serviços seriam valores de uso, um objeto consumido no ato.

O debate que se coloca pode ser compreendido em termos relativos à constituição do capital em termos totais. Marx nos informa que em um grau mais elevado de abstração podemos considerar que as mercadorias são produzidas pelo trabalho produtivo, e os serviços pelo improdutivo. No primeiro caso, a materialização do trabalho se realiza numa “coisa vendável”, já o segundo se consome durante o seu próprio desempenho. No caso dos serviços de saúde presenciamos essa abstração, tendo em vista que o serviço prEstado por um médico, por exemplo, que não deixa um resultado palpável do ponto de vista de uma

---

<sup>21</sup>Nesta tese não adentraremos no debate acerca do trabalho produtivo/improdutivo, mas indicamos que essa reflexão pode ser aprofundada a partir do Volume I, do respectivo livro mencionado, em sua quarta sessão: Teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Cf. Marx, 1980, pp.132–282. Salientamos que, mesmo o título desse livro sendo traduzido pela Editora Difel com a nomenclatura mais-valia, concordamos com a observação de Virginia Fontes (2010, p. 94) no tocante ao fato de que segundo a tradução criteriosa de Mario Duayer, o termo *mehrwert* seria mais-valor, e não mais-valia, esta segunda forma seria derivada da primeira tradução francesa d’O Capital realizada por J. Roy.

mercadoria material, satisfaz uma necessidade do ponto de vista biomédico/orgânico, da busca por sanar determinada enfermidade.

Essa determinação mais geral não exclui o nível de complexidade que existe num grau de abstração mais concreto, e isso também não implica que inexista lucro nos grandes empreendimentos médicos representados pelos planos de saúde. Essa noção também perpassa o entendimento do que seja saúde e doença e como a sociedade capitalista lida numa perspectiva objetiva com os processos de adoecimento. O setor da saúde é amplo, envolve desde a prestação de serviços especializados até a produção de insumos e produtos específicos, a exemplo das vacinas para o Covid-19. Nesse quesito, esses elementos podem estar em termos didáticos separados, mas na realidade concreta, no plano da formação econômico-social brasileira formam uma totalidade, pois um determinado serviço em saúde não pode ser prEstado sem os meios de trabalho de um dado profissional, seja médico, enfermeiro ou sanitarista.

Para os pesquisadores Roberto Nogueira Passos e Rogério Miranda Gomes (2012) na sociedade capitalista os serviços de saúde são compreendidos como serviços de subsistência, vinculado à perspectiva da vida, diferentemente daqueles bens cuja determinação não se consome no ato da aquisição. Outra característica que esses autores apontam é que no modo de produção capitalista, um médico por exemplo, não recebe pelo trabalho executado pelo fato de proporcionar cura, uma vez que seu diagnóstico e tratamento não podem garantir de antemão esse desejo do usuário, independentemente de sua realização, mesmo em caso de morte de um paciente, por exemplo, o médico é remunerado. Nesse sentido, o consumo de um serviço se materializa na esfera privada, e em alguns casos, a exemplo de uma cirurgia cardíaca, demanda o próprio usuário para que o serviço se concretize, uma vez que sem um corpo material/concreto, tal ação seria irrealizável. Todavia, para Passos e Gomes (2012) mesmo extinto o processo de trabalho num serviço de saúde, seu resultado não produz mais-valor:

[...] nos serviços existe processo de trabalho, mas não processo de produção de valor, nem de mais-valia. O resultado dos serviços não é algo dotado de maior valor do que os elementos participantes de sua prestação, ao contrário da produção capitalista de mercadorias. A dimensão econômica dos serviços cinge-se à realização do valor de algumas mercadorias: força de trabalho e seus meios técnicos de

ação. Essas características justificam o enquadramento dos serviços de consumo no setor mercantil da sociedade, oposto e complementar ao setor que produz mercadorias (Passos; Gomes, 2012, p. 27).

Nesse ponto específico, avaliamos que a exposição desses pesquisadores necessitou de um maior esforço teórico/empírico. É preciso que se coloque nessa equação um componente que esses autores não consideraram, o da exploração e superexploração da força de trabalho em formações econômico-sociais dependentes como a brasileira (Marini, 1991; 2012; 2013). Isso se materializa, por exemplo, nas expropriações secundárias (Fontes, 2010), representada pela retirada de direitos das classes trabalhadoras, no avanço da precarização, no gerencialismo e nas formas de extração de mais-valor dos profissionais de saúde, submetidos, às altas jornadas de trabalho nos hospitais, clínicas, ou prestando serviço ao Estado mediante formas de subsunção da esfera pública mediante os contratos de gestão mediante as Organizações Sociais (OSs).

É nítido que no bojo dessa discussão há diferenciações que muitas vezes se intercambiam como o caso dos médicos evidencia. Esses são profissionais qualificados que em muitos casos atuam como profissionais liberais e sócios de empreendimentos médicos, portanto sua inserção no mercado de trabalho muitas vezes ocorre de forma diferenciada conforme o clássico estudo da cientista social Cecília Donnangelo<sup>22</sup> (1975) **Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho**, demonstrou. Salientamos que, no caso da profissão médica, numa formação como a brasileira, essa é vista como pertencente aos redutos burgueses, considerando a alta concorrência nas instituições públicas de ensino, ou as altas mensalidades das faculdades privadas em todo o Brasil.

Em que pese às observações de Passos e Gomes (2012) acerca do caráter dos serviços de saúde, visualizamos que esses serviços, especialmente os prEstados por empresas privadas do setor não se eximem de realizar exploração e

---

<sup>22</sup>**Maria Cecília Ferro Donnangelo (1940–1983):** Prestou o vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, em 1959, para a área de Pedagogia, que concluiu em 1962. Exerceu o magistério secundário (Psicologia e Sociologia) em Escola Normal; iniciou as atividades na FM/USP em 1964, interrompeu, durante um ano, em 1965, quando trabalhou em Sociologia Rural (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP) e ingressou, em 1969, no Departamento de Medicina Preventiva/FM/USP, onde permaneceu até a sua morte em 1983, vítima de acidente rodoviário. Defendeu o doutorado em 1973 e a livre docência em 1976. Pesquisadora brasileira que realizou incursões sobre a relação entre medicina e sociedade (NUNES, 2008, p. 910). Contribuiu para a saúde coletiva brasileira trazendo reflexões do âmbito da sociologia para o campo da saúde.

auferir lucros com base na utilização da força de trabalho dos profissionais de saúde. Esse fenômeno também se reforça pela constante criação de necessidades de bens e serviços de saúde, amplamente comercializados e que desembocam na produção de novos nichos produtivos da indústria farmacêutica e de patentes sobre biotecnologias e da própria vida biológica humana (Fontes, 2010). É evidente que as distintas formações econômico-sociais lidam com as peculiaridades de seus respectivos sistemas de saúde, mas o que a nosso ver prevalece é justamente a forma-mercadoria desses produtos e serviços em âmbito internacional.

A categoria saúde possui uma conotação ampla, fazendo parte do próprio movimento da vida, bem como o seu oposto, a doença e por consequência a morte. Se pela ótica dialética essas instâncias só podem ser visualizadas de forma relacional, é necessária uma aproximação, de nossa parte, acerca dessas categorias, de modo a entendermos como no capitalismo elas são processadas como mercadorias. Cabe destacar que, em nossa tese não temos a pretensão de realizar uma exaustiva definição ou apanhado epistemológico sobre o que seria saúde e doença, apenas delinear elementos gerais que nos ajude em um nível de abstração concreto, entendermos que esse campo é visto com fonte de acumulação por corporações médicas e a cada vez, especialmente na periferia do capitalismo, que sofre com os processos de privatização.

Segundo o sanitarista Naomar Almeida Filho (2011) após a Segunda Guerra Mundial a OMS caracterizou a saúde como um Estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como ausência de doença ou incapacidade. Em 1978, na cidade de Alma Ata, antiga União Soviética, essa mesma organização definiu a saúde como um direito de todos e que os governos deveriam estar comprometidos em promover esse direito. O grande problema que se coloca com essas definições, segundo esse autor, é que os distintos países e organizações buscam alcançar essa pretensa saúde não conseguem superar um vazio epistemológico no âmbito das ciências da saúde que redundam numa visão unidimensional acerca desse tema:

[...] se conceituarmos os fenômenos da saúde-doença como processos sociais e se aceitarmos o suposto de que os processos sociais são históricos, complexos, fragmentados, orgânicos, corporais, conflitantes, dependentes e incertos, então precisamos gerar dispositivos interpretativos mais adequados para referenciar, com o devido rigor, os objetos da pesquisa científica em saúde. Para



isso torna-se urgente conceber e utilizar abordagens capazes de fazer justiça à natureza complexa e múltipla dos processos concretos relativos à vida, a aflição, sofrimento, dor, doença, cuidado, cura e morte — a saúde, enfim, que ocorrem em agregados humanos históricos (Almeida Filho, 2011, p. 13).

É a partir dessa visão mais total que o autor traçará o entendimento da saúde como: i) problema; ii) fenômeno; iii) medida; iv) ideia; v) valor; vi) campo de práticas e vii) síntese. A partir de uma imersão na Filosofia, Antropologia e Sociologia Médica, constata que é impossível se falar em saúde de forma singular. A saúde como problema, por exemplo, é tida como valor positivo na medida em que seu oposto negativo seria a doença. Todavia, essa visão descarta elementos subjacentes ao próprio significado cultural e as peculiaridades das distintas formações econômico-sociais. Por outro lado, o conceito de saúde empreendido pela OMS, embora seja um conceito positivo, surge como elemento ideal, não concreto e ausente de ligação com as relações sociais de produção da sociedade capitalista, mistificando a determinação social do processo saúde-doença, além de se restringir à concepção mecanicista e biomédica, associada à intervenção médica e ao processo de medicalização da vida.

O processo saúde-doença pontuado pela socióloga mexicana Asa Laurell nos parece interessante. Segundo esta pesquisadora, numa determinada coletividade o processo biológico de desgaste e reprodução da sociabilidade implica na presença de alterações na vida cotidiana. Esse processo pode se manifestar empiricamente a partir de indicadores como mortalidade, expectativa de vida, nutrição, índices de mortalidade, mortalidade:

[...] o processo saúde-doença manifesta-se empiricamente de maneiras diversas. Por um lado, expressa-se em indicadores, tais como a expectativa de vida, as condições nutricionais e a constituição somática e, por outro, nos modos específicos de adoecer e morrer, isto é, no perfil patológico do grupo, dado pela morbidade ou pela mortalidade (Laurell, 1982, p.09).

Embora não possamos nos restringir aos indicadores, por eles coagularem uma relação social que muitas vezes é limitada aos próprios instrumentos de medição, não descartamos sua utilidade prática. Ainda segundo Almeida Filho

(2011) há também a consideração da saúde por parte de um setor da Economia em saúde<sup>23</sup>. Essa consideração implica em ter a saúde como mercadoria, passível de cálculos e medidas econométricas e de custos:

Numa vertente politicamente conservadora, na forma de procedimentos, serviços e tecnologias, fatos e atos de saúde têm sido apropriados como mercadoria (segundo muitos, indevidamente), com valor de uso e valor de troca definidos num mercado peculiarmente estabelecido. Nesse sentido, alguns economistas indicam tratar-se de um pseudomercado, uma vez que o consumo desses bens e serviços não se exerce plenamente, além de implicar submissão às leis econômicas de oferta e demanda (Almeida Filho, 2011, p. 144–145).

Mesmo com a observância em relação à contradição em submeter a saúde ao campo das leis econômicas numa vertente vulgar das Ciências Econômicas, a constatação que os serviços e práticas em saúde ocupam um espaço de valorização capitalista na estrutura econômica mundial deve ser considerado, sendo um traço disso a própria corrida dos laboratórios privados para a criação da vacina contra o SARS-CoV-2.

Noutro sentido, indivíduos com enfermidade dos mais variados tipos, a depender da formação econômico-social, como nos Estados Unidos, e que ficou registrado no documentário SiCKO do diretor estadunidense Michael Moore, demonstra como o sistema de saúde naquele país é influenciado por planos de saúde privados, empresas farmacêuticas e toda uma estrutura política que faz a manutenção do processo saúde-doença como uma mercadoria. No Brasil essa realidade não se distancia de forma substancial, mesmo com o SUS considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o setor privado possui uma atuação forte, somando cifras de lucro no decorrer dos anos. A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Ligia Bahia (1999) em sua tese de doutoramento investigou essa realidade no Brasil, constatando que muitas vezes os limites entre o público e o privado se interpenetram.

O Banco Mundial (2017) destaca que o Brasil, em termos de Produto Interno Bruto (PIB) tem um gasto privado maior em saúde em relação à esfera pública. Diferente dos países que compõem a Organização para a Cooperação e

---

<sup>23</sup>Um artigo que achamos interessante sobre o tema, e que adiciona de modo crítico a visão da Economia Política da Saúde seria o de Alves; Mendes e Carnut (2019).

Desenvolvimento Econômico (OCDE) mais de 50% desses gastos são provenientes de empreendimentos privados (de forma individual ou mediante planos de saúde privados). Esse cenário é aprofundado com as renúncias fiscais que beneficiam os usuários dos planos privados de saúde, além das constantes investidas sobre os serviços públicos de saúde no sentido de privatização e contenção de gastos públicos.

Os dados consolidados da Agência Nacional de Saúde (ANS) referente a maio de 2021 contabilizam um total de 1.113 operadoras de planos privados de saúde ativas no Brasil. Desde 1988 que o registro dessas operadoras vem ocorrendo com maior concentração nos anos iniciais:

**Tabela 2 - Operadoras de saúde privada com registros ativos no Brasil por ano de registro (1998 a maio de 2021).**

Região	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	21	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Nordeste	63	17	4	5	1	4	2	0	0	6	1
Sudeste	329	79	17	18	1	5	5	5	6	13	9
Sul	107	15	1	4	0	0	0	0	1	0	3
Centro Oeste	47	7	1	1	1	0	2	0	1	2	0
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>121</b>	<b>24</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>13</b>

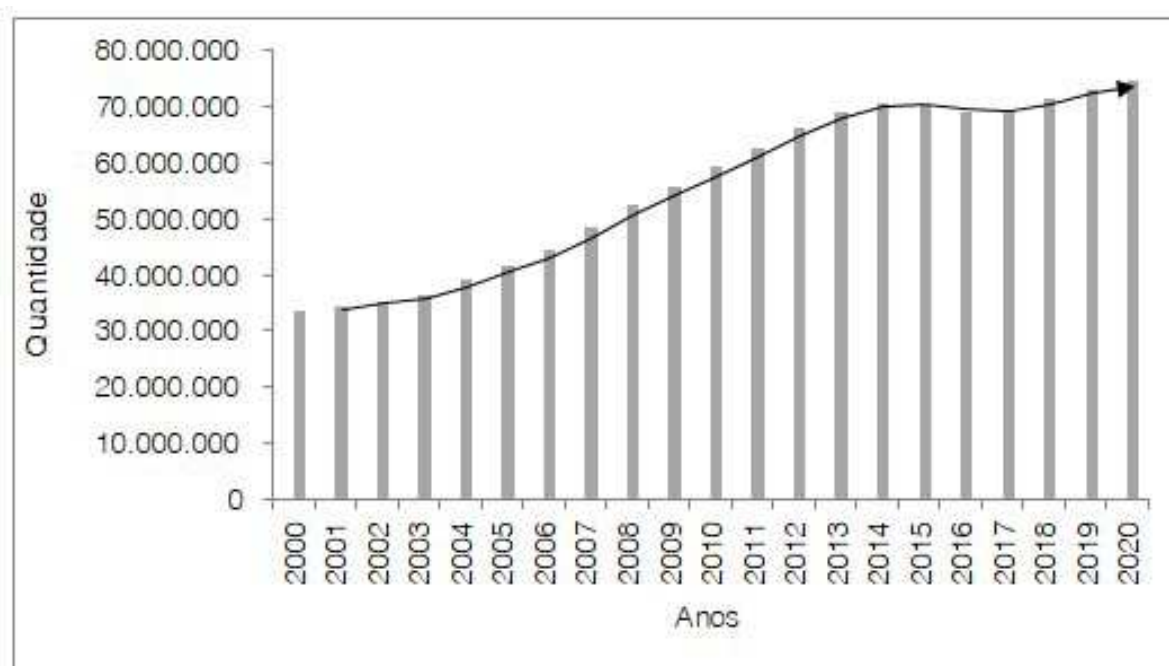
  

Região	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Norte	2	1	2	2	2	1	0	0	1	1	1	39	4%
Nordeste	6	3	3	1	3	0	4	4	3	2	1	133	12%
Sudeste	6	25	21	13	19	20	15	19	14	19	28	686	62%
Sul	1	4	4	2	5	3	1	2	3	4	6	166	15%
Centro Oeste	1	2	2	3	2	2	3	2	4	1	5	89	8%
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>21</b>	<b>31</b>	<b>26</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>41</b>	<b>1113</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da CADOP/ANS/MS e SIB/ANS/MS

A maior concentração dessas operadoras se dá na região Sudeste do país, sendo seguida pela Sul e posteriormente Nordeste. Segundo os dados oficiais da Agência Nacional de Saúde (ANS) para os dados consolidados do mês de março de 2021 o Brasil contabilizou um total de 75.352.494 beneficiários dos serviços privados de saúde como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 1 - Evolução dos usuários de planos privados de saúde no Brasil**



**Fonte:** Dados da ANS, Elaboração própria.

Mesmo diante da crise econômica mundial de 2008 e seus efeitos sobre o mercado brasileiro, a tendência de crescimento dos beneficiários é uma realidade. Todavia é possível destacar um decréscimo nessa evolução, especificamente nos anos de 2014 em diante com uma tendência decrescente, mas com recuperação nos anos posteriores, em especial a partir de 2018. Em termos contábeis destacamos que, mesmo num período de crise política, econômica e financeira, o setor alavancou variações percentuais positivas de seus rendimentos. Quando calculamos as receitas menos as despesas consolidadas, observamos que no decorrer dos últimos vinte anos, apenas em 2014 o setor obteve um resultado negativo. Nos outros anos, mesmo com variações percentuais negativas as receitas ficaram superiores às despesas:

**Tabela 3** - Saldo do setor suplementar em saúde no Brasil (2001 a 2020)

Anos	Receitas menos despesas	Variação %	Anos	Receitas menos despesas	Variação %
2001	R\$ 2.611.824.642,31	-	2011	R\$ 9.044.150.854,81	-10%
2002	R\$ 2.186.075.850,62	-16%	2012	R\$ 7.545.506.345,68	-17%
2003	R\$ 78.917.642,51	-96%	2013	R\$ 1.563.119.287,45	-79%
2004	R\$ 824.179.779,92	944%	2014	-R\$ 292.947.604,95	-119%
2005	R\$ 1.271.641.243,81	54%	2015	R\$ 984.144.681,90	-436%
2006	R\$ 2.984.591.240,42	135%	2016	R\$ 177.852.971,60	-82%
2007	R\$ 15.929.631.877,06	434%	2017	R\$ 3.480.618.637,26	1857%
2008	R\$ 6.428.415.428,66	-60%	2018	R\$ 7.032.245.099,30	102%
2009	R\$ 6.727.182.912,18	5%	2019	R\$ 7.634.901.700,32	9%
2010	R\$ 10.054.263.875,45	49%	2020	R\$ 20.430.454.213,00	168%

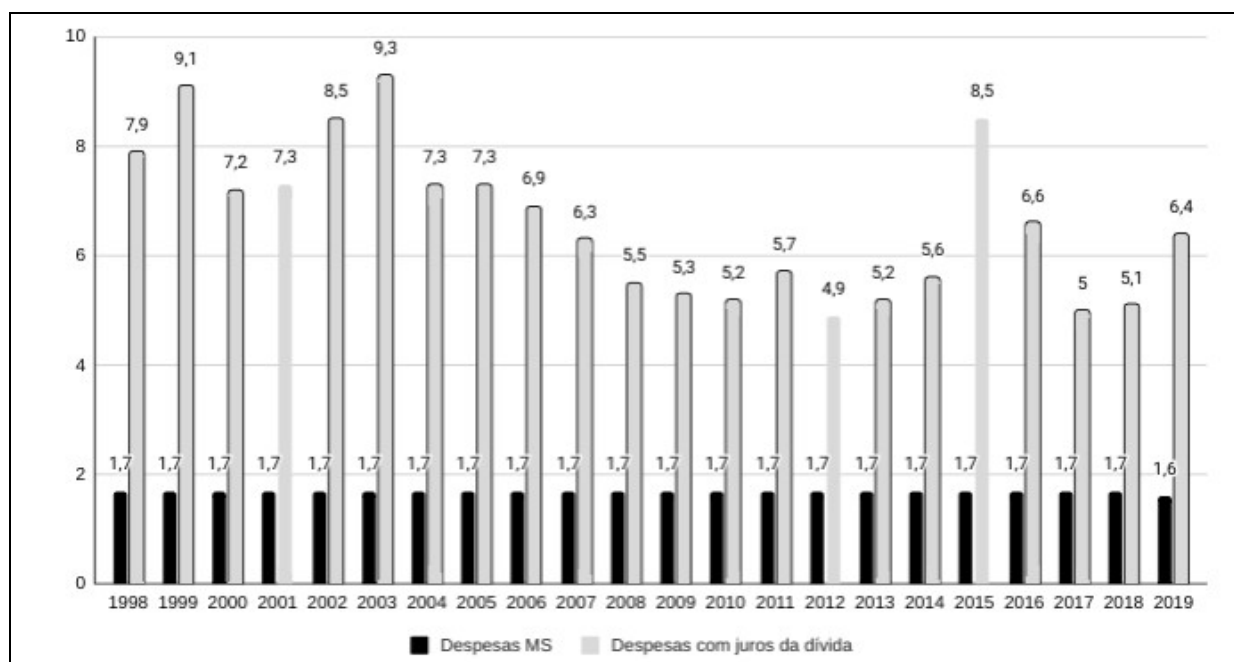
**Fonte:** ANS, Elaboração própria. Valores deflacionados pelo IPCA.

A essas constatações se choca o fato de que desde a criação do SUS no início da década de 1990, o sistema vivencia o fenômeno do subfinanciamento crônico, ou seja, a incompletude de recursos para poder se materializar de forma integral nos distintos territórios do Brasil. O trabalho do professor Áquilas Mendes (2012) demonstra as conexões existentes entre os fenômenos da financeirização do capital e as movimentações políticas que no bojo do Estado brasileiro promovem a retirada de recursos da saúde pública para o provimento de pagamentos dos juros da dívida. Em termos empíricos esse fenômeno se processa da seguinte maneira:

[...] em 1995, foram gastos em torno de 7,5% do PIB com juros da dívida, e 8,5%, em 2002 (período dos governos FHC); passando de 9,3%, em 2003, para 5,1%, em 2010 (período dos governos Lula). Nesse último ano, as despesas com juros e encargos da dívida foram de R\$ 185 bilhões, valor correspondente a três vezes o gasto do Ministério da Saúde. Tem-se, então, que a política econômica ortodoxa em vigor, no período, tende a sacrificar os gastos sociais, especialmente os destinados à saúde universal, sem diminuir o ônus financeiro da dívida (Mendes, 2012, p. 126).

Percebemos que enquanto os gastos em saúde ficam num patamar mínimo, os gastos com os serviços e juros da dívida aumentam de forma gradativa. Ao visualizarmos os dados acerca do montante de recursos destinados aos juros da dívida percebemos a discrepância em relação à pasta da saúde:

**Gráfico 2** - Comparativo entre despesas com a dívida e com ações e serviços públicos de Saúde (% do PIB)



**Fonte:** Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Esses dados indicam que o que se gasta com juros e amortizações da dívida viabilizaria investimentos de modo a aumentar de forma considerável as ações e serviços públicos pelo SUS. Enquanto os juros e amortizações da dívida superam o patamar de 5% do PIB, chegando em 2003 a 9,3%, em 2015 com 8,5%, no caso das despesas com saúde esse patamar não consegue ultrapassar 2%. Além desse fato,

Mendes e Santos (2018) apontam a existência de transferências de recursos públicos para organizações privadas pela via de formas privatizantes como as OSs; Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP); Fundações Estatais Públicas de Direito Público/Privado com a aplicação de regimes celetistas, além da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que demarcam bem como no capitalismo os espaços tidos como públicos são alvos de valorização do capital.

Nos anos recentes, após o golpe aplicado sobre Dilma Rousseff os gastos com juros e encargos da dívida aumentaram. Esse aumento se deu inclusive em meio a pandemia da Covid-19. De 2010 a 2021, os anos que apresentam os maiores gastos são 2015 com um total de 501.785 bilhões em valores correntes, e 2021 com um total de 448.391 bilhões.

Por vários flancos o capitalismo empreende formas de alicerçar espaços de valorização do capital, almeja transformar tudo em uma grande coleção de mercadorias para que assim ocorra o processo de acumulação. No âmbito da saúde a aparência desse fenômeno surge como um meio de promover a modernização do aparelho estatal de modo a materializar a lógica privada nas ações e serviços públicos de saúde, ao mesmo tempo em que os distintos governos realizam contrarreformas aos serviços públicos, subfinanciamento e desfinanciamento na saúde pública. É importante destacar que para nós, esses elementos implicam como na formação econômico-social brasileira o sistema de saúde foi se conformando. Com a Covid-19 o elemento do gasto público em saúde teve que ser revisto em caráter emergencial, evidenciando assim a contradição de pautar a saúde como mercadoria, uma vez que os planos privados de saúde não conseguiram comportar a alta demanda por internações em Unidades de Terapia Intensiva pelos custos que as internações e procedimentos como intubação exigem, cabendo ao SUS atender à demanda reprimida desse setor. Conforme o Conselho Nacional de Saúde (CNS)<sup>24</sup>, mesmo diante do colapso do sistema público, com hospitais sem vagas, procedimentos cirúrgicos cancelados e com pacientes graves aguardando leitos de UTI, o setor privado fez a manutenção de leitos livres ou ocupou com pacientes que

---

<sup>24</sup>Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. "É urgente instituir a fila única de leitos de UTI para salvar vidas!", diz nota pública da Frente Pela Vida. Segunda, 21 de Junho de 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1823-e-urgente-instituir-a-fila-unica-de-leitos-de-uti-para-salvar-vidas-diz-nota-publica-da-frente-pela-vida>. Acesso em: 28 Jul. 2021.

realizaram procedimentos eletivos, ou seja, procedimentos agendados, não considerados de emergência como os acometidos em Estado grave da Covid-19.

A esse modo, refletimos que o processo de mercadorização da saúde é um elemento inerente ao modo de produção capitalista. Mas, para além desse fenômeno também devemos pontuar sobre o fato da saúde em si estar vinculada à noção de totalidade social imbricada pela determinação social do processo saúde-doença que se liga às condições de vida das classes trabalhadoras e grupos subalternos.

### **2.3 Determinação social do processo saúde doença**

Diante do que apontamos até o presente momento, fica nítido que os elementos inerentes ao campo da saúde abarcam áreas distintas do conhecimento. A saúde é um fenômeno amplo para ficar restrito apenas ao campo médico-biológico, constituindo assim um espaço para reflexão do Cientista Social. Ao refletirmos sobre a sociedade, na própria forma como ela está organizada em classes e no próprio modo de produção, uma primeira aproximação pode nos remeter que a saúde e a doença são elementos exclusivos do âmbito médico. Contudo, se em nível aparente esse fenômeno se apresenta assim, um olhar crítico e apurado acerca da realidade nos evidencia que há uma determinação social do processo saúde-doença.

O que seria então essa determinação social? E de que modo ela pode se vincular à nossa tese? Para responder a essa pergunta iniciamos um diálogo Asa Laurell (1982)<sup>25</sup>, cujo trabalho está relacionado ao campo da saúde pública. Para essa pesquisadora a crise econômica, política e social da década de 1970, a ruptura com o padrão de acumulação capitalista, pautado na reconstrução de países da Europa após a Segunda Guerra Mundial, fermentou um ambiente para que a discussão em torno do caráter da doença viesse à tona.

Os pontos de debate giravam em torno da questão se a doença era essencialmente biológica, ou social. Essa reflexão contradizia a concepção dominante até então, no qual a doença era um fenômeno eminentemente biológico e

---

<sup>25</sup>Retomamos esse texto de Laurell por considerarmos ele um clássico sobre a temática, todavia, compreendemos que com o passar do tempo a autora foi modificando sua abordagem teórica, o que não invalida a importância do texto citado.



individual. Esse debate também surge pela busca de respostas em torno de problemas de saúde mais comuns àquela época: doenças cardiovasculares e neoplasias. Outro elemento seria o fato de que a medicina clínica não conseguia dar respostas efetivas para a melhoria das condições de saúde da coletividade, se reduzindo a um padrão individualista.

Essas observações apontaram para o entendimento que as próprias doenças possuem um conteúdo histórico e social, uma vez que os indivíduos não estão atomizados em esferas desconexas da sociedade. Por esse viés, o prisma social da doença não pode se verificar de forma estrita no caso clínico, mas na forma como os grupos humanos adoecem e morrem. Essa forma pode ser traduzida nos perfis patológicos, ou seja, naquilo que Laurell (1982) classifica como o tipo de patologia e sua frequência em determinado grupo e momento histórico. Esse elemento nos revela que dentro de uma mesma formação econômico-social os indivíduos adoecem de forma diferente, excluindo assim uma visão unilateral e homogeneizadora.

Em que pese esse fato, nem sempre é fácil a construção desses perfis tendo em vista a qualidade dos dados produzidos pelos diferentes sistemas de saúde existentes. O caso da Covid-19 no Brasil revela esse fato devido ao atraso na divulgação de informações epidemiológicas por parte do MS. Diante disso, veículos de comunicação<sup>26</sup> como: G1, O Globo, Extra, Estadão e Folha de São Paulo, passaram a coletar os dados epidemiológicos diretamente das Secretarias Estaduais de Saúde. Apesar da intencionalidade de divulgar as informações epidemiológicas diante da inércia do governo federal, essa ação também acabou ocasionando confusão, uma vez que diariamente eram divulgados número e médias distintas daquelas calculadas pelo MS. Além da indisponibilidade do Governo Federal em fazer a divulgação dessas informações, destaca-se também as subnotificações e ausência de testes massivos, o que compromete a acurácia dos prognósticos. Apesar dessas dificuldades o SUS é reconhecido internacionalmente pelo Departamento de informática (DATASUS) que disponibiliza informações sobre as patologias e comorbidades que atingem a população brasileira.

---

<sup>26</sup>Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados da Covid-19. G1. 8 de Junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30 Jun. 2020.

Ter esses dados e trabalhá-los de modo a produzir informações sobre as especificidades de cada formação econômico-social a partir de um determinado momento histórico ajuda na compreensão que a doença está para além de uma questão biológica. Dessa forma, ao superar um ângulo determinístico, pensar sobre doença implica considerar elementos biológicos, econômicos e políticos, conformando assim o caráter social desse fenômeno:

[...] o caráter social do processo saúde-doença, enquanto fenômeno material objetivo e tal como se expressa no perfil patológico dos grupos humanos. É assim porque, como mostramos, o perfil muda para uma mesma população de acordo com o momento histórico. Ainda assim, as diferentes formações sociais apresentam perfis patológicos que, a nível geral, distinguem-se conforme o modo particular de combinar-se o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção (Laurell, 1982, p.09).

No modo de produção capitalista, nos relembra essa autora, o conceito de doença possui centralidade numa perspectiva individualista, retirando assim, todo o caráter social desta, como se os indivíduos fossem seres atomizados, especialmente quando esse eixo se liga à anormalidade e à incapacidade para o trabalho, o que para a sociedade capitalista implica em não gerar mais valor e acumulação de capital. Para investigar esses elementos a Biologia em si não basta, mas há a necessidade de entendê-la de forma articulada com a totalidade social:

[...] o caráter social do processo saúde-doença não se esgota em sua determinação social, já que o próprio processo biológico humano é social. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico. Isso se expressa, por exemplo, no fato de que não é possível determinar qual é a duração normal do ciclo vital, por ser ele diverso em diferentes épocas. Isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza (Laurell, 1982, p.12).

Em certa medida as considerações de Laurell nos fazem retomar o pensamento de Engels (2020) na obra **A dialética da natureza**. Nesse livro o autor alemão debate a questão do desenvolvimento do homem enquanto um ser social, e na forma como a natureza humana foi se modificando no decorrer do tempo até

tomar consciência de si. Nos chama atenção a concepção de história que Engels remete a própria natureza em seu movimento dialético. Esse princípio imanente encontrado na natureza traduz uma leitura no qual o processo saúde e doença não pode ser visto de forma dicotômica, como se a biologia, sociedade, política e economia fossem entes separados e moleculares. Desconsiderar isso seria não reconhecer a casualidade e conexão que existe na própria matéria e nas relações sociais de produção. Esse princípio que existente na natureza também se estende à sociedade em suas diferentes escalas e níveis de abstração. A pandemia da Covid-19 demarca ao nosso entender essa noção ao nos mostrar que não se trata apenas de um fenômeno unicausal, mas que contempla distintas determinações que se materializam de forma diferente a partir de cada formação econômico-social, implicando também numa relação de como o homem tem se apropriado da natureza, conforme Laurell nos lembra:

[...] o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio do processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Em nossa opinião, as categorias sociais adotadas do materialismo histórico, que nos permitem desenvolver esta proposição geral e aprofundar e enriquecer a compreensão da problemática da essência do processo saúde-doença e sua determinação, são a classe social, tal como propõe Breilh e o processo de trabalho como foi desenvolvido em outro trabalho (Laurell, 1982, p. 16).

É evidente que as doenças afetam de forma diferenciada os indivíduos que vivem numa sociedade de classes. Mesmo que a biologia seja subjacente à nossa estrutura celular, a forma como vivemos influencia nas respostas que nosso organismo dá às doenças. Não é por acaso que, conforme demonstraremos nesta tese, a pandemia chega ao Brasil através da pequena burguesia, detentora de poder aquisitivo para a realização de viagens internacionais, mas logo em seguida é disseminada para as classes trabalhadoras e grupos subalternos que residem em aglomerados periféricos dos grandes centros urbanos, sendo potencializada pelas deletérias condições de moradia, trabalho, lazer, arte, cultura e alimentação.

Ao fazer referência ao cientista equatoriano Jaime Breilh, Laurell retoma o debate crítico acerca da concepção do processo saúde-doença que nasce no seio

latino-americano e que no Brasil também foi retomado pelo movimento sanitário na década de 1970. No prefácio à primeira edição do livro desse cientista - **Epidemiologia: economia, política e sociedade**, Laurell (1991) destaca que a doença não pode ser entendida fora do contexto social em que ocorre, e para além disso, estas, quando possuem uma clara distinção social, variam de acordo com o tempo e o espaço, ou seja, dentro de uma mesma sociedade as classes sociais adoecem de forma diferenciada.

No capitalismo esse fato se torna mais evidente as contradições de classe. Laurell (1991) destaca que mesmo com o apogeu dos trinta anos gloriosos do capitalismo, e as pretensas políticas de bem-estar social que foram produzidas nos países centrais após a segunda-guerra mundial, o mesmo não foi possível na periferia capitalista. Em seu lugar, de modo endógeno houve tentativas de construção de um pretense Estado de bem-estar Social latino-americano, que não chegou a se concretizar no subcontinente, ideia explorada por um viés desenvolvimentista pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), inspirado nas produções teóricas de economistas como o argentino Raúl Prebisch<sup>27</sup> e o brasileiro Celso Furtado<sup>28</sup>, mas que no fundo, não chegavam e nem tinham a intenção de ir às raízes dos problemas a partir do entendimento do modo de produção capitalista e das distintas formações econômico-sociais:

Parecia, em outras palavras, que os problemas sociais não derivam de um sistema de produção, mas da má distribuição dos bens ou simplesmente da pobreza material. Assim visto, não se percebia a necessidade de levar as demandas mais além da redistribuição e do rápido desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que no terreno da saúde e da medicina se traduziram na demanda de mais serviços e tecnologia médica (Laurell, 1991, p.10).

---

<sup>27</sup>**Raúl Prebisch (1901-1986):** Foi um economista argentino que se destacou pelas produções teóricas acerca dos termos de troca e do desenvolvimentismo na América Latina. Inspirado no estruturalismo econômico, foi um dos grandes nomes do pensamento econômico latino-americano que influenciou pensadores como o economista paraibano Celso Furtado.

<sup>28</sup>**Celso Monteiro Furtado (1920-2004):** Nasceu na cidade de Pombal, no interior do Estado da Paraíba. Graduado em Direito, realizou estudos sobre economia, tornando-se um dos mais reconhecidos economistas do Brasil. Em 1949 ingressa na CEPAL, e em 1950 foi nomeado diretor da divisão de Desenvolvimento Econômico desta Comissão pelo governo João Goulart. Sua produção intelectual é vasta, com destaque para temas como o do subdesenvolvimento e a questão regional do nordeste brasileiro. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso\\_furtado](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado). Acesso em: 10 Jan. 2022.

Essa crítica é importante porque influencia na forma como se entende o processo saúde-doença e no reconhecimento que sob o capitalismo o que temos são processos gerativos de uma sociedade patogênica. A forma como vivemos, a destruição da natureza e a exploração do trabalho colocam vastas parcelas sociais em situações precárias de vida, sem acesso aos elementos mínimos para recomposição da força de trabalho<sup>29</sup>. Desse modo, conforme aponta o médico chileno Hernán San Martín Ferrari<sup>30</sup> (1991) com o capitalismo temos um tipo de desenvolvimento patogênico, que atrelado à crise do capital coloca como imperativa à adequação das necessidades humanas à acumulação capitalista. Mesmo a medicina, com os constantes avanços científicos e das altas tecnologias não consegue tirar o fardo de que os homens passam a maior parte do tempo adoecidos, alienados e tendo que se adaptar às condições extremas que são forjados a partir da exploração e opressão de classe, e nesse ínterim, as burguesias das distintas formações econômico-sociais estão mais preocupadas em realizar saques e carnificina com guerras e desenvolvimento de armas, do que com as necessidades humanas:

[...] as estruturas econômicas injustas, as desigualdades sociais consequentes, a pobreza da maioria da população mundial, a produtividade e o consumo, que alteram os ecossistemas que chegam a ser patógenos, o uso do progresso técnico com fins de dominação e de extermínio, etc., têm conduzido a humanidade a uma situação patógena que tornou relevante a ineficácia de nossos sistemas e serviços de saúde e de nossos métodos de análises dos problemas de saúde (Ferrari, 1991, p.21).

E dessa maneira, as pandemias, epidemias e enfermidades que “aparecem”, como um raio a iluminar o céu azul são justificadas pela burguesia como um elemento natural/biológico. Contudo, percebemos o contrário, as forças políticas, econômicas, os comportamentos sociais e os fenômenos de saúde-doença são condicionados pela forma como a lógica do capital se estabelece, que na visão de

---

<sup>29</sup>Sobre a questão da alimentação e saúde indicamos a leitura da obra - *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* - do médico e geógrafo Brasileiro Josué de Castro. Cf. Castro, 1992.

<sup>30</sup>**Hernán San Martín Ferrari (1915-2000):** Foi um médico e cientista chileno. Foi professor de Medicina Preventiva da Universidade de Concepción (Chile) e, em 1960, diretor do Departamento de Medicina Preventiva e Social. Também foi consultor da Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). No governo de Salvador Allende foi nomeado como embaixador da Zâmbia, se refugiando em Paris logo após o golpe pinochetista.

Ferrari (1991) mistifica uma ideia de meritocracia e individualização, alçando a ideia de que as patologias são responsabilidades dos setores mais pauperizados da sociedade, eximindo assim, a responsabilidade da burguesia, que detém a hegemonia nas relações sociais de produção.

É dentro desse panorama que Jaime Breilh (1991) argumenta que o reconhecimento do processo-saúde doença é condicionado pela hegemonia de uma classe em um determinado modo de produção. No capitalismo esse reconhecimento é manejado pela burguesia e pela produção teórica que busca individualizar os determinantes sociais do processo saúde-doença. O advento de uma concepção clínica, pautada no diagnóstico individual foi considerada um avanço, quando comparada às teorias ainda baseadas em elementos metafísicos, ou nas teorias dos miasmas, que implicava no adoecimento pela emanção de gases pútridos de elementos orgânicos. O autor nos apresenta uma periodização interessante que exhibe a prática médica e a concepção do processo saúde-doença e que evidencia que esse processo é conforme a partir de cada momento histórico específico.

No absolutismo e na transição do século XIV ao XV temos como processo geral a desagregação do modo de produção feudal, e a consolidação de um sistema jurídico e político pautado em elementos burocráticos. Nesse período, a concepção de saúde-doença estava atrelada aos elementos mágicos ou místicos, com forte presença da religião. Com o processo de livre concorrência e o surgimento das primeiras manufaturas, especificamente por volta de 1550 a 1775 temos a consolidação do poder da burguesia. De 1775 a 1860 se consolida a grande indústria com a mecanização industrial, maior participação da ciência e da tecnologia como potencializadoras das forças produtivas. No âmbito da saúde temos a composição das políticas médicas voltadas à higiene pública objetivando normatizar os corpos dos trabalhadores para a extração de mais-valor. A ciência e o desenvolvimento tecnológico influenciavam para um olhar pragmático e voltado aos interesses do novo modo de produção que se consolidava.

Já na fase do capitalismo monopolista, temos como pano de fundo a composição de cartéis e trustes, aqui o operariado já se torna robusto e a luta de classes com a burguesia toma contornos mais definidos. Ao mesmo tempo temos a formação de estudos para incrementar a produção nas grandes fábricas, e pesquisas sobre eficiência corporal. A medicina científica é desse período e vai se

pautar pelas descobertas da microbiologia enfocando numa visão biomédica do processo saúde-doença, sem questionar a estrutura da sociedade vigente. Esses processos não ocorreram sem a manifestação do imperialismo, como um fenômeno de ordem global, ao qual o revolucionário bolchevique Lênin, na obra **Imperialismo, fase superior do capitalismo** reflete acerca das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, retomando as premissas marxianas sobre a luta de classes. Para Lênin (2011), o imperialismo denota um período marcado por guerras, crises e revoluções sociais, que sob a luta interburguesa numa recomposição das posições no tabuleiro internacional, aflora os sentimentos bélicos unidos pela sede da conquista de novos territórios para a expansão do capital. A carnificina promovida pelo impacto das duas grandes guerras mundiais revelou ao mundo que não há limites para a acumulação do capital. E em que pese à dimensão catastrófica desse período, avanços no campo da medicina, especialmente no quesito de fármacos/bioquímicos foram produzidos.

Após a segunda guerra mundial, Breilh (1991) classifica o período da década de 1960 a 1980 por uma crise que afeta os regimes fiscais, com reverberações sobre a América Latina. As políticas de Estado de bem-estar social na Europa em contrapartida aos avanços iniciais da revolução bolchevique de 1917, e posteriormente sua desfiguração pela burocracia stalinista<sup>31</sup> não conseguiram esconder nem mistificar os processos contraditórios que o próprio capitalismo gera a exemplo da lei tendencial da queda da taxa de lucro, expressa no terceiro volume d'O Capital de Marx, e o conflito entre capital e trabalho. A busca por novos espaços de acumulação, e a repartição do mundo após duas grandes guerras mundiais logram novas expedições aos capitalistas. Na América Latina, com uma conformação *sui generis* (Marini, 2012), no qual o subdesenvolvimento é um elemento da dependência em relação às formações centrais, e não uma simples etapa, essa dinâmica tem influenciado na configuração da iniquidade como processo e combinação de fatores históricos, políticos, sociais e econômicos<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup>Sobre a temática da revolução Russa de 1917 e sua desfiguração pela burocracia stalinista indicamos a leitura da obra do revolucionário Bolchevique Leon Trótski: A internacional Comunista depois de Lênin: Stálin o grande organizador de derrotas no qual o autor traz um panorama histórico sobre a formação da burocracia e os embates políticos nos primeiros congressos da III Internacional Comunista. Cf. Trótski, 2020.

<sup>32</sup>Não é o tema de nossa tese de doutorado, mas indicamos a leitura sobre a temática do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trótski que nos ajuda a interpretar essa relação

Nesse período, a unicausalidade dominava o entendimento do processo saúde-doença. O mecanicismo e o positivismo moldados viam esse processo de modo cartesiano, ligando causa e efeito, e muitas vezes se prendendo aos elementos microbiológicos. No bojo da crise dos anos 1970, temos a partir da medicina a composição de uma visão multicausal do processo saúde-doença, que considera a noção de que processo gerador da doença ocorre antes de qualquer resposta corporal e que os mecanismos existentes no organismo conduzem desde a resposta inicial até a manifestação das doenças. Essa visão foi pautada em correlação de eventos estatísticos, montando assim uma rede de causalidades. Pesquisadores como MacMahon<sup>33</sup>; Hugh Leavell<sup>34</sup> e Gurney Clark<sup>35</sup>, contribuíram para a compreensão de uma história natural das doenças, bem como para o escopo de uma medicina de âmbito preventivo<sup>36</sup>, mas sem pautar elementos associados às relações sociais de produção.

Concordamos com Breilh (1991) quando percebemos que, mesmo com o total dos avanços no campo científico, o surgimento de novos fármacos e desenvolvimento tecnológico, essas condições não foram materializadas na aplicação de um bem comum, servindo como dinâmica para acumulação capitalista. Não é à toa que fundações como a Rockefeller financiaram programas na América Latina, além de uma política de vigilância frente à ameaça comunista, ou de

---

entre centro e periferia que existe a partir do movimento dialético de desenvolvimento capitalista internacional, que congrega em diferentes territórios, elementos pré-capitalistas sob hegemonia do capitalismo. Cf. Lênin, 1985; Trótski, 1906; 1981; 2018; Demier, 2007 e Harvey, 2016.

<sup>33</sup>**Brian MacMahon (1923-2007)**: nasceu em Sheffield, Reino Unido, em 1923. Ele atuou como presidente do Departamento de Epidemiologia da *Harvard School of Public Health* por mais de 30 anos. Estabeleceu o ritmo para a epidemiologia moderna e liderou o caminho para toda uma escola de epidemiologistas que agora está espalhada pelo país e pelo mundo. Cf. Trichopoulos et al, 2008

<sup>34</sup>**Hugh Rodman Leavell (1902-1976)**: Foi consultor do Departamento de Saúde da Virgínia e do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Virgínia; professor de prática de saúde pública da Universidade de Harvard; diretor assistente da divisão de ciências médicas da Fundação Rockefeller. Cf. Dr. Hugh Rodman Leavell died in Virginia. *The New York Times Archives* <https://www.nytimes.com/1976/08/12/archives/dr-hr-leavell-dead-in-virginia-was-public-health-expert-who-taught.html>. 12 de Agosto de 1976. Acesso em: 10 Jan. 2022;

<sup>35</sup>**Edwin Gurney Clark (1906-1974)**: Foi professor de epidemiologia da *Faculty of Medicine da Columbia University*. Juntamente com Hugh Leavell publicou a obra *Textbook of Preventive Medicine* em obra clássica na área médica que aborda elementos acerca da prevenção das doenças. Cf. Ayres, 2009.

<sup>36</sup>A crítica a esse modelo de medicina pode ser conferida no seminal trabalho de Sérgio Arouca (1975) - O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva - Sérgio Arouca (1941-2003): foi um médico brasileiro e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve destaque no movimento Sanitária Brasileiro e chegou a presidir a VIII Conferência Nacional de Saúde que ocorreu no ano de 1986 e que lançou as bases institucionais do que viera a ser o SUS. Cf. <http://www.ccs.saude.gov.br/cns/sergio-arouca.php>. Acesso em: 03 Ago. 2021.



experiências que contestassem o modelo de sociabilidade capitalista. Empresas desse porte ditavam as agendas de pesquisas e as ações em saúde, criando mistificações sobre o processo saúde-doença sem questionar o modo de produção capitalista, tido como natural e a melhor opção para a humanidade, e suas contradições como impulsionadores de mazelas sociais.

Nesse sentido, Breilh (2015) busca trazer um olhar crítico às Ciências da Saúde, em específico à epidemiologia, não descartando os avanços e as técnicas que esse campo do saber construiu, mas promovendo um debate no sentido de superar a atomização e individualidade dos fatores que assolam a saúde humana. Nesse sentido, a determinação social do processo saúde-doença difere dos determinantes sociais, estes, são muitas vezes trabalhados de forma dissociada, sem o resgate da noção de totalidade, ou quando se credita uma totalidade, esta funciona como simples somatório de fragmentos da vida, sem correlação e causalidade. Sobre esse aspecto Breilh nos informa o seguinte:

[...] trabalhamos processos que combinam a estrutura, os modos de vida dos grupos e as condições individuais de vida, e também os efeitos finais nas pessoas, mas articulando sempre as três dimensões, compreendendo que essa unidade em movimento é a realizada, sem atomizá-la, mas mostrando os vínculos. E é por isso que o conceito de determinação social da doença é diferente do conceito de determinantes sociais da doença (Breilh, 2015, pp. 535-536).

Esses modos de vida são subjacentes às relações sociais de produção, na relação entre homens, mas também no metabolismo social imbricado na natureza. O modo de vida se materializa em distintos espaços e em vários momentos da reprodução social da vida (Breilh, 2016; 2021). Nesse sentido, Breilh (2015) sumariza um total de cinco dessas dimensões que nos ajudam a compreender melhor acerca da noção de totalidade do processo saúde-doença, como poderemos observar a seguir:

**Figura 4 - Espaços do modo de vida**



**Fonte:** elaboração própria a partir de Breilh, 2015.

Contra a visão atomizada, percebemos que ao estar em sociedade os indivíduos fazem parte da síntese das múltiplas determinações, seja no espaço do trabalho, ecológico, organizacional, da cultura, e do consumo, esses espaços influenciam na forma como se adoecer, se vive e se morre. No capitalismo essas dimensões da vida são afetadas pelo modo como a exploração do trabalho humano, a concentração dos meios de produção nas mãos da burguesia e suas distintas frações de classe vão moldando a produção da vida ao imperativo da acumulação, desvinculada das reais necessidades humanas. E nessa conformação à própria forma como a sociedade é organizada, e a lógica do capital se manifesta, tem em nossa interpretação promovido um solo fértil para a produção de patógenos com capacidade pandêmica. No tópico a seguir abordaremos de forma mais detalhada essa correlação de modo a evidenciarmos como o capitalismo em sua lógica

mercadológica potencializa o surgimento de pandemias de alto impacto sobre os seres humanos.<sup>37</sup>

## 2.4 O capitalismo e a produção de pandemias

Conforme já mencionamos, o capitalismo não é o mesmo em todos os períodos históricos e locais, essa assertiva se baseia no próprio entendimento do método expresso por Marx em sua crítica da economia política. O desenvolvimento histórico que impulsiona esse modo de produção apresenta a luta de classes e as contradições inerentes à sua reprodução como centrais. Uma dessas contradições diz respeito ao fato de que o capitalismo, desde o seu nascedouro, tem avançando sobre barreiras ecológicas naturais, o que em nossa interpretação potencializa o surgimento de patógenos com alta capacidade infecciosa.

Esse fato não implica desconsiderarmos que em outros modos de produção epidemias e endemias tenham surgido e se desenvolvido, pelo contrário, a história da humanidade apresenta relatos de patologias como a peste bubônica na Idade Média (Huberman, 1973). Sob a rubrica do capitalismo como o primeiro modo de produção global que se materializa de forma desigual e combinada nas distintas formações econômico-sociais, fenômenos como o da Covid-19 estão cada vez mais sendo potencializados. Por esse motivo, é interessante resgatarmos noções que impliquem a forma como temos nos relacionados com a natureza, e de que modo essa dinâmica influencia para a degradação da vida humana e dos sistemas ecológicos.

---

<sup>37</sup>No que tange à discussão sobre a atualidade e pertinência da concepção de determinação social do processo saúde-doença indicamos o debate realizado entre Minayo (2021a; 2021b) que critica o uso da concepção. Para essa autora a determinação social seria um modelo explicativo engessado e reducionista, que não consegue mais explicar as novas facetas da sociedade “pós-industrial”. Em contraposição à essa argumentação os textos de Almeida-Filho (2021) e Breilh (2021) buscam esclarecer que o conceito está inserido no marco da totalidade, procurando entender a concepção de saúde para além do campo reducionista e cartesiano. No debate tendemos a concordar com esses dois últimos autores tendo em vista que, para os propósitos de nossa tese, a crítica lançada pela determinação social do processo saúde-doença está vinculada a uma base material e concreta, influenciada como abordamos, pela forma como a vida social é produzida e determinada, sem desconsiderar outras instâncias. Não considerar esses elementos seria não enxergar os elementos da luta de classes, da exploração e opressão capitalista, o que em nossa interpretação não faz nenhum sentido teórico, prático e epistemológico. Ademais, sobre o debate latino-americano do conceito indicamos a discussão realizada por Correia; Mendes e Carnut (2022; 2023).

### 2.4.1 Metabolismo entre homem e natureza

Segundo o biólogo evolutivo e fitogeógrafo Robb Wallace, não podemos entender fenômenos como a pandemia da Covid-19 fora do marco da totalidade, que compreende o modo de produção capitalista como indutor de pandemias. Essa visão é transdisciplinar, algo que o modo de fazer ciência da burguesia visa solapar com a especialização e a elaboração de conhecimento em caixas específicas e desconexas. Desse modo, um dos fatores que mais influenciam para a conformação de surtos epidêmicos está vinculado à forma como nos alimentamos, ou melhor, como o capitalismo trata o alimento e em consequência, como o uso do solo é realizado pelo agronegócio.

Wallace (2020a) chama a atenção ao fato de que a forma como a indústria alimentícia se desenvolveu, com grandes conglomerados espalhados nos mais distintos territórios do mundo, num ritmo de produção frenético e que tem usado cada vez mais insumos químico-hormonais para estimular o crescimento da massa de aves, tem sido um foco de preocupação, especialmente num mundo interconectado pelas cadeias globais de produção, circulação e consumo.

Nesse processo, os vírus não podem ser considerados apenas como simples agentes biológicos desconectados do modo de produção. Eles manifestam impactos diretos no metabolismo socioambiental que temos desenvolvido no decorrer dos anos. Esse sociometabolismo implica na forma como através do desenvolvimento das técnicas e na criação de agenciamentos na dialética homem e natureza, fomos nos apropriando e modificando territórios antes em equilíbrio ecológico. A criação de multinacionais agroalimentares possui a capacidade de modificar a paisagem geográfica de tal forma que, no frenesi e na busca pelo lucro, não há limites para a devastação ambiental.

Essa forma como nos organizamos num modo de produção que se baliza pelo mais-valor diz muito sobre o fato de vivenciarmos o risco cada vez mais elevado de fenômenos pandêmicos. Ao refletir sobre a gripe suína, Robb Wallace nos mostra que os culpados pelos fenômenos pandêmicos não são simplesmente os vírus, enxergados a partir de uma visão reducionista, pelo contrário, são os homens

vivendo em sociedade que criam ambientes propícios à geração de doenças e novos patógenos:

O rótulo ‘gripe suína’, no entanto, é equivocado por outra razão. Ele prejudica o entendimento de um ponto óbvio: os porcos têm muito pouco a ver com o surgimento da gripe. Eles não se organizam em cidades de milhares de porcos imunocomprometidos. Eles não inviabilizaram artificialmente a variação genética que poderia ter ajudado a reduzir as taxas de transmissão das cepas de *influenza* mais virulentas que se espalharam. Eles não se organizaram em guetos animais lado a lado com milhares de aves da indústria avícola. Eles não se locomoveram por milhares de quilômetros de caminhão, trem ou avião. Na natureza, os porcos não voam. O ônus deve recair sobre as decisões que *nós, humanos*, tomamos para organizá-los dessa maneira. E, quando dizemos ‘nós’, sejamos claros, estamos falando de como o agronegócio organizou aves e porcos (Wallace, 2020a, pp. 61–62, grifo do autor).

O que Wallace nos informa é o que em certa medida, com as devidas mediações históricas, Marx já apontava n’O Capital acerca da ruptura metabólica entre homem e natureza. Desde uma perspectiva crítica e dialética, a epistemologia desenvolvida por esse intelectual alemão nos fornece elementos para pensarmos sobre a sociedade capitalista e a alienação, tanto do trabalho, quanto da natureza, que passam a ser enxergadas como coisas.

Segundo Kohei Saito — professor associado de economia política na Universidade de Osaka, no Japão — na obra **O ecossocialismo de Karl Marx**, as acusações de um certo “prometeísmo” de Marx em relação à natureza são equivocadas. Nesse ínterim, é preciso entender que, comumente a qualquer intelectual, há fases no desenvolvimento do pensamento, e isso também se aplica ao próprio Marx. Saito (2021) advoga em defesa de um pensamento ecológico contido na produção marxiana, especialmente numa teoria do valor que em si possui elementos que denotam uma atenção à relação metabólica entre homem e natureza.

Na juventude de Marx os debates em torno da filosofia eram realizados tendo como pilar a produção intelectual de Hegel<sup>38</sup>. Boa parte desse debate é acessível na

---

<sup>38</sup>**Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831):** Filósofo idealista alemão. Precursor método dialético na modernidade, que concebeu sob forma idealista. Hegel é um idealista *objetivo*: a seu ver, a razão absoluta representada, na história, a ideia absoluta, é o princípio e a única realidade que “se exterioriza” de maneira imediata na natureza, para voltar a si mesma dessa transformação (*Anderssein in sich*) sob a forma de espírito. A ideia em si é o demiurgo (criador) da natureza e da história: o pensamento absoluto revela assim as leis do mundo como um vir-a-ser; a

obra: **A Ideologia Alemã** na qual temos uma crítica ao idealismo alemão, e também a intelectuais como Bruno Bauer<sup>39</sup> e Feuerbach<sup>40</sup>. Este último exerceu grande influência no pensamento de Marx e Engels, sobretudo no que diz respeito aos debates acerca do materialismo. Embora esses autores reconhecessem o pensamento de Feuerbach, criticavam o seu materialismo por ser superficial e ausente de uma práxis concreta. Esse pensamento pode ser resumido na famosa tese 11 de Marx em relação a Feuerbach, que não basta apenas interpretar a realidade, mas modificá-la.

Essa práxis expressa também o debate entre homem e natureza, que na visão de Marx e Engels já apresentavam contornos de entendimentos que através da mediação do trabalho, o homem tanto modifica a natureza, como a si mesmo numa práxis concreta:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (Marx; Engels, 2007a, p. 87).

Marx e Engels pressupõem que no desenvolvimento das relações sociais de produção os homens tanto se relacionam com a natureza, e entre si, e que dessa relação há uma troca, num metabolismo social, ou seja, uma relação dialética entre homens e natureza. No capitalismo essa relação é balizada pelo imperativo da acumulação de capital e da produção de mais-valor. De modo concreto, não podemos afirmar, conforme pontua Saito (2021) que desde o início da produção intelectual de Marx a atenção à essa relação metabólica entre homem e natureza

---

realidade reflete as etapas do desenvolvimento dialético-lógico. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hegel.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021.

<sup>39</sup>**Bruno Bauer (1809–1882)**: Filósofo idealista alemão, um dos mais conhecidos jovens hegelianos, radical burguês, autor trabalhos sobre a história do período inicial do cristianismo; depois de 1866, nacional-liberal e partidário de Bismarck. Realizou trabalho de valor científico em relação à história do cristianismo primitivo. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bauer-b.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

<sup>40</sup>**Ludwig Andreas Feuerbach (1804–1872)**: Filósofo materialista alemão que do hegelianismo de esquerda, evoluiu para o materialismo. Sua filosofia constituiu o elo intermediário entre a filosofia de Hegel e a de Marx. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/f/feuerbach.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

tenha tomado centralidade em seu pensamento, mas isso não implica dizer que não possamos encontrar elementos que apontem para uma preocupação ecológica em obras como *O Capital*.

Nessa mesma linha de raciocínio John Bellamy Foster - professor de sociologia na Universidade de Oregon e editor da revista *Monthly Review* - no livro **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**, assevera que a noção de “fissura metabólica” implica na forma como sob o capitalismo tanto o trabalho humano, como a natureza, são alienadas, enxergadas como coisas, e nesse complexo, a própria relação entre homem e natureza, mediada pela exploração capitalista tem implicado no aprofundamento e na destruição de nichos ecológicos, ocasionando problemas de ordem global, a exemplo da própria pandemia da Covid-19 como veremos nesta tese. O que Foster nos lembra é que pensar a relação entre homem e natureza é mais frutífero quando utilizamos da abordagem dialética, que reconhece que tanto homem, quanto natureza se relacionam, se afetando de forma recíproca:

Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas também afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica [...] uma comunidade ecológica e o seu meio ambiente precisam pois ser vistos como um todo dialético, em que diferentes níveis de existência são ontologicamente significativos (Foster, 2005, p. 32).

Nos **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857–1858: esboços da crítica da economia política**, podemos perceber que uma das preocupações do autor é justamente com a ruptura entre as condições inorgânicas da existência humana, e sua práxis ativa, separação posta por completo na medida em que os homens passaram a ficar livres duplamente: livres dos meios de produção, e livres para vender sua força de trabalho, engendrando assim uma relação entre trabalho assalariado e capital (Marx, 2015).

Podemos encontrar também, n' *O Capital* a existência de um retorno à ideia do metabolismo como intermédio correlacional do homem com a natureza. Ao refletir sobre o duplo caráter do trabalho na seção **O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias**, percebemos que o desenvolvimento de sua concepção de valor não exclui inteiramente a natureza como elemento pertinente, pelo contrário, de forma lógica nenhuma sociedade paira no espaço, acima da

materialidade, não podendo criar algo do nada, uma vez que tudo se cria a partir de uma base material-concreta, se transformando assim, pelo princípio da conservação em matéria. Frente a isso Marx nos mostra que:

Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe (Marx, 2013, p. 102).

De modo semelhante, Engels (2020) demonstra que não é apenas o trabalho que a fonte de riqueza de uma sociedade, mas sua relação com a natureza:

Os economistas políticos dizem que o trabalho é a fonte de toda riqueza. Ele é isso — ao lado da natureza que lhe fornece o material que ele transforma em riqueza. Porém ele é infinitamente mais que isso. Ele é a primeira condição fundamental de toda vida humana, e em tal grau que em certo sentido devemos dizer: ele criou o ser humano como tal (Engels, 2020, p. 337).

Dessas passagens podemos considerar como premissa que a correlação existente entre homem e natureza faz parte de uma totalidade, não podendo ser vista de forma atomizada, como se fossem entidades separadas. Também devemos reconhecer que o desenvolvimento de técnicas e relações sociais de produção são realizadas sobre uma base material, que tanto é influenciada, como também influencia o modo como a sociedade se organiza.

No capítulo cinco d'O Capital **O processo de trabalho e o processo de valorização**, compreendemos que o trabalho, essa ação humana pensada e planejada com um determinado fim é, antes de tudo, um processo concreto entre homem e natureza, no qual a ação humana “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2013, p. 188). Nesse sentido, ao se confrontar com essa realidade sensível, com a matéria natural, também se apropria dessa mesma matéria de modo útil para sobreviver. O próprio homem coloca sua naturalidade, seu corpo em movimento, seus nervos, músculos, braços e pernas sobre a natureza para modificá-la.



Essa corporeidade substancial e ação sobre a realidade sensível toma contornos distintos, sendo histórica e possuindo especificidades a partir das relações que os homens estabelecem entre si mediante um determinado modo de produção. Sob a batuta do capitalismo o que presenciamos, e também o que Marx descreveu, é a ruptura, aprofundamento e destruição dos sistemas ecológicos. Cabe salientar que nem Marx, e muito menos Engels compreendem uma natureza intacta, e muito menos advogam um retorno a um Estado de natureza intocável (Marx; Engels, 2009, pp.46–48). Pelo contrário, percebemos uma crítica que procura uma superação a partir do entendimento das relações materiais de produção para um metabolismo que forneça um equilíbrio dinâmico para as reais necessidades dos seres humanos.

Segundo a investigação empreendida por Saito (2021), a produção intelectual de Marx se aprofundou bastante em reflexões acerca da natureza e da Ecologia. O levantamento realizado por esse pesquisador **Nos Cadernos naturais**<sup>41</sup>, bem como **Nos Cadernos de Londres**<sup>42</sup> de Marx indica a apropriação de conceitos e reflexões de caráter ecológico no pensamento marxiano. Uma dessas influências é clara quando n'O Capital, especificamente no **Capítulo 13: maquinaria e grande indústria**, no qual temos acesso à reflexão acerca do desenvolvimento e constante revolução das forças produtivas que sob o capitalismo impulsionaram o uso de maquinários modernos no campo, substituindo os antigos laços camponeses que existiam, especialmente sua ligação com a terra. Nesse mesmo processo, tanto o esfacelamento dos laços familiares com a terra, quanto à intensificação e a exploração sobre o solo, adicionados à separação entre cidade e campo conformaram rupturas metabólicas entre homem e natureza:

[...] isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais (Marx, 2013, pp. 378–379).

---

<sup>41</sup>Segundo Saito, tais cadernos publicados no projeto *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) contém profícua produção desses dois autores alemães acerca da teoria ecológica do século XIX. Cf. Saito, 2021, pp. 22–23.

<sup>42</sup>Segundo Saito (2021, p. 95) nesse caderno Marx fez as primeiras reflexões e usos do conceito de metabolismo em 1851. O autor também nos informa que esse caderno foi editado pelo projeto MEGA, e que nele é possível encontrar referências e excertos de Marx às obras que tratavam sobre a natureza e a ecologia.

Essa reflexão de Marx não nos parece tão distante do que vivenciamos em pleno século XXI. Obviamente que as especificidades históricas, a formação econômico-social e também a forma como na contemporaneidade o capitalismo se comporta são distintas do século XIX. Contudo, o que queremos afirmar é que o núcleo, o teor da crítica e a materialidade do capitalismo ainda continuam existindo, sendo a própria pandemia da Covid-19, em nossa interpretação, um dos desdobramentos da ruptura metabólica entre homem e natureza, tal qual Marx afirma n'O Capital.

Na contemporaneidade não podemos desconsiderar que este modo de produção apresenta uma tendência histórica de superação de seus próprios limites através do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, não se trata aqui, de uma visão apocalíptica no qual o capitalismo terá como fim a contradição entre geração de mais-valor e condições materiais naturais e ecológicas. Não se trata disso, pelo contrário, implica em reconhecer que a lógica capitalista aprofunda suas próprias contradições “[...] como no desmatamento massivo da região amazônica; a poluição da água, do solo e do ar pela indústria extrativa da China; o derramamento de óleo no Golfo do México, e a catástrofe nuclear em Fukushima” (Saito, 2021, p. 127).

Nesse sentido, por tratar o trabalho e também a natureza apenas como um meio para a valorização de capital, o que de fato importa à burguesia não é a satisfação das necessidades humanas. Como Marx (2013) nos lembra, o capital não se preocupa com a vida dos trabalhadores, o que interessa unicamente é a força de trabalho, o dispêndio de energia que esses trocam por um salário, seja pela mais-valia-absoluta, aumentando o tempo da jornada de trabalho, ou pela relativa, intensificando o trabalho com inovações tecnológicas. A natureza, vista também como uma “coisa” a ser possuída, transformada em mercadoria, tampouco é valorizada e preservada, mesmo uma suposta ideia de um capitalismo humano e sustentável não transpassa a essência da busca pelo mais-valor e pela acumulação, o que na verdade temos é uma mistificação da realidade via políticas empresariais que tentam promover uma “cultura” empresarial verde e sustentável.

Como afirma Saito (2021) ao desmistificar as críticas dos ecossocialistas<sup>43</sup> a Marx, na acusação do autor apostar num certo “prometeísmo” da humanidade em

---

<sup>43</sup>A revisão realizada por Saito (2021) é ampla e chega a lançar críticas sobre as perspectivas ecossocialistas acerca das interpretações sobre a produção intelectual de Marx e Engels na questão

relação à natureza, ou seja, no desenvolvimento das forças produtivas na dominação dos obstáculos que a natureza impõe, é preciso destacar que a crítica de Marx, especialmente n'O Capital é mais aguda, e enfatiza a contradição de um desenvolvimento tecnológico que promove cada vez mais rupturas no metabolismo entre homem e natureza, uma vez que esses avanços são feitos com o interesse de promover uma maior eficiência na exploração:

O capital luta por um acesso seguro e mais barato aos recursos naturais, enquanto problemas como poluição do ar e da água, desertificação e esgotamento dos recursos naturais são negligenciados ou vistos meramente como externalidades. O principal princípio do desenvolvimento tecnológico é a exploração mais eficiente da força de trabalho e dos recursos naturais com custos mínimos. O objetivo da aplicação da tecnologia na moderna indústria e na agricultura de grande escala não é a relação sustentável com a natureza, mas seu emprego lucrativo. À medida que a força de trabalho se esgota e é destruída devido à intensificação e ampliação da produção em prol do aumento do mais-valor, as forças da natureza também sofrem o mesmo destino (Saito, 2021, p. 170).

Além dessa intensificação, também temos de modo concreto os impactos sobre a saúde da classe trabalhadora, conforme destacado no próprio Capital de Marx as condições deletérias sobre as quais mulheres, homens e crianças trabalhavam, com jornadas de trabalho extensas, que afetavam tanto a saúde física, pelos acidentes de trabalho, quanto a mental pelas condições de exaustão. De modo semelhante, Engels (2010a) no livro: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, um pouco antes que Marx, já tinha visualizado essa correlação ao investigar as condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, especialmente ao vivenciar de perto o modo de vida do proletariado inglês, percebeu as condições mortificantes que o capitalismo impõe, conformando o desenvolvimento de doenças, e na forma como as condições de moradia, alimentação e de uma forma geral, saúde, impactam de forma negativa na vida dessa classe. Engels também chamava atenção para a forma como esses trabalhadores eram submetidos às condições precárias de moradia, e como as cidades foram se conformando ao ponto de serem

---

ecológica. O autor traz considerações críticas preponderantes acerca do ponto de vista de autores como Michel Lowy (2014) quando este afirma que na produção de Marx tal reflexão não tem um caráter central.

verdadeiros reservatórios de doenças, elemento que também se vincula a forma como o meio ambiente é alvo da ganância capitalista.

Parece-nos que atualmente, esse panorama não mudou de forma substancial, e as “benesses” do capitalismo não levaram os trabalhadores a uma boa qualidade de vida. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dados de 2021 indicam que mais de 750.000 trabalhadores morreram devido à exposição a longas jornadas de trabalho. Em 2016 as lesões e doenças relacionadas ao trabalho provocaram a morte de 1,9 milhão de pessoas. Entre 2000 e 2016 houve um crescimento de 41% e 19% em doenças cardíacas e derrames, fenômenos vinculados à exposição às longas jornadas de trabalho (WHO/ILO, 2021).

No Brasil esse panorama não é tão diferente, os dados evidenciados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho<sup>44</sup> indicam que entre o ano de 2012 a 2020 trabalhadoras e trabalhadores sofreram acidentes fatais, ocasionando numa taxa de mortalidade de 6 óbitos a cada 100 mil vínculos de emprego no mercado de trabalho formal. Em relação aos países pertencentes ao G-20, e nas Américas, o Brasil fica em segundo lugar no *ranking* de mortalidade no trabalho, atrás apenas do México. Também foi identificado no Brasil, entre os anos mencionados, um aumento do número de acidentes de trabalho graves em cerca de 40% no ano de 2020, saltando de 94.353 em 2019 para 132.623 em 2020. Cabe ainda destacar que nesse mesmo período o Brasil registrou 5,6 milhões de doenças e acidentes do trabalho que vitimaram trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, o que gerou um gasto que ultrapassa a ordem de R\$ 100 bilhões com despesas de acidentes. Neste mesmo contexto também há um crescimento de auxílios-doença por depressão, ansiedade, estresse, que saltaram de uma ordem de 224 mil em 2019 para 289 mil afastamentos em 2020, um aumento de 30% no primeiro ano da pandemia da Covid-19.

A esse cenário se soma a precarização do trabalho, os subempregos, a infoproletarização e uberização (Antunes, 2020) em ambientes cada vez mais denominados de empreendimentos, empresariamento de si, mas que expõem trabalhadores e trabalhadoras a jornadas de trabalho extensas, e que no Brasil, devido à superexploração da força de trabalho, vai conformando um padrão de dificuldade para a manutenção da própria reprodução da classe trabalhadora, ou

---

<sup>44</sup>Cf. <https://smartlabbr.org/sst/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

seja, a ausência de elementos mínimos como educação, saúde, alimentação e trabalhos dignos.

#### 2.4.2 Capitalismo e meio ambiente

Empiricamente as observações de Marx e Engels ressoam na contemporaneidade, especialmente quando verificamos os níveis de desmatamento que as florestas sofrem com o passar do tempo. Segundo informações contidas no relatório da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) ***The State of World's Forests 2020*** essa degradação se vincula com o escopo da saúde humana, tendo em vista que as florestas possuem uma gama de biodiversidade, patógenos, vetores e parasitas que vivem em seus respectivos habitats naturais. Boa parte das novas doenças infecciosas que afetam a saúde dos seres humanos são zoonóticas, ou seja, se originam de animais, e segundo a FAO (2020) esse panorama pode estar associado às mudanças no meio ambiente provocadas pelo próprio homem: a expansão das populações e alterações realizadas na ecologia das florestas aumenta a exposição dos seres humanos à vida selvagem. Entre as doenças que possuem essa ligação a organização fornece exemplos de casos de malária, doença de chagas, doença do sono (tripanosomíase) e leishmaniose. Doenças como o da imunodeficiência humana (HIV) e Ebola, ambas com gênese zoonótica e outras doenças também tem apresentado esse demiurgo, inclusive o Sars-Cov-2, que causou a pandemia da Covid-19.

Cabe destacar que não estamos aqui defendendo uma visão “prometeica no qual a natureza é subserviente ao ser humano, e que o desenvolvimento dos meios de produção a coloque de joelhos frente ao homem, pelo contrário, quando trazemos essas informações da FAO reafirmamos empiricamente a ruptura metabólica que, no modo de produção capitalista tem ocasionado e produzido doenças de potencial pandêmico. Portanto, não se trata de apontar que a “natureza” invadiu o espaço dos seres humanos, implica em refletirmos, a partir do marco da totalidade, que também

estamos inseridos numa relação metabólica com a natureza, e que nossas ações frente ao meio ambiente possuem reverberações com as quais temos que lidar.

Cabe salientar, para não dar uma aparência de pânico em relação à natureza, que segundo a FAO (2020) a maioria dos patógenos encontrados nas florestas não apresentam perigos imediatos aos seres humanos, todavia, muitos microrganismos potencialmente prejudiciais à saúde humana passaram por processos de coevolução inerente à vida selvagem, não causando maiores problemas em seus hospedeiros comuns, mas que, ao entrarem em contato com a genética humana, podem ocasionar complicações. Em grande sentido, boa parte dessas coevoluções de risco tem como origem as mudanças radicais que os seres humanos produzem nas florestas, alterando a relação entre hospedeiros-patógenos. Essa realidade concreta perpassa as atividades das indústrias extrativistas que ocasionam desmatamento e degradam o meio ambiente.

De modo amplo podemos evidenciar através do estudo do biólogo Bruce Wilcox e do cientista Brett Ellis que diversas doenças apresentam ligação com esse metabolismo entre homem e natureza que estamos pontuando. Para esses cientistas o entrelaçamento entre florestas, patógenos e o desenvolvimento da civilização humana, combinado com o desmatamento e o uso desordenado da terra, causam doenças (Wilcox; Ellis, 2006). Como sabemos, a humanidade sempre recorreu a um metabolismo com a natureza, uma vez que o próprio desenvolvimento da sociedade humana necessitou dessa interação, que não é estática, e apresenta distinções no decorrer da história.

No quadro a seguir podemos ver um exemplo dessa correlação que estamos mencionando, ele diz respeito a origem de determinados patógenos, e como esses se vinculam com as ações humanas

**Quadro 7 - Exemplos de doenças infecciosas emergentes associadas à floresta**

Agente Doença	Distribuição	Hosts e / ou reservatórios	Exposição	Possíveis mecanismos de emergência
<b>Vírus</b>				
Febre Amarela	África e América do Sul	Primatas não humanos	Vetor	Desmatamento e expansão de assentamentos ao longo das bordas da floresta. Caça, Coleta de água e madeira. Domesticação de vetores e patógenos.
Dengue	Pantropical	Primatas não humanos	Vetor	Adaptação de vetores de mosquitos e patógenos. Programas de urbanização e controle de vetores ineficazes.
Chikungunya	África; Oceano Índico; Sudeste Asiático e América do Sul	Primatas não humanos	Vetor	Patógeno e domesticação de vetores
Oropouche	América do Sul	Primatas não humanos	Vetor	Viagens pela floresta e modificações na composição do vetor.
SIV	Pantropical	Primatas não humanos	Direto	Desmatamento e expansão humana na floresta; Caça e abate de animais silvestres da floresta; Adaptação de patógenos.
Ebola	África	Morcegos primatas não humanos	Direto	Caça e abate Extração de madeira Surto ao longo da orla da floresta; Agricultura; Alteração da fauna natural
Vírus Nipah	sul da Asia	Porcos	Direto	Produção de suínos e frutas na fronteira da floresta
SARS	Sudeste da Ásia	Morcegos e Civets	Direto	Colheita, comercialização e mistura de morcegos e civetas Comércio de animais selvagens para consumo humano.

Raiva	No mundo todo	Caninos; Morcegos; Outros animais selvagens	Direto	Expansão humana na floresta
febre maculosa	América do Norte	Invertebrados carrapatos	Vetor	Expansão humana na floresta. Recreação na floresta.
<b>Protozoários</b>				
Malária	África Sudeste Asiático América do Sul	Primatas não humanos	Vetor	Desmatamento, alteração de habitat benéfica para a reprodução de mosquitos; Expansão humana na floresta, malária primata não humana entre humanos
Leishmaniose	América do Sul	Mamíferos	Vetor	Expansão humana na floresta; Domesticação de vetores zoonóticos; Alteração de habitat, construção de habitações perto da borda da floresta; Desmatamento; Domesticação de ciclos zoonóticos por trabalhadores não imunes.
Doença do sono	África Ocidental e Central	Humanos	Vetor	Expansão humana para a floresta, incidência de doença associada à borda da floresta
<b>Bactérias</b>				
Babesiose	América do Norte Europa	Humanos e animais selvagens	Vetor	Doença frequentemente encontrada entre carrapatos em áreas florestais
Doença de Lyme	No mundo todo	Ratos veados humanos	Vetor	Possível associação com desmatamento e fragmentação de habitat; Trabalhadores florestais com maior risco de doenças
Leptospirose	No mundo todo	Roedores	Indireto	Alteração da bacia hidrográfica e inundação
<b>Vermes</b>				



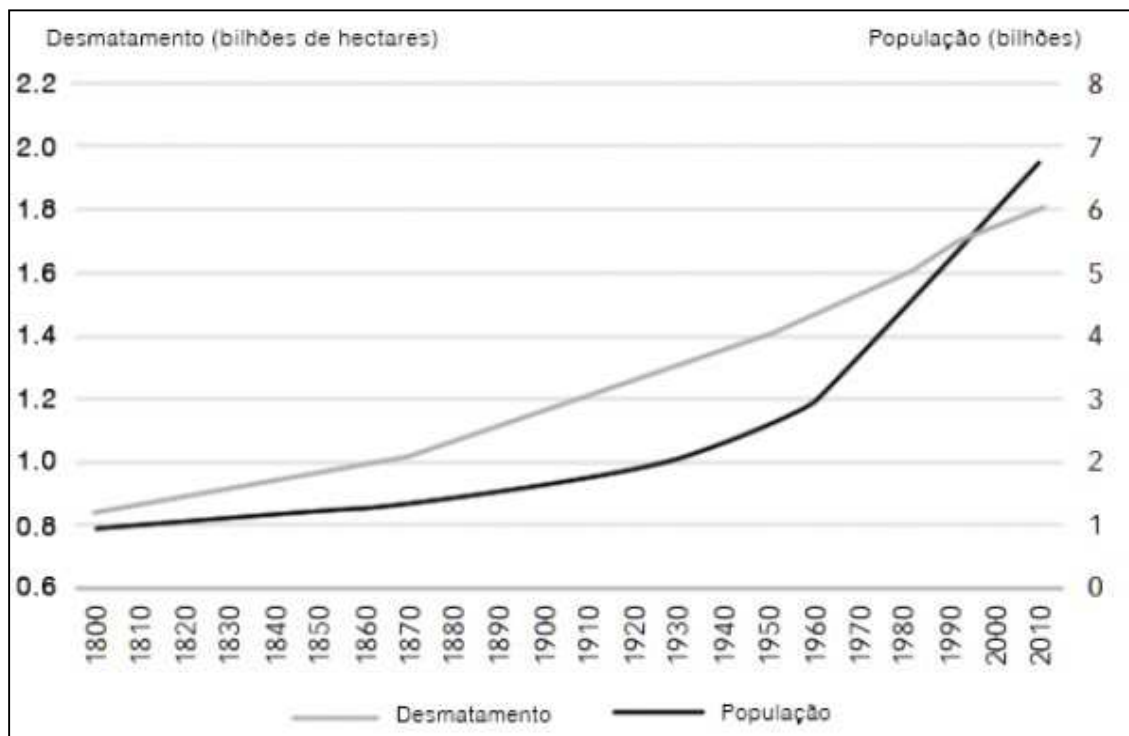
Eccinococcus multiocularis	Hemisfério Norte	Raposas Roedores Pequenos mamíferos	Direto	Desmatamento; Aumento em roedores e raposas hospedeiros. Transbordamento de patógenos para cães; Expansão humana na floresta, exposição de população suscetível.
----------------------------	------------------	---	--------	---

**Fonte:** Wilcox; Ellis, 2006, p. 13.

À medida que o capital avança sobre barreiras naturais, somos expostos aos ambientes ecológicos dos quais nosso corpo desconhece. Nosso sistema imunológico é apresentado a uma gama de microrganismos, de modo que, fatores como o desmatamento e o crescimento urbano desordenado influenciam para que cada vez mais tenhamos um descompasso entre meio ambiente e vida humana. Segundo o historiador Luiz Marques no livro **Capitalismo e Colapso ambiental** o desmatamento tem como causa fatores como: extração de madeira, avanço da fronteira agropecuária, incêndios, mineração, hidrelétricas, urbanização e as estradas abertas na floresta em decorrência da necessidade de circulação de pessoas e mercadorias. Esse processo também ocorreu antes do período industrial, no qual cerca de 8 milhões de km<sup>2</sup> de florestas foram perdidos até o ano de 1800. Com a industrialização e expansão do modo de produção capitalista esses números aumentaram consideravelmente, uma vez que de 1800 a 2010 o mundo perdeu um total de 10 milhões de km<sup>2</sup> de florestas (Marques Filho, 2018).

Esses dados encontram constatação na pesquisa realizada pelo geógrafo Michael Williams (1935–2009) no livro **Deforesting the Earth: From Prehistory to Global Crisis, An Abridgment**, no qual temos acesso a estatísticas que comprovam o aumento do desmatamento, sobretudo das florestas tropicais. A pesquisa de Williams (2003) demonstra que desde o mercantilismo, com o processo de colonização das Américas, a expansão industrial no capitalismo, e o aumento dos espaços destinados à agroindústria, há transformações profundas nos biomas naturais. No gráfico a seguir podemos constatar essa realidade, ao mesmo tempo em que observamos o aumento da população:

**Gráfico 3** - População mundial e números acumulados de desmatamento entre 1800 e 2010



Fonte: FAO, 2012.

Os dados disponibilizados pela FAO (2012) demonstram que essa tendência tende a se aprofundar uma vez que desde os anos 1990, um total de 420 milhões de hectares de florestas foram perdidos. Entre 2000 e 2010 a taxa de desmatamento foi estimada em 10 milhões de hectares anuais. As florestas primárias (territórios nativos que não sofreram grandes interferências humanas) em todo mundo tiveram uma perda de 80 milhões de hectares desde 1990. Segundo a organização, a expansão agrícola é o principal fator do desmatamento e da degradação florestal, e consequente perda da biodiversidade. A agricultura em escala comercial, a pecuária e o cultivo de soja representam um total de 40% do desmatamento em áreas tropicais entre os anos de 2000 a 2010, a agricultura foi responsável por um total de 33%.

Atrelado a essas informações, temos os dados divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2021. As informações evidenciam que desde o período pré-industrial o clima do planeta sofre alterações significativas. A temperatura do ar na superfície terrestre aumentou de modo a afetar

a segurança alimentar de diversas comunidades, contribuindo para o surgimento de fenômenos como a desertificação (IPCC, 2021).

Frisamos que apesar de a terra apresentar ciclos naturais de aquecimento e resfriamento, isso não significa que, independentemente da intervenção humana no espaço geográfico, as alterações climáticas sejam inevitáveis como o negacionismo climático argumenta. O desenvolvimento de megalópoles, a junção de várias cidades nas regiões metropolitanas, a ausência de um planejamento urbano, do uso do solo para a monocultura fornece uma base para termos efeitos reverses de uma lógica de sociabilidade baseada no lucro e na exploração dos recursos naturais. Podemos constatar que, ao retomarmos a reflexão de Marx (2013) acerca de uma ruptura metabólica, tais constatações e informações acerca de fenômenos como os citados anteriormente são a plena materialização da forma como estamos vivendo em sociedade.

A atuação do agronegócio tem um peso considerável nesse contexto. A produção de *commodities* como a soja, bem como o uso do solo para a criação de animais como bois largamente produzidos em ritmo industrial são facetas desse processo. Embora o IPCC apresente informações importantes para refletirmos, sua saída para a atual crise ambiental se volta para as bases do próprio modo de produção que tem promovido essas rupturas, apesar das ações de curto e médio prazo como o uso sustentável do solo, zoneamento e diminuição da emissão de gases poluentes serem importantes, não podemos nos pautar num campo eminentemente técnico, como se a relação homem e natureza fosse estritamente tecnicista, pelo contrário, se não trazermos para o debate o impacto do agronegócio a partir da Crítica da Ecologia Política, por exemplo, e a forma como a sociedade dividida em classes tem tratado dos recursos naturais, e daqueles produzidos socialmente, as discussões técnicas ficam vazias de conteúdo.

Conteúdo semelhante podemos encontrar na expressão “desenvolvimento sustentável”, que ganhou os campos da academia e da política através do Relatório Brundtland de 1987<sup>45</sup>, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

---

<sup>45</sup>O Relatório Brundtland recebeu esse nome porque os trabalhos realizados na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Criada pela Organizações das Nações Unidas em 1983 —, esses trabalhos foram presididos por Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e Ex-primeira Ministra da Noruega. Cf. <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 04 Out. 2021.

Desenvolvimento. Conforme o relatório, a ideia de Desenvolvimento Sustentável é fundamentada na lógica de que é possível criar um desenvolvimento que equalize o metabolismo homem-natureza no modo de produção capitalista, fazendo com que as nações desenvolvidas passem a consumir num limite ecologicamente sustentável, e que as nações em desenvolvimento alcancem o desenvolvimento para acabar com a desigualdade social. Em si, o relatório apresenta como fórmula a conciliação entre meio ambiente, desenvolvimento econômico e sociedade, no capitalismo:

A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável implica limites — não limites absolutos, mas limitações impostas pelo atual Estado da tecnologia e organização social sobre recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da ação humana nas atividades. Mas a tecnologia e a organização social podem ser gerenciadas e aprimoradas para fazer caminho para uma nova era de crescimento econômico. A Comissão acredita que a pobreza generalizada não é mais inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si, mas o desenvolvimento sustentável requer atender às necessidades básicas de todos e estender a todos a oportunidade de cumprir suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo em que a pobreza é endêmica sempre estará sujeito a problemas ecológicos e outras catástrofes (Brundtland, 1987, pp. 24–25, tradução nossa).<sup>46</sup>

Desse modo, ideias como essas, em que avaliam ser possível conciliar interesses capitalistas com a preservação ambiental na produção de um desenvolvimento mais igualitário dizem no fundo que um “capitalismo com face humana” é possível, todavia, não nos parece que essa equalização seja alcançável. Não observamos uma “internalização das externalidades” pelas grandes empresas da agroindústria, pelo contrário, informações divulgadas pelo IPCC demonstram

---

<sup>46</sup>**No original:** *Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits - not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to fulfil their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes.*

apenas que tem se aprofundado as condições deletérias do meio ambiente. Aliás, esse é um tema que pouco aparece, em nosso entendimento, nesses relatórios, as mudanças a curto e médio prazo são, na visão de organismos como ONU e IPCC, de responsabilidade de governos e dos sistemas políticos considerados “democráticos”, por partilharem de um sistema de democracia representativa. Obviamente que não é do interesse desses organismos apontar saídas que considerem as classes trabalhadoras e grupos subalternos, uma vez que o capitalismo não passa pelo crivo da crítica desses organismos multilaterais, bastando olharmos para casos concretos no Brasil, como os crimes ambientais provocados por empresas como Vale em Brumadinho, e Brasken em Maceió.

Conforme salienta Rosa Maria Marques, professora titular de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a conciliação entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista com ações resolutivas da crise ambiental é inviável:

Essa conciliação não tem, contudo, onde se apoiar. É preciso lembrar que o modo de produção capitalista, fundado na apropriação de mais valor criado pelo trabalho assalariado, reproduz-se como sistema organizador de todos os aspectos da vida em sociedade independentemente da ação consciente e autônoma dos indivíduos. No plano do capitalista individual, esse é impulsionado pela busca constante de diferencial com relação a seus concorrentes, via aumento da produtividade [...] A principal contradição encerrada no desenvolvimento sustentado é ocultar que no capitalismo a reprodução é necessariamente ampliada, isto é, trata-se de produzir cada vez mais. (Marques et al, 2021, p. 135).

Aliás, o tema da reprodução ampliada do capital já estava presente n'O Capital de Marx no qual parte do mais-valor produzido pela classe trabalhadora é direcionada para o investimento em maquinários, ferramentas, e na própria contratação de novos trabalhadores, gerando assim uma necessidade sempre ascendente de acumular capital extraíndo o tempo trabalho não pago aos trabalhadores. De modo concreto sabemos que em neste século XXI as inovações tecnológicas e a forma a hegemonia do capital portador de juros sob o prisma do neoliberalismo têm ditado políticas trabalhistas e sociais de forma diferenciada a partir das especificidades de cada formação econômico-social, todavia, isso não retira o demiurgo e nem cria modificações substanciais na teoria do valor de Marx.

As ações realizadas pelos distintos governos ganham um verniz de “capitalismo verde sustentável”, diante da impossibilidade de conciliar a reprodução ampliada do capital com a preservação é um uso racional dos recursos naturais. A esse modo, assistimos a iniciativas como a comercialização de créditos de carbono, que constitui uma política firmada do protocolo de Kyoto de 1997 — protocolo assinado por 84 países com a intenção de reduzir a emissão de gases poluentes no mundo —, no qual há a possibilidade da venda e compra de créditos de carbono. Cabe salientar que os Estados Unidos abandonaram esse protocolo em 2001 tendo como justificativa que as metas estabelecidas no protocolo impactavam diretamente o desenvolvimento econômico do país.

Atrelada à essa realidade concreta, temos o fato de que mesmo com o uso intensivo do solo, desmatamento, e produção agroindustrial, boa parte da população vive em insegurança alimentar<sup>47</sup>. Esse fato, em nossa interpretação, se vincula diretamente ao modo como o capitalismo apresenta grande potencial para promover pandemias. A ideia de insegurança alimentar está alicerçada sob um ângulo que liga a produção e a distribuição de alimentos. Como observamos nas páginas anteriores desse segundo capítulo de nossa tese, sob o capitalismo os alimentos são vistos como mercadorias, pouco importa ao capitalista proprietário de grandes parcelas de terra se o que ele está produzindo serve para alimentar alguém, pelo contrário, aqui não impera o valor de uso, mas sim o seu valor de troca, por esse motivo o agronegócio nega os grãos, legumes e verduras duplamente: quando os produz para não consumir, e quando os coloca no mercado para sua plena efetivação enquanto mercadoria<sup>48</sup>.

Esse fenômeno passa pelo que comumente se denomina como “Revolução Verde” que implica no conjunto de investimentos e desenvolvimento das forças produtivas por volta da década de 1930, especialmente nos Estados Unidos. O

---

<sup>47</sup>A FAO subdivide a insegurança alimentar em duas categorias. Insegurança alimentar moderada como sendo um estado de incerteza sobre a capacidade de obter alimentos; risco de pular refeições ou ver a comida acabar; sendo forçado a comprometer a qualidade nutricional e/ou quantidade dos alimentos consumidos; e a insegurança alimentar grave que implica ficar sem comida; fome experimentada; no extremo, ficar sem comer por um dia ou mais. Cf. FAO. SOFI 2021: Relatório da ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo. Roma, 12 de julho de 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/>. Acesso em: 31 Mai. 2023.

<sup>48</sup>Para um maior aprofundamento acerca dessa temática indicamos o artigo da nutricionista e pesquisadora Lúcia Guerra: O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista — a tríade alimento-mercadoria-doença no cenário (trans)pandêmico. Cf. Guerra, 2022.

aumento expressivo da produção e do volume dos negócios exigia cada vez mais que o uso da tecnologia fosse aglutinado ao ímpeto da produção de lucro dos latifundiários. Desse modo, a união da monocultura com o uso de máquinas, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, bem como a mesma base tecnológica aplicada a criação de animais com o uso intensivo de antibióticos e outros produtos promoveu grandes transformações no campo. Segundo Vargas e Silva (2016) apesar dessas transformações, que numa primeira vista poderiam dar uma aparência de benefício à humanidade, na essência apresentavam a supressão da pequena propriedade pelos grandes latifundiários a partir do impulso do uso de novas tecnologias. Tais mudanças fomentaram o aprofundamento de monoculturas em detrimento da produção variada de alimentos, estes, passaram a ser vendidos por grandes conglomerados empresariais.

No pensamento social brasileiro podemos destacar o geógrafo e médico Josué de Castro<sup>49</sup> que através da pesquisa sobre as condições alimentares no Brasil, denunciou na obra **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** como a fome é um fenômeno social, e não meramente fisiológico/biológico. Esse autor chega a refletir que a fome é um fenômeno universal, não tendo nenhum continente que escape a esse espectro (Castro, 1992). Dessa forma, o autor nos mostra os traços de iniquidade e de classes sociais que materializam a fome. Aliás, se alimentar bem não implica no consumo exacerbado de alimentos pobres em nutrientes como esse eminente geógrafo nos ensinou, mas diz respeito a uma alimentação balanceada, rica em vitaminas e variedades.

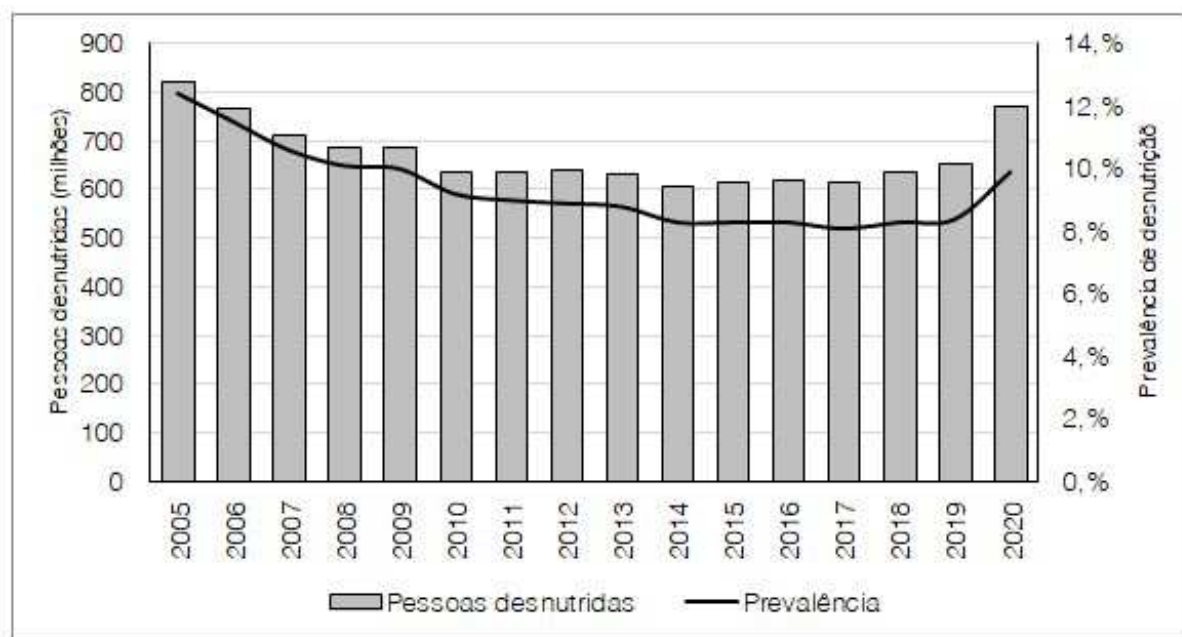
Passados mais de 70 anos da publicação de **Geografia da Fome**, esse fenômeno ainda é presente na humanidade. O uso irracional do solo, a monocultura e a produção de *Commodities* impera numa lógica que produz fome na “abundância”. Segundo a FAO no relatório **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021** estimou-se que durante o ano de 2020 um total entre 720 e 811 milhões de pessoas passaram fome. Em relação ao ano de 2019 houve um crescimento de 118 milhões de pessoas nessa situação. Os dados de 2020

---

<sup>49</sup>**Josué de Castro (1908–1973)**: Médico e geógrafo brasileiro, destacado pela produção intelectual voltada ao “espectro da fome”, tanto no Brasil quanto no mundo. Em 1952, foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO. Reeleito por unanimidade pelos delegados dos países que formam o Conselho das Nações Unidas, permanece no cargo até o final de 1956. Cf. Josué de Castro. Biografia. Disponível em: <http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>. Acesos em: 10 Mar. 2020.

indicam que maioria das pessoas que vivem em condições de subalimentação estão na Ásia, que concentra 418 milhões de pessoas nessa situação; 282 milhões na África e 60 milhões na América Latina e Caribe. No gráfico a seguir podemos observar que antes da pandemia os números de pessoas desnutridas já eram altos:

**Gráfico 4 - Número e prevalência de pessoas desnutridas**



**Fonte:** Adaptado de FAO, 2021.

Com a pandemia da Covid-19 esse número se eleva, especialmente quando as medidas tomadas pelos governos não consideram o bem-estar das pessoas, tendo como régua os interesses capitalistas. Segundo a FAO (2021) a restrição da mobilidade, fechamento de comércio, limitações de horários nos mercados e aumento dos preços de alimentos perecíveis promoveram mudanças nos hábitos alimentares. Tal fator, junto à redução da renda das famílias devido ao aumento do desemprego induziu o consumo de alimentos pobres em nutrientes e processados.

A intenção de promover um desenvolvimento sustentável não encontra eco na realidade concreta. Os indícios demonstram que em termos globais as iniquidades sociais tem aumentado, sobretudo no acesso à alimentação saudável. O desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo tem servido, em última instância, para angariar uma produção alienada de monoculturas que invadem barreiras ecológicas e destrói o meio ambiente. A pandemia da Covid-19 está inserida no



marco dessa totalidade, não podendo ser enxergada fora da síntese das múltiplas determinações que engendraram o Sars-Cov-2, inclusive sua possível origem está ligada a essa forma de produzir e distribuir os recursos socialmente produzidos, e que tem evidenciado a ruptura do metabolismo entre homem e natureza sobre a batuta da irracionalidade capitalista.

### **2.4.3 O Brasil e o meio ambiente: vírus pandêmicos também podem surgir aqui**

Em nossa visão, o Brasil também faz parte de uma totalidade, não podendo ser visto de forma isolada, mesmo que tenha suas particularidades. Um país de dimensão continental, com grande biodiversidade é sem dúvida cobiçado internacionalmente. Aliás, sua formação econômico-social está atrelada ao itinerário mundial de acumulação primitiva de capital, especificamente no mercantilismo e no período das grandes navegações e invasões promovidas pelos europeus aos territórios dos povos autóctones.

A busca por itens de valor comercial, a exemplo de madeira e especiarias encontrou eco num território rico em recursos naturais. Como demonstra o economista paraibano Celso Furtado na obra **Formação Econômica do Brasil**. A história do Brasil está intimamente ligada aos ciclos de desenvolvimento via extração de recursos naturais. Seja num primeiro momento associado aos fundamentos econômicos da ocupação territorial através da expansão comercial de produtos como madeira, à internalização de uma empresa agrícola, passando pela economia escravista e produção açucareira, e até mesmo pela mineração escravagista, e a transição para uma economia de trabalho assalariado no final do século XIX (Furtado, 2007).

Nesses ciclos, percebemos o uso que os europeus fizeram dos recursos naturais destruindo comunidades autóctones e desestabilizando ecossistemas harmônicos locais. Boa dessas populações foram dizimadas em holocaustos coloniais, tanto pela atrocidade dos colonizadores, quanto pela disseminação de patógenos desconhecidos pelo sistema imunológico dessas populações (Davis, 2022).

O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro<sup>50</sup> no livro **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, ao tratar dos processos formativos do Brasil, reflete sobre o genocídio que os povos autóctones sofreram sob a mão dos colonizadores. Esse genocídio era feito sob diversas formas, tanto nos processos de escravização e trabalho forçado, quanto na disseminação de doenças:

[...] a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos "brancos". Ao genocídio e ao etnocídio se somam guerras de extermínio, autorizadas pela Coroa contra índios considerados hostis, como os do vale do rio Doce e do Itajaí. Desalojaram e destruíram grande número deles. Apesar de tudo, espantosamente, sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original (Ribeiro, 1995, p. 65).

A alusão que o autor faz do Brasil como um moinho de moer gente não é mera figura retórica. Tanto os povos autóctones como a própria população negra, que foi escravizada, se aglutinou a um metabolismo homem-natureza devastador. No documentário **O povo brasileiro** realizado sob a direção de Isa Grinspum Ferraz e produzido pela Fundação Darcy Ribeiro<sup>51</sup> temos a narração do próprio autor acerca dessas questões (Ferraz, 2000).

Esses traços presentes na obra de Darcy Ribeiro nos revelam também a conformação de um Brasil de iniquidades inerentes a sua própria formação econômico-social. A concentração de renda e de terra são fatos concretos, e junto a isso, há a questão da autocracia burguesa como demonstra o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes no livro **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica** ao evidenciar como se deu o processo de conformação das classes sociais no Brasil, e a especificidade de nossa revolução burguesa que estrangula as iniciativas de emancipação popular (Fernandes, 2020). Temos em

---

<sup>50</sup>**Darcy Ribeiro (1922–1997):** Foi um antropólogo brasileiro que desenvolveu estudos etnológicos a respeito da cultura autóctone brasileira. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy\\_ribeiro](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro). Acesso em: 05 out. 2021.

<sup>51</sup>Fundação Darcy Ribeiro. Disponível em: <https://fundar.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

Florestan o entendimento de mudanças e rupturas realizadas pelo alto, sem participação ativa das classes trabalhadoras e grupos subalternos. Esse processo nos mostra também que, historicamente o regime democrático liberal burguês, quando se materializou, sempre permaneceu blindado às demandas das classes trabalhadoras, e quando estes procuram formas de organização, a autocracia burguesa buscou decapitar as tentativas de democratização dos recursos produzidos pelos próprios trabalhadores através de golpes e ações antidemocráticas de forma preventiva/permanente.

Nesse sentido, não é distante pensarmos que tais características de nossa formação econômico-social estejam interligadas no marco de uma totalidade e que influencie na forma como, no decorrer da história, o metabolismo homem-natureza foi sendo materializado. Basta salientar que no Brasil, por exemplo, nunca tivemos uma reforma agrária, e mesmo quando o PT conseguiu chegar ao poder em 2002, tal reforma não foi realizada durante o período em que permaneceu por 13 anos no poder. O que temos de fato é uma alta concentração de renda e exploração do solo pelo agronegócio, condição que se liga diretamente a composição de classes no Brasil, seja pelo agronegócio, mecanizado e equipado tecnologicamente, ou historicamente pelos grandes latifundiários que grassam milhares de hectares de terra no Brasil e que possuem no Estado a mediação necessária para o alcance de seus interesses de classe.

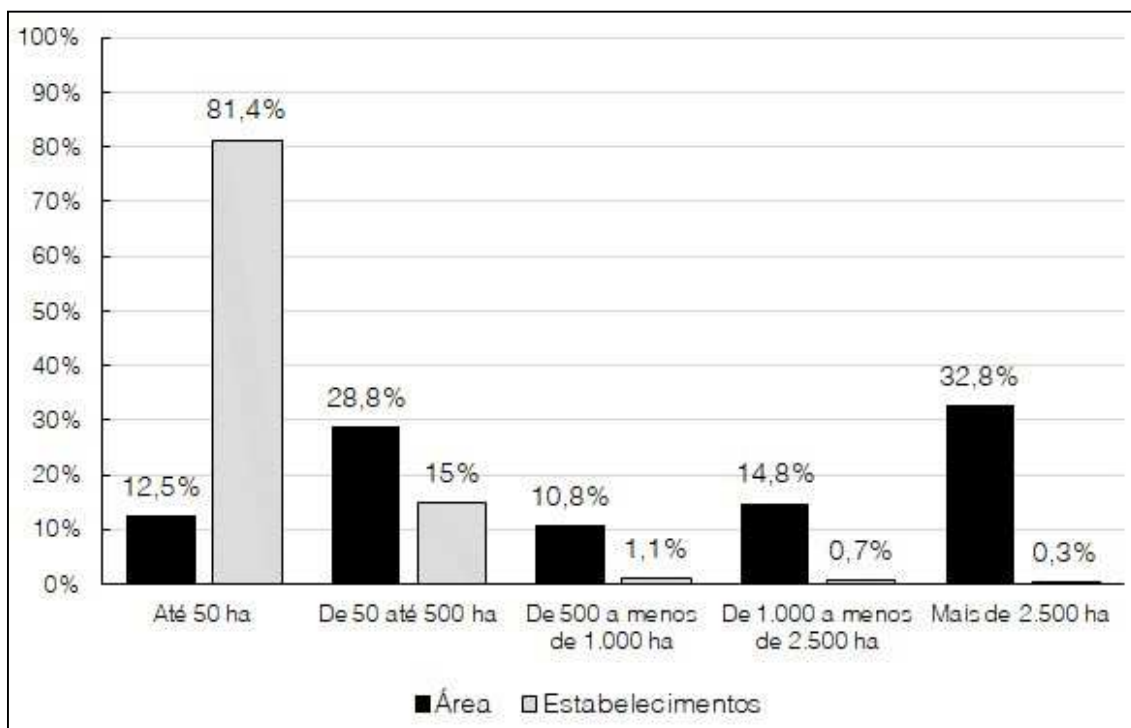
A questão fundiária permanece em nossa interpretação como sendo atual para a compreensão dos problemas ambientais, econômicos, sociais e territoriais no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do Atlas do espaço rural brasileiro publicado em 2020 a concentração de terra no país permanece como uma das características constituintes do espaço agrário brasileiro. Historicamente, com os processos de colonização e escravidão o acesso desigual à terra permaneceu como um fenômeno concreto e estruturante. Esse traço permanece no território brasileiro, marcado pelas disparidades intra e inter-regionais. Pelo índice de Gini, utilizando o indicador da desigualdade no campo para o ano de 2017 (o mais atual da série que conseguimos tabular) temos números que revelam o aprofundamento desse fenômeno: 0,867 pontos em 2017; 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985). Quanto mais perto de 1, maior é a concentração da estrutura fundiária (IBGE, 2020). Ainda de acordo com o IBGE a média nacional dos

estabelecimentos agropecuários em 2017 foi de 69 hectares, com maior concentração da Região Centro-Oeste:

A área média do estabelecimento agropecuário no Brasil era de 69 hectares, com grande variação regional. A Região Centro-Oeste concentrou o menor número de estabelecimentos agropecuários (347.263) e, por outro lado, a maior área desses estabelecimentos (112 milhões de hectares), implicando em uma área média de 322 hectares. Em contrapartida, a Região Nordeste detém o maior número de estabelecimentos (2.322.719) e a menor área média (30,5 hectares). Na Região Centro-Oeste, 10,0% do total de estabelecimentos tem mais de 500 hectares, enquanto que, na Região Nordeste, apenas 0,7%. Outra forma de analisar a estrutura fundiária no país é relacionar a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com a quantidade de estabelecimentos, revelando a concentração em estratos fundiários mais elevados [...] em 2017, os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 81,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área. Enquanto que os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares representavam 0,3% do total de estabelecimentos e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do País (IBGE, 2020, p. 47).

No gráfico a seguir podemos observar o quantitativo dessa correlação no qual grandes propriedades ocupam faixas territoriais maiores, indicando assim o processo de concentração do uso do solo:

**Gráfico 5** - Distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais, segundo os grupos de área - Brasil - 2017



**Fonte:** IBGE, 2020. Elaboração própria.

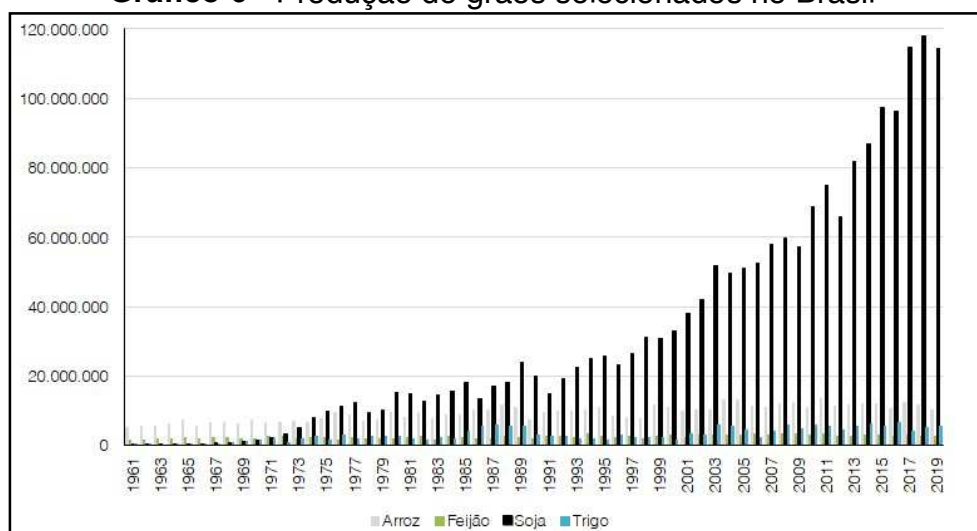
A região Centro-Oeste é a que possui uma concentração fundiária mais intensa com 53,2% da área dos estabelecimentos agropecuários ocupada por estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, além disso, um total de 57% dos seus estabelecimentos apresenta até 50 hectares e ocupam apenas 3,3% da área (IBGE, 2020). Essa grande região se destaca por aglutinar os principais nichos do agronegócio, especificamente voltados à produção de soja e milho. Os grandes proprietários de terra do Centro-Oeste também estão interligados ao mercado global, o que promove uma grande vantagem para tais frações da burguesia brasileira em vender suas produções para o mercado externo em moeda estrangeira, especificamente o dólar. O efeito revés desse processo culmina no desabastecimento do mercado nacional nos períodos de entressafra, e aumento de produtos básicos na cesta básica.

No Sul do País, estabelecimentos com mais de 2.500 hectares ocupam um total de 13,4% da área, enquanto aqueles com até 50 hectares ocupam uma área correspondente a 23,1% do território. De acordo com o IBGE, na década de 1970 grandes proprietários de terra da região sul se transferiram para o Centro-Oeste, especificamente para produzir grãos:

[...] não por acaso, o nome de um dos maiores Municípios produtores de soja atualmente é Sinop [...] O nome adotado foi o da sigla da firma: SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. Os estabelecimentos de até 50 hectares são os responsáveis por abrigar a grande maioria das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias no Brasil (IBGE, 2020, p. 47).

A respeito da produção de grãos, e de soja em específico, dados da FAO indicam que o Brasil aumentou de forma considerável sua produção nos últimos 40 anos. O gráfico a seguir demonstra que, comparado a outros grãos como arroz, feijão e trigo, a soja brasileira tem aumentado em níveis de toneladas produzidas:

**Gráfico 6 - Produção de grãos selecionados no Brasil**



**Fonte:** FAO - <http://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL>.

Podemos observar que a década de 2000 possui variações na produção superiores a década de 1990. A partir de 2003 o Brasil passa a ter um nível de produção de soja superior a 50 milhões de toneladas. Os outros grãos quando comparados à soja possuem números inferiores que não ultrapassam 20 milhões de toneladas. Em 2018 o principal item exportado pelo Brasil foi a soja, correspondendo a um total de 14%. Segundo Marcelo Hiroshi Hirakuri (Analista de Administração e Economia Rural da Embrapa Soja), e Joelsio José Lazzarotto (pesquisador na área de Economia Rural da Embrapa), no cenário internacional o Brasil possui uma participação significativa na oferta e demanda de produtos do complexo agroindustrial da soja. Para esses pesquisadores, o aumento significativo da produção dessa *commodity* está atrelado a fatores como: desenvolvimento do

mercado internacional da soja; consolidação da oleaginosa como fonte de proteína vegetal para atender às demandas da produção de proteína de origem animal; e geração e oferta de tecnologias agroindustriais (Hirakuri; Lazzarotto, 2014).

A demanda por soja influencia no uso do solo que concentra a produção nessa monocultura. Atrelado a esse fator também temos o fato do Brasil se encontrar entre os maiores produtores de carne bovina do mundo em 2020 de acordo com as informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na análise realizada por Adalberto Araujo Aragão (Analista da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa), e Elísio Contini (Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas da Embrapa) o país fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Índia:

**Tabela 4 - Produção e exportações de grãos**

		Grãos - Produção (Milhões de Toneladas)					
		Mundo	Estados Unidos	China	Índia	Brasil	Argentina
2020		3.054	570	585	264	239	133
2000 - 2020		50.735	50.735	9.980	4.523	3.124	1.868
		Grãos - Exportação (Milhões de Toneladas)					
		Mundo	Estados Unidos	Brasil	Argentina	França	Canadá
2020		644	139	123	51	29	33
2000 - 2020		9.095	2.481	1.150	752	752	501

**Fonte:** Adaptado de Aragão e Contini (2020).

Todavia, em termos de exportações de grãos o Brasil figura na segunda colocação, atrás apenas dos Estados Unidos. No caso da soja, o Brasil também foi o maior exportador mundial em 2020 com aproximadamente 50% do comércio mundial, posição firmada desde os anos 2000, no qual o país exportou mais de 39% da produção mundial desse grão. Destacamos também que essas exportações somaram 30 bilhões de dólares em 2020, e no acumulado desde os anos 2000 somou um total de 346 bilhões de dólares (Aragão; Contini, 2020). Em 2020 o Brasil apresentou o maior rebanho bovino do mundo, com um total de 14,3% do total, com 217 milhões de cabeças, seguido pela Índia com 190 milhões de cabeças. A propósito, o Brasil fica entre os maiores produtores de bovinos do mundo, esse movimento também se repete para os rebanhos de galináceos e suínos:

**Tabela 5** - Quantitativo de rebanhos bovino, galináceos em 2020

Rebanho Bovino (Milhões de Cabeças)					
	Mundo	Brasil	Índia	Estados Unidos	Etiópia
2020	1.514	217	190	93	75
Rebanho de Galináceos (Bilhões de Cabeças)					
	Mundo	China	Indonésia	Estados Unidos	Brasil
2020	26	5.1	3.9	2	1.5
Rebanho Suíno (Milhões de Cabeças)					
	Mundo	China	Estados Unidos	Brasil	Espanha
2020	930	383	78	41	32

**Fonte:** Adaptado de Aragão e Contini (2020).

No quesito produção de carne, em 2020 o Brasil ficou com o segundo lugar em relação aos maiores produtores mundiais totalizando 7,4 milhões de toneladas, significando 13,4% do total mundial, próximo do maior exportador, os Estados Unidos com 14,8%. Essa produção ajudou o país a exportar um total de 15 bilhões de dólares em 2020, sendo que o acumulado de 2000 a 2020 significou um total de 265 bilhões de dólares. No desagregado, o Brasil exportou mais de 7 bilhões de dólares de carne bovina em 2020 e 106 bilhões entre 2000 e 2020. Em relação às carnes de aves, o Brasil somou um acumulado de 220 milhões de toneladas produzidas nos últimos vinte anos, exportando 71 toneladas nesse mesmo período e somando cerca de 128 bilhões de dólares. Na produção de carne suína o Brasil também aparece entre os dez maiores produtores, ocupando a quinta posição em 2020 com 4,1 milhões de toneladas, 3,4% da produção apresentou aumento em relação às últimas décadas, ocupando a oitava posição das exportações internacionais com cerca de 14 milhões de toneladas exportadas entre 2000 a 2020, totalizando 30 bilhões de dólares em valores exportados (Aragão; Contini, 2020).

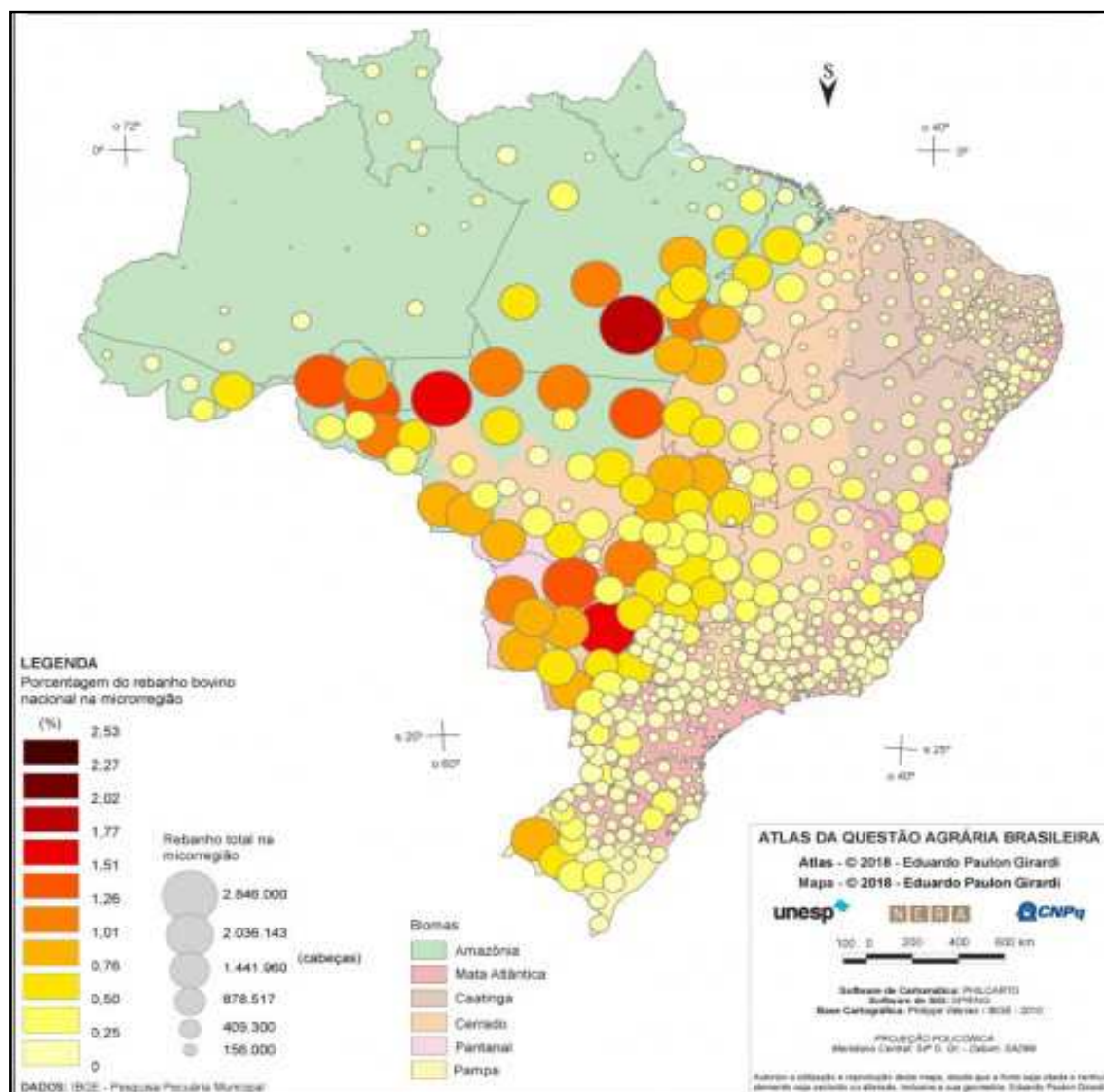
Como podemos observar através dos dados anteriormente citados, o Brasil está presente entre os principais produtores de *commodities* do mundo, sendo que, essa exportação é realizada pelas frações burguesas voltadas ao agronegócio, e o abastecimento interno é feito pela agricultura familiar. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a questão do metabolismo homem-natureza na formação econômico-social brasileira podemos perceber um itinerário que liga agronegócio, desenvolvimento de tecnologias, insumos agrícolas e destruição de ambientes e habitats que continuam



biodiversidade, o que também coloca em risco a saúde humana por causa do desequilíbrio sócio ambiental.

É importante destacar ao retomarmos o pensamento de Rob Wallace (2020a) que o avanço do agronegócio e a destruição de ecossistemas coloca a humanidade em risco. A intensificação da pecuária e da monocultura induz o transbordamento de patógenos para o organismo humano. Ao entrar na cadeia alimentar dos animais que são comercializados ou servem de mercadoria na produção de carne para os seres humanos, ficando expostos a organismos desconhecidos pelo sistema imunológico, podendo ocasionar infecções e com isso, surtos de doenças desconhecidas pelo organismo humano. Num sentido geográfico, quando verificamos a concentração fundiária e a territorialização de rebanhos bovinos, visualizamos uma centralização na região centro-sul do país, com destaque para o Sudeste e o Centro-Oeste conforme o mapa a seguir:

**Figura 5** - Participação das microrregiões no rebanho bovino total em 2017

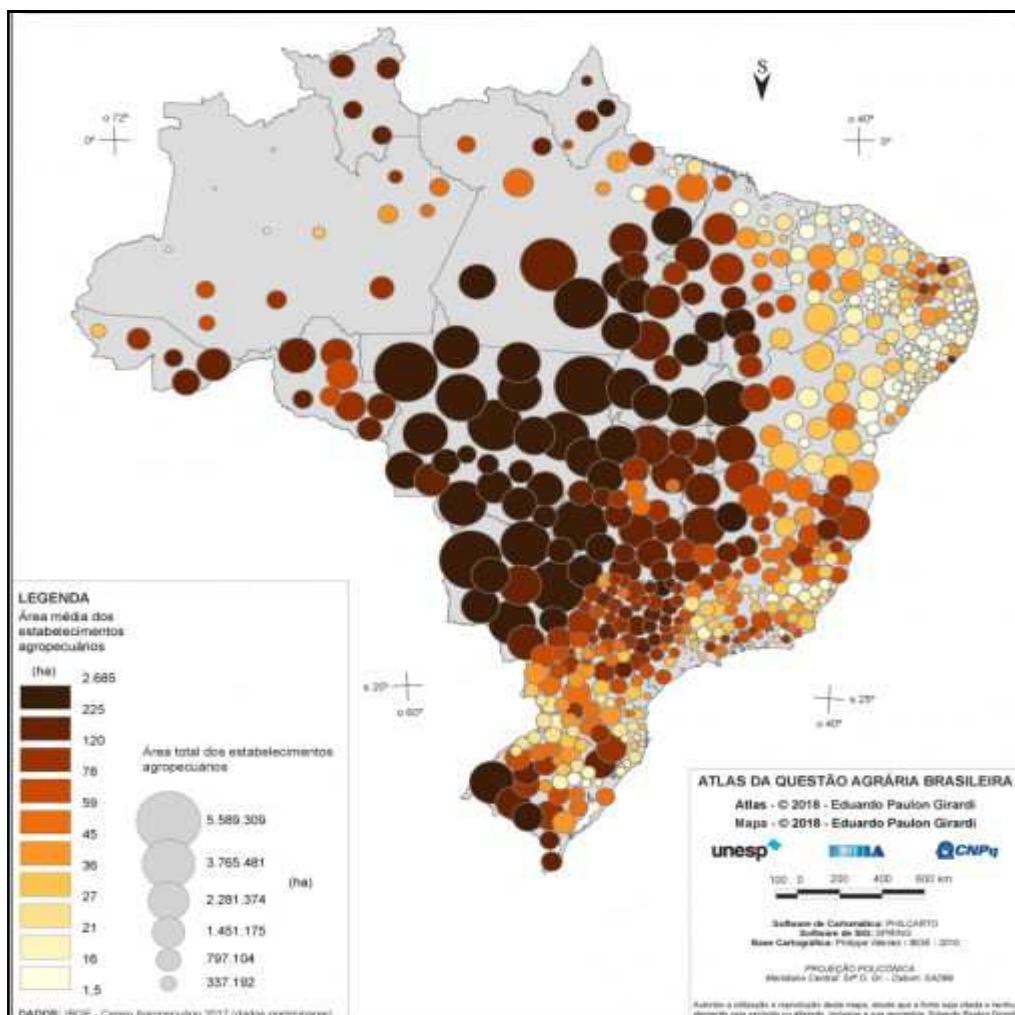


**Fonte:**Sampaio; Girardi; Rossini, 2020.

A análise realizada por profissionais da Geografia como Sampaio, Girardi e Rossini (2020) constatam que a concentração de terra é um problema crônico na formação econômico-social brasileira. Esses pesquisadores apontam que entre os censos agropecuários de 2007 e 2017 ocorreu um aumento de mais de 17 milhões de hectares nos estabelecimentos agropecuários. Em 2006, estabelecimentos com menos de 100 hectares aglutinavam 12,9% das terras e passaram a deter mais de 21% em 2017. Em síntese, esses pesquisadores apontam que entre 2006 e 2017 houve o aprofundamento da concentração fundiária no país. Essa concentração se expressa, sobretudo no Cerrado brasileiro, na fronteira agropecuária da Amazônia,

nos pampas e em parte do Sudeste e norte do Estado do Paraná conforme podemos observar no mapa a seguir:

**Figura 6** - Área total e área média dos estabelecimentos agropecuários



**Fonte:** Sampaio; Girardi; Rossini, 2020.

Todas essas transformações foram gradativas no espaço geográfico brasileiro, impactando nos biomas e na Ecologia existente através da introdução de culturas agrícolas distintas, influenciando também no aumento de áreas de pastagens para rebanhos bovinos. Nesse sentido, quando intitulamos a presente seção desse capítulo, pensamos justamente nos impactos que tais transformações sob o ímpeto do capitalismo pode ocasionar no Brasil tendo em vista que a monocultura e a pecuária intensiva impulsionam formas de destruição da natureza

de modo a influenciarem no surgimento ou contato dos seres humanos com patógenos:

A monocultura de capital intensivo — tanto a pecuária quanto a agricultura — impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo (Wallace, 2020a, p. 527).

Essas constatações implicam na ruptura metabólica entre homem e natureza conforme comentamos em momento anterior, todavia, com a pandemia da Covid-19 nos deparamos com um problema de grande dimensão devido aos fluxos geográficos que foram estabelecidos com o desenvolvimento das forças produtivas, em síntese é o geral e o particular se interpenetrando numa totalidade formada por dinamos desiguais e combinados, de modo que fenômenos locais podem apresentar impactos globais como vivenciamos com o Covid-19.

O literato estadunidense Mike Davis reforça essa argumentação na obra **O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária**. Para o autor, ao investigar os surtos epidêmicos de gripe aviária em regiões do sudeste Asiático, argumenta que a vinculação entre o desenvolvimento de um agrocapitalismo com o aprofundamento das condições deletérias de vida da maioria das populações em países periféricos também influencia na recombinação de patógenos virulentos. Com o desenvolvimento dessas forças produtivas impelidas pela lógica capitalista, o local é sempre global em termos epidemiológicos (Davis, 2006). Esse mesmo autor chama atenção para a complexidade da lógica capitalista em torno da produção de alimentos: as megacorporações avançam sobre os ambientes ecologicamente estáveis, colocam em contato animais como aves silvestres que possuem fluxo migratório contínuo com aves de criadores terceirizados em territórios do sudeste asiático, promovendo um caldeirão de trocas patogênicas. No tocante à gripe aviária, causada pelo vírus *Influenza* H5N1, a reflexão de Davis nos parece pertinente para também pensarmos o Covid-19:

A essência da ameaça da gripe aviária, como veremos, é de uma gripe mutante e de virulência horripilante - evoluída e agora entrincheirada em nichos ecológicos recentemente criados pelo agrocapitalismo global - está em busca de um novo gene, ou dois, que permitirão que viaje à velocidade pandêmica por uma humanidade densamente urbanizada e majoritariamente pobre. Este é um destino, sobretudo, que temos forçado à gripe. Os choques ambientais induzidos pelo homem - o turismo além-mar, a destruição de massas de água, um 'Revolução na Criação de Animais' corporativa e uma urbanização de terceiro mundo com o crescimento de megafavelas - são responsáveis pela transformação da extraordinária mutabilidade darwiniana da gripe em uma das forças biológicas mais perigosas de nosso planeta sitiado (Davis, 2006, p. 15).

No marco dessa totalidade, expressa tanto por Robb Wallace, quanto por Mike Davis, percebemos que o metabolismo homem-natureza se faz presente. Podemos considerar o que Engels (2020) pensava a respeito dessa interação. Ao refletir sobre a dialética da natureza demonstra que se o trabalho possui a capacidade de modificar tanto o homem quanto a natureza, argumenta que tudo na natureza está interligado. Ao pontuar sobre a inserção de animais levados por velejadores à Ilha de Santa Helena, na Grécia, Engels faz a seguinte observação:

Vimos como as cabras impedem o reflorestamento da Grécia; na ilha de Santa Helena, as cabras e os porcos trazidos pelos primeiros velejadores que ali aportaram conseguiram extinguir quase completamente a antiga vegetação e assim preparam o solo no qual puderam disseminar as plantas trazidas pelos navegadores e pelos colonos que vieram depois. Porém, quando os animais exercem uma interferência duradoura sobre o seu entorno, isso acontece involuntariamente e é algo contingente para esses animais. Porém, quanto mais homens se distanciam do animal, tanto mais sua interferência na natureza assume o caráter de uma ação premeditada, planejada, direcionada para metas determinadas e previamente conhecidas. O animal elimina a vegetação de uma região sem saber que está fazendo isso. O ser humano a elimina para no solo limpo semear produtos agrícolas ou plantar árvores e videiras, os quais sabe que lhe renderão muitas vezes mais que semeou (Engels, 2020, p. 346).

Todavia, é preciso salientar que essa não ação planejada e premeditada dos animais de fato não exista, pelo contrário, esse mesmo autor argumenta que podemos encontrar até mesmo em organismos unicelulares um agir pautado em estímulos ambientais, afirmando que "toda ação planejada de todos animais não conseguiu imprimir na Terra o carimbo de sua vontade. Para isso foi preciso o ser

humano” (Engels, 2020, p. 347). Numa passagem desse mesmo texto, reflete uma questão importante para pensarmos que as acusações de um certo “prometeísmo” que tanto ele, quanto Marx sofrem não são pautadas no conhecimento da produção intelectual desses pensadores. A esse modo, Engels avalia que não podemos ficar lisonjeados com uma suposta “vitória” humana sobre a natureza, uma vez que esta se “vinga”:

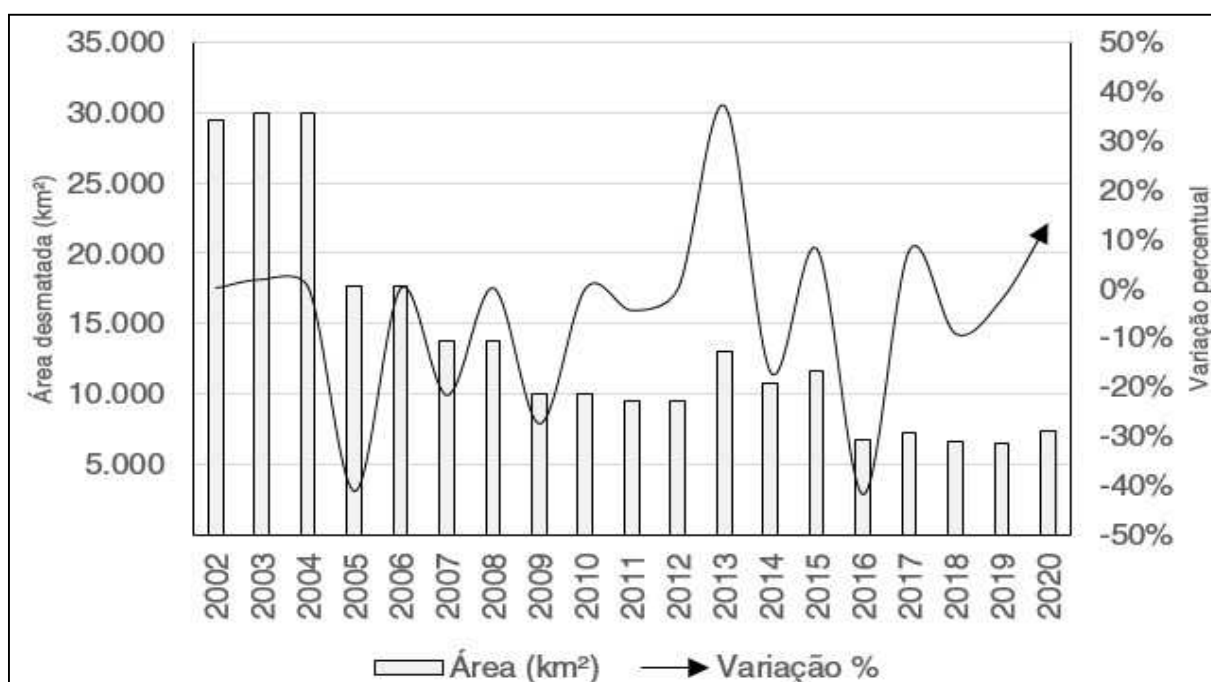
Cada vitória até leva, num primeiro momento, às consequências com que contávamos, mas, num segundo e num terceiro momentos, tem efeitos bem diferentes, imprevistos que com demasiada frequência anulam as primeiras consequências. As pessoas que acabaram com as florestas na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia menor e em outros lugares para obter terreno cultivável nem sonhavam que estavam lançando a base para a atual desertificação dessas terras, retirando delas, junto com as florestas, os locais de acúmulo e reserva de umidade [...] a cada passo somos lembrados de que não dominamos de modo nenhum a natureza como um conquistador que domina um povo estrangeiro, ou seja, como alguém que se encontra fora da natureza - mas fazemos parte dela e estamos dentro dela com carne e sangue e cérebro e todo nosso domínio sobre ela consiste em que, distinguindo-nos de todas as outras criaturas, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las corretamente (Engels, 2020, p. 348).

Os traços comuns, com a devida noção que autores como Marx, Engels, Wallace e Davis estão em tempos e espaços diferentes não anula a vinculação que fazem do metabolismo homem-natureza. Em termos sociometabólicos, o capitalismo enquanto um produtor de pandemias se insere nessa reflexão, e podemos encontrar respaldo também na formação econômico-social brasileira.

Historicamente, como já mencionamos, o Brasil foi literalmente alvo de saques e pilhagens. Desde o mercantilismo observamos a produção de ecocídios - destruição do meio ambiente em larga escala -. Segundo o levantamento realizado por Marques Filho (2018) a Mata Atlântica que chegou a apresentar uma área de 1.315.000 km<sup>2</sup> - chegando a ocupar cerca de 15% do território (em pleno século XXI apresenta apenas 8,5% em áreas acima de cem hectares). Mesmo assim, o desmatamento dessa área continua a crescer, de 1985 até 2012 foram desmatados mais de 18.000 km<sup>2</sup>. Esses dados também são comprovados pela Fundação SOS Mata Atlântica que em estudo do ano de 2020 avaliou que entre 2019 e 2020 o

desmatamento nessa área aumentou cerca de 30%<sup>52</sup>. O Cerrado brasileiro também passa por processos de destruição. Até os anos 1970 viviam nessa região quase 300 espécies de mamíferos; 10.000 espécies de plantas; 900 espécies de aves; 800 espécies de peixe e 14.425 espécies de insetos. Em 2017 apenas 19,8% da cobertura vegetal do Cerrado brasileiro permanecia intacta (Marques, 2018). No gráfico a seguir podemos observar o histórico de desmatamento do Cerrado brasileiro:

**Gráfico 7 - Desmatamento no Cerrado brasileiro**



**Fonte:** Adaptado de <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 12 out. 2021. Elaboração própria.

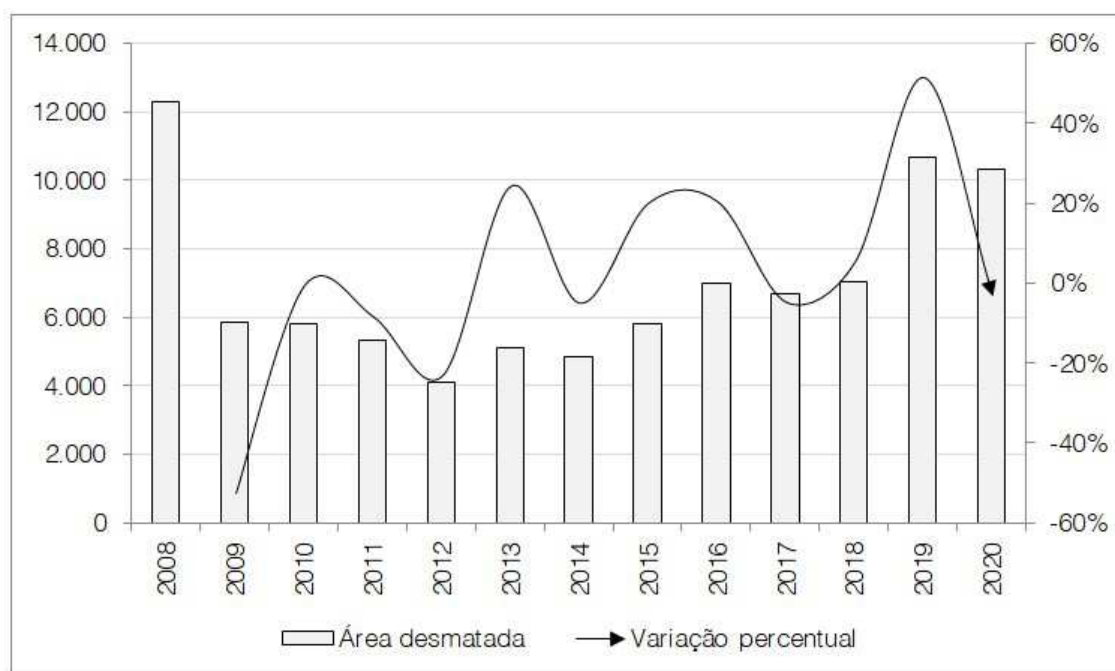
Desde 2017 há uma tendência de crescimento no desmatamento dessas áreas, fator que tem sido explorado pela mídia e alguns pesquisadores que fazem a correlação entre o fato de Bolsonaro ser eleito em 2018 com apoio do agronegócio. Não é por acaso que, segundo a pesquisa de Mançano Fernandes et al (2020) — Pesquisador do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista — UNESP, campus Presidente Prudente — no primeiro ano da gestão do Governo Bolsonaro tivemos avanços de pautas agrocapitalistas: extermínio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar através da

<sup>52</sup>Cf. SOS Mata Atlântica. Desmatamento na mata atlântica cresce quase 30%. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/noticias/desmatamento-na-mata-atlantica-cresce-quase-30/>. Acesso em: 12 Out.2020.

medida provisória n. 870, em 01 de janeiro de 2019; não criação de áreas de proteção para os povos indígenas, quilombolas ou para a criação de assentamentos de reforma agrária; flexibilização do uso de agrotóxicos; estrangeirização da terra; criação da Lei n. 13.986 em abril de 2020 que amplia a alocação de recursos para o crédito rural facilitando mecanismos de financeirização da terra com a emissão de títulos em dólar.<sup>53</sup>

Esse cenário também se apresenta na Amazônia, com o aumento de queimadas, grilagem e desmatamento. No gráfico a seguir podemos visualizar os dados acerca do desmatamento na Amazônia:

**Gráfico 8 - Desmatamento na Amazônia**



**Fonte:** Adaptado de <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 12 out. 2021.

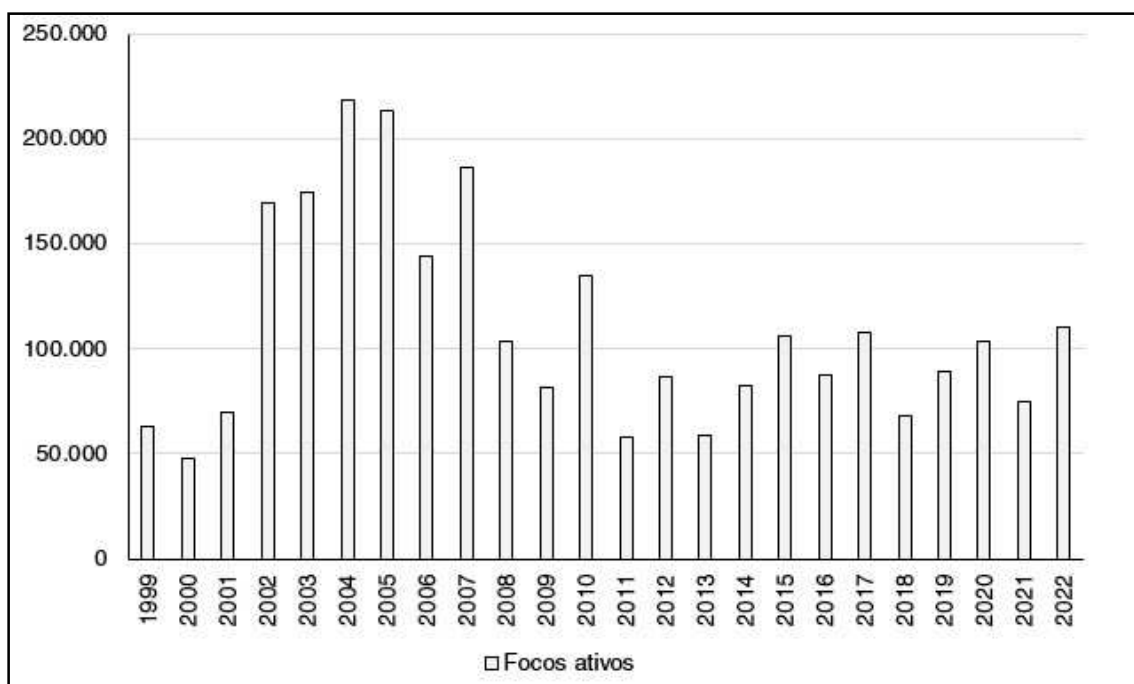
Mesmo que em anos anteriores, da gestão do PT, houvesse um descompasso com variações percentuais positivas, a partir do golpe institucional aplicado sobre a Ex-Presidente Dilma Rousseff podemos observar uma elevação do desmatamento nesta região. Os dados sobre queimadas no bioma Amazônia indicam que houve um aumento no governo Bolsonaro. As informações compiladas

<sup>53</sup>Para visualizar a cronologia de ações do governo Bolsonaro na fragmentação de políticas ambientais indicamos o relatório *Cronologia de um desastre anunciado* produzido pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA – ASCEMA NACIONAL. Disponível em: <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Ascema.pdf>. Acesso em 12. Ou. 2021.



pelo Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstram variações inconstantes nos dados, apresentando os maiores índices durante os governos petistas, caindo no ano de 2011, e depois voltando a aumentar no ano de 2016, com uma variação negativa em 2018, mas seguida de aumento em 2019, 2020, queda em 2021 e aumento em 2022:

**Gráfico 9 - Focos ativos de fogo na Amazônia**



**Fonte:** <https://queimadas.dgi.inpe.br>. Elaboração própria

Esse mesmo padrão condiz com o aumento de áreas queimadas na região amazônica. Os dados disponibilizados pelo INPE referentes à série histórica de 2003 a 2020 apontam uma tendência crescente de áreas queimadas por km<sup>2</sup> a partir do primeiro ano do governo Bolsonaro, tendência que se mantém no ano de 2021.

**Tabela 6 - Áreas queimadas na Amazônia**

Ano	Área (km <sup>2</sup> )	Variação %	Ano	Área (km <sup>2</sup> )	Variação %
2003	113.167	-	2012	66.866	65%
2004	157.007	39%	2013	36.009	-46%
2005	160.858	2%	2014	61.324	70%
2006	97.316	-40%	2015	93.677	53%
2007	154.587	59%	2016	65.139	-30%
2008	74.692	-52%	2017	91.240	40%
2009	57.011	-24%	2018	43.171	-53%
2010	112.814	98%	2019	72.450	68%
2011	40.557	-64%	2020	77.396	7%

**Fonte:** <https://queimadas.dgi.inpe.br>. Elaboração própria.

O ano de 2019 marcou um dos maiores níveis de queimadas, seguido pelo ano de 2020 nesta região. Segundo o Painel Alertas+<sup>54</sup> — Painel com informações que rastreia alertas de desmatamento, garimpos e queimadas em terras indígenas e Unidades de Conservação da Amazônia Legal — os dias 9 e 11 de agosto de 2019 ocorreram no Estado do Pará queimadas de grandes proporções que ficaram conhecidas como “Dias do Fogo”. Essas queimadas, segundo o instituto, foram promovidas por produtores rurais que se mobilizaram para atear fogo em matas nativas.

Detectou-se mais de 1.457 focos de calor no Estado, um aumento de 1.923% em relação ao ano de 2018. Esses focos atingiram mais de 148 Terras Indígenas e 118 Unidades de Conservação. Nesse mesmo período, cabe destacar que o professor Ricardo Galvão — Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) — foi exonerado do cargo de diretor do INPE após críticas realizadas pelo governo Bolsonaro em relação aos dados divulgados pelo instituto, chegando a insinuar que o Ex-diretor estaria a serviço de alguma Organização Não Governamental (ONG), cuja responsabilidade pelas queimadas na visão de Bolsonaro deveria ser direcionada<sup>55</sup>. Essa mesma argumentação é reproduzida pelo Ex-ministro do Meio

<sup>54</sup>Cf. Painel Alerta+. Disponível em: [https://alertas.socioambiental.org/?lang=pt-br#what\\_is](https://alertas.socioambiental.org/?lang=pt-br#what_is). Acesso em: 12 Out.2021. Instrumento desenvolvido pela Organização Não Governamental Instituto Socioambiental. Cf. <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 12 Out. 2021.

<sup>55</sup>ALVES, Gabriel. 'Posso até ser demitido, mas não se pode atacar o Inpe', diz diretor. Folha de São Paulo. 21 de Julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/posso-ate-ser-demitido-mas-nao-se-pode-atacar-o-inpe-diz-diretor.shtml>. Acesso em: 12 Out. 2021.

Ambiente na época, Ricardo Sales, que em entrevista ao programa Roda Viva<sup>56</sup>, saiu em defesa de Bolsonaro, apontando que os dados divulgados pelo INPE apresentavam inconsistência.

É importante destacar conforme nos mostra Marques Filho (2018) através dos dados Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), que até meados do século XX a ocupação da Amazônia não ocasionara alterações significativas em sua cobertura vegetal, contudo, as consequências do golpe empresarial-militar em 1964 implicaram numa dinâmica de destruição na área. Cabe salientar que esse mesmo golpe foi saudado pelo Governo Bolsonaro, sendo este um dos que mais possui militares no aparelho estatal em toda a história da nova república brasileira. Desse modo, no escopo de uma ideia de desenvolvimento nacional, a ideologia de uma integração Nacional amazônica implicou em:

[...] sua desintegração e seu acoplamento ao circuito internacional de *commodities*, com a destruição do maior patrimônio natural do país e um dos maiores do planeta [...] A agressão à floresta empreendida a ferro e a fogo pelos tiranos rasgou o tecido florestal com rodovias, queimou-a para a expansão das fronteiras agropecuárias e o assentamento de contingentes populacionais provenientes de outras regiões do país. O resultado foi a desestabilização dos equilíbrios socioambientais da região, impactos nas bacias hidrográficas em consequências de alagamentos e barragens hidrelétricas, mineração, corridas do ouro, poluição por mercúrio, corte raso e fragmentação da manta florestal e perda de biodiversidade (Marques, 2018, pp. 113–114).

Essa mesma camarilha militar criou em 1966 a Operação Amazônia e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A partir de 1970 houve a “colonização” e o assentamento populacional, bem como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Cabe destacar que os vetores impulsionadores desses processos se vinculam ao agrocapitalismo, especialmente na implantação do latifúndio agropecuário beneficiado por incentivos fiscais. Ao que se sabe, o regime empresarial-militar financiou a compra de 8,4 milhões de hectares na Amazônia (Marques, 2018).

A criação de rodovias como a Transamazônica com 4.223 quilômetros — criada durante o governo de Emílio Garrastazu Médici<sup>57</sup> entre 1969 a 1974 — fez

---

<sup>56</sup>Roda Vida. Entrevista com Ricardo Sales. (1h23min05seg) 11 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/7Q7Qv4KEJME>. Acesso em: 11 fev. 2022.

com que ao longo do trajeto que se inicia no município de Cabedelo no Estado da Paraíba, e vai até o município de Lábrea no Estado do Amazonas, fosse distribuído títulos de propriedades para colonos de outras regiões do Brasil, que em contrapartida tinham que desmatar a área recebida e realizar atividades agrícolas. Após o período militar, foram identificados picos de desmatamento em especial os governos de José Sarney (1988 com 12.050 km<sup>2</sup>); Itamar/Fernando Henrique Cardoso (1995 com 29.059 km<sup>2</sup>) e Lula (2004 com 27.774 km<sup>2</sup>) (Marques, 2018).

Cabe também salientar que o projeto neodesenvolvimentista do PT, a partir dos giros que a conciliação de classes exigia, colocou em 2015, ainda no governo da Ex-presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Agricultura nas mãos do agronegócio. Naquele ano, Kátia Abreu — na época filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — assume esse ministério:

[...] Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Eleita em 2009 e em 2010 pelo Greenpeace “Miss Desmatamento” e “Motosserra de ouro”, Kátia Abreu é o “braço armado” de Dilma Rousseff para quebrar a resistência à invasão dos territórios indígenas, ao extermínio final dos ecossistemas do Cerrado e ao desmatamento da Amazônia. (Marques, 2018, p. 120).

Desse ponto de vista, não podemos fazer vista grossa para os governos anteriores ao de Bolsonaro, se é certo que desde 2019 temos uma intensificação do desmatamento, isso não implica dizer que em anos anteriores vivíamos num Estado de absoluta preservação, sem influência da fração do agronegócio da burguesia brasileira nas políticas estatais realizadas, inclusive nos governos do PT.

Ao olharmos todo esse panorama de destruição aos nichos ecológicos, inclusive no Brasil, não é difícil imaginar que a alienação do metabolismo homem-natureza em formações econômico-sociais dependentes como a brasileira toma contornos deletérios. Fenômenos como aquecimento global, urbanização descontrolada e a exploração de massas das classes trabalhadoras através da precarização do trabalho implicam num processo de aprofundamento das

---

<sup>57</sup>**Emílio Garrastazu Médici (1905–1985):** foi um militar brasileiro. Atuou na “revolução” de 1930. Exerceu o cargo de “presidente” no regime empresarial-militar brasileiro entre os anos de 1969–1974. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>. Acesso em: 11 fev. 2022.

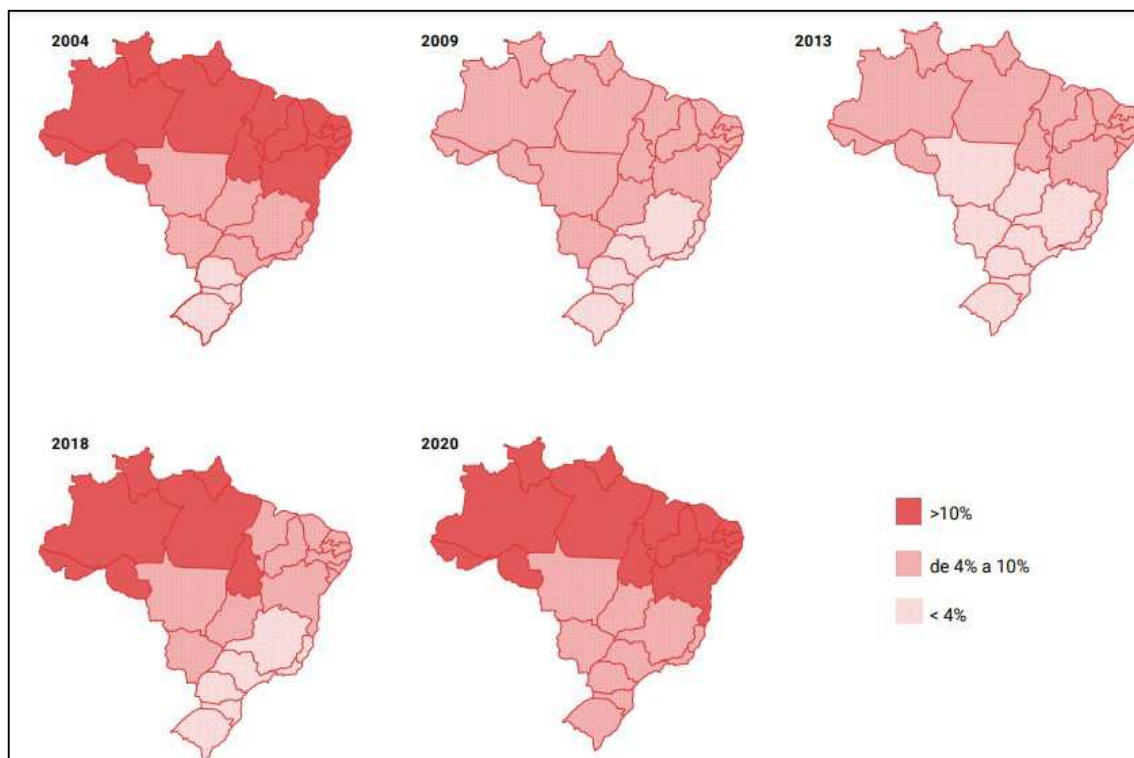
iniquidades sociais, que coloca em risco o próprio meio ambiente. Como nos lembra o geógrafo e pesquisador da Fiocruz Christovam Barcellos (2021) — coordenador do Observatório de Clima e Saúde e vice-diretor de Pesquisa e Ensino do Icict/Fiocruz — a destruição das florestas e o sistema de produção de *commodities* como a soja, além de causar devastação ambiental, deixa pouca alimentação para a população brasileira. Esses resultados implicam na matriz econômica que o país vem seguindo, voltada cada vez mais para o agronegócio.

Empiricamente podemos observar essa iniquidade pelo fato de o Brasil retornar ao mapa da fome no governo Bolsonaro. Em 2014 o país saiu desse mapa, influenciado especificamente pelas políticas de distribuição de renda, programas como Fome Zero e pelo aumento real do salário mínimo, políticas realizadas pelos governos do PT. Com a Pandemia da Covid-19 os dados indicam o aumento da insegurança alimentar. Segundo as informações do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil<sup>58</sup> entre 5 a 24 de dezembro de 2020, de um total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam a fome. O Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram as regiões que apresentaram os maiores níveis de insegurança alimentar grave. Em termos de alimentação, a pesquisa chega a pontuar que o Brasil retornou a um patamar de 2004, como podemos observar na imagem a seguir:

**Figura 7** - Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave entre 2004 e 2020 — macrorregiões

---

<sup>58</sup>Cf. Rede PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em 12 Out. 2021.



**Fonte:** Rede PENSSAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021, p. 52.

Esses dados apontam o que Barcellos (2021) comenta a respeito do fato de que a renda oriunda do agronegócio não é revertida de modo equânime para a população brasileira. Além dessa relação de exploração do uso do solo e destruição ambiental, o avanço dessa dinâmica sobre o bioma da Amazônia promove o aumento de doenças respiratórias com picos de internação e atendimento ambulatorial. Nos períodos mais secos, com baixa umidade do ar e exposição às queimadas ocorre uma sobrecarga do SUS na região.

A essas informações se soma o fato de que, segundo a Fiocruz (2021) a intervenção humana desenfreada na Amazônia pode produzir pandemias para as quais não estamos preparados. Como demonstramos anteriormente, muitas doenças tem origem na relação entre homem-natureza, uma relação que desordenada, impactada pela alienação do trabalho no modo de produção capitalista. A Fiocruz ainda destaca que à medida que a Amazônia for desmatada, é quase que uma relação diretamente condicionante que novos patógenos surjam. A junção de riscos como a ilegalidade, o desmatamento e a interconexão de pessoas através do garimpo e agronegócio pode fazer do Brasil o estopim para uma nova pandemia global. Quando as barreiras ecológicas são cada vez mais postas em

contato com os seres humanos, pode ocorrer o que epidemiologicamente se denomina como salto ecológico, ou seja, quando vírus existentes em um determinado ecossistema passam para o ser humano, gerando assim uma cadeia de proliferação e contaminação (Barcellos, 2021).

Diante disso, após essas reflexões, que se interpenetram tanto pelo aspecto político, econômico, social e ecológico, e pela sucessiva aproximação em relação ao objeto de pesquisa, nos surgiu algumas reflexões: será o que vivenciamos é uma crise generalizada? De que forma a concepção de crise pode nos ajudar a entender o que temos experienciado, sobretudo com a pandemia? Observamos que o Brasil não destoa dos padrões gerais do que tem ocorrido no mundo em termos de fome, destruição ambiental e desemprego (com as devidas mediações sobre as particularidades de nossa formação econômico-social). Será que podemos afirmar que vivemos numa crise e longa duração? Qual o significado dessa crise e o que ela tem a ver com a pandemia da Covid-19, com saúde pública e com o Brasil? Na busca de responder essas questões para nos ajudar no caminhar de nossa Tese acerca da forma como o governo Bolsonaro realizou a gestão da crise sanitária da pandemia, vamos nessa última sessão do capítulo nos deter sobre a crise capitalista contemporânea, defendemos o argumento que se trata de uma crise de múltiplas dimensões e que abarca tanto a economia, quanto o meio ambiente e o sistema político burguês de democracia liberal. No Brasil essa crise toma contornos deletérios, tendo em vista a influência dos aspectos econômicos na intermediação entre o político e o social, conformando uma crise orgânica em termos gramscianos, que implicou na impossibilidade de o PT governar e dirigir mediante a conciliação de classes, e no golpe institucional de 2016, aplicação de contrarreformas pelo governo Temer, e ascensão da extrema-direita com o governo Bolsonaro.

#### **2.4.4 Crise e contradições do capitalismo**

Esses traços que destacamos nas páginas precedentes seriam sintomas ou materializações do próprio capital na sua lógica irracional de produção de mais-valor, ou seriam apenas um curso natural de processos, inerentes ao desenvolvimento histórico da humanidade na qual o capitalismo enquanto modo de produção determinaria o “fim da história” como teria asseverado o cientista político

estadunidense Francis Fukuyama (1992) na obra *The end of history and the last man?*

Em nossa interpretação, o modo de produção capitalista não pode ser considerado imutável e eterno, se antes dele tivemos outros modos de produção, isso implica em seu desenvolvimento desigual e combinado, em metamorfoses e superações dialéticas, sem isso, teríamos uma visão teleológica da histórica, tendo em vista que os elementos empíricos que temos apresentado nesta tese demonstram a dinamicidade desse modo de produção frente a seus próprios limites estruturais.

Para o filósofo húngaro István Mészáros<sup>59</sup> (2011), o modo de produção capitalista possui limites inerentes à lógica de funcionamento e estruturação. Como vimos no próprio Marx a partir de suas observações n'O Capital, o que baliza a produção no capitalismo não seriam as necessidades humanas, mas a acumulação de capital através da expropriação do trabalho das classes trabalhadoras pelos capitalistas. Se no capitalismo contemporâneo assistimos a novas formas dessa expropriação pelas novas dinâmicas de exploração atreladas à precarização, terceirização e uberização do trabalho, o cerne da questão permanece, ou seja, a subjugação das necessidades humanas ao imperativo do capital.

Mészáros (2011) argumenta que, diferentemente das crises cíclicas, inerentes ao capitalismo, vivenciamos na contemporaneidade uma profunda crise que não afeta apenas a órbita econômica, mas ambiental, social e política. Como observamos através dos exemplos que demos na sessão anterior, há um processo de constante avanço sobre nichos ecológicos que se reverbera em problemas ambientais como o desmatamento e poluição do ar e das águas, vimos também como esse processo influenciou para o surgimento de novos patógenos, a exemplo do SARS-CoV-2.

Do ponto de vista social, a crise contemporânea tem promovido altos níveis de desemprego e aprofundamento de crises migratórias em regiões da Europa. Contra as argumentações de que a pandemia em si teria sido a causa da crise que

---

<sup>59</sup>**István Mészáros (1930–2017):** Filósofo marxista, foi assistente do também filósofo marxista György Lukács. Sua obra contempla reflexões acerca dos limites estruturais e da crise estrutural do capital; teoria da alienação e teoria da transição socialista. Cf. <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/istvan-meszaros-48>. Acesso em: 20 Out. 2021.



vivenciamos, os dados da OIT<sup>60</sup> demonstram uma tendência crescente de desempregados em todo mundo, cenário que não difere no Brasil quando consideramos as décadas iniciais do século XXI. No ano de 2017 um total de 12,8% da população brasileira estava desempregada, na pandemia da Covid-19 esse número aumentou para cerca de 13,7% em 2020, e 14,4% em 2021. Reflexo não apenas da própria pandemia, mas também da crise econômica internacional que já apresentava seus dinamos na economia doméstica. Salientamos que esse desemprego vem acompanhado da destruição de postos de trabalho, da reestruturação produtiva e do incremento da taxa de mais-valor pelo desemprego estrutural, que no modo de produção capitalista também ajuda a formar um exército de reserva de força de trabalho que não é absorvido pelo mercado.

Inerente a esse processo, a força de trabalho por ser considerada uma mercadoria, ocupa um espaço de fetichização, sendo permeada pelas oscilações do mercado e pela relação entre oferta e demanda que se estabelecem. Esse fato implica na desconsideração da potência criativa do próprio homem, que vê seu trabalho desvinculado de uma materialidade factual, uma vez que ao retomarmos Marx n'O Capital teremos a constatação da hierarquização e divisão do trabalho de tal forma que o trabalhador perde sua autonomia em relação à atividade que exerce.

Além do desemprego em massa, que coloca milhares de pessoas em condições subumanas de vida, vivenciamos uma crise ecológica de grandes proporções através da destruição de elementos naturais como florestas, rios, lagos e oceanos. A exploração descabida dos recursos naturais tem ocasionado degradação no ambiente em que vivemos, gerando fenômenos como a própria pandemia da Covid-19. Do ponto de vista social, temos o escarnecimento das relações e o imperativo da individualidade orientada pelo aporte do neoliberalismo. Os laços de solidariedade, mesmo que resistentes em determinadas comunidades e até mesmo entre a classe trabalhadora, sofrem pressão da corrida desenfreada pela garantia da sobrevivência num modo de produção que desconsidera as necessidades vitais humanas em detrimento do lucro.

E no âmbito político temos assistido, não apenas no Brasil, mas em diferentes formações econômico-sociais a descrença em relação às representações políticas,

---

<sup>60</sup>Para conferir os dados sobre trabalho indicamos o acesso ao banco de dados do Banco Mundial que usa como base a OIT: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 22.nov. 2022.

na ascensão de governos de direita e extrema-direita como é o próprio caso brasileiro, mas não menos importante os exemplos como o dos Estados Unidos com Donald Trump e na Hungria com Viktor Mihály Orbán, que não implicam apenas numa via eleitoral institucionalista, mas um movimento inerente a sociedade civil no marco da totalidade da crise do capital.

Mészáros (2000) destaca que vivemos numa crise de grande proporção sem precedentes. A agressividade dessa crise implica não a considerarmos apenas como mais uma crise cíclica, inerente ao movimento de tendência-contratendências, trata-se de uma crise de proporção humanitária global, que demonstra os reais limites da reprodução capitalista. Mesmo após duas grandes guerras mundiais, com milhares de mortes sob o ímpeto do imperialismo, esse modo de produção, feito por homens de carne e osso, não cessa de procurar superar limites caracterizados pela fratura entre produção destinada à acumulação e lucro; produção e consumo, marcado pela tendência decrescente da taxa de utilização das mercadorias, ou seja, na forma como a criação de necessidades e a apelação ao consumo e a obsolescência programada se revestem de inovação tecnológica como saída parcial para a crise, e a produção e circulação dessas mercadorias numa economia internacional e hierarquizada. O desdobramento dessas fraturas lógicas, inerentes ao capital, é um movimento centrífugo em que as partes conflituosas e antagônicas se pressionam em sentidos diferentes.

E contra as ilusões reformistas, de tentar controlar o movimento lógico e inerente ao capital, ou de dar uma cara humanizada e de pequenos avanços institucionais por dentro do Estado, a história demonstrou, como o clássico caso do desenvolvimentismo keynesiano nos chamados anos dourados, marcadamente expressa num tempo histórico específico, que o aclamado Estado de bem-estar Social não foi uma realidade em todo o planeta, e até mesmo nas formações econômicas centrais, não pode ser caracterizado de forma homogênea e acrítica (Lessa; Tonet, 2013).

Mészáros (2011) indica que na contemporaneidade vivenciamos uma crise estrutural do capital, que seria diferente das crises conjunturais. Chama atenção ao fato de que uma crise estrutural abarca a totalidade da sociedade em todas as relações entre suas partes constituintes. Por outro lado, uma crise conjuntural, ou não-estrutural afetaria apenas algumas partes desse complexo social, não

colocando em risco a própria sociabilidade humana em termos ecológicos, sociais e econômicos. Portanto, uma crise estrutural estaria relacionada não aos limites imediatos e conjunturais, mas aos limites últimos de uma estrutural total.

Por esse motivo, não é toda crise que pode ser considerada crise estrutural, enquanto o movimento de expansão deslocar as contradições internas do próprio capital, esse continua a funcionar. Nesse interstício, pode haver todos os tipos de crises: de duração, intensidade e frequência diferenciadas, que afetam tanto a produção, circulação e o consumo de mercadorias. A crise de 1929 para esse autor foi uma crise de realização devido aos níveis de baixa produção e consumo, quando comparados ao período do pós-guerra.

Desde a década de 1970 estaríamos numa crise estrutural vinculada a quatro pontos específicos: I) vivenciamos perturbações maiores na produção, circulação e consumo de mercadorias, que rompe o processo de crescimento e expansão do capital; II) as partes inerentes a essa expansão formam uma unidade contraditória, mas não problemática ao capital, tendo em vista que este não identifica limites e contradições na sua lógica de desenvolvimento; III) tais disfunções e contradições deixam de alimentar o sistema, ou seja, não são absorvidas, se tornando cumulativas e explosivas, tendo em vista que o capital não consegue resolver suas contradições; e IV) pela sua natureza, o capital lida com suas contradições intensificando-as, deslocando essas contradições para planos diferentes, ou até mesmo formações econômico-sociais periféricas quando não encontra respaldo nas formações centrais.

Não é por acaso que tais deslocamentos se tornam na década de 1970 mais profundos, especificamente quando do ponto de vista global, temos a ascensão do neoliberalismo como uma forma-conteúdo político, econômico e social. A busca por rendimentos e lucros coloca como linha de ação das burguesias internacionais à manutenção de uma expansão baseada na mundialização do capital portador de juros, e em lucros fictícios (Fontes, 2010). Para tentar superar o limite e a contradição da realização das mercadorias e dos ciclos rotativos, há uma alavancagem da esfera financeira por meio de mecanismos como títulos de dívidas públicas, debêntures, o que exige uma lógica de desregulamentação, privatizações, e formas profundas de exploração das classes trabalhadoras, impactando nos

orçamentos dos distintos Estados, via manutenção do pagamento de juros e amortizações das dívidas

Outro autor que chama atenção é Alex Callinicos (2014) na obra: ***Deciphering Capital: Marx's Capital and Its Destiny*** que retoma o pensamento de Karl Marx para argumentar que o intelectual alemão deu atenção a questão da crise econômica, especialmente com a crise de 1857. Nesse sentido, o autor argumenta que em Marx é possível encontrar a interpretação das crises econômicas como a soma das contradições da produção burguesa:

As crises são interpretadas como a expressão na sociedade burguesa da contradição entre as forças e as relações de produção que Marx em seus escritos de meados da década de 840 identifica como o motor da mudança histórica e o precipitador de 'revoluções reais' que 'questionam as condições burguesas de vida' (Callinicos, 2014, p. 238, tradução nossa)<sup>61</sup>

Ao avançar na discussão sobre a crise, defende o argumento de que as múltiplas dimensões refletidas por Marx apresentam determinações que merecem ser citadas: I) a acumulação competitiva entre os capitalistas impulsiona a produção para além dos limites do mercado; II) o ciclo econômico seria regulado por flutuações existentes no exército industrial de reserva; III) volume de negócio e a reprodução de capital; IV) tendência da queda da taxa de lucro e aumento da financeirização. Essa última dimensão está imbricada com a tendência de concentração de capital e aumento de sua composição orgânica, no qual temos a elevação do capital fixo sobre o variável, mas também das contratendências promovidas como uma forma de aumentar a mais-valor:<sup>62</sup> I) exploração mais intensa do trabalho; II) redução dos salários; III) barateamento dos elementos do capital constante; IV) efeitos da superpopulação relativa na queda dos salários; V) a função do comércio exterior no barateamento dos insumos nas colônias e VI) aumento do capital em ações (Callinicos, 2014, pp. 258–269).

---

<sup>61</sup>No original: *Crises are thus interpreted as both the expression in bourgeois society of the contradiction between the forces and relations of production that Marx in his writings of the mid-1840s identifies as the motor of historical change and the precipitator of 'real revolutions' that 'call in question the bourgeois conditions of life'.*

<sup>62</sup>Uma leitura sobre as contratendências do capital pode ser acessada em : Tonelo (2015); Tonelo (2016).

Ainda dentro dessa reflexão, de modo semelhante a Callinicos (2014), o economista britânico Michael Roberts no livro *review of Marx's economics 200 years after his birth* argumenta que em Marx também encontramos apontamentos sobre a crise capitalista. Para esse autor, ao retomar especificamente o livro III d'O Capital, o capitalismo vivencia uma tendência decrescente da taxa de lucro. É importante destacar que essa interpretação se baseia na noção de tendência e contratendência inerentes ao capital, ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas novas tecnologias são inseridas na produção para aumentar a eficiência, elemento também destacado por Mészáros (2011), todavia, esse incremento tecnológico faz aumentar os ativos fixos dos capitalistas, diminuindo assim o número de trabalhadores, o que influencia no aumento da composição orgânica do capital, dessa forma há uma tendência de queda da taxa de lucros, uma vez que a mercadoria força de trabalho é a única capaz de gerar mais-valor e fazer com que os capitalistas acumulem capital.

Essa tendência é dialeticamente contraposta às contratendências expressas na crescente intensidade da exploração do trabalho sob novas formas de exploração: uberização, indústria 4.0, terceirização e todos os tipos de precarização do trabalho; desvio da taxa salarial em relação ao valor da força de trabalho; aumento do desemprego e do exército industrial de reserva. Quando os ganhos na esfera produtiva não são rentáveis, há a formação de investimentos e especulações financeiras<sup>63</sup>, a exemplo da crise de 2008 — *crise dos subprimes* — conforme evidencia o sociólogo Iuri Tonelo (2021), para o qual a falência da dinâmica de acumulação de capital tem vinculação com o ascenso do neoliberalismo na década de 1970.

Em 2008, conforme argumenta Tonelo (2021) a crise se configurou através da criação de uma bolha imobiliária mediante a expansão sem igual de financiamentos imobiliários nos Estados Unidos e a inovação de ativos financeiros por intermédio da securitização. Como tudo no capital está interligado, essa ação teve ampla participação de bancos, a exemplo do *Lehman Brothers*, no intuito de acelerar a

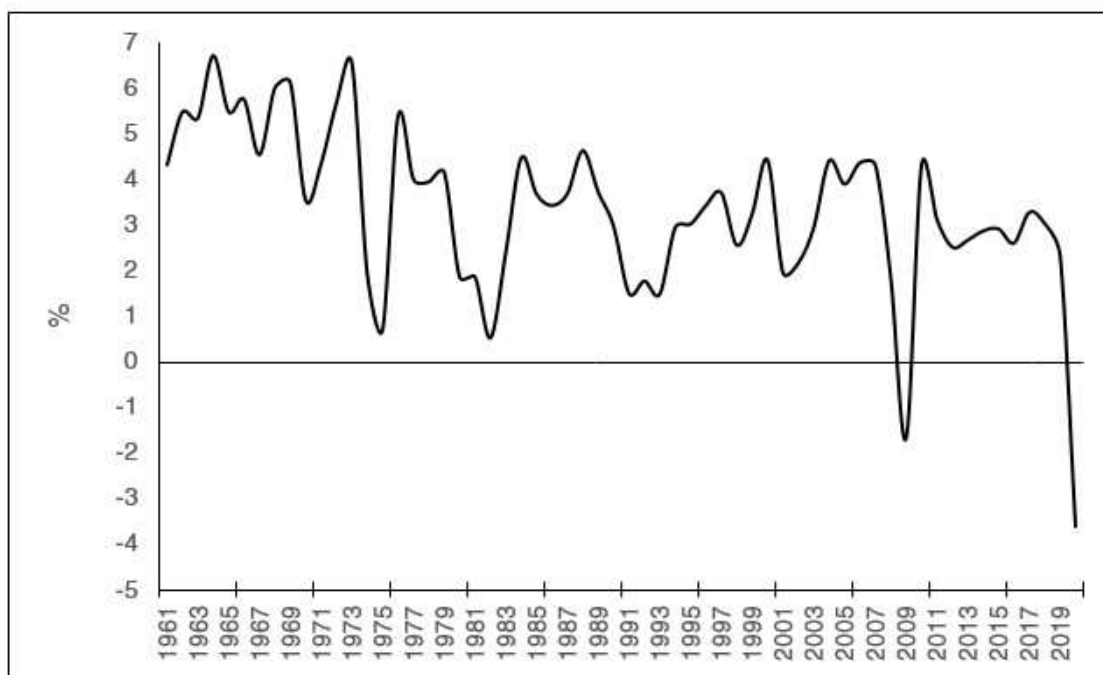
---

<sup>63</sup> É preciso destacar conforme nos lembra Virgínia Fonte (2010), que não se trata de uma desvinculação entre capital produtivo e financeiro, pelo contrário, com o desenvolvimento do capitalismo, os inventores financeiros mediante o capital portador de juros e pelo capita fictício, pressionam cada vez mais lucros e conseqüente submissão dos trabalhadores à exploração e opressão de classe, nos dando a entender que essa relação desse ser vista no marco de uma totalidade orgânica própria ao movimento do capital.

venda de imóveis a partir da concessão creditícia, permitindo um aquecimento no setor com superendividamento das famílias.

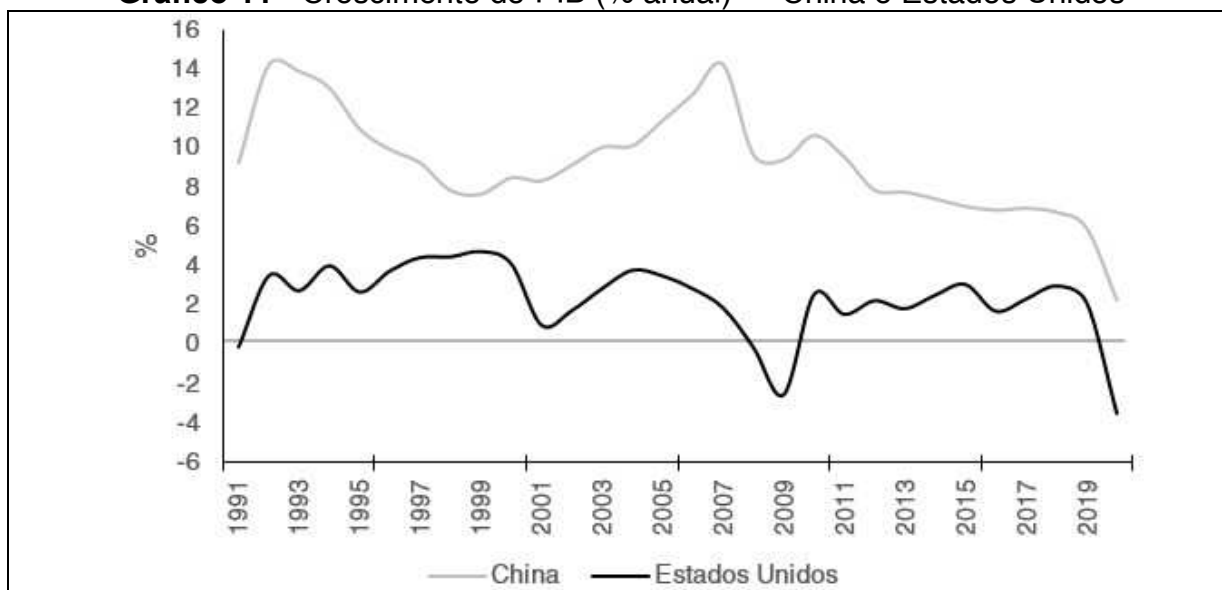
O grande problema dessa estratégia foi o caráter contraditório que Mészáros (2011), nos chama atenção, a incompatibilidade entre um planejamento de longo prazo e o sistema do capital. A disponibilidade de crédito assegurado a longo prazo, num sistema de produção balizado pelo mais valor e no aumento da rotação de realização das mercadorias não considerou elementos estruturais associados ao desemprego e a própria possibilidade de não cumprimento das dívidas creditícias, ocasionando a insolvência técnica e a queda do mercado imobiliário. Como demonstra o economista estadunidense Andrew Klimam (2008) esse aumento de crédito fez aumentar de forma substancial desde os anos 2000 as dívidas hipotecárias nos Estados Unidos.

Em termos empíricos podemos perceber que a crise de 2008, que abalou o mundo e exigiu dos respectivos Estados à salvaguarda de recursos financeiros ao setor bancário, também vem acompanhado de um crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) mundial:

**Gráfico 10** - Crescimento do PIB (% anual)

**Fonte:** Banco Mundial; Elaboração própria.

O gráfico acima expressa que em 2009 ocorreu uma queda acentuada do PIB mundial que não se tinha desde a década de 1960. Em 2020 esses resultados voltam a se configurar com crescimento percentual negativo. Aqui, sem dúvida tivemos o impacto do primeiro ano da Pandemia da Covid-19 no mundo inteiro, e mesmo com a ajuda dos distintos governos para salvar as empresas capitalistas, o nível de queda foi o maior de toda a série histórica. É importante destacar conforme nos recorda Tonelo (2021), que nas décadas de 1970 e 1980 tivemos recessões econômicas, uma vez que potências internacionais como Estados Unidos tiveram queda do PIB, sem, contudo, atingir números negativos. Países como Estados Unidos obtiveram resultados negativos na ordem de -3,5%; Alemanha com -4,9; França com -8,1; Itália com -8,9 e Brasil com -4,1 em meio a esse primeiro ano da pandemia. Desses, podemos destacar a China e os Estados Unidos, que despontam como países em disputa por novos mercados e que se inserem numa guerra comercial e tecnológica na contemporaneidade:

**Gráfico 11 - Crescimento do PIB (% anual) — China e Estados Unidos**

**Fonte:** Banco Mundial; Elaboração própria.

Observamos que mesmo os dois países apresentando queda nos respectivos PIBs, os Estados Unidos demonstram um crescimento negativo mais profundo do que a China. Esse movimento vem acompanhado de conflitos associados à aquisição de novas tecnologias como a 5G e na guerra comercial com a China por semicondutores na produção de chips de alta tecnologia. Cabe destacar que essas duas formações apresentam peculiaridades, a exemplo da própria forma como o capital tem se conformado na China, que vivência um modelo político baseado no partido único sob batuta da burocracia do Partido Comunista Chinês (PCCh).

Sendo assim, de modo geral, no marco da totalidade capitalista, Michael Roberts (2018) nos lembra em relação à crise de 2008, está interligada ao fato de que o capital se baseia na contradição entre a acumulação e a tendência decrescente da taxa de lucro mediante a composição orgânica do capital conforme já mencionamos. Em posição semelhante à de Mészáros (2011), Roberts postula que no capitalismo o lucro é o maior objetivo, e não a supressão das necessidades, ou seja, toda produção é direcionada para a produção de valor, e não para o uso.

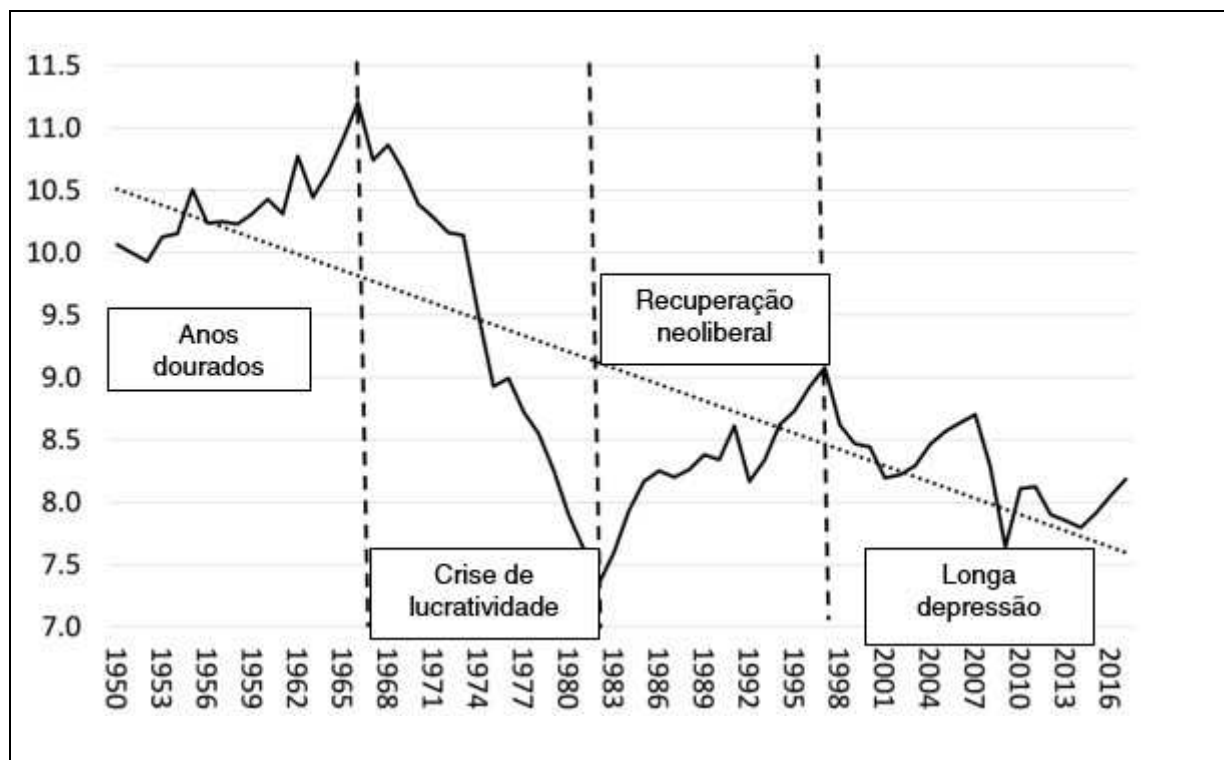
Embora o ideário neoliberal tenha tentado construir uma hegemonia em torno de uma concepção de abertura dos mercados, competitividade, desregulamentação financeira e do aporte da financeirização como esfera de valorização do capital portador de juros, observamos que os ciclos de crise inerentes ao modo de produção capitalista assumem formas cada vez mais profundas. Roberts (2020a)



destaca que os países que compõem o G20<sup>64</sup> perpassam um longo período de decréscimo de suas taxas de lucratividade nos últimos anos. Ao dividir a análise em quatro principais períodos, destaca diferentes situações da economia capitalista. Nos chamados anos dourados, do pós-guerra a meados da década de 1960 temos um índice de lucratividade alto, em especial devido à aplicação de investimentos diretos na reconstrução de países como Alemanha e Japão, nesse período os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia mundial como credor internacional. No período posterior, meados da década de 1960 essa taxa de lucro decresce até meados da década de 1980 quando tínhamos a recuperação neoliberal dessa taxa de lucro até a década de 1990, todavia em um nível de rentabilidade inferior ao comparado no pós-guerra. O quarto período é caracterizado como o de longa depressão. Esse termo é utilizado pelo autor para se referir ao retorno da queda de lucratividade conforme podemos observar no gráfico a seguir:

---

<sup>64</sup>O G20 é um Grupo que conta com a participação de Chefes de Estado, Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais das principais economias do mundo. Seus membros respondem por mais de 80% do PIB mundial, 75% do comércio global e 60% da população do planeta. O fórum reúne-se todos os anos desde 1999 e inclui, desde 2008 inclui a participação dos respectivos chefes de Estado e de Governo. Cf. <https://www.g20.org/>, Acesso em: 26 out. 2021.

**Gráfico 12 - Taxa de lucro dos países do G20 (%)**

**Fonte:** Roberts, 2020a.

De 1950 até 2017 a taxa de lucro desses países caiu mais de 18%, com aumento da composição orgânica do capital e queda da taxa de mais-valor na ordem de 8%. Com a pandemia da Covid-19 muitas empresas desses países tiveram quedas de lucros de 25% no primeiro semestre de 2020, uma queda superior ao do período anterior.

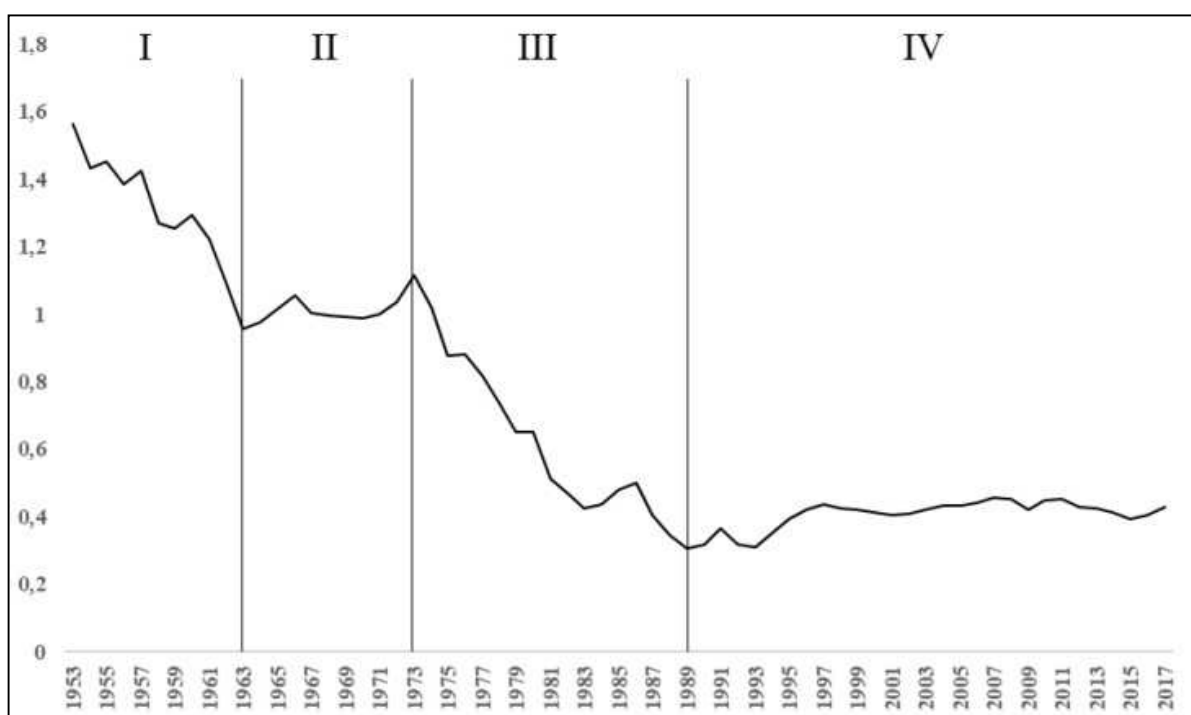
Essas tendências e elementos empíricos demonstram que, acompanhado da queda da taxa de lucro temos o aumento do endividamento público dos países sem uma contrapartida material para a classe trabalhadora. Muitos países, como os denominados PIIGS (Portugal; Irlanda; Itália; Grécia e Espanha), se endividaram para tentarem superar a crise, mas em contrapartida, se viram em condições de insolvência para honrar com os compromissos de suas respectivas dívidas públicas, o que exigiu mais medidas de arrocho fiscal e exploração às classes trabalhadoras.

Roberts (2020b) também destaca que a Pandemia forçou muitos governantes a adotarem medidas de ajuda para empresas e políticas sociais, o autor comenta que conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos países de economia

avançada como os Estados Unidos esses gastos já atingiram cerca de 20% do PIB em 2020.

No caso brasileiro percebemos semelhança em relação à queda da taxa de lucros. No estudo realizado por Henrique Grazziotin; Ana Fornari e Adalmir Marquerri (2022), no qual procuraram analisar a correlação existente entre a taxa de lucro e a acumulação de capital durante o período de 1953 a 2017, identificamos uma tendência decrescente na economia doméstica conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13 - Taxa de Lucro no Brasil (1953–2017)**



**Fonte:** De Abreu Grazziotini; Fornari; Marquetti, 2022, p. 194.

Os autores dividiram a série temporal em quatro períodos como podemos constatar no gráfico acima. Durante o período de 1953 a 1989 destaca-se uma tendência de que da taxa de lucro de longo prazo, no período de 1990 a 2017 há uma recomposição:

O período de tendência de queda pode ser dividido em três fases: na primeira, entre 1953 e 1962 (I), há um patamar alto de taxa de lucro ao longo da década de 50, no período áureo do processo de substituição de importações (PSI), porém com queda acentuada da taxa de lucro, principalmente entre 1958 e 1962. O período seguinte (II), de virada na série da taxa de lucro, com crescimento entre 1963 e 1973, coincide com o golpe militar de 1964 e com o chamado período do “milagre econômico” entre 1968 e 1973. Nesse período, a tendência de queda da taxa de lucro é contida por meio das políticas econômicas implementadas, com contenção salarial e mobilização do investimento por meio de estatais, com projetos visando expansão de infraestrutura (De Abreu Grazziotini; Fornari; Marquetti, 2022, p. 194).

Na terceira fase do período analisado pelos autores é possível verificar uma queda acentuada dessa taxa. É um período demarcado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), bem como pelo aumento do endividamento externo, fator que influencia na crise da dívida da década de 1980. No quarto período (de 1990 a 2017) há a materialização das premissas neoliberais, com Collor de Melo, e posteriormente com FHC. É um período de relativa estabilização da taxa de lucro, mas num limite inferior quando comparado ao início da série.

Destacamos que esse tema reverbera outra faceta do capital e que apresenta correlação com essa longa depressão do capital no mundo. A dívida de muitos países tem aumentado, e não estão diretamente associadas a ganhos materiais para as classes trabalhadoras conforme comentamos, servindo como uma forma de valorização e especulação financeira para frações rentistas do capital. Roberts (2020b) argumenta que já antes da pandemia, a dívida global vinha atingindo índices elevados, no terceiro semestre de 2020 ultrapassou em mais de 400% o PIB global. Essa dívida já alcança cerca de US\$ 277 trilhões no final de 2020.

Em muitos casos, a dívida funciona como uma forma de sucção dos recursos produzidos socialmente uma vez que, em países como o Brasil, a emissão de títulos da dívida não está diretamente vinculada com a prestação de serviços públicos, ou em investimentos na saúde, educação e assistência social, pelo contrário, através do processo de financeirização e rolagem da dívida muitos governos criam mecanismos para retirar recursos da Seguridade Social para o pagamento de amortizações e juros, lógica que inclusive é materializada por partidos

pretensamente de esquerda como foi o caso do PT na forma de lidar com o sistema da dívida como demonstrou a pesquisa da economista Laudicéia Santana (2018).

Nesse sentido, entendemos que as contradições inerentes ao capital, seja as expressas por Mészáros (2000; 2011) ao falar em crise estrutural, ou mesmo na ideia de queda tendencial da taxa de lucro e composição orgânica do capital, o peso dessas contradições tem recaído sobre as classes trabalhadoras em diferentes dimensões, não vinculadas apenas ao aporte econômico, mesmo que não possamos desconsiderar esse, uma vez que a própria materialidade da vida e relação metabólica existente entre homem e natureza é uma questão de ordem econômica, mas não só isso, inclui também elementos políticos, sociais, ideológicos e conjunturais. Nesse ínterim, sem dúvida que países como o Brasil, como iremos evidenciar nos capítulos posteriores, são afetados por essa dinâmica, uma vez que, o capital enquanto fenômeno global não deixa passar incólume nenhuma formação econômico-social, implicando em formas diferenciadas com que a luta de classes e o próprio fenômeno da crise do capital se reverbera, exigindo assim, estratégias diferenciadas a partir dessas especificidades.

De modo geral, nesse capítulo o nosso objetivo foi pontuar categorias e fatos concretos que conformam o modo como no capitalismo a potencialização de doenças está atrelada às relações sociais de produção. Essas relações se vinculam ao metabolismo existente entre homem e natureza orientado pela acumulação de capital, manutenção da propriedade privada e geração de mais valor mediante a exploração do trabalho pelos detentores dos meios de produção.

No próximo capítulo veremos que essas categorias estão presentes na formação econômico-social brasileira, e como em nossa constituição histórica, vivenciamos com patógenos de potencial endêmico, epidêmico e pandêmico, no qual muitas das respostas governamentais faziam uma clara clivagem entre os atendimentos dos interesses dos detentores dos meios de produção, em detrimento dos despossuídos. Perceberemos a função central do Estado como mediador dos ataques promovidos pelas classes dominantes aos trabalhadores e setores.

## PARTE II: CAPITALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA E SAÚDE



Operários – Tarsila do Amaral<sup>65</sup> (1933)

---

<sup>65</sup> **Tarsila do Amaral (1886-1973):** Pintora brasileira, nasceu no Município de Capivari, interior do Estado de São Paulo. Foi membro do grupo modernista dos cinco, juntamente com Anita Malfatti; Oswald de Andrade; Mário de Andrade e Menotti Del Picchia. Suas obras remetem a brasilidade. Influenciou o Movimento Antropofágico por intermédio do quadro Abaporu. Esse movimento buscou deglutir e engolir a cultura europeia, que era a cultura vigente na época, e transformá-la em algo bem brasileiro. Cf. <https://tarsiladoamaral.com.br/biografia/>. Acesso em: 07 jun. 2023.



## CAPÍTULO 3

# SAÚDE E DOENÇA NOS TRÓPICOS: APONTAMENTOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA



**Charge:** Guerra Vaccino-Obrigatiza!...

Produzida por Leonidas, publicada em 29 de outubro de 1904 na edição 111 da revista O Malho.

**Legenda:** Espetáculo para breve nas ruas desta cidade: Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, à frente de suas forças obrigatórias, será recebido e manifestado com denodo pela população. O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e da guerra russo-japonesa. E veremos no fim da festa quem será o vaccinador, à força!.

O presente capítulo apresenta o objetivo de trazer pontos sobre o entendimento da estruturação da saúde pública no Brasil. Esse capítulo nos ajuda a compreender que a saúde pública no Brasil foi conformada por processos de disputa e interesses que perpassam a conformação do SUS na década de 1990. Nesse sentido, iniciamos trazendo a noção de que para pensar esse processo e a própria pandemia da Covid-19, é imperativo a reflexão em torno da política, a economia e a própria sociedade de uma forma geral, e que a perspectiva de constituição de uma institucionalização na saúde perpassou disputas de projetos e concepções políticas associadas à uma formação econômico-social dependente, inserido no marco das relações capitalistas internacionais.

Um país com dimensão continental, com riqueza de biomas e diversidade sociocultural também exige de nós o exercício da reflexão sobre lições e experiências com a saúde pública, sem deixarmos de prestar atenção aos limites inerentes a sistemas como o SUS, limites enfrentados desde a década de 1990, especificamente no tocante ao seu financiamento, condição atrelada às considerações que fizemos no capítulo 2 desta tese, uma vez que, ao entendermos o capitalismo como um sistema balizado pelo lucro e acumulação de capital, as políticas sociais, mesmo com uma determinada autonomia relativa do Estado, enfrentam pressões de setores da burguesia, especialmente com o ascenso do neoliberalismo e as práticas privatizantes que foram realizadas nos distintos governos desde a conformação da nova república em 1988.

Evidenciaremos que em muitos casos, como tem ocorrido na Pandemia da Covid-19, ações vinculadas à negação de determinadas doenças, e geração de polêmicas em torno do uso de vacinas, ou até mesmo o surgimento de medicamentos milagrosos são elementos que também se fizeram presentes na experiência brasileira. Vamos assim, retomar produções voltadas à história da saúde no Brasil para averiguarmos essa realidade de nossa formação econômico-social.



### 3.1 Breve caracterização histórica da saúde brasileira: interesses de classes e impactos sobre a saúde coletiva

Considerando a magnitude dos acontecimentos e eventos históricos inter-relacionados na conformação da formação econômico-social brasileira, abordaremos de forma sintética pontos que demarcaram posições de classe e agrupamentos de interesses classistas. Esse fato também implica na forma como os diversos atores sociais consideravam o que era ou não saúde com o passar do tempo (Zanchi; Zugno, 2012).

Podemos iniciar esse percurso especificando a singularidade de um país como o Brasil, que na tessitura da formação do capitalismo mundial, foi colonizado por Portugal, sofrendo interferência de diversas nações desde o século XVI: Espanha, Holanda e Inglaterra, todos esses elementos influenciaram na forma como o processo de saúde-doença foi sendo cravado em nossa formação econômico-social. Consoante o historiador Cláudio Bertolli Filho (2003) no livro: ***História da Saúde Pública no Brasil***, desde o século XVII que a saúde era tema de “preocupação” por parte da coroa portuguesa, não pelo bem-estar geral dos indivíduos que viviam no território, mas, sobretudo, devido às relações comerciais que Portugal possuía com o restante da Europa, e que já naquele período demandava a necessidade de um cuidado mínimo com as condições sanitárias das mercadorias comercializadas. Contudo, apesar dessa “preocupação”, o Brasil era considerado um “inferno verde” devido à alta taxa de mortalidade dos escravos trazidos da África, bem como, do colonizador português, sem falarmos no impacto das patologias contraídas pelos povos autóctones cujo organismo não estava adaptado para as enfermidades trazidas da Europa, como a gripe:

Já no século XVII a colônia portuguesa na América era considerada como o inferno, onde os colonizadores e escravos tinham pouca chance de sobrevivência. Os conflitos com os indígenas, ausência de materiais para a sobrevivência na região e, sobretudo as variadas enfermidades eram obstáculos ao estabelecimento dos colonizadores (Bertolli Filho, 2003, p. 05).

Apesar dos interesses de outras potências como a Espanha sobre o território brasileiro, elementos como a baixa densidade populacional e a proliferação de do-

enças eram problemas para colonizador europeu. Devido a tais empecilhos, Bertolli Filho (2003) explica que o conselho ultramarino português — órgão responsável pela administração das colônias — criou ainda no século XVI as funções de físico-mor e cirurgião-mor, para tentar inserir algum tipo de assistência à saúde compatível com as patologias desenvolvidas nos principais núcleos de povoamento.

Embora essas medidas tivessem sido tomadas, a dificuldade residia em encontrar profissionais da saúde dispostos a viajar para o Brasil e fixar residência. Nesse período a formação territorial brasileira ainda estava em processos de disputas, não existiam centros urbanos modernos aos moldes de cidades como Lisboa, Paris e Londres, além desses fatores, a remuneração baixa e os perigos do “novo” mundo, faziam com que houvesse dificuldade de fixação de profissionais na colônia portuguesa.

A estratégia portuguesa servia apenas aos interesses econômicos, uma vez que a própria população que vivia no Brasil não tinha plenas condições de arcar com custos médicos, em sua maioria, se tratava de uma população pobre, e que também usava os conhecimentos populares tradicionais com base na síntese entre o conhecimento dos povos autóctones, africanos e europeus. Na interpretação da pesquisadora Zenaide Neto Aguiar (2011), do período de 1500 até o ano de 1889 o quadro sanitário no Brasil era caracterizado pela incidência de doenças transmissíveis oriundas da Europa e África. As endemias (doenças que surgiam em regiões específicas) e as epidemias (patologias cujo surto surge com um grau de prevalência fora do comum) eram os problemas que afetavam as distintas classes sociais.

Devido à inexistência de uma política sanitária que promovesse o bem-estar geral, as medidas tomadas tinham comumente, caráter de classe, ou seja, com privilégio para áreas com um maior dinamismo econômico e que se associavam com o desenvolvimento comercial: áreas portuárias e centros urbanos:

A assistência médica era figurada apenas por classes dominantes da sociedade na época, como os coronéis do café, e era feita por médicos europeus. A massa ficava apenas com a medicina popular e as sangrias. Nesse período também surge às primeiras casas da misericórdia (Aguiar, 2011, p. 18).

Nesse ínterim, segundo Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira (2018) a preocupação com os pobres girava em torno de ações filantrópicas e da assistência à pobreza, a relação entre caridade e assistência à saúde tomava contornos mais nítidos.

dos devido à quantidade de indivíduos que necessitavam de intervenção médica. Esses autores reforçam que tais ações eram realizadas pelas irmandades devocionais ou confrarias profissionais católicas, em meio à essas práticas, havia a subdivisão dos pobres bons — sujeitos afeitos ao trabalho — e o pobre mau, o indivíduo que não tinha trabalho —, sendo classificado como não afeito ao trabalho.

Contudo, essas ações não eram suficientes, as mudanças da própria sociedade colonial e a observância da coroa portuguesa com relação à situação fez surgir a organização de uma assistência mínima, além de alguns ajustes paliativos em certos hospitais. É importante destacar que tais medidas possuíam uma forte inclinação moral associada ao poder dignificante do “trabalho” e à religião:

[...] pode-se afirmar que a ideia da redenção pelo trabalho, que evitaria a transformação do pobre miserável, foi uma preocupação constante; bem como a separação do pobre merecedor de auxílio do vagabundo [...] (Sanglard; Ferreira, 2018, p. 146).

Dentro desse quadro mais geral, a ausência de escolas para a formação de profissionais da saúde fez com que no ano de 1815 surgisse na Bahia a imperial academia de medicina e em 1843 no Rio de Janeiro a fundação de medicina para formar quadros técnicos no território brasileiro. Essas medidas do século XIX só foram realizadas devido ao estabelecimento da coroa portuguesa no Brasil:

A vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 determinou mudanças na administração pública colonial, inclusive na área da saúde. Com sede provisória do império lusitano e principal porto do país, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o centro das ações sanitárias. Com elas, Dom João VI procurou oferecer uma imagem nova de uma região que os europeus definiam como território da barbárie e da escravidão (Bertolli Filho, 2003, p. 08).

Embora essas ações tentassem surtir algum grau de resolubilidade para as demandas mais gerais em torno da esfera da saúde coletiva, o fato é que essas medidas apenas reforçavam o caráter de classe da sociedade brasileira naquela época, com uma clara distinção de acesso aos serviços de saúde para a classe dominante, e para os subalternos. A fase imperial dessa forma se encerra sem que avanços fossem obtidos no campo da saúde pública, apesar de Bertolli Filho (2003) nos salientar que Dom Pedro II ficou conhecido como o monarca que tentou promover um

maior incentivo a pesquisas no campo da saúde coletiva, além de criar parcerias com o Estado francês em 1886 para a construção de um laboratório de doenças tropicais no Brasil.

Devido às pressões internas e externas desse período, o Brasil passou a enfrentar, diante da conformação de uma classe burguesa. O episódio de 15 de novembro de 1889 na cidade do Rio de Janeiro figura esse processo mediante os interesses em torno da aliança com forças militares, sintetizados na figura política do alagoano Marechal Manuel Deodoro da Fonseca<sup>66</sup>. Conforme atentam o crítico de arte Mário Pedrosa e o jornalista Lívio Xavier (1931) a república no Brasil foi imposta pela burguesia do café do Estado de São Paulo, que não aceitava a forma como era conduzida a produção agrícola do período. Devido a esse fator, a ideia da proclamação estava ancorada no pressuposto de uma modernização pelo alto, sem participação das classes trabalhadoras.

Durante o período de 1889 até 1930 teríamos o que os historiadores comumente denominam de velha república<sup>67</sup>. Nesse espaço de tempo as ações em saúde não se alteram de forma substancial quando comparadas ao período colonial. Tais ações continuavam a focalizar as atividades econômicas, sobretudo, para uma maior capitalização de mão de obra europeia para o trabalho nas lavouras de café e na indústria emergente. Cabe o destaque que a abolição da escravidão<sup>68</sup> no Brasil ocorreu apenas em 1888 e a necessidade de formação de um mercado consumidor e de uma mão barata que soubesse lidar com as plantações de café eram motivos para a classe dominante realizar esse tipo de esforço (Aguiar, 2011).

Dentro desse cenário, a figura do sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz (1872–1917) como médico e cientista se destaca, suas pesquisas sobre microbiologia e condições sanitárias urbanas são referência para a saúde coletiva da época. Na saúde pública, Oswaldo assume campanhas sanitárias sobre epidemias rurais e urbanas. No entanto, devido ao caráter autoritário de suas campanhas, no ano de 1904

---

<sup>66</sup> **Manuel Deodoro da Fonseca (1827 – 1892):** Militar brasileiro, nasceu em 5 de agosto de 1827 na cidade de Alagoas. Sendo presidente da república entre os anos de 1889-1891. Cf. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

<sup>67</sup> Esse período também demarca a criação de institutos de saúde no Brasil: Instituto soroterápico de maguinhos em 1889; Instituto Butantã, Biológico e Bacteriológico (Instituto Adolfo Lutz) em 1892; Instituto Pasteur em 1903. Cf. Bertolli Filho, 2003.

<sup>68</sup> O esfacelamento do escravismo foi determinado pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil, abria ao mesmo tempo nova expansão à indústria inglesa que monopolizava, então, o mercado mundial. Cf. Pedrosa; Xavier (1931).

ocorre a “revolta da vacina”, movimento de origem popular que era contra as medidas governamentais das quais, tornava obrigatória a vacina contra a varíola<sup>69</sup> (Aguilar, 2011). Essa revolta expressa um fenômeno bastante presente na formação econômico-social brasileira que diz respeito à ação de “cima para baixo” através do Estado como legitimador de interesses das frações de classe da burguesia brasileira que se fazem aparecer como interesses de “toda a sociedade”. O Estado aparece nesse caso, acima das classes, como mero articulador das forças produtivas em prol de um processo de modernização nacional.

Sempre é bom conotar que a saúde não está desvinculada da luta de classes, pelo contrário, os interesses entre frações de classes e a conformação de alianças representa essa relação mediada pelo Estado capitalista. Essa noção também se expressa pela ideia de modernização nacional materializada pelas transformações no tecido urbano dos grandes centros comerciais do Brasil no início de século XX. A burguesia se beneficia das ações estatais em torno da melhoria dos equipamentos urbanos como: água encanada, serviços de energia elétrica além de melhorias em áreas industriais e comerciais para a viabilização de condições sanitárias adequadas para exportações de produtos primários como o café.

Os trabalhadores, sobretudo dos setores mais pauperizados da sociedade brasileira, continuavam a sofrer com as degradantes condições de vida. O Estado ao proteger o bem-estar da burguesia, não promovia processos de modernização sanitária para a periferia desses centros urbanos, sobretudo para as pessoas que moravam em cortiços e em comunidades distantes dos centros, como as favelas. Dentro desse panorama, podemos observar que a doença possui classe social, em períodos de epidemias, por exemplo, o proletariado não podia contar de forma efetiva com a ajuda do Estado, no ano de 1918 uma epidemia de gripe espanhola deixa os trabalhadores entregues à própria sorte, enquanto a burguesia fugia dos centros urbanos buscando acolhida no exterior e em regiões afastadas dos focos da doença (Bertolli Filho, 2003).

Embora essa centralização de recursos estivesse expressa na forma como o Estado brasileiro lidava com uma suposta saúde coletiva nessas duas primeiras décadas do século XX, a ideia da formação de um “capital humano” para o trabalho

---

<sup>69</sup> Para um detalhamento mais aprofundado sobre a revolta da vacina cf. Bertolli Filho (2003), além do sítio oficial da fundação Oswald Cruz: <https://portal.fiocruz.br/video-oswaldo-cruz-na-amazonia-revolta-da-vacina>. Acesso em: 04 jul. 2019.

não passava despercebido da burguesia, afinal, alguém precisava trabalhar para encher os bolsos dessa classe, seja através da agricultura ou pelo surgimento das primeiras células industriais que passavam a brotar no território brasileiro mediante influência do capital externo e dos recursos oriundos do café.

Dentro desse quadro de desenvolvimento geográfico desigual e combinado, uma vez que, o processo de integração regional brasileiro já apresentava esboço de uma disparidade econômico-regional<sup>70</sup>, a incorporação de saberes médicos voltados à saúde coletiva passa a integrar as ações médicas para deixar a população saudável para o trabalho:

A ideia de que a população constituía capital humano e a incorporação de novos conhecimentos clínicos e epidemiológicos às práticas de proteção da saúde coletiva levaram os governos republicanos, pela primeira vez na história do país, a elaborar minuciosos planos de combate às enfermidades que reduziam a vida produtiva, ou, 'útil', da população. Diferentemente dos períodos anteriores, a participação do Estado na área de saúde tornou-se global: não se limitava às épocas de surto epidêmico, mas estendia-se por todo o tempo e a todos os setores da sociedade (Bertolli Filho, 2003, p.14).

Apesar da descrição um tanto que positiva da ação estatal, é interessante entendermos a concretude dos fatos, e é nesse sentido que, apesar das promessas do Estado em realizar ações mais pulverizadas para "toda a sociedade", o que ocorreu foi a continuação de investimentos centralizados de forma privilegiada, sobretudo na esfera da produção visando expansão da economia. Essa lógica beneficiou a burguesia brasileira em detrimento das classes trabalhadoras, a ideia de uma modernização republicana baseada na ordem e no progresso representou o endosso à exploração das camadas subalternas:

---

<sup>70</sup> Fora do circuito São Paulo e Rio de Janeiro os recursos escassos materializam ações pífias nas outras regiões do país. A pobreza e as disputas políticas entre oligarquias locais fizeram com que as ações em saúde pouco chegassem ao trabalhador dessas regiões (Bertolli Filho,2003).

O compromisso governamental com as necessidades básicas da população tem sido relegado sempre a segundo plano, perpetuando um círculo tristemente vicioso: desamparo e sem participação decisiva nas decisões do governo, o trabalhador recebe salários baixos e vive mal, adoece com facilidade. Doente e mal alimentado, ele tem a sua vida produtiva abreviada, tornando muito mais difícil a superação da pobreza nacional (Bertolli Filho, 2003, p.15).

Em âmbito paralelo, a historiadora Cristina Maria Oliveira Fonseca (2018), com base na obra do sociólogo Luiz Antonio de Castro Santos (1987): ***Power, Ideology and public health in Brazil (1889 – 1930)***, mostra que a ideia da construção de uma reforma sanitária brasileira já figurava na república velha. Para a historiadora dois projetos estavam em disputa: a defesa por um Brasil moderno, cujo atraso do desenvolvimento nacional era explicado pela miscigenação da população, nesse projeto havia um forte apreço por um Brasil europeizado e branco, livre de toda a rale formada por negros e povos autóctones. Um segundo projeto se definia pela formação de uma cultura nacional, com forte apreço à obra: ***Os Sertões***, de Euclides da Cunha. Para esse segundo projeto, o sertão brasileiro e o sertanejo eram enxergados como fatores genuinamente nacionais.

Apesar de o segundo projeto parecer um tanto que “carismático” do ponto de vista de um olhar acrítico, o fato é que a reforma sanitária desse período — os primeiros quinze anos da velha república — se tornara um elemento de coesão nacional. Na interpretação de Fonseca (2018) a institucionalização da saúde pública no Brasil de fato se inicia na república velha por meio de ações de expedições pelo interior do país na busca de investigação sobre a real situação sanitária do território brasileiro. Essas expedições exploravam o território para além do circuito centro-sul do país, e demarcaram a tônica pela efetivação de ações como no ano de 1918 da Liga

Pró-saneamento, liderada pela sanitarista Belizário Pena<sup>71</sup> - instalação de postos de profilaxia rural no Brasil, e a normalização federativa no que diz respeito as ações de saúde, tendo em vista que cada Estado tinha autonomia para lidar com os problemas de saúde:

A regulação das relações federativas no âmbito da gestão da saúde apresentou-se, portanto como um problema político a ser enfrentado, expondo o poder tradicional das oligarquias locais na política nacional, e demandando novas formas e novos acordos nesta relação entre centro e periferia (Fonseca, 2018, p. 412).

Os conflitos entre os interesses da fração da burguesia representada pelos donos das indústrias e grandes produtores agrícolas do centro-sul, esbarravam em burguesias regionais que detinham poder político e econômico, monopolizando assim, todas as ações que ocorriam sob a zona de influência de poder locais. Todavia, devido ao desenvolvimento geográfico desigual e combinado do território brasileiro, e a forte presença das disparidades intra e inter-regionais, problemas de saúde ocasionados pelas condições deletérias de vida acabavam por adentrar em territórios de Estados mais desenvolvidos como São Paulo, fazendo com que o fluxo de doenças fosse geral, e não restrito as zonas de menos desenvolvimento econômico, além disso o processo inverso também era verdadeiro, formando assim uma dialética entre áreas mais concentradas e dispersas em termos de desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse interstício é importante salientarmos o forte impacto que a Revolução Russa de 1917 apresentou sobre o mundo de uma forma geral. A formação de vários Partidos Comunistas no Mundo, com destaque para a criação do Partido Comu-

---

<sup>71</sup> **Belizário Augusto de Oliveira Pena (1868–1939):** Médico brasileiro. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Nos anos seguintes, colaborou no combate à febre-amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Em 1918 assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Venceslau Brás. Em 1924, manifestou-se publicamente a favor dos levantes tenentistas deflagrados contra o governo de Artur Bernardes. Por conta disso, foi preso por seis meses. Entre 1927 e 1928, voltou a percorrer o Brasil como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Em 1930, participou dos preparativos da “revolução” no Rio Grande do Sul. Após a vitória do movimento, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Em setembro de 1931, foi nomeado ministro da Educação e Saúde, ficando no cargo por três meses. Em dezembro de 1932 voltaria a ocupar interinamente o ministério por alguns dias. Ainda em 1932, exonerou-se da direção do DNSP. Em seguida, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política brasileira inspirada no fascismo italiano. Foi membro da Câmara do 40 da AIB, órgão supremo da entidade. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario\\_pena](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena). Acesso em: 13 jan. 2022.



nista Brasileiro (PCB) em 1922. Uma das ações que chama atenção nesse período é a chamada Coluna Prestes, movimento sob a liderança do “cavaleiro da esperança” Luiz Carlos Prestes<sup>72</sup> (1898–1990) que posteriormente, se filia ao PCB, mas que na coluna que percorreu entre os anos de 1924 a 1927 em boa parte do território brasileiro, realizou a tentativa de uma adesão popular para a chamada “revolução brasileira” ligado ao movimento do tenentismo, formado por militares brasileiros insatisfeitos com a chamada república café com leite, com representações da burguesia de São Paulo e Minas Gerais no poder estatal. No âmbito da saúde, retomaremos o protagonismo do PCB, sobretudo, no que diz respeito ao elemento estratégico vislumbrado pelo partido em torno da ideia de uma Estratégia Democrática Nacional. Retornando ao nosso processo de explicação da constituição da saúde pública como elemento institucional, a partir 1920 há a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública para realizar a centralização das ações estatais no tocante à saúde pública, mesmo enfrentando grandes resistências das oligarquias locais. De modo geral esse quadro de exclusão, conflito e disparidade nas relações sociais expressas na saúde pública brasileira se estendem até o Estado novo (1937–1946) (Fonseca, 2018).

Com a ascensão de Getúlio Vargas (1882–1954) pela Aliança Liberal em 1930 mediante um golpe de Estado, que impediu a posse de Júlio Prestes (1882–1946) — Partido Republicano Paulista — um novo quadro político se instala no Brasil, encerrando o período da república Velha. O crítico de arte Mário Pedrosa (1900–1981) juntamente com o jornalista Lívio Xavier (1900–1988) publicaram no jornal francês *Lutte de Classe* um ensaio intitulado: ***Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil***<sup>73</sup>, no qual analisam esse processo político de forma crítica. Para esses autores, a formação econômico-social brasileira, engendrada a partir da influência do colonialismo ditou grosso modo a inserção dependente do Brasil na economia internacional. O imperialismo, fenômeno internacional, alterou a

---

<sup>72</sup> **Luiz Carlos Prestes (1898–1990)**: Engenheiro brasileiro. Em 1922, no Rio de Janeiro, participou de reuniões preparatórias do levante deflagrado contra o governo federal em 5 de julho, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Serviu no 1º Batalhão Ferroviário, em Santo Ângelo. Comprometeu-se com o movimento revolucionário de 1924, que se propunha a depor o presidente Artur Bernardes, e por conta disso licenciou-se do Exército.

<sup>73</sup> Mario Pedrosa assinou o artigo com o pseudônimo de M. Camboa e Lívio Xavier com L. Lyon. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/09.htm#tr1>. Acesso em: 19 jan. 2022.

estrutura econômica dos países coloniais, o que gerou a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista normal, ou, semelhante ao das potências imperialistas. Esse fato foi significativo para a ausência de bases materiais para que a burguesia nacional realizasse uma superestrutura política e social condizente com uma visão mais progressista:

O imperialismo não concedia tempo para respirar e o fantasma da luta da classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa a defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e — em todos os planos — a sua covardia. Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos (Pedrosa; Xavier, 1931, p. 05).

Segundo esses autores, o imperialismo viveria assim um processo contraditório, ao mesmo tempo em que revoluciona a economia dos países dependentes, é reacionária quanto à implantação de governos fortes, cuja batuta é representada especificamente através da elevação do poder executivo na implantação de medidas a partir de cima. O Estado novo em grande medida representou essa análise de conjuntura realizada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, frações da burguesia nacional buscavam promover uma transformação das relações sociais de produção em um país especificamente de economia agrária-exportadora, além do forte elemento do anticomunismo e do desejo de modernização e nacionalismo brasileiro.

No âmbito da saúde pública, tais ações não podiam diferir, já no ano de 1930 há a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) para intensificar a institucionalização da saúde pública brasileira. Essa institucionalização representava a preocupação do governo em promover a centralização administrativa objetivando controlar politicamente o território brasileiro. A retórica utilizada era a inversão de uma cultura patrimonialista, fundada em interesses locais, para uma racionalização burocrática, pautada na centralização e hierarquização funcional (Fonseca, 2018). Esses elementos coadunaram com as propostas da reforma sanitária da república

velha. Já em 1937, sob liderança de Gustavo Capanema<sup>74</sup> há a institucionalização de dispositivos legais como decretos, normas e leis, basicamente seguindo o processo formal de instalação de uma burocracia no aparelho estatal brasileiro. Fonseca (2018) destaca que é possível perceber a materialização de uma centralização normativa aliada à descentralização executiva em âmbito nacional. Com o fechamento do Congresso Nacional nesse mesmo ano de 1937, Getúlio Vargas fortalece ainda mais o processo de burocratização dos serviços de saúde no Brasil pela implantação de serviços nacionais de saúde, divisões sanitárias e hospitalares em saúde, além da institucionalização da formação técnica em saúde, como um contraponto ao germe patrimonialista ainda presente, cuja redundância figurava em interesses locais associados às políticas públicas de saúde.

Cabe destacar ainda, que nesse quadro mais complexo da história da saúde pública no Brasil, o elemento trabalho ganha contornos acentuados no governo Vargas, a ideia do Estado como aglutinador de uma nacionalidade brasileira, além da inserção e modernização do país na economia internacional, aliava a tal objetivo a criação de mecanismos institucionais para os indivíduos que estavam inseridos ou associados a organizações trabalhistas e sindicatos. Ainda em 1923 segundo em paralelo ao modelo sanitário campanhista<sup>75</sup>, surge uma previdência social de caráter privado. Essa previdência estava associada à assistência médica dos trabalhadores através das caixas de aposentadorias e Pensões (CAPs)<sup>76</sup> (Aguiar, 2011).

A parcela da população que não possuía acesso formal de emprego tinha como opção a atenção das casas filantrópicas ou instituições fomentadas pela igreja católica. Apenas com a criação em 1930 do Ministério do Trabalho Indústria e Co-

---

<sup>74</sup> **Gustavo Capanema Filho (1900–1985)**: nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Foi nomeado em julho de 1934 para ser o ministro da Ministério da Educação e Saúde, permanecendo no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_capanema](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema). Acesso em 13 jan. 2022.

<sup>75</sup> Modelo do início do século XX, baseado em campanhas sanitárias para combater as epidemias de febre-amarela, peste bubônica e varíola, implementando programas de vacinação obrigatória, desinfecção dos espaços públicos e domiciliares e outras ações de medicalização do espaço urbano, que atingiram, em sua maioria, as camadas menos favorecidas da população. Esse modelo predominou no cenário das políticas de saúde brasileiras até o início da década de 1960. Cf. <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

<sup>76</sup> Lei Elói Chaves em 1923 — Instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensões (Caps) destinados a prestar assistência para os trabalhadores ferroviários. Cf. Aguilar (2011); Fonseca (2018)

mércio (MTIC) as caixas de aposentadoria se expandem com a criação dos Institutos de Pensões e Aposentadorias:

Aos poucos esse modelo institucional de ação previdenciária instituído com as Caps foi sendo gradativamente transformado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS), agrupados não mais por empresas como até então, mas por categorias profissionais. Em cinco anos, entre 1933 e 1938, foram criados cinco Institutos diferentes guiados por uma legislação que procurou demarcar no interior dessas instituições, uma distinção clara entre prestação de serviços médicos e concessão de benefícios pecuniários (Fonseca, 2018, p. 424).

A lógica dessa previdência era a compra de serviços de saúde às instituições de saúde privadas. Podemos perceber que a esfera privada na saúde pública brasileira é um fenômeno tão antigo quanto à própria formação do Estado brasileiro, a ausência concreta de uma universalização do acesso, de uma medicina de caráter popular são características fortes na formação econômico-social brasileira. Embora exista um determinado saudosismo ao primeiro governo Vargas, especificamente à figura do Getúlio como “pai dos pobres”, o fato é que, as implantações da legislação trabalhista e até mesmo a criação das Consolidações das Leis trabalhista (CLT), efetuadas mediante pressão e luta das classes trabalhadoras em 1943 ofereciam algumas garantias ao proletariado brasileiro:

[...] a constituição de 1934 incorporou garantias ao operariado, garantias com assistência médica, licença remunerada a gestante trabalhadora, jornada de trabalho de 8 horas. Nos anos seguintes outros benefícios a exemplo do salário mínimo, foram incorporados à legislação trabalhista. Esses processos junto com a consolidação das leis do trabalho no ano de 1943 tornaram obrigatórios o pagamento do salário mínimo, indenização aos acidentados, tratamento médico aos doentes, pagamento de horas extras, férias remuneradas aos Operários portadores de carteira de trabalho (Bertolli Filho, 2003, p. 37).

Apesar de figurarem como elementos positivos ou transvestidos de certa boa vontade da burguesia brasileira, em nossa interpretação essas concessões implicavam na forte luta dos trabalhadores diante da necessidade de melhores condições de vida, contrário à ideia de que o governo “cedeu” ou até mesmo promoveu tais

mudanças, refletimos que o Estado burguês não cede nenhum direito à classe trabalhadora a não ser através da forte pressão desses à classe dirigente/dominante, ou na melhor das hipóteses, uma concessão como via para manutenção da hegemonia burguesa. Cabe salientar que essas medidas também possuíam como interesse a própria formação de um mercado consumidor interno, que exigia a adoção de parâmetros seguros para a venda e compra da força de trabalho, e consequente remuneração dos trabalhadores, o que faria com que esse mercado criasse uma maior musculatura através do consumo.

É importante a recordação de que, durante esse período, apesar da diminuição de doenças nos grandes centros urbanos do centro-sul do país, as patologias que atingiam as massas como as endemias cresceram, a exemplo de doenças como a esquistossomose, doenças de chagas, tuberculose, doenças gastrointestinais, doenças sexualmente transmissíveis e a hanseníase. Apesar do crescimento do caráter privatista das ações de saúde e das novas técnicas no controle das endemias Rurais — em parceria com a fundação Rockefeller — o Brasil ainda era considerado um dos países mais enfermos da América. Outra faceta desse período, comumente não apresentada na literatura saudosista, diz respeito ao próprio tratamento dos enfermos. Os doentes eram considerados entraves e pesos para a sociedade. O doente não produzia riqueza para a nação, além disso, exigiam tratamento médico de forma “gratuita”, apesar da ideia de um “pai dos pobres”, o que ocorria na prática era a precariedade dos serviços de saúde, e a consequente morte de trabalhadores sem assistência médica (Bertolli Filho, 2003).

Internacionalmente, o quadro de uma Segunda Guerra Mundial (1939–1945) com os embates das nações imperialistas e a sua repercussão no Brasil influenciaram politicamente a condução da política nacional. O término da segunda grande guerra, e a polarização do mundo através entre Estados Unidos e União Soviética, repercutiram no Brasil de modo a se intensificarem manifestações populares contra o governo ditatorial de Vargas. No decorrer desse curso, em outubro de 1945 Getúlio Vargas é deposto e em 1946 cria-se uma nova Constituição Federal (Bertolli Filho, 2003).

É interessante notar que, Getúlio Vargas volta a ser presidente do Brasil pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse seu segundo governo vai de 1951 até o ano de 1954. Com a ideia de promoção de um nacional-desenvolvimentismo anco-

rado na intervenção do Estado na Economia, data desse período a criação de grandes empresas nacionais a exemplo da Petrobras. No campo da saúde é possível visualizarmos a criação do Ministério da Saúde e Educação. O modelo de saúde fortalecido no país continua a ser pautado pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões com uma lógica estabelecida em um caráter assistencial curativo. Essa lógica é em modo geral, seguida até o governo de Juscelino Kubitschek (1902–1976) eleito pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1955 (Aguiar, 2011).

A lógica desses governos de caráter desenvolvimentista residia grosso modo, no desenvolvimento das forças produtivas nacionais e na aposta de que uma burguesia nacional como dinamo do processo. As ideias desenvolvimentistas são abordadas pelo economista paraibano Celso Furtado<sup>77</sup> (1920–2004) a frente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), bem como em sua atividade na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe com o economista argentina Raúl Prebisch (1901–1986).<sup>78</sup>

Nesse panorama, ficava claro que o crescimento populacional, as disparidades intra e inter-regionais no território nacional não eram compatíveis com um regime público de saúde que possuía grande aporte em ações privatistas ou no desembolso direto de suas ações. Mesmo com a criação de um Ministério da Educação e Saúde, entendemos que a desigualdade social e o desenvolvimento econômico excludente apenas eram fatores de uma totalidade maior do capitalismo dependente brasileiro (Marini, 2010), que de sobremaneira, impactavam de forma negativa na saúde pública. Nesse momento, abrimos um pequeno espaço para debatermos outro modelo de sociedade e de saúde expressos no Movimento Sanitário Brasileiro (MSB) sob influência do PCB em meio a uma Estratégia Democrático-Nacional (EDN) como poderemos observar no subtópico a seguir.

---

<sup>77</sup> Cf. <http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado> acesso em: 14. jul. 2019.

<sup>78</sup> Para uma crítica as teses desenvolvimentistas recomendamos o artigo de Ruy Mauro Marini: A crise do desenvolvimentismo. Cf. Marini, 2010.

### 3.1.1 Outro modelo de atenção à saúde e a reforma sanitária brasileira

O debate acerca da tática e estratégia no campo marxista por si só é um tema para pesquisas mais aprofundadas<sup>79</sup>, especialmente aquelas que possuem envergadura para visualização desse tema na formação econômico-social brasileiro. O que expomos aqui em linhas gerais é a influência do PCB no campo da saúde pública. Nesse sentido, com base na obra de André Dantas (2017): ***Do socialismo à democracia — tática e estratégia na reforma sanitária brasileira***, iremos considerar os principais pontos acerca da forma como outro modelo de sociedade foi pensado pelo PCB e de que forma a saúde entrava nesse modelo.

De acordo com André Dantas (2017) a Estratégia Democrático-Nacional do PCB posta em prática com mais evidência a partir dos anos 1950 tinha como diagnóstico central a ausência no Brasil de uma revolução burguesa clássica nos moldes europeus. Para o PCB, esse processo seria necessário para a promoção de uma maior emancipação política associada ao desenvolvimento e modernização das forças produtivas brasileiras. Tais elementos serviriam como “etapas” para a materialização da revolução socialista no Brasil. Ainda nesse diagnóstico estava claro que:

Em face das consequências obstaculizantes resultantes do passado colonial brasileiro, as forças retrógradas dominantes, às oligarquias rurais, latifundiárias, associadas aos interesses do imperialismo, sobretudo norte-americano, eram consideradas as grandes responsáveis pela retinência do nosso atraso, pela miséria da classe trabalhadora, contra as quais a burguesia brasileira, considerada débil e frágil, não teria forças suficientes de embate. A reação a esse quadro, visando a uma sociedade socialista, só poderia passar então, segundo tal formulação, pelo cumprimento de etapas preparatórias [...] (Dantas, 2017, p. 89).

Essas etapas consistiam na realização da revolução burguesa no Brasil que priorizasse uma reforma agrária, e negação ao imperialismo, tal proposta de programa tinha como tática a formação de alianças entre as classes que sinalizavam posturas progressistas e democráticas com vista à superação do atraso brasileiro. Essa aliança teria a direção dos operários e camponeses brasileiros juntamente com a ajuda da burguesia nacional. Um dos aspectos que chamamos atenção na estra-

---

<sup>79</sup> Sobre a temática indicamos Wanderley, 2019; Albamonte e Maiello, 2020.

tégia de construção de outro modelo de sociedade é o fato de que não se tratou de uma criação originalmente brasileira, e aqui entra um dos nós que precisamos desatar, representado justamente pela importação de modelos de revolução oriundos da Europa para o Brasil. É importante salientar que segundo a influência stalinista sobre os partidos comunistas:

As dificuldades enfrentadas para uma elaboração teórica e práticas autônomas, sob pesado domínio stalinista do movimento comunista internacional, formaram os principais elementos que deram base às formas de luta e pensamento da classe trabalhadora brasileira (Dantas, 2017, p. 89).

Além desse fator, a III internacional Comunista que nos anos 1920 já dava sinais da ascensão da burocracia stalinista no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) figurando assim, na plena burocratização da revolução e do movimento operário. Dessa forma, vinculado à Internacional Comunista, o PCB encarava o enquadramento do Brasil, especificamente a partir de meados dos anos 1920, como um país semicolonial e dependente, dando margem para o etapismo como estratégia para uma revolução socialista.

Não podemos deixar de perceber que a ancoragem nas peculiaridades da formação econômico-social deveria ser considerada, esse debate segundo André Dantas foi a pedra angular da polêmica entre as teses de Trotsky a respeito da revolução permanente, e Nikolai Bukharin<sup>80</sup> (1888 – 1938) junto a Stálin<sup>81</sup> acerca do desenvolvimento do socialismo em um país só<sup>82</sup>. A burguesia brasileira para o PCB era antes, vista como vítima do imperialismo, devido a esse fato, a revolução brasileira deveria seguir um alinhamento democrático-popular. Nesse caso, o imperialismo estava encarnado, sobretudo, através dos Estados Unidos:

---

<sup>80</sup> **Nikolai Ivánovitch Bukhárine (1888–1938)**: Publicista e economista, membro do Partido Bolchevique desde 1906. Depois da Revolução de outubro foi membro do Bureau Político do CC do Partido Bolchevique e do Comitê Executivo da Internacional Comunista, redator do *Pravda*. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bukharin-ni.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

<sup>81</sup> **Joseph Vissarionovich Djughashvili (1879–1953)**: adotou o nome de Stálin ("homem de aço") em 1912. Em 1917 após a vitória da Revolução, Stálin passa a integrar o Soviete dos Comissários do Povo com o cargo de Comissário para as Nacionalidades. Em abril de 1922, foi eleito Secretário Geral do Partido Comunista. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/stalin.htm>. Acesso em: 14 jan. 2022.

<sup>82</sup>Cf. Trotsky, 2007. Além do texto: *Atualidade da revolução permanente e a encruzilhada política brasileira*. [Esquerdo Diário online]. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/VIDEO-Atualidade-da-revolucao-permanente-e-a-encruzilhada-politica-brasileira>. Acesso em: 09 Ago. 2019.



Para os comunistas, no contexto da guerra fria, não havia problema em distinguir o imperialismo yanque dos demais imperialismos e lhe conferir, em consequência, a posição de inimigo-mor, a ponto de se conceber taticamente a aliança com imperialismos concorrentes contra esse inimigo [...] (Dantas, 2017, p. 97).

A formação de alianças entre os grandes capitalistas era vista como uma tática palpável para o PCB, desde que os interesses desses capitalistas fossem contrários ao dos Estados Unidos. Quanto à burguesia nacional, essa não era inimiga da classe trabalhadora, tendo em vista que além de ser vítima do imperialismo, poderia servir como apoio para o movimento revolucionário, além de realizar as reformas necessárias para a extinção dos latifúndios e dos restos feudais existentes no território brasileiro. Dessa forma, Dantas (2018) assevera que após a morte de Stálin em 1953, com a exposição dos crimes cometidos pela burocracia stalinista, os partidos comunistas realizaram uma suposta autocrítica, nesse campo. Esses elementos, em conjunto com a força estadunidense na geopolítica internacional, acabaram por influenciar uma defesa pela ordem democrática nos padrões burgueses.

Em linhas gerais, a Estratégia Democrática Nacional do PCB tinha como matrizes nucleares a noção de formação de alianças com a burguesia, promoção de uma revolução por etapas, tendo em vista o caráter semicolonial do Brasil<sup>83</sup>. Sem falarmos que, o apelo a uma revolução democrática, com base nessas alianças acabou por instituir o germe de certo reformismo na ordem democrática burguesa como veremos no subtópico a seguir sobre a Estratégia Democrática Popular, que teve o PT como o artífice. Para nós, o que fica de concreto através desse panorama postulado é a ausência de uma teoria revolucionária, fenômeno que influenciou na forma como os países semicoloniais enxergavam a revolução socialista. Ademais, esses pressupostos também tiveram repercussão na conformação na luta por uma saúde de fato pública e universal como também observaremos a seguir.

---

<sup>83</sup> Temos no historiador e geógrafo Caio Prado Júnior (1907–1990), assim como no sociólogo Florestan Fernandes (1920–1995) críticas tanto a formulação teórica quanto a práxis dessa estratégia tomada pelo PCB. Tais críticas aparecem como a antítese da Estratégia Democrática Nacional, cada um desses autores com olhares distintos e peculiares, mas, em concordância sobre o real caráter da burguesia brasileira, bem como, do papel dos trabalhadores quanto ao processo revolucionário. Cf. Prado Júnior, 2000; Fernandes, 2020.

### 3.1.2 A democracia como valor universal e a estratégia democrática popular

Embora o PCB teorizasse acerca de uma revolução burguesa no Brasil, o golpe empresarial-militar de 1964 provou o equívoco de sua tática, as forças democráticas e anti-imperialistas não surgiram conforme teorizado pelo partido, pelo contrário, a burguesia nacional segundo Dantas (2018) foi peça ativa no golpe que depôs o então presidente João Goulart (1918–1976). A empresarial-ditadura militar no Brasil (1964–1985) foi um período complexo, com momentos distintos, para o nosso estudo, cabe algumas considerações sobre como a saúde em linhas gerais foi concebida neste período, além de tecermos considerações acerca da reforma sanitária brasileira e sua estratégia de promoção de mudanças por dentro da estrutura do Estado, seguindo o ideário da democracia como valor universal.

Ao retomamos esse debate, vamos perceber que as condições materiais, a segregação socioespacial e as condições de vida sobre a autocracia empresarial-militar foram o combustível para o surgimento do movimento sanitário brasileiro. Segundo os pesquisadores Luiz Antonio Teixeira e Carlos Henrique Assunção Paiva (2018) no ensaio intitulado ***Saúde e reforma sanitária entre o autoritarismo e a democracia***, o regime desde a sua gênese se caracterizou pela repressão aos movimentos sociais, pelo impedimento da realização de greves e perseguição aos opositores, especialmente aqueles identificados como simpatizantes do socialismo: “Não foram poucos os que morreram ou desapareceram nos porões da ditadura. Os que conseguiram sobreviver não tiveram outra opção a não ser o exílio” (Teixeira; Paiva, 2018, p. 432).

A estratégia de um desenvolvimento nacional baseada em uma suposta integração ao mercado internacional, em conjunto com a realização de empréstimos junto a potências imperialistas como os Estados Unidos ditava a abertura da economia brasileira ao capital privado e internacional. No campo institucional da política burguesa, em 1965, por exemplo, é implantado o bipartidarismo representado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse cenário influenciou para que houvesse no campo da saúde a ampliação da medicina privada através do estímulo às empresas médicas via compensação tributária, mantendo assim, a dualidade entre a medicina previdenciária de caráter privado e a saúde pública mantida pelo Estado: “[...] o sistema de saúde guardava ainda

em linhas gerais as características de duplicidade que formavam à sua estrutura havia várias décadas: as de um modelo dividido entre a medicina previdenciária e a saúde pública (Teixeira; Paiva, 2018, p. 433).

Cabe frisar que a medicina previdenciária era representada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões implantados ainda no primeiro governo Vargas. O setor público era basicamente representado por ações preventivas com focalização no atendimento aos mais pobres e às zonas rurais, além de medidas filantrópicas de grupos ligados à igreja católica. No ano de 1966 é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), simbolizando a união de todos os Institutos de aposentadoria. Contudo, Teixeira e Paiva (2018) chamam à atenção à problemática da diferenciação da atenção à saúde no Brasil. Desde essa época, ou melhor, conforme estamos debatendo nesse subtópico, fica claro que uma universalização na saúde se choca com a própria conformação das classes no Brasil. Dessa forma, o setor público reproduzia a lógica da segregação social, atendendo aqueles que não pertenciam ao setor formal do mercado de trabalho. Ao trabalhador formal havia o direito de utilizar os serviços do INPS.

Estruturalmente, as medidas do regime em torno da política econômica de fato surtiram efeitos positivos em termos de crescimento, já no final da década de 1960. Esses crescimentos chegavam a um patamar médio de 11% entre 1968 e 1973 segundo pesquisa realizada por Teixeira e Paiva (2018). Esse lapso temporal foi vulgarmente denominado de “milagre brasileiro”, embora tais estatísticas também possam ser questionáveis levando-se em consideração o nível de transparência das ações estatais realizadas na época e as fórmulas utilizadas para alcançar esse patamar de crescimento conforme nos evidencia Sônia Mendonça e Virgínia Fontes:

É impossível desconhecer que a política trabalhista e salarial do pós-64 seria responsável direta pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 1968. No entanto, não é possível, também, ignorar o ‘preço social’ pago, por antecipação, pelo ‘milagre’: a erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores. Seus indicadores mais contundentes dizem respeito ao volume de acidentes no período (um dos maiores do mundo), à desnutrição crônica da população (responsável pela elevação da mortalidade infantil) e à extensão das doenças epidêmicas, num país cujo governo só destinava 0,2% do PIB para saúde pública (Mendonça; Fontes, 2004, p.28).

Outro problema seria a confusão realizada sobre a relação crescimento e desenvolvimento. O fato é que crescimento econômico não implica em melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A concentração da riqueza produzida nesse período pelos militares e pela burguesia, a contenção de gastos públicos e a crise nos serviços de saúde apenas sinalizavam a contradição de um capitalismo dependente em busca de uma inserção internacional de forma subalterna. Embora houvesse o “milagre econômico”, a geopolítica internacional e os choques ocasionados pela crise do petróleo na década de 1970 demonstravam a fragilidade de um crescimento econômico baseado no capital externo. Essas fragilidades não conseguiram esconder as fraturas no sistema, implicando em novas tensões na luta de classes brasileira e o surgimento de movimentos populares, dentre eles, o movimento sanitário.

Nesse período se torna importante salientarmos que na França ocorria o maio de 1968 que representou muito além do que um movimento associado à contracultura, impactando sobretudo na América latina. Em linhas gerais, esse movimento implicou uma “abertura de um ciclo internacional” de lutas e movimentos sociais, além de realizar uma crítica cultural embasada na crítica ao próprio capitalismo conforme Rojas nos explica:

Critica a disciplina e a exploração capitalista, a intervenção imperialista e colonialista, a burocracia sindical dos partidos socialistas e comunistas com seu aparelho stalinista. Portanto, não foi só estudantil, também foi operária, foram realizadas as maiores greves na Europa depois da segunda guerra mundial (Rojas 2018, p.01).

Emmanuel Barot (2018), professor de filosofia em *Toulouse II Le mirail*, França, tece considerações semelhantes a realizadas Rojas (2018) a respeito do maio de 68. Para esse filósofo o movimento foi representado pela unificação entre operários e estudantes contra o sistema de ordem vigente, não apenas no interior da França, mas internacionalmente. No Brasil, esse fato político teve uma repercussão sobre estudantes e operários conforme atesta Guilherme Kranz (2018) no artigo ***o 68 brasileiro: da explosão estudantil às greves operárias contra o regime político***. Para esse autor, a união entre operários e estudantes ao levantarem à bandeira contra a burocracia do PCB, a revolta contra a situação autocrática do regime militar,

foram faíscas que em meio a um palheiro, que serviram de inspiração para movimentos populares no Brasil compromissados com a perspectiva revolucionária. Contra a visão de uma classe trabalhadora e de estudantes acuados frente ao regime militar, ou presos à teia burocrática do PCB:

O ciclo de lutas estudantis foi uma verdadeira explosão de fúria e teve início com a morte do estudante secundarista Edson Luís, de 18 anos, após um protesto no centro do Rio de Janeiro contra as condições do restaurante universitário Calabouço. A indignação levou cerca de 60 mil pessoas às ruas da antiga capital federal, bem como outras milhares em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife. Em junho os estudantes da USP protagonizaram a ocupação da faculdade de filosofia que se estendeu até outubro, tendo seu fim com a conhecida batalha da Maria Antônia e a morte do estudante José Guimarães com um tiro disparado pelos grupos proto-fascistas da Mackenzie e da polícia em 2 de Outubro. Em julho o Rio de Janeiro foi invadido por uma onda de protestos após a prisão do estudante Von Der Weil, acarretando na maior batalha campal do ano, em 21 de Julho, conhecida como a 'sexta-feira sangrenta'. Neste dia, 10 camburões policiais foram incendiados, centenas de pessoas feridas e 28 pessoas mortas. A resposta nas ruas se deu 5 dias depois com a Passeata dos Cem Mil, fenômeno auge da mobilização estudantil e palco das famosas fotos de multidões exigindo "Abaixo a Ditadura, Povo no Poder" (Kranz, 2018, p. 59).

Os detalhes e atores sociais descritos pelo referido autor demonstra como o cenário da época possuía resistência. Ainda nesse mesmo ano, o regime invade a Universidade de Brasília, além de dissolver em outubro o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) prendendo um total de 800 estudantes, e como retaliação ao movimento operário-estudantil brasileiro, realizou a expulsão de 800 estudantes que ocupavam o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), além de promover o Ato Institucional Número Cinco (AI-5)<sup>84</sup>. Dessa forma, além de greves operárias, como a que ocorreu na cidade de Contagem no Estado de Minas Gerais com a adesão de 16 mil operários, esses eventos inspirados sob influência do maio de 1968 fincavam espaço contra a burocratização sindical e a conciliação de classes do PCB.

Em meio a esse processo, a situação da saúde pública brasileira apresentava debilidades que só a classe trabalhadora poderia resolver. A política de saúde dos anos 1970 foi impactada pela queda da "prosperidade" econômica do regime empre-

---

<sup>84</sup> Cf. Brasil, 1968.

sarial-militar, assim como, do declínio do padrão de acumulação capitalista baseada no intervencionismo estatal aliado à promoção de um Estado de bem-estar social no centro do capitalismo. Como contrapeso a esse limite, há ascensão do ideário Neoliberal e a chegada de líderes conservadores: Margareth Thatcher (Inglaterra) em 1979 e Ronald Reagan (Estados Unidos) em 1980.

Não apenas o Brasil, mas a América latina de uma forma geral passa a ser alvo das Agências Internacionais a exemplo da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) que identificou no subcontinente a reduzida cobertura assistencial e a presença de doenças típicas de áreas subdesenvolvidas: verminoses e enfermidades transmissíveis por veiculação hídrica devido à ausência de saneamento básico. Esse diagnóstico marcou a presença do ideário do planejamento nas ações de saúde através da fixação de metas e objetivos e utilização racional dos recursos, além da criação de unidades epidemiológicas com uso de recursos estatísticos.

Esse período demarca, por exemplo, a influência da produção intelectual do médico argentino Mario Testa<sup>85</sup> a frente da Opas. A influência dessa instituição sobre a América Latina orientou ações no campo institucional, ancorada nas experiências chinesa e cubana. Nesse âmbito, o pensamento sanitário brasileiro começa a abrir espaço para uma reflexão mais aprofundada sobre a perspectiva de uma saúde integral, vinculada à estrutura social e à própria relação social de produção vigente. Com a conferência de Alma-Ata em 1977 novas influências sanitárias foram incorporadas, o estabelecimento de metas de saúde para todo o mundo, além da focalização na Atenção Primária à Saúde (APS) como política estratégica de promoção à saúde eram traços dessa influência.

Segundo Giovanella e Mendonça (2012), a conferência de Alma-Ata surgiu pelo questionamento em relação às medidas de intervenção vertical e pelo modelo médico hegemônico pautado na especialização adotado pela OMS na intervenção de problemas de saúde dos países subdesenvolvidos. Esses debates chegam ao Brasil em um momento de crise de hegemonia do regime empresarial-militar confor-

---

<sup>85</sup> **Mario Testa:** sanitarista argentino. Ao longo de sua extensa carreira, participou de importantes experiências de instituições de saúde e universitárias na América Latina. Entre eles, destaca-se o desenvolvimento do método CENDES-OPS e a intervenção da Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires em 1973, quando funcionou o Instituto de Medicina do Trabalho. Junto a isso, produziu trabalhos nas áreas de planejamento e saúde coletiva amplamente reconhecidos como Pensar em Saúde, Pensamento Estratégico e Lógica de Programação e Saber sobre Saúde. <http://isco.unla.edu.ar/fondo-mario-testa>. Acesso em: 14 jan. 2022. Cf. Para mais informações sobre esse autor cf. Giovanella, 1990.

me interpretação do cientista político Sallum Jr (2015), o crescimento da oposição ao regime, a realização de eleições regulares para o senado e a revogação do AI-5 em 1978 no governo de Ernesto Geisel, e fim do bipartidarismo como sistema político eram sinais de uma nova conjuntura que se estabelecia.

No campo da esquerda, mais especificamente em 1975, o cientista político baiano Carlos Nelson Coutinho (1943–2012) realizava em plano teórico um debate com o PCB, apesar de fazer parte desse partido durante os anos de 1961 até 1982 (Dantas, 2018). Com o PCB em crise desde o ano de 1964 frente à ascensão do regime empresarial-militar, muitos de seus quadros foram exilados e perseguidos, o que fazia da questão democrática um ponto de inflexão política na conjuntura do período.

Em meio à lei de anistia promulgada em 1979, ainda no governo de João Batista Figueiredo<sup>86</sup> —, há o retorno de lideranças políticas do PCB, como Giocondo Dias<sup>87</sup> provocando a saída Carlos Prestes do partido, assim como, da ala eurocomunista na qual Carlos Nelson Coutinho era integrante. No ano de 1979 o cientista político baiano lança um conhecido ensaio intitulado: ***Democracia como valor universal*** que se torna essencial para entendermos a ação estratégica do movimento sanitário brasileiro. Nesse ensaio, ao tecer considerações acerca da democracia como um valor universal, Coutinho (1979) promove uma reflexão em torno da rejeição entre os marxistas ocidentais sobre o modelo soviético de revolução. Ao entender que a universalização da democracia não estaria reduzida a determinada região e muito menos poderia ser visualizada como mero artifício teórico, esse autor retoma o Eurocomunismo como uma vertente teórica e política, por entender que se tratava de um “modo dialeticamente novo” de conceber a relação entre socialismo e democracia.

---

<sup>86</sup> **João Batista de Oliveira Figueiredo(1918–1999)**: militar brasileiro, exerceu a função de “presidente” do Brasil de 1979 a 1985. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em: 14 jan. 2022.

<sup>87</sup> **Giocondo Gerbasi Alves Dias (1913–1987)**: militar brasileiro, alistou-se no Exército em 1932, em Recife. Combatente da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso, promovido a 1º Cabo, aprovado no curso de sargento, 1932; instrutor de Educação Física do Exército, 1933; liderou o levante comunista de 1935, que começou em Natal, quando o 21º BC tomou a cidade. Ficou preso mais de 1 ano, foi anistiado em 1937 quando entrou na clandestinidade até 1945, foi secretário político do partido condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 6 anos. Exilou-se na França, e residiu na Rússia por quinze anos. Lutou pela legalização do PCB e integrou o Grupo Baiano do PCB, voltou ao Brasil em 1979, quando foi eleito secretário-geral do partido. Cf <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/5000229>. Acesso em; 14 jan. 2022.

Conforme sua leitura, ao tecer um diálogo junto a pensadores clássicos do marxismo, como o próprio Lênin a respeito do valor da democracia para a teoria marxista, considerará em sua reflexão a democracia como um valor quase que cristalizado, fazendo uma operação teórica em que busca interligar a interpretação que Marx esboça sobre a arte em Homero:

[...] para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade, Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica (Coutinho, 1979, p. 36).

Essa argumentação de Carlos Nelson Coutinho serviria de aporte teórico para o entendimento de que numa sociedade socialista continuaria a existir divergências políticas, o processo de extinção das classes sociais representaria unidade e não homogeneização dos elementos políticos e ideológicos. Os mais variados sujeitos políticos, os movimentos de massa, a formação da hegemonia pelo consenso continuaria a ter valor no socialismo. A democracia assumiria então, para esse cientista político, um valor estratégico permanente, tendo em vista que seria condição para a conformação de uma nova sociedade sem necessariamente haver a destruição do aparelho estatal:

A concepção segundo a qual a velha máquina estatal deve ser destruída para que se possa implantar a nova sociedade — uma metáfora que é muitas vezes entendida em sentido demasiadamente literal — quer indicar precisamente que a democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica. [...] Refiro-me aos mecanismos de representação direta das massas populares (partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc.), mecanismos através dos quais essas massas populares — e em particular a classe operária — se organizam de baixo para cima e constituem aquilo que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos (Coutinho, 1979, p. 37).

Por essa interpretação, próprio capitalismo induz a uma socialização da política, tal processo deveria também representar a própria socialização do governo e da vida social. O socialismo seria a junção democrática entre a socialização dos meios



de governar com a socialização dos meios de produção. Como antítese a uma democracia burguesa, a democracia socialista seria de massas sob hegemonia dos trabalhadores. Ao trazer essa reflexão para o Brasil, Carlos Nelson Coutinho sintetizará a importância da democracia demonstrando que para além da tarefa de destruição do regime militar naquela época, há a necessidade de superação da tendência autoritária do Brasil de realização de mudanças de “cima para baixo”, ou, como o autor gosta de denominar da via prussiana na promoção de transformações políticas, econômicas e sociais:

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (Coutinho, 1979, p. 41).

A forma encontrada pelo intelectual baiano seria então a luta pela inversão dessa lógica mediante uma renovação democrática a ser realizada pela construção, conservação e elevação em um nível superior das conquistas liberais burguesas. Essa estratégia estaria fundamentada na base de formação da socialização da política e aprofundamento da democracia pela via da ampliação, organização e articulação de sujeitos políticos coletivos na conformação de um bloco democrático popular. Em uma leitura particular do marxista sardo Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho incorpora a estratégia de conquista gradual de posições firmes na sociedade civil ou dita de outra forma, através do método da guerra de posições, para ser possível evitar a tentativa de golpe por setores da esquerda. A democracia como valor universal deveria ser mantida para que as regras do jogo democrático pudessem dar a classe trabalhadora condições de através do ganho de posições, implantar de baixo para cima a hegemonia proletária e conseqüentemente, o socialismo.

Tais ideias lançadas por Carlos Nelson Coutinho foram o combustível para a conformação de uma Estratégia Democrática Popular liderada pelo PT na década de

1980. Na sua origem, essa estratégia possuía alguns diagnósticos a respeito da política brasileira:

[...] a aliança estratégica com a burguesia está descartada, seja porque a revolução burguesa no Brasil já se realizou, seja porque não existe uma burguesia nacional empenhada na luta contra o imperialismo e o latifúndio — é por isso, inclusive, que a estratégia não se diz *nacional e sim popular*, a luta não se cumpria em etapas: as tarefas democrático-populares já constituem parte do movimento, embora gradual, em direção ao socialismo; por fim, o Estado assume o centro da estratégia, como elemento que, embora reconhecidamente de classe, pode acelerar o processo de *acúmulo de forças* no sentido do socialismo (Dantas, 2018, p. 132).

Esse elemento teórico abriu espaço para que o Movimento Sanitário Brasileiro (MSB) promovesse os primeiros ensaios sobre a estratégia que deveria ser utilizada para contrapor o modelo hegemônico de política de saúde pautado no modelo privatista e hospitalocêntrico. Ao passo que tais formulações eram realizadas no campo da esquerda brasileira, a ditadura militar criava em 1975 o Sistema Nacional de Saúde, como uma forma de centralizar as ações em saúde em um único órgão. Com base em Teixeira e Paiva (2018) é possível perceber que a direção dos serviços de saúde ficaria sob a tutela do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) — criado em 1974 —, institucionalmente, essa ação fortaleceu a clivagem entre uma saúde pública e a medicina previdenciária assistencial. Contudo, a necessidade de quadros técnicos no campo da saúde foi um elemento chave para que profissionais ligados à ideia de construção de um movimento de reforma adentrassem nas estruturas estatais.

A perspectiva de Introjeção desses quadros, juntamente com a criação de coletivos orgânicos, a exemplo da criação em 1976 do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletivas (Abrasco) em 1979, entidade que assumiu a organização dos programas de pós-graduação nos campos da saúde pública, da Medicina Social e da Saúde Coletiva forneciam bases teóricas para a realização dessa reforma no campo da saúde brasileira:

[...] essas instituições cumpriram o papel essencial na formação de uma identidade entre os diversos segmentos atuantes no projeto de saúde coletiva. Tal como concebido pela Abrasco e pelo Cebes, este é um campo que pode ser visto, a um só tempo, como um espaço de

produção de saber e do exercício de práticas democráticas em saúde. Foi aí, num ambiente marcado pela diversidade de saberes e disciplinas, abordagens e perspectivas, que uma parte significativa do Movimento Sanitário viu nascer e florescer algumas das mais vigorosas críticas às ultrapassadas formas de organização do setor da saúde no país (Teixeira; Paiva, 2018, p. 443).

É essa conjugação entre florescimento de um movimento sanitário, com as ideias de uma Estratégia Democrática Popular que o alcance de posições por dentro do Estado com a luta de base aprofundaria e radicalizaria a democracia, incompatível nessa leitura, com o movimento do capital em um país dependente como o Brasil. O próprio processo de abertura política dentro da ordem no governo de João Batista Figueiredo com a revogação do AI-5 em 1978, e a própria lei de Anistia em 1979 sinalizavam uma recomposição classista no Brasil, e perda da direção política do regime militar. O crescimento da dívida externa e o aumento das taxas de juros entre 1973 e 1979 deixou o Brasil preso aos credores externos, necessitando que o regime recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Teixeira; Paiva, 2018).

No ano de 1979 ocorre em Brasília a VII Conferência Nacional de Saúde com o tema central da ***Extensão das Ações de Saúde através dos Serviços Básicos***. É nesse íterim que há a junção dos interesses dos sanitaristas, assim como do governo, tendo em vista que esse passava a adotar a defesa da APS mediante recomendação da Opas. Em meio a esses processos a pressão popular e também de setores da burguesia insatisfeitos com a condução do aparelho estatal influenciam na promoção do movimento de diretas já entre 1983 e 1984 como a reivindicação à abertura de votação direta para a escolha do presidente da república. Essa insatisfação se materializou no campo da saúde através da denúncia em torno da estrutura precária da saúde pública, a luta por melhores condições de vida e por melhores serviços de saúde. Essas demandas tiveram como um dos principais representantes o Movimento Popular pela Saúde (MOPs), que tem seu surgimento associado aos militantes da igreja católica e de organizações de esquerda (Aguiar, 2011).

Ademais, a lógica de ocupação por dentro do Estado de posições prefigurava em grande medida as correntes hegemônicas do MSB, isso se expressa na ocupação no Ministério da Previdência e Assistência Social de cargos por intelectuais associados a essa reforma. Esses profissionais, uma vez que estavam nas estruturas do Estado brasileiro, passaram a colocar como opção para a crise do sistema de

saúde brasileiro a alternativa do aumento de gastos na saúde pública (Teixeira; Paiva, 2018).

Em conjunto ao processo de retomada democrática dentro da ordem burguesa, e em meio à última eleição indireta para presidente, o qual elegeu Tancredo Neves (1910–1985) pelo MDB em 1985, impossibilitado de assumir cargo devido ao fato que falecera nesse mesmo ano, toma posse o então vice-presidente José Sarney também pelo MDB. De forma conjunta ao processo de “redemocratização” em 1986 ocorre a 8ª conferência nacional de Saúde o qual aprovou algumas reivindicações do MSB a exemplo do fortalecimento da participação estatal na saúde, extensão da cobertura a todos os cidadãos e integração da medicina previdenciária à saúde pública por meio de um sistema unificado pautado na descentralização e hierarquização (Teixeira; Paiva, 2018).

### **3.1.3 Criação do SUS: a universalização da saúde em questão**

A ocupação de posições no aparelho estatal com vistas à sua transformação figurou de fato como um dos elementos estratégicos não apenas do movimento sanitário, mas do próprio PT. Enxergamos tal concepção como caudatária da ideia de democracia como valor universal trabalhada por Carlos Nelson Coutinho na década de 1970. Embora o movimento sanitário brasileiro não seja um bloco homogêneo, é importante visualizarmos as ações concretas, ou, pelo menos a posição de maior destaque que efetivamente materializou as premissas da concentração do SUS como um sistema universal. Nesse sentido, consideramos que a construção de um sistema da envergadura do SUS representou conquistas para a classe trabalhadora, com isso, não excluimos seus limites, que na pandemia da Covid-19 se elevaram, seja por ações políticas do próprio governo Bolsonaro, ou pelas debilidades crônicas que o sistema comporta.

Em termos de construção das bases do sistema, a leitura que André Dantas (2018) faz nos ajuda a entender que no processo de reforma sanitária houve intelectuais que possuíam posições radicais quanto ao lugar da saúde em um projeto de sociedade emancipatória que lograsse ao ser humano, conforme Marx postulava, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, em outros casos, enxergamos um determinado viés reformista e perda do ideário revolucionário pelo uso da democra-

cia como valor universal a ser perseguido no horizonte como podemos observar na síntese a seguir:

**Quadro 8** - Posições dos principais intelectuais do movimento da Reform Sanitária

Intelectual	Principais pontos acerca da reforma sanitária
Jaime de Oliveira	Defende a partir de 1968 que a reforma sanitária era um projeto político baseado na luta pela democratização do Estado brasileiro. A formação do SUS marcaria a ruptura com o regime militar.
Gastão Wagner	Enxergou elementos de continuidade na organização institucional da saúde brasileira entre o final do período militar e a efetivação da reforma sanitária brasileira. Segundo sua visão as transformações vivenciadas na saúde mantiveram os mesmos padrões de produção e de serviços de saúde sob novas bases. A reforma sanitária seria então, fruto de iniciativas de uma elite intelectual identificada com o ideário progressista que assumiram posições estratégicas no aparelho estatal.
Jairnilson Paim	Diferencia a reforma sanitária do SUS, defende a noção e que a reforma possui diversos níveis que devem ser analisadas especificamente. Avalia que o movimento não conseguiu transformar a sociedade, mas serviu como marco para a difusão da noção do direito à saúde.
Sônia Maria Fleury Teixeira	Faz um balanço entre o instituinte e o instituído, defendendo a ideia na qual a reforma não foi capaz de construir um novo patamar civilizatório. A reforma sanitária seria então, um projeto inconcluso, sendo necessário portanto, a sua retomada.
Sarah Escorel	Visualiza o movimento como nascente da intelectualidade universitária brasileira, especificamente dos departamentos de medicina preventiva e social nas universidades, escolas de saúde pública, programas de pós-graduação em saúde comunitária e no movimento estudantil dos cursos de medicina
Sílvia Gerschman	A reforma sanitária seria um evento decorrente da transição democrática, estando limitada as limitações conjunturais da época, o que teria derivado o seu caráter inconcluso.

**Fonte:** Paiva e Teixeira (2018). Elaboração própria.

De modo geral, esses intelectuais são uníssonos quanto à ideia de que a reforma sanitária pode ser avaliada como uma conquista democrática quando comparada a trajetória de iniquidades no Brasil. Contudo, se o SUS serve muitas vezes como sinônimo de reforma sanitária, tal conjugação expressa falência de um projeto de maior envergadura e implica na atrofia do movimento quanto ao abandono de uma perspectiva revolucionária (Dantas, 2018).

Como assevera o sanitarista Jairnilson Paim (2012), os elementos da reforma sanitários brasileiros expressos na 8ª Conferência Nacional de saúde (CNS) verbalizavam a ideia de uma mudança para além de uma reforma administrativa e financeiri-

ra. Ao passo que instituições coletivas como a Fiocruz procuravam pulverizar essas ideias, o governo através da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS)<sup>88</sup>, buscava burocratizar o movimento sanitário, entendendo que o necessário para a saúde pública brasileira seria apenas uma mudança pela via institucionalista com a criação de um grande sistema de saúde.

De acordo com Jairnilson Paim (2012), como contraponto a essa reforma “burocratizada” o então presidente da 8ª CNS Sérgio Arouca<sup>89</sup> (1941–2003) apontava a noção de totalidade da reforma sanitária, dividida didaticamente em quatro principais núcleos: I) uma primeira dimensão específica que tinha como foco a própria dinâmica entre o processo de saúde/doença expressos em indicadores sanitários; II) uma segunda dimensão institucional associado ao conjunto de quadros coletivos — públicos, privados e filantrópicos — que atuam no setor da saúde; III) a terceira dimensão de fundo ideológico a qual comporta o corpo de ideias em torno de uma dada situação sanitária, e por último, IV) a dimensão das relações, que englobaria as próprias relações sociais de produção como elementos influenciadores do fenômeno saúde/doença.

Essas dimensões representaram a necessidade de a reforma sanitária brasileira ser pensada de forma total e articulada, de modo a correlacionar “questão sanitária expressa nas condições de saúde, ao sistema de saúde, à ideologia e à estrutura econômica da sociedade” (Paim, 2012, p. 13). Desse modo, discutir sobre um sistema de saúde só faria sentido numa totalidade, não desvinculado das relações sociais de produção e do próprio questionamento quanto aos limites impostos pelo capitalismo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e subjetivas do ser humano.

Entretanto, em que pese essas dimensões do processo de reforma sanitária no Brasil, com a chegada da década de 1990 e as políticas neoliberais inspiradas pela influência das contrarreformas estatais como via para o processo de adequação ao processo de globalização e internacionalização do capital, o próprio movimento sanitário passa a enfrentar os desafios de um Estado que se modifica via institucionalização “democrática”. Nesse panorama, o diagnóstico entre a viabilidade de uma saúde pública como parte do socialismo passa a dar lugar ao âmbito tático de ocu-

---

<sup>88</sup> Cf. <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/comissao-nacional-de-reforma-sanitaria>. Acesso em: 17 jul. 2019.

<sup>89</sup> Cf. <https://portal.fiocruz.br/sergio-arouca>. Acesso em: 17 jul. 2019.

pação do Estado, ou seja, perde-se de vista a estratégia revolucionária e adota-se como tática a ocupação de posições no interior do Estado (Paim, 2012).

Esse estreitamente e perda da noção do SUS como parte de um projeto socialista minou as próprias bases desse sistema como veremos adiante. Desde então, o SUS passa a conviver com um sistema privado de saúde que, apesar de ser considerado de caráter suplementar, apresenta grau de autonomia dentro dos mais variados governos desde a década de 1990. Fatores como a constante luta pelo financiamento da saúde pública também provam o grau de perda tática e a cooptação da reforma sanitária pela ideia de democracia como valor universal.

De acordo com Dantas (2018), o que ocorreu foi justamente essa perda do ideário revolucionário no movimento sanitário e a focalização eminente na esfera das reformas institucionalistas por dentro do Estado na esperança que a burguesia “respeitasse” o jogo democrático. O fato é que, institucionalmente mesmo com as divergências internas do movimento sanitário, o direito à saúde foi inscrito na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988, p.58).

Embora legalmente tivéssemos essa “garantia” do Estado, Jairnilson Paim reflete sobre o momento pós-constituição, especialmente com as gestões do PSDB e PT e sua relação com o projeto de reforma sanitária:

Nessa conjuntura pós-88, as políticas econômicas e sociais implementadas pelos governos tiveram uma direcionalidade distinta da RSB, inspiradas no neoliberalismo ou no social-liberalismo. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que exerceu a Presidência da República por oito anos, esteve longe de se comprometer e implementar até mesmo aqueles princípios e diretrizes da RSB de caráter social-democrata. O mesmo ocorreu com o Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 – 2010, quando não assegurou a estabilidade do financiamento da saúde nem investiu na elevação da consciência sanitária da população (Paim, 2012, p. 22).

Esses elementos sublinham o que seria o desenho do SUS como uma política “possível” colocando para o campo da utopia as intenções revolucionárias no Brasil.



Passa-se a disputar espaço no campo da institucionalidade burguesa por meio de coletivos representativos: Conselhos gestores, os quais seriam em tese, espaços de representatividade da sociedade civil para o debate dos problemas da saúde pública brasileira.

Em entrevista concedida à Revista Radis: comunicação em saúde, o sanitarista Sérgio Arouca demonstra esses avanços dentro do campo da institucionalidade:

Conquistamos a universalização na saúde (o princípio constitucional que estabelece que todo brasileiro tem direito à saúde), definindo com clareza o dever do Estado e a função complementar da saúde privada. Conseguimos estabelecer que a saúde deve ser planejada com base nas Conferências e conseguimos formalizar os Conselhos de Saúde como parte do SUS, tendo 50% de usuários. O último passo desse movimento pela Reforma Sanitária foi à formação da Comissão Nacional da Reforma Sanitária, que transformou o texto da Constituinte na Lei Orgânica 8.080. Dessa forma, todas as propostas reformistas de esquerda viraram lei e isso acabou possibilitando a aprovação de outros projetos da esquerda.<sup>90</sup>

A própria noção de uma estratégica democrática popular no campo da institucionalidade burguesa a nosso ver influenciou para o SUS ser criado dessa forma, havendo assim uma espécie de substituição entre tática e estratégia como já afirmamos em momento anterior, ou seja, o SUS passou a ser para a reforma sanitária um produto final e não um elemento de uma mudança mais geral na sociedade brasileira, por isso, que a convivência híbrida com o setor privado é parte constituinte e orgânica da saúde no Brasil, tendo em vista que não podemos afirmar que exista no Brasil desapropriação da propriedade privada, sobretudo na saúde. Devido a esse contexto mais amplo, ainda na década de 1990, inúmeras normas e leis são criadas como uma forma de normatizar a saúde pública brasileira por dispositivos legais, sobretudo no primeiro governo de FHC, tendo à frente do MS o economista José Serra:

Nos últimos anos de gestão do José Serra, foram emitidos oito atos normativos por dia. Houve secretarias de Saúde que contrataram assessores para ler e interpretar esses atos, pois não davam conta de seguir essa fúria regulatória, que trata o Amazonas como o Rio Grande do Sul, a Saúde da Família igual para todos, assim como o repasse de recursos. Passamos a ter a regulação como ênfase, com

---

<sup>90</sup> Entrevista: Sérgio Arouca. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, v. 1, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200010>. Acesso em: 10 jan. 2022.

bons ou maus regulamentos. A Noas, por exemplo, é um bom instrumento de regulação que preenche a lacuna de esvaziamento do papel do nível estadual. Quando se perde o papel dos Estados, se perde a possibilidade de planejamento regional. A Noas retoma o papel da municipalização, mas dá ênfase à questão da regionalização. A lacuna que ainda resta é que o conceito da Reforma Sanitária foi abandonado. Essa é minha briga atual. Nós temos que retomar o conceito da Reforma Sanitária, para retomar políticas dentro do sistema sem burocratizá-lo. Ele já foi burocratizado o suficiente.<sup>91</sup>

Abaixo é possível observar algumas das principais normas que desenharam o Sistema único de Saúde brasileiro:

**Quadro 9** - principais elementos normativos do SUS

Dispositivo	Presidente da República	Ministro da saúde	Especificação
Lei 8.080/1990	Fernando Collor Partido da Reconstrução Nacional (PRN)	Alceni Guerra	Lei orgânica da saúde. Estabelece diretrizes e fundamentos do SUS. Insere a organização, direção e controle do SUS em âmbito da União, Estados e Municípios.
Lei nº 8.142/1990			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde
Norma Operacional Básica n.º 91			Fornecer instruções aos responsáveis pela implantação a operacionalização do Sistema Único de Saúde
Norma Operacional Básica n.º 93	Itamar Franco Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Jamil Haddad	Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde
Norma Operacional Básica n.º 96	Fernando Henrique Cardoso Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Adib Jatene	Consolida a função de gestão da Atenção Básica nos municípios e Distrito Federal por meio da redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS.
Norma Operacional da Assistência à Saúde (NO-		José Serra	Insere diretrizes para o avanço do processo de descentralização em saúde, com base na regionalização, visando garantir o acesso de todos os cidadãos brasileiros a ações de saúde resolutivas e de boa qualidade

<sup>91</sup>Cf. Entrevista: Sérgio Arouca. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, v. 1, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200010>. Acesso em: 10 jan. 2022.

AS)			em todos os níveis de atenção.
Pacto pela saúde - Portaria GM/MS nº 399, de 22 de Fevereiro de 2006	Luiz Inácio Lula da Silva Partido dos Trabalhadores (PT)	José Agenor Álvares da Silva	Reformas institucionais no SUS para a União, Estados e Municípios. Promove inovações nos processos e instrumentos de gestão para uma maior eficiência e qualidade dos serviços e ações em saúde. Composto pelo Pacto pela vida, pacto em defesa do SUS e pacto de gestão.
Decreto 7.508/11	Dilma Rousseff (PT)	Alexandre Padilha	Regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

**Fonte:** Elaboração própria.

Observamos que através da lei 8.080/1990 o SUS é organizado institucionalmente. Essa lei é caracterizada como a lei orgânica da saúde, e nela está contida a ideia da saúde como direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Na lei também estão os objetivos do SUS, princípios, diretrizes, direção, organização, gestão do sistema e especificações das funções da União, Estados e Municípios. Ainda em 1990, através da lei n.º 8.142/1990, é institucionalizado a criação de instâncias colegiadas para participação da comunidade na gestão do SUS: Conferência Nacional de Saúde e os Conselhos de Saúde são criados no intuito de permitir uma gestão mais “democrática” do sistema. Segundo essa lei, a conferência de saúde acontece a cada quatro anos para avaliar e propor encaminhamentos sobre a formulação de políticas de saúde. Os conselhos de saúde são órgãos que atuam no controle da política de saúde na União, Estados e Municípios. Convém destacar que essa lei também deliberou sobre a formação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

Em 1991 com a Norma Operacional Básica n.º 91 o SUS passa a ter diretrizes relacionadas ao funcionamento da cobertura ambulatorial, estabelecimento da criação dos fundos de saúde para Estados e Municípios, requisitos básicos para as transferências automáticas e diretas de recursos de custeio para os Municípios, bem como deliberações a respeito de consórcios intermunicipais em saúde. Embora, seja no ano de 1993 através da Norma Operacional Básica n.º 93, que há o processo de descentralização das ações e serviços de saúde. A descentralização é entendida

como a redistribuição de poder e redefinição de papéis no estabelecimento de novas relações entre as três esferas de governo.

Esse processo de descentralização envolve dimensões políticas, sociais e culturais e sua efetivação pressupõe a pactuação entre os atores que vão constituir a base de legitimação das decisões. Dessa forma, a descentralização é a completa reformulação do modelo assistencial por caracterizar os municípios como atores importantes na gestão do sistema (Ministério da Saúde, 1993; Aguiar, 2011). Conforme o economista Geraldo Medeiros Júnior (1999) a descentralização no SUS representou um novo passo para a gestão do sistema por aproximar essa gestão da responsabilidade municipal, empenhada diretamente na prestação dos serviços de saúde. Para Raphaela Karla Solha (2014) a descentralização é uma estratégia de redistribuição de responsabilidades, proporcionando mais autonomia aos municípios que, por sua vez, apresentam contato direto com os usuários dos serviços públicos de saúde.

Embora a descentralização seja um elemento que, no desenho institucional do SUS materializa essa proximidade entre comunidade e problemas concretos de saúde, isso não implica na ausência do ente federal, como observaremos no caso da Covid-19 mediante os conflitos entre o governo Bolsonaro, governadores e prefeitos. Especificamente em casos de pandemia, o ente federal apresenta função preponderante na condução da crise sanitária. Os entes municipais, na lógica da descentralização, possuem responsabilidade que devem ser planejadas e organizadas de modo a conferir mais resolubilidade aos problemas de saúde da população (Aguiar, 2011). A esfera federal encarrega-se de normatizar e coordenar o sistema em âmbito nacional, desenvolvendo ações com participação dos Estados e Municípios.

Deste modo, institucionalmente, consideramos ser apenas no ano de 1996 que a descentralização se consolida através da Norma Operacional Básica n.º 96 com destaque para a atuação dos municípios. Segundo o Ministério da Saúde (1996), o município é o responsável imediato pelo atendimento das necessidades e demandas de saúde da população e das exigências de intervenções em seu território. Essa mesma norma estabeleceu o conceito de gerência e gestão do sistema municipal de saúde, por entender que a gerência seria a administração de uma unidade ou órgão de saúde (ambulatório, hospital, instituto, fundação etc.) que se ca-

racteriza como prEstador de serviços ao Sistema. A gestão seria mais ampla que a gerência por ser caracterizada como a atividade de dirigir um sistema de saúde (Municipal, Estadual ou Federal) mediante o exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Ainda conforme esta norma, haveria especificações para cada nível de gestão: Federal, Estadual e Municipal, devendo ser trabalhadas de forma articulada. Além desse elemento, os municípios podem habilitar-se em duas categorias de gestão: a) gestão plena da Atenção Básica e b) gestão plena do sistema municipal.

Na gestão plena da Atenção Básica o município responsabiliza-se por elaborar a programação de serviços básicos; gerenciar unidades ambulatoriais próprias; reorganizar unidades sob gestão pública; prestar serviços relacionados à Política de Atenção Básica; realizar a contratação e o controle de prEstadores de serviços contidos na Atenção Básica; avaliar o impacto das ações de saúde sobre as condições de saúde da população e elaborar o Relatório Anual de Gestão. (Ministério da Saúde, 2003).

É a partir dessa norma que há um esforço na consolidação da Atenção Básica através da saúde na família como eixo estruturante do SUS (Medeiros Júnior, 2017). Contudo, devido ao aumento da densidade demográfica no território brasileiro e a complexificação dos problemas de saúde numa lógica intra e inter-regional fizeram com que o MS no ano de 2001 emitisse a Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-2001) no objetivo de trabalhar sobre a questão da regionalização em saúde como parte constituinte da gestão do SUS. Para o Ministério da Saúde (2001) a regionalização torna-se parte importante para a promoção da saúde, tendo em vista que a organização e prestação dos serviços de saúde passam transpor limites territoriais e administrativos.

Com a mudança de governo em 2002 alguns elementos administrativos são modificados. Chamamos atenção para o Pacto pela vida lançado em 2006, cujo objetivo seria promover invocações em processos e instrumentos de gestão para uma maior eficiência do sistema. Consideramos que a intenção do governo com esse pacto era encarar o SUS como uma política estatal, superior a projetos políticos partidários. Numa lógica neodesenvolvimentista o Estado expressaria a gestão na saúde a longo prazo através do planejamento. Passados cinco anos, em 2011, já na administração da presidente Dilma Rousseff, o governo emite o decreto n.º

7.508/2011 para regulamentação da lei orgânica de saúde. Esse decreto reafirma a importância de premissas como: contrato organizativo da ação pública da saúde; portas de entrada ao sistema de saúde e comissões Intergestores.

Todavia, com o golpe sofrido pela Ex-Presidente Dilma Rousseff em 2016, e a entrada em cena do Governo Temer com sua ponta para o futuro do capital, o grau de severidade e ataque sobre o SUS toma outro contorno. Se nos governos do PSDB e do PT o subfinanciamento foi uma constante, com Temer, a Emenda Constitucional n.º 95/2016 sedimenta uma lógica de desfinanciamento por congelar os gastos primários por 20 anos. Com o governo Bolsonaro, a ofensiva recai nos espaços de acumulação no qual o capital enxerga oportunidade, além de aprofundar a lógica gerencialista no SUS com o programa Previne Brasil, que institui um novo modelo de financiamento pela Portaria n.º 2.979, de 12 de novembro de 2019, tendo à frente o Ex-ministro da saúde Henrique Mandetta.

De modo geral, o que queremos pontuar a partir da exemplificação dessas normas e leis é o fato de que a luta da reforma sanitária acabou enveredando por uma lógica institucionalista. A lógica de ação partiu do diagnóstico que, uma vez vencida a ditadura militar, a democracia deveria ser um bem universal a ser preservado a todo custo, o que abriu margem para o ganho de posições por dentro do Estado para a implementação de dispositivos jurídicos que garantissem direitos e organizasse o SUS tal como o conhecemos.

Todavia, se nos atentarmos para as leituras realizadas pelo próprio Marx e Engels através do Manifesto do Partido Comunista, ou pelos escritos de Lênin (2007) — **Estado e revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução** — Ou via Rosa Luxemburgo (2016) — **Reforma ou revolução** —, veremos que a aposta no aprofundamento da democracia burguesa e na promoção de reformas por dentro do Estado burguês historicamente é um processo natimorto.

Em que pese às normas, diretrizes e funções, um aprofundamento estratégico no sentido de pautar o SUS num modelo de sociedade que não se balize pela mercadorização da vida, em nossa interpretação é uma pauta atual. Além disso, como veremos nos tópicos a seguir, a própria forma como o processo saúde-doença foi administrado na formação econômico-social brasileira lança luz à essa reflexão, de uma saúde para além da comodificação da vida. Por esse motivo, averiguamos a

seguir as principais experiências no trato com doenças de potencial pandêmico no Brasil, para assim, encontrarmos um fio condutor para a crise sanitária que vivenciamos com a pandemia da Covid-19.

### 3.2 Triste trópico: experiências de enfrentamento às patologias

O clima tropical e a abundância de biomas e a dimensão continental do Brasil dão destaque ao país. Desde o processo de invasão europeia, o território brasileiro foi povoado por patologias desconhecidas dos povos autóctones. O processo de escravização do continente africano e o fluxo comercial de escravos trazidos ao Brasil em condições subumanas faziam com que doenças fossem disseminadas, o que nos faz lembrar um trecho do poema Castro Alves<sup>92</sup> *Navio Negroiro*:

[...] Negras mulheres, suspendendo às tetas Magras crianças, cujas bocas pretas. Rega o sangue das mães: Outras moças, mas nuas e espantadas, No turbilhão de espectros arrastadas, Em ânsia e mágoa vãs! E ri-se a orquestra irônica, estridente... E da ronda fantástica a serpente faz doudas espirais ... se o velho arqueja, se no chão resvala, ouvem-se gritos... o chicote estala. E voam mais e mais... Presa nos elos de uma só cadeia, A multidão faminta cambaleia, E chora e dança ali! Um de raiva delira, outro enlouquece, Outro, que martírios embrutece, Cantando, geme e ri! [...] (Alves, 2007, p. 13).

Não menos importante são as doenças que os povos autóctones tiveram que enfrentar, e que em muitos casos serviram de armas biológicas para o invasor se apossar do território. A gripe por exemplo, desconhecida desses povos, impeliu um verdadeiro genocídio. Do ponto de vista biológico os organismos dessas populações estavam descobertos para o vírus da influenza, que era importado pelos invasores europeus e postos em rota de circulação no território. Segundo a antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha na obra *História dos índios no Brasil* o morticínio aos quais os povos autóctones sofreram perpassa pela completa relação entre homens e microrganismos, impulsionados pela ganância e ambição europeia mediante o capital mercantilista que promoveu uma política de extermínio de centenas de milhares desses povos.

---

<sup>92</sup> **Castro Alves (Antônio Frederico) (1847–1871)**: Poeta brasileiro dedicado à produção temática de reflexões em torno da abolição da escravidão no Brasil. É considerado o poeta dos escravos.

No Brasil, além da gripe, esses povos morreram devido a agentes patogênicos como: varíola, sarampo, coqueluche, catapora, tifo e peste bubônica. Cabe salientar que tais doenças e microrganismos não encontraram um solo vazio sem conotação social e política, pelo contrário, elementos como a concentração das populações autóctones pelas missões cristãs numa densidade demográfica alta favoreceu a proliferação de epidemias. Um exemplo clássico disso é o fato de que por volta de 1562 o Sarampo e a Varíola promoveram a morte de milhares de povos autóctones tanto pelas doenças, quanto pela fome (Cunha, 1992).

O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1956) em texto clássico ***Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da população provocada por epidemias em grupos indígenas***, ao abordar a relação entre o adoecimento das populações autóctones faz um apanhado da forma como essa população adoecia, especialmente pela gripe:

Muito mais letais foram as formas graves de gripe, como aquela que, com o nome de *espanhola*, grassou por todo o país, a partir de 1918, fazendo vítimas em toda a população. Os relatórios do S.P.I. referente àquele período mostram claramente a marcha da epidemia que, começando pelos grupos vizinhos das grandes cidades prossegue com a mesma violência, até alcançar tribos arredias nos confins das regiões das regiões mais afastadas. Ainda em 1922, chegavam ao S.P.I. notícias de malocas inteiras dizimadas, na Amazônia, pela *espanhola* que as atingiria com cinco anos de atraso (Ribeiro, 1956, p. 6).

O contato desses povos com os europeus formou um complexo de doenças que, diante do desconhecimento dos patógenos, implicou em altos índices de letalidade, chegando a mais de 50% em muitos territórios. Juntamente com esses problemas, advinha a impossibilidade de manutenção das atividades agrícolas de subsistência, levando muitos desses povos à carência nutricional e ao óbito. Ao mesmo tempo em que milhares morriam devido a esse complexo de relações sociais, não podemos negar o fato de que, muitos dos territórios desses povos foram costumeiramente invadidos e tomados, inclusive com participação do Estado brasileiro, já no século XX, ocasionando assim, desequilíbrios no próprio modo de vida, na alimentação e na saúde dessas populações.

A lógica inerente à mercadorização e a inserção brasileira nos fluxos do capital internacional promoveram um holocausto colonial desde o início do século XV.



Um desenvolvimento sempre atrelado à acumulação, e uma inserção subalterna e dependente no capitalismo que colocava o território brasileiro, sua fauna, flora e biomas, a serviço da espoliação imperialista, o que tornava o Brasil, nos dizeres de Darcy Ribeiro, um moinho de moer gente (Ribeiro, 2015). A face de um capitalismo em terras tropicais toma assim um contorno deletério e de profunda exploração pautada no autoritarismo e em mudanças políticas, econômicas e sociais realizadas pelo alto, por frações burguesas associadas ao capital internacional.

Na conformação da formação econômico-social brasileira, os escravos oriundos do território africano vivenciaram profundas condições deletérias à vida. Se a própria noção de escravidão em si já demonstra a vinculação entre um corpo usado como mero meio de produção, isso implicava em muitos casos no descarte de vidas humanas usadas nos ciclos econômicos da agricultura extensiva e da cana-de-açúcar, no café e na extração de ouro. Segundo o estudo do historiador da saúde Benedito Barbosa (2016), por volta de meados do século XVII devido aos surtos de varíola na região amazônica que acometiam os povos autóctones, o fluxo comercial de escravos que aportaram no norte do território brasileiro também vinha acompanhado, não de forma unilateral, da disseminação da varíola, doença contagiosa que ocasionava sintomas semelhantes ao da gripe, com irritações na pele de todo o corpo que formam pústulas. As péssimas condições de travessia do Oceano Atlântico, juntamente com o contato de patógenos no território brasileiro era praticamente uma bomba relógio ao surto de doenças como a varíola.

O clássico livro de Octavio Freitas (1935) ***Doenças Africanas no Brasil*** relata que as terras brasileiras, sem a presença do invasor europeu, eram saudáveis, mesmo que isso não implicasse na desconsideração dos complexos patogênicos (Sorre, 1933) que existiam, ou seja, a relação entre povos autóctones, a fauna e a flora, isso não descartava patologias próprias, nem muito menos a proliferação de doenças ocasionadas por parasitas ou oriundas de insetos. Todavia, esse complexo é em certa medida clivado quando se insere organismos distintos à essa realidade, bem como a imbricação de culturas diferentes num mesmo território.

Devido à morte dos povos autóctones escravizados, muitos portugueses residentes da região norte, especialmente no que hoje conhecemos como o Estado do Pará, solicitavam à força de trabalho escrava africana da coroa portuguesa como uma forma de reparar as perdas econômicas. Como meras mercadorias, muitos afri-

canos foram enviados para regiões com surtos de varíola para auxiliar no reerguimento econômico e na geração de impostos para a coroa portuguesa (Barbosa, 2016).

O estudo de Kodama et al (2012) evidencia um surto de cólera, uma doença bacteriana transmitida pela ingestão de água contaminada, que tem como um dos principais sintomas a diarreia e a alta desidratação na província do Rio de Janeiro por volta do ano de 1855, no qual ser escravo ou ex-escravo implicava maior probabilidade de óbito devido as deletérias condições de vida. Apesar de haver uma certa interpretação sobre uma inserção da população livre em redes de solidariedade e interação social, e mesmo que o Cólera tenha afetado toda a população do Rio de Janeiro no período, é preciso destacar a correlação existente entre escravidão dos povos africanos e constituição do capitalismo, sendo o próprio período de comércio escravo uma condição para a acumulação de capital nas formações econômica-sociais centrais.

Tanto os povos autóctones quanto os africanos na condição de subalternos, despossuídos e seres descartáveis, na utilização realizada pelo colonizador como meios de produção, coloca a questão da relação saúde-doença no campo de disputa e de luta de classes. Sendo assim, não é demasiado imaginarmos que, do ponto de vista dessa luta, a própria forma como esses indivíduos adoeciam e chegavam ao óbito reverbera também a determinação social do processo saúde-doença nesse período. Ao olharmos algumas experiências e fatos históricos vinculados ao adoecimento e a saúde no Brasil, verificamos que esse traço é presente em nossa formação econômico-social, não sendo uma novidade trazida pelo Covid-19, embora as especificidades e os tempos históricos dos fenômenos sejam distintos.

### 3.2.1 Uma tonalidade para uma doença: a febre amarela em terras brasileiras

O primeiro caso que averiguaremos diz respeito à febre amarela, doença viral que segundo a Opas<sup>93</sup> é transmitida por mosquitos infectados. Seus sintomas mais comuns são: febre, dores musculares com dor na região lombar, dor de cabeça, perda de apetite, náusea ou vômito. Seus sintomas somem após três ou quatro dias de infecção, e um total de 15% a 25% dos infectados desenvolvem a condição mais grave da doença, que pode ocasionar óbito. Nesse quadro mais grave as pessoas ficam com a pele e os olhos amarelados, urina escura, dores abdominais com vômitos e sangramentos. Essa tonalidade amarela da pele e dos olhos deu origem ao nome da patologia. O vírus da febre-amarela (do gênero flavivírus) é transmitido especialmente por mosquitos das espécies *Haemagogus*, *Sabethes* e *Aedes*. Seu ciclo se inicia quando algum mosquito pica um macaco ou ser humano infectado. Por isso o mosquito é um vetor para essa transmissão.

Segundo a OPAS, anualmente há registros de mais de 200.000 casos da doença no mundo. Essa doença se concentra mais nas regiões tropicais, e na América Latina atinge países como Brasil, Colômbia, Peru, Paraguai, etc. Segundo a historiadora de ciências biomédicas Ilana Löwy no livro ***Vírus, Mosquitos e Modernidade: a febre Amarela no Brasil entre ciência e política***, as primeiras descrições do conjunto de sintomas clínicos denominados como febre-amarela datam de meados do século XVII. Esses relatos são originários da América Central, do Caribe, e mais especificamente em Cuba, bem como das cidades como Nova York em 1668 e em Boston por volta do ano de 1961:

Até o início do século XX, a febre amarela foi tida como um problema maior de saúde pública nos Estados Unidos, em particular — mas não exclusivamente — no sul do país. Nos países da África, da América Central e da América do Sul ela parecia estar presente de forma quase permanente. Epidemias enfeixadas sob a denominação ‘febre amarela’ atingiram também, ocasionalmente, os portos europeus (Ilana Löwy, 2006, p. 50).

Essa autora argumenta que apesar da descrição da doença na América, muitos pesquisadores se voltaram para a hipótese desenvolvida pela epidemiologista estadunidense Henry Rose Carter (1852–1925), na qual a doença teria origem no

---

<sup>93</sup> OPAS. Febre Amarela. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/node/40>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

continente africano, sendo exportada para as Américas devido ao comércio de escravos. Essa exportação ocorreu através das embarcações e da péssima condição de viagem aos quais esses escravos eram submetidos na travessia do Oceano Atlântico.

No Brasil temos relatos de uma grande epidemia ainda no período imperial com Dom Pedro II à frente do poder político. Em quatro de setembro de 1850 foi sancionada a Lei Eusébio Queiroz estabelecia medidas para a repressão do tráfico de africanos (Brasil, 1850). O Brasil nesse período também era um ponto de parada para viajantes que queriam se aventurar na Califórnia, Estados Unidos, mas que faziam um contorno pelo Atlântico para poder chegar no Oeste daquele país em busca da extração de ouro. Segundo José Pereira Rego (2020) na clássica obra ***História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850***, esse interposto fazia com que chegasse ao Brasil viajantes com inúmeras enfermidades, sem, contudo, haver um controle sanitário, o que acabava por disseminar patologias no território brasileiro.

Somado a isso, antes da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, também tínhamos um grande fluxo comercial de escravos vindos da África, que transportados sob péssimas condições, influenciava na proliferação de doenças nas embarcações. O cenário brasileiro era de abandono pelos poderes do Império. A ausência de saneamento básico, juntamente com o despejo de dejetos humanos em valas nas praias propiciava o acúmulo de lixo e a proliferação de insetos. Nessa época ainda era comum a teoria dos miasmas, que defendia como argumento que as doenças emanavam do solo por meio de vapores contaminados. Esse pensamento só foi superado pelo desenvolvimento dos estudos do cientista francês Luis Pasteur (1822–1895) com investigações microbiológicas.

O surto que atingiu o Rio de Janeiro em 1850 teve uma possível origem numa embarcação de um navio negreiro originário de Nova Orleans, Estados Unidos, que teria feito escala em Havana (Cuba) e no Rio de Janeiro em dezembro de 1849. No ano seguinte, precisamente em fevereiro de 1850, a cidade do Rio passou a sofrer com a proliferação da febre amarela. As estatísticas delimitam inicialmente um total de 90.658 pessoas infectadas dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro, causando 4.160 mortes, conforme os dados oficiais, ou até 15 mil vítimas, segundo a contabilidade oficiosa. Essa ocasião foi substancial para que fosse criada a Junta de Higiene

Pública, que em 1886 viria a se transformar em Inspetoria Geral de Higiene e Inspetoria Geral de Saúde dos Portos <sup>94</sup>.

Apesar da disseminação da doença, nenhuma medida substancial foi realizada para impedir sua propagação. As ações do governo imperial se resumiram inicialmente ao estabelecimento de quarentenas em navios oriundos da região norte do país, além disso, foi estabelecido a criação de um lazareto na Ilha do Bom Jesus para os doentes acometidos pela febre. Devido à impossibilidade de atuações mais efetivas, e diante do próprio desconhecimento acerca da doença, o governo imperial se reuniu com a academia ainda em fevereiro de 1850 para criar uma comissão para tratar dos assuntos relacionados à epidemia (Rego, 2020). Uma das primeiras ações foi tentar dosar o terror frente à população, indicando os meios para tratar da febre, além disso, também era informado às famílias da cidade do Rio de Janeiro acerca da necessidade de cuidados com a higiene, contudo, mesmo com essas ações, a prática do charlatanismo se fez presente através da apresentação de remédios milagrosos à população.

O progresso da epidemia saturou o lazareto de Bom Jesus, sendo necessário a criação de enfermarias em distintos locais da cidade, bem como o hospício de Nossa Senhora no morro da providência. Comissões médicas foram criadas em freguesias do Rio de Janeiro para o tratamento de doentes pobres, e comissões de polícia dos portos para o exame sanitário das embarcações. O agravamento da epidemia nos meses posteriores ocasionou o colapso do sistema funerário, o que exigia do governo imperial a ação de impedir que os mortos fossem enterrados nas igrejas. Destaca-se que, apesar de ser uma epidemia de grande proporção, não havia uma opinião única sobre a melhor forma de tratamento, havendo em muitos casos a disseminação de formas de terapia que ocasionaram em óbitos:

[...] Então viu-se aparecer algumas opiniões mais ou menos exageradas, ora proclamando-se, como vantajosas, as depleções sanguíneas, gerais e locais, ora banindo-as completamente como prejudiciais e fatais aos doentes, para preconizando-se estes, ora aqueles meios, opiniões que, pode-se dizer, não eram baseadas nos factos e observações entre nós ocorridos, porque ainda mui poucas eram nessa ocasião para motivarem uma crença qualquer; mas fundadas unicamente em princípios adquiridos na leitura de factos passados

---

<sup>94</sup> Cf. FioCruz. Uma breve história da febre amarela. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-febre-amarela>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

em outros países; opiniões enfim de que alguns mal intencionados se aproveitam para chegarem a seus fins, embora com o sacrifício e imolação de muitas vítimas, fazendo prevalecer a ideia de que os médicos estavam em contradição de princípios, e não conheciam os meios de livrar os doentes de seus males (Rego, 2020, p. 185).

Outro meio para o tratamento na época foi o sulfato de quinino, muitas vezes prescrito sem uma regulação e dosagem adequada. Devido ao desconhecimento da época, muitos meios foram usados para o tratamento, sendo ausente um protocolo de tratamento adequado para tal moléstia. O nível de desarticulação e o pouco conhecimento terapêutico fez da epidemia de 1850 uma das mais mortais no Rio de Janeiro.

Em episódios posteriores, especificamente em 1873 (3.659 óbitos) e 1876 (3.476 óbitos) numa população estimada de 270 mil habitantes, impulsionaram o debate acerca da necessidade de saneamento do Rio de Janeiro. Segundo a Fio-cruz (2008) por intermédio dessa ação foi elaborada uma Comissão de Melhoramentos Urbanísticos da qual fazia parte Pereira Passos<sup>95</sup>, que posteriormente viera a se tornar prefeito da cidade já no governo republicano de Rodrigues Alves<sup>96</sup> como veremos posteriormente no tópico acerca da Varíola em nossa tese.

Dessa forma, em janeiro de 1889, antes do Golpe Militar que depôs o governo imperial, foram votados no segundo Congresso Nacional de Medicina e Cirurgia a urgência de saneamento da capital brasileira. Todavia, as ações mais contundentes para o combate à febre amarela na cidade só foram feitas com o deslocamento de uma visão pautada nos miasmas, para uma ciência bacteriológica sob a liderança de

---

<sup>95</sup> **Pereira Passos (1836–1913)**: Político brasileiro, nasceu na Província do Rio de Janeiro em 1836. Engenheiro de formação, estudou na França e acompanhou as reformas urbanísticas em Paris. Com experiências na área urbana e de engenharia, no final de 1902, foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves (1902–1906) para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro e realizar reforma urbanísticas para a melhoria d quadro sanitário da cidade. Essas reformas, realizadas a partir de 1903 ficaram conhecidas como “o bota-abaixo” por incidir na derrubada de cortiços Cf. <https://atlas.fgv.br/verbetes/pereira-passos>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

<sup>96</sup> **Rodrigues Alves (1848–1919)**: Natural do município de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, localizado na região do Vale do Paraíba. Em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo contemporâneo de figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves e Afonso Pena. Com a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca da presidência, Floriano Peixoto assume o cargo e convida Rodrigues Alves para ser ministro da Fazenda. Em março de 1893, foi eleito senador por São Paulo, e com a eleição de Prudente de Moraes para a presidência em 1894, Rodrigues Alves se torna Ministro da Fazenda. Apoiado por Campos Sales, Rodrigues Alves foi eleito presidente da República em 1º de março e tomou posse em 15 de novembro de 1902. Cf. <https://atlas.fgv.br/verbetes/rodrigues-alves>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

Oswaldo Cruz<sup>97</sup>. A descoberta do vetor transmissor da doença por pesquisadores de Cuba e dos Estados Unidos trouxe novas saídas para o combate à doença. A descoberta de uma transmissão realizada por vetores como o do mosquito *Aedes aegypti* implicou numa quebra paradigmática (Fiocruz, 2008).

Todavia, criar uma opinião pública favorável às ideias científicas não é uma tarefa fácil, especificamente quando não havia diretrizes de orientação mais gerais acerca da comunicação em saúde. Mesmo assim, diante da teoria do agente vetorial como causador da infecção da febre, Oswaldo Cruz empreende um programa de higiene pública que instituiu brigadas sanitárias que percorriam o Rio de Janeiro, verificando casas, jardins, quintais e ruas na tentativa de eliminar o *Aedes aegypti*.

A política também consistia na subdivisão da cidade do Rio em distritos sanitários, nos quais haviam delegacias de saúde para a notificação de casos e aplicação de multas aos donos de imóveis insalubres. Ainda destacamos que, como uma forma de tentar disseminar as ações sanitárias, Oswaldo Cruz promoveu na imprensa folhetos com conselhos ao povo, esses folhetos tinham como conteúdo explicações educativas sobre as medidas, mesmo numa época em que a maioria da população era analfabeta, o sanitarista buscou de tais meios para tentar criar uma opinião pública favorável às suas ações<sup>98</sup>.

É preciso destacar que, num período em que não havia uma industrialização forte no país, e muito menos o descarte de utensílios em grande quantidade, Oswaldo Cruz conseguiu de fato promover uma ação efetiva, chegando em 1907 a erradicar a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. Todavia, o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento das condições deletérias de vida da maioria da população brasileira, além do crescimento urbano desprovido de planejamento, ocasionou o surgimento de novas patologias associadas ao mosquito, especificamente a Dengue, doença causada por um vírus pertence à família *Flaviviridae*,

---

<sup>97</sup> **Oswaldo Cruz (1872–1917):** O médico e cientista Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em São Luís do Paraitinga (SP), em 5 de agosto de 1872. Graduiu-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, apresentando a tese de doutoramento *A veiculação microbiana pelas águas*. Em 1897 Oswaldo Cruz viajou para Paris, onde permaneceu por dois anos estudando microbiologia, soroterapia e imunologia no Instituto Pasteur, e medicina legal no Instituto de Toxicologia. Atuou na gestão de Rodrigues Alves como Diretor de Saúde pública, empreendendo uma política sanitária de combate à Febre Amarela e a Varíola. Cf. <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

<sup>98</sup> . Cf. Fiocruz. Combate à febre amarela. Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/combate-a-febre-amarela>. Acesso em: 01 nov. 2021.

transmitido pela fêmea do *Aedes aegypti*<sup>99</sup>. Contudo, do ponto de vista histórico, Oswaldo Cruz ainda será uma figura que irá surgir devido às suas ações no campo sanitário como veremos no próximo tópico desta sessão. Sua atuação na epidemia de Varíola, também no Rio de Janeiro, é importante para entendermos um pouco mais da conformação das ações do Estado brasileiro frente aos episódios de doenças com potenciais epidêmicos.

### 3.2.2 Entre revolta & vacinas: a varíola no Rio de Janeiro

O caso da varíola é um dos mais emblemáticos na história brasileira. Esse caso não remete apenas à uma questão sanitária e biológica, mas traz subjacente a si os elementos políticos, econômicos e sociais inerentes ao processo de saúde-doença. Para visualizarmos essa experiência de forma nítida nos debruçamos sobre a experiência que ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1904. Nessa exposição, se faz necessário entendermos o que é a varíola em si, e qual o potencial mortífero dessa patologia para os seres humanos.

Desse modo, a doença é causada pelo vírus *Poxvirus variolae*. Para o pesquisador Antonio Carlos Toledo Júnior a história dessa patologia é antiga, remonta o século IV da era cristã:

Os primeiros relatos da varíola ocorrem a partir da era cristã, principalmente a partir do século IV. A doença tornou-se mais evidente com a grande concentração de pessoas e o surgimento de grandes cidades ao longo dos vales dos rios Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Ganges (Índia), Amarelo e Vermelho (China). Antes desse período, a doença provavelmente ocorria de forma esporádica, devido ao pequeno número de habitantes das cidades (Toledo Jr, 2005, p. 59).

A OMS<sup>100</sup> destaca que os principais sintomas da Varíola são: febre alta, fadiga, dores nas costas, dor abdominal e vômitos. Após três dias da infecção é comum surgir erupções cutâneas em formatos de saliências contendo um líquido claro que posteriormente se enchem de pus, desenvolvem uma crosta que seca e se destaca do tecido. Essa erupção se inicia no rosto dos infectados e posteriormente se espal-

---

<sup>99</sup> Cf. Fiocruz. Dengue. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/dengue/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

<sup>100</sup> Cf. OMS. *Smallpox*. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/smallpox#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/smallpox#tab=tab_1). Acesso em: 20 Mar. 2021.



lha por todo o corpo ocasionando úlceras nas mucosas da boca e nariz. A sua transmissão se dá por gotículas infecciosas mediante o contato próximo com infectados, bem como através de roupas, lençóis e objetos de uso pessoal. Na imagem disponível dos arquivos do *Centers for Disease Control and Prevention (CDC)*<sup>101</sup> dos Estados Unidos podemos visualizar um paciente com Varíola:

**Figura 8** - paciente com Varíola



**Fonte**<https://www.cdc.gov/smallpox/clinicians/clinical-disease.html>.  
Acesso em: 20 Mar. 2021.

No campo da história da saúde há debates acerca do surgimento desta patologia, embora os registros mais profícuos se encontrem na era cristã, não se descarta a possibilidade da proliferação da doença em áreas do Egito e da Índia, antes dessa era. Todavia, a sua maior proliferação está bastante vinculada ao crescimento populacional e ao surgimento de um intenso fluxo comercial dos séculos IV ao IX. O

---

<sup>101</sup> Agência de saúde dos Estados Unidos. Visa proteger país contra ameaças à saúde, segurança e proteção, tanto estrangeiras quanto nos EUA Quer as doenças comecem em casa ou no exterior, sejam crônicas ou agudas, curáveis ou evitáveis, erro humano ou ataque deliberado, o CDC combate doenças e apoia comunidades e cidadãos a fazerem o mesmo.Cf. <https://www.cdc.gov/about/organization/mission.htm>. Acesso em: 17 jan. 2022.

termo Varíola deriva do Latim e quer dizer mancha ou varus, sendo usada em meados do século V pelo bispo e historiador galo-romano Marius de Avenches. O termo anglo-saxão *smallpox* que significa pústula pequena passou a ser usado no século XV (Toledo Jr, 2005).

Nos séculos XI e XV a Europa se tornou um dos locais com maior proliferação da doença, sendo as crianças as principais vítimas. Com a expansão do mercantilismo e o processo de invasão das Américas, houve a exportação da Varíola para esses novos espaços, atingindo sobretudo os povos autóctones: o primeiro caso da doença ocorreu em 1507, importado da Espanha, na ilha de Hispaniola (atual República Dominicana e Taiti), dizimando metade da população residente. Em muitos países a disseminação estava estritamente relacionada com o tráfico de escravos, que apresentava condições propícias para a transmissão do vírus. Em todo o continente os povos autóctones foram duramente atingidos, inclusive com a extinção de alguns deles (Toledo Jr, 2005).

No território brasileiro os primeiros casos de Varíola ocorreram em meados do século XVI no que hoje conhecemos como o Estado do Maranhão. A doença foi introduzida por colonos franceses. O acentuado tráfico de escravos africanos também propiciou a importação da doença e posteriormente sua interiorização pelas missões dos jesuítas através do processo de catequização dos povos autóctones. Conforme o CDC<sup>102</sup>, o controle da varíola é antigo, sendo um dos primeiros métodos conhecidos como variolação que consistia na exposição das pessoas sadias ao material das pústulas dos infectados. Nesse método as pessoas também adoeciam, todavia, em número menor do que a infecção por contágio.

Sua vacinação começou no final do século XVIII através de Edward Jenner (1749–1823), médico e naturalista inglês, que viu as vacas leiteiras que contraíram a varíola bovina ficarem protegidas, além disso, ele também conhecia o procedimento da variolação que desde a antiguidade era utilizado. Na busca de procurar um método para a proteção humana contra a varíola, injetou material de uma ferida de varíola bovina num garoto de nove anos, o expondo posteriormente à varíola e evidenciando que este não contraíra a doença após o procedimento realizado.

---

<sup>102</sup> Cf. CDC. *History of Smallpox*. Disponível em: <https://www.cdc.gov/smallpox/history/history.html>. Acesso em: 10 Mai. 2021.

Essa história está associada à própria noção da vacina, tendo em vista que o termo deriva da Varíola. Apenas no final da década de 1960 a OMS lançou um plano para livrar o mundo dessa doença com a participação de laboratórios para a produção de vacinas, que juntamente ao avanço dos meios de produção e ao estabelecimento de um sistema de vigilância sanitária com campanhas de vacinação em massa, ajudaram na sua erradicação no final da década de 1970 em todo o mundo.

No Brasil esse processo apresentou peculiaridades que fornecem elementos para entendermos um pouco da formação econômico-social brasileira no âmbito da saúde, e as mediações realizadas pelo Estado. A vacinação antivariólica data no Brasil no início do século XX. Esse era um cenário marcadamente de transformações políticas, econômicas e sociais. No final do século XIX temos a instauração da república e o ideário de modernização para o ingresso do país nas rotas do mundo “capitalista civilizado” (Hochman, 2011).

Doenças como febre amarela e varíola entoavam um cenário de insalubridade, o que dificultava a inserção de frações da insurgente burguesia brasileira nos fluxos comerciais, especialmente àquelas associadas à exportação de café, naquele período. Dessa forma, uma das primeiras tentativas de alterar esse quadro foi realizada mediante uma ampla reforma urbana inspirada nas reformas realizadas pelo subprefeito de Sena (região hoje correspondente a Paris) Georges-Eugène Haussmann (1809–1891) na França. Aliada à perspectiva de higienização do espaço urbano, também foram realizadas campanhas sanitárias contra a febre amarela, peste bubônica e a varíola durante a gestão do então presidente Rodrigues Alves (1848–1919), político ligado organicamente à oligarquia cafeeira (Hochman, 2011).

Essa política empreendida no governo de Rodrigues Alves teve a frente o então sanitarista Oswaldo Cruz, diretor de saúde pública entre os anos de 1903 a 1909, mas que desde 1902 gozava o lugar de diretor de saúde do Instituto Soroterápico Federal, hoje conhecido como Instituto Oswaldo Cruz. Cabe destacar que nesse período o Rio de Janeiro era a capital Federal do Brasil, e tinha a frente o prefeito Pereira Passos conhecido pela perícia na área urbanística e por empreender uma política de “reforma” urbana numa cidade litorânea, com fluxos comerciais e acesso para organização de motins, o que deixava o centro do poder político mais vulnerável aos golpes e movimentos de insurgência para a tomada do poder, esse fato geo-

gráfico influenciará para que em 1904 tivéssemos a revolta da vacina como iremos tratar em breve.

O fato é que as estatísticas de infecção por varíola no Rio de Janeiro eram alarmantes, o que deixava preocupados as figuras políticas como Rodrigues Alves, não pela eminente atenção da infecção, mas pela própria imagem do Brasil e da capital federal no exterior, o que dificultava o escoamento de produtos pelos portos, e a conseqüente visita de estrangeiros ao país. As péssimas condições de vida, a ausência de um planejamento urbano, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, ocasionava a proliferação de insetos, e fazia com que essa cidade, para citarmos um exemplo, fosse denominada como o túmulo dos estrangeiros (Rio de Janeiro, 2006).

No ano de 1904 temos um somatório de mais de sete mil casos dessa doença, que afetava sobretudo as camadas populares, ex-escravos e trabalhadores. A solução visualizada por Oswaldo Cruz, dedicado aos estudos da microbiologia e formado no instituto Pasteur na França, era clara: a vacinação. Mas, desde aquele período esse tema era controverso e repleto de polêmicas. Muitas vezes tais polêmicas não eram vinculadas diretamente à vacina, mas eram sobretudo aproveitadas por setores de oposição ao governo, especificamente camarilhas militares e frações da burguesia que se aproveitavam da situação para inflamar os debates para defender interesses próprios.

Apesar disso, não podemos esquecer que um certo pudor em relação ao corpo era bastante forte à época, o fato de a vacinação ser realizada em partes consideradas íntimas na época, como os braços, aguçava um sentimento de moralidade, especialmente para com as mulheres, vistas como vítimas de uma política ditatorial, de obrigatoriedade da vacinação. Essa obrigatoriedade foi materializada mediante projeto de lei encaminhado ao Senado Federal, se tornando na Lei n.º 1.261, de 31 de outubro de 1904. Devido ao cerco, as pessoas que não queriam se vacinar, que incluía por lei sanções para matrícula de filhos nas escolas, e até o uso de serviços que envolvessem o poder público, essa aprovação motivou alardes, após o vazamento do projeto de Lei nos meios de comunicação de época, especialmente no jornal A Notícia (Sevcenko, 2018).

Sendo assim, logo passou a ser denominado pela população como “Código de Torturas”, criando um cenário propício para a eclosão de uma revolta em plena capital do país, tal movimentação tinha elementos nítidos de golpe por envolver gru-

pos de diversos estratos lutando pela direção e hegemonia da política nacional:

A oposição à vacinação obrigatória congregou de modo não articulado antivacínistas, militares e civis monarquistas que vislumbraram a possibilidade de restaurar o Império, positivistas que reagiam a qualquer obrigatoriedade e intervencionismo estatais nas práticas de curar, sindicatos que lutavam por melhores salários e contra a carestia, militares e elites políticas que faziam oposição ao presidente, setores da população urbana que entendiam a vacinação como uma invasão da privacidade do lar e um ataque à moralidade da família e setores populares que foram duramente afetados pelas reformas urbanas com a destruição das habitações consideradas insalubres e a expulsão dos pobres do centro da capital saneada e embelezada (Hochman, 2011, p. 378).

Destacamos que esse movimento não foi unicamente causado pela vacinação obrigatória, mesmo que essa ação ocupe um espaço polêmico no período histórico, é preciso que se considere que havia inerente à essa política de higienização e embelezamento da capital federal, um processo de destruição de moradias, cortiços, uma ampla reforma urbana que jogava muitos trabalhadores para áreas periféricas e distantes dos locais de trabalho. Ocorria no Rio de Janeiro um problema de maior envergadura que implica na própria forma como o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil vinha se conformando, e como a agregação de uma estrutura arcaica se introjetou na tentativa de uma modernização pelo alto, a partir dos anseios das classes dirigentes.

A oposição ao cenário da vacina tinha como argumentação o caráter ditatorial da lei e o despotismo sanitário. É preciso reconhecer que, na época, o principal meio de comunicação era o jornal escrito que através das matérias ia sedimentando a opinião pública. A movimentação contra o decreto promoveu uma diminuição brusca da procura por vacinas:

O resultado dessa campanha frenética de agitação contra a vacinação, em termos concretos, fez-se logo sentir. Enquanto, no mês de julho, cerca de 23.021 pessoas haviam procurado os postos da Saúde Pública para serem vacinados, no mês seguinte esse número havia caído para 6.036 pessoas. E isso em meio ao surto fortíssimo de varíola que devastou a capital (Sevcenko, 2018, p. 22).

A junção de notícias falsas com o medo de setores populares de uma política de eliminação dos pobres, aliada à reforma urbana e as condições deletérias de vida, fomentaram um cenário de ebulição social na capital federal. Podemos afirmar que esse episódio marca um exemplo de tecnocracia. A intenção do governo era uma ação rápida e prática, se limitando a um escopo biológico e sem prestar atenção na determinação social do processo saúde-doença, nas condições de moradia e empregabilidade. Esses problemas aliados à ausência de uma comunicação efetiva e ao próprio entendimento do significado da política sanitária ocasionou levantes nas ruas do Rio:

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte, 10 de novembro, as agitações se iniciavam com toda a fúria que as caracterizaria. Grandes ajuntamentos tomaram a Rua do Ouvidor, a Praça Tiradentes e o Largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia. A polícia, informada e com determinações expressas de proibir e dispersar quaisquer reuniões públicas, tratou de prender os oradores improvisados, sofrendo então a resistência da população, que a atacava a pedradas. Toda a Brigada Policial é posta, então, de prontidão, e é enviado um contingente de grandes proporções para patrulhar ostensivamente toda a área central da cidade. As autoridades civis são alertadas e a força policial orientada para agir prontamente e com desembaraço contra quaisquer ameaças à ordem pública e à rotina da cidade. A noite caiu sob uma atmosfera de tensão e insegurança, que prenunciava os horrores que estavam por vir (Sevcenko, 2018, p. 26).

Essa insatisfação, que reuniu diversas camadas da sociedade brasileira, populares, frações da burguesia e reacionários querendo o retorno do período monárquico, e militares, foram catalisados pela Liga Contra a Vacina Obrigatória, criada em 5 de novembro de 1904, tendo à frente Lauro Sodré<sup>103</sup> (1858–1944) que tinha ligação com o Centro de Classes Operárias, um núcleo do trabalhismo carioca formado por operários marítimos. O fato é que na manhã do dia 11 de novembro a Liga se reuniu desafiando as autoridades de Pereira Passos, essa reunião contou com discursos inflamados de populares contra o governo, o que gerou a ação policial. As

---

<sup>103</sup> **Lauro Sodré (1858–1944):** Nasceu em 1858 em Belém do Pará. Político e militar brasileiro, foi peça atuante junto a Vicente de Sousa e Barbosa Lima nas manifestações contra a política de vacinação obrigatória empreendida por Rodrigues Alves, tendo à frente o sanitarista Oswaldo Cruz. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-sodre-lobes>. Acesso em: 20 Nov. 2021.

tentativas de prisões foram rechaçadas com pedradas e lutas que ocasionaram o fechamento das áreas comerciais (Rio de Janeiro, 2006).

Na manhã do dia 12 de novembro de 1904 ocorre nova aglomeração popular organizada pela Liga, figuras como Lauro Sodré canalizam o movimento para uma ação político-parlamentar à insurreição popular contra o esgotamento das políticas paulistas aliadas aos barões do café e aos credores estrangeiros. Essa visão política estava alinhada com expressões do florianismo e do trabalhismo em aliança com a ala jovem do militarismo brasileiro. O problema dessa investida foi a desconexão com os anseios populares, daqueles que de fato estavam nas barricadas lutando contra o governo para a melhoria das condições de vida. Essa desvinculação criou um cenário de maior espontaneidade e dispersão do movimento (Sevcenko, 2018).

Nos dias posteriores a rebelião tomou um contorno inesperado, alçando populares numa fúria contra o governo, com ações de depredação de carros, iluminação pública e calçamento das ruas. Essas ações foram acompanhadas da construção de barricadas e trincheiras, delegacias foram assaltadas, armas foram roubadas. A revolta fugiu ao controle policial no centro e bairros periféricos habitados por populares como o bairro da Saúde e Gamboa. Como a polícia já não conseguia controlar a, o exército e a marinha foram requeridas pelo poder estatal para reprimir o movimento:

Como a força policial não dava conta da situação, passou a solicitar todos os reforços que pôde das tropas do Exército e da Marinha. Não foi suficiente. Precisou chamar unidades do Exército acantonadas em regiões limítrofes: fluminense, mineiras e paulistas. Ainda assim não bastou. Teve de armar toda a corporação dos bombeiros e investi-la na refrega. Mas a resistência era tanta que teve de apelar para recursos ainda mais extremados: determinou o bombardeio de bairros e regiões costeiras através de suas embarcações de guerra. Por último, convocou a Guarda Nacional. Só pelo concerto inusitado dessa espantosa massa de forças repressivas, pôde o governo, aos poucos e com extrema dificuldade, sufocar a insurreição (Sevcenko, 2018, p.31–32).

Como a rebelião foi além dos anseios dos projetos políticos de frações militares representadas por Lauro Sodré, mesmo com o levante de uma sedição militar no Rio, o ímpeto do movimento foi maior, fazendo com que esses desistissem da ação. A intenção de golpe era encabeçada especialmente por jacobinos — grupos civis e Florianistas formados por jovens militares — e monarquistas, excluídos do bloco republicano no poder. Esses grupos eram reunidos através do jornal **O Comércio do**

**Brasil**, um jornal de caráter antigovernamental, que era, sobretudo, financiado pelos monarquistas (Sevcenko, 2018).

A intenção era a realização de um golpe para a retirada de Rodrigues Alves da presidência da república, se aproveitando assim, do cenário caótico que a questão sanitária instalara na capital federal. Militares e políticos se reuniram no dia 14 de novembro de 1904 no Clube Militar Areia Vermelha (Rio de Janeiro). Nessa ocasião estavam presentes os generais Silvestre Travassos, Olímpio da Silveira, o major Agostinho Gomes de Castro, o Capitão Antônio Augusto de Moraes e Lauro Sodré. Esse grupo visou sublevar jovens militares em direção ao Palácio do Catete:

O resultado dessas missões foi canhestro. Gomes de Castro foi preso, ao tentar sublevar os cadetes da Escola do Realengo, pelo próprio comandante da instituição, o General Hermes da Fonseca. Já o General Travassos em companhia de Lauro Sodré e Alfredo Varela conseguem depor o General Macedo Costellat, comandante da Escola da Praia Vermelha e obtêm o apoio dos alunos, cerca de trezentos para o seu projeto de marchar sobre o Catete. Apercebem-se, entretanto, que o arsenal da escola dispõe de muita pouca munição. Tentam, então, entrar em contato com outras unidades para conseguir armas, munição e reforços, mas são malsucedidos. Dispõem-se, enfim, a marchar assim mesmo para o palácio presidencial. Havia, porém, perdido muito tempo nessas manobras indecisas. Tomada a Escola às 18h30min, somente às 23h iniciaram sua ofensiva. O governo, já informado de tudo, reforçou de todas as formas que pôde a sua sede administrativa (Sevcenko, 2018, p.43–44).

O governo de Rodrigues Alves enviou tropas para combater os militares que vinham da Escola militar Praia Vermelha. Após embate entre essas frações militares, o governo investe contra essa escola com canhões, metralhadoras e lançadores de torpedos da marinha, impondo a derrota ao agrupamento militar subversivo. No dia 16 de novembro de 1904 o governo federal revoga a lei da vacinação obrigatória, diante disso, e dos embates, a oposição recua e o movimento se dispersa. Os militares acusados de traição foram detidos e aprisionados, a Escola Militar Praia Vermelha foi fechada e seus alunos exilados para regiões distantes, desligados em seguida do exército (Sevcenko, 2018).

Não podemos esquecer, conforme demonstra o documentário: **Revolta da Vacina**, produzido pela casa Oswaldo Cruz, que a política sanitária do período tinha um forte elemento racial. A imposição tecnocrata teve de lidar também com saberes populares advindos da cultura africana, alicerçados na base da população escrava



trazida ao Brasil. Isso se liga, por exemplo, ao caso de Horácio José da Silva<sup>104</sup>, conhecido como Prata Preta, uma liderança popular nas barricadas no bairro da Saúde, um dos principais pontos de resistência dos revoltosos. No quadro a seguir podemos observar uma síntese dos principais acontecimentos da Revolta da Vacina.

**Quadro 10** - Cronologia da Revolta da Vacina

<b>Data</b>	<b>Evento</b>
1902	Início do governo de Rodrigues Alves
Março de 1903	Oswaldo Cruz assume a direção da saúde pública
09 de novembro de 1904	Publicação da regulação da lei de vacina obrigatória
10 de novembro de 1904	Primeiras agitações populares em reação à obrigatoriedade da vacina
11 de novembro de 1904	Comício no largo de São Francisco e confronto com a polícia
12 de novembro de 1904	Concentração popular no Centro das Classes Operárias e manifestações em frente ao Palácio do Catete
13 de novembro de 1904	Grande manifestação popular na Praça Tiradentes, rechaçada com cargas de cavalaria da polícia
14 de novembro de 1904	Tem início a revolta na Escola Militar na praia Vermelha
15 de novembro de 1904	Continuam os combates nas ruas
16 de novembro de 1904	É decretado o Estado de sítio na capital federal. A revolta é sufocada. O governo revoga a obrigatoriedade da vacina.
10 de dezembro de 1904	Os detidos começam a ser deportados para o Acre

**Fonte:** Sevckenko, 2018, p. 118.

Com a revogação da medida e a intensificação de campanhas para a vacinação, aliada a restrições para pessoas que não realizavam o processo de imunização, os números de infectados foram diminuindo e voluntariamente as pessoas passaram a buscar a vacina. Embora a revolta tenha em si elementos de maior complexidade

<sup>104</sup> **Horácio José da Silva (1874-1904)** - Conhecido como Prata Preta, era um estivador e famoso capoeirista de trinta anos. Ganhou “fama de valente e rixento” e de ser o “comandante do Porto Arthur da Saúde”, uma espécie de derradeira cidadela de resistência dos revoltosos, no bairro da Saúde, atual praça da Harmonia, no centro da cidade DO Rio de Janeiro. Cf. [https://www.companhiadasletras.com.br/sala\\_professor/EnciclopediaNegra/posters/Enciclopedia\\_Negra\\_PrataPreta.pdf](https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/EnciclopediaNegra/posters/Enciclopedia_Negra_PrataPreta.pdf). Acesso em: 17 jan. 2022.

que por si só são temas para um estudo mais aprofundado, chamamos atenção ao fato de como as informações e as arbitrariedades do poder executivo influenciam no rumo de uma política de saúde, elemento que também observaremos na gestão da pandemia realizada pelo governo Bolsonaro.

### 3.2.3 Gripe Espanhola

A gripe espanhola talvez seja a doença com potencial pandêmico que mais se aproxima do caso da Covid-19. Entre 1918 e 1920 a doença infectou 500 milhões de pessoas, um quarto da população mundial naquele período (Fiocruz, 2021). As estimativas calculam um total entre 17 a 50 milhões de óbitos, sendo que algumas projeções indicam 100 milhões. Essa gripe tem como agente causador o vírus H1N1 de origem aviária (CDC, 2019). Como no período, especificamente entre 1914 a 1918, o contexto era de uma Primeira Guerra Mundial, com potências imperialistas se enfrentando para a recomposição territorial do mundo, a gripe foi se disseminando de forma silenciosa, mas não menos devastadora.

Segundo a antropóloga Lilia Schwarcz e a historiadora Heloisa Starling na obra ***A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*** que traz um relato sobre como essa gripe graça o Brasil no início do século XX, um surto que se iniciou na Alemanha por volta de 1918 acendeu um alerta internacional, especificamente porque essa nação figurava como uma das centrais na disputa geopolítica internacional naquele período. Sendo assim, uma “nova arma”, a gripe, devastou a sociedade alemã em apenas três meses. Não havia comunicações amplas sobre a doença, é preciso pensar que, devido ao conflito geopolítico, as potências imperialistas preferiram esconder os casos do que abalar a moral dos combatentes. Contudo, esse panorama foi alterado até que uma nação que estava até então neutra no conflito internacional passou a emitir um panorama inicial sobre a doença:

O alerta inicial veio da Espanha, o primeiro país a dar publicidade à virulência e à carnificina características da doença. Como não participava da guerra, não houve censura na imprensa local, ao contrário dos países diretamente implicados no conflito e que não queriam dar qualquer sinal de fraqueza. Por essa razão, a moléstia entrou para a história com o nome de “gripe espanhola” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 14).

Denominar a gripe de forma pejorativa, insultando o inimigo, fazia parte do cenário da Primeira Guerra Mundial. Logo não tardou para a gripe ser tida como uma arma biológica, inventada na Alemanha pelo laboratório Bayer e disseminada

pelos alemães em submarinos. Certamente que o período também funcionou como um potencializador, especialmente no continente europeu devastado pela guerra, com toda sorte de ausências. Essa condição adicionada com a negligência em torno da gestão sanitária promoveu em menos de 150 dias um somatório de óbitos superior aos quatro anos de guerra. Em 1918 a comunidade científica desconhecia as causas e o funcionamento do vírus, na época, ainda estava se debatendo a existência de organismos menores que as bactérias (Schwarcz; Starling, 2020).

Seu surgimento é incerto, apesar de ser denominada de gripe espanhola, acredita-se que o vírus causador tenha surgido nos Estados Unidos, especialmente em localidades que possuíam fazendas com criatórios de aves. Dos Estados Unidos, soldados teriam levado a gripe para a Europa no verão de 1918. Apesar da historiografia da possível origem da gripe possuir debates, o que se sabe de fato é que a doença seguiu um padrão de difusão geográfico que atingiu primeiramente áreas litorâneas, seguindo um curso que alcançou a Índia, sudeste da Ásia, China, Japão e América do Sul. No Brasil ela teria chegado por volta do mês de setembro de 1918 mediante uma embarcação oriunda da Inglaterra:

No Brasil, a gripe espanhola chegou em algum momento do mês de setembro. Veio pelo mar e desembarcou na cidade do Recife, talvez por volta das oito horas da manhã do dia 9, quando o navio *Demerara*, procedente de Liverpool, atracou no cais externo do porto com alguns passageiros e tripulantes combalidos e outros contaminados. [...] uma vez em solo, espalhou-se fácil e rápido, desde o Recife ao Rio de Janeiro, do litoral para o interior. O vírus percorria sempre o mesmo trajeto. Aportava, expandia-se por toda a cidade e desenhava a rota do contágio, através das ferrovias, esparramando-se pelo interior do país (Schwarcz; Starling, 2020, p.16).

Naquele período, a república tinha como presidente Venceslau Brás<sup>105</sup> eleito em 1914 pelo Partido Republicano Mineiro. Sendo o sucessor de Hermes da Fonse-

---

<sup>105</sup> **Venceslau Brás Pereira Gomes (1868–1966):** Político brasileiro, nasceu na cidade de Brasópolis no Estado de Minas Gerais. De 1892 a 1898, foi deputado estadual em Minas Gerais. Em seguida, foi nomeado para a Secretaria do Interior, cargo que ocupou até 1902. Nesse ano, elegeu-se deputado federal, assumindo seu mandato no ano seguinte. Foi então, líder da bancada mineira na Câmara e, em seguida, líder da maioria naquela Casa. Permaneceu no Congresso até 1908. Em março de 1914, com o apoio de grupos dirigentes de Minas Gerias e São Paulo, chegou à presidência da República. O período de seu governo coincidiu com a Primeira Guerra Mundial e sua posição inicial diante do conflito foi de neutralidade. Somente em outubro de 1917 é que o governo brasileiro declarou guerra aos alemães. Seu governo responsabilizou-se, ainda, pelo esmagamento da Revolta do Contestado, conflito entre camponeses e latifundiários na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, iniciado em 1912. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau\\_bras](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau_bras). Acesso em: 17 jan. 2022.

ca<sup>106</sup>, era um político apoiado pelas oligarquias agrárias do país. Sua política frente à Primeira Guerra Mundial foi de neutralidade, apenas em 1917 devido ao bombardeamento de um navio brasileiro pelas forças alemãs, declarou guerra à Alemanha. O cenário de guerra tampouco foi animador para o Brasil. A guerra promoveu uma diminuição no crescimento das indústrias e conseqüentemente baixa na busca de matérias-primas, especialmente em países periféricos como o Brasil. Durante toda a década de 1920 houve estagnação dos itens agrícolas e declínio das importações, ocasionando a fuga de capitais já em 1914, no qual o Brasil perdeu um total de 10 milhões de libras (Fausto; Cardoso, 2006).

Destacamos a ausência de uma estruturação pública em termos de serviços de saúde. Contra as hipóteses racistas de uma época que logravam ao negro e ao nativo a fraqueza do corpo, o que existia no Brasil era a dominação e opressão sobre esses grupos. Nos primeiros anos do século XX Oswaldo Cruz promoveu expedições no intuito de investigar a realidade sanitária brasileira. Pesquisadores como Arthur Neiva<sup>107</sup> e Belisário Penna<sup>108</sup> saíram do Rio de Janeiro em 1912 e percorreram Estados como Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás.

---

<sup>106</sup> **Hermes Rodrigues da Fonseca (1855–1923)**: Militar brasileiro, nasceu na cidade de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, e exerceu a função de presidente da república entre os anos de 1910 a 1914. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes\\_da\\_fonseca](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes_da_fonseca). Acesso em 17 jan. 2022.

<sup>107</sup> **Arthur Neiva (1880–1943)**: Nasceu na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. Iniciou seus estudos universitários na Faculdade de Medicina da capital baiana e concluiu-os no Rio de Janeiro, em 1903. Discípulo do sanitarista Oswaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar com ele no Instituto Soroterápico, atualmente Fundação Instituto Oswaldo Cruz, no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Participou de campanhas de profilaxia da malária e em 1912 realizou viagem científica, percorrendo diversos estados brasileiros. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_neiva](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_neiva). Acesso em: 17 jan. 2022.

<sup>108</sup> **Belisário Penna (1868–1939)**: Nasceu na cidade de Barbacena, no Estado de Minas Gerais. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1890. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Nos anos seguintes, colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Venceslau Brás. Em 1920, foi nomeado diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde. Em 1932, exonerou-se da direção do DNSP. Em seguida, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política brasileira inspirada no fascismo italiano. Foi membro da Câmara do 40 da AIB, órgão supremo da entidade. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario\\_pena](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena). Acesso em 17 jan. 2022.

Dessa viagem resultou o relatório publicado em 1916 que denunciava as deletérias condições de vida de uma população rural<sup>109</sup>. A busca por uma inserção internacional do Brasil nos eixos comerciais, especialmente dominada pelo setor agrário, não transformava o desenvolvimento econômico em melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A ausência de um sistema estruturado de saúde, num país de dimensão continental propiciou também um cenário acolhedor para a gripe espanhola.

As mudanças sempre realizadas pelo alto, sem participação popular, indicavam o tom da política da classe dirigente. A própria conformação da república implicou na materialização de uma lógica excludente e conservadora, com ausência de interesse pelas questões sociais. O regime republicano brasileiro se resumia, na área da saúde, ao controle de zonas portuárias e a uma política de vigilância sanitária, atuando em períodos de surtos com vistas à imagem brasileira no exterior. Em cada Estado era criado uma Diretoria Geral de Saúde Pública, mas, em muitos casos, essas secretarias não dialogavam com o poder central tendo em vista a autonomia das oligarquias locais, sendo assim, o que se tinha no Brasil naquele período era a inexistência de uma coordenação nacional para os problemas de saúde que afetavam a população:

Inexistia uma ação nacional coordenada e permanente no campo da saúde pública para atender um país que entrou muito enfermo nas primeiras décadas do século XX. Em 1903, a expectativa de vida no Brasil era de 33 anos. Uma série de epidemias grassava em todo o território, chegando nos navios que aportavam nas cidades do litoral e seguindo pelo interior, ou desenvolvendo-se de maneira endêmica (Schwarcz; Starling, 2020, p.19–20).

Nesse sentido, muitas doenças causavam mortes no Brasil: peste bubônica, tuberculose, varíola, tifo, cólera, malária e febre amarela. Esse certamente é um fenômeno que consubstancia a determinação social do processo saúde-doença a partir das especificidades de uma formação econômico-social dependente, por esse motivo, não podemos visualizar tal processo pelo olhar unilateral da biologia, como processo humano, inerente ao metabolismo homem-natureza é formado por um

---

<sup>109</sup> Cf. FIOCRUZ, O relatório da expedição científica de Belisário Penna e Arthur Neiva (1912). A brasileira. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=157&sid=5>. Acesso em: 02 Nov. 2021.

complexo de relações sociais, econômicas, culturais e históricos como temos observado nesta tese. Entretanto, ao darmos prosseguimento ao conhecimento da gripe espanhola no Brasil, é preciso considerar esse contexto histórico-social. No território brasileiro a doença causou diversas mortes e devido à sua rápida forma de disseminação e contágio, através das gotículas liberadas pelo ar, o número de infectados aumentou de forma substancial, especialmente num período em que inexistiam vacinas.

No Rio de Janeiro, muitos jornais passaram a noticiar os casos da gripe na Europa, inicialmente em um tom não alarmista, mas no início de outubro de 1918 já havia notícias da difusão da gripe no Nordeste brasileiro e no Norte. A doença também havia sido identificada em Niterói. A imprensa chegou a criticar o inspetor chefe do serviço de profilaxia dos portos do Rio de Janeiro, Jaime Silvado<sup>110</sup>, pela sua negligência associada ao credo positivista de descartar os micróbios como agentes infecciosos. Contudo, os números de infectados passaram a aumentar em locais como quartéis, escolas e repartições públicas. No dia 11 de outubro daquele ano a imprensa numa atitude de tentar criar um cenário de calma, reproduz a tese de Carlos Seidl<sup>111</sup>, na época diretor de Saúde, de que a doença não passava de uma simples influenza (Brito, 1997).

O avanço da gripe e o aumento de enfermos surtiu um efeito de alarme no qual diariamente os jornais passaram a divulgar estatísticas epidemiológicas com o número de óbitos. Esse contexto criou divisões na sociedade carioca, especialmente entre aqueles que defendiam a posição de que a gripe não passava de uma simples influenza que atingia os indivíduos em Estado de inanição. Com o aumento dos óbitos os jornais locais passaram a emitir notas em tom crítico a Carlos Seidl, especialmente pela ausência de serviços médicos que atendessem a população enferma (Brito, 1997).

A ausência de uma autonomia da chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública e de Carlos Seidl exibiam as fraturas políticas criadas no próprio governo, tendo em

---

<sup>110</sup> **Jaime Basílio Silvado (1853–1931)**: nasceu em Belém, no Estado do Pará. Doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Atuou como secretário na Diretoria Provisória de 1908 da Cruz Vermelha. Foi também professor de Botânica na Faculdade Hahnemaniana. Cf. <https://www.anm.org.br/jaime-basilio-silvado/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

<sup>111</sup> **Carlos Pinto Seidl (1867–1929)**: nasceu no Belém, no Estado do Pará. Considerado um dos mais eminentes sanitaristas brasileiros, ocupou o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, equivalente, hoje, ao de Ministro da Saúde, entre 1912 e 1918. Cf. <https://www.anm.org.br/carlos-pinto-seidl/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

vista que as ações dessa instituição eram impedidas pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, que se concentrava na economia, relegando às ações de saúde para um segundo plano. De forma rápida, devido à severidade do contágio, o Rio de Janeiro colapsou com a ausência de alimentos, medicamentos e vagas em leitos de hospitais. Mesmo nesse cenário, remédios foram superfaturados. O aumento das mortes promoveu a existência de cadáveres nas ruas pelo colapso do sistema funerário (Goulart, 2005).

A pressão sobre o governo ocasionou na demissão de Carlos Seidl no dia 17 de setembro de 1918, seu substituto seria Teófilo Torres (1863 – 1928), funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) que buscou em meio ao caos instalado, trazer paliativos através das ações das delegacias de saúde e dos postos de profilaxia rurais, transformando as fábricas, repartições públicas e escolas em postos de socorro, colocados sob o comando de Carlos Chagas<sup>112</sup> na época, diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). O impacto da doença na economia se fez sentir pelo aumento do preço dos alimentos, e até mesmo pela escassez. Muitos estabelecimentos tiveram que fechar as portas, não era raro a existência de saques, o que levou a polícia a estabelecer em cada bairro do Rio de Janeiro segurança para que no mínimo uma padaria e uma farmácia funcionassem<sup>113</sup>. Esses relatos foram divulgados nos jornais, a exemplo do Gazeta de Notícias que na edição de 15 de outubro de 1918 denunciava a ausência de cuidados do poder público:

### Figura 9 - Jornal Gazeta de Notícias

---

<sup>112</sup> **Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1879–1934)**: Em 1897 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, num momento em que a área médica vivia a efervescência da chamada “era bacteriológica”. Em 1905 foi encarregado por Oswaldo Cruz de coordenar medidas de profilaxia da malária em Itatinga, interior de São Paulo, onde uma epidemia da doença vinha prejudicando obras da Companhia Docas de Santos. Ao examinar o intestino de um inseto hematófago comum na região, que se proliferava nas paredes barreadas das casas de pau-a-pique e era popularmente conhecido como barbeiro, identificou, em dezembro de 1908 um protozoário. Mediante experiências realizadas no Instituto de Manguinhos, comprovou tratar-se de uma nova espécie de tripanossoma, à qual denominou *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz. Em fevereiro de 1917, por ocasião do falecimento de Oswaldo Cruz, assumiu a direção do Instituto Oswaldo Cruz. Sua administração em Manguinhos, que se estenderia até sua morte em 1934, foi marcada pelo empenho em ampliar as áreas de pesquisa, produção e ensino, conforme modelo firmado por Oswaldo Cruz. Cf. <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=151&sid=76>. Acesso em: 18 jan.2022.

<sup>113</sup> Cf. BRASIL. Theófilo Torres e o ex e futuro presidente do Brasil morreu de gripe...a Gripe Espanhola de 1918. Brasileira. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=theophilotorres>. Acesso em: 02 Nov. 2021.



Anno XLIII Rio de Janeiro - Terça-feira 15 de Outubro de 1918 N. 885

ASSIGNATURAS PARA O EXTERIOR  
ANNUAL R\$ 100,00  
SEMI-ANNUAL R\$ 50,00  
TRIMESTRAL R\$ 25,00  
MENSAL R\$ 10,00  
ESTADUAL R\$ 5,00  
MENSAL R\$ 2,00

GAZETA DE NOTÍCIAS

ASSIGNATURAS PARA O INTERIOR  
ANNUAL R\$ 75,00  
SEMI-ANNUAL R\$ 40,00  
TRIMESTRAL R\$ 20,00  
MENSAL R\$ 8,00  
ESTADUAL R\$ 4,00  
MENSAL R\$ 1,50

NUMERO AVULSO 100 RS.  
As entregas feitas em dinheiro são gratuitas

Stereotypada e impressa nas machinas rotativas de Marinoni, na Typographia da Sociedade Anonyma GAZETA DE NOTÍCIAS.

NUMERO AVULSO 100 RS.  
As entregas feitas em dinheiro são gratuitas

# O RIO É UM VASTO HOSPITAL!

## A invasão da influenza hespanhola

O povo sofre os horrores da exploração

## A desidia criminosa do governo

Não ha medicos, não ha remedios

### Soccorro!

De maneira assustadora, a epidemia alastra-se por toda a parte. As plebeias difficilmente conseguem obter as receitas que lhes chegam ao doente e a todo instante se vê a falta de medicamentos, que são vendidos a preços exorbitantes. Mas sobretudo, fadadas inteiramente a vida, a epidemia, sem assistência medica e sem soccorro.

O governo está na obrigação de agir promptamente, em defesa da população. Deve organizar uma brigada de sanitação publico, chamando os medicos da Interior, de Minas e de São Paulo, requisitando os vehiculos e os medicamentos necessarios, além de que se tivesse poderes para expedir, como nunca, completamente sem recurso e a partir da epidemia, que já não apresenta a benignidade das primeiras crises e torna, cada vez mais, mortal.

Ogurem o governo a brigada de sanitação publico, em defesa da população doente e que não tem medicação, não tem remédios e não tem dinheiro, e terá prestado o melhor serviço a cidade, através a cruzada de soccorro iniciada de Sr. Carlos Botelho.



### E' preciso demittir-o!

É necessário que a epidemia da gripe seja combatida de modo eficaz. Para isso, é preciso que se organize uma brigada de sanitação publico, que seja capaz de fornecer a assistência medica e o soccorro necessarios. Além disso, é preciso que se organize uma brigada de sanitação publico, que seja capaz de fornecer a assistência medica e o soccorro necessarios.

É necessário que a epidemia da gripe seja combatida de modo eficaz. Para isso, é preciso que se organize uma brigada de sanitação publico, que seja capaz de fornecer a assistência medica e o soccorro necessarios.

Na Destruição  
BRIGADA DE SANITAÇÃO PUBLICA  
A Brigada de Sanitação Publica, organizada pelo Sr. Carlos Botelho, está trabalhando para a destruição da epidemia da gripe. A brigada é composta por medicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, que estão trabalhando para fornecer a assistência medica e o soccorro necessarios.

Na Brigada Policial  
A Brigada Policial, organizada pelo Sr. Carlos Botelho, está trabalhando para a manutenção da ordem pública e a segurança da população. A brigada é composta por policiais, que estão trabalhando para manter a ordem pública e a segurança da população.

Na Biblioteca Nacional  
A Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, está trabalhando para a preservação e o acesso a obras de arte e literatura. A biblioteca é uma das maiores e mais importantes do Brasil, e está trabalhando para garantir que as obras sejam preservadas e acessíveis a todos.

Fonte: Gazeta de Notícias, 1915. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 18 jan. 2022.

Na gestão de Carlos Chagas houve a abertura de novos postos de assistência e de pavilhões com leitos hospitalares. A cidade foi dividida em zonas com a existência de médicos para os enfermos. O governo passou a editar um folheto intitulado conselhos ao povo, que continham indicações de como lidar para evitar a gripe. No jornal O PAIZ, na sua edição de 22 de outubro de 1918 temos um exemplo dessas indicações:

EVITAR o uso e, com maior razão, o abuso de bebidas alcoólicas. LAVAR a boca e gargarejar com uma solução de sal de cozinha na seguinte proporção: uma colher de sopa para um litro de água fervida. FAZER diariamente uso de uma solução de essência de canela, conforme as seguintes doses: uma colherinha de café em meio copo de água açucarada, de duas em duas horas, até desaparecer a febre. Depois, tomar uma colherinha em meio copo de água três vezes ao dia. EVITAR aglomerações, principalmente à noite. NÃO fazer visitas. TOMAR cuidados higiênicos com o nariz e a garganta: inalações de vaselina mentolada com água iodada, com ácido cítrico e infusões contendo tanino, como folhas de goiabeira e outras. TOMAR, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinino nas doses de 25 a 50 centigramas por dia e, de preferência, no momento das refeições. EVITAR toda a fadiga ou excessos físicos. O DOENTE, aos primeiros sintomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contágio. Não deve receber, absolutamente, nenhuma visita. EVITAR as causas de resfriamento é de necessidade tanto para os sãos como para os doentes e os conva-

lescentes. ÀS PESSOAS idosas devem aplicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados (O Paiz, 1918, p. 3).

A partir do dia 20 de outubro de 1918 o governo passou a divulgar o declínio da curva de casos com o intuito de diminuir o pânico da população. Isso, contudo, não implicava na diminuição dos óbitos. A argumentação do governo era que a alta mortalidade se devia às recaídas e não ao surgimento de novos casos. De todo modo, no final de outubro daquele ano há a decretação do fim da epidemia. Mas a ameaça de um novo surto ainda rondou a cidade até meados do carnaval do ano de 1919, sem que com isso, a população deixasse de vivenciar o carnaval daquele ano como uma forma de extravasar os períodos de isolamento social que os meses anteriores forçaram devido à gripe (Brito, 1997).

Um fato curioso que diz respeito a gripe espanhola no Brasil é o de Rodrigues Alves, então eleito presidente em 1918 pelo Partido Republicano Paulista (PRP) juntamente com seu vice Delfim Moreira<sup>114</sup>, numa eleição contra Nilo Peçanha<sup>115</sup> do Partido Republicano Fluminense (PRF), morreu ao contrair a gripe espanhola. Rodrigues Alves não chegou a tomar posse da presidência da república, sendo o primeiro presidente a ser reeleito na época, ocupou o cargo pela primeira vez entre os anos de 1902 e 1906, sendo responsável como já verificamos, por realizar as transformações urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, estando envolto também nos

---

<sup>114</sup> **Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1868–1920)**: nasceu na cidade de Cristina, estado de Minas Gerais. Advogado, tendo cursado a Faculdade de Direito de São Paulo (1890). Foi juiz municipal em Santa Rita do Sapucaí, tornando-se vereador e presidente da Câmara Municipal (1893). Nomeado secretário do Interior de Minas Gerais (1902–1906) e presidente de Minas Gerais (1914–1918), elegeu-se senador estadual (1907–1909) e deputado federal (1909–1911), mas renunciou para retornar à Secretaria (1910–1914). Elegeu-se vice-presidente da República, em 1918, na chapa de Rodrigues Alves. Com a doença e posterior falecimento do presidente eleito, que não chegou a ser empossado, Delfim Moreira assumiu interinamente a presidência da República. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/93-delfim-moreira>. Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>115</sup> **Nilo Procópio Peçanha (1867–1924)**: nasceu em Campos (Rio de Janeiro). Deputado na Assembleia Nacional Constituinte em 1890 e deputado federal pelo PRF de 1891 a 1903, elegeu-se senador nesse último ano. Ainda em 1903, renunciou ao mandato para assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro para o período de 1903 a 1906. Em 1906 assumiu o cargo de vice-presidente da República e a presidência da República, em 1909, como decorrência da morte do presidente Afonso Pena. Elegeu-se senador pelo Rio de Janeiro para a legislatura 1912–1914 e novamente presidente estadual para o período 1914–1917. Foi ainda ministro das Relações Exteriores em 1917, senador pelo Rio de Janeiro de 1918 a 1920 e candidato à presidência da República na legenda da Reação República, em 1921, perdendo as eleições para Artur Bernardes. Cf. [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo\\_pecanha](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/nilo_pecanha). Acesso em: 18 jan. 2022.

episódios da Revolta da Vacina. Sua morte em janeiro de 1919 ocasionou no acesso de Delfim Moreira de forma interina à presidência:

Estava doente — o vice-presidente, o mineiro Delfim Moreira, assumiu o cargo interinamente. Tampouco chegou a se restabelecer. Rodrigues Alves morreu na madrugada de 16 de janeiro de 1919, confinado em sua casa, no Rio de Janeiro, situada na rua Senador Vergueiro, no bairro do Flamengo. Delfim Moreira seguiu na condição de presidente interino, convocou novas eleições para 13 de abril do mesmo ano e entregou o cargo ao sucessor, Epiácio Pessoa, em 28 de julho; tudo de acordo com o figurino constitucional (Schwarcz; Starling, 2020, p.294).

A repercussão da morte de Rodrigues Alves fazia parte de um esforço republicano, como uma forma de vincular a figura pública à imagem de uma nação republicana. A imagem do Ex-presidente estava vinculada a uma lógica de conciliação de classes, alcunha que teria recebido ainda no período imperial e que cultivou ao tentar mediar diferentes interesses entre oligarquias regionais e setores da burguesia brasileira como uma forma de tentar manter direção e consenso frente ao novo regime político, que posteriormente seria mais uma vez modificado por cima mediante Golpe de Estado aplicado por Getúlio Vargas<sup>116</sup> (Schwarcz; Starling, 2020).

Do ponto de vista político, cabe destacar que essas experiências que demonstramos, especificamente no caso da varíola e da febre amarela, ocorreram no que historicamente se denomina como república velha, um período compreendido entre os anos de 1889 a 1930. Para o historiador e economista Caio Prado Júnior no clássico livro *História Econômica do Brasil* esse regime foi sedimentado sobre a base de uma transformação pelo alto (Prado Jr, 1970). Esse período demarca o soerguimento dos negócios e o desenvolvimento da economia brasileira, inserida numa posição subalterna como servidora de matérias-primas para as potências imperialistas. Essa nova república inaugurou uma fase de inquisição dos homens de negó-

---

<sup>116</sup> **Getúlio Dornelles Vargas (1882–1954)**: nasceu em São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense. Deputado Estadual, Deputado Federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926–1927) e presidente do Rio Grande do Sul (1927–1930). Em 1929 candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930–1934). Também exerceu a função de presidente do Brasil entre os anos de 1951 a 1954. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 18 jan. 2022.

cios, dos investimentos de forma maciça das finanças internacionais. Aqui, a relação metabólica homem-natureza, firmada pelo desenvolvimento das forças produtivas causava uma inversão num país agrário que necessitava importar gêneros alimentícios para alimentar o mercado interno.

Mas, o que nos chama atenção é como esse desenvolvimento é tracejado com parcos rebatimentos sobre o conjunto da estrutura social. Apesar de pegarmos casos específicos até o momento, visualizamos a ausência de ações públicas nos tratos da saúde das classes subalternas. A medicina privada era consagrada como um modelo, especialmente pelos profissionais liberais, aos pobres, o acesso era tido de forma reduzida através das ações das casas de misericórdias da Igreja Católica e pelas ações filantrópicas. A presença do militarismo também segue uma tônica curiosa na história brasileira, desde o golpe militar que deu advento a Marechal Deodoro da Fonseca, assistimos à presença da espada no desempenho das funções políticas do Estado brasileiro. Dessa forma, o militar político vai se tornar, nesse novo regime, uma das peças centrais, e o apelo à força das armas também se torna uma condição evidente (Prado Jr, 1970; De Carvalho, 2019).

Apesar das especificidades históricas, esse parece ser, em nossa interpretação um elemento presente na formação econômico-social brasileira, como poderemos ver no quinto capítulo de nossa Tese, o próprio governo Bolsonaro é estruturalmente um governo formado por militares, sendo a gestão da crise sanitária centralizada do ponto de vista federal, por camarilhas militares. Além disso, o próprio movimento encabeçado por Getúlio Vargas na década de 1930 e nos seus distintos períodos para a realização da manutenção da ordem burguesa no Brasil apresentava esses aspectos do militarismo conforme atesta o historiador Felipe Demier na obra ***O longo Bonapartismo brasileiro: um ensaio de interpretação histórica*** (Demier, 2013).

No âmbito da saúde e do controle de patologias de potencial epidêmico, veremos no tópico a seguir a presença do arcabouço militar através da censura de informações influenciou para que a Meningite, doença transmissível, fugisse do controle.

### 3.2.4 Meningite e a autocracia burguesa no regime empresarial-militar

O capitalismo sendo o primeiro modo de produção global, de fato não assume a mesma esfinge em todos os lugares. Ele é variável, e seu desenvolvimento também combina elementos históricos, sociais, políticos e econômicos dos locais onde se insere. Conforme salienta o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes na obra ***A revolução burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica*** no Brasil o tipo de revolução burguesa que se processou difere da concepção eurocêntrica, isso implica no fato de que por distintas fórmulas o capitalismo aglutina elementos pré-capitalistas num processo de desenvolvimento desigual e combinado a partir das particularidades de cada formação econômico-social.

No Brasil, conforme atesta Florestan Fernandes (2020) a conformação do capitalismo se processou mediante mudanças qualitativas e quantitativas aglutinando de modo dialético as heranças coloniais e oligárquicas existentes em nossa formação. Dessa forma, podemos encontrar tanto em processos endógenos, quanto nos exógenos os dinamos que influenciam para a materialização do subdesenvolvimento não como uma fase ou etapa histórica, mas como uma condição particular mediante a inserção brasileira no mercado capitalista. Esse processo é observado nos distintos ciclos econômicos que mediatizou a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e composição das classes, sendo a própria revolução burguesa o produto dessa condição dependente em relação às formações centrais do modo de produção capitalista.

A esse modo, a condição subdesenvolvida fomentava uma retroalimentação para o pleno desenvolvimento capitalista de livre mercado, solidificando um ritmo orientado pelas transformações externas, firmando uma burguesia associada e subalterna aos padrões externos do capitalismo. Toda essa estrutura implicou na particularidade dos arranjos institucionais e na blindagem pela qual o poder político concentrado nas classes dirigentes ficou em relação aos despossuídos e às classes trabalhadoras (Fernandes, 2020). Essa condição implicou em formas de contra insurgências preventivas que essas classes dirigentes, em distintos momentos históricos, promoveram com vistas a manutenção da ordem, e mesmo nas mudanças pelo alto, na transformação do capitalismo de livre mercado para o capitalismo monopolista,

essas mudanças foram realizadas na ordem, sem participação dos setores despossuídos e subalternizados.

Não é difícil imaginarmos que tais transformações pelo alto, ou até mesmo se usarmos uma expressão gramsciana: revolução passiva, são constituintes de nossa formação. Os diversos golpes de Estado que fazem parte da ossatura do Estado brasileiro demonstram essa realidade, seja através da própria proclamação da república, passando pelo Estado Novo, distintos momentos do governo de Getúlio Vargas, e no processo de ditadura militar em 1964, e em 2016 com o golpe sofrido por Dilma Rousseff, implicam a autocracia dos setores dirigentes em garantir a manutenção do poder econômico e político, sendo quase que uma regra e não uma exceção estes momentos de rupturas e golpes no Brasil.

O regime militar iniciado em 1964 representou a materialização de um regime burguês em crise. As classes dirigentes fomentaram a partir dos distintos interesses inerentes à sociedade civil à ditadura, não sendo um fenômeno acima da sociedade de classes, mesmo que na aparência assim o apareça. Além desse fato, o funcionamento dessa ditadura, em seus distintos momentos e Atos Institucionais que solaparam as liberdades ditas democráticas no regime burguês não podem ser dissociada do Estado, do governo e da sociedade de uma forma geral (Fernandes, 1984). É interessante observar que sob o capitalismo, pode existir distintos regimes políticos, que variam do parlamentarismo, ao chamado presidencialismo de coalizão, até mesmo as ditaduras, como o caso brasileiro assinalou historicamente.

A manutenção de uma democracia nos limites burgueses, funcionalista aos interesses dessa classe dirigente frente aos despossuídos e estratos diversos da classe trabalhadora se enviesa mediante consenso e coerção. Nesse sentido, o regime democrático burguês ofusca as exigências dessas classes e procura, a todo custo, realizar a manutenção da ordem existente, institucionalizando a violência de Estado e mantendo os de baixo em seus lugares de exploração e subalternidade, nesse sentido, podemos entender a própria ditadura como um imperativo de classe, impondo restrições aos subalternos:

A ditadura se coloca, diante da sociedade civil e da sociedade política, como uma alternativa de vergar o arco histórico para trás, ao mesmo tempo em que ela própria constituía o pré-requisito político da aceleração do desenvolvimento capitalista e a incorporação do Brasil ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalis-

tas centrais e de sua superpotência. Portanto, em oposição à modernidade que vinha 'dos de baixo', que se votava para a revolução dentro da ordem (intensificando os ritmos e a profundidade da descolonização prolongada, da revolução nacional e da revolução democrática), a modernidade burguesa atinge o seu primeiro ápice histórico como uma modernização controlada de cima e a partir de fora com mão de ferro (Fernandes, 1984, p. 46).

Essa pretensa modernização e inserção, mesmo que promovesse algum grau de crescimento econômico, baseada sobretudo num desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, não implicou na superação do subdesenvolvimento como fenômeno marcadamente inerente à dependência brasileira em relação às nações centrais do modo de produção capitalista. Percebe-se que esse subdesenvolvimento atrelado também a um desenvolvimento desigual manteve a ausência de reformas democráticas mínimas, como a urbana e agrária, ainda ausentes no Brasil.

Esse elemento também se estende ao campo da saúde pública, conforme observamos na seção inicial deste capítulo, se historicamente as mudanças intestinais relativas ao desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro engendraram a opressões às classes trabalhadoras, esse elemento também se imprime na conformação da saúde pública, aprofundada no regime empresarial-militar como um espaço de valorização da medicina privada. Isso ia contra o próprio plano das classes burguesas em fazer a manutenção de uma ordem autocrática, uma vez que:

A burguesia não levou a descolonização até o fim e até o fundo, pois isso contrariava seus interesses de explorar econômica e politicamente o subdesenvolvimento. A burguesia também não levou a revolução democrática e a revolução nacional até o fim e até o fundo, pois isso impediria de associar-se destrutivamente com a dominação externa e com o imperialismo, em seu exclusivo, e limitaria sua capacidade econômica e política de comandar arbitrariamente toda a sociedade, sem submeter-se a qualquer espécie de controle das classes trabalhadoras e das massas populares (Fernandes, 1984, p. 88).

Ao surgir da necessidade convergente das distintas frações da burguesia, em suas relações nacionais e estrangeiras, a ditadura implicou na imposição da vontade dessas frações, sob uma violência desnuda institucionalizada pela autocracia burguesa para com as classes trabalhadoras e subalternizadas. Esse fato implicou, em nossa visão, para além da aparente resolução da crise de dominação burguesa, fe-

nômeno que em si a ditadura não conseguiu resolver tendo em vista a própria necessidade de uma transição pactuada para um regime de democracia restrita e institucionalizada em 1988, mas não menos importante causou o que consideramos como um cenário hediondo para as classes trabalhadoras e subalternas, com perseguições, mortes e supressão das liberdades minimamente democráticas do próprio regime burguês.

Como experiência histórica, no campo da saúde, citaremos, com base nessa contextualização acerca da autocracia burguesa mediante o regime militar, o fato histórico da epidemia de meningite meningocócica entre os anos de 1971 a 1974, em plena ditadura empresarial-militar, nos conhecidos anos de chumbo, nos quais as medidas repressivas e autocráticas se tornaram mais intensas. Nesse período houve a gestão de dois ditadores: Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Todavia, o período de mais intensidade da epidemia estourou de fato em 1974, quando de fato não havia mais como o próprio regime censurar a doença que vinha causando diversas mortes (Barata, 1988).

Segundo as pesquisadoras Catarina Schneider; Michele Tavares e Christina Musse (2015) a meningite pode ser caracterizada como uma doença que tem como principal sintoma a inflamação nas meninges, membranas que revestem o cérebro humano. Há vários tipos de meningite, e para cada uma delas há uma causa e sintomas específicos. É causada por fungos, vírus e bactérias e seu sintoma também aglutina: dor de cabeça forte, febre alta, rigidez na nuca com dificuldade para movimentar a cabeça, desânimo e vômitos.

Segundo a pesquisadora Rita Barata (1988), ao pesquisar essa epidemia no município de São Paulo mediante uma leitura crítica do período chamado de milagre econômico da década de 1970, argumenta que esse período não veio acompanhado de uma melhoria das condições de vida das classes trabalhadores, pelo contrário, em 1970 por exemplo, 72% da força de trabalho da cidade era de assalariados, que em sua grande maioria (88%) enfrentavam uma carga-horária semanal igual ou superior a 40 horas, recebendo menos de 2 salários mínimos. Atrelado a esse movimento, o fluxo migratório de pessoas de outros Estados do país, bem como do interior do próprio Estado de São Paulo implicou na inserção periférica dessas pessoas, ocupando as piores instalações e ganhando os piores salários, além do aumento de acidentes de trabalho (Barros Silva, 2019) confluindo assim, para a precarização da



vida de modo geral. Essa informação pode ser evidenciada através dos dados epidemiológicos do município de São Paulo entre 1960 a 1975:

**Tabela 7** - Coeficiente de incidência por mil habitantes de doença meningocócica no município de São Paulo

Anos	Município de São Paulo	Áreas		
		Central	Intermediária	Periférica
1960/1969	1,9	1,11	1,31	2,7
1970	2,3	1,06	1,58	2,46
1971	7,4	5,07	7,42	7,13
1972	16,7	10,05	12,74	18,02
1973	28,7	18,3	25,33	31,17
1974	169,1	103,71	123,82	192,67
1975	48,3	25,53	43,19	53

**Fonte:** Município de São Paulo. Elaboração: Barata, 1988, p. 18.

Destacamos que, especificamente entre 1969 a 1988, São Paulo teve os seguintes prefeitos:

**Quadro 11** - prefeitos de São Paulo entre 1969 a 1988

Prefeito	Período	Partido
Paulo Salim Maluf	8 de abril de 1969 a 8 de abril de 1971	ARENA
José Carlos de Figueiredo Ferraz	08 de abril de 1971 a 21 de agosto de 1973	-
Miguel Colasuonno	28 de agosto de 1973 a 17 de agosto de 1975	ARENA
Olavo Egydio Setúbal	17 de agosto de 1975 a 12 de julho de 1979	ARENA
Reynaldo Emygdio de Barros	12 de julho de 1979 a 15 de maio de 1982	Arena até 1980, Partido Democrático Social (PDS) após 1980
Antônio Salim Curiati	15 de maio de 1982 a 15 de março de 1983	PDS
Mário Covas Júnior	10 de maio de 1983 a 1 de janeiro de 1986	PMDB
Jânio da Silva Quadros	1 de janeiro de 1986 a 1 de janeiro de 1989	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

**Fonte:** <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288417>. Acesso em: 18 jan. 2022. Elaboração própria.

Durante grande parte da epidemia, pelo menos entre os anos de 1969 a 1975, os prefeitos de São Paulo estavam na ARENA, partido do regime militar. É preciso

destacar que naquele período havia a institucionalização bipartidária com dois partidos principais: ARENA, e o MDB, este, um grande partido tutelado pelo regime militar para aglutinar setores de oposição. No plano Federal essa relação fica mais evidente pelo fato dos militares tomarem a função da presidência desde 1965, obviamente sem uma homogeneidade, mas que em si, estavam coadunados num bloco representado pela ARENA. No quadro abaixo podemos observar de forma mais detalhada os presidentes do Brasil entre os anos de 1969 a 1990.

**Quadro 12** - presidentes do Brasil de 1969 a 1990

Presidente	Período	Partido
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974	ARENA
Ernesto Geisel	15 de março de 1974 a 15 de março de 1979	
João Baptista de Oliveira Figueiredo	15 de março de 1979 a 15 de março de 1985	
José Sarney	15 de março de 1985 a 15 de março de 1990	ARENA de 1975 a 1979; PDS de 1980 a 1984; MDB após 1984.

**Fonte:** <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em: 18 jan. 2022. Elaboração própria.

Com o comando de Emílio Garrastazu Médici o Ministério da Saúde sofreu alterações mediante o Decreto-Lei 200/67. Essas alterações promoveram a incorporação do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), criado em 1956 no governo de Getúlio Vargas, à Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). Em 1970 também foi criada a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde (DNEES), no Departamento de Profilaxia e Controle de Doenças (Schneider, Tavares e Musse, 2015).

Do ponto de vista da organização do sistema de saúde da cidade de São Paulo, inexistia um serviço de vigilância epidemiológica de forma organizado, havendo apenas o cadastramento de casos da doença no hospital Emílio Ribas, isso, sem nenhum tipo de protocolo:

A epidemia de doença meningocócica pôs a descoberto a anarquia na organização dos serviços de saúde no município de São Paulo, revelando a inoperância da rede hospitalar e a total falta de integração entre os serviços locais, destinados ao primeiro atendimento, e os hospitais [...] a anarquia na prestação de serviços hospitalares

manifesta-se na desorganização do setor como um todo, isto é, na ausência de integração institucional e hierárquica entre os serviços e na falta de regionalização, dificultando o acesso dos pacientes, e na deficiência de leitos, recursos materiais e recursos humanos para fazer face à epidemia (Barata, 1988, p. 84).

Atrelado à desorganização do serviço de saúde paulista, havia o fato também de que as camarilhas militares impediam que as reais informações circulassem e fossem de conhecimento público. Essa era uma forma de censurar informações da saúde pública como uma forma de procurar esconder a concreta situação da epidemia:

Segundo uma matéria publicada em março de 2009 no portal “A Voz Dissonante”, no ano de 1974, de acordo com registros do Ministério da Saúde, existiram 19.396 casos e nenhum óbito catalogado. Na entrevista, Dr. José Cássio de Moraes, médico epidemiologista, professor adjunto do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Santa Casa de São Paulo, afirma que as autoridades foram informadas que havia uma epidemia de meningite no país em 1971, porém, pôr o Brasil viver a época do “milagre econômico”, o governo considerava a epidemia um fracasso. “As autoridades de saúde negaram a sua existência”, diz ele. A negação perdurou até 1974. Segundo o médico, “só em 1974, no município de São Paulo, foram 12.330 casos; uma média de 33 por dia. No mesmo período ocorreram cerca de 900 óbitos” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 07).

Apenas em 1975 é que houve uma campanha Nacional de Vacinação, com uma vacina de origem francesa. Todavia, tal ação não apagou a ingerência sanitária realizada pelo regime. A censura e a não divulgação de informações de interesse público, especificamente no campo da saúde ocasionou no desconhecimento da real situação epidêmica, nos seus sintomas e na forma como o tratamento poderia ser realizado. Sem nenhum tipo de política epidemiológica a doença foi se espalhando e causando vítimas. Em São Paulo a doença era conhecida nas áreas periféricas, mas nada impediu que sua proliferação alcançasse as regiões mais nobres. Ao mesmo tempo, através dos fluxos que ligavam as cidades, e sem nenhum tipo de controle e barreira sanitária a meningite foi se disseminando para outras cidades (Barata, 1988).

Conforme a fala do médico Luiz Roberto Barradas Barata ao documentário **As Grandes Epidemias** realizado pelo Instituto Butantan, o regime militar de fato teria escondido da população a existência desses casos de meningite. Como a prolifera-

ção da doença passou a atingir também a tecnocracia do regime, especialmente militares e civis que faziam parte do governo (Butantan, 2016), estava nítido que o descontrole havia se instalado, e na busca de uma vacina para a doença, o regime tentou em diversos laboratórios a produção de algum imunizante, recebendo como resposta que tal produção ficaria pronta apenas em um ano, um espaço de tempo longo para um surto que já tinha fugido ao controle.

Contudo, o Laboratório dirigido pelo médico francês Charles Mérieux (1907–2001) aceitou a demanda e passou a produzir na França a vacina, que chegou ao Brasil meses depois. No Brasil, essas vacinas foram centralizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Salientamos que no caso de São Paulo, o hospital Emílio Ribas possuía apenas 300 leitos para o tratamento da doença, mas de acordo com Schneider, Tavares e Musse (2015) esse número se elevou em junho de 1974 para um total de 1.200 pacientes, indicando superlotação e colapso do sistema de saúde paulista. Esse colapso foi um dos motivos pelos quais não foi mais possível esconder a epidemia, obrigando as autoridades militares a admitirem de forma pública a existência da doença. Contudo, essa divulgação das informações era na verdade um engodo, tendo em vista que a censura continuou:

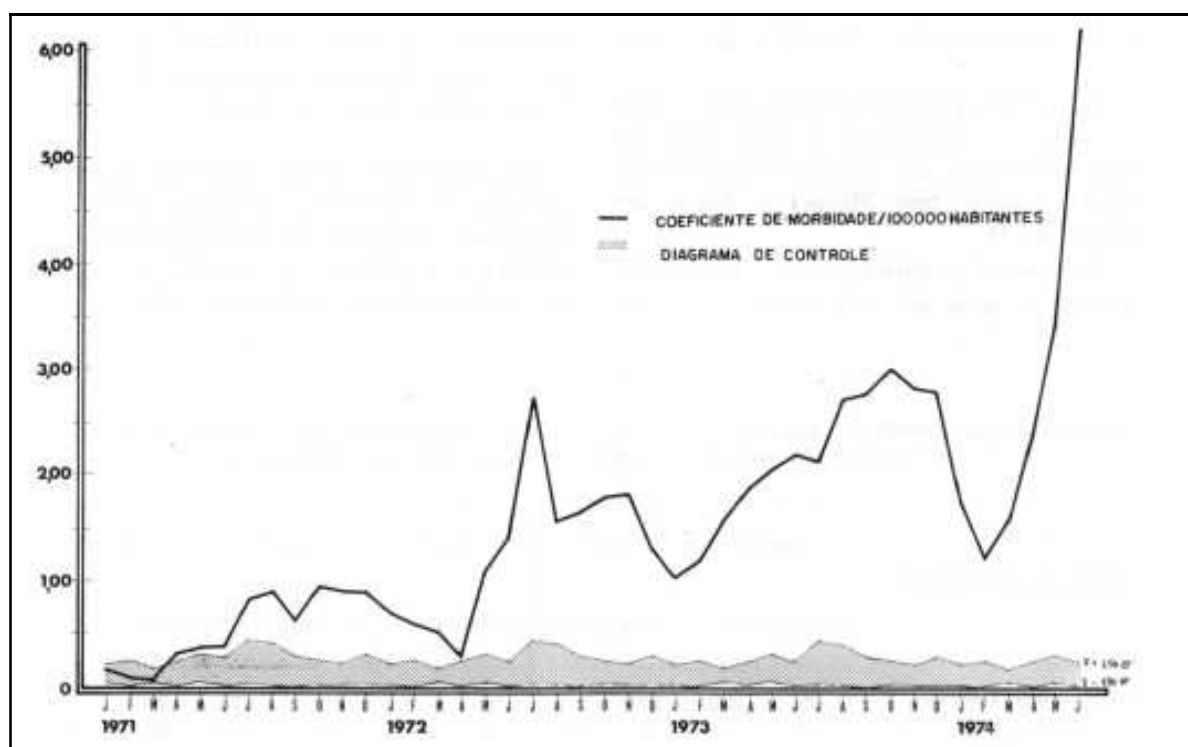
Segundo o médico José Cássio de Moraes, a liberdade de informar sobre a epidemia durou pouco e logo em seguida, em julho ou agosto de 1974, “se proibiu a divulgação de dados estatísticos a respeito da doença para não haver alarme da população”. De 1975 a 1978, foi o período em que a sociedade civil buscou recuperar as liberdades democráticas. De fato, a censura ao noticiário da meningite durou até início de 1975, quando o professor Walter Leser assumiu a secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Nessa época, já se preparava uma grande campanha de vacinação. Todas as pessoas com mais de seis meses de vida foram vacinadas. A vacinação começou em São Paulo e depois foi feita em outras regiões. No total, foram vacinadas quase 80 milhões de pessoas (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 08).

A manutenção da censura, e a manipulação de informações epidemiológicas são problemas graves para a realização de qualquer política sanitária que vise realizar uma gestão minimamente condizente com os elementos da realidade, veremos isso de forma clara no governo Bolsonaro, com a negação do governo em tornar pública tais dados. A supressão das informações dificultou a promoção de uma política efetiva de tratamento dos pacientes. Ademais, os jornais do período, especificamen-

te o Globo e a Folha de São Paulo, apoiadores do regime empresarial-militar, inicialmente não sabiam muito bem identificar a epidemia, o que demonstrava um certo grau de desinformação geral. Além disso, o período era marcado pelo efeito do AI-5.

Mesmo nesse contexto, tanto a Folha de São Paulo, quanto o Globo realizaram a cobertura da epidemia, procurando inicialmente passar tranquilidade e realizando a manutenção de uma imagem pública do regime, de que este estava tomando todas as medidas possíveis. Mesmo com tais manobras, em 1974 o ano mais marcante da epidemia em São Paulo, os números contestaram qualquer censura conforme podemos observar no gráfico produzido pela médica Lygia Busch Iversson (1976):

**Gráfico 14** - Morbidade mensal por meningite meningocócica no município de São Paulo, no período de 1971 a 1974.



**Fonte:** DESEP; R1-E; DSR-1; Secretaria de Saúde; Elaboração: Iversson, 1976, p. 05.

A Folha de São Paulo nesse período trouxe informações que tranquilizam a população, demonstrando em certo grau um suposto controle da doença. Além desse fato, o discurso científico foi manejado quando convinha:

Constata-se que houve várias matérias nos dois jornais tratando da questão do Carnaval, em que se colocava a possibilidade de mudança de data por conta da epidemia de meningite. Nesse momento, médicos, o Secretário de Saúde, técnicos e outras autoridades divulgaram um discurso de tranquilidade, afirmando a não necessidade de haver a mudança de data e que, até o Carnaval, a epidemia estaria contida e a população vacinada. Tal cenário pode ser encontrado, por exemplo, em matéria publicada em 05 de novembro, na qual o médico Manuel Ferreira, superintendente da Unidade de Planejamento, Avaliação, Programa e Pesquisas do Ministério da Saúde, afirmou: “é muito difícil convencer o carioca de que o Carnaval pode se transformar num grande foco de meningite” (Schneider; Tavares; Musse, 2015, p. 11).

Se o regime militar teve em vista esconder enquanto pode as informações referentes à doença, a mídia burguesa da época também foi conivente. Numa época de difícil acesso às informações governamentais, ainda mais num período ditatorial com controle de informações, fazia da autocracia burguesa um rebento de manipulação de informações, propiciando assim, até quanto a realidade permitisse, mortes e contaminações pela meningite. Concordamos com o fato de que houve um silenciamento, não apenas do regime militar, mas também da mídia burguesa em esconder informações do público, e de forma mais específica, das classes trabalhadoras. Até quando a epidemia atingia as camadas subalternas da sociedade naquele período, havia uma negligência por parte das classes dirigentes em tomar reais atitudes para conter o impacto da doença. Apenas quando está começa a transbordar os limites de classe, atingindo a burguesia, seja pela ameaça de fechamento de negócios, ou pela infecção e contágio, é que houve uma real preocupação na tomada de ações concretas.

Em que pese tais constatações, compreendemos que a comunicação é elementar para qualquer forma de alertar a população sobre os cuidados e as precauções que se deve tomar em relação a uma determinada patologia, especificamente em casos de epidemias. Todavia, a história tende a se repetir como tragédia, uma vez que processos semelhantes ocorreram na pandemia da Covid-19. A “desinformação” apareceu sob outros veículos como ainda veremos nesta tese, especialmente pela disseminação de *fake news*, endossadas pelo próprio presidente da repúbli-

ca, que não por acaso, é um militar e saúda ostensivamente o regime militar<sup>117</sup> como um momento em que as “liberdades”, a família, e a pátria foram salvas do comunismo.

Mas, dando continuidade ao nosso capítulo, teceremos alguns comentários sobre um dos problemas de saúde que se aproxima da Covid-19, e que na época também causou alerta internacional: a epidemia de H1N1. Visualizaremos de forma geral como ela foi abordada no Brasil e como o governo do PT lidou com esse problema.

### 3.2.5 A pandemia de H1N1

Das experiências do século XX, vamos explorar uma mais recente, do século XXI, mais especificamente do ano de 2009 mediante um novo vírus de influenza A (H1N1) oriundo de suínos, e que foi identificado entre seres humanos no México, se espalhando pelo mundo por meio de viajantes. No mês de outubro daquele ano um total de 195 países sinalizavam a presença do vírus, incluindo óbitos pela doença. Conforme a OMS sua proliferação ocorreu numa faixa-etária extensa, atingindo sobretudo crianças e adultos jovens (WHO, 2009).

Consoante o CDC<sup>118</sup> a doença é comum em porcos, existindo diferentes subtipos do vírus influenza suíno. Pessoas expostas a porcos podem contrair variantes do vírus que afeta esses animais, desenvolvendo a doença. A indústria suína em si traz preocupações para o controle sanitário, especificamente pelo fato de que esses animais também são infectados com vírus da gripe aviária, além daqueles vírus da gripe oriundos dos seres humanos, o que aumenta a probabilidade de saltos ecológicos entre as espécies através da síntese de material genético.

Os principais sintomas da gripe suína em seres humanos são: tosse, febre, dor de garganta, dores musculares, mal-estar e dor de cabeça. Em alguns pacientes foram relatados a presença de sintomas como náuseas e vômitos. Das pessoas que são hospitalizadas, cerca de 10% a 30% necessitam de UTIs, a evolução do quadro clínico pode levar à insuficiência respiratória e à Síndrome do Desconforto Respira-

---

<sup>117</sup> MERGULHÃO, Alfredo; CASTRO, Rodrigo. Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64. *Jornal O Globo*. 31 de março de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>. Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>118</sup> CDC. *Information on Swine/Variant Influenza*. Disponível em: <https://www.cdc.gov/flu/swineflu/index.htm>. Acesso em: 17 Nov. 2021.

tório Agudo (SDRA). As complicações clínicas podem evoluir para infecção bacteriana invasiva secundária, choque séptico, falência dos rins, disfunção de múltiplos órgãos, miocardite, encefalite e piora de doenças crônicas subjacentes, como asma, obstrução pulmonar crônica, ou insuficiência cardíaca congestiva (WHO, 2009).

A principal forma de transmissão dessa doença entre os seres humanos se processa através da exposição ao vírus mediante contato com uma pessoa infectada que espirra ou tosse. O vírus entra em uma das superfícies das mucosas por aspiração, ou pelo toque em algo contaminado. Esse toque ou contato, e o posterior contato das mãos com a região da face, em especial olhos, nariz e boca, ocasiona a entrada do vírus no organismo sadio. O seu período de maior contágio se dá nos primeiros cinco dias, e uma das formas eficazes de surtir prevenção é comumente a lavagem das mãos com água, sabão ou desinfetantes à base de álcool, e também a desinfecção de ambientes domésticos, hospitalares e públicos por meio da limpeza com uma solução diluída de alvejante. Contudo, o método de prevenção mais eficaz para a gripe suína é a vacinação (Jilani; Jamil; Siddiqui, 2021).

Nos chama atenção o fato de que a especificidade dessa gripe se aproxima de modo geral ao Covid-19, ou pelo menos no que diz respeito ao grau de atenção e medo diante de uma doença de potencial pandêmico. A pandemia suína de 2009 marcou profundamente àquele ano pelo pânico que foi gerado. Esse pânico influenciou para uma baixa no estoque de insumos médicos, a exemplo de máscaras cirúrgicas e álcool em gel, além de medicamentos como o tamiflu (Ujvari, 2021).

A gripe suína era desconhecida pelo organismo humano, e de forma semelhante ao que ocorreu com a pandemia da Covid-19, houve um processo de descoberta científica que levou tempo e aplicação de recursos. Gradualmente as publicações científicas e os boletins de instituições como a OMS passaram a identificar melhor as características da nova doença, apontando que as gestantes e pessoas com obesidade mórbida figuravam entre as pessoas com mais risco (Ujvari, 2021).

No Brasil a H1N1 foi identificada no mês de julho de 2009. Naquele ano o PT estava à frente do governo Federal com o segundo mandato de Lula. O MS era ocupado pelo médico José Gomes Temporão. Cabe lembrar que a H1N1 foi divulgada como uma doença de impacto pandêmico em abril de 2009, em maio daquele ano o Brasil montou um Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP) no Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CI-



EVS) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS). Segundo o Ex-ministro Temporão, diante das informações internacionais, e da experiência adquirida com o alerta internacional da Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS) em 2003, o Brasil adotou medidas como: monitoramento e ações de vigilância; notificações de casos; monitoramento de portos, aeroportos e fronteiras; recomendações aos viajantes; assistência aos casos e contatos; divulgação nos meios de comunicação; estruturação das redes de saúde; aquisição de insumos e tratamentos, além do desenvolvimento de capacidade para produção da vacina contra o vírus influenza A (H1N1) (Temporão, 2009).

Nesse sentido, cabe destacar as ações realizadas no âmbito de cada uma dessas linhas gerais indicadas por José Gomes Temporão, das quais produzimos um quadro sintético que podemos observar a seguir:

**Gráfico 15** - Principais linhas de ação do governo Federal em 2009 frente à H1N1

Área	Ações
Gestão pactuada	Realização de reuniões diárias com o Ministério da Saúde e suas Secretarias; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Monitoramento	Monitoramos sistematicamente os sítios na internet da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da OMS e sítios governamentais de países afetados para atualização dos casos no mundo. Acionamento das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para intensificar o processo de monitoramento e detecção oportuna de casos suspeitos de influenza A (H1N1).
Elaboração de diretrizes	Elaboração do Plano Brasileiro de Enfrentamento da Pandemia de Influenza; produção diária de notas técnicas;

Informação e Comunicação	Organização do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS); desenvolvimento de aplicativo online do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan); viajantes, em todos os vôos internacionais, recebem panfletos trilingües (em português, espanhol e inglês) com orientações acerca da epidemia; avisos sonoros feitos pela Infraero e divulgados pela tripulação durante os vôos e também nos saguões dos aeroportos; Criação do Disque Saúde (080061 1997), coordenado pela Ouvidoria do Ministério da Saúde; 53 inserções de lettering (comunicado em que uma voz narra um texto) em oito emissoras de televisão (até 30/04) e peças publicitárias com o personagem “Dr. Bactéria”, sobre as medidas de prevenção, na TV e no rádio; Produção de anúncios de esclarecimentos nos principais jornais do País; confecção de um milhão de folders e 400 mil cartazes sobre medidas de prevenção contra gripe, para distribuição na rede pública.
Controle Sanitário	Monitoração de portos, aeroportos e fronteiras; criação da Rede Nacional de Diagnóstico de Influenza;
Assistência aos casos e contatos	Definição de casos; manejo clínico em unidades de saúde; manejo de contatos; indicação de tratamento antiviral; biossegurança.
Formação	Instalação de rede para capacitar os profissionais de saúde, em parceria com instituições públicas de ensino.
Estruturação da rede de saúde	Rede CIEVS: 22 Centros de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde; Implantação do o Novo Regulamento Sanitário Internacional (2005)
Aquisição de insumos	Preparação de <i>primers</i> para realização do diagnóstico molecular da influenza A(H1N1) com o apoio da OPAS e CDC; Aquisição de 80.000 testes rápidos e distribuição de 1.000.000 de kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a rede de referência; Aquisição imediata de 6.250 tratamentos para adultos e 6.250 tratamentos pediátricos de Oseltamivir

**Fonte:** Temporão, 2009. Elaboração própria.

O Ex-ministro também destaca que desde 2003, já na gestão do PT, foi criado um Grupo Executivo Interministerial (GEI), que elaborou o Plano Brasileiro de Preparação para o Enfrentamento de uma Pandemia de Influenza. Esse grupo foi coordenado pela secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde, teve como objetivo acompanhar o processo de preparação no Brasil e prover as condições para a execução do Plano, além de:

[...] subsidiar a Presidência da República no processo de tomada de decisão referente à preparação do Brasil frente ao risco de pandemia; viabilizar a articulação interinstitucional necessária para o encaminhamento das decisões; criação de Grupos de Trabalho para a

proposição de novas normas e rotinas necessárias ao enfrentamento desta emergência em saúde pública; e elaboração de proposta orçamentária para viabilizar a operacionalização de ações contingenciais necessárias ao reforço da infraestrutura do país para lidar com emergências em saúde pública desta natureza (Temporão, 2009, p. 204).

No Plano Brasileiro de Preparação para Enfrentamento da Pandemia de Influenza identificamos os seguintes objetivos: a) reduzir o impacto de uma pandemia de influenza em termos de morbidade e mortalidade; b) otimizar os recursos existentes por meio de planejamento e programação oportunas; c) reduzir as repercussões de uma pandemia de influenza no aspecto socioeconômico e no funcionamento dos serviços essenciais do país.

O plano apresenta também a distribuição, em termos de gestão da pandemia, das responsabilidades e objetivos de cada parte componente do SUS: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde; Centro de Informações Estratégicas e Resposta em Vigilância em Saúde; Coordenação Geral de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis; Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública; Coordenação Geral de Programa Nacional de Imunização; Secretaria de Atenção à Saúde, etc. (Ministério da Saúde, 2010).

Segundo as informações disponibilizadas pelo MS, em 2009 a maior concentração de casos e óbitos por H1N1 se deu no eixo Sul-Sudeste do Brasil:

Em 2009, as Unidades Federadas (UF) que mais confirmaram casos de SRAG hospitalizados por influenza A/H1N1 2009 concentraram-se nas regiões Sul e Sudeste (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Em 2010, houve circulação do vírus nas regiões norte e nordeste, sendo que as UF que mais apresentaram casos foram Paraná, Pará, São Paulo, Maranhão e Piauí. Em 2011, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo apresentaram o maior número de casos confirmados (Ministério da Saúde, 2012, p.04).

Essas informações podem ser observadas na tabela a seguir, a qual contempla a evolução da epidemia entre os anos de 2009 a 2011.

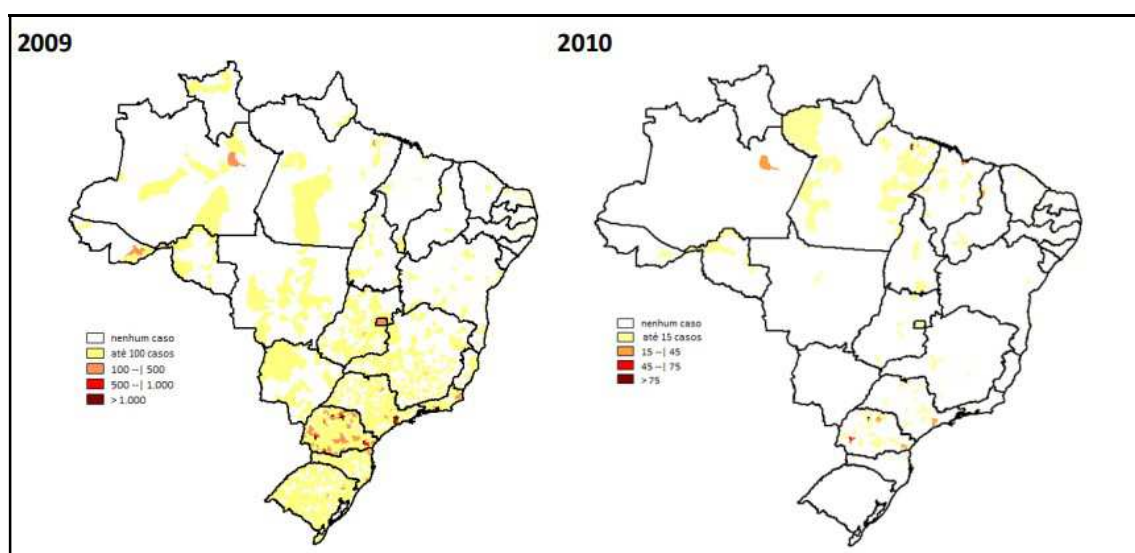
**Tabela 8** - Casos de SRAG notificados e confirmados para influenza A/H1N1 2009 por região

Região	2009			2010			2011		
	SRAG	A/H1N1 n	%	SRAG	A/H1N1 n	%	SRAG	A/H1N1 n	%
Norte	2.121	868	40,9	1.089	319	29,3	86	2	2,3
Nordeste	3.094	846	27,3	666	152	22,8	131	1	0,8
Sudeste	31.020	12.104	39	4.482	120	2,7	1.995	60	3
Sul	49.459	35.397	71,6	2.573	364	14,1	2.560	112	4,4
Centro Oeste	2.770	1.267	45,7	575	18	3,1	172	6	3,5
Total	88.464	50.482	57,1	9.385	973	10,4	4.944	181	3,7

**Fonte:** SINAN Influenza Web/SVS/MS. Elaboração: Ministério da Saúde, 2012.

No ano de 2009 observamos também que o pico com maior notificação de casos se deu no intervalo entre a 25<sup>a</sup> e a 49<sup>a</sup> semana epidemiológica. Geograficamente a maior concentração de casos se deu no centro-sul do país, com uma clara diferença entre os anos de 2009 e 2010:

**Figura 10** - Mapas com distribuição dos casos de SRAG confirmados para influenza A/H1N1 2009 por município de residência. Brasil, SE 16/2009 a SE 52/2010.



**Fonte:** SINAN Influenza Web/SVS/MS. Elaboração: Ministério da Saúde, 2012.

As maiores incidências correspondentes às regiões mais escuras ficaram concentradas no centro-sul do país. O Estado do Paraná apresentou uma maior concentração e homogeneidade em relação aos municípios que somaram um total

de casos entre 500 a 1000. Essa relação também se materializa em termos de óbitos, uma vez que o Centro-Sul do país apresentou os maiores números no ano de 2009:

**Tabela 9** - Distribuição dos óbitos de SRAG confirmados para influenza A/H1N1 2009 por região geográfica e ano de início dos sintomas. Brasil, SE 16/2009 a SE 52/2011.

REGIÃO	2009	2010	2011
Norte	50	48	0
Nordeste	62	23	0
Sudeste	992	17	6
Sul	789	21	14
Centro Oeste	167	4	1
Total	2.060	113	21

**Fonte:** SINAN Influenza Web/SVS/MS. Elaboração: Ministério da Saúde, 2012.

Até onde pudemos acompanhar o caso da H1N1 no Brasil, não percebemos polêmicas associadas à vacinação. Ou relatos jornalísticos informando sobre a disseminação de *fake news*. A vacinação brasileira foi considerada de sucesso, no qual num espaço de tempo de três meses houve a imunização de mais de 88 milhões de pessoas. Quando a campanha de imunização iniciou, boa parte dos imunizantes já tinham sido adquiridos pelo governo federal porque em 2008 já havia compromissos firmados para a aquisição de três tipos de imunizantes para a H1N1. Além disso, foi investido recursos para a comunicação em saúde, especificamente para evitar a disseminação de ideias e boatos que colocassem em desconfiança o processo de vacinação.<sup>119</sup>

No dia 10 de agosto de 2010 a OMS declarou o início da fase pós-pandêmica da H1N1, o que em termos objetivos significa que esse vírus continuou a circular no mundo, juntamente com outros vírus sazonais, e em ritmo e intensidade diferentes entre os países, mas num potencial de mortalidade menor e controlado. Ainda segundo a organização, o H1N1 não sofreu alterações substanciais de modo a desenvolver uma maior mutabilidade e resistência a medicamentos como o antiviral fosfato de *oseltamivir*, além da vacina se mostrar eficaz para imunizar a população.

<sup>119</sup>BARIFOUSE, Rafael. Por que o Brasil vacinou 88 milhões em 3 meses contra H1N1 e agora patina contra covid-19. BBC News Brasil em São Paulo. 17 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56774966>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Segundo a Opa, a gripe promovida pelo H1N1 trouxe alguns ensinamentos para a gestão global de fenômenos epidêmicos. Entre as principais elencadas pelo organismo destacamos:

**Quadro 13** - Recomendações da OMS para a gestão da H1N1

Área	Especificação
Gestão	i) Estabelecimento e operacionalização de comissão para coordenar a pandemia em nível nacional, com auxílio de comitês científicos compostos por entes públicos e privados; ii) Existência de um centro de operações de emergência para centralizar a análise e coordenação da pandemia
Insumos	i) Existência de estoques de medicamentos antivirais, Equipamentos de Proteção Individuais e reagentes de laboratório desde o início da pandemia;
Capacitação	Realização de simulações e exercícios com intuito de identificação de deficiências logísticas nos planos nacionais de gestão da pandemia;
Comunicação	Promoção de alertas nacionais, decretos, e investimento em comunicação;
Financiamento	i) Alocação facilitada de recursos e atribuição de funções e responsabilidades, e aquisição de suprimentos por meio de rotas extraordinariamente rápidas; ii) Apoio de organizações internacionais para aquisição de suprimentos, e cooperação entre os países;

**Fonte:** PAHO, 2009. Elaboração própria.

Todavia, há também elementos críticos que chamamos atenção, a exemplo da necessidade de um melhor detalhamento e flexibilização dos planos nacionais. O fator econômico atrapalhou a plena implementação dos planos nacionais de controle da epidemia. Muitos países não realizaram uma efetiva alocação de recursos financeiros (Paho, 2009). No caso brasileiro, conforme a Fiocruz<sup>120</sup> a gestão da pandemia realizada no governo Lula, tendo à frente o Ex-ministro da saúde José Gomes Temporão é caracterizada como de sucesso. Entre os principais desfechos apontados

<sup>120</sup> Fiocruz. Combate à epidemia de H1N1: um histórico de sucesso. 26 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1314>. Acesso em: 17 Nov 2021.

pela organização se destacam o fato de que o país conseguiu liberar um total de R\$ 2,1 bilhões para a aquisição de vacinas e insumos. Também foram fechados acordos com três laboratórios: Glaxo Smith Kline, SANOFI Pasteur e Novartis. O governo realizou um acordo de transferência de tecnologia da vacina SANOFI Pasteur para que fosse produzida no instituto Butantan. Somada a essas ações, a própria Fiocruz aumentou a produção de medicamentos utilizados no tratamento da H1N1, no qual conseguiu produzir um kit nacional para diagnóstico da doença com um custo de 55% menor do que os kits internacionais.

Através do MS os Estados da federação receberam um total de 1,9 milhão de kits para o tratamento da gripe H1N1. Houve também o investimento em campanhas públicas para combater a disseminação de informações falsas sobre a pandemia. A campanha de vacinação conseguiu em três meses, conforme já destacamos, um total de mais de 80 milhões de pessoas vacinadas, um quantitativo superior, na época, aos programas de imunização de países como: Estados Unidos, França, Suíça e Alemanha.

Apesar do tom de “sucesso”, é válido destacar que nos limites do modo de produção capitalista as deliberações e diretrizes formuladas pela OMS e disseminadas pelos distintos países estavam dentro do esperado, numa visão racional e mínima de combate a uma pandemia. Em que pese essa constatação, é preciso destacar que, longe de qualquer saudosismo por um certo modelo de gestão, a própria OMS cai numa espécie de lugar comum fraternal entre os distintos países, além de fazer uma clara analogia entre a parceria público-privada, já que estimula a participação de entes privados na aquisição de insumos médicos, ou na produção de vacinas.

Segundo o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Deisy Ventura: ***Direito e saúde global: o caso da pandemia de gripe A(H1N1)***, um dos principais gargalos enfrentados na gestão dessa pandemia no Brasil diz respeito à regulação do antiviral *oseltamivir*. Naquela ocasião, o Ministério da Saúde indicou o medicamento para pacientes com agravamento do Estado clínico nas primeiras 48 horas. O objetivo era evitar o uso descontrolado do medicamento, bem como uma possível resistência ao seu uso. O debate girava em torno do risco que o tratamento tardio com o *oseltamivir* poderia ocasionar (Ventura, 2013). No Estado de Santa Catarina, um dos mais

afetados pela H1N1, o acesso tardio a esse medicamento teria ocasionado óbitos, conforme matéria veiculada pela Secretaria de Saúde do Estado:

Dos primeiros 28 pacientes que morreram este ano em Santa Catarina após contrair a gripe A, 14 tiveram acesso tardio ao medicamento antiviral oseltamivir, conhecido pelo nome comercial Tamiflu. Eles tomaram o remédio mais de cinco dias após o início dos sintomas. A conclusão faz parte de um estudo divulgado pelo Ministério da Saúde. Os técnicos do órgão analisaram as primeiras 28 das 52 mortes causadas pela doença no Estado.<sup>121</sup>

Essas acusações ao MS acabaram gerando uma onda descentralizada de prescrições médicas do *oseltamivir* ocasionando um descompasso entre o prescrito pela pasta da saúde e as políticas empreendidas pelas secretarias estaduais de saúde e médicos nos distintos Estados do país. Em 2010, quando a pandemia já apresentava sinais de estabilização, começaram a surgir, especialmente no continente europeu, críticas aos governos, por estes adquirirem o medicamento em abundância.

Consoante o pesquisador dinamarquês Peter Gøtzsche<sup>122</sup> (2016), a companhia suíça Roche, que fabrica produtos farmacêuticos teria omitido de publicar dados de ensaios clínicos, se recusando a compartilhar tais informações com pesquisadores independentes da Cochrane<sup>123</sup>. Além desse fato, o pesquisador afirma que o Tamiflu não apresenta nenhuma evidência que previsse complicações da influenza, ou que diminuiria sua propagação entre as pessoas. Após a repercussão negativa do não compartilhamento por parte da Roche dos dados referentes ao Tamiflu, a empresa teria prometido ainda no ano de 2009 a elaborar relatórios de estudos so-

<sup>121</sup> Gabrielle Bittelbrun. Mortes por Gripe A: Tratamento veio tarde demais. Diário Catarinense. 16 de julho de 2012. Disponível em: [https://www.saude.sc.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=2146:clipping-16-de-julho-2012-&catid=741:clipping-2012&Itemid=429](https://www.saude.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2146:clipping-16-de-julho-2012-&catid=741:clipping-2012&Itemid=429). Acesso em: 22 nov. 2021.

<sup>122</sup> **Peter Gøtzsche:** tem mestrado em biologia e química (1974) e em medicina (1984). É especialista em medicina interna; trabalhou com ensaios clínicos e assuntos regulatórios na indústria farmacêutica entre 1975 e 1983 e em hospitais em Copenhague entre 1984 e 1995. Foi cofundador da Colaboração *Cochrane* em 1993 e fundou o *The Nordic Cochrane Centre* no mesmo ano. Tendo publicado mais de 50 artigos nos 'cinco grandes' (BMJ, Lancet, JAMA, *Annals of Internal Medicine* e *New England Journal of Medicine*) e com trabalhos científicos citados mais de dez mil vezes. Cf. Gøtzsche, 2016. Para verificar o índice de citação de Gøtzsche no *Google Scholar* cf. <https://scholar.google.com/citations?user=7L2-bHgAAAAJ&hl=en>. Acesso em: 19 jan. 2022.

<sup>123</sup> A Cochrane é uma rede internacional, com sede no Reino Unido, está registrada como uma organização sem fins lucrativos. Essa organização reúne pesquisadores que trabalham na revisão de pesquisas científicas e na averiguação de ensaios clínicos para a produção de evidência científica. Cf. <https://www.cochrane.org/pt/about-us>. Acesso em: 19 jan. 2022.



bre o medicamento que não foram publicados em periódicos acadêmicos, passando a divulgá-lo no próprio site da empresa, promessa essa não realizada segundo Outra crítica que o autor lança é o fato de que a OMS selecionou pessoas para emitir orientações sobre medicamentos para *Influenza* remuneradas pelas próprias empresas que realizam o comércio do produto, o que pode ser caracterizado como conflito de interesse. Todavia, essas informações não chegam a constar nos relatórios da OMS.

Em meio à essas repercussões, que também foram ventiladas ao Brasil, o MS<sup>124</sup> procurou se defender argumentando que a compra no ano de 2009 de antivirais para tratar 14,5 milhões de pessoas foi baseada em critérios técnicos do Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde. Ademais, a compra realizada diretamente com o laboratório resultou num preço 76,7% mais baixo do que valor de mercado. O governo do PT também procurou se defender das acusações veiculadas pela Revista Veja<sup>125</sup>, de que a intermediação da compra do *oseltamivir* teria sido realizada mediante um esquema de corrupção no qual propinas eram distribuídas entre os funcionários do MS. Outro problema associado ao medicamento era a insegurança do governo em decidir quem deveria indicar sua prescrição:

[...] no início da pandemia, o Ministério da Saúde teria alterado três vezes a orientação sobre quem tem a ‘palavra final’ na hora de receitar o remédio. Inicialmente, apenas unidades de referência poderiam ministrar o medicamento; a seguir, a distribuição do antiviral passou à rede ambulatorial, de unidades básicas de saúde ou de centros ligados ao *Programa Saúde da Família (PSF)*; por fim, todo médico passou a poder prescrever o Tamiflu — em qualquer destas hipóteses, apenas para os casos graves (Ventura, 2013, p. 187).

Também houve a intermediação via processo de judicialização em Saúde, requerimentos para a ampliação de leitos de UTI, liberação de medicamentos antivirais na rede hospitalar pública e privada, e a ampliação de exames para diagnóstico. Nesse sentido, como uma espécie de balanço das dificuldades relacionadas à gestão sanitária da H1N1, Deisy Ventura destaca a experiência do médico Eduardo

---

<sup>124</sup> Luciana Lima. Agência Brasil. Em nota Ministério da Saúde nega intermediação na compra de Tamiflu. 18 de setembro de 2021. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-18/em-nota-ministerio-da-saude-nega-intermediacao-na-compra-de-tamiflu>. Acesso em: 22 nov. 2021.

<sup>125</sup> Propina era paga dentro da Casa Civil. Revista Veja. 18 de setembro de 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/propina-era-paga-dentro-da-casa-civil/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Hage Carmo, então Diretor de Vigilância Epidemiológica do governo federal durante a pandemia:

Finalmente, que balanço poderia ser feito, ainda que sumariamente, da gestão da pandemia no Brasil? Para o Diretor de Vigilância Epidemiológica do governo federal durante a pandemia, Eduardo Hage, as dificuldades no enfrentamento da “primeira onda” foram as seguintes: o alto grau de incerteza da doença (gravidade, transmissibilidade e tempo de evolução); a inexistência de medidas de controle efetivas durante a fase mais crítica; a necessidade de revisão contínua de protocolos médicos; a produção de *oseltamivir* e a logística de sua distribuição; a sobrecarga da rede hospitalar e da rede laboratorial; a insuficiência de profissionais e o esgotamento das equipes; e o grande problema de comunicação, que Hage definiu como a “percepção da população, dos meios de comunicação e dos profissionais em relação a uma pandemia”, o que inclui a difusão do número de casos, óbitos e estimativas, as informações sobre o uso do medicamento antiviral e a insuficiente articulação com sociedades científicas (Ventura, 2013, p.191).

O aspecto da mídia aparece como um dos elementos que chama atenção. Os comunicados sem nenhum preparo na área de informação em saúde ativas alertas de pânico na população, gerando transtornos para o serviço público mediante a alta demanda por algum procedimento citado em matérias jornalísticas. Esse fato se potencializa com a descentralização informativa provocada pelas mídias digitais, no qual o acesso à informação na palma da mão através da tela dos *smartphones* mediante aplicativos como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *WhatsApp* e *Telegram* pulverizam informações, que em muitos casos podem ser falsas ou equivocadas.

Desse modo, Ventura (2013) observa que no Brasil um dos principais problemas no enfrentamento de emergência de saúde seria a ausência de uma legislação no campo do direito sanitário que forneça as condições de cidadania para as pessoas, bem como os instrumentos jurídicos para a atuação do Estado. Apesar de avaliarmos que os ajustes e a intenção de garantia de direitos fundamentais à vida sejam elementos mínimos que o ser humano deve ter acesso, não podemos nos restringir ao elemento institucional ou imanente da gestão, especialmente vista sob uma perspectiva verticalizada, no qual as decisões são realizadas por cima. Esse é um debate que adentra no campo da participação popular, mas que no caso de episódios como o de uma pandemia, evidenciam as fissuras de um Estado de classe, que apesar de possuir uma autonomia relativa no tocante à tomada de decisões, não está desprendido dos interesses da classe dominante e dirigente.

Conforme vimos até o presente momento de nossa exposição, as medidas tomadas por cima não conseguem escapar a esses interesses, intimamente relacionadas ao campo dos interesses materiais. Não se trata, por assim dizer, de um viés economicista, mas de reconhecer que a saúde não está desprendida de tais interesses, e que a tomada de decisão em saúde nem sempre é balizada por um viés técnico e científico, sendo esse um dos principais dilemas quando desvendamos os processos inerentes a realização de uma determinada política sanitária, ou da conformação de um projeto modernizador para sanear uma determinada área portuária, ou até mesmo melhorar a imagem do Brasil diante do cenário internacional com vistas a promover uma relação comercial que aceite os produtos produzidos em nosso território.

Não há como entender a realização de ações em saúde por parte de um governo se não inserirmos tais fatos num contexto histórico, com atores e figuras políticas que defendem perspectivas de classe. Os casos de doenças com potencial pandêmico que citamos apresentam especificidades e singularidades únicas de um determinado tempo histórico da formação econômico-social brasileira, mas também externalizam certa singularidade que na essência do processo em movimento demarcam interesses de classe e aglutinações de medidas atreladas a esses interesses. Esse processo gera um movimento contraditório e de choque entre as concepções médicas, biológicas e sanitárias, e àquelas políticas, desfazendo o laço aparente de que saúde e política não teriam uma vinculação orgânica. Em todos os exemplos que citamos, seja de um período mais remoto de nossa história, ou mais recente, a política e a luta pelo poder político estiveram presentes.

O caso de patologias com potencial pandêmico também nos leva a outra discussão ligada ao plano internacional. No caso da H1N1, segundo Robb Wallace (2020a), sua difusão geográfica seguiu um padrão de hierarquização mediante a rede mundial de circulação de pessoas. Destaca-se que, de modo semelhante à pandemia da Covid-19, a gripe suína seguiu uma hierarquia de polos metropolitanos definidos particularmente pelo poderio econômico e pelas interconexões com a cidade do México, local no qual foi detectado primeiramente o vírus. Esse pesquisador também chama atenção a um fato curioso sobre a nomenclatura da doença. A H1N1 foi comumente denominada como gripe suína, por implicar num salto ecológico do patógeno dessa espécie para os seres humanos, contudo, esse rótulo passa uma

ideia naturalista a respeito da doença, como se os seres humanos, suas ações e o metabolismo homem-natureza não fosse condicionado pelas reações sociais de produção.

Essas questões nos faz admitir o interesse numa perspectiva do direito sanitário, mas também lançar críticas ao limite desse direito, entendendo que, em formações econômico-sociais dependentes, como no caso brasileiro, esses direitos sempre encontram limites de classe bastante definidos, o que exige um pensar que aglutine o direito numa perspectiva democrática, mas que procure avançar no sentido mais substancial, considerando nessa equação que vivemos numa sociedade de classes, com distintos interesses materiais.

Tendo em vista esse panorama que realizamos neste capítulo III de nossa tese, o capítulo a seguir aprofundará nas especificidades da pandemia da Covid-19. Nesse capítulo entenderemos o surgimento da doença, de que modo ela se liga aos elementos teóricos e empíricos que apresentamos, e como no Brasil ela se disseminou a partir de uma geografia pandêmica. Portanto, esse próximo capítulo é essencial para nos aprofundarmos melhor na crítica à forma como o governo Bolsonaro lidou com a pandemia, uma vez que apresenta informações conjunturais concretas sobre a epidemiologia da Covid-19.

## CAPÍTULO 4

# GEOGRAFIA DA COVID-19: DO SURGIMENTO À DIFUSÃO ESPACIAL



O geógrafo — Antoine de Saint-Exupéry

O príncipezinho assentou-se na mesa, ofegante. já viajara tanto!—De onde vens? perguntou-lhe o velho.—Que livro é esse? perguntou-lhe o príncipezinho. Que faz o senhor aqui?—Sou geógrafo, respondeu o velho. — Que é um geógrafo? perguntou o príncipezinho.—É um sábio que sabe onde se encontram os mares, os rios, as cidades, as montanhas, os desertos (Saint-Axupéry, 2020,p.75).

Tivemos em vista intitular esse capítulo no sentido de trazer para a discussão como o SARS-CoV-2 foi se proliferando no território brasileiro. Em que pese as diferenças inter e intrarregionais, vamos averiguar como o Covid-19 chegou ao Brasil e como ela se dissemina. Para isso, lançamos mão de um arcabouço teórico e empírico da Geografia, mais especificamente da Geografia da Saúde, por nos oferecer uma dimensão geoespacial dos principais meios de difusão da pandemia.

Nesse sentido, num primeiro momento vamos buscar entender disseminação especial do vírus, buscando no arcabouço geográfico essa dimensão, para que assim, num segundo momento consigamos compreender como um vírus que apresentou os primeiros sinais na China, conseguiu amplitude. No terceiro momento avaliamos sua chegada ao Brasil, e como se deu a sua forma de disseminação no território brasileiro, esse itinerário é fundamental para compreendermos como o governo federal deveria se antecipar em termos de ações, para impedir a disseminação, ou pelo menos, criar mecanismos de contenção viral para não gerar colapso do SUS e do sistema funerário brasileiro.

Esse panorama já apresenta elementos empíricos que nos ajuda a entender melhor a condução da pandemia pelo governo Bolsonaro. Tratando-se de uma pandemia, e de um vírus com alta capacidade de proliferação, e considerando o fato de que se tratou de uma patologia nova para o organismo humano, a realização de barreiras geográficas ao nível administrativo: fechamento de fronteiras, instalação de equipamentos sanitários em aeroportos, cancelamento de voos e viagens internacionais seria um primeiro passo para tentar impedir a rápida disseminação do vírus no território, enquanto outras medidas são tomadas: preparação do sistema de saúde em termos de profissionais e estrutura de atendimento, aquisição de insumos, vacinas, etc.

#### 4.1 Elementos para apreensão da geografia da pandemia

Resolvemos incrementar a nossa tese com um pequeno esboço acerca da importância da Geografia, e especificamente da Geografia da Saúde para o entendimento da Pandemia da Covid-19. A especificidade de nosso objeto exige que, ao nos depararmos com um fenômeno de ordem global, que se expressa de forma particular e combinada a cada característica territorial, consigamos observar a materialização da Covid-19 na realidade brasileira. Do ponto de vista da epistemologia geográfica, o espaço geográfico, objeto de estudo desta ciência, pode ser considerado a condensação, tanto dos elementos naturais, quanto humanos. Por esse viés, não teríamos uma dicotomia do tipo—Geografia Humana e Geografia Física —, mas a interligação entre esses elementos que compõem, em nosso entender, às relações sociais de produção, no marco da totalidade.

Entendemos a partir de Saito (2021) que não pode haver uma clivagem entre elementos naturais e sociais. Nenhuma sociedade paira sobre a materialidade da vida inerente às relações sociais de produção. O elemento da saúde, como também observamos, não está acima da sociedade, como se fosse um âmbito metafísico. Pelo contrário, a determinação social do processo saúde-doença é caudatária de mediações (*Vermittlung*) que evidenciam no marco da totalidade, como os seres humanos ficam saudáveis ou adoecem a partir das próprias relações sociais estabelecidas, e como essas relações são condicionadas pela produção material da vida, conflitos de classe, exploração do trabalho, opressão de classe e dinâmicas relativas à alienação do trabalho no capitalismo.

Nesse sentido, avaliamos que o espaço geográfico, tal como caracterizado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos<sup>126</sup> na obra ***A natureza do espaço*** é profícuo em nossa tese, tendo em vista que é compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de ações (humanas) e objetos. Esse entendimento forneceu à Geografia um olhar holístico acerca da realidade, trazendo para o debate de forma mais sis-

---

<sup>126</sup> **Milton Santos (1926–2001)**: Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1948; Doutor em Geografia pela Universidade de Strasbourg (1958). Um dos mais respeitados geógrafos do mundo e do Brasil. Desenvolveu pesquisas e investigações acerca da realidade urbana brasileira e latino-americana, se destacando epistemologicamente com a contribuição para o entendimento do objeto de estudo da Geografia. Cf. <https://miltonsantos.com.br/site/biografia/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

tematizada categorias do pensamento geográfico como paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo (Santos, 2017). Dessa forma, ao manusear conceitos como o da técnica, enxergada como a relação estabelecida entre homem e natureza, representadas num conjunto de meios instrumentais e sociais dos quais o homem produz a vida e cria o espaço geográfico, o autor nos fornece pista para entender a história humana materializadas no espaço. Esse espaço pode ser interpretado como caudatário de uma lógica organizativa de objetos utilizados segundo uma determinada lógica.

Assim como observamos no caso do capitalismo, que não pode ser considerado homogêneo, devido os distintos processos de formação econômico-social, Santos (2017) argumenta de modo semelhante que as técnicas produzidas pelos homens também não podem ser enxergadas desse modo, tendo em vista que sua difusão desigual permite, sobretudo ao pesquisador, diferenciar do ponto de vista histórico o conjunto de técnicas, e qual se torna mais universal em determinado período. Aqui, o processo do trabalho apresenta uma preponderância significativa uma vez que é por meio dele que a intermediação das técnicas que o homem usa realiza a conjunção entre tempo e espaço.

Se o espaço não é homogêneo, tampouco ele é unidirecional e o mesmo a partir dos distintos períodos históricos. Desse modo, a forma como o desenvolvimento do meio técnico, científico e informacional foi processado no século XX é distinto daquele do século XIX. Esse pensamento implica no fato de que a cada lugar geográfico também há ligação a um determinado conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho. Com o capitalismo há uma tendência à universalização, sem apagar as particularidades locais:

[...] o capitalismo vai contribuir para a aceleração do processo que leva à internacionalização das técnicas, antes mesmo de desembarcar, neste fim de século, em sua globalização: a universalidade das técnicas não mais como tendência, mas como fato [...] Já o processo iniciado com o capitalismo e hoje plenamente afirmado com a globalização, permite falar em uma idade universal das técnicas, idade que pode ser contada a partir do momento em que surgem (cada uma dessas técnicas) (Santos, 2017, p. 57).



Em que pese o nosso olhar para a questão da globalização, aqui enxergada como imposição de técnicas na transformação espacial sobre a hegemonia da burguesia internacional e suas frações de classe, é preciso destacar que essa tendência à universalização, já descrita por Marx e Engels em 1848 no ***Manifesto do Partido Comunista*** indicava claramente a força do desenvolvimento das técnicas e lógicas de relações sociais estabelecidas sobre a racionalidade burguesa:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação dos bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (Marx; Engels, 2010, p. 44).

Apesar de Santos (2017) não trabalhar nessa chave de leitura da realidade, seu pensamento sobre o espaço geográfico nos ajuda a entender a correlação existente entre centro e periferia. Se no marxismo temos a Teoria Marxista da Dependência (TMD) que explorará essa relação (Luce, 2018), Milton Santos aborda a questão ao refletir que na conformação desse avançar das técnicas, a idade e a técnica existente em cada lugar é influenciada por fatores internos e externos, e em países chamados pelo autor de subdesenvolvidos, há uma distinção em termos criadores e de dependência quando comparados aos países denominados como centrais. A citação de Milton Santos para definir o que seria o espaço geográfico, e que se tornara conhecido do meio profissional da Geografia nos traz uma dimensão do pensamento desse autor:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acrésci-

mos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (Santos, 2017, p. 63).

Em que pese seu ecletismo temperado, essa definição se torna, ao nosso ver, um chamado à reflexão de Marx, sobretudo no tocante à produção do espaço geográfico, uma vez que Santos (2017) considerará um sistema de objetos sinônimos de um conjunto de forças produtivas e de um sistema de ações ou conjunto de relações sociais de produção. Inclusive, contra uma determinada visão simplória da dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção, Milton Santos considera que não é completo ao raciocínio a dicotomia entre esses dois elementos. Essa relação dialética se interpenetra de modo que tanto relações sociais de produção, quanto as próprias forças produtivas sintetizam patamares de relações sociais sobre o qual os homens se organizam em sociedade.

Essa leitura também nos lembra o debate realizado por Lênin sobre o Desenvolvimento do Capitalismo em sua fase imperialista, ao apontar para a característica de seu desenvolvimento de forma desigual nos distintos territórios:

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo (Lênin, 2011, p.180).

Esse desenvolvimento desigual também atua sobre os elementos endógenos de cada formação econômico-social, atuando dialeticamente com o desenvolvimento combinado como nos lembra Trótski:

Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trótski, 2018, p. 34).

Nesse sentido, essa conformação dialética entre desenvolvimento desigual, desenvolvimento combinado, intermediação diferencial entre a disseminação de técnicas e territórios, visto sob a perspectiva da totalidade nos é importante para entendermos como se deu a difusão espacial da pandemia da Covid-19. Não se trata aqui de uma mera descrição da evolução da pandemia pelo mundo até a sua chegada ao Brasil, mas de contribuir ao debate no sentido de perceber que as ações humanas, e em nosso caso, o próprio metabolismo existente entre natureza e sociedade, ou como diria Milton Santos, no sistema de ações e objetos, redundou na promoção da Covid-19.

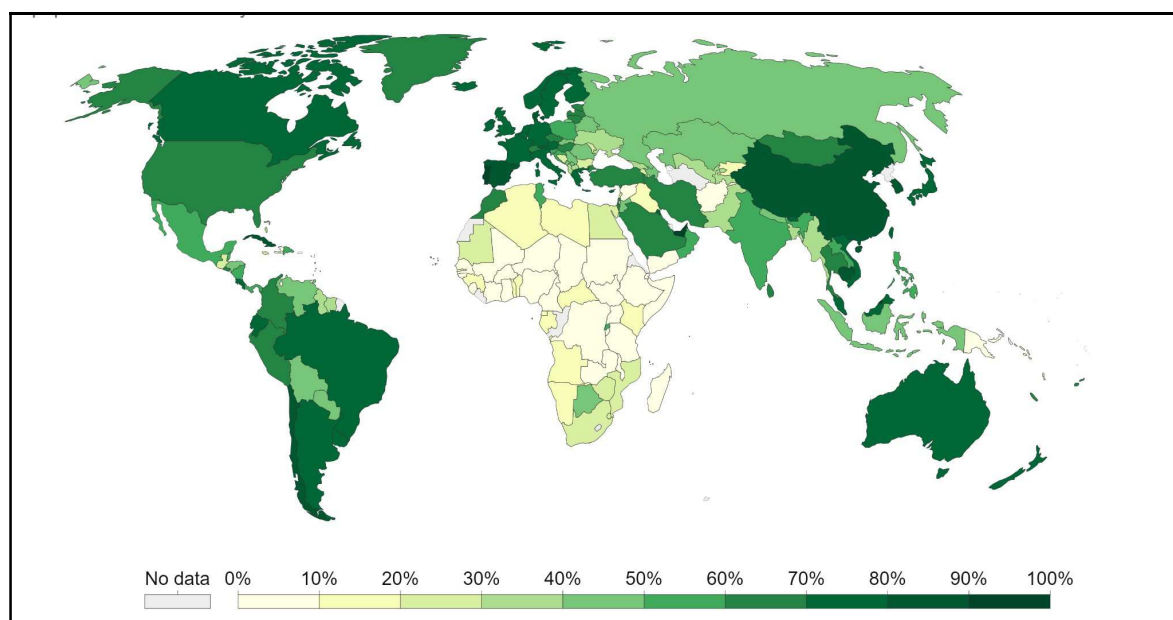
Essa correlação entre espaço geográfico e saúde não é nova, o próprio Milton Santos no ano 2000 proferiu uma palestra acerca desse tema, mais especificamente na Conferência magna proferida no I Seminário Nacional Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento, em 12 de julho de 2000. Nessa conferência o autor assinala que o âmbito da saúde pode sem dúvida ser visto pela ótica da técnica, mas chama atenção que esta deve ser vista também pela ordem das práticas concretas e dos recursos disponíveis. E que uma suposta noção de meio ambiente, que à primeira vista pode parecer que abarca a complexidade das ações e objetos, reduz o debate a uma esfera determinista, semelhante à visão de que haveria uma “medicina tropical”, produzida com o conhecimento e as técnicas europeias, reduzindo o debate a questão física, ou ao uso da técnica pela técnica, como se a economia política, a distribuição dos recursos produzidos socialmente não apresentasse nenhum impacto sobre tais questões.

Desse ponto de vista, para nós é importante retomar a noção geográfica presente no processo de saúde-doença no intuito de entendermos melhor como se deu a difusão espacial da Covid-19 pelo mundo e especialmente no Brasil. O aporte geográfico sedimenta uma interpretação contra um viés determinístico do qual a pandemia seria eminentemente um aspecto biológico, sem a presença da ação dos homens. Para Santos (2017), o homem anima as formas espaciais, dando vida e conteúdo. E dessa forma o espaço vai se coadunando como a síntese, sempre temporária, entre um determinado conteúdo social e as formas espaciais:

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agitados, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados (Santos, 2017, p. 109).

A imbricação desse processo a reboque de uma totalidade também nos ajuda a entender como um fenômeno de ordem global apresenta uma interdependência em relação às distintas formações econômico-sociais. Isso tem se demonstrado, para citarmos um exemplo objetivo, no caso da produção de vacinas de caráter mundial. A pandemia da Covid-19 abriu uma corrida pela produção de vacinas pelos laboratórios privados, mesmo com essa ânsia do “livre mercado” na produção de imunizantes, e passados mais de dois anos da pandemia, temos o fato de que o continente africano é um dos que apresentaram uma taxa de vacinação pífia, quando comparada ao restante do planeta (após dois de início das vacinações no Reino Unido, primeira localidade a receber a imunização no Ocidente):

**Figura 11** - Parcela da população totalmente vacinada (fevereiro de 2022)



**Fonte:** <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

Desse modo, as expressões espaciais, o desenvolvimento tecnológico, a estrutura de cada formação econômico-social, em consonância com as relações soci-

ais de produção estabelecidas no capitalismo, fazem a manutenção de uma ordem que segrega e cria párias internacionais. O lugar aqui não é desconsiderado, pois o global e o local se interpenetram dialeticamente num fenômeno como o da pandemia, em fração de segundos um vírus pode surgir em um local e circular o mundo pelos fluxos internacionais de transporte em questão de horas. Mais do que um evento biológico, a Geografia nos informa que a pandemia é um evento humano e social, que numa era de fluxos internacionais abertos à pretensa “globalização” ganha solidariedade entre as escalas geográficas, seja ela local, regional, nacional ou global. Por isso que Santos (2017) insiste na ideia de um espaço mediado pela ação humana, uma vez que:

Para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares. Nestes, eventos simples são amalgamados, formando situações. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual (Santos, 2017, p. 163–164).

No âmbito internacional Wallace (2021) chama atenção ao fato de que organismos como a OMS buscam esmaecer a responsabilidade de países e localidades para com a produção de determinados patógenos. Embora o autor tenha a visão de que a tarefa de rastreamento e filogenia implique na capacidade de vigilância genômica, também não exclui a visão acerca de como os espaços naturais foram modificados pela ação humana sob o imperativo capitalista.

O raciocínio de Milton Santos nos auxilia no entendimento dessa questão ao demonstrar que na história da relação entre sociedade e natureza houve a substituição do meio natural a um artificializado, instrumentalizado pela mesma sociedade. Nesse sentido, divide a história do meio geográfico em três elementos: o meio natural, técnico e o técnico-científico-informacional. No quadro a seguir podemos observar a distinção entre esses meios e verificar suas especificidades:

**Quadro 14** - Etapas da história do meio geográfico segundo Milton Santos

Meio	Descrição
Meio Natural	Nesse período o homem retirava da natureza partes fundamentais, valorizando as condições naturais. Não havia grandes transformações, as técnicas e o trabalho eram tidos como dádivas da natureza.
Meio Técnico	Emergência do espaço mecanizado. O meio é formado por objetos culturais e técnicos ao mesmo tempo. Os espaços, as regiões e os países se diferenciam pela densidade do uso dos objetos culturais e técnicos.
Meio Técnico-Científico-Internacional	Emerge após a segunda guerra mundial, se aprofundando na década de 1970. Há uma interação entre ciência e técnica no desenvolvimento das forças produtivas. A ciência e a técnica vão se aglutinar sob a hegemonia do mercado generalizado e internacional. Os objetos técnicos são também informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação

**Fonte:** Santos, 2017, pp. 234–238. Elaboração própria.

O imperativo das inovações tecnológicas-informacionais, que em nosso período, não tão distantes de Milton Santos, falecido no ano de 2001, demonstra a potência da análise desse autor. Tais inovações, que hoje inundam as telas de nossos *smartphones*, computadores e tablets, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas em distintas localidades. Embora esse fato seja uma realidade, Santos (2017) demonstra que o novo não é difundido de forma generalizada e homogênea, e tampouco total. Mesmo com a rapidez dos objetos técnico-informacionais, sua difusão também apresenta tempos e ritmos desiguais a partir das peculiaridades, tanto da formação econômico-social, quanto da socioespacial.

É sabido que o imperativo do lucro e da extração de mais-valor pela racionalidade capitalista implica em processos distintos, quando trazemos a chave de análise para uma reação de centro e periferia, embora também ocorra fenômenos dessa ordem em países centrais, na periferia o processo toma contornos deletérios a depender da estrutura vigente.

#### 4.1.1 Geografia e Saúde

No início da pandemia da Covid-19 observamos que a Geografia foi uma das disciplinas que mais contribuiu ao debate acerca do entendimento dos padrões de disseminação viral. Não apenas pela produção de mapas de difusão espacial, mas sobretudo pelas análises vinculadas ao expediente da pandemia nas variadas escalas de análise.

Através da produção intelectual de autores latino-americanos, especialmente do Brasil, houve grande contribuição da Geografia para a análise da Pandemia da Covid-19 mediante distintos recortes especiais. Destacamos aqui a realização da edição especial do Dossiê Covid-19 pela Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde—Hygeia<sup>127</sup> que aglutinou o saber geográfico no campo da saúde à interpretação da pandemia, numa produção genuinamente latino-americana. Também destacamos a realização do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde<sup>128</sup>, realizado de forma virtual, e que teve a premissa de reunir pesquisadores e pesquisadoras dedicadas à investigação de problemáticas que associam o campo da Geografia ao da Saúde.

Os interesses dos profissionais da Geografia por questões inerentes ao campo da saúde coletiva vêm aumentando de forma gradativa no decorrer dos anos, conforme atesta estudo realizado pela professora Martha Pereira (Pereira Xavier; Pereira, 2021). Embora a relação entre espaço e saúde seja antiga, retomando as observações de Hipócrates<sup>129</sup> considerado o pai da Medicina (Cairus; Ribeiro, 2005).

Segundo o professor Raul Borges Guimarães (Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista) essa relação entre Geografia e Saúde teve como

---

<sup>127</sup> A revista vem desde o ano de 2005 publicando pesquisas relacionadas ao campo da Geografia Médica e da Saúde. Ela pretende ser um espaço para divulgação da produção acadêmica e científica e tem como foco os temas da Geografia médica e da saúde, em interdisciplinaridade, tanto com as áreas da epidemiologia como da Saúde coletiva. É uma revista do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Cf. <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/about>. Acesso em: 03 fev. 2022.

<sup>128</sup> Esse evento vem sendo realizado desde o ano de 2003. Desde esse ano, o evento percorre o Brasil em todas as macrorregiões. Tornou-se um espaço de aprendizado, compartilhamento de saberes e reflexões em torno dos problemas teóricos e empíricos da Geografia da Saúde. Cf. <https://www.anaisgeosaude.com/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

<sup>129</sup> **Hipócrates (460 a.C.—370 a.C.)**: nasceu na ilha grega de Cós. É considerado o pai da medicina. Suas observações acerca da relação entre meio ambiente e saúde foram importantes para o desenvolvimento da medicina como um campo de conhecimento estabelecido. Cf. Ribeiro Jr, 2003.

premissa a preocupação em associar as condições ambientais com o surgimento de doenças. Embora essa perspectiva seja caudatária da influência hipocrática, ela ajudou a fundar os elos para a produção de conhecimento no âmbito da Geografia Médica, inspirada também pela Teoria dos Complexos Patogênicos desenvolvida pelo geógrafo francês Maximilien Sorre<sup>130</sup> (Guimarães, 2014). Nesse sentido, Sorre (1952) inspirado na interpretação de outro eminente geógrafo, Vidal de la Blache<sup>131</sup> traz a noção de gênero de vida como uma forma de abarcar as atividades realizadas pelos grupos humanos. A imbricação entre elementos naturais, fitogeográficos, e climáticos, com os aspectos da natureza e o desenvolvimento das técnicas possibilitam ao homem formas ativas de adaptação ao meio geográfico, social, político e econômico.

Esse resgate da questão do modo vida implica na sua correlação com o surgimento de doenças específicas. Segundo Guimarães (2014), ao enfrentar as questões vinculadas à Ecologia, na correlação entre os seres vivos e a observância das formas de resistência de parasitas, Max Sorre fundamenta a ideia de adaptabilidade dos indivíduos, sociedades e ambientes. Ao propor a noção de complexo patogênico, destaca que na teia de complexidade que permeia o trabalho do biólogo e do médico, há a noção orientadora que subjaz as pesquisas do geógrafo. A noção de interdependência dos organismos vinculados à produção de uma determinada patologia infecciosa permite a esse profissional inferir o complexo patogênico, que compreende para além do homem e do agente infeccioso, seus vetores e os seres que condicionam ou comprometem sua existência (Sorre, 1952).

Nesse sentido, como destaca Marcelo Urbano Ferreira (1991), os complexos patogênicos recebem o nome da patologia ao qual se investiga. Os complexos patogênicos em Sorre teriam vida própria, desenvolvimento e desintegração, seguindo uma espécie de epidemiologia evolutiva. O homem, nesse aspecto, fundamenta a ação de transformação ambiental, influenciando assim, em impactos epidemiológicos. Esse agenciamento entre hospedeiros, ambiente e vetores, que pode ser inclusive o

---

<sup>130</sup>**Maximilian Sorre (1880–1962):** geógrafo francês que promoveu investigações interdisciplinares no campo da biologia, Geografia humana, seu pensamento influenciou as reflexões do geógrafo e médico brasileiro Josué de Castro. Cf. Vieites; Freita, 2009.

<sup>131</sup>**Vidal de la Blache (1845–1918):** geógrafo e historiador francês. Lançou as bases para a compreensão da Geografia humana. Cf. Lira, 2014.



homem, pode variar conforme os gêneros de vida e as condições biogeográficas de cada ambiente.

Embora a contribuição de Max Sorre tenha promovido um avanço no âmbito da Geografia Médica, Guimarães (2014) reconhece que o desenvolvimento das forças produtivas, a rápida produção e criação das malhas urbano-industriais realizou modificações no espaço geográfico que ocasionaram em alterações nos modos de adoecer, de modo a promover uma rápida disseminação de patologias associadas à atividade laboral, as condições de vida e a desigualdade social. Embora a abordagem de Sorre (1952) acerca dos complexos patogênicos trouxesse contribuições ao debate, o rápido aprofundamento das relações sociais de produção, o acelerado círculo de rotação e realização das mercadorias no modo de produção capitalista fez com que o autor reconhecesse que determinadas patologias não encontram barreiras ecológicas para sua propagação.

Ao tempo que o surgimento da indústria se massificava, modificações na divisão internacional do trabalho promoviam diferenciações e um desenvolvimento desigual e combinado entre os distintos territórios. A isso também se constituiu o impacto na circulação de doenças. Em meio ao crescimento das cidades, havia do ponto de vista da Geografia a observação quanto ao modo de vida nas cidades. A emergência de um mundo urbano-industrial trazia a questão do saneamento uma chave de ação do Estado para controlar o processo de transmissão de doenças.

Certamente as análises realizadas por John Snow<sup>132</sup> na Inglaterra, mais especificamente em meados do século XIX em Londres, interposto comercial mundial, fazem jus à relação entre Geografia e Saúde. Embora Snow não fosse eminentemente um geógrafo, estes não se faziam pelo poder do diploma, especialmente numa época de descobertas científicas e estabelecimento de campos do saber. Sua influência em nosso debate se dá justamente pelo fato desse médico identificar em meio à agitação londrina, a correlação socioespacial entre casos do cólera, e a localização de uma bomba d'água:

Logo que me familiarizei com as características e grandeza do surto em questão, suspeitei que estivesse contaminada a água da frequentadíssima bomba de *Broad Street*, perto do fim de Cambridge Street. Contudo, ao examinar a água, no entardecer de 3 de setembro,

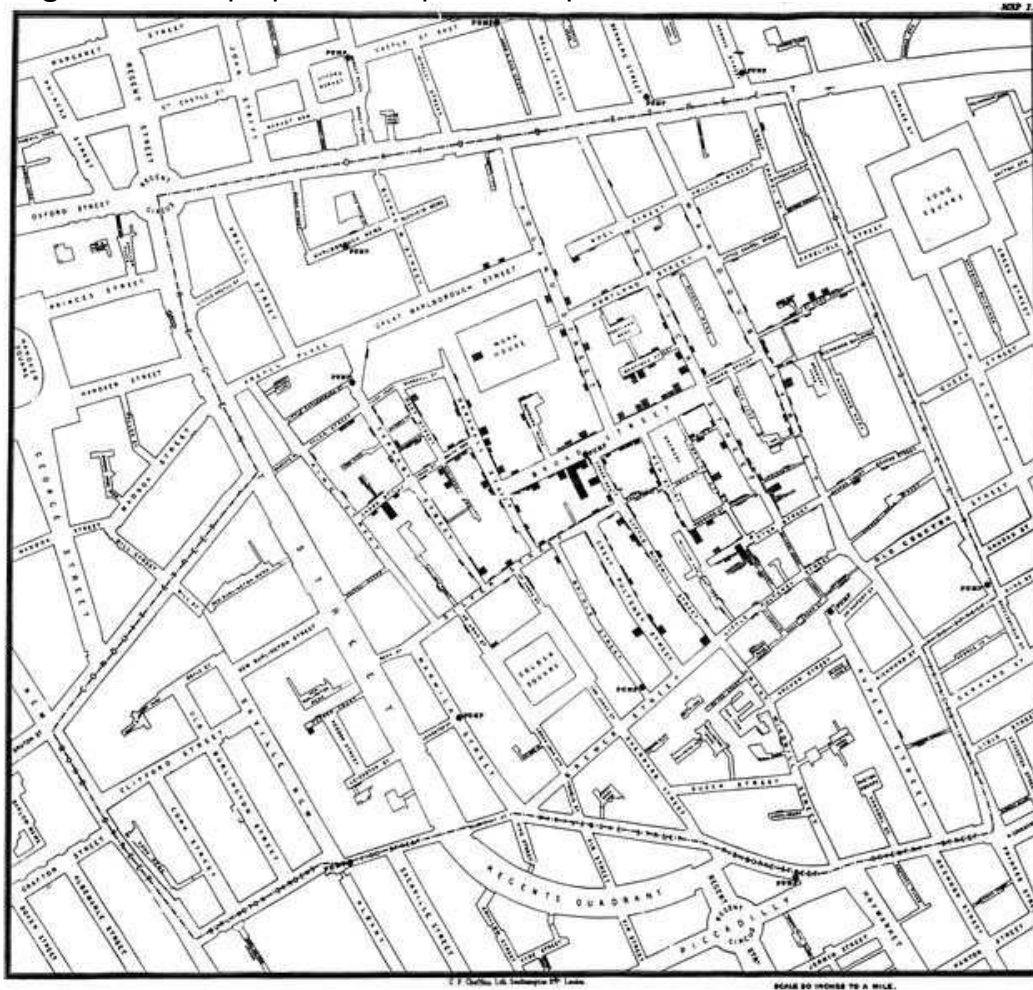
---

<sup>132</sup> **John Snow (1813–1858)**: Médico inglês, é considerado o pai da epidemiologia moderna pela contribuição de análises relacionadas a espacialização de patologias. Cf. Almeida Filho, 1986.

constatei tão pouca impureza de origem orgânica, que hesitei em tirar conclusões. Pesquisas anteriores, entretanto, convenceram-me que além da água da bomba já citada não existia qualquer outra circunstância ou agente comum somente à localidade restrita na qual ocorrera esse repentino aumento de cólera. [...] No próprio local, constatei que praticamente todas as mortes haviam ocorrido a pouca distância da bomba. (Snow, 1999, pp. 103–106).

Compreendemos que apenas a questão espacial não permitiria Snow a identificar o surto de cólera, seus conhecimentos médicos ajudaram a investigar melhor o fenômeno. Contudo, chamamos atenção ao fato dele conseguir distinguir correlações espaciais, eminente da ciência geográfica, e que contribuiu ao desenvolvimento das análises epidemiológicas. Na imagem abaixo é possível observarmos o mapeamento realizado por Snow para a localização dos casos do Cólera:

**Figura 12** - Mapa produzido por Snow para identificar casos de Cólera



Fonte: Snow, 1999, p. 111.

A visualização espacial do fenômeno do cólera em Londres estava atrelada às condições de vida da classe trabalhadora, conforme Engels escreveu em ***A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra***, conforme também já citamos nessa tese, quando fizemos menção à concepção de determinação social do processo saúde-doença. Aqui, no entanto, tanto a visão de Snow (1999), quanto a de Engels (2010a) identificam condições insalubres. Embora Snow em certa medida chame atenção para esse fato, não consegue ir à raiz do problema como Engels faz, ao identificar no processo de exploração do modo de produção capitalista a miríade de insalubridade pelas quais trabalhadores e trabalhadoras foram submetidos em Londres.

Todavia, em meio a esse desenvolvimento da técnica, e da produção geográfica do espaço, Guimarães (2014) destaca a partir da leitura do médico estadunidense George Rosen<sup>133</sup> que entre 1830 e 1875 o entrelaçamento entre saúde pública e planejamento urbano se tornaram simbióticos. O saber médico, aliado ao planejamento urbano constituía as práticas higienistas que passaram a vigorar nas cidades com o advento da urbanização e industrialização em grande escala. Chama atenção o fato de que muitas patologias passaram a ser sinônimos de imundície e por conseguinte ao modo de vida da classe trabalhadora e dos subalternos.

O desenvolvimento urbano nas cidades também forçou a Geografia ao desenvolvimento de novas ferramentas analíticas e concepções sobre a produção do espaço. Após a Segunda Guerra Mundial os pesquisadores da Geografia Médica refletiram sobre tais transformações de um modo pragmático, incidindo no desenvolvimento e aprofundamento das abordagens cartográficas no entendimento das patologias em relação ao espaço geográfico. O termo Geografia Médica que é originário do Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) realizado na cidade de Lisboa (Portugal) em 1949, tem sua sedimentação no ano de 1968 em Congresso realizado na cidade de Nova Deli (Índia). No ano de 1976, em Moscou, no Congresso da UGI há a mudança de nomenclatura para Geografia da Saúde.

Essa alteração considerou as alterações no espaço geográfico internacional, frutos da industrialização e do crescimento demográfico e urbano. A saúde não ficou mais restrita ao campo biomédico, agregando um conjunto crescente de profissio-

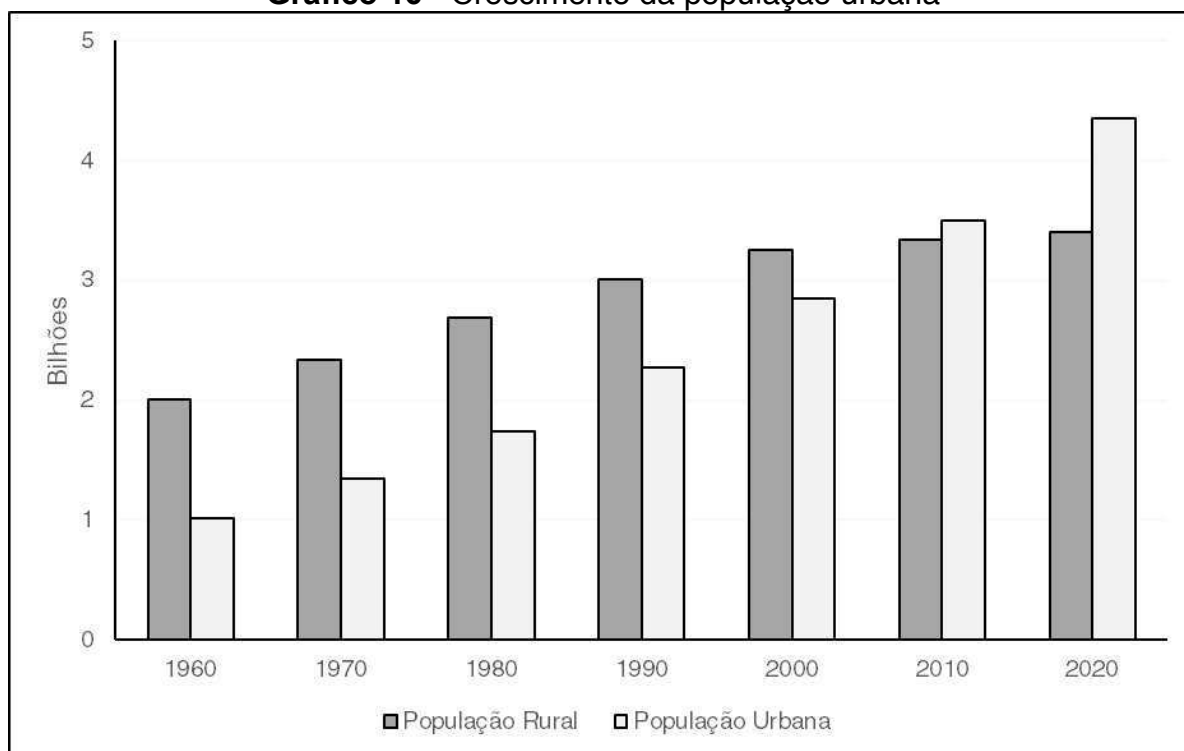
---

<sup>133</sup> **George Rosen (1910–1977)**: George Rosen foi um médico estadunidense, administrador de saúde pública, editor de periódicos e historiador médico. Seus principais interesses eram a relação dos fatores sociais, econômicos e culturais com a saúde.

nais: Sociólogos, Antropólogos, Geógrafos, Economistas, etc. Dessa forma, temos um deslocamento das análises geográficas vinculadas estritamente aos condicionantes ambientais para a análise dos fluxos de demanda e ofertas dos serviços de saúde nas cidades (Guimarães, 2014).

Na América Latina o desenvolvimento das reflexões epistemológicas realizadas por Milton Santos ajudou a trazer uma visão mais crítica acerca dos problemas de saúde e sua correlação com o espaço geográfico. Sob a hegemonia do neoliberalismo, que na década de 1970 apresentava como saída para a crise econômica capitalista o arrocho sobre as políticas sociais, abertura comercial a uma globalização desmedida e o avanço das contrarreformas sobre a classe trabalhadora, fez com que Santos (2012) lançasse críticas a própria Geografia, num impulso dialético de superação das concepções teórico-metodológicas dessa ciência. Na visão crítica desse geógrafo acerca dos processos universalizantes, como é próprio da relação hierárquica entre nações centrais e periféricas no capitalismo, ocorre uma universalização perversa no qual os avanços técnico-científicos e informacionais não chegam ao alcance de todos.

No âmbito da saúde podemos observar claramente a universalização perversa da saúde como mercadoria. Da disseminação de uma ideia de que esta pode ser comprada, adquirida e consumida. A universalização de um modo de vida cada vez mais arraigado em nosso tempo às redes sociais, às dinâmicas do fetiche da mercadoria encarnado no consumo como realização de si trazem a contrapartida do acesso à grande parcela da sociedade, sobretudo daqueles que vivem do trabalho, e dos subalternos e despossuídos. Do ponto de vista geográfico, especialmente atrelado a conjunção das cidades, tendo em vista o aumento das taxas de urbanização e das megacidades que a reboque também trazem desafios vinculados às patologias em ambientes urbanos latino-americanos como a Dengue (Catão, 2016). De 1960 a 2020 há uma inversão no número de crescimento de pessoas vivendo em ambientes urbanos. Os dados do Banco Mundial indicam que a partir da década de 2020 a população urbana supera a rural:

**Gráfico 16 - Crescimento da população urbana**

**Fonte:** Banco Mundial com base nas Perspectivas da População Mundial – Divisão de População da ONU. Elaboração própria.

São mais de 4 bilhões de pessoas vivendo em espaços urbanos, segundo Hannah Ritchie, (pesquisadora em GeoCiências na Universidade de Edimburgo), e Max Roser (pesquisador da University of Oxford). Pelo menos um em cada três moradores urbanos residem em favelas, influenciando para que a qualidade de vida nesses espaços seja precária (Ritchie; Roser, 2018). Em formações econômico-sociais dependentes, a exemplo da brasileira, o aumento da urbanização tem sido acompanhado pela disparidade sócioterritorial, representada pelos acessos ao espaço urbano diferenciados a partir da localização social do sujeito na produção material da via. Desse modo, em metrópoles nacionais como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, o acesso ao espaço urbano e aos locais de moradia seguros acabam sendo um reflexo de suas classes sociais, influenciando no adoecimento dos indivíduos de forma diferenciada.

O avanço das pautas neoliberais, as novas formas de exploração do trabalho transvestidas de empreendedorismo revisitam problemas associados à transição demográfica, especialmente em países como o Brasil, com aumento da população localizada na terceira idade, e conseqüente aumento das doenças crônicas. Além

disso, há o aumento das neoplasias, doenças do aparelho respiratório, circulatório, doenças psiquiátricas, dentre outras (Guimarães, 2014).

Salientamos que a importância de entender essas conexões espaciais, materializadas no espaço geográfico, nos fornece subsídios ao entendimento de como os fenômenos da saúde estão intrinsecamente associados às ações humanas. No âmbito específico da Geografia da saúde, esta é considerada pelos profissionais da Geografia como um campo disciplinar atravessado por temáticas de outras áreas do saber, mas que, utiliza a base teórica/metodológica da Geografia para investigação dos fenômenos (Pereira, 2021).

Nesse sentido, as noções geográficas permitem entendermos, a partir das Ciências Sociais como a Pandemia da Covid-19 se disseminou pelo mundo e sua respectiva chegada ao Brasil. Por esse motivo, no tópico a seguir trazer contribuições ao entendimento da pandemia no Mundo e posteriormente no Brasil.

## 4.2 Possível origem do Sars-Cov-2

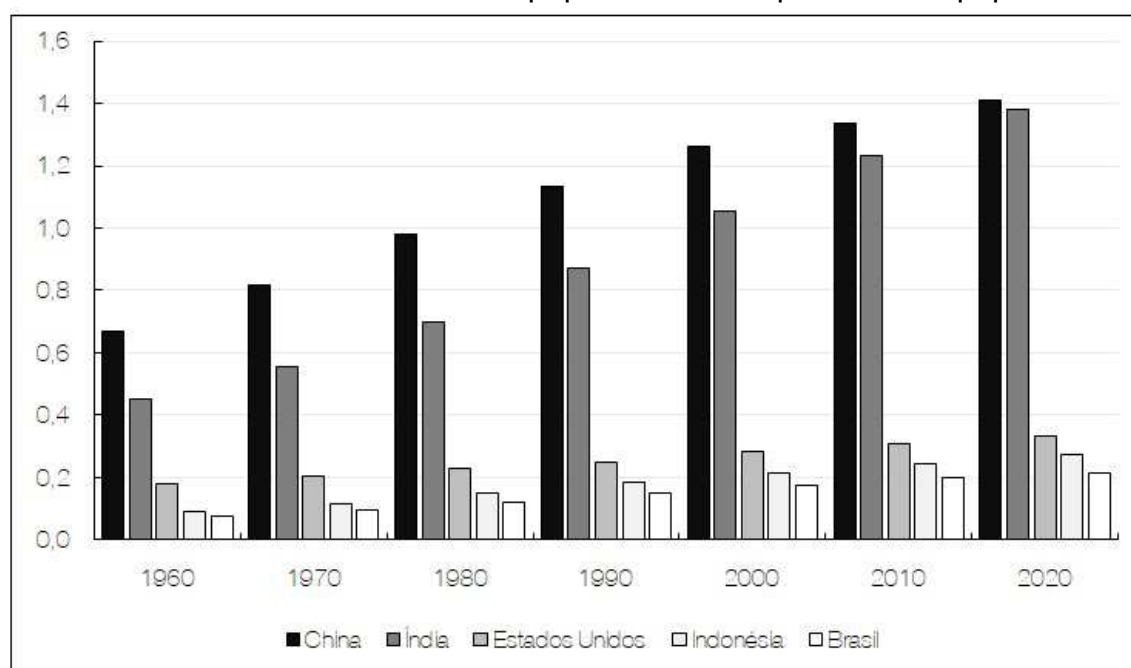
A formação cultural chinesa pode ser considerada milenar, apresenta peculiaridades que tem atualmente fonte de investigação por pesquisadores dos variados campos do saber. Aqui nos interessa visualizar algumas características associadas ao desenvolvimento chinês que redundam na forma como a pandemia tenha possivelmente surgido nesse território.

**Figura 13** – Localização de Wuhan (China).



**Fonte:** [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:China\\_CIA\\_map.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:China_CIA_map.png). Acesso em: 04 fev. 2022.

A China é um dos países mais populosos do mundo, segundo os dados do Banco Mundial apresenta cerca de 1,411 bilhão de pessoas (dados de 2020). Desde a década de 1960 que o crescimento populacional chinês tem chamado atenção no mundo, crescendo de forma gradativa no decorrer dos anos, estando a frente de países como Índia e Estados Unidos como podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 17 - Crescimento populacional dos países mais populosos**

**Fonte:** Banco Mundial. Elaboração própria.

Segundo Carlos Aguiar de Medeiros—Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — entre as décadas de 1980 e 1990 o país conseguiu atingir uma taxa de crescimento econômico num total de 9,5%, nos anos seguintes, especialmente em 1985 e 1995 essa taxa atinge a casa dos dois dígitos, apresentando um patamar de 10,2% de crescimento. Os dados do Banco Mundial atestam as informações mencionadas por Medeiros (1997), especificamente nos anos recentes, mesmo com a crise econômica de 2008, a China conseguiu manter um padrão positivo das variações percentuais do PIB, mesmo com decréscimo nos anos posteriores. No caso dos Estados Unidos, houve uma retração na ordem de -0,13%.

Em que pese esse fato, o processo de desenvolvimento chinês está vinculado à forma como, após a Segunda Guerra Mundial o regime político foi se estabelecendo mediante a Revolução Chinesa de 1949 (Coggiola, 1985). Diante da complexidade do tema em voga, e do significado do que seja o regime político chinês sob hegemonia do PCCh<sup>134</sup>, é preciso destacar que a centralidade estatal sob direção da

<sup>134</sup> Para maiores detalhes acerca da leitura sobre a Revolução Chinesa, indicamos além de Coggiola (1985), o texto de Seron (2020) e Barbieri (2021; 2023) no tocante a caracterização do regime político chinês, bem como do PCCh.



burocracia partidária (Barbieri, 2023), além do significativo contingente demográfico fazem da China um mercado consumidor potencial, tanto internamente, quanto do ponto de vista internacional, haja vista que o país mantém relações comerciais com os mais variados países, a exemplo do Brasil no período de administração petista, especialmente nos governos Lula pelo incremento do ciclo das *commodities*.

O fato é que a China é uma das potências internacionais emergentes que mais tem conseguido gerar crescimento econômico nas últimas décadas. Dados do Banco Mundial apontam que nos últimos vinte anos o país apresentou uma variação percentual do PIB superior ao dos Estados Unidos, inclusive na crise econômica de 2008. Apesar da China apresentar decréscimo, conseguiu manter uma variação percentual positiva na casa dos dois dígitos no ano de 2010 com um total 10,63%, contra 2,56% dos Estados Unidos. Todo esse crescimento econômico evidencia uma relação metabólica e de transformação do espaço geográfico que tem congregado alguns elementos que podem explicar o surgimento da pandemia no território chinês. O crescimento da demografia, acompanhado das transformações das forças produtivas chinesas criou uma série de fluxos internacionais que tem na China um interposto nas cadeias globais de produção.

Para Iuri Tonelo (2021), a década de 1990 e os anos 2000 marcam um ponto de clivagem significativo na economia chinesa, sobretudo pelo fato de que após a bolha econômica do chamado *ponto.com*<sup>135</sup> o país passou a ocupar o posto internacional de fábrica do mundo, o que influenciou para que sua economia pudesse alcançar variações percentuais positivas na casa dos dois. Sem embargo, o que num nível aparente pode significar uma ideia de desenvolvimento, esconde as condições deletérias pelas quais os trabalhadores chineses estão submetidos, o que explica como a ascensão econômica chinesa se materializou mediante a superexploração de milhares de trabalhadoras e trabalhadores. Segundo a *Human Rights Watch*<sup>136</sup> o PCCh tem atuado no sentido de controlar de forma mais rigorosa setores da sociedade civil consideradas como ameaças ao regime, especialmente àqueles que tem procurado realizar críticas ao partido na internet. O governo tem usado sistemas de

---

<sup>135</sup> Bolha econômica formada a partir do otimismo em empresas vinculadas à ascensão internacional da internet. Cf. <https://www.tecmundo.com.br/mercado/124475-historia-estouro-bolha-da-internet-ano-2000-video.htm>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>136</sup> Organização internacional com sede nos Estados Unidos. Realiza pesquisas no mundo acerca da violação dos direitos humanos. Cf. <https://www.hrw.org/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

tecnologia para vigilância e controle social, unindo a inteligência artificial, biometria e *big data*.

Ao seguirmos com nossa caracterização da formação econômico-social chinesa e sua relação com o surgimento da Covid-19, lembramos que autores como Ujvari (2011) contextualizam que na história das epidemias, fatores como a aglomeração humana, a ausência de protocolos sanitários, e sobretudo a convivência de várias espécies animais num mesmo ambiente são ingredientes inflamáveis para a promoção de saltos ecológicos de microorganismos. Nesse sentido, como os primeiros casos da pandemia foram identificados nas proximidades do mercado de Huanan em Wuhan, a comunidade científica internacional passou a investigar a possível origem da pandemia.

**Figura 14** - Localização do mercado de Huanan



**Fonte:** <https://www.bbc.com/news/world-asia-51224504>.

Acesso em: 15 fev. 2022.

Segundo a pesquisa realizada pela OMS<sup>137</sup> as análises de epidemiologia molecular à bioinformática indicaram que o SARS-CoV-2 estaria mais próximo do vírus da mesma família identificados em morcegos e pangolins<sup>138</sup>. Os dados analisados pela organização indicam que não é possível afirmar que tais animais sejam os progenitores diretos do vírus, uma vez que nenhum dos vírus identificados nesses animais são suficientes semelhantes ao SARS-CoV-2 para tal afirmação.

A análise das informações produzidas permitiu inferir pelo menos quatro cenários para a introdução do Sars-Cov-2 na ecologia humana: a) transmissão zoonótica direta para humanos (transmissão); b) introdução por um hospedeiro intermediário seguido de *spillover*; c) introdução através da cadeia alimentar (fria); e d) introdução mediante um incidente de laboratório. Esta última possibilidade foi bastante ventilada nos meios de comunicação, principalmente entre líderes políticos como Donald Trump<sup>139</sup> e Bolsonaro. A argumentação dessas lideranças políticas era responsabilizar a China pela pandemia, formulando a hipótese que a disseminação do vírus foi intencional mediante interesses econômicos.

Não obstante, para cada uma dessas hipóteses de trabalho a OMS estipulou uma avaliação de risco qualitativa com base nos dados e informações produzidas pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Destaca-se assim o seguinte parecer da organização:

**Quadro 15** - Hipóteses de infecção inicial do Sars-Cov-2 por seres humanos

Meio	Nível de risco
Transbordamento zoonótico direto	Possível a provável
Introdução através de um hospedeiro intermediário	provável a muito provável
Introdução através de produtos frios/da cadeia alimentar	Possível
Introdução através de um incidente laboratório	Extremamente improvável

**Fonte:** WHO, 2021, p. 09. Elaboração própria.

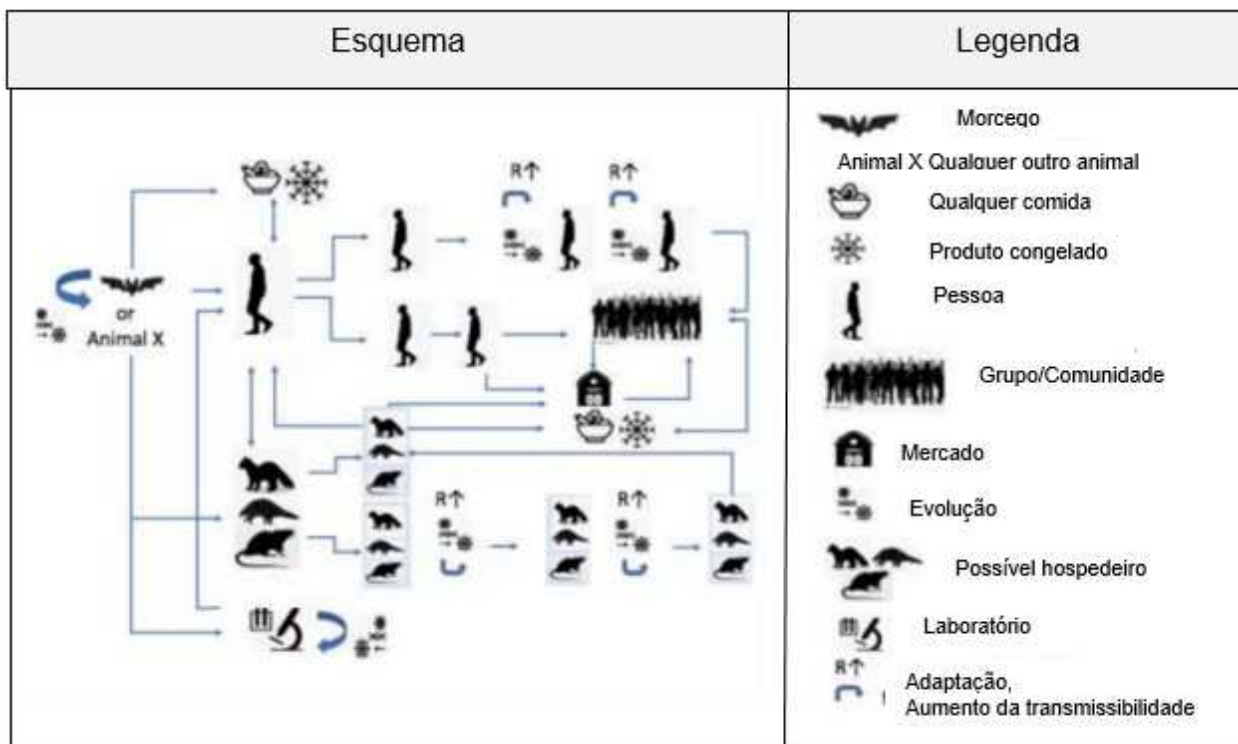
<sup>137</sup> Cf. WHO. convened global study of origins of SARS-CoV-2: China Part. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>138</sup> É um pequeno mamífero escamoso encontrado em partes da África e da Ásia. Cf. <https://wildfor.life/pt/world-pangolin-day>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<sup>139</sup> BBC. Trump se diz confiante de que COVID-19 pode ter surgido em laboratório chinês. 30 Abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-se-diz-confiante-de-que-covid-19-pode-ter-surgido-em-laboratorio-chines/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Na figura abaixo é possível observar também um esquema que ilustra as quatro hipóteses de transmissão:

**Figura 15** - Esquema de possíveis caminhos de transmissão inicial do Sars-Cov2<sup>140</sup>



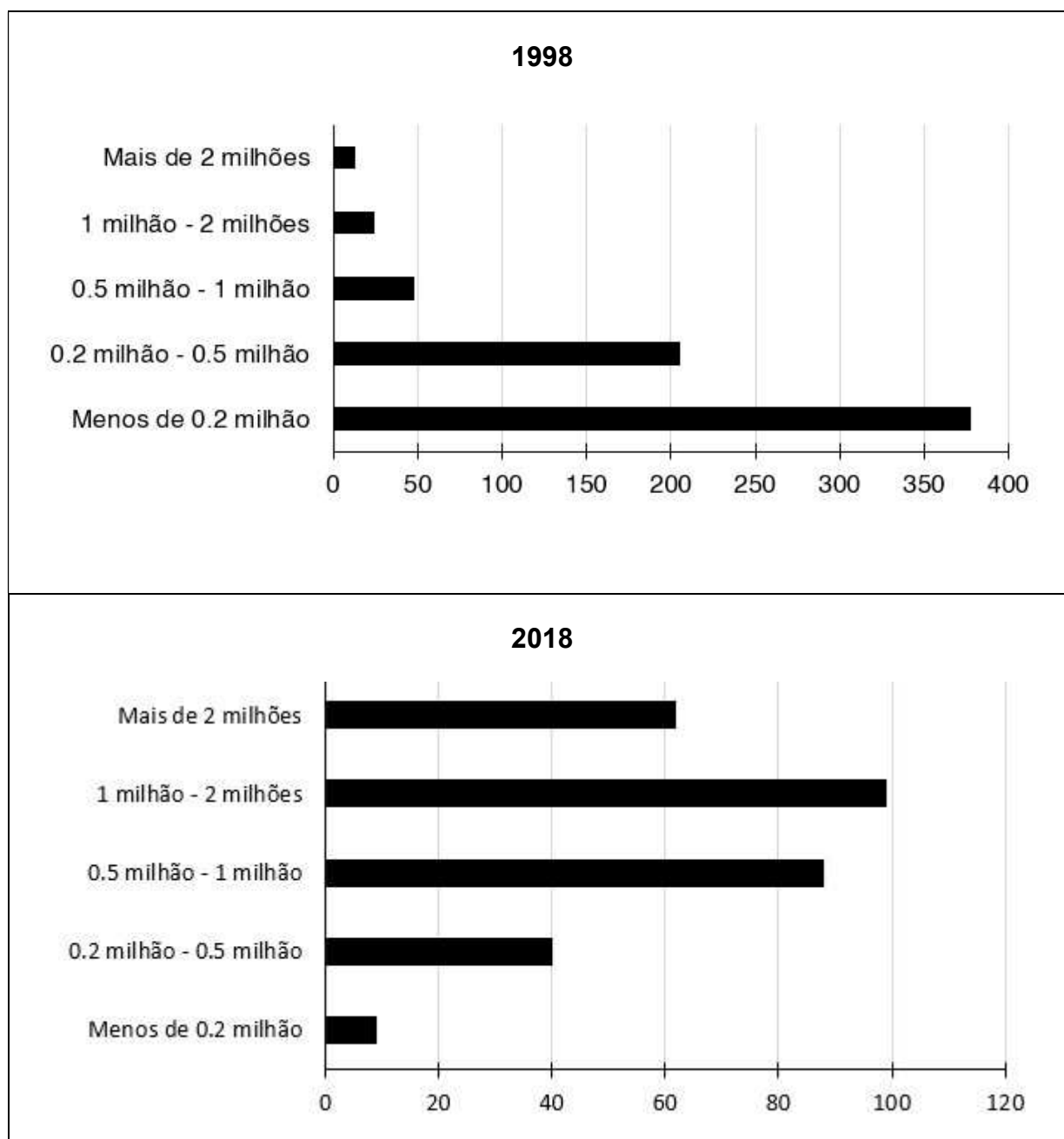
Fonte: WHO, 2021, p. 112.

No caso de uma transmissão zoonótica direta, essa possibilidade não é nenhuma novidade entre os pesquisadores que estudam o tema. É comum na história da microbiologia e da epidemiologia que ocorram casos de transmissão de patógenos de animais para os seres humanos. É preciso considerar que a maioria das patologias emergentes tem origem em reservatórios animais. Em 2003, em meio a epi-

<sup>140</sup> Esquema geral para possíveis vias de emergência, fornecendo uma estrutura conceitual para possíveis rotas de emergência de SARS-CoV-2. Os ícones devem ser interpretados de maneira genérica e a localização e o tempo não são indicados. Os animais representados refletem espécies animais que foram discutidas em relação à infecção potencial, mas também podem ser substituídas por outras espécies. Com base nas evidências dos estudos realizados até agora, foram propostos estudos de pesquisa de acompanhamento para as três primeiras opções. As setas indicam direções de possível transmissão. Os símbolos que indicam "evolução" destinam-se a refletir quaisquer mutações, recombinação, seleção de variantes que levem a uma maior capacidade de infectar outras espécies e/ou transmitir (WHO, 2021, p. 112, tradução nossa).

demia de SARS na Ásia, foi possível identificar em morcegos da espécie *Rhinolophus* a presença de SARS-CoV. Esse vírus apresenta similaridade com o SARS-CoV-2. Estes animais foram encontrados no Camboja em 2010, China e Japão em 2013, e Tailândia em 2020. Pesquisas anteriores também indicam a presença do SARS-CoV no Pangolim Malaio. No caso dos morcegos há o conhecimento de que eles são o reservatório de muitos vírus zoonóticos com potencialidade de projeção para outros mamíferos (WHO, 2021).

A OMS também assinala uma disparidade entre o SARS-CoV-2 e os coronavírus identificados nesses animais, argumentando que o contato entre seres humano e morcegos/pangolins não são tão comuns quanto o contato humano com o gado e animais selvagens ou domesticados. Cabe salientar que em algumas localidades e países é comum o consumo da carne desses animais, todavia, não há identificação de transmissão por essa via (WHO, 2021). Embora a OMS realize essas observações, lembramos que a organização parece esquecer é que o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo impulsiona um maior contato dos seres humanos com os ambientes e nichos ecológicos antes intocados. Desde a década de 1990 tem ocorrido na China um processo de adensamento urbano com concentração de pessoas formando cidades com milhões de habitantes conforme podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 18** - Número de cidades por grupos populacionais

**Fonte:** *National Bureau of Statistics of China.*

**Dados:** <https://www.stats.gov.cn/english/> . Elaboração própria

Desde a década de 1970, conforme já citamos, a China passa por transformações que mesclaram um regime político de partido único com uma economia de mercado capitalista. Se no período anterior houve, após a chamada revolução comunista de 1949 o país enfrentou problemas vinculados ao desenvolvimento das suas forças produtivas, chegando na década de 1960, mediante imposição do PCCh

de Mao Tsé-Tung<sup>141</sup> ocorre uma política de grande salto adiante, no qual os espaços agrícolas foram coletivizados de forma a causar fome entre a população (Ouriques; Andrade, 2010), a aproximação da China do Ocidente, especialmente com os Estados Unidos, e a política econômica de abertura aos fluxos de investimento internacionais fizeram que o país fosse um ambiente propício para a exploração capitalista.

Dessa forma, no plano do seu adensamento urbano, houve a reconfiguração do espaço geográfico chinês a partir dos interesses do capitalismo. Esse aspecto se liga à escolha do governo chinês pela industrialização em áreas urbanas, gerando um desenvolvimento regional heterogêneo (Ruiz, 2006). Esse crescimento também influenciou no fluxo migratório chinês, que apresentou um movimento endógeno das regiões mais pobres para as mais dinâmicas economicamente (Ouriques; Andrade, 2010).

Esse padrão espacial pode ser evidenciado ao observamos a espacialização da rede de transportes na China com um movimento de expansão e concentração nos grandes centros urbanos. Essa evolução influenciou em transformações no espaço geográfico que conformaram sistemas de engenharia que conectaram as distintas províncias do país aos fluxos internacionais de comércio e indústria. De 1980 a 2017 temos um crescimento considerável de ferrovias de até 1000 km, passando de 53.000 km para um total de 127.000 km em 2017. Esse mesmo padrão se repete quando olhamos o número de autoestradas e aeroportos civis chineses:

---

<sup>141</sup> **Mao Tsé-Tung (1893–1976):** Mao Zedong nasceu, em 26 de dezembro de 1893, na vila de Shao Shan, província de Hunan, China. Filho de pais camponeses. Entre 1911 e 1912, participou como soldado do exército revolucionário que lutou contra a dinastia Manchu que dominava o país. Mao ocupou a Presidência da República Popular da China até após o fracasso do “Grande Salto para Frente”, em 1959. Permanecendo como Presidente do Partido Comunista Chinês, em maio de 1966, iniciou a Revolução Cultural, tendo permanecido como Presidente do partido até a sua morte em 1976. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/mao/index.htm>. Acesso em: 15 fev. 2022.

**Tabela 10** - estruturas espaciais de transporte na China

Ano	Ferrovias - 1000 km		Rodovias padrão - 1000 km		Aeroportos Cíveis
	Total	HSR	Total	Auto-estrada	
1980	53,3	-	521,1	-	78
2000	68,7	-	1315,9	16,3	139
2017	127	25	4338,6	136,4	229

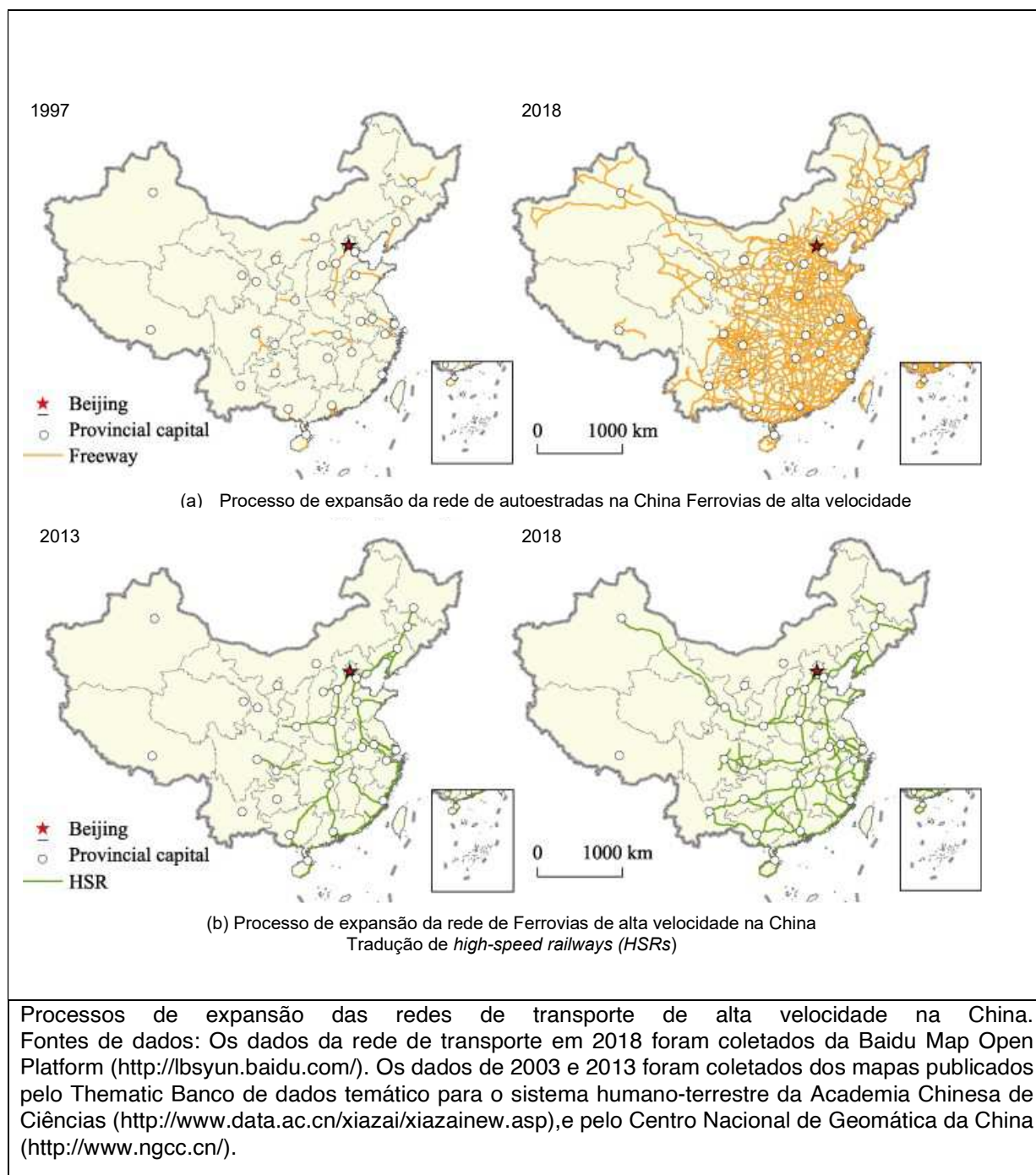
**Fonte:** *National Bureau of Statistics of China*. Elaboração: Jin; Chen (2019).

O impulso da industrialização chinesa, acompanhada do adensamento populacional em cidades cada vez mais populosas propiciou o crescimento do número de veículos, aeronaves e locomotivas, aumentando a capacidade de transporte de pessoas e mercadorias pelo território chinês. Os dados são expressivos e mostram um salto em termos de capacidade de transporte. De 1980 a 2018 houve um aumento de 3,4 bilhões de passageiros para mais de 18 bilhões, um crescimento de mais de 600%. De Leste a Oeste o espaço geográfico chinês passou por um processo de modernização em suas vias aéreas (Jin; Chen, 2019).

Com vistas a atender às expressões do capitalismo no país, o governo chinês, desde 1995, vem criando fluxos hierárquicos que seguem um padrão “local-regional-nacional”. O interesse maior dessa estratégia se processou em dois aspectos: a) conexão da capital (Pequim) e os demais núcleos urbanos; b) conexão entre regiões que passavam por um processo de desenvolvimento para a criação de uma rede regional de fluxos. Nesse sentido, houve uma preocupação inicial em fortalecer as vias na região de Pequim, Tianjin—Hebei, a província de Shandong, a província de Henan e a região do delta do rio Yangtze. A esse modo, as primeiras autoestradas incluíam uma escala nacional entre Pequim—Shanghai, a autoestrada Shenyang-Haikou e a autoestrada Pequim-Hong Kong-Macau:



**AFigura 16 – Expansão da rede de transporte chinesa**

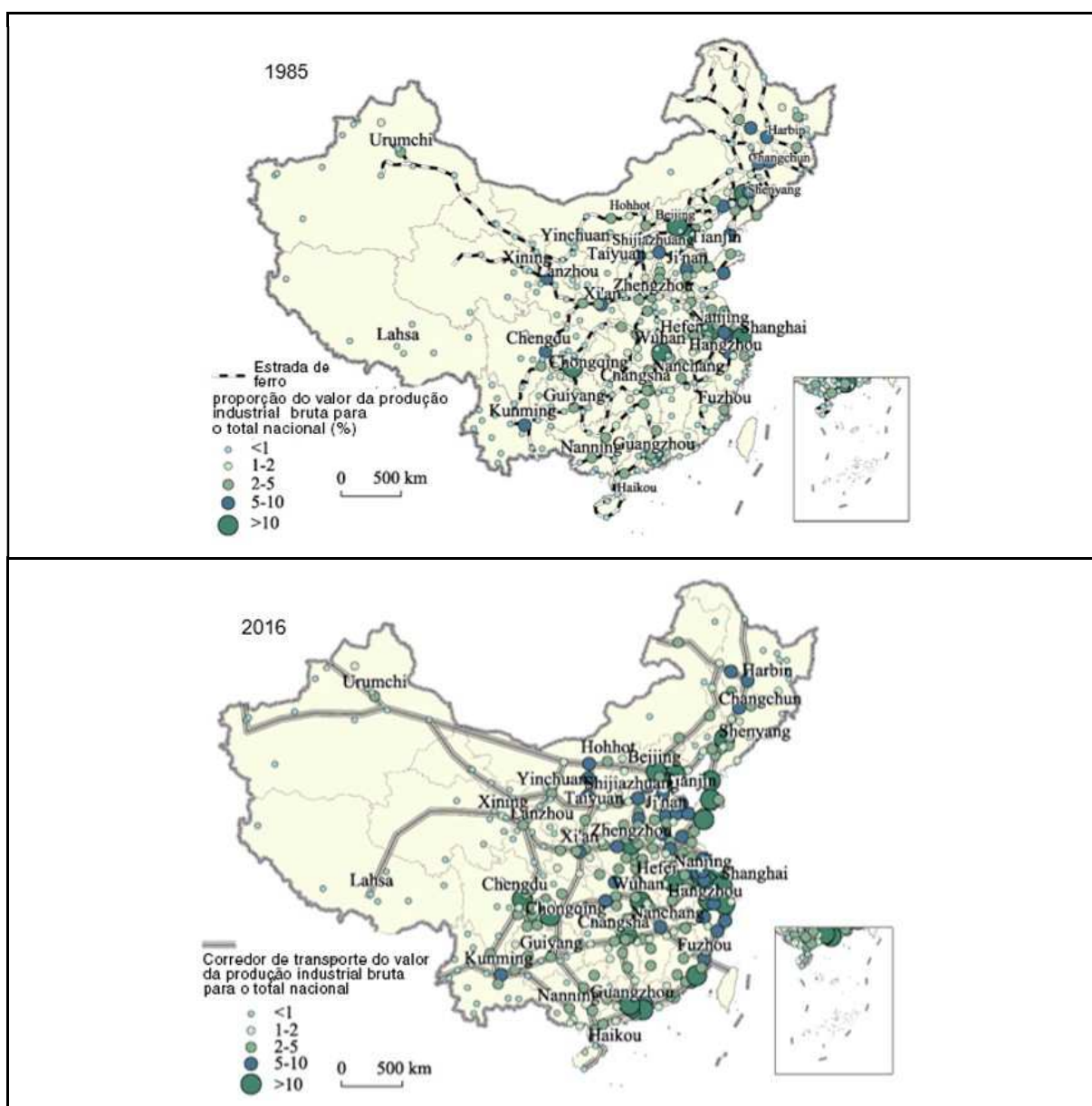


**Fonte:** Jin; Chen (2019).

De modo geral, os corredores formados na China em termos de especialização de vias de transporte servem ao propósito de conectar as províncias de modo a atender as demandas de circulação da produção e geração de mais-valor. Esses corredores modernizados dão suporte à economia chinesa e foram formatados de modo a criar vértices entre o norte e o sul do país. Essa expansão se deu de leste a

oeste, e desde a década de 1990 o governo chinês criou corredores inter-regionais (Jin; Chen, 2019). Entre 1985 e 2016 pode-se considerar que praticamente todo o território chinês apresenta uma rede de conexão considerável, fazendo com que a produção e a circulação de pessoas e mercadorias possa rapidamente se conectar aos centros das cadeias globais de produção:

**Figura 17 - A construção do transporte e a evolução do padrão de desenvolvimento urbano da China**



Fonte: Jin; Chen (2019).

Cabe destacar que não estamos apresentando tais informações apenas com o intuito de evidenciar a evolução dos sistemas de técnicas existentes no espaço geográfico chinês, mas reconhecendo que este segue uma lógica vinculada à racionalidade capitalista. O avanço das forças produtivas, não apenas na China, mas em termos mundiais está condicionado, no modo de produção capitalista, aos ditames da acumulação do capital, alienando a criação e o produto dos trabalhadores para a geração de mais-valor, e conseqüentemente promovendo o aprofundamento da ruptura metabólica entre homem e natureza.

No caso de Wuhan, é possível perceber que ela se encontra no entroncamento da malha de fluxos de sistemas de engenharia (estradas e corredores de alta velocidade), além disso, é considerada a sétima maior cidade da China e a 42<sup>a</sup> do mundo. Sua população fica em torno de 10,7 milhões de pessoas, sendo a capital da província de Hubei<sup>142</sup>. Essa cidade também apresenta destaque pela sua interligação com cidades importantes da China como Xangai e Pequim. Por estar localizada no curso intermediário do rio Yang Tsé, conta com importantes pontos de conexão portuários, que fazem a conexão entre o Oeste e o Leste da China. Devido a esse fator, o número de pessoas que circulam pela cidade é alto, especialmente pelo fato de possuir conexões aéreas mediante o aeroporto internacional que praticamente conecta a cidade aos circuitos internacionais, oferecendo voos para cidades como Londres, Paris, Dubai ou Nova York. Se caracteriza também pelas zonas industriais e pelos investimentos de empresas estrangeiras<sup>143</sup>.

As transformações que tem ocorrido pelo menos desde a década de 1980, sob o imperativo do padrão de acumulação capitalista associado ao neoliberalismo e a protuberância do capital portador de juros, faz o mundo um local onde os nichos ecológicos estão cada vez mais ameaçados. Segundo Foster e Swand (2021) o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento da exploração em termos internacionais tem feito dos territórios do sul global, oportunidade para alavancagem dos empreendimentos capitalistas ligados à agroindústria. Para os autores, o surgimento do SARS-Cov-2 é parte de uma teia de relações complexas que envolvem: a)

---

<sup>142</sup> Cf. Unesco. Wuhan. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/wuhan>. Acesso em: 16 fev. 2022.

<sup>143</sup> BBC. Coronavírus: como é Wuhan, a cidade chinesa onde surgiu o surto de coronavírus e que foi isolada. 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51216386>. Acesso em: 16 fev. 2022.

desenvolvimento do agronegócio global e sua expansão das monoculturas genéticas; b) destruição dos habitats selvagens e a interrupção das atividades de espécies selvagens; c) existência de seres humanos vivendo em proximidade.

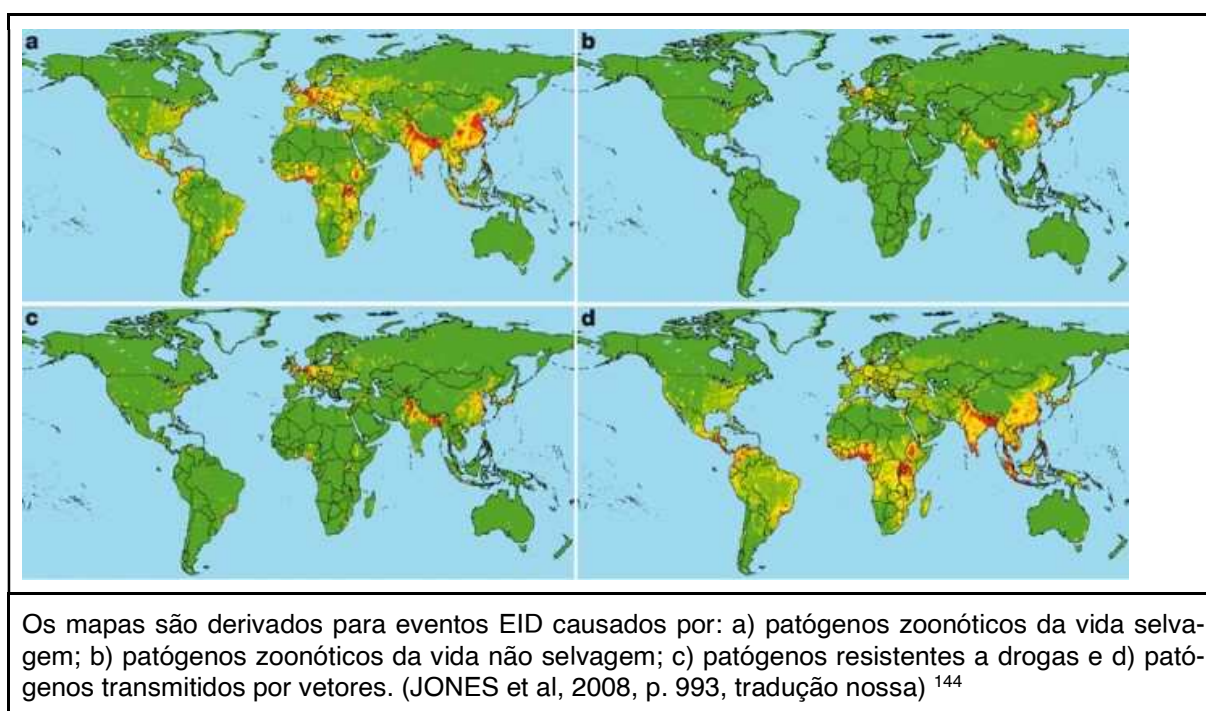
Desde pelo menos o final do século XX há um crescimento das cadeias de valor interligadas internacionalmente, prefigurando uma desterritorialização ao nível global a partir do poder das corporações multinacionais que passam, a partir dos interesses da acumulação do capital, conectar diferentes nichos ecológicos e zonas de produção. Nessa lógica não interessa ao capitalista a realização de uma manutenção da biodiversidade, ou o desenvolvimento “sustentável” conforme é veiculado em determinadas áreas do conhecimento por meio de uma figura de um capitalismo humano e supostamente verde, as cadeias de valor estabelecidas a partir do desenvolvimento desigual lança um padrão de submissão de formações sociais periféricas às centrais (Foster; Suwand, 2021).

No caso chinês, temos uma teia complexa, principalmente pela configuração do regime político existente no país e pela forma como o capitalismo é conduzido pela burocracia do PCCh. Em que pese esse elemento, tal constatação não nega o fato de que pesquisas anteriores à Pandemia da Covid-19 demonstraram que mudanças na ecologia, na substituição do meio natural pelo meio técnico de forma desordenada, impulsionada sobretudo pela acumulação do capital tem sido um vetor para o surgimento de patógenos com capacidade de infeccionar os seres humanos (Morse et al, 2012).

Na pesquisa realizada por Morse et al (2012) há a constatação de que a frequência de surgimento de novos patógenos prejudiciais à saúde dos seres humanos tem aumentado. Este surgimento está associado à elevação da densidade populacional, o que tem aberto margem para interpretações que colocam como hipótese que o surgimento de grupos de doenças infectocontagiosas está ligado às mudanças promovidas pela expansão da agricultura, rotas de viagem, comércio e uso da terra. As atividades humanas próximas a regiões com diversidade de vida selvagem também é uma explicação que os pesquisadores consideram, embora em nossa opinião, essa análise seja acrítica, tendo em vista que as cadeias globais de produção, tal como atestam Foster e Swand (2021) não reduzam o fenômeno a um espaço geográfico restrito, mas aos fluxos de transporte de mercadorias, e a exploração de territórios periféricos pelos grandes empreendimentos capitalistas.

As Doenças Infecciosas Emergentes (DIEs) podem ser associadas à fatores socioeconômicos, ambientais e ecológicos. A pesquisa realizada por Jones et al (2008)—Instituto de Zoologia, Sociedade Zoológica de Londres, Regents Park—ao investigar 335 eventos vinculados à essas doenças constatou que entre 1940 e 2004 esses eventos aumentaram. Em sua maioria as origens dessas doenças se vinculam às zoonoses com origem na vida selvagem (Sars e Ebola) e bactérias resistentes aos antibióticos. Ao testarem a relação entre o padrão espacial das DIEs com variáveis socioeconômicas: densidade populacional e crescimento demográfico; variáveis ambientais: latitude e precipitação e uma variável ecológica: riqueza de espécies hospedeiras da vida selvagem identificaram que a densidade populacional humana era um fator comum aos eventos de DEIs. Embora os autores não tenham considerado o uso do solo e a influência do agronegócio, trazem como informação relevante o fato de predizer pontos de possíveis surgimento de doenças emergentes:

**Figura 18** - Distribuição global do risco relativo de um evento de DEI



**Fonte:** Jones et al (2008)

<sup>144</sup> No original: *Maps are derived for EID events caused by a, zoonotic pathogens from wildlife, b, zoonotic pathogens from non-wildlife, c, drug-resistant pathogens and d, vector-borne pathogens* (JONES et al, 2008, p. 993).

A China aparece em praticamente todos os quatro cenários demonstrados no mapa acima. Chama atenção os dados compilados para os patógenos zoonóticos da vida selvagem e patógenos transmitidos por vetores, no qual o país apresenta maiores números de densidade.

Não obstante, o que parece curioso, não é desconhecido, pelo menos aos pesquisadores preocupados e atentos às mudanças dos padrões globais de acumulação engendrados pelo capitalismo. Wallace (2020a) ao investigar o surgimento do H5N1 em Guangdong (província localizada no sudeste chinês) em meados da década de 1990, passou a observar a Geografia Econômica da região, especialmente os modos como o setor agrícola alterou a trajetória dos patógenos. Em meio às investigações e produção de evidências, o autor identificou que o poder político também influencia nas modelagens de doenças, especificamente quando esta deriva do poder econômico das grandes corporações capitalistas, sobretudo do agronegócio que possui uma articulação internacional com as distintas burguesias das diferentes formações econômico-sociais.

O que Wallace (2020a) considera é que, mais do que uma teia de conspiração de um suposto patógeno gerado em laboratório, ideia comumente defendida por líderes de extrema-direita como Trump e Bolsonaro, a dialética existente no metabolismo socioambiental, que retoma as reflexões de Mészáros (2011) sobre a ruptura metabólica existente a partir da racionalidade capitalista, não retira o fato de que os microorganismos também possuem uma dialética, aliás uma dialética da natureza em constante transformação, mas que através dos sistemas de ações (humanas), ocasiona a iminência de catástrofes sanitárias como o Covid-19.

Ao refletir especificamente sobre o SARS-Cov-2, Wallace (2020b) coloca que a emergência de novos patógenos derivam dos centros de produção ligados às cadeias globais de circulação de mercadorias. O agronegócio tem influência nesse processo, uma vez que o desmatamento em larga escala se liga tanto à criação de animais como o gado, bem como na produção de grãos como a soja que servem para alimentar as culturas bovinas:

Os ecossistemas de onde esses vírus “selvagens” vêm, controlados pelas complexidades da floresta tropical, estão sendo drasticamente consumidos pelo desmatamento promovido pelo capital e, no outro extremo do desenvolvimento periurbano, por déficits na rede pública (WALLACE, 2020b, p. 19).

De modo semelhante Foster e Swand (2021) atentam ao fato de que a exportação da atividade agropecuária tem promovido alterações no espaço geográfico em distintas formações econômico-sociais consideradas dependentes, especialmente àquelas localizadas no chamado sul-global:

A exportação da atividade agropecuária [offshore farming] — consistindo em monoculturas de animais domésticos geneticamente similares (eliminando proteções imunológicas), incluindo vastas fazendas suínas e aviárias, aliadas com o rápido desmatamento e com a mistura caótica de aves e outras criaturas selvagens e de produção animal industrial, inclusive nas feiras — criaram as condições para a disseminação de patógenos novos e mortais como o SARS, a MERS, o Ebola, o H1N1, o H5N1 e, agora, o SARS-CoV-2 (Foster; Swand, 2021, p.227).

Segundo esses autores, as cadeias globais de mercadorias interconectadas ao agronegócio são a base para o surgimento e circulação de novos patógenos, inclusive na China, que mediante a intensificação da produção pecuária sob influência do agronegócio, tem feito do Sul do país uma incubadora regional para alicerçar novos métodos de melhoramento de criação de animais, inserindo novas culturas de modo massificado em ambientes não autóctones.

Wallace (2020a) também nos recorda que já em Marx, especificamente no seu capítulo inicial d'O Capital, ao refletir sobre o esforço de mercantilização, demonstrou que os objetos técnicos criados pelo homem apresentam variadas características: possuem valor de uso vinculadas a satisfação de uma necessidade, e valor de troca. No capitalismo, temos um processo de comodificação, que transforma objetos em mercadorias, inclusive a força de trabalho que produz esses mesmos objetos. Desse modo, não interessa ao capitalista o atendimento de determinada necessidade, mas sim o quanto este pode realizar a mercadoria a disponibilizando no mercado, seja de qual característica for.

No âmbito do agronegócio, Wallace (2020a) destaca que houve uma mudança em relação as suas mercadorias citando o exemplo avícola:

[...] Na década de 1970, o novo modelo de produção foi tão bem-sucedido que criava mais aves do que, até então, as pessoas estavam habituadas a comer. Quantas galinhas assadas as famílias



aguentariam comer por semana? Com a ajuda do marketing e da ciência, a indústria avícola embalou o frango em uma variedade impressionante de novos produtos, incluindo nuggets de frango, tiras de frango para saladas e comida de gato. Foram desenvolvidas cotas de mercado de tamanho suficiente para absorver a produção de valor agregado, tanto no mercado interno quanto no externo. Na década de 1970, empresas com sede na Ásia, como Charoen Pokphand (CP), montaram produções intensivas na Tailândia e, logo depois, em outros lugares da região. De fato, a CP foi a primeira empresa estrangeira autorizada a montar a produção em Guangdong sob as reformas econômicas de Deng Xiaoping. Desde então, a China promoveu uma verdadeira explosão na produção anual de galinhas e patos (Gilbert et. al, 2012). Aumentos na produção de aves também ocorreram em todo o Sudeste Asiático, embora nem se aproximem da magnitude do crescimento na China (Wallace, 2020a, p. 97).

No excerto acima percebemos uma aproximação com o pensamento de Milton Santos (2017), sobretudo no tocante ao acúmulo desigual de tempos inerente ao espaço geográfico. Mesmo que determinado território não tenha as últimas inovações tecnológicas, o nível de empreendimento do capitalismo, mediante o desenvolvimento desigual engendra esse padrão de circulação zoonótico em questão de horas. O sistema de ações e objetos ao qual Milton Santos considera ao definir o Espaço Geográfico não é uno, pelo contrário, é heterogêneo e contraditório, o que torna a saúde global influenciada constantemente pelos interesses capitalistas:

[...] o que conhecemos como globalização — foi primariamente o resultado da arbitragem global de trabalho e da sobreexploração (e superexploração) dos trabalhadores do Sul Global (incluindo a contaminação proposital de ambientes locais) em benefício primariamente dos centros do mundo do capital e das finanças (Foster; Swand, 2021, p.227).

Em nossa tese já abordamos nos capítulos iniciais a influência, sobretudo sobre o Brasil do poder econômico e político que as frações da burguesia, especialmente à associada ao agronegócio possui, lembramos também que o Brasil, mesmo com as expressões xenófobas do governo Bolsonaro diante da China, também apresenta o risco de surgimento de uma doença emergente associada ao avanço do desmatamento sobre franjas florestais do norte do país.

Cabe destacar, e também vale a ressalva que, diferentemente das críticas realizadas por políticos de extrema-direita como Bolsonaro e Donald Trump em relação à vinculação da China com a Covid-19, Wallace (2020a) salienta que a política da OMS ao tentar diminuir a responsabilidade dos países com o surgimento dessas



doenças faz vista grossa em relação ao fato das autoridades chinesas não apresentarem transparência na divulgação de informações epidemiológicas. Esse mesmo procedimento parece ter se repetido com a pandemia da Covid-19. De acordo com matéria da CNN<sup>145</sup> o microbiologista Yuen Kwok-yung<sup>146</sup> (Departamento de Microbiologia da Universidade de Hong Kong e Diretor do Laboratório Estatal Chave de Doenças Infecciosas Emergentes.) informou ter alertado ao governo chinês no dia 12 de janeiro de 2020 sobre a suspeita de infecção humana, mas apenas no dia 19 de janeiro é que suas informações foram divulgadas. O professor identificou o Sars-Cov-2 em pessoas na cidade de Shenzhen, localizada a mil quilômetros de Wuhan.

Outra informação relevante é que o governo chinês penalizou o médico Li Wenliang (oftalmologista chinês no Hospital Central de Wuhan) pelo fato deste, ainda em dezembro de 2019, ter enviado mensagens a colegas médicos relatando sobre a existência de um vírus semelhante ao do Sars. O governo chinês orientou o médico a parar de realizar os comentários sobre o vírus, e passou a investigar o médico sob a acusação de espalhar boatos. O médico chegou a falecer devido a contrair Covid-19, o que gerou protestos na China.<sup>147</sup>

Atrelado a esse movimento da burocracia chinesa, o professor Yuen também informou que várias evidências físicas acerca do SARS-CoV-2 foram destruídas, o que promoveu um acobertamento da doença entre humanos, sobretudo pelo fato de que médicos e cientistas foram orientados a manter silêncio sobre a situação epidemiológica naquele momento. Quando Yuen chegou ao mercado de Wuhan, no qual havia a hipótese de início da infecção, percebeu que todas as evidências empíricas haviam sido apagadas pelo governo, especialmente pelo fato de que, semanas antes de ser convidado para visitar o local, recebera o relato de que o mercado apre-

---

<sup>145</sup> CNN. China 'encobriu' casos de coronavírus em Wuhan, diz cientista que investigou origem da pandemia. 28 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53569400>. Acesso em: 16 fev. 2022.

<sup>146</sup> **Yuen Kwok-yung (1956—)**: Professor em Doenças Infecciosas da Universidade de Hong Kong. Em 2000 foi nomeado co-diretor científico do Centro de Pesquisa HKU-Pasteur. Amplamente conhecido entre os especialistas em doenças infecciosas, deixou sua marca em 2003, quando o surto de SARS tomou conta do globo. Ele desempenhou um papel fundamental na descoberta do agente causador da SARS, o coronavírus SARS, levando assim a medidas cruciais para conter o surto desta doença. Cf. [http://www.microbiology.hku.hk/02\\_HKU\\_Staff\\_Prof\\_KY\\_Yuen.html](http://www.microbiology.hku.hk/02_HKU_Staff_Prof_KY_Yuen.html). Acesso em: 16 fev. 2022.

<sup>147</sup> BBC. Coronavírus: morte de médico que havia tentado avisar sobre vírus causa revolta e protestos na China. 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51411980>. Acesso em: 16 fev. 2022.

sentava condições sanitárias inadequadas, com a presença de sujeira, urinas e fezes de animais, além da presença de ratos.

O mercado foi totalmente higienizado e desinfetado, resultando no fato de que as amostras dos animais existentes no mercado não puderam ser coletadas em sua totalidade. Houve a negação de informações quanto ao número de pessoas infectadas e de contato médico com tais pessoas. O fato é que, em janeiro, milhares de chineses viajam para outras localidades para comemorar o ano novo chinês, o que implica no fluxo de 5 milhões de pessoas que saíram da cidade de Wuhan.

Wallace (2020a) relata que durante a epidemia de Sars que ocorreu entre 2002 e 2004 a burocracia chinesa impediu que cientistas da OMS visitassem a região de Guangdong. Para esse pesquisador, essa ação encontra assistência por parte da OMS, que busca de forma voluntária minimizar a responsabilidade das autoridades chinesas, e até negá-las:

Repetidas vezes, mesmo quando as autoridades chinesas enrolam para liberar amostras, as autoridades da OMS são chamadas a desviar o foco das críticas externas e elogiar a abertura epidemiológica da China (que outros países defendem como prática internacional padrão). É uma diplomacia arriscada, que quase explodiu na cara da OMS durante o surto de Sars. Atropelar o trabalho de alguns cientistas independentes é um preço que a OMS parece estar disposta a pagar. Afinal, o governo da China é um dos principais clientes da organização e o acesso às amostras é imperativo. O que acontece, porém, quando os interesses dos governos entram em conflito com a saúde da população mundial? (Wallace, 2020a, p. 56).

Embora o autor atente para o caso chinês, não descarta as manobras realizadas por distintos governos no mundo como um modo de assegurar interesses das frações burguesas do agronegócio. Desse modo, cita as experiências da Indonésia no qual Siti Falifah Suprai que ocupou a função de ministra da saúde entre 2004 e 2009 acusou cientistas estadunidenses de enganar a população mediante a divulgação de resultados de uma pesquisa que evidenciou o contágio por infecção virótica em pessoas da região da Sumatra:

A sublimação da prática científica por diretrizes políticas não pode ser imputada somente à China ou à Indonésia. Uma pandemia que perverte a ciência em nome do ganho político está em fase de disseminação. Aqui nos Estados Unidos, agentes do aparato do gover-

no Bush [2001-2009] revisaram o conteúdo de inúmeros relatórios científicos — a base de realidade sobre a qual a ação governamental precisa ocorrer — por questões políticas. Mudanças climáticas, desmatamento, poluição, células-tronco, aids e preservativos, evolução, decisões do Departamento de Saúde Pública e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças, tudo foi deturpado ou recebeu interferência por parte de pessoas nomeadas por Bush [...] (Wallace, 2020a, p. 45).

Essas ações estão intimamente vinculadas aos interesses das burguesias detentoras de multinacionais, que por *lobbies* corporativos e empresas farmacêuticas, fazem a manutenção de seus interesses junto aos governos. Nesse sentido, percebemos que no modo de produção capitalista a intensificação das cadeias de valor dinamizam um desenvolvimento desigual entre as mais distintas formações econômico-sociais, fazendo com que setores da burguesia associadas ao agronegócio visualizem determinadas regiões como propícias ao investimento agroalimentar em grande escala, sem que necessariamente isso se traduza numa distribuição e saciamento da fome, pelo contrário, a intensificação das técnicas não tem servido às classes trabalhadoras, mas ao capital no sentido de gerar valor a partir da superexploração de formações dependentes, embora nos países centrais, conforme recorda Wallace (2020a), especificamente nos Estados Unidos, também existe uma racionalidade que verticaliza a produção de alimentos de origem animal.

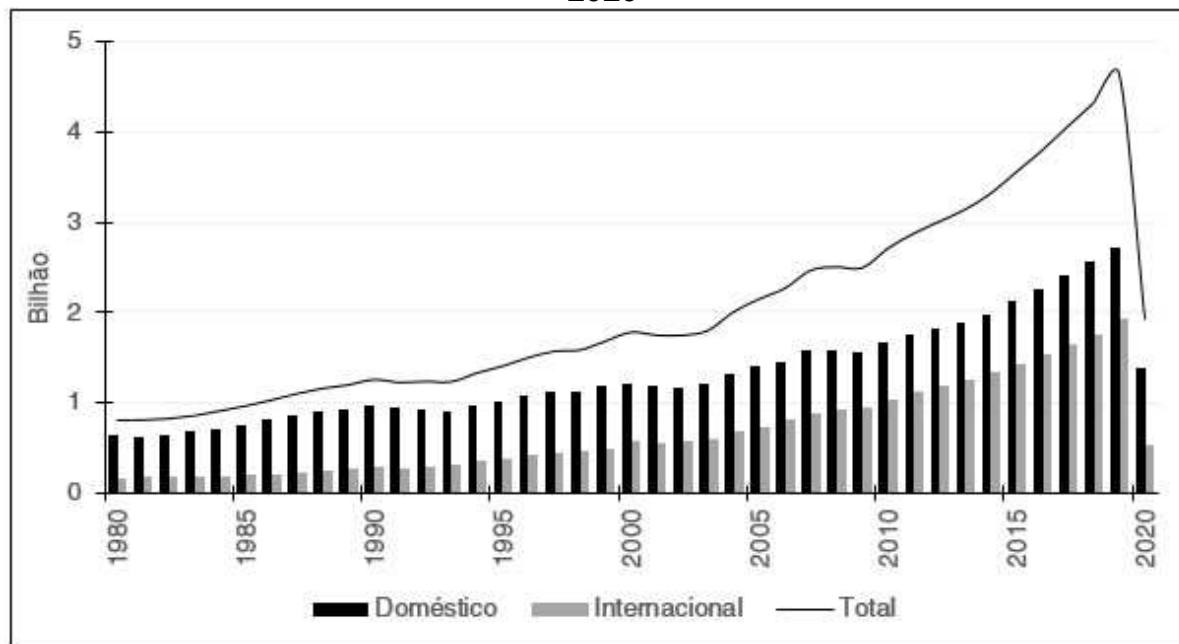
Diante desse panorama, no tópico a seguir passamos buscar uma visualização da forma como a pandemia se disseminou pelo mundo, chamando atenção para seu início na China e alcance mundial.

### **4.3 Disseminação mundial da Covid-19**

Milton Santos (2017) nos lembra que num mundo globalizado, o lugar possui preponderância na rede estabelecida de hierarquização entre centro e periferia. Como vimos no tópico anterior ao citarmos o caso chinês, o aprofundamento do desenvolvimento das técnicas e informações, e o aumento do fluxo de transporte de pessoas e mercadorias formam corredores de disseminação viral. Com base nos dados da Agência Internacional de Energia (AIE), desde a década de 1980 temos um número crescente de passageiros que realizam voos domésticos e internacionais. Em 1980 havia um total de 0,79 bilhão de pessoas que usaram voos, esse número se

eleva para mais de 4 bilhões em 2019, um salto acumulado de mais de 480% conforme podemos observar no gráfico a seguir:

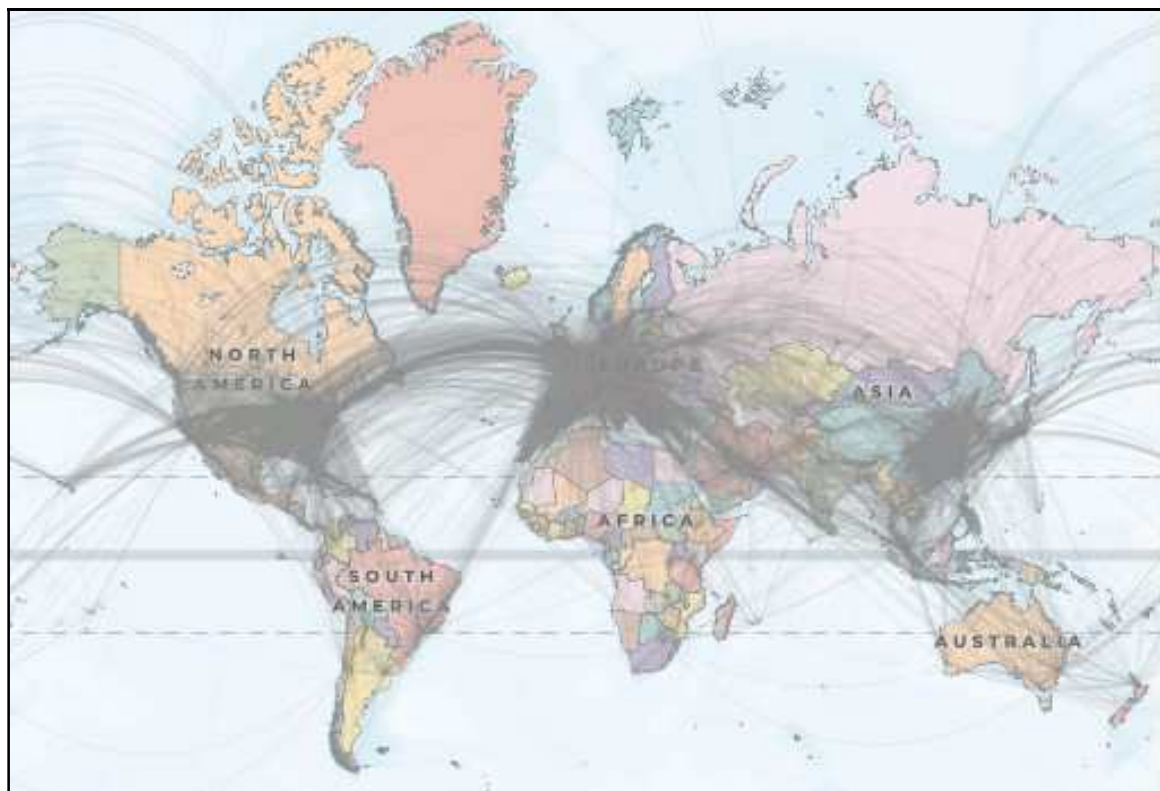
**Gráfico 19** - Evolução do tráfego aéreo mundial de passageiros, 1980–2020



**Fonte:** <https://www.iea.org/data-and-statistics>. Elaboração própria.

Com a pandemia da Covid-19 o fluxo dessas viagens é interrompido mediante a construção de barreiras sanitárias e cancelamento de voos como recomendação da política sanitária da OMS, por isso que no gráfico é perceptível uma queda brusca no quantitativo de passageiros por volta de 2020.

Se a interconexão do mundo remonta desde o período mercantilista, com as grandes navegações e invasão, pelos europeus, dos territórios americanos pertencentes aos povos autóctones, na atualidade, mediante o aparato do meio técnico-científico e informacional ocorre o encurtamento do espaço-tempo de modo que uma mercadoria produzida numa área periférica, devido aos seus baixos custos de produção consegue alcançar os centros comerciais em poucas horas:

**Figura 19 - Rotas Aéreas Globais em 2014<sup>148</sup>**

**Fonte:** Esri, USGS | Esri, FAO, NOAA | openflights.org

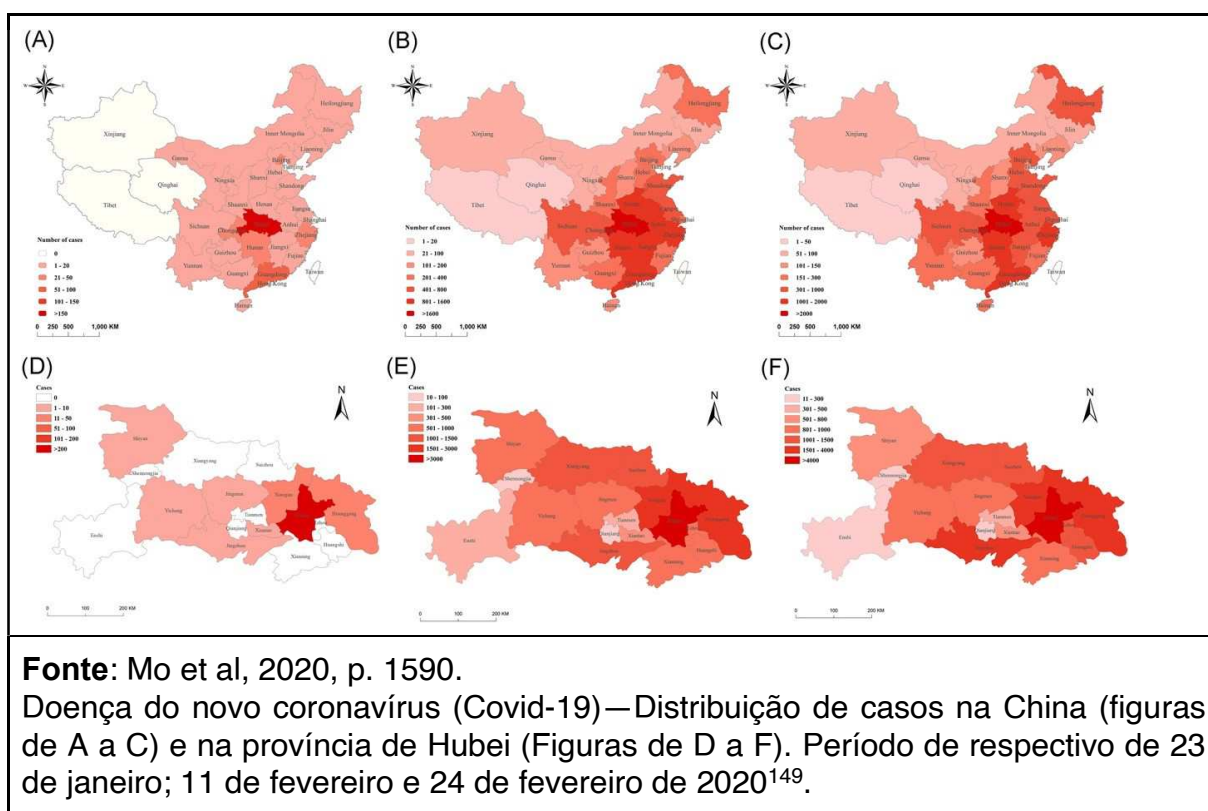
As rotas aéreas indicam fluxos em todos os continentes, com maior concentração no sudeste asiático, Europa e Estados Unidos. Esse fator certamente facilitou a difusão do SARS-CoV-2, sobretudo diante da hipótese de um possível surgimento do vírus na China. Na análise desenvolvida por Mo et al (2020)—Pesquisador do Departamento de Fisiopatologia da Faculdade de Ciências Médicas Básicas da Guilin Medical University —, que investigou os padrões espaço-temporais da Covid-19 no ano de 2019, evidenciou que o SARS-Cov-2 conseguiu se proliferar de forma rápida no território chinês, a distribuição espacial dos casos foi desigual, e as cidades de Wuhan e Shiyang foram consideradas o centro do surto da doença, sobretudo devido à alta densidade de casos.

---

<sup>148</sup>A rota aérea global mais recente que conseguimos acessar em formato de produção cartográfica foi a de 2014. Cf. <https://icao.maps.arcgis.com/home/item.html?id=6851780237fc4b5298b6d155c62dd64f>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Durante o período de 20 de janeiro de 2020 a 24 de fevereiro de 2020, a análise das informações referentes aos casos indicam que inicialmente a província de Hubei concentrava a maioria dos casos da Covid-19 na China—Em 24 de fevereiro de 2020, Hubei tinha 64.786 casos confirmados e 2.563 mortes, representando 83,4% e 96,2% do número total de casos na China —, em Wuhan, para esse mesmo período, houve um total de 47.071 casos confirmados e 203 mortes, representando 72,7% e 79,7% do total de casos na província de Hubei:

**Figura 20** - Distribuição dos casos da Covid-19 na China



É possível observar na figura acima que em 23 de janeiro de 2020 praticamente todas as províncias chinesas relataram casos da Covid-19, exceto o Tibet, Gansu e Xinjiang que ficam mais ao Noroeste do território. Chama atenção que nesse período Hubei já apresentava a maior densidade de casos, incluindo as províncias vizinhas. Por volta de fevereiro esse quadro apresenta piora, especialmente na

<sup>149</sup> No original: 2019 novel coronavirus disease (COVID-19) box distribution in China and Hubei province. UMA—C, Countrywide case distribution on January 23, February 11, and February 24, respectively. D—F, distribution of cases in Hubei province on January 23, February 11, and February 24, respectively. Cf. Mo et al, 2020, p. 1590.

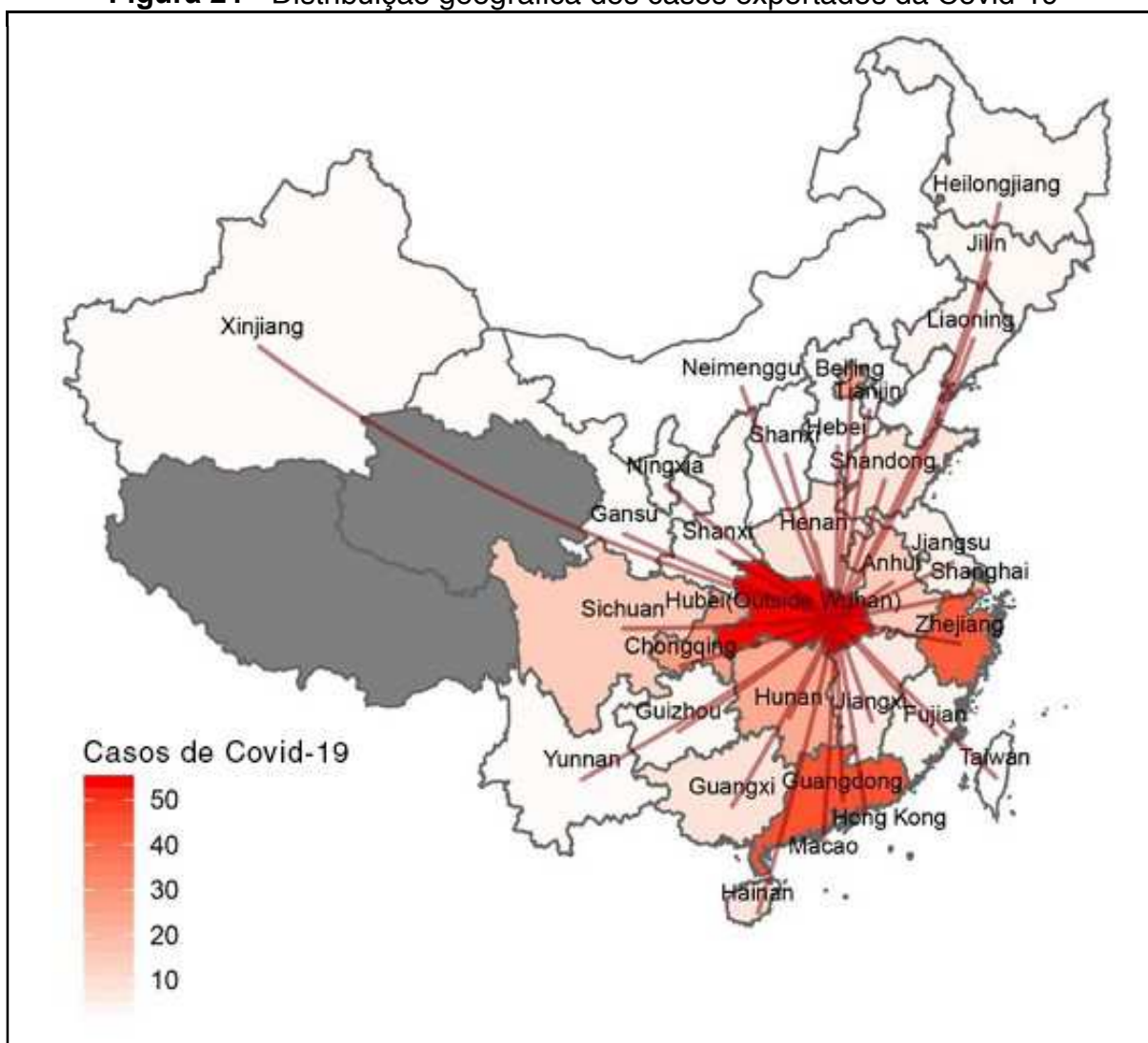
cidade de Hubei, incluindo também Wuhan, Xiaogan, Huanggang e Xiantao. Pela análise realizada por Mo et al (2021), esse padrão inicial de comportamento da pandemia na China revelou dois aspectos: a) os casos da doença se espalharam de forma bastante rápida por toda a China; b) a distribuição desses casos foi desigual, embora com maior concentração na região de Hubei, o que ocasionou, do ponto de vista espaço-temporal, um maior agrupamento de casos em cidades como Wuhan e Shiyan.

Para Zhuang et al (2020) —Departamento de Matemática Aplicada, Universidade Politécnica de Hong Kong—o Covid-19 se espalhou de Wuhan para toda a China. O surgimento da pandemia se deu ao mesmo tempo das viagens em todo o país para comemoração do festival da primavera Chinesa<sup>150</sup>, o que teria influenciado para a disseminação do SARS-CoV-2 para outras províncias. Ao trabalharem com os dados referentes aos números de passageiros do transporte aéreo, com os casos exportados de Wuhan. Inicialmente evidenciou-se que houve uma irradiação desses casos exportados para praticamente toda a China:

---

<sup>150</sup> O Festival da Primavera é um dos quatro maiores festivais tradicionais da China. Ele representa o Ano Novo no sistema de calendário lunar.. Cf. <https://china2brazil.com.br/comeca-o-festival-da-primavera-o-ano-novo-chines/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

**Figura 21** - Distribuição geográfica dos casos exportados da Covid-19



**Fonte:** Zhuang et al, 2020, p. 03.

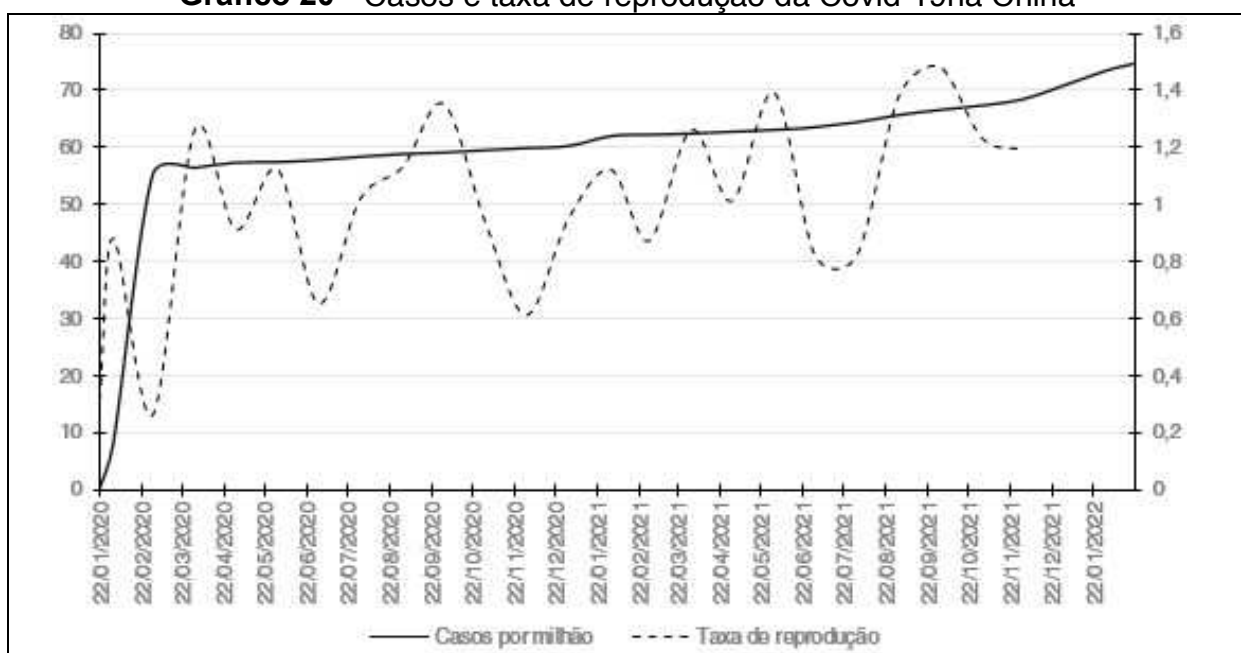
A área cinza escuro indica as regiões com zero casos da Covid-19 em 23 de janeiro de 2020. Os caminhos vermelhos mostram rotas de Wuhan para outras cidades/regiões.

Do ponto de vista geográfico, não interessa apenas entender os fixos, ou seja, os objetos construídos no espaço, mas entender como esses realizam funções de conectividade. Nesse caso, uma simples viagem de uma pessoa infectada com o SARS-CoV-2 consegue infectar outra, sobretudo por ser um vírus com alta capacidade de transmissão por gotículas expelidas pelo infectado — tosse ou espirro —, podendo adentrar nas mucosas (boca e nariz) ou conjuntiva (olhos) expostos à essas gotículas respiratórias potencialmente infecciosas. Essa transmissão também



pode se processar com o contato de gotículas em superfícies de objetos através das mãos, uma vez que é bastante comum o uso das mãos para coçar o olho, nariz e boca, aumentando assim sua transmissibilidade (WHO, 2020). Ao que tudo indica, as ações realizadas na China, sobretudo às associadas à vacinação e especialmente ao controle do fluxo de pessoas surtiram efeito, pelo menos é o que os dados indicam:

**Gráfico 20** - Casos e taxa de reprodução da Covid-19 na China



**Fonte:** <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Elaboração própria.

Todavia, como o Covid-19 não ficou restrita a China, no ano de 2020 observamos alguns epicentros da pandemia, sobretudo na Europa. Países como Itália, França e Alemanha foram golpeados com o SARS-COV-2 especialmente em sua população idosa, de modo semelhante ao que também ocorreu em países como os Estados Unidos, e no caso da América do Sul, com o Brasil. Salientamos que a subnotificação influencia na qualidade dos dados que distorce aspectos relativos à realidade epidemiológica. Embora esta seja uma realidade, é a forma como temos de nos aproximar, com as estatísticas disponíveis para realizarmos ponderações. Nesse caso, em termos acumulados percebemos que os 10 países com mais casos da Covid-19, tomando como base a data de 3 de janeiro de 2023 concentram 55% desses casos quando comparados ao total ao nível mundial. Percebemos que Estados Unidos, Índia, França, Alemanha e Brasil concentram boa parte desses casos:

**Tabela 11 - Casos da Covid-19 em países selecionados**

País	Casos acumulados	% casos acumulados em relação ao total global	Casos acumulados por milhão de habitantes
Estados Unidos	102.692.389	15,42%	307
Índia	44.680.261	6,71%	32
França	39.356.184	5,91%	600
Alemanha	37.410.650	5,62%	446
Brasil	36.371.609	5,46%	169
Japão	29.467.627	4,43%	235
Coreia do Sul	29.220.591	4,39%	569
Itália	25.143.705	3,78%	417
Reino Unido	24.135.084	3,63%	352
Rússia	21.813.839	3,28%	150
Total dos países selecionados	390.291.939	58,62%	-
Mundo	665.773.098	100,00%	85.468

Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 3 jan. 2023. Elaboração própria.

Em relação aos óbitos, Estados Unidos, Brasil e Índia também figuram entre as primeiras colocações em termos acumulados. Os 10 países selecionados concentram cerca de 60% dos óbitos mundiais para o período discriminado. Salienta-se que em termos relativos, Peru<sup>151</sup>, Estados Unidos e Brasil apresentam os maiores índices:

**Tabela 12 - óbitos em países selecionados**

País	óbitos acumulados	% óbitos acumulados em relação ao total global	Óbitos acumulados por milhão de habitantes
Estados Unidos	1.118.490	16,69%	3.341
Brasil	694.032	10,36%	3.223
Índia	530.707	7,92%	377
Rússia	393.853	5,88%	2.701
México	331.099	4,94%	2.517
Peru	218.251	3,26%	6.479
Reino Unido	198.937	2,97%	2.904
Itália	184.642	2,76%	3.064
França	162.377	2,42%	2.476
Alemanha	161.714	2,41%	1.928
Total dos países selecionados	3.994.102	59,61%	-
Mundo	6.700.133	100,00%	859.6

Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 3 jan. 2023. Elaboração própria.

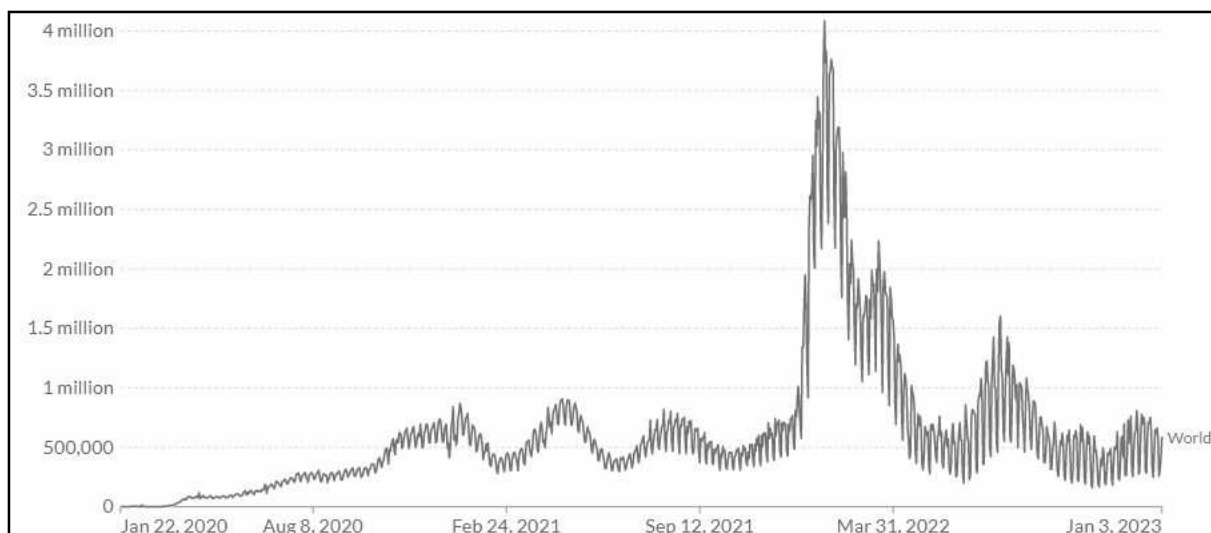
Para além desses números, é preciso considerar a forma desigual e combinada com que o SARS-Cov-2 foi se disseminando pelo globo terrestre. O pensa-

<sup>151</sup> Não é o objetivo de nossa tese fazer uma análise acerca do cenário epidemiológico do Peru, mas o tema em si desperta a curiosidade de saber os motivos que levam o país a apresentar uma das maiores taxas relativas do mundo. Destacamos o trabalho de Schwalb e Seas (2021) Herrera-Añazco, et al (2021); Alvarado (2020); Llerena, et al (2020) e Gianela; Gideon; Romero (2021).

mento geográfico (Hägerstrand, 1967)<sup>152</sup> no âmbito da saúde nos ensina que nenhuma patologia encontra um ambiente totalmente inóspito e sem mediações estruturais e endógenas. Os dinamos que levam à proliferação diferenciada de uma determinada patologia no território são influenciadas tanto pelas especificidades locais, quanto pela influência externa, considerando nessa inter-relação dialética o fator humano como fundamental. Nesse sentido, é preciso destacar que a pandemia da Covid-19, enquanto um fenômeno novo, não implicou numa difusão homogênea, pelo contrário, apesar de existirem na contemporaneidade fluxos de transporte e cadeias produtivas globais, presumimos haver distintas materializações da pandemia, seja por barreiras físicas, ou pelos sistemas técnicos criados pelo homem: leis, barreiras sanitárias, dentre outras.

Ao nível mundial os dados referentes aos novos casos por dia indicam pelo menos sete picos de aumento desses dados e que se relacionam com evolução do vírus em novas variantes, considerando os dados acumulados até o dia 4 de janeiro de 2023: a) novembro de 2020; b) janeiro de 2021; c) maio de 2021; d) agosto de 2021; e) janeiro de 2022; f) março de 2022 e g) junho de 2022:

**Gráfico 21** - Novos casos confirmados diários da Covid-19 — Mundo



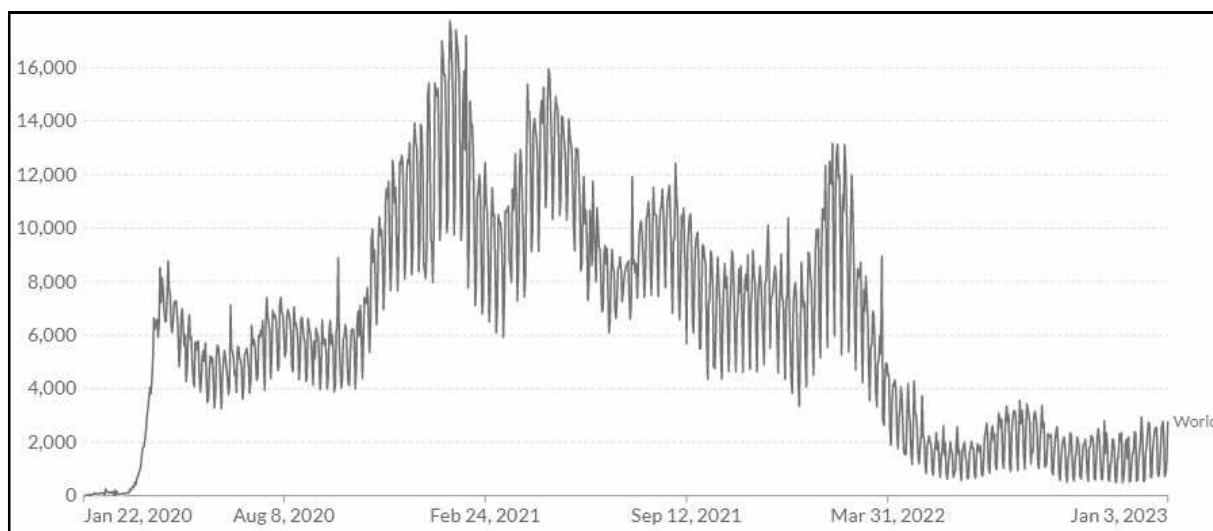
**Fonte:** Dados COVID-19 do CSSE da Universidade Johns Hopkins.

No tocante aos óbitos, os maiores picos se destacaram em: a) abril de 2020; b) outubro de 2020; c) janeiro de 2021; d) maio de 2021 e fevereiro de 2022, com

<sup>152</sup> **Torsten Hägerstrand (1916–2004):** foi um geógrafo sueco. Ele é conhecido por seu trabalho sobre migração, difusão cultural e geografia do tempo. Cf. [https://pantheon.world/profile/person/Torsten\\_H%C3%A4gerstrand/](https://pantheon.world/profile/person/Torsten_H%C3%A4gerstrand/). Acesso em: 22 fev. 2022.

destaque para o dia 20 de janeiro de 2021 no qual foram registrados 17 milhões de novos óbitos:

**Gráfico 22** - Novos óbitos confirmados diários da Covid-19 — Mundo



**Fonte:** Dados COVID-19 do CSSE da Universidade Johns Hopkins.

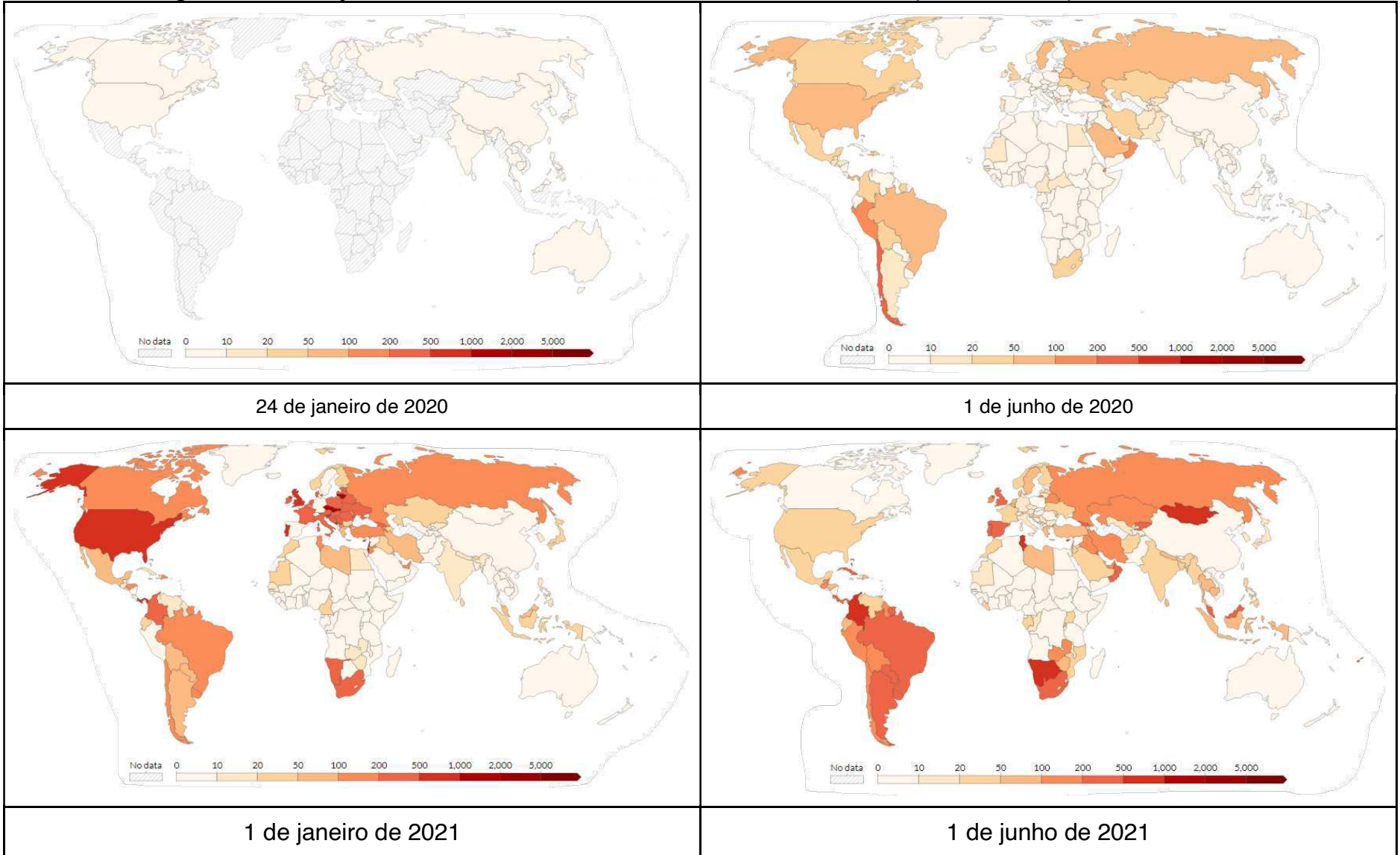
Com o suposto início da pandemia na China observamos que já em junho de 2020 praticamente todos os continentes apresentavam contágio, sejam de pessoas que mediante viagens internacionais transportaram o vírus, ou pelo contágio comunitário, que implica no contágio num mesmo território.

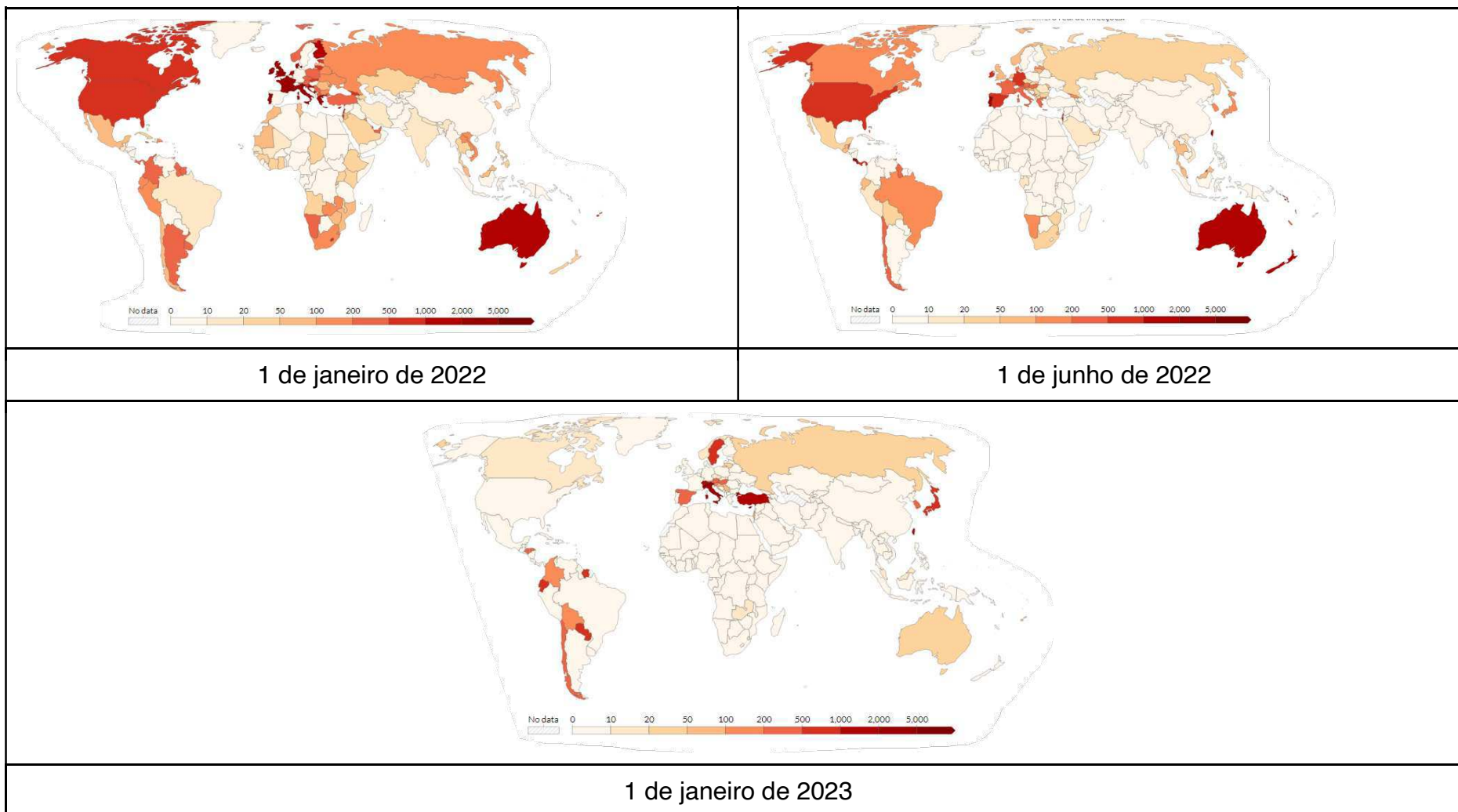
Durante todo o ano de 2020 o SARS-Cov-2 foi se espalhando pelo mundo, mesmo que alguns países realizassem as medidas profiláticas e de inserção de barreiras sanitárias como a realização de testes em aeroportos, cancelamento de viagens internacionais. Salientamos que em janeiro de 2020 a OMS declarou que o surto do coronavírus se tratava de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional de nível II (ESPII), o maior nível de alerta internacional da OMS. Em março de 2020 a OMS declara que o Covid-19 se tratava de uma pandemia devido à sua distribuição geográfica, implicando a existência de surtos da doença em distintos países e regiões do planeta terra.

Mesmo com as recomendações da OMS, muitos países enfrentaram dificuldades. A Itália vivenciou um rápido crescimento de casos e óbitos, necessitando de caminhões frigoríficos para alocações dos cadáveres. O prefeito da cidade de Milão, Giuseppe Sala, em fevereiro de 2020, chegou a compartilhar um vídeo nas redes sociais com a campanha “Milão não para” (*Milano non si ferma*), diminuindo a seve-

ridade da doença e solicitando que as pessoas não parassem suas atividades. Em outras localidades do mundo ações parecidas foram tomadas, a exemplo de Donald Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil, que também defendiam a argumentação que a doença não era mais que uma gripe e que quanto mais pessoas fossem infectadas melhor seria para a saúde da população, uma vez que se poderia adquirir uma imunidade de “rebanho” (Orlowski; Goldsmith, 2020). A evolução deste quadro pode ser observada a seguir:

**Figura 22** - evolução dos novos casos confirmados diários da Covid-19 por milhão de pessoas no mundo





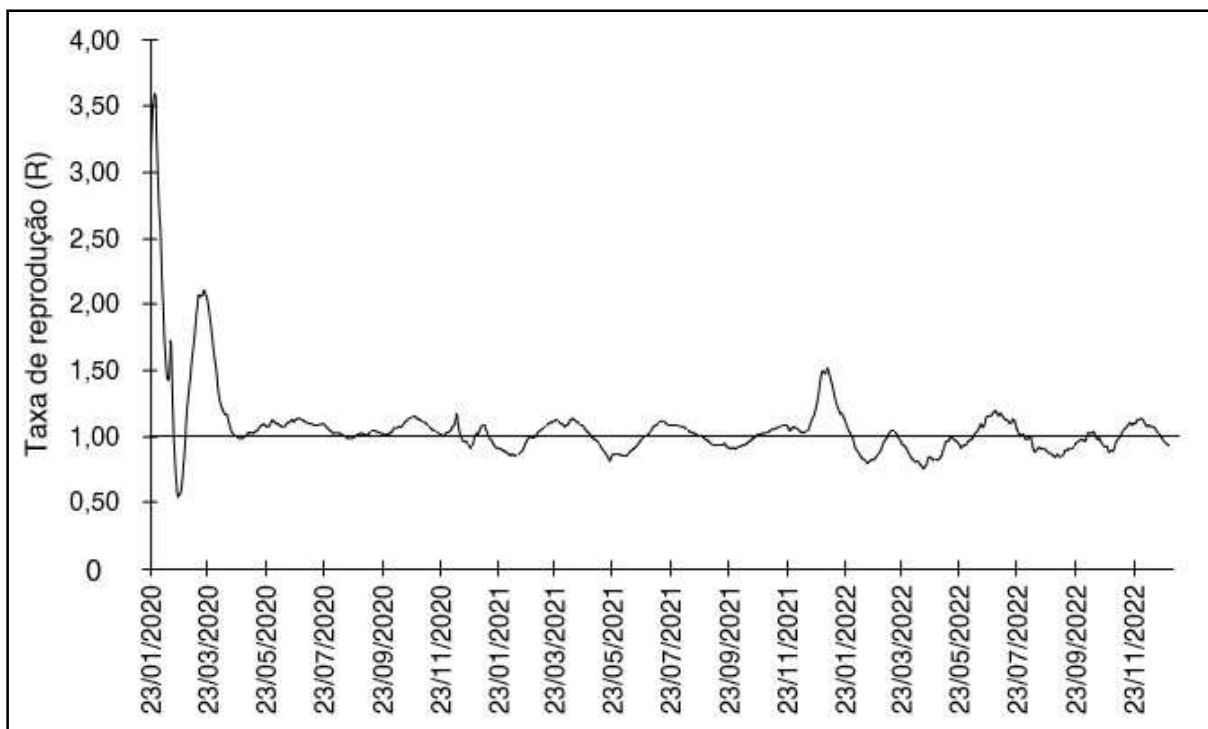
**Fonte:** Dados COVID-19 do CSSE da Universidade Johns Hopkins.

Observamos que ao nível internacional que entre janeiro de 2020 a junho de 2021 o número de novos casos foi forte em países da Europa; América do Norte (Estados Unidos); América do Sul (Brasil), diminuindo de intensidade no início de 2023, após as campanhas de vacinação. É preciso destacar que o tratamento da pandemia como uma simples gripe impactou para o grande número de óbitos e colapso dos sistemas de saúde. Em alguns casos, o tratamento unidirecional, e ainda mais, de forma dicotômica entre sociedade e a economia, a negação diante de um quadro epidemiológico severo implicou no retardamento em ações que poderiam ser realizadas em tempo hábil. Somado a esse fator, desconsiderou-se que do ponto de vista biológico, há uma dialética entre os microrganismos que deixados em circulação espontânea, sem nenhuma intervenção, como a ideia falsa de uma “imunidade de rebanho”, desconsiderou-se a multiplicação de variantes: Alpha; Beta; Gamma; Delta; Omicron (BA.2); Omicron (BA.1); Omicron (BA.5); Omicron (BA.4); Omicron (BA.2.12.1); Omicron (BA.2.75); Omicron (BQ.1); Omicron (XBB).

Nesse processo de surgimento de novas variantes, a flexibilização de medidas profiláticas sem nenhum tipo de controle como a aplicação massiva de testes, e mesmo a vacinação em massa, influenciaram para o aumento de pessoas infectadas. Essa correlação é denominada na epidemiologia como número efetivo de reprodução da infecção ( $R_t$ ). Esse número indica a quantidade de pessoas contagiadas por cada infectado nas condições existentes em um momento determinado (Maciel, 2020). Um  $R_t$  maior que 1 significa que cada infectado contagia mais de uma pessoa, e assim sucessivamente (de forma exponencial).

Ao nível mundial percebemos que esse índice iniciou com um valor igual a 3, contudo, ao longo dos três anos de pandemia percebemos variações acima e abaixo de 1 com destaque para janeiro de 2022 que apresenta a terceira maior taxa da série. Destacamos esse ponto porque mesmo com a vacinação, esse índice pode aumentar devido ao estímulo de medidas de flexibilização, como o não uso de máscara em ambientes fechados, questionamento dos efeitos das vacinas, uso de *fake news* para desestimular a população a aderir a tais medidas:



**Gráfico 23** - índice de reprodução do SARS-Cov 2 no mundo

**Fonte:** Dados COVID-19 do CSSE da Universidade Johns Hopkins. Elaboração própria.

Ao olharmos para o caso brasileiro perceberemos que a difusão socioespacial da Covid-19 seguiu uma lógica concêntrica, ou seja, partindo dos maiores centros urbanos e se disseminando em maior grau para o interior do país. No subtópico a seguir poderemos observar melhor como se deu esse processo, utilizando mais uma vez do arcabouço da Geografia para nos auxiliar a entender como a pandemia se materializou no território brasileiro.

#### 4.4 O Covid-19 no Brasil: por onde entrou e como se disseminou

No dia 26 de fevereiro de 2020 o MS confirmou o primeiro caso identificado da Covid-19 no Brasil. O caso era de um homem de 61 anos, com um histórico de viagens para a Itália, especificamente na região da Lombardia, um dos principais epicentros da pandemia na Europa naquele período (CNS, 2020).

Entendemos que esse caso é significativo na compreensão do padrão de difusão da Covid-19 no território brasileiro porque demarca bem uma questão de classe. Em formações econômico-sociais dependentes, como é a brasileira, ter a possibilidade de realizar viagens internacionais, ou até mesmo passar as férias, ou uma temporada em países da Europa implica um padrão de consumo das classes mais abastadas, em especial a pequena-burguesia, funcionários públicos do alto escalão. Num país no qual o salário mínimo não contempla boa parte das necessidades básicas de reprodução da vida social, a possibilidade de viajar ao exterior fica restrito a uma pequena parcela da sociedade brasileira.

Um pequeno diagnóstico dessa realidade é o fato de, se em São Paulo, um dos Estados mais ricos do Brasil, compararmos o salário mínimo de R\$ 1.550,00 (2023) com o restante do país, isso implicará que um indivíduo com o respectivo salário ganha mais do que 67% dos brasileiros; mais do que 54% das pessoas do Estado de São Paulo. Se elevarmos esse patamar para um salário médio de R\$10.000,00 líquidos, teremos o fato de que esse indivíduo ganha mais que 98% dos brasileiros; mais do que 97% das pessoas no Estado de São Paulo.<sup>153</sup> Salienciamos que existem disparidades regionais e também intrarregionais, diferenças entre capitais e áreas interioranas, mas de modo geral, é verdade a afirmação que no Brasil há um abismo referente a desigualdade social que se materializa por exemplo, no níveis salariais das classes sociais, mesmo daqueles que vivem do trabalho.

Como o nível de concentração de renda é abismal, esse primeiro caso de infecção que fizemos menção condiz com o processo de disseminação mundial da pandemia. Como vimos no tópico anterior desse capítulo, os fluxos de viagens inter-

---

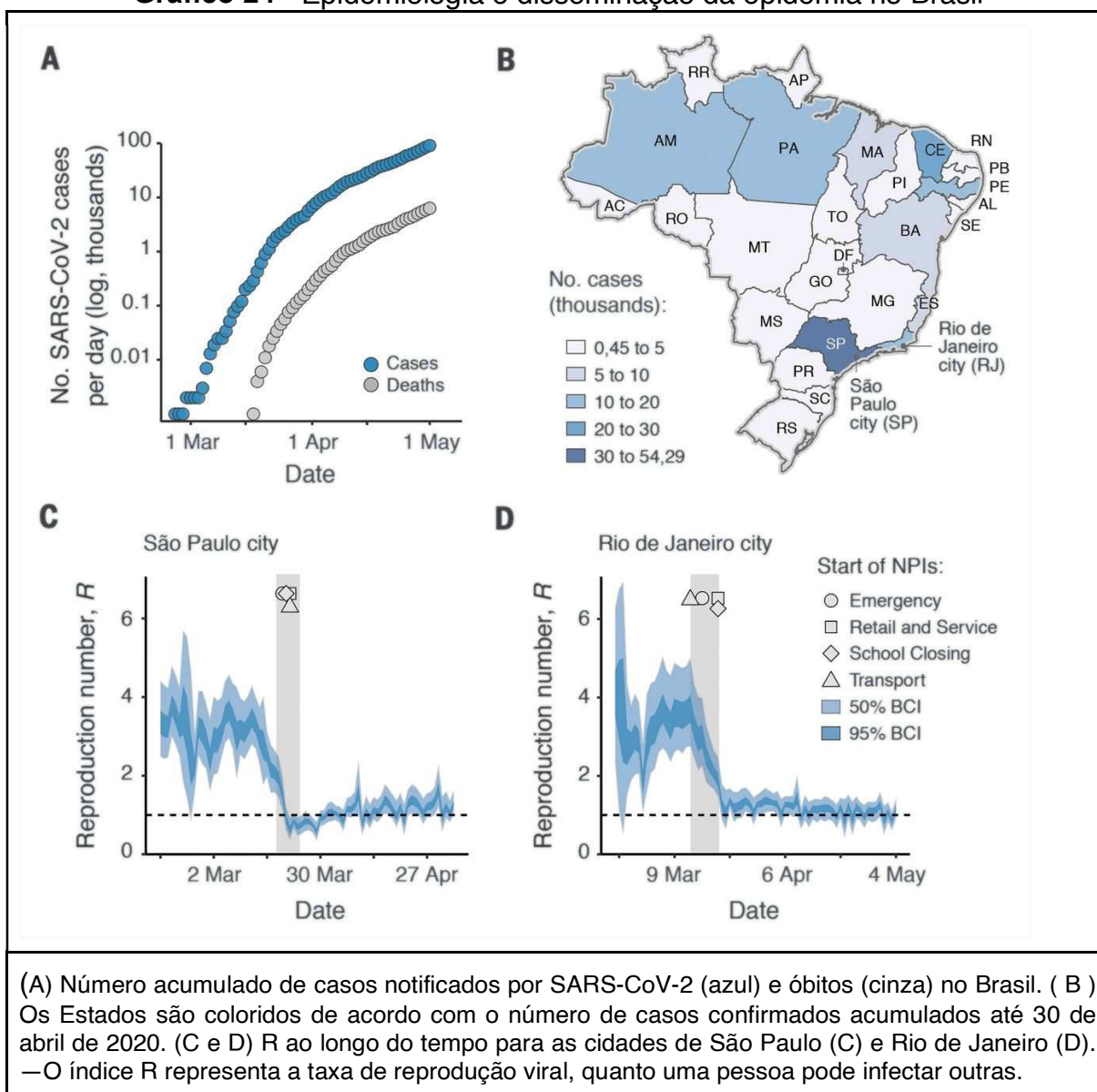
<sup>153</sup> Cf. <https://www.nexojournal.com.br/interativo/2016/01/11/O-seu-sal%C3%A1rio-diante-da-realidade-brasileira>. Acesso em: 12 jun. 2023. Destacamos que não queremos aqui, produzir uma estratificação social a partir dos níveis de renda, uma vez que para nós o central continua a ser o lugar que determinado indivíduo ocupa na produção social da vida, ou seja, a sua classe social. Todavia, apresentar esses dados, para nós é ilustrativo da especificidade da formação econômico-social brasileira em termos de disparidade remunerativa.

nacionais aumentaram no decorrer da história, a malha aérea e a construção de aeronaves e aeroportos aumentaram o fluxo de passageiros de forma gradativa, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, o MS anunciou que o primeiro óbito por Covid-19 ocorreu no dia 12 de março de 2020. Esse óbito foi de uma mulher de 57 anos, que estava internada no Hospital Municipal Dr. Carmino Carichio.<sup>154</sup> Esse caso já implica numa transmissão comunitária, pois não há registros que a paciente que foi a óbito teria realizado viagens internacionais nesse período. Embora não se possa saber ao certo os fluxos de transmissão inicial da pandemia no Brasil, é possível identificar que ela se disseminou seguindo um padrão inicial de importação de regiões com casos da doença mediante viagens internacionais. Do ar, o caminho mais propício para a disseminação foram os principais núcleos urbanos, com mais voos e acessibilidade internacional.

Essa constatação pode ser observada no estudo realizado por Cândido et al (2020) que mediante análise dos genes do SARS-CoV-2, identificaram a inserção da Covid-19 por voos internacionais e sua posterior difusão nas principais cidades do país, com maior concentração inicial na região sudeste:

---

<sup>154</sup>G1. Filha da primeira vítima de Covid no Brasil perdeu os avós e dois tios com a doença após a morte da mãe. 19 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/19/filha-da-primeira-vitima-de-covid-no-brasil-perdeu-os-avos-e-dois-tios-com-a-doenca-apos-a-morte-da-mae.ghtml>. Acesso em: 22 fev 2022.

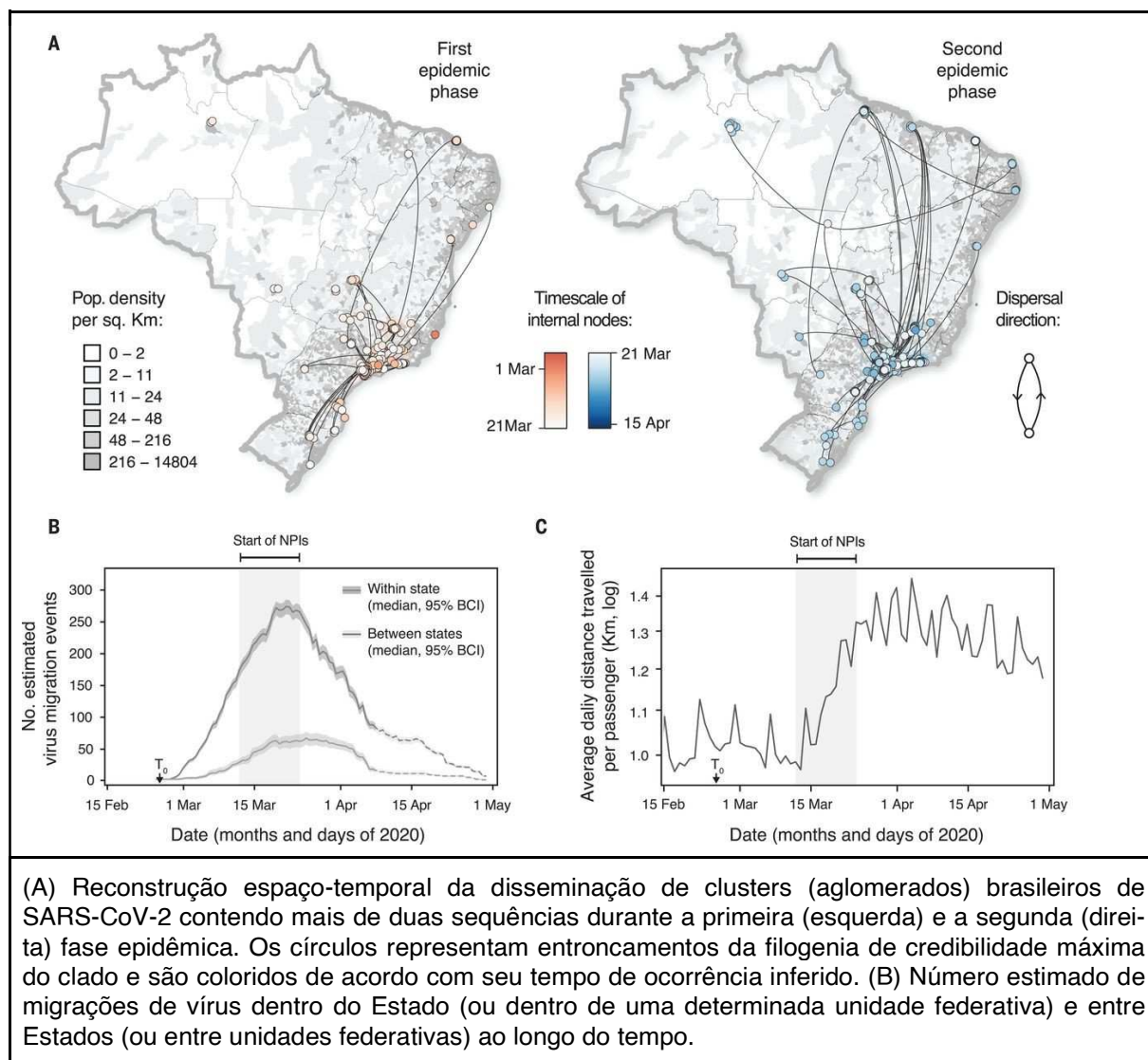
**Gráfico 24 - Epidemiologia e disseminação da epidemia no Brasil**

**Fonte:** Cândido et al, 2020, p. 1256.

Através do sequenciamento genético de 427 genomas (com atenção para os casos subnotificados), esses pesquisadores estimaram que entre 22 de fevereiro e 11 de março de 2020 ocorreu a introdução internacional do SARS-Cov-2 no Brasil. A esse modo, no início da pandemia essa introdução internacional foi acompanhada de uma distribuição espacial localizada entre as fronteiras dos Estados brasileiros. A

análise também identificou que a transmissão comunitária já estava estabelecida no Brasil por volta do início do mês de março de 2020:

**Figura 23 - Propagação do SARS-CoV-2 no Brasil**



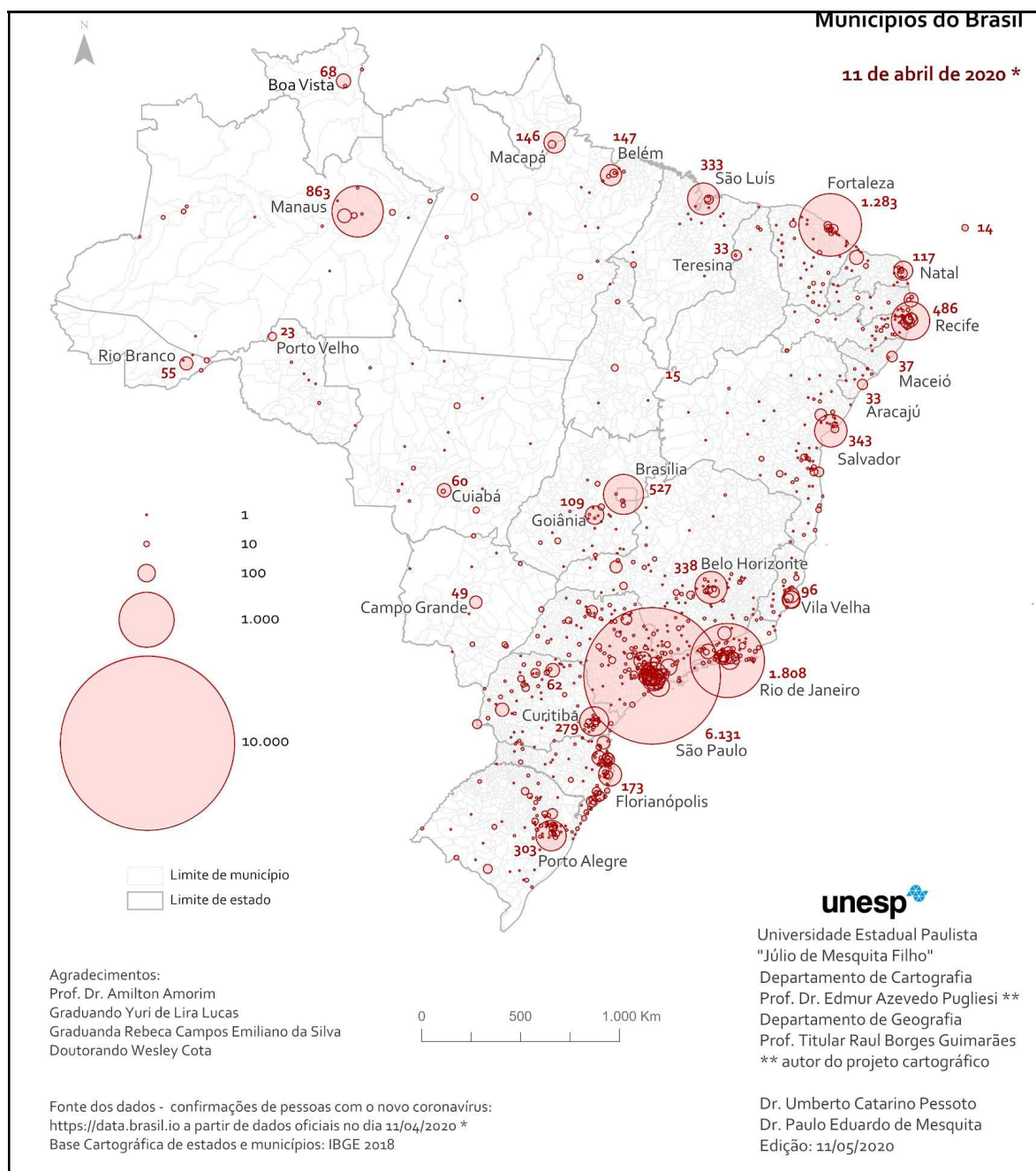
**Fonte:** Cândido et al, 2020, p. 1259.

Através desse mapeamento os pesquisadores puderam perceber a importância da mobilidade dentro e entre os Estados da federação como um fator-chave para a difusão socioespacial do SARS-CoV-2. Além disso, chamaram a atenção ao fato da concentração em grandes centros urbanos, especificamente da região sudeste do país, em áreas conurbadas<sup>155</sup>. Em mesmo sentido, o trabalho realizado por Guimarães et al (2020) é revelador da forma como, no espaço geográfico brasileiro, a

<sup>155</sup> A conurbação urbana pode ser caracterizada pela junção de uma ou mais cidades de modo que a extensão urbana se adensa até formar regiões metropolitanas.

pandemia foi se materializando. De modo inicial, o SARS-CoV-2 foi se difundindo mediante um sistema hierárquico composto pelas principais metrópoles do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Brasília, Salvador, Recife, etc. Nas figuras abaixo podemos observar a evolução em termos de números de casos entre 11 de abril e 10 de maio de 2020:

Figura 24 - total de casos confirmados com o novo coronavírus

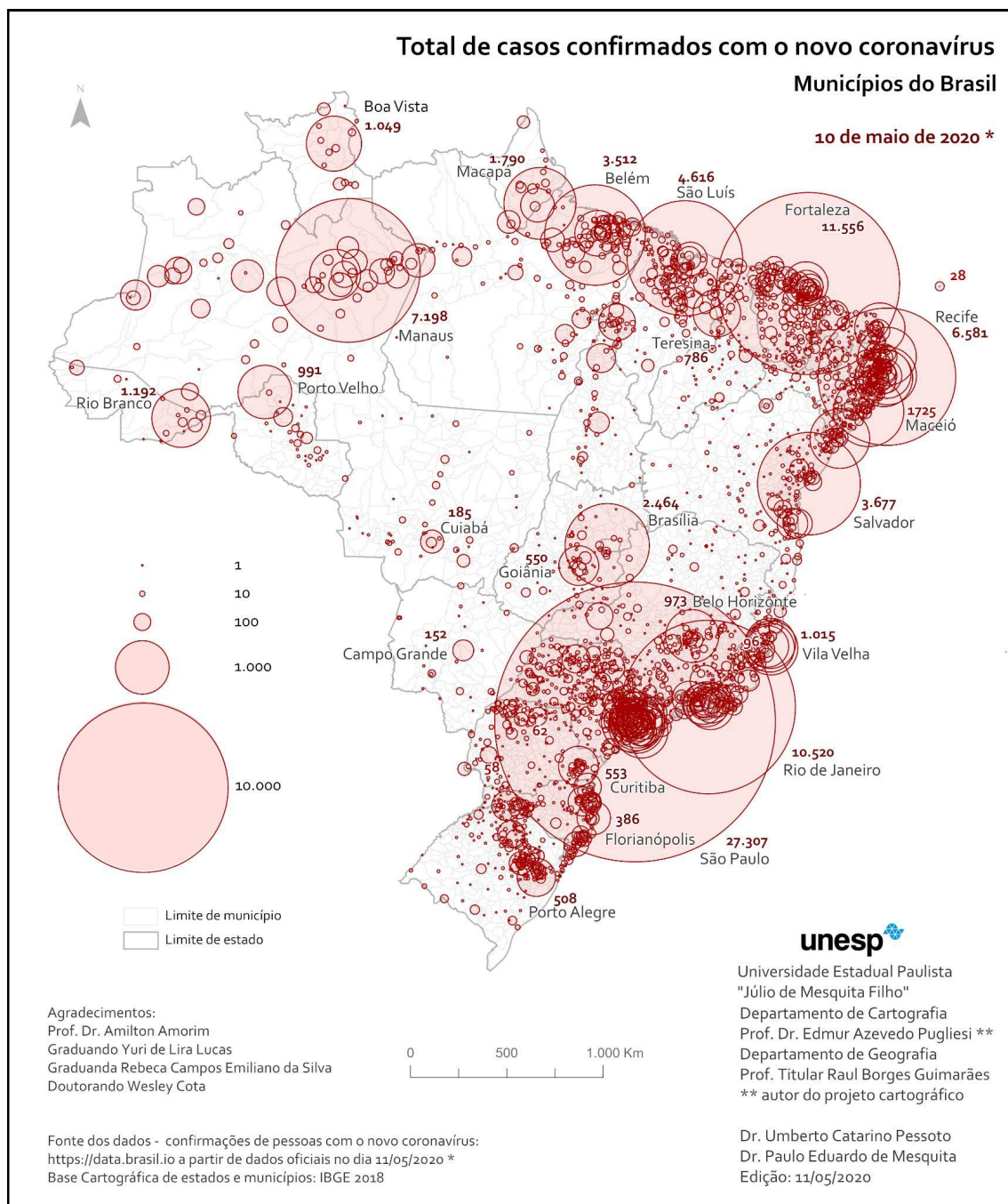


**Fonte:** <https://covid19.fct.unesp.br/mapeamento-cartografico/#brasil-tempo>.  
Acesso em: 23 fev. 2022.



Podemos observar que, conforme os apontamentos de Cândido et al (2020), o total de casos no dia 11 de abril de 2020 se concentrou em cidades com densidade populacional e urbana significativos: Fortaleza; Manaus; Recife; Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para a região sudeste. Após 30 dias, já no dia 10 de maio esse padrão se confirma:

**Figura 25 - total de casos confirmados com o novo coronavírus**



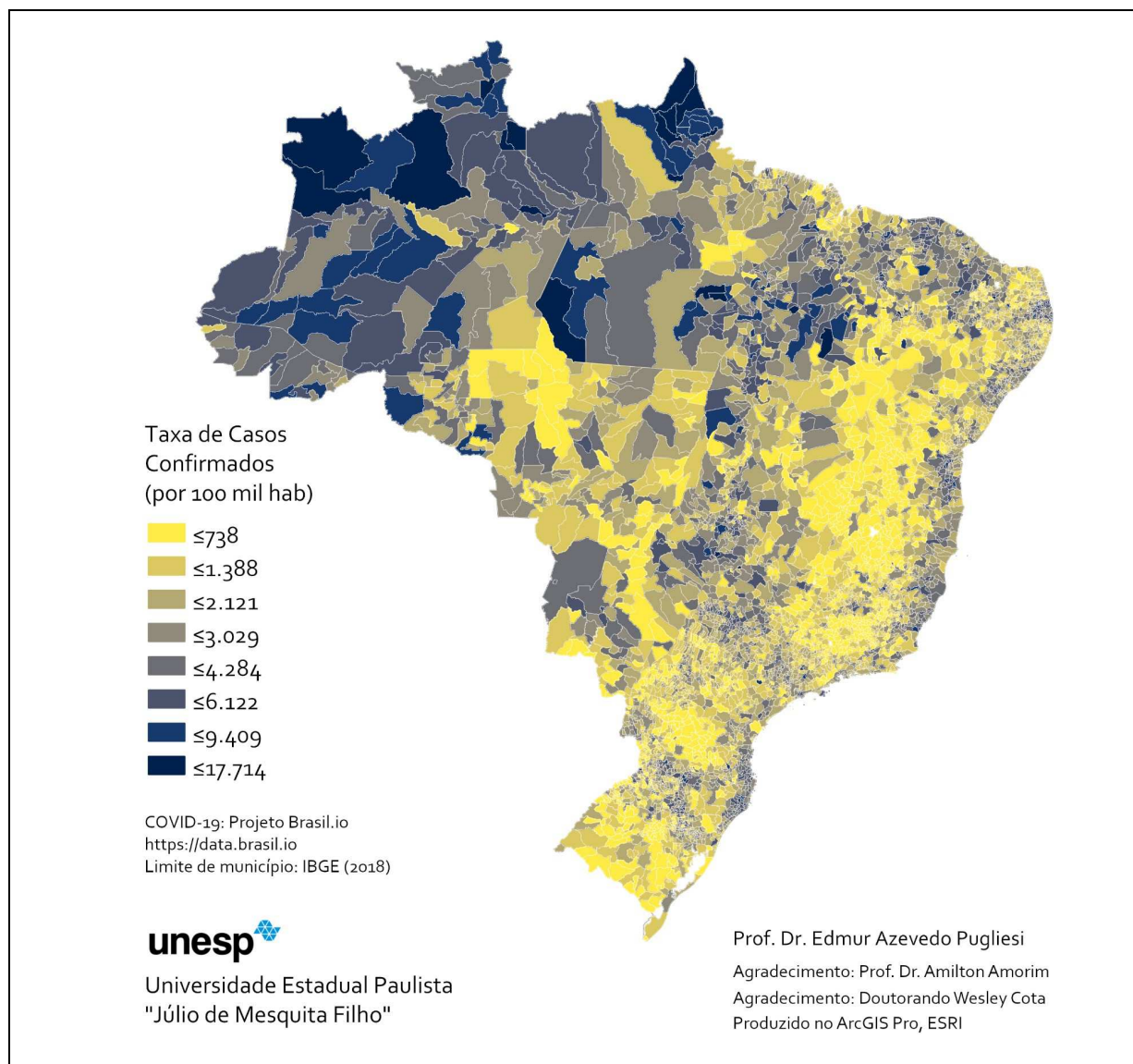
**Fonte:** <https://covid19.fct.unesp.br/mapeamento-cartografico/#brasil-tempo>. Acesso em: 23 fev. 2022.

Nos meses seguintes esse padrão foi se confirmando, especialmente porque a difusão seguiu um movimento dos principais centros urbanos para o interior do país. Nesse caso, ao retomarem o pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos, a respeito dos espaços luminosos—aqueles atrativos ao capital devido à existência de redes técnico-científicas-informacionais —, e aos espaços opacos—ausentes dessas características —, Guimarães et al (2020) chamam a atenção para o fato de que no norte e no nordeste do país, na área litorânea, houve um agrupamento de casos em toda a faixa. No Sul do país, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul esse também foi possível perceber aglomerados de casos da Covid-19.

Em certa medida, esses padrões de disseminação já eram conhecidos pelos geógrafos, especificamente aqueles que estudam a relação entre espaço geográfico e saúde. Em que pese esse fato, com a pandemia da Covid-19 foi possível averiguar tais noções ao mesmo tempo em que o fenômeno ocorria, exigindo um esforço simultâneo de entendimento, apreensão e produção científica qualificada. Sendo assim, o próprio padrão territorial brasileiro vinculado aos sistemas técnicos — estradas, aeroportos, rodovias, etc., —, (Santos; Silveira, 2001) já era conhecido dos geógrafos, e embora exista diversidade territorial, os grandes núcleos urbanos foram preponderantes na disseminação da pandemia. Em 10 de outubro de 2020 é possível observar uma maior taxa de casos por 100.000 habitantes na região norte do país, e em algumas porções do nordeste com atenção ao Estado do Maranhão:



**Figura 26** - Taxa de casos da Covid-19 até 10 de outubro de 2020

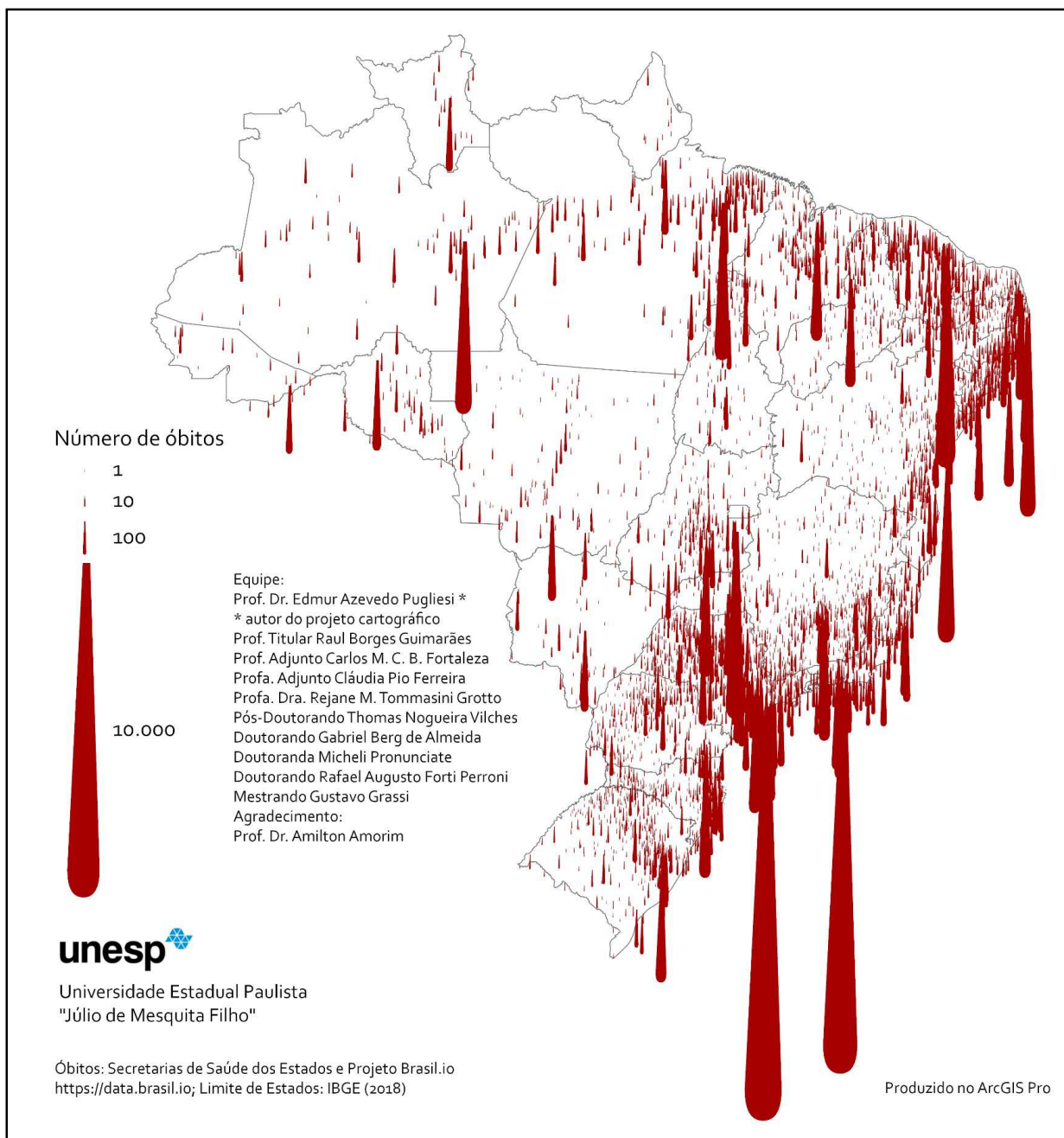


Fonte: <https://covid19.fct.unesp.br/mapeamento-cartografico/#brasil-tempo>.  
 Acesso em: 23 fev. 2022.

Sobre a questão dos dados epidemiológicos em saúde, queremos chamar atenção para uma especificidade. O trabalho com dados referentes aos casos da Covid-19 sempre demandou um nível de cautela maior devido à ausência de testes massivos para identificação e consequente subnotificação (Cândido et al, 2020). Apesar de auxiliarem na projeção epidemiológica, essa lacuna dificulta a produção de informações qualificadas. Por outro lado, no caso dos óbitos, é possível ter um nível de acurácia maior devido aos registros em cartórios e hospitais. Nesse sentido, até o dia 10 de outubro de 2020 o Brasil já tinha um total de 150 mil óbitos por Co-

vid-19 no qual as capitais e regiões metropolitanas apresentam maior significância, com atenção para a região sudeste conforme podemos observar a seguir:

**Figura 27** - 150 mil óbitos causados pela Covid-19 até 10 de outubro de 2020

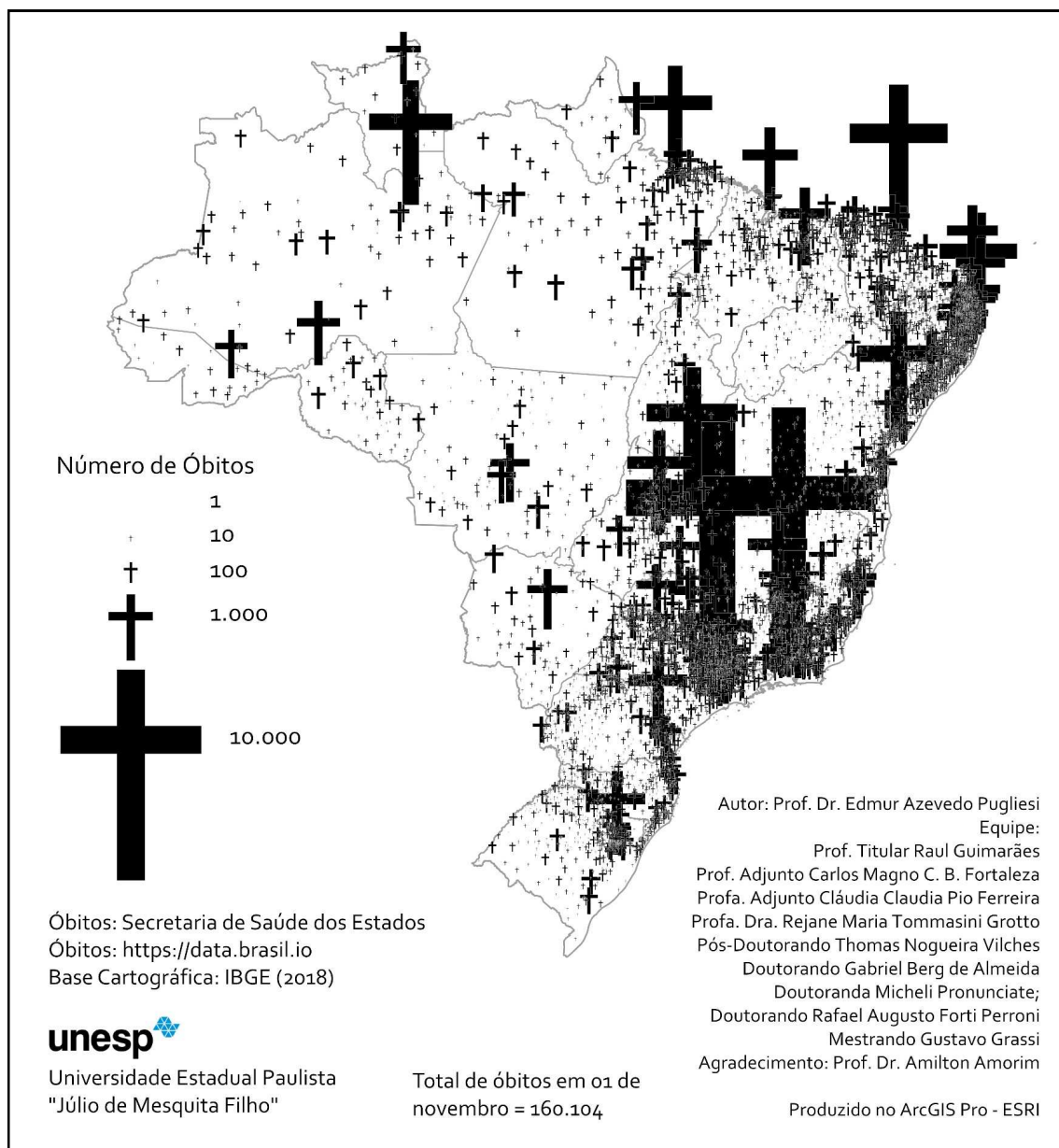


**Fonte:** <https://covid19.fct.unesp.br/mapeamento-cartografico/#brasil-tempo>.

Acesso em: 23 fev. 2022.

No mês de novembro do mesmo ano os óbitos ultrapassaram um total de 160 mil com uma maior concentração no sudeste do país conforme gráfico a seguir:

**Figura 28 - óbitos causados pela Covid-19 no Brasil até 01 de novembro de 2020**



**Fonte:** <https://covid19.fct.unesp.br/mapeamento-cartografico/#brasil-tempo>.

Acesso em: 23 fev. 2022.

Esses mapas nos dão uma visão geral do processo de difusão socioespacial da pandemia. Essas informações são importantes porque o governo federal sabia de sua existência, mesmo assim como veremos nesta tese, não procurou se antecipar

aos fatos epidemiológicos, o que em nossa concepção, seria um passo necessário e primordial para uma gestão da crise sanitária que fosse proativa na promoção de barreiras contra a disseminação viral. Por esse motivo é que no tópico a seguir veremos a evolução do panorama epidemiológico brasileiro a partir de uma base de dados que contempla informações de casos, óbitos e localidade.

#### **4.4.1 Evolução do panorama epidemiológico brasileiro**

Ao observarmos a evolução do quadro epidemiológico brasileiro por ano, constatamos um crescimento expressivo, tanto no número de casos, quanto nos óbitos. Essas informações sugerem que a pandemia da Covid-19 no Brasil não foi de fato uma simples gripe conforme Jair Bolsonaro<sup>156</sup> afirmou. Os dados que tabulamos apresentam uma similaridade com a materialização que visualizamos nos mapas anteriores, sobretudo se tratando das macrorregiões do país, embora também esteja presente no caso brasileiro uma heterogeneidade tanto em relação aos casos e óbitos por Covid-19.

O processo de difusão da pandemia como observamos anteriormente não ocorre de forma homogênea, dependendo dos arranjos locais em termos de estrutura urbana, sanitária e populacional. Todavia, se pensarmos em termos históricos, ou pelo menos numa história recente, podemos identificar que o ano de 2020 sem dúvida foi marcado pela dificuldade em se adequar e aprender com a pandemia. Do ponto de vista sanitário o SARS-CoV-2 ainda era desconhecido em termos internacionais, e seus sintomas, infecção e forma de contágio ainda estavam sendo investigados por pesquisadores e órgãos internacionais como a OMS.

Nesse sentido, durante o ano de 2020 constatou-se que o Estado de Roraima apresentou a maior incidência<sup>157</sup> de casos por Covid-19 com um total de 11.367 casos por 100.000 mil habitantes, implicando assim num grau de difusão socioespacial do vírus que já indicava a proliferação comunitária influenciada pelo negacionismo

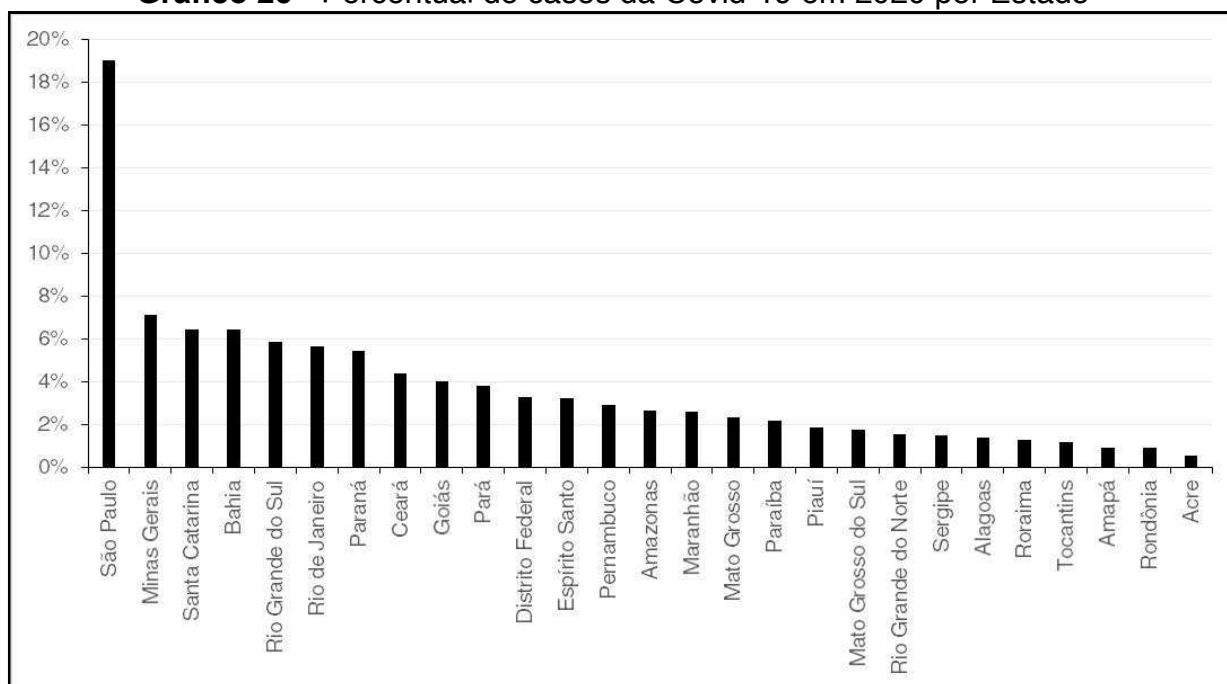
---

<sup>156</sup> BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. 27 novembro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 03 mar. 2022.

<sup>157</sup> Cabe salientar que a taxa de incidência se vincula a quantidade de casos/óbitos novos de uma patologia durante um período estabelecido de tempo no qual se utiliza de uma constante numérica para definir a proporção relativa à população de um território.

científico e desrespeito às medidas profiláticas. O Nordeste apresentou uma incidência de 3.338 casos por 100.000 habitantes, no qual o Estado de Sergipe apresentou a maior incidência de casos (4.956 casos por 100.000 habitantes). Na região Sudeste a incidência foi de 3.059 casos por 100.000 habitantes com destaque para o Estado do Espírito Santo (6.227 casos por 100.000 habitantes). No Sul do país esse índice foi de 4.567 casos por 100.000 habitantes, com destaque para Santa Catarina (6.930 casos por 100.000 habitantes). No caso do Centro-Oeste do país, sua incidência de casos em 2020 foi de 5.384 casos por 100.000 habitantes, tendo o distrito Federal a maior taxa desse índice (8.387 casos por 100.000 habitantes). É importante destacar que em termos concentrados o Estado de São Paulo apresentou o maior número absoluto de casos da Covid-19 no país com cerca de 19.02%, seguido por Minas Gerais (7,12%), Santa Catarina (6,43%), Bahia (6,42%) e Rio Grande do Sul (5,87%):

**Gráfico 25 - Percentual de casos da Covid-19 em 2020 por Estado**



**Fonte:** Ministério da Saúde, 2020. Elaboração própria.

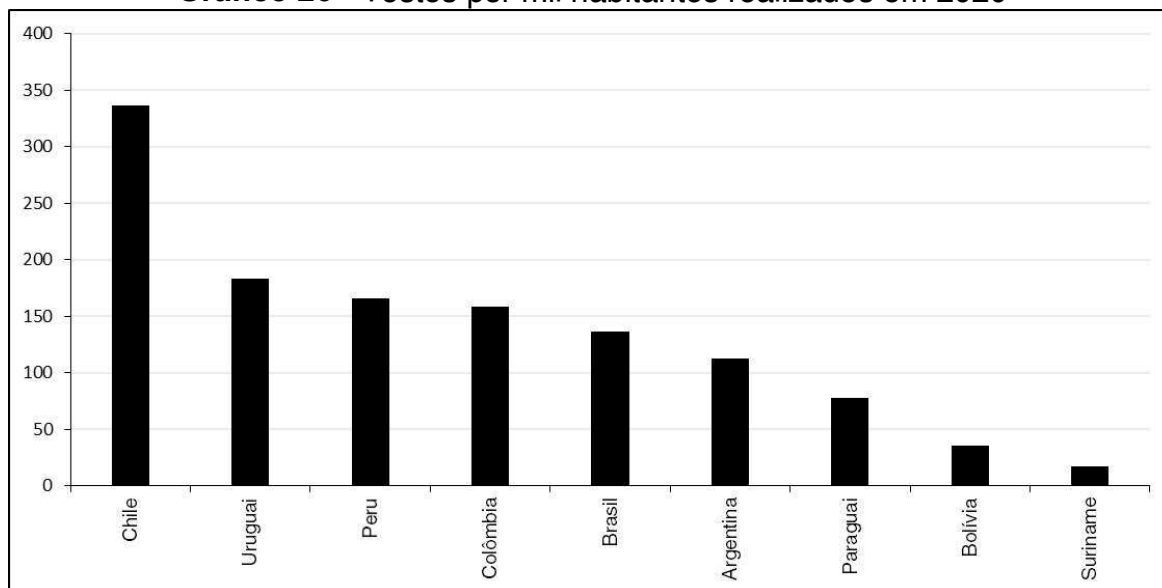
Nos subtópicos a seguir detalharemos melhor os termos epidemiológicos dos casos e óbitos por Covid-19 durante cada ano da análise.

#### **4.4.1.1 casos da Covid-19 por Estado**

Para uma melhor compreensão do leitor, devido a quantidade de dados, iremos colocar as tabulações estatísticas na sessão de apêndice desta tese, nos preocupando com a descrição dos dados. Isso permitirá uma leitura mais fluída e menos mecânica, devido ao fato de que há uma grande quantidade de dados números que podem dificultar a leitura.

Neste sentido, numa primeira observação apontamos o quantitativo de casos acumulados, sua correspondência em termos percentuais e sua relação por 100.000 habitantes. Destacamos ainda que, pelo menos em 2020, daqueles Estados em que Bolsonaro foi eleito com mais de 70% dos votos, como o Acre, Santa Catarina, Rondônia, Roraima e Distrito Federal, identificamos que Roraima e o Distrito Federal também foram aqueles Estados com mais casos por 100.000 habitantes durante todo o ano de 2020.

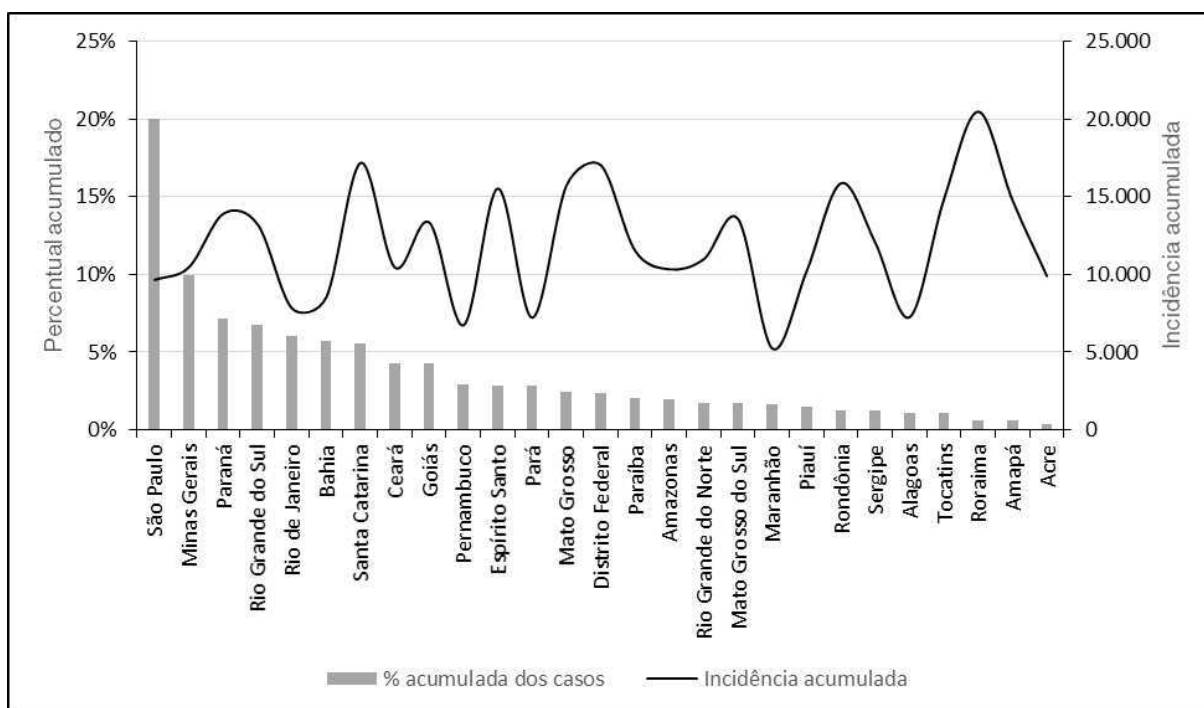
Conforme mencionamos, a subnotificação de casos pela ausência de testes massivos chama atenção. No caso brasileiro a realização da testagem em 2020 ficou aquém da dimensão continental do país. Realizando um comparativo entre os países selecionados na América do Sul e tendo como base a quantidade de testes realizados por mil pessoas percebemos que o Brasil (136,66) ficou atrás do Chile (334,38); Uruguai (183,41); Peru (165,55) e Colômbia (158,09):

**Gráfico 26 - Testes por mil habitantes realizados em 2020**

**Fonte:** ourworldindata.org. Elaboração própria.

Em 2021 esse cenário não se alterou, mas demonstrou uma acentuação tendencial sobretudo quando olhamos para os Estados com as maiores taxas de casos da Covid-19 por mil habitantes. O Estado de Roraima apresentou a maior taxa de incidência dos casos, seguido pelos Estados de Santa Catarina, Distrito Federal e Rondônia. Esse mesmo padrão se reproduz quando calculamos a taxa de casos por 100 mil habitantes.

Em termos regionais o Centro-Oeste apresentou a maior incidência (14.554,30), seguido pelo Sul (14.407,50), Norte (10.304,30), Sudeste (9.733,30) e Nordeste (8.630,40). Em cada uma dessas regiões o Estado que apresentou a maior taxa de incidência foi: Distrito Federal (17.014), Paraná (13.883), Roraima (20.451), Espírito Santo (15.499) e Sergipe (12.012). Cabe destacar que nem sempre uma maior incidência implica numa correlação proporcional ao acúmulo de casos, uma vez que a variável população influencia no cálculo. Nesse sentido, até o dia 1 de janeiro de 2022 os Estados que mais concentram casos foram: São Paulo (20%), Minas Gerais (10%) e o Paraná (7%):

**Gráfico 27** - casos e incidência acumulada até 1 de janeiro de 2022 por Estados

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial Nº 94. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Semana Epidemiológica 48. 28/11 a 4/12/2021. 2021.

Até o dia 31 de dezembro de 2022 as macrorregiões com as maiores incidências eram o sul; centro-oeste e o Sudeste com destaque para os seguintes Estados: Santa Catarina; Espírito Santos e o Distrito Federal. Em termos acumulados os Estados que mais concentraram casos foram: São Paulo; Minas Gerais; Rio Grande do Sul e Paraná.

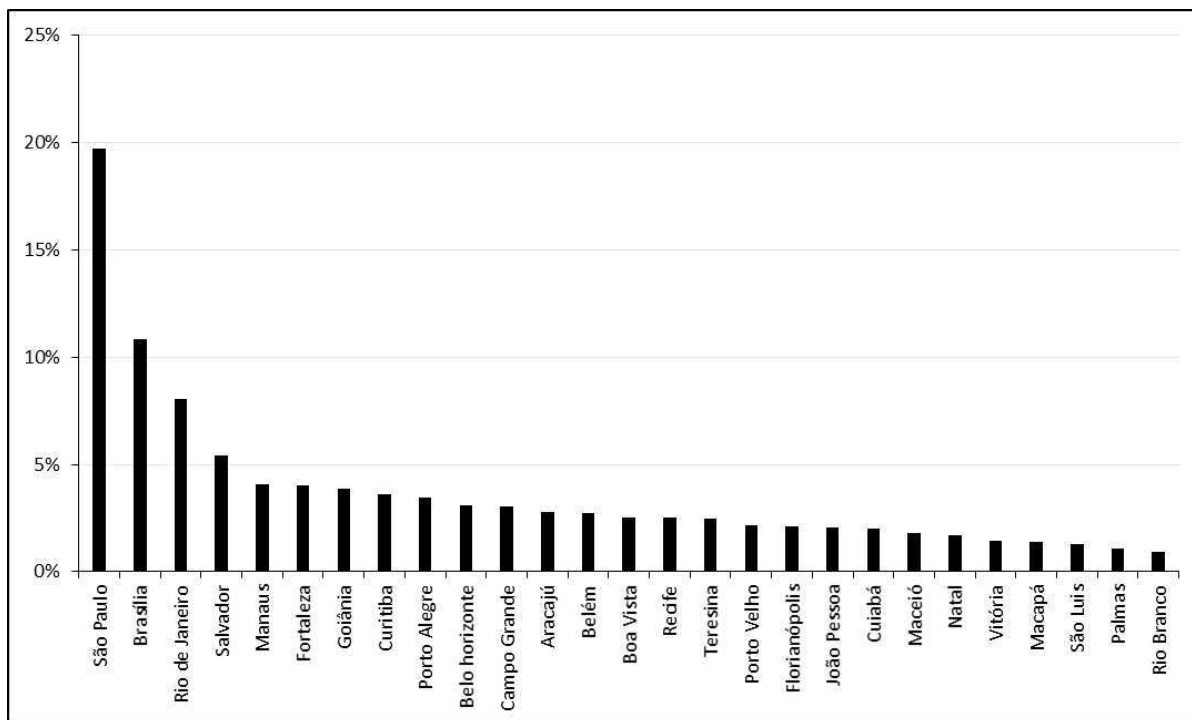
#### 4.4.1.2 casos da Covid-19 por Capital

Atrelado aos casos por Estado, também visualizamos a conformação da pandemia nas capitais brasileiras. No ano de 2020 por exemplo, das capitais brasileiras com maior taxa de casos por 100.000 habitantes destacamos: Boa vista; Aracajú e Florianópolis. Essas três cidades apresentam taxas superiores aos números apresentados em termos regionais (tendo como base as capitais de cada região do Brasil). Apesar dessas capitais terem os maiores índices relativos à população, a tendência de concentração absoluta evidenciou São Paulo como a capital que mais



concentrou casos até o dia 1 de janeiro de 2021 conforme podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 28** - percentual acumulado de casos da Covid-19 até 1 de janeiro de 2021 nas capitais



**Fonte:** <https://Congressoemfoco.uol.com.br/covid19/>. Acesso em: 08 mar. 2022.  
Elaboração própria.

Do total de 2.046.065 casos registrados nesse período, São Paulo concentrou um total de 403.388 (19,72%), seguida de Brasília (221.463), Rio de Janeiro (165.163), Salvador (110.281) e Manaus (82.811). Até o 1 de janeiro de 2022 essa tendência se aprofundou. Ao atualizarmos esses dados para o dia 31 de dezembro de 2022 perceberemos que do acumulado de casos por capitais até a referida data, as capitais com os maiores números foram: Rio de Janeiro; São Paulo; Brasília; Belo Horizonte; Goiânia; Fortaleza e Salvador. Já em termos relativo a 100.000 habitantes vemos que Vitória; Boa Vista; Florianópolis; Brasília; Goiânia. Com relação aos óbitos, exploramos os dados nos subtópicos a seguir, tanto no que diz respeito aos Estados, quanto as capitais.

#### **4.4.1.3 Óbitos da Covid-19 por Estado**

Até janeiro de 2021 os Estados com maiores índices de óbitos acumulados se encontravam na região sudeste, sendo respectivamente São Paulo; Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em termos de mortalidade por 100.000 habitantes observamos que durante o ano de 2020 o Estado do Rio de Janeiro apresentou um dos maiores índices, seguido pelo Distrito Federal e Roraima, respectivamente.

Até o dia 1 de janeiro de 2022 esse panorama tende a se aprofundar no qual São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentam respectivamente os maiores números. Já em termos relativos à população, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rondônia figuram entre os que apresentam os maiores registros. Quando adicionamos os dados referentes a incidência acumulada, esses mesmos três Estados apresentam os maiores números.

Até o dia 31 de dezembro de 2022, em termos acumulados os Estados que apresentaram os maiores números foram respectivamente: São Paulo; Rio de Janeiro; Minas Gerais; Paraná; Rio Grande do Sul e Bahia. Em termos relativo à população temos: Rio de Janeiro; Mato Grosso do Sul; Rondônia; Distrito Federal e Paraná.

#### **4.1.1.4 Óbitos da Covid-19 por Capital**

No que diz respeito aos óbitos por Covid-19 nas capitais brasileiras, destacamos que durante todo o ano de 2020 os dados indicam que São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza ficaram entre as cidades com mais óbitos acumulados até o dia 1 de janeiro de 2021. Numa perspectiva relativa à população, as capitais que apresentaram os maiores índices de óbitos até o dia 1 de janeiro de 2021 foram respectivamente: Rio de Janeiro; Cuiabá e Porto Velho.

Em 1 de janeiro de 2022 a tendência que observamos em relação às capitais citadas anteriormente se aprofunda, em termos de óbitos acumulados São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília apresentam os maiores números do período, em termos relativos observa-se que Cuiabá; Rio de Janeiro; Goiânia; Campo Grande e Manaus ficam com os maiores índices. Cabe salientar que dessas capitais, Manaus chama atenção pelo fato de que entre os meses de abril e maio de 2020 enfrentar os pro-

blemas com a superlotação de hospitais, ocasionando na crise da ausência de fornecimento de oxigênio para os pacientes da Covid-19.

Em 31 de dezembro de 2022 aquelas mesmas capitais apresentaram os maiores números de óbitos acumulados: São Paulo; Rio de Janeiro; Fortaleza; Brasília e Manaus. Em termos relativos, Cuiabá; Rio de Janeiro; Goiânia; Campo Grande; Porto Velho e Manaus apresentaram os maiores índices. Comparado ao período anterior essas capitais mantiveram a tendência anterior.

O leitor pode observar que em todos os dados que disponibilizamos nos apêndices que o percentual de votação em Bolsonaro nos segundos turnos de 2018 e 2022. Embora seja complexo realizar uma aproximação entre a variável quantidade de votos e óbitos por população relativa, ainda é possível tangenciar uma correlação entre aquelas localidades que mais apoiaram o Ex-presidente com a política Bolsonarista de gestão da pandemia da Covid-19 no Brasil. Trabalhos como o de Xavier *et al* (2022), ao explorarem essa correlação de variáveis como mortalidade; renda; desigualdade; qualidade dos serviços de saúde e partidarismo nos 5.570 municípios, entre fevereiro de 2020 a junho de 2021, evidenciam que num primeiro momento da pandemia a renda e a ausência de infraestrutura em saúde foram dinamos determinantes para as mortes por Covid-19 na primeira onda. Numa segunda onda, o fator do partidarismo foi mais impactante. Os municípios que escolheram Bolsonaro como Presidente em 2018 apresentaram as maiores taxas de mortalidade.

Esse também é o apontamento realizado pela pesquisa desenvolvida por Rache *et al* (2021). Esses pesquisadores notaram haver uma correlação positiva entre votos em Bolsonaro e aceleração dos óbitos em 2021. Município com mais votos no Ex-presidente na eleição de 2018 também foram aqueles em que existiu maior aceleração de mortes em 2021 em relação a 2020. Em relação às capitais do Brasil, também identificaram que as que apresentaram maiores proporções de votos em Bolsonaro, também tiveram as maiores taxas de aceleração de óbitos.

Uma breve mensuração dessa correlação pode ser vista também em nossos dados ao sintetizarmos as informações acumulados até o dia 31 de dezembro de 2022 percebemos que as capitais com os maiores índices de mortalidade por 100.000 habitantes são: Cuiabá; Rio de Janeiro; Goiânia; Porto Velho; Campo Grande e Manaus. É possível perceber também que nesses municípios Bolsonaro ga-

nhou no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. As observações realizadas por Ajzenman; Cavalcanti; Da Mata (2020) também indicam que figuras públicas como Bolsonaro, com declarações anticientíficas implicam numa diminuição significativa de ações como o distanciamento social em municípios apoiadores.

O fato é que, se essas correlações não podem ser analisadas de modo apriorístico, é verdade afirmar que o Bolsonarismo como fenômeno político se disseminou por todo o território brasileiro. Até mesmo em 2022, com Lula no pleito eleitoral, o resultado no segundo turno foi apertado para o candidato petista. Isso não implica, contudo, que todos os eleitores de Bolsonaro apoiem, ou sejam coniventes com seu ideário político-ideológico, tendo em vista que o antipetismo é também um fenômeno presente na realidade brasileira. Contudo, de um modo inicial, podemos afirmar que, pelo menos naqueles municípios com mais adesão ao Ex-presidente Bolsonaro, a tática utilizada de criação de um canal direto, pelas redes sociais, divulgação de *fake news*, e também a atuação de governadores e prefeitos alinhados à gestão bolsonarista impactaram para que esse perfil ideológico influenciasse no número de óbitos no país. Destacamos também que o professor de História Gilberto Calil, da Universidade do Oeste do Paraná, ao realizar lives semanais sobre o Covid-19 também fez essa inferência entre óbitos, casos e localidades que elegeram Bolsonaro em 2018. Na ocasião, o professor realizou lives semanais de acompanhamento dos números da Pandemia, e na centésima edição, fez um balanço geral da pandemia no mundo<sup>158</sup>.

Na história do Brasil não encontramos nada semelhante, em que pese as situações históricas da nossa formação econômico-social, no qual o convívio com doenças de potencial pandêmico faz surgir charlatanismo e práticas anticientíficas. Com o bolsonarismo percebemos não apenas a negação da ciência, mas o uso de mídia digitais e práticas discursivas que buscaram sedimentar, desde o Ex-presidente, uma determinada visão de mundo sobre a pandemia, fato que veremos com maior detalhe no sexto capítulo de nossa tese. Por ora, cabe mencionar que a

---

<sup>158</sup> A *playlist* com todos os vídeos realizados pelo professor Gilberto Calil pode ser acessado no seguinte link: <https://youtube.com/playlist?list=PLJCjTsoxOhd9eun7fvRh-RUBI12snsmp9&si=dAqblJiPgVgtqdCo>. Acesso em: 27 dez. 2023. A live de número 100 pode ser acessada em: <https://youtu.be/7xG3R-MWXpM?list=PLJCjTsoxOhd9eun7fvRh-RUBI12snsmp9>. Acesso em: 27 dez. 2023. O autor também fez uma correlação que pode ser observada no artigo: Bolsonaro venceu eleição nos 11 estados com maior índice de óbitos por covid-19 disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/06/06/covid-19-nos-11-estados-com-maior-indice-de-obitos-bolsonaro-venceu-as-eleicoes-2018/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

relação entre apoio ao bolsonarismo e número de mortes apresenta uma correlação positiva que merece ser analisada nos seus pormenores em cada município brasileiro, com pesquisa de profundidade e análises qualitativas.

#### 4.4.2 Fases da pandemia

A Fiocruz divide a pandemia no Brasil em seis diferentes fases nesses nos dois primeiros anos da pandemia, tomando como base o período que se inicia em fevereiro de 2020 a janeiro de 2022:

**Quadro 16** - fases da pandemia da Covid-19 no Brasil entre 2020 e 2021

<b>Fase</b>	<b>Período</b>	<b>Especificação</b>
1 <sup>a</sup>	fevereiro a maio de 2020	Expansão da transmissão das capitais para as cidades menores
2 <sup>a</sup>	junho a agosto de 2020	Primeira onda e sincronização da transmissão no país
3 <sup>a</sup>	setembro a novembro de 2020	Período de transição entre primeira e segunda onda
4 <sup>a</sup>	dezembro de 2020 a junho de 2021	segunda onda
5 <sup>a</sup>	julho a novembro de 2021	Os impactos positivos da campanha da vacinação
6 <sup>a</sup>	dezembro de 2021 a janeiro de 2022	A Ômicron e a terceira onda

**Fonte:** Fiocruz, 2022. Elaboração própria.

Na primeira fase, observou-se uma expansão hierárquica dos grandes centros urbanos para as cidades de menor densidade, num fluxo interiorano pelas estradas do país. Nessa fase as pessoas mais acometidas pela pandemia eram indivíduos acima dos 60 anos, característica que já vinha sido relatada em países como Itália. Nessa fase também houve o colapso do sistema de saúde brasileiro, especificamente em Manaus. Na segunda fase temos a sincronização da transmissão da pandemia no país com mil óbitos diários e agravamento das ocupações dos leitos de UTI. Houve um aumento no número de casos e óbitos entre Gestantes (Fiocruz, 2022).

A terceira fase que se caracteriza pela transição entre a primeira e a segunda onda apresentou uma leve melhora nos índices de óbitos e casos, sobretudo pela ação dos governos estaduais e municipais em adotar medidas não farmacêuticas como o uso de máscaras, distanciamento físico/social, porém, de forma desarticulada nacionalmente e regionalmente. Por volta de novembro de 2020 as ocupações de leitos de UTI passam a subir afetando sobretudo indivíduos com mais de 60 anos e pessoas com comorbidades. Na quarta fase temos uma segunda onda de transmissão, que coincidiram com as festividades de fim de ano e início do verão e férias. Nesse período a variante Gama já se fazia presente no território brasileiro, atingindo seu ápice por volta do mês de abril de 2021, com cerca de mais de 3.000 óbitos por dia. Em Manaus houve novamente o colapso do sistema de saúde com pacientes indo a óbito sem atendimento, e mesmo quando hospitalizados, não tiveram acesso ao oxigênio:

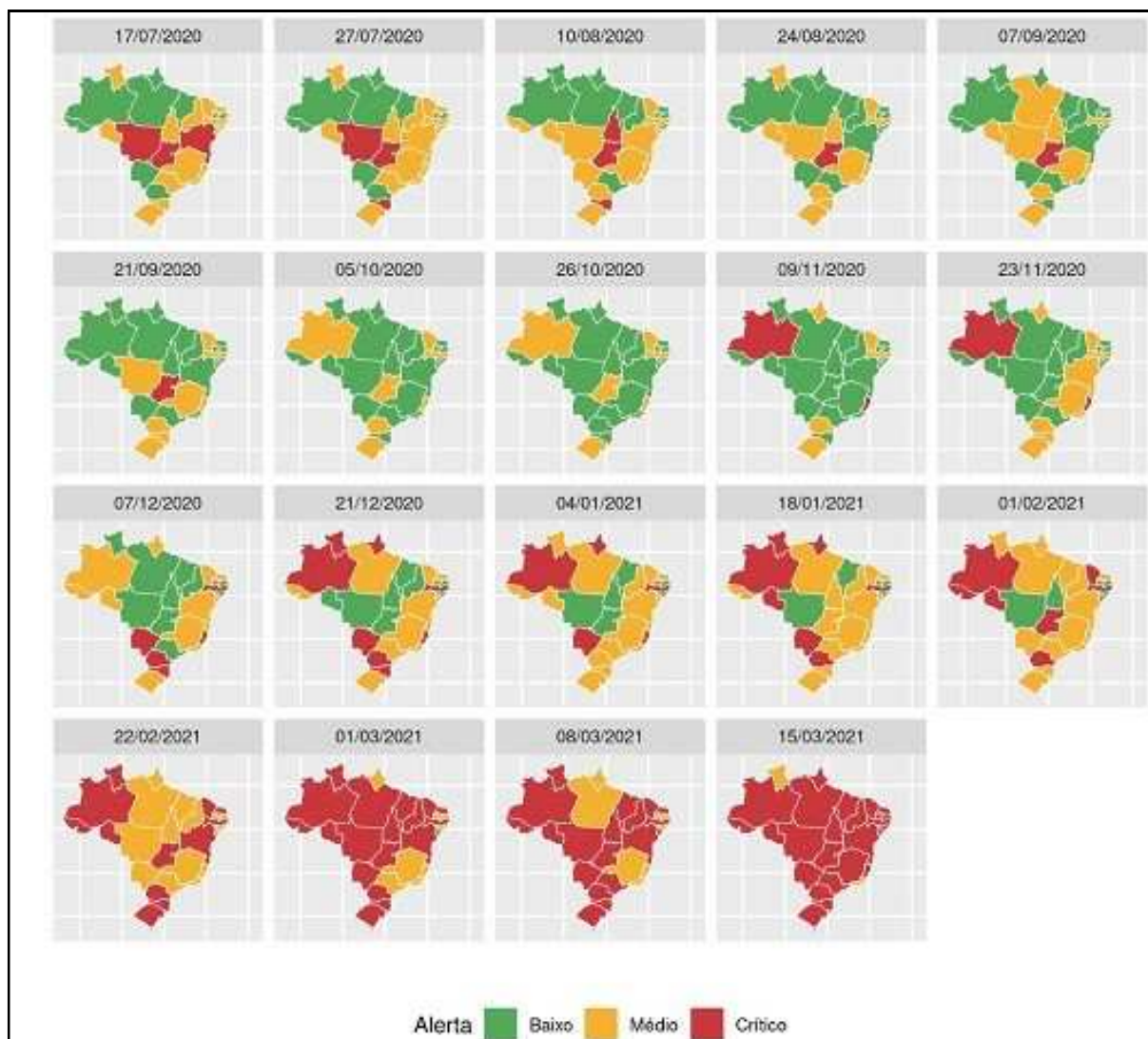
O Estado do Amazonas, onde as medidas de restrição à mobilidade foram fortemente atacadas no mês de dezembro de 2020, com a organização de manifestações contrárias, sofreu um novo colapso do sistema de saúde, com pacientes morrendo sem acesso aos cuidados necessários e, mesmo quando hospitalizados, por falta de oxigênio. A crise no Amazonas foi um prenúncio da crise e colapso do sistema de saúde que se espalharia por todo país, detectado logo no início de março, quando dezoito Estados se encontravam na zona de alerta crítico e sete na zona de alerta intermediário do indicador referente à taxa de ocupação de leitos UTI SRAG/Covid-19 para adultos no SUS (Fiocruz, 2022, p. 04).

Nesse período, especificamente no mês de março de 2021, observamos uma alta taxa de hospitalizações de pessoas por Covid-19, o que ocasionou superlotação das UTIs. Conforme o Observatório Covid-19<sup>159</sup> da Fiocruz em edição extraordinária de boletim epidemiológico, as taxas de ocupações recebem uma classificação que considera: I) Alerta crítico (vermelho): ocupação igual ou superior a 80% dos leitos de UTI; II) ocupação intermediária (amarelo): ocupação igual ou superior a 60% e inferior a 80%; III) zona de alerta verde: taxa de ocupação inferior a 60%:

---

<sup>159</sup> Cf. <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 4 jan. 2023.

**Figura 29** - Taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos (%) entre 17 de julho de 2020 a 15 de março de 2021



Fonte: Fiocruz, 2021.

Devido à severidade do quadro sanitário do país as medidas restritivas foram intencionadas com a existência de medidas de isolamento social e distribuição de máscaras. Data desse período, especificamente em 17 de janeiro de 2021, após praticamente um ano da pandemia, o início da campanha de vacinação, com um total de 6,2 milhões de doses. Como a vacinação se destinou ao público acima de 60 anos, e com o retorno de algumas atividades presenciais, o perfil etário dos óbitos se locomoveu para uma faixa abaixo dos 60 anos. Com o início das vacinações, a quinta fase da pandemia se caracterizou por uma baixa no número de casos graves e óbitos. De mil óbitos diários, houve uma redução para 500, um número ainda

grande, mas que demonstrou a atuação da vacina. Em novembro de 2021 um total de 60% da população brasileira havia recebido pelo menos uma dose da vacina (Fiocruz, 2022).

A sexta fase da pandemia foi marcada pela variante ômicron e a terceira onda da pandemia. Com aumento da transmissibilidade em dezembro de 2021, coincidindo novamente com o período das festividades de final de ano, verão e férias. Devido ao relaxamento das medidas profiláticas houve o aumento da mobilidade e predominância da ômicron. Também houve a existência de uma epidemia de influenza, marcada pelo surgimento de uma nova cepa viral denominada como Darwin<sup>160</sup>. Chamou atenção nessa fase a interrupção na divulgação dos dados epidemiológicos do país, essenciais para o planejamento das ações<sup>161</sup>. Cabe destacar que dados relativos às taxas de ocupação de leitos de UTI que devido a ampliação dos leitos, que nem sempre são criados em condições adequadas, há uma manutenção da taxa de ocupação levando a possibilidade de esconder o aumento real dos casos.

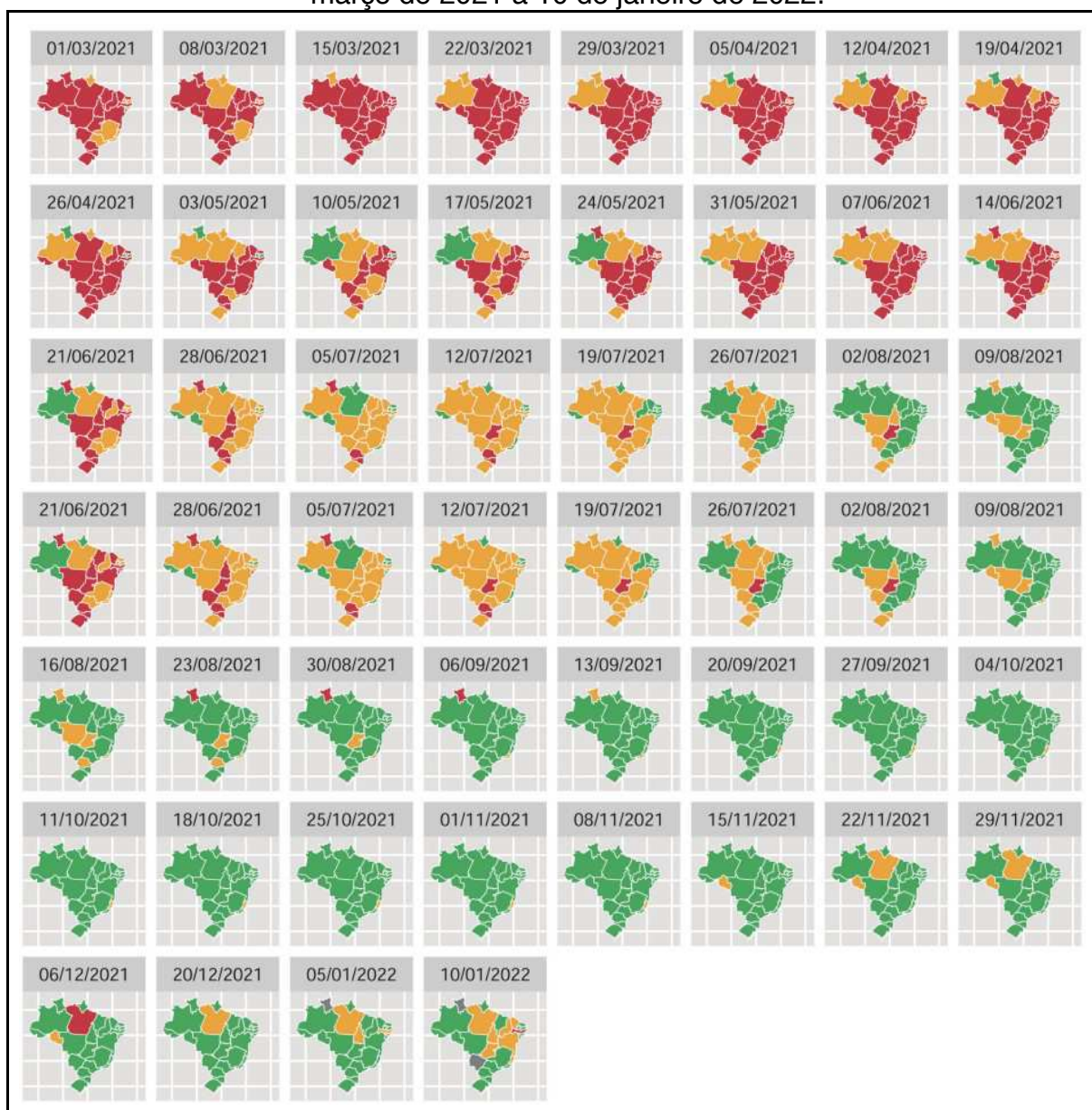
---

<sup>160</sup> Cf. GOMES, Max. H3N2 Darwin: saiba mais sobre o tipo do vírus influenza em circulação no país. Fiocruz. 23 dez. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/h3n2-darwin-saiba-mais-sobre-o-tipo-do-virus-influenza-em-circulacao-no-pais>. Acesso em: 23 fev. 2022.

<sup>161</sup> Cf. G1. Ataque hacker tira do ar site do Ministério da Saúde e o ConecteSUS. 10 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/10/ataque-hacker-ao-site-do-ministerio-da-saude-tira-do-ar-o-conectesus.ghtml>. Acesso em: 4 jan. 2023.



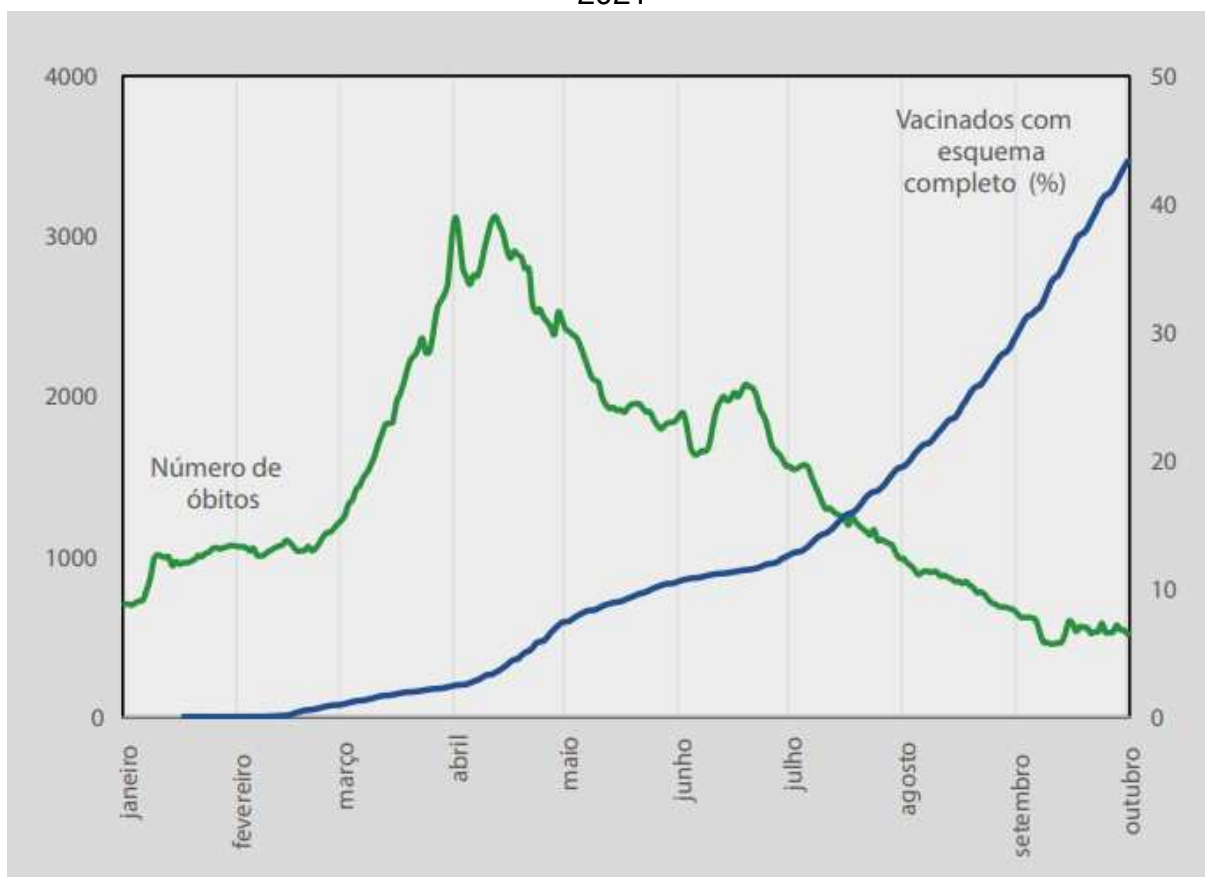
**Figura 30** - Taxa de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos (%) entre 1 de março de 2021 a 10 de janeiro de 2022.



**Fonte:** Fiocruz, 2022.

Mesmo diante do atraso das vacinações, destacamos que a sua intensificação foi positiva dada a queda na taxa de óbitos diários. O estudo desenvolvido por Araújo e Fernandes (2022) durante o período de 17 de março de 2020 a 19 de outubro de 2021 evidenciou que o aumento da população vacinada implicou em menores casos de óbito por Covid-19. Podemos perceber isso quando relacionamos o aumento das vacinações com a diminuição das internações. Pelo menos é o que indica os dados da Fiocruz:

**Gráfico 29** - Número de óbitos diários e proporção da população total vacinada com esquema completo em 2021



**Fonte:** Fiocruz, 2021.

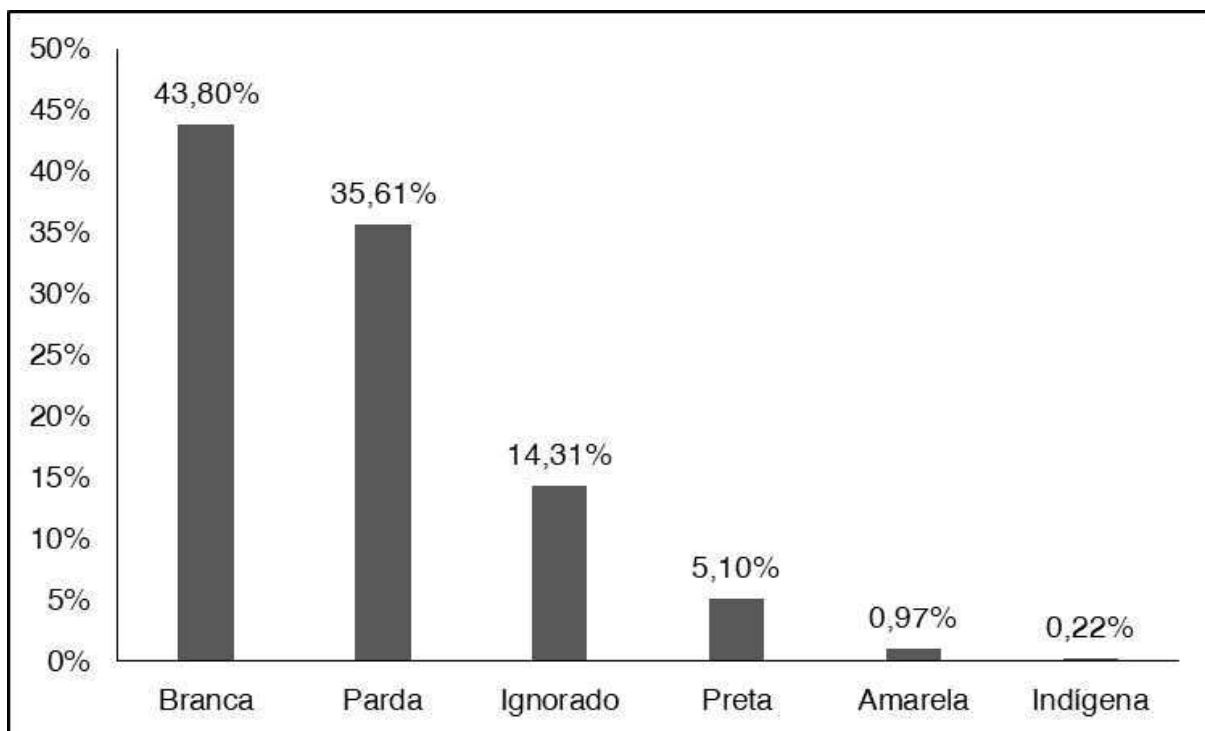
Os dados indicam que a partir da intensificação das vacinas, especialmente em abril de 2021, que houve uma redução da mortalidade. A partir de maio, quando se completou as segundas doses das vacinas essa tendência dos óbitos apresentou decréscimo em especial nos grupos mais vulneráveis: idosos e pessoas com comorbidades. A partir de agosto de 2021 observamos a aceleração das vacinações.

#### 4.4.3 Perfil dos óbitos

Uma das dificuldades que observamos ao buscar compilar informações sobre a pandemia diz respeito aos dados referentes ao perfil socioeconômico das pessoas que foram a óbito. Entendemos que os marcadores de classe são importantes para uma maior apreensão do impacto da pandemia sobre uma perspectiva de classes. Em que pese esse fato, conseguimos realizar a preparação de algumas informações sobre esse perfil com base na consulta que realizamos aos boletins epidemiológicos emitidos pela Fiocruz; MS e periódicos acadêmicos. Reforçamos que não se trata de uma análise baseada numa Sociologia da estratificação social por renda ou raça, mas, de perceber através de marcadores sociais a localização de classe dessas pessoas, que não são apenas números estatísticos.

Em 2020, por exemplo, Dos Santos *et al* (2023) constatou ao analisar as disparidades étnico-raciais na mortalidade por Covid-19 nos Estados do Brasil e nas Capitais identificou que a maior taxa de mortalidade residiu na população parda; indígena e negra. Houve também um elevado grau de óbitos entre pessoas não brancas nos Estados do centro-sul do país. Essa análise é semelhante com os dados apresentados pelo MS no Boletim Epidemiológico de número 44/2020. Os dados indicam que dos 191.552 óbitos por Covid-19 até a Semana Epidemiológica de número 53, um total de 191.552 óbitos registrados, 70.062 foram de pessoas brancas contra 10.574 de pretos; 69.715 de pardos e 668 de indígenas, desconsiderando os casos não especificados, em investigação e os registros de raça ignorados ou não informados.

No Boletim epidemiológico de número 92, com dados atualizados em 6/12/2021 identificamos que de um total de 372.954 óbitos, cerca de 169.097 (brancos); 17.927 (Preta); 129.768 (parda) e 543 (indígena). No somatório dos três anos de pandemia, com dados acumulados até a 31 de dezembro de 2022 evidenciamos que em termos gerais, e conforme os dados disponibilizados pelo MS, de um total de 613.928 óbitos registrados, cerca de 43,80% (268.879) foram de pessoas brancas; 35,61% (218.599) de pardos; 14,31% (87.851) ignorados; 5,10% (31.291) pretos; 0,97% (5.982) amarelos; e 0,22% (1.326) indígenas, segundo a classificação utilizada pelo MS:

**Gráfico 30** - percentual dos óbitos por Covid-19 (raça).

**Fonte:** Boletins epidemiológicos de números 52; 92 e 146 do Ministério da Saúde.

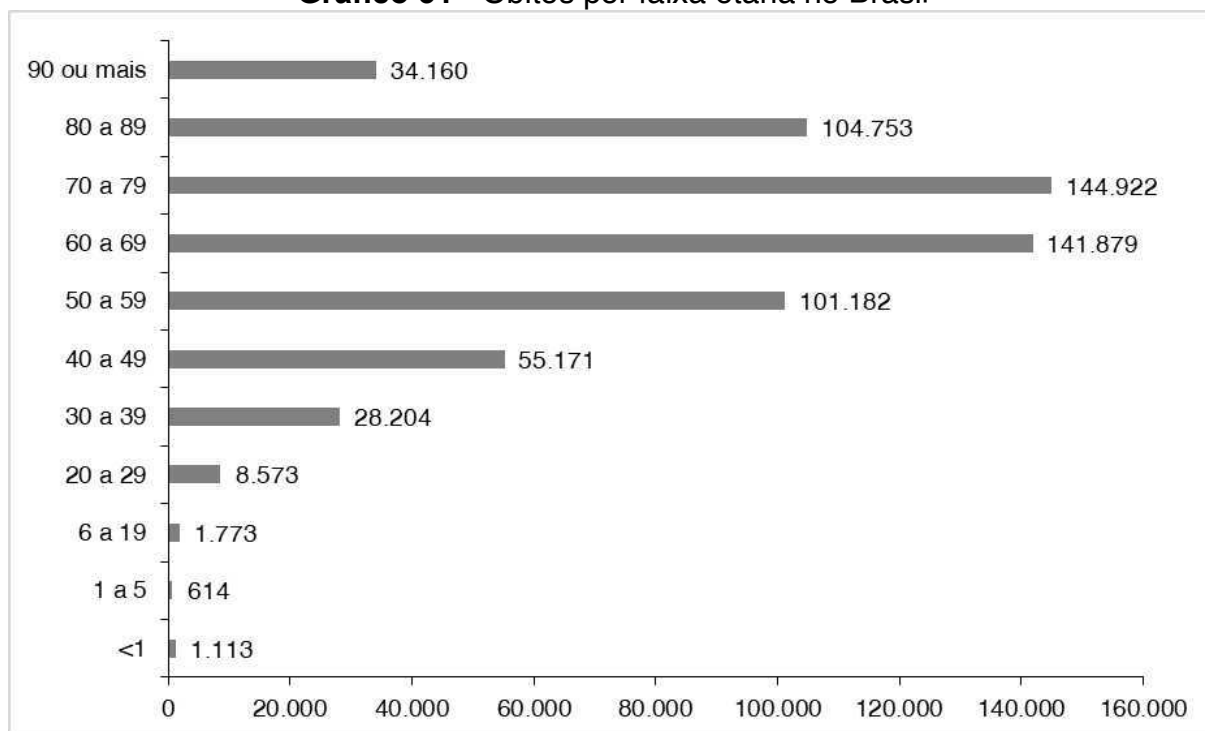
Percebemos que não existe uma grande disparidade na distribuição étnica dos óbitos referentes ao conjunto populacional. Além disso, é expressivo o número de pessoas com cor ignorada o que dificulta a análise. Salientamos também que os dados do MS não fazem uma estratificação por renda e por inserção na produção social da vida, de modo que, no todo, não é possível inferir por exemplo, os rendimentos desses indivíduos que morreram. Contudo, alguns trabalhos locais mostram que os mais afetados pela pandemia foram os precarizados, a exemplo da cidade de São Paulo que segundo o instituto Pólis, que ao trabalharem com dados tabulados até o dia 31 de julho de 2020, e utilizando a metodologia de padronização epidemiológica (ponderação da composição heterogênea de um grupo demográfico), desvelou que entre a população branca há uma taxa de 115 óbitos por 100.000 habitantes; enquanto na população negra é de 172. Mesmo que o Covid-19 afete pessoas com maior faixa-etária, a análise indicou que a população negra, mesmo sendo mais jovem, é a mais afetada. Por ser jovem, essa população, segundo o estudo, deveria apresentar um índice menor de mortalidade (Instituto Pólis, 2020).

Noutro estudo realizado pelo mesmo Instituto, ao avaliar os dados acumulados até 31 de janeiro de 2022 no Município de São Paulo, identificou-se que a taxa

de mortalidade é maior entre pessoas negras do que em pessoas brancas, com destaque para o fato de que esse índice apresenta maior peso sobre homens negros. Também foi possível identificar que em termos de atividade profissional, dos 42.575 óbitos analisados entre março de 2020 a novembro de 2021, destaca-se que cerca de 47,7% foram de trabalhos remunerados e 34,1% de aposentados. Das atividades remuneradas o maior índice de mortes foi entre trabalhadores da indústria (9%); comércio (6,2%) e setor agrícola (0,4%).

No tocante a faixa-etária, a partir dos dados que conseguimos tabular, tendo como somatórios os boletins epidemiológicos 52; 92 e 146, num total de 622.334 óbitos (até 2 de janeiro de 2023), no qual havia disponibilidade de discriminação por faixa etária, percebemos um maior quantitativo de óbitos entre as faixas etárias de 60 a 69 anos; 70 a 79 anos e 80 a 89 anos, juntas essas faixas correspondem a mais de 60% dos óbitos registrados no período:

**Gráfico 31 - Óbitos por faixa etária no Brasil**



**Fonte:** Boletins epidemiológicos de números 52; 92 e 146 do Ministério da Saúde.

Tendo por base essa mesma referência de dados, percebemos que em relação ao sexo, o Covid-19 apresentou mais mortes localizadas entre o sexo masculino (54,43%); em relação ao feminino (45,56%); e ignorados (0,01%).

De um modo geral, mesmo com as dificuldades na identificação do perfil epidemiológico das pessoas mais afetadas em termos de óbitos pelo Covid-19, pudemos perceber que a população negra, mesmo sendo a mais jovem do país, apresenta um alto índice de mortes quando comparada à população branca. Além disso, os dados confirmaram que a população entre as idades de 60 a 79 anos foram as mais afetadas pela pandemia. Cabe lembrar que o Brasil está passando por um processo de transição demográfica no qual a nossa pirâmide etária está se alongando nas idades mais avançadas, o que implica novos desafios para o SUS como observamos com a pandemia da Covid-19, isso nos informa que os próprios efeitos da pandemia nos sobreviventes, que ficaram com sequelas, exigem um grau de investimento maior na saúde pública.

Ademais, um governo que tenha um mínimo de responsabilidade deveria estar ciente dessas especificidades, característica que não enxergamos no governo Bolsonaro, pelo contrário, como observaremos no próximo capítulo, em nossa interlocução com a bibliografia e dados trabalhados, a formação heterogênea do governo, e as distintas frações de classe que deram apoio ao governo implicaram em adotar o negacionismo e o economicismo como dinamos de uma política de gestão da crise sanitária que via na disseminação viral uma oportunidade para contrapor a Ciência. Longe de ser um governo simples, o governo Bolsonaro é complexo, possuiu distintos núcleos e interesses, o que para nós foi um desafio tentar construir essa cartografia como veremos a seguir.

### PARTE III

## A GESTÃO BOLSONARISTA DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO MARCO DA TOTALIDADE



**Título:** Após a desistência de vários países em sediar a Copa América, por causa da pandemia, o Brasil decide receber o evento, ignorando os alertas sobre uma terceira onda.

**Fonte:** [https://www.instagram.com/p/CPi3WYaJ\\_-3/](https://www.instagram.com/p/CPi3WYaJ_-3/) Acesso em: Mai. 2021.

**Data:** 31 de maio de 2021



## CAPÍTULO 5

### ELEMENTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO



Guernica Amazônica (2020), de autoria do cartunista Renato Aroeira



Compreender a caracterização do Governo Bolsonaro não implica apenas identificar nomes, cargos e funções, mas evidenciar que esse governo representa uma mudança qualitativa no regime político brasileiro, historicamente calcado numa democracia restrita às frações da burguesia brasileira, e blindada aos anseios e necessidades concretas das classes trabalhadoras. Por esse motivo que o presente capítulo objetivo entender a conformação desse governo, retomando o fio condutor que liga o regime político brasileiro ao governo Bolsonaro eleito em 2018. Em nossa tese esses aspectos são válidos uma vez que a política de saúde exercida no governo federal em relação à pandemia da Covid-19, como veremos, além de apresentar traços do negacionismo, também se vincula a uma perspectiva de classe, ou melhor, na defesa de interesses de frações burguesas e da dicotomia criada pelo governo entre economia e saúde. Entender esse contexto é visualizar no marco de uma totalidade a ligação existente entre política e saúde.

### **5.1 O Governo Bolsonaro como resultado da síntese de múltiplas determinações**

Partimos do pressuposto que o governo Bolsonaro é, na conjuntura política brasileira, o resultado de processos políticos que foram gestados nos treze anos de administração do PT. Não unilateralmente, mas com uma significância preponderante associada aos interesses da burguesia brasileira, bem como a crise econômica de 2008, que incidiu sobre a pequena burguesia e setores das classes trabalhadoras, jovens estudantes, pequeno e médio empresariado, sobretudo. Entender a caracterização do governo Bolsonaro sem pelo menos fazer uma reflexão em torno das determinações concretas e mediações que influenciaram na eleição desse governo em 2018 seria deixar de entender a própria gestão da crise sanitária realizada por ele.

Florestan Fernandes (2020) nos lembra do caráter ético/moral da burguesia brasileira no sentido de evidenciar a conformação dessa classe em meio a um tipo de revolução burguesa diferente do ocorrido nas formações centrais. Devido ao seu caráter concreto/material ligado a um passado escravocrata, violento e de iniquidades sociais, sua inserção aos moldes da modernidade capitalista no final do século XIX implicou a conformação de uma burguesia que aglutinou em sua característica, elementos da dominação oligárquica aos dinamos de setores comerciais, financeiros

e industriais que passavam a se conformar à realidade brasileira numa conjunção dialética entre elementos autóctones e externos.

Todavia, não era possível à essa burguesia ultrapassar o limiar da dependência em relação aos interesses de classes existentes tanto no interior de nossa formação, quanto no exterior, devido o nexo de dominação no seio do capitalismo internacional, bem como das vantagens que a burguesia interna em associação com o capital externo detinha. Essa relação colocava como desafio à classe dominante brasileira e suas frações de classe uma transição à modernização que compactuava seu domínio ao mesmo tempo em que se conformava o capital monopolista internacional aos avanços no comércio e das forças produtivas, que implicava numa mudança de sociabilidade na própria formação econômico-social com a presença do trabalho livre.

Essa condição coloca à própria burguesia no desafio de realizar sua manutenção de poder, frente às classes trabalhadoras, e a instabilidade do regime política, recorrendo ao uso sistemático da violência por meios políticos diretos e indiretos, pelos aparatos de opressão e consenso do Estado, bem como pelas superestruturas jurídicas como manutenção do *status quo*. Nesse sentido, a busca por revoluções é bloqueada de forma sistemática e preventiva pela dominação burguesa (Fernandes, 2009), por significar, além do inconciliável interesse de classes, superação da própria dominação e opressão de classes, sem que isso signifique uma condição estrutural teleológica, pelo contrário, na história brasileira, em que pese a violência da burguesia, os trabalhadores e trabalhadoras buscaram aprender com essa correlação de forças nas classes sociais, organizando seus instrumentos de atuação política e intervenção na realidade concreta, em que pese a problemática inerente a burocracia das direções partidárias.

Esses elementos de dominação e autocracia da burguesia brasileira podem ser encontrados em distintos momentos históricos, nos variados golpes de Estado e governos que assumiram após esses golpes. De Getúlio Vargas, passando pela Ditadura empresarial-militar de 1964 e com o arranjo político da chamada nova república em 1988, há elementos que denotam as contradições da dominação burguesa no Brasil. Nessa tese não temos espaço para realizar um apanhado crítico-histórico desse fenômeno, até porque tal tarefa fugiria do escopo de nosso problema de pesquisa. Não obstante, pensamos que trazer um pouco da conformação da Constitui-

ção de 1988 o do regime inaugurado por ela nos ajuda a ter elementos para entender a conjuntura política brasileira.

### 5.1.1 A constituição de 1988: transição pactuada

Ainda na esteira de discussão das reflexões realizadas por Florestan Fernandes, entendemos que a Constituição Federal de 1988, e o regime inaugurado por ela, implicou uma transição pactuada pelo alto para a manutenção da dominação burguesa após anos de ditadura empresarial-militar. Esse período foi de opressão contra as classes trabalhadoras, e as contradições que surgiram em seu interior, após mais de 20 anos dos militares no poder implicaram também a necessidade de reconfiguração da própria dominação burguesa, que ao decidir renunciar a uma dominação direta, escolhera, como tradição do seu mandonismo, camarilhas militares para manutenção do poder burguês frente aos anseios populares da década de 1960, numa conformação bonapartista.<sup>162</sup>

O cientista político Sallum Júnior (2005) nos lembra do fato de que o regime empresarial-militar não vivenciou um único momento homogêneo, passando por problemas de manutenção da sua própria hegemonia, e em que pese o fato de ter realizado o chamado “milagre brasileiro”, com a presença da industrialização e baixos índices de inflação entre o período de 1968 a 1972, isso não implicou na efetivação da máxima do Ex-ministro Ministro da Fazenda Delfim Netto<sup>163</sup> de fazer o “bolo crescer para depois dividi-lo”, pelo contrário, promoveu concentração de renda e degradação da condição de vida das classes trabalhadoras. Todavia, no cenário internacional, os choques do petróleo da década de 1970 e o endividamento externo

---

<sup>162</sup> Denominamos como regime empresarial-militar porque, ainda que do ponto de vista da dominação violenta os militares tenham tomado a dianteira, não podemos esquecer que a burguesia brasileira (dependente e associada) se beneficiou com a autocracia descarada do regime a partir da supressão dos direitos dos trabalhadores e da opressão de classes. Para uma maior discussão sobre o tema conferir: Costa, Silva (2018); Barros Silva (2019); Moraes (2019). Sobre especificamente a imbricação entre classes e grupos sociais com os militares (empresários, latifundiários e a burguesia financeira), indicamos os estudos do Historiador e Cientista Político René Armand Dreifuss (1945-2003). Cf. Dreifuss (1981).

<sup>163</sup> **Antonio Delfim Netto:** Nasceu no ano de 1928. É um economista formado pela Universidade de São Paulo. Participou dos governos dos generais Castello Branco (1964–1967), no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan); Costa e Silva (1967–1969) e Medici (1969–1973), como ministro da Fazenda; e Figueiredo (1979–1984), como ministro da Agricultura e secretário do Planejamento, controlando, a partir da primeira metade de 1979, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>. Acesso em: 29 abr. 2022.

brasileiro imprimiram no regime a dificuldade de contrabalançar uma economia dependente e periférica com os dinamos do mercado internacional e dos interesses do capital financeiro.

Em meios a esses elementos, Sallum Júnior (2005) também pontua a crise de hegemonia do regime, que após a revogação dos Atos Institucionais abria espaço para, na ordem burguesa, uma transição lenta, gradual e pactuada por cima. Nesse sentido, a crise econômica e o esfacelamento da aliança entre militares e burguesia nacional ocasionou uma crise de hegemonia que colocava em evidência a sustentabilidade da forma pela qual o Estado brasileiro vinha sendo gerido. É evidente que esse processo não se materializou do dia para a noite, mas, seguiu a própria dinâmica da luta de classes no Brasil, sem nos esquecermos das mobilizações populares. É mister salientar que essas mobilizações não representavam apenas os anseios das classes subalternas, pelo contrário, se de um lado havia o empresariado e a tecnoburocracia das empresas estatais que perderem confiança nos dirigentes militares, de outro lado se encontrava a classe média e popular urbana.

Sendo assim, podemos considerar que o movimento das diretas já entre os anos de 1983 e 1984 consubstanciam a ânsia pelo retorno das eleições presidenciais diretas, marcando um ponto de clivagem na sociedade brasileira. Em meio a esse processo, após a eleição indireta para o cargo de presidente da república em 1986, a qual elegeu Tancredo de Almeida Neves (MDB) e seu vice José Sarney (MDB)<sup>164</sup>, devido ao falecimento de Tancredo em pleno processo de posse, Sarney assume o posto presidencial. Essa posse implicou na aprovação de medidas como: retorno das eleições diretas; direito ao voto dos analfabetos; liberdade de organização partidária dentre outras<sup>165</sup>. A partir de então, houve segundo Sallum Jr (2015) a dispersão do poder com intenção à democratização<sup>166</sup> (marcada pela luta de classes mediadas, sobretudo, entre as frações da burguesia). Com a Constituição Federal

---

<sup>164</sup> Para maiores referências à eleição de 1985 cf. <https://bit.ly/2X8UXPf> Acesso em 29 jun. 2019.

<sup>165</sup> Essa maior abertura permitiu, por exemplo, que movimentos como o da reforma sanitária pudesse colocar em prática determinadas demandas que antes não podiam ser de fato amplamente defendidas devido ao regime autoritário.

<sup>166</sup> A interpretação mais corrente desse processo remete a transformação política ocorrida no final da década de 1980 a uma transição democrática que permitiu superar o regime militar. Contudo, para Sallum Jr (2015) esse processo não se tratava apenas de uma crise do regime, era uma crise mais complexa, uma crise da forma varguista de administrar o Estado. Ao longo desse período o que se percebe no aparelho Estatal brasileiro é um papel centralizado nessa instituição como organizadora da sociedade, deixando quase nenhum espaço para grupos sociais. É perceptível no Brasil que grande parte das mudanças partiram “de cima” e com pouco espaço para as classes populares.

de 1988, um novo pacto classista entre as frações burguesas ocorre, com um leve devaneio de “democracia” mediado pela social-democracia brasileira em tentar criar um Estado de bem-estar social, elemento que nunca se materializou na realidade concreta.

Florestan Fernandes (2009) ao analisar o processo constituinte observa que, essa constituição não pode ser enxergada de modo unilateral. Se o texto constitucional apresenta a função de mobilizar elementos legais de modo a equalizar a correlação de forças na sociedade, na essência ela subverte tal prisma para, através do Estado como elemento de mediação entre os interesses das classes sociais, realizar a manutenção da dominação burguesa. Nessa mesma constituição, em seu artigo 142 as forças armadas aparecem como forças ordenadoras da lei. Esse mesmo artigo foi citado pelo Ex-presidente Jair Bolsonaro em reunião com sua cúpula ministerial no qual colocou que tal premissa constitucional deveria ser

Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos Poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil.<sup>167</sup>

Em nossa interpretação, esse artigo atende à ordem burguesa que em tese implica num regime de exploração do trabalho e na manutenção de um poder calcado no uso da força e violência, tutelando assim, as forças armadas a atuação com peso para destruir qualquer ensejo das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (2009) considera que o pacto dessa nova república expôs essa classe trabalhadora como moeda de barganha, num misto de premissas de políticas sociais que nunca conseguiram se concretizar em sua plenitude no Brasil, mesmo no decorrer dos mais de 30 anos de existência. Isso não implica descartar ou menosprezar os avanços da Seguridade Social brasileira formada pelas áreas da Assistência e Previdência Social e pela Saúde Pública com o SUS. Reconhecemos o avanço dessas medidas, mas seus limites estruturais num regime político sob dominância burguesa. No capítulo três dessa tese, ao mostrarmos as experiências do Brasil no enfrentamento de problemas de saúde marcamos esse

---

<sup>167</sup> Cf. MORI, Letícia. O que é o artigo 142 da Constituição, que Bolsonaro citou por intervenção das Forças Armadas, BBC Brasil. 1 Junho de 2020. Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52857654>. Acesso em: 29 abr. 2022.

problema, especificamente no tocante ao subfinanciamento crônico e desfinanciamento da saúde.

Não obstante, qual o significado dessa nova república que surge de forma pactuada dos escombros de um regime empresarial-militar, que esteve no poder por vinte e um anos? Para Florestan Fernandes significa, sobretudo o fato de que:

[...] No Brasil, nunca existiu uma *República* —e nunca existirá alguma, que mereça o nome, enquanto as “classes dirigentes” ficarem tão rentes a essa barbárie que se rotula civilização e toma ares de “*democracia à brasileira*”. Na verdade, tal “classe dirigente” é irmã siamesa dos que nos exploram a partir de fora e que não têm nenhuma razão especial, além da continuidade e do crescimento do botim, para desejar a vigência de uma República democrática; e compartilha com eles a responsabilidade pelo neocolonialismo imperante (Fernandes, 2009, p. 97).

O sociólogo brasileiro chama atenção para as debilidades congênitas da burguesia brasileira em sua dinâmica com o capitalismo internacional. Esta condição implica numa autocracia que se move a partir dos distintos momentos históricos, e que em 1998 se blinda ainda mais aos anseios das classes subalternas, promovendo uma república do capital como nos lembra o professor Décio Saes (2001). Não é por acaso que a cena política brasileira, após a promulgação da Constituição em 1988, nas eleições presidenciais de 1986, o alagoano Fernando Collor de Mello, na época integrando Partido da Reconstrução Nacional (PRN) é eleito em segundo turno com 53,03% dos votos contra Lula, candidato do PT que ficou com 46,97%<sup>168</sup>. O governo de Collor, que durou de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992, devido ao processo de *impeachment* pelo qual passou (Sallum Jr, 2005), representou a abertura do Brasil a chamada “globalização” de forma maciça à hegemonia financeira internacional sob os imperativos do neoliberalismo. Não podemos esquecer que, após a saída de Collor, assume o posto presidencial Itamar Franco (PMDB) (1930-2011), que governou o país de 29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995. É em seu mandato que o Plano Real é criado, mais especificamente no ano de 1993, tendo à frente FHC como Ministro da Fazenda (Ianoni, 2009)

Sob dominância da influência estadunidense no denominado consenso de Washington (Williamson, 2004), as eleições de 1994 trazem à tona a administração

<sup>168</sup> Cf. <https://sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/1989>. Acesso em: 29 abr. 2022.

de FHC, candidato do PSDB que, ao atuar no governo de Itamar Franco como Ministro da Fazenda, galga espaço político com a estabilização da inflação brasileira através do Plano Real. Nessa ocasião, FHC ganha as eleições em primeiro turno com um total de 55,22%% dos votos, ficando Lula em segundo lugar com cerca de 39,97%.<sup>169</sup> Sem embargo, para além de uma questão meramente eleitoral, a vitória de FHC significou o aprofundamento de uma república do capital sob domínio da burguesia brasileira. As políticas neoliberais perpetradas em seus dois mandatos (entre 1995 e 2002) implicaram na aplicação de ajustes econômicos contra as classes trabalhadoras, especificamente na aplicação do tripé macroeconômico: formação de superavit primário, promoção de uma taxa de câmbio competitiva ao mercado internacional e metas de inflação (elementos que, em que pese as devidas particularidades, foram mantidos nos governos petistas).

Desse modo, a república, que na aparência implicava na formação de um pacto, na verdade ia revelando sua essência mediante a submissão do trabalho ao capital. Aprofundando a dependência brasileira sob o argumento de uma modernização aos ditames dos fluxos internacionais de capital. Na avaliação de Décio Saes, os governos de FHC representaram:

[...] a quebra dos monopólios estatais (como os do petróleo e das telecomunicações), ‘saneamento’ da Previdência Social e da administração pública (implicando na liquidação de direitos conquistados, respectivamente, pelas classes trabalhadoras e pela massa do funcionalismo público) etc. Em terceiro lugar, o governo federal tomou medidas conducentes à abertura da economia brasileira ao capital internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que na prática, abre o sistema financeiro nacional a *novo* bancos estrangeiros (Saes, 2001, p. 85, *italico do autor*).

Se de 1930 a 1990 o Brasil vivenciou distintos regimes políticos — regime político provisório entre 1931 e 1934; democracia representativa e pluripartidária entre 1934 e 1937; ditadura Estadonovista entre 1937 e 1945; regime democrático entre 1945 e 1964; ditadura empresarial-militar de 1964 a 1984, e um novo regime democrático a partir de 1988, é nessa nova república que a hegemonia do capital financei-

---

<sup>169</sup> Cf. Resultados das Eleições 1994 – Brasil. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ro internacional se apresenta como força dominante (Saes, 2001). Ao que tudo indica, os governos posteriores a FHC aprofundaram essa relação, em que pese o peso político das políticas sociais realizadas na administração do PT.

### 5.1.2 Os governos do PT e a administração da ordem capitalista

Os processos políticos no capitalismo nem sempre ocorrem de forma instantânea, logrando dinâmicas de aglutinação de forças e interesses de classes numa conformação dialética que exige do pesquisador, abstração e retorno num concreto pensado sobre essas dinâmicas políticas, sociais e econômicas. No caso da eleição de Lula em 2002 com um total de 61,27% no segundo turno contra o então candidato do PSDB José Serra que ficou com cerca de 38,73% demonstra isso. O então candidato petista passou por no mínimo quatro eleições para presidência da (1989; 1994; 1998 e 2002) para finalmente exercer o poder sob administração do Estado brasileiro. Isso não ocorreu sem uma envergadura no próprio PT, no que o historiador Eurelino Coelho (2005) em sua tese de doutorado intitulada **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979–1998)** vai denominar como transformismo, ao utilizar a lente de análise gramsciana para desvelar as contradições internas do PT e o giro de grupos majoritários às ideias liberais e pós-modernas.

O PT já vinha germinando mudanças na concepção de mundo partidária, se transformando de modo a assumir um posto conciliatório de classe e abandonando, segundo a pesquisa de Coelho (2005), os ideais marxistas. Um dos toques elementares dessa relação pode ser exemplificado no documento de Lula intitulado de **carta ao povo brasileiro** assinada em junho de 2002. Nesse documento fica patente o aceno do PT às distintas frações do capital e em especial ao capital financeiro:

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusi-



vo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.<sup>170</sup>

Isso implicou numa opção frente ao que o PT denominava como um desenvolvimento possível no neoliberalismo, de marcar território na conjuntura política brasileira, honrando os compromissos com o capital financeiro como demonstra a pesquisa da economista Laudicéia Santana (2018) acerca do transformismo do PT diante da dívida pública.

Apesar das palavras de Lula, isso não implicou uma mudança drástica em relação ao governo anterior de FHC, especificamente no quesito do tripé macroeconômico. Também não é à toa que o vice-presidente de Lula era um dos maiores representantes da fração industrial da burguesia brasileira, José Alencar<sup>171</sup> torna-se parte do governo petista como outro aceno às classes dirigentes do país, demonstrando que o partido iria honrar os interesses da classe dominante. Ao prometer um desenvolvimento mais igualitário, uma melhor distribuição de renda e acesso dos filhos das classes trabalhadoras ao ensino superior, o PT promoveu composições conciliatórias para atender tanto aos interesses das camadas pauperizadas, quanto da classe dominante, com uma ressalva importante, os ganhos das classes dominantes superam em muito as políticas públicas vinculadas às classes trabalhadoras.

Para o sociólogo brasileiro Chico de Oliveira (2007) ao comentar acerca da vitória de Lula nas eleições de 2006, no qual Lula ganha em segundo turno com 60,83% dos votos contra o candidato do PSDB Geraldo Alckmim (39,17%), chama atenção ao fato de que ao buscar alavancas para o desenvolvimento o PT ficou numa condição desnorteada pela sua condição em relação à representação dos interesses de classe da agenda que o próprio PT se irradiou. Nesse sentido, o referido autor tece críticas à forma de condução da política brasileira pelo governo petista,

---

<sup>170</sup> LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Carta ao Povo Brasileiro. Jun. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

<sup>171</sup> **José Alencar Gomes da Silva (1931–2011)**: nasceu em Itamuri, município de Muriaé (MG). Foi um empresário e político brasileiro. Em 2002, durante a convenção nacional do Partido Liberal que aprovou a aliança com o PT, foi escolhido candidato a vice-presidente da República para compor a chapa de Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT, nas eleições presidenciais de outubro. Esperava-se que ampliasse a votação de Lula ao atrair a confiança do grande empresariado e demonstrar que o PT não era mais o partido “radical” de outrora. Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais, renunciou ao Senado em dezembro, assumindo em seu lugar Aelton Freitas. José Alencar foi empossado na vice-presidência da República no dia 1º de janeiro de 2003. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alencar-jose>. Acesso em: 29 abr. 2022.

salientando que o partido (que nasceu das aspirações das classes trabalhadoras brasileiras, especificamente do ABC paulista) ficou enredado nas tramas do Congresso Nacional para atender ao jogo da pequena política da troca de cargos. Não é um detalhe o nome de Henrique Meirelles na diretoria do Banco Central, que ficou no cargo de 2003 a 2011, reafirmando o compromisso do governo com o setor bancário. Em 2006 ao comentar acerca do processo eleitoral e de sua candidatura frente aos interesses do setor empresarial e bancário, Lula assevera que:

Banqueiro não tinha porque estar contra o governo, porque os bancos ganharam dinheiro. E eu dizia textualmente que preferiria que os bancos ganhassem dinheiro a ter de fazer outro Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, como foi feito, gastando bilhões e bilhões de reais [...] As empresas brasileiras ganharam dinheiro como poucas vezes na história. Aliás, em 2004, foi a primeira vez que as maiores empresas ganharam mais dinheiro que os bancos. Então não tinham porque estar com tanta raiva e preconceito<sup>172</sup>

A partir da reflexão de Chico de Oliveira entendemos que a focalização em políticas públicas, que mais uma vez reafirmamos, apresentam sua preponderância, imprimiram no imaginário das classes subalternas uma visão de que finalmente o Brasil havia encontrado o caminho para o desenvolvimento de modo a alcançar as economias centrais do modo de produção capitalista.

O economista Plínio Sampaio Júnior, a partir das matrizes de pensamento de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, evidencia que o problema brasileiro não se reduz à administração do capitalismo, mas ao caráter e a natureza desse modo de produção na periferia. Esta ordem coloca países como o Brasil em condições de submissão aos dinamos do mercado capitalista mundial, influenciando na forma como a burguesia brasileira tenta, em meio aos imperativos do capital, submeter o próprio país a condições de exploração. Nesse sentido, os governos do PT não foram de fato uma inflexão quando comparados aos governos de Collor de Mello, Itamar Franco e FHC. Esses, aprofundaram a dependência financeira oriunda da transnacionalização do capital, evidenciada nos desequilíbrios estruturais no ba-

---

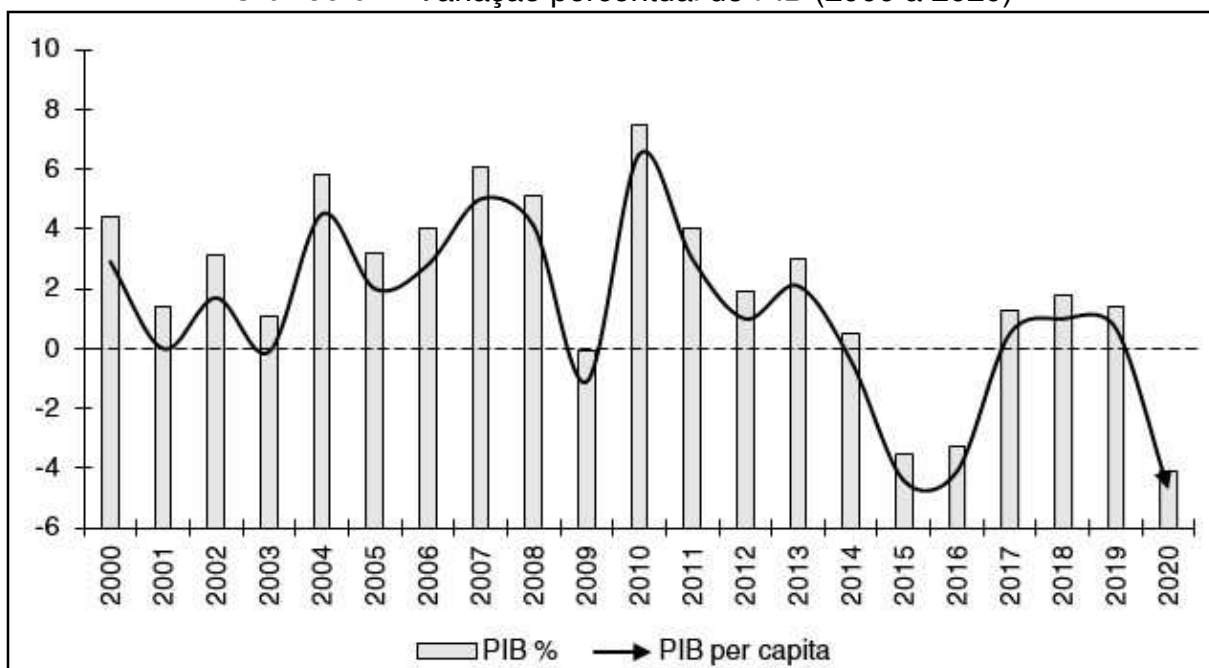
<sup>172</sup> Lula defende lucro de bancos e se diz vítima de preconceito. **Folha de São Paulo**. 25/07/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u80688.shtml>. Acesso em: 29 abr. 2022.

lanço de pagamentos e a dependência cultural-tecnológica em relação às formações centrais (Sampaio Jr, 2007).

O PT em seu processo de transformismo à partido da ordem é incapaz de romper com tais dinamos, sobretudo porque sua política de conciliação de classes e alianças com partidos da ordem no Congresso Nacional colocaram numa trama de problemas de negociações cujo ápice assistimos em 2016 com o golpe aplicado sobre a Ex-presidente Dilma Rousseff. Embora nos governos precedentes o nível de renda e emprego comprimissem a capacidade de consumo da classe trabalhadora, além do aprofundamento do neoliberalismo, a conciliação petista permitiu a oferta de algumas medidas que aparentemente atuavam sobre os efeitos de uma economia dependente, e não sobre a causa.

Entre 2003 e 2011 as variações percentuais do PIB brasileiro chegam a alcançar variação superior a 6%. Quando colocado sob perspectiva comparativa em relação às chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990, esse dinamismo econômico gerou frenesi nas cúpulas petistas, sobretudo pelo fato de, no primeiro governo Lula a política tucana do tripé macroeconômico influenciou para que o país conseguisse honrar com os compromissos frente ao capital financeiro:

**Gráfico 32 - Variação percentual do PIB (2000 a 2020)**



**Fonte:** Banco Mundial. Elaboração própria.

Em relação ao PIB per capita, também é possível constatar uma média de crescimento no período superior a 2%, com variação negativa nos momentos de influxo como em 2009 e nos anos posteriores a 2015. Esse crescimento parece ter tido um efeito positivo na renda dos brasileiros e brasileiras, sobretudo nas classes trabalhadoras. Depois dos anos de arrocho salarial, a distância entre a renda dos mais ricos em relação aos mais pobres diminuiu de 53 vezes em 2002 para um total de 39 vezes em 2010. Entre 2003 e 2010 o salário mínimo teve uma valorização de 60% aumentando o poder de consumo dos trabalhadores (Sampaio Jr, 2017).

Em 2001 cerca de 11% dos brasileiros e brasileiras vivam com menos de \$1,90 por dia, esse número reduziu para 3% no final do segundo mandato do governo Lula em 2011, tendo um leve aumento nos anos posteriores para um patamar de 4% e diminuindo em 2020 a partir do impacto do auxílio emergencial para o enfrentamento da pandemia da Covid-19<sup>173</sup>. Em 2014, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura no Brasil — ***The State of Food Insecurity in the World 2014*** — entre os anos de 2001 a 2012 houve, especialmente a partir de 2003, com o Programa Fome Zero, redução da fome no país.

Entre 2002 e 2006 a taxa de desnutrição caiu pela metade, de 10,7% para 5%. A conjunção de programas como Fome Zero, Bolsa Família, Brasil sem miséria, influenciou para que o déficit de estatura de crianças menores de cinco anos caísse de 13,4% em 1996 para um total de 6,7% em 2006. Houve também a redução de 25% da insegurança alimentar grave entre o período de 2004 a 2009, sobretudo nas pessoas que viviam em situação de extrema pobreza.

Não podemos negar os efeitos dessas políticas públicas sobre os mais pobres, embora tais políticas tenham também um custo que geralmente organismos internacionais e muito menos os governos do PT apontam. No polo do trabalho, em que pese o nível de desemprego ter caído especificamente durante os governos Lula, não se coloca que boa parte dos empregos gerados foram em vínculos precarizados. Em 2009, do total de 101,1 milhões de brasileiros e brasileiras que estavam localizadas na chamada População Economicamente Ativa (PEA), cerca de 43,5 milhões não tinham carteira assinada. Dos 16,6 milhões de desempregados e sem

---

<sup>173</sup>Para verificar o índice de pobreza, consultar o indicador do Banco Mundial: *Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population)* -Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2020&locations=BR&start=2001&view=chart>. Acesso em: 04 mai. 2022.

remuneração, mais aqueles 43,5 milhões sem carteira assinada, somavam um total de 60,1 milhões de pessoas em condições precárias de trabalho, mais de 50% da PEA (Druck, 2011).

Para Ricardo Antunes (2018), não foi por falta de tentativas que o governo Lula tentou implementar uma contrarreforma trabalhista que tinha como carro chefe a subsunção do direito pela negociação entre empregado e empregador na tentativa de fazer com que sindicatos e empresas ficassem por cima da legislação trabalhista. Em sua política de tentar conciliar o trabalho com o lucro das empresas, não era de seu interesse ir à raiz dos problemas, apenas pintar com um verniz minguado, ganhos superficiais aos trabalhadores.

Na crise econômica de 2008, angariou uma expansão econômica baseada na redução de impostos em setores tais como: automobilístico, eletrodomésticos e construção civil. Essa expansão veio acompanhada de uma maior abertura do mercado interno via as parcerias público-privadas para que empresas brasileiras se transnacionalizassem e buscassem lucros no exterior, a exemplo da construtora Odebrecht. Os efeitos dessa expansão sobre o pólo trabalho implicou que durante os governos Lula, a jornada média de trabalho foi de 44 horas no mês, fazendo aumentar uma hora de trabalho em relação aos governos de FHC. Apesar da situação econômica demonstrar crescimento, houve uma alta taxa de rotatividade dos empregos, com aumento da informalidade e subcontratações. Durante esse período cerca de 30% dos empregos gerados se enquadram na condição de terceirizados (Sampaio Jr, 2017).

A partir do marco da totalidade, ao olharmos para os gastos públicos conforme os dados da Auditoria Cidadã da Dívida, os governos petistas mantiveram um grau de subserviência catedrática à fração rentista do capital. Os dados divulgados constataam que a média de recursos pagos para juros e amortizações da dívida, apenas nos governos Lula ultrapassaram cerca de 50% do montante geral orçamentário, nos governos Dilma esse patamar diminuiu para 40%. Embora houvesse essa diminuição no governo Dilma, no conjunto da administração petista, desde 2014 a pasta da saúde nunca conseguiu ultrapassar mais de 5% dos valores executados do orçamento, chancelando o subfinanciamento crônico do SUS como uma norma.

No âmbito da saúde as formas de precarização do trabalho foram aplicadas pelos governos petistas. Desde a aplicação da Administração Gerencial, com base

em números, indicadores e metas (Carnut, 2015). Em 2011 o governo Dilma aprovou a Lei n.º 12.550 referente à criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) visando trazer para o serviço público a lógica de gestão dos empreendimentos privados, retirando a possibilidade de contratação de funcionários pelo regime celetista como uma forma de aumentar o grau de opressão sobre os trabalhadores da saúde. Foi também no governo Dilma que essa mesma lógica se instalou na Atenção Básica à Saúde através do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), mistificando um problema de Economia Política da Saúde unicamente pelo quesito da gestão (Nogueira, 2020).

O governo Dilma pouco mudou em relação às administrações Lula, ainda segundo Antunes (2018), a política macroeconômica iniciada em 2011 buscou o crescimento econômico baseado na a) expansão do mercado interno; b) incentivo à produção de *commodities* para exportação, beneficiando o capital vinculado ao agronegócio; c) política financeira que, em última instância garantiu o apoio do sistema financeiro; e d) redução de tributos que beneficiam os capitais na indústria automobilística, na construção civil, etc., visando diminuir os efeitos decorrentes da redução das exportações de *commodities*.

Embora o governo buscasse a partir de Dilma aprofundar as conciliações, chancelando Michel Temer do MDB para vice-presidência, o PT não conseguiu dirimir os efeitos da crise econômica mundial de 2008 por muito tempo, seu impacto teve como ápice as manifestações de junho de 2013, quando as ruas, em que pese o arrefecimento da luta de classes pelas burocracias sindicais hegemônicas pelo PT tentarem mistificar a materialidade da crise econômica (Tonelo, 2021), se encheram de reivindicações legítimas por melhoria da qualidade dos serviços públicos, diminuição do preço das passagens, e melhoria da condição de vida de setores da juventude e das classes trabalhadoras.

### **5.1.3 O movimento nas ruas e o golpe contra a classe trabalhadora**

O golpe pelo qual a Ex-presidente Dilma Rousseff sofreu em 2016 é a conformação de múltiplas determinações, que não tira a culpa do próprio PT frente à sua tática de conciliação de classes, mas também do próprio caráter de classe, ou melhor dizendo, do caráter permanentemente reativo das frações burguesas no Bra-

sil quando percebem que seus interesses podem ser ameaçados. O golpe não foi apenas contra o PT, mas contra todos os trabalhadores e trabalhadoras, que após anos de um pretense reformismo social-liberal, viram as parcas conquistas serem transfiguradas e esfaceladas sob o imperativo da responsabilidade fiscal tão em voga desde o início da nova república em 1988.

A crise econômica de 2008 colocou sob panos quentes a frágil conciliação petista, os países centrais a exemplo dos Estados Unidos, tiveram que socorrer bancos privados e baixar a taxa de juros próximo de zero como uma forma de estimular a demanda agregada. No mercado internacional houve o aumento das matérias-primas e a consequente subida da inflação devido às políticas fiscais compensatórias. O aprofundamento da crise, o parco resultado das exonerações fiscais que o governo emitiu na tentativa de segurar empregos, diante de um clima de instabilidade, ocasionou uma revanche do capital sobre o trabalho, implicando no aumento do desemprego e da deterioração da qualidade de vida das classes trabalhadoras. Um ano após assumir o poder, o governo Dilma entregou uma renda *per capita* estagnada, a estimativa de crescimento do PIB ficou inferior ao planejado pelo governo, e devido à queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, houve a compressão das relações comerciais com o exterior (Sampaio Jr, 2017).

A impossibilidade de gerar gastos públicos por estar presa à agenda fiscal, bem como a atuação de organismos multilaterais como o FMI ditando o arrocho sobre as contas públicas implicou numa saída que tirava qualquer máscara de social-liberalismo do PT:

[...] nova ofensiva sobre os direitos do trabalhador e, em consequência, aprofundamento da criminalização das lutas sociais; maior sangria nas políticas sociais; ainda maior liberalidade em relação à preservação do meio ambiente; conotação de formas cada vez mais inescrupulosas de especulação mercantil e financeira e, logo, aprofundamento do processo de corrupção do aparelho do Estado e de desregulamentação da economia; e ampliação da privatização do Estado com a cessão para a iniciativa privada de novos espaços de atuação (Sampaio Jr, 2017. p. 174).

Não é por acaso que em 2013 a presidente Dilma sancionou a lei n. 12.850 que deu margem para o Estado tipificar os movimentos sociais como células criminosas, abrindo espaço para o uso do monopólio da violência estatal contra tais or-

ganizações. Também ocorreu nesse ano as maiores manifestações de ruas desde o período das diretas já no início da década de 1980. Tiveram início na cidade de São Paulo, em 6 de junho de 2013, nesse dia, um total de 2 mil pessoas, convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) questionavam os aumentos das passagens do transporte coletivo diante da realidade dos trabalhadores que passam horas a fio encaixotado em transportes de péssima qualidade com tarifas que beneficiam os empresários do setor. Em 17 de junho daquele mesmo ano, mais de 70 mil pessoas em São Paulo, dezenas de milhares no Rio de Janeiro, Porto Alegre, e em outras capitais do Brasil questionaram o sistema político e o governo (Antunes, 2018). É importante também destacar que em 2013, a mídia burguesa comprometida em aprofundar a imagem de que a deposição do PT significaria o fim da corrupção, junto ao fortalecimento da operação Lava-Jato serviram como fagulhas para um barril de pólvora de insatisfação com as condições materiais (Darcon Sousa, 2019).

Um segundo vetor desses movimentos pode ser caracterizado pela realização da Copa das Confederações, no qual o PT construiu estádios faraônicos, enquanto itens básicos à reprodução da vida caminhavam em condições precárias. Um terceiro fator seria o choque que a chamada “nova classe média” brasileira teria ao enfrentar os problemas advindos da crise econômica. A impossibilidade de arcar com financiamentos a longo prazo, a precarização do trabalho e o desmoronamento do mito de uma classe que se forjou no consumo baseado no crédito, dava um tom de revolta à administração petista (Antunes, 2018).

É preciso salientar que as manifestações de 2013 eram heterogêneas em relação aos seus participantes. Apesar disso, havia uma predominância de pessoas que recebiam rendimentos entre 1 a 5 salários mínimos, especificamente pessoas jovens. Entre as demandas, essas eram esparsas, indo desde questionamentos quanto ao transporte público, passando por pautas reacionárias e questionamento em relação aos meios de comunicação como a Rede Globo (Mattos, 2020). Essas manifestações também demonstraram algo que a esquerda no Brasil de modo geral estava pouco atendida: a força das redes sociais. Movimentos como Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e o MPL usaram de forma estratégica sites como o *Facebook* para organizar as mobilizações.

Nesse sentido, entendemos que 2013 marcou uma clivagem significativa na crise política brasileira ao imprimir o descontentamento se setores de massa nas



ruas. Para o professor Alysson Mascaro (2018) este ano é de captura do Brasil pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional, com marco em 2008:

A partir de 2008, a crise da forma econômica capitalista engendra uma crise da forma política pelos Estados, exigindo destes uma resolução de seus próprios talhes não permitem entregar, o que, então, eleva ao máximo as estratégias de derrocada de democracias e de intervenções militares e golpes, deixando antever uma sistemática de ditaduras e de governos de espoliação pelo mundo. O golpe no Brasil, desde 2013, é sua chegada ao solo atual, ainda mais cru, da política de choque e de administração golpista da crise mundial (Mascaro, 2018, p. 43).

Na esteira desse contexto de crise, é que nas eleições de 2014 ao ser reeleita em segundo turno com 51,64% dos votos, contra o então candidato Aécio Neves do PSDB, Dilma não encontrava a estabilidade que almejava, sobretudo pelo questionamento em relação às eleições pelo candidato tucano, e principalmente pelas movimentações políticas que eram realizadas no interior do Congresso pela sua deposição encabeçada pela figura do deputado Eduardo Cunha (PMDB), uma das lideranças evangélicas na câmara dos deputados, envolvido em casos de corrupção.<sup>174</sup> Ao mesmo tempo, a crise econômica, política e social exigia do PT novas rodadas de estrangulamento fiscal em detrimento das classes trabalhadoras, fazendo com que o segundo mandato de Dilma fosse considerado um estelionato eleitoral por trair as próprias bases votantes e o programa defendido em campanha para reeleição:

Ao adotar o programa econômico de seu adversário, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma contraofensiva reacionária. De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, a presidente acabou comprometendo seu primeiro lugar na coalizão liberal-fisiológica. O vazio político gerado pelo esvaziamento de sua autoridade foi ocupado por Eduardo Cunha e Michel Temer. Sua sorte foi definitivamente selada quando, contrariando o Planalto, o PT decidiu que seus deputados não apoiariam o presidente da Câmara dos Deputados na Comissão de Ética. Antes que Dilma tivesse completado quinze meses de seu segundo mandato, sua base de sustentação parlamentar descolou-se ainda mais para a direita e o governo ruiu. O Supremo Tribunal Federal abençoou o processo. A democracia de baixíssima intensidade revelava-se ampla demais para as exigências da situação. A burguesia teve de recorrer a uma forma de governo abertamente espúria (Sampaio Jr, 2017, p. 246).

---

<sup>174</sup> CNN. Aécio Neves: 'Não tenho indício que aponte para fraude nas eleições de 2014'. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/aecio-neves-nao-tenho-indicio-que-aponte-para-fraude-nas-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 2 Mai. 2022.

Em 2015 e 2016 houve um novo reagrupamento de manifestações, entre os perfis das pessoas que faziam parte desses movimentos em sua maioria era possível encontrar a classe média em sua maioria branca, tendo rendimentos superior a quatro salários mínimos e com curso superior. Dentre as pautas defendidas nas manifestações era nítido o esgotamento do ciclo petista, especialmente pela demanda em relação a: a) bandeira contra a corrupção, b) rechaço ao PT, e c) aprovação do impeachment da Ex-presidente Dilma. Destaca-se o fato da presença de aparelhos ideológicos privados da direita, como o MBL, e boa parte dos eleitores de Aécio Neves (Mattos, 2020).

Interpretamos essas movimentações pela lente analítica de Antonio Gramsci. Entendemos que o PT em seu processo de transformismo como um partido da ordem, não conseguiu mais fazer manutenção de uma “hegemonia às avessas”. Hegemonia esta que implicava na manutenção do poder da burguesia no Brasil. Sendo assim, do ponto de vista das manifestações, da insatisfação e da impossibilidade conciliatória, as “grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva” (Gramsci, CC7, §83, v. 3, 2007b, pp.264–265).

Se é certo que tais manifestações de massa apresentavam fileiras das classes trabalhadoras, também é correto afirmar que setores da pequena burguesia também estiveram presentes, justamente pelo seu teor caótico como nos lembra Gramsci. Na ausência de uma clara direção com independência de classe, tal força pode ser capitulada, em que pese os conflitos devido à sua heterogeneidade, para a manutenção do velho com cara de novo, ou seja, uma repaginação da autocracia burguesa, dessa vez, escancarando os interesses de classe por meio de um golpe.

#### **5.1.4 Temer e a ponte para o futuro do Capital**

O impeachment de Dilma Rousseff, especificamente sua votação na câmara dos deputados, presidida por Eduardo Cunha do MDB, foi um dos episódios mais significativos e históricos da desestruturação da nova república. Mais precisamente no dia 17 de abril de 2016, mais de 50% dos políticos que ali estavam votaram pelo *impeachment* de Dilma, uma das acusações no processo seriam as pedaladas fis-

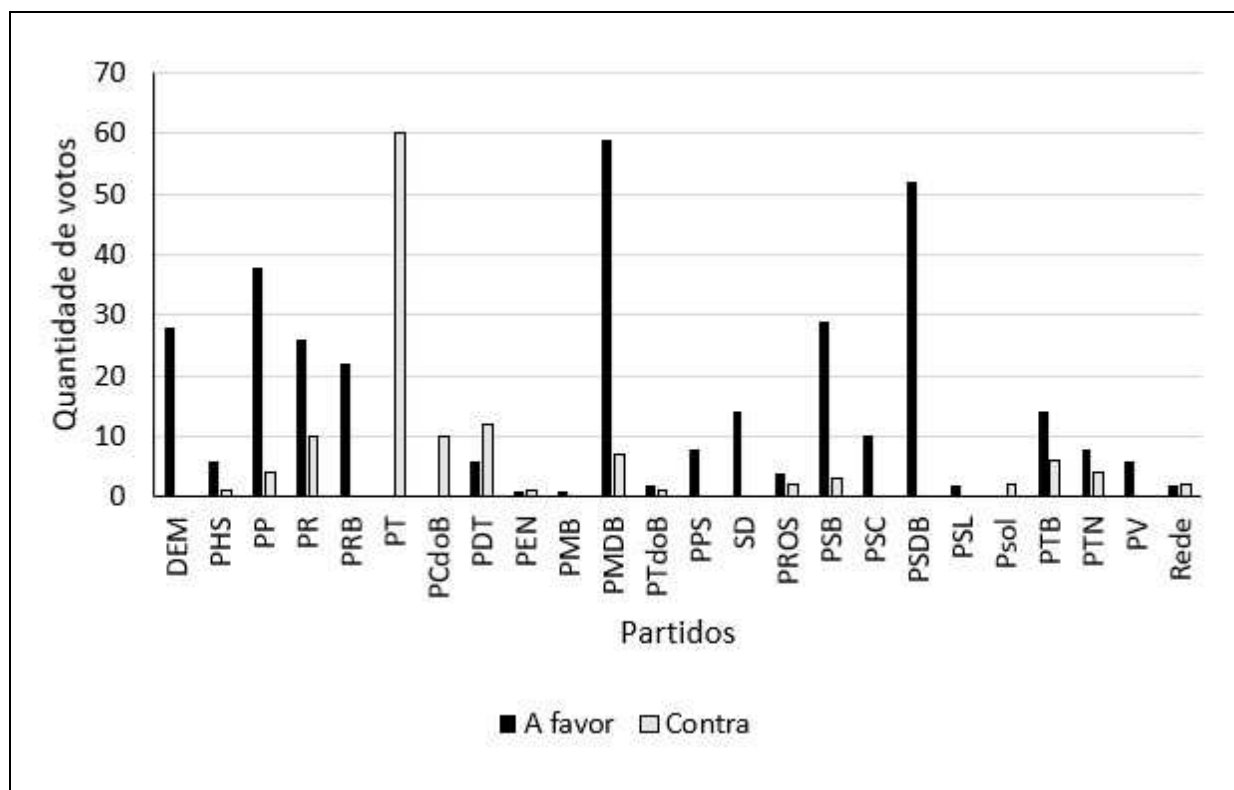
cais promovidas pelo Governo Federal. Perry Anderson nos lembra que esses mesmos deputados que votaram usando palavras de ordem, discursando com um palavreado em defesa da família, moral e da anticorrupção, na verdade enfrentavam investigação criminal:

Em um processo orquestrado por Cunha, o maior trapaceiro da política nacional, um deputado após o outro pegava o microfone, evocava Deus e a família e, ignorando as acusações meramente formais contra Dilma, votava por sua retirada do cargo. Ex-paraquedista, o carioca Jair Bolsonaro comemorou uma vitória comparável à de 1964, quando os militares salvaram o país do comunismo, e dedicou seu voto à memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, torturador da ditadura. Ele tinha motivos para comemorar. Sem os 37 votos fornecidos por seu partido e pela encarnação atual do PFL, o impeachment teria fracassado (Anderson, 2020, p. 117).

A maioria da base do governo do PT, especialmente na época o PMDB votou a favor da retirada de Dilma da presidência da república. Aqui, o arco de alianças de classes demonstrava na cena política o seu grau de putrefação. Ademais, partidos como o PSDB de Aécio Neves, que em meio à Lava Jato procurava angariar a opinião pública e as frações da burguesia para uma virada de mesa de contestação à chapa Dilma e Temer, como o ensejo de galgar o posto de Presidente da República, logo também seria atingido, especialmente pelos casos de corrupção passiva<sup>175</sup> ao receber recursos financeiros de Joesley Batista da Empresa JBS.

---

<sup>175</sup> Ministério Público Federal. Corrupção passiva: MPF quer condenação de Aécio Neves por recebimento de R\$ 2 milhões de Joesley Batista. 22 Fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/corruptao-passiva-mpf-quer-condenacao-de-aecio-neves-por-recebimento-de-r-2-milhoes-de-joesley-batista>. Acesso em: 11 Mai. 2022.

**Gráfico 33** – Votos por partido na Câmara dos Deputados

**Fonte:** Elaboração própria a partir da Agência Brasil. Cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara>. Acesso em: 11 Mai. 2022.

No senado federal o processo não foi diferente, com 51 votos a favor, 21 contra e um senador que não votou, tal resultado implicou no afastamento de Dilma, e entrada em cena de Michel Temer com sua Ponte para o Futuro<sup>176</sup>. Com a composição de um governo marcadamente golpista representado pelos partidos que votaram a favor da retirada de Dilma, Temer retira o véu da conciliação de classes e parte para a aplicação de uma agenda contra o trabalho, debilitando as classes trabalhadoras mediante a retirada de direitos trabalhistas e estrangulando o orçamento estatal mediante a Emenda Constitucional número 95; Contrarreforma Trabalhista, etc. Aos que ainda duvidam se houve um golpe no Brasil, em entrevista ao programa Roda Viva, o próprio Temer admitiu que se tratou de um golpe, se a fala foi um lapso

<sup>176</sup> Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 11 Mai. 2022.

de ato falho ou veracidade, colocamos em tela exatamente o excerto da fala de Temer:

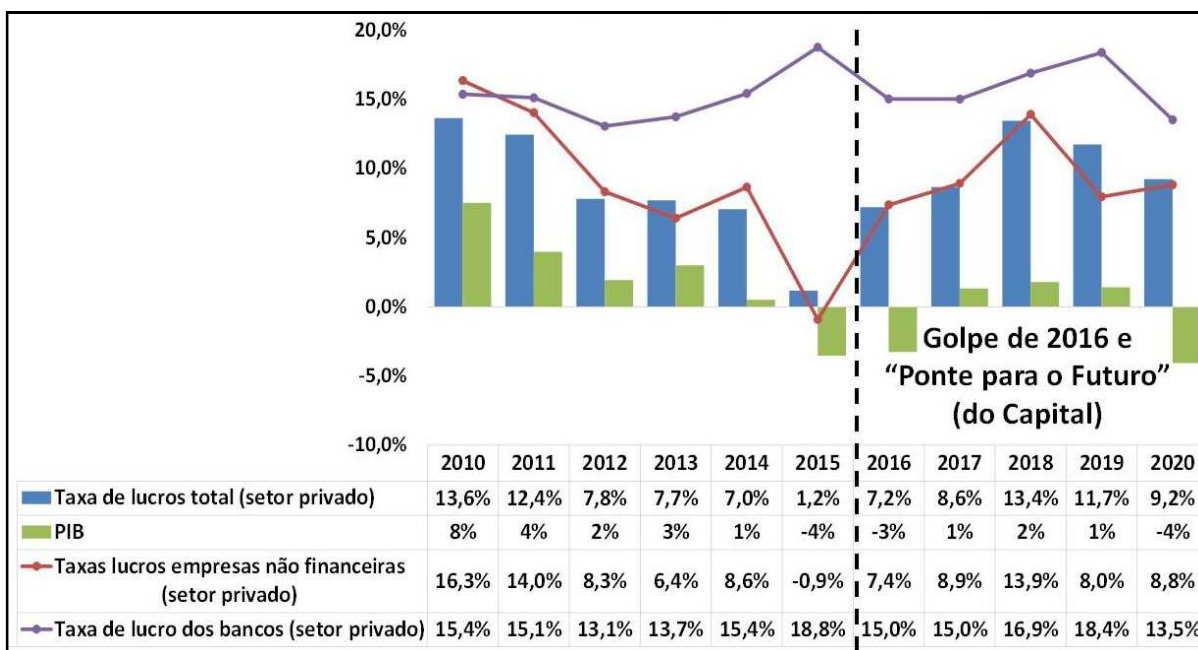
Eu jamais apoiei ou fiz empenho **pelo golpe**, aliás, muito recentemente, a Folha de S. Paulo detectou um telefonema que o ex-presidente Lula me deu, onde ele pleiteava trazer o PMDB para impedir o impedimento, e eu tentei. Mas, a essa altura, eu confesso que a movimentação popular era tão intensa que os partidos já estavam mais ou menos vocacionados para a ideia do impedimento. Mas, vejam, até o último momento, e este telefonema do ex-presidente Lula revela, exata e precisamente, **que eu não era adepto do golpe** (Grifo nosso)<sup>177</sup>

O fato é que, do ponto de vista da luta de classes, o governo Temer, sob a batuta golpista de um regime político blindado às demandas das classes, acelerou o processo de acumulação de capital das empresas privadas e do setor financeiro. O professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo da Costa Pinto (2021) por exemplo, ao trabalhar os dados das 500 maiores empresas de capital aberto em atuação no Brasil, evidenciou que a taxa de lucro das empresas não financeiras do setor privado vinha apresentando queda até 2015, se recuperando após o golpe de 2016. No caso da taxa de lucro dos bancos privados, os dados indicam a retomada dos lucros que chegam a um patamar superior a 18% no ano de 2019:

---

<sup>177</sup>Michel Temer fala sobre impeachment de Dilma Rousseff. YouTube (1min58seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W45xyv5qLmE>. Acesso em: 11 Mai. 2022.

**Gráfico 34 - Taxa de lucro — 500 maiores empresas de capital aberto (2010 a 2020)**



**Fonte:** Costa Pinto, 2021.

A partir desses elementos, compreendemos que o golpe não foi um advento da seriedade das instituições, e muito menos uma ação contra a corrupção, implicou a defesa de interesses de classe em meio à crise econômica, social e política, no qual os anos de letargia e hegemonia às avessas do PT promoveu o anestesiamen- to de sua base política. Mesmo assim, em 2018 as eleições mostraram que o partido estava presente no pleito eleitoral, chegando a colocar Fernando Haddad no segun- do turno contra Jair Messias Bolsonaro.

Esse cenário brasileiro não é apenas conjuntural, em nossa interpretação im- plica no fenômeno que Antonio Gramsci pontuou como crise orgânica, especifica- mente a partir de 2013 com as movimentações de massas nas ruas. Em termos de totalidade, Gramsci pensou esse conceito buscando refletir sobre a relação entre classe e hegemonia. Para o intelectual sardo:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “diri- gente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coer- tiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acredi- tavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenôme- nos patológicos mais variados (Gramsci, CC3, §34, v. 3,2007a, p.184).

No caso brasileiro, esse espaço aberto tanto pelo próprio PT com seus anos de conciliação abriu a perspectiva para o surgimento de um novo, que concretamente não era “tão novo assim”, como observaremos no próximo subtópico. O descolamento entre o esfacelamento da política petista, junto aos interesses das frações burguesas em disputa num momento de crise econômica, política e social revelou uma fissura a soluções que variam desde um Golpe de Estado como presenciamos no Brasil, até a eleição de um candidato decadente que representa a caricatura da autocracia burguesa brasileira:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativo, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo para soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (Gramsci, CC13, §23, v. 3, 2007c, p.60).

Embora a especificidade dessa profunda crise econômica, social e política se manifeste diferenciadamente em cada formação econômico-social, o que não nos permitia alargar o conceito para falarmos de uma crise orgânica “mundial”, Gramsci chama a atenção para o fato de que há um elemento que pode ser enxergado de modo a conformar um conteúdo que implique na hegemonia da classe dirigente. Para esse autor, essa crise se aprofunda porque essa classe fracassou em algum empreendimento político, usou a força para a promoção de um consenso nas massas, ou porque setores como o campesinato, pequena burguesia e intelectuais orgânicos saíram da passividade para um terreno de reivindicações materiais-concretas.

Esse fato implica assim, numa crise de hegemonia ou de Estado em seu conjunto<sup>178</sup>. Essa crise promove situações imediatas, perigosas e incalculáveis tendo em vista que os distintos estratos das massas populares não têm rapidez na orienta-

---

<sup>178</sup> É preciso destacar o tempo histórico em que Gramsci teceu tais considerações, de uma Itália sobre domínio fascista. Contudo, suas contribuições não podem ser reduzidas há um tempo histórico específico, porque o tempo de Gramsci é o da exploração do capital sobre o trabalho, fenômeno atual, de modo que suas considerações necessitam de certa *tradutibilidade* para a realidade das distintas formações econômico-sociais. Para mais informações acerca dessa noção de tradutibilidade consultar Dal Maso, 2019 na obra: O marxismo de Gramsci.

ção e organização quando comparadas às camarilhas dirigentes. Nesse sentido a classe dirigente, devido ao seu poder de classe, possui as melhores configurações para períodos de rápida alternância, evocando assim o controle político de forma pragmática:

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados (Gramsci, CC13, §23, v. 3,2007c, p.61).

Salientamos que tal fenômeno não ocorre acima da sociedade, é inerente à sua própria estrutura material-concreta de classes, e implica, no caso do capitalismo, na contradição entre capital e trabalho. A economia nesse caso, não pode ser desconsiderada, por isso que apontamos os influxos da crise mundial de 2008 sob a gestão petista, sobretudo pelo desempenho da economia e na forma como o pacto conciliatório entrava em decadência mediante a necessidade do atendimento dos interesses burgueses, não implicando assim, num economicismo que liga diretamente e de modo positivista crises econômicas às crises orgânicas, conforme Gramsci sustenta:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (Gramsci, CC13, §17, v. 3,2007c, p.44).

É importante destacar que isso não implica numa visão mecânica dos processos, como se nos períodos de crise econômica redundasse em crises profundas na sociedade. O mal-estar econômico e social como pivô de fenômenos sociais de grande envergadura na produção de novas realidades históricas é um dos elementos das relações de força entre as classes sociais, e não o único elemento, podendo inclusive, ser promovidos por processos políticos como no caso chileno em que a



burguesia, diante do governo popular de Salvador Allende, promoveu a interrupção da circulação de mercadorias, gerando inflação no preço dos produtos básicos.

No caso brasileiro, entendemos que a crise econômica de 2008 não pode ser lida de maneira mecânica e sem mediações entre Estado, governo e interesses de classe, mas como um dos elementos que se aglutina aos anos de gestão conciliatória dos interesses contraditórios na sociedade brasileira. Dessa forma, nessa perspectiva conciliatória e escancarada para a preservação dos interesses da burguesia brasileira que as eleições de 2018 deram continuidade à manutenção da ordem burguesa no Brasil sob um novo patamar exploração e opressão na ofensiva com Bolsonaro. Sendo assim, no subtópico a seguir veremos como se deu o desfecho dessa relação e como as eleições de 2018 apontavam para a configuração de um governo contra as classes trabalhadoras.

## **5.2 As eleições de 2018: uma demonstração do que seria o governo Bolsonaro**

Bolsonaro poderia, ao grande público, ser um desconhecido, mas nos redutos da política brasileira, é um político fisiológico, atuando no meio desde o ano de 1988. De formação militar, apresentou conduta indisciplinar perante o exército brasileiro devido às suas declarações sobre o soldo dos militares, e posteriormente por matéria vinculada à revista *Veja* em que planejou um atentado terrorista às unidades militares do Rio de Janeiro como uma forma de pressionar o alto comando militar<sup>179</sup>. Após essas movimentações, ainda na década de 1980, foi julgado pelo Superior Tribunal Militar (STM), sendo inocentado, mas ingressando na reserva (Maklouf Carvalho, 2019).

Fora do exército, Bolsonaro ingressou na vida política como vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC) ainda em 1988, e logo em 1990 foi eleito para o cargo de Deputado Federal através dos votos que angariou das franjas militares dos quais era conhecido. Nesses mais de 30 anos de vida política atuou como Deputado Federal, se envolvendo em polêmicas como a defesa do retorno da ditadura, defendendo pautas conservadoras e reacionárias. Nessa jornada política até à presidência da república, Bolsonaro passou por diversos partidos

---

<sup>179</sup> *Veja*. O artigo em *VEJA* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. 30 Jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 11 Mai. 2022.

do quais salientamos: PDC entre 1989 e 1993; Partido Progressista em 1993; Partido Progressista Reformador (PPR) entre 1993 a 1995; Partido Progressista Brasileiro (PPB) entre 1995 a 2003; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre os anos de 2003 a 2005; Partido da Frente Liberal (PFL) em 2005; Partido Progressista (PP) entre 2005 a 2016; Partido Social Cristão (PSC) entre 2016 a 2018 e Partido Social Liberal (PSL) em 2018 e Partido Liberal (PL) para concorrer às eleições de 2022.

Em 2018, após o esfacelamento dos anos de conciliação de classes da administração petista cujo desfecho foi o golpe de 2016 e a ascensão de Temer à Presidência da república, Bolsonaro surgiu como um *outsider* impulsionado pela internet e por programas televisivos como CQC, Superpop e Pânico. Embora o verbo surgir aqui dê a impressão que esse candidato veio como um raio num céu azul, conforme observamos, possui longa tradição na política brasileira, em que pese o fato de estar sempre vinculado ao baixo clero.

Todavia, diante da crise orgânica brasileira, dos ataques da mídia e da institucionalidade contra o PT, e o efervescente cenário de ebulição social coroados com uma suposta necessidade de negação da política e abertura para o “novo”, permitiu que o bolsonarismo, enquanto movimento político, vencesse as eleições contra Fernando Haddad, então candidato do PT.

Nesse interstício, cabe lembrar da prisão arbitrária de Lula no dia 7 de abril de 2018, passando um total de 580 dias na prisão em Curitiba, Paraná. Seu encarceramento teve como acusação o suposto recebimento de propina da empresa AO na aquisição de um triplex no município de Guarujá, São Paulo. Esse fato implicou na impossibilidade de Lula concorrer às eleições, num cenário no qual as pesquisas de opinião apontavam favoritismo de seu nome ao pleito presidencial. Mesmo preso, Lula conseguiu transferir seu capital político para Fernando Haddad, numa eleição que demonstrava como seria um suposto governo Bolsonaro.

As eleições de 2018 foram marcadas por giros bruscos na conjuntura, a começar pelas *fake news* propaladas por partidários de Bolsonaro mediante aplicativos de comunicação instantânea como *WhatsApp*; e redes sociais tais como o *Twitter* e o *Facebook*. Visando manusear um traço característico da formação econômico-social brasileiro: o conservadorismo religioso mediante pautas consideradas sensíveis como gênero, sexualidade, moral e costumes, Bolsonaro apelou para o caos

nas redes sociais. Polêmicas como a do suposto kit gay<sup>180</sup> e das “mamadeiras de piroca”<sup>181</sup> distribuídas nas escolas públicas por Haddad quando este foi ministro da educação no governo do PT, inundaram as eleições, deixando o debate da grande política em posição periférica.

Se o tema das *fake news* passa a ser reconhecido de forma mais intensa pelo grande público mediante a campanha bolsonarista, tampouco ele novo nas Ciências Sociais. Segundo a historiadora Sônia Meneses, professora da Universidade Regional do Cariri (URCA), a prática de compartilhamento das notícias falsas se alimenta de uma produção sobre a história que busca por uma “pós-verdade”, ou seja, o questionamento das bases historiográficas sobre fatos concretos a exemplo da ditadura militar<sup>182</sup>, da qual não seria enxergada como uma ditadura e muito menos fruto de um Golpe de Estado, bem como a questão da escravidão no Brasil colonial e a negação e a sublimação desse fato concreto por uma suposta democracia racial miscigenada no qual todos nós seríamos um misto, o que coloca a questão das iniquidades de raça no Brasil num campo abstrato e menor (Meneses, 2020).

Dessa forma, a eleição de 2018 não teve apenas Bolsonaro como artífice, se hoje temos um entendimento das táticas utilizadas pelo Bolsonarismo enquanto um movimento de extrema-direita, que não pode ser visto de forma homogênea, mas que naquele período conseguiu convergir para a eleição de Bolsonaro, tais elementos implicam em essência numa correlação de forças entre as classes sociais no Brasil, em especial a burguesia e suas frações que em meio ao espaço aberto e que, preferencialmente tinha no PSDB como signatário, foi ocupado por alguém que se apresentou como contra o sistema e apolítico, e conseguiu diante de um atentado sofrido no dia 6 de setembro na cidade de Juiz de Fora no Estado de Minas Gerais,

---

<sup>180</sup> Acusado por Bolsonaro de ser autor de 'kit gay', suíço relembra polêmica. Folha de São Paulo. 16 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/acusado-por-bolsonaro-de-ser-autor-de-kit-gay-suico-relembra-polemica.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2022.

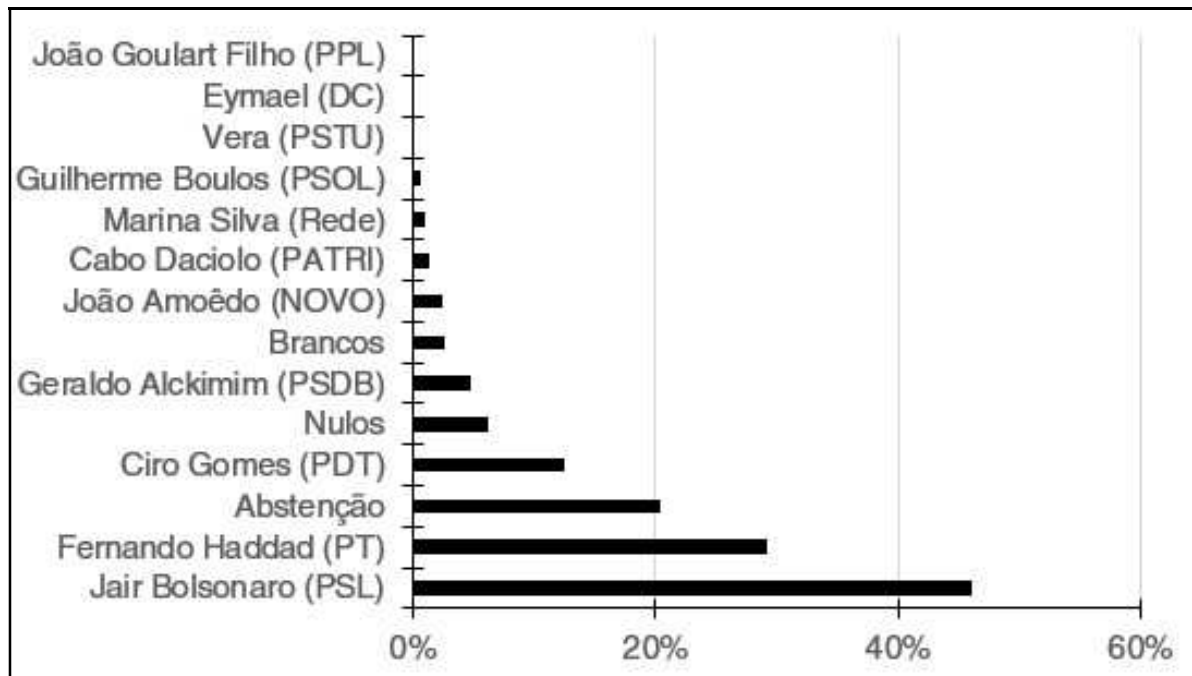
<sup>181</sup> #Verificamos: PT e Haddad não estão distribuindo mamadeira em formato de pênis para crianças. Piauí Folha de São Paulo. 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/10/20/verificamos-haddad-mamadeira-penis/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

<sup>182</sup> Sobre o tema específico do revisionismo no campo da historiografia, cabe destacar o trabalho de um conjunto de pesquisadores que publicaram o livro *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, organizado pelo professor Demian Melo. Cf. Melo, 2014.

ficar no centro da cena política nacional<sup>183</sup> galgando crescimento nas intenções de voto.

Quando olhamos para os resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, é preciso salientar que esta ocorreu mediante o impedimento de Lula participar do processo democrático devido à sua prisão em segunda instância, elemento que ocorreu sob a supervisão do STF. Naquele período Lula figurava como favorito nas pesquisas eleitorais, o impedimento de sua participação mediante prisão arbitrária possibilitou que Bolsonaro capitalizasse um engodo antipetista, bastante difundido pelos meios de comunicação burgueses. Chamamos atenção ao fato de que esse movimento significa não só a continuidade do golpe de 2016, mas em meio à crise orgânica brasileira, a escolha por um candidato de extrema-direita que conseguiu ainda no primeiro turno 46,03% dos votos contra 29,28% de Fernando Haddad. Nesse primeiro turno também apresentou destaque o número de votos em branco (2,65%); Nulos (6,14%) e Abstenção (20,33%):

**Gráfico 35** - Resultado das eleições de 2018 — Primeiro Turno

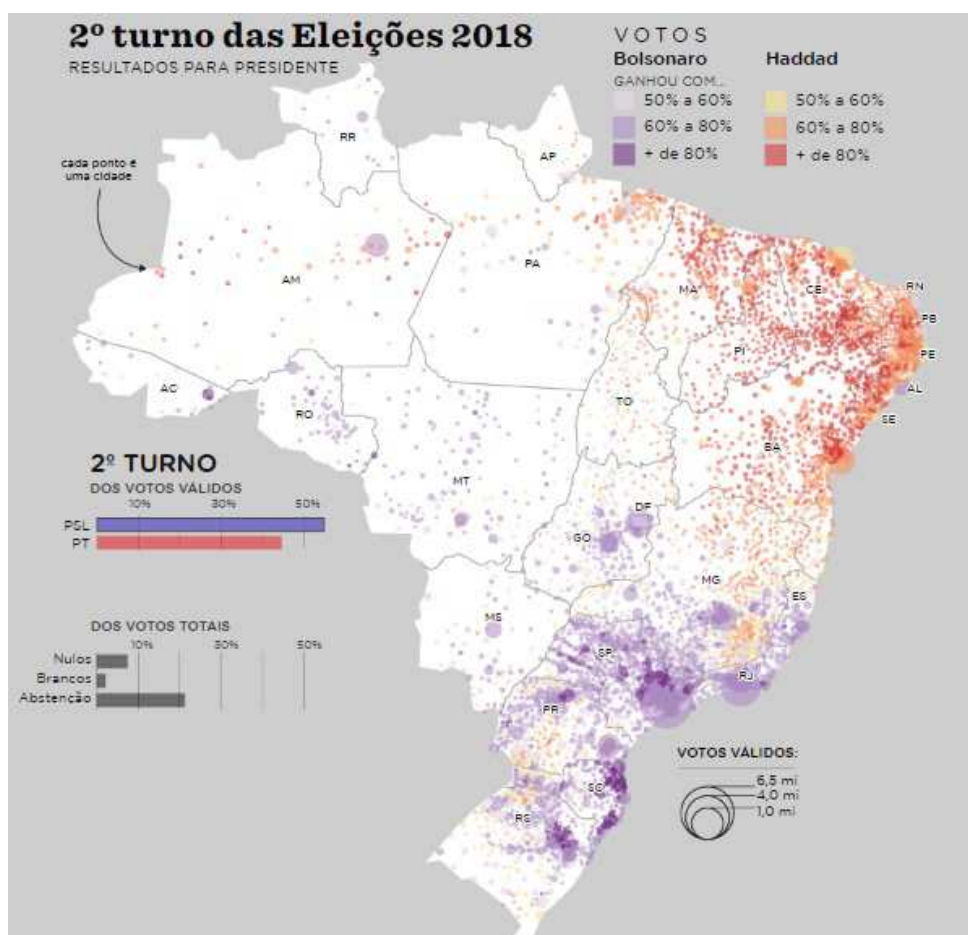


**Fonte:** Elaboração própria a partir de TSE/  
<https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno>. Acesso em: 12 mai. 2022.

<sup>183</sup> Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. Folha de São Paulo. 6 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2022.

No segundo turno Bolsonaro obteve a vitória com um total de 55,13% dos votos contra 44,87% de Haddad. Bolsonaro teve mais percentual de votos no eixo centro-sul, enquanto Haddad obteve maiores percentuais em regiões tradicionais ao PT como o Nordeste brasileiro conforme podemos visualizar em tela a seguir:

**Figura 31** - Espacialização dos votos no segundo turno eleições de 2018



**Fonte:** <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/10/29/Como-o-Brasil-votou-no-segundo-turno-para-presidente-em-mapas>. Acesso em: 12 mai. 2022.

Segundo a pesquisadora e Antropóloga Isabela Kalil na pesquisa: **Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro**, com vistas a investigar o perfil desses eleitores mediante marcadores de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião e formas de engajamento e crenças identificou um total de 16 tipos de apoiadores. Ao buscar realizar um levantamento de entrevistas com mais de 1000 pessoas em atividades de rua organizadas pela direita e extrema-direita no

Brasil, a pesquisa identificou algumas nuances sobre o perfil desse eleitorado que levou Bolsonaro ao poder em 2018. A pesquisa também demonstra a heterogeneidade desse eleitorado:

A análise dos dados revela uma multiplicidade no padrão de eleitores e o mais importante: **a estratégia de comunicação do candidato Jair Bolsonaro, até a realização do primeiro turno eleitoral se baseou em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores.** Para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro parece haver uma série de contradições e incoerências em seus discursos. Esta forma de se comunicar e se posicionar em relação a assuntos polêmicos gerou uma reação do campo progressista que passou a identificar nele elementos como a **falta de coerência, baixa capacidade de articulação política ou ainda a presença de posicionamentos desprovidos de sentido.** No entanto, **ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do “mito” — como é chamado por seus eleitores — consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores** (Kalil, 2018, p. 02, grifos nossos).

Em meio à essa heterogeneidade, o desafio posto a Bolsonaro era sedimentar uma base mais extremada de seu eleitorado, fazendo a manutenção de declarações reacionárias tais como a que fez contra a Deputada do PT pelo Rio Grande do Sul Maria do Rosário de que ela “não merecia ser estuprada porque era feia”<sup>184</sup>, e que mulher pelo fato de engravidar justificaria um ganho diferenciado de salário comparado aos homens<sup>185</sup>.

Embora tais declarações não sejam nenhuma novidade, até pelo fato de que no impeachment da Ex-presidente Dilma Rousseff ter falado abertamente em favor Brilhante Ustra — coronel e chefe do DOI-Codi durante a ditadura militar:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a *Folha de S.Paulo*, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de

<sup>184</sup> Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. G1. 22 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 16 mai. 2022.

<sup>185</sup> No Datena, Bolsonaro volta a falar sobre salário de mulheres e homens. Revista Piauí. de abr. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/04/23/bolsonaro-datena/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"!<sup>186</sup>

Tais declarações e posições de Bolsonaro também fomentaram movimentações de rua e de redes sociais em 2018 como o **#EleNão**<sup>187</sup> que repudiava sua candidatura. Na essência, esses comportamentos de Bolsonaro encontram respaldo na própria estrutura de classes da sociedade brasileira.

O patriarcado arraigado numa formação econômico-social dependente-periférica, além de uma história escrita sobre o peso da escravidão e do genocídio dos povos autóctones não conseguem apagar o caráter conservador das frações de classe em nosso país, sobretudo na garantia de manutenção de sua dominação, até mesmo com alguém como Bolsonaro. Dessa forma, a fala de Bolsonaro sempre foi direcionada, diante de seu público eleitoral, marcadamente heterogêneo, angariou apoio sobre os lemas do cidadão de bem cristão contra a corrupção realizada pelo PT e por todos os partidos políticos do Brasil, sendo ele a encarnação da justiça, manuseando ao mesmo tempo religião, moral; costumes tradicionais, anticomunismo e ideologia de gênero.

Para Kalil (2018) a forma como o comunismo foi manuseado implicou num alargamento do conceito aplicado pelos eleitores de Bolsonaro não apenas aos posicionamentos à esquerda do espectro político, mas ao centro e a centro-direita, no qual elementos como: pobreza, autoritarismo, corrupção e “bolivarianismo” eram associados ao petismo/comunismo. A ideologia de gênero, elemento mobilizado para efetuar ligação a acusações de pedofilia e ao ensino de sexualidade nas escolas. Ainda consoante a pesquisa de Kalil (2018) podemos identificar, em termos empíricos, uma parcela significativa do eleitorado que levou Bolsonaro à vitória em 2018.

---

<sup>186</sup> Voto de Jair Messias Bolsonaro na votação do Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Cf. [camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ](http://camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PSC-RJ). Acesso em: 13 mai. 2022.

<sup>187</sup> #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC Brasil. 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 12 mai. 2021.

Essa pesquisa revela alguns traços que merecem atenção: o esfacelamento de uma dualidade que prevalecia desde o início da nova república no Brasil entre PSDB e PT, assim como a heterogeneidade dos interesses e das pautas defendidas por esse eleitorado. O repúdio a questão da sexualidade, aborto, direitos das minorias, e a defesa de uma moralidade cristã, patriarcal e meritocráticas é transversal nesse público. A esse modo, a solução se encontraria na “destruição” do que “está aí” mediante o “novo”, conforme Bolsonaro sempre apontou em suas falas, uma figura que além de carregar e proferir tais valores que traz para o centro do debate questões polêmicas e ataque contra a política e as instituições próprias burguesas, se colocando pretensamente acima destas e encarnando assim o ideal de anticorrupção propagado por todo o sistema político brasileiro.

Em meio essa constelação de interesses do eleitorado bolsonarista, entendemos que o governo Bolsonaro em essência, foi um representante do capital, se vinculando à burguesia brasileira em suas distintas frações de classe. Se Bolsonaro a princípio não é considerado um político intelectual como FHC, e conciliador como Lula, seu programa eleitoral em 2018: **Projeto fênix: O caminho para a prosperidade** o colocou como um fiador da prosperidade das classes dominantes no Brasil. No início o programa apresenta uma menção bíblica que ficara conhecida em seu governo “**E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará**”. Essa é uma passagem bíblica localizada no Novo Testamento, no livro de João, Capítulo 8. O mais curioso é que esse mesmo capítulo coloca Jesus como um defensor dos direitos da mulher, mais especificamente de uma mulher em questão não ser apedrejada por adultério, portanto, assumindo uma posição humana, que numa leitura atual poderia ser interpretada como defesa dos direitos humanos, elemento que Bolsonaro e seus seguidores repudiam. Apesar do fato curioso e do uso da passagem bíblica, todo o programa carregou o *slogan*: **Brasil Acima de Tudo Deus Acima de Todos**, demonstrando uma pretensa proximidade com a religiosidade cristã, típica de lideranças contemporâneas do ocidente conforme nos lembra a Economista e Cientista Política estadunidense Wendy Brown na obra **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente** no qual tais lideranças de extrema-direita utilizam da tradição religiosa para galvanizar práticas incontestáveis:



A tradição assegurada pela religião, por outro lado, assume o manto de incontestabilidade e de verdade simbólica ao mesmo tempo em que seve como um limite ao político. Esta formulação explica uma vertente da racionalidade que organiza nosso predicamento atual: a verdade suprimida da vida política é transferida para declarações morais ou religiosas enraizadas da autoridade da tradição. O efeito é dissociar a verdade da responsabilidade [*Accountability*] (uma receita do autoritarismo), contestar a igualdade e a justiça por meio da tradição, e eliminar a legitimidade da soberania popular (Brown, 2019, p. 126).

Ademais, o programa foi uma defesa da propriedade privada, dos interesses burgueses e da exploração do trabalho. Defende a ideia de eficiência, moralidade e liberdade individual. Além da defesa pela propriedade privada, também chancela a família como elemento sagrado e, portanto, livre da interferência do Estado, elementos que estão presentes na análise que Brown (2019) contempla ao analisar a influência do pensamento tradicionalista do economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) nas políticas neoliberais.

A crítica ao marxismo “cultural” se faz presente sob a alcunha de Antonio Gramsci, segundo o próprio plano de governo teríamos: Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, que se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira. O marxismo cultural é enxergado como um câncer que mina as instituições democráticas e o regime democrático burguês. Tal marxismo teria na figura de Gramsci a paternidade de uma estratégia de dominação cultural das distintas esferas da vida, solapando a liberdade dos indivíduos, uma vez que a Esquerda brasileira (vista de forma homogênea) estaria mediante o Estado, ganhando posições para promover uma agenda cultural contra os valores cristãos, democráticos e livres de regime burguês.

Destacamos que tais ideias derivam especialmente das elaborações teóricas de Olavo de Carvalho<sup>188</sup> (1947-2022), ao qual a família Bolsonaro teve proximidade, inclusive os filhos de Bolsonaro participando de seu Curso On-line de Filosofia. Não é difícil identificar em obras como **A Nova Era e a Revolução Cultural - Fritjof Ca-**

---

<sup>188</sup> **Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (1947–2022):** Nasceu na cidade de Campina, Estado de São Paulo. Apesar de não ter formação superior, se considera e é considerado pelos grupos bolsonaristas como filósofo por suas publicações e ensaios, apesar de ser pouco conhecido, atuava desde a década de 1990, mas só ganhou maiores holofotes da mídia com a eleição de Bolsonaro. Ainda, mediante sua ligação com o reacionarismo, a família Bolsonaro e frente as suas declarações polêmicas e uso das mídias digitais.

pra & Antonio Gramsci, passagens em que Olavo com elaborações sobre o gramscismo, argumenta sobre um suposto movimento de revolução cultural:

O gramscismo propõe uma revolução cultural que subverta todos os critérios admitidos do conhecimento, instaurando em seu lugar um "historicismo absoluto", no qual a função da inteligência e da cultura já não seja captar a verdade objetiva, mas apenas "expressar" a crença coletiva, colocada assim fora e acima da distinção entre verdadeiro e falso. É a total submissão do "objeto" (natureza) ao "sujeito" (humanidade histórica). Neste novo paradigma, a ênfase da atividade científica já não cai no conhecimento objetivo da natureza (descrição exata da sua aparência visível e investigação dos princípios invisíveis que a governam), mas sim na sua transformação pela técnica e pela indústria, a isto correspondendo, na esfera das idéias, uma espécie de "revolução permanente" de todas as categorias de pensamento a suceder-se numa aceleração vertiginosa do devir histórico (Olavo de Carvalho, 2014, p.38).

Pela lente olavista, Gramsci seria um manipulador de mentes e corações, que teria dado atenção ao consenso e as transformações culturais da sociedade, se afastando assim, da tomada de poder armada, ou pelo menos, usando como estratégia uma revolução cultural imperceptível<sup>189</sup>.

No campo da Economia, tendo à frente Paulo Guedes<sup>190</sup>, economista que trabalhou como professor no Chile durante a ditadura<sup>191</sup>, de Augusto Pinochet<sup>192</sup> sendo também defensor da contrarreforma previdenciária realizada naquele país, o plano

---

<sup>189</sup> Olavo de Carvalho possui uma vasta obra que merece ser analisada de forma crítica pelas Ciências Sociais, especialmente pelo relativismo e revisionismo histórico que provoca. Além disso, conforme pesquisas de Patschiki (2012) e Calil (2021), este intelectual teve a capacidade de aglutinar setores reacionários e de extrema-direita da política brasileira. Observamos também que Olavo apresenta grande influencia em Aparelhos Privados de Hegemonia da Direita e Extrema-Direita brasileira como a Brasil Paralelo e o Instituto Borborema, para isso, conferir a pesquisa de Balestro dos Santos (2021); Gabriel Guimarães (2022) e Chaloub (2022).

<sup>190</sup> **Paulo Roberto Nunes Guedes (1949 —)**: Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou PhD em economia pela Universidade de Chicago. Foi professor da PUC-RJ, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Também é fundador do Banco Pactual, da Abril Educação, das Faculdades Ibmecc e do Instituto Millenium. Integrou conselhos de administração de grandes empresas. Paulo Guedes também foi colunista dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo e das revistas Exame e Época. Cf. <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 12 mai. 2022.

<sup>191</sup> Eu não estava nem aí', diz Guedes sobre ditaduras no Chile e no Brasil. R7. Nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/eu-nao-estava-nem-ai-diz-guedes-sobre-ditaduras-no-chile-e-no-brasil-19112021>. Acesso em: 12 mai. 2022.

<sup>192</sup> **Augusto Pinochet (1915-2006)**: General chileno que, em 11 de setembro de 1973, chefiou o Golpe de Estado contra o governo socialista do Presidente Salvador Allende. Governou ditatorialmente o Chile até 11 de março de 1990. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/pinochet\\_augusto.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/pinochet_augusto.htm). Acesso em: 12 mai. 2022.

de governo de Bolsonaro defendeu a mais ampla liberdade econômica como um meio de sanar as debilidades e atrasos da economia brasileira. A esse modo:

As economias de mercado são **historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo.** Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. **Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades.** Corruptos e populistas nos legaram um déficit primário elevado, uma situação fiscal explosiva, com baixo crescimento e elevado desemprego. Precisamos atingir um superávit primário já em 2020. Nossa estratégia será adotar as mesmas ações que funcionam nos países com crescimento, emprego, baixa inflação, renda para os trabalhadores e oportunidades para todos (Projeto Fênix, 2018, p. 13, grifos nossos).

Ao vincular déficit primário à gestão petista, o plano de governo de Bolsonaro chama atenção para a necessidade de formação de superávits primários como uma forma de sanar as contas públicas e impulsionar o crescimento econômico. Todavia, não entra na equação propalada a subserviência ao capital financeiro-parasitário mediante o pagamento dos juros da dívida pública brasileira (Santana, 2018). Sob o prisma da promoção do crescimento econômico, o projeto considera que a prioridade do governo seria a resolução dos problemas sociais pela esfera econômica, relegando aos sujeitos a liberdade de escolha das melhores formas de preservação da vida.

Essa realidade só poderia ser alcançada por meio do equilíbrio fiscal como mola propulsora para a geração de empreendimentos privados, renda e emprego. Ao elencar o Banco Central e o Ministério da Economia como dínamos desse desenvolvimento econômico, Bolsonaro anunciou de antemão um enxugamento do Estado usando o estrangulamento fiscal para a obtenção desse resultado: “Podemos fazer mais com muito menos, partindo de um movimento de gestão pública moderna, baseado em técnicas como o ‘Orçamento Base Zero’, além do corte de privilégios.” (Projeto Fênix, 2018, p. 54).

As contrarreformas também já se anunciavam a exemplo da previdenciária, num esforço de alterar a previdência para um regime de capitalização, semelhante

ao que se fizera no Chile, mas que tem flagelado boa parte da população idosa daquele país (Oliveira; Machado; Hein, 2019). No curso dessas contrarreformas a trabalhista foi central, tendo em vista que a pretensão de criar uma carteira de trabalho denominada de “verde e amarela” abriu margem para o contrato individual e desproporcional de poder de negociação entre empregado e empregador. Somado a isso, o ataque aos sindicatos é patente na visão contrária contra o imposto sindical.

No campo da Saúde o projeto defendeu que o Brasil já gasta o suficiente para ter uma saúde pública melhor. Uma das saídas encontradas para melhorar os índices de saúde da população brasileira seria o aprofundamento de uma agenda gerencialista pactuada mediante a informatização do SUS; credenciamento universal dos médicos, criação da carreira de médico de Estado para atuação no interior do Brasil. A saúde se resumiu, nessa ótica, a uma questão de demanda-oferta de profissionais e aplicabilidade gerencial de recursos. Dessa forma, numa visão liberal, o plano de governo de Bolsonaro já anunciava medidas que foram posteriormente aprovadas em seu governo como o programa Previner Brasil que mudou a forma de financiamento da Atenção básica à saúde, criando um SUS operacional, infringindo assim o princípio da Universalidade, bem como a manutenção de uma agenda de desfinanciamento à saúde mediante a Emenda Constitucional n.º 95.

O tripé macroeconômico instituído nos governos de FHC também tinha a proposta de serem mantidos num eventual governo Bolsonaro com o adicional da independência do Banco Central, com liberdade para aplicar políticas monetárias. Essa lógica política atrelada a um programa amplo de privatizações serviria como mote para eficiência econômica e geração de bem-estar para a população brasileira:

**O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos.** No Brasil, esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, **todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública.** Além disso, devemos ressaltar que a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o **aumento na competição entre empresas. Esse será nosso foco: gerar mais competição. Afinal, com mais empresas concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções, de melhor qualidade e a um preço mais barato** (Projeto Fênix, 2018, p. 61, grifos nossos).

Outra fração da burguesia que o projeto visou dar atenção foi a agrária, que necessitaria de uma maior segurança para ser possível empreender em espaços rurais, aumento da capacidade de logística de armazenamento e transporte, atendimento das demandas do agronegócio e do setor rural de forma unificada para a consolidação de negociações com novos mercados externos em potencial. Isso implica a chancela dos latifúndios e do agronegócio como dínamos de uma economia dependente, e que tem na violência do campo, no uso de armas de fogo e na invasão a terras e reservas dos povos autóctones, a lógica de funcionamento e expropriação.

De modo geral, visualizamos pelo menos três principais grandes frações do capital que teriam, do ponto de vista do projeto apresentado, espaço para rentabilidade e acumulação do capital: rentista, com o aprofundamento do tripé macroeconômico e formação de superávits primários com a manutenção da EC-95; agrária, especialmente o setor do agronegócio com amplo espaço de manobra nos territórios rurais para a implementação de empreendimentos; e empresarial-comercial mediante a contrarreforma do trabalho, previdência e administrativa, colocando as classes trabalhadoras sob o círculo da precarização, informalidade e ausência de direitos trabalhistas e previdenciários.

Diante de tais explicações refletimos que não podemos confundir a pretensa proposta de governo com o governo em si. O devir (próprio da dialética) do qual se tornou o governo Bolsonaro após as eleições de 2018 confirmam e negam o projeto de governo nas eleições de 2018, especialmente em relação à conjuntura política e essencialmente com a pandemia da Covid-19. Dessa forma, para um melhor entendimento da composição do governo vamos no subtópico seguinte identificar sua constituição e presença no aparelho estatal em mediação com a sociedade civil.

### **5.3 Composição do governo Bolsonaro**

Uma vez eleito para a presidência da república, Bolsonaro realizou alterações nas variadas escalas do aparelho estatal brasileiro. Inicialmente, os seus vinte e dois ministros representam na cena política, distintos interesses de classe, embora sejam influenciados transversalmente pelo liberalismo econômico e pelas pautas conser-

vadoras. Percebemos um quantitativo relevante de militares em distintos estratos, inclusive nas pastas ministeriais.

No quadro abaixo é possível visualizar a composição ministerial e suas mudanças conforme o tempo. Chamamos atenção para a pasta da saúde que em meio à crise sanitária teve alterações substanciais num total de quatro ministros. Nenhum país mudou tanto de ministro da saúde na pandemia como o Brasil. Além disso, destaca-se a aproximação de Bolsonaro ao chamado centrão, especialmente ao MDB, na tentativa de formar alianças:

**Quadro 17 - Ministros do governo Bolsonaro**

<b>Ministério</b>	<b>Ministro</b>
Casa civil	Onyx Lorenzoni – DEM
	Walter Souza Braga Netto
	Luiz Eduardo Ramos
	Ciro Nogueira – PP
Economia	Paulo Guedes
Trabalho e Previdência Social	Onyx Lorenzoni - DEM
	José Carlos Oliveira
Ciência, Tecnologia e Inovações	Marcos Pontes – PSL
	Paulo Alvim
Comunicações	Fábio Faria – PSD
Justiça e Segurança Pública	Sérgio Moro
	André Mendonça
	Anderson Gustavo Torres
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Tereza Cristina – DEM

	Marcos Cordeiro — PSD
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno — Patriota
Defesa	Fernando Azevedo
	Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira
Relações Exteriores	Ernesto Araújo
	Carlos França
Banco Central	Roberto Campos Neto
Controladoria Geral da União	Wagner Rosário
Saúde	Luiz Henrique Mandetta — DEM
	Nelson Teich
	Eduardo Pazuello
	Marcelo Queiroga
Advocacia-Geral da União	André Mendonça
	José Levi
	André Mendonça
	Bruno Bianco
Secretaria Geral da Presidência da República	Gustavo Bebianno — PSL
	Floriano Peixoto Vieira Neto
	Jorge Oliveira
	Pedro Cesar Sousa
	Onyx Lorenzoni
	Luiz Eduardo Ramos

Educação	Ricardo Vélez Rodríguez
	Abraham Weintraub
	Carlos Decotelli
	Antonio Paulo Vogel (Interino)
	Milton Ribeiro
	Victor Godoy Veiga
Secretaria do Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz
	Luiz Eduardo Ramos
	Flávia Arruda – PL
	Célio Faria Júnior
Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas
	Marcelo Sampaio
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto
	Rogério Marinho – PL
	Daniel de Oliveira Duarte Ferreira
Cidadania	Osmar Terra – MDB
	Onyx Lorenzoni – DEM
	João Roma – Republicanos
	Ronaldo Vieira Bento
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio - PSL
	Gilson Machado Neto – PSC



	Carlos Alberto Gomes de Brito
Minas e Energia	Bento Albuquerque
	Adolfo Sachsida
Mulher, da família e dos direitos humanos	Damares Alves — PP
	Cristiane Britto
Meio Ambiente	Ricardo Salles
	Joaquim Leite

**Fonte:** elaboração própria.

Se na campanha eleitoral e em seu projeto de governo Bolsonaro fez arguição para a técnica, gestão e eficiência, logo de início vemos um governo que trouxe em si a consigna militar com pelo menos seis ministros militares: General Carlos Alberto Santos; General Augusto Heleno; General Fernando Azevedo e Silva; Marcos Pontes; Almirante Bento Costa e Tarcísio Gomes de Freitas. Outro nome que merece ser abordado também é o do General Hamilton Mourão. Num núcleo parlamentar tivemos a presença de atores ligados a partidos como MDB; DEM; Republicanos e PSL; seguido de um núcleo ideológico com viés religioso-olavista nas pastas da Educação, Relações Exteriores, Meio Ambiente e Direitos Humanos, respectivamente Ricardo Vélez; Ernesto Araújo; Ricardo Sales e Damares Alves.

A presença militar não fica restrita ao alto escalão. Nos demais cargos esse número aumentou de forma substancial quando comparado aos anos anteriores, em que pese o fato dos governos petistas também abrirem margem para atuação dessa camarilha nos distintos aparelhos do Estado brasileiro. Todavia, conforme o Tribunal de Contas da União (TCU) apenas no ano de 2020 mais de 6.000 militares integraram às fileiras das distintas camadas hierárquicas do governo Bolsonaro como podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 13** - Presença de militares no governo Bolsonaro

<b>Categoria</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>variação % entre 2016 a 2020</b>
Comissionados	1.965	1.946	1.934	2.324	2.643	34,50%
Professor	197	157	63	174	179	-9,14%
Saúde	642	773	718	909	1.249	94,55%
Contrato temporário	32	23	16	23	37	15,63%
Serviços público antes da EC 20/1998	121	121	34	85	72	-40,50%
Cargos em conselhos	-	-	-	-	8	-
Contrato temporário INSS	-	-	-	-	1.969	-
<b>Total</b>	<b>2.957</b>	<b>3.020</b>	<b>2.765</b>	<b>3.515</b>	<b>6.157</b>	<b>108,22%</b>

**Fonte:** Elaboração Própria a partir do TCU — Memorando n.º 57/2020-Segecex Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.

O quantitativo de militares no exercício de funções superou inclusive aos governos ditatoriais de Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo, especialmente no tocante a militares exercendo a função de ministros<sup>193</sup>. Todavia, o governo Bolsonaro não foi sempre o mesmo no decorrer do tempo, passou por alterações mediante a dialética do processo de adequação, adaptação e negociações com o parlamento conforme foi possível observar na tabela referente aos ministérios. O que percebemos é que a fala de uma gestão *outsider* e técnica, balizada por nomes apolíticos e preocupados com o desenvolvimento do Brasil cederam espaço para a antiga política da qual Bolsonaro sempre criticou, ao chamado Centrão da política nacional, especialmente a partidos políticos como o MDB.

Mas, não só isso, para cada substituição de ministro houve uma trama de intrigas que se intercambiam entre preceitos políticos, ideológicos e econômicos. O caso de Sérgio Moro é exemplar nessa relação. Visto como arauto do combate à corrupção mediante arbitrária atuação na investigação da Lava Jato e consequente prisão de Lula, Moro fez parte do governo Bolsonaro. Ao surfar na onda da mídia burguesa e na imagem construída de um paladino da justiça, o governo Bolsonaro juntamente com uma ala militar; mais a ideológica, formada em especialmente por

<sup>193</sup> Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos. BBC. 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51646346>. Acesso em: 16 mai. 2022.

seguidores do então guru Olavo de Carvalho (Ricardo Vélez Rodríguez na Educação; Ernesto Araújo nas Relações Internacionais, mais a influência dos filhos, especialmente de Carlos Bolsonaro), e a econômica com Fábio Guedes, pareciam soar como a mais perfeita junção de nomes para o atendimento dos interesses da burguesia brasileira: suposto combate à corrupção, contrarreformas governamentais mais a pauta no âmbito da moral e dos costumes, que dava o tom de uma abordagem pretensamente neutra, que iria colocar o Brasil no eixo a partir de uma nova política baseada na moralidade e aprofundamento do neoliberalismo.

Moro teria supostamente uma promessa de carta-branca para atuar no âmbito da justiça e continuar na manutenção de sua imagem como paladino da honestidade. Não obstante, no dia 24 de abril de 2020 ele foi substituído por André Mendonça. A substituição da direção da Polícia Federal (PF) realizada por Bolsonaro motivaria a substituição porque o Ex-presidente desejava alguém da PF subserviente aos seus interesses políticos, especialmente nos inquéritos no STF contra a família Bolsonaro sob acusação de esquemas de rachadinha<sup>194</sup> na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Não é difícil imaginar que em meio aos casos de corrupção e investigação, que a necessidade de uma “blindagem” por parte de Bolsonaro e sua família passasse por cima dos princípios de “honestidade”. Em meio a interferência de Bolsonaro nessa esfera, Sérgio Moro passou a acusar Bolsonaro de interferir na PF. O que ocorre é que no espectro Bolsonarista o misto entre ideologia, política e combate ao constante espírito comunista e petista existente nas instituições brasileiras justificaria tudo, inclusive interferência direta de Bolsonaro nas pastas ministeriais. Isso ficou claro na reunião ministerial realizada no dia 22 de abril de 2020 para tratar de um projeto idealizado por Braga Netto intitulado **Pró-Brasil**, com vistas a mobilizar ações estratégicas de desenvolvimento econômico para superar o cenário da Pandemia da Covid-19.

Segundo acusações de Moro, nessa reunião as falas do Ex-presidente seriam provas da sua interferência na PF. Ao acessarmos a transcrição completa da reunião podemos observar que Bolsonaro aciona elementos que dão a entender seu po-

---

<sup>194</sup> A prática implica num superfaturamento do salário de funcionários da Assembleia no qual Bolsonaro, bem como seus filhos teriam praticado. Em tese pagava-se um valor a determinado funcionário, mas o dinheiro de fato voltava para a mão do político, tornando assim o funcionário um mero laranja que só fazia receber o dinheiro para repassar ao político.

der diante dos demais ministérios, inclusive sob a PF que em tese, deveria ser uma instituição a lhe servir:

[...] é um apelo que eu faço a todos, que se preocupem com política, pra não ser ! surpreendido. [...] eu tenho o poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção [...] Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. Eu tenho as ... as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô! Aparelhamento, etc. Mas a gente num pode viver sem informação (Brasil, 2020, p. 25).

Logo após a veiculação dessa reunião nos principais meios de comunicação do país, a tropa Bolsonarista que atua nas mídias sociais lançou palavras como #traidor em relação a Moro, além de defender Bolsonaro contra as acusações de interferência na PF (Libório; Cubas, Barbosa, 2020). Além de Sérgio Moro, a pasta da educação também teve revesses no decorrer dos anos iniciais do governo Bolsonaro.

Ao lado da pasta da mulher, da família e dos direitos humanos e da pasta das relações internacionais, representa o que há de mais forte em termos ideológicos do governo. Inicialmente, um dos primeiros ministros da educação do governo Bolsonaro foi o filósofo Ricardo Vélez<sup>195</sup> indicado por Olavo de Carvalho. Nos 100 dias em que Vélez se manteve na pasta, houve controvérsias, erros de gestão e polêmicas como declarações como a de que o “brasileiro viajando é um canibal”<sup>196</sup> aludindo a um suposto comportamento dos jovens brasileiros que ao viajarem se comportavam como ladrões, comportamento este que deveria ser mudado com a disciplina de Moral e Cívica nas escolas, passando pela orientação para as escolas filmarem os alunos cantando o hino nacional brasileiro juntamente com a citação do slogan de cam-

<sup>195</sup> **Ricardo Vélez Rodriguez:** nasceu em Bogotá, na Colômbia, no dia 15 de novembro de 1943.

Cursou duas graduações em seu país de origem. Primeiro, concluiu o curso de filosofia em 1964 pela Universidade Pontifícia Javeriana. Depois, no ano de 1967, se formou em teologia pelo Seminário Conciliar de Bogotá. Dedicou a maioria da vida e carreira à academia e à docência, privilegiando os estudos filosóficos e políticos. Em 1968, tornou-se professor da Universidade Pontifícia Bolivariana. Tornou-se professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército em 2003. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-velez-rodriguez>. Disponível em: 23 mai. 2022.

<sup>196</sup> Brasileiro viajando é canibal!, diz ministro da Educação a revista. Folha de São Paulo. 1 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/brasileiro-viajando-e-canibal-diz-ministro-da-educacao-a-revista.shtml>. Acesso em: 23 mai. 2022.

panha de Bolsonaro nas eleições de 2018: **“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”**<sup>197</sup>.

Somado a essas posições polêmicas o próprio Vélez realizou substituições de nomes na pasta da educação retirando nomes indicados por Olavo de Carvalho. Fidor do discurso contra uma suposta “ideologia de gênero” nas escolas perpetradas pelo PT numa escalada gramscista da esquerda brasileira para a conquista da hegemonia, Vélez se notabilizou pela criação da subsecretária de fomento às Escolas Cívico-Militares. Todavia, mesmo diante dessas ações e operações ideológicas, Vélez não conseguiu dialogar com os demais grupos que compuseram a pasta da educação:

[...] é possível afirmar que existiam quatro grupos (que, em alguns casos, tinham interseções com mais de um grupo) que compunham o organograma das indicações para os cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões do MEC: **1) militares de carreira ou civis formados em suas instituições**, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); **2) funcionários públicos de carreira ou técnicos do setor privado com experiência em gestão corporativa**; **3) ex-alunos e orientandos do próprio Vélez Rodríguez na UFJF**; **4) o inusitado segmento daqueles que foram indicados pelo “polivalente profissional” Olavo de Carvalho** (incluindo o próprio ministro), conhecidos como “Olavistas” (Gawryszewski; Monteiro, 2020, p. 79, grifo nosso).

Observa-se que no interior do próprio governo Bolsonaro, e especialmente nas pastas que compõem o primeiro escalão do governo, há distintas camadas que se contrapõem a partir de interesses específicos. Em meio a esses interesses a própria inabilidade de Vélez em termos gerenciais o fez ser exonerado por Bolsonaro sendo substituído pelo economista Abraham Weintraub.

A entrada de Weintraub saturaria a ausência de gerência, substituindo tantos os Ex-orientandos de Vélez, quanto os olavistas para a concretização da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Reforma do Ensino Médio; reformulação da formação de professores e a tentativa de reestruturação das Instituições de Ensino Federal mediante o Programa Future-se<sup>198</sup> cujo objetivo era captar

<sup>197</sup> MEC quer que escolas leiam slogan de Bolsonaro, cantem Hino e filmem. Carta Capital. 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mec-quer-que-escolas-leiam-slogan-de-bolsonaro-cantem-hino-e-filmem/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

<sup>198</sup> O Programa Future-se representa a extinção da Educação Federal Pública. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. 28 out. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-do-setor-da-educacao-programa-future-se-representa-a-extincao-da-educacao-federal-publica1>. Acesso em: 23 mai. 2022.

recursos financeiros através do empreendedorismo. A gestão Weintraub foi marcada por cortes financeiros na educação superior<sup>199</sup>, estrangulamento das bolsas de pós-graduação, imposição de novas métricas de distribuição de bolsas ao CNPQ e CAPES, além de insultos às universidades públicas: de supostas plantações de maco-nha nas Universidades, passando por ataques contra Paulo Freire a acusações de balbúrdias, o Ex-ministro colecionou polêmicas nos oito meses que esteve à frente do ministério (Basílio, 2019).

Sua saída do governo se deu após quebra de braço com o STF mediante declaração de Weintraub na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. No momento da fala o Ex-ministro tecia crítica à Brasília, colocando o elemento da corrupção e do despreço pelo “povo” que os políticos tinham, nesse momento da reunião adicionou:

A gente tá perdendo a luta pela liberdade. É isso que o povo tá gritando. Não tá gritando pra ter mais Estado, pra ter mais projetos, pra ter mais. o povo tá gritando por liberdade, ponto. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo, tá perdendo mesmo. A ge ... o povo tá querendo ver o que me trouxe até aqui. **Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF.** E é isso que me choca. Era só isso presidente, eu ... eu ... realmente acho que toda essa discussão de "vamos fazer isso", "vamos fazer aquilo", ouvi muitos ministros que vi ... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui o aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeia ... odeio o prutido comunista (Brasil, 2020, p. 54, grifo nosso).

Além dos elementos semânticos ancorados em expressões contra os “privilégios”, “tamanho do Estado”, e “comunismo”, a declaração em torno da nomenclatura “vagabundos” se direcionando ao STF sinalizava uma disputa entre o executivo na figura do governo Bolsonaro e o judiciário, que se colocam, supostamente, acima das classes sociais em defesa da sociedade brasileira.

---

<sup>199</sup> Bolsonaro quer acabar com as bolsas, educação e ciência. Associação Nacional de Pós-Graduandos. 9 mai. 2019. Disponível em: [anpg.org.br/09/05/2019/bolsonaro-quer-acabar-com-as-bolsas-educacao-e-a-ciencia/](http://anpg.org.br/09/05/2019/bolsonaro-quer-acabar-com-as-bolsas-educacao-e-a-ciencia/). Acesso em: 23 mai. 2022.

As declarações do Ex-ministro foram tratadas como injúria, especialmente por Celso de Mello, ministro do STF, que além de abrir inquérito de crime de racismo perpetrado, também acusou o Ex-ministro de calúnia. A ocasião de racismo teve como motivo uma publicação em sua conta oficial do *twitter* sobre a China, no qual acusa o país de ter tirado vantagem em meio a pandemia da Covid-19:

**Figura 32** - Ironia de Weintraub sobre a China



**Fonte:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/04/coronavirus-weintraub-usa-cebolinha-para-provocar-china-e-web-nao-perdoa.htm>. Acesso em: 23 mai. 2022.

Diante das pressões sob Weintraub, e na quebra de braço com o STF, o governo Bolsonaro cedeu com o anúncio de exoneração do ministro no dia 20 de junho de 2020, em seu lugar foi anunciado o professor Carlos Decotelli, que não chegou a assumir o cargo devido ao fato que teria cometido plágio na dissertação de mestra-

do, além de colocar informações falsas no curriculum Lattes<sup>200</sup>. Devido à repercussão nas redes sociais, o governo deixou a pasta da educação com uma vacância, sendo apenas suprimida interinamente por Antonio Vogel e posteriormente com Milton Ribeiro que mais uma vez repetiu o caminho das declarações de cunho discriminatório, como aludir a homoafetividade a possíveis famílias “desajustadas”, e afirmar que a universidade e o ensino superior deveriam ser para poucas pessoas:

Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do ‘homossexualismo’ tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay. Nunca estive com uma mulher de fato, com um homem de fato, e caminhar por aí. São questões de valores e princípios. [...] Você já está cansado de pegar, com todo o respeito que tenho aos motoristas, profissão muito digna, mas eu tenho muito engenheiro, muito advogado, dirigindo Uber, porque não consegue alocação devida. Universidade, na verdade, deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade<sup>201</sup>

Pela sua ligação com os setores das igrejas protestantes, a de salientar que o Milton Ribeiro além de advogado, também é teólogo e pastor da igreja presbiteriana. Há indícios que na sua gestão houve o beneficiamento de grupos ligados aos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, sob pedido de Bolsonaro. Na ocasião, o esquema funcionava como uma intermediação entre interesses de prefeitos que levavam suas demandas através dos dois pastores, tornando o MEC um balcão de negócios<sup>202</sup>. Embora supostamente pareça ser algo que teria a reprovação de Bolsonaro, na reunião ministerial que o STF teve acesso, o Ex-presidente faz alusão ao fato de que nenhum ministro seu deve ser elogiado pelos meios de comunicação, essa sua posição demarca uma vinculação com pautas conservadoras, pautas essas que o alçaram ao poder em meio à crise orgânica brasileira. O fato é que, ao propalar e fazer de tudo para manter a imagem dos bons costumes, do correto, da moral e da “honestidade”, o governo Bolsonaro não teve temor das declarações polêmicas, até

<sup>200</sup> Decotelli é acusado de plágio em dissertação de mestrado. Terra Notícias. 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/decotelli-e-acusado-de-plagio-em-dissertacao-de-mestrado,7e49271d382dd279cdc7e11bd2b43c5ccvibmalk.html>. Acesso em: 23 mai. 2022.

<sup>201</sup> Gestão de Milton Ribeiro foi marcada por declarações polêmicas e debandada de servidores. Jornal Nacional. Globo. 28 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/28/gestao-de-milton-ribeiro-foi-marcada-por-declaracoes-polemicas-e-debandada-de-servidores.ghtml>. Acesso em: 23 mai. 2022.

<sup>202</sup> Milton Ribeiro deixa o MEC; entenda escândalo que levou à queda. BBC. 22 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60842429>. Acesso em: 23 mai. 2022.



porque em termos concretos, a pauta de ataques contra as classes trabalhadoras continuava, em que pese os conflitos com o STF e a câmara dos deputados.

Desse modo, ao externalizar uma visão belicista contra os meios de comunicação, bem como incentivar que seus ministros fiquem em evidência, o governo Bolsonaro buscou manter a intensidade de sua militância mais aguerrida:

**Quem não aceitar a minha, as minhas bandeiras, Damares: família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado. Quem não aceitar isso, está no governo errado.** Esperem pra vinte e dois, né? O seu Álvaro Dias. Espere o Alckmin. Espere o Haddad. Ou talvez o Lula, né? E vai ser feliz com eles, pô! No meu governo tá errado! **É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado. E que cada um faça, exerça o teu papel. Se exponha. Aqui eu já falei: perde o ministério quem for elogiado pela folha ou pelo globo! Pelo antagonista!** Né? Então tem certos blogs aí que só tem notícia boa de ministro. Eu não sei como! O presidente ... : ... leva porrada, mas o ministro é elogiado. A gente vê por aí. "A, o governo tá, o ... o ministério tá indo bem, apesar do presidente." Vai pra puta que o pariu, porra! Eu que escalei o time, porra! Trocamos cinco. Espero trocar mais ninguém! Espero! Mas nós temos que, na linha do Weintraub, de forma mais educada um pouquinho, né? É ... de se preocupar com isso. Que os caras querem é a nossa hemorroida! É a nossa liberdade! Isso é uma verdade. O que esses caras fizeram com o vírus, esse bosta desse governador de São Paulo, esse estrume do Rio de Janeiro, entre outros, é exatamente isso. Aproveitaram o vírus, tá um bosta de um prefeito lá de Manaus agora, abrindo covas coletivas. Um bosta. Que quem não conhece a história dele, procure conhecer, que eu conheci dentro da Câmara, com ele do meu lado! Né? (Brasil, 2020, p. 59).

Liberdade, economia, armas, Deus, família e Brasil são alguns dos elementos manuseados por essa linha mais ideológica que encontra respaldo no Ex-ministro das relações exteriores Ernesto Araújo. Diplomata com experiência em países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha, foi chamado para assumir a posição de ministro das relações exteriores. Segundo a jornalista Thaís Oyama no livro: **Tormenta — O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**, Ernesto chamou atenção da ala ideológica, sobretudo do ex-assessor para assuntos internacionais de Bolsonaro Filipe Garcia Martins<sup>203</sup>, que ao acessar as reflexões de Ernesto de caráter Olavista,

<sup>203</sup> **Filipe Garcia Martins:** ex-assessor especial para assuntos internacionais de Jair Bolsonaro, formado em relações exteriores pela Universidade de Brasília e amigo de Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do presidente e assessor de Bolsonaro, é fã de Olavo de Carvalho. Em março de 2021 seu nome ganhou projeção devido a um gesto realizado, idêntico aos dos supremacistas brancos (*White*

passou a divulgá-lo em grupos de WhatsApp que tinham a presença de Bolsonaro, defendendo seu nome para ministro das relações exteriores (Oyama, 2020).

Num dos textos de Ernesto há pontos sensíveis ao bolsonarismo, especialmente por aludir a uma ideia central no qual Donald Trump teria uma visão do ocidente baseada na recuperação de um passado simbólico mediante a história e a cultura, e não em valores do capitalismo e da democracia liberal. Para Ernesto, Trump invocaria não um viés político e econômico, mas uma busca por Deus, um Deus que atua na história. Ao tecer elogios ao discurso de Trump intitulado ***Remarks by President Trump to the People of Poland***<sup>204</sup> no qual a defesa do ocidente como um conjunto de nações que teria supostamente perdido uma razão de ser é evocada para transcender os valores do passado ao retomar heróis, Deus e a cultura como valores centrais (Fraga Araújo, 2017, p. 329).

Todavia, o perfil de Ernesto Araújo, ex-aluno de Olavo de Carvalho e ligado às pautas ideológicas associadas à fé cristã, ao conservadorismo e ao liberalismo econômico já desenhavam uma aproximação aos Estados Unidos. Para a historiadora e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Miriam Gomes Saraiva, autora da obra ***Ideologia e Pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro***, a gestão de Ernesto Araújo implicou num giro da política externa atrelada a influência ideológica, crítica ao multilateralismo como um suposto elemento do “globalismo”:

Houve forte aproximação com os EUA de Donald Trump. Esta, se traduziu em visitas, discursos e alguns acordos, mas, no campo econômico, não rendeu benefícios. Nas organizações multilaterais adotou um comportamento contra o multilateralismo oscilando entre os votos conservadores, como no caso do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e um quase bloqueio de negociações, como no caso da questão ambiental, gerando impasses com governos de países europeus. A cooperação sul-sul foi abandonada.<sup>205</sup>

---

*Power* – Poder branco), que ele fez dentro do Senado. Cf. PANHO, Isabella Alonso. Quem é Filipe Martins, assessor que teria entregado ‘minuta do golpe’ a Bolsonaro. Estadão. Estadão. 21.09.2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/quem-e-filipe-martins-assessor-teria-entregado-minuta-golpe-jair-bolsonaro-mauro-cid-delacao-premiada-forcas-armadas-nprp/>. Acesso em: 29. Dez. 2023.

<sup>204</sup> *Remarks by President Trump to the People of Poland*. 6 jul. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-people-poland/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

<sup>205</sup> CHARLEAUX, João Paulo. Qual o lugar de Ernesto Araújo na história da diplomacia brasileira. Nexo. 8 mai. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2020/05/08/Qual-o-lugar-de-Ernesto-Ara%C3%BAjo-na-hist%C3%B3ria-da-diplomacia-brasileira>. Acesso em: 24 mai. 2022.

Em que pese tal fato, esse giro na política externa objetivou atender aos interesses de distintas classes sociais do eleitorado bolsonarista. A centralidade de Israel na política externa e os votos conservadores ligados aos ditames dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU) presta uma ligação com os setores evangélicos; o ataque as pautas relacionadas à defesa do meio ambiente seria à influência dos interesses dos madeireiros e garimpeiros alocados na região norte do Brasil; a ideia de um Trump como estadista que reviveu um passado mítico no ocidente se liga aos interesses liberais, sobretudo numa ofensiva à liberação do porte de arma e o ataque contra o “marxismo cultural” global perpetrado pelos governos de esquerda. Nesse mesmo plano da política externa, observamos desde a pandemia, o apoio de Ernesto às críticas o deputado federal Eduardo Bolsonaro propalou nas redes sociais contra a China:

**Figura 33** - Twitter do deputado Eduardo Bolsonaro sobre a China



**Fonte:** <https://twitter.com/GuilhermeBoulos/status/1351869384848011265/photo/1>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Essa declaração gerou o cancelamento de transações comerciais da China com o Brasil, e conseqüente insatisfação de setores do agronegócio, que são dependentes da exportação de *Commodities* para o país asiático.

---

Nos chama atenção também que a política externa brasileira foi contra a política da OMS de acesso universal à vacinação contra o Covid-19, criticando o organismo com o argumento que este debilitava a autonomia nacional dos países. Diante do isolamento da política externa brasileira, as bases que sustentavam o governo no parlamento, especialmente por parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Ernesto Araújo anunciou a saída da pasta ministerial no dia 29 de março de 2021. O diagnóstico era claro, a interferência da ala ideológica não rendera bom desempenho ao Brasil, dificultando inclusive o acesso à vacina no combate ao Sars-Cov-2. Soma-se a esse perfil ideológico a ex-ministra Damares Alves e o ex-ministro Ricardo Sales.

No caso de Damares a agenda pró-família tradicional cristã, moral e bons costumes se vinculou ao eleitorado conservador, especificamente aqueles vinculados à religião protestante e ao neopentecostalismo sem esquecermos também dos católicos mais conservadores e até em certo sentido integristas. Apesar de Damares ser protestante, avaliamos que a defesa de pautas reacionárias no campo da moral atendeu também parcela de setores católicos reacionários e conservadores, que aqui denominamos como integristas (que apesar de não ser objeto de nossa tese, mas merece menção pela proximidade com Bolsonaro).

Gramsci no **caderno 20: Caderno 20 (1934-1935): Ação Católica — Católicos integristas — jesuítas — modernistas** tece considerações sobre a desagregação e perda de hegemonia da Igreja Católica após 1848, numa época de questionamento da cosmovisão de mundo religiosa cristã. Como uma forma de luta no terreno imposto à ordem cristã, a Igreja Católica passa a elaborar uma ação contra a apostasia do mundo em relação à fé cristã, atuando no terreno do inimigo sincrético devido sua posição subalterna, e adotando o arsenal de armas do adversário.

No §4 deste mesmo caderno, **(Católicos integristas, jesuítas, modernistas)**, Gramsci assevera que este grupo, existente em países como Itália, a França, a Bélgica (nos quais as forças de esquerda era atuantes no catolicismo), procurava manter uma integridade cristã contra aspectos da modernidade, mas sem negá-la, se adaptando (mudando para conservar a tradição), dando uma resposta à modernidade e a perda de solo do catolicismo numa dialética entre o tradicional e o moderno, produzindo não apenas grupos clandestinos, mas toda uma seara intelectual mediante periódicos: “é conveniente ter “centros” externos públicos, ou com eficácia

direta sobre o público, através de periódicos ou de edições de opúsculos e livros” (Gramsci, CC20, v.4, 2020, p.155).

Com as devidas mediações, é importante destacar que, mediante o aparato metodológico da tradutibilidade, podemos observar numa formação econômico-social como a brasileira a disputa por concepções no interior da Igreja Católica, e que no caso do integrismo, evidenciamos numa primeira aproximação intelectuais orgânicos como o Padre Paulo Ricardo que dissemina conteúdo conservador e reacionário nas redes sociais e em seu site, bem como Aparelhos Privados de Hegemonia da direita católica como o Instituto Borborema (IB) com sede na Cidade de Campina Grande, Paraíba, formado a partir de 7 jovens estudantes quem fizeram o Curso Online de Filosofia (COF) de Olavo de Carvalho, que em 2009 tiveram como gênese a criação do grupo católico Sociedade São Bento, e que produziam conteúdos conversadores mediante a revista Vila Nova (com 9 edições entre 2011 e 2015, contendo entrevistas com intelectuais orgânicos da direita como Olavo de Carvalho, Roger Scruton, Rodrigo Gurgel, Flávio Morgenstern, Alexandre Borges)<sup>206</sup>.

Esse APH merece atenção e pesquisas uma vez que seu canal no Youtube conta com cerca de 127.000 inscritos, e mesmo estando localizado numa cidade do interior do Estado da Paraíba, através da internet, consegue alcançar somas significativas de usuários das redes sociais. Identificamos que seus vídeos no YouTube conseguem mais de 170.000 visualizações, e que entre os mais assistidos podemos encontrar análises negacionistas sobre a Pandemia da Covid-19<sup>207</sup>.

Além disso, o IB promove cursos, possui escola de ensino infantil, e dissemina uma cosmovisão de mundo de mundo a partir de valores tradicionalistas sobre educação, moralidade, sexualidades, política, economia e sociedade de uma forma geral (com a defesa dos valores do capitalismo, da propriedade privada dos meios de produção e da moralidade cristã) por possuírem cursos como: A Construção do Ocidente: das origens judaico-cristãs à divisão da Cristandade; A face oculta da Ideologia de Gênero; Ideologias Contemporâneas em um mundo sem Deus (ministrado pelo ex-assessor de Bolsonaro, Filipe Martins); Introdução Crítica ao Marxismo, den-

<sup>206</sup> Cf. Deus lo Vult! **Campina Grande: Revista Vila Nova e membro da Família Imperial**.2011. Disponível em: <https://www.deuslovult.org/2011/11/18/campina-grande-revista-vila-nova-e-membro-da-familia-imperial/>. Acesso em: 12 mar. 2013. Um dos vídeos do IB mais acessados possui cerca de 458.000 visualizações e diz respeito a uma entrevista realizada com Olavo de Carvalho em 2020. Cf. <https://youtu.be/Qflk0WTTPyM>. Acesso em: 02 set. 2020.

<sup>207</sup> Cf. Disponível em: <https://youtu.be/c6ZkEdDPXpY>. Acesso em: 21 abr. 2021.

tre outros. E conseguem, pelo menos em nível local, criarem normatizações na sociedade política, chegando a 2015 se tornar um Aparelho Cultural em Campina Grande, com legislação específica, além de conexões com setores católicos da cidade e políticos ligados à ala conservadora e reacionária do município, com destaque para o prefeito Bruno Cunha Lima (União Brasil)<sup>208</sup>, e tendo patrocínio de comerciantes, empresários e da pequena burguesia campinense.

Nesse sentido, percebemos que, pelo menos nesse nível de aproximação, Damares consegue congrega não apenas protestantes, mas cristãos reacionários mediante questões como sexualidade, homoafetividade e aborto, que foram exploradas para atacar o “marxismo cultural”; e a “ideologia de gênero” implementada no Brasil pelo “comunismo” encarnado no PT. Ao estar em linha semelhante à do ex-ministro Ricardo Vélez, Damares passou a apelar para a sexualidade em tudo, inclusive nas cores das roupas onde as crianças deveriam utilizar: “meninas de rosa e meninos de azul”.

Apesar de ser motivo de chacota nas redes sociais por setores da esquerda, sua função foi ventilar um perfil ideológico colocando o governo Bolsonaro como defensor dos princípios da moral cristã e da civilidade, manejando parcela do eleitorado bolsonarista, mas também a religiosidade cristã existente nos traços da formação econômico-social brasileira, implicando numa mudança em relação à hegemonia do catolicismo pela presença de setores protestantes na política nacional. Dados do IBGE do último censo de 2010 indicam que houve um aumento de 61% de evangélicos no Brasil. Esse aumento não se deu apenas em números absolutos, no âmbito da política os evangélicos também aumentaram a participação, sendo a própria Damares a materialização desse interesse. A esse aumento da participação de evangé-

---

<sup>208</sup>Para maiores informações sobre o Instituto Borborema conferir os seguintes endereços: <https://institutoborborema.com/2018/05/14/o-trabalho-precisa-continuar/>; <https://www.youtube.com/institutoborborema>; O Programa Brasil comentado do IB, com um total de 126 vídeos, em que os integrantes desse APH comentam sobre notícias de impacto nacional, e no qual podemos perceber a chancela ao governo Bolsonaro, mesmo que com críticas. Cf. [https://www.youtube.com/playlist?list=PLHemTM32YzL\\_Bvzrr-JdE4JPhZYbXJ6Jv](https://www.youtube.com/playlist?list=PLHemTM32YzL_Bvzrr-JdE4JPhZYbXJ6Jv). Acesso em: 05 jan. 2019. O documentário DEUS VULT produzido por Fabiano Raposo Disponível em: <https://youtu.be/rzJSH3KnyUI>. Sobre a Direita Católica recomendamos as reflexões do Professor de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, Romero Venâncio, que tem se dedicado ao tema, buscando compreender elementos reacionários e conversadores, além do marxismo cultural disseminado por esses APHs em sua vinculação com o catolicismo. Cf. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/614341-a-extrema-direita-catolica-e-anterior-ao-bolsonarismo-ela-participa-colabora-e-ajuda-o-governo-bolsonaro-entrevista-especial-com-romero-venancio>. Acesso em: 30 dez. 2021.

licos na câmara dos deputados e em cargos do executivo destacamos que em 2018 foram eleitos cerca de 82 deputados evangélicos (Lacerda, 2017; Queiroz, 2019). Se não podemos homogeneizar parcela da sociedade brasileira que se denomina como evangélica e que estão ligadas ao bolsonarismo, sua presença nos espaços públicos tem tido relevância, tendo o governo acenado desde cedo para a manutenção de uma moral que guarda em tais setores uma acolhida. Não é à toa também que Bolsonaro indicou o “terrivelmente evangélico” André Mendonça para ocupar um dos espaços no STF no mês de dezembro de 2021.

No caso de Ricardo Sales (PL) que foi exonerado da pasta do Meio Ambiente após denúncias de envolvimento em casos de exportação ilegal de madeira, observamos o atendimento as frações do capital ligadas ao agronegócio e a exploração de madeira e minério. Numa posição de negacionismo ambiental o Ex-ministro chegou a criticar dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre o aumento das queimadas no Brasil, colocando sob suspeita as pesquisas realizadas pelo órgão. Sua gestão foi marcada por uma série de medidas que beneficiaram a exploração dos recursos naturais das quais selecionamos seis:

**Quadro 18** - Medidas realizadas por Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente

<b>Medida</b>	<b>Dispositivo jurídico/fonte</b>
Diminuição da participação da sociedade civil do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	Decreto Federal nº 9.806/2019
Revogação de resoluções que protegiam restinga e mangue	Revogação das resoluções 284/01; 302/2002; 303/2002;
Liberação da queima de lixo tóxico em fornos para cimento	Resolução Conama/Ministério do Meio Ambiente nº 499/2020
Aumento do desmatamento na Amazônia causado pelas atividades mineradoras	Bernardes, 2021.
Desmonte de órgãos de proteção do meio ambiente	Capelari, 2020.
Suspensão de grande parte das multas ambientais na Amazônia	Bourscheit, 2022.
Aumento das queimadas na Amazônia	Marés; Moraes; Afonso, 2019.

**Fonte:** Elaboração própria.

Essas medidas coadunam com a fala de Sales na reunião ministerial que ocorreu no dia 22 de abril de 2020, no qual argumentou que o momento da pandemia da Covid-19 deveria ser aproveitado para a aprovação de contrarreformas denominadas de “passar a boiada” em alusão às medidas de interesse do governo:

[...] o Meio Ambiente é o mais difícil, de passar qualquer mudança infralegal em termos de infraestruturas ... e ... é ... instrução normativa e portaria, porque tudo que agente faz é pau no judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam ... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos [...] deixar a AGU de *stand by* pra cada pau que tiver, porque vai ter [...] Não precisamos de Congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo ... apos ... é ... aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta (Brasil, 2020, p. 20).

Ao soar como absurdo, a fala de Salles implica na necessidade de andamento com as contrarreformas e alterações na legislação ambiental. Mas, para além desse viés de composição do governo, por que e a que interesses o governo Bolsonaro atende com isso? Há frações de classe atendidas pelo governo, ou o governo se orienta apenas pelos resultados das eleições, e em meio a fisiologia do Congresso como o governo conseguiu sustentação?

Para responder a essas perguntas no subtópico a seguir trazemos algumas considerações sobre a aproximação do governo Bolsonaro a partidos como MDB num claro aceno de acomodação ao fisiologismo para atendimento de interesses das frações burguesas no decorrer da conjuntura política nacional.



#### 5.4 Base de sustentação do governo

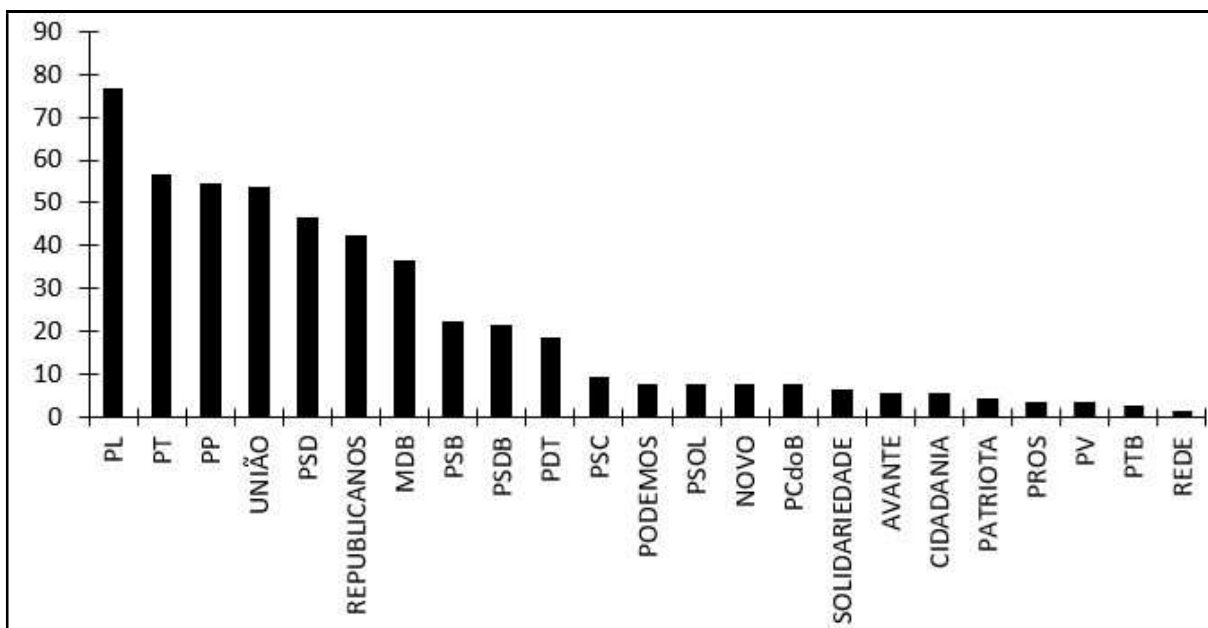
Embora tenha sido eleito com a bandeira contrária ao fisiologismo da política brasileira, não tardou para que o governo Bolsonaro se aproximasse de partidos como o MDB. A fala do General Heleno numa reunião do PSL ainda em 2018 “Se gritar pega Centrão, não fica um meu irmão” logo seria uma peça caricata do que seria as alianças do governo no planalto central.<sup>209</sup> Essa aproximação se deu devido ao peso que o fisiologismo de partidos mais ao centro do espectro político, desempenham no Brasil desde a conformação da nova república em 1988. Em termos empíricos percebemos que aliado a partidos de direita, o denominado centrão que esteve na composição de todos os governos desde a “redemocratização” também se faz presente no governo Bolsonaro.

A governabilidade em termos concretos no regime liberal-burguês brasileiro desde 1988 exigia um arco de alianças no próprio Congresso, seja para impedir processos de impeachment, ou para aprovar projetos e leis de interesse dos governos em questão. De FHC, passando por Lula no caso do mensalão, e com Dilma com a figura de Michel Temer (MDB), temos uma constante em termos de negociação parlamentar com esses partidos mais ao centro.

No caso do governo Bolsonaro, tinha-se em mente desde o início que a bandeira da moralidade política e autonomia frente ao Congresso logo se fragmentaria diante da necessidade de aprovação das contrarreformas em prol do capital. Destacamos o fato de que nas eleições para governadores, senadores e deputados estaduais em 2018 houve uma conformação do centro de gravidade da política brasileira para além da escolha do cargo de presidente da república. No caso dos Deputados Estaduais, o Partido Liberal obteve uma maior de 77 deputados, seguido do PT com 57; PP com 55; União com 54; PSD com 47; Republicanos 43; MDB com 37; PSB com 23; PSDB com 22 e PDT com 22 conforme podemos observar no gráfico a seguir:

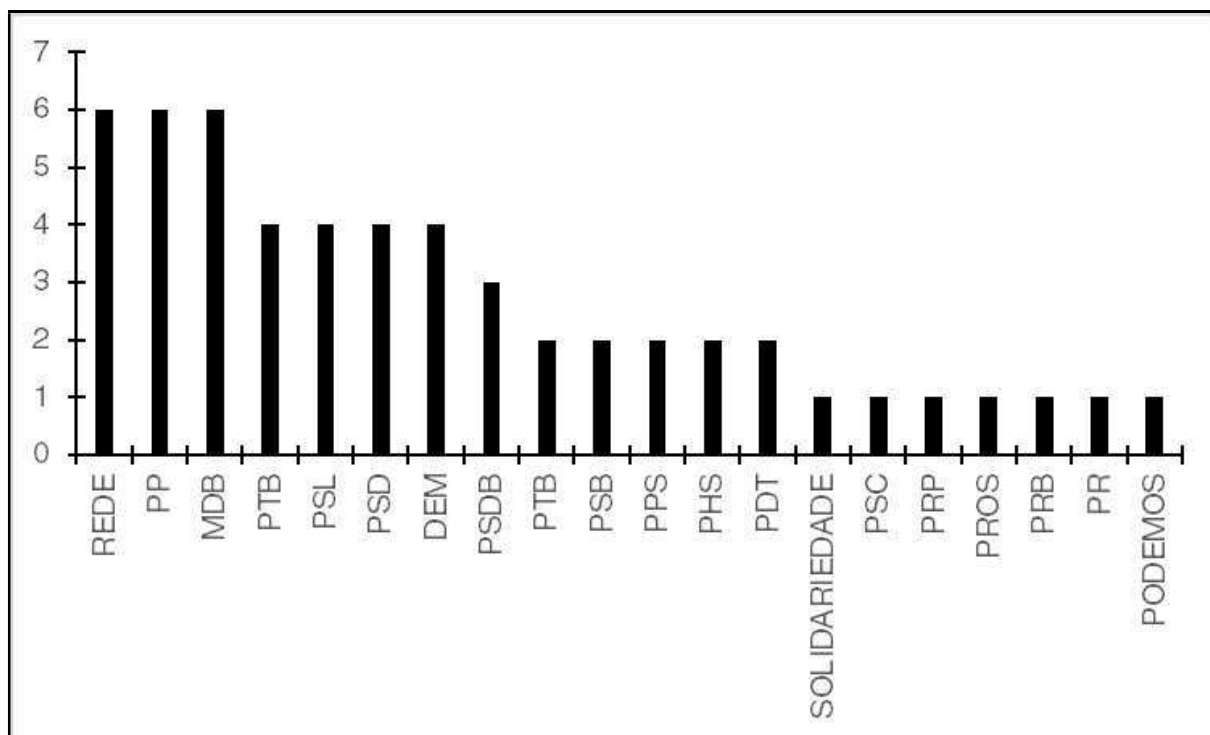
---

<sup>209</sup> General Heleno, que no passado criticou o Centrão, agora confraterniza com o grupo. Poder 360. 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/general-heleno-que-no-passado-criticou-o-centrao-agora-confraterniza-com-o-grupo/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

**Gráfico 36** - Composição da bancada dos deputados estaduais em 2018

**Fonte:** Elaboração própria a partir da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual>. Acesso em: 23 mai. 2022.

Resultado semelhante foi obtido em relação às eleições para composição do Senado no qual percebemos que mais de 50% da bancada se localiza ao centro e centro-direita especialmente com partidos como o DEM; PP; MDB; PSL conforme também podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 37 - Senadores eleitos em 2018**

**Fonte:** Elaboração própria a partir do Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/veja-quais-sao-os-senadores-eleitos-em-2018>. Acesso em: 23 mai. 2022.

Essa composição implicou no aumento de assentos da direita e na necessidade de adequação ao fisiologismo em busca de apoios e sustentação do governo para possíveis processos de impeachment. No caso de Bolsonaro, isso é factível, ao se aproximar de Arthur Lira (Progressistas), este engavetou pelo menos 143 pedidos de impeachment<sup>210</sup>. Sem diminuir o peso da influência de Bolsonaro nas eleições para os cargos no legislativo, o centrão também teve que acomodar-se ao número de assentos que o PL obteve. Todavia, essa reconfiguração no bloco político parlamentar influenciou, desde pelo menos 2019, para um aumento de apoio na câmara dos deputados ao governo Bolsonaro como revela pesquisa do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB):

<sup>210</sup> Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. Agência Pública. 24 mai., 2022. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

Do início de 2019 ao final de 2021, a taxa média de apoio da Câmara ao governo Bolsonaro ficou em torno de 70%, com algumas quedas bruscas antes do segundo semestre de 2020. Comparando ao apoio médio geral, o Centrão apresenta taxas mais elevadas. Esse resultado é provavelmente produto do perfil conservador dos(as) parlamentares da atual legislatura e também da presença da oposição entre os demais partidos. Além disso, esse grupo aumentou seu apoio ao governo, entre 2019 e 2020, de 85% para 89%. O aumento é pouco expressivo, mas denota comportamento inverso ao dos demais partidos (OLB, 2022, p.1).

Mesmo antes dos resultados das eleições para os cargos do legislativo, o Centrão já apoiava o governo Bolsonaro, e mesmo com a eleição de Arthur Lira (PP), substituindo Rodrigo Maia (sem partido na época), provocou alterações nessa composição. Apesar da mudança de Rodrigo Maia para Lira na condução dos trabalhos da Câmara, alguns partidos, especialmente o PP, PL e o Republicanos tomaram a dianteira na casa legislativa, esses três partidos somaram um total de R\$150 bilhões do orçamento de 2022 e ocuparam posições de destaque no governo. Nas proposições do executivo, apenas 34% dessas se tornaram normas jurídicas entre os anos de 2019 a 2021. Em termos absolutos o sucesso do governo se deu em pautas como: Administração Pública (33), Finanças Públicas e Orçamento (32), Saúde (27), Economia (20) e Trabalho e Emprego (16) (OLB,2022).

Para além de um enquadramento institucional, a adesão do centrão ao governo Bolsonaro (e vice-versa) garantiu o apoio ao executivo em votações importantes para o governo. A junção do comando de Arthur Lira como presidente da Câmara, aliado ao giro do centrão ao próprio governo Bolsonaro na troca de favores garantiu sobrevivência ao governo. O aumento da distribuição de recursos orçamentários e de cargos nas demais instâncias do aparelho estatal a partir do ano de 2020 foi essencial para o aprofundamento dessa aliança. Desse modo, se na aparência o governo Bolsonaro construiu uma imagem de distanciamento do Centrão, em essência e em termos concretos-materiais se serviu deste para a manutenção de uma agenda contra as classes trabalhadoras.

Ainda que o elemento ideológico seja algo que consiga uma maior ventilação nos meios de comunicação com as declarações sobre religiosidade, sexualidade e costumes, a esfera econômica é a que de fato encontra maior espaço de movimentação. Chamamos atenção para os seguintes elementos: a) EC 103/2019 que alte-

rou as normas de aposentadoria no Brasil, tornando praticamente impossível que a classe trabalhadora de aposente; b) PL 5877/2019 que prevê a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. —Eletrobras; c) Medida Provisória n.º 905/2019 que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas, aprofundando a precarização mediante a instituição da carteira verde e amarela; d) EC 109/2021 que reduz despesas obrigatórias do governo; e) autonomia do Banco Central mediante a Lei Complementar n.º 179/2021; e f) MP 1.045/2021 que estabelece uma nova contra reforma trabalhista.

Diante desses aspectos, também é importante não olharmos apenas para o quadro institucional, mas para a sociedade civil, primordialmente para o bolsonarismo enquanto um fenômeno político. Não podemos esquecer que Bolsonaro, em que pese a forma como as eleições foram conduzidas, foi eleito no processo eleitoral brasileiro, em que pese as movimentações antidemocráticas do STF que impediu a candidatura de Lula, e a disseminação de *fake news* pelas camarilhas bolsonaristas.

### **5.5 Os sentidos do Bolsonarismo**

Pretendemos com esse subtópico identificar de que modo o bolsonarismo enquanto expressão de um movimento mais geral se alicerça ou não às frações da classe burguesa que existem no Brasil. Sabemos que o Bolsonarismo enquanto ideologia que congrega elementos heterogêneos associados às pautas conservadoras nos costumes, moral, religião, liberdade econômica e apreço à produção intelectual de figuras como Olavo de Carvalho, não pode ser entendido como acolhido por todos da mesma forma.

Isso se justifica pela existência de interesses que em meio à crise orgânica brasileira foram se materializando na própria decadência do regime liberal-burguês brasileiro, que diante de uma autocracia burguesa dependente e associada ao capitalismo internacional, nunca conseguiu promover avanços democráticos para além de pequenas reformas temporárias que logo são esmagadas com ameaça de golpes políticos como ocorreu em 2016.

Ao realizarmos o levantamento sobre o que seria a categoria “Bolsonarismo” no portal de periódicos da CAPES, tendo como base a produção intelectual referente ao período entre 2018 a 2022, construímos uma matriz conceitual que considera a

aglutinação do sentido do termo. Essa matriz pode ser visualizada no quadro a seguir no qual consideramos a área de formação dos autores e o principal argumento que definiria o bolsonarismo:

**Quadro 19 - Significados do bolsonarismo**

Argumento formativo	Autores	Área de formação	Sentido
Bolsonarismo associado ao neoliberalismo como aliança entre liberais e conservadores	Cesarino, 2019;	Antropologia	Aliança entre liberalismo econômico e conservadorismo nos costumes
Bolsonarismo como resultado do neoliberalismo autoritário. É um fenômeno que atravessa as classes sociais, o Estado com a influência de milícias e de grupos evangélicos.	Côrtes, 2021	Sociologia	
Bolsonarismo como parte da dinâmica internacional do capitalismo sob hegemonia do neoliberalismo. É uma força social e política alicerçada em forças militares, religiosas de matriz (neo) pentecostal e de frações da burguesia brasileira, especialmente agronegócio e financeira.	Aarão Reis, 2020.	História	
Bolsonarismo como a nova face da extrema-direita brasileira alicerçada nas bases ideológicas do neoprotetantismo e a defesa do legado da ditadura militar.	Ribeiro, 2020	Geografia	
Bolsonarismo como uma aliança entre o liberalismo econômico e o conservadorismo atrelado ao cristianismo.	César Santos, 2020	Relações Internacionais	
O bolsonarismo seria um fenômeno sociopolítico que expressa o autoritarismo brasileiro formado a partir da aglutinação do reacionarismo político-cultural; militarismo e ultraliberalismo.	Sousa de Araújo; Carvalho, 2021;	Políticas Públicas	
Bolsonarismo como fenômeno composto de princípios: machismo, racismo, homofobia, xenofobia e aporofobia	Bandarra et al, 2021.	Ciência Política	
O bolsonarismo é entendido como faceta do autoritarismo/populismo de direita articulado com o neoliberalismo que possui como características: Idolatria às			

tradições; Reacionarismo; Anti-intelectualismo; Autoritarismo e prepotência; Aversão à pluralidade; Pacto com as elites (burguesia e neoliberais); Nacionalismo Servil; Necropolítica e necro-Estado; Belicosidade; Militarismo e “militarianismo”; Meritocracia; Intolerância e Preconceitos (machismo, racismo, homofobia e xenofobia); Propaganda;	Silva Júnior; Far-goni, 2020;	Educação	Movimento sócio-político
Bolsonarismo como um movimento político autoritário de extrema-direita que surge no seio da sociedade civil mediante o desempenho das igrejas protestantes (neo) petencostais.	McKenna, 2020	Sociologia	
Bolsonarismo como um sistema de crenças e atitudes adotado por um grupo que aceita pensamentos legitimados.	Gurgel Neves-Hora; Cavalcanti; Costa, 2021.	Linguística	Sistemas de Crenças
Bolsonarismo como um fenômeno de massas alicerçado no precariado, sendo ao mesmo tempo um governomovimento.	De Matos e Silva, 2021.	Ciência Política	Fenômenos de massas
Bolsonarismo como fenômeno histórico que a partir da eleição em 2018 abre espaço para a defesa de ideias ético-política do militarismo.	Romano, 2021	História	Fenômenos-processo em curso com apelo e saudosismo à ditadura empresarial-militar no Brasil
Bolsonarismo entendido como um processo em curso que busca a institucionalização de uma república patriótica militar sob tutela dos militares.	Schurster; Teixeira da Silva, 2021		
Bolsonarismo como representante de uma violência terrorista que se alimenta do horror diário das ruas. É uma formulação política rebaixada de uma chantagem dos bandos armados da PM e milicianos. Em troca da captura do Estado pela lógica neoliberal.	Menegat, 2019	Filosofia	Representante da violência terrorista

**Fonte:** Elaboração própria.

A matriz conceitual exposta implica uma pluralidade de noções que se aproximam e se distanciam. Essa é uma das características que em nossa leitura demarca o que seria o bolsonarismo, a heterogeneidade e o corte transversal de classe, não estando localizado numa cartografia homogênea das classes dominantes do Brasil. Esse caráter difuso exige um grau de coesão e leitura crítica, especialmente no que diz respeito às bases de apoio do bolsonarismo. Desse modo, elencamos um total de sete sentidos a partir de nossa leitura e interpretação: a) Aliança entre liberalismo econômico e conservadorismo nos costumes; b) Movimento sociopolítico; c) Sistemas de Crenças; d) Fenômeno de massas; e) Fenômeno Histórico; f) Processo em curso; g) Representante da violência terrorista.

Ao seguirmos esses sentidos podemos perceber que no primeiro deles a pesquisa realizada por Cesarino (2019) e de modo semelhante Santos (2020), vinculam o neoliberalismo ao bolsonarismo de modo que este seria resultante da aliança liberal-conservadora. Liberal no que diz respeito aos aspectos associados à economia tendo na figura de Paulo Guedes mediante políticas de estrangulamento de gastos públicos e investimentos sociais, e conservador por aliar um arco de ideias, valores e concepções de mundo vinculadas ao cristianismo, especificamente por grupos protestantes (neo e pentecostais).

Essa leitura se aproxima da realizada por Ribeiro (2020) no qual o Bolsonarismo por ser a nova face da extrema-direita brasileira teria como bases ideológicas o protestantismo e a defesa da ditadura militar, de modo que religiosidade e o autoritarismo seriam complementares. Para Cortês (2021) o Bolsonarismo não estaria presente apenas nas frações da burguesia brasileira, mas também nas classes trabalhadoras, sendo um composto híbrido resultante de movimentos que foram se manifestando nas periferias das cidades brasileiras desde os anos 1990 com a presença do militarismo e do pentecostalismo. A junção entre violência desvelada em grupos paramilitares como as milícias, com um ideal conservador de grupos evangélicos alicerçou, nesse sentido, a conformação de práticas para além do próprio Bolsonaro, sendo este mais um resultado do que a causa em si do Bolsonarismo. Dessa forma, o Bolsonarismo seria maior do que a própria figura de Bolsonaro, sendo um fenômeno de classe e não eminentemente personalista.

Na interpretação de Aarão Reis (2020) ao alargar a compreensão do Bolsonarismo, afirma que sua lógica não seria eminentemente brasileira, mas que estaria



inserida num contexto global que desde a década de 1960 com os avanços técnico-científicos enxerga ameaças contra tradições, valores e costumes. Para esse autor o Bolsonarismo teria como base de apoio: a) aparelho de repressão estatal formado por forças armadas e policiais. b) aparelhos informais representados pelas milícias e pela bancada da bala composta por parlamentares e senadores que defendem a flexibilização do uso de armas de fogo; c) igrejas evangélicas com pautas conservadoras em relação aos costumes (bancada da bíblia no Congresso) -; e d) fração agrária (ruralistas) e financeira da burguesia representada pelo ultraliberalismo do ministro da Economia Paulo Guedes.

No segundo agrupamento de significados teríamos o Bolsonarismo como movimento sociopolítico. Nesse agrupamento encontramos o trabalho de Araújo e Carvalho (2021) que trata o bolsonarismo para além da figura pessoal de Bolsonaro, incluindo nesse processo, forças da direita e extrema-direita da política brasileira. Esse movimento sociopolítico estaria colocando o Brasil numa espécie de neocolonialismo no qual a subordinação aos países centrais do capitalismo seria a principal característica. A outra faceta desse processo seria o autoritarismo e o reacionarismo com práticas e valores do fascismo. A posição de que Bolsonaro não criou o Bolsonarismo também é encontrada no trabalho de Bandarra et al (2021). Nesse trabalho identificamos que, apesar do Ex-presidente hegemonizar um discurso social heterogêneo, teria como formas mais expressivas: machismo, racismo, homofobia e a xenofobia. Já para Silva Júnior e Fargoni (2020) o Bolsonarismo por ser uma faceta do autoritarismo brasileiro é visto como um populismo de direita que se articula com o neoliberalismo. Sendo assim, as características que compõem o Bolsonarismo seriam: Idolatria às tradições; reacionarismo; anti-intelectualismo; autoritarismo e prepotência; aversão à pluralidade; pacto com as elites (burguesia e neoliberais); nacionalismo servil; necropolítica e necro-Estado; belicosidade; militarismo e “milicianismo”; meritocracia; intolerância e preconceitos (machismo, racismo, homofobia e xenofobia). Desse modo, o Bolsonarismo seria mais uma forma de autoritarismo na periferia do capital, e que os “flertes” desse movimento com o fascismo e o nazismo seria uma “concreta simbiose em tempos diferentes” (Silva Júnior; Fargoni, 2020, p. 24).

Para McKenna (2018), é no seio da sociedade civil que o bolsonarismo se conforma como movimento político por influência das igrejas pentecostais e de frações da burguesia com ideias vinculadas a um conservadorismo religioso e a liber-

dade econômica. Os abalos sofridos pelo PT com o golpe de 2016, juntamente com o esvaziamento dos trabalhos de base, mais a proliferação do pentecostalismo em todo o Brasil seriam ingredientes para o surgimento do Bolsonarismo.

O abandono do PT em relação aos trabalhos de base com ausência de uma formação e cultura política quando o partido chega ao poder implicou no arrefecimento e acomodação da base eleitoral do partido, agraciada em troca com políticas de caráter assistencialistas como o Bolsa Família. Diante desse abandono, se criou um vácuo profícuo com apelo ao autoritarismo e ao evangelho ligado à uma teologia da prosperidade, sem esquecermos que, mesmo no governo Lula, grupos evangélicos apresentaram apoio como expressa o pastor Silas Malafaia<sup>211</sup> que em 2006 apoiou abertamente a campanha presidencial de Lula. Desde 2002 o próprio PT buscou lideranças evangélicas para costurar alianças para a eleição Lula de modo que o próprio Malafaia ganhou em troca o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Neiva; Lippelt, 2022).

Gurgel Neves; Reisler Cavalcanti e Miranda Costa (2021) tratam o Bolsonarismo como um sistema de crenças e atitudes aceitas por um grupo na sociedade. Para essas pesquisadoras:

Quando o presidente do Brasil Jair Bolsonaro tomou posse em 1º janeiro de 2019, o termo “bolsonarismo” já circulava pelas redes sociais, mesmo que de maneira incipiente. Vinculá-lo ao presidente parece um processo óbvio, porém, no decurso da vida desta palavra, percebe-se que “bolsonarismo” passa a se desvincular do indivíduo na posição de presidente e ditar características comportamentais tanto individuais quanto coletivas em determinados contextos. Ou seja, o sufixo “ismo” realiza seu propósito primário de indicar práticas ou sistemas específicos. O bolsonarismo passa a ser um sistema de crenças e atitudes adotado por um grupo que aceita tais pensamentos e ordenamentos como legítimos (Gurgel Neves Hora; Reisler Cavalcanti; Miranda Costa, 2021, p. 359).

Em que pese o fato dessas pesquisadoras estarem no campo da linguística, é interessante o posicionamento em relação ao fato de que o entendimento do que seja o Bolsonarismo esteja inserido num campo de disputas e reconstrução. Além

---

<sup>211</sup> **Silas Lima Malafaia**: nasceu em 1958 no Estado do Rio de Janeiro. É pastor e apresentador de programa de TV com conteúdo gospel. Desde o ano de 2010 é líder da Assembleia de Deus na Penha (Rio de Janeiro), hoje, Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Avec). Cf. <https://www.silasmalafaia.com/minha-historia/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

disso, chamam atenção para as redes sociais, meio no qual as ideias e valores da extrema-direita ganha uma maior audiência na contemporaneidade.

Por outro lado, o trabalho de De Mattos e Silva (2021) considera o Bolsonarismo como um fenômeno de massas/governo-movimento ligado ao precariado. Nessa pesquisa os autores seguem a hipótese de que o movimento de massas implica no fato de que a crise da Nova República é uma crise de hegemonia, de modo que no espaço entre o golpe aplicado sobre Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018 seria oportuno para o ganho de força do Bolsonarismo. Essa argumentação estaria ligada ao fato de que ao se eleger em 2018, Bolsonaro não teria de fato superado pela direita tal crise, mas estaria associado ao ascenso de uma “nova direita” sendo uma manifestação da crise de hegemonia das classes dominantes no Brasil de modo a acomodarem um pacto de dominação social e político. Em comparação ao fascismo como um movimento de massas que surge como uma resposta à crise de hegemonia na Itália, o bolsonarismo seria um fenômeno de massas de base popular especificamente do precariado.

Essa leitura se aproxima daquela realizada por Cortês (2021) ao trazer que o bolsonarismo está arraigado numa base popular, e não apenas nas frações das classes dominantes e da pequena burguesia brasileira. Para esse autor é um equívoco fazer uma analogia direta e sem intermediação entre fascismo e bolsonarismo, salientando ser possível encontrar aproximações das quais destaca o potencial de captura da revolta num sentido ultraconservador.

Romano (2021) argumenta que o Bolsonarismo é mais conhecido do público geral a partir das eleições de outubro de 2018, até então os eleitores de Bolsonaro eram caracterizados como “minions” em referência ao filme *Meu Malvado Favorito*. Apesar disso, o autor salienta que esse fenômeno possui ligações com uma cultura política difundida na ditadura empresarial-militar brasileira, sendo a face contemporânea da ditadura de 1964. Já para Schurster e Teixeira da Silva (2021) sob a batuta do patriotismo de inspiração militar o Bolsonarismo deve ser entendido como um processo em busca de institucionalização de uma república patriótica militar. Essa visão não se diferencia da empreendida por Romano (2021), especificamente no fato de que o Bolsonarismo traria em seu bojo fundamentos de uma cultura política engajada no período da ditadura empresarial-militar brasileira.

Por último e não menos importante o sentido dado por Menegat (2019) está sedimentado sob a ideia de difusão do terrorismo. O Bolsonarismo seria fruto do próprio movimento do capital, que desde a crise de 2008 aprofunda e ataca os direitos dos trabalhadores, que em meio à especificidade brasileira adquire contornos de uma captura do Estado por forças militares e paramilitares (milícias) em troca de uma aliança com programas neoliberais que aprofundam a economia dependente brasileira.

De modo geral, percebemos serem significados com pontos de contato e distanciamento, mas que trazem em seu bojo a transversalidade de sentido conceitual, é um fenômeno de classes sociais, que não se reduz apenas às classes dominantes, mas que atravessa a própria classe trabalhadora, especialmente àquelas que diante dos anos de conciliação do petismo tiveram dentro do possível promessas de ascensão a um padrão de consumo pequeno-burguês, mas que não conseguiram ultrapassar a margem do assistencialismo das políticas públicas. Em meio aos acontecimentos recentes influenciados no marco da totalidade da crise econômica de 2008, sobretudo na impossibilidade de o petismo fazer a manutenção do pacto conciliatório, a classe trabalhadora foi a mais penalizada, sofrendo com a crise que tomou proporções de uma crise orgânica culminando no golpe de 2016, não apenas sobre o PT, mas de modo geral sobre o trabalho.

Em nossa tese, consideramos, a partir dos levantamentos que realizamos, que o bolsonarismo é um movimento sociopolítico de massas, que apresenta um corte transversal nas distintas classes brasileiras, conseguindo penetração inclusive em setores das classes trabalhadores. Por ser formado por um composto híbrido de elementos conservadores e reacionários que existem na formação econômico-social brasileira, implicando assim tanto interesses de caráter material como o atendimento das ânsias da pequena burguesia, e até mesmo o apelo às instâncias ideológicas baseadas no pânico moral propalado pela matriz neopentecostal. Também observamos que o bolsonarismo, nessa seara híbrida, apresenta elementos de fascistização que merecem atenção, especialmente pelo fator de que, desde a constituição da quinta república brasileira, não tivemos nesse arco histórico, a presença de um movimento de extrema-direita tão forte quanto este, que congrega uma miríade de interesses e aspectos reacionários e conservadores. Devido a esta heterogeneidade, salientamos que em meio à essa dinâmica não podemos descartar a função materi-

al-ideológica desempenhada por grupos protestantes que abriram margem para a sedimentação de uma visão de mundo conservadora atrelada aos valores, condutas e juízos que se ligam a um viés autoritário/conservador. Em que pese tais elementos, não visualizamos que todo o eleitorado que elegeu Bolsonaro em 2018 compactua com ideais e valores do Bolsonarismo, pelo contrário, diante da crise orgânica brasileira e da exposição realizada pela Lava Jato, mais o antipetismo alimentado pelos meios de comunicação dominantes e o aprofundamento das condições deletérias de vida como o desemprego e ausência de serviços públicos de qualidade, esse eleitorado não pode ser inserido num vão comum, mas como um fenômeno de classe, que diante das posições eleitorais negaram o projeto petista, em que pese o fato de Haddad ter perdido em segundo turno com cerca de 48% dos votos, demonstrando ainda a força que o PT possui.

Contudo, diante dessa visão acerca do Bolsonarismo no qual pudemos pegar elementos que destacam a heterogeneidade e hibridização desse fenômeno, no tópico a seguir traçaremos a identificação das frações de classes que apoiam Bolsonaro, ou que pelo menos demonstram uma aproximação e sustentação com o bolsonarismo e o governo Bolsonaro.

### **5.6 Classes e frações de classe: um necessário retorno a Marx para entender o governo Bolsonaro**

No âmbito das Ciências Sociais a questão das classes sociais e frações de classe tem em Marx um desenvolvimento profícuo. Ao abordar a luta de classes este intelectual refletira n'O Manifesto Comunista que a história da humanidade é permeada pela luta de classes em distintos momentos e configurações, mas que sob o modo de produção capitalista apresenta uma configuração básica de uma luta entre os detentores dos meios de produção (burguesia), e os trabalhadores, classe desprovida desses meios que necessita vender a força de trabalho para sobreviver. Os interesses entre essas classes seriam antagônicos, uma vez o capital e o trabalho são inconciliáveis, sobretudo pelo fato de que os capitalistas estão preocupados com a geração de lucro, que na essência implica na geração de mais-valor, um valor produzido pela classe trabalhadora, mas tomado pela burguesia, deixando os trabalhadores apenas com o mínimo para a reprodução da força de trabalho, e em algumas

formações econômico-sociais nem isso, implicando num processo de superexploração do trabalho.

Contudo, a burguesia não pode ser considerada de forma homogênea, especificamente porque não existe apenas uma burguesia, mas distintas frações de classe, ou seja, no movimento do capital, a partir do seu intercurso de produção, circulação e efetivação das mercadorias, temos distintas frações que, associadas a esse movimento apresentam especificidades, embora estejam unidas pela propriedade privada dos meios de produção. Marx na obra **O 18 Brumário de Luís Bonaparte** nos ajuda no entendimento dessa heterogeneidade. Consideramos essa obra um tratado de sociologia política que no marco da totalidade consegue identificar em meio a síntese das múltiplas determinações como a configuração das classes e frações de classe se deram na França em meio ao golpe de Estado realizado em 1851 por Luís Bonaparte<sup>212</sup>, que prolongou seu mandato por mais de 10 anos, chegando a se autoproclamar imperador do segundo Império Francês.

Apesar da obra de Marx ser de 1852, escrita no calor dos acontecimentos, também avaliamos que sua atualidade analítica é pertinente, especialmente pela forma como Marx realiza a análise de conjuntura do momento, identificando as frações de classes e suas relações com interesses materiais-concretos e o modo como estas aparecem na cena política e parlamentar, não sendo exagero afirmarmos que também se trata de um exemplo de análise metodológica da dialética marxiana por interpretar os fenômenos políticos, sociais e econômicos como pertencentes a luta de classes no marco da totalidade concreta. Desse modo, a princípio pode parecer que tal obra seja distante de um Brasil que teve à frente Bolsonaro, mas defendemos o argumento que, do ponto de vista analítico, ela nos oferece elementos para

---

<sup>212</sup> **Carlos Luís Napoleão Bonaparte (1808–1873)**: imperador da França de 1852 a 1870. Nasceu em Paris em 20 de abril de 1808. Era o terceiro e último filho do Rei Luís e da Rainha Hortense da Holanda; era também sobrinho de Napoleão I. Em sua juventude, entrou em relações com a sociedade secreta dos carbonários e participou da insurreição da Romanha contra o papa. Considerou-se pretendente ao trono francês. Tentou pela primeira vez um golpe de estado em Estrasburgo (1836) e em seguida em Boulogne (1840), depois do que passou seis anos na fortaleza de Ham, de onde conseguiu fugir para a Inglaterra. Após a revolução que levou à queda do rei Luís Filipe em fevereiro de 1848, Luís Napoleão regressa à França e apresenta-se como candidato à presidência da república. Vence as eleições por 5.434.226 votos contra 1.448.107 votos dados ao general Cavaignac. Em 2 de dezembro de 1851 dá um golpe de estado e assume poderes ditatoriais. Presidente da Segunda República entre 1848–1851 e Imperador de 1852 até 1870. Seu reinado, que foi o triunfo da reação tanto no interior como no exterior, terminou, depois do desastre de Sedan, com a proclamação da república. Depois da queda do império, Napoleão passou o resto da vida na Inglaterra. Cf. [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/n/napoleao\\_3.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/n/napoleao_3.htm). Acesso em: 02 jun. 2022.

compreendermos o modo como as frações de classe se articulam em torno do poder político, econômico e social, chegando até mesmo a apoiar figuras decadentes para realizar a manutenção de seu poder de classe.

Marx demonstra nesta obra que o golpe de Estado realizado por Luís Bonaparte não é fruto da astúcia individual, e muito menos seria o resultado de uma teleologia histórico-objetiva, pelo contrário, ao trazer para o debate que “[...] a luta de classes na França criou as circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói” (Marx, 2011, p. 18), re-flete sobre os acontecimentos que rondaram a França entre 1848 a 1851, argumentando que diante da Revolução de 1848<sup>213</sup> todo um povo que acreditava ter angariado força suficiente para se contrapor ao regime monárquico autocrático se encontra diante do retrocesso pelo qual a revolução desembocou num “fiasco inaudito” diante da figura de Luís Bonaparte que por intermédio do golpe de Estado suprimiu as formas-políticas da revolução de 1848 como a Constituição e a Assembleia Nacional. A esse modo, na busca de realizar um itinerário dos traços fundamentais da história entre essa revolução e a ascensão de Luís Bonaparte em 1851, Marx elenca três períodos: I) Período de fevereiro de 1848; II) Período da constituição da República ou da Assembleia Nacional Constituinte (4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849); III) Período da república constitucional ou da Assembleia Nacional Legislativa (28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851).

No período de fevereiro de 1848 temos a constituição de um governo provisório com distintos elementos da burguesia e do proletariado, contudo, diante do conflito, o povo vai às ruas e toma o poder, forçando a fuga da realeza e instituindo uma república social. Todavia, os velhos poderes dominantes se articulam sob apoio dos camponeses e pequeno-burgueses e se lançam na arena política. No segundo período compreendido entre 4 de maio de 1848 até o final de maio de 1849 ocorre a constituição e fundação da república burguesa. Após as jornadas de fevereiro de 1848 a França foi surpreendida pelo proletariado parisiense no qual compreenderam o caráter burguês da Assembleia Nacional promovendo a Insurreição de junho que basicamente foi a revolta desse proletariado de 23 a 26 de junho de 1848, contudo,

---

<sup>213</sup> A revolução de 1848 na França estaria inserida no conjunto de acontecimentos políticos ocorridos nesse período e também conhecidos como Primavera dos Povos. Tratou-se de fenômenos insurrecionais contra governos autocráticos. No caso francês esse período demarca também a queda da monarquia que tinha à frente o rei Luís Felipe I da França.

sem êxito devido ao isolamento em relação aos camponeses e pequeno-burgueses (seus aliados).

Marx (2011) demonstra que devido ao isolamento do proletariado, a contrarrevolução esmagou os elementos proletários, implicando no triunfo da república burguesa com o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média; dos pequeno-burgueses, e do exército formado pelo lumpemproletariado organizado como guarda móvel, se aglutinando no Partido da Ordem com o lema da Propriedade, família, religião, ordem, contra os “inimigos” da sociedade, contra a classe trabalhadora, considerado o partido da anarquia, do socialismo e do comunismo.

No tocante a Assembleia Nacional Constituinte, Marx (2011) mostra a vinculação entre classes e representação na câmara, e na imprensa. Esse é o caso da facção burguesa republicana (republicanos tricolores) formada por: republicanos puros, republicanos políticos e republicanos formalistas sob o manto monarquia burguesa de Luís Filipe<sup>214</sup>. Essas frações da burguesia não estavam unidas por interesses comuns nem pelas condições específicas da produção, mas era uma “corja” nos dizeres de Marx, de burgueses, escritores, advogados, oficiais e funcionários públicos de mentalidade republicana que alimentavam antipatias contra Luís Filipe, e tinham no nacionalismo francês o recalque contra os Tratados de Viena<sup>215</sup>.

O órgão de imprensa dessas frações combatia a fração representada pela aristocracia financeira, de modo que a fração burguesa industrial se beneficiou de tais ataques na medida em que ocorria uma defesa pelo protecionismo econômico francês, defendido mais pelo nacionalismo do que por razões econômicas. Sob essas demandas as frações tricolores reunidas sobre o partido nacional faziam defesa de uma república no lugar da monarquia, no qual tinha o ensejo de fazer parte dessa nova forma de regime político mediante espaços no Estado. Todavia, essa fração não chegou ao poder por uma revolta liberal burguesa contra o trono de Luís Filipe, mas por uma rebelião do proletariado contra o capital, rebelião esta que foi forte-

---

<sup>214</sup> **Luís Filipe (1773–1850):** Duque de Orleães, rei de França (1830–1848). Pronunciou-se a favor da revolução, entrou na Guarda Nacional e aderiu ao Clube dos Jacobinos. Seu reinado representa a dominação acentuada da grande burguesia e, em particular, da alta finança. Após a revolução de fevereiro de 1848, refugiou-se na Inglaterra. Cf. [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/f/filipe\\_luis.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/f/filipe_luis.htm). Acesso em: 02 jun. 2022.

<sup>215</sup> Os Tratados de Viena estabeleceram as condições da paz negociadas no Congresso de Viena (18 de setembro de 1814 a 9 de junho de 1815), do qual participaram todos os países que haviam lutado contra Napoleão I. O objetivo principal do congresso foi o restabelecimento do sistema reacionário feudal anterior à Revolução Francesa e das fronteiras da França de 1792.. Cf. Marx, 2011, p. 39.



mente repreendida. Dessa forma, “O domínio exclusivo dos burgueses republicanos durou apenas de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848. Ele se resume à formulação de uma Constituição republicana e ao Estado de sítio de Paris” (Marx, 2011, p.41).

Essa constituição apresentava fragilidades das quais Marx destaca duas: a) assembleia Legislativa e b) presidência. A assembleia nesse caso poderia revogar e afastar o presidente da república, e o presidente poderia afastar a Assembleia apenas pela via inconstitucional, ou seja, revogando a própria constituição. Nesse caso o presidente, por essa lógica, gozaria de poderes executivos de distribuição de postos, ministérios e forças armadas. Todavia, frente aos dilemas de uma constituição e de um período aberto pela recomposição dos variados interesses das frações da burguesia, a eleição de Luís Bonaparte em 10 de dezembro de 1848 põe fim a Assembleia Constituinte e ao teatro que tinha como espetáculo a encenação de anseios republicanos. Essa eleição a reação dos camponeses contra as demais frações de classe da burguesia, uma reação devido ao fato que foi esta classe que arcou com todos os custos da revolução de fevereiro, mas também para os militares e alta burguesia (Marx, 2011).

Com a proclamação em 20 de dezembro de 1848 de Luís Bonaparte como presidente, os burgueses republicanos foram colocados de lado pela massa burguesa monarquista que se subdividia em frações: grandes proprietários de terra - bourbons (que haviam governado sob a Restauração e por conseguinte era legitimista); aristocracia financeira e os grandes industriais que haviam governado sob a Monarquia de julho (orleanista) (Marx, 2011, p. 48). Nessa república burguesa foi possível que tais frações descobrissem uma forma de Estado na qual pudessem governar de modo conjunto. É interessante observarmos que a ligação entre interesses de classe, frações e luta de classes estão inseridas no marco de uma totalidade política, econômica e social, no caso do 18 de brumário de Luís Bonaparte isso fica nítido quando ao assumir a presidência, há a composição de um ministério do Partido da Ordem formado por distintas frações da burguesia que agiram com ações de questionamento contra a Assembleia Nacional, inflamando nos dizeres de Marx “as massas não orgânicas do povo contra a Assembleia Nacional [...] ensinaram Bonaparte a apelar ao povo frente às assembleias parlamentares” (Marx, 2011, p. 50).

O partido da ordem também almejava lançar suas próprias leis orgânicas, não necessitados dos republicanos, e dentre estas leis uma que versava sobre as responsabilidades do presidente, o que colocava Bonaparte sob uma rédea curta institucional. Esse partido, formado pela união das frações legitimistas (partidários da dinastia de Bourbon que governou a França entre 1589 a 1793 e entre 1814 a 1839), e orleanistas (partidários da dinastia Orleans que governou a França entre 1830 a 1849 na chamada Monarquia de julho) não era totalmente homogêneo em relação aos interesses, cada fração dessa detinha o ensejo de colocar seu próprio representante no poder, ao mesmo tempo em que se uniam contra a república e o partido da ordem (social-democracia).

Os interesses materiais de cada uma dessas frações podem ser entendido no caso dos Bourbons que governaram para os grandes proprietários de terra, e os Orleans para a burguesia financeira, industrial e comercial. Marx demonstra que não são os princípios que unem ou distanciam as frações de classe, mas suas condições materiais de existência, tipos distintos de propriedade que no caso francês representava a antiga propriedade da terra e o capital, campo e cidade:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. **Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes.** O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação (Marx, 2011, p. 60, grifo nosso).

Contra o partido da ordem se aglutinaram pequeno-burgueses e trabalhadores no chamado Partido Social-Democrata, representados no parlamento pela Montanha que buscavam reivindicar instituições republicanas democráticas como uma forma de conciliar interesses do capital e do trabalho assalariado. Mas, de modo geral a própria burguesia, as frações agrárias e do capital percebem que a composição de um regime político parlamentarista trazia perigos à sua dominação de classe. Desse modo, a burguesia francesa passou a acusar de socialista o que antes considerava liberal, e como saída para fazer a manutenção de sua dominação prefere renunciar a administração direta de seu poder de modo que:

**[...] a burguesia confessa que o seu próprio interesse demanda que ela seja afastada do perigo de governar a si própria;** que, para estabelecer a tranquilidade no país, sobretudo o seu Parlamento de burgueses devia ser silenciado; que, para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado; que os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes; que, para salvar a sua bolsa, a coroa deveria ser arrancada da sua cabeça e a espada destinada a protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça como espada de Dâmocles (Marx, 2011, p. 80–81, grifo nosso).

Ao tempo que a burguesia e suas distintas frações se aglutinavam em interesses particulares, Bonaparte fundou a Sociedade de 10 de dezembro, constituída pelo lumpemproletariado francês. Essa sociedade posteriormente seria o cão de guarda de Bonaparte na sua empreitada do golpe de Estado. Tal sociedade se formava em caráter extraparlamentar, se aproveitando das disputas entre o executivo e o legislativo, de modo que Bonaparte tentava centralizar o poder executivo em suas mãos, acenando para uma burguesia que almejava um governo forte. Dentre essas ações de centralização estava o debate em torno da revisão da constituição francesa, especificamente o item relacionado à reeleição do presidente. Ao realizar essa pressão, Bonaparte se colocou como se estivesse acima das duas principais frações de classe que atuavam no parlamento francês: a latifundiária (legitimistas) e industrial (orleanistas). Em que pese tais elementos conjunturais, Marx (2011) destaca os elementos associados à crise que naquele período rondou a Europa, chamando atenção ao fato de que o vínculo direto entre crise econômica e política não poderia ser dado de forma imediata e sem correlação, tendo em vista que, apesar de uma influenciar na outra, elas não são meros reflexos, necessitando de mais camadas de mediação para podermos de fato fazer tal vinculação.

O fato é que, nas disputas internas no parlamento, e também entre as próprias investidas de Bonaparte, a crise de representação já era nítida, uma crise na qual os representados não se viam mais na cena política parlamentar, de modo que a fração financeira e industrial almejava por estabilidade e ordem para o bom andamento dos negócios e conseqüente exploração dos trabalhadores:

Como demonstrei, o partido parlamentar da ordem com a sua grita por tranquilidade reduziu a si próprio ao silêncio, declarando que o domínio político da burguesia é incompatível com a segurança e a continuidade da burguesia, destruindo com as próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições de seu próprio regime, o regime parlamentarista; **a massa extraparlamentar da burguesia, em contrapartida, sendo servil ao presidente, insultando o Parlamento, maltratando a sua própria imprensa, praticamente convidou Bonaparte a reprimir e destruir o segmento que dominava a fala e a escrita, os seus políticos e os seus literatos, a sua tribuna e a sua imprensa, para que pudesse, confiadamente, sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados.** Ela declarou inequivocamente que estava ansiosa por desobrigar-se do seu próprio domínio político para livrar-se, desse modo, das dificuldades e dos perigos nele implicados (Marx, 2011, p. 124, grifo nosso).

Tal excerto expressa também o medo da própria burguesia de, em meio à crise que ela mesma promoveu abrir espaço para o proletariado agir, preferindo: “Em meio ao caos a burguesia escolhe antes um fim com terror do que um terror sem fim” (Marx, 2011, p. 128), de modo que em 2 de dezembro de 1851, com o parlamento sob seu controle, com subornos às camarilhas militares e com a retaguarda da sociedade de 10 de dezembro, Bonaparte desfere um golpe de Estado contra o parlamento, ganhando aplausos da burguesia, mas de uma fração específica: os camponeses parceleiros, de modo que, se na aparência Bonaparte surgia como se estivesse acima das classes, em essência representou a fração de classe mais numerosa da França: os camponeses parceleiros, donos de pequenas propriedades espalhadas sob o território francês. Essa fração, numerosa tinha laços com Napoleão Bonaparte no início do século XIX, mas com Luís Bonaparte consolidou a base de apoio, juntamente com a burocracia estatal e o exército.

O que chamamos atenção com essa breve exposição dos pontos da obra de Marx é que, a burguesia não pode ser entendida como um bloco homogêneo, ela apresenta distinções em relação aos interesses materiais que aparecem pela mediação política e que metodologicamente aparecem na mediação exercida pelo Estado. Todavia, todas as frações de classe da burguesia têm um elemento que as une: são proprietárias dos meios de produção, defendem a propriedade privada burguesa, seja a latifundiária, industrial, comercial, financeira. Essa classe se une contra os trabalhadores, mesmo abdicando de seu poder na cena política, relegando a uma figura excêntrica a administração do regime burguês de dominação.

Diante de tais observações, e num esforço metodológico de tradutibilidade, entendendo as especificidades históricas da formação econômico-social brasileira, entendemos que, a mediação entre a forma de condução da pandemia da Covid-19 e o governo Bolsonaro não se materializa apenas por uma ótica de gestão, da técnica e da Administração pública. Não desconsideramos tais elementos em nossa análise, mas o vemos não como causa, mas como efeito de uma correlação de interesses materiais de classe que apresentam no governo uma representação. Para entendermos melhor esse argumento no próximo tópico descreveremos de que modo entendemos o governo Bolsonaro está ligado às classes sociais e frações de classe, essa caracterização para nós é pertinente, pois nos ajuda a entender em que medida tais instâncias mediadas pela política influenciaram na condução da crise sanitária brasileira.

### 5.7 Governo Bolsonaro e os interesses de classe

Nesse subtópico não cogitamos fazer uma incursão eminentemente fracionada das classes brasileiras, embora reconheçamos os estudos e análises desenvolvidas por autores do marxismo como Nicos Poulantzas<sup>216</sup> que buscou em obras como: ***Poder Político e Classes Sociais; As classes sociais no capitalismo contemporâneo e Estado, poder e socialismo*** aprofundar o debate sobre as classes sociais no capitalismo, influenciado pelos escritos de Marx, mas também de intelectuais franceses estruturalistas como Althusser<sup>217</sup>. Identificaremos quais as classes e frações de classe sustentaram o governo Bolsonaro, ou pelo menos demonstram apoio ao governo.

Desse modo, se a análise de Marx no 18 de Brumário nos ajuda a perceber que dentro da própria burguesia há distintas frações de classe unidas pela propriedade privada dos meios de produção. No caso brasileiro, essa questão toma contornos profundos devido à condição dependente de um capitalismo desigual em relação às formações econômico-sociais centrais. Neste caso, a conformação do capita-

---

<sup>216</sup> **Nicos Poulantzas (1936–1979)**: Foi um autor marxista grego que atuou como professor na França. Foi membro do Partido Comunista Francês. As elaborações de Poulantzas aprofundam o debate sobre aspectos políticos da teoria marxista com atenção especial para a questão do Estado na teoria marxista.

<sup>217</sup> **Louis Althusser (1918–1990)**: Filósofo Argelino que atuou como professor na França. Foi membro do Partido Comunista Francês. Apresentou contribuições no campo teórico do marxismo com temas associados à teoria da ideologia e dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

lismo no Brasil foi introduzida a partir dos dinamos internacionais, produzindo não apenas a simbiose entre o arcaico e o moderno em termos materiais concretos, mas também em termos de classes sociais.

É possível encontrarmos no Brasil relações de trabalho análogas à escravidão, ao mesmo tempo em que há o contrato de trabalho e o trabalhador livre para a venda da força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Desse modo, a burguesia brasileira não pode ser considerada homogênea. Se entendermos que o capital perpassa o circuito da produção, circulação e consumo das mercadorias, perceberemos que há distintas frações da burguesia que se inserem nesse movimento dialético: burguesia industrial, comercial, financeira, agrária, pequena burguesia etc.

Essas frações de classe, apesar de aparentemente possuírem interesses materiais distintos a partir das suas próprias especificidades, estão unidas pela questão da geração de mais-valor e defesa da propriedade privada dos meios de produção. Todavia, desde a hegemonia do capital financeiro na década de 1990, e das contrarreformas realizadas por governos como o de FHC, temos visto que a fração financeira tem tido influência na forma como o Estado brasileiro vem planejamento não apenas a política econômica, mas também as sociais mediante a realização de contrarreformas estatais como um meio de abrir espaço para o capital na busca incessante por mais-valor.

Em que pese tais distinções em termos de frações de classe, elas também se inter cruzam uma vez que o empresário comercial também é o mesmo que investe no setor financeiro, que acumula capital investindo na bolsa de valores e na compra de ações de empresas do agronegócio, nos colocando o preceito metodológico de não separarmos capital produtivo e capital financeiro especulativo. Da mesma forma que o proprietário de grandes indústrias não fica retido apenas à atividade industrial, ele se medeia no mercado de capitais, na compra de ações e de títulos da dívida pública. Em termos didáticos, formais e de abstrações até podemos criar uma compartimentalização para fazer o leitor entender que a burguesia não é uníssona, mas na realidade concreta na formação econômico-social estas frações estão atravessadas pelo capital, e pelas relações sociais de produção que este implica.

De modo semelhante também teríamos a pequena-burguesia, ou a chamada classe média formada por pequenos comerciantes, empresários de médio pequeno

e médio porte, além de toda uma camada que vive do Estado em setores da burocracia estatal e dos aparelhos estatais como os funcionários públicos. Estes, apesar de viverem do trabalho, estão numa relação de produção que é distinta do trabalhador que vende sua força de trabalho a um empresário, ou a uma indústria, tendo em vista que, é discutível se a atividade estatal de um professor qualificado, um professor do ensino superior gera mais-valor ao Estado. A pequena burguesia brasileira estaria mais próxima do proletariado do que ela imagina estar. Num país com um grau de iniquidade social na renda, um indivíduo que ganha mais de cinco salários mínimos consegue minimamente manter um padrão de consumo superior a grande massa das classes trabalhadoras brasileiras<sup>218</sup>.

Entendemos que a questão das classes sociais não está inteiramente associada à posição que os indivíduos ocupam nas relações sociais de produção, mas ela também se vincula a elementos ideológicos, a exemplo do fato de que, um empreendedor individual, que abre um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e atua como autônomo e empreendedor de si, se sinta pertencente à classe dominante. Não estamos negando os elementos de classe, raça ou gênero que atravessam os efeitos que as relações sociais de produção no capitalismo promovem sobre o pertencimento de classe, apenas sinalizamos que a relação entre explorados e exploradores é presente, e que a geração de mais-valor é um fator atual.

Na revisão que realizamos sobre os sentidos do bolsonarismo percebemos que a eleição de Bolsonaro em 2018 não teve apenas votos da classe dominante, seria impossível um presidente se eleger apenas com tais votos. Foi nos setores da pequena burguesia e da classe trabalhadora que encontramos um maior quantitativo do eleitorado.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE em 2019<sup>219</sup> a renda mensal das pessoas localizadas entre os mais ricos do Brasil é de R\$ 10.313,00, contudo, cerca de 1%, tem rendimento mensal de R\$ 28.659,00. Os 90% dos brasileiros pesquisados apresentavam renda inferior a R\$ 3,5 mil por mês e 70% recebiam até dois salários mínimos. No extrato dos 1% dos

---

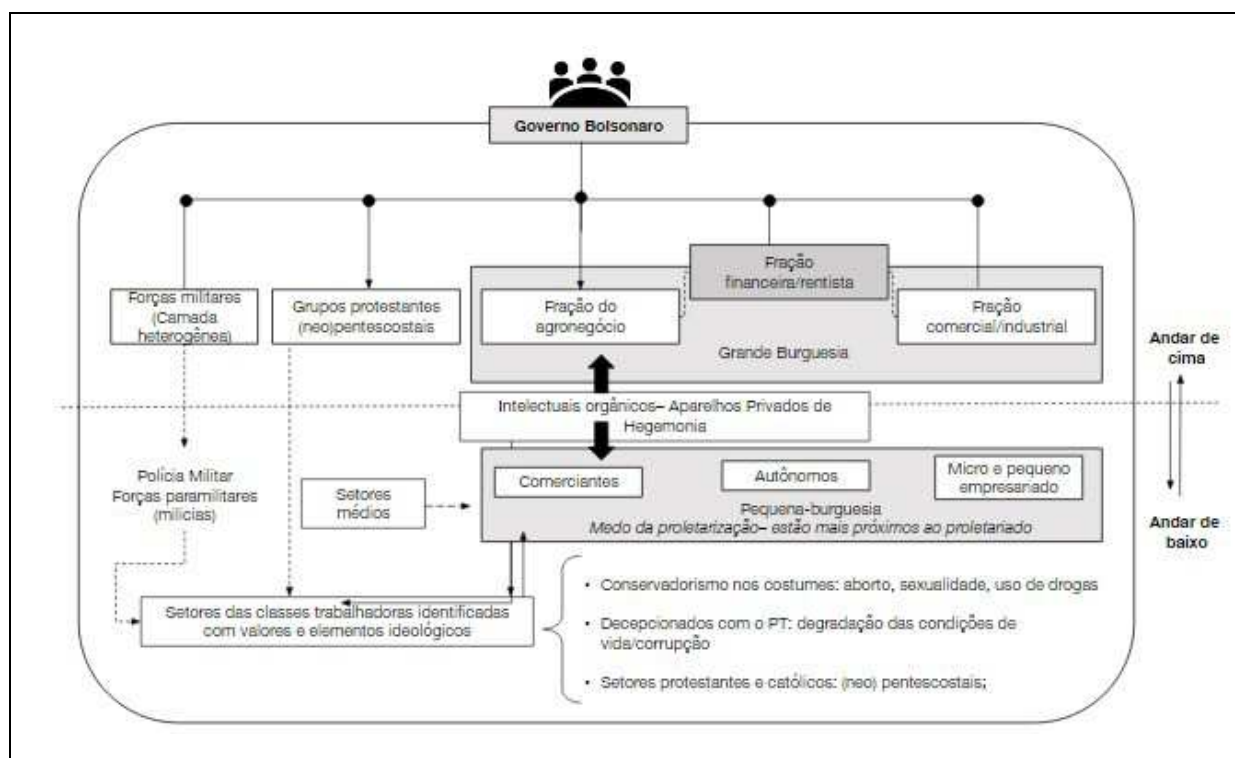
<sup>218</sup>Para fazer esse cálculo de comparabilidade conferir: <https://www.nexojornal.com.br/interativo/2016/01/11/O-seu-sal%C3%A1rio-diante-da-realidade-brasileira>. Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>219</sup> Cf. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em: 09 jun. 2022.

mais ricos do país temos uma grande variabilidade de ocupações que vão desde os profissionais liberais como advogados, engenheiros, até a alta cúpula do funcionalismo público e também os milionários e bilionários. De modo geral, a massa demográfica brasileira, em sua grande medida, ou os 90% sobrevive com não mais do que dois salários mínimos.

Se, de acordo com a nossa análise a eleição de Bolsonaro em 2018 representa um misto de *fake news*, esgotamento do ciclo conciliatório do petismo; expressões do lavajatismo e de modo geral, da crise orgânica brasileira, há na realidade concreta mediações que distinguem a promessa de governo de Bolsonaro, do movimento dialético inerente às mudanças que o governo e sua base foram se acomodando aos interesses do capitalismo. Além da troca de ministros, com a exceção de Paulo Guedes, percebemos uma composição entre classes e frações heterogênea como podemos ver a seguir:

**Figura 34** - Classes, frações de classes e grupos que sustentaram o governo



**Fonte:** elaboração própria.

As forças militares são uma constante no governo Bolsonaro, desde os primeiros postos ministeriais até as demais estruturas burocráticas do aparelho estatal brasileiro os militares aumentaram posições na administração pública. A própria história de



Bolsonaro com as forças militares influencia nessa questão. Visto como um agitador e defensor dos direitos dos militares de baixa patente. Essa parcela que compôs o governo não é uma classe em termos específicos, a entendemos mais como uma camada no qual seus componentes são de origens diversas e com interesses distintos. No alto comando militar, que apresenta nitidamente um pensamento antidemocrático e de intervenção sob o regime político é possível identificar o General Villas Bôas mediante um projeto para oferecer estabilidade ao capitalismo dependente brasileiro que se apoia por exemplo no artigo 142 da Constituição Federal que na interpretação dos militares abre espaço para a manutenção do regime burguês de dominação pela via da força, expurgando assim os inimigos internos do regime. Também encontramos militares vinculados aos generais da reserva a exemplo de Augusto Heleno que nos governos do PT atuou como comandante das operações de Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Rodrigues; Tonelo, 2019), e que conforme tem demonstrado as investigações da Política Federal sob a tentativa de Golpe do 8 de janeiro de 2023, apresenta nomes de militares que trama-ram e sabiam da minuta golpista planejada pelo governo Bolsonaro como uma forma de fechar o regime e impedir que Lula tomasse posse como Presidente.<sup>220</sup>

Sob o manto militar, o governo Bolsonaro também encontrou apoio nas camadas mais baixas do aparato de força do Estado brasileiro, como os policiais militares e as forças paramilitares (milícias) que atuam em comunidades periféricas, especialmente do Rio de Janeiro (local de origem de Bolsonaro). A ligação entre a família Bolsonaro e as milícias no Rio de Janeiro é histórica cujo trabalho de Manso (2020) revela. Ao fazer a defesa de pautas como “bandido bom é bandido morto”, questionar as instituições do próprio regime liberal burguês, e tensionar tais instituições com a defesa da posse de arma, percebemos um vínculo ideológico entre essas camadas mais baixas da força do aparelho de repressão do Estado brasileiro, bem como das forças paramilitares que atuam com violência e opressão.

---

<sup>220</sup> Cf. O que se sabe da arquitetura do golpe de Jair Bolsonaro. **The Intercept**. 8 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/02/08/o-que-se-sabe-da-arquitetura-do-golpe-de-jair-bolsonaro/>. Disponível em: 28 fev. 2024. Para identificação dos militares envolvidos na trama golpista indicamos a seguinte leitura: Quem são os 18 militares bolsonaristas no coração do golpismo, segundo a PF. Pública. 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/02/quem-sao-os-18-militares-bolsonaristas-no-coracao-do-golpismo-segundo-a-pf/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Por estarem no assim chamado andar de baixo da matriz de influência de sustentação do governo, essa camada consegue influenciar setores das classes trabalhadoras que se ligam a um viés conservador nos costumes e valores. Consideramos que no plano superestrutural as ideias sobre a segurança pública no Brasil, criminalidade, uso de drogas e a sexualidade, desempenham uma função de vínculo entre as ideias propaladas pelo governo Bolsonaro e o andar de baixo. Não sendo, portanto, um mero detalhe ou algo menor na conjuntura brasileira.

Outro grupo que está no andar de cima dessa matriz seria a grande burguesia com distintas frações: agronegócio, financeira/rentista, industrial/comercial. Na realidade muitas dessas frações se interpenetram e seus negócios acabam se amalgamando no intuito de gerar mais-valor. O projeto do governo Bolsonaro nunca escondeu estar a serviço do capital, e a figura de Paulo Guedes como ministro da Economia revela bastante essa faceta governamental. A realização de contrarreformas, retirada de direitos e flexibilização das legislações ambientais são efeitos da influência dessas frações sobre o governo.

Entendemos que, antes de tudo, a ponte para o futuro do capital sedimentada pelo governo golpista de Temer encontra no governo Bolsonaro uma manutenção, e embora as frações de classes que citamos constituam o que denominados de grande burguesia, no interior desse grupo a fração rentista/financeira possui um grau de autonomia considerável. Nela estão localizados os banqueiros, investidores financeiros, especuladores da bolsa de valores; grandes conglomerados financeiros e detentores de títulos da dívida pública. Essa fração possui vínculo com o capital externo de investidores que enxergam no sistema da dívida pública brasileira uma forma de valorizar o capital na esfera especulativa, o que não implica na desvinculação com a concretude material, pelo contrário, pressiona, mediante o governo, a extração de mais-valor pela retirada de direitos, superexploração do trabalho, e expropriações (Fontes, 2010; Santana, 2018).

A fração do agronegócio, detentoras de grandes faixas de terra, e produtores de *commodities* para a exportação, apresenta ligações com o setor financeiro devido às operações associadas ao “mercado de futuros”, no qual os empreendedores desse setor firmam contratos para garantir o preço da mercadoria em relação a variações futuras (Marques, Mello; Martines, 2006). No Congresso Nacional essa fração se faz presente na defesa de seus interesses na denominada bancada do

boi/ruralista que formam uma frente parlamentar na defesa de interesses dos grandes proprietários rurais, e pressionam desde o governo por mudanças na legislação ambiental, sedimentando expropriações, ataques aos povos autóctones e destruição do meio ambiente, além de aprofundar a dependência brasileira num modelo econômico agroexportador de *commodities*.

A fração industrial comportaria os grandes setores produtivos do Brasil dos departamentos de bens de produção e bens de consumo (conforme Marx nos lembra no Volume II d'O Capital). É sabido que o processo de reprimarização da economia brasileira atrelada a uma pretensa função de “celeiro mundial” tem influenciado na estagnação industrial brasileira. Além desse fator, a especificidade de uma economia dependente e periférica refém dos fluxos das cadeias produtivas internacionais e das grandes empresas internacionais, são fatores que impactam nessa dinâmica. Um sinal bastante curioso dessa realidade nacional é o fato de que, desde 1969 com a fundação da Gurgel Motores (falida em 1994) o Brasil não tem uma indústria nacional ou marca de carro. Nesse setor, é comum a presença de marcas internacionais como Ford, Chevrolet e Fiat que exportam seus protocolos de produção para países periféricos com o intuito de usarem a força de trabalho local, por ser mais barata.

No caso da fração industrial, percebemos que ela não se vinculou totalmente ao governo. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) fundada em 1931, diante da ingerência relacionada à Pandemia da Covid-19, lançou um manifesto intitulado: **A praça é dos três poderes**, do qual argumenta que a manutenção do poder legislativo, executivo e judiciário é essencial para a manutenção da república:

[...] a harmonia entre eles tem de ser a regra. Esse princípio está presente de forma clara na Constituição Federal, pilar do ordenamento jurídico do país. Diante disso, é primordial que todos os ocupantes de cargos relevantes da República sigam o que a Constituição impõe. As entidades da sociedade civil que assinam este manifesto veem com grande preocupação a escalada da tensão entre as autoridades públicas. O momento exige de todos serenidade, diálogo, pacificação política, estabilidade institucional e, sobretudo, foco em ações e medidas urgentes e necessárias para que o Brasil supere a pandemia, volte a crescer de forma sustentada e continue a gerar empregos (FIESP, 2021).

A manutenção da república para a fomentação do capital é o ensejo que em essência a FIESP aponta, e em meio às disputas entre o executivo na figura de Bolsonaro e o STF, na figura de Alexandre de Moraes, por exemplo, essa fração almeja estabilidade e ordem para dar prosseguimento à exploração capitalista. Em sentido estrito não se pode dizer que Bolsonaro realizou um mau trabalho no atendimento aos interesses dessa fração, as contrarreformas no campo do trabalho, e o estrangulamento das políticas sociais com a manutenção da austeridade fiscal via EC-96/2016 é um demonstrativo material dessa relação, em que pese a relação entre capital industrial e financeiro.

A fração comercial, que tem na caricatura do “véio da Havan”, empresário Catarinense Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan do setor de cama, mesa e banho, desde 2019, figura entre os bilionários brasileiros<sup>221</sup>. Citamos esse caso específico porque esse empresário professou a defesa do governo Bolsonaro, especialmente nas pautas relacionadas ao liberalismo na economia, retirada de direitos dos trabalhadores e manutenção da centralidade das ações num executivo forte. Essa fração composta por grandes empresas do setor comercial não esconde que a retirada de direitos dos trabalhadores como garantias da legislação trabalhista e de aposentadoria faz sua parcela de extração de mais-valor aumentar. Essa necessidade seria justificada pela estrutura arcaica do Brasil, que segundo essa fração precisa de mais flexibilidade para fornecer ao trabalhador maior liberdade de escolha e atuação no mercado, além de geração de postos de trabalho.

De conjunto, se pegarmos a massa de lucro das empresas inseridas nesse conjunto da grande burguesia veremos que a pandemia não foi um problema. Empresas de capital aberto<sup>222</sup>, de acordo com pesquisa realizada pela Economática, tiveram um lucro líquido de mais de 55% no primeiro trimestre de 2022, representando um salto de R\$39,2 bilhões em 2021 para R\$ 60,9 bilhões em 2022. Ao adicionar as empresas atuantes no setor financeiro como bancos, o estudo identificou um número ainda maior em termos de R\$ 91,8 bilhões no mesmo período em 2022. En-

---

<sup>221</sup> LIMA, Liliane de. Luciano Hang: Como o “véio da Havan” acumulou um patrimônio de US\$ 4,8 bilhões e virou o 10º brasileiro mais rico. Seu dinheiro. 10 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2022/economia/rota-do-bilhao-luciano-hang-como-o-veio-da-havan-acumulou-um-patrimonio-de-us-48-bilhoes-e-virou-o-10-brasileiro-mais-rico-lils/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>222</sup> Empresas de capital aberto possuem seu capital subdividido por ações que são negociadas na bolsa de valores.

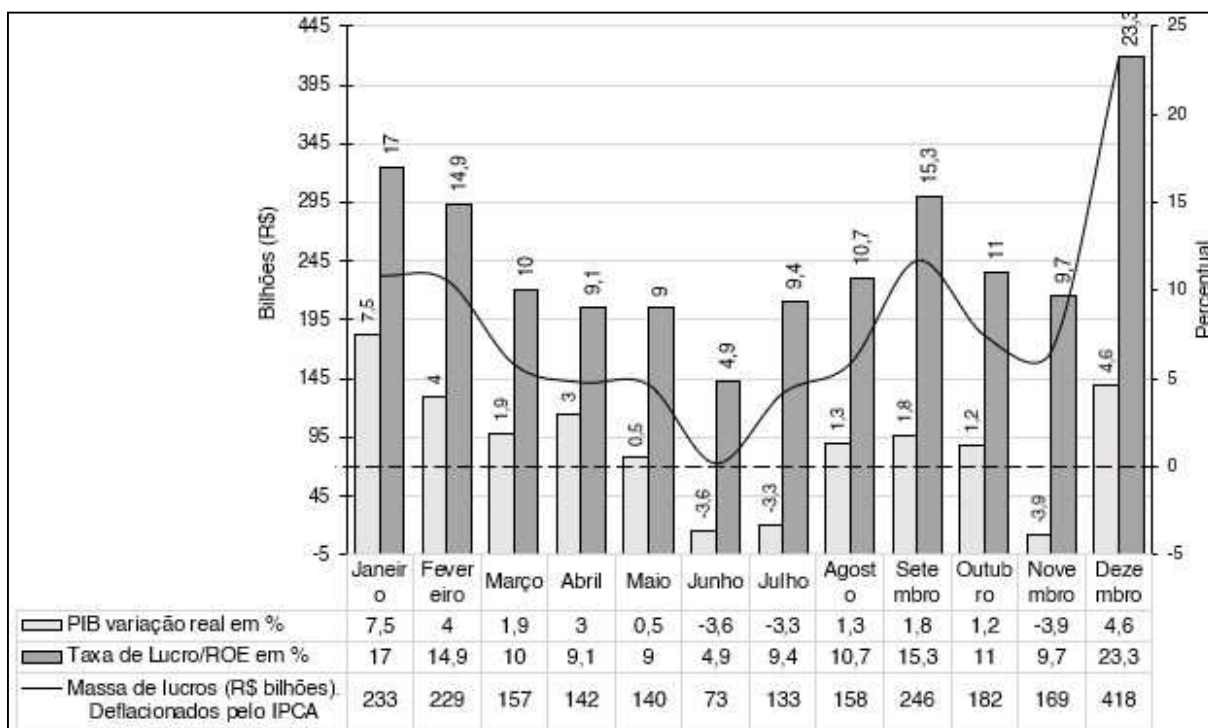
tre as maiores empresas que obtiveram lucros no início de 2022 destacam-se: Petrobras; Vale; Suzano; Bradesco; Itaú Unibanco; Branco do Brasil; JBS; Santander; Braskem; Itaú SA; CCR SA; Ambev; Raízen; Gerdau; Eletrobras; Azul; Gol; Btgp Banco; Cemig e Pão de Açúcar.<sup>223</sup>

Entre essas empresas é possível perceber que há a presença de distintos setores: comercial, industrial e serviços. Esses dados se corroboram com o levantamento realizado pelo professor Eduardo da Costa Pinto, que identificou que 219 empresas de capital aberto auferiram um total de R\$ 218 em dividendos (sem contar com a participação da Petrobras). Em 2019 o Lucro Líquido de tais empresas foi de R\$ 412 bilhões. O professor também identifica que desde 2016 a recuperação da taxa de lucro da burguesia se deve aos seguintes fatores: a) redução dos custos da força de trabalho em virtude da reforma trabalhista e do baixo crescimento; b) processo de concentração e centralização com grandes empresas engolindo pequenas e médias, e processo de fusão e aquisição. Com isso, as receitas das grandes empresas cresceram acima do crescimento do setor; c) elevação dos preços das *commodities*:

---

<sup>223</sup> Cf. Martin, Eric. Lucro das empresas de capital aberto subiu 55% no 1º tri, aponta Economática. Invest News. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://investnews.com.br/financas/lucro-das-empresas-do-ibovespa-subiu-55-no-1o-tri-aponta-economati-ca/#:~:text=Pesquisa%20divulgada%20nesta%20quarta%20feira,R%24%2060%2C9%20bilh%C3%B5es..> Acesso em: 10 jun. 2022.

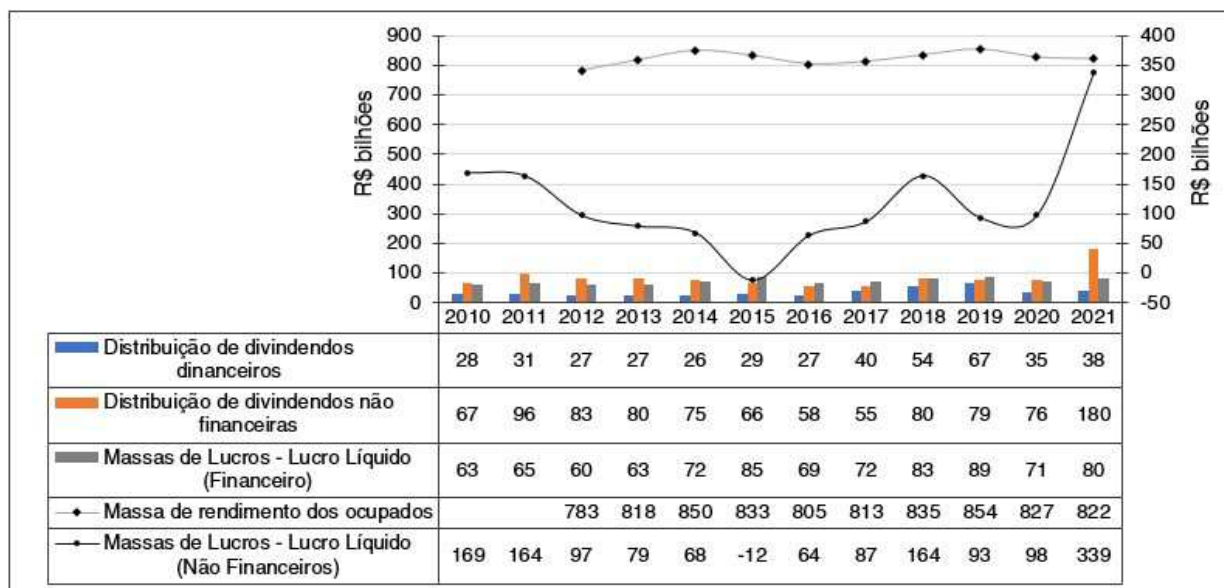
**Gráfico 38** - Empresas de capital aberto (amostra de 219 maiores por receita) e massa de rendimentos dos ocupados (R\$ bilhões; deflacionado pelo IPCA acumulado = 31/12/2021).



**Fonte:** Economatica e IBGE/PNAD. Elaborado por Costa Pinto, 2022. Adaptado.

Esse aumento se materializa na distribuição de dividendos financeiros a partir do golpe de 2016, com queda no primeiro ano da Pandemia, mas retomada a partir de meados de 2020 a 2021:

**Gráfico 39** - Variação real do PIB; Taxa de lucro/ROE e massa de lucro das empresas privadas de capital aberto



**Fonte:** Economática e IBGE/PNAD. Elaborado por Costa Pinto, 2022. Adaptado. Nota Metodológica: i) amostra de 219 maiores empresas por receita; ii) R\$ bilhões deflacionados pelo IPCA acumulado = 31/12/2021 em %

Em 2021 cerca de 88 milhões de pessoas receberam R\$ 822 bilhões pela venda da força de trabalho, ao mesmo tempo em que cerca de 219 empresas de capital aberto receberam R\$ 218 bilhões em dividendos representando  $\frac{1}{4}$  dos rendimentos de todos os trabalhadores do Brasil. Dentre as frações da burguesia que mais concentram e centralizam capital se destacam o setor de serviços no varejo e serviços médicos em geral, capital comercial, agronegócio e setor financeiro (Pinto, 2022).

No andar de baixo das classes, frações e grupos que sustentam o governo Bolsonaro encontramos camarilhas militares ligadas à polícia militar que apresentam um teor ideológico vinculado ao monopólio da violência realizado pelo Estado brasileiro. Nesse caso, o policial se enxerga como o sujeito criticado pela sociedade por exercer sua profissão, encontrando em Bolsonaro um apoio ideológico na medida em que este e seu governo abrem espaço para ideias como “bandido bom é bandido morto”. Além disso, esse grupo é influenciado pelas forças militares, especialmente no sentido que a própria polícia militar brasileira tem seu histórico associado ao período da ditadura militar, sendo uma das polícias mais mortais em todo o planeta.

Os setores médios, ou a chamada classe média (pequena burguesia) formada por pequenos e médios comerciantes, profissionais autônomos e micro e pequenos empresários, se encontram numa posição em relação às relações sociais de produção que a pressionam constantemente em relação ao medo da proletarização. Esse medo é materializado pelo fato de que, se ideologicamente a partir da sua identificação com as classes dominantes há a defesa de ideias associados ao liberalismo econômico, em essência ela está mais próxima da proletarização, sendo juntamente com o proletariado as primeiras a sentirem os impactos das crises econômicas: fechamentos das pequenas empresas, dificuldades de pagamento das dívidas. Esses elementos fazem com que, num plano ideológico e material, essas frações se agarrem às ideias autoritárias e neoliberais, uma vez que o “tamanho do Estado”, os gastos sociais e as políticas públicas de uma forma geral, seriam enxergados como elementos que dificultam a economia brasileira, além de criarem uma carga tributária que em suas visões atrapalham seus negócios e atividades.

No conjunto das classes trabalhadoras também é possível identificar uma base de apoio, pelo menos em termos eleitorais, ao governo Bolsonaro. Nesse caso em específico, entendemos que àqueles setores ligados às questões de segurança pública, como a violência dos grandes centros urbanos, é influenciada por valores vinculados ao autoritarismo militar expressa na frase “bandido bom é bandido morto”, “se está com pena, adote um bandido”, e na caçada contra a corrupção que existe na política e que supostamente o governo Bolsonaro teria perseguido. Essa influência acaba sendo repassada não apenas pelas camarilhas militares, mas também por forças paramilitares atuantes em áreas periféricas das cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro, e também pela presença do ideário (neo) pentecostal em canais televisivos, e em comunidades periféricas.

No caso das milícias, em que pese o fato de tais forças agirem com violência nessas localidades, ganham alcance devido à zona de influência que exercem nesses locais (por dominarem toda uma rede comercial, do transporte à oferta de serviços de internet). De modo parecido podemos também visualizar a presença das igrejas (neo) pentecostais atuantes em tais áreas. Muitas vezes, quando a política pública do Estado brasileiro não alcança os estratos pauperizados das classes trabalhadoras e do lumpemproletariado, o espaço é preenchido por uma gama de fenôme-



nos que variam desde o tráfico, milícias, até a presença de igrejas protestantes que se ligam de modo mais intenso aos valores conservadores e reacionários.

A questão da religião perpassa e atravessa as distintas classes sociais no Brasil, não sendo pré-requisito de uma fração de classe em específico. Se do ponto de vista histórico, da própria formação econômico-social brasileira, os elementos do catolicismo foram hegemônicos, com o tempo, especialmente no final do século XX, com o advento da hegemonia do capital financeiro, houve um crescimento dos nichos protestantes de matriz pentecostal e posteriormente neopentecostal, que em certos casos trabalham numa perspectiva da teologia da prosperidade ligada à esfera da individualidade e da conquista da riqueza mediante esforço próprio, trabalho e contribuição à igreja. Esse fenômeno é anterior ao governo Bolsonaro, sendo inclusive presente nos governos do PT mediante apoio de pastores de igrejas e lideranças religiosas (a exemplo de Silas Malafaia como já demonstramos em momento anterior).

Chamamos atenção que essa questão da religião é complexa e que não existe apenas um grupo unitário e homogêneo de “protestantes”, os valores mais duros, conservadores e até mesmo reacionários propalados pelo governo Bolsonaro é diluído em camadas associadas aos (neo) pentecostais, não sendo à toa que Damares Alves, uma das figuras mais icônicas do governo Bolsonaro em termos de polêmicas, tem uma vida ligada a tais grupos, atuando profissionalmente para parlamentares na bancada evangélica<sup>224</sup>.

Nesse processo do bolsonarismo e sua vinculação transversal às classes sociais, um tema acabou ganhando relevo nas Ciências Sociais: Intelectuais Orgânicos. Mencionamos este ponto em específico porque entendemos que determinados interesses das classes dominantes no Brasil encontram acolhida nas classes trabalhadoras pela produção ideológica que intelectuais ligados organicamente às classes dominantes. A figura do intelectual orgânico é um tema é explorado nos estudos de Antonio Gramsci. Esse autor destaca que a preponderância de se pensar a produção da cultura, valores e ideologias a partir de grupos de intelectuais ligados às classes sociais é uma ferramenta analítica importante para análise das classes soci-

---

<sup>224</sup> A bancada evangélica é composta por parlamentares protestantes que atuam na defesa de valores conservadores, na defesa da família e contra as pautas de movimentos sociais, negro, LGBTQI-AP+. Para maiores detalhes acerca dessa questão indicamos o trabalho de Prandi e Santos, 2017.

ais. Nesse sentido, Gramsci (CC12, v.2, 2001)<sup>225</sup> aponta que um determinado grupo social ao nascer no âmbito das relações sociais de produção e ao desempenhar função econômica preponderante, cria de modo orgânico, intelectuais que fornecem coesão no campo econômico, social e político.

Esse seria o caso do empresário capitalista que produz o administrador, economista, engenheiro mecânico e industrial, etc. Ao emergirem mediante a luta de classes, os grupos sociais essenciais encontram categorias intelectuais preexistentes — “representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Gramsci, CC 12, §1, v.2, 2001, p. 16). Esse outro tipo de intelectual seria caracterizado como “tradicional”, a exemplo dos eclesiásticos.

Para a nossa pesquisa, entendemos que os intelectuais exercem a função de conexão entre aspectos associados aos valores, ideologias, costumes de uma sociedade com traços conservadores, e que diante do arrefecimento da luta de classes realizada pela gestão petista durante 13 anos, abriu a perspectiva para que o descontentamento em relação às condições materiais do “andar de baixo”, fosse conectada com os interesses do “andar de cima”, como fazemos alusão.

Esse seria o caso de Olavo de Carvalho conforme demonstrou Claudio Reis (2020) no qual o astrólogo seria um dos intelectuais centrais do Bolsonarismo influenciando em distintas pastas do governo Bolsonaro, criticando não apenas a esquerda comunista em seu projeto de dominação cultural gramscista, mas da própria Ciência, enxergada como a simples manifestação de interesses de cientistas guiados por particularidades, e, sobretudo, influenciados pela esquerda, tendo em vista que na visão de Olavo, as universidades brasileiras estariam sob dominação cultural da esquerda.

A defesa dos valores do cristianismo e de certo ocidentalismo através da influência olavista no governo Bolsonaro é expresso na condução das relações exteriores que o ex-chanceler brasileiro Ernesto Araújo fez: busca de uma aproximação

---

<sup>225</sup> A questão dos intelectuais em Gramsci é um tema que tem grande atenção por parte deste autor. No caso do presente texto que fazemos referência, ele está localizado no Volume 2 da Edição Brasileira dos Cadernos do Cárcere: *Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Caderno 12: Apon-tamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais de 1932 - pá-ginas de 13 a 54. Este tema também é trabalhado por Gramsci em 1926: *Alguns temas da questão meridional* no qual o autor aponta a importância de abordar essa temática para o entendimento da questão regional italiana. Para um maior aprofundamento da questão também conferir: Gramsci (1987); Voza, 2017; Aliaga, 2021.

aos Estados Unidos tendo à frente Donald Trump e investida na crítica ao chamado “globalismo”, entendido como um projeto de conquista mundial por parte da esquerda com o intuito de destruição dos valores ocidentais.<sup>226</sup>

A ideia de um apelo ao cristianismo encontra acolhida em amplos setores das classes trabalhadoras brasileiras, não apenas aquelas ligadas à igreja católica, mas, sobretudo à protestante. Desse modo, da função de intelectuais tradicionais como padres, grupos religiosos atrelados a visão (neo)pentecostalista, encontra na figura de Bolsonaro uma oportunidade de representarem interesses de suas classes. A teologia da prosperidade que promove o ideal de riqueza entre a pequena burguesia e as classes trabalhadoras seria um dos traços de tais grupos que possuem no âmbito do Congresso Nacional espaço através da frente parlamentar evangélica. Não podemos esquecer que a pulverização das ideias desses intelectuais também se materializa pela internet, mediante APHs como Instituto Millenium, Instituto de Estudos Empresariais, Fórum da Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Borborema e o Instituto Von Mises Brasil conforme aponta pesquisa de Balestro dos Santos (2021).

Diante dessa configuração de sedimentação e ligação entre aspectos materiais e ideológicos, cabe destacar pelo menos dois aspectos. O primeiro diz respeito às condições materiais concretas do andar de baixo. O projeto ultraliberal de Bolsonaro mortifica aqueles que vivem no limite da reprodução social, a alta da inflação ao ruir o poder de consumo das classes trabalhadoras fez com que, em nossa interpretação, a ligação entre os interesses do andar de cima e do andar de baixo se tornassem mais difíceis para os intelectuais do Bolsonarismo porque a condição de vida se tornou mais difícil com a pandemia e as restrições fiscais impostas pelo próprio governo Bolsonaro, a exemplo da manutenção da EC/95.

Outro elemento seria o fator dialético e de processo do fenômeno das classes sociais no Brasil. A eleição de Bolsonaro como fruto da crise orgânica brasileira não implica que este não tenha servido aos interesses capitalistas, mas também não exclui a possibilidade de sua substituição a depender da correlação de forças no campo da luta de classes, como de fato ocorreu com a eleição de Lula em 2022. O desempenho de Bolsonaro na economia e na saúde criou uma fissura em termos eleitorais, tornando assim o retorno do PT possível numa espécie de conciliação de

---

<sup>226</sup> Sobre a presença da influência de Olavo de Carvalho no Brasil, e na denominada nova direita brasileira, indicamos a leitura de Puglia (2018); Casimiro (2018); Balestro dos Santos (2021); Calil (2020; 2021); Zambello; Marros e Silva; Carlo (2021); Mussi; Bianchi (2021).

classes 2.0 para restabelecer um pacto de classes numa frente ampla<sup>227</sup> contra o “fascismo ou neofascismo” brasileiro conforme comumente se expressa o cenário político com o aprofundamento das condições sanitárias, sociais, econômicas e políticas. A vinculação das classes sociais ao governo Bolsonaro não está atrelada apenas a questões ideológicas, mas, sobretudo materiais.

Nesse sentido, como um aporte para finalização deste capítulo, e para nos ajudar na caracterização do governo Bolsonaro, no subtópico a seguir pontuamos, do ponto de vista da dialética, a relação entre democracia liberal e fascismo. Esse exercício se faz necessário diante da própria conjuntura brasileira e do ascenso bolsonarista. Para isso, retomamos alguns autores clássicos do marxismo, mas também, intelectuais contemporâneos que se dedicaram à temática, além de autores brasileiros que tem se debruçado. Destacamos que a discussão não apresenta como objetivo encerrar o debate, mas, nos posicionar em termos conceituais, elemento que nos ajuda na compreensão da gestão da crise sanitária realizada pelo governo.

## **5.8 Entre a democracia liberal e o fascismo: dialética da conjuntura**

Observamos que a questão das classes e frações de classes é essencial para o entendimento do governo Bolsonaro para podermos entender as movimentações da conjuntura e inclusive, desvelarmos que a gestão bolsonarista da Pandemia da Covid-19 não implica apenas num fenômeno restrito aos aspectos da Administração Pública. O bolsonarismo é perpassado por distintos interesses de classe, sendo, portanto, um movimento heterogêneo.

Simultaneamente, do ponto de vista de uma caracterização do governo, diante do fenômeno do bolsonarismo, interpretações e caracterizações procuraram dar resposta ao que seria o governo Bolsonaro e o bolsonarismo. No debate doméstico há a caracterização do neofascismo para explicar o fenômeno. O neofascismo seria um fascismo do século XXI, que não representaria em si o fascismo do tipo histórico que ocorreu no entreguerras em países como Itália e Alemanha, mas que no desen-

---

<sup>227</sup> Para as eleições de 2022 a frente ampla formada pelo PT apresentou os seguintes partidos: Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB), Federação PSOL/Rede (PSOL e Rede), PSB, Solidariedade, Pros, Avante e Agir;, Cidadania, tendo Geraldo Alckmin (PSD) como vice-presidente. Cf. Molierno; Sapio, 2022.

volvimento histórico após a Segunda Guerra Mundial, teria assumido formas distintas de expressão, não sendo um fenômeno mimético

Para outros grupos de autores, teríamos elementos protofascistas no governo Bolsonaro e no bolsonarismo de uma forma geral. A diferença maior estaria no fato de que, desde a Constituição Federal de 1988, não tínhamos um presidente que mobilizou parcela da população a partir de valores antidemocráticos, xenófobos, racistas, misóginos e de apreço à violência. A isso se aglutina o fato de Bolsonaro ter capilaridade com os setores policiais e militares, bem como aglutinar na seara de movimentos moleculares que existem no Brasil: grupos neonazistas que defendem ideais de supremacia racial.

É preciso destacar que Bolsonaro e o bolsonarismo conseguiram dentro do que implica a formação econômico-social brasileira, trazer a tona elementos da sociedade brasileira que por vezes não conseguíamos enxergar (ou estávamos acostumados num determinado grau), seja por uma posição de classe, ou até pelo desconhecimento da realidade histórica. Dessa forma, como um aspecto metodológico de finalização desse capítulo, e tomando o cuidado de não nos alongarmos, realizamos um movimento de entendimento do que significa o fascismo, para em seguida abordamos o neofascismo, para que assim possamos nos posicionar diante de nossa caracterização.

### **5.8.1 o fascismo diante da análise marxista**

Para uma melhor sistematização textual preferimos subdividir esse tópico em duas partes: I) na primeira trazemos as contribuições de intelectuais marxistas que lidaram com o fascismo do entreguerras. Iniciamos com as contribuições de Trotsky, Clara Zétkin, passando por Antonio Gramsci; Evguiéni Pachukanis e Daniel Guérin. Para nós, essas análises são importantes porque além de intelectuais, esses autores presenciaram e lutaram contra o fascismo. No segundo momento trazemos as leituras *ex-post-facto* por Ernest Mandel e Nicos Poulantzas. Essas leituras são interessantes porque retomam análises dos clássicos do marxismo e aprofundam temas que no calor do momento não puderam ser compreendidos em sua completude.

### 5.8.1.1 Leon Trótski

A análise de Leon Trótski (1879–1940) acerca do nazifascismo é realizada em combate à depreciação e rebaixamento do marxismo pelo stalinismo. Com a morte de Lênin e o domínio da burocracia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) encastelada na figura de Stálin, perde-se a perspectiva da tática e estratégia revolucionária internacionalista, e o próprio partido se torna um agente antirrevolucionário e fomentador de derrotas em todo o mundo (Trótski, 2020). Desse ponto de vista, a tarefa de Trótski era tripla: além de fomentar uma oposição de esquerda ao processo de burocratização e stalinismo, elaborou a quarta internacional como elemento de luta para retomar a perspectiva da revolução proletária na perspectiva internacionalista, bem como fazer análises precisas sobre a ascensão da extrema-direita na Europa, antevendo a Segunda Guerra Mundial.

Acerca da sua análise sobre o fascismo, Trótski (2018a) considera o fascismo na Itália como um movimento espontâneo de massas, mas que contava com líderes de base. Em sua origem seria um movimento plebeu, mas que no decorrer do seu desenvolvimento foi financiado pelo grande capital. Essa origem teria como demiurgo a perspectiva de classe, no qual a pequena-burguesia, o lumpemproletariado e alguns setores das classes trabalhadoras seriam agentes moleculares dessa força plebeia. No caso alemão haveria um processo análogo: movimento de massas e líderes que usaram uma retórica socialista de forma desvirtuada.

Chama atenção que a perspectiva das classes sociais sempre está presente na análise de Trótski sobre o tema do fascismo. Em nossa avaliação essa postura metodológica é profícua por retirar de nossas vistas análises que dão uma centralidade unívoca a questão da subjetividade das lideranças, da personalidade de figuras como Mussolini e Hitler, dando a entender que a história concreta se move mais pela ação subjetiva dos homens, do que por processos concretos e materiais existentes nas relações sociais de produção. Nesse sentido, ao observar a questão das classes sociais que conformam o fascismo Trótski explica o seguinte:

A base genuína do fascismo é a pequena burguesia. Na Itália, ela tem uma base muito grande — a pequena burguesia das cidades e vilas, e do campesinato. Na Alemanha, igualmente, há uma ampla base para o fascismo. Na Inglaterra esta base é menor, já que os trabalhadores são a ampla maioria da população; e o estrato camponês ou rural é um setor insignificante (Trótski, 2018b, p. 18).

A atenção a questão das classes sociais é um ponto central em Trótski porque diante de um contexto histórico imperialista, de crises, guerras e revoluções, e mediante a experiência concreta da revolução russa de outubro de 1917, a burguesia internacional viu atentamente a força do proletariado na constituição de um novo marco de sociabilidade.

É preciso destacar que a Primeira Guerra Mundial causou danos à configuração imperialista mediante a partilha territorial e degradação das condições de vida das massas. A insurgência do movimento fascista na Europa também se dá em meio aos processos revolucionários de países como Itália e Alemanha, que derrotadas, tiveram a reação autocrática burguesa unida pela manutenção da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, diante dessa conjuntura de influxos revolucionários e da crise capitalista, Trótski (2018b) entende que é necessário analisar a correlação de forças entre as três classes fundamentais do modo de produção capitalista na época: grande burguesia dirigida pelo capital financeiro, pequena burguesia que vive na oscilação entre a grande burguesia e a terceira classe fundamental: o proletariado. Ele interpreta que a grande burguesia — que em termos quantitativos é uma minoria —, não pode realizar a manutenção de sua dominação sem o apoio da pequena burguesia urbana e agrária, bem como nos sedimentos reacionários e nas novas classes médias formadas pela burocracia estatal e profissionais liberais. A pequena burguesia seria um corolário do capital financeiro e que mediante a social-democracia arrasta consigo setores das classes trabalhadoras.

Ao analisar a conjuntura alemã de ascensão do nazismo, Trótski (2018b) advertia que seu crescimento era a expressão de dois principais fatores: a) da profunda crise social que deixou as massas pequeno burguesas numa posição de proletarização, b) ausência de um partido revolucionário que se apresentasse como um guia revolucionário para um modo de sociabilidade balizado pelas reais necessidades dos indivíduos e pela extinção das classes sociais e exploração do trabalho, em

suas palavras ele afirma o seguinte: “se o Partido Comunista é um Partido de esperança, o fascismo, como movimento de massas, é então um partido de desespero contrarrevolucionário” (Trótski, 2018b, p. 32).

O oposto ocorreu no caso italiano na interpretação de Trótski (2018b), no qual a vanguarda não soube aproveitar a situação revolucionária, sendo incapaz de levar à frente um projeto classista com autonomia. Na Alemanha, o *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD), em especial seus dirigentes, achavam que o fascismo tinha chegado tarde ao solo alemão, o que promoveria derrotas no campo eleitoral (o que a história demonstrou ser uma análise equivocada<sup>228</sup>). Em meio a esse processo, a pequena burguesia resolveu não apostar suas fichas no KPD, por não enxergar nessa direção propostas de melhoria de sua condição. O marasmo frente à ascensão fascista na Alemanha era de fato um perigo real e para Trótski (2018b) significava a expressão de uma situação sem saída do regime burguês, ao mesmo tempo revelava as fraturas da posição social-democrata em relação a esse regime e da fraqueza do KPD em destruir o regime. Contudo, mesmo após as análises e avisos da ascensão do fascismo e da forma de enfrentá-lo numa Frente Única proletária com independência de classe, a teoria do socialfascismo foi abraçada pelo KPD mediante influência stalinista que colocava a social-democracia como uma ala fascista.

A política de frente única seria a chave tática que Trótski percebia como arma para derrotar o nazismo. Os nazistas seriam derrotados se o KPD conseguisse realizar a união das classes operárias de modo a transformá-la num pólo de aglutinação das massas oprimidas. Contudo, sob influência stalinista o partido reforçou uma posição sectária e cega com a teoria do socialfascismo, aproximação com o chauvinismo, e até mesmo pela imitação do fascismo como um meio de fazer concorrência a esse movimento. Diante da inércia e fomentação de derrotas da internacional comunista com o socialfascismo, Trótski alertou para o cenário de terra arrasada do proletariado com a catástrofe que se avizinhava no período:

---

<sup>228</sup> Apenas para termos uma ideia sobre a ascensão nazista por intermédio das eleições, no ano de 1930 o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* conseguiu um total de 107 assentos no parlamento alemão, o *Reichstag*. Em julho de 1932, o Partido Nazista tornou-se no maior partido político da Alemanha, contando com 230 representantes. Cf. <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power>. Acesso em: 7 out. 2022.



A tomada do poder pelos 'nacional-socialistas' terá como efeito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro [...] a obra infernal do fascismo italiano aparecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão. Bater em retirada, dizeis! Vós, que ontem fostes os profetas do 'terceiro período'! Os líderes e as instituições podem bater em retirada. Alguns indivíduos podem esconder-se. Mas a classe operária, diante de um poder fascista, não terá abrigo, não saberá esconder-se [...] (Trótski, 2018b, pp. 62–63).

No período de escrita dessas reflexões, Trótski (2008b) argumentou que a principal força dos fascistas estava em seu conteúdo numérico — abundância de votos nas eleições —, não passando de uma poeira da humanidade. Por esse motivo que a função histórica do fascismo não era fomentar uma nova sociabilidade, mas do aprofundamento, violentamente, do regime burguês de dominação. O fascismo coloca de pé, as classes sociais antagônicas ao operariado, militarmente e com os auspícios do capital financeiro blindado sob a epiderme de um Estado oficial que se orienta pela destruição das organizações das classes trabalhadoras — das revolucionárias às moderadas -:

O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa. As tarefas do fascismo não consiste somente em destruir a vanguarda proletária, mas também em manter toda a classe num Estado fragmentação forçada. Para isto, a exterminação física da camada operária mais revolucionária é insuficiente. É preciso destruir todos os pontos de apoio do proletariado e exterminar os resultados do trabalho de três quartos de século da social-democracia e dos sindicatos (Trótski, 2018b, p. 74).

Se num balanço historiográfico colocarmos as análises de Trótski à prova dos fatos concretos, sem revisionismo e manipulação stalinista, perceberemos que suas análises estavam acertadas, especialmente no que diz respeito à tomada do poder pelos nazistas na Alemanha com Hitler e a escala de horror que foi sendo realizada até a Segunda Guerra Mundial com amplo extermínio de fileiras revolucionárias e das classes trabalhadoras.

### 5.8.1.2 Clara Zetkin

Não foi apenas Trótski que cultivou essa análise sobre o nazifascismo. Esta interpretação também é partilhada pelas observações da revolucionária alemã Clara Zetkin<sup>229</sup> (1857–1933). Para ela o fascismo encarava as classes trabalhadoras como inimigas, sendo a ofensiva direta da burguesia internacional:

[...] Em termos históricos, visto de forma objetiva, o fascismo apresenta-se muito mais como uma *punição pelo fato de que o proletariado não tenha sustentado e aprofundado a revolução que foi iniciada na Rússia*. E a base do fascismo não repousa sobre uma pequena casta, mas em amplas camadas sociais, grandes massas, alcançando inclusive, o proletariado. (Zetkin, 2019, p. 34, grifo da autora).

Em sua interpretação este movimento seria a expressão da decadência e da crise do modo de produção capitalista e do Estado burguês. Com a Primeira Guerra Mundial houve a destruição da economia mundial implicando num elevado nível de flagelo das classes trabalhadoras e pauperização da pequena e média burguesia. As classes intermediárias — pequena e média burguesia —, mediante o empobrecimento e proletarização, provaram das difíceis condições de vida, em alguns países essas camadas foram esmagadas ou aniquiladas.

Esse cenário de terra arrasada, com vastas camadas buscando novas possibilidades de sobreviver, com baixos e médios empregados do Estado, oficiais militares de baixas patentes que após a Primeira Guerra Mundial não encontraram emprego e nem formação profissional, acabaram sendo o combustível para a ascensão do movimento fascista. Zetkin (2019) menciona que não foi apenas o fator material-concreto de sobrevivência e qualidade de vida que afetou a subjetividade dessas massas, o outro foi à traição das direções reformistas ao movimento revolucionário internacional dos trabalhadores. A esperança reformista de que uma mudança global em direção ao socialismo viria a partir de reformas no capitalismo foi frustrada pela própria dinâmica do capital, que em seu seio não comporta reformas que possam ter longa duração. A simpatia da pequena e média burguesia junto às camarilhas da

---

<sup>229</sup> **Clara Zetkin (1857–1933)**: foi uma líder marxista alemã e amiga de Rosa Luxemburgo. Militante feminista, partiu dela o impulsionamento do primeiro Dia Internacional das Mulheres no ano de 1911. Em 1920 ela construiu uma frente única de luta contra a ascensão fascista na Alemanha. Cf. Zetkin (2019)

burocracia estatal logo se despedaçaram diante da continuidade de manutenção do domínio burguês:

A esses burgueses decepcionados com o socialismo juntaram-se forças proletárias. Todos os desiludidos — de origem burguesa ou proletária —, contudo, abandonam uma força intelectual preciosa que permitiria a eles vislumbrar um futuro de esperança e luz para além do presente sombrio (Zetkin, 2019, p. 40).

Dessa forma, Zetkin (2019) lança críticas aos partidos comunistas por terem responsabilidade no fato de que suas ações foram insuficientes para efetuar uma proposta revolucionária a partir das situações históricas que eram postas à sociabilidade capitalista. As massas que ao olharem para direções reformistas que faziam de tudo, menos ter independência de classe para libertá-las dos grilhões da exploração capitalista, e as classes intermediárias com receio da proletarização e pauperização olharam à direita e enxergaram o fascismo como uma saída para seus pesadelos de classe:

As massas aos milhares se juntaram ao fascismo. Ele se transformou em um asilo para todos os desabrigados políticos, os socialmente desenraizados, os destituídos e desiludidos. E o que as massas não esperavam mais da classe proletária revolucionária e do socialismo, agora esperam que seja atingido pelos elementos capazes, fortes, determinados e impetuosos de todas as classes. Todas essas forças deveriam unir-se em uma comunidade. E essa comunidade, para os fascistas, é a nação. Imaginam erroneamente que a disposição sincera para a criação de uma realidade social nova e melhor é poderosa o suficiente para superar todos os antagonismos de classe (Zetkin, 2019, p. 41).

Esse giro ao fascismo tem um simulacro perfeito no Estado. Um Estado forte e autoritário elevado sobre os distintos partidos políticos e classes sociais. Um Estado que poderia alterar a sociedade com base na ideologia e no programa fascista. Se olharmos de modo mais atento para essa composição de classes do fascismo clássico veremos que em certo sentido é cômodo para a grande burguesia ter um cão de guarda como o fascismo. Essa burguesia enxerga com bons olhos as matilhas fascistas que alimentadas pela violência fazem a defesa de seus interesses. Essa burguesia tem como alvo a manutenção de sua dominação de classe mediante

a exploração do capital sobre o trabalho. Contudo, isoladamente ela não consegue elaborar e manter sua hegemonia, especialmente num quadro onde os impactos da sociabilidade capitalista dão mostras concretas com o aumento da degradação das condições de vida. Com essa impossibilidade de criar consenso, cabe a grande burguesia utilizar da coerção e da autocracia mediante aparato de repressão estatal.

Mas, essa opressão não se daria pelo Estado capitalista? Em parte, sim, mas Zetkin nos mostra que, com o tempo até mesmo o Estado vai perdendo capacidade de gestão das ebulições sociais. Perde-se a capacidade financeira e moral para realizar o controle de classe de modo que a burguesia necessita de mecanismos para além dos regularmente usados mediante o Estado:

A burguesia não pode mais confiar nos meios de força regulares de seu Estado para garantir sua dominação. Para tal, ela precisa de um instrumento de força extralegal e paramilitar. O que foi oferecido pelo aglomerado heterogêneo que constitui a turba fascista. Esta é a razão pela qual a burguesia oferece a sua mão para o beijo fascista, permitindo-lhes completa liberdade de ação, contrariando a tudo que está inscrito ou não nas leis. Ela vai além. Ela nutre o fascismo, sustenta-lhe e promove seu desenvolvimento com todos os meios à sua disposição em termos de poder político e reservas bem guardadas de dinheiro (Zetkin, 2019, p. 43).

A autora também mostra que o fascismo, por esses fatores, possui pelo menos dois traços fundamentais: a) programa revolucionário fraudulento que faz uso demagógico com a subjetividade e necessidades das massas; b) uso brutal da violência. Como movimento plebeu de famintos e dos que estão em sofrimento sem perspectiva de futuro, seu combate precisa atuar na ação em direção às camadas sociais que estão indo em direção a esse movimento. Esse caminhar é fruto de uma busca pela fuga do sofrimento ocasionado pela própria sociabilidade capitalista, não se restringindo nesse fato apenas as necessidades do estômago, mas também na ânsia por ideias e valores que de fato oferecem um sentido de que a vida vale a pena ser vivida, que ela é mais do que a cultura do consumo de mercadorias, por esse motivo, Zetkin (2019) argumenta que nas fileiras de massas que compõem o fascismo nem todos seriam violentos e mercenários, há no interior dessas fileiras, camadas sociais enérgicas que devem ser alcançadas por intermédio da convicção e entendimento da situação concreta que as levaram ao fascismo. Esse trabalho em sua

interpretação deveria mostrar que a saída para as mazelas da sociabilidade capitalista só pode ser resolvidas num outro modo de sociabilidade, numa direção ao comunismo.

Essa ação se processaria com atenção e com maior urgência para a própria defesa dos trabalhadores contra o fascismo. A defesa contra o terror violento que matilhas fascistas promovem contra a defesa pessoal de cada trabalhador. A violência fascista deve ser combatida com uma violência materializada na força da classe trabalhadora, e não em atos golpistas. Essa defesa passa pela conformação de uma frente única, semelhantemente ao que indicada as reflexões de Trótski (2018b). Por esse motivo que Zektin (2019) destaca que na luta contra o fascismo é necessário a formação de uma frente única operária.

Percebemos a partir das reflexões de Trótski e de Zetkin que suas afinidades teóricas indicavam um caminho de superação do fenômeno do fascismo mediante a independência de classes. Essa independência, contudo, não se daria de modo sectário e oportunista como a teoria do socialfascismo promulgada pelo stalinismo, mas pela ideia de que é possível marchar juntos e golpear separadamente. Essa premissa indica que a independência de classe deve ser mantida, mesmo que se marche com setores da social-democracia, especialmente na experiência alemã.

### **5.8.1.3 Antonio Gramsci**

Em nossa interpretação, assim como Trótski e Zetkin, a análise de Gramsci não se prendeu aos aspectos meramente descritivos do fenômeno do fascismo. Gramsci entendeu como em meio a um movimento italiano de avanço do fluxo revolucionário nos anos de 1919–1920 com as ocupações de fábricas, ocorreu um refluxo, sendo também alvo da ascensão do fascismo. Nessa conjuntura, o marxista da Sardenha irá compreender a ascensão do fascismo como fruto de um processo inerente à dinâmica da fase imperialista do modo de produção capitalista. Na Itália esse processo toma contornos de desesperança das massas pequeno-burguesas, tendo em vista a participação deste país na Primeira Guerra Mundial, e os parques louros que receberam aqueles que de fato lutaram na guerra. Esse é um contexto que devemos considerar nas análises de Gramsci sobre o fascismo, uma vez que este inte-

lectual investiga o contexto de surgimento do movimento fascista não se prendendo apenas a uma definição estanque.

Nesse sentido, conforme o verbete *fascismo* elaborado por Carlo Spagnolo no *Dicionário Gramsciano*, há no pensamento de Gramsci uma distinção metódica entre estrutura e superestrutura no qual o possibilita pensar o fascismo em três níveis: a) ideologia que elimina o conflito social por meio da hipóstase da nação; b) como forma de domínio para a gestão da acabada transformação social e antropológica da sociedade camponesa-industrial para a industrial de massa, e c) como produto de uma inteira fase histórica aberta pela “crise orgânica” do capitalismo (Spagnolo, 2017, p. 283).

A investigação da origem do fascismo por Gramsci é associada ao colapso do bloco político de Giovanni Giolitti<sup>230</sup> no qual Mussolini apareceria como um obstáculo para a absorção dos efeitos do sufrágio universal na Itália no ano de 1913.<sup>231</sup> Essa análise tem como demiurgo a distinção entre classe dominante e classe dirigente, no qual Gramsci formularia a perspectiva da revolução passiva — revolução sem revolução, efetuada pelo alto e sem participação das classes trabalhadoras e grupos subalternos.

- No §236. *Punti per un saggio su Croce* do *Quaderni* 8 1931-1932 ( *Miscellanea e Appunti di filosofia III* ) Gramsci nos diz o seguinte:

**Não seria o fascismo precisamente a forma de “revolução passiva” típica do século XX** como o liberalismo é do século 19? [...] (Pode-se conceber assim: a revolução passiva ocorreria no fato de transformar a estrutura econômica “reformisticamente” de individualista em economia de acordo com um plano (economia direta) e o advento de uma “economia média” entre o puro individualismo e o que segundo um plano no sentido integral, permitiria a passagem às formas políticas e culturais mais progresso sem cataclismos radicais e destrutivos de forma exterminadora. “corporativismo” poderia ser ou tornar-se, à medida que se desenvolve, essa forma econômica média de caráter “passivo”). Esta concepção poderia ser semelhante ao que em política pode ser chamado de «guerra de posição “em oposição à guerra de movimento. Assim, no ciclo histórico anterior à Revolução francesa teria sido I “Guerra de movimento” e a era liberal

<sup>230</sup> **Giovanni Giolitti (1842–1928)**: Foi um político italiano, ocupando o cargo de primeiro-ministro italiano cinco vezes durante 1892–1921, inclusive durante 1920–1921; tolerou ataques violentos de bandos fascistas em 1921 e inicialmente apoiou o regime fascista em 1922–1924. Cf. <https://www.marxists.org/glossary/people/comintern/index.htm>.

<sup>231</sup> Gramsci chamava atenção ao fato de que Giolitti sempre fora um expoente da reação capitalista. Para o marxista sardo o capitalismo é reacionário quando consegue manter sua dominação sobre as forças produtivas de um país. Cf. Gramsci, 2004a. p. 428.

do século XIX uma longa guerra de posição (Gramsci, CC 8, §236, 1977, p. 1088, tradução nossa, grifo nosso).<sup>232</sup>

Dessa forma de modernizar as estruturas do capitalismo italiano pelo alto, o fascismo também é vinculado a um nacionalismo do tipo integral, embora do ponto de vista concreto não consiga ultrapassar o cariz propagandístico da relação entre cosmopolitismo e nação, tendo em vista que a Itália não conseguiria superar uma condição de subalternidade econômica e cultural diante de outras nações da Europa (Spagnolo, 2017).

Gramsci visou superar uma Ciência Política positivista, empreendendo um esforço de entender que classes sociais, partidos políticos, interesses e consciência não podem ser vistos de forma separada. Por esse motivo, o fascismo seria considerado como uma técnica de gestão “das novas formas do conflito social, expressão de uma autonomia da política em relação à economia” (Spagnolo, 2017. p. 185). É interessante apontarmos também que, de modo semelhante à Zetkin e Trótski, Gramsci rejeitaria a elaboração stalinista do socialfascismo que colocava a social-democracia como uma ala do fascismo, impossibilitando a conformação de uma frente única combativa à violência fascista:

Sustentando então sua autonomia política “relativa”, G. rejeita o “socialfascismo”, com o qual o Comintern no VI Congresso (1928) reduzia o fascismo a instrumento passivo da grande burguesia e variante de direita da social-democracia, segundo uma leitura parecida à de Bordiga. [...] O Partido Fascista aparece-lhe como expressão de “uma fase primitiva dos partidos de massa” e, portanto, incapaz de desenvolver as tarefas históricas de um “moderno Príncipe” (Spagnolo, 2017,p. 285, grifo nosso).

Sua visão internacionalista considerava o fascismo não apenas como um caso italiano, mas como uma fase histórica internacional ligada à passagem a um mo-

---

<sup>232</sup> **No original:** *Non sarebbe il fascismo precisamente la forma di «rivoluzione passiva» propria del secolo xx come il liberalismo lo è stato del secolo XIX? All'argomento ho accennato in altra nota 3 , e tutto l'argomento è da approfondire). (Si potrebbe così concepire: la rivoluzione passiva si verifichebbe nel fatto di trasformare la struttura economica «riformisticamente» da individualistica a economia secondo un piano (economia diretta) e l'avvento di una «economia media» tra quella individualistica pura e quella secondo un piano in senso integrale, permetterebbe il passaggio a forme politiche e culturali più progredite senza cataclismi radicali e distruttivi in forma sterminatrice. Il «corporativismo» potrebbe essere o diventare, sviluppandosi, questa forma economica media di carattere «passivo»). Questa concezione potrebbe essere avvicinata a quella che in politica si può chiamare «guerra di posizione» in opposizione alla guerra di movimento. Così nel ciclo storico precedente la Rivoluzione francese sarebbe stata | «guerra di movimento» e l'epoca liberale del secolo XIX una lunga guerra di posizione.*

do de produção inaugurado pelo americanismo-fordismo. Esse padrão instalaria também crises orgânicas destrutivas, semelhante ao que ocorre na transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, e devido à aceleração tida com a Primeira Guerra Mundial, abre-se espaço para a separação das massas e dos partidos tradicionais. A crise do Estado liberal seria parte desse processo de maior envergadura, que reclassifica as relações internacionais de produção, no qual a Europa perdeu espaço para os Estados Unidos; União Soviética e Japão (Spagnolo, 2017).

Dessa forma Gramsci (2004a) assevera que diante do cenário de crise e impossibilidade de controle das forças produtivas pelo capital, há uma luta econômica e política das grandes massas que tornou imperioso o ataque das forças capitalistas contra o pólo trabalho. Destaca que esse processo de ataque apresentou o fato do próprio Estado burguês se tornar mais reacionário de modo a intervir diretamente e violentamente na luta de classes. Esse movimento foi necessário para haver uma repressão das tentativas proletárias de alcançar a emancipação. Esse fenômeno, contudo, não é uma especificidade italiana, mas internacional, uma vez que não apenas nesse país, mas o mundo capitalismo tinha se tornado incapaz de realizar o controle das forças produtivas:

[...] o capitalismo tornou-se incapaz de dominar as forças produtivas. O fenômeno do 'fascismo' não é apenas italiano, assim como não é apenas italiana a formação do Partido Comunista. O 'fascismo' é a fase predatória da restauração do Estado, ou seja, de uma intensificação da reação capitalista, de um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proletária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, enquanto a restauração do Estado é a legalização desta violência: é uma conhecida lei histórica a de que o costume precede a lei (Gramsci, 2004a, p. 429).

Visto de um ângulo internacional, o fascismo é considerado por Gramsci como uma forma-tentativa de resolução dos problemas associados às relações sociais de produção do capitalismo mediante o uso da violência. Num quadro de dilapidação e arruinamento dessas forças produtivas pela Primeira Guerra Mundial laços internacionais são quebrados e mercados são corrompidos, relações entre campo-cidade, metrópoles e colônias foram subvertidas criando simultaneamente crises nacionais:



Criou-se uma unidade e simultaneidade de crises nacionais, que fazem com que a crise geral seja extremamente aguda e incontornável — a pequena e média burguesia — que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. E é este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos (Gramsci, 2004b, p. 47).<sup>233</sup>

Esse ponto referente à pequena burguesia<sup>234</sup> é central na reflexão sobre o fascismo em Gramsci, sobretudo porque este chega a denominar em janeiro de 1921 o fascismo como “a última representação oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política nacional” (Gramsci, 2004b, p. 30). A degradação dessa classe em 1890 representaria sua total perda de importância no cenário da produção material da vida, ou seja, ante o ascenso da grande indústria e do capital financeiro, a pequena burguesia italiana perdeu força no terreno da esfera produtiva, se tornando uma classe especializada nos meandros do parlamentarismo. Sua sedimentação no parlamento torna esta instituição um bazar de negócios da pequena burguesia, perdendo prestígio junto às massas populares:

*Depois de ter corrompido e arruinado a instituição parlamentar, a pequena burguesia corrompe e arruína também as demais instituições, os sustentáculos fundamentais do Estado: o exército, a polícia, a magistratura. Corrupção e ruína realizadas a fundo perdido, sem nenhuma finalidade precisa (a única finalidade precisa deveria ser a criação de um no Estado: mas o ‘povo dos macacos’ se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado) (Gramsci, 2004b, p. 32–33, grifo do autor).*

O excerto acima nos dá uma dimensão de que essa pequena burguesia, apesar de aparecer na cena política como entidade que corrompe as instituições do Estado liberal, é incapaz de realizar um projeto classista de fato autônomo pela sua própria posição material nas relações sociais de produção. Conforme nos lembra Calil (2020), vinte meses antes da marcha sobre Roma<sup>235</sup>, Gramsci entendera que

<sup>233</sup> Gramsci também observou esse processo na Espanha, particularmente pelo fato daquele país ter sofrido abalos com a guerra imperialista que expuseram as fraturas do capitalismo. Desse modo, semelhante ao caso italiano, a Espanha teria formado milícias armadas a partir do recrutamento de militares em clubes oficiais. Cf. Gramsci, 2004b, pp. 46–48.

<sup>234</sup> Tomamos a denominação pequena burguesia das análises de Marx e Engels no sentido que esses intelectuais desvelam no terreno das relações sociais de produção, e não eminentemente pelo consumo. Bianchi (2014) relata que dos termos alemães usados por Engels e Marx — *Kleinbürgerschaft*, *Mittelstand* e *Pfahlbürgerschaft* -, apenas o primeiro tem o sentido exato de pequena burguesia.

<sup>235</sup> Em 28 de outubro de 1922 houve manifestações de massas fascistas em direção à Roma como uma forma de pressionar o monarca Vitor Emanuel III — Rei da Itália até 1946 —, para que Benito Mussolini fosse nomeado como primeiro-ministro italiano.

essa classe estava de modo subjetivo e objetivo associada ao grande capital, mesmo que seus atos de violência contra a classe trabalhadora mostrassem na aparência atos contra a ordem:

A pequena burguesia, mesmo nesta última encarnação política que é p 'fascismo', revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução. Mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica [...] (Gramsci, 2004a, pp. 33–34).

Gramsci também destaca que o desenvolvimento do fascismo italiano se deu com o nascimento dos *Fasci di combattimento* logo após a Primeira Guerra Mundial. De caráter pequeno burguês, essa organização reuniu ex-combatentes, e devido ao seu caráter antissocialista, obtivera o apoio do grande capital e das autoridades estatais. Esse estabelecimento se sedimentou num momento em que os latifundiários italianos necessitavam de forças armadas para combater a crescente organização operária:

O fascismo teve seu maior desenvolvimento nas zonas agrárias (Emília, Toscana, Úmbria), alcançando — com o apoio financeiro dos capitalistas e a proteção das autoridades civis e militares do Estado — um poder sem limites. Se, por um lado, a impiedosa ofensiva contra os organismos de classe do proletariado serviu aos capitalistas, que no decurso de um ano viram todo o aparelho de luta dos sindicatos socialistas desmoronar e perder qualquer eficácia, é inegável porém, por outro lado, que a violência, ao degenerar, terminou por suscitar contra o fascismo, entre as camadas médias e populares, um generalizado sentimento de hostilidade (Gramsci, 2004b, p. 81).

Essa ascensão do fascismo com a conivência das instituições que conformaram o Estado burguês italiano — judiciário e a política, por exemplo —, (Gramsci, 1979, pp. 65–67), consentiram com a série de assassinatos aos trabalhadores, líderes sindicais, destruição violenta de jornais como a sede do *Avanti*, que passaram incólumes pelas instituições burguesas conforme Gramsci (2004b) salienta, além da própria prisão de Gramsci em 1926<sup>236</sup> (Del Roio, 2022). E como se o criador, diante da força de sua criatura, não conseguisse mais suprimir a força e o controle desta: “o fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não po-

---

<sup>236</sup> Para a biografia detalhada de Gramsci indicamos a leitura de Vacca, 2012; Fresu, 2020; D’orsi, 2018.

dia deixar de se fazer acompanhar pela profunda decomposição do Estado” (Gramsci, 2004b, p. 56–57).

Gramsci (2004b) alertava para as políticas reformistas do Partido Socialista Italiano (PSI) e para a conciliação de classe, que logo após as derrotas das greves dos trabalhadores dos correios, telefonia e rodoviários em Turim, como nos lembra Calil (2020), não barrou a violência burguesa, e mesmo assim, os trabalhadores foram abandonados por suas lideranças sem nenhuma ação e posicionamento. Esse movimento de revolução e contrarrevolução era em Gramsci um dos dinamos de ascensão do movimento fascista, que em 1921 já tinha conformado o *Partito Nazionale Fascista* (PNF).<sup>237</sup>

Em nossa interpretação, a partir da leitura de Gramsci, entendemos que o fascismo italiano foi um fenômeno de classes. Esse fenômeno nasce dos processos endógenos e exógenos à formação econômico-social italiana, sobretudo no alvorecer do imperialismo manifesto pela existência de monopólios e na Primeira Guerra Mundial e em seu interstício até a Segunda Guerra Mundial. Embora tenha na pequena burguesia sua “testa de ferro”, o fascismo tem na grande burguesia a chance para ações violentas. Essas ações se encarnam numa contrarrevolução ao Ascenso revolucionário da classe operária italiana, com evidente conivência das instituições do Estado italiano que permitiram a escalada de violência, bem como a ascensão de Mussolini e os fascistas ao poder estatal. Gramsci também demonstrava às contradições internas do fascismo, ele não assumiu uma posição passiva, chegando a criticar de forma autônoma a visão stalinista do socialfascismo, e buscando formas de alertar para a necessidade de independência de classe e defesa dos trabalhadores.

---

<sup>237</sup> Acerca das críticas de Gramsci sobre o reformismo e a conciliação do Partido Socialista Italiano diante da ascensão do fascismo indicamos além de Gramsci (2004a; 2004b) a leitura do artigo de Calil (2020) especificamente a seção sobre **A crítica aos socialistas reformistas**.

#### 5.8.1.4 Evgeni Pachukanis

Perseguido e morto pelo stalinismo, Pachukanis apresenta singularidades em sua produção intelectual que merecem atenção do meio acadêmico. Na obra **Teoria geral do direito e marxista**, esse autor retorna à mercadoria para deduzir a forma de sociabilidade capitalista. Em relação ao fascismo sua análise parte das contradições dessa sociabilidade para o entendimento desse fenômeno de classes.

Num relatório produzido para a Academia Comunista em 20 de novembro de 1926, Pachukanis (2020) analisa o momento em que o fascismo na Itália aprofundou o terror oficial do Estado e extraoficial mediante camarilhas paramilitares, instituído a pena de morte, aniquilando opositores, argumentando que mesmo o fascismo apresentando na pequena-burguesia, na demagogia antiplutocrática e na defesa dos proprietários de terras, pontos de formação fundamentais, a ditadura fascista seria a ditadura do grande capital industrial e do capital financeiro. Em sua avaliação a orientação política do fascismo, enquanto um movimento que já tinha se estabelecido mediante o Estado, evidenciou sua verdadeira face: a do grande capital.

Todavia, Pachukanis vai além dessa identificação, ele se pergunta por que a ditadura do capital se efetua pela forma<sup>238</sup> do fascismo. Em sua interpretação a ideologia fascista apresenta alguns traços que merecem destaque: a) primitivismo e ecletismo nas apropriações o que daria ao movimento uma forma de mosaico de conteúdos filosóficos; b) contradição: distinção entre o fascismo enquanto insurgência, e sua evolução ao exercício do poder mediante o Estado capitalista.

Nessa cosmovisão fascista também seria possível encontrar a disciplina e a ordem, elementos que o próprio Mussolini absorveu do sociólogo italiano Vilfredo Pareto. É interessante observarmos que Pachukanis sustenta a posição de que o fascismo não absorve em si os interesses reacionários da pequena-burguesia, para ele, a orientação política do fascismo e de seu Estado é semelhante ao do grande capital:

---

<sup>238</sup> É importante destacar que Pachukanis (2020) afirmará que a forma é essencial para o conteúdo. Nisso ele retoma Hegel na questão da forma-conteúdo, e reflete que o entendimento da forma-fascismo precisa ser analisada de modo que seja possível identificar o que há de novo, e quais são as suas contradições.

Dessa maneira, na orientação de sua política, o Estado fascista é o mesmo Estado do grande capital, como são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, e, nesse sentido, Mussolini cumpre a mesma tarefa que estão cumprindo [Raymonde] Poincaré, [Staney] Baldwin e [Calvin] Coolidge. Mas, bem entendido, dizer que a ditadura do fascismo é a ditadura do capital significa dizer muito pouco. É preciso dar uma resposta à pergunta: por que a ditadura do capital se efetua precisamente dessa forma? (Pachukanis, 2020, p. 26).

Aqui, o autor enfatiza a questão da forma, apontando o ensinamento de Hegel de que a forma é um ponto essencial do conteúdo. Ao retomar o ano de 1919, Pachukanis (2020) salienta ser um contexto de grande dificuldade para a Itália devido à situação econômica promovida pela guerra. Nesse contexto, quando Mussolini mobiliza a organização dos *fasci di combattimento* formada por soldados, o fascismo ainda não tinha uma ossatura completa, próximo a Mussolini encontrava-se jovens da pequena burguesia e ex-soldados. Todavia, o trabalho de mobilização que Mussolini realizou com esses agrupamentos permitiu a formação de uma célula fascista apta a acumular seguidores.

As primeiras organizações fascistas italianas eram formadas por uma pequena burguesia composta por intelectuais técnicos e servidores públicos, uma camada da pequena burguesia vinculada ao desenvolvimento técnico do capitalismo italiano. A ponta de lança dessa camada seria uma intelectualidade acadêmica. Perante um cenário de crise, e de uma posição intermediária entre o proletariado e a grande burguesia, a pequena burguesia foi conduzida contra o proletariado, vista como problema. Além disso, a perda de posição e a vontade de se manter acima do proletariado constituíram elementos subjetivos e objetivos propícios para o ascenso do fascismo nessa classe.

Essas características se somam à organização de massa e da disciplina construídas sob uma moldura da guerra. Pachukanis (2020) evidencia que a organização fascista possui homens e mulheres, de crianças a adultos. Desde seu nascimento se orientou na luta pelo poder mediante formas distintas que ultrapassam a legalidade existente. Essa característica seria o diferencial do fascismo para outras organizações políticas parlamentares. Ou seja, há a ultrapassagem da dominação burguesa por vias hegemônicas ou de normalidade, passando a adotar formas de violência aberta e declarada:

[...] o regime fascista é um regime de ditadura partidária e, no que se refere a isso, diferencia-se da ditadura puramente militar, de tipo bonapartista, que se apoia em um exército. No uso da organização política de massas está a fonte da força e da fraqueza de Mussolini. Fonte de força, porque Mussolini tem aqui um ponto de apoio, tem à disposição uma força política na qual se apoiar quando é preciso lutar contra outras forças [...] Mas, para tê-la a seu dispor, deve fazer-lhe determinadas concessões demagógicas (Pachukanis, 2020, p. 34).

Todavia, como que o fascismo formado em 1919 por pequenos grupos chega em 1921 como uma grande força social na Itália? De modo semelhante às análises de Trótski, Zétkin e Gramsci, Pachukanis (2020) realiza um balanço histórico sobre os movimentos operários que irromperam à Itália entre 1919 e 1920, com ocupações de fábricas e municipalidades pelos socialistas. Nessa ocasião os operários não apenas tomaram as fábricas, mas também se armaram e formaram destacamentos organizativos, convertendo as fábricas em fortalezas. Esse cenário de ocupação e ascenso operários lembrará o que ocorreu no 18 brumário, no qual a burguesia irá preferir um final de terror do que um terror sem fim. É nesse contexto que o movimento fascista entra em cena. Diante do desespero da burguesia italiana o fascismo entra como um salvador da sociabilidade capitalista:

A burguesia viu nos fascistas não apenas os salvadores da iminente revolução, mas também as pessoas em que podiam se apoiar nas lutas puramente locais contra as municipalidades socialistas que atentavam contra o direito sagrado à propriedade. O fato é que os socialistas, ao obterem a maioria, introduziram uma carga pesada de capital, organizaram obras públicas, prestaram auxílio aos desempregados e assim por diante. A história característica se desenrolou em Milão, onde no centro da luta, estava o banco municipal, que deveria passar para as mãos da maioria socialista do Congresso Municipal. Temendo que os recursos do banco fossem utilizados para apoiar as cooperativas socialistas e outras organizações operárias, a burguesia subiu o tom e pediu ajuda aos fascistas, que tomaram o Palácio Marino (a Câmara Municipal) (Pachukanis, 2020, p. 37).

Da conquista dessas municipalidades, os fascistas atuaram no campo em defesa da propriedade latifundiária. Após a vitória sobre os socialistas, o programa fascista vai passando por metamorfoses, se o apoio da pequena-burguesia era carregado de ilusões de transformações profundas na realidade, o que se materializou foi

à conformação da sociabilidade capitalista com defesa da manutenção da dominação do grande capital. Isso, contudo não excluiu a possibilidade de o fascismo italiano criar sindicatos próprios, cooptando trabalhadores, limitando a entrada de pessoas que não eram filiados ao partido fascista. Do lado operário, Pachukanis (2020) salienta a traição das lideranças reformistas, das táticas centristas, que em 1920, mediante a intervenção dos líderes reformistas da Confederação do Trabalho, frustram o movimento de tomadas das fábricas.

De modo geral, Pachukanis (2020) nos mostra que o fascismo apresenta distinções em suas fases, sendo entendido como um movimento em processo, pelo menos no caso italiano. Isso não tira o conteúdo do grande capital e a forma pequeno-burguesa de se apresentar como solução aos problemas promovidos pelo próprio capitalismo, mas que ganham uma dimensão ideológica de culpabilidade dos trabalhadores e do movimento operário. Sendo assim, o autor argumenta que o fascismo seria fruto do estágio imperialista do capitalismo, no qual a estagnação, o parasitismo e a decadência impossibilitam o desenvolvimento da forma mercadoria em longo prazo, influenciado assim nas crises da sociabilidade capitalista.

#### 5.8.1.5 Daniel Guérin

As análises de Pachukanis apresentam similaridades com as observações realizadas por Daniel Guérin<sup>239</sup> na obra **Fascismo e grande capital**. Ao estudar os casos da Alemanha e da Itália, busca compreender as particularidades de cada formação econômico-social. Um dos grandes méritos do autor, em nossa opinião, é entender que tanto as guerras quanto o fascismo são fenômenos do capitalismo, principalmente no que diz respeito à incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e o regime de propriedade privada dos meios de produção; a divisão do mundo em Estados nacionais que em determinado estágio do capitalismo disputam os espaços para a valorização do capital. Outra característica seria que o regime fascista não foi homogêneo, implicando num fenômeno a serviço do grande

---

<sup>239</sup> **Daniel Guérin (1904–1988)**: Escritor e anarquista francês. Inicia sua militância ao lado de Pierre Monatte no sindicalismo revolucionário, através da revista *Revolution Proletarienne* (Revolução Proletária). Posteriormente, sob influência trotskista, inclusive do próprio Leon Trotsky, atua na SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), fundada em 1905 através da fusão dos seguidores de Jules Guedes e Jean Jaurés, organização na qual haviam entrado militantes trotskistas a partir de 1930 e mais tarde adotará o nome de Partido Socialista Francês. Ainda na SFIO se alia à Esquerda Revolucionária, grupo animado por Marceau Pivert. Cf. <https://www.marxists.org/portugues/querin/index.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

capital. No caso alemão chama atenção ao fato de que após a ascensão ao poder, a burguesia tolerou a invasão do Estado capitalista pelos bandos nazistas, todavia, no momento em que estes lhes pareceram inconvenientes, promoveram rupturas com a ajuda do exército.

Ainda assim, Guérin (2021) salienta que nas análises dos regimes políticos é imprescindível a noção de que nenhum regime governa contra a classe detentora do poder econômico, esse fato implica na correlação de forças que existe entre as classes sociais, e que no fenômeno do fascismo, este não ascendeu ao poder mediante um sopro mágico, entre o fascismo e o grande capital há um elo com dominância deste último. Não obstante, para além de uma visão instrumental o autor nos mostra que:

[...] o fascismo não é apenas um instrumento a serviço do grande capital, mas também, ao mesmo tempo, um levante místico da pequena burguesia pauperizada e descontente. Se grande parte das classes médias que haviam levado o fascismo ao poder está hoje cruelmente decepcionada, não é esse o caso dos militantes. No enorme aparelho burocrático do Estado fascista, existem muitos sibaritas e muitos degenerados, mas há também os verdadeiros fanáticos. Estes, ao defenderem o regime, não defendem apenas a própria posição social e mesma a própria vida: defendem além disso, um ideal em que acreditam piamente, e até a morte (Guérin, 2021, p. 18).

Essa mística, que em nossa opinião é fruto da decadência da sociabilidade burguesa que afeta a subjetividade de setores da pequena burguesia em constante pesadelo diante da proletarização, se vincula às questões de ordem materiais. Implica no fenômeno da luta de classes e na carência em relação ao socialismo, por esse motivo que o autor chama atenção ao fato que ser antifascista não é uma concepção pautada num léxico vazio, antifascismo implica concretamente na revolução proletária. O antifascismo que rejeita essa hipótese é vazio de conteúdo, inclusive aquele que defende as chamadas frentes amplas, que para o autor seriam mais uma forma híbrida de encarar o problema, sem atacar de fato a questão pela sua raiz material: a dominação e opressão capitalista (Guérin, 2021).

É importante salientarmos que o livro de Guérin teve sua primeira publicação no ano de 1936, num momento de plena atividade do fascismo italiano e do nazismo alemão. Isso também coloca o autor no rol de intelectuais que analisaram o fenômeno no calor do momento. Dessa forma, chama atenção para o período do entreguerras e da crise da democracia burguesa. Nesse período a burguesia coloca em ques-



tão as vantagens de manutenção da democracia liberal. O fascismo nasce nessa dinâmica, e tanto na Itália, quanto na Alemanha, teve apoio pelo grande capital: industrial e financeiro.

Na Itália o fascismo funcionou como chave para retirar dos trabalhadores as concessões realizadas após a Primeira Guerra Mundial, bem como para fazer incursões do jovem imperialismo italiano, que dentre as formações econômico-sociais europeias, foi tardio, sem ocupar os melhores lugares na repartição do mundo entre as potências imperialistas. O grande capital italiano necessitava de uma expansão imperialista para realizar expropriações, o que dava o tom e a necessidade de um Estado forte.

Na Alemanha essa retomada das concessões é efetuada pelos corpos francos — *Freikorps* — que surgiram em 1918. Tratava-se de grupos paramilitares formados por combatentes dessa guerra. É preciso mencionar também o cenário internacional, tanto em relação à Primeira Guerra Mundial, mas também da revolução russa de 1917, que sinaliza um alerta na burguesia internacional sobre a primeira experiência vitoriosa do proletariado, e conseqüente implementação de uma sociabilidade pós-capitalista.

Outro traço fundamental do fascismo que Guérin (2021) chama atenção seria suscitar a fé, ao invés da racionalidade e a inteligência. Como o partido fascista tem o objetivo de garantir os interesses do grande capital, apela para elementos ideológicos como um modo de feitiço para prender o fiel que crê na cosmovisão fascista. Nesse sentido, é comum aos fascistas terem no grande líder as verdades sacralizadas, sendo qualquer opinião contrária aos dogmas reproduzidos pelo grande líder enxergada de modo violento. Outro fator seria o desprezo pelas massas, que tanto em Hitler quanto em Mussolini comparavam as massas como espíritos maleáveis e pouco acessíveis às ideias abstratas, podendo ser cativadas com facilidade.

Guérin (2021) menciona a tática fascista em ação que se inicia atacando de forma violenta o proletariado organizado em partidos e sindicatos, passando em seguida pela conquista do poder, e uma vez alçado ao poder estatal, utiliza dos aparelhos estatais para eliminar a democracia burguesa, e o proletariado, instaurando uma ditadura aberta:

Em sua origem, os bandos fascistas têm o perfil de milícias antiope-  
rárias, às quais os magnatas capitalistas e os grandes proprietários  
rurais confiam o cuidado de assediar o proletariado organizado e re-  
duzir sua capacidade de resistência. Embora o *modus operandi* des-  
ses bandos varie um pouco de país a país, a tática deles, no fundo, é  
a mesma: militar e ofensiva; o fascismo opõe 'minorias audaciosas' e  
armadas a multidões operárias amorfas e, em geral, desarmadas  
(Guérin, 2021, p. 121).

Em seguida a esse movimento violento, o grande capital usa as milícias anti-  
operárias para a conquista do Estado. Ao se lançar ao poder estatal o fascismo as-  
sim o faz porque tem o consentimento do grande capital, além da cumplicidade dos  
aparelhos repressivos do Estado capitalista: chefes da polícia e do exército. Essa  
conquista não é em si uma questão de força, mas também de consentimento das  
massas, a questão não seria conquistar o poder estatal, mas dar continuidade a es-  
sa manutenção. A governabilidade sem um amplo consentimento das massas se  
impossibilitaria, por esse motivo que o fascismo ganha num primeiro movimento as  
massas, se alçando ao poder na aparência de um vasto apoio popular. Nesse senti-  
do, sua tática caminha na legalidade burguesa, chegando ao poder mediante o jogo  
das constituições burguesas e do sufrágio universal:

[...] por outro lado o fascismo tem de dar a ilusão a suas tropas de  
choque, a seus milicianos, de ser um movimento 'revolucionário'; de  
que, assim como o socialismo, se lança ao assalto do Estado; de que  
somente a valentia, o espírito de sacrifício de seus Camisas Negras  
ou de seus Camisas Marrons lhe garantirão a vitória. E é por isso  
que tem de brincar de soldadinho, de fingir que se prepara para con-  
quistar o Estado com árdua luta (Guérin, 2021, p. 134).

No poder o fascismo forma um governo para usar os aparelhos estatais para  
aniquilar as organizações operárias como os partidos e os sindicatos, instaurando  
por completo a ditadura fascista. Na Itália, ao ser encarregado pelo rei Vítor Emanu-  
el III (1869–1947) de formar ministério, Mussolini compreende que a rápida instaura-  
ção de uma ditadura brusca é perigosa, até porque o movimento operário existia, e  
poderia promover reações. Sua tática passa a ser: manter a disciplina e garantir as  
liberdades existentes, domando assim os liberais. Esse processo implica na garantia  
de apoio parlamentar provendo em 1923 uma nova lei eleitoral que beneficia o parti-  
do fascista. Esse movimento dura até 1925, quando Mussolini discursa na câmara

italiana, e instala um Estado de exceção, dissolvendo partidos e organizações sindicais.

Na Alemanha, Hitler ao ser nomeado chanceler do Reich pelo presidente Paul von Hindenburg (1847–1934) também percebeu que a instalação de uma ditadura momentânea seria arriscada. De modo semelhante a Mussolini, fingiu respeitar a constituição, efetuando acenos à legalidade. Por outro lado, Hermann Göring (1893–1946), militar e líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães realiza movimentações para preparação de um golpe de Estado:

[...] a experiência italiana instruiu-o; impossível continuar atuando nos dois palcos: legalidade e ilegalidade. Em poucas semanas, ele queima as etapas que Mussolini levou dois anos para transpor. Como senhor da polícia prussiana, começa por depurá-la. Todos os elementos “republicanos” — desde a autoridade policial de Berlim até o menor dos investigadores da polícia criminal — são despedidos e substituídos por nazistas experientes (Guérin, 2021, p. 144).

O fechamento do cerco golpista de Hitler se dá com o incentivo de bandos nazistas para o ataque do proletariado: invasão de estabelecimentos, sabotagem de reuniões, espancamento e assassinatos de operários. No dia 24 de fevereiro de 1933 a polícia já aglutinada e dominada pelos nazistas faz uma busca ao Partido Comunista Alemão sob alegação que este estava planejando uma revolução bolchevique. Entre 27 e 28 daquele mesmo mês os nazistas põem fogo no *Reichstag*, culpabilizando os comunistas e criando uma justificativa para a decretação de uma lei que suprime todas as liberdades constitucionais num Estado de exceção:

Nas 48 horas seguintes, todos os poderes passam para a polícia. Os milicianos, transformados em ‘policiais auxiliares’, espancam, torturam, assassinam os militantes operários. As reuniões eleitorais dos partidos antifascistas são proibidas, os deputados comunistas, detidos. Graças a essa encenação e a esse terror, os nazistas vencem estrondosamente as eleições de 5 de março, obtendo 288 mandatos (Guérin, 2021, p. 145).

Percebemos em Guérin que de modo semelhante aos autores anteriores, há um componente de movimento dialético no nazifascismo. Há um movimento inicial que eleva às insatisfações da massa pequeno-burguesa e de setores das classes trabalhadoras, num cenário de crise aguda. Aqui cabe destacar que tanto na Itália,

quanto na Alemanha, após a Primeira Guerra Mundial, houve ascensos operários que produziram um alerta de risco à dominação burguesa.

De um ponto vista histórico, não podemos desconsiderar o impacto da revolução bolchevique de 1917 sobre essa dominação. Diante desses apontamentos, o grande capital, especialmente o bancário e o industrial, enxergaram em tais movimentos plebeus uma forma de ter um final de terror, do que um terror sem fim. Ou seja, o ideal para a reprodução do capital não é uma dominação de exceção, se não, uma forma de dominação-consenso. O grande problema desse processo são as inevitáveis crises e a contradição existente entre o avanço das forças produtivas e o regime de propriedade inerente a forma capital: a propriedade privada dos meios de produção.

#### 5.8.1.6 Nicos Poulantzas

O filósofo grego Nicos Poulantzas (1936 – 1979) elaborou uma análise ex-post-facto do fascismo italiano e do nazismo alemão. Diferentemente dos autores que vimos até aqui, Poulantzas teve a seu dispor um conjunto frutífero de análises e dados empíricos para empreender um estudo sobre o fascismo. O livro **Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo** publicado em 1970 traz um conjunto de reflexões que são importantes de serem observadas.

Na obra, Poulantzas (1972a) analisa os casos italiano e alemão como exemplos, e não como modelos. Por isso o autor considera que se trata mais de uma **reflexão analítica** do que historiográfica propriamente dita. Desse modo, uma das contribuições que avaliamos como pertinente nessa reflexão é o trato do nazifascismo vinculado ao de Estado de exceção. Ou seja, fenômenos como o fascismo, nazismo; bonapartismo e a ditadura militar são formas de regime do Estado de exceção no capitalismo. Outra premissa seria a ideia de realidade combinada no sentido de compreender que na concretude esses regimes se apresentam de forma combinada, podendo apresentar a um tempo características do fascismo, da ditadura militar e do bonapartismo, sendo, portanto, necessário ao analista identificar as características e quais delas apresentam função dominante numa forma concreta de regime de exceção:

[...] um regime que apresente, de forma dominante, as características da ditadura militar, ou do bonapartismo, pode apresentar igualmente, relativamente secundário, certas características que relevem do fascismo, e vice-versa. Quero com isto dizer que a análise concreta de um regime concreto de exceção é forçosamente complexa e que é preciso evitar os esquematismos apressados. Tanto mais que um regime de exceção pode, no tempo, e de acordo com a relação de forças, evoluir de tal forma que certas características, que o marcaram de modo dominante, deem lugar a outras que relevem de outras formas de regimes de exceção: um fascismo pode dar uma ditadura militar ou um simples bonapartismo, e vice-versa (Poulantzas, 1972a, pp.5-6).

Destacamos que Poulantzas não se prendeu ao historicismo como muitos autores fazem ao considerar o fascismo como um fenômeno datado no tempo-espaço. Compreenderá que os fascismos não são limitados à experiência do entreguerras, podendo ressurgir, não de forma mimética. Isso se coaduna com suas observações metodológicas: a) o fascismo como um fenômeno político foi apreendido pelas suas características essenciais, sobretudo pelas causas e efeitos; b) o fascismo como uma forma particular de regime da forma de Estado capitalista de exceção; e c) o exame das apreensões da terceira internacional comunista<sup>240</sup> diante do fascismo.

A reflexão em torno do fascismo como um fenômeno que surge no estágio imperialista do regime social capitalista é central. Esse estágio implica, desde as transformações apontadas por Lênin em **Imperialismo, estágio superior do capitalismo** e que Poulantzas chama atenção para as transformações políticas e ideológicas que afetam as distintas formações econômico-sociais. O Estado intervencionista seria uma dessas mudanças que englobaria alterações ideológicas, políticas e econômicas, atuante inclusive, na Itália e Alemanha para o estabelecimento do capital monopolista. Para o professor Danilo Martuscelli (2021), a contribuição de Poulantzas também se justifica com a ideia de que o fascismo além de ser um fenômeno do estágio imperialista do capitalismo, é produto de suas crises.

O significado de crise não é restrito apenas ao campo econômico, mas, sobretudo ao político, uma vez que é na crise política que se dá a instauração do fascismo para Poulantzas. O problema da crise política implica na condensação das

---

<sup>240</sup> A terceira Internacional Comunista foi fundada em 1919. Trata-se de uma organização que procurou reunir todos os partidos comunistas de distintos países. Lênin (1919) destaca que formalmente ela foi fundada em 1919, no seu primeiro congresso, com a missão de colocar em prática o marxismo revolucionário. É importante destacar que a III Internacional teve distintos momentos, até a sua dissolução pelo stalinismo em 1943. Cf. Broué, 2007; Carone, 2008; Campos; Dias; Godoy, 2001).

contradições entre as classes sociais, contradições estas que rompem com determinado ritmo gradual do desenvolvimento capitalista. Salienta-se também que essas crises podem levar a formas de Estado de exceção (bonapartista, ditadura militar e fascismo), no qual seu dínamo será marcado pelas peculiaridades da luta de classes e das relações sociais estabelecidas. Todavia, ela é acompanhada por clivagens no sistema institucional burguês mediante os aparelhos de Estado.

Essas observações auxiliam a entendermos o que Poulantzas (1972a) observou quanto à fascistização. Nunca é um processo instantâneo, possui ritmos desiguais de desenvolvimento. Dentre esses processos o autor destaca: a) início até sua irreversibilidade; b) chegada ao poder; c) instabilidade no poder devido às ambiguidades endógenas; d) estabilização. O que nos chama atenção é que em sua leitura, o fascismo se instaura devido a um cenário de profundas contradições internas entre as classes sociais e frações de classe no capitalismo que constituem alianças num bloco no poder.<sup>241</sup> No processo de fascistização as contradições endógenas do bloco no poder implicam em sua manifestação no campo político e ideológico, impactando assim, na crise de representação partidária e na crise ideológica.

No processo de fascistização há um espaço aberto que não é protagonizado por nenhuma classe ou fração de classe dominante. Essa impossibilidade de impor seus próprios meios de organização política mediante o Estado democrático de direito ocasiona na ausência de sua direção às outras classes e frações de classe no bloco no poder:

A incapacidade de uma classe, ou fração, em impor sua hegemonia, a incapacidade da aliança no poder em ultrapassar por si mesma suas próprias contradições exacerbadas, que caracteriza a conjuntura dos fascismos. Esta incapacidade de hegemonia, no interior do bloco no poder, liga-se também, de resto, à crise de hegemonia que atravessam o bloco no poder e os seus membros no que respeita, agora, à sua dominação política sobre o conjunto da formação social (Poulantzas, 1972a, p.78).

---

<sup>241</sup> É preciso destacar que em Poulantzas a noção de dominação burguesa se materializa mediante a aliança entre classes e frações de classes. Essas alianças implicam na concepção de bloco no poder que o autor elabora para explicar a conformação dos interesses das classes dominantes, que estão unidas contra as classes trabalhadoras, mas que não conseguem de modo substancial, eliminar as contradições que existem no bloco no poder. Cf. Poulantzas, 1975; 2019.

De modo semelhante aos autores que vimos até aqui, Poulantzas (1972b) argumenta que o processo de fascistização tem como conteúdo a crise política e econômica que recai sobre a pequena burguesia. O caminho adotado por essa pequena burguesia diante de uma conjuntura de terra arrasada e de receio da proletarização é o afastamento de seus partidos tradicionais:

[...] estes partidos estão em ruptura com as suas próprias classes e frações do bloco no poder, isso afeta o seu laço de representatividade com a própria pequena burguesia: ela compreende que estes partidos já não são mais, a partir dessa altura, do que agrupamentos parlamentares. A perda de influência leva a pequena burguesia a se afastar deles e entrar num caminho para o partido fascista. Durante esse processo de fascistização, a pequena burguesia constitui-se, em força social por intermédio dos partidos fascistas (Poulantzas, 1972b, p.21).

Percebemos então que a presença de um partido do tipo fascista é condição basilar para o ascenso do fascismo enquanto uma força material de massas. Diante de uma crise ideológica a pequena-burguesia abraça os ideias fascistas representados pelos seguintes aspectos: estatolatria e culto ao Estado; antijurídico (a lei e a ordem derivam do chefe); elitismo; racismo e antisemitismo; nacionalismo; militarismo; anticlericalismo; papel central da família; papel especial da educação; anti-intelectualismo; corporativismo (Poulantzas, 1972b).

Da fascistização à instalação do Estado fascista esses processos e características se massificam. No Estado fascista temos, segundo o autor, uma forma estatal específica, uma forma de exceção. Este Estado conforma um regime que pode apresentar características de outras formas de exceção: bonapartismo e ditadura militar. Por essa via, a mobilização permanente das massas populares seria um dos elementos presentes no Estado fascista, somado a isso, teríamos a dominância pelo partido fascista sobre os aparelhos estatais. Devido à sua perspectiva metodológica, Poulantzas (1972b) argumenta que na realidade concreta esses regimes de exceção podem apresentar mediações combinadas, e que nem sempre o mero aumento da repressão implica na fascistização, podendo aludir a outras formas como o bonapartismo e a ditadura militar.

### 5.8.1.7 Ernest Mandel

As observações do economista alemão Ernest Mandel (1923–1995) também nos ajuda no entendimento do fascismo. Esse intelectual tece algumas considerações sobre a possibilidade do fascismo nas formações econômico-sociais dependentes. Para ele, não basta o mimetismo e uma conjuntura que apresenta traços autoritários, o fascismo no marco da totalidade dialética implica numa correlação de forças entre o movimento internacional do capital, o imperialismo e os interesses das burguesias dessas formações:

É absurdo caracterizar os movimentos autoritários do mundo semicolonial como «fascistas» simplesmente por jurarem fidelidade a um chefe ou porém seus membros em uniforme. Num país onde a parte mais importante dos capitais está nas mãos de estrangeiros e onde a sorte da nação é determinada pela dominação do imperialismo estrangeiro, é um contra-senso caracterizar como fascista um movimento da burguesia nacional que procura no seu próprio interesse libertar-se dessa dominação (Mandel, 1976, p. 70).

As observações de Mandel datam de meados da década de 1970, e de modo semelhante a Poulantzas, efetua uma análise ex-post-facto. Entendemos que a observação quanto ao fascismo nas formações dependentes perpassa em sua visão, uma noção vinculada ao estágio imperialista do capitalismo. Cabe mencionar que tal noção não nega o fato do fascismo ser considerado um fenômeno internacional, que apresenta características peculiares a partir de cada formação econômico-social. A escalada fascista se daria pela expressão da crise do modo de produção capitalista. Essa crise não seria uma mera crise conjuntural, mas, estrutural de grande profundidade em cada uma dessas formações.

Mandel (1976) argumenta que o fascismo implica na realização e negação das tendências de reprodução do capital monopolista na organização do regime social. Diante da necessidade de realizar a manutenção e continuidade da dominação burguesa, a grande burguesia enseja por ofensivas sobre os trabalhadores, para isso, sente a necessidade de um movimento de massas que desmoralize as organizações operárias, lançando mão do terrorismo e da violência aberta contra as organizações políticas operárias. Esse movimento encontra na pequena-burguesia um aparato ideal, uma vez que, espremida entre a burguesa e os proletariados, sofre os



reveses da crise estrutural do capital a condicionando a uma aglutinação com partidos extremistas que alia “um nacionalismo extremo e uma demagogia anticapitalista violenta, pelo menos em palavras, um profundo ódio em relação ao movimento operário” (Mandel, 1976, pp.33–34).

Nesse sentido, o fascismo nasceria a partir do momento em que essa movimentação ataca de forma física os operários e suas organizações, passando pelo desenvolvimento necessário enquanto forma para alcançar a subjetividade das massas, e posteriormente tomar o poder com o apoio financeiro do grande capital. Esmagar o movimento operário é o objetivo do fascismo diante das necessidades do grande capital, realizada essa etapa, o movimento se burocratiza num grande partido absorvido pelo aparelho de Estado:

O fascismo não é simplesmente uma nova etapa do processo pelo qual o executivo do Estado burguês se torna cada vez mais forte e independente. Não é simplesmente a ditadura aberta do capital monopolista [...] O fascismo tenta impedir fisicamente toda a forma de autodefesa da parte dos trabalhadores organizados, atomizando completamente estes últimos (Mandel, 1976, pp.47–48).

Em algumas situações, a exemplo do peronismo na Argentina, houve mais um movimento nacionalista da burguesia interna, que assentaram golpes no capital internacional, criando brechas para a organização dos trabalhadores. Sobre o ressurgimento do fascismo num invólucro neofascista o autor comenta que, a possibilidade não pode ser descartada, embora seu ressurgimento esteja atrelado a uma mudança brusca no campo econômico. Todavia, para que essa mudança ocorra seria necessário, antes da implementação do Estado fascista, a luta contra as classes trabalhadoras. Os germes do fascismo persistem na mentalidade reacionária, racista e xenófoba dos países imperialistas, o que traria como práxis a necessidade de um enfrentamento à sociabilidade capitalista, de modo a extirpar de vez tal ameaça.

### **5.8.2 o fascismo para além do entreguerras**

Ao mencionar a questão do neofascismo, ou mais precisamente o ressurgimento do fascismo na contemporaneidade, Mandel (1976) nos leva a uma reflexão sobre o tema que é atual no Brasil e no mundo. Para o nosso objeto de estudo essa reflexão é pertinente porque delimita a caracterização do governo Bolsonaro. É im-

portante destacar que, se o fascismo histórico do entreguerras teve um desfecho de terror com a imagem dos campos de concentração, a violência aberta e a aniquilação dos trabalhadores, os germes desses movimentos não se extinguiram com o fim da Segunda Guerra Mundial.

A hipótese de permanência e continuidade de ideias fascistas é plausível se partimos do pressuposto que o fascismo como possibilidade não pode ser enquadrado num historicismo vulgar, que limita a análise da realidade concreta a uma sedimentação histórica. Todavia, a partir dos autores que tivemos acesso, aspectos de caracterização são importantes de serem considerados. O fascismo de fato pode surgir como movimento, se massificar e usar dos preceitos legais do Estado burguês para chegar ao poder, isso, contudo não é realizado sem a disseminação de suas ideias por um partido de massas, em meio a uma crise orgânica.

O professor Leandro Konder (1977) afirma que nem todo movimento reacionário pode ser enquadrado como fascismo. Embora muitas vezes o léxico seja utilizado como um conceito político de agitação (figura política) em determinados momentos, ação que para o autor pode dificultar a organização das classes trabalhadoras devido a confusões de caracterização. Após a experiência do entreguerras, Konder (1977) afirma que a potência de massa do fascismo foi diluída, sem, contudo, implicar numa total eliminação das ideias e grupos fascistas que buscaram outros meios de sobrevivência política em partidos de direita. Em que pese esse processo de debandada, o autor também reflete que nas condições contemporâneas (lembrando que o livro de Konder foi publicado no final da década de 1970), um regime fascista, neofascista ou fascistóide precisaria ser reinventado, não podendo ser uma cópia semelhante das experiências do entreguerras.

Para o historiador britânico Roger David Griffin (1993) o fascismo por ser uma forma revolucionária de nacionalismo, tem em vista realizar uma revolução nos campos político, social e ético, no qual a recriação da nação (palingênese) se daria sob novas bases éticas e morais. Sua chave de leitura perpassa a caracterização do fascismo como um tipo ideal weberiano na busca de classificar um fascismo genérico. Na obra ***Fascismo: una introducción a los estudios comparados sobre el fascismo*** ele irá argumentar que após 1945 movimentos fascistas teriam se adaptado às conjunturas políticas e sociais. Alguns desses movimentos realizaram um giro

para o culto à violência, bem como para a criação de subculturas numa visão de mundo saudosista em relação aos fascismos do entreguerras.

Nos Estados Unidos surgiram movimentos de supremacia branca e neonazistas, na Grã-Bretanha fenômenos culturais como o *White Power*<sup>242</sup> também foram criados. Na Europa, intelectuais como o filósofo francês Alain de Benoist formularam novas formas de fascismo intelectualizado. Para Griffin (2019), essas expressões seriam formas de um neofascismo que se ramifica internacionalmente, e que tem usado, sobretudo, à internet como forma de atuação e militância.

Em sua análise sobre figuras políticas como Donald Trump e Vladimir Putin, o autor não chega a caracterizá-los como fascistas. No caso de Trump, este careceria de uma maior complexidade ideológica, e sua atuação no poder não figurou como uma revolução política de modo a derrubar a democracia liberal burguesa. Todavia, um caso de fascista do século XXI seria o ativista norueguês Anders Behring Breivik mediante seu terrorismo manifesto na vontade de uma mudança “revolucionária” na Europa para o século XXI.

Na interpretação do cientista político estadunidense Robert Paxton na obra **A anatomia do fascismo**, o ressurgimento do fascismo no século XXI não pode ser uma imagem-semelhança ao do período do entreguerras. Para ele, algum movimento desse porte teria que prescindir da simbologia e dos significados dessas experiências, fomentado novos dialogismos com as massas para alcançar a meta da reunificação, purificação e regeneração de algum grupo prejudicado:

Os novos fascismo dariam preferência a trajes patrióticos de seu país de origem, do que a símbolos alemães e italianos [...] As cópias-carbono do fascismo clássico, a partir de 1945, sempre parecem exóticas ou chocantes para conquistas aliados. Os skinheads só poderiam se tornar equivalentes funcionais a SA de Hitler ou dos squadris-mos de Mussolini se conseguissem conquistas apoio ao invés de repulsa (Paxton, 2007, p. 287).

O autor também destaca que na Europa ocidental alguns movimentos após 1945 mantiveram os germes fascistas a exemplo do Movimento Sociale Italiano

---

<sup>242</sup> Conforme a investigação de Alexandre de Almeida (2017) a música *White Power* pode ser considerada um estilo musical que tem em seu conteúdo a divulgação da agenda política pró branca. Nesse estilo há uma crença na superioridade da raça branca em relação as demais, e uma agenda dedicada à revolução branca.

(MSI); La Jaune Nation (JN) e *Ocidente et Ordre Nouveau* na França; *White Defense League*; *National Front* na Grã-Bretanha.

Com a crise capitalista dos anos 1970, e o esfacelamento do *welfare state* europeu, os denominados “perdedores”, ou seja, indivíduos desempregados e afetados pela crise foram aglutinados por movimentos de extrema-direita. A esse panorama se soma imigração de pessoas de formações econômico-social dependentes, enxergadas como inimigas por mudarem a cultura e roubarem os empregos dos trabalhadores dos países centrais. Nos partidos extremistas houve a reminiscência de postulados fascistas, a exemplo do receio da decadência, reafirmação da identidade nacional e cultural, ameaça à identidade nacional e à ordem social representada pelos estrangeiros, necessidade de autoridade mais forte para lidar com os problemas. Nesse movimento, não aparecem os temas clássicos do fascismo histórico, a exemplo do ataque à liberdade de mercado; corporativismo e regulamentação econômica; ataques às constituições democráticas e ao Estado de direito; proposição de guerras de expansão colonial (Paxton, 2007).

Fora da Europa o caso latino americano, especificamente entre os anos 1930 e 1950 como uma localidade que chegou mais próxima das experiências fascistas europeias. No caso brasileiro, Paxton (2007) menciona a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fundada por Plínio Salgado<sup>243</sup>. Esta organização visou implementar na sociedade brasileira de aspectos do fascismo a exemplo dos clubes fascistas, numa mixagem de elementos da cultura nacional com a ideologia fascista. No ano de 1934 o movimento chegou ao seu auge com 180 mil filiados, dentre eles militares e empresários. Embora chegue a mencionar o peronismo na Argentina e a ditadura varguista no Brasil, Paxton não considera tais expressões como fascistas, estando mais atreladas a movimentos nacionalistas da periferia:

[...] se aceitarmos uma interpretação do fascismo que não se limite à cultura do fim-de-século europeu, a possibilidade de um fascismo

<sup>243</sup> **Plínio Salgado (1895–1975)**: Foi um escritor, jornalista, poeta, historiador, teólogo e político conservador brasileiro que fundou e liderou a Ação Integralista Brasileira, partido nacionalista católico de extrema-direita inspirada nos princípios do movimento fascista italiano. Para um entendimento mais profundo acerca do Integralismo indicamos a tese de doutorado do Professor Gilberto Calil: O integralismo no processo político brasileiro entre 1945 e 1965 — O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Cf. Calil, 2005; Caldeira Neto, 2014; Doria, 2020; Aguiar Filho, 2021. Indicamos também o documentário **Menino 23: infâncias perdidas no Brasil** com direção de Belisario Franca, que retrata um pouco da história do Integralismo no interior do Brasil. Cf. <https://www.menino23.com.br/menino-23/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

não-europeu não é menor que a que existia na década de 1930, e talvez seja ainda maior, devido ao grande aumento do número de experiências fracassadas de implantação da democracia e de governo representativo ocorrido desde 1945 [...] não temos que procurar por réplicas exatas, com veteranos fascistas tirando o pó de suas suásticas (Paxton, 2007, p. 333).

Diante disso adverte que é importante estarmos atentos para os sinais de advertência, dos quais ele considera: a propaganda nacionalista, culto à violência e ao ódio.

O historiador italiano Enzo Traverso considera que na contemporaneidade o surgimento de uma direita política de traços radicais é uma constatação factual. Ele lembra que em 2018 distintos países foram governados por partidos de extrema-direita, nacionalistas e xenófobos: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia. A essa constatação também adicionamos o caso brasileiro com o governo Bolsonaro. Nos Estados Unidos com a ascensão de Trump, uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba evidenciou que não se tratava apenas de um fenômeno localizado, mas uma constatação global. Desde os anos 1930 que o mundo não presenciou uma direita radical que desperta a memória do fascismo (Traverso, 2021).

Em termos de classificação, Traverso prefere utilizar a denominação pós-fascista para caracterizar a conjuntura, embora enfatiza que tal concepção não da conta de todas as respostas:

[...] chamarei o momento atual de um período de pós-fascismo. Esse conceito enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação; certamente ele não responde a todas as questões que foram abertas, mas enfatiza a realidade da mudança [...] Sem desconsiderar seus limites evidentes, esse termo nos ajuda a descrever um fenômeno em transição, um movimento ainda em transformação e ainda não cristalizado. Por essa razão, o *pós-fascismo* não tem o mesmo status do conceito fascismo (Traverso, 2021, pp. 15–17).

Ele distingue o pós-fascismo do neofascismo, este em sua interpretação seria uma forma de perpetuar e regenerar a experiência do entreguerras, defendendo o argumento que o século XXI não terá um fascismo com a fisionomia de Mussolini ou Hitler, uma de suas principais formas de manifestação é a destruição da democracia

liberal burguesa mediante um movimento endógeno. Com a desaprovação da direita radical quanto à globalização, seus militantes se colocam a favor das fronteiras nacionais e dos valores conservadores. A concepção rasa da soberania nacional também é um traço do pós-fascismo, que buscam retomar o patriotismo e a exclusão de imigrantes.

Sem dúvida alguma, a questão é complexa e suscita novos debates. Em nossa tese, essas considerações nos ajudam a entender os recentes debates sobre a caracterização do regime político brasileiro, do governo Bolsonaro, e do bolsonarismo, uma vez que tentamos compreender o bolsonarismo não de modo estático, mas como um processo dialético que se encarna numa conjuntura de crise orgânica, fruto de distintas determinações sociais, econômicas e políticas. Por esse motivo que no tópico a seguir buscaremos em autores domésticos o debate sobre a realidade doméstica de modo a nos posicionarmos melhor, e tentarmos contribuir com o debate.

### **5.9 Bolsonaro seria a expressão do fascismo brasileiro?**

Ao analisar o caso de Bolsonaro, o cientista político argentino Atílio Borón (2019) considera que devido à transnacionalização do capital e sua correspondente liquidação em termos de hegemonia do capital financeiro, há uma letargia das burguesias nacionais diante da crise econômica mundial de 2008, sendo seu lugar preenchido por uma burguesia imperial e multinacional. No caso de Bolsonaro, sua subserviência aos Estados Unidos mediante a figura de Trump e sua política ultraliberal mediante Paulo Guedes sinalizaria um movimento contrário à nacionalização e ao fortalecimento de uma burguesia interna. O nacionalismo de Bolsonaro seria apenas uma questão retórica, sendo o projeto de o seu governo tornar o Brasil um quintal dos Estados Unidos. Todavia isso não implica que Bolsonaro tenha implementado um regime fascista, ao fazer um nexo com as ditaduras militares da América Latina, assevera que estas podem ser mais atrozés do que o fascismo clássico.<sup>244</sup>

---

<sup>244</sup> Para o entendimento da análise de Borón acerca do fascismo como categoria histórica na América Latina indicamos o trabalho desse autor intitulado: *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*, especificamente seu capítulo I: El fascismo como categoria histórica en torno al problema de las dictaduras en America Latina. Cf. Borón (2003)

Embora Borón (2019) aponte elementos estruturais, consideramos sua visão historicista e apressada. Ao colocar a história como uma esteira de etapas no qual não seja possível a criação de novas conjunturas, solidifica a análise, não abrindo margem para a própria luta de classes. Nesse caso o apontamento sobre a despolitização que o governo Bolsonaro iria promover para tentar administrar o capital se tornou uma inverdade, quando percebemos no decorrer de todo o governo um elevado grau de politização, sobretudo na questão sanitária.

Ao criticar as observações realizadas por Borón (2019), o cientista político brasileiro Armando Boito Júnior (2019) aponta que o intelectual argentino não toca numa questão central: forma de governo, se preocupando mais com a análise do bloco no poder. Das características destacadas por Borón em relação ao fascismo, a análise cairia numa oscilação entre ver o fascismo como uma forma de Estado ou como a composição específica de um bloco no poder. Para Boito (2019) temos que prestar atenção na forma que o Estado assume, tendo em vista que o fascismo seria uma dessas formas assumidas, outras seriam a democracia burguesa ou a ditadura militar. Nesse sentido, mediante uma visão poulantziana, argumenta que se o bloco no poder pode variar de uma forma democrático-burguesa para a ditadura militar, no fascismo não seria diferente. Sob o Estado fascista podemos ter uma política nacionalista, entreguista, intervencionista ou neoliberal, tais políticas refletem em sua visão a composição dos arranjos no bloco no poder existente. Mediante essa interpretação, ele sustenta o argumento de que é possível o reaparecimento do fascismo no século XXI, e que a hipótese não pode ser descartada da realidade brasileira com Bolsonaro no poder (Boito, 2019).

Ainda que Boito (2019) evidencie elementos importantes no tocante a mudança qualitativa em termos de governo com Bolsonaro, avaliamos que sua análise não considera as contradições endógenas e exógenas que imprimiram no Brasil uma crise orgânica, a exemplo dos anos de conciliação do petismo, e mesmo que toque em aspectos como o neodesenvolvimentismo, não consegue enxergar que entre uma democracia liberal e um regime de exceção, haveria ainda diferentes mudanças qualitativas em termos de regime político, não frisando, por exemplo, a forte presença de alas militares no governo Bolsonaro.

Para o professor Marcos Nobre (livre-docente de filosofia da Unicamp), o uso indiscriminado do termo fascismo para caracterizar quem não votou em Haddad em

2018 seria incorrer não apenas num erro de personalismo, mas também em termos linguísticos e políticos, de estender de tal modo a categoria que ela já não serviria para explicar a realidade. Embora esse autor não aprofunde no debate acerca da caracterização do governo, nos chama atenção em relação à sensibilidade com as categorias usadas para compreender a realidade, colocando o governo Bolsonaro mais como antidemocrático e apoiado em forças militares, evangélicas e neoliberais (Nobre, 2020).

Ao retroceder um pouco nossa visão para as jornadas de junho de 2013 a professora e historiadora Virgínia Fontes<sup>245</sup> argumenta que essas jornadas tiveram participação da direita do espectro político, fazendo emergir grupos que ela denomina de profascistas com claro apoio de empresas brasileiras e estrangeiras e de políticos. Essa intelectual também sustentou o argumento de que a aliança entre empresários após o período do petismo encontrou acolhida na extrema-direita estadunidense, mediante aparelhos privados de hegemonia como o Instituto Von Mises. Todavia, com a vitória de Bolsonaro em 2018 e sua posse, a autora argumenta que haveria um viés profascista alinhado ao anticomunismo e classificação das forças sociais distintas do bolsonarismo como inimigas (Fontes, 2019).

O lema utilizado pelo governo Bolsonaro: **Deus, Pátria e Família** lembraria o movimento integralista de Plínio Salgado, bem como a defesa de pautas reacionárias da tradição, família e propriedade privada. Concordamos com leitura dessa historiadora, especificamente quando ela argumenta sobre a necessidade de distinguirmos entre o governo e o regime, alegando que o caráter do governo não implica na instituição de um regime político do tipo fascista, embora evidencie tendências nesta direção a depender do grau de resistência das classes trabalhadoras no plano nacional, e da conjuntura das tensões ao nível internacional.

Desse modo, Fontes (2019) salienta alguns pontos que distanciam a situação brasileira em relação ao fascismo clássico, e dos quais concordamos: a) extremo liberalismo econômico, contraposto ao corporativismo clássico fascista; b) medo das mobilizações populares, mesmo as reacionárias ; e c) arrefecimento das pretensões

---

<sup>245</sup> Cf. BRITO, Gabriel. Um Brasil de Bolsonaro será quebrado economicamente, isolado no mundo, exaurido e ensanguentado. Entrevista com Virgínia Fontes. Correio da Cidadania. 11 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/583695-um-brasil-de-bolsonaro-sera-quebrado-economicamente-isolado-no-mundo-exaurido-e-ensanguentado-entrevista-com-virginia-fontes>. Acesso em: 21 jun. 2022.



de caráter expansionista do capital-imperialista brasileiro. Ela identifica que a composição do núcleo central dos ministérios do governo Bolsonaro seriam marcados pela associação ao protofascismo e a economia ultraliberal. De um lado essa composição apresenta elementos político-ideológicos sintetizados no lema: **pátria acima de tudo, Deus acima de todos** (Fontes, 2019).

Essa interpretação coaduna com nossa visão, especialmente por não considerarmos o governo Bolsonaro como fascista, mas que contempla elementos fascizantes. Ainda assim, mesmo com esses elementos avaliamos que em termos de regime político, em que pese os conflitos com STF e governadores, o governo Bolsonaro ainda se manteve dentro de um regime democrático-liberal, mesmo que em decadência e representando o esfacelamento do pacto pelo alto da Constituição Federal de 1988. Ainda assim, isso não retira o fato de que, mesmo não sendo um Mussolini ou Hitler, Bolsonaro em si seja fascista. A atuação da família Bolsonaro seria um elemento de peso no governo mediante a escolha direta de ministros. O comunismo seria um inimigo a ser enfrentado junto ao socialismo e o petismo, iguados em forma e conteúdo. Esses grupos seriam os grandes culpados pelas mazelas brasileiras como o desemprego e a criminalidade. Nessa esteira, o ataque ao que denominam como globalismo, multiculturalismo, ideologia de gênero e estratégia gramsciana de revolução comunista explicitariam a aversão à democracia ou qualquer organização contrária aos ideais do governo. Uma segunda faceta do governo protofascista de Bolsonaro seria aquela ligada à pauta econômica com Paulo Guedes que congrega a visão ultraliberal com privatizações e favorecimento do capital estrangeiro que estrangulam as políticas sociais (Fontes, 2019).

Para o historiador e professor Demian Melo da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao investigar os aspectos ideológicos e organizativos do fenômeno do bolsonarismo, defende a hipótese de que esse fenômeno representa tendência ao fascismo. Em sua leitura percebemos a ancoragem em autores como Robert Paxton. Melo (2020) lembra que Paxton (2007) elenca uma sequência de cinco etapas do fascismo: a) a criação dos movimentos; b) criação de raízes no sistema político; c) conquista do poder; d) o exercício do poder; e) longo período no qual os regimes escolheram entre a radicalização e a entropia. E assevera que Paxton entende que apenas os casos do fascismo italiano e nazismo alemão alcançaram todas as cinco etapas. Desse modo, ao fazer um paralelo entre as experiências históricas do caso

italiano/alemão e identificando além das etapas elencadas por Paxton de que esses fenômenos eram de massa, ou seja, precisaram encontrar um ambiente favorável para a solidificação de seus ideais, marcadamente pelas participações frustradas desses dois países nas duas grandes guerras, influenciando assim, para o estabelecimento de uma crise de grande proporção nessas duas formações.

Além desse ambiente de crise, o fascismo não seria possível sem a convivência das classes dominantes e apoio dos agentes estatais, que diante da força fascista em recrutar forças paramilitares, não realizou um movimento de coibição de tal prática. Diante da conjuntura de uma crise profunda, bem como da real força da classe trabalhadora via organizações coletivas como os partidos comunistas, Melo (2020) insere o componente gramsciano da crise orgânica no qual o rompimento entre as classes dominantes e seus partidos tradicionais seria mais um elemento a ser adicionado à iminência fascista, e que também estaria presente no Brasil com a ruptura entre partidos tradicionais (PT e PSDB) e as classes dominantes, dos quais concordamos.

O culto à violência, o anti-intelectualismo instigado pela produção de Olavo de Carvalho, além do negacionismo e naturalização da ditadura militar seriam aspectos que aproximam o bolsonarismo ao fascismo. E embora Bolsonaro não tenha um partido próprio tendo em vista a frustrada tentativa de formação do Aliança pelo Brasil não conseguir recolher assinaturas para a formalização partidária, o partido em si já existiria de modo não tradicional, mediante a rede de aparelhos da sociedade civil: youtubers; ativistas digitais; organizações no meio empresarial; setores bolsonarizados nas polícias, Forças Armadas, na base de massas de igrejas neopentecostais (Melo, 2020).

### **5.9.1 Um debate com as teses sobre o neofascismo**

Para além do fascismo, é comum no debate brasileiro o uso do neofascismo de modo a caracterizar a conjuntura brasileira marcada pelo ascenso bolsonarista. Um entendimento melhor do que significa o neofascismo é realizado pelo trabalho do professor Leonardo Carnut (2020a) que identificou a produção científica em torno desse conceito mediante um mapeamento no currículo Lattes. O resultado dessa pesquisa agrupa as produções sobre o neofascismo em quatro grandes blocos: a)

trabalhos que procuram uma delimitação da categoria neofascismo; b) trabalhos que historicizam o uso da categoria neofascismo; c) aqueles que aplicam o neofascismo a uma conjuntura doméstica; d) trabalhos que identificam/descrevem grupos e práticas neofascistizantes:

**Quadro 20** - Abordagens do neofascismo no Brasil

<b>Bloco</b>	<b>Autores</b>
Delimitação da categoria neofascismo	Poggi (2012); Caldeira-Neto (2016)
Historicização do uso da categoria	Cruz (2016); Moraes (1998; 2020)
Aplicação do neofascismo em análises locais	Chang de Almeida (2008; 2012); Caldeira-Neto (2016); Carneiro (2018).
Identificação e descrição de grupos/práticas neofascistizantes	Caldeira-Neto (2016); Maynard (2012); Munhoz (2016).

**Fonte:** Carnut, 2020a.

O autor argumenta a sustentação de sua tese de que vivenciamos no Brasil um fascismo de formas inovadoras o que implicaria a necessidade de estudos sobre o tema, de modo semelhante ao que ocorre com o (neo)liberalismo chamando a atenção para a necessidade de reconhecemos que o fascismo apresenta outras caracterizações adaptadas ao contexto do neoliberalismo.

Desse modo, concorda com o argumento do historiador britânico Roger Griffin na utilização do prefixo “neo” para o entendimento na nova fase do fascismo (do pós-guerra até os dias atuais), argumentando que Griffin aporta o neofascismo como expressão distinta do fascismo histórico por se materializar em formas de organizações políticas que falham em se construírem como forças populistas, embora tenha conseguido avanços em outras frentes:

[...] o neofascismo tem logrado êxito em outras frentes de ação como na internacionalização de seu alcance no pós-guerra, na construção de um ambiente cúltico do neofascismo grupal (através de organizações neofascistas), pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (ciberfascismo), na edificação de um ‘neofascismo cultural’ (metapolitização) e na criação de uma escola própria de história moderna (revisão histórica) (Carnut, 2020a, p. 83)

Em sua interpretação teríamos com a ascensão do conservadorismo e na eleição de Bolsonaro em 2018 a necessidade de se tomar o neofascismo como preocupação, buscando identificar no cenário brasileiro o que se tem pesquisado sobre a temática. Embora o uso do termo neofascismo seja amplo, elenca a existência de uma diferença fundamental entre fascismo e regime fascista, argumentando que não teríamos elementos para afirmar que no Brasil vivenciamos com Bolsonaro um regime neofascista. Em sua interpretação o neofascismo estaria presente em coletivos na sociedade civil. Todavia, sua argumentação também defende que o neofascismo no Brasil se insere mediante uma guerra cultural que apresenta reflexos nas políticas educacionais, e também no estrangulamento fiscal com a EC 96/2016. A vitória de Bolsonaro em 2018 seria ajudada pelo desenvolvimento de organizações neofascistas (Carnut, 2020a). Pontua também a diferença entre organização neofascista de APH, que em alguns momentos podem ser semelhantes. Essas organizações neofascistas estariam preocupadas em se tornarem movimentos contrarrevolucionários atuando de forma extralegal, divulgando mensagens com conteúdos fascistas, praticando ataques verbais/físicos e chegando a assassinar lideranças de movimentos sociais.

Embora o debate seja polêmico e suscita o conhecimento histórico e a análise da conjuntura, Carnut (2020a) coloca a questão se o que se vive no Brasil seria de fato a formação política de um fascismo de novo tipo, ou estaria sendo caracterizada mais como o padrão conservador da burguesia brasileira sedimentada na escravidão. Para os autores que ele identifica estaríamos vivenciando uma nova conformação do tipo fascista, mesmo que as práticas conservadoras sejam uma constante no Brasil, não estaria descartada a questão do “ovo da serpente”, ou seja, que tais práticas seriam de fato embriões do neofascismo no Brasil.<sup>246</sup>

Em que pese o rigor metodológico e as observações detalhadas de Carnut (2020a), como demonstraremos, avaliamos que o que vivenciamos no Brasil com Bolsonaro foi mais um traço de nossa formação econômico-social de autocracia burguesa de perfil pré-bonapartista num período de crise orgânica, ancorada em camarilhas militares. Isso não exclui o fato de que entre integrantes do governo Bolsonaro tenha de fato fascista, ou que grupos neofascistas e neonazistas tenham tido simpa-

---

<sup>246</sup> Carnut vem se dedicando ao tema do neofascismo, produzindo inclusive análises na conjuntura brasileiro e latino americana. Dentre seus trabalhos destacamos: Mendes; Carnut, 2020; Mendes; Carnut, 2021; Carnut, 2022a;b;c; Carnut; Regis, 2022;

tia com o governo devido às pautas reacionárias, racistas, xenófobas, mas em nossa concepção, o neofascismo como uma categoria analítica ainda careceria de uma melhor exposição, ainda mais por indicar que o fascismo do tipo histórico não poderia ocorrer como possibilidade para a burguesia, sem com isso, cairmos num mimetismo.

O historiador Marcello Badaró Mattos (2020) ao caracterizar a conjuntura doméstica em meio à vitória de Bolsonaro em 2018 chama atenção para defesa de valores fascistizados: o discurso de ódio e o saudosismo pela ditadura militar por parte do Ex-presidente. Ao buscar entender esse caldo contextual, presume que o neofascismo se apropria de construções antigas, com formulações conservadoras disseminadas nas últimas décadas. A produção intelectual de Olavo de Carvalho estaria nessa base por permitir aglutinação de teorias conspiratórias e anticientíficas. O Bolsonarismo também se vincularia à direita internacional mediante seu empenho em denunciar pautas voltadas à ideologia de gênero nas escolas, e a obsessão em apontar comportamentos sexuais considerados erráticos.

Nesse sentido, utiliza a categoria neofascismo para designar movimentos, organizações e lideranças políticas que não possuem uma vinculação histórica direta com o fascismo do entreguerras. Ele se aporta na análise que o historiador português Manuel Loff faz do discurso de Bolsonaro da misoginia, ataque aos movimentos sociais e políticas que lhes são contrários, minorias étnicas, e o revigoramento da nação.

Mattos (2020) concorda com a elaboração do cientista social Michael Löwy (2020) para o qual a ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e neofascista tem seus exemplos mais concretos com Trump (USA), Modi (Índia), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), e Bolsonaro (Brasil). Destaca que os atuais partidos neofascistas não buscam organizar tropas de choque paramilitares uniformizadas para aterrorizar a esquerda, como era o caso dos camisas negras de Mussolini, ou da *Sturmabteilung* (SA) de Adolf Hitler (Löwy, 2020, p. 15), todavia, em que pese não termos a ameaça à sociabilidade burguesa do ascenso revolucionário das classes trabalhadoras; o entusiasmo do grande capital pelo programa econômico ultranacionalista, o neofascismo seria apropriado para caracterizar traços fascistas em forças políticas, sem se tratar de uma reprodução do passado. Em que pese o fato de que em alguns países euro-

peus exista uma continuidade entre o fascismo histórico e os movimentos neofascistas, esse caso não se aplicaria ao Brasil segundo Löwy (2020), ele retoma o ano de 1930 para demonstrar com o integralismo essa presença, no caso de Bolsonaro, haveria pouca vinculação com essa matriz histórica.

Por outro lado, para o historiador brasileiro Luiz Pericás é preciso uma diferenciação entre forma e conteúdo no uso de determinados conceitos no sentido de entendermos as particularidades do Brasil. O uso de termos como neofascismo; profascismo ou colonial-fascismo adaptados às condições da conjuntura recente do Brasil seriam entendidos pelo autor como deformações ou adequações de fenômenos recorrentes da nossa formação econômico-social aplicados ao século XXI, portanto, variantes antigas e frutos de um passado colonial, escravocrata, elitista e autoritário de nossa história (Pericás, 2022). Metodologicamente o autor identificará os atributos da gestão Bolsonaro de modo a compará-lo com o fenômeno original do fascismo no intuito de identificar paralelos e diferenças entre as experiências.

A esse modo, no caso da Itália, país com um capitalismo atrasado, mas localizado no pólo mais dinâmico desse modo de produção no período do entreguerras, o fascismo teria estruturado um Estado autárquico, corporativo, intervencionista e atrofiado associado ao grande capital nacional e à burguesia interna. Em relação à realidade brasileira o que tivemos com o governo Bolsonaro foi, em sua interpretação uma dinâmica contrária à italiana. Há um aprofundamento da desindustrialização, reprimarização e austeridade fiscal com apelo à capitalização e rentabilidade mediante o agronegócio; especulação financeira e fixação do Brasil como celeiro do mundo produtor de *commodities* (Morceiro, 2021).

Sob este ângulo, no lugar de uma política imperialista de expansão das zonas de influência da burguesia brasileira mediante aumento da industrialização como ocorreu no caso europeu, a administração Bolsonaro praticou a entrega e subordinação ao imperialismo através da facilitação da entrada dos interesses estrangeiros no país. Pericás (2022) argumenta que esse padrão não é novo e não é exclusivo da gestão Bolsonaro. A Lava-jato, por exemplo, realizou a tentativa de destruição de empresas públicas e de empreiteiras nacionais. Dessa forma, não haveria, na visão desse autor, um projeto do governo na condução de uma possível expansão brasileira no cenário internacional, há mais uma subserviência a países como os Estados Unidos.

Outro aspecto a se chamar atenção seria a relação do fascismo com os trabalhadores. Na Itália de Mussolini se retirou a autonomia das classes trabalhadoras, destruindo as organizações de esquerda e de oposição, ao mesmo tempo em que se conformaram espaços verticalizados para controle, disciplinamento e colaboração de classe. A *Carta del Lavoro* de 1927 seria um exemplo desses aspectos. No Brasil de Bolsonaro, objetivamente tivemos a desregulamentação laboral (seguindo a trilha de governos anteriores, especialmente Temer), no intuito de promover uma flexibilização das relações trabalhistas impulsionando a terceirização, a uberização, o empreendedorismo e conseqüente precarização do trabalho. Não haveria o intuito de formação de sindicatos, círculos operários ou algo parecido com o que ocorreu na Itália do período fascista. Há mais uma aposta na atomização e individualismo com apelo à precarização do trabalho travestido de empreendedorismo (Pericás, 2022).

No âmbito político o fascismo italiano promoveu a abolição da Câmara dos Deputados e a criação de uma Câmara *dos Fasci* e das corporações. No caso brasileiro Bolsonaro dialogou constantemente com o “Centrão”, prática realizada pelos governos anteriores ao seu. Do ponto de vista da imprensa, ao contrário do fascismo, no Brasil não há um controle da mídia e muito menos de veículos de comunicação menores, assistimos o uso das mídias sociais de forma fragmentada. Em que pese esse fato, mesmo com o uso de *fake news* e grupos na internet, Bolsonaro não conseguiu formalizar seu partido.

Em relação ao anticomunismo, Pericás (2022) destaca que essa experiência na Europa buscou prevenir um ascenso comunista e qualquer iniciativa de revolução. No Brasil o horizonte que temos são mais organizações de esquerda ligadas à ordem capitalista, partidos como o próprio PT não possuem nenhum rompante revolucionário, pelo contrário, apresentam contornos conciliatórios, e partidos como o PSOL (pelo menos em suas correntes majoritárias) acabaram se tornando uma extensão do PT, especialmente mediante ao pleito eleitoral de 2022 no apoio a Lula-Alckmin numa frente ampla contra o bolsonarismo (Vamos Juntos Pelo Brasil) formada pelo PT, PCdoB, PV, PSB, PSOL, Solidariedade e Rede:

De qualquer forma, o “anticomunismo” por aqui é anterior ao surgimento do fascismo e mesmo da Revolução Russa. Como lembra o historiador Lincoln Secco, “o anticomunismo é um elemento de longa duração e surgiu no Brasil antes de qualquer movimento socialista ou

comunista. No século XIX, a palavra ‘comunismo’ aparecia nos comêndios jurídicos, discursos de deputados e artigos de jornais associada ao crime, à preguiça, à irracionalidade e ao agigantamento do Estado. Decerto, não se tratava de um fenômeno persistente e enraizado na sociedade civil e nas forças armadas. Estas, ainda não estavam constituídas e centralizadas, material e ideologicamente, o que só aconteceria depois de 1930; e a ‘sociedade civil’ e a política eram espaços de uma restrita *coterie* (Pericás, 2022, p. 158).

A expressão política encarnada em Bolsonaro não conseguiria formular ideias próprias e nem possui intelecto para tal. Sua performance representaria práticas e preconceitos de uma parcela da sociedade brasileira considerada “lumpesinato”, que não apresenta profundidade cultural ou base econômica preponderante, setores que perderam espaço e privilégios nos últimos anos. Do ponto de vista das frações de classe, Bolsonaro não representaria inteiramente o agronegócio, sistema bancário, mídia corporativa e setor industrial. Está mais ligado a:

[...] pequenos comerciantes, os empresários varejistas, as alas radicalizadas das polícias civil e militar, os milicianos, os grupos neopentecostais, os grileiros de terra, os madeireiros e os garimpeiros, assim como algumas fatias dos trabalhadores precarizados, defensores de armas e de práticas ilícitas, que pretendem ocupar um espaço na política e na economia à força, por meio de atos ilegais, mas que não só não estão no topo da estrutura social como dificilmente chegarão lá (Pericás, 2022, p. 160).

O caso de Bolsonaro estaria mais próximo de apoios a empresários como Luciano Hang (Lojas Havan), Salim Mattar Júnior (empresa de aluguel de automóveis Localiza), Flavio Rocha (Riachuelo), Sebastião Bomfim Filho (Lojas Centauro), Edir Macedo (Igreja Universal), Junior Durski (lanchonetes Madero), Edgard Corona (Bio Ritmo), João Appolinário (Polishop) e Washington Cinel (empresa de segurança Gocil). Esses elementos não excluem que num nível personalista Bolsonaro não tenha simpatia ou mesmo seja um fascista. Embora suas inspirações estejam distantes do *Duce* italiano e do *Führer* alemão, Bolsonaro tem como pilar ideológico figuras da ditadura militar brasileira a exemplo de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Emílio Garrastazu Médici (Pericás, 2022).

O historiador Gilberto Calil (2020), apesar de possuir um pensamento divergente do aludido por Pericás (2022) nos traz uma argumentação baseada num processo de fascistização, o que para nós, parece ser acertado:



[...] «populista de direita», «ultradireitista» ou «radical de direita». Nosso entendimento é que tais qualificações são insuficientes, e que para compreender efetivamente o processo em curso é necessário recorrer à categoria de fascismo e, em especial, à noção de fascistização[...]. **Nossa hipótese é que Jair Bolsonaro é um presidente fascista, cuja ascensão deve ser compreendida nos marcos do avanço da direita no Brasil ao longo dos últimos anos, que têm como perspectiva levar adiante um processo de fascistização do regime político brasileiro** e que se utiliza da pandemia para fazer avançar este processo (Calil, 2020, p. 70, grifo nosso).

A hipótese de Calil nos parece plausível, sobretudo porque nos permite pensar dialeticamente a conjuntura, aspecto metodológico refletido por Trotsky (2018) no tocante à importância de uma correta orientação teórica. Essa orientação se faz necessária precisamente em períodos de mudanças sociais e políticas, nessas conjunturas, conceitos e generalizações políticas se exaurem de forma rápida, bem como podem exigir substituições e correções.

Trotsky (2018) ressalta que em épocas de grandes conflitos sociais há combinações, situações históricas que podem tomar formas transitórias. Ao analisar a realidade europeia no período do entreguerras considerou que entre um regime político democrático-parlamentar e o fascismo teríamos formas transitórias de regime. Argumenta que entre o plano teórico e o prático há distinções de grau de proximidade, sendo que seria falso formar uma imagem de fascismo do tipo ideal e opô-lo a um regime fascista real, de modo que não se trata de uma definição formal, mas da dinâmica da luta de classes, das forças que estão no processo político e de que forma os trabalhadores estão inseridos nesse contexto.

Essa forma de pensar nos ajuda a uma melhor caracterização da dinâmica brasileira, de modo que os esquematismos, e especialmente na discussão sobre o fascismo, e a ideia comum de enquadrar a realidade numa determinada estrutura conceitual possam ser superadas, assim como, estimular o debate. Dessa forma, pensar a relação entre governo e regime social no Brasil sob o governo Bolsonaro é fundamental em nossa tese, não como um exercício hermético, mas como esforço analítico para auxílio no andamento de nossa pesquisa.

### 5.10 Governo e regime social no Brasil do Governo Bolsonaro

Os autores que trabalham com o termo neofascismo trazem de fato elementos importantes para a reflexão numa profusão de elementos empíricos e históricos, promovendo assim o debate sobre a caracterização do governo Bolsonaro. Todavia, embora concordemos que existam no Brasil expressões fascizantes ligadas a grupos/lideranças no Brasil sob o governo Bolsonaro, esse caráter é mais difuso e pulverizado, embora não desconsideremos seu potencial de massas.

Historicamente as experiências históricas do fascismo e do nazismo implicam num grau de ataque às classes trabalhadoras e suas organizações em termos de aniquilação, sendo, portanto, mais um fenômeno de classe do que um elemento subjetivo/personalista. Em nossa avaliação, Bolsonaro e seu governo seriam mais um filho indesejado da crise orgânica brasileira. Os distintos interesses que atendeu entre 2019 a 2022, o padrão ultraliberal das políticas econômicas, e a atuação na pandemia da Covid-19 como veremos no próximo capítulo seriam mais traços da autocracia burguesa brasileira inapta e débil, que se associa ao capital internacional e rifa o Brasil através da financeirização.

Contudo, se pensarmos em termos de um processo dialético, de conformação de ideias, e de instalação de elementos fascizantes na sociedade brasileira, podemos sim encontrar características desse processo conforme nos lembra Calil (2020). Isso não exclui a influência do negacionismo histórico, do machismo, patriarcado, truculência e falta de apreço pelas liberdades democráticas que o governo Bolsonaro tensionou para ver os limites e possibilidades de aliança para um possível golpe de Estado.

Ademais, enxergamos mais um aprofundamento das tendências macroestruturais que vinham ocorrendo desde o fim da lua de mel da administração petista com grandes setores do capital, e a retomada de um programa neoliberal mais severo. A crise econômica de 2008 e seus rebatimentos na formação brasileira muitas vezes é esquecida, como também as contratendências que o capital exige para realização de seu processo de acumulação. Essa conjuntura decadente republicana implica não mais num pacto de classe, mas na ofensiva autocrática burguesa dependente brasileira para a manutenção de privilégios, tendo como elo mediador o Estado.

Na Pandemia da Covid-19 esses traços ficam nítidos, especificamente porque, como veremos, os elementos que influenciaram na gestão da crise sanitária

brasileira dialogam com a defesa de interesses das classes dominantes, sendo o negacionismo científico, inoperância administrativa, *fake news*, performance do Ex-presidente mais efeitos do que causas dessa realidade, uma vez que nenhum governo no modo de produção capitalista pode ser enxergado acima das classes, mesmo àqueles considerados bonapartistas, representam em sua essência uma vinculação direta com determinadas frações de classe.

É importante destacarmos que, se pensarmos em termos de regime social, uma afirmação óbvia é que no Brasil há a dominação do capitalismo como modo de produção. O capitalismo comporta distintas formas de governo, que no caso brasileiro em nosso período de análise, o tratamos mais em termos de processo: um governo que tentou no início um caráter pré-bonapartista, se colocando (aparentemente) acima das classes para tentar uma resolução pelo alto para a crise orgânica brasileira, com a presença de militares na gestão do Estado. Dialeticamente, não desconsideramos o fato de que Bolsonaro conseguiu mobilizar uma parcela de sua base de apoio, e que teve na pequena burguesia e em APHs um aporte preponderantemente do bolsonarismo.

Todavia, como fruto da crise orgânica brasileira, o governo Bolsonaro ao tentar de alçar acima das classes, também foi influenciado pelos distintos núcleos de seu governo, especialmente o olavista e ultraliberal. Ao tentar se apoiar em alguns setores das forças armadas, e numa base militante mais fascistizada, o governo passou a ter choques com o próprio regime democrático-burguês, nas figuras de um bonapartismo judicial com o STF. As disputas entre atores políticos como o ministro Alexandre de Moraes<sup>247</sup> e o próprio Bolsonaro e seus apoiadores refletem essa questão (Matos, 2018; Matos; Yang, 2021).

Nesse sentido, o que observamos no Brasil no período que analisamos sem desconsiderar os aspectos das mobilizações bolsonaristas, foi uma disputa entre o firmamento de bonapartismos entre executivo e judiciário. Essa seria uma situação intermediária de disputas, que fazem aflorar formas amalgamadas de governos e disputas (Rojas; Wanderley, 2022). Por esse motivo, que na conjuntura brasileira entendemos que o conceito de pré-bonapartismo, como um processo em tendência

---

<sup>247</sup>Folha de São Paulo. **Embate entre Bolsonaro e Moraes inclui inquérito controverso e pode ter ápice na eleição.** 20 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/embate-entre-bolsonaro-e-moraes-inclui-inquerito-controverso-e-pode-ter-apice-na-eleicao.shtml>. Acesso em:

à bonapartização do regime (Trotsky, 2018), seria mais adequado em nossa interpretação para caracterizar o governo Bolsonaro, embora o próprio bonapartismo seja, em termos concretos, um tipo de fascismo.

Isso não exclui como salientamos que existam na sociedade brasileira grupos neofascistas, que se organizam nas redes sociais, ou que um núcleo bolsonarista seja mais fascistizado. Estamos pensando aqui em termos de regime político e de governo, entendendo que na sociedade civil existem distintos agrupamentos políticos, mas que o estabelecimento de um regime e um governo fascista implica num grau de opressão que impediria até a publicação e realização de nossa tese de doutoramento. De modo dialético, apontamos esses elementos porque com a reassimilação de Lula como candidato à presidência da república pelos próprios atores do golpe de 2016, como o STF, e sua vitória nas eleições de 2022, houve de fato uma base bolsonarista fascistizada que buscou junto ao Ex-Presidente Bolsonaro, aplicar um golpe de Estado, com esperança de uma ação militar bonapartista, o que não ocorreria sem apoio estadunidense. Ao perder as eleições no segundo turno em 2022, a base bolsonarista realizou atos antidemocráticos pelo país. Muitos ficaram nas frentes dos quartéis das forças armadas se manifestando contra o resultado das eleições, colocando em questão a validade das urnas eletrônicas, defendendo a intervenção militar como resolução da questão. Embora essas manifestações tenham ocorrido durante toda a gestão Bolsonaro<sup>248</sup>.

Com essas manifestações e chamamento ao golpe, percebemos uma disputa entre um suposto bonapartismo do executivo, encarnado em Bolsonaro juntamente com camarilhas militares, contra um bonapartismo judicial representado por Alexandre de Moraes. Todavia, sempre importante salientar que isso não descarta o processo de fascistização, que de fato pode ser encontrado nas ações de mobilização que Bolsonaro conseguiu realizar durante seu governo. Nesse sentido, com a derrota nas eleições de 2022 esse movimento que se dava mais na cena política, extravasava a institucionalidade e ganha às ruas<sup>249</sup> de modo mais intenso:

---

<sup>248</sup> Poder 360. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de setembro em São Paulo. 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

<sup>249</sup> Embora esses atos tenham tomado as ruas brasileiras, pesquisa da datafolha indica que 75% dos brasileiros são contra os atos antidemocráticos dos bolsonaristas, contra 21% que são a favor; 3% indiferentes e 1% não sabe. Cf. G1. Maioria dos brasileiros é contra atos golpistas e defende punição, aponta Datafolha. 22 de dezembro de 2022. Disponível em:

**Figura 35** - manifestantes bolsonaristas realizando gesto nazista



**Fonte:** Chade, 2022.

Essa manifestação em específico ocorreu no município de São Miguel do Oeste, localizado no Estado de Santa Catarina. Para o Ministério Público do Estado de Santa Catarina gesto do “levantar as mãos”, como faziam os nazistas, não tem nenhuma ligação, concluindo foi fruto de um pedido de um dos oradores do protesto que as pessoas levantassem as mãos para emanar “energias ao movimento”.<sup>250</sup>

Com a vitória de Lula e sua diplomação, esses atos tomaram contornos violentos como ocorreu no dia 12 de dezembro de 2022 em Brasília, no qual ônibus e carros foram queimados<sup>251</sup>. Com a prisão de José Acácio Tserere Xavante, apoiador de Bolsonaro, golpistas tentaram invadir um prédio da Polícia Federal e incendiaram carros. No mês de novembro de 2022 outros atos bolsonaristas ocorreram por todo o país com destaque para caminhoneiros que bloquearam estradas. A Polícia Rodo-

---

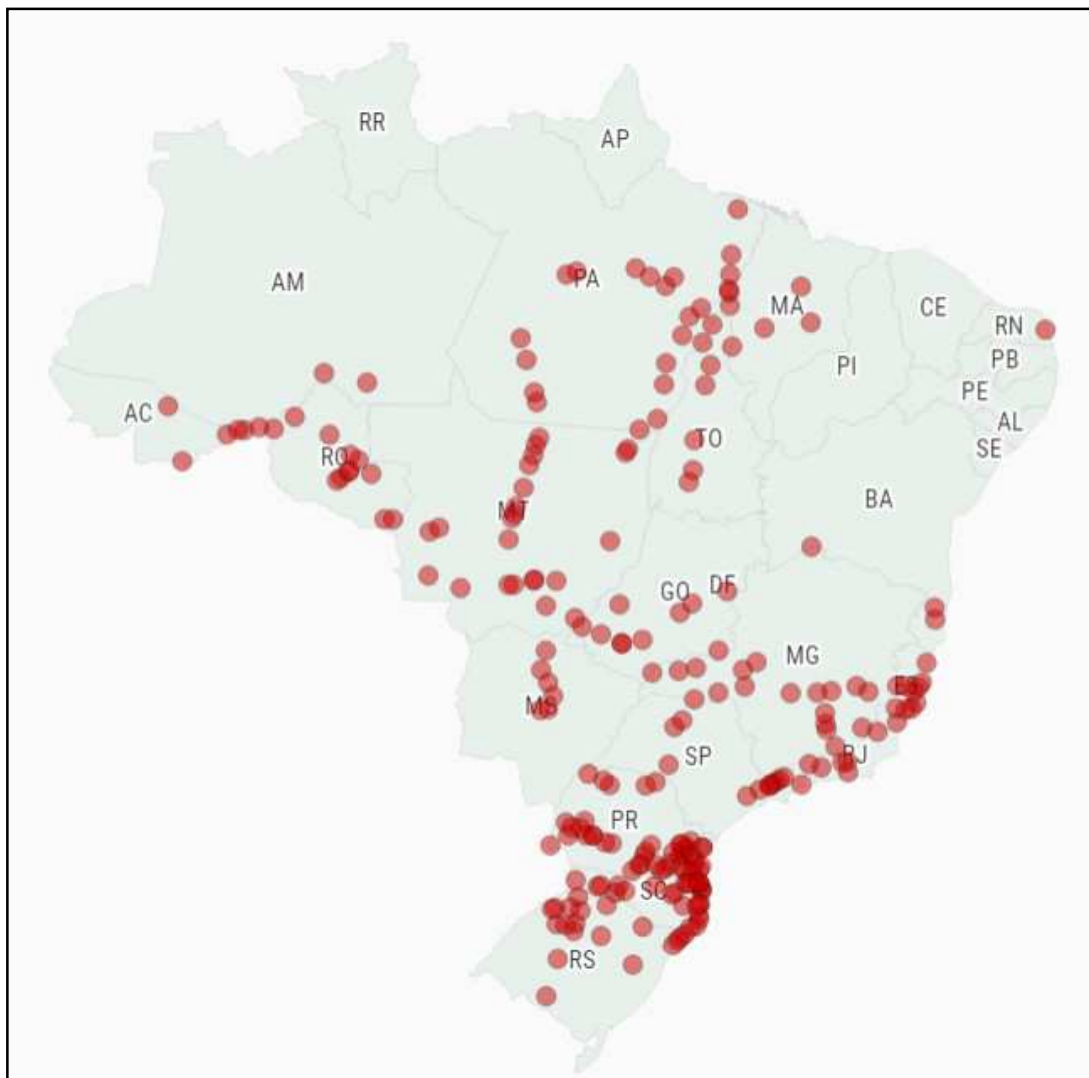
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/22/maioria-dos-brasileiros-e-contra-atos-golpistas-e-defende-punicao-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.

<sup>250</sup> Cf. MPSC. **Justiça homologa arquivamento do caso de suposta saudação nazista durante manifestação em São Miguel do Oeste**. 19 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.mp.sc.br/noticias/justica-homologa-arquivamento-do-caso-de-suposta-saudacao-nazista-durante-manifestacao-em-sao-miguel-do-oeste>. Acesso em: 22 dez. 2022.

<sup>251</sup> G1. **Bolsonaristas radicais queimaram 3 carros e 5 ônibus e depredaram delegacia em ato em Brasília**. 13 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/13/bolsonaristas-queimaram-7-carros-e-4-onibus-e-depredaram-delegacia-em-ato-em-brasilia-dizem-bombeiros.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.

viária Federal identificou um total de 223 bloqueios como demonstra o mapa a seguir:

**Figura 36** - Interdições em rodoviárias federais do Brasil (01/11/2022).



**Fonte:** <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/prf-registra-233-bloqueios-em-rodovias-do-brasil-veja-mapa/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Em um desses bloqueios, especificamente no trecho da Dutra em Jacareí e São José, a torcida organizada do Corinthians furou o bloqueio<sup>252</sup>. Noutro trecho da marginal Tietê em São Paulo, essa torcida também dispersou os manifestantes bolsonaristas no dia 2 de dezembro de 2022.

<sup>252</sup> G1. Corinthians furam bloqueios com protestos de bolsonaristas na Dutra em Jacareí e São José. 2 de novembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/11/02/corinthians-desbloqueiam-trecho-com-protesto-de-bolsonaristas-na-dutra-em-jacarei.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Um fato interessante sobre essas manifestações e bloqueios é a identificação dos financiadores. A investigação realizada sob solicitação do STF identificou 43 empresas e 10 pessoas físicas que deram apoio a tais práticas. A maioria das empresas é do Estado do Mato Grosso, pertencendo à atividade agrícola, material de construção e transportadoras de carga<sup>253</sup>. Percebemos que em sua maioria, tais grupos de apoiadores se localizam numa burguesia agrária, que também tem ramificações na burguesia comercial. Destacamos que o único Banco identificado como financiando esses atos é o Banco Rodobens S.A fundado no ano de 1968, e que possui um capital social de R\$ 342 milhões. Tal identificação nos informa que, do ponto de vista desse apoio, o grande capital, a fração rentista, por exemplo, não aparece em cena apoiando os atos golpistas. Trata-se mais de uma burguesia interna, ligada ao ambiente do agronegócio, transporte e comércio.

No dia 8 de janeiro de 2022, uma semana após a posse de Lula, houve em Brasília o que consideramos ser o ato de maior grau desde a redemocratização em 1988. Tratou-se de hordas bolsonaristas que invadiram e depredaram o Congresso nacional. No que se tornou uma versão do que ocorreu nos Estados Unidos com a invasão do capitólio em 2021 por trumpistas insatisfeitos com a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020, tais hordas depredaram os prédios da praça dos três poderes com palavras de ordem que exigiam a intervenção das forças armadas para a retirada de Lula do poder:

---

<sup>253</sup> BARRETO FILHO, Herculano; BORGES, Stella Borges. **Quem são as pessoas e as empresas suspeitas de financiar atos golpistas.** UOL. 17 de novembro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/17/quem-sao-as-pessoas-e-empresas-suspeitas-de-financiar-atos-golpistas.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

**Figura 37** - Bolsonaroistas invadem o Congresso Nacional, em Brasília



**Fonte:** Afonso Ferreira/TV Globo

É preciso destacar que esse ato teve a conivência das forças policiais que facilitaram a entrada dos bolsonaristas ao âmbito da praça dos três poderes <sup>254</sup>. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) chegou a exonerar o secretário de Segurança, Anderson Torres (Ex-ministro da Justiça no governo Bolsonaro), como uma forma de tentar se desvincular da responsabilidade e permissividade com tais atos, todavia, o ministro do STF Alexandre de Moraes afastou Ibaneis da função pública por um período de noventa dias:

Absolutamente NADA justifica a existência de acampamentos cheios de terroristas, patrocinados por diversos financiadores e com a complacência de autoridades civis e militares em total subversão ao necessário respeito à Constituição Federal. Absolutamente NADA justifica a omissão e conivência do Secretário de Segurança Pública e do Governador do Distrito Federal com criminosos que, previamente,

---

<sup>254</sup> MENEZ, Luiz Fernando; ARAGÃO, Alexandre. Vídeos de golpistas mostram policiais coniventes com atos terroristas em Brasília. Uol. 8 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/videos-de-golpistas-mostram-policiais-coniventes-com-atos-terroristas-em-brasilia,6fb26a61b315601bfdb5ab71e1464014g6qebgrh.html>. Acesso em: 9 jan. 2023.



anunciaram que praticariam atos violentos contra os Poderes constituídos.<sup>255</sup>

O ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino (PCdoB), chegou a comentar os atos golpistas afirmando que houve mudanças na véspera dos ataques (a exemplo da permissão de circulação de pessoas na espanada dos ministérios), de responsabilidade do governo do Distrito Federal.

Nos dias que antecederam esses episódios, inéditos no Brasil, houve uma preparação que se baseou nas responsabilidades constitucionais do governo do Distrito Federal. Não obstante, a esse entendimento, nós tivemos uma mudança de orientação administrativa ontem, em que o planejamento que não comportava a entrada de pessoas na Esplanada foi alterado na última hora.<sup>256</sup>

Dias antes de os ataques aos prédios dos três poderes o então ministro da defesa de do governo Lula, José Múcio Monteiro, declarou que as manifestações dos bolsonaristas em frente aos quartéis eram democráticas, e que ele mesmo tinha amigos nos acampamentos:

Eu falo com autoridade porque tenho parentes lá. No de Recife, tenho alguns amigos aqui [Brasília]. É uma manifestação da democracia. A gente tem que entender que nem todos os adversários são inimigos, a gente tem até inimigos correligionários. Eu acho que daqui um pouquinho aquilo vai se esvaír e chegar a um lugar que todos nós queremos<sup>257</sup>

Diante desse quadro, visualizamos dois momentos que não estão necessariamente desconexos, um primeiro diz respeito à base bolsonarista enquanto Bolsonaro estava no poder, e outra no qual, após a vitória de Lula, saiu do aparelhamento estatal, passando a aprofundar atos antidemocráticos e golpistas. Em que pese o

<sup>255</sup> ROBERTO NETTO, Paulo. Moraes afasta Ibaneis Rocha, governador do DF, do cargo por 90 dias. UOL. 9 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/09/moraes-afasta-ibaneis-rocha-governador-do-df-do-cargo-por-90-dias.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9 jan. 2023.

<sup>256</sup> TEIXEIRA, Lucas Borges; MARQUES, Gilvan. Dino diz que DF mudou esquema de segurança na véspera de atos golpistas. UOL. 8 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/dino-diz-que-df-mudou-esquema-de-seguranca-na-vespera-de-atos-golpistas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9 ja. 2023.

<sup>257</sup> NETTO TOBERTO, Paulo. Múcio diz que tem amigos em acampamento: 'É manifestação democrática'. UOL. 2 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/02/mucio-diz-que-tenha-amigos-em-acampamento-e-manifestacao-democratica.htm>. Acesso em: 9 jan. 2023.

fato de existir a conivência de setores policiais e do executivo, como demonstrara o caso de Ibaneis e de distintos governadores e prefeitos pelo Brasil, uma vez que os acampamentos bolsonaristas antidemocráticos se espalham pelo país, os dispositivos liberais burgueses atuaram no sentido de barrar e impedir o avanço de tais medidas, como as ações do STF que se alçou acima das classes sociais no Brasil numa tentativa de assegurar as premissas republicanas (mesmo essas em Estado de putrefação).

Se de modo inicial os atos antidemocráticos buscavam táticas visando abalar a confiança das pessoas nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral, como um meio de atacar a democracia burguesa e atuar numa base mais fascistizada, seu aprofundamento implica no ataque direto ao denominado Estado de Direito burguês, no golpismo e na sublevação da base protofascista bolsonarista, com o apoio e estímulo de Bolsonaro<sup>258</sup>. Além disso, o Ex-presidente também reafirmou que sempre buscou “jogar nas quatro linhas da Constituição”, fazendo uma referência ao fato de que supostamente ele teria sido um presidente democrático e que respeitou a Constituição Federal de 1988:

---

<sup>258</sup> Bolsonaro não reconheceu a vitória de Lula nas eleições de 2022, permanecendo em silêncio e se recusando a repassar a faixa presidencial. Viajou para os Estados Unidos no dia 30 de dezembro de 2022, ficando na casa do lutador de MMA José Aldo, em Orlando.

**Figura 38** - Comentários de Bolsonaro sobre os ataques em Brasília



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Cabe salientar que embora Bolsonaro tenha perdido as eleições para Lula em segundo turno, ele ainda conseguiu um número expressivo de votos: 58.206.322 votos, totalizando 49,1%, contra 60.345.825 (50,9%) de Lula<sup>259</sup>. Consideramos que nem todas essas pessoas que votaram em Bolsonaro são fascistas, mas que dentre seus eleitores, há, do ponto de vista das classes sociais, setores bolsonarizados e fascistizados mais fiéis à sua ideologia reacionária.<sup>260</sup>

Bolsonaro utilizou essas formas para se manter no poder, sendo um diferencial seu em relação a outros governos que tivemos desde 1988 a capacidade de mobilizar uma base mais sólida de seu eleitorado às suas ideias. Todavia, se pen-

<sup>259</sup>TSE. Justiça Eleitoral. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e545/resultados>. Acesso em: 22 dez. 2022.

<sup>260</sup> Cabe destacar também a prisão do empresário George Washington de Oliveira Sousa no dia 24 de dezembro de 2022, por instalar um artefato explosivo num caminhão de combustível perto do aeroporto de Brasília. Segundo depoimento do acusado, o ato terrorista teria sido planejado por bolsonaristas, e que a explosão da bomba teria como objetivo a instalação do caos, e consequente decretação de estado de sítio no Brasil. Cf. FALCÃO; ALVES NETO, 2022.

sarmos em termos de regime político, consideramos que não vivenciamos com Bolsonaro o fascismo, mesmo que este tenha procurado minar as instituições e a democracia burguesa, percebemos que, no período anterior ao seu governo, tais instituições foram tão quanto antidemocráticas, a exemplo do Golpe aplicado sobre o PT e a prisão arbitrária do presidente Lula. Além disso, os embates entre Bolsonaro e o STF para nós demarcam um período de disputas bonapartistas, onde tivemos de um lado um bonapartismo imperial, pautado, sobretudo em setores militares, mas com influência em setores fascistizados do bolsonarismo, e um bonapartismo judicial com a figura do STF. O regime político continuou sendo de uma democracia burguesa blindada às classes trabalhadoras e grupos subalternos, e o governo, pré-bonapartista apoiado em setores militares, mas com capacidade de mobilização de uma parcela fascistizada do bolsonarismo.

O bonapartismo do executivo seria como o governo Bolsonaro tentou se alçar acima das classes, mas com ampla ligação com as frações do agronegócio, comercial e a pequena burguesia (pequenos comerciantes). Em termos políticos, Paulo Guedes estaria representando os interesses da fração rentista com uma política ultraneoliberal que realizou constante ataque às classes trabalhadoras. Cabe destacar que estamos refletindo em termos dialéticos, conforme assinala Trótski (2018a), de que entre a democracia burguesa e o fascismo há gradações na conjuntura política.

Outro elemento que consideramos é que, do ponto de vista de uma caracterização, um conceito pode servir de figura política, para mobilizar e unir forças, de nosso ponto de vista, sem menosprezar e subestimar a extrema-direita brasileira, as experiências históricas tal como nos lembram Trótski; Gramsci; Zétkin e Guérin, necessitam da conformação de uma frente única para o enfrentamento do fascismo, o contrário do que tem ocorrido no Brasil no qual vemos uma frente ampla eleitoral que retirou Bolsonaro da presidência da república, mas que em termos concretos, realizou articulações com setores da direita como uma forma de resgatar o pacto classista da nova república, tendo à frente o PT como um partido aglutinador e conciliador desses distintos interesses de classe.

Tal realidade não retira o fato de que o processo de fascistização no Brasil é real e que deve ser combatido, mas se pensarmos em termos de processo dialético, a não atuação concreta do conjunto das classes trabalhadoras, pelo que a experiência histórica demonstra, abre caminho para a elevação da extrema-direita como uma

forma de saída da crise do capital, no qual a própria democracia burguesa é rifada como uma forma de manter a dominação de classes.

## CAPÍTULO 6

### DESFECHO DA TRAGÉDIA BRASILEIRA



Manos del Terror — Oswaldo Guayasamín<sup>261</sup> (1973)

---

<sup>261</sup> **Oswaldo Guayasamín (1919-1999):** Nasceu na cidade de Quito (Equador). Foi um pintor, muralista e escultor. Estudou na Escola de Belas-Artes de Quito entre 1932 e 1940. Em 1939, participou de uma exposição coletiva no Sindicato dos Escritores e Artistas do Equador. Sua primeira exposição individual foi realizada em 1942. Nos anos 1940, teve diversas obras compradas por Nelson Rockefeller, o que o levou aos Estados Unidos, onde expôs, em 1943, no Museum of Art (*Três pintores sul-americanos em São Francisco*) e no City Art Museum, Saint Louis (*Artistas sul-americanos*), com Susana Guevara, Enrique G. Brent e Candido Portinari. Ainda nesse ano, no México, estudou com José Clemente Orozco (1883-1949) a pintura em afresco. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-guayasamin-oswaldo>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Neste sexto capítulo buscamos, em meio aos fatos concretos associados à pandemia da Covid-19, e mediante aproximações sucessivas, do abstrato ao concreto pensado, fazer o exercício de a reprodução do movimento real de nosso objeto de investigação. Na multiplicidade de fatores que envolveu a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro visamos ir além da aparência fenomênica do mesmo, imediata e empírica, para que assim fosse possível vislumbrarmos a essência do mesmo.

De modo orgânico, com a primeira parte de nossa tese, que contempla aspectos epistemológicos e metodológicos, tivemos o auxílio da operacionalização de categorias importantes à nossa análise como formação econômico-social; modo de produção; mercadoria; saúde e determinação social do processo saúde-doença; o que nos forneceu a capacidade de abstração e retorno ao nosso objeto de investigação de modo a reconstruí-lo, não de modo caótico, mas organizado, sistematizado em meios as múltiplas determinações que o engendram.

Na segunda parte de nossa tese tivemos acesso aos elementos históricos da formação econômico-social brasileira, que demarcaram as principais experiências do Estado brasileiro com pandemias e endemias, e a relação mediatizada pelo Estado entre esses fatos concretos. Esse exercício nos auxiliou a entender como a saúde foi tratada no Brasil historicamente, em que desvelamos clivagens de classe, com a distinção entre serviços de saúde para as classes dominantes, e para os trabalhadores e setores subalternos. Nessa segunda parte também pudemos realizar uma cartografia geral da pandemia da Covid-19 no mundo e no Brasil, entendendo os seus dinamos endógenos e exógenos, e sobretudo, seu movimento e processo, para que fosse possível abstrairmos o entendimento de seu surgimento no mundo, e como se disseminou no Brasil.

No quinto capítulo tivemos em vista abordar a caracterização do governo Bolsonaro, explicitado as classes e frações de classe que apoiaram o governo, e como o movimento bolsonarista atravessa distintas classes sociais. Nesse mesmo capítulo buscamos realizar um debate com autores clássicos e contemporâneos do marxismo, além de estabelecermos contato com uma bibliografia nacional sobre essa caracterização o que nos possibilitou fomentar nossa própria caracterização do gover-

no Bolsonaro como pré-bonapartista num regime de democracia liberal burguesa, num quadro de crise orgânica.

Diante dessas determinações sociais, políticas, históricas, econômicas e sanitárias, neste sexto capítulo da tese iniciamos pela síntese das diretrizes aparentes utilizadas pelo governo federal no combate a pandemia, destacando os instrumentos utilizados, a economia política da saúde aplicada nesse combate, e os fatores como a não prioridade a Atenção Básica, e o não fechamento das fronteiras num momento inicial de notificação pela OMS da existência da Covid-19. Em seguida exploramos a relação existente entre o negacionismo efetuado pelo governo Bolsonaro e seu impacto na pandemia, com destaque para a sabotagem de ações que visaram promover uma imunidade de rebanho na população, prescrição de remédios comprovadamente ineficazes e diminuição da real profundidade do problema da pandemia. Num terceiro momento fazemos um retorno aos aspectos da gestão, mas sob o prisma dos conflitos interfederativos que o governo Bolsonaro realizou com os demais entes da federação. Estados e municípios. Nesta parte, abordamos a falsa divisão criada pelo governo entre economia e saúde, no qual argumentamos que a pandemia não foi o ápice da crise econômica brasileira, mas um elemento adicional que a aprofunda. No quarto momento desse capítulo revisitamos a CPI da Covid-19 e suas descobertas em torno da condução da crise sanitária realizada pelo governo federal. Demarcamos os atores da CPI, seus principais apontamentos e conseqüentemente quais foram as conclusões do relatório produzido por essa comissão, além das declarações de Bolsonaro sobre a pandemia e ações concretas que o governo realizou, o que em nossa concepção demarcou a preponderância da esfera do capital sobre a vida.



## **6.1 Diretrizes aparentes do governo Federal no combate à Pandemia**

Percebemos que o governo Bolsonaro se utilizou de dispositivos jurídicos no decorrer dos três anos em que esteve à frente da gestão da crise sanitária da Covid-19. Todavia, se na aparência essa ação trouxe uma suposta objetividade e legalidade em suas ações, estas foram em essência, premeditadas e orquestradas para que a aparência de legalidade não abrisse margem a críticas para além da institucionalidade burguesa, sendo portanto uma tática do Governo junto a uma parcela mais fiel ao Bolsonarismo aludir que estão jogando dentro das “quatro linhas da constituição”, ao mesmo tempo em que mina e não segue esses mecanismos, especialmente ao tentar dialogar diretamente com a sociedade civil mediante aparições em público e nas redes sociais. Embora isso seja um fato, uma das dificuldades em se analisar o governo Bolsonaro, de forma a priori é justamente como seus ministros e subordinados atuaram, muitas vezes, desvirtuando as legislações, demonstrando ausência de interesse e desconhecimento na legislação do SUS.

Atuando dessa forma, mesmo que deixando abertas inúmeras lacunas e atenção a determinadas especificidades, a exemplo da saúde e imunização de populações vulneráveis como quilombolas, pessoas em situação de privação de liberdade ou até mesmo as populações autóctones, veremos que o governo Bolsonaro faz movimentos dúbios com a própria legislação do SUS num esforço de aparente legalidade.

### **6.1.1 Instrumentos de gestão**

Entendemos por instrumentos de gestão um conjunto de leis e planos de ação destinados ao combate da Covid-19. Não se resumem a atos normativos vinculados a planos, mas a legislação que implica no estabelecimento de padrões de conduta e ação por parte do governo. Salientamos de início que, embora o governo tenha emitido uma série desses instrumentos, não seguiu tais medidas, ou em muitos casos, sabotou ações como observaremos no decorrer deste capítulo.

Nesse sentido, no dia 3 de fevereiro de 2020 o governo federal emitiu a portaria de número 188, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Naci-

onal (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). É sabido que no final de janeiro, no dia 30, a OMS declarou o novo surto de coronavírus uma emergência de saúde pública de interesse internacional, o mais alto nível de alarme da OMS. Conforme a portaria, fora estabelecido o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-COVID-19) para a gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional, que teria a responsabilidade de planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas durante a emergência; estabelecer a articulação junto aos gestores estaduais e municipais.

A Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 no que lhe concerne, estabeleceu medidas para enfrentamento da Covid-19. Entre suas especificações destacamos o estabelecimento do isolamento; quarentena, realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas; vacinação e medidas profiláticas; uso obrigatório de máscaras de proteção individual; estudos, exumação, necropsia, restrição da entrada e saída do país, etc (Ítalo Rocha, 2021).

Em 18 de fevereiro de 2020 o governo lançou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus. Este plano tinha como objetivo definir o nível de resposta e a formulação da estrutura de comando em cada nível, para o enfrentamento da pandemia. Os três níveis de alerta elencados pelo MS foram:

**Quadro 21** - Níveis de alerta definidos pelo Ministério da Saúde

Nível	Especificação	Resposta
Alerta	Situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.	Direcionamento a estrutura do COE-COVID-19 para detecção, manejo e notificação de casos.
Perigo Iminente	Situação em que há confirmação de caso suspeito	Atuação dos entes da federação, e abertura do COE-COVID-19 para entes que não são do setor da saúde.
Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional	Situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, ou reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ES-PHI) pela Organização Mundial de Saúde (OMS)	Elaboração de plano de contingência estaduais; alerta de toda a rede de saúde do SUS; fortalecimento da atenção primária ao paciente.

**Fonte:** Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19. Elaboração própria.

Dentre as medidas de respostas que esse plano destacamos: a) Vigilância; b) Suporte laboratorial; c) Medidas de controle de infecção; d) Assistência farmacêutica; e) Vigilância Sanitária — Medidas de saúde em pontos de entrada (portos, aeroportos e passagens de fronteiras); f) Comunicação de risco; g) Gestão.

No quesito da gestão, no nível de alerta, as indicações buscavam Instituir COE-COVID-19 para operar ao nível nacional; ações integradas com a vigilância em saúde, assistência, Anvisa, além de órgãos envolvidos na prevenção e controle da Covid-19; sensibilização à rede de serviços assistenciais públicos e privados sobre o cenário da pandemia; realizar a articulação entre as áreas do MS, com outros órgãos vinculados ao grau de alerta; e realizar a garantia de estoque estratégico de insumos laboratoriais para diagnóstico do SARS-COV-2; apresentação da situação epidemiológica do país; organização de fluxos e atualizações diárias; realização de ações em educação em saúde de modo permanente; monitoramento; emissão de instruções aos órgãos de governo sobre o uso adequado de Equipamento de Proteção Individuais (EPIs); apoio à divulgação de protocolos, manuais, guias e notas técnicas; mapeamento dos laboratórios com capacidade técnica para realização de teste rápido e vacinas.

No nível de perigo iminente, a gestão deveria se voltar para ações de ampliação e aprofundamento das medidas do nível anterior, das quais destacamos: ampliação dos horários de funcionamento do COE-COVID-19; articulação entre o MS e os demais órgãos; solicitação de apoio aos gestores estaduais na execução dos planos de contingência. No que lhe concerne, o terceiro nível: ESPII, a gestão atuaria de forma integradora buscando ações conjuntas entre as diferentes pastas do governo. Dentre os elementos de gestão desse nível destacamos: ativação do Grupo Executivo Interministerial (GEI) para definição e adoção de respostas rápidas no enfrentamento dos casos suspeitos ou confirmados para infecção humana pelo novo coronavírus e identificar fomentos para as ações emergenciais.

No dia 13 de março de 2020 é emitida a portaria n.º 413 que versa sobre medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa portaria não detalhou os meios, os recursos e as condições para o não afastamento dos servidores e colaboradores, bem como, suspendeu as autorizações para a entrada em terras indígenas, mantendo apenas pacotes turísticos aprovados mediante a apresentação de teste negativo para a Covid-19<sup>262</sup>.

Veremos também que, nesse caso específico, o governo Bolsonaro ao contrário do que emitiu nessa portaria, abriu amplo espaço para a exploração das terras Yanomamis pelo garimpo ilegal, ocasionando um em óbitos dos povos autóctones por desnutrição e contaminação por mercúrio utilizado pelo garimpo. Apenas em julho de 2020, quando o Brasil possuía altas taxas de infectados é que o governo emitiu a Lei n.º 14.021, de 7 de julho de 2020 que dispõe da proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas e cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas.<sup>263</sup> Apenas no dia 10 de janeiro de 2022, quando a pandemia já tinha se disseminado, e causado mais de 619.000 óbitos é que o governo Bolsonaro emite o Decreto n.º

---

<sup>262</sup>Outra portaria que também tem um conteúdo bastante vago é a Portaria n.º 419, de 17.3.2020 que estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

<sup>263</sup> Ainda no que diz respeito à saúde indígena, o governo demorou 9 meses para emitir a Medida Provisória 1.005, de 30 de setembro de 2020 que dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. Essa lei apresenta apenas três artigos, sem especificar de forma detalhada como essas barreiras serão produzidas, relegando à FUNAI a responsabilização pelo planejamento e pela operacionalização das ações de controle das barreiras sanitárias.

10.931 que Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.

Salientamos que devido aos altos níveis de infecção da nova doença, no dia 11 de março de 2020 a OMS instituição avaliou que a Covid-19 já poderia ser caracterizada como uma pandemia. O aumento do número de infecções, e as notícias de óbitos já davam um tom de preocupação à OMS, que passou a considerar que o Covid-19 não era mais uma emergência de saúde pública, mas uma patologia de alto nível de reprodução. Para Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, todos os países deveriam tomar medidas no sentido de detectarem, testarem, isolarem casos, rastreamos e mobilizarem pessoas no sentido de dar respostas efetivas à nova doença<sup>264</sup>.

No dia 16 de março de 2020, quando o Brasil já somava um total de mais de 5 mortes por Covid-19, e um total de mais de 150 casos de infecção é que foi estabelecido, mediante a portaria de n.º 59, o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19). Pode parecer um número baixo, mas no mundo a doença se espalhava em velocidade alarmante, o que de fato chamou atenção para que já fosse caracterizada como uma pandemia virótica de alto contágio. Nesse sentido, a portaria estabeleceu que o GIAC teria como missão dar suporte à Procuradoria-Geral da República para garantir o funcionamento dos órgãos do Ministério Público da União.

No mesmo dia, 16 de março de 2020, o Decreto n.º 10.277 é estabelecido no sentido de Instituir o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. Esse comitê foi um órgão de articulação e de assessoramento ao Ex-presidente Bolsonaro sobre a situação das questões envolvidas com a pandemia. Era composto por ministros, e presidentes de bancos públicos, como o Banco do Brasil. Em que pese esse estabelecimento, salientamos que esse comitê não foi formulado adequadamente, em nossa concepção foi um comitê autóctone, sem participação dos demais entes da federação, a exemplo de governadores ou secretários estaduais de saúde, ou até mesmo assessores desses entes. Nesse sentido, o governo Bolsonaro se fechou em si numa situação na qual demanda total diálogo entre os entes da federação. Esse distanciamento ficou mais explícito com a criação do Comitê científico pertencente ao Consórcio Nordeste. Seu objetivo era assessorar os

---

<sup>264</sup> Cf. <https://twitter.com/WHO/status/1237777021742338049?s=20>. Acesso em: 27 fev. 2023.

governadores do nordeste para realização de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos promovidos pela pandemia. Sua fundação foi realizada pela Resolução da Assembleia de Governadores n.º 005/2020 devido a atritos com o governo federal.

No dia 24 de março de 2020 é estabelecido o Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 por intermédio do Decreto n.º 10.289 (que altera o Decreto n.º 10.277, de 16 de março de 2020). Dentre as ações desse Comitê destacamos: coordenar as operações do governo federal, conforme determinado pelo Comitê; articular, com os entes públicos e privados, ações de enfrentamento ao Covid-19 e de seus impactos; monitorar as ações adotadas pelos atores públicos e privados em relação ao enfrentamento da Covid-19; repassar informações atualizadas ao Presidente da República sobre os desdobramentos das situações geradas pela pandemia e pelas ações governamentais relacionadas.

Surta curiosidade que, mediante a Resolução n.º 10, de 25 de novembro de 2020 que define responsabilidades entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Saúde em relação às demandas por proteção social no combate ao covid-19, há o estabelecimento de ações, que em tese, demonstraram preocupação por parte do governo quando a gestão da crise sanitária. Para as três pastas mencionadas destacamos suas responsabilidades de acordo com quadro a seguir:

**Quadro 22 - Responsabilidades das pastas ministeriais sobre as demandas da pandemia da Covid-19**

Pasta	Responsabilidades
Economia	Propor meios de financiamento das medidas de proteção social; produzir informações sobre a retomada da economia; articular com o Ministério da Cidadania a instituição de instrumento específico que possibilite o cruzamento de dados de potenciais beneficiários das medidas de proteção social.
Saúde	Disponibilizar informações e estudos sobre a adoção de protocolos sanitários; prover subsídios técnicos para avaliação do risco sanitário nacional da covid-19, conforme o Regulamento Sanitário Internacional (RSI); coordenar, em nível nacional, a coleta, o tratamento e a disseminação de dados dos sistemas de informação em saúde destinados à vigilância de síndrome gripal e síndrome respiratória aguda grave por covid-19, no que se refere a indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social; promover análises de situação de saúde da Covid-19 no Brasil, com foco no perfil de morbimortalidade de indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social; definir plano para operacionalização de vacinação contra a covid-19 e estabelecer grupos prioritários, a serem definidos, a partir da situação epidemiológica da doença, das evidências científicas existentes sobre as vacinas e suas especificações, além da disponibilidade de vacinas; realizar a vigilância laboratorial da Covid-19.
Cidadania	Propor, a partir de estudos, pesquisas, manifestações de outros órgãos e análises próprias, medidas de proteção social para mitigação dos impactos da pandemia da covid-19, no âmbito das políticas coordenadas pelo Ministério da Cidadania; formular, gerir, apoiar e implementar as ações relativas à área de assistência social, em articulação com os demais entes federados; implementar e gerir os canais de cadastramento dos beneficiários; gerir os auxílios emergenciais; avaliar e articular com outros órgãos e entidades da Administração Pública, quando necessário, a instituição de instrumento específico que possibilite o cruzamento de dados de potenciais beneficiários das medidas de proteção social, sem prejuízo do previsto no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019

**Fonte:** Resolução n.º 10, de 25 de novembro de 2020. Elaboração própria.

Apesar desta resolução ter uma aparente articulação entre as pastas ministeriais, perceberemos nos subtópicos a seguir o contrário disso. A descoordenação e criação de conflitos organizacionais foi uma máxima promovida pelo governo federal. Além disso, destaca-se também a ausência de critério mínimos de expertise na área de gestão em saúde, o que dificultou a alocação e distribuição de recursos.

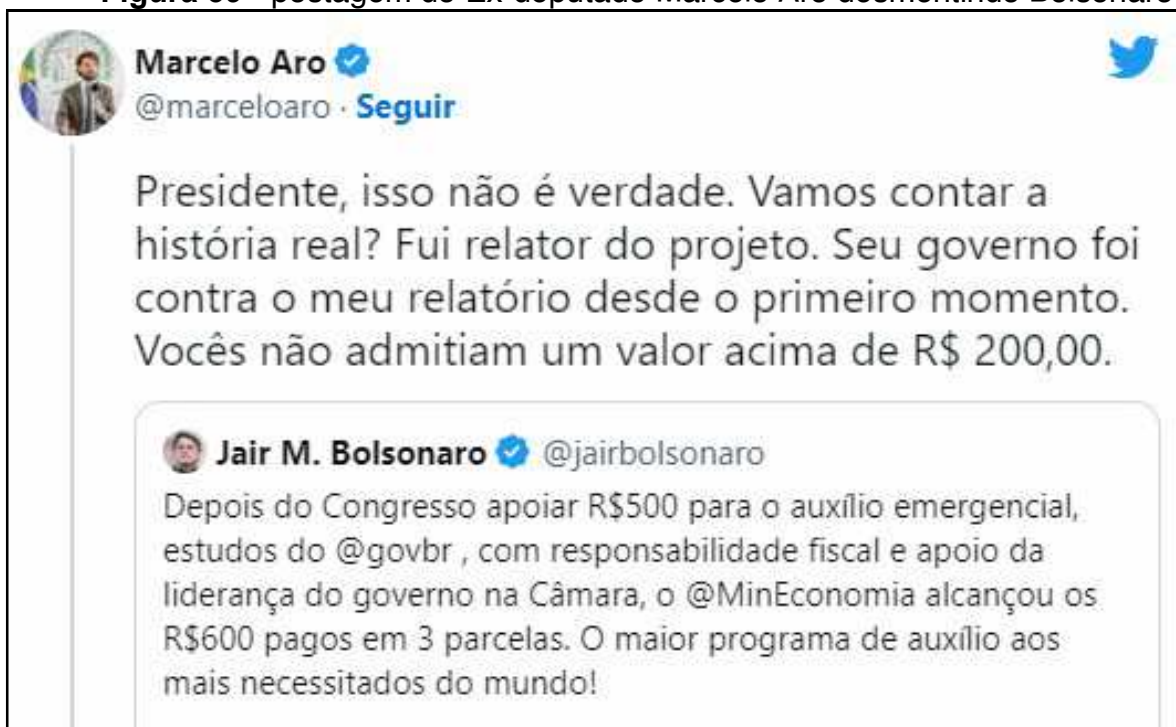
#### **a) Proteção Social**

No dia 7 de abril o governo lançou o Decreto n.º 10.316 que regulamentou a Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020 que estabeleceu medidas excepcionais de pro-

teção social durante a pandemia. Essa Lei tratou do auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 concedido inicialmente durante um período de três meses. Destacamos o critério de elegibilidade da lei em seu artigo sétimo: a pessoa maior de dezoito anos, inscrita no Cadastro Único, independentemente da atualização do cadastro que não tenha renda individual identificada no CNIS, nem seja beneficiário do seguro desemprego ou de programa de transferência de renda, com exceção do Programa Bolsa Família; cadastro como Microempreendedor Individual (MEI).

Destacamos que esse valor não foi estabelecido pelo governo Bolsonaro, pelo contrário, sua intenção era um auxílio de R\$ 200,00 com limite aos trabalhadores informais. A proposta de R\$ 600,00 foi estabelecida mediante oposição ao governo no Congresso. Ao anunciar a medida em seu Twitter, Bolsonaro obscureceu a sua desaprovação por um valor mais alto do auxílio, sendo desmentido pelo Ex-deputado federal Marcelo Aro (PP – MG):

**Figura 39** - postagem do Ex-deputado Marcelo Aro desmentindo Bolsonaro



**Fonte:** <https://twitter.com/marceloaro/status/1271210482578448389>.

Acesso em: 10 mar. 2023.

Destacamos que o Ex-ministro da economia, Paulo Guedes, aprovava um auxílio de R\$ 200,00 para profissionais autônomos (Martello; Rodrigues, 2020). Em nossa interpretação, os valores são pífios, uma vez que, conforme o levantamento



do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a variação da cesta básica entre os anos de 2020 a 2022 foi a seguinte:

**Tabela 14 - Gasto Mensal Total da Cesta em capitais selecionadas em valores nominais**

Mês/ano	Brasília	Campo Grande	Goiânia	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	Curitiba	Florianópolis
jan/20	483,17	458,00	455,08	456,35	507,13	517,51	492,20	452,32	489,13
jan/21	614,31	578,62	574,76	592,26	644,00	654,15	624,62	559,73	651,37
jan/22	661,09	660,11	624,91	632,83	692,83	713,86	677,54	636,57	695,59
jan/23	729,73	743,09	710,62	707,93	770,19	790,57	726,23	695,18	760,65
Mês/ano	Porto Alegre	Belém	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	
jan/20	502,98	415,56	368,69	433,39	388,02	389,26	395,93	376,49	
jan/21	626,25	507,31	450,84	532,97	471,87	454,49	474,22	488,94	
jan/22	673,00	563,97	507,82	607,35	538,65	551,06	543,10	540,01	
jan/23	757,33	654,81	555,28	679,81	600,06	622,16	608,1	594,83	

**Fonte:** DIEESE ( <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>).

Elaboração própria.

Destacamos que esses valores gastos mensalmente, e mesmo num cenário com gastos de R\$ 600,00 (conforme valor do auxílio) na maioria das capitais selecionadas é aquém quando comparada ao gasto no mês de janeiro de cada ano. Também é importante mencionar, conforme pesquisa realizada por Marins, et al., (2021), que no mês de abril de 2020 havia um total de 28.605.430 famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais, desse quantitativo, 14.281.761 famílias estavam recebendo o Bolsa Família. Com o lançamento do Aplicativo da Caixa para solicitação do auxílio<sup>265</sup> foram solicitados 116 milhões de cadastros, com 50,7 milhões solicitações, e apenas 38,2 milhões cadastros elegíveis. Dos 32,1 milhões cadastros no Cadastro Único<sup>266</sup>, que não receberam o Bolsonaro Família, um total de 10,5 milhões de pessoas foram elegíveis. Devido à quantidade de pessoas que solicitaram o auxílio emergencial houve problemas no processamento dos dados, além da formação de aglomerações de pessoas em filas da Caixa Econômica Federal para resolução de problemas cadastrais, e nas agências como loterias para o recebimento dos valores (Castro, 2021).

<sup>265</sup> Cf. Aplicativo Auxílio Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/app-auxilio-brasil>. Acesso em: 1 mar. 2023.

<sup>266</sup> Cf. <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/paginas/default.aspx>. Acesso em: 1 mar. 2023.

Em relação ao número de parcelas, tivemos o pagamento de 16 delas entre os anos de 2021 e 2022:

Ao todo, a Caixa pagou 16 parcelas do auxílio emergencial em 2020 e 2021. Criado em abril do ano passado para ajudar a população vulnerável afetada pela pandemia da Covid-19, o auxílio inicialmente teve cinco parcelas de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras). De setembro a dezembro de 2020, o Auxílio Emergencial Extensão pagou mais quatro parcelas com a metade do valor: R\$ 300 (R\$ 600 para mães solteiras). O programa se encerrou no ano passado, mas foi retomado em abril deste ano por causa da segunda onda da pandemia da Covid-19, com parcelas entre R\$ 150 e R\$ 375. A princípio seriam cinco parcelas, mas a lei que autorizou o auxílio emergencial em 2021 permitia a prorrogação por mais três parcelas de igual valor, o que acabou sendo feito (Máximo, 2021).<sup>267</sup>

A diminuição no valor das parcelas teve um impacto sobre os valores pagos ao auxílio, numa diminuição de 74% tendo em vista que o total pago em 2020 foi de R\$ 229.905.730.367,00 e em 2021 diminuiu para R\$ 59.651.207.341,00 em valores nominais. A título de exemplificação, quando comparamos esses montantes com os juros e amortizações da dívida pública temos uma diferença em termos de prioridades do governo. Em 2020 o governo gastou um total de R\$ 1,381 trilhão, em 2021 esse valor se elevou para R\$ 1,96 trilhão com esses juros (Fatorelli; Ávilla; Muller, 2021; Fatorelli; Ávilla, 2022). Ao considerarmos as referidas cifras, perceberemos que as parcelas do auxílio emergencial teriam margem para aumento considerando nesse caso, os recursos que existem e são canalizados para o pagamento de juros e amortizações da dívida.

#### **b) Medidas profiláticas**

Até março de 2020 o governo brasileiro não emitiu nenhuma legislação detalhada sobre a entrada de estrangeiros no país. Contudo, na Portaria n.º 120, de 17 de março de 2020 ficou estabelecido a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da Venezuela. Apesar de ser uma restrição geral, a ação do governo foi discriminatória pois o fechamento das fronteiras brasileiras

---

<sup>267</sup> Os calendários com os pagamentos das parcelas podem ser acessados mediante busca na página: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

deveria ser total, e não apenas com um país, pois os outros países, a exemplo do continente europeu, também presenciaram casos de infecção por Covid-19.

Dois dias após a referida portaria o Brasil restringiu a entrada no país de pessoas oriundas da Argentina; Bolívia; Colômbia; Guiana Francesa; Guiana; Paraguai; Peru; e Suriname. Até essa data não percebemos nenhuma restrição a pessoas oriundas dos Estados Unidos e da Europa<sup>268</sup>. A partir da Portaria n.º 149, de 27 de março de 2020 é que o governo promove uma restrição mais global. Nesse período o Brasil já detinha um total de 92 mortes e um total de 3.400 casos, sem a devida realização de testes em massa, monitoramento e rastreamento de infectados.

No dia 20 de março de 2020 o governo estabeleceu, mediante a portaria de n.º 454, o isolamento domiciliar de pessoas com sintomas respiratórios, bem como das pessoas residentes em mesmo âmbito, mesmo que estejam sem sintomas, por um período de 14 dias. É importante destacar que nesse período Henrique Mandetta ainda era o ministro da saúde, e em tese, as recomendações da OMS eram escritas em formato de decreto. Embora isso ocorresse, veremos que o Ex-presidente Bolsonaro não se furtou de criticar cada vez mais essas medidas, reprovando o isolamento social, colocando como argumento central sua suposta preocupação com a economia do Brasil e o aumento do desemprego.

Uma das ações de grande polêmica que envolveu o presidente foram os vetos realizados em relação à Lei n.º 14.019, de 2 de julho de 2019. Essa lei promulgava considerações sobre o uso da máscara como medida profilática de contágio, seguindo as recomendações da OMS. Todavia, Bolsonaro realizou vetos quanto à obrigatoriedade das máscaras de proteção individual em órgãos e entidades públicas; estabelecimentos comerciais; industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados em que houvesse reunião de pessoas. A justificativa utilizada foi que a obrigatoriedade do uso incorreria em violação do domicílio. Além dessa justificativa, os vetos incidiram para a não obrigatoriedade de os estabelecimentos fornecerem máscaras gratuitamente aos funcionários e servidores públicos:

---

<sup>268</sup> Ao todo, a presidência da república emitiu um total de 31 portarias referentes ao tema. A partir da Portaria n.º 126, de 19.3.2020 aparecem restrições a membros da União Europeia. As portarias podem ser acessadas em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

Pelo texto sancionado, os estabelecimentos também não serão obrigados a fornecer máscaras gratuitamente aos funcionários, e o poder público não será obrigado a fornecer o material à população vulnerável economicamente, conforme previsto pelo projeto que deu origem à lei (PL 1.562/2020), aprovado pelo Congresso em junho. A Presidência também excluiu da proposta dispositivo que agravava a punição para infratores reincidentes ou que deixassem de usar máscara em ambientes fechados (Agência Senado, 2020).

Cabe salientar que o projeto que deu origem a lei é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), no qual teve aprovação do texto no dia 9 de julho de 2020. Dessa forma, mesmo Bolsonaro tentando realizar vetos, o Congresso os derrubou, de modo a dar continuidade com as medidas profiláticas conforme estabelecido em lei.

### **c) Campo econômico e trabalhista**

No campo econômico destacamos a Medida Provisória n.º 924, de 13 de março de 2020, que abriu o crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde no valor de R\$ 5.099.795.979,00. Ao mesmo tempo, cerca de R\$ 3 trilhões foram concedidos em créditos para os bancos como uma forma de aumentar a liquidez destes. Entre as exposições argumentadas por Paulo Guedes, destacamos:

A medida visa ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19), e possibilitará no [...] b) Ministério da Saúde: a aquisição de equipamentos de proteção individual, treinamento e capacitação de agentes de saúde, compra de “kits” de teste para detecção da Covid-19, disponibilização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, além do apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de medidas de assistência à saúde (Brasil, 2020, p.1).

Consideramos essa diferença de aporte aos bancos significativa, especialmente se nos atentarmos à portaria n.º 395, de 16 de março de 2020 que estabeleceu cerca de R\$ 400.000.000 para Estados e Distrito Federal, no Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde — Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade (MAC).

No quesito de repasses de recursos aos entes da federação destacamos que em março de 2020 a portaria n.º 480 estabeleceu R\$ 600.000.000,00 a serem distribuídos. Essa portaria foi posteriormente utilizada pelo Governo Bolsonaro como elemento gerador de conflito institucional ao pontuar que a esfera federal fez seu dever de casa em dar aportes de recursos. Na tabela abaixo podemos visualizar o rateio desse montante por Estado:

**Tabela 15** - recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estados e Distrito Federal (valor nominal).

Unidade da Federação	Valor	Unidade da Federação	Valor
Acre	2.434.334,96	Mato Grosso	9.739.008,89
Alagoas	9.700.680,60	Mato Grosso do Sul	7.896.200,48
Amapá	2.358.393,28	Minas Gerais	60.799.179,76
Amazonas	11.913.752,77	Pará	24.336.881,33
Bahia	44.054.683,77	Paraíba	11.605.736,52
Ceará	25.998.669,23	Paraná	32.665.541,83
Distrito Federal	9.007.310,79	Pernambuco	27.324.502,84
Espírito Santo	11.674.369,71	Piauí	9.198.707,30
Goiás	19.765.484,23	Rio de Janeiro	48.061.478,39
Maranhão	20.175.480,46	Rio Grande do Norte	10.164.228,77
Rio Grande do Sul	32.435.799,93	São Paulo	130.313.219,50
Rondônia	5.243.949,38	Sergipe	6.640.085,23
Roraima	1.535.076,97	Tocantins	4.509.821,76
Santa Catarina	20.447.421,35		

**Fonte:** portaria n.º 480, de 23 de março de 2020. Elaboração própria.

Em relação ao auxílio para manutenção da empregabilidade no país, a Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020 estabeleceu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Esse programa teve como objetivo preservar o emprego e a renda, garantindo a continuidade das atividades laborais e empresariais, de modo a reduzir o impacto da pandemia sobre o emprego. Entre as suas medidas destacamos: a) o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda; b) a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e c) a suspensão temporária do contrato de trabalho.

Para o cumprimento dessa medida, foi aberto um total de R\$ 51.641.629.500,00, conforme a Medida Provisória n.º 935, de 1 de abril de 2020. Também houve, mediante a Lei n.º 14.041, de 18 de agosto de 2020, a prestação de apoio financeiro da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, para fornecer ajuda às contas públicas desses entes da federação. O montante repassado para esses entes teve como base de cálculo as variações mensais entre março e novem-

bro de 2020, tendo como período de referência o ano de 2019. O valor mensal, entre os meses de março a junho foram de até quatro bilhões de reais; e de (dois bilhões e cinquenta milhões de reais) nos meses de julho a novembro de 2020.

No intuito de mitigar os impactos econômicos da pandemia ao patronato, o governo recorreu aos artifícios para a manutenção do emprego através da medida Provisória n.º 1.046, de 27 de abril de 2021. Dentre as ações que essa medida estabeleceu destacamos: a) teletrabalho; b) antecipação de férias individuais; c) concessão de férias coletivas; d) aproveitamento e a antecipação de feriados; e) banco de horas; f) suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; e g) diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

O governo também editou a Medida Provisória n.º 944, de 3 de abril de 2020 que estabeleceu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, posteriormente convertida na lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. A referida lei subsidiou o empresariado brasileiro no pagamento da folha salarial dos empregados, atingindo: empresários; sociedade simples; sociedades empresárias e sociedades cooperativas, exceto as sociedades de crédito; organizações da sociedade civil e empregadores rurais, com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00, calculada com base no exercício de 2019, abrangendo até 100% da folha de pagamento do contratante por um período de quatro meses, limitadas ao valor equivalente a até duas vezes o salário-mínimo por empregado. Dentre as obrigações que os contratantes deveriam seguir destacamos a não rescisão de contrato sem justa causa.

Ao que consta na legislação, os profissionais liberais também tiveram acesso a recursos do governo mediante a Lei n.º 14.045, de 20 de agosto de 2020 que possibilitou operações de crédito garantidas pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), com uma taxa anual de juros igual ao do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acrescida de 5%; com prazo de 36 meses para o pagamento, com até 8 meses de carência com capitalização de juros, sendo o valor limitado a 50% do total anual do rendimento do trabalho sem vínculo empregatício, no limite máximo de cem mil reais.

Em relação às atividades laborais, uma das medidas que gerou polêmica foi o estabelecimento de atividades essenciais (Decreto n.º 10.282 de 20 de março de

2020). Segundo a leitura do governo todas as atividades em que auxiliam o trabalhador a levar para casa o pão de cada dia (na linguagem utilizada por Bolsonaro), seria considerada atividade essencial, portanto, por essa lógica, toda atividade laboral seria caracterizada como essencial, desde aquelas relacionadas à estética, tanto às associadas ao turismo.<sup>269</sup>

#### **d) Medidas no campo da saúde**

Na Atenção Básica a Portaria n.º 430, de 19 de março de 2020 estabeleceu incentivo financeiro federal de custeio de forma excepcional, visando “apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país”. A portaria ampliou o horário de atendimento nessas unidades com o intuito da população ter mais acesso aos serviços prestados pelos profissionais de saúde.

Contudo, ainda que tenha esse intuito, percebemos que, conforme atestam os estudos realizados por Mendes, Melo e Carnut (2022), foi no Governo Bolsonaro, especialmente no ano de 2019 que o Programa Previne Brasil estabeleceu um novo modelo de financiamento para a Atenção Primária à Saúde no qual os pesquisadores em questão evidenciaram mediante análise empírica, a perda de recursos em São Paulo e em Manaus para o financiamento da APS, impactando diretamente esse importante pilar do SUS, implicando não mais num subfinanciamento, mas no desfinanciamento em curso com a EC 95/2016.

No quesito financiamento das ações da saúde na Pandemia observamos um total de seis dispositivos lançados pelo governo no sentido de abrir créditos extraordinários:

---

<sup>269</sup> Ao todo, o governo emitiu um total de 9 dispositivos jurídicos associados às atividades essenciais. Tais medidas podem ser acessadas em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

**Quadro 23** - Crédito extraordinário aberto para a pasta da saúde  
(valores nominais)

Dispositivo	Valor (R\$)
Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020	R\$ 5.566.379.351,00 (cinco bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais)
Lei nº 14.056, de 10 de setembro de 2020	R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais),
Lei nº 14.067, de 1º de outubro de 2020	R\$ 4.489.224.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais),
Lei nº 14.107, de 3 de dezembro de 2020	R\$ 1.994.960.005,00, (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais)
Lei nº 14.122, de 3 de março de 2021	R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais)
Lei nº 14.347, de 25 de maio de 2022	R\$ 6.412.000.000,00 (seis bilhões quatrocentos e doze milhões de reais)
Total	R\$ 30.976.263.356,00 (trinta bilhões novecentos e setenta e seis milhões duzentos e sessenta e três mil e trezentos e cinquenta e seis reais)

**Fonte:** [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

Ao verificarmos as contas públicas federais, especialmente os valores nominais pagos ao MS no combate à pandemia, perceberemos que do orçamento geral a pasta foi uma das que menos teve recursos com cômputo geral conforme podemos observar na tabela a seguir (salientamos que no momento de nossa pesquisa, especialmente na revisão da tese, janeiro de 2024, os dados disponibilidades eram esses, de modo que não pudemos trabalhar com os dados consolidados de 2022).



**Tabela 16** - Recursos Federais destinados ao combate da pandemia de pandemia — pagamento efetuado R\$ (valores nominais)

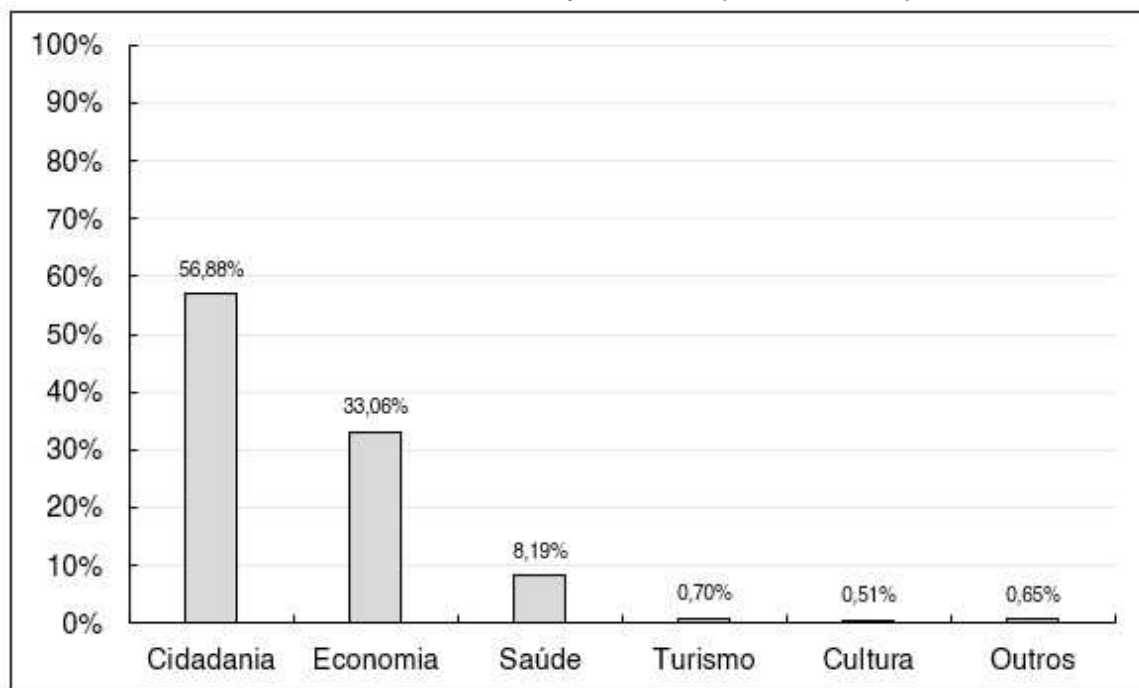
Ministério	2020	% em 2020	2021	% em 2021	Variação % (2020 - 2021)
Ministério da Cidadania	295.970.844.101,00	56%	60.409.255.658,27	59%	-80%
Ministério da Economia	178.674.242.913,95	34%	28.458.530.083,81	28%	-84%
Ministério da Saúde	39.299.135.197,90	7%	12.019.197.560,37	12%	-69%
Ministério do Turismo	3.077.317.352,99	1%	1.338.468.165,23	1%	-57%
Ministério da Cultura	2.999.836.049,25	1%	196.270.784,88	0%	-93%
Outros	3.997.078.291,83	1%	70.885.625,69	0%	-98%
<b>Total</b>	<b>524.018.453.906,92</b>	<b>-</b>	<b>102.492.607.878,25</b>	<b>-</b>	<b>-80%</b>

**Fonte:** <https://portaldatransparencia.gov.br/coronavirus?>.

Acesso em: 2 mar. 2023. Elaboração própria.

Mesmo no auge da pandemia, em 2021 os recursos pagos para os referidos ministérios diminuíram. Do total de R\$ 626.511.061.785,17 pagos durante 2020 e 2021, o ministério da saúde recebeu R\$ 51.318.332.758,27 correspondendo a 8,19% em relação ao total. A pasta que obteve mais recursos pagos foi a da Cidadania com 56,88%, e da Economia com 33,08% conforme podemos observar no gráfico a seguir:

**Gráfico 40** - Percentual pago para cada ministério combater a pandemia (2020 a 2021)



**Fonte:** <https://portaldatransparencia.gov.br/coronavirus?>. Acesso em: 2 mar. 2023.

Elaboração própria.

Na questão do financiamento da saúde na pandemia, as professoras Rosa Maria Marques e Mariana Jansen (2021) demonstram que ao contrário do que mui-

tos economistas pensavam, os recursos emitidos pelo governo para o enfrentamento à pandemia não implicaram o abandono da austeridade fiscal, e subserviência ao capital portador de juros, que se alimenta da dívida pública. Pelo contrário, se tratou de uma medida extraordinária, mas que não abandonou a austeridade da Emenda Constitucional n.º 95/2016. Para essas pesquisadoras, estes gastos foram pontuais e não representaram uma mudança na tendência de desfinanciamento do SUS. Atrelado a esse fato, o governo utilizou de créditos extraordinários por intermédio de Emendas Constitucionais para que não houvesse desrespeito à blindagem da EC95/2016:

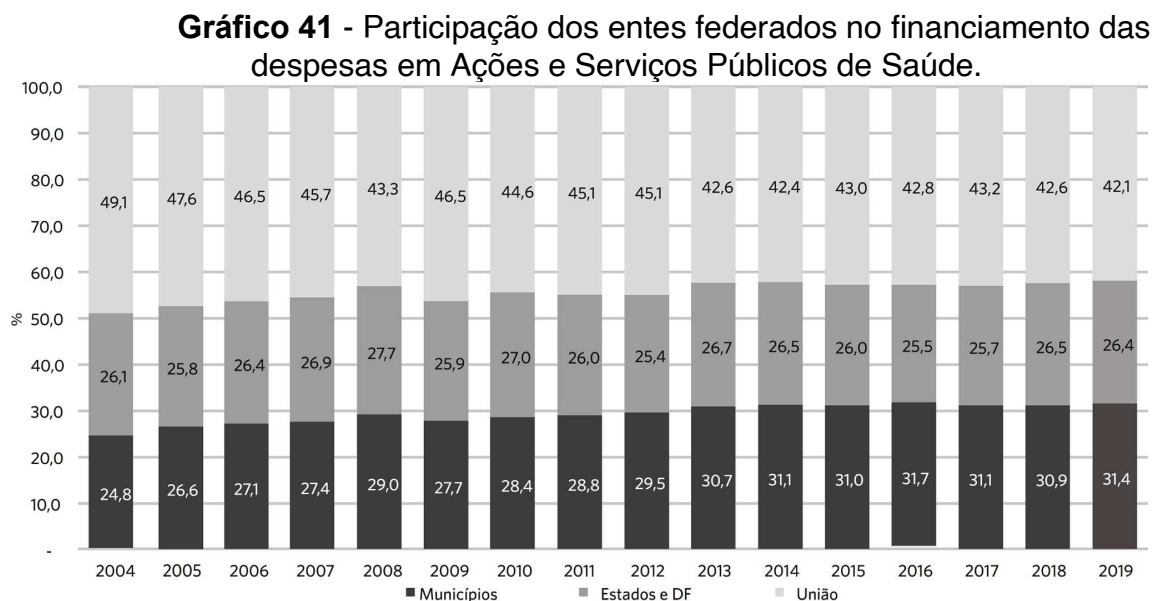
[...] a opção por esse tipo de instrumento evidenciou que a equipe econômica (e os parlamentares que a aprovaram) tinha como objetivo manter incólume o teto de gasto. A escolha do instrumento legal, no que lhe concerne, permitiu o uso de fontes as mais diversas para viabilizar o financiamento do gasto público em saúde dirigido (Marques; Ferreira, 2021, p.9).

Entendemos que essa manobra do governo Bolsonaro implicou numa economia política que priorizou a manutenção da austeridade fiscal que sufoca as camadas populares da sociedade brasileira via EC 95/2016. Destacamos que os efeitos dessa emenda sobre os anos de 2017; 2018 e 2019 ocasionaram para a perda de capacidade de atendimento do SUS, tendo em vista que o desfinanciamento apresenta vinculação orgânica com o sucateamento do sistema (Funcia, 2022).

Ademais, Marques e Ferreira (2021) elucidam alguns pontos obscuros no financiamento da pandemia da Covid-19. Dentre eles destacamos o fato de que ao longo do ano de 2020, R\$ 655,85 bilhões foram liberados para o enfrentamento da pandemia, todavia, por se tratar de uma medida extraordinária, houve o aumento de 87,7% para 98,9% da dívida bruta brasileira, servindo como justificativa argumentativa para que Bolsonaro reforçasse o discurso da asfixia fiscal. No caso do SUS, a dotação inicial para o ano de 2020 foi de R\$ 138,96 bilhões, somados a R\$ 67,46 bilhões, no qual, 63,74 bilhões (94,5% do total) dirigidos efetivamente para ações e serviços em saúde, em Ações de Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Ação21CO).

Contudo, como Estados e municípios foram fortemente afetados pela estagnação econômica dos anos precedentes, implicando na baixa arrecadação tributária,

em 2020 cerca de 76% dos recursos empenhados para o enfrentamento da pandemia eram federais, 20,67% dos Estados, e 3,33% dos municípios, antes da pandemia as referidas pesquisadoras atestam que a saúde era financiada com 42% de recursos federais, 26% estaduais e 32% municipais. Essa informação é reforçada pela análise de Servo et al., (2020) conforme demonstra o gráfico abaixo:



**Fonte:** Servo et al., 2020.

Somado a isso, temos o fato de que devido ao atraso na aquisição das vacinas, do total de R\$ 20 bilhões liberados, apenas 0,45% deste recurso foi liquidado em 2020, somado aos recursos da *Covax Facility*, houve um crédito de R\$ 21,59 bilhões para 2021. Neste ano, devido ao aumento da dívida pública o governo restringiu a emissão de títulos, impactando na diminuição de recursos, mesmo que a pandemia ainda tivesse em plena vigência. A situação em 2022 parece não ter se alterado tendo em vista que:

O valor de R\$ 14746 bilhões aprovados pelo Congresso Nacional é 1% maior do que o aprovado em 2021 (Congresso Nacional, 2022). Porém a participação da saúde sobre o total do orçamento federal só vem retraindo nos últimos dez anos (passando de 405% em 2012 para 319% do total). Além disso, diferente dos anos de 2020 e 2021, os recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 já estão incluídos no orçamento aprovado (cerca de R\$ 7,1 bilhões) [...] (Marques; Ferreira, 2021, p.13).

Funcia e Benevides (2022) chamam atenção ao fato de que em 2022, tendo como referência a execução orçamentária de despesas ASPS nos Planos Orçamentários referentes ao enfrentamento da ESPII decorrente da Covid-19 que até o dia 30 de novembro, dos R\$ 11.299 milhões totais, cerca de R\$ 0,982 bilhão foram transferidos aos municípios; R\$ 1,329 bilhão aos Estados, e R\$ 8,850 bilhões teve aplicação direta do MS. Também houve a transferência de R\$ 0,107 bilhão para instituições privadas sem fins lucrativos. Os autores destacam que mais de  $\frac{3}{4}$  dos recursos foram programados para Aplicação Direta do MS e menos de  $\frac{1}{4}$  para Transferências aos Estados, DF e Municípios.

#### **e) Instrumentos associados à vacinação**

A questão das vacinas é um caso que também chamou bastante atenção na gestão da crise sanitária realizada pelo governo. Nos meses iniciais de 2020 o mundo ainda estava tomando conhecimento do SARS-Cov-2, mas já havia pesquisas e o ensejo pela criação de vacinas para combater a pandemia. No caso brasileiro, essa adesão se deu de forma tardia, e não sem críticas por parte do governo Bolsonaro, como veremos no decorrer desse capítulo. Apenas em setembro de 2020 é que o Brasil aderiu ao instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) mediante a Medida Provisória n.º 1.003, de 24 de setembro de 2020. Esse instrumento tinha como objetivo fomentar uma aliança, do ponto de vista internacional, conduzida pela OMS, para acelerar a produção de vacinas contra o SARS-Cov-2, no sentido de viabilizar o acesso mais igualitário aos imunizantes. É importante destacar que a aliança se formou em abril de 2020, sendo que o governo brasileiro demorou mais de um ano para aderir à ideia:

**Quadro 24** - dispositivos utilizados pelo governo federal vinculados à vacina

<b>Dispositivo</b>	<b>Especificação</b>
Lei nº 14.121, de 1º.3.2021	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população.
Lei nº 14.124, de 10.3.2021	Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.
Lei nº 14.125, de 10.3.2021	Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.
Lei nº 14.187, de 15.7.2021	Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil
Lei nº 14.190, de 29.7.2021	Inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.
Medida Provisória nº 1.126, de 15.6.2022	Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.
Lei nº 14.466, de 16.11.2022	Revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que "dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado".

**Fonte:** [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/quadro\\_portaria.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm). Acesso em: 1 mar. 2023. Elaboração própria.

O plano de vacinação recebeu várias críticas da comunidade científica, especialmente pela ausência de grupos de risco, a exemplo das pessoas privadas de liberdade (encarcerados). Ainda em seu lançamento, numa primeira edição, o plano teve a assinatura de profissionais que não aprovaram o mesmo, ocasionando imbróglio com o governo federal. Os nomes dos profissionais foram incluídos sem a anuência dos mesmos, e segundo argumentação do MS, tais nomes foram inseridos no plano por atuarem como convidados sobre os debates sobre a política de imunização.

Segundo Macedo; Struchiner e Maciel (2021), esse plano se realizou de forma tardia no Brasil tendo em vista que o seu lançamento se deu em meados do mês de dezembro de 2020, ou seja, transpassado mais de 6 meses desde o início disseminação da pandemia no Brasil. Ainda segundo esses pesquisadores, o planejamento do MS não incluiu de forma integral os grupos prioritários previamente estabelecidos que totalizavam 78 milhões de pessoas. Com as críticas quanto a exclusão da população carcerária, o governo a incluiu, mas, sem especificar as condições para a ação de imunização nesse público:

Uma atualização do Plano ainda foi publicada no dia 20 de janeiro de 2021, Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra COVID-19 - 2ª edição, porém é importante esclarecer que, ainda assim, o Plano revisado somente contempla em torno de **40% da população do país, não obtendo o quantitativo idealmente necessário para alcançar a imunidade de grupo**. Sendo assim, até o presente momento o Brasil não apresentou a sua população um Plano Nacional de Imunização que de fato se mostre efetivo no controle da doença, mesmo diante do aumento do número de casos e óbitos registrados diariamente (Macedo; Struchiner; Maciel, 2021, p. 2861, grifo nosso).

Destacamos que no plano Internacional é sabido que o Brasil, historicamente (desde a criação do SUS na década de 1990), se destaca por possuir um dos maiores Planos Nacionais de Imunização do mundo, sendo referência da erradicação de doenças como a Poliomielite (paralisia infantil) em 1994. Todavia, esse potencial não foi aproveitado pelo governo Bolsonaro:

Infelizmente, dentro do atual governo, com a falta de investimentos no SUS e com o descaso com políticas públicas de saúde fundamentais, o PNI perdeu seu protagonismo na condução da campanha de vacinação contra a COVID-19. Apesar de contarmos com uma campanha com enorme potencial e uma das melhores respostas da população local no mundo, a estratégia brasileira apresentou muitos problemas e deixou diversas lacunas no processo da vacinação contra a COVID-19 (Maciel et al., 2022, p.954).

Dentre os problemas criados com relação a essa questão da vacinação, Maciel et al., (2022) destaca: a) crises diplomáticas com a China e a Índia; b) recusa em fazer parte com antecedência do programa COVAX Facility; c) negligência quanto a

oferta de vacina realizada pela Pfizer; d) desautorização da compra da CoronaVac; e) não assinatura de contrato com a Jansen. Para o epidemiologista Pedro Hallal (2021), se o Brasil tivesse se antecipado a medidas vinculadas à imunização, vidas poderiam ter sido salvas de forma substancial, não sendo necessário a quantidade de mortes e colapso do SUS.

O fato é que a vacinação no Brasil poderia ter sido uma forma de combate eficaz à pandemia. Compreendemos que toda antecipação do ponto de vista da gestão de uma crise sanitária implica de modo direto, na possibilidade de salvar vidas. Em nossa concepção, mesmo que o governo tenha atuado no sentido de prover recursos ao combate à pandemia, eles ficaram aquém do que era realmente necessário. Os dados compilados pelo COVID-19 *Data Explorer* da Universidade de Oxford<sup>270</sup> indicam que no final de dezembro de 2020 países como: Estados Unidos; China, Alemanha, Itália e França já tinham iniciado o processo de vacinação. Cabe destacar que no cenário internacional, sob o imperativo da forma mercadoriana, é nítido que a vacina acabou sendo objeto de corrida por parte de laboratório privados para auferimento de lucro.

No Brasil, no dia 17 de janeiro de 2021, a enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa vacinada contra o Covid-19. Ele recebeu a dose do imunizante Coronavac, produzido no Brasil pelo Instituto Butantan, em São Paulo (Baddini; Fernandes, 2021). Conforme os dados reunidos pelo Observatório Covid-19 na América Latina e Caribe<sup>271</sup>, da CEPAL, apenas em 16 de dezembro de 2020 é que o Brasil lança o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra o Covid-19. No dia seguinte, o Ex-presidente Bolsonaro teria liberado cerca de R\$ 20 bilhões para a vacinação.

Mesmo com um plano de vacinação, em que pese as críticas, e as medidas iniciais realizadas pela equipe técnica do MS, tendo à frente o Ex-ministro Henrique Mandetta, o governo Bolsonaro atuou conforme demonstraremos, numa posição contrária à vacinação, as medidas profiláticas e a todo o arcabouço de gestão que citamos. O governo agiu no sentido de minar toda a institucionalidade, manejando a opinião pública mediante declarações, lives e falas públicas sobre medidas profiláticas e a vacinação. Sobre a vacinação cabe ainda lembrar que o governo realizou

---

<sup>270</sup> <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em: 2 mar. 2023.

<sup>271</sup> <https://www.cepal.org/en/subtopics/covid-19>. Acesso em: 2 mar. 2023.

vetos quanto ao projeto de lei de quebra temporária de patentes (PL 12/2021). Essa medida foi promovida pelo Senador Paulo Paim (PT/RS) e apresentou como objetivo suspender as obrigações sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual vinculadas a produção de vacinas da Covid-19, obrigando os titulares dessas patentes disponibilizarem informações necessárias para replicação de imunizantes:

Art. 2º Durante o prazo de que trata o art. 1º, os titulares das patentes licenciadas ou pedido de patentes relativos a vacinas ou medicamentos relacionado à prevenção, contenção ou tratamento da COVID-19, definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, ficam obrigado a disponibilizar ao Poder Público todas as informações necessárias e suficientes à efetiva reprodução dos objetos protegidos, devendo o Poder Público assegurar a proteção cabível dessas informações contra a concorrência desleal e práticas comerciais desonestas, sob pena de decretação da nulidade da patente ou registro já concedidos ou sob exame da autoridade competente. (Senado Federal, 2021,p.1).

Segundo Felipe de Carvalho (coordenador do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI), e da campanha de acesso do Médicos Sem Fronteiras no Brasil, citado em matéria produzida por Scofield (2021), Bolsonaro, mediante os vetos, desmontou os principais pontos do projeto. Tais vetos imprimiram insegurança na aplicabilidade da lei, ocasionando em perda da efetividade da mesma:

Ao contrário do que estabelecia a proposta original, que determinava o prazo de 30 dias desde a sanção para as mudanças começarem a valer, o governo declarou que a medida ainda não tem validade já que “as vacinas estão sendo devidamente fornecidas pelos parceiros internacionais”. O licenciamento compulsório só será uma opção quando a empresa proprietária da patente “se recusar ou não conseguir atender à necessidade local”, de acordo com nota do governo (Carvalho *apud* Scofield, 2021, n.p).

Segundo a Mensagem n.º 432 de 2 de setembro de 2021, que especificou os motivos dos vetos, há a explicação de que a quebra de patente seria contra o interesse público, por poder estabelecer conflitos com a indústria farmacêutica. Especifica ainda que o *know how* desenvolvido por essas empresas possui titularidade exclusiva. Tais elementos, associados ao negacionismo, como veremos, funcionaram



como um combustível para o governo Bolsonaro sabotar ações de combate a pandemia.

## **6.2 A dança das cadeiras na saúde: “É simples assim: um manda e outro obedece”**

A frase que compõe o subtítulo acima foi proferida pelo general Eduardo Pazuello, Ex-ministro da saúde do governo Bolsonaro. Teve como pano de fundo a desautorização, por parte de Bolsonaro, da intenção de compra da vacina chinesa Coronovac. Apesar de ser uma frase, ela revela um pouco como o governo, o Ex-ministro Pazuello e mais especificamente Bolsonaro, lidaram com a pandemia.

Na ocasião, Eduardo Pazuello testara positivo para o Covid-19, estando em isolamento. Isso não impediu que Bolsonaro realizasse uma visita ao mesmo no dia 22 de outubro de 2020. Como detalhe, cabe salientar que a ocasião da fala de Pazuello, tanto Bolsonaro, quanto o Ex-ministro estavam sem o uso de máscaras, e muito menos estavam distantes um do outro, por si só, essa ação já implicava numa manifestação de negligência para com a população em geral, tendo em vista que, se o próprio Presidente e Ministro da Saúde não seguem as recomendações básicas para evitar o contágio, como o governo poderia exigir da população que assim o fizesse?

**Figura 40** - Pazuello com Covid próximo a Bolsonaro, sem nenhum EPI



**Fonte:** Marina Oliveira, 2020.

No dia 21 de outubro de 2020, em meio as tratativas para aquisição de vacinas, num quadro com mais de 155 mil óbitos, Bolsonaro postou no Facebook que a Coronavac era uma vacina ineficiente e que tinha mais uma vinculação política pelo então Ex-governador do Estado de São Paulo, João Dória, que acabou se tornando seu inimigo político, mas que já fora seu aliado, chegando a emitir apoio nas eleições presidenciais de 2018 ao ex-presidente:

**Figura 41** - Postagem de Bolsonaro sobre a Coronavac



**Fonte:** <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/2146049442210697>. Acesso em: 3 mar. 2023.

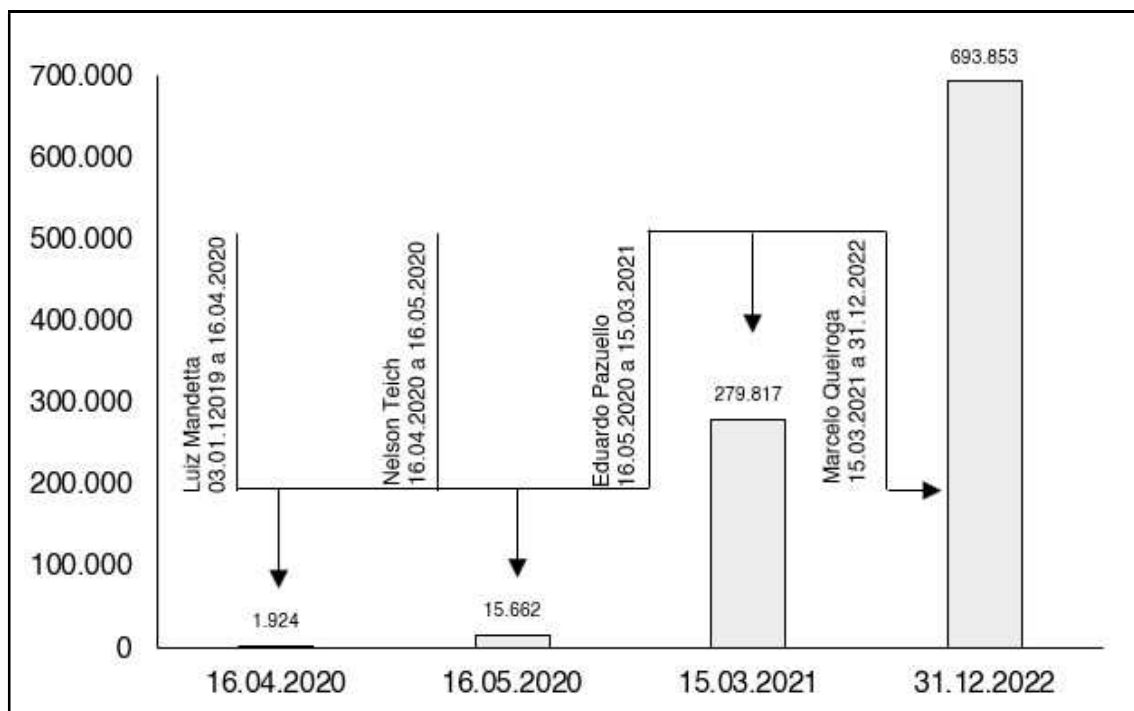
Na referida postagem é possível perceber que Bolsonaro responde aos seguidores, que questionaram o fato de Eduardo Pazuello emitir intenção de compra da vacina, Bolsonaro responde que a decisão final para a aquisição de vacinas é dele, não sendo de nenhum ministro. Cabe destacar um dado importante sobre a eficácia da Coronavac, segundo o Butantan, a vacina foi desenvolvida em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac, sendo a primeira a ser testada numa população inteira, comprovando sua efetividade no mundo real, salientando que a mesma também passou por ensaios clínicos de eficácia. O Instituto Butantan também realizou na cidade de Serrana, no Estado do Espírito Santo, o Projeto S (aplicação da vacina na cidade), no qual foi confirmado que a vacina atingiu eficiência suficiente para atuar como imunizante:

Ao atingir-se uma cobertura vacinal de aproximadamente 75% da população adulta do município, foi possível controlar a epidemia no local. Além de evitar a grande maioria das internações e óbitos por Covid-19, a vacinação conseguiu diminuir a transmissão do vírus — beneficiando, inclusive, os habitantes que não se aplicavam aos critérios de inclusão da pesquisa e não haviam se imunizado (Butantan, 2021, n.p).

A disputa com Dória, e a relação dúbia com a China, tendo em vista o Ex-presidente sempre acusara a existência de uma ditadura no país, influenciado, sobretudo pelas relações internacionais mantidas com Donald Trump, implicaram que o governo não desse atenção inicial a esta vacina. Além disso, desacreditar uma vacina, e criar ruídos na gestão apenas atrapalharam o processo, tendo em vista que o sistema de hierarquização de gestão foi afetado no sentido de existir distintos discursos, que além de criar dubiedade no interior das instâncias burocráticas, ocasiona insegurança e receio da população em relação ao imunizante.

É verdade que Pazuello foi o ministro biônico ideal de Bolsonaro, no fundo, as tentativas de Bolsonaro, como veremos, era colocar na pasta da saúde alguém atrelado com o seu imaginário e práxis, com suas intenções e ignorância, o que tornou o Brasil um dos únicos países com sucessivas trocas de ministros em meio ao aumento do número de mortes, e a insegurança na cobertura vacinal. No Gráfico abaixo podemos observar de forma mais detalhada as três trocas de Ex-ministros realizadas por Bolsonaro:

**Gráfico 42** - Troca de ministros da saúde em comparação com a evolução de óbitos por Covid-19 no Brasil



**Fonte:** Johns Hopkins University CSSE COVID-19. Elaboração própria.

Ao todo, em meio à pandemia, conforme demonstra o gráfico acima, tivemos um total de quatro ministros da saúde: Luiz Henrique Mandetta; Nelson Teich; Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. Com exceção de Pazuello, o qual é do exército brasileiro, todos os outros são formados em medicina:

**Quadro 25** - perfil dos ex-ministros da saúde do governo Bolsonaro

Fotografia	Resumo da Biografia
 <p><b>Luiz Henrique Mandetta</b></p>	<p>Médico formado pela Universidade de Gama Filho, no Rio de Janeiro (RJ), em 1989, e pós-graduado em ortopedia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e especialista em ortopedia pediátrica pela Fellow da Emory University, em Atlanta, Georgia (EUA). De 2005 a 2010, foi secretário Municipal de Saúde do município de Campo Grande (MS), atuando intensivamente no combate a maior infestação do mosquito <i>Aedes aegypti</i>.</p>
 <p><b>Nelson Teich</b></p>	<p>Nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Possui graduação em medicina pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ — 1980) e duas especializações: em Medicina Interna (1985–1987) e em Oncologia Clínica (1987–1990). Iniciou sua carreira como médico assistente de Atenção Primária no Hospital de Praia Brava, em Angra dos Reis (RJ), em 1981. E atuou no Hospital Geral de Jacarepaguá (RJ), entre 1985 e 1989. Também é um dos fundadores do Grupo COI (Clínicas Oncológicas Integradas).</p>
 <p><b>Eduardo Pazuello</b></p>	<p>General de três estrelas. Se formou em 1984 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ), como Oficial de Intendência — área responsável por tarefas administrativas e de logística. Também fez o curso de Comando e Estado Maior no Exército e o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais na Força Aérea Brasileira (FAB).</p>
 <p><b>Marcelo Queiroga</b></p>	<p>Natural de João Pessoa (PB). Queiroga é formado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (1988). Médico cardiologista, Marcelo Queiroga foi presidente da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista (SBHCI). Sua trajetória profissional inclui a presidência da Sociedade de Cardiologia da Paraíba e a diretoria do Departamento de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Alberto Urquiza Wanderley (Unimed João Pessoa), o médico cardiologista intervencionista no Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, na Paraíba, além de ser membro do Conselho Científico do Instituto Lado a Lado.</p>

Fonte: <https://bvsmms.saude.gov.br/2023-2011/>. Acesso em: 03. mar. 2023.

Com a exceção de Queiroga, que atuou na Diretoria do Departamento de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Alberto Urquiza Wanderley (Unimed de João Pessoa, Paraíba), um dos maiores planos privados de saúde do Brasil, essa menção não é feita em relação a Mandetta, e a Teich pela referida página oficial do MS. No caso de Mandetta, é necessário pontuarmos essa observação, uma vez que não é por acaso que Bolsonaro escolheu ministros com vinculação com os empreendimentos privados da saúde. Conforme já demonstramos nesta tese, esse setor tem um crescimento considerável em termos lucros, e mesmo que o impacto da crise mundial de 2008 tenha refletido no setor, este ainda conseguiu manter uma margem de lucro, tendo em vista que boa parte das empresas, sindicatos e a pequena burguesia brasileira, fazem uso desses planos.

No caso de Mandetta, é importante salientar que este também atuou como presidente da Unimed no município de Campo Grande (MS), tendo sua história profissional demarcada pela atuação na empresa por iniciar suas atividades profissionais em 1988 como conselheiro fiscal, e em 1999 como presidente deste mesmo conselho. Em 2001 foi eleito para a presidência da Unimed no município, atuando no cargo até o ano de 2004 (Caleiro; Machado, 2018). O Ex-ministro também atuou na política nacional com passagens pelos seguintes partidos políticos: PMDB; DEM e o mais recente, União Brasil, no qual se filiou em 2022 para concorrer ao Senado federal, mas perdendo a vaga para a Ex-ministra da agricultura do governo Bolsonaro, Teresa Cristina (PP). Por essas atividades, é verdade afirmar que Mandetta longe de representar os interesses das classes trabalhadoras e da saúde pública no Brasil, está mais para um representante direto dos empreendimentos privados de saúde.

Essas observações são importantes para não criarmos generalizações em torno dessas escolhas realizadas por Bolsonaro, o debate sobre a permanência de Mandetta na pasta da saúde gerou a defesa, por parte de setores da esquerda brasileira, que desconhecia a práxis política do ex-ministro. Embora Mandetta tenha inicialmente tomando alguns pontos de defesa das práticas sanitárias recomendadas pela OMS, a exemplo de medidas profiláticas e de contenção da pandemia, contra a ideia de Bolsonaro de flexibilização e isolamento vertical, isso não retira que ele é um inimigo declarado do SUS.

Em seu livro lançado em 2020 pela editora Objetiva: ***Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus***, Mandetta traz um panorama

da sua atuação na pasta da saúde e seus desentendimentos com o Ex-presidente Bolsonaro. Ao realizarmos a leitura da obra percebemos que o Ex-ministro tenta se colocar como antítese ao governo mediante uma atuação técnica, mesmo fazendo parte do governo, o que para nós, visou passar ao público uma imagem de que estava agindo estritamente por um viés científico, como se não soubesse o caráter político do Governo Bolsonaro.

Apesar de tentar passar uma imagem de defesa do SUS, destacamos as alterações promovidas na Atenção Básica à Saúde através do novo regime de financiamento pela Portaria n.º 2.979, de 12 de novembro de 2019. Contrariando a ideia de universalização da cobertura do SUS essa portaria estabeleceu o PreVine Brasil, mecanismo que instituiu uma lógica de Atenção Básica focalizada nos mais pobres mediante alocação de recursos e cadastramento de usuários. Essa mesma lógica de pensar o SUS não destoa de declarações anteriores de Mandetta que no Programa Roda Viva chegou à conclusão de que o SUS não deveria ser para todos, de modo a colocar que as pessoas com mais recursos financeiros não deveriam ser assistidas pelo Sistema:

É justo ou equânime uma pessoa que recebe 100 salários-mínimos ter o atendimento 100% gratuito no SUS? Quem vai ter 100% de atendimento gratuito no SUS? Eu acho que essa discussão é extremamente importante para esse Congresso. Eu vou provocá-la, vou mandar a mensagem, sim, para a gente discutir equidade e esse ponto a gente vai por o dedo.<sup>272</sup>

Salientamos que o SUS possui princípios basilares e fundacionais tais como a integralidade, equidade e universalidade. Desse modo, a focalização nos mais pobres seria admitir não haver necessidade de um sistema único, apenas ações residuais e operacionais dando ainda mais margem para que os gastos com a medicina privada aumentem no país.

Apesar do seu tom responsável e comedido no livro, historicamente Mandetta carrega declarações que, para aqueles que defendem de fato o SUS e uma saúde pública, são inaceitáveis. Salientamos que, embora se lance como arauto da hones-

---

<sup>272</sup> Roda Viva. Luiz Henrique Mandetta. 27 de maio de 2019, Roda Viva (1h21min). Disponível em: <https://youtu.be/O02qhzamw84>. Acesso em: 4 mar. 2023.

tidade, Mandetta enquanto Deputado Federal estava sendo investigado por Caixa 2 e fraude, algo que chega a relatar no livro como um episódio sem muitos detalhes. Além disso, chegou a atacar os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) objetivando que os serviços realizados nesses centros fossem assumidos por instituições religiosas (Mandetta, 2020).

Os embates entre Mandetta e Bolsonaro tiveram como ponto central a defesa deste último por medidas de flexibilização das ações em saúde no combate à pandemia, e a indicação de medicamentos como Hidroxicloroquina, comprovadamente ineficazes para tratar da Covid-19. Apesar de Mandetta se colocar contra essas ações, não percebemos a defesa por testes massivos, política de atendimento com dignidade às classes trabalhadoras, recondução da malha produtiva da indústria brasileira que pudesse produzir insumos e produtos para o enfrentamento da Covid-19. Com relação aos trabalhadores, historicamente Mandetta se colocou contra essa classe, apoiando as contrarreformas no campo trabalhista e previdenciário, estando em consonância com o que o governo Bolsonaro praticou e que se ligam diretamente à saúde, pois, para além de uma visão estreita e biológica, a saúde é influenciada por condições de trabalho, oferta de serviços públicos, habitação, educação, enfim, elementos que o neoliberalismo senil praticado por Guedes e Bolsonaro procuram atacar, e que sistematizamos nessa tese sobre o fundo da determinação social do processo saúde-doença.

Com os atritos entre Bolsonaro e Mandetta em relação à política sanitária, houve a exoneração deste e a entrada em seu lugar do médico Nelson Teich. A história desse médico como ministro é curta, uma vez que não conseguiu passar mais de um mês na função. Apesar de ser um representante da medicina privada, as ações de Bolsonaro para a aprovação da hidroxicloroquina como medicamento indicado para o tratamento da Covid-19 foi um dos pontos centrais para que Teich saísse do cargo. Na verdade, a intenção do governo Bolsonaro era a busca por um ministro biônico, alinhado ao negacionismo científico, e que minasse a própria institucionalidade mediante movimentos dúbios e aparentemente legais para estabelecer medicamentos comprovadamente ineficazes ao tratamento da Covid-19, e flexibilização das medidas sanitárias.

Nesse sentido, a busca de Bolsonaro por um ministro biônico acabou encontrando guarida na caserna militar com Eduardo Pazuello. Sem nenhuma prática e



experiência na saúde, com uma formação em logística e sem qualificação para trabalhar como ministro na área, nos parece que Pazuello foi a peça ideal para o tabuleiro da saúde no Governo, especialmente por fazer parte das fileiras militares. A frase inicial desse nosso tópico representa essa realidade, implicando numa práxis onde as ações e ideias negacionistas de Bolsonaro encontraram no Ex-ministro da saúde, acolhida e materialização.

Entre as ações realizadas por Pazuello destacamos a negligência quando ao colapso do sistema de saúde de Manaus. Esse fato chocou o Brasil pela forma como as mortes aconteceram, e como o próprio MS agiu para o desfecho trágico com a disseminação da ideia de “tratamento precoce” com hidroxicloroquina, dentre outros medicamentos como ivermectina, nitazoxanida, azitromicina; por se tratar de uma peça chave ao entendimento da gestão bolsonarista na pandemia, teremos no decorrer de nossa tese um subtópico especial dedicado ao problema.

### **6.3 Negacionismo e intenção de matar: um governo sabotador**

O que caracterizaria o negacionismo do governo Bolsonaro diante da crise sanitária da Covid-19? Afinal, pelo que vimos na seção anterior o governo buscou dentro da institucionalidade emitir uma série de documentos sobre a pandemia, que num nível aparente e institucionalista daria a entender a um analista desavisado, que o governo cumpriu suas obrigações. Esse subtópico pretende justamente desvelar que na essência o governo atuou justamente pela institucionalidade, ao mesmo tempo, em que minou pelo interior das instituições do republicanismo burguês brasileiro as ações no campo da saúde. Esse movimento que num primeiro momento pode parecer contraditório encontra respaldo na forma como Bolsonaro se apoiou em sua base mais bolsonarista, e mediante um núcleo de seu governo ligado ao negacionismo científico, para dar uma atenção maior ao campo econômico, justificando suas ações pela economia.

### 6.3.1 O negacionismo em questão

Até o ano de 2021 a Academia Brasileira de Letras não tinha em seu banco de dados o verbete negacionismo. Este foi inserido e definido da seguinte forma: “Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam”<sup>273</sup>. Na história da Ciência, seja por ignorância ou até mesmo por interesses econômicos ou políticos, o tema não é recente. A novidade da questão é que, em meio ao desenvolvimento técnico-científico-informacional a negação da realidade concreta seja um fato comum, existente não apenas na periferia do capitalismo, mas até mesmo no centro, como em países como os Estados Unidos.

Segundo o professor de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, José Luiz Ratton (2022), uma das primeiras tarefas para entendermos o negacionismo é compreender que há processos de negação individual e coletivos. Nesses dois casos é possível evidenciar pessoas enganando a si mesmas ou outras pessoas. Mesmo que uma pessoa negue desejos, os reprima, ou até mesmo fraquezas, a negação do ponto de vista de uma coletividade implica em formas distintas de cosmovisão, de modo a produzir as próprias verdades, às considerando superior. A este modo, não há apenas um negacionismo: existem aqueles em que desafiam o conhecimento estabelecido, os encapsulados em bolhas, variando de uma escala histórica, política, econômica e científica. De modo geral, esses negacionismos se ligam como reação ao efeito de inconveniência produzido pela ciência, e que em momento de crise são mais aprofundadas.

Ratton (2022) destaca que o negacionismo trumpista, olavista e bolsonarista gozam da segurança promovida por gerações de negacionistas, que internalizaram dúvidas persistentemente num público considerável. O que líderes como o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orban, Steve Bannon (Ex-estrategista-chefe da Casa Branca e conselheiro sênior de Donald Trump), e a família Bolsonaro fazem é emitir sinais para uma horda de seguidores, que atuam como caixas de ressonância. Com o

---

<sup>273</sup> Cf. <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 9 mar. 2023.

advento das mídias sociais, da rapidez da internet, o negacionismo que muitas vezes ficava restrito a determinados grupos foi acessado por uma infinidade de pessoas, em especial por figuras políticas:

Combinando dúvida e crueldade corrosivas, criando ambientes de excitação emocional máxima, exacerbando a suspeita e alimentando rotineiramente o ódio, os negacionismos contemporâneos auxiliam direta e indiretamente a produção de elevados coeficientes de desconfiança nas instituições modernas, com atenção especial para a ciência e para a democracia (Ratton, 2022, p. 417).

A professora e pesquisadora da Fiocruz, Simone Kropf (2022) nos lembra que etimologicamente o termo negacionismo deriva do francês (*négalionisme*), utilizado após a Segunda Guerra Mundial para caracterizar a negação do extermínio dos judeus e de outros grupos durante o holocausto. Após esse período sua influência aumentou para outras esferas como saúde (negação dos impactos do tabaco, no câncer; e nas vacinas); bem como científicas (teoria da evolução); e climáticas, com a negação do aquecimento global como uma realidade concreta, e acrescentamos: geográficos, com a negação do formato do planeta terra. Em relação ao negacionismo científico a autora enfatiza que:

[...] não deve ser confundido com a enunciação de dúvidas, por meio de estratégias organizadas com o objetivo de contrariar evidências e alegações consensualmente reconhecidas pela comunidade científica. O negacionismo constitui-se como projeto atrelado a interesses extracientíficos. Ainda que dirigido a temas, a teorias ou a ideias específicas, o ataque à autoridade, aos consensos e às instituições que os vocalizam e os sustentam torna o negacionismo ameaça à credibilidade da ciência como um todo. E, como tal, confronta a própria a democracia (Kropf, 2022, pp.421–422).

O excerto acima é interessante porque fornece a dimensão que há interesses envolvidos nas formas de se negar o conhecimento científico. Esses interesses podem ser de classe, e não estarem necessariamente associados ao econômico, embora o poder econômico influencie, mas à luz do que a mencionada pesquisadora refletiu, estes podem ser atravessados por distintas visões de mundo, pela religiosidade, pela classe, etc.. Ainda segundo Kropf (2022), baseada no livro *Merchants of*

***Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming: How a Handful of Scientists***, dos historiadores estadunidenses Naomi Oreskes e Erik Conway, salienta que a obra estampa o negacionismo como um negócio que apresenta como objetivo central a dúvida. Na década de 1950 o *lobby* da indústria de tabaco para confrontar as evidências científicas de que o ato de fumar causa câncer, atuou para implantar dúvidas na comunidade sobre os estudos e pesquisas realizadas.

Uma das formas de atuação seria algo bem semelhante ao que o governo Bolsonaro fez na pandemia: implantar desinformação, *fake news* e rumores nos meios de comunicação e nas mídias sociais para ser possível desacreditar a produção científica. Como as mídias sociais criam bolhas que se retroalimentam, essas informações são disseminadas em distintos grupos que passam a terem voz e autoridade em suas falas mediante textos e vídeos, mesmo que tais mecanismos sejam inteiramente falsos, equivocados e sem nenhuma argumentação científica, tal ação expande a arena de discussão, que muitas vezes é realizada de forma desqualificada. Desse modo, opinião e ciência acabam se homogeneizando no discurso negacionista, no qual o relativismo acaba sendo o centro da questão.

Como modo de fragilizar a ciência, o negacionismo se apresenta em espaços pretensamente científicos, mas que não são reconhecidos pelo universo acadêmico. Dentre esses espaços podemos identificar APHs e *think tanks*<sup>274</sup>, além de publicações que não seguem o rigor científico, mas são organizados e distribuídos em grupos. Existe também “cientistas” que se valem da autoridade da formação para confrontar consensos em distintas áreas do conhecimento, mas que não são especialistas:

Em ambos os casos, tática recorrente é a produção de falsas controvérsias, geralmente encenadas em espaços midiáticos de grande visibilidade, em relação a temas que, na realidade, não são controversos no âmbito acadêmico. Contraexemplos, anomalias, lacunas ou proposições específicas são amplificados com vistas a desacreditar o conjunto de evidências que sustentam a alegação que se quer fragilizar (Kropf, 2022, p. 423).

---

<sup>274</sup> A partir da leitura gramsciana, concordamos com a interpretação que a historiadora Virginia Fontes faz do termo *think tanks*. Para ela, no âmbito da sociedade civil há entidades mantidas pela burguesia que buscam criar consenso de modo a naturalizar e eternizar o capital, dissuadindo as classes trabalhadoras e repetindo que o capitalismo é a única forma de sociabilidade humana possível (Fontes, 2010).



### 6.3.2 A direita toma cloroquina e a esquerda tubaína: o “tratamento precoce” de Bolsonaro

O governo Bolsonaro buscou de todas as formas alçar a cloroquina como um potencial remédio para tratar o Covid-19, não para salvar a vida das pessoas, mas para salvar o próprio governo. A lógica inerente à defesa do medicamento, comprovadamente ineficazes para o tratamento da Covid-19 era fazer com que as medidas profiláticas fossem extintas, retomando assim as atividades econômicas.

No dia 20 de março de 2020, bem no início da explosão dos casos da Covid-19 no Brasil, Bolsonaro já argumentava em favor do medicamento, apontando que alguns médicos já indicavam o Reuquinol (sulfato de hidroxicloroquina):

Nós aqui no Brasil, o governo via ANVISA, tem acompanhado essas questões no Brasil, alguns hospitais, alguns médicos, quando o paciente tá numa situação bastante complicada, faz ali um termo de compromisso, ou com o paciente, ou com o familiar e tão sendo aplicado...como é o nome ? Reuquinol. Olha só, eu fui questionado pela imprensa lá fora, essa imprensa que você sabe que eu sou apaixonado do fundo do coração, se podia esperar a comprovação final. Eu perguntei pros caras, quanto tempo mais ou menos, ninguém quiz responder, daqui a seis meses (inaudível), tá lá, o idoso, chega num Estado complicado né, faz o teste, tem o coronavírus, aplica logo pô! a gente lamenta, aplica logo pô. Esse remédio aqui, sabe quando começou a ser usado no Brasil ? Quando eu nasci, 1955! Então ele, medicado, a pessoa medicada corretamente não tem efeito colateral, medicada corretamente! Fiquei sabendo que isso aqui custava 60 reais na farmácia, o original, o genérico eu não sei, tá no câmbio negro por quase mil reais, eu não tô vendendo não, mas quem precisar aí tenho duas caixinhas, eu dou, não vou vender por 900 não, eu faço a doação sem problema nenhum.<sup>276</sup>

Para Bolsonaro, portanto, desde o início, não se tratava de seguir preceitos científicos de confiabilidade, testagem, metodologias e procedimentos que garantam a confiabilidade científica do medicamento, mas de uma esperança. Um dos elementos que o Ex-presidente soube utilizar foi sua posição como figura pública em evidência para a ressonância do que trabalhamos nesse capítulo como uma gestão bolsonarista da crise sanitária. A indicação de medicamentos, ou o encorajamento do uso de determinadas substâncias sem a correta mediação científica pode acarre-

---

<sup>276</sup> cf. <https://youtu.be/Lj5W5YrCLCk>. Acesso em: 26 mar. 2020.

tar seu reverso, ou seja, no que o filósofo Ivan Illitch (1975) denomina de iatrogenia: quando o medicamento surte um efeito contrário, danoso ao paciente.

Outra tática que percebemos é o apelo para questões de cunho afetivo, Bolsonaro fez um paralelo entre uma patologia e o cuidado com um ente familiar, de modo a excluir toda a escala de responsabilidade que representa seu discurso, deslocando a saúde do campo da determinação social, para o liberalismo e individualismo. O fato não é que um parente ou pessoa próxima esteja enferma, mas se de fato o medicamento serve para determinada patologia. Ao procurar redirecionar o debate para o âmbito familiar, Bolsonaro generalizou a questão, uma vez que a maioria das pessoas possuem familiares e que, na verdade, devido ao alto índice de transmissibilidade da Covid-19, o uso do medicamento acabaria recaindo numa posição de escolha, e não de efetividade comprovada cientificamente, funcionando mais como um artefato curandeiro, do que como remédio:

Temos boas notícias, temos boas notícias, que não é minha, tive agora, de uma entidade francesa, chegou através de um renomado hospital aqui do Brasil dizendo que a hidroxiclороquina em oitenta pessoas pesquisadas na França, tratadas com esse medicamento, das mais variadas idades, de oitenta, setenta e oito se curaram! Uma faleceu e a outra tá hospitalizada ainda. É uma excelente notícia, que não é minha. A hidroxiclороquina existe desde 1955, o ano em que eu nasci, por acaso, vários hospitais já estão usando isso aí. Você pode me perguntar, ah, mas não tem a comprovação. Se a mãe de algum de nós, ou de algum de vocês, o pai, ou o filho, eu duvido que não iam assinar o termo de compromisso, e deixar que esse medicamento fosse aplicado, é a vida que tá em jogo.<sup>277</sup>

Torna-se importante mencionar que o Governo fez, inicialmente, referência a um estudo francês que cancelaria a alcunha de científico por ser produzido num centro de pesquisas do professor Didier Raoult<sup>278</sup>. Ocorre que após a repercussão das afirmações deste professor sobre o uso da azitromicina em combinação com a Hidroxiclороquina, reconheceu enviesamento das pesquisas, e que os medicamentos não apresentavam correlação com a redução do número de internações pior Covid-19:

---

<sup>277</sup> <https://youtu.be/rXQICfgpbtQ>. Acesso em: 30 mar. 2020.

<sup>278</sup> Didier Raoult é um médico e microbiologista francês formado pela Université Montpellier e pela Universidade Aix-Marseille (1981). Seu nome acabou gerando polêmica devido aos seus estudos sobre hidroxiclороquina, no qual argumentava que o medicamento serviria para o tratamento da Covid-19.

Concordamos com os colegas que os resultados clínicos também são elementos-chave a serem considerados ao avaliar o efeito da combinação de hidroxicloroquina-azitromicina (HCQ-AZ). Para tanto, reanalisamos nossos dados de todos os pacientes incluídos em nosso estudo (n=42) e, além da depuração viral ao longo do tempo, analisamos desfechos clínicos, incluindo necessidade de oxigenoterapia, transferência para unidade de terapia intensiva (UTI), óbito e tempo de internação. A necessidade de oxigenoterapia, transferência para UTI e óbito não diferiu significativamente entre os grupos. O tempo de internação e a persistência viral foram significativamente menores no grupo de pacientes tratados, em comparação com o grupo controle. O tempo de permanência foi calculado em 38 dos 42 pacientes porque dois pacientes morreram, um recebeu alta contra orientação médica e faltou informação para um paciente (Gautret et al., 2021, p. 2, tradução nossa).<sup>279</sup>

Conforme a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Agência Francesa de Segurança de Medicamentos e Produtos de Saúde (ANSM), teria emitido, após a repercussão das afirmações de Didier, sanções ao Instituto Mediterrâneo de Infecção do Centro Hospitalar Universitário (IHU), dirigido pelo então cientista. Para a entidade francesa, Didier teria violado procedimentos éticos na realização dos estudos com seres humanos, não tendo a autorização do comitê de ética, um dos primeiros passos a serem realizados envolvendo pesquisas com seres humanos<sup>280</sup>.

Mas Bolsonaro e seu governo, apesar de usarem Didier, não se reduzem apenas a ele. Chamamos atenção para o fato da influência que Donald Trump exerceu sobre o governo Bolsonaro, especialmente quando Trump informara ainda em maio de 2020 que usava o medicamento, sendo que a própria *Food and Drug Administration* (FDA), agência regulatória dos Estados Unidos, não recomendava o uso do medicamento, advertindo que tal uso poderia inclusive causar arritmia cardíaca (Idoeta, 2021).

---

<sup>279</sup> **No original:** *We agree with colleagues that clinical outcomes are also key elements to consider when assessing the effect of hydroxychloroquine-azithromycin (HCQ-AZ) combination. To this end, we reanalyzed our data on all patients enrolled in our study (n=42) and, in addition to viral clearance over time, we analyzed clinical outcomes, including the need for oxygen therapy, transfer to intensive care unit (ICU), death and length of stay at hospital. Requirement for oxygen therapy, transfer to ICU and death did not significantly differ between groups. Length of stay at hospital and viral persistence were significantly shorter in the treated patients group, compared to the control group. Length of stay was calculated in 38 of 42 patients because two patients died, one was discharged against medical advice and information was missing for one patient*

<sup>280</sup> FAPESP. Agência francesa impõe sanções a instituto dirigido por Didier Raoult. 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/agencia-francesa-impoe-sancoes-a-instituto-dirigido-por-didier-raoult/>. Acesso em: 10 mar. 2023.



A própria troca de ministros envolveu o uso desses medicamentos, Mandetta (2020) relata que a relação com Bolsonaro era bastante difícil porque a ação de Bolsonaro era dúbia e com ruídos. Apesar de permitir a Mandetta realizar ações no campo da saúde, se contradizia e fazia o oposto, buscando assessoria paralela nas questões da saúde para se contrapor aos dados oficiais do MS, chamando para o diálogo nomes como o do Ex-ministro Osmar Terra, e a médica Nise Yamaguchi (defensora da cloroquina como remédio salvador), de modo que o palácio do planalto passou a ser cada vez mais visitado por médicos bolsonaristas no que ficou denominado na mídia como gabinete paralelo.

No dia 1º de abril de 2020 Mandetta relata uma reunião que ocorreu, e que Bolsonaro tinha por conta própria, chamado, médicos para tratar do tema da cloroquina, e que tivesse como ponto primordial estarem associados as ideias em favor da flexibilização das medidas restritivas e da cloroquina como panaceia:

Eu não poderia fazer nada. Ele queria no seu entorno pessoas que dissessem aquilo que ele queria escutar. E o que ele queria escutar era que a cloroquina era a salvação. Vamos dar esse remédio e pronto, está resolvido, era o que ele achava. Nunca na cabeça dele houve a preocupação de propor a cloroquina como um caminho de saúde. A preocupação dele era sempre **‘vamos dar esse remédio porque com essa caixinha de cloroquina na mão os trabalhadores voltarão à ativa, voltarão a produzir’** (Mandetta, 2020, p. 145, grifo nosso).

É curioso presenciarmos um aliado do setor privado da saúde, que anseia pela mercantilização dos serviços de saúde ter essa percepção. Longe de Mandetta estar na defesa dos interesses das classes trabalhadoras e grupos subalternos, mas até para ele, a tática de Bolsonaro era usar o referido medicamento como uma forma de liberar as atividades econômicas, para no âmbito da produção, da geração do mais-valor, e das relações sociais de produção, realizar o circuito do capital.

Essa mesma noção fica demarcada quando Bolsonaro faz uma distinção de classe ao sugerir que os mais fracos: idosos e os pobres, sem ter maiores opções, poderiam recorrer a medicamentos comprovadamente ineficazes: “Como não temos outro remédio, deixe o pobre, o idoso, aquele que tem algum tipo de doença, recorrer à hidroxicloroquina de graça nos hospitais, eu peço quase que pelo amor de

Deus, isso é vida”.<sup>281</sup> Mesmo admitindo que o medicamento é comprovadamente ineficaz, Bolsonaro não se furta de o indicar:

Eu sempre disse que não existia comprovação científica, mas não tem um outro remédio né, o que seria um novo remédio né. Só tem a cloroquina, e o que eu digo, se você não quer tomar, não toma pô, sem problema nenhum, eu não vou obrigar você a tomar, se você tiver uma certa idade e pegar o vírus, você vai ficar lá no hospital, talvez tenha que ser entubado e quem sabe você se safe, o número de pessoas que se safe não é tão grande assim depois de entubado. E se levar em conta doenças, comorbidades, a chance de curar é muito pequena. Agora temos relatos de pessoas dizendo que se sentiu bem depois de tomar a hidroxicloroquina. Quer tomar, tome, não quer, não perturbe quem queira tomar, afinal de contas, está brincando com a vida dos outros, e se existe uma chance da pessoa se curar com a cloroquina, deixa usar.<sup>282</sup>

Percebemos que Bolsonaro relega tudo ao campo da decisão individual ao usar a argumentação de medicamentos comprovadamente ineficazes para a Covid-19, como se o Brasil não tivesse um SUS, ANVISA, e muito menos instituições como a Fiocruz, com pesquisadores que dedicam anos de sua formação para produzirem conhecimento científico. Outro elemento é a produção do terrorismo psicológico, ou seja: diante da inexistência de um medicamento comprovado, e tendo apenas a cloroquina/hidroxicloroquina como alternativa, seria melhor as pessoas usarem tais medicamentos do que serem entubadas em UTIs.

O impacto de uma fala dessa, de um presidente da república, mesmo que seja em seu canal do YouTube, apresenta envergadura significativa no manejo da subjetividade dos indivíduos, se trata de um chefe de Estado, que de forma pública chancela o uso de medicamentos desse porte. Além disso, Bolsonaro não possui apenas o canal no YouTube, mas toda uma rede de mídias sociais que vão de plataformas como o Twitter (agora X após a compra da rede por Elon Musk em outubro de 2022); Telegram; WhatsApp, até o Instagram e Facebook, o que faz multiplicar sua zona de influência midiática.

Sozinho, dificilmente Bolsonaro conseguiria elaborar *fake news* e causar confusão mediante a disseminação de pílulas mágicas como as mencionadas anteriormente. Nesse ponto, é importante entendermos a atuação do que ficou conhecido

---

<sup>281</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=F9jXIF2ExQE>. Acesso em: 13. Mar. 2023.

<sup>282</sup> <https://youtu.be/rSO0DszwUbA>. Acesso em: 4 jun. 2020.

como gabinete paralelo, formado por um corpo de políticos e médicos que buscaram, de toda forma, tornar o negacionismo científico como uma política de governo.

### 6.3.3 A atuação do gabinete paralelo

Um dos elementos que Mandetta (2020) chama atenção em seu livro é que Bolsonaro estava se guiando não pelas suas considerações a respeito da pandemia, mas por outros profissionais que conduziam a defesa expressa de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina. No dia primeiro de abril de 2020, Mandetta fora chamado por Bolsonaro para participar de uma reunião com um conjunto de médicos, para o Ex-ministro, foi naquele momento que identificou que Bolsonaro estava se guiando por pessoas alinhadas à política de uso da cloroquina e abertura irrestrita das atividades econômicas.

Para Mandetta, não adiantava argumentar que os medicamentos apontados por Bolsonaro eram comprovadamente ineficazes, uma vez que para este, a salvação da economia seria tal medicamento:

[...] ele queria escutar que a cloroquina era a salvação. Vamos dar esse remédio e pronto, está resolvido, era o que ele achava. Nunca na cabeça dele houve a preocupação de propor a cloroquina como um caminho de saúde. A preocupação dele era sempre ‘vamos dar esse remédio porque essa caixinha de cloroquina na mão os trabalhadores voltarão para ativa, voltarão a produzir’ (Mandetta, 2020, p. 145).

Uma solução fácil, barata e ágil para um governo que, tendo a ameaça do retorno de Lula para o pleito eleitoral de 2022, buscava saídas para a questão sanitária. Como Mandetta mencionou, Bolsonaro recebia dicas de pessoas da área médica. Segundo o relatório da CPI da pandemia, esse conjunto de pessoas (médicos, políticos e empresários) que atuavam dando orientações nas diretrizes governamentais na crise sanitária, e depois, com a entrada de Pazuello, passaram a de fato terem suas ideias implementadas, fazia parte da forma como a gestão bolsonarista encarou a pandemia. Afinal, se Mandetta e Teich não implementaram o “tratamento precoce”, um militar poderia muito bem o fazer.

Esse grupo teria se reunido num total de 24 vezes com Bolsonaro, este, teria faltado a apenas 6 dessas reuniões (Rezende; Lopes, 2021). Entre os nomes que aparecem associados a esse gabinete podemos identificá-los a partir de 3 alas:

- a) Política:** Carlos Bolsonaro (vereador e filho de Bolsonaro); Flávio Bolsonaro (senador e filho de Bolsonaro); Arthur Weintraub (advogado e irmão do Ex-ministro da educação Abraham Weintraub); Osmar Terra (deputado federal e integrante do governo Bolsonaro); Tercio Arnaud (Ex-assessor da presidência da república); Fabio Wajngarten (Ex-secretário de comunicação do governo);
  
- b) Empresarial:** Carlos Wizard (conselheiro de Pazuello) e setor privado da área médica como a empresa Prevent Senior que atuaram na conformação do estabelecimento de diretrizes do Ministério da Saúde para a indicação de medicamentos comprovadamente ineficazes no tratamento da Covid-19.
  
- c) Sanitária:** Nise Yamaguchi (médica do Instituto Sírio Libanês); Paolo Zanotto (virologista); Annelise Mota de Alencar Meneguesso (conselheira federal pelo Estado da Paraíba); Luís Guilherme Teixeira dos Santos (conselheiro federal pelo Estado do Rio de Janeiro); Roberto Zeballos (Doutor em imunologia); Anthony Wong (professor e diretor do Instituto da Criança, do Hospital das Clínicas da FM-USP) ; Dante Senra (médico, especialista em terapia intensiva).

Segundo as investigações relatadas na CPI da pandemia, o referido grupo aconselhou Bolsonaro nos temas vinculados a “imunidade de rebanho” por contaminação, no sentido de permitir que o SARS-Cov-2 infectasse o máximo número de pessoas, as tornando imunes ao vírus. Essa estratégia seria aglutinada com o “isolamento vertical”, ou seja, isolar as pessoas mais fracas e aptas a terem um quadro avançado da doença, como os idosos e pessoas com comorbidades. Na oitava de Luiz Henrique Mandetta<sup>283</sup> à CPI da Pandemia, reforça a opinião que emitiu em seu livro, ao afirmar que Bolsonaro de fato estava sendo guiado por pessoas que intuía na imunidade de rebanho uma saída para a pandemia da Covid-19:

---

<sup>283</sup> A oitava completa pode ser acessada no seguinte endereço: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?13&reuniao=9972&codcol=2441>. Acesso em: 23 mar. 2023.

É muito difícil você entender qual é a teoria. A impressão que eu tenho é que havia algumas teorias que eram mais simpáticas. Uma delas era: o brasileiro vai se contaminar, ele mora em aglomerados, ele mora sem esgoto, então, vai se atingir o coeficiente de proteção de rebanho. Acho que essa pode ter sido talvez a inspiração dessas pessoas para levar até o Presidente, eu acho que esse era um argumento que eles poderiam colocar nesses termos. Nessa reunião desses médicos com os outros ministros, não estavam os filhos não, estavam outros ministros, vários, Jorge Ramos, estava Barra Torres, estava Ministro Heleno, enfim... Olha, você sobe para a reunião e estavam dois médicos, aquela Nise Yamaguchi, que era chamada para dar essas coisas sobre cloroquina [...] (Senado Federal, 2021c, p. 35).

A ideia da imunidade de rebanho é em si, fora de qualquer padrão de cientificidade. Primeiro porque, a defesa dessa ideia não considerou que o Sars-Cov-2, como um vírus novo, passa por mutações, no qual sua replicação gerou variantes mais fortes e resistentes. Outro elemento é que, em termos quantitativos, se pegarmos a hipótese dessa ideia, o quantitativo de pessoas mortas seria superior ao que o Brasil somou nos três anos de pandemia, e mesmo assim, tal imunidade não poderia ser atingida, tendo em vista a capacidade de mutação virótica. Segundo o professor Gastão Wagner Sousa Campos (2020), o termo rebanho já indicaria um caráter antissocial e anti-humanístico da concepção, e aplicada à pandemia, só poderia ser caracterizada como algo extravagante e absurdo. Voltando a Mandetta, ele também mencionou a reunião que ocorreu no Palácio do Planalto, ainda no ano de 2020, que contou com a presença de ministros e médicos. Nessa reunião foi apresentada uma minuta para alteração da bula da cloroquina, no sentido de indicar o medicamento para o “tratamento precoce” da Covid-19 (Mattos; Borges; Rodrigues, 2021).

Nelson Teich também teria sofrido pressões para aprovar o uso da cloroquina, a transformando num medicamento apto a fazer parte da política do governo no combate à pandemia. Em sua oitava à CPI mencionou que foi pego de surpresa por Bolsonaro. Na ocasião, o Ex-presidente teria editado um decreto no qual alterou o conteúdo das atividades de caráter essencial, que permaneceriam abertas em meio a alta de casos e óbitos. O governo incluiu ações relacionadas às atividades de salões de beleza, por exemplo, de modo a criar um vínculo com a base fiel do bolsonarismo. Sendo assim, atividades essenciais seriam aquelas onde o trabalhador faz

para levar o pão de cada dia para dentro de sua casa, conforme comentou em entrevista ao repórter José Luiz Dane, no dia 8 de abril de 2020:

Pra mim o que é uma atividade essencial Datena: é toda aquela indispensável para o homem poder levar para seus filhos em casa o pão, um prato de comida. É isso! Por que quando você impede as pessoas de trabalhar ele não leva o prato de comida para casa?<sup>284</sup>

Mesmo que tenha emitido decreto de ajuda ao patronato brasileiro, e também medidas vinculadas ao auxílio emergencial, o objetivo da gestão bolsonarista a frente da crise sanitária da Covid-19 era realizar uma ampla abertura das atividades econômicas, mantendo assim, o fluxo de circulação das mercadorias, e também do vírus, tendo em vista, conforme apontamos em nosso capítulo quarto acerca da Geografia da Covid-19, o ser humano como vetor do Sars-Cov-2 permitiu que o vírus se instalasse em distintos territórios do Brasil, seguindo o movimento que foi dos grandes centros urbanos para áreas interioranas.

Para o governo, a restrição dessas atividades equivaleria à destruição da economia brasileira, numa visão dicotômica entre saúde e economia. Ao buscar realizar essa clivagem, o governo não priorizou as vidas, buscando de todos os meios como temos demonstrado nessa tese, rifar as classes trabalhadoras e grupos subalternos à morte. Para Bolsonaro, impor medidas restritivas seria sintoma de uma histeria coletiva, municiada por governadores e prefeitos que buscavam minar sua gestão, conforme fala do dia 3 de março de 2020:

Se eu me contaminei, olha isso é responsabilidade minha, ninguém tem nada a ver com isso, agora, tudo continua funcionando no Brasil, tudo! tá havendo uma histeria. Quando você proíbe jogos de futebol, não vou entrar em detalhes, não sei com profundidade, a CBF tá discutindo, respeito a posição deles aí, agora sobre o futebol, o cara que vende aí chá-mate aí nas arquibancadas não vai vender mais, o cara que toma conta lá fora de carro não vai mais tomar conta disso, você vai acabar com o comércio do Brasil que em grande parte é feito pela informalidade, você vai ter um caos muito maior do que pode ocasionar esse vírus aqui no Brasil. Essa é a preocupação que eu tenho. Se a Economia afundar, afunda o Brasil, e qual o interesse, em parte, com toda certeza, dessas lideranças políticas? Se afundar a economia, acaba qualquer governo, acaba com o meu governo, é uma luta de poder.<sup>285</sup>

<sup>284</sup> [https://youtu.be/R\\_Mq3XF1bKU](https://youtu.be/R_Mq3XF1bKU). Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>285</sup> <https://youtu.be/M0za8MSO64>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Para a gestão bolsonarista, qualquer medida que se colocou contra as ideias de imunidade de rebanho, isolamento vertical, indicação de medicamentos comprovadamente ineficazes; medidas profiláticas associadas ao uso da máscara e isolamento social eram parte de um grande projeto para derrubar o governo. Ainda que o uso de máscaras, por exemplo, não afete nenhuma atividade. Por esse motivo que as lives semanais de Bolsonaro não foram planejadas inocentemente, pelo contrário, tinham como intencionalidade e objetivo, em nossa análise, criar um vínculo aproximativo entre a gestão bolsonarista e parte eleitoral mais fiel, que de multiplicava por distintos canais de comunicação (aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais, canais no YouTube, blogs, etc.).

Sem embargo, é preciso lembrar que a gestão Bolsonarista atuou de modo a apagar rastros, agindo de modo dúbio como expressa a oitava de Pazuello. Segundo declarou à CPI da pandemia, ele desconhece a existência de algo como um gabinete paralelo, fato contestado pela ala empresarial do gabinete, na fala de Carlos Wizard, que manteve aproximação com o governo Bolsonaro, chegando a atuar como Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do MS. Em sua fala à CPI podemos contestar a negativa de Pazuello:

Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do Ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias. No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários]. [grifamos] (Senado Federal, 2021, p. 37).

A influência de Wizard estaria também presente na comunicação entre o Ministério da Economia; Comando do Exército e Senado Federal. Na ala sanitária, identificamos médicos e médicas alinhadas com a defesa do “tratamento precoce”; isolamento vertical; imunidade de rebanho, e questionamento da eficácia das vacinas. Informações do relatório da CPI indicam que médicos do setor privado influenciaram na construção de uma rede de suporte à gestão bolsonarista atuando espe-

cialmente na defesa do “tratamento precoce”. Dessa forma, apesar de o identificarmos na ala política, o Ex-ministro Osmar Terra (MDB-RS) foi um dos mais ávidos defensores da ideia de imunidade de rebanho, e com a médica Nise Yamaguchi, esteve presente em boa parte das reuniões desse gabinete (Senado Federal, 2021).

Foi de Osmar Terra (que é médico) as previsões mais errôneas sobre os casos e óbitos da Pandemia no Brasil. A partir do levantamento realizado pelo site Poder 360<sup>286</sup>, elaboramos um quadro com declarações desse porte:

**Quadro 26 - Previsões errôneas de Osmar Terra sobre a Pandemia**

<b>Data</b>	<b>Previsão</b>	<b>O que de fato ocorreu</b>
18 de março de 2020	Mortes por H1N1 devem ser maiores do que por Covid-19	H1N1 matou 796 em 2018. Em abril de 2020, Brasil já somava 1.000 mortes por Covid-19.
4 de abril de 2020	Chegaremos ao pico da epidemia antes do final de abril	De abril a maior de 2020, os casos da Covid-19 saltaram 439% e as mortes, 311%
7 de abril de 2020	Coronavírus matará menos no Brasil que gripe no Rio Grande do Sul	Terra falou em 950 mortos no RS de gripe sazonal, número de mortes alcançadas pela Covid-19 no dia 10 de abril de 2020.
13 de junho de 2020	Epidemia termina em junho	No dia 21 de junho de 2020, o Brasil atingiu 50.000 óbitos pela Covid-19
21 de dezembro de 2020	É bem provável que em algumas semanas chegemos à imunidade de rebanho e o surto epidêmico termine	Casos de reinfecção foram registrados. A imunidade se perde com o tempo e há a presença de novas variantes do vírus.

**Fonte:** Poder 360. Elaboração própria.

As previsões falhas de Osmar Terra, contudo, alimentaram a gestão bolsonarista da crise sanitária da Covid-19, fortalecendo a busca de curas mágicas e soluções rápidas para o problema.

Outra figura controversa desse gabinete seria o biólogo Paolo Zanotto, que em reunião do dia 8 de setembro de 2020<sup>287</sup>, com o tema “médicos pela vida”, com a presença de Nise Yamaguchi, declarou que:

<sup>286</sup> Poder 360. CPI da Covid: Relembre as previsões erradas de Osmar Terra sobre a pandemia. 22.jun.2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/cpi-da-covid-relembre-as-previsoes-erradas-de-osmar-terra-sobre-a-pandemia/>. Acesso em: 23 mar. 2023.



[...] eu acho que a gente tem quer ter vacina, ou talvez não. Porque o grande problema dos Coronavírus é que eles têm, intrinsecamente, problemas no desenvolvimento vacinal. A minha sugestão, até enviei mensagem ao executivo, mandei a carta pro Weintraub, pro Arthur, talvez fosse importante se montar um grupo. A gente poderia ajudar a... Eu não vou fazer parte desse grupo, porque não sou especialista em vacina, mas eu gostaria de ajudar o executivo a montar um shadow board. Como se fosse um shadow cabinet. Esses indivíduos não precisam ser expostos, digamos assim à popularidade (Senado Federal, 2021, p. 39).

Discutiremos sobre os médicos pela vida no próximo subtópico, mas, o que nos chama atenção na fala de Zanotto é ele colocar em dúvida a vacinação. Naquele período o mundo estava na corrida pela produção de imunizantes, a antecipação e a quebra de patentes, ações que a gestão bolsonarista não realizou, mas que fariam diferença para salvar vidas. Além disso, conforme nos lembra Pinheiro e Emery (2022), bem antes da referida reunião com Zanotto, este já realizava lives com a empresa Prevent Senior, convênio médico paulistano especializado na terceira idade:

No dia 4 de abril, enquanto Bolsonaro negociava com a Índia a liberação de insumos para a produção de cloroquina por indústrias do país, Beltrão promoveu uma live com Paolo Zanotto, virologista da USP, e Fernando Parrillo, diretor da Prevent Senior, **para falar sobre a hidroxicloroquina e o estudo sendo feito com a droga no convênio voltado aos idosos — que, hoje se sabe, sequer pode ser chamado de estudo, mas sim de um experimento que pode ter envolvido falhas éticas graves como ocultação de mortes e administração de remédios sem o conhecimento do paciente** (Pinheiro; Emery, 2021, p. 30, grifo nosso).

Além de Zanotto, médicos como Nise Yamaguchi; Luís Guilherme Teixeira dos Santos; Roberto Zeballos e Anthony Wong tiveram destaque na defesa de medidas negacionistas. Wong era defensor do “tratamento precoce” e acabou falecendo pelo Covid-19 no dia 15 de janeiro de 2021. A semelhança de Olavo de Carvalho, que também fazia a defesa de medidas negacionistas e fora vítima da Covid-19, falecendo no dia 24 de janeiro de 2022 na Virgínia, Estados Unidos (Andrade, 2022),

---

<sup>287</sup> O vídeo da reunião pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=3QIPWbLJ-ql>. Acesso em: 23 mar. 2023.

Wong atuava no meio pediátrico e passou a ganhar notoriedade pela sua defesa em relação à hidroxicloroquina.

Seu falecimento chega a ser didático nesse debate sobre a gestão bolsonarista da pandemia, porque ela envolve um misto de crença, negacionismo científico e manipulação de informações. Ao ser internado, sua família divulgou que o médico estava sofrendo de uma úlcera gástrica e hemorragia digestiva, quadro que evoluiu para padrões de fibrilação atrial (alteração da funcionalidade das câmaras superiores do coração). A família do médico divulgou uma nota com o seu Estado clínico, omitindo a informação o quadro de Wong era da Covid-19. Depois de dois meses internado, Wong faleceu, computando assim, os mais de 600 mil óbitos. Em vida, com o início da pandemia, e devido à cartela de clientes que possuía em São Paulo, o médico enviara vídeos à clientela nos quais os conteúdos eram sempre vinculados ao negacionismo científico. Em outubro de 2020, numa audiência online na câmara dos Deputados, Wong fez a defesa do isolamento vertical para gestantes e idosos; retorno das atividades laborais; e do “tratamento precoce” (Clara Costa, 2021).

Cabe destacar que o hospital ao qual Wong esteve internado (Sancta Maggiore do Itaim Bibi, na Zona Sul de São Paulo), é da empresa Prevent Senior. Ao dar entrada no hospital, relatou que realizara o uso da hidroxicloroquina, e o teste de PCR realizado detectou a presença do Sars-Cov-2 no organismo do médico, que pela segunda vez contraía a doença. Em sua internação, autorizou ser medicado com o kit Covid da Prevent Senior, o qual continha além da hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina. Após quatro dias de uso desse kit, Wong também recebeu: heparina inalatória; metotrexato venoso; e cerca de vinte sessões de ozonioterapia retal. Nenhum desses medicamentos tem seu uso atEstado cientificamente para combater o Covid-19, e como resultado de tais ações, Wong foi entubado. Seu quadro clínico piorou com hemorragia interna; infecção bacteriana; falência dos rins, o que exigiu tratamentos invasivos como a diálise, chegando ao óbito no dia 15 de janeiro de 2021. Em seu atEstado de óbito não constou Covid-19, e seu sepultamento não respeitou as orientações epidemiológicas de não exposição do corpo ao público. (Clara Costa, 2021).

A Prevent Senior teria ocultado a causa da morte de Wong, e ao que a CPI da pandemia apurou, dos demais pacientes que usaram o serviço da empresa. Esse ocultamento não se deu apenas no nível da morte, mas também do próprio trata-

mento, no qual muitos pacientes estavam sendo medicados com substâncias que não apresentavam atEstado científico para o Covid-19. O gabinete Paralelo do bolsonarismo sabia de tais ações da empresa devido à ligação dela com as ideias negacionistas defendidas pelo grupo. Um Dossiê elaborado por médicos que atuaram na empresa confirma que a operadora de saúde teria feito um pacto com o referido gabinete para a empresa ser isenta de ataques da justiça. A ponte entre a empresa e o governo federal era realizada sobretudo pela médica Nise Yamaguchi (Muniz; Capelli; Portinari, 2021).

Esse processo de ocultamento teria ocorrido com outras figuras, até próximas ao governo Bolsonaro como o exemplo de Ênio Mainardi, pai no jornalista Diego Mainardi do Site o Antagonista; e de Regina Hang, mãe do proprietário da Havan. O relato de Diego Mainardi também é didático para entendermos esse processo de negacionismo e ocultação de informações:

Hesitei um bocado antes de escrever esta coluna. Meu pai era cliente da Prevent Senior. Ele morreu de Covid em agosto do ano passado, no hospital Sancta Maggiore. Quando anunciei sua morte, os bolsonaristas abarrotaram as redes sociais com mentiras, negando que ele houvesse morrido de Covid. Nise Yamaguchi, a principal animadora do gabinete paralelo do Ministério da Saúde, encarregou-se pessoalmente de espalhar falsidades sobre ele em grupos de Whatsapp. Na véspera de sua morte, conversei com a médica que o atendia na UTI. Ela disse o vírus havia atingido seu rim (ele só tinha um). Ele disse também que, com toda a probabilidade, meu pai havia sido infectado no próprio hospital, depois de ser internado com uma pneumonia. O motivo pelo qual hesitei em escrever sobre a Prevent Senior foi esse meu envolvimento pessoal e direto. Falei diversas vezes sobre a morte de meu pai, sem o menor constrangimento, mas não citei o plano de saúde porque meu juízo estava envenenado pela dor. Além disso, eu queria evitar que seu nome fosse novamente conspurcado pelos bolsonaristas, que o usaram para acobertar seus crimes. Só resolvi escrever sobre o tema na quarta-feira, depois que a CPI da Covid acusou a Prevent Senior de ter fraudado os atEstados de óbito de Anthony Wong e Regina Hang. Assim como meu pai, eles morreram de Covid. Assim como meu pai, eles estavam internados no hospital Sancta Maggiore. Assim como meu pai, houve a tentativa de ocultar a causa de suas mortes (Mainardi, 2021, n.p.).

Essas medidas não teriam sido realizadas sem a aprovação e centralidade de Nise Yamaguchi. Ao acessarmos seu currículo Lattes<sup>288</sup> observamos que ela se for-

---

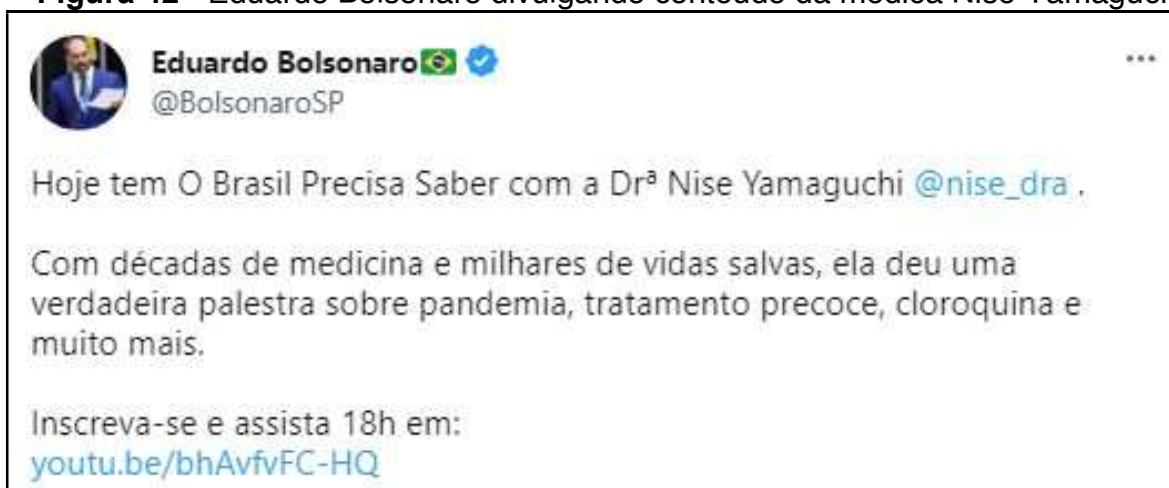
<sup>288</sup> Cf. <http://lattes.cnpq.br/9835479525983494>. Acesso em: 27 mar. 2023.

mou em medicina numa das mais prestigiadas instituições de ensino superior do país, a USP, no ano de 1982, realizando mestrado e doutorado pela mesma instituição, atuando nas áreas de imunologia e pneumologia. Identificamos que a referida médica chegou a realizar pesquisas, publicando capítulos e artigos em periódicos acadêmicos, mas não identificamos nenhuma produção dela que dialogue em si com o tema do desenvolvimento de vacinas e coronavírus.

Sua atuação em hospitais renomados do Brasil, como o Hospital Albert Einstein, e sua aproximação com o governo Bolsonaro lhe renderam um maior espaço na agenda do governo. Para a médica, a questão da hidroxicloroquina fazia parte de uma “guerra de narrativas”, e que, no fundo, estudos contestavam a ideia de “ineficácia” do medicamento para o Covid-19. No gabinete paralelo ela atuou reunindo estudos sobre a cloroquina para servir de base para o governo realizar flexibilização em sua prescrição (Barifouse, 2021; Maia, 2021). Além desses medicamentos, Nise era caudatária da ideia da imunidade de rebanho, defendendo o argumento de que essa imunidade seria alcançada com uma abundância de pessoas infectadas (Senado Federal, 2021).

Mais do que ser científico, parecer científico na lógica através da reunião de alguns artigos e estudos publicados em alguma revista e ter uma pessoa como Nise, médica formada por uma instituição de prestígio nacional, deram ao negacionismo e em especial ao gabinete paralelo um sentido de autoridade, que não condiz com a realidade, mas que em si, é aproveitado, por exemplo, pela ala política do gabinete paralelo. E foi justamente isso que essa ala fez. O senador Eduardo Bolsonaro ao usar as redes sociais e incentivar a ideia de um “tratamento precoce”, passou a divulgar os vídeos de Nise Yamaguchi:

**Figura 42** - Eduardo Bolsonaro divulgando conteúdo da médica Nise Yamaguchi



**Fonte:** <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1337742168392409088?s=20>. Acesso em; 27 mar. 2023.

O mesmo procedimento era realizado pela família Bolsonaro, em especial Carlos Bolsonaro e pelo próprio Ex-presidente. Contudo, nos perguntamos se em termos de grupos médicos, se teria sido apenas a Prevent Senior que se beneficiou dessa influência? Ou, em si, como demonstramos em nossos capítulos anteriores, o imperativo da saúde como mercadoria estaria presente nessa relação entre o governo Bolsonaro e a defesa de uma parcela de interesses de distintas frações da burguesia brasileira. Esse dado é importante para entendermos, no marco da totalidade, como ideias vinculadas ao negacionismo científico são parte integrante dos interesses do capital numa formação econômico-social dependente como a brasileira como veremos no tópico a seguir.

#### **6.4 Governo Bolsonaro e frações de classe na pandemia: interesses e contradições**

Ao caracterizarmos o governo Bolsonaro no quinto capítulo de nossa tese percebemos sua heterogeneidade e as distintas frações de classes que o apoiaram. Esse fato informa que não podemos considerar a burguesia de modo homogêneo, como se no andar de cima não houvesse interesses díspares, mas, ao mesmo tempo, entender que, quando se trata de atacar o pólo trabalho essas frações se unem num projeto comum. No caso específico da pandemia da Covid-19 durante a gestão do governo Bolsonaro houve conflitos nos interesses dessas frações de classes, e a

própria gestão bolsonarista foi uma forma de ao mesmo tempo em que buscava sobrevida ao governo, atender esses interesses.

**Quadro 27** - Posições das frações de classe e setores do capital na gestão bolsonarista da pandemia

Fração de classe/setor do capital	Representantes	Posição
Classes trabalhadores e lumpemproletariado	Trabalhadores manuais informais e subempregados	Descumprimento das medidas de isolamento social como forma de garantir o sustento
Pequena-burguesia	Pequenos comerciantes; proprietários de lojas, funcionários públicos, profissionais liberais.	A favor da redução e pela flexibilização das medidas de isolamento social  Defesa do isolamento vertical
Burguesia industrial	Fiesp; CNI; Abimaq	
Burguesia comercial varejista	Grupo Brasil 200; Confederação Nacional do Comércio (CNC); Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio)	Defesa de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da Covid-19
Burguesia agrária (produtores rurais)	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo); federações de agricultura e pecuária dos Estados de Santa Catarina (Faesc), Minas Gerais (Faemg), Paraná (Faep), Rio Grande do Sul (Farsul); Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT)	Defesa pela exclusão das medidas de isolamento social
Capital bancário e financeiro	bancos comerciais, nacionais e estrangeiros	
Capital estrangeiro internalizado nos setores de telecomunicações e automotivo	Claro, Nextel, Vivo, Oi, Tim e Algar; montadoras estrangeiras, representadas pela Anfavea	
Indústria de alimentos e	Grandes frigoríficos e a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); Associações Brasileira e Paulista de Supermercados (Abras e Apas);	

o setor de supermercados	grandes redes de varejo, Magazine Luiza, Lojas Renner e Leroy Merlin; federações estaduais de agricultura e pecuária dos Estados de São Paulo (Faesp), Mato Grosso (Famato), Mato Grosso do Sul (Famasul) e Goiás (Faeg).	Defesa das medidas de isolamento social e a vacinação em massa
Grande capital da construção civil	MRV; Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)	
Setores progressistas e liberais-conservadores das classes médias e	Funcionários públicos e pessoas com rendimentos de até 10 salários mínimos	
Setores sindicalizados das classes trabalhadoras.	CUT; CTB	

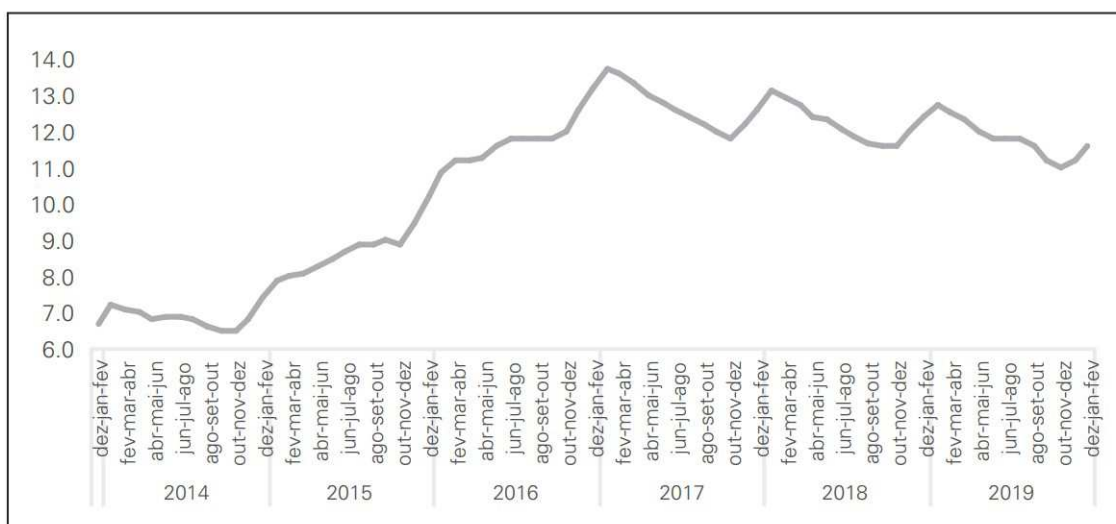
**Fonte:** Valle; Del Passo, 2021, pp. 30-35. Elaboração própria.

O apoio de setores das classes trabalhadoras ao governo Bolsonaro apresenta complexidades e transversalidades, tema que pode ser explorado em pesquisas futuras. Esse tema não implica apenas no posicionamento dos sujeitos dessa classe na produção, mas na unidade-distinção que envolve elementos ideológicos, religiosos, políticos, e sobretudo, de necessidade material. A pandemia da Covid-19 aprofundou uma crise que já se apresentava com a baixa dinâmica econômica, influenciando na realização de contrarreformas neoliberais contra os direitos trabalhistas e previdenciários. O aumento do nível de desemprego, a morosidade e o baixo valor das parcelas do auxílio emergencial acabaram por forçar determinada parcela das classes trabalhadoras a descumprirem o isolamento social, tendo em vista que esse rendimento não conseguia suprimir as necessidades materiais básicas como alimentação e moradia. Não podemos esquecer que o golpe institucional aplicado sobre Dilma em 2016 e a entrada de Temer no Governo, ocasionaram contrarreformas, que ao contrário do que se imaginavam, apenas aprofundou a tendência de aumento do desemprego e precarização do trabalho (Da Silva Costa, 2020).

Constatamos essa materialidade da questão do desemprego no Brasil quando temos ciência, mediante análise empírica, que a segunda década desse século XXI demonstra os piores níveis de desemprego na história do país, chegando a superior o período de implementação das contrarreformas neoliberais por FHC em 1990. No início de 2014 se tinha uma taxa que ficava em torno de 7%, atingindo nos meses

iniciais de 2017 cerca de 13%, totalizando 13 milhões de desempregados no país. Mesmo após as contrarreformas no campo trabalhista, propaladas como condutoras da geração do emprego e renda, observamos que no primeiro trimestre de 2020 essa taxa ainda era de 11,6%, uma queda pífia representada sobretudo por vínculos de trabalho precarizados:

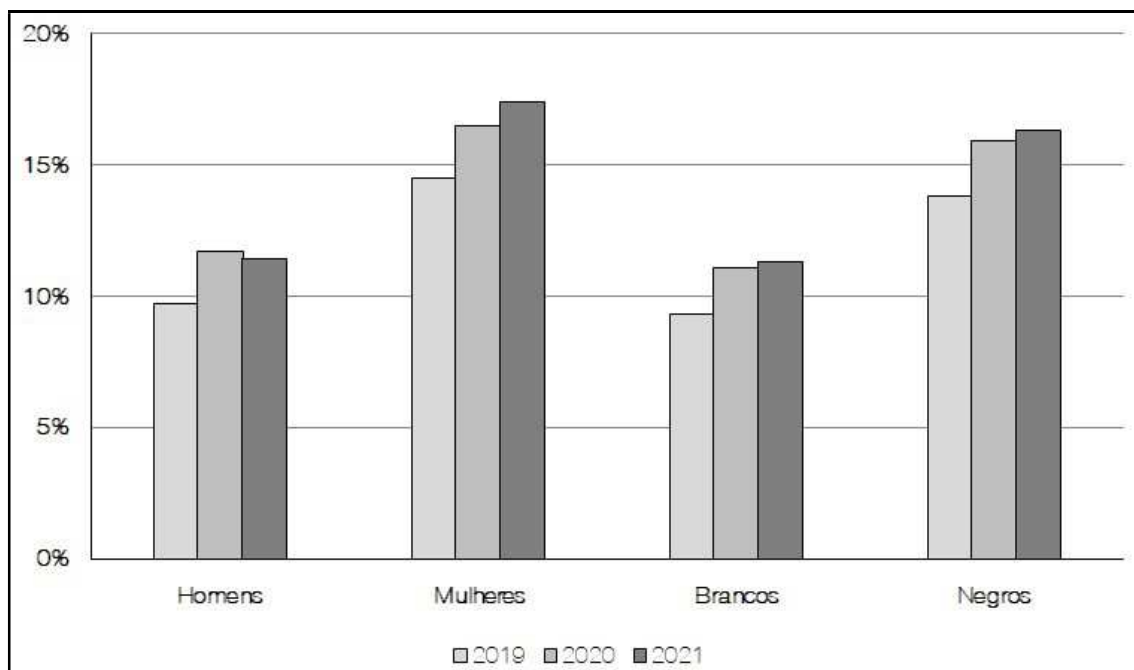
**Gráfico 43 - Taxa de desocupação no Brasil )**  
(%, trimestres móveis entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2020)



**Fonte:** PNADC – Divulgação mensal. Elaboração: Mattei; Hinen, 2020, p. 649.

Na Pandemia, devido à necessidade de medidas de isolamento, somadas à essa tendência de desemprego, muitos trabalhadores perderem seus postos de trabalho. No segundo trimestre de 2020 as pessoas que passaram por essa situação deixaram de procurar uma nova vaga no mercado de trabalho, seja pelo receio dos elevados níveis de infecção e mortes, ou pela necessidade de cuidar dos afazeres domésticos, saindo do cálculo do desemprego. De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no ano de 2021 a recuperação que tivemos no Brasil em relação à questão do emprego foi puxada pela informalidade com um aumento de 8,9% de ocupações informais, e 2,3% de formais (Monteiro, 2022). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua indicam que as mulheres foram as mais afetadas pela taxa de desocupação, chegando a um patamar de 17,4% em 2021; seguida da população negra:



**Gráfico 44 - Taxa de desocupação (%)**

**Fonte:** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração própria.

Entre o início do ano de 2020 e o primeiro trimestre de 2022 o Brasil ganhou um total de 1,42 milhão de trabalhadores informais. No cômputo geral, de janeiro a março de 2022, a soma atingiu a cifra de 38,203 milhões, o maior número para um trimestre desde o início da série histórica no ano de 2015 (Gravas, 2022). Nesse período também houve o aumento do número de desempregados de longa duração (aqueles que ficam desempregados de forma involuntária por mais de 12 meses), com destaque específico para a Região Nordeste que na variação entre o primeiro trimestre de 2020 ao de 2021, apresentou o maior percentual quando comparada com as outras regiões do país:

**Tabela 17** - Desemprego de longa duração e variação em %.  
(Brasil e regiões de 2012q1 a 2022q1)

Período	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2012q1	164.321	666.043	698.642	119.515	110.601	1.759.122
2013q1	125.714	615.319	495.771	84.944	82.888	1.404.635
2014q1	118.917	508.922	522.283	86.854	81.269	1.318.245
2015q1	136.423	485.135	566.919	101.564	89.546	1.379.586
2016q1	188.128	699.080	858.120	161.890	131.849	2.039.068
2017q1	275.035	1.006.253	1.226.071	216.946	162.429	2.886.732
2018q1	254.309	1.010.254	1.397.327	225.880	163.071	3.050.842
2019q1	298.529	1.100.965	1.500.651	268.877	192.298	3.361.319
2020q1	268.185	1.032.278	1.400.329	240.389	170.425	3.111.607
2021q1	281.830	1.262.206	1.614.770	229.125	197.082	3.585.012
2022q1	302.587	1.271.103	1.495.209	249.299	145.159	3.463.357
Δ 2020q1-2019q1	-10,2%	-6,2%	-6,7%	-10,6%	-11,4%	-7,4%
Δ 2021q1-2020q1	5,1%	22,3%	15,3%	-4,7%	15,6%	15,2%
Δ 2022q1-2020q1	12,8%	23,1%	6,8%	3,7%	-14,8%	11,3%

**Fonte:** Base nos microdados da PNADC/IBGE. Elaboração? Feijó; Peruchetti, 2022, p. 32

Diante da impossibilidade de manutenção dos empregos, e da falácia bolsorista que contrapõe saúde e economia, muitos trabalhadores se viram numa situação delicada para o sustento de suas famílias, se vinculando contra as medidas de isolamento social que afetavam diretamente seus rendimentos.

Na reflexão sobre a pequena burguesia, é preciso sempre salientarmos como já observamos nesta tese, a características de ficar numa posição de alerta constante. Na lógica das relações sociais de produção, essa fração de classe fica mais próxima de uma posição entre o medo da proletarização e à vulnerabilidade às mudanças de governo, o não atendimento das demandas econômicas e políticas as deixam mais perto se se tornarem proletárias. Por outro lado, em seu imaginário, e especialmente por falarmos de uma formação econômico-social dependente como a brasileira, com elevados níveis de superexploração e iniquidades sociais, esses setores se acham burgueses, ou estando próximos do grande capital. Essa unidade-distinção de classe ocasionou o descontentamento e reprovação das medidas profi-láticas, em especial para o pequeno-burguês que vive do comércio e das atividades liberais. A interrupção da circulação de mercadorias golpeou frontalmente essa fra-

ção de classe, que diante de sua aprovação ao governo Bolsonaro, se ligou ao discurso negacionista.

Na circulação de mercadorias e no circuito do capital essa fração de classes é essencial, uma vez que muitos vivem do comércio, ou são profissionais autônomos que num país como o Brasil, são ávidos por medidas liberais na economia. Desse modo, as restrições impostas pelas medidas profiláticas eram contraditórias com seus interesses econômicos, o que lhes aproximou mais da lógica bolsonarista de encontrar “soluções mágicas” para a pandemia mediante a negação da mesma, ou da indicação de medicamentos comprovadamente ineficazes como panaceia. É preciso destacar que a morosidade do governo para atender essa fração acabou ocasionando o fechamento de 600 mil pequenas empresas, e deixando cerca de 9 milhões de pessoas desempregadas. Diante de uma gestão bolsonarista que previa o fim da pandemia para o final de 2020, o planejamento das políticas de ajuda à essa fração influenciou para a não retomada de programas de modo ágil. Esse fato ocasionou o atraso no pagamento de parcelas de crédito do Pronampe, assim como o auxílio para o pagamento da folha de salário dos empregados<sup>289</sup>.

Até em cidades de porte médio essas posições foram assimiladas pela pequena burguesia. Num episódio que ficou conhecido nacionalmente, a cidade de Campina Grande, localizada no interior do Estado da Paraíba ficou famosa na pandemia por comerciários serem obrigados pelos proprietários a se ajoelharem em protesto contra as medidas restritivas:

---

<sup>289</sup> Com recorde de mortes e sob panelaço, Bolsonaro promete vacinação. BBC news Brasil. Disponível em: Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56505496>. Acesso em: 29 mar. 2023.

**Figura 43** - comerciários obrigados a se ajoelhar em protesto contra medidas restritivas em Campina Grande, PB.



Fonte: Valadares, 2020.

Como a implementação das políticas de saúde, em sua maioria, ficam sob responsabilidades dos municípios, muitos comerciantes e empresários passaram a pressionar em suas respectivas cidades pela extinção das campanhas de isolamento social, ancorados nas práticas do governo Bolsonaro que desde o início da pandemia no Brasil fazia críticas a tais medidas, em especial Bolsonaro, que incentivou protestos pelos pais, chegando a realizar motociatas em períodos de alta dos óbitos e casos da Covid-19:

Não podemos criar todo esse clima que tá aí (pânico), prejudica a economia. Uma pessoa que vive da informalidade geralmente é uma pessoa que não ganha bem, e leva teus alimentos pra casa, pra tua família, com muita dificuldade. Se ele perde esse emprego, vai ficar muito pior, alguém da família, em Estado de inanição ,chegando o vírus ele tem mais chance de entrar em óbito do que se tivesse praticando a informalidade<sup>290</sup>

No momento temos um problema, os governadores são os verdadeiros exterminadores de empregos. Parte dos governadores, deixo cla-

<sup>290</sup> <https://youtu.be/ivLqXxTkP3M>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ro, estão exterminando os empregos no Brasil. Essa é uma crise muito pior do que a que o Coronavírus vem causando no Brasil.<sup>291</sup>

A burguesia industrial tendo como representantes a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), defendeu o isolamento vertical como uma solução para evitar a parada de circulação de mercadorias (Venceslau, 2020). A CNI, tendo em vista os interesses vinculados à recuperação do setor, defendeu a flexibilização das medidas restritivas para uma recuperação econômica de maior envergadura<sup>292</sup>. José Velloso, presidente da Abimaq, em reunião com o Paulo Guedes, junto a Coalizão Indústria<sup>293</sup>, colocou que seria necessário a liberação de regiões sem casos da Covid-19:

Não defendemos uma abertura geral. Ninguém está falando que precisa acabar com lockdown, com as medidas de isolamento [...] defendemos a adoção de uma estratégia que leve em consideração número de casos da doença, perfil da economia da região, leitos de UTI. Há lugares no país que podem ser reabertos. É preciso sentar à mesa e levantar quais são (Velloso *apud* Conceição, 2020, s.n.).

Ao apresentar dados da Coalizão ao Ex-ministro, demonstrou que a pandemia teria ocasionado o fechamento de 40% das empresas do setor de máquinas e equipamentos; o setor siderúrgico estaria com 60% de capacidade ociosa.

A burguesia comercial varejista, tendo à frente a representação do grupo Brasil 200<sup>294</sup>; Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Federação do Comér-

<sup>291</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=BrIZ0kFeV4o>. Acesso em: 22 abr. 2022.

<sup>292</sup> CNI: 2ª onda compromete crescimento da indústria. Usinagem Brasil. 28 de março de 2021. Disponível em: <https://www.usinagem-brasil.com.br/16036-cni-2a-onda-compromete-crescimento-da-industria/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

<sup>293</sup> Coalizão formada pelas seguintes entidades: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ). Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS); Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Associação Brasileira Indústria Elétrica Eletrônica (ABINEE); Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST); Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP); Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS); Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Instituto Aço Brasil; Grupo Farma Brasil (FARMABRASIL). Cf. <https://cbic.org.br/coalizacao-industria-discute-situacao-do-setor-produtivo-com-bolsonaro/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

<sup>294</sup> Movimento formado em 2018, em alusão aos 200 anos da independência do Brasil. Cf. <https://www.brasil200.com.br/historia/>. Acesso em: 29 mar. 2023. Entre seus membros do Conselho Consultivo há os empresários Gabriel Kanner (Riachuelo), Flávio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang

cio, Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) foi ativa na cena política se posicionando desde o início da pandemia contra as medidas restritivas e de fechamento do comércio. Diante do aumento do número de óbitos, esse setor pressionou as prefeituras para o retorno das atividades comerciais, e da circulação das pessoas e mercadorias (Valle; Del Passo, 2021). Zizo Ribeiro, membro do Brasil 200, em nota intitulada: **A Cura não pode ser maior que a doença**, de 24 de março de 2020, assinalou que as medidas de prevenção, contenção e isolamento, apesar de fazerem parte de uma estratégia de combate à pandemia, não poderiam ser menos importantes que a capacidade da população gerar renda e sobreviver:

Da mesma forma que a saúde pode colapsar, as pessoas mais necessitadas irão enfrentar severos problemas financeiros se não puderem ganhar seu suado dinheiro. Já é uma realidade a incapacidade da população em pagar suas contas e até mesmo comprar alimentos. Estamos falando do pipoqueiro que fica na porta da escola que está fechada, do motorista de Uber e do taxista que não tem cliente, do vendedor de hot dog de rua, dos ambulantes, das diaristas, dos garçons, dos cabeleireiros, das manicures, dos funcionários de fábrica, dos pintores, dos hotéis, das pessoas que vivem do Airbnb, dos milhões de assalariados de lojas, clínicas, academias, shoppings, construtoras, esportistas, artistas, etc (Ribeiro, 2020, n.p.).

Essa é a mesma noção que Bolsonaro defendeu durante todo o decorrer da pandemia, em distintas ocasiões, todo o esforço do governo foi de, mediante sabotagem, criação de conflitos e negligência, permitir que a circulação de mercadorias e pessoas fosse realizada. Não é por acaso que os empresários desse setor apoiaram o Ex-presidente, tanto em seu governo, como nas eleições presidenciais de 2022. Semelhantemente a Bolsonaro, Ribeiro (2020) apresentou uma dicotomia entre o público e o privado, colocando os funcionários públicos numa posição de privilégio por terem a oportunidade de realizarem atividades remotas, e estarem integralizados no regime estatutário, para o membro do grupo, mesmo em meio à pandemia era necessário:

---

(Havan), João Appolinário (Polishop), Washington Cinel (Gocil), Sebastião Bomfim (Centauro), Cris Arcanlegi (Shark Tank Brasil), Marcelo Pessoa (Galápagos Capital Gestora de Fundos), Afrânio Barreira (Coco Bambu) e o diretor da coordenação nacional Zizo Ribeiro (cofundador do Vem Pra Rua) (GUIOT, 2020).

Concluimos que é extremamente necessário que os governantes iniciem a abertura do comércio de forma gradual e retome as atividades da indústria, escolas, restaurantes e serviços a partir do dia 7 de abril, com medidas de higiene e comportamento rígidos para que possamos viver de forma harmoniosa e minimizar problemas maiores que podem ocorrer com estratégias erradas; afinal “a cura não pode ser maior que a doença” (Ribeiro, 2020, n.p.).

Essa visão foi endossada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que calculou um total de R\$ 9,14 bilhões em prejuízos por causa das medidas restritivas no comércio nas semanas iniciais de junho de 2020. Segundo José Roberto Tadros, presidente da CNC, o setor teria acumulado R\$ 210,08 bilhões de prejuízo entre o início da pandemia até meados de março de 2020 (média mensal de faturamento do varejo antes da pandemia).<sup>295</sup>

A fração agrária, que aqui consideramos como os produtores rurais que se vinculam com a exportação de *commodities* (soja e carne bovina), e toda a cadeia produtiva que envolve aparatos tecnológicos no campo, também apresentaram a defesa pela flexibilização das medidas restritivas. Essa fração tem como representantes organizações como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo); pelas federações de agricultura e pecuária dos Estados de Santa Catarina (Faesc), Minas Gerais (Faemg), Paraná (Faep), Rio Grande do Sul (Farsul) e pela Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT) (Valle; Del Passo, 2021). Em nota do dia 27 de março de 2020, Péricles Salazar, presidente da Abrafrigo, comentou que as medidas de isolamento impactaram negativamente na demanda pelos produtos do setor, uma vez que tais medidas fariam parte de uma lógica irracional, no qual o isolamento vertical, com prioridade para determinados grupos, seria a solução ideal:

---

<sup>295</sup> Flexibilização da quarenta reduziu perdas do comércio em R\$ 9,14 bilhões. Fecomércio. 30 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.fecomercio-ms.com.br/flexibilizacao-da-quarenta-reduziu-perdas-do-comercio-em-r-914-bilhoes/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Não é possível continuarmos com essa irracionalidade, é preciso selecionar os grupos de riscos, mantê-los em isolamento, e liberarmos a produção e o consumo dos demais; a vida tem de voltar ao normal no Brasil. [...] Os pecuaristas estão com bons pastos, a engorda continua, mas precisamos restabelecer a normalidade nas áreas urbanas; por isso vejo como inevitável os pecuaristas pressionarem seus sindicatos, que irão pressionar as federações que, por sua vez, vão pressionar as Confederações (CNA, CNI) para que o comércio reabra, e tudo volte ao normal (Abrafrigo, 2020, s.p.).

Nessa mesma direção a Faemg, junto à CNI, propuseram no dia 27 de março de 2020 o isolamento vertical como uma política sanitária do governo federal. Para essas entidades a força de trabalho jovem necessitaria retornar às atividades laborais. O documento elaborado por essas entidades fora encaminhado na época aos presidentes do STF, Dias Toffoli; do Senado Federal, Davi Alcolumbre; e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Na mesma direção do governo Bolsonaro, o presidente da Faemg, Roberto Simões apontou que: “Se reduzida a economia a mais do que já se encontra, teremos o caos econômico e social no nosso Estado e no nosso país, igualmente grave à pandemia e de consequências muito mais sérias”<sup>296</sup>

Em manifesto favorável ao retorno das atividades econômicas, a FARSUL, junto à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio RS), e pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), emitiram um manifesto intitulado: **Pela reativação da economia gaúcha**, datado do dia 26 de março de 2020. Nesse manifesto essas entidades argumentam que se sentem preocupadas com a ameaça de desabastecimento ocasionadas pelas proibições das atividades empresariais. Na proposta defendida como solução para a crise sanitária e seus impactos ao setor, defenderam o retorno gradativo das atividades econômicas mediante o teletrabalho dos grupos de risco, distanciamento entre pessoas, firmamento de protocolos de contingência e retorno de 100% das atividades presenciais em 6 de abril, transcorridos 16 dias do isolamento horizontal<sup>297</sup>.

<sup>296</sup> Indústria e agricultura querem que funcionários saudáveis voltem a trabalhar. O tempo. 27 de março de 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/coronavirus/industria-e-agricultura-querem-que-funcionarios-saudaveis-voltem-a-trabalhar-1.2317497>. Acesso em: 30 mar. 2023.

<sup>297</sup> FARSUL; FECOMÉRCIO RS; FIERGS. Pela reativação da economia gaúcha. Porto Alegre, 26 de março de 2020. Disponível em:



A Aprosoja-MT retificou essas argumentações apontando que a parada na circulação de mercadorias impactaria negativamente no setor. Antonio Galvan, presidente da Associação alegou que devido às políticas de isolamento e restrição das atividades econômicas, as colheitas do setor poderiam ficar sem espaço para armazenamento devido à impossibilidade de transporte de outros produtos como a soja. Além desses problemas, o setor apontou que um cenário de isolamento social e baixa demanda geraria problemas nos caixas das empresas (Toledo, 2020).

Percebemos assim, que essas frações estiveram mais alinhadas com as práticas e ações do governo Bolsonaro porque ao defenderem de forma mais intensa da circulação de mercadorias e da extração de mais-valor de modo mais imediato, sentiram o impacto da desaceleração do fluxo de capital proporcionado pelo capital comercial.

O capital bancário e financeiro, por sua vez, apesar de criticarem o governo Bolsonaro, também indicavam saídas para a pandemia como o isolamento vertical. Esse setor tem plena consciência de que seus rendimentos estão organicamente ligados à esfera produtiva, sendo, portanto, mais do que necessário a geração de mais-valor e conseqüente manutenção do fluxo das cadeias de produção, circulação e consumo. Mesmo assim, não seguiram à risca a política bolsonarista, argumentando por exemplo, na defesa da vacinação em massa.

Mario Mesquita, economista do Banco Itaú, argumentou que interromper as medidas de isolamento social antes do indicado seria mais prejudicial para a economia. A esse modo, o retorno das atividades provocaria aumento de casos e mortes, forçando novos processos de isolamento, afetando negativamente o PIB brasileiro (Martins, et al, 2020).

O Presidente do Banco Santander, Sergio Rial, argumentou que: “aqueles países que levaram muito tempo em um isolamento mais rápido sofreram mais em termos de mortes, principalmente países cuja idade média é maior” (Bronzati, 2020, n.p.). Contudo, apesar de realizar essa defesa, Rial também comentou que a partir do momento em que fosse possível identificar mediante testes a positividade da infecção, os infectados uma vez adquirindo imunidade, poderiam retornar às atividades laborais.

Bancos comerciais, nacionais e estrangeiros realizaram a defesa pública dos especialistas na área sanitária. Para esse setor, o respeito às normas sanitárias seria inteligente porque promoveria um retorno mais rápido das atividades econômicas (Valle; Del Passo, 2021). Em carta aberta emitida por economistas e executivos do setor financeiro no dia 21 de março de 2021, essa posição ficou externalizada. Nesta carta assinaram nomes de economistas conhecidos no país, tais como Armínio Fraga (Ex-presidente do Banco Central do Brasil e sócio-fundador da Gávea Investimentos); Edmar Bacha (diretor do *think tank* Casa das Garças); Pedro Malan (Ex-ministro da Fazenda no governo FHC) e Pêrsio Arida (Economista, atuante na formação do plano real na década de 1990).

Para o conjunto que assinou a carta, a saída definitiva da crise sanitária brasileira seria a vacinação em massa da população. O grupo lançou críticas à morosidade do governo Bolsonaro em relação ao tema, especificamente no que diz respeito ao fato de que na época (março de 2021), algo em torno de 5% da população brasileira estava vacinada:

No momento, o Brasil passa por escassez de doses de vacina, com recorrentes atrasos no calendário de entregas e revisões para baixo na previsão de disponibilidade de doses a cada mês.<sup>6</sup> Na semana iniciada em 8 de março foram aplicadas, em média, apenas 177 mil doses por dia. No ritmo atual, levaríamos mais de 3 anos para vacinar toda a população. O surgimento de novas cepas no país (em especial a P.1) comprovadamente mais transmissíveis e potencialmente mais agressivas, torna a vacinação ainda mais urgente. A disseminação em larga escala do vírus, além de magnificar o número de doentes e mortos, aumenta a probabilidade de surgirem novas variantes com potencial de diminuir a eficácia das vacinas atuais.<sup>298</sup>

É patente que esse setor culpabiliza a gestão bolsonarista diante da crise sanitária ao pontuar a negligência no fato de que desde o início da pandemia não se deu a devida atenção para a questão dos imunizantes. O grupo alertou para a necessidade de integração entre a esfera federal e os entes subnacionais na efetiva-

---

<sup>298</sup> O País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo. Carta Aberta à Sociedade Referente a Medidas de Combate à Pandemia. 21 de março de 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/03/carta-aberta-medidas-de-combate-pandemia-com-assinaturas-21-mar-2021.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ção das medidas de limitação da mobilidade Além do distanciamento social, indicaram a necessidade de incentivo ao uso de máscaras.

Contrária à defesa das frações anteriores, especialmente a comercial e a agrária, o setor argumentou sobre a falsa clivagem entre o distanciamento social e economia, argumentando que os países que tiveram pior desempenho econômico tiveram mais óbitos por Covid-19, conseqüentemente foram os mesmos países que buscaram flexibilizar as medidas de isolamento social em momentos críticos. Nesse sentido, ao realizarem esses apontamentos, emitiram saídas estratégicas que o governo brasileiro deveria tomar: a) Acelerar o ritmo da vacinação; b) Incentivar o uso de máscaras tanto com distribuição gratuita quanto com orientação educativa; c) Implementar medidas de distanciamento social no âmbito local com coordenação nacional; d) Criar mecanismo de coordenação do combate à pandemia em âmbito nacional.

O capital internacional operante no país por meio de empresas de telecomunicações como Claro, Nextel, Vivo, Oi, Tim e Algar também defenderam a perspectiva de medidas de isolamento social e a vacinação acelerada (Valle; Del Passo, 2021). O setor das montadoras estrangeiras, a exemplo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), mediante seu presidente no Brasil, Luiz Carlos Moraes, apontou que o próprio governo Bolsonaro criara as crises, o que estaria prejudicando a economia do país num cenário já delicado pela pandemia.<sup>299</sup>

Moraes afirmou que essa debilidade política do governo Bolsonaro estava sendo somada à preocupação com a reeleição em 2022: “Tem gente em Brasília pensando na eleição de 2022, mas não está pensando em como fechar o ano, em como cuidar da população, em como cuidar das empresas, em como cuidar do emprego” (Sodré, 2021, n.p.). Para os fabricantes de veículos a vacinação em massa era a saída para a crise sanitária e recuperação econômica. A pandemia afetou o abastecimento de peças das linhas de montagens da Chevrolet e Honda. Como são setores que implementam a indústria 4.0, passaram a adotar protocolos sanitários de suas matrizes internacionais. O que mais afetou essa fração do capital foi o inter-

---

<sup>299</sup> Para Anfavea, há políticos que ainda não perceberam a gravidade da situação. Correio Braziliense. 8 de maio de 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/08/internas\\_economia,852778/p-ara-anfavea-ha-politicos-que-ainda-nao-perceberam-gravidade-da-situa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/08/internas_economia,852778/p-ara-anfavea-ha-politicos-que-ainda-nao-perceberam-gravidade-da-situa.shtml). Acesso em: 30 mar. 2023.

rompimento das cadeias globais de extração de metais e semicondutores utilizados nos carros (Tanji, 2021).

O setor de produção de alimentos e os supermercados, mediante a ABIA, defenderam o isolamento social. A GTFoods, produtora de carne de frango, defendeu o isolamento social. A empresa não parou suas atividades e seguiu as recomendações sanitárias, realizando medidas como: atendimento médico imediato e disponibilização de máscara aos que apresentarem sintomas; aumento da disponibilização de álcool em gel; treinamento sobre cuidados a todos os colaboradores, dentre outras medidas essenciais ao momento<sup>300</sup>. A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) emitiu no dia 19 de março de 2020 uma nota em que colocou entender as medidas de isolamento social, mas pediu cautela e atenção na manutenção das atividades e serviços essenciais<sup>301</sup>. A Associação também produziu um protocolo sanitário destinado aos supermercados contendo orientações de higiene e recomendações para a manutenção das atividades do setor (ABRAS, 2020).

As redes de varejo como a Magazine Luiza, Lojas Renner e Leroy Merlin, emitem notas e peças de marketing defendendo o isolamento social e a necessidade de a população seguir as orientações sanitárias de combate à pandemia (Andretta, 2020). Luiza Trajano, proprietária da Magazine Luiza, chegou a liderar a iniciativa **Unidos Pela Vacina**<sup>302</sup>, um grupo da sociedade civil que reuniu distintas entidades, empresas, associações e ONGs, para vacinar todos os brasileiros até o mês de setembro de 2021.

O grande capital da construção civil teve posição semelhante. Empresas como a MRV, na fala de seu fundador Rubens Menin, mensurou, contra a ideia bolsorista do isolamento vertical, que num momento de crescimento de casos e mortes, não era o momento ideal para a implantação desse tipo de isolamento:

---

<sup>300</sup> Em campanha, GTFoods incentiva isolamento social e garante produção de alimentos. 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://avinews.com/pt-br/gtfoods-covid-19-isolamento-producao/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

<sup>301</sup> Nota Oficial ABRAS. 19 de março de 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/70361/nota-oficial-abras---covid-19>. Acesso em: 30 mar. 2023.

<sup>302</sup> <https://www.unidospelavacina.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Quando entendermos essa curva, será a hora de começar a pensar na reativação da economia. Teremos de fazer isso um dia”, afirma o empresário, ressaltando que não está claro qual será o momento para a mudança de postura [...] Empresas do grupo A, de utilidade pública, como padarias, não podem parar. As indústrias do grupo B, importantes para a recuperação da economia, como siderúrgicas e a construção civil, deverão ser retomadas quando for a hora de reativação. Outras empresas, as do grupo C, como turismo e cinema, terão de esperar mais”, disse o empresário (Menin *apud* Quintão, 2020, n.p).

Em sentido parecido, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) se posicionou no sentido de defender um maior gasto dos recursos públicos numa política que seria equivalente ao *New Deal* estadunidense da década de 1930. Entre as ações a entidade destaca a negociação dos débitos dos Estados e municípios, e direcionamento desses recursos para o combate à pandemia, tendo em vista que distintamente ao governo federal, esses entes subnacionais não possuem a capacidade de emissão de moeda. O investimento em obras públicas de infraestrutura também seria um dínamo para a entidade que pontuou a possibilidade de no curto prazo, direcionar recursos para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), chamando atenção para o fato de que para essas inversões, a EC 95/2016 deveria ser pelo menos editada para isentar o investimento público da legislação (Rocha, 2020).

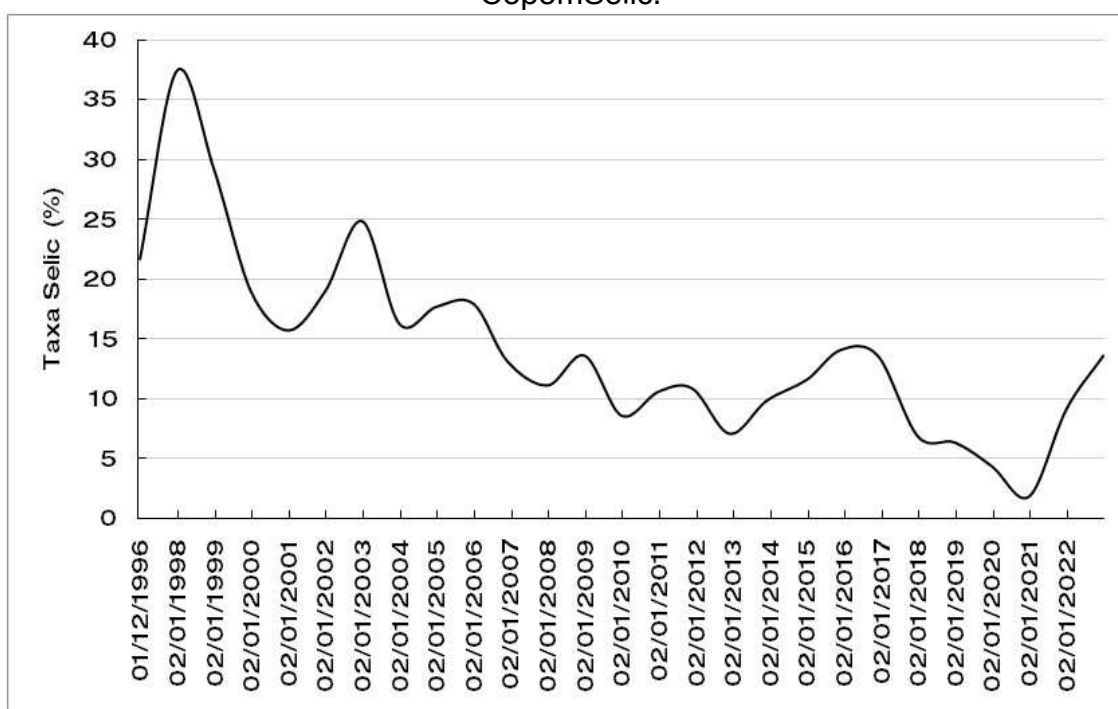
Uma parte da pequena burguesia, localizada especialmente em bairros onde Bolsonaro teve elevada votação em 2018, indivíduos que ganham mais de 10 salários mínimos, a condução da pandemia foi um dos fatores que fez a aprovação do Ex-presidente despencar. Em pesquisa no Datafolha, em janeiro de 2021, foi possível identificar que Bolsonaro foi mais rejeitado entre os setores que ganham mais de 10 salários mínimos (52%); com curso superior (50%); mulheres e jovens de 16 a 24 anos (46%) (Gielow, 2021). Em janeiro de 2022 esses números se elevaram segundo o PoderData, no qual 63% das 3.000 pessoas entrevistadas em 511 municípios, com renda superior a 5 salários mínimos avaliaram o governo como péssimo (Roscoe, 2022).

Diante desses posicionamentos e avaliações, percebemos haver localizações diante da crise sanitária da Covid-19 que se ligam com interesses de classes. Não implica um reducionismo econômico, mas o atendimento de demandas dessas fra-

ções de classe. A burguesia não é homogênea, apresenta distintas posições que na cena política se vincularam ou se distanciaram das ações da gestão bolsonarista no governo federal no decorrer da pandemia. Todavia, chamamos atenção ao fato de que há um duplo movimento dessas frações burguesas de unidade-contradição. A Unidade seria representada pela união das distintas frações da burguesia no apoio à política econômica neoliberal, materializada sobretudo por: a) privatizações; b) desregulamentações trabalhistas; c) desregulamentações financeiras e d) abertura econômica (Valle; Del Passo, 2021). Isso implica, em nossa análise, que mesmo em disputa por interesses distintos, o “andar de cima”, foi contemplado, mesmo que desigualmente pela gestão bolsonarista da crise sanitária da pandemia. Isso não retira a existência de conflitos entre essas frações, como bem observamos no levantamento que realizamos acima sobre a gestão bolsonarista da pandemia e o atendimento dos interesses dessas distintas frações.

Um desses conflitos pode ser exemplificado entre a contradição em atender as frações financeiras do capital internacional e da burguesia associada com as desregulamentações e aumento da taxa de juros, em especial em 2021, um dos anos mais duros da pandemia:

**Gráfico 45** - Histórico das taxas de juros fixadas pelo CopomSelic.



**Fonte:** Banco Central. Elaboração própria. Nota metodológica: Taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

A própria autonomia do Banco Central para o estabelecimento das metas de inflação implica num posicionamento que beneficia além das frações financeiras, o capital internacional em detrimento do nacional. Outros conflitos também se estabeleceram no sentido da desoneração de impostos sobre importação que produziu oposição entre a burguesia industrial e o capital estrangeiro; a devastação ambiental que induziu os produtores rurais às empresas comerciais do agronegócio, diante da imagem do Brasil no exterior; desonerações da indústria automobilística, opondo montadores ao capital financeiro; a manutenção da paridade de preços da Petrobrás em relação ao mercado externo, opondo transportadores e indústrias ao capital financeiro; privatização da Eletrobras que opôs setores da indústria ao capital financeiro (Valle; Del Passo, 2021).

Afirmamos assim, que mesmo que se diferenciam nos seus interesses mais imediatos, tais frações estão unidas no quesito de ataque aos trabalhadores, destruição das políticas públicas, saque ao fundo público mediante os juros e serviços da dívida pública, e a promoção de níveis elevados de precarização do trabalho e extração relativa e absoluta do mais-valor dos trabalhadores, formando assim, uma unidade-contradição complexa e contraditória no marco da totalidade.

Outra parcela dessas frações da burguesia que gostaríamos de destacar seria aquela formada pelos empreendimentos privados em saúde, que vem fortalecendo o elitismo na saúde suplementar e no seio da medicina praticada no Brasil, especialmente por APHs como o CFM, que fez a defesa de medidas vinculadas à prática médica, desvirtuando o itinerário da autonomia médica, e sendo um pilar na defesa do “tratamento precoce”.

## 6.5 Medicina do capital: reafirmação da saúde como mercadoria

Esse subtópico apresenta o objetivo de refletir sobre a medicina do capital, definida em nossa pesquisa como os serviços médicos e de saúde que buscam a lucratividade. Esse fenômeno se vincula com o que discutimos na primeira parte de nossa tese sobre a saúde como uma mercadoria. Esta, como observamos, tem sido fonte de lucro aos empreendimentos privados, antes mesmo do estabelecimento do SUS, sendo uma marca congênita da formação econômico-social brasileira.

Dessa forma, a seguir observaremos como o mercado médico brasileiro influenciou para a formação de um estabelecimento de consenso bolsonarista no seio da sociedade mediante a questão da autonomia médica e o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes no tratamento da Covid-19. Para isso, realizamos um itinerário demográfico da distribuição dos médicos no Brasil; e a identificação de grupos médicos que foram atuantes na política bolsonarista da gestão da pandemia.

### 6.5.1 O mercado médico no Brasil: aspectos demográficos

No Brasil, a Medicina é considerada uma profissão de posição econômica e social. As seleções vestibulares ou pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) apresentam as maiores concorrências e notas para acesso ao curso, sendo este cursado em sua grande maioria pela pequena burguesia, filhos e filhas de profissionais liberais, funcionários públicos federais, pequenos e médios empresários, comerciantes, etc. Por esse viés, consideramos que a profissão fica restrita a uma elite da sociedade brasileira, que se não adentra nas instituições públicas de ensino, optam por pagar mensalidades de em média R\$ 7.300,00 em instituições privadas para terem acesso à formação.<sup>303</sup>

Salientamos que o Brasil em 2009 apresentava um índice de 1,5 médicos por mil habitantes. Em janeiro de 2023, segundo estudo realizado pela USP em parceria

---

<sup>303</sup> ARAÚJO, Beatriz. **Quanto custa uma faculdade de Medicina no Brasil?** 2023. Disponível em: [https://www.terra.com.br/noticias/educacao/quanto-custa-uma-faculdade-de-medicina-no-brasil-descubra,747be7075a2f8f72132e6c7279c576f51hl4klw.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/educacao/quanto-custa-uma-faculdade-de-medicina-no-brasil-descubra,747be7075a2f8f72132e6c7279c576f51hl4klw.html?utm_source=clipboard). Acesso em: 02. Jan. 2024.



com a AMB esse número subiu para 2,60, uma taxa inferior à média dos países que compõem a OCDE, que é de 3,36 (Scheffer *et al*, 2023).

Em 2007, 95,5% dos médicos existentes no país estavam em atividade, e apenas 4,5% não exerciam a profissão, dos quais 3,7% eram aposentados, e 0,2% desempregados (Ribas Filho; Malafaia; Czezczko, 2009). Esses números seguiram uma tendência crescente desde os anos 1920, chegando em 2020 com um total de 500.000 conforme podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 18** - Evolução do número de médicos (indivíduos), de registros de médicos e da população entre 1920 e 2020

Ano	Médicos (indivíduos)	Médicos (registros)	População
1920	14.031	–	30.635.605
1930	15.899	–	35.935.960
1940	20.745	–	41.236.315
1950	22.730	–	51.944.397
1960	25.841	–	70.992.343
1970	42.718	–	94.508.583
1980	113.495	137.347	121.150.573
1990	182.033	219.084	146.917.459
2000	239.110	291.926	169.590.693
2010	320.477	364.757	190.755.799
2020	500.000	547.344	210.147.125

**Fonte:** Scheffer, M. et al., 2020, p. 36.

Percebemos que nessas décadas iniciais do século XXI houve um crescimento percentual no número de médicos em torno de 109%. Essa elevação influenciou no aumento do índice de médicos por mil habitantes como é possível enxergarmos na tabela a seguir:

**Tabela 19** - Evolução da população, do número de médicos e da razão médico por mil habitantes entre 1980 e 2020

Ano	Taxa de crescimento (médicos) %	Razão médico/habitante (1.000 hab.)	Taxa de crescimento (população geral) %
1980	-	0,94	-
1985	30,2	1,1	10,6
1990	23,3	1,24	9,6
1995	15,7	1,33	7,7
2000	13,6	1,41	7,2
2005	16,3	1,54	6,2
2010	15,2	1,68	5,9
2015	25,1	2	5,1
2020	24,7	2,38	4,8

**Fonte:** Scheffer, M. et al., 2020, p. 37.

Nesta correlação é preciso que preservemos as condições estruturais de cada formação econômico-social, especificamente no que diz respeito ao tipo de financiamento público praticado nos países, e que conforme vimos em nossos capítulos anteriores, no caso brasileiro há a contradição de existir um sistema universal de saúde com um maior aporte do setor privado, e com o histórico de subfinanciamento, e a partir de 2016, desfinanciamento.

Todavia, se olharmos apenas esses dados de forma homogênea, sem a compreensão das disparidades regionais que existem no Brasil, poderíamos cair no erro de entendermos a questão da oferta médica apenas por uma ordem quantitativa. É preciso destacar as desigualdades regionais na distribuição. Nesse aspecto, identificamos a seguinte taxa de médicos por mil habitantes nas regiões do Brasil: Norte (1,30); Nordeste (1,69); Sudeste (3,15); Sul (2,68) e Centro-Oeste (2,74). Essa disparidade também se revela num plano intrarregional, no qual podemos observar a maior concentração desses profissionais nas capitais, ocasionando um problema de oferta médica no interior do país. No conjunto das capitais brasileiras existem 5,65 médicos por mil habitantes, por outro lado, nas cidades interioranas esse índice cai para 1,49 (Scheffer, M. et al., 2020).

Nos parece crível que, essa ideia de um mercado médico elitista, e com desigualdades regionais também implique na reprovação por parte da categoria a políticas públicas como o Programa Mais Médicos (PMM), instituído pela gestão do PT em 2013 para suprir a demanda por esses profissionais no interior do país. O próprio

CFM foi contra o Programa, alegando que se tratava de uma ação política de caráter eleitoreiro, chegando a entrar no STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Em 2018, o então presidente da organização, o médico Mauro Luiz de Britto Ribeiro argumentou que o Programa não podia oferecer as “soluções definitivas” para o acesso à assistência em saúde no Brasil (Ribeiro, 2018). A posição de reprovação do CFM foi entendida como a defesa dos interesses das classes médicas no país, ao qual, em alguns casos, agiram de forma xenófoba contra médicos estrangeiros, especialmente os cubanos em Fortaleza (Néri, 2013). Na época, João Batista Gomes Soares, presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRM-MG) argumentou que os brasileiros não deveriam socorrer e muito menos ser padrinhos dos profissionais cubanos, afirmando que a função do CRM seria de denunciar os médicos estrangeiros pela atuação ilegal no país:

Não é não socorrer o paciente. É não servir de preceptor para cubano. É não ficar emendando atendimento realizado por cubano. Nós médicos brasileiros não fomos contratados para ser padrinhos de médico cubano ou qualquer outro estrangeiro que venha através de medida provisória [...] Se eles estiverem exercendo ilegalmente, exercício ilegal da profissão é motivo de investigação policial. Para exercer uma profissão tem que cumprir regras. Se o sujeito está em Caratinga [no interior de Minas], e a fiscalização for até lá, e ele não tem documentação [registro no CRM], o conselho vai até a polícia denunciar (Soares *apud* Freitas, 2013, n.p).

Dentre essas e outras ações, a classe médica também realizou pressões para a revalidação do diploma desses profissionais, pontuando que o Mais Médicos seria mais uma política eleitoreira do PT.<sup>304</sup>

Entendemos também que tais posicionamentos não representam a unidade da classe médica, e que há, na sociedade civil posicionamentos distintos, imbricados, por exemplo, em iniciativas como a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS)<sup>305</sup> que debate temas críticos da questão da saúde no Brasil, e congrega distintos profissionais da saúde, inclusive médicos, além da Rede Nacional de

---

<sup>304</sup> Sobre os conflitos associados à implementação dos mais Médicos, indicamos a leitura dos seguintes trabalhos: Proença de Oliveira, et al. (2015); Alessio; Sousa (2017); Oliveira da Silva, et al. (2018); Moraes dos Santos, et al. (2019).

<sup>305</sup> <https://www.contraprivatizacao.com.br/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Médicos e Médicas Populares, surgido em 2015, como contraponto a ofensiva conservadora na classe médica<sup>306</sup>.

### **6.5.2 Grupos médicos bolsonaristas: intensificando uma agenda de morte**

A gestão bolsonarista foi apoiada por APHs que apresentaram como função criar consenso no seio da sociedade civil para a chancela das argumentações e ações realizadas pelo governo. Esse casamento apresentou, concretamente, interesses materiais em jogo. De um lado, o governo Bolsonaro buscou se apoiar, como é típico do negacionismo científico, no parecer ser científico mediante médicos e “cientistas” favoráveis às teses do “tratamento precoce” e imunidade de rebanho. Por outro lado, como veremos, esses grupos conseguiram capitalizar recursos, cobrar mais caro por consultas, e garantir rendimentos para planos privados de saúde.

Dentro os APHs que fizeram essa articulação entre sociedade civil e sociedade política em plena pandemia da Covid-19, destacamos: Conselho Federal de Medicina (CFM); Associação Médica Brasileira (AMB); Brasil Vencendo a Covid e Médicos Pela Vida.

#### **6.5.2.1 Conselho Federal de Medicina**

A vitória de Bolsonaro em 2018 deu aos médicos perspectivas de defesa de seus interesses corporativistas. Em 2019 a classe conquistou o Revalida para médicos formados no estrangeiro, e também a aprovação da carreira médica, colocando fim no PMM mediante a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019 que instituiu o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no SUS, e autorizou o poder executivo federal a estabelecer o serviço social<sup>307</sup> autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). Cabe salientar que, tais medidas foram aprovadas e chanceladas por Luiz Henrique Mandetta.

Uma das organizações médicas mais alinhadas com o governo Bolsonaro foi o CFM. A organização foi criada no ano de 1951 para fiscalizar e normatizar o exercício da medicina no Brasil. Sediada em Brasília, realiza eventos da área médica;

---

<sup>306</sup> <https://medicospopulares.org/quem-somos/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

<sup>307</sup> Sobre uma crítica a Adaps indicamos a leitura dos trabalhos de Morosini; Fonseca e Baptista (2020) e de Mendes; Melo e Carnut (2022).

assessoria jurídica; cadastro geral dos médicos; educação médica continuada; normatização da profissão e publicações. Na Pandemia da Covid-19 se posicionou na defesa da cloroquina/hidroxicloroquina, argumentando que diante dos estudos que estavam sendo realizados em 2020, a autonomia médica deveria ser respeitada (Ribeiro, 2020).

Contudo, a organização não considerou as análises realizadas por outras organizações, a exemplo das sociedades de infectologia, de terapia intensiva e de pneumologia, que se posicionaram contrárias ao uso *off label* em casos iniciais do Covid, bem como as análises da Sociedade Brasileira de Imunologia e da Academia Nacional de Medicina. Dentro dessa perspectiva, o CFM explorou a premissa da autonomia do médico (Linhares de Oliveira, *et al*, 2022) para receitar medicamentos aos pacientes, ideia que também foi chancelada pela Associação Médica Brasileira (AMB), e também a Sociedade Brasileira de Cardiologia, ainda no mês de julho de 2020 (Dias; Lima; Lobo, 2021).

Bolsonaro explorou esse posicionamento do CFM em suas lives, argumentando que a defesa de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da Covid-19 não era um argumento seu, ou do governo, mas de profissionais qualificados que atuavam no CFM como expõe uma fala sua já no mês de abril de 2021:

Outra coisa bastante aqui que não se fala mais, que passou a ser crime no Brasil né, “tratamento precoce”, passou a ser crime, você tem que ir pra casa e seguir o protocolo Mandetta! Vai pra casa, quando sentir falta de ar, vai para o hospital para ser entubado. Então o Conselho Federal de Medicina tá lançando uma campanha, e como eu tenho uma aceitação muito grande em nossa live aqui, eu não pedi autorização para o Conselho Federal de Medicina, mas como é público, eu vou divulgar, até em função de que? De um vídeo do médico brasileiro tá, que receitou para uma pessoa que tá com sintoma de Covid, dipirona e paracetamol. Daí, o paciente falou: Doutor, eu quero tomar HCK (Hidroxicloroquina), pra não falar o nome aqui se não vão bloquear a minha página toda aqui, ou, outro medicamento qualquer, daí ele falou que: “eu não tenho protocolo pra isso, não é recomendado, e não tem nenhuma comprovação científica”, daí ele falou: “mas Doutor, onde tá escrito que Dipirona e Paracetamol é o remédio pra Covid?”, o médico ficou sem solução, sem resposta. Vamos lá, Conselheiro Federal de Medicina, não sou eu não! CFM ressalta “o médico brasileiro sabe como tratar a Covid, o Conselho Federal de Medicina respeita a autonomia do médico”, é aquela questão do *off label*, o médico na ponta da linha, quando não tem o remédio específico ainda, ele pode em comum acordo com o paci-

ente, com a família do mesmo, receitar aquilo que ele achar melhor.<sup>308</sup>

Percebemos que na tentativa de justificar o uso de tais medicamentos, Bolsonaro chega a compará-los com a dipirona, utilizada como antitérmico e analgésico. Contudo, essa é uma forma de seu governo colocar a discussão de modo relativista, transparecendo a partir da autoridade do CFM, um conteúdo científico. Essa organização esteve presente em reunião com o Ex-presidente com o **Movimento Brasil vencendo a Covid**, em agosto de 2020.<sup>309</sup> Esse grupo de médicos entregou uma carta ao governo no qual a solução para a pandemia no Brasil seria a adoção do “tratamento precoce” com um conjunto de medicamentos na fase inicial da infecção. A fala de uma das médicas presentes no evento, Raíssa Soares, reforça essa argumentação:

Aqui estão representados médicos dos 27 Estados. Não representamos nossos colegas na grande massa, mas representamos os médicos que optaram pela ousadia. Nós representamos os médicos que, independente das evidências lá de abril, ousaram ter lucidez. Ousaram aplicar algo que lá no início, em abril, era uma tentativa. E nós fomos açotados, ridicularizados, nós fomos humilhados (Raíssa Soares *apud* Alvim, 2020, n.p).

Ainda no mês de maio de 2020, o governo emitiu um documento intitulado **Orientações do Ministério da Saúde para o manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19**, em que recomendava o uso de Difosfato de Cloroquina; Azitromicina; Sulfato de Hidroxicloroquina e Azitromicina para pacientes adultos com sintomas leves do 1º a 14º dia de infecção. Essa recomendação também foi indicada para pessoas com sinais e sintomas moderados, adicionando a internação hospitalar; Difosfato de Cloroquina; Azitromicina; estendendo esse uso para pacientes com sinais e sintomas graves<sup>310</sup>.

<sup>308</sup> <https://youtu.be/zF1W8SWkccc>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>309</sup> Tratamento precoce contra Covid-19 é defendido por médicos para aumentar chance de cura. 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/tratamento-precoce-contracovid-19-e-defendido-por-medicos-para-aumentar-chance-de-cura>. Acesso em: 4 abr. 2023.

<sup>310</sup> Orientações do Ministério da Saúde para o manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19. <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/arquivos/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19-pdf>. Acesso em: 4 abril. 2023.

Nesse sentido, entendemos que o CFM teve função em cancelar a ação bolsonarista de indicação de medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19, tornando essa uma lógica institucional e programa governamental. Ao colocar a autonomia do médico como epicentro do debate, o Conselho buscou se esconder por trás desta premissa para ser permissiva a uma política negacionista, que contribuiu para a promoção de mais óbitos pelo Sars-Cov-2. Todavia, o CFM não atuou sozinho, se ele esteve como ponta de lança para a fomentação de uma suposta visão científica e médica sobre o tema, outras associações e movimentos médicos também buscaram fomentar esse consenso na sociedade brasileira, a exemplo da AMB.

### **6.5.2.2 Associação Médica Brasileira**

A AMB foi fundada no ano de 1958, sendo responsável pela certificação dos títulos de especialista e atuação na área médica no Brasil. Está presente nas 27 unidades federativas do país; 54 sociedades de especialidades e 396 Associações Regionais. Na gestão 2018–2020 teve como presidente o médico especialista em Cirurgia Geral, Gastroenterologia e Administração em Saúde Lincoln Lopes Ferreira (Patriota); na gestão 2021–2023, assumiu a presidência o Professor Titular de Ginecologia da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC) em Santo André-SP, César Eduardo Fernandes. A associação também efetua a ligação entre a classe médica e os órgãos do governo federal, participando da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM); Comitê Permanente de Regulação da Atenção à Saúde (COSAÚDE) e dos Comitês da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde (CONITEC).<sup>311</sup>

Objetivando uma atuação para defesa dos interesses dos médicos no parlamento, a AMB criou o Núcleo de Atuação Parlamentar (NAP), com sede em Brasília (DF), e a Aliança pela Saúde no Brasil (ASB). Na valorização da profissão médica criou o Núcleo de Proteção ao Ato Médico (NUPAM), e o Programa de Educação para Médico Generalista do Brasil (PROGEB). Em sua página oficial consta que ela também forma, em parceria com as Sociedades de Especialistas, diretrizes médicas

---

<sup>311</sup> AMB. Apresentação. Disponível em: <https://amb.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

pautadas em evidências científicas, no intuito de padronização e auxílio do médico na decisão clínica de diagnóstico e tratamento.

Na pandemia a AMB atuou em parceria com o CFM, difundindo e cancelando o negacionismo científico frente ao uso de medicamentos comprovadamente ineficazes. Semelhantemente ao CFM, a organização emitiu notas atrelando a autonomia médica para permitir a indicação da hidroxicloroquina acoplado à ideia de que, por ser barato, não receberiam a devida atenção da *Big Pharma*, como podemos constatar em nota intitulada **Hidroxicloroquina: AMB defende autonomia do médico** emitida em julho de 2020:

É bastante provável que cheguemos ao final da pandemia sem evidências consistentes sobre tratamentos. E também sobre diversos outros aspectos próprios de uma nova enfermidade. Pois estudos adequados e robustos são caros e demorados. E estamos falando de uma medicação barata, que, portanto, não tem, nem terá financiamento da indústria que suporte os investimentos necessários para minimizar as incertezas (AMB, 2020, p.1).

Para a Associação, naquele período haveria um confronto político-ideológico sobre a hidroxicloroquina que estaria prejudicando e restringindo a autonomia dos médicos. Para isso, retoma a Declaração de Helsinque<sup>312</sup> para argumentar que no tratamento de um determinado paciente, no qual não há intervenção comprovada, o médico mediante consentimento do paciente pode utilizar intervenção não comprovada, caso o julgamento médico, entenda haver esperança para salvar a vida, ou aliviar o sofrimento. Ao lermos a declaração de Helsinque percebemos que a AMB ocultou o fato de que a própria declaração em seus princípios gerais estabelece que o médico deve promover e proteger a saúde, bem-estar e os direitos dos pacientes, inclusive dos que estão participando de pesquisas médicas (WMA, 1964).

Ao argumentar que o uso da hidroxicloroquina caiu num âmbito de disputa política, essa organização é que procurou não enxergar as evidências científicas já emitidas pela OMS ainda em maio de 2020, no qual os resultados obtidos indicaram que efeitos pouco dispendiosos para o Covid, além da inconclusão em relação às

---

<sup>312</sup> Declaração adotado pela 18ª Assembleia Médica Mundial Helsinque, Finlândia, em junho do 1964, no qual constam princípios éticos para fornecer orientações aos médicos e outros participantes em pesquisas clínicas envolvendo seres humanos (WMA, 2013)



utilidades e aos efeitos secundários na prescrição do medicamento para o tratamento da doença (WHO, 2020). De forma parecida em pesquisa realizada e publicada na revista científica *New England Journal of Medicine* (NEJM), coordenada no Brasil pela Fiocruz para a análise dos medicamentos: remdesivir, hidroxicloroquina, lopinavir e interferon beta-1a em pacientes hospitalizados com Covid-19, concluiu-se que essas substâncias apresentaram pouco ou nenhum efeito nos pacientes (WHO, et al. 2021).

Dessa forma, ao ignorar tais constatações, a AMB aludiu a defesa do já citado Parecer 4/2020 do CFM que disciplina o uso de medicamentos como a Hidroxicloroquina sob a defesa da autonomia médica. Ao tratar de um problema pandêmico como um problema pessoal, da relação privada entre médico e paciente, a AMB buscou uma forma de burlar, em nossa concepção, as recomendações científicas sobre o tema, trazendo para o âmbito do acordo interpessoal um problema que em si faz parte de uma coletividade. Para isso, argumentou da seguinte forma:

Não se trata de apologia a este ou àquele fármaco. Trata-se de respeito aos padrões éticos e científicos construídos ao longo dos séculos. Não podemos permitir que ideologias e vaidades, de forma intempestiva, alimentadas pelos holofotes, nos façam regredir em práticas já tão respeitadas. Não se pode clamar por ciência e adotar posicionamentos embasados em ideologia ou partidarismo, ignorando práticas consolidadas na medicina. Isso é um crime contra a medicina, contra os pacientes e, sobretudo, contra a própria ciência (AMB, 2020, p.2.).

Em que pese esses fatos, nos parece curioso que, após a eleição da nova diretoria da organização para a gestão realizada ainda no ano de 2021, houve pelo menos uma mudança aparente dessa visão, condenando o uso de remédios ineficazes e defendendo medidas profiláticas como o uso de máscaras (Dias; Lima; Lobo, 2021). Podemos observar esse deslizamento já em janeiro de 2021 quando por meio de nota a Associação passa, sob nova diretoria, a demonstrar defesa pelas evidências científicas em torno do denominado “tratamento precoce”:

As melhores evidências científicas demonstram que nenhuma medicação tem eficácia na prevenção ou no “tratamento precoce” para a COVID-19 até o presente momento. Pesquisas clínicas com medicações antigas indicadas para outras doenças e novos medicamentos estão em curso. Atualmente, as principais sociedades médicas e organismos internacionais de saúde pública não recomendam o tratamento preventivo ou precoce com medicamentos, incluindo a Agên-

cia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entidade reguladora vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil.<sup>313</sup>

Nesse mote, a AMB parabeniza a autorização do uso emergencial da vacina Coronavac pela ANVISA, reconhecendo o trabalho de associações como o Instituto Butantan e a Fiocruz. Essa mudança está imbricada no próprio envolvimento do diretor César Eduardo Fernandes, com um perfil acadêmico de orientações de dissertações e teses, além de possuir mais de 250 artigos científicos publicados<sup>314</sup>.

Todavia, apesar dessa mudança, cabe destacar que esse apoio ao bolsonarismo não passou incólume entre a comunidade médica. A própria AMB buscou pelo NAP em 2021 rechaçar as entidades e médicos que em plena CPI da pandemia, marcaram defesa do governo Bolsonaro:

A gota d'água para a AMB abrir uma dissidência teria sido a mobilização de médicos pró-governo para criticar a CPI da Covid no Senado e defender a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro —conhecida como "capitã cloroquina"—, além da médica Nise Yamaguchi e do ministro Marcelo Queiroga (Lopes; Vargas, 2021, s.n.).

O NAP suprimiu a ligação da associação mediante o Instituto Brasil de Medicina (IBDM) com o parlamento, tendo em vista que esse instituto foi fiel às bandeiras bolsonaristas na saúde. O racha criado teve como pano de fundo o descontentamento de membros da AMB que não pactuaram com as pautas bolsonaristas que eram levantadas na Associação. Essas defesas eram realizadas sobretudo em grupos de WhatsApp do IBDM, e em reuniões. Os assuntos de defesa giravam em torno de: “tratamento precoce”, defesa da capitã cloroquina, e críticas à vacinação vistos a seguir.

---

<sup>313</sup> AMB. Orientação da Associação Médica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre vacinação e tratamento farmacológico preventivo. 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://amb.org.br/amb/nota-relevante-orientacao-da-associacao-medica-brasileira-e-da-sociedade-brasileira-de-infectologia-sobre-vacinacao-e-tratamento-farmacologico-preventivo/#:~:text=As%20melhores%20evid%C3%AAncias%20cient%C3%ADficas%20demonstram,novos%20medicamentos%20est%C3%A3o%20em%20curso..> Acesso em: 7 abr. 2023.

<sup>314</sup> <http://lattes.cnpq.br/8583395482529236>. Acesso em: 7 abr. 2023.

### 6.5.2.3 Instituto Brasil de Medicina

O IBDM é uma iniciativa da AMB, sendo caracterizado em seu estatuto como uma associação de direito privado sem fins lucrativos com atuação no território nacional. Seus objetivos podem ser compreendidos em: a) receber as demandas e anseios da classe médica para promover a prática médica com qualidade, modernidade e eficiência; b) Fazer o nexo entre os interesses médicos numa Frente Parlamentar da Medicina (FPMed) para o Congresso Nacional; c) realizar o acompanhamento das matérias de leis que beneficiem a classe médica; d) produzir pareceres técnicos para subsidiar o acompanhamento dos projetos de leis no Congresso; e) realizar assessoria técnica às entidades associadas (IBDM, 2017).

Criado em 2018, busca mediante esses interesses atuar junto ao Congresso nacional, mediante a FPMed, que inclusive, teve à frente o Ex-ministro Henrique Mandetta para assim, interferir na esfera governamental a partir da sociedade civil:

[...] é nos Parlamentos, onde as Leis são criadas, que poderemos interferir, nas decisões governamentais, que tantas mazelas têm trazido à área médica no País, principalmente: a falta de uma Carreira de Médico no setor público [...] a desmedida alocação de recursos em ações puramente demagógicas como: o Programa Mais Médicos (privilegiando a quantidade em detrimento da qualidade); a disponibilização de PICs (Práticas Integrativas e Complementares que em sua maioria não possuem nenhuma fundamentação científica), também; a perigosa intenção de um novo modelo estruturante para o sistema nacional de saúde, e ainda; o total descaso com o Saneamento Básico a ser disponibilizado à população, causa da perpetuação de inúmeras doenças que atingem nossa população (Pujol, 2018, n.p.).

Em 2020 o médico José Luiz Dantas Mestrinho foi reeleito como coordenador da organização, que em maio de 2021 assinou uma carta endereçada à CPI da Pandemia juntamente com mais de 1000 médicos com argumentos favoráveis à defesa da médica Mayra Pinheiro (conhecida na mídia por doutora cloroquina pelas suas defesas em relação ao medicamento). Nessa carta, esses médicos argumentam que a referida médica sempre atuou na defesa da autonomia médica<sup>315</sup>. Essa

---

<sup>315</sup> Carta aberta do movimento médico à comissão parlamentar de inquérito da pandemia - CPI da Covid Senado Federal. Brasília - DF, 24 de maio de 2021. Disponível em: [https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1621945743\\_carta-aberta-apoio-dra.-mayra-cpi.pdf](https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1621945743_carta-aberta-apoio-dra.-mayra-cpi.pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

médica teve função ativa no governo Bolsonaro, inclusive na crise sanitária de Manaus, com a distribuição de cloroquina e manifestação, junto a Pazuello, de uma política naquele Estado de descumprimento de medidas profiláticas e indicação do “tratamento precoce”, elemento que veremos com maior detalhe no tópico específico sobre a atuação do governo federal na crise sanitária de Manaus.

#### 6.5.2.4 Médicos pela Vida

Em sua página oficial<sup>316</sup> o movimento médicos pela vida se denomina como um espaço que congrega médicos de distintas especialidades que prestam assistência a pessoas acometidas pelo Covid-19. Na página também consta que os pacientes, por temerem a hospitalização pediram o “tratamento precoce”, sendo essa a justificativa para que o movimento “lançasse mão de condutas benéfica às pessoas”. A junção das experiências observacionais desses médicos aglutinadas no coletivo fomentou a elaboração de um protocolo guia para a classe médica com o intuito de não permitir que as pessoas fossem parar no hospital para serem entubadas. Dessa forma, entre os postulados do movimento destacamos: a) a participação de membros está balizada pela convicção com seus postulados; b) as evidências não são tudo na medicina, a perspicácia clínica e a experiência de vida não podem perder soberania; c) O protocolo elaborado pelo movimento é uma orientação e não imposição; d) o exercício médico deve ser autônomo e sem interferências.

Esse grupo teria origem no Estado de Pernambuco, como apadrinhamento do médico e Deputado Federal Osmar Terra (MDB-RS), presidido pelo oftalmologista Antonio Jordão. Ainda no mês de setembro de 2020, quando o Brasil já apresentava mais de 140.000 óbitos, a entidade organizou uma reunião com Bolsonaro; o biólogo Paulo Zanotto e a médica Nise Yamaguchi. Esta reunião que ficou conhecida pela fala de Zanotto em relação à existência de um gabinete das sombras (*shadow cabinet*), iniciativa de aconselhamento ao presidente da república por médicos que discordavam da atuação de Mandetta na pasta em relação à pandemia (Pinheiro; Emery, 2022).

Na página oficial do movimento é possível acessar manifestos que defendem o uso do suposto “tratamento precoce” como uma forma eficaz de evitar a intubação

---

<sup>316</sup> <https://medicospelavidacovid19.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

de pessoas, a exemplo do manifesto do 12 de maio de 2020. Nessa nota, fica claro que a posição do movimento por uma condução de tratamento por via oral, que segundo está escrito no próprio manifesto, seria primária, simples e de baixo custo, evitando a evolução da Covid-19 para casos que necessitem de internação:

Atualmente, reconhecemos como a mais eficiente estratégia de enfrentamento do COVID19: nas fases iniciais, diante dos primeiros sintomas suspeitos, mesmo quando ainda não há confirmação laboratorial da doença, estabelecer a prescrição de tratamento clínico precoce, aliada a todos os demais cuidados em reduzir o contágio, como afastamento social, uso de EPIs, aumento da higienização e uso de produtos de limpeza/desinfecção [...] (Médicos Pela Vida, 2020a, n.p.).

Semelhantemente ao que o Ex-presidente Bolsonaro defendeu, o movimento nessa mesma nota realiza críticas ao isolamento social, apontando que nos municípios no qual o “tratamento precoce” foi adotado os resultados em termos de combate à pandemia foram exitosos, citando os casos de Belo Horizonte (MG), e Florianópolis (PI). Nesse sentido, indicam que o “tratamento precoce” pré-hospitalar deveria ser adotado como política pública de saúde ao nível nacional a partir da atenção primária à saúde com apoio e segurança dos médicos. Para isso, as ações a serem realizadas seriam a distribuição de medicamentos, tanto pelo setor público, quanto pelo setor privado.

No segundo manifesto do movimento que tivemos acesso percebemos a defesa da autonomia médica e do direito do paciente ao “tratamento precoce”. Nesse sentido, acusam que o “tratamento precoce”, por ser uma opção barata, estaria contrariando interesses de setores políticos, midiáticos e empresariais que estavam tentando impedir a livre prescrição terapêutica. Nesse manifesto a entidade indica como recomendação ao MS: a) direcionamento de recursos e estabelecimento do atendimento precoce; b) assegurar a disponibilidade de medicamentos como: Ivermectina, Nitazoxanida, Hidroxicloroquina, Azitromicina e Sulfato de Zinco; c) premiar os municípios que melhor cuidarem de suas populações (Médicos Pela Vida, 2020b).

Em fevereiro de 2021 é lançado um terceiro manifesto que, na mesma toada dos anteriores, reforça posição do movimento pelo “tratamento precoce” na combinação de medicamentos como: hidroxicloroquina, ivermectina, bromexina, azitromi-

cina, zinco, vitamina D, corticoides e anticoagulantes. Esse manifesto faz referência ao parecer de número 4/2020 do CFM que chancelou a autonomia médica para o uso do tratamento médico disponível, que nesse caso, seria o “tratamento precoce”. Diante dessas posições, o movimento organizou na primeira semana de março de 2021 uma jornada médica on-line intitulada **Tratamento inicial da Covid-19** com distintos painéis.

O mais curioso dessa defesa realizada pelo movimento é a sua argumentação quanto a não politização do “tratamento precoce”, e a suposta teoria de que os medicamentos contidos no “tratamento precoce” serem de baixo custo estaria sendo solapados por interesses da *Big Pharma*. Ocorre que, ao contrário do que a própria entidade defende, teve anúncios financiados pela empresa VITAMEDIC, a mesma que produz o medicamento Ivermectina, indicado no “tratamento precoce”. De acordo com dados da CPI da Covid-19, a empresa financiou na ordem de mais de R\$ 700.000 anúncios da organização em distintos meios de comunicação como podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 20** - Patrocínio de anúncio do Médicos pela Vida realizado pela VITAMEDIC

Jornal	UF	Valor
A crítica	AM	R\$ 44.270,00
Correio da Bahia	BA	R\$ 73.360,00
Correio Braziliense	DF	R\$ 132.173,18
Folha de São Paulo	SP	R\$ 62.464,50
Jornal do Commercio	PE	R\$ 29.323,00
O Estado de Minas Gerais	MG	R\$ 103.653,89
O Globo	RJ	R\$ 174.843,55
O Popular Goiás	GO	R\$ 40.000,00
O Povo CE	CE	R\$ 18.626,35
Tribuna do Norte	RN	R\$ 5.220,00
Zero Hora	RS	R\$ 33.961,20
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 717.895,67</b>

**Fonte:** CPI. Informe publicitário: Médicos pela Vida.<sup>317</sup> Elaboração própria.

<sup>317</sup> CPI. Informe publicitário: Médicos pela Vida. 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/71a16f6c-c6fc-44e7-b36d-588ff7f4f4ca>. Acesso em: 09 abr. 2023.

Apesar desse choque de interesses, a associação não externalizou ao público e essa informação surgiu mediante investigação da CPI da pandemia. Em 2022, quando a vacinação estava sendo realizada, apesar da sabotagem do próprio governo federal em relação ao tema, um quarto manifesto foi lançado, agora, contra a vacinação de crianças de 5 a 11 anos. Nessa mesma linha argumentativa, o Ex-presidente Bolsonaro fez ataques à vacinação infantil, realizando o desserviço de espalhar a *fake news* de que seria de quase zero o número de óbitos nessa faixa etária, quando, na verdade, o MS tinha informações, da época, de um total de 308 óbitos. Para Bolsonaro, não haveria problema de um jovem contrair Covid-19, uma vez que a probabilidade de morte nesse grupo seria mínima:

Você vai vacinar o teu filho contra algo que o jovem por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero? O que está por trás disso? Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí? Qual o interesse das pessoas taradas por vacina?<sup>318</sup>

Ainda sobre o tema, Bolsonaro chegou a afirmar em live que não vacinou sua própria filha tendo em vista que:

A vacina, será de forma não obrigatória. Então, ninguém será obrigado a vacinar o teu filho, se não é obrigatório, nenhum prefeito, o governador que existe alguns aí com essa ideia né, poderá impedir o garoto ou a garota de se matricular nas escolas por falta de vacina. Então a vacina, pai e mãe, você que tem filho de 5 a 11 anos de idade a vacina não obrigatória. **Eu adianto a minha posição: a minha filha de 11 anos não será vacinada, se você quiser seguir o meu exemplo, tudo bem, se você não quer, tudo bem, é um direito teu vacinar o teu filho, então logo que essas vacinas da Pfizer estejam disponibilizadas.** Agora é bom você pai e você mãe que nós conseguimos nesse despacho de ontem do ministro Queiroga, da saúde ali, incluir algo que tem que ser falado para vocês pais, o que é que vai ser falado entre outras coisas: que fabricante, no caso a Pfizer, não se responsabiliza por eventuais efeitos adversos. Então você tem um filho, depois da vacina tiver qualquer problema, não responsabilize a Pfizer, a Pfizer fez a vacina e tá aí sendo testada como a própria Pfizer diz, tem certos efeitos colaterais que vamos tomar conhecimento ao longo de 2022, 23, 24 e por aí vai afora. Então a Pfizer não se responsabiliza por efeito colateral. O que conse-

---

<sup>318</sup> Bolsonaro ataca vacinação infantil contra Covid e espalha desinformação sobre mortes de crianças. G1. 6 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/06/bolsonaro-ataca-vacinacao-infantil-contracovid-e-espalha-desinformacao-sobre-mortes-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

guimos também que vai ser obrigado a falar para os pais né, que querem vacinar seu filho, que tem um filho de 5, 6, 10, 11 anos de idade ou tua filha, pode de imediato ter certos sintomas como: dor, febre depois de alguns momentos, fadiga, dor de cabeça, calafrios, mialgia, artralgia [...].<sup>319</sup>

Nos parece uma posição baseada na produção intelectual de grupos como o Médicos Pela Vida. Apesar de não citar a associação, justifica a não vacinação de sua filha abordando que a imunização traria efeitos colaterais e que o laboratório responsável pela produção da mesma não arcaria com os danos dessa ação. Para nós, fica evidente a tática bolsonarista de procurar criar uma proximidade com o público, especialmente daqueles que seguem o Ex-presidente Bolsonaro nas redes sociais. Essa seria uma forma de trazer proximidade entre o governo e o público, por ser pai e estar preocupado com a saúde da filha, e ainda mais, por ser um presidente da república que estaria levantando uma espada contra os interesses das grandes farmacêuticas, suas ações deveriam ser seguidas, para que assim, o consenso promovesse, no seio da sociedade civil, pressão contra órgãos da república burguesa brasileira, em especial ao STF e a prefeitos e governadores que são contra suas ações.

#### 6.5.2.5 Movimento Brasil Vencendo a Covid

Em 24 de agosto de 2020, após mais de 100 mil óbitos por Covid-19 no Brasil, um conjunto de médicos produziram uma carta (entregue em solenidade junto ao Bolsonaro no Palácio do Planalto<sup>320</sup>) em que o “tratamento precoce” era considerado a solução para o problema sanitário brasileiro. Esse conjunto de médicos seria formado por mais de 10 mil profissionais que estariam em comunicação mediante grupos de aplicativos de mensagens, atuando desde abril de 2020. Na própria página do Governo Federal consta notícias sobre o movimento, na qual a fala do médico Luciano Dias Azevedo é expressiva:

Entendemos que a Covid-19 é uma doença que hoje tem tratamento e a melhor resposta acontece quando abordada precocemente, como

<sup>319</sup> <https://youtu.be/iysGDbt69Lc>. Acesso em: 9 abr. 2023.

<sup>320</sup> A gravação da solenidade pode ser acessada em: <https://youtu.be/NSVJ8BzkiTU?t=5>. Acesso em: 09 abr. 2023.



toda e qualquer doença. Nossas estratégias de tratamento são simples de serem aplicadas, são multiplicadas e, com elas, temos prevenido internações e evitado óbitos [...] Aprendemos, com o atendimento precoce, que atacar o vírus já na fase inicial da doença usando remédios simples, como a hidroxicloroquina, a azitromicina, o zinco, junto com outros medicamentos, torna essa doença mais branda e impede que a maioria dos doentes se agrave [...] Isso faz com que consigamos tratar a maioria dos pacientes, ainda que piores, sem a necessidade de internação e no conforto dos seus lares<sup>321</sup>

Entre as falas proferidas na entrega da carta a Bolsonaro destacamos o argumento da médica Raissa Soares, para a qual, a população não precisaria mais se preocupar, tendo em vista que haveria um tratamento, salientando que o movimento Brasil vencendo a Covid seria caracterizado sobretudo pela ousadia de ter lucidez contra as ideias midiáticas e de organizações como a OMS (Raissa Soares *apud* Alvim, 2020). Para o grupo em questão, o caso de sucesso em relação aos valores defendido por esse conjunto de médicos seria a experiência realizada pela Unimed de Belém do Pará. Nessa experiência foram distribuídas doses de azitromicina, cloroquina e ivermectina para as secretarias de saúde do Estado do Pará. Em nota emitida pelo site da Unimed, datada de 22 de junho de 2020, observarmos que essa distribuição foi realizada juntamente com a Associação Multidisciplinar de Apoio Renal (AmaRenal), e que esta doação estaria seguindo um protocolo articulado junto às respectivas secretarias:

---

<sup>321</sup> Tratamento precoce contra Covid-19 é defendido por médicos para aumentar chance de cura. 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/08/tratamento-precoce-contracovid-19-e-defendido-por-medicos-para-aumentar-chance-de-cura>. Acesso em: 09 abr. 2023.

A doação segue um protocolo que é articulado diretamente com as Secretarias de Saúde das cidades, em que elas encaminham um ofício solicitando os comprimidos e informando o quantitativo necessário, e, conforme disponibilidade de estoque, o remédio é enviado. O compromisso da Unimed Belém é com a entrega da doação e cabe aos municípios a distribuição dos comprimidos de forma segura, racional e para o paciente com receita médica que já tenha sido avaliada por um especialista.<sup>322</sup>

Essa mesma argumentação pode ser encontrada na fala da médica Luciana Cruz, que esteve presente no evento de entrega da carta a Bolsonaro. Natural de Belém do Pará, a médica argumentou o seguinte:

A Unimed Belém distribuiu mais de 55 mil tratamentos, e o plano de saúde tem um controle mais rígido sobre seus usuários [...] Os retornos foram: uma queda abrupta na solicitação de leitos (...) Nenhum óbito por arritmia relacionada ao uso de hidroxycloquina ou cloroquina (Luciana Cruz *apud* Alvim, 2020, n.p.).

Essas falas e noções foram ventiladas pelo governo Bolsonaro, como podemos observar na fala de Arthur Weintraub, que na época exercia a função de assessoria especial do Presidente da República, e teria afirmado que desde o início da pandemia da Covid-19 no Brasil esse posicionamento também era o do Ex-presidente Bolsonaro, para este, a autonomia do médico deveria ser respeitada. Essa posição é confirmada quando, ao receber a referida carta do movimento, Bolsonaro defendeu a seguinte argumentação:

O momento de salvar vida de alguém, não tem preço. E os senhores, ao longo de suas vidas, salvaram as vidas de muitas pessoas e no momento ímpar tiveram que decidir e não ficaram em cima do muro. Porque, pior que uma decisão mal tomada, é uma indecisão. Então, vocês salvaram sim, no meu entendimento, muitas, milhares e milhares de vidas pelo Brasil e sem hidroxycloquina. Não tivesse sido po-

---

<sup>322</sup> Unimed Belém doa medicamentos para interior do Pará. 20 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.centralnacionalunimed.com.br/pt/web/guest/home/imprensa/noticias-unimed/listagem-noticias/unimed-belem-doa-medicamentos-para-interior-do-para>. Acesso em: 09 abr. 2023.

litizada, muito mais vidas poderiam ter sido salvas dessas 115 mil, que o Brasil chegou nesse momento<sup>323</sup>

Nesse sentido, entendemos que, no conjunto dos APHs que tivemos acesso, e diante nossa leitura, a emanção de opiniões, *lives*, e a defesa de medidas como o “tratamento precoce” foram essenciais para o governo Bolsonaro materializar o negacionismo científico em escala nacional, tendo o próprio Ex-presidente Bolsonaro como reprodutor desse consenso. Mesmo que essa operação não seja possível de ser realizada imediatamente, entendemos que a formação de consenso entre um setor médico, a qual reafirmamos, não representa a totalidade dos médicos brasileiros, implicou no aprofundamento de ações contra medidas profiláticas e vacinação, e em favor do “tratamento precoce” defendido por tais aparelhos (Floss et al, 2023). É preciso que entendamos, do ponto de vista de nossa formação econômico-social o que implica ser médico no Brasil, e que, por serem um estrato advindo da pequena burguesia, buscam manter uma posição de classe e um conservadorismo, que teve em Bolsonaro uma materialização considerável, tendo em vista a própria forma como o CFM se posicionou diante do Programa Mais Médicos.

Longe de qualquer apriorismo teórico, percebemos a atualidade elaboração de Gramsci, para o qual o Estado não pode ser visualizado apenas pelo elemento da opressão, mas também do consenso, na conformação de um Estado integral que usa a força e também do consenso, especialmente no seio da sociedade civil, e que, de modo dialético, apresenta vinculação direta com a sociedade política, da qual temos organismos políticos e representantes das classes sociais, a exemplo do que vimos aqui com a vinculação dos APHs em relação à pandemia e ao governo Bolsonaro.

Dito isso, no tópico a seguir veremos que não foi apenas em relação ao “tratamento precoce” que o governo Bolsonaro atuou, mas também, em relação à própria vacinação. Não é um mero detalhe que em plena pandemia o Brasil com uma considerável experiência em vacinação, não conseguiu se antecipar efetivamente à imunização, chegando a recusar ofertas de vacinas.

---

<sup>323</sup> Médicos entregam carta ao Presidente defendendo tratamento precoce contra a Covid-19. 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/08/medicos-entregam-carta-ao-presidente-defendendo-tratamento-precoce-contra-a-covid-19>. Acesso em:

## 6.6 A posição antivacina da gestão bolsonarista

Quando o Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia, os meses iniciais de 2020 foram de insegurança e medo. Naquele período, as únicas formas de conter a propagação do Sars-Cov-2 eram as ações profiláticas, a vacinação era incerta, uma vez que os cientistas ainda procuravam entender a forma de atuação do vírus no organismo humano e sua configuração genética. A corrida para a produção de imunizantes estava no início, e aqui empregamos o termo corrida para não esquecermos que, no modo de produção capitalista, mesmo em períodos pandêmicos o itinerário da propriedade privada do capital, e também do conhecimento como propriedade privada, é uma máxima a ser lembrada.

Dito isto, ainda em 2020 os primeiros imunizantes foram divulgados na mídia científica. Devido à essa “agilidade”, muitas pessoas questionaram a segurança das vacinas, argumentando que não seria possível um desenvolvimento tão rápido sem que isso ocasionasse efeitos colaterais nos seres humanos. Seja por ignorância, desonestidade intelectual ou por puro negacionismo, muitas dessas afirmações desconsideram o próprio avançar científico e o acúmulo de pesquisas sobre microorganismos e imunização em seres humanos.

Conforme salienta Viviane Gonçalves, diretora do Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas do Butantan, a tecnologia para combater o SARS data de 2003, quando ocorrera o primeiro surto da doença no mundo, a partir das pesquisas desenvolvidas pela Universidade de Oxford. Naquele período, foram realizados estudos clínicos de fase 1 e 2, mas o imunizante não ficou pronto porque o surto acabou antes. Em 2012 outro Coronavírus surgiu (MERS), e semelhantemente ao que ocorreu em 2003, pesquisadores realizaram testes clínicos, mas sem continuidade devido ao término do surto.<sup>324</sup> O acúmulo de conhecimentos sobre o coronavírus permitiu à comunidade científica adaptar a vacina para o combate do Sars-Cov-2 de modo que a resposta imune pudesse ser realizada sobre a proteína *Spike*.

---

<sup>324</sup> A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>. Acesso em: 11 abr. 2023.

A aprovação para o uso das vacinas segue critérios rigorosos, que devem ser publicizados e avaliados por organismos internacionais como a OMS, além dos respectivos órgãos nacionais. Geralmente após as fases de testes, estes também são avaliados pela OMS, que decide se uma determinada vacina em questão pode ser utilizada. Caso existam dúvidas sobre a segurança e a eficácia do imunizante a vacina não recebe a recomendação da OMS. Os laboratórios e empresas que produzem as vacinas também informam sobre os resultados dos ensaios clínicos às agências reguladoras nacionais, a exemplo da ANVISA no Brasil, para os dados fornecidos passarem por análises, e só após isso, caso seja aprovada, a vacina pode ser utilizada no território nacional. Mesmo depois dessa aprovação, a vacina continua a ser analisada e acompanhada para observação de algum risco ou efeito colateral que coloque em risco a vida humana.<sup>325</sup>

Segundo a OMS, há três tipos de tecnologias aplicadas ao desenvolvimento de vacinas para a Covid-19: a) uso de um vírus ou bactéria inteira (vacina inativada) ; b) partes que desencadeiam o sistema imunitário (vacina viva atenuada) ; e c) apenas o material genético (vacina de vetores virais). No caso da abordagem que utiliza micróbios inteiros, os cientistas pegam o vírus ou a bactéria que porta a patologia, ou um micro-organismo semelhante, e o deixa inativo utilizando produtos químicos, calor ou radiação. Essa tecnologia é usada na fabricação de vacinas contra a gripe e a poliomielite, tendo a vantagem de serem produzidas em escala. Por sua vez, na vacina do tipo atenuada se usa uma versão viva do micro-organismo, porém enfraquecido. Vacinas contra o Sarampo; Caxumba; Rubéola e Varicela são alguns exemplos desse tipo. Já a vacina de vetor viral utiliza um vírus seguro para o fornecimento de subpartes específicas (proteínas) para ser possível a promoção de uma resposta imune sem que a doença seja causada. Partes do patógeno são inseridas num vírus seguro, para que este sirva como uma plataforma ou vetor de entrega da proteína ao corpo humano, um exemplo desse tipo seria a vacina contra o Ebola.<sup>326</sup>

Além dessas abordagens, a OMS chama atenção para mais duas: abordagem de subunidades; e a abordagem genética. No primeiro caso é utilizado parte especí-

---

<sup>325</sup> OPAS.Perguntas frequentes: vacinas contra a COVID-19. 26 de setembro de 2022. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/vacinas-contracovid-19/perguntas-frequentes-vacinas-contracovid-19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAjwrdmhBhBBEiwA4Hx5g3WIm70FiiMOBYRYTY8joF\\_D8y6uR4NqV7fpj7chKrrOldz2Dw5cRoC8r8QAvD\\_BwE](https://www.paho.org/pt/vacinas-contracovid-19/perguntas-frequentes-vacinas-contracovid-19?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=CjwKCAjwrdmhBhBBEiwA4Hx5g3WIm70FiiMOBYRYTY8joF_D8y6uR4NqV7fpj7chKrrOldz2Dw5cRoC8r8QAvD_BwE). Acesso em: 12 abr. 2023.

<sup>326</sup> OMS. Os diferentes tipos de vacinas COVID-19. 12 de janeiro de 2021. Disponível em:

ficas de um patógeno que o sistema imunológico precisa reconhecer, não contendo ele por inteiro, ou uso de algum vírus seguro. Vacinas do calendário infantil como a Coqueluche; Tétano; Difteria e Meningite Meningocócica seriam exemplos dessa tecnologia. No caso da abordagem genética (vacina de ácido nucleico) é utilizado apenas uma seção do material genético para o fornecimento de instruções para determinadas proteínas, essas instruções. O DNA e o RNA são essas instruções que as células do corpo humano usam para produzir proteínas. Desse modo, nas células o DNA é transformado em RNA mensageiro para poder ser usado como projeto na produção de proteínas específicas. Esse tipo de vacina é recente, sendo produzida com a experiência da Covid-19.

Apesar desses elementos, e da existência de órgãos de excelência nacional como a Fiocruz; Instituto Butantan, Universidades, e centros de pesquisa, além da própria experiência brasileira com o Plano Nacional de Imunização (Maciel et al., 2022), o processo de imunização no país foi lento devido a interferências do governo federal no processo. Na aparência, pode parecer contraditório que um governo seja contra a imunização de sua população, tendo em vista que esse é o meio mais eficaz para o retorno das atividades econômicas e do fluxo de capital, servindo como ponto positivo para o próprio governo. Todavia, não foi isso que observamos no Brasil, na essência, o governo Bolsonaro aprofundou o negacionismo e as medidas de sabotagem na imunização, alimentando uma base eleitoral fiel aos ideais bolsonaristas e ao negacionismo científico.

No caso das tratativas para a aquisição das vacinas, quando estas iniciaram de fato, foram realizadas sob a gestão de Pazuello, ainda no ano de 2020. Essa negociação incluía a disponibilização do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) ao Butantan para a conseqüente produção e envasamento, além do imunizante produzido pela empresa Pfizer. Todavia, conforme as informações apuradas na CPI da Pandemia, essas negociações ocorreram com morosidade, o que ocasionou atraso do início da vacinação no Brasil.

No momento em que a vacinação passou a ser uma possibilidade o governo Bolsonaro não expandiu o leque de imunizantes, concentrando esforços na vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, tendo à frente à empresa AstraZeneca, detentora dos direitos de produção, distribuição e comercialização. Nessa ocasião, o Governo Federal firmou um contrato de Encomenda Tecnológica (Etec) com a Fio-

cruz, sendo liberado um crédito extraordinário para aquisição de 100 milhões de doses (Senado Federal, 2021c).

Nos subtópicos a seguir vamos averiguar de forma mais detalhada essas correlações entre a mediação exercida pelo Estado Federal, tendo a frente o governo Bolsonaro, e a morosidade na tratativa para aquisição dos imunizantes.

### 6.6.1 Pfizer

O caso da Pfizer nos ajuda a compreender a tática sabotadora do bolsonarismo. Entre 14 de agosto e 12 de setembro de 2020 a empresa enviou ao governo federal pelo menos dez e-mails na busca de uma resposta formal. No dia 14 de agosto a empresa ofertou opções de 30 e 70 milhões de doses de vacinas, com validade até o dia 29 do mesmo mês. Nessa oferta a imunização da população brasileira poderia se iniciar em dezembro de 2020, com um total de 1,5 milhão de doses, e mais 3 milhões no primeiro semestre de 2021. No quadro abaixo podemos observar o panorama das ofertas. Destacamos que apenas em março de 2021, passados mais de seis meses é que o governo Bolsonaro fecha um acordo de 100 milhões de doses:

**Tabela 21** - Acordo ignorado e fechado com a Pfizer

Acordo ignorado				
2020	1º trimestre de 2021	2º trimestre de 2021	3º e 4º trimestre de 2021	
1,5	3	14	51,5	
Acordo fechado				
2020	1º trimestre de 2021	2º trimestre de 2021	3º trimestre	4º trimestre
0	0	14	86	0

**Fonte:** Chaib, 2021; Senado Federal, 2021c.

Em depoimento à CPI da Covid-19, o Ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, argumentou que esse atraso se devia as exigências postas pela farmacêutica de não realizar a transferência de tecnologia ao Brasil. Essa mesma argumentação foi reiterada por Pazuello, que adicionou o fato de a tecnologia utilizada pela farmacêutica ser desconhecida.

Na CPI da pandemia esse tema surgiu, de modo que o Senador Eduardo Gi-  
rão (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS — CE), argumentou que  
farmacêuticas como a Pfizer só comercializam seus produtos mediante a isenção de  
responsabilidade pelos efeitos adversos, ou seja, se o ente público assumir o risco  
de indenizações de tais efeitos. Nessa mesma oitava, Antonio Barra Torres (Diretor  
da ANVISA), contra-argumentou informando que os parâmetros da ANVISA eram  
rigorosos para a aprovação de imunizantes, e que a vacina não teria problemas (Se-  
nado Federal, 2021e).

Quando os primeiros países do mundo começaram a vacinar, a exemplo do  
Reino Unido, que iniciara o processo ainda em dezembro de 2020, com a Pfizer, e  
diante da pressão que o governo de São Paulo estava realizando com João Dória  
anunciando que em janeiro de 2021 a Coronavac seria usada em São Paulo, é que  
o governo Bolsonaro começou a demonstrar mais interesse, sobretudo pelo peso  
das redes sociais no qual as cobranças em relação à imunização passaram a exer-  
cer pressão, mesmo com as teorias da conspiração e o negacionismo ventilado pelo  
governo (Amado, 2022).

### **6.6.2 Pequena política bolsonarista: o caso da Coronavac**

Com relação a Coronavac, o Governo Bolsonaro, alinhado as teses estaduni-  
denses propagadas por Donald Trump, também passou a tratar com xenofobia o  
imunizante, colocando que a doença seria criada pelos chineses. Mesmo que a va-  
cina apresentasse eficácia, o governo não deu atenção ao imunizante, só o tendo a  
partir do momento da pressão exercida pelo governo de São Paulo, mediante João  
Dória, que de aliado de Bolsonaro nas eleições de 2018, se tornara inimigo devido  
às disputas eleitorais de 2022, num momento em que Lula ainda não estava total-  
mente reabilitado ao pleito.

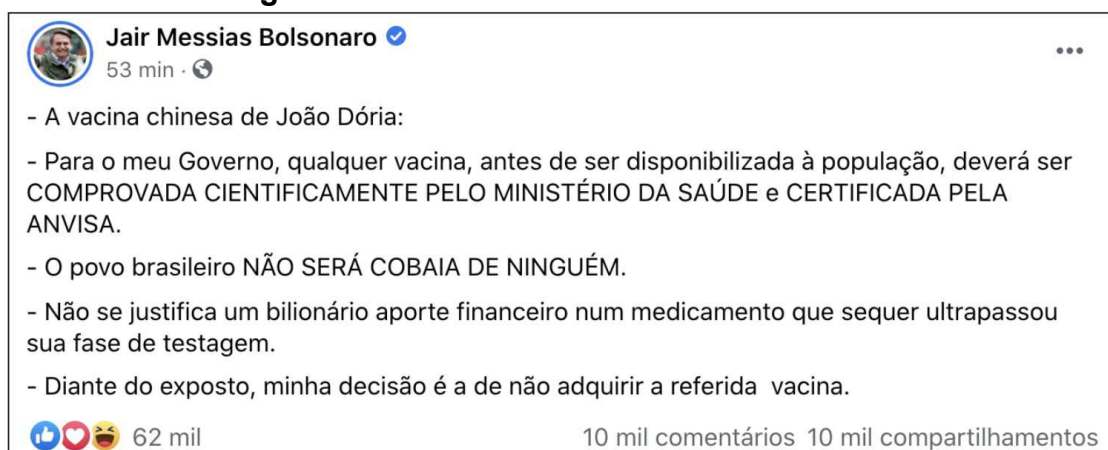
Bolsonaro passou a enxergar em Dória um opositor que poderia desbancar  
sua escalada para a reeleição, enquanto Dória enxergou nos tropeços do governo,  
especialmente na negligência, sabotagem e negacionismo, uma fissura para se co-  
locar como arauto da gestão pública, capitalizando assim, com base na Coronavac,  
um capital político para as eleições de 2022. Essa disputa, em nossa concepção, faz  
parte do que Gramsci entende por pequena política, em contraposição a grande polí-  
tica. Para o marxista sardo, a grande política estaria ligada a questões geopolíticas,



de permanência, alteração e destruição de componentes econômico-sociais. Por outro lado, a pequena política abarca questões cotidianas que ocorrem no interior de uma estrutura estabelecida, é a política do dia-a-dia, das intrigas, e disputas entre frações de classes. O autor também nos alerta do seguinte ponto no seu caderno 13: **Breves Notas sobre a política de Maquiavel**, §5: “[...] é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado (Gramsci, CC13, §5, v.3, 2007, pp.21–22)”.

Ele também nos lembra que é pela grande política que há a tentativa de excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal, reduzindo todos os fenômenos à pequena política, sendo isso, um sinal de derrota das classes subalternas (Coutinho, 2017). Ao trazermos essa reflexão para o âmbito do governo Bolsonaro, e analisando a situação concreta, não podemos afirmar que o governo se ateve meramente à pequena política, em si, a mudança de eixo e posição do Brasil na geopolítica, sua subalternização aos ditames trumpistas explicam esse alinhamento. Por outro lado, é corriqueiro dos bolsonaristas, e do governo, lançar temas que em alguma medida demandam energia para o confronto, por serem disseminadas de modo rápido e fazerem parte do senso comum, a exemplo da própria questão da Coronavac e de pautas morais e reacionárias.

Percebemos que a gestão bolsonarista conseguiu inquirir uma base de fiéis escudeiros que mediante mídias sociais multiplicam intrigas e chama atenção da mídia burguesa. Isso se passou com a Coronavac, denominada pejorativamente pelos bolsonaristas de Coronavachina. Toda a disputa se deu pelo fato de Pazuello argumentar em reunião que teria intenção de assinar com o Instituto Butantan a compra de 46 milhões de doses dessa vacina, que seria envasada e produzida pelo Brasil. Essa parceria entre São Paulo e o Governo Federal irritou Bolsonaro. O ex-presidente chegou a postar em seu twitter que qualquer vacina a ser aplicada no Brasil deveria ser comprovada cientificamente:

**Figura 44** - Twitter de Bolsonaro sobre a Coronavac

**Fonte:** <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-sera-cobaia-da-vacina-chinesa/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

Dias antes da postagem Bolsonaro teria dado sinal verde a Pazuello, que teria cometido o erro de anunciar a compra juntamente com o governo de São Paulo. A pequena política bolsonarista exigia que ele alimentasse sua base e se colocasse contra Dória, mesmo que isso implicasse em deixar milhares de pessoas sem imunização:

Ao ver a repercussão do anúncio da parceria, o presidente ficou possesso. Desde o começo do ano, a relação entre ele e João Dória havia se deteriorado muito. Bolsonaro sentia-se traído por quem, em sua visão, fora eleito surfando na sua onda, pregando o voto 'Bolsodoria'; e Doria atribui aos ataques do presidente as ameaças de morte que ele e sua família vinham recebendo de bolsonaristas (Amado, 2022, p. 228).

Os ataques à vacina e a João Dória continuaram, e como uma forma de se arvorar na Ciência, Bolsonaro passou a argumentar que nenhuma vacina seria usada sem antes passar pela ANVISA. De fato, o procedimento é correto, se não fosse sua intencionalidade, no qual, em essência, a Agência passou a ser usada para sabotar a aprovação da Coronavac:

Não podemos a toque de caixa vacinar o povo, passou pela ANVISA, não há dúvida, nós compraremos essa vacina, não pode ser irresponsável, nunca fui contra a vacina, fui contra, lá atrás, como um chefe de Estado falou aí que ia vacinar de forma obrigatória uma vacina que não tinha sequer, no caso da Coronavac, apresentado a papelada para a ANVISA, quando foi apresentado, a ANVISA levou dez dias, trabalhando sábado, domingo, feriados, quase que vinte

quatro horas por dia, e conseguiram então dizer que ela tinha uma certa efetividade<sup>327</sup>

Em outubro de 2021 Bolsonaro argumenta que a Coronavac não teria comprovação científica, mesmo após aprovação pela ANVISA e aplicada na população. Ele chegou a utilizar como exemplo o Ex-ministro da saúde, Marcelo Queiroga, que ao se vacinar com a Coronavac teria contraído o vírus:

É uma vacina que não tem comprovação científica nenhuma, querem obrigar você a tomar uma coisa que não tem comprovação científica. O ministro Queiroga está nos Estados Unidos vacinado com as duas doses de Coronavac, e contraiu o vírus, eu que não tava vacinado, não contraí. Atestam estudos de que, quem foi contaminado como eu ano passado adquiriu anticorpos, por que quem já contraiu o vírus é obrigado a tomar a vacina ? Será, não estou afirmando, Será que é o lobby das vacinas ? Os interesses das indústrias farmacêuticas ? que tão faturando bilhões com a vacina ? Será ? Porque não tem cabimento, segundo eu vejo estudos, não é eu que tô falando aqui, estudos que quem já adquiriu o vírus e se curou, obviamente, de nada vale a vacina, mas continua a pressão, será que governadores, prefeitos, tão obrigando o passaporte vacinal, tão apoiando o lobby dessas indústrias farmacêuticas ? Eu não tô acusando, tô botando apenas uma interrogação, porque não tem cabimento.<sup>328</sup>

Além de espalhar *fake news* sobre a Coronavac, constatamos também que o governo sabotou as ações do Butantan. Conforme oitava realizada por Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, ainda em 2020 o Instituto havia realizado estudos e parceria com a China para o desenvolvimento de vacinas, ação que foi negligenciada pelo MS:

[...] ofertamos, naquele momento, 60 milhões de doses, que poderiam ser entregues no último trimestre de 2020, 60 milhões de doses, no último trimestre de 2020, julho de 2020! Um pouquinho depois, como não houve aí uma resposta efetiva, nós reforçamos o ofício e, em agosto, nós solicitamos, além de reforçar o ofício, apoio financeiro ao ministério para apoiar o estudo clínico. Um estudo clínico dessa dimensão custa muito caro. Nós tínhamos uma previsão de gastar em torno de R\$100 milhões nesse estudo clínico. Então, nós solicitamos um apoio do ministério, no sentido de que permitisse a gente suportar esses gastos, e solicitamos também um apoio para reformar

<sup>327</sup> <https://youtu.be/e2UtwAYqblc>. Acesso em: 17 abr. 2023.

<sup>328</sup> <https://youtu.be/FRhZZKqZTgM>. Acesso em: 17 abr. 2023.

uma fábrica [...] todas essas iniciativas não tiveram resposta positiva (Senado Federal, 2021g, p. 5).

Covas também relata que no dia 20 de outubro de 2020 fora convidado por Pazuello para uma cerimônia no MS onde a Coronavac seria anunciada como a vacina do Brasil. Entretanto, devido as já mencionadas bravatas de Bolsonaro, o que de fato ocorreu foi a inexistência de um contrato que firmasse o desenvolvimento do imunizante no Brasil. Apesar disso, O Instituto Butantan deu prosseguimento ao desenvolvimento do imunizante arcando com os custos fixos e variáveis da produção. Covas pontuou que no início de dezembro, quando o mundo já tinha iniciado a vacinação, o Instituto tinha cerca de 5,5 milhões de doses prontas e mais 4 milhões em processamento, o que por lógica implicava no fato de que o Brasil poderia estar entre as nações que iniciaram esse processo ainda em 2020:

Poderíamos ter iniciado a vacinação antes do que começou? Nós já tínhamos as doses, estavam disponíveis. E eu, muitas vezes, declarei de público que o Brasil poderia ser o primeiro país do mundo a começar a vacinação, não fossem os percalços que nós tínhamos que enfrentar durante esse período, tanto do ponto de vista do contrato, como do ponto de vista também regulatório. Quer dizer, a regulamentação para uso emergencial das vacinas no Brasil saiu em dezembro pela Anvisa. Em outros países, em meados do ano passado, já existia essa regulamentação. Então, isso também causou aí, vamos dizer, um atraso nesse processo. Poderíamos ter começado antes seguramente se houvesse uma agilidade maior de todos esses atores, se tivéssemos trabalhado em conjunto, o que seria absolutamente normal (Senado Federal, 2021g, p. 7).

É importante destacar que o MS sempre foi, no Brasil, um importante propulsor da questão da imunização, sendo o governo Bolsonaro, desde 1988, o único a não ser ágil nessa demanda. No depoimento de Covas também é possível perceber que essa questão não foi responsabilidade do Butantan, segundo ele, a instituição se esforçou para prestar todas as informações técnicas. Dessa forma, apenas após esses percalços, e diante da pressão pela necessidade de uma vacinação é que em janeiro de 2021 foi firmado um contrato entre MS e Butantan. Esse atraso implicou que 60 milhões de doses fossem aplicadas nos brasileiros e brasileiras, o que em tese, significou que muitas pessoas deixaram de se imunizar, ficando expostas ao vírus, e ocasionalmente adoecendo. Esse fato também se soma ao caso de corrup-

ção do governo em relação à aquisição da vacina da AstraZeneca como poderemos observar a seguir.

### 6.6.3 Corrupção na aquisição da vacina Oxford AstraZeneca

Apensar de sempre colocar que em seu governo não houve corrupção, não foram poucos os casos que foram notícias de integrantes do governo Bolsonaro envolvidos em corrupção. De propinas quem envolveram barras de ouro no Ministério da Educação<sup>329</sup>, às tentativas do próprio Ex-presidente em ficar com joias doadas pelo governo da Arábia Saudita<sup>330</sup> a uma comitiva do governo, é fato que a imagem de um político “outsider” caiu por terra.

A esses casos se soma o fato ocorrido em meio as tratativas de aquisição da vacina da AstraZeneca em plena pandemia. O caso veio a conhecimento do público quando Luiz Paulo Domingueti<sup>331</sup>, representante comercial da empresa Davati Medical Supply realizou entrevista com o jornal Folha de São Paulo, no qual afirmara que teria recebido o pedido de propina de um dólar por dose em troca de um acordo com o MS. Essa propina teria sido cobrada por Roberto Ferreira Dias, que na época exercia a função de direção de logística do MS. Segundo matéria da Folha, a empresa buscou a pasta da saúde para negociar um montante de 400 milhões de vacinas, com uma proposta de US\$ 3,50 por unidade. Posteriormente esse valor alcançaria o patamar de US\$ 15,50. A lógica era que para que o MS adquirisse o imunizante de forma superfaturada, ou seja, acrescido de um dólar. Por essa lógica a propina ficaria em torno de 200 milhões de doses (Rezende, 2021).

Em fevereiro de 2021 em reunião com Roberto Dias, Domingueti teria recebido mais uma proposta para propina. Após a recusa do então representante comercial, a empresa não recebeu ligações do MS. E mesmo após a insistência da Davati, ninguém queria adquirir o imunizante. Para a empresa firmar acordo, teria que dis-

---

<sup>329</sup> Propina em ouro, via bíblia e no pneu: entenda o escândalo dos pastores e ‘gabinete paralelo’ no MEC. Estadão. 23 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/propina-em-ouro-via-biblia-e-no-pneu-entenda-o-escandalo-dos-pastores-e-gabinete-paralelo-no-mec/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

<sup>330</sup> Veja imagens das joias de luxo barradas pela Receita que iriam para Bolsonaro. Folha de São Paulo. 10 de março de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/veja-imagens-das-joias-de-luxo-barradas-pela-receita-que-iriam-para-bolsonaro.shtml> Acesso em: 17 abr. 2023.

<sup>331</sup> Um fato curioso sobre Domingueti é que conforme o Relatório da CP ele é cabo da Polícia Militar, e nas “horas vagas” atua no mercado de insumos de saúde.

ponibilizar propinas para um grupo de pessoas do interior do MS (Rezende, 2021). É importante salientar que as tratativas com para a aquisição da AstraZeneca teve início na gestão Teich, segundo relata em seu depoimento à CPI da pandemia. O Ex-ministro afirma que se o governo tivesse continuado nas negociações poderia ter acesso antecipado aos imunizantes (Senado Federal, 2021d).

Nos chama atenção o fato do governo ter centralizado suas energias nesse imunizante, e ter realizado as tratativas com a empresa Davati mediante um policial militar. Nos parece no mínimo curioso que essa mesma negociata envolva a solicitação de propina. Entendemos que, do ponto de vista de um governo, diante da racionalidade capitalista, que de fato trata a saúde como mercadoria, uma carteira diversificada de opções seria mais seguro para garantir a imunização dos brasileiros e brasileiras, todavia, conforme o próprio relatório da CPI menciona, houve tratamento diferenciado por parte do governo Bolsonaro em relação à AstraZeneca, dando indícios, a partir dos elementos concretos que tivemos a partir da denúncia de propina, que essa atenção teve como intencionalidade atos de corrupção no interior do governo, caso que não aparece apenas nessa negociação, nas tratativas para aquisição da Covaxim esse tema também apareceu como veremos a seguir.

#### **6.6.4 Pressão para aquisição da Covaxim**

Outra vacina que teve indícios de corrupção foi a Covaxin, da empresa indiana Bharat Biotech. Informações do Relatório da CPI indicam que ainda no mês de janeiro de 2020 o Ministério das Relações Exteriores (MRE) relatou visita da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVAC) à Embaixada do Brasil em Nova Delhi com o intuito de conseguir vacinas da Covid-19 para clínicas privadas.

Ao acessarmos o contrato n.º 29/2021 que firma negociação entre a União e a empresa indiana, evidenciamos que o termo de referência indica a aquisição de 20 milhões de doses no valor unitário de 15 dólares. Todavia, segundo o relatório da CPI no contrato com a empresa os valores ficaram de US\$ 40,78 a dose no caso de compra de 2.000 a 7.200 doses; US\$ 38,00 a dose no caso de compra de 7.201 a 12.000 doses; US\$ 36,20 no caso de 12.001 a 50.000 doses; US\$ 34,43 no caso de 50.001 a 100.000 doses; e US\$ 32,71 no caso de compras acima de 100.000 doses. A aquisição dessa vacina, contudo, veio com o fato de que ao contrário das exigên-

cias de Bolsonaro em relação à Coronavac, o governo teria sido flexível, enviando carta ao Primeiro-Ministro da Índia o informando que a vacina havia sido selecionada para compor o PNI, com o detalhe de que a vacina em questão não teria sido administrada em pessoas para verificação de sua eficácia. Nesse mesmo período o governo federal ignorava a Pfizer; Janssen e Moderna, vacinas com testes clínicos finalizados (Senado Federal, 2021c).

No dia 5 de março de 2021 a Precisa enviou seus representantes para a Índia visando negociar a aquisição de vacinas, sendo informada que um total de 37 milhões de doses haviam sido firmadas. Desse total, 20 milhões teriam sido contratadas pela União, conforme já mencionamos, com a opção de aquisição de mais 12 milhões de doses. Acontece que o licenciamento para uso emergencial dessa vacina não dependia apenas da ANVISA, tendo em vista que a Lei 14. 124 de 10 de março de 2021 inclui órgão semelhante, indiano, no conjunto das organizações que permitiriam a autorização automática da vacina no Brasil, desde que fosse registrada na Índia. Basicamente o governo outorgara à sua autonomia para um país estrangeiro, ignorando a função da ANVISA para cancelar a aquisição de imunizantes, o que seria um erro:

Isso é grave porque houve alerta do embaixador brasileiro na Índia, em 5 de janeiro, sobre o processo opaco e acelerado de aprovação da Covaxin, sem dados finais de eficácia, naquele País, para uso emergencial, o que causou forte desconfiança interna, tanto de especialistas, quanto da população. O embaixador relata ainda, em comunicação diplomática de 18 de janeiro, que as autoridades locais informaram relutância nos receptores de doses em assinar o termo de responsabilidade, o que teria levado a índices abaixo de 50% de cumprimento das metas de vacinação nos centros em que essa vacina era oferecida (Senado Federal, 2021c, p. 321).

Contraditoriamente, mesmo sem o registro sanitário da ANVISA, o MS solicitou a importação de 20 milhões de doses, comunicando à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED) da Anvisa ao MPF. Esta informou que não era possível atestar a segurança e eficácia da vacina devido à ausência de rela-

tórios técnicos da empresa indiana.<sup>332</sup> A esse fato se somou a informação de que a ANVISA teria identificado, em inspeção técnica, 29 inconformidades na Bharat Biotech classificadas em três categorias: a) 3 críticas; b) 12 maiores; e c) 14 menores (Brito, 2021). O interesse por uma vacina de má qualidade, rejeitada no país de origem, algo que Bolsonaro sempre criticou quando se referia a aquisição de imunizantes, também é um elemento contraditório da trama bolsonarista.

Nessa mesma linha de ação, Luis Ricardo Miranda (chefe da Coordenação-Geral de Logística do MS) relatou em depoimento ao Ministério Público que sofrera pressão para importar a Covaxin, recebendo mensagens do alto escalão do MS. Também relatou à CPI que a empresa Madison Biotech, com sede em Cingapura, e criada em 2020 tentou receber pagamento adiantada pelas vacinas do MS em relação ao frete e seguro. Essas irregularidades teriam sido levadas até Bolsonaro em março de 2021, que teria se comprometido em acionar a Polícia Federal para investigar o caso, fato que não ocorreu, ação que também não veio do alto escalão do MS.

Mesmo após essas constatações, o governo teria demonstrado interesse em adquirir mais de 50 milhões de doses desse imunizante (Senado Federal, 2021c). Diante da identificação de problemas no contrato com a empresa indiana, além da própria qualidade do imunizante e ausência de informações técnicas, a CGU, mediante a Nota Técnica n.º 1839/2021 identificou fragilidades no contrato; incompletude de informações relacionadas às justificativas dos quantitativos de vacina contratados; impropriedades nas notas fiscais, etc. (CGU, 2021).

Diante do exposto, asseveramos que a relação do governo Bolsonaro com as vacinas foi oportunista, negacionista e sabotadora. Entendemos que na sociabilidade capitalista, conforme já refletimos nesta tese, o imperativo da mercantilização da vida é central, a busca incessante pelo lucro não possui nenhum tipo de humanismo, e nesse ínterim a saúde e a doença são oportunidades para lucratividade. Nesse processo, o que já seria um fenômeno complexo para um governo que segue minimamente os ritos da Administração Pública, no governo Bolsonaro um complexo de contradições, interesses e também incompetência formaram um sistema desastroso que ocasionou em mortes e perdas.

---

<sup>332</sup> Parecer Técnico sobre a Vacina Covaxin –. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/confira-os-materiais-da-reuniao-extraordinaria-da-dicol-desta-sexta-4-6/apresentacao-ggmed-covaxin.pdf/view>. Acesso em: 17 abr. 2023.



No caso específico da aquisição dos imunizantes, não temos dúvidas que se o governo tivesse incentivado instituições como Fiocruz e Butantan, somado aos esforços de aquisição de tecnologias, insumos e firmamento de contratos com vacinas avaliadas por métodos científicos, muitas vidas poderiam ter sido salvas, e a pandemia no Brasil não seria uma marca deletéria na história de nossa formação econômico-social.

Em cima desses elementos, resgatamos o caos sanitário que ocorreu em Manaus, por visualizarmos esses elementos que apontamos de modo concreto a partir de uma rama desastrosa que a gestão bolsonarista promoveu. Dessa forma, temos por intenção no próximo tópico evidenciar que a crise sanitária da ausência de oxigênio e a conseqüente morte de pessoas por asfixia em Manaus teve como responsabilidade também o governo federal. Analisamos que a intenção da política bolsonarista era tornar o Brasil uma grande Manaus em crise sanitária, o que multiplicaria nossos óbitos a um número bem maior que os mais de 600 mil óbitos que tivemos.

### **6.7 Manaus: retrato do que seria o Brasil com a lógica bolsonarista**

O colapso do sistema de saúde manauense em meio à pandemia da Covid-19 foi um duro golpe contra os brasileiros e as brasileiras. Na verdade, podemos falar de dois principais colapsos, um primeiro ocorrido entre abril e maior de 2020, com o aumento abrupto de óbitos, que ganhou projeção nacional com imagens de cadáveres ao lado de pacientes em Estado grave, e um segundo colapso que ocorreu entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com a falta de oxigênio hospitalar e óbitos por asfixia.

Nesse sentido, para os propósitos de nossa tese, teceremos considerações sobre o que ocorreu em Manaus como uma forma de evidenciarmos como a política bolsonarista atuou na região, especialmente no segundo colapso do sistema de saúde. Captaremos alguns fatos cronologicamente de modo que o leitor visualize o que ocorreu em Manaus. Isso nos ajuda a entender também a função da gestão bolsonarista na promoção do colapso sanitário da região.

### 6.7.1 Cronologia do colapso manauense

No dia 23 de março de 2020 o Estado do Amazonas decretou calamidade pública mediante o decreto n.º 42.100/20. Mesmo com esse decreto, o número de óbitos foi tamanho que imagens de valas comuns apareceram na mídia:

**Figura 45** - Covas abertas no Cemitério Parque de Manaus



**Fonte:** Sandro Pereira/Fotoarena/Agência O Globo<sup>333</sup>

Conforme o Ministério Público Federal (MPU), a situação foi informada ao MS em abril de 2020, que na época tinha Nelson Teich como ministro da saúde. O MS teria organizado visitas técnicas às unidades hospitalares de Manaus, relatando deficiências:

---

<sup>333</sup> Enterros triplicam, e cemitério de Manaus abre valas comuns para vítimas do coronavírus. Folha de São Paulo. 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/enterros-triplicam-e-cemiterio-de-manaus-abre-valas-comuns-para-vitimas-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

[...] a primeira onda de contaminação pelo novo coronavírus evidenciou todas as dificuldades do sistema de saúde amazonense: (a) quantidade reduzida de unidades de UTIs, todas elas concentradas na capital do Estado; (b) número insuficiente de profissionais da saúde relativamente à população atendida, em especial de médicos e, dentre eles, de intensivistas; (c) risco de escassez de equipamentos de proteção individual e de insumos necessários no combate à pandemia; (d) dificuldades logísticas em virtude da distância geográfica entre Manaus e as demais metrópoles nacionais; (e) dificuldade ainda maior no que atine ao interior do Estado, em virtude das restrições de acesso; e (f) vulnerabilidade epidemiológica da população indígena (MPF, 2021, pp.4-5).

Pelo que entendemos, as autoridades públicas desde o primeiro semestre de 2020 tinham conhecimento das condições concretas do Estado do Amazonas, e em específico do município de Manaus. Ainda consoante o MPF, essa situação era tão conhecida que no dia 23 de novembro de 2020 a secretaria de Saúde do Estado do Amazonas pactuou com a empresa White Martins acréscimo de 21% sobre o oxigênio hospitalar para atender a demanda na região.

Conforme o inquérito 4.862 do Distrito Federal, tendo como relator o ministro do STF Ricardo Lewandowski, o Ex-Ministro Pazuello detinha informações de dezembro de 2020 sobre o aumento dos casos de infecção. A ação de Pazuello, naquele período, foi o envio de representantes do MS apenas no dia 3 de janeiro de 2021, com uma semana após a notificação da situação. O documento **Ações emergenciais decorrentes do agravamento dos casos da Covid-19 no Estado do Amazonas**, datado de 6 de janeiro de 2021, e assinado por Pazuello descreve a seguinte situação:

Este Ministério, acompanhando o número de hospitalizações motivadas pela Covid-19 em Manaus, AM, observou, naquele Município, um aumento de casos a partir já da semana do Natal de 2020, com significativo aumento a partir de 27 de dezembro, quando o número de hospitalizações dobrou, em relação à semana anterior (36 casos em 20 de dezembro, versus 88 casos, em 27 de dezembro) (<https://localizasus.saude.gov.br/>). Em 28 de dezembro, o Ministro da Saúde reuniu seu secretariado e principais assessores para tratar do tema e planejar ações compatíveis com essa evolução das hospitalizações. Decidiu-se, então, pelo envio, a Manaus, de um dos secretários, formado em medicina, para avaliar a situação logo após a virada do ano. Escolheu-se, para a tarefa, a Secretária de Gestão do Traba-

lho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro. Decidiu-se por realizar a viagem apenas após o ano novo, em virtude do início de mandato de gestores municipais e de possíveis trocas de secretariado (Ministério da Saúde, 2021, p.2.).

Em 3 de janeiro de 2021 houve um aumento de 159 hospitalizações, no dia seguinte o governo se reuniu com Wilson Miranda Lima (União Brasil), governador do Amazonas, e com Davi Almeida (Avante), prefeito do município de Manaus, além do secretário estadual de saúde, Marcellus José Barroso Campêlo; e da secretária municipal de saúde, Shádia Hussami Hauache Fraxe.

Nesse reunião as principais conclusões que a própria pasta da saúde teve foram concentradas em sete pontos: a) iminente possibilidade de colapso do sistema de saúde manauense; b) deficiência resolutiva na Atenção Primária à Saúde por não estarem utilizando as orientações de intervenção precoce (leia-se “tratamento precoce”) recomendadas pelo MS; c) dificuldade na aquisição de materiais de consumo hospitalar; d) dificuldade na contratação de profissionais com habilitação para atuação nas UTIs; e) necessidade de estruturação de leitos de UTI; f) taxa de ocupação crítica nos leitos de UTI; g) estimativa de aumento substancial de casos entre 11 a 15 de janeiro de 2021.

No dia 8 de janeiro Pazuello recebeu um e-mail da empresa fornecedora de cilindros de oxigênio para Manaus, a White Martins, relatando o esgotamento dos estoques. Nesse mesmo dia o MS transportou cerca de 150 cilindros de oxigênio hospitalar para Manaus mediante contato estabelecido entre a secretaria municipal de saúde. Em 10 de janeiro Pazuello e militares da pasta chegam a Manaus, o Ex-Ministro conhece as instalações da White Martins e recomenda que os infectados procurem “tratamento precoce” (Cruz, 2021).

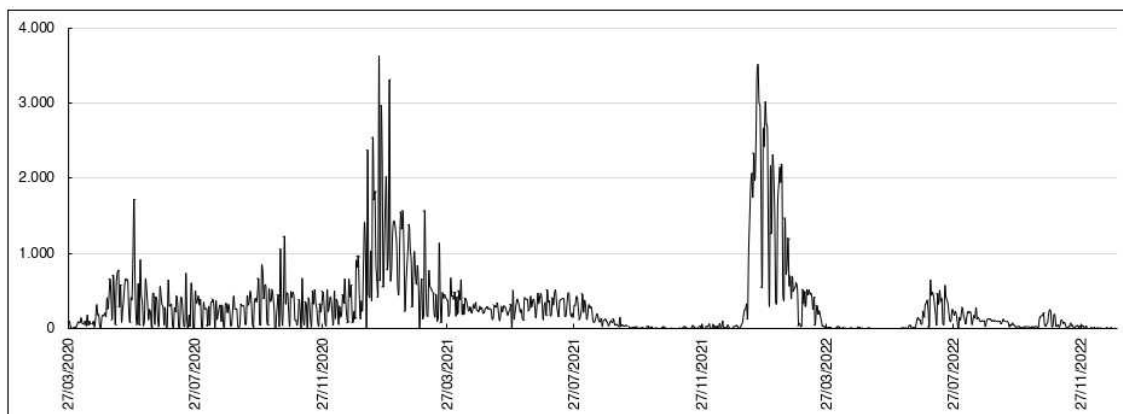
No dia 11 de janeiro de 2021 houve uma reunião entre Pazuello e a White Martins. Após essa reunião, no mesmo dia, Lourival Nunes, um dos diretores da empresa, enviou e-mail pedindo apoio para a logística no transporte de oxigênio gasoso e líquido, além de equipamentos. Os destinatários dessa mensagem foram identificados como sendo: o comitê de crise do governo do Amazonas e o coronel Nivaldo de Moura Filho (diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde). Em 14 de janeiro o MS entrega hidroxyclorequina para Manaus. Essa en-

trega estava vinculada à ideia de “tratamento precoce” conforme consta documento da Procuradoria Geral da República (PGR):

Relativamente à atuação do titular da Pasta da Saúde para enfrentamento da crise sanitária, a inicial acrescenta que chama atenção a informação segundo a qual, em 14/1/2021, houve entrega de 120 mil unidades de hidroxiclороquina como medicamento para tratamento da Covid-19. Além disso, noticiou que a distribuição de cloroquina 150mg, como medicamento para tratamento da Covid-19, foi iniciada em março de 2020, inclusive como indicação para o “tratamento precoce” da doença, sem, contudo, indicar quais os documentos técnicos serviram de base à orientação (PGR, 2020, p. 3).

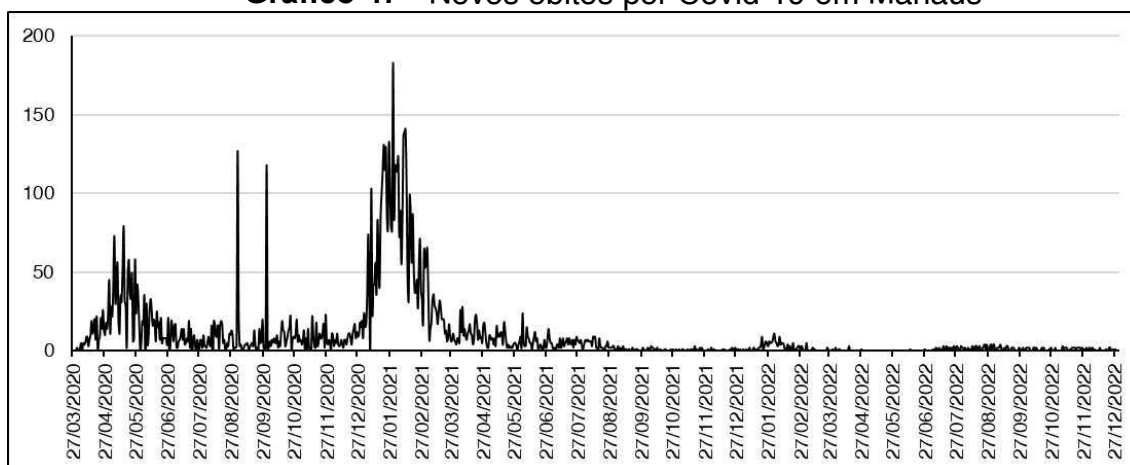
Voltaremos a esse ponto da distribuição da hidroxiclороquina mais a frente, tendo em vista que ele merece um tópico a parte para podermos evidenciar melhor a tática da gestão bolsonarista. Dessa forma, no dia 14 de janeiro de 2021 há uma mobilização de artistas e influenciadores digitais na internet para a aquisição de cilindros de oxigênio para Manaus. No dia 15 os cilindros começam a chegar, contudo, o sistema hospitalar já estava em colapso. Nesse mesmo dia se inicia a transferência de pacientes de Manaus para outras cidades do Brasil. No dia 18 o governo da Venezuela envia para Manaus um total de 132 mil metros cúbicos de oxigênio medicinal distribuídos em cinco caminhões. Só no dia 23 de janeiro de 2021 é que Pazu-ello retorna à cidade. Ocorre que, devido ao esgotamento de oxigênio a crise se alastra pelo Estado do Amazonas (Cruz, 2021).

Conforme os dados epidemiológicos do município de Manaus, podemos evidenciar que o mês que apresentaram os maiores registros de novos casos da Covid-19 foi janeiro, tanto no ano de 2021, quanto no de 2022:

**Gráfico 46 - Novos casos da Covid-19 em Manaus**

**Fonte:** Coronavírus Brasil. Elaboração própria

Com relação aos novos óbitos percebemos que os maiores registros ficaram no mês de janeiro e fevereiro de 2021, com destaque para os dias 30 (183 novos óbitos); 11 de fevereiro (141 novos óbitos) e 10 de fevereiro (137 novos óbitos):

**Gráfico 47 - Novos óbitos por Covid-19 em Manaus**

**Fonte:** Coronavírus Brasil. Elaboração própria.

Salientamos que esse aumento de óbitos e casos ocorreu no mesmo período em que a variante P.1 do Sars-Cov-2 foi descoberta. Esse fato ocorreu no dia 9 de janeiro de 2021, identificada inicialmente no Japão mediante viajantes que estiveram em Manaus. Essa identificação alertou os pesquisadores brasileiros, que mesmo diante da ausência de uma vigilância genômica por parte do Governo Federal, identi-

ficaram essa variante em amostras de pacientes do município coletadas ainda em dezembro de 2020<sup>334</sup>.

Nos primeiros dias de janeiro de 2021 morreram cerca de 1.654 pessoas no Estado do Amazonas, quantitativo superior a soma dos óbitos que ocorreram entre abril e dezembro de 2020. No final do mês de janeiro esse quantitativo alcançou a soma de 7 mil óbitos.<sup>335</sup> Em Manaus observamos que os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021 foram os mais letais, juntos somaram 5.567 óbitos.

Os atrasos, negligências e o negacionismo científico do governo federal se somou, na região, às condições deletérias de vida imbricadas na determinação social do processo saúde-doença. O Índice de Progresso Social (IPS) que mede o desempenho social e ambiental no território aglutinados em três dimensões: a) necessidades humanas básicas; b) fundamentos para o bem-estar e c) oportunidades, aferiu que em 2018, na Amazônia Legal, esse índice foi de 56,52, em comparação com os 67,18 da média nacional para o mesmo ano. A região enfrenta problemas vinculados ao saneamento básico; acesso à água tratada; deficiência na educação superior; agravamento da segurança pública; pouca garantia dos direitos individuais e aumento do desmatamento. Em termos municipais, Manaus apresentou um IPS de 64,18 (inferior à média nacional), mas superior ao da região amazônica<sup>336</sup>.

Destaca-se também que em Manaus há moradias que se caracterizam como precárias, e que ficam localizadas próximo de cursos de rios que transpassam a cidade em áreas de planalto (Maciel, 2016). Dados do IBGE indicam que mais de 53,38% dos domicílios do município fazem parte de aglomerados subnormais, ou seja, estão em ocupações irregulares em áreas urbanas, caracterizados por padrão urbanístico irregular e apresentam carência de serviços públicos essenciais<sup>337</sup>.

Com base nos dados de janeiro de 2020 é possível evidenciar que em Manaus a cobertura do Estratégia Saúde na Família (ESF) era de apenas 39,36%; e a

---

<sup>334</sup>Boletim epidemiológico especial n.º 52 do MS. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_52\\_final2.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf). Acesso em: 19 abr. 2023.

<sup>335</sup>Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca. 4 de março de 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Acesso em: 20 abr. 2023.

<sup>336</sup>Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2018. Disponível em: <https://ipsamazonia.org.br/publicacao>. Acesso em: 20 abr. 2023.

<sup>337</sup>Para conferir os dados sobre aglomerados subnormais acessar: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>. Acesso em: 21 abr. 2023.

cobertura da Atenção Básica, de 51,47%<sup>338</sup>. Com o Previne Brasil, esse cenário ficou ainda mais complexo em Manaus, tendo em vista que ao compararmos os cenários de transferência de recursos é possível observar perda para o município (Mendes; Melo; Carnut, 2022).

Constatamos que a junção desses elementos concreto-materiais, que em si fazem parte da determinação social do processo saúde-doença, junto à negligência dos entes públicos, em especial do governo Bolsonaro, assim como o negacionismo propalado por esse governo com a indicação do “tratamento precoce” na região, foram variáveis para a tragédia manauense, que era anunciada por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil.

Em termos da gestão, o MPF mediante o Inquérito Civil nº 1.13.000.000061/2021–04 contra Eduardo Pazuello; Mayra Isabel Correia Pinheiro (Ex-Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde do Ministério da Saúde); Luiz Otávio Franco Duarte (Ex-Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde); Hélio Angotti Neto (Ex-Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde); Marcellus José Barroso Campelo (Ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas) e Francisco Ferreira Máximo Filho (Ex-Coordenador do Comitê de Crise), apontou omissão em termos de gestão, e também de forma planejada, a indicação do “tratamento precoce” como uma solução para Manaus:

[...] entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, diante do recrudescimento da pandemia da Covid-19 no Estado do Amazonas, omitiram-se no cumprimento de seus deveres, ao retardar o início das ações do Ministério da Saúde no Estado, ao não supervisionar o controle da demanda e do fornecimento de oxigênio medicinal nas unidades hospitalares do Amazonas, ao não prestar ao Estado a necessária cooperação técnica quanto ao controle de insumos, ao retardar a determinação da transferência de pacientes à espera de leitos para outros Estados, ao realizar pressão pela utilização “tratamento precoce” de eficácia questionada no Amazonas e ao se omitir em apoiar o cumprimento das regras de isolamento social durante a pandemia (MPF, 2021, p. 2).

---

<sup>338</sup> As referidas coberturas podem ser acessadas em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/reIHistoricoCoberturaAB.xhtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.



Tudo nos indica que, embora a aparência de negligência e ineficiência administrativa” seja factível, pensamos também que não se tratou apenas disso, mas de ações planejadas visando ter Manaus como um laboratório bolsonarista ao ar livre, caso, na lógica do Governo Federal, a estratégia negacionista desse certo, seria utilizada como exemplo e caso para todo o Brasil, criando ainda mais proximidade d governo com setores bolsonaristas mais fieis, e fazendo dessa lógica uma política de governo.

### **6.7.2 A política bolsonarista em Manaus**

Manaus se tornou o que as ações bolsonaristas pleiteavam para o Brasil: um misto de incompetência administrativa; negligência; negacionismo científico para com as recomendações de especialistas em saúde pública, e o uso da população como cobaias em relação ao “tratamento precoce”.

No dia 23 de dezembro de 2020 o Estado do Amazonas, mediante o Decreto 43.234 estabeleceu que shoppings; estabelecimentos flutuantes; bares e comércio não essencial parassem suas atividades por um período de 15 dias como uma forma de conter a onda de crescimento de casos da Covid-19. O decreto também incidiu sobre a realização de reuniões comemorativas, inclusive de Ano Novo, nos espaços públicos, clubes e condomínios; eventos de formatura, aniversários e casamentos, independentemente da quantidade de público (Amazonas, 2020).

Diante desse decreto, houve protestos de comerciantes, funcionários de lojas, trabalhadores e trabalhadoras informais. Frente à pressão popular, o governador Wilson Lima (União Brasil) emitiu o Decreto n.º 43.236 que liberou o comércio em geral, estabelecendo algumas restrições de horários. Avaliamos que o próprio Governo Bolsonaro exerceu essa pressão, não apenas em Manaus, mas em todo o Brasil num conflito federativo sobre o estabelecimento dessas restrições.

Para o governo, desde o início da pandemia, a defesa de ideias como o isolamento vertical e a continuidade das atividades comerciais para a realização do fluxo de mercadorias foi uma máxima. Essa tônica se tornou o carro chefe da argumentação bolsonarista: ao se colocarem como defensores da vida e da economia, os integrantes do governo, a exemplo de Pazuello, e o próprio Bolsonaro, faziam

chacota da questão do isolamento social, sempre colocando em tons de deboche a máxima **“Fique em casa, a economia a gente vê depois”**:

O povo tem que voltar a trabalhar, e quem não quiser trabalhar, que fique em casa, porra! Fica em casa. Ponto final. Agora para ser politicamente correto, ninguém fala nada, ou fica adotando essas medidas de isolamento total. É muito bom, chegar em casa tem danoninho, tem carne de primeira, tem tudo em casa, tem segurança, tem tudo em casa, então ele pode falar isso aí.<sup>339</sup>

Pessoal, quando se fala lá atrás, há setenta, oitenta dias, sobre essas questões aí do vírus no Brasil, eu falei que, vamos cuidar de vidas, mas vamos nos preocupar com questões do emprego. Apanhei até não querer mais, eu acho que oitenta por cento da população ficou contra mim, usavam aquela máxima: fique em casa, economia você recupera, vida não. Agora, você sabe o que é efeito colateral, todo remédio que você toma tem efeito colateral, se for demais, pode ser até morte. Cuidar da vida, sim, agora, a questão do desemprego, que aumentou muito no Brasil, a gente não pode chamar o pessoal informal de empregado mínimo né, o informal que trabalhava, 38 milhões tiveram sua renda reduzida, foi a zero. Quem é que vende biscoito globo na praia de Copacabana, ou na Barra da Tijuca, ou no Rio ? Ninguém vende, é tanto que a Fábrica de biscoitos Globo fechou. Esse cara, a renda dele, zero! Se ele faturava dois mil reais por mês, passou pra zero. Quem é que vende mate aí no estádio de futebol, vai ver lá um Arruda no Ceará, não é isso ? Pernambuco! Vai no Arruda lá assistir um jogo do Santa Cruz e Náutico ? Não vai, então aquele cara que vendia ali Mate, uma coisa qualquer, a renda dele passou a zero, aquele cara que vendia ali o churrasquinho de gato na praça, esse passou de mil por mês, para talvez, duzentos. E assim foi, segundo a OIT na América do Sul, esse pessoal perdeu oitenta por cento da sua renda. Quem ganhava mil passou pra duzentos, quem ganhava dois mil passou pra quatrocentos, em média, teve gente que foi pra zero, outros foi pra metade.<sup>340</sup>

Se num nível aparente o próprio Ex-presidente expressou uma suposta preocupação com a questão da empregabilidade no Brasil, fato que numa primeira aproximação tem elementos materiais-concretos. Em essência, o que Bolsonaro atestou é a própria incapacidade de a sociabilidade capitalista prover elementos materiais para a sobrevivência dos indivíduos num período de crise sanitária, sendo preferível, para a circulação de mercadorias, e conseqüentemente realização do capital, o sacrifício de vidas humanas a serem expostas ao Sars-Cov-2.

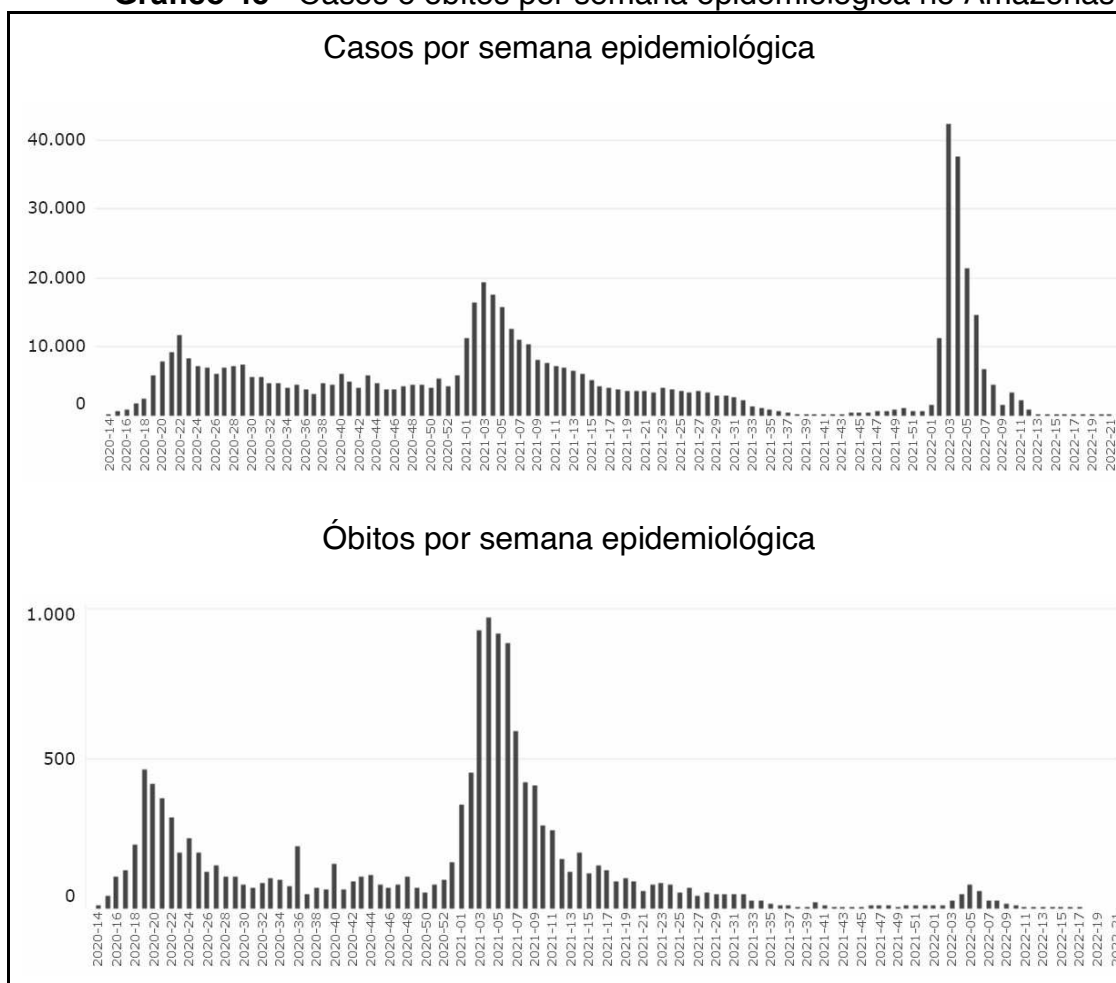
<sup>339</sup> <https://youtu.be/PE7c9MySioU>. Acesso em: 15 mai. 2020.

<sup>340</sup> <https://youtu.be/rSO0DszwUbA>. Acesso em: 06 jun. 2020.

Atesta-se a incapacidade do Estado capitalista em prover condições mínimas para a reprodução humana, e que em formações econômico-sociais dependentes, como a brasileira, no qual nunca houve nada próximo de um Estado de bem-estar social, implica num grau de severidade maior sobre as classes trabalhadoras e grupos subalternos em termos de superexploração da força de trabalho.

Contudo, mesmo diante da pressão bolsonarista para a flexibilização das atividades comerciais e circulação de pessoas e mercadorias, houve o colapso no sistema de saúde, forçando a justiça do Estado do Amazonas emitir a suspensão das atividades comerciais totalmente (atividades não essenciais) por quinze dias. O governador do Amazonas emitiu o Decreto n.º 23.282 de 14 de janeiro de 2021 que estabeleceu a restrição provisória por dez dias da circulação de pessoas em espaços e vias públicas em todo o Estado entre às 19 horas e às 6 horas.

Destacamos que no dia 27 de janeiro o prefeito de Manaus e o seu Secretário de Saúde foram presos devido à ingerência sanitária com o Covid-19 (Barreto, et al., 2021). Ao observarmos os dados epidemiológicos do Estado do Amazonas por semana, perceberemos que as semanas em que concentraram os maiores índices de casos se localizam nos meses de janeiro de 2021 e de 2022; já com relação aos óbitos nos meses de maio de 2020 e janeiro de 2021:

**Gráfico 48 - Casos e óbitos por semana epidemiológica no Amazonas**

**Fonte:** Elaboração própria.

**Dados:** <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>.

Acesso em: 24 abr. 2023

Essa configuração de casos e óbitos implicou que o ano de 2021 se apresentou os maiores índices registrados em comparação com 2020 e 2022:

**Tabela 22 - Dados epidemiológicos agregados por ano no Amazonas**

Ano	Casos	óbitos	Incidência		Mortalidade		Letalidade
			Taxa por 100.000 habitantes				
2020	201.867	5.325	4.871		128		2,6%
2021	231.983	8.511	5.597		205		3,7%
2022	191.014	582	4.609		14		0,3%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Dados:** <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>.

Acesso em: 24 abr. 2023

Mesmo com esse panorama, no dia 14 de março Bolsonaro e Pazuello em live no canal oficial do Ex-Presidente argumentaram que o “tratamento precoce”, con-

forme preconizado pelo CFM e instâncias regionais, e acatada pelo MS, tinha se mostrado eficaz no combate ao Covid-19. Para as duas figuras públicas em questão, o diagnóstico clínico adicionado de um tratamento mais rápido com hidroxicloroquina deveria estar disponível em toda rede pública de saúde.

Segundo Pazuello, Manaus teria chegado ao colapso por não realizar o diagnóstico clínico com o “tratamento precoce”, elementos que se somaram à precária estrutura hospitalar (Breda, 2021). Na mesma direção, Bolsonaro no dia 17 de janeiro de 2021 argumentou que não poderia fazer nada sobre a situação do Amazonas porque o STF teria proibido o Governo Federal de participar ativamente da gestão sanitária nos municípios e Estados:

O vírus ainda é uma questão desconhecida de grande parte por nós, eu gostaria de estar podendo participar ativamente dessa questão. Mas, em abril do ano passado eu fui simplesmente proibido pelo Supremo Tribunal Federal de participar das ações que passaram então a ser de responsabilidade exclusiva de governadores e prefeitos. É o caso de Manaus, é semana passada a temperatura subiu e Manaus já os problemas começaram a aparecer conversei com o ministro Pazuello e ele na segunda de manhã foi para para Manaus e por lá permaneceu por três dias e tomou pé ,não só tomou pé da situação caótica se encontrava ali a capital é bem como tomou providências a respeito apesar de ter está proibido tomar muitas medidas no combate ao coronavírus.<sup>341</sup>

A transcrição acima revela pelo menos dois elementos: a) o primeiro diz respeito à suposta proibição de atuar na pandemia, o Supremo reafirmou que tanto a União, quando Estados, municípios e o Distrito Federal apresentam competências específicas no trato com a saúde, e em especial na mitigação da reprodução do Sars-Cov-2. Dessa forma, seria responsabilidade de todas as instâncias federativas ações que beneficiem a população na crise sanitária<sup>342</sup>, b) o segundo referente ao fato do o governo Bolsonaro impugnar às medidas de isolamento social praticadas pelos distintos entes da federação como uma forma de colocar em prática sua lógica negacionista de enfrentamento à crise sanitária.

---

<sup>341</sup> <https://youtu.be/JSmTzQearO8>. Acesso em: 17 jan. 2021.

<sup>342</sup> Esclarecimento sobre decisões do STF a respeito do papel da União, dos estados e dos municípios na pandemia. STF. 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=458810>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Na essência, não podemos afirmar inteiramente que o governo Bolsonaro foi negligente, ineficiente e ineficaz, se numa aparência administrativa e institucionalista nos prendermos apenas esse aspecto, deixaremos de enxergar a essência do processo no tocante ao fato de que, ao objetivo de disseminação de *fake news*, indução ao suposto “tratamento precoce”, promoção de conflitos entre o governo federal e as demais instâncias da federação, e a disseminação da Covid-19 por todo o território nacional, a gestão bolsonarista foi eficiente e teve êxito.

No caso de Manaus, a comitiva do MS que em dezembro de 2020 visitou à região, não realizou medidas com antecedência e acurácia, tiveram como diagnóstico que o município chegou à situação de colapso devido ao **não uso precoce de medicamentos como a hidroxicloroquina**. Embora a população do norte do Brasil use o medicamento para prevenção da malária, isso não justifica o seu uso para uma doença como o Covid-19. E cabe salientar que, mesmo após reiteradas observações de instituições como a OMS, e a próprio Fiocruz, o governo Bolsonaro insistiu nessa lógica ao ponto de lançar um aplicativo denominado como **TrateCOV**, que recomendava o “tratamento precoce” de forma automática às pessoas. Esse aplicativo foi lançado em Manaus, disponibilizado pelo MS como afirmara o próprio governo:

Diante do cenário epidemiológico atual, a capital do Amazonas foi escolhida para estrear o TrateCOV. A prefeitura de Manaus, com apoio do Governo do Amazonas, está em processo de exportação do cadastro dos médicos para a plataforma. Até o momento, 342 profissionais já foram habilitados. Além disso, serão instaladas tendas ao lado dos postos de saúde em Manaus, onde profissionais serão capacitados para utilizar a ferramenta e atender rapidamente aos pacientes que chegam às unidades com sintomas da Covid-19. Assim que terminar o processo de cadastro e capacitação, o TrateCOV entrará em ação para auxiliar os médicos de todas as unidades de saúde do município. Depois desta experiência, o aplicativo poderá ser ampliado para outras regiões do País.<sup>343</sup>

Sua função era o acesso de usuários a um sistema para realização de uma consulta on-line mediante *scores* de pontuação. Ao preencher uma série de indica-

---

<sup>343</sup> TrateCOV: aplicativo auxilia médicos no diagnóstico da Covid-19. 14 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/tratecov-aplicativo-auxilia-medicos-no-diagnostico-da-covid-19>. Acesso em: 24 abr. 2023.

dores o usuário obtinha como resposta o “tratamento precoce”. Ocorre que, para qualquer sintoma colocado no sistema o aplicativo indicava o Kit Covid (Bolzan, 2022). De acordo com Relatório do TCU que investigou o aplicativo, pelo menos sete medicamentos eram indicados:

Constatou-se também que, quando recomenda “tratamento precoce”, o Tratecov apresenta sempre a mesma lista de sete medicamentos — Disfosfato de Cloroquina, Hidroxicloroquina, Ivermectina, Azitromicina, Doxiciclina, Sulfato de Zinco e Desametazona — e a posologia (dose e frequência de uso) sugerida é sempre a mesma para quatro das medicações — Disfosfato de Cloroquina, Hidroxicloroquina, Azitromicina e Doxiciclina (TCU, 2021, p. 2).

O governo Bolsonaro chegou a argumentar que o aplicativo tinha sido violado por algum *hacker* e que essa ação teria modificado a estrutura do *software*, argumentação esta que não foi corroborada pela análise do TCU. Pelo que sabemos, o aplicativo de fato foi lançado em Manaus no dia 11 de janeiro de 2021, todavia, após dez dias de funcionamento o CFM emitiu uma nota de esclarecimento com o seguinte conteúdo:

Após análise feita por conselheiros e assessores técnicos e jurídicos sobre o aplicativo TrateCov, recém lançado para auxiliar as equipes na coleta de sintomas e sinais de pacientes possivelmente infectados pela covid-19, o Conselho Federal de Medicina (CFM) alertou ao Ministério da Saúde sobre as seguintes inconsistências na ferramenta: Não preserva adequadamente o sigilo das informações; Permite seu preenchimento por profissionais não médicos; Assegura a validação científica a drogas que não contam com esse; reconhecimento internacional; Induz à automedicação e à interferência na autonomia dos médicos; Não deixa claro, em nenhum momento, a finalidade do uso dos dados preenchidos pelos médicos assistentes. Diante do exposto, o CFM pediu ao Ministério da Saúde a retirada imediata do ar do aplicativo TrateCov<sup>344</sup>

Segundo informações que obtivemos do Relatório Final da CPI da Covid-19, a ideia da construção do TrateCOV teria partido de Mayra Pinheiro, médica que ficou conhecida nacionalmente como “Doutora Cloroquina”, que na época conduzia a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), a convite do Ex-

---

<sup>344</sup> CFM. Nota de esclarecimento. Brasília. 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Nota-aplicativo-TrateCov-21.01.2021-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Ministro da Saúde Henrique Mandetta. Em sua oitava à CPI Mayra utilizou à argumentação do CFM no tocante a autonomia do médico para o tratamento dos pacientes, apesar de colocar que o MS nunca teria indicado tratamento para o Covid-19, o que observamos nesta Tese, ser uma argumentação falsa:

A princípio, é preciso que nós deixemos claro que o Ministério da Saúde nunca indicou tratamentos para a Covid. O Ministério da Saúde criou um documento juridicamente perfeito que é a Nota Orientativa nº 9, que depois se transformou na Nota Orientativa nº 17, onde nós estabelecemos doses seguras para que os médicos brasileiros, no exercício da sua autonomia, pudessem utilizar esses medicamentos com o consentimento dos seus pacientes e de acordo com o seu livre arbítrio. Foram essas as nossas orientações. Se o senhor me perguntar o que os médicos brasileiros e os médicos do mundo, dos países que vêm fazendo esse tipo de tratamento off-label ou uso compassivo, utilizaram como referencial, eu trouxe aqui e deixo à disposição dos senhores mais de 2,4 mil artigos impressos que referendam as metanálises hoje existentes no mundo, mostrando as evidências que todos nós queremos (Mayra Pinheiro *apud* Senado Federal, 2021f,p.215).

É válido salientar que a OMS em julho de 2020 já havia suspenso estudos sobre a hidroxiclороquina. Mayra argumentou que o Brasil teria autonomia em relação à organização, e que as pesquisas realizadas pela OMS teriam falhas, tendo em vista que foram embasadas em tratamentos tardios, o que segundo a médica era sintomático de uma metodologia frágil. Em que pese esse fato, a médica defendeu, conforme demonstrado na CPI, a tese da imunidade de rebanho juntamente com o isolamento vertical, uma tese amplamente divulgada pela gestão bolsonarista da crise sanitária, conforme transcrição de sua fala:

Nós tínhamos que, no início da doença, ter deixado isolados os nossos idosos, as pessoas de grupos de risco e, garantidos os equipamentos de proteção individual (EPIs), deixar que as nossas crianças frequentassem as escolas, deixar que o comércio, a indústria, os estabelecimentos comerciais funcionassem com as orientações de distanciamento social. Porque nós criamos, mantendo todas as pessoas em casa, naquelas cidades, que, até por medidas coercitivas, agiram como legisladores em Estado de exceção, foi causar mais pânico na sociedade. Nós atrapalhamos a evolução natural da doença naquelas pessoas que seriam assintomáticas, como as crianças, e que a gente teria um efeito rebanho. Estamos lutando para que a gente possa aplicar a ciência, inclusive na orientação dessas medidas de isolamento social (Vasconcellos, 2021).



Conforme já relatamos nesta tese, a imunidade de rebanho é uma visão perigosa. Ao desconsiderar a dialética existentes nos patógenos, preconiza a liberdade de reprodução viral e contágio como uma forma de autorregulação epidemiológica. Ao ignorar que os vírus passam por mutações, e que a reinfeção é um dado concreto, conforme demonstra o caso manauense, acaba colocando em risco a vida das pessoas.

Um ponto que também merece destaque, antes de entrarmos na questão da relação no aplicativo TrateCOV e a médica Mayra é o fato de que, como uma das médicas que esteve no MS desde a gestão Mandetta, ela esteve presente no primeiro colapso do sistema de saúde de Manaus entre abril e maio de 2020, portanto, detinha informações sobre a situação da região. Mesmo assim, diante do segundo colapso entre dezembro e janeiro de 2021, tanto ela, quanto Pazuello, argumentaram que não tinham informações sobre o cenário local, fato minimamente curioso para gestores em saúde, que se diga de passagem, já sabiam da situação complexa da região em 2020.

No tema relacionado ao TrateCOV é preciso também destacar que Mayra, como responsável pela questão da formação dos profissionais de saúde que foram para Manaus, induziu a recomendação do uso de Hidroxicloroquina, chegando a prescrever o medicamento para mulheres grávidas à nebulização, fato que ocasionou na morte de uma paciente amazonense.<sup>345</sup> Ao que sabemos, sua equipe na SGTES foi responsável pela criação do aplicativo, e segundo Mayra, o contexto de sua elaboração teria se dado diante da crise de saturação do sistema de saúde e da ausência de testes, que inclusive, seria uma responsabilidade do próprio MS:

Diante desse contexto — da supersaturação, da ausência de testes, de demanda reprimida, de falta de medicamentos e falta de recursos humanos —, nós tivemos conhecimento do AndroCov, uma publicação científica internacional que está sendo usada atualmente pela Organização Mundial da Saúde, que sugere o uso de um escore clínico para diagnóstico da Covid-19 que tem mais de 90% de sensibilidade. E o que é isso? É você poder ter a doença e o escore confir-

---

<sup>345</sup> Médica que tratou grávidas com Covid com nebulização de hidroxicloroquina no AM diz que usou 'último recurso disponível'. G1. 18 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/04/18/medica-que-tratou-gravidas-com-covid-com-nebulizacao-de-hidroxicloroquina-no-am-diz-que-usou-ultimo-recurso-disponivel.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2023.

mar a doença. Esse era o cenário ideal para que a gente pudesse, para Manaus, diante da necessidade de atendimento rápido à população, criar uma ferramenta médica de diagnóstico, à semelhança, senhores, de dezenas, centenas de ferramentas médicas disponíveis hoje no mundo e no Brasil (Mayra Pinheiro *apud* Senado Federal, 2021f,p. 249).

Na verdade, o artigo que Mayra se refere é intitulado ***The AndroCoV Clinical Scoring for COVID-19 Diagnosis*** e seus autores fazem a defesa do “tratamento precoce”, tendo como um dos autores Ricardo Ariel Zimmermam, que durante a CPI fez defesa da cloroquina e ivermectina como remédios para tratamento da Covid-19.<sup>346</sup> Ocorre que, de acordo com especialistas da área o artigo teria inconsistências metodológicas, sendo a principal delas o fato de que para o recrutamento de pessoas que fizeram parte do estudo foram oferecidos medicamentos do chamado “tratamento precoce” (Gragnani, 2021). Ainda assim, Mayra insistiu na ideia de que, precocemente, o uso da hidroxicloroquina impede que o Sars-Cov-2 se instale nas células:

Nós acompanhamos os trabalhos científicos, as evidências. Ninguém mais deve usar essa medicação para uso hospitalar. O tratamento é no início da doença, na fase de replicação viral. O nosso objetivo é impedir que o vírus se multiplique dentro da célula e que ele cause a morte, os internamentos e o colapso do sistema de saúde. Concordo plenamente com o envio da solicitação para que a gente, no âmbito do atendimento hospitalar, possa usar medicamentos que mostrem evidência nessa fase da doença. Nós estamos ainda insistindo aqui na necessidade de que, na fase inicial da doença, nós possamos juntar todos os recursos que nós já temos com algum grau de evidência pra eu, a senhora, todos os Senadores aqui e os médicos brasileiros salvarem vidas. Eu quero mais máscaras, eu quero medidas de distanciamento, eu quero mais vacinas e vacinas mais eficazes. E acho que esse é o mesmo objetivo meu, da senhora e de todos os Senadores aqui (Mayra Pinheiro *apud* Senado Federal, 2021f,p. 273).

Essa argumentação de Mayra perde sentido quando o TrateCOV indicava medicamentos do Kit Covid sem discriminação, como bem testou Mariana Varella (Editora-chefe do Portal Drauzio Varella; Jornalista de saúde e cientista) ao afirmar

---

<sup>346</sup> Especialistas defendem uso de remédios como cloroquina e ivermectina à CPI. Poder 360. 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/especialistas-defendem-uso-de-remedios-como-cloroquina-e-ivermectina-a-cpi/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

que ao simular no aplicativo estar com sintomas tais como fadiga e dor de cabeça, foi indicada a iniciar o “tratamento precoce”<sup>347</sup>.

Durante toda a oitava da Ex-Secretária do SGTES percebemos esquivamentos, respostas dúbias e a tentativa de se eximir da indicação do “tratamento precoce”. Ao que sabemos, e obviamente não podemos reduzir o fenômeno a uma única pessoa, por ser justamente uma rede articulada de ações representada pelo próprio governo Bolsonaro, não poderíamos deixar de mencionar que Mayra Pinheiro de fato utilizou de sua posição no MS para cancelar o kit Covid, tão defendido por Bolsonaro:

Ela aparece como primeira signatária da Nota Técnica n. 9/2020 do ministério, documento pelo qual Bolsonaro batalhou por meses, finalmente publicado em 20 de maio de 2020, cinco dias depois da saída de Nelson Teich da pasta. O texto, já retirado do site do ministério, mas facilmente encontrado na internet, orienta que cloroquina e azitromicina sejam usadas do 1º ao 14º dia de sintomas (Pinheiro; Emery, 2022, p.58).

Não é por acaso que a médica atuou como lobista do Kit Covid, realizando lives durante o ano de 2020 e intermediando com empresas privadas como a Hapvida e a Unimed a distribuição de medicamentos comprovadamente ineficazes ao tratamento da Covid-19 no Estado do Amazonas.

Nesse sentido, diante do conteúdo exposto avaliamos que a gestão bolsonarista articulou em Manaus não apenas a negligência e o negacionismo científico, mas a intencionalidade de utilizar a capital como um laboratório. Não desconsideramos a atuação da gestão estadual e municipal na questão, mas como o foco de nossa tese é especificamente o governo Bolsonaro, avaliamos que este teve função ativa no que ocorrera na capital do Estado do Amazonas.

Essa questão da relação de Bolsonaro com os demais entes da federação também merece nossa atenção porque ao olharmos para o desenho institucional do SUS, percebemos que tanto o Presidente da República, quanto prefeitos e governadores devem atuar em consonância para garantir os princípios elementares do SUS.

---

<sup>347</sup> Cf. <https://acesse.one/XwaLW>. Acesso em: 27 abr. 2023.

## **6.8 Esfacelamento do pacto federativo brasileiro: a tática bolsonarista da criação de conflitos institucionais**

Uma das técnicas utilizadas pelo governo Bolsonaro foi a promoção de conflitos junto a governadores e prefeitos. Nesta tese já pontuamos a disputa política entre Bolsonaro e o Ex-Governador do Estado de São Paulo, João Dória, em relação à vacina Coronavac. Contudo, esse episódio não figurou apenas em São Paulo, noutras unidades federativas, aqueles gestores que não pactuaram com o ideal bolsonarista, ou eram contra as medidas negacionistas eram enxergados como inimigos do governo federal. Percebemos isso em relação aos governadores do nordeste, em sua maioria alinhados com o PT, sendo o Nordeste uma das regiões que tanto nas eleições de 2018, quanto em 2022, deu maioria dos votos ao partido.

Antes de adentrarmos em si na questão das expressões desses conflitos, se faz necessário pontuarmos de modo breve como se dá a inter-relação entre a gestão do sistema entre os distintos níveis para apreendermos o sentido de cooperação e não de competição que acabou se estabelecendo na gestão bolsonarista.

Dessa forma, veremos no subtópico a seguir como se dá a organização do SUS nesses níveis, para em seguida trazermos alguns dados sobre os conflitos gerados por Bolsonaro.

### **6.8.1 Desenho institucional do SUS em relação ao pacto federativo**

Um país de dimensão continental como o Brasil, com a proposta de um sistema universal de colocar a saúde como direito de todos e dever do Estado, demanda esforços nas distintas esferas da república, englobando todos os entes federados: Governos Federal; Estaduais; Municipais, e o Distrito Federal. A isso se soma o fato de que devido à própria regionalização brasileira, temos distintas realidades inerentes à determinação social do processo saúde-doença, o que torna o nosso país heterogêneo, pelas próprias condições históricas; climáticas; sociais; econômicas e demográficas.

Esse dado concreto implica no reconhecimento da atuação, em conjunto, do Presidente da República; Governadores e Prefeitos na busca de soluções que visem congregar recursos e arranjos institucionais para a gestão do sistema. Foi nesse sentido que na constituinte de 1988, na seção II sobre a saúde temos um dado importante: as ações e serviços públicos de saúde fazem parte de uma rede regionali-

zada e hierarquizada, formando um sistema único, organizado mediante: I) descentralização, com direção única em cada esfera governamental; II) Atendimento Integral; III) participação da comunidade.

Esses elementos se fazem presentes também na Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabeleceu condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Nessa lei, além do sistema hierarquizado temos sua organização balizada mediante níveis de complexidade: do nível básico ao mais complexo. Também encontramos os princípios e diretrizes do SUS, no qual chamamos atenção para a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo de modo a dar maior ênfase na esfera municipal mediante a descentralização dos serviços; a regionalização e a hierarquização da rede.

A capacidade de resolução dos serviços de saúde deve existir em todos os níveis de assistência à saúde, com uma organização dos serviços públicos que evite a duplicidade de atividades com o mesmo fim. Essas ações e serviços executados pelo SUS são organizadas no âmbito da União pelo MS; Estados; Distrito Federal e Municípios pelas Secretarias de saúde ou órgãos equivalentes. Esses três níveis podem formar Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite para fomentar negociações e pactuações inerentes ao SUS. Existe também o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) como organismos que objetivam representar os entes estaduais e municipais no tratamento de matérias que envolvam à saúde.

Em termos de atribuições comuns a esses entes da federação destacamos: I) definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde; II) administração dos recursos orçamentários e financeiros; III) acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais; IV) organização e coordenação do sistema de informação de saúde; V) elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde; VI) em casos de calamidade pública e epidemias, requisição de bens e serviços; VII) definição das instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária; VIII) fomentação, coordenação e execução de programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial (Brasil, 1990).

No tocante à direção nacional do SUS temos: I) formulação, avaliação e apoio de políticas de alimentação e nutrição; II) formulação e implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente; saneamento básico; condições e aos ambientes de trabalho; IV) participação na definição de normas e mecanismos de controle de agravo ao meio ambiente com repercussões na saúde; V) coordenação e participação na execução das ações de vigilância epidemiológica; VI) estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; VII) prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional (Brasil, 1990).

No tocante à esfera estadual destacamos: I) Promoção da descentralização para os municípios dos serviços e ações em saúde; II) Acompanhamento, controle e avaliação das redes hierarquizadas do SUS; III) Prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde; IV) Coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de: vigilância epidemiológica; de vigilância sanitária; alimentação e nutrição; saúde do trabalhador; V) identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional; VI) colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras; VII) acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada (Brasil, 1990).

Já no nível municipal temos: I) planejamento; organização; controle e avaliação das ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde; II) participação do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com sua direção estadual; III) participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho; IV) execução dos serviços de: vigilância epidemiológica; vigilância sanitária; alimentação e nutrição; saneamento básico; saúde do trabalhador; V) colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras (Brasil, 1990).

Essas especificidades podem ser aglutinadas em funções que os gestores na saúde desempenham que auxiliam na tomada de decisão no SUS, sendo elas: I) formulação de políticas/planejamento; II) financiamento; III) coordenação, regulação,

controle e avaliação IV) prestação direta de serviços de saúde (BRASIL, 2003). Em termos organizacionais teríamos a seguinte estrutura:

**Quadro 28** - Estrutura Institucional e Decisória do SUS

<b>Nível</b>	<b>Gestor</b>	<b>Comissão Intergestores</b>	<b>Colegiado Participativo</b>
<b>Nacional</b>	Ministério da Saúde	Comissão Tripartite	Conselho Nacional
<b>Estadual</b>	Secretarias Estaduais	Comissão Bipartite	Conselho Estadual
<b>Municipal</b>	Secretarias Municipais	-	Conselho Municipal

**Fonte:** Rehem de Souza, 2002, p. 36.

Percebemos que existe de fato uma maior ênfase nas competências do próprio MS, quanto dos municípios, cabendo a estes, a prestação das ações e serviços de saúde mediante o processo de descentralização. Em caráter de exceção como em casos de pandemia o MS pode realizar a prestação direta dessas ações.

Neste caso em específico, que se trata de um evento que envolve as distintas instâncias do SUS ao mesmo tempo, o MS teria a função organizativa e de planejamento baseada no conhecimento científico e no acúmulo de experiências que o próprio sistema possui. Todavia, não foi exatamente isso que evidenciamos no governo Bolsonaro. Veremos que o Governo Federal procurou polemizar com gestores estaduais e municipais, especialmente no que se refere às medidas de isolamento social e vacinação.

### **6.8.2 A lógica destrutiva do bolsonarismo interferindo no pacto federativo**

A lógica política Bolsonarista é dual, ou seja, quem não está conforme as diretrizes do governo, está contra ele, tornando-se simultaneamente inimigo e alvo de críticas e eliminação, não apenas por Bolsonaro, mas por uma rede de bolsonaristas presentes na internet e nos municípios. Para isso o Ex-Presidente utiliza das redes sociais como uma forma de pulverizar suas opiniões sobre os gestores que foram contrários a imunização de rebanho e isolamento vertical.

Em pesquisa desenvolvido por Abrucio, et al (2020), fica patente que essa lógica bolsonarista fez aumentar o conflito com entes subnacionais, influenciando na descoordenação de política públicas de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Um primeiro traço desse processo foi a criação do Comitê de Crise da Covid-19 sem a presença de entes subnacionais conforme observamos no decreto n.º 10.277, de 16 de março de 2020. Nesse gabinete constou apenas representantes das pastas ministeriais e de empresas públicas sob coordenação da chancela militar do General Walter Braga Netto (Ex-Ministro-Chefe da Casa Civil).

A inexistência de entes subnacionais já fornece uma pista de uma lógica de poder verticalizado, excluindo do processo de planejamento os gestores que lidaram diretamente com a pandemia em seus respectivos territórios, excluindo também as instâncias colegiadas como Conass e Conasems.

Caso semelhante ocorreu nos Estados Unidos com Donald Trump. o Ex-presidente estadunidense culpabilizou os Estados ao mesmo tempo em que disputava com os gestores o protagonismo da gestão da crise sanitária. No Caso brasileiro, percebemos uma cópia desse modelo, no qual ao mesmo tempo que o governo Bolsonaro realizou essa ação, passou a culpabilizar Estados e Municípios que não estavam alinhados com o negacionismo científico. Destacamos que diante da especificidade de nossa constituição, e de organismos estatais como o STF, houve uma disputa nas concepções federalistas:

No Brasil, o enfrentamento à COVID-19 evidencia o confronto dessas duas concepções de federalismo. Opõem-se o modelo cooperativo, construído a partir da CF/88, e o projeto bolsonarista, similar ao dualismo trumpista, baseado no slogan “Mais Brasil, Menos Brasília”, isto é, menos ação da União em políticas públicas (Abrucio et al, 2020,p. 667).

O estabelecimento de conflitos entre o governo federal e entidades subnacionais se materializou com os prefeitos e governadores que não se alinhavam ao bolsonarismo, e mesmo nos casos em que houve um alinhamento, a exemplo de João Dória em São Paulo (antes da pandemia), o marco da pandemia implicou em rupturas, devido à descoordenação da União para com a crise sanitária. Logo no início da pandemia quando as medidas de isolamento social eram as únicas efetivas para o



controle da taxa de reprodução viral, Bolsonaro passava a criticar essas medidas, articulando o argumento do autoritarismo desses entes subnacionais na destruição dos empregos:

O que estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores, alguns poucos prefeitos, é um crime! Eles tão arrebatando com o Brasil. Estão destruindo empregos. E aquele cara que fala: "Ah, A economia é menos importante que a vida", cara pálida! não dissocie uma coisa de outra, sem dinheiro, sem produção, o povo do campo também vai deixar de produzir, nós vamos viver do ê?<sup>348</sup>

Essas medidas restritivas são, em alguns Estados, se não vocês vão falar que eu tô criticando todos os governadores. Podem continuar a falar e a mentir a vontade. Em alguns Estados foram excessivas, não atingiram ao seu objetivo, aproximadamente 70% da população vai ser infectada, não adianta querer correr disso, é uma verdade. Estão com medo da verdade.<sup>349</sup>

A desaprovação do governo federal em relação aos entes subnacionais gerou uma crise institucional com resposta dos governadores em carta, com ausência dos governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de Rondônia, Marcos Rocha (PSL), no dia 26 de março de 2020. Na carta, consideravam essencial a liderança do governo federal e a sua parceria com os entes subnacionais. Ao se referirem às constantes críticas do governo federal a questão do isolamento social, chamaram atenção ao fato de que a prioridade era a de cuidar das vidas das pessoas, não esquecendo da economia, de modo que essas duas ações não poderiam ser excludentes.

Todavia, para que esse objetivo fosse alcançado, a solidariedade do Governo Federal deveria ser estabelecida. Ademais, contra a visão do governo em relação às recomendações da OMS, defenderam que iriam continuar adotando medidas baseadas na Ciência mediante profissionais da área de saúde, e dos protocolos da OMS. Sobre o pacto federativo, apontaram que o Congresso Nacional deveria assumir o protagonismo em sua defesa, de modo a harmonizar União e entes subnacionais. (Junqueira, 2020).

Contudo, foi por falta de esforço que o governo Bolsonaro tentou centralizar poder, avançando sobre as competências dos entes subnacionais no tocante ao es-

<sup>348</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=vp3A\\_8vywC0](https://www.youtube.com/watch?v=vp3A_8vywC0). Acesso em: 25 mar. 2020

<sup>349</sup> <https://youtu.be/SoFJR0XSnms>. Acesso em: 26 mar. 2020.

tabelecimento de medidas restritivas de circulação e comércio na Pandemia. Isso ficou claro na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6764 protocolada em 19 de março de 2021 (ADI/6764)<sup>350</sup>, que caracterizou a tentativa de o governo argumentar sobre a inexistência de legislação formal específica dos entes subnacionais sobre as medidas profiláticas de isolamento social. Na referida ADI o governo objetivou trazer para o âmbito da liberdade uma contraposição às ações dos governadores e prefeitos:

A doutrina especializada tem diagnosticado que a experiência de combate ao Covid-19 vem exercendo uma pressão deformadora sobre o conteúdo da Constituição de 1988, que nasceu sob a inspiração de rejeição ao autoritarismo. Diante do aparecimento de diversos atos normativos locais com comandos restritivos dos direitos e liberdades fundamentais dos brasileiros, é possível observar um verdadeiro episódio de mutação informal ilegítima no Texto Constitucional (Bolsonaro, 2021, p. 13).

Por se tratar de um problema complexo, que atravessa distintas escalas geográficas, a pandemia não poderia ser administrada de forma unidirecional, como queria o governo Bolsonaro no sentido de derrubar os decretos estaduais, em que pese a situação complexa do momento.

Pela lógica capitalista, é nítido que ações de isolamento e interrupção de atividades econômicas impactam na realização das mercadorias, e em nossa concepção esse foi o dinamismo que mais se ateve à gestão bolsonarista, permitir o desenvolvimento da lógica capitalista em meio à pandemia, como se o Covid-19 fosse um detalhe a ser solucionado com medidas messiânicas como a da Hidroxicloroquina.

Se na aparência o governo trouxe uma auréola de preocupação para com os empregos, em essência as determinações objetivas das questões implicavam no receio dos gastos sociais e das mobilizações populares, tendo em vista que na sociabilidade capitalista, o mais-valor está acima da vida, causando a verdadeira dicotomia entre vida e economia no marco de uma economia vulgar.

Todavia, isso não implica que desconsideremos a questão do emprego e do desemprego, mas conforme já mencionamos em momento anterior, os níveis de desemprego no Brasil se aprofundaram na Pandemia, mas não tiveram nela o seu demiurgo. A verdade é que em economias dependentes como a brasileira, e até mes-

---

<sup>350</sup> <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6136024>. Acesso em: 8 mai. 2023.

mo nas centrais movidas pela hegemonia neoliberal, o desemprego é um elemento estrutural, sendo inerente ao próprio modo de produção a formação de exércitos de desempregados e despossuídos.

Na questão específica da legislação referente a ADI protocolada pelo governo Bolsonaro, o STF referendou por unanimidade a compreensão que as medidas tomadas pelo governo federal no enfrentamento da crise sanitária não afastariam a competência concorrente dos entes subnacionais. Nas interpretações do Supremo, a partir do terceiro artigo da Lei 13.979/2020, a União poderia promover legislação sobre a temática em questão, mas o exercício da competência deveria respeitar a autonomia dos demais entes da federação, e no caso do Presidente da República definir mediante decreto a questão da essencialidade dos serviços públicos, conforme o próprio governo Bolsonaro fez, não respeita essa autonomia, implicando em afetação do princípio da separação dos poderes da república.<sup>351</sup>

No tocante a essa decisão do STF, Bolsonaro passou a disseminar que a única função da União seria a de distribuir recursos financeiros:

O Supremo Tribunal Federal decidiu que quem fecha ou não o comércio são os Estados e municípios, eu gostaria de poder participar disso tudo, ou então que Supremo decidisse que cada município decidisse o que fazer, porque fica em alguns locais governador brigando com os prefeitos.<sup>352</sup>

O supremo Tribunal Federal decidiu que prefeitos é que deviam conduzir a política de combate ao vírus, eu como presidente da república coube apenas o quê? mandar dinheiro para Estados e Municípios. Praticamente quase nada além disso. Lamento a quantidade de mortes que estamos tendo, a questão dos números deixa muita gente em dúvida ainda, morreram da Covid-19 ou com Covid-19 ? Temos declarações de diretores de hospitais dizendo que 40% de que entrou lá no óbito lá como Covid-19, não era Covid-19. Isso é muito triste porque os número né, não traduzem muitas vezes políticas dos governadores e prefeitos e tem que anotar na ponta é da linha. Chegamos muitas informações desencontradas, mudamos a forma de contar essa tabela, ninguém tentou maquiagem números como maldosamente uma grande parte de uma rede de televisão avisou anunciou aí.<sup>353</sup>

<sup>351</sup> STF. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em: 8 mai. 2023.

<sup>352</sup> <https://youtu.be/8aR7yYdoQLM>. Acesso em: 28. maio.

<sup>353</sup> <https://youtu.be/EBDKIJu7Z9E>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos com Trump, Bolsonaro procurou se eximir da responsabilidade diante da pandemia, jogando assim, para os entes subnacionais a questão. Essa tática distanciou o governo federal de problemas como o que ocorreu em Manaus, ao mesmo tempo em que preservava uma argumentação em torno da necessidade de dar mais atenção à economia. Isso ficou demonstrando nas falas posteriores de Bolsonaro, quando apontou que seu governo não era culpado pelo desenvolvimento da economia, e da questão do desemprego no país:

Dada a política irresponsável do fique em casa, que a economia a gente vê depois, eu fui talvez, o único chefe de Estado do mundo que falou que a gente tinha que combater o vírus e o desemprego, apañei até não querer mais, se não fosse nós tomarmos essas medidas com programas como por exemplo, PRONAMP, Programa BEM, auxílio emergencial, e tantos outros, o Brasil tinha afundado, estaríamos numa crise sem precedentes.<sup>354</sup>

Tá na tela aqui na frente uma decisão de um Ministro do Supremo Tribunal Federal ...foi até...tem até um lado positivo, a gente vai recorrer, mas tem um lado positivo até né. Dizendo claramente que, que o responsável por ações como imposição de distanciamento e isolamento social, quarentena, suspensão de atividades, você que tá sem trabalhar né, bem como aulas, restrições de comércio, atividades culturais e a circulação de pessoas. Quem decide isso é o respectivo governador ou o prefeito, afastou o governo federal de tomar decisões nesse sentido, tá ok. Então a responsabilidade, se você tem algum problema no seu Estado, a quarentena, as medidas tomadas pelo seu Estado estão te prejudicando, o fórum adequado para você reclamar é o respectivo governador, o respectivo prefeito.<sup>355</sup>

Outra faceta desse conflito se deu pelo lado dos governadores em resposta ao governo federal. Em carta intitulada: **Nota Pública sobre repasses financeiros aos Entes Federados** de 1 de março de 2021, um total de 16 governadores pontuaram que o governo federal no lugar da cooperação com os entes subnacionais, fomentou um conflito federativo de modo a criar imagens distorcidas da realidade. A carta critica uma postagem realizada por Bolsonaro no Twitter<sup>356</sup>, referente ao repasse de recursos federais aos Estados:

---

<sup>354</sup> <https://youtu.be/hcGXDUdGL0U>. Acesso em: 22 mar. 2022.

<sup>355</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=F9jXIF2ExQE>. Acesso em: 9 abr. 2022.

<sup>356</sup> <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1366101126911823874>. Acesso em: 8 mai. 2022.

[...] a postagem hoje veiculada nas redes sociais da União e do Presidente da República contabiliza majoritariamente os valores pertencentes por obrigação constitucional aos Estados e Municípios, como os relativos ao FPE, FPM, FUNDEB, SUS, royalties, tratando-os como uma concessão política do atual Governo Federal. Situação absurda similar seria se cada Governador publicasse valores de ICMS e IPVA pertencentes a cada cidade, tratando-os como uma aplicação de recursos nos Municípios a critério de decisão individual [...] Adotando o padrão de comportamento do Presidente da República, caberia aos Estados esclarecer à população que o total dos impostos federais pagos pelos cidadãos e pelas empresas de todos Estados, em 2020, somou R\$ 1,479 trilhão. Se os valores totais, conforme postado hoje, somam R\$ 837,4 bilhões, pergunta-se: onde foram parar os outros R\$ 642 bilhões que cidadãos de cada cidade e cada Estado brasileiro pagaram à União em 2020? <sup>357</sup>

Segundo o conteúdo da carta, o governo Bolsonaro usaria da má-fé para estabelecer conflitos, e ainda salientam que as medidas de: a) evitar aglomerações com preservação da atividade econômica; b) respeito à ciência; c) Agilidade na vacinação, é que deveriam ser primordiais para a União.

Destacamos a posição dos Estados do Nordeste, que chegaram a criar o Consórcio Nordeste, uma autarquia composta pelos nove Estados da região, criada em março de 2019, antes da pandemia da Covid-19 (Costa et al, 2019). Sua criação apresentou como objetivo de ser um sistema jurídico, político e econômico de intervenção dos Estados que compõem a região como uma forma de captar recursos e atrair investimentos, projetos integrados, conformando ao mesmo tempo ferramenta de gestão e articulação de pactos de governança.<sup>358</sup> Durante a pandemia esse Consórcio buscou alternativas para a minimização da pandemia, diante da ausência de coordenação do Governo Federal.

Dentre essas alternativas se destaca a formação de um comitê científico (Resolução n. 05/2020, de 31 de março de 2020), tendo como presidente o professor e neurocientista Miguel Nicolelis<sup>359</sup>, bem como o físico Sérgio Rezende<sup>360</sup>. Esse comitê realizou a assessoria aos Estados da região para a garantia da tomada de deci-

<sup>357</sup> Nota Pública sobre repasses financeiros aos Entes Federados. Brasília, 1º de março de 2021. Disponível em: [https://static.poder360.com.br/2021/03/2021\\_02\\_28\\_Nota\\_Publica\\_sobre\\_repasses\\_financeiros\\_aos\\_Entes\\_Federados.pdf](https://static.poder360.com.br/2021/03/2021_02_28_Nota_Publica_sobre_repasses_financeiros_aos_Entes_Federados.pdf). Acesso em: 8 mai. 2023.

<sup>358</sup> Para mais informações sobre a formação, marco legal e detalhes institucionais conferir: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/o-consorcio/>. Acesso em: 8 mai, 2023.

<sup>359</sup> Lattes <http://lattes.cnpq.br/4925407922379562>. Acesso em: 8 mai. 2023.

<sup>360</sup> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8129813828982829>. Acesso em: 8 mai. 2023.

são baseada em evidências científicas sobre a pandemia, de modo a promover medidas de prevenção, controle de riscos, evitar a disseminação do SARS-Cov-2, e reestruturar os sistemas de saúde para atendimento da população.

Para a realização dos trabalhos foram adotadas as seguintes medidas: a) coleta e integração dos dados dos sistemas de informação em saúde existentes na região; b) desenvolvimento/utilização de aplicativos e *softwares* que reúnem informações assistenciais; c) qualificação do suporte de tecnologias de informação e comunicação; d) criação de salas de situação; e) desenvolvimento, adaptação/validação de protocolos assistenciais e terapêuticos; f) desenvolvimento, adaptação/validação de Estados e procedimentos epidemiológicos; g) aquisição de equipamentos hospitalares; EPIs e insumos; h) promoção da interação e soluções inovadoras entre indústrias; *startups*; laboratórios, etc; i) desenvolvimento de ações e políticas intersetoriais; j) fomento às redes de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

Outra ação do consórcio foi a criação do Projeto Mandacaru<sup>361</sup>, uma plataforma virtual baseada na colaboração da comunidade científica de distintas áreas e de profissionais de saúde que reuniu núcleos para discussão, de modo que estes atuaram mediante o método científico com o objeto de levar à população informações concretas e precisas. Além dessa plataforma, também foi criado o aplicativo **Monitora Covid-19**, em abril de 2020 para registrar informações epidemiológicas de pessoas com suspeita de infecção, monitoramento da patologia, e atendimento remoto dos contaminados.

O comitê também elaborou uma série de boletins científicos com informações sobre ações que deveriam ser efetuadas na região (Perez; Santana, 2020). Esses boletins além de possuírem essa função de munir de informação os consorciados, se tornou uma forma de registro da forma como a pandemia foi vista pela organização:

---

<sup>361</sup> Cf. <https://sites.google.com/view/pmandacaru>. Acesso em: 8 mai. 2023.

Os boletins se tornaram um acervo documental importante, em que, inclusive, é possível observar como se deu o avanço do enfrentamento da Covid-19 na região Nordeste. Por exemplo, o primeiro boletim do Comitê Científico foi publicado no dia primeiro de abril de 2020 e, em geral, versava sobre a necessidade de medidas de isolamento social, assim como o segundo e o terceiro boletins [...] O boletim número 3 pontua claramente a não recomendação da (hidroxi)cloroquina no tratamento da Covid-19, contrariando a propaganda do governo federal em relação aos efeitos benéficos do remédio [...] O oitavo boletim reforça a necessidade de medidas de distanciamento social. O boletim 9 alerta para o processo de interiorização dos casos da Covid-19 e para a possibilidade de ocorrência de um “efeito bumerangue” em todas as capitais do Nordeste, [...] recomenda o lockdown e/ou reversão de planos de afrouxamento do isolamento social de capitais e municípios interioranos que estejam apresentando curvas crescentes ou em platô em altos patamares de casos e óbitos (Perez; Santana, 2020, p. 264).

O décimo boletim emitido em 11 de agosto de 2020, destaca a “total ausência do Governo Federal, em especial do MS na coordenação de ações efetivas de combate à pandemia” (Consórcio Nordeste, 2020, p.1). Essa avaliação é mantida no décimo quinto boletim, no qual há o destaque para a incapacidade do governo Bolsonaro diante da pandemia, com baixo número de doses de vacinas dos quais destacamos o seguinte excerto:

É público e notório que o Brasil está muito atrasado em relação à vacinação de sua população, e que o País perdeu muitas oportunidades diante da falta de planejamento e de atitudes negacionistas do Governo Federal. O resultado desta falta de política de enfrentamento à pandemia resultou na situação catastrófica que estamos vivenciando nos dias atuais. É preciso que os Governadores se organizem para garantir o direito constitucional à saúde de toda a nossa população, diante desta emergência sanitária sem precedentes. Além das medidas mais do que necessárias de distanciamento social, higienização das mãos e uso de máscaras, é preciso garantir o acesso irrestrito à vacinação. Portanto, a recomendação do Comitê Científico é que sejam adquiridos, EM REGIME DE URGÊNCIA, os imunizantes supracitados (Consórcio Nordeste, 2021a, p. 3).

No vigésimo boletim o Consórcio afirmou que a melhoria dos índices epidemiológicos na região se deve a atuação dos governadores em conjunto, mesmo com as retaliações realizadas pelo governo Bolsonaro mediante as barreiras impostas pela instrumentalização política da ANVISA para a introdução da vacina Sputnik V

na região Nordeste (Consórcio Nordeste, 2021b). No 21º boletim o governo Bolsonaro é avaliado pela sua apatia e ausência no enfrentamento da pandemia, bem como na sua contraposição às medidas implementadas pelos entes subnacionais, havendo assim, ruído na gestão da saúde, elemento que influenciou para o aumento de óbitos e casos (Consórcio Nordeste, 2021c).

Esses documentos evidenciam a ausência do Governo Bolsonaro na reiteração de medidas efetivas de combate à Pandemia. Num sentido oposto ao que era esperado da União, pelo histórico do Brasil em termos de SUS, a pandemia exigia uma mínima coordenação nacional para o enfrentamento da crise sanitária. Até entre os governadores que em tese apresentavam uma maior vinculação com o governo Bolsonaro, houve contradições em relação à forma de atuação na pandemia. Dos 27 governadores, percebemos que pelo menos quatro deles apresentaram uma maior proximidade com o governo Bolsonaro: Coronel Marcos Rocha (União Brasil), de Rondônia, Antônio Denarium (Progressistas), de Roraima, Mauro Carlesse (PSL), do Tocantins, e Wilson Lima (PSC), do Amazonas (Pitombo, 2021). O curioso é que são Estados da região norte, e que nos períodos mais críticos sofreram com o descontrole da reprodução do Sars-Cov-2, aumento das infecções e mortes.

No Amazonas, como já observamos nesta tese, o colapso implicou na crise no abastecimento de oxigênio hospitalar. Wilson Lima teve embates com o governo Bolsonaro no início da pandemia ao defender medidas como o isolamento social, contudo, se alinhou ao governo, especialmente ao enfrentar uma crise política que ocasionou num pedido de impeachment, arquivado no final de 2020. Diante dos protestos de comerciantes voltou a flexibilizar as medidas recomendadas por especialistas em saúde pública, ocasionando o colapso manauense como já observamos.

De modo semelhante atuou Carlos Moisés (PSL), Ex-governador de Santa Catarina, que diante do processo de impeachment associado à questão de compras de respiradores, chegou a ser afastado do cargo, retornando à função alinhado à visão do governo sobre como enfrentar a pandemia, flexibilizando medidas restritivas, mesmo no auge da crise sanitária. Em Rondônia, o Coronel Marcos Rocha (União Brasil), que se elegeu na onda bolsonarista, também apresentou inicialmente conflitos com o Bolsonarismo, as flexibilizando devido às pressões do comércio. Em janeiro de 2021 o sistema de saúde do Estado colapsou, forçando-o a emitir medidas de restrição ao comércio (Pitombo, 2021).



Para esses governadores a contradição residiu numa postura de se elegerem numa onda bolsonarista de extrema-direita, ao mesmo tempo em que a pandemia exigia ações balizadas pela ciência. Compreendemos que para a lógica do governo Bolsonaro, o remédio para o “paciente” aprofundava ainda mais a enfermidade, numa lógica negacionista, anticientífica e imbuída de *fake news*, todavia, a tática do governo federal foi de atizar as bases locais, mediante as redes sociais e falas dos próprio Ex-Presidente Bolsonaro.

Como o SUS apresenta uma materialização local, essa tática serviu para eximir o governo central de qualquer crítica. Bolsonaro por diversas vezes apontava que o STF teria atado as mãos do governo federal. Sendo assim, foi uma forma de se afastar de fato da gestão da pandemia, e atender aos interesses do capital, em especial da pequena burguesia, de setores protestantes; do agronegócio, enfim, das frações de classe que tinham no governo Bolsonaro possibilidade de ganhar vantagens fazer continuar seu fluxo de realização do mais-valor, mediante a circulação de capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos nesta pesquisa a tese de que a debilidade e negligência do Governo Federal frente à pandemia da Covid-19 é resultado de uma estratégia planejada a partir da junção de sabotagens às medidas profiláticas de contenção da disseminação viral, e utilização do negacionismo científico como prática governamental com a finalidade de atender aos interesses capitalistas na manutenção da produção e circulação de mercadorias, e consequente exploração e opressão das classes trabalhadoras.

Argumentamos que essa lógica de ação do governo Bolsonaro está inserida no marco da crise do regime democrático-liberal brasileiro, firmado entre as classes dominantes a partir da Constituição Federal de 1988 numa transição lenta, gradual e negociada, após os mais de vinte anos de ditadura empresarial-militar. Esse processo engendrou a manutenção sempre difícil de uma pretensa democracia liberal num país de formação econômico-social dependente, que diante dos períodos de crise, exige medidas e ações autocráticas das classes dominantes via o Estado brasileiro para a manutenção da sociabilidade capitalista, sendo o governo Bolsonaro e a sua gestão da crise sanitária da Covid-19 frutos dessa mediação diante dos interesses das frações de classe da burguesia brasileira.

Ao analisarmos a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil, buscamos mediante a dialética marxiana realizar aproximação sucessivas ao nosso objeto de investigação mediante distintas fontes empíricas: dados epidemiológicos; notícias; *lives* do Ex-presidente e de integrante de seu governo; relatórios oficiais e oitivas da CPI da pandemia, além de matérias jornalísticas que nos ajudaram a apreender uma análise concreta da situação concreta da conjuntura brasileira.

Através do processo de abstração, análise e retorno ao nosso objeto de investigamos num concreto pensado, expomos a nossa pesquisa em três partes vinculadas de modo orgânico: a) na primeira evidenciamos a relação existente entre capitalismo, saúde e a produção de pandemias, no qual demos atenção para a realidade brasileira, considerando as experiências de como o Estado brasileiro lidou com fenômenos semelhantes ao da pandemia da Covid-19; b) no segundo momento descrevemos a forma e difusão da pandemia no mundo e sua materialização no

território brasileiro; c) atrelado a isso, compreendemos na terceira parte da tese a composição política do governo Bolsonaro de modo que o caracterizamos como pré-bonapartista, sem desconsiderarmos as expressões fascizantes que ocorreram na conjuntura. Esse caminho nos forneceu elementos para mapearmos e compreendermos as ações e omissões do governo federal diante da pandemia.

Em nosso processo de abstração e retorno ao objeto de pesquisa, munidos da sistematização e organização das determinações que engendram o fenômeno investigado, destacamos que a gestão bolsonarista se notabilizada por criar processos que numa primeira aproximação podem parecer contraditórios se ficássemos apenas no nível da aparência institucional, essa confusão se dá pelo fato de que, dentro do regime político brasileiro a gestão bolsonarista buscou utilizar de mecanismos de gestão, mesmo que de forma atrasada e negligente através de ações no campo econômico, social e da saúde, mas em essência, esses mecanismos foram desvirtuados, sabotados e questionados no interior da própria gestão, implicando um caráter, em nossa interpretação, pré-bonapartista por serem medidas tomadas pelo alto, numa aparente posição acima das classes, como uma forma de salvar o Brasil mediante receitas milagrosas do impacto da crise sanitária.

Essa essência é desvelada quando percebemos a constante troca de ministros da saúde com a intencionalidade de tornar como política oficial do MS a indicação de remédios comprovadamente ineficazes, a desconsideração de medidas profiláticas e o isolamento social nos períodos mais severos da pandemia, além da morosidade na aquisição de imunizantes e negligência quanto a testagem em massa da população.

O negacionismo científico foi utilizado pelo governo Bolsonaro como uma forma de sensibilizar as bases bolsonaristas mais sólidas, ao mesmo tempo em que serviu como pressão social diante do nível de desemprego; e carências materiais da população brasileira, trazendo para o centro do seu argumento a questão da necessidade do trabalho, de forma desvirtuada, uma vez que, como observamos em nossa tese, o objeto essencial de sua política foi manter a produção e circulação de mercadorias para a promoção do lucro e exploração dos trabalhadores. Esse negacionismo foi apoiado pela classe médica brasileira representada em APHs como o CFM; AMB; IBM e movimentos como o Brasil Vencendo a Covid e Médicos pela vida, que deram argumentação para que a gestão bolsonarista explorasse a

indicação de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da Covid-19 como saída mágica da pandemia.

Esse misto de disseminação de *fake news*; pressão bolsonarista pela abertura do comércio; sabotagem das políticas recomendadas por órgãos como OMS e Fiocruz, negligência e autoritarismo, se apresentou de forma fecunda no caso de Manaus, nos colapsos que aquela região apresentou com o aumento substancial de óbitos e ausência do abastecimento de oxigênio hospitalar e crise do sistema funerário. Essa materialização demonstrou como a gestão bolsonarista atuou de modo planejado, articulado e organizado em objetivos sedimentados no negacionismo científico, o que resultou em milhares de mortes por Covid-19 no Brasil.

Esse processo serviu também para que a gestão bolsonarista criasse conflitos institucionais entre os governadores dos Estados que não pactuaram com as medidas bolsonaristas na pandemia, a exemplo dos governadores do Nordeste, gerando atrito não apenas nessa instância, mas entre os poderes da república, especialmente entre o executivo federal e o judiciário na figura do STF sobre a capacidade de atuação descentralizada dos Estados e Municípios na pandemia.

Através desses resultados que obtivemos na pesquisa compreendemos melhor que, sendo fruto de uma crise orgânica que coloca em questão a própria manutenção da Constituição Federal de 1988, o governo Bolsonaro em essência é a representação da autocracia brasileira nessa nova etapa de crise do capitalismo, e da dificuldade de manutenção do consenso globalizador da década de 1990, o que tem exigido saídas ainda mais autoritárias para a manutenção dos interesses capitalistas em distintas partes do mundo, num contexto de revoltas, guerras, expropriações e colapsos ambientais.

Por esse motivo, avaliamos que a nossa tese apresente no mínimo três contribuições teóricas ao debate em tela: a primeira diz respeito ao entendimento, no marco da totalidade, e do pensamento marxista, da conexão entre saúde, política e modo de produção capitalista, no sentido de entendermos que a gestão bolsonarista da pandemia da Covid-19 teve como dínamos a sociabilidade capitalista, e não disfunções administrativas e institucionalistas, a própria forma de ingerência sanitária é a materialização da autocracia burguesa no Brasil que penalizou as classes trabalhadoras; uma segunda contribuição teórica seria a conexão entre essa

forma de ser e atuar da burguesia brasileira vinculada à crise orgânica, uma crise de grande dimensão que envolve não apenas a economia, a própria forma de legitimidade de dominação de classe, que se reverberam em aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais. Entendemos que nossa contribuição demonstra que o bolsonarismo não surgiu do nada, mas foi impulsionado tanto pelos anos de conciliação e impossibilidade de avanço de uma democracia vinda de baixo. Isso implicou, do ponto de vista teórico na atualização daquilo que Florestan Fernandes denominou de autocracia burguesa e baixa participação dos de baixo na condução do país, mesmo que durante 13 anos tivéssemos um governo que forneceu políticas sociais e distributivas que retirou o Brasil do mapa da fome. Esse elemento não pode obscurecer a faceta contraditória desse processo: mercantilização da saúde; garantia dos interesses do pagamento dos juros e serviços da dívida pública brasileira, e diminuição dos recursos para a saúde pública brasileira. É certo que tais fatores foram impulsionados pelo lavajatismo e pelo golpe midiático-político-institucional que tivemos em 2016 com a retirada de Dilma da presidência da república.

Por outro lado, uma terceira contribuição teórica diz respeito ao entendimento de que no capitalismo o SUS tem uma vida limitada e fadada ao avanço da mercantilização, mesmo em períodos pandêmicos como observamos com a gestão bolsonarista da pandemia da Covid-19. Esse fenômeno é inerente à sociabilidade capitalista derivada da forma-valor. Desde o surgimento do na década de 1990 temos a convivência com o setor suplementar e de mecanismos de mercantilização mediante arranjos institucionais como as OSs e o gerencialismo que reproduzem o aspecto da privatização por dentro do Estado e da política pública de saúde, limitando ainda mais a capacidade de expansão desta política, que fica presa e atrelada aos interesses do capital.

Do ponto de vista prático, percebemos que nossa tese apresenta também três contribuições: a primeira está relacionada a aparência fenomênica de centralizar as análises sobre a gestão da pandemia realizada pelo governo Bolsonaro mediante elementos como ineficiência, ineficácia e inefetividade, sem considerar a concretude das relações sociais de produção na formação econômico-social brasileira; isso implica que em nossa tese buscamos não apenas abstrair essa aparência, mas realizarmos o movimento de retorno a tais elementos para explicar que tais

fenômenos foram estrategicamente materializadas mediante sabotagens nos elementos institucionais do SUS; uma segunda contribuição foi desvelar que o negacionismo científico no Governo Bolsonaro apresentou como base a participação de APHs do setor médico, não sendo uma criação de Bolsonaro, mas de uma rede articulada pelo CFM; IBM; CFM; AMB; IBM e movimentos como o Brasil Vencendo a Covid e Médicos pela vida que fomentaram mediante o argumento de autonomia médica a chancela para a prescrição de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento do Covi-19; uma terceira contribuição prática seria o entendimento de que a gestão bolsonarista da pandemia não pode se resumir aos discursos de Bolsonaro, como se numa guerra de narrativas o mero discurso tivesse a capacidade de promover ações concretas. Ainda que as falas de Bolsonaro sejam significativas e revelem a forma de atuação de seu governo, procuramos em nossa tese abordar elementos concreto-materiais através de dados empíricos e documentos para demonstrar a exemplo do colapso do sistema de saúde de Manaus, como essa gestão de fato atua.

Em relação as limitações de nossa pesquisa, listamos pelo menos três delas para que os leitores e pesquisadores que tenham acesso à nossa investigação possam tomar nota e avançar em futuras pesquisas, uma vez que temos ciência que nossa tese não esgota a discussão. A primeira seria a limitação quanto aos dados epidemiológicos que o governo federal emitiu. Entre as descontinuidades e mudanças na forma de cálculo e divulgação, também fizemos uso de fontes jornalísticas o que não comprometeu, mas pode limitar a padronização dos dados; um segundo fator de limitação seria a inexistência de dados referentes a raça e renda das pessoas que faleceram por Covid-19 no Brasil, só podemos encontrar esses dados em locais específicos, a exemplo de São Paulo, que através de grupos de pesquisas, pudemos acessar a compilação da relação entre essas variáveis e os óbitos, na busca de averiguarmos a questão do impacto da classe social como fator na pandemia. Um terceiro fator limitante foi o período histórico de análise, nossa investigação, apropriação e abstração do objeto se deu ao mesmo tempo de sua reprodução, o que nos exigiu capacidade de entender as alterações do processo conjuntural a partir de mudanças qualitativas que ocorriam de forma momentânea à coleta de dados, escrita e análise, o que pode influenciar para que não pudéssemos dar atenção a um ou outro fator da gestão bolsonarista da pandemia.

A partir da nossa investigação percebemos que novas pesquisas podem surgir, das quais indicamos três possibilidades: A primeira seria investigar, a partir de realidades locais, nos Estados e municípios que em tese deram maior apoio eleitoral a Bolsonaro, e que possuem administrações de direita e extrema-direita, se houve de fato uma reprodução da gestão bolsonarista da pandemia. Essa mudança de escala, a partir de estudos de caso poderia fornecer elementos para verificar a influência das práticas de um governo de extrema-direita influencia na gestão local do SUS.

Uma segunda sugestão de pesquisa está relacionada aos APHs como o CFM mediante uma perspectiva histórica, no intuito de mapear os posicionamentos desses aparelhos diante da temática da saúde pública no intuito de compreensão dos argumentos defendidos por esses organismos coletivos e sua respectiva influência na corporação médica.

Uma terceira possibilidade de pesquisas estaria relacionada a um aspecto de caráter internacional na observância e análise comparativa da gestão da crise sanitária da Covid-19 por governos de extrema-direita, esse panorama possibilitaria a construção de uma cartografia dessas experiências de modo a contribuir com o debate do ascenso da extrema-direita no cenário internacional.

Por fim, e sem esgotar o debate, pensamos que, a partir dos resultados de nossa tese, que o SUS público, gratuito e de qualidade não necessita apenas de recursos com a quebra do arcabouço fiscal chancelado por Fernando Haddad no terceiro governo Lula, mas da defesa da universalidade como princípio elementar, e da defesa de uma visão anticapitalista, uma vez que em nossa concepção, a única forma de superar as contradições da saúde pública no Brasil é por uma ordem que não trate os serviços e a força de trabalho como mercadoria.

Desse ponto de vista, é necessário o retorno a uma perspectiva da reforma sanitária que contemple uma visão de classe independente, que não defenda os valores do gerencialismo e da privatização da saúde por dentro do Estado mediante arranjos institucionais como as OSs. Em termos de crises sanitárias, é preciso entendermos que toda antecipação é necessária, ou seja, a promoção de elementos que congreguem não apenas a gestão em saúde, mas a reconversão da produção material da vida para solucionar problemas dessa ordem, com a manifestação de quebras de patentes, replicação de estudos e pesquisas e disseminação em massa

de imunizantes, medidas profiláticas e recursos para as classes trabalhadoras enfrentarem os perigos de uma pandemia sem necessitar se exporem aos riscos de contaminação.

Esse debate perpassa o entendimento que a determinação social do processo saúde-doença não pode ser desvinculada da produção material da vida, que a saúde não é uma esfera isolada das demais instâncias da vida, e que uma pandemia só surge devido ao processo de ruptura metabólica que na contemporaneidade o modo de produção capitalista tem promovido. Sendo assim, é preciso que a reflexão em torno desse tema busque, mediante a crítica, desvelar as contradições dessa sociabilidade, congregando forças materiais concretas para a superação dessa dinâmica, e estabelecimento de uma ordem que valoriza a vida e a relação ecológica da produção material da vida com o meio ambiente, centrada no valor de uso e no atendimento das reais necessidades humanas.



## REFERÊNCIAS

**A Meningite — As Grandes Epidemias** (7 minutos e 14 segundos). YouTube. 11 de abr. de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/PtU22ckhBEQ>. Acesso em: 16 nov. 2021.

**A Revolta da Vacina**. Direção: Eduardo Vilela Tielen. Editor: Selo Fiocruz Vídeo. DVD (23min), NTSC, Son., color, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18146>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ABRAFRIGO. **Clipping da Abrafrigo nº 1204 de 27 de março de 2020**. Ano 6 | nº 1204 | 27 de março de 2020. Disponível em: <http://www.abrafrigo.com.br/index.php/2020/03/27/clipping-da-abrafrigo-no-1204-de-27-de-marco-de-2020/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ABRAS. **Protocolo para Prevenção do Coronavírus (COVID-19) nos Supermercados**. Versão 5. 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://static.abras.com.br/pdf/protocolo-abras-covid-19-v5.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**. 2020a, v. 54, n. 4, pp. 663-677. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200354>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Bolsonaro veta uso obrigatório de máscara no comércio, em escolas e em igrejas. **Agência Senado**. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/03/bolsonaro-veta-uso-obrigatorio-de-mascara-no-comercio-em-escolas-e-em-igrejas>. Acesso em: 1 mar. 2023.

AGUIAR, Zenaide Neto. **SUS**: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 1. ed. São Paulo: Martinari, 2011.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Entre Integralistas e Nazistas: Racismo, Educação e Autoritarismo No Sertão de São Paulo**. São Paulo: Alameda Casa Editorial Ltda, 2021.

AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago; DA MATA, Daniel. Mais do que palavras: Discursos de líderes e comportamentos de risco durante a pandemia. , **SSRN**. 2020. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3582908](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908). Acesso em: 13 jun. 2023.

ALESSIO, M. M.; SOUSA, M. F. DE .. Programa Mais Médicos: elementos de tensão entre governo e entidades médicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. Interface (Botucatu), 2017 21 suppl 1, p. 1143–1156, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0396>. Acesso em: 1 mar. 2023.

ALEXANDRE DE ALMEIDA. **Música skinhead white power brasileira**: guia de referência. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16042019-190749/en.php>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ALIAGA, Luciana. **Do sul ao Norte**: Uma introdução a Gramsci. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALIAGA, Luciana. Revolução-restauração em tempos de pandemia. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo (Orgs.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.p. 121-129.. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/>. Acesso em 20 Mar. 2021.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Bases históricas da Epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 1986, v. 2, n. 3, pp. 304-311. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1986000300004>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **O que é saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. ALVARADO, Karina, et al. Estratégia nacional peruana contra a propagação da pandemia do coronavírus (COVID-19). Cátedra Villarreal , v. 8, n. 1 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://revistas.unfv.edu.pe/RCV/article/view/767>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ALVES, Castro. **O navio negreiro e outros poemas**. São Paulo: Saraiva, 2007. ALVES, D. F. de A.; MENDES, Áquilas N.; CARNUT, L. Economia política da saúde no Brasil: quem são seus pesquisadores e o que pesquisam?. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care** ISSN 2179-6750, [S. l.], v. 11, 2019. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/759>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ALVIM, Mariana. O grupo de '10 mil' médicos pró-cloroquina que se aproximou de Bolsonaro com 'evento histórico'. **BBC Brasil**. 3 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53994532>. Acesso em: 4 abr. 2023.

AMADO, Guilherme. **Sem Máscara**: o governo Bolsonaro e a aposta pelo caos. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

AMAZONAS. **Decreto n.º 23.282 de 14 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre a restrição de circulação de pessoas, na forma que especifica, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus. Disponível em: <http://www.pge.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/44-Decreto-n.-43.282-de-14-de-janeiro-de-2021..pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

AMAZONAS. **Decreto n.º 42.100, de 23 de março de 2020**. Declara Estado de Calamidade Pública, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19(novo coronavírus), e suas repercussões nas finanças públicas do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em:

[https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202020/DE%2042.100\\_20.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202020/DE%2042.100_20.htm). Acesso em: 21 abr. 2023.

AMAZONAS. **Decreto nº 43.234, de 23 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus. Disponível em: [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202020/DE%2043.234\\_20.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202020/DE%2043.234_20.htm). Acesso em: 24 abr. 2023.

AMB. **Hidroxicloroquina: AMB defende autonomia do médico**. 19 de julho de 2020. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/07/20/10\\_41\\_36\\_45\\_NOTA\\_Associa%C3%A7%C3%A3o\\_M%C3%A9dica\\_Brasileira\\_hidroxicloroquina.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/07/20/10_41_36_45_NOTA_Associa%C3%A7%C3%A3o_M%C3%A9dica_Brasileira_hidroxicloroquina.pdf). Acesso em; 7 abr. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**: 1964 - 2019. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDRADE, Henrique. Olavo de Carvalho morre aos 74 anos nos Estados Unidos. **CNN**. 25 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/internado-nos-Estados-unidos-olavo-de-carvalho-morre-aos-74-anos/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ANDRETTA, Filipe. Empresas defendem quarentena contra vírus, mesmo que prejudique a economia. **Uol Notícias**. 1 de abril de 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/01/coronavirus-empresas-publicidade-isolamento-social-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAGÃO, Adalberto Araújo, CONTINI, Elísio. **O agro no Brasil e no mundo**: uma síntese do período de 2000 a 2020. Embrapa. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf/41e20155-5cd9-f4ad-7119-945e147396cb>. Acesso em: 5 Out.2021.

ARAUJO, Fernando Henrique Antunes de; FERNANDES, Leonardo HS. Lighting the populational impact of covid-19 vaccines in brazil. **Available at SSRN 4171331**, 2022. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/10.1142/S0218348X22500669>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ARCARY, Valério. Bolsonaro é ou não um neofascista ?In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.).**Neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. pp. 101-116.

ARCARY, Valério. Questões sobre o neofascismo ( e Bolsonaro). In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe; ARCARY, Valério. **O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**.Rio de Janeiro: MauadX, 2020. pp. 147-152.

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. [Tese de Doutorado], Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 1975. Disponível em: <http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/o-dilema-preventivista-tese-de-doutorado-de-sergio-arouca>. Acesso em: 16 Mar. 2020.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade. In: MARTIN M.A et I. **Clínica Médica**, vol. I Barueri: Manole, 2009.

ÁZARA OLIVEIRA, Hélio. **A circulação simples como epiderme da experiência capitalista**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BABBIE, Earl. Capítulo 16: Estatística Social. In: BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.pp. 383-408.

BADDINI, Bruna; FERNANDES, Daniel. Primeira pessoa é vacinada contra Covid-19 no Brasil. **CNN**. 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BAHIA, Ligia. **Mudanças e padrões das relações público-privado**: seguros e planos de saúde no Brasil. 1999, 380 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/sus-18266>. Acesso em: 23 jul.2021.

BALESTRO DOS SANTOS, Mayara Aparecida Machado. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5774>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e do gasto público no Brasil. Volume I - Síntese, Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-síntese> Acesso em: 11 out. 2018.

BANDARRA et al. Brasil: los riesgos y el impacto del bolsonarismo más allá de la pandemia. **IBEROAMERICANA**. América Latina - España - Portugal, v. 21, n. 78, p.

201–222, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2902>. Acesso em: 31 mai. 2022.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura**. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: o PT, o Estado e o golpe institucional**. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29437?mode=full>. Acesso em: 04 mai. 2022.

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Onde os extremos se tocam: a classe operária chinesa e a Era Xi Jinping**. 2023. 540f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55152>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BARBIERI, André. Xi Jinping, imperador da China ao leme do PCCh? **Esquerda Diário**. 12 nov. 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Xi-Jinping-imperador-da-China-ao-leme-do-PCCh>. Acesso em: 09 fev. 2022.

BARBOSA; Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia colonial. in: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (Orgs.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro : Outras Letras, 2016.p.36–62.

BARCELLOS, Christovam. **‘O modelo exportador de soja e de carne deixa pouco para a população local**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. CCE. 30 de setembro de 2021. Disponível em: [https://cee.fiocruz.br/?q=Christovam-Barcellos-O-modelo-exportador-de-soja-e-de-carne-deixa-pouco-para-a-populacao-local&utm\\_source=CEE+Fiocruz&utm\\_campaign=0db906f490-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_2021\\_09\\_30\\_09\\_52&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_280788378a-0db906f490-40877033](https://cee.fiocruz.br/?q=Christovam-Barcellos-O-modelo-exportador-de-soja-e-de-carne-deixa-pouco-para-a-populacao-local&utm_source=CEE+Fiocruz&utm_campaign=0db906f490-EMAIL_CAMPAIGN_2021_09_30_09_52&utm_medium=email&utm_term=0_280788378a-0db906f490-40877033). Acesso em: 12 out. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARIFOUSE, Rafael. Quem é Nise Yamaguchi, a médica que aconselha Bolsonaro, defende a cloroquina e vai depor na CPI da Covid. **BBC**. 1 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57124296>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BAROT, Emmanuel. **Maio de 68: o perigoso presente do passado**. Ideias de Esquerda: revista de política e cultura. Nº4. 2018. pp.34-39.

BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha et al. Colapso na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da Covid-19. **Saúde em debate**, v. 45, p. 1126–1139, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ktbLC8Qcncmt4nKgKgJr6TS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BARROS SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Paco e Littera, 2019.

BASILIO, Ana Luiza. 9 vezes em que Abraham Weintraub se mostrou inimigo da educação. **Carta Capital**. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/9-vezes-em-que-abraham-weintraub-se-mostrou-inimigo-da-educacao/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BDM. **Estatuto Social**. 2017. Disponível em: [https://sbot.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Estatuto\\_IBDM\\_cf\\_Assembleia\\_Fundacao.pdf](https://sbot.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Estatuto_IBDM_cf_Assembleia_Fundacao.pdf). Acesso em: 7 abr. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.pp.103-123.

BÉLAND, Daniel et al. TRUMP, BOLSONARO, AND THE FRAMING OF THE COVID-19 CRISIS: How Political Institutions Shaped Presidential Strategies. **World Affairs**. 2021;184(4):413-440. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00438200211053314>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

BERNARDES, Júlio. Desmatamento na floresta amazônica causado por mineração ilegal aumenta 90% entre 2017 e 2020. **Jornal USP**. 18 mai 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-na-floresta-amazonica-causado-por-mineracao-ilegal-aumenta-90-entre-2017-e-2020/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo: epidemia e sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BIANCHI, Alvaro. O que é a pequena burguesia?. **Esquerda Online**. 2014. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2014/12/26/o-que-e-a-pequena-burguesia/>. Acesso em: 29 set. 2022.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal capitalism: The authoritarian turn. **Socialist register**, v. 55, p. 312-320, 2019. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/30951>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BOITO JR, Armando. **A questão do fascismo no governo Bolsonaro**. Brasil de Fato. 10 de Janeiro de 2019a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 25 Mar.2023.

BOLSONARO, J. **Petição Inicial. ADI/6764**. Supremo Tribunal Federal. 2021. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=6136024>. Acesso em: 8 mai. 2023.

BOLZAN, Luís Carlos. **A pandemia da ignorância é a ignorância da pandemia: saúde universal X negacionismo e genocídio**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

BORON, Atilio. Capítulo I: El fascismo como categoria histórica en torno al problema de las dictaduras en America Latina. In: BORON, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. CLACSO: Buenos Aires, 2003. p. 39 - 82. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/Estado/Estado.html>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BORON, Atilio. **Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como "fascista" é um erro grave**. Brasil de Fato. 02 de Janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>. Acesso em: 25 Mar. 2021.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia; AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Economia moral da saliva: Bolsonaro, Covid-19 e as políticas do contágio no Brasil. **Religião & Sociedade**. 2021, v. 41, n. 2, pp. 23-48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap01>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

BOURSCHEIT, Alden. 98% das multas do Ibama na Amazônia estão paradas desde 2019. **Infoamazonia**. 6 jan 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/01/06/multas-ibama-paradas-amazonia-desde-2019/#:~:text=Cerca%20de%2098%25%20de%201.154,Lei%20de%20Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 24 mai. 2022.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 02 Nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para\\_entender\\_gestao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao.pdf). Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 10.316, de 7 de abril de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10316&ano=2020&ato=542MTUU1EMZpWT7df>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020**. Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10277.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10277.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19**. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. – 2. ed. - Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/coronavirus/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contra-a-covid-19-pno-2a-edicao-com-isbn>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. Polícia Federal. **Laudo de perícia criminal federal NII 1242/2020 INC/DITEC/PF**. 2020. Disponível em: [http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo\\_digitalizado.pdf?\\_ga=2.22105336.2105878510.1653342204-1818650216.1653342203](http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf?_ga=2.22105336.2105878510.1653342204-1818650216.1653342203). Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14045.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14045.htm). Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 935, de 1º de abril de 2020**. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv935.htm). Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 44, de 3º de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv944.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20944%2C%20DE%203%20DE%20ABRIL%20DE%202020&text=Institui%20o%20Programa%20Emergencial%20de%20Suporte%20a%20Empregos..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv944.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20944%2C%20DE%203%20DE%20ABRIL%20DE%202020&text=Institui%20o%20Programa%20Emergencial%20de%20Suporte%20a%20Empregos..) Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 1.126, de 15 de junho de 2022**. Revoga a Lei nº



14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1126.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1126.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). Acesso em: 6 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil. **Portaria nº 125, de 19 de março de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/prt125-20-ccv.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt125-20-ccv.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.958 de 18 de dezembro de 2019**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13958.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13958.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.124, de 10 de março de 2021**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14124.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 2 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 16 Nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 1.261, de 31 de Outubro de 1904**. Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a varíola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso em 20 Mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Portaria interministerial n.º 120, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/prt120-20-ccv.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt120-20-ccv.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#:~:text=Reconhecido%20o%20direito%20da%20pessoa,efetuados%20na%20forma%20do%20caput%20.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#:~:text=Reconhecido%20o%20direito%20da%20pessoa,efetuados%20na%20forma%20do%20caput%20.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico). Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 10.931, de 10 de janeiro de 2022**. Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10931.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10931.htm). Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 10.289, de 24 de março de 2020**. Altera o Decreto n.º 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10289impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10289impresao.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 10.282 de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282impresao.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 10.289, de 24 de março de 2020**. Altera o Decreto n.º 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de

Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10289impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10289impresao.htm). Acesso em: 27 fev. 2023

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Mensagem n.º 432 de 2 de setembro de 2021**. Disponível em: <https://www.Congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/14586>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 1.003, de 24 de setembro de 2020**. Autoriza o Poder Executivo Federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19- Covax Facility. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv1003.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv1003.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936impresao.htm). Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida provisória nº 924, de 13 de março de 2020**. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv924.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv924.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.045, de 20 de agosto de 2020**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14045.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14045.htm). Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.041, de 18 de agosto de 2020**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14041.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14041.htm). Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.056, de 10 de setembro de 2020**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14056.htm#view](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14056.htm#view). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.107, de 3 de dezembro de 2020**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14107.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14107.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.067, de 1 de outubro de 2020**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14067.htm#view](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14067.htm#view). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.121, de 1 de março de 2021**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14121.htm#view](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14121.htm#view). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.122, de 3 de março de 2021**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/33288234/publicacao/33289542>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.124, de 10 de março de 2021**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14124.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.125, de 10 de março de 2021**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14125impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14125impressao.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.187, de 15 de julho de 2021**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14187.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.190, de 29 de julho de 2021**. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2014.190-2021?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.190-2021?OpenDocument). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.347, de 25 de maio de 2022**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14347.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.347%2C%20DE%205%20DE%20MAIO%20DE%202022&text=Abre%20cr%C3%A9dito%20extraordin%C3%A1rio%20em%20favor,para%20os%20fins%20que%20especifica](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14347.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.347%2C%20DE%205%20DE%20MAIO%20DE%202022&text=Abre%20cr%C3%A9dito%20extraordin%C3%A1rio%20em%20favor,para%20os%20fins%20que%20especifica). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.466, de 16 de novembro de 2022**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14466.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.466%2C%20DE%2016%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202022&text=Revoga%20a%20Lei%20n%C2%BA%2014.125,pessoas%20jur%C3%ADdicas%20de%20direito%20privado%22](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14466.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.466%2C%20DE%2016%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202022&text=Revoga%20a%20Lei%20n%C2%BA%2014.125,pessoas%20jur%C3%ADdicas%20de%20direito%20privado%22). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº. 10.16, de 7 de abril de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10316.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10316.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm#view](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm#view). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 14.019, de 2 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14019.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14019.htm#art3). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL.. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.. **Medida Provisória n.º 924, de 13 de março de 2019**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv924impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv924impressao.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória 1.005, de 30 de setembro de 2020**. Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1005.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida Provisória nº. 1.061, de 9 de agosto de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências.Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061impressao.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.**Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14021.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14021.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 14.019, de 2 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14019.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14019.htm#art3). Acesso em: 1 mar. 2023.

BRASIL.Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 14.055, de 10 de setembro de 2020**. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14055.htm#view](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14055.htm#view). Acesso em: 27 jun. 2023.

BREDA, Tadeu. **Bolsonaro genocida**. Pandemia da Covid-19. São Paulo: Elefante Editora, 2021.

BREILH, Jaime. Entrevista. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 533-540, ago. 2015. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462015000200533](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000200533). Acesso em: 23 Mar. 2021.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia Crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia**: economia, política e saúde. Tradução Luiz Roberto de Oliveira. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Fundação para o Desenvolvimento da UNESP:HUCITEC, 1991.

BREILH, Jaime. **Critical epidemiology and the people's health**. Oxford University Press, USA, 2021.

BRITO, N. A. de: '**La dansarina**: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro'. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/xsvqJXhWnJRwKBjxsxLfH6v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 Nov. 2021.

BRITO, Ricardo. Anvisa encontrou 29 erros em fábrica da Covaxin após Saúde fechar contrato. **Uol**. 25 de julho de 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/reuters/2021/06/25/anvisa-encontrou-29-erros-em-fabrica-da-covaxin-apos-saude-fechar-contrato.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRONZATI, Aline. Isolamento se provou importante, diz presidente do Santander Brasil. **Terra**. 6 de abril de 2020. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/economia/isolamento-se-provou-importante-diz-presidente-do-santander-brasil,30a2b75b36b2d335106644149bc8f34cfqi12w9z.html>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BROUÉ, Pierre. **História da internacional comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations, 1987.

BURNI, Aline; TAMAKI, Eduardo. Populist Communication During the Covid-19 Pandemic: the Case of Brazil's President Bolsonaro. **Partecipazione e Conflitto**.

**PACO**, Issue 14(1) 2021 113-131. Disponível em: <https://www.die-gdi.de/en/others->

[publications/article/populist-communication-during-the-covid-19-pandemic-the-case-of-brazils-president-bolsonaro/](#). Acesso em: 5 Jan. 2022.

BUTANTAN. Dados que vão além da eficácia: CoronaVac é a primeira vacina a comprovar sua efetividade no mundo real. **Portal de notícias**. 2 de julho de 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/dados-que-vaio-alem-da-eficacia-coronavac-e-a-primeira-vacina-a-comprovar-sua-efetividade-no-mundo-real#:~:text=Dados%20que%20v%C3%A3o%20al%C3%A9m%20da,no%20mundo%20real%20%2D%20Instituto%20Butantan>. Acesso em: 3 mar. 2023.

CAIRUS, HF; RIBEIRO JR., WA. **Textos hipocráticos**: o doente, o médico e a doença [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9n2wg>. Acesso em: 03 fev. 2022.

CALDAS, Camilo Onoda. **Pachukanis**. Enciclopédia Jurídica da USP. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, Abril de 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/129/edicao-1/pachukanis>. Acesso em 13 out. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Sob o Signo do Sigma**: Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo. Maringá: Ed. UEM, 2014.

CALDEIRA-NETO, O. Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, p. 20-36, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26614>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CALEIRO, João Pedro; MACHADO, Ana Paula. Quem é Luiz Mandetta, futuro ministro da Saúde de Bolsonaro. **Exame**. 13 de novembro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-e-luiz-mandetta-cotado-para-ser-ministro-da-saude-de-bolsonaro/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

CALIL, G. O astrólogo que inspira Jair Bolsonaro. **Le monde diplomatique**. 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-astrologo-que-inspira-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CALIL, G. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 64–82, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i2.34166. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**. 2021, n. 140, pp. 30-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

CALIL, Gilberto. **O INTEGRALISMO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO O PRP entre 1945 e 1965**: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2005. Disponível em:

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/G-Calil-tese-doutorado.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CALIL, Gilberto. O negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. **Materialismo Storico**, v. 9, p. 70-122, 2020. Disponível em: <https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2470/2233>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CALLINICOS, Alex. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.

CAMPOS, Alzira; DIAS, Luiz Antonio; GODOY, Marília. A Internacional Comunista na interpretação dos trotskistas brasileiros. **Revista Outubro**, n. 31, p. 234-261, 2018. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-internacional-comunista-na-interpretacao-dos-trotskistas-brasileiros/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana et al. Large-scale environmental policy change: analysis of the Brazilian reality. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 6, pp. 1691–1710. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190445x>. Acesso em: 22 mai. 2022.

CARNEIRO, H. S. Introdução: as raízes do neofascismo no século XXI. In: TROTSKY, L. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Libertária, 2018. pp. 8-16.

CARNUT, L. O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo-. **CIVITAS: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)**, v. 22, p. e41512, 2022b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/41512>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARNUT, L.. Marxist Critical Systematic Review on Neo-Fascism and International Capital: Diffuse Networks, Capitalist Decadence and Culture War. **ADVANCES IN APPLIED SOCIOLOGY (ONLINE)**, v. 12, p. 227-262, 2022c. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=117919>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARNUT, L.. Neofascismo e burguesia associada: o SUS na mira da extrema-direita. In: MENDES, A. N; CARNUT, L. (Org.). **Economia política da saúde: uma crítica marxista contemporânea**. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2022c, v. 1, p. 154-188.

CARNUT, L.; REGIS, C. G. Ofensiva burguesa em tempos de golpe: o 'marxismo cultural' na educação brasileira. **TEMPORALIS**, v. 22, p. 109-122, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38018>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARNUT, Leonardo. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, 2022 22, 2022. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/civitas/a/fZNCLVqrxjpx3Vf3jSGw4pH/#>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CARNUT, Leonardo. **Crítica a modelos de avaliação de desempenho de sistemas de saúde** [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=57A7129DDD25&lang=pt-br](https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=57A7129DDD25&lang=pt-br). Acesso em: 04 Mai. 2022.

CARNUT, Leonardo. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 41, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2020a. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/38188>. Acesso em: 23 Nov. 2021.

CARNUT, Leonardo. SUS e o coronavírus: uma breve análise de conjuntura. **Trabalho & Saúde: Revista do Diesat** 30: 3-5. 2020. Disponível em: <https://diesat.org.br/2020/05/acervo/videos/coronavirus-conjuntura-politica/>. Acesso em: <https://diesat.org.br/2020/05/acervo/videos/coronavirus-conjuntura-politica/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Leonardo; GUERRA, Lúcia Dias. Coronavirus, Capitalism in crisis and the perversity of public health in Bolsonaro's Brazil. **International Journal of Health Services** 50: 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020731420965137>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CARONE, E. As origens da III Internacional Comunista. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/835>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CARVALHO, Priscila Ramos; SOUSA, Paulo Cesar Castro de; ; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Desinformação na pandemia da Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro. **Em questão**, v. 27, p. 15-41, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/106529>.

CASA CIVIL. Comitê de crise para supervisão e monitoramento dos impactos da Covid-19. **Resolução n.º 10, de 25 de novembro de 2020**. Dispõe sobre a definição de responsabilidades entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Saúde em relação às demandas por proteção social no combate à covid-19. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/RES/Resolucao%2010-20-PR.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/RES/Resolucao%2010-20-PR.htm). Acesso em: 1 mar. 2023.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Revista de Administração Pública**, 2021, v. 55, n. 1, pp. 197-214. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200556>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 11.ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

CASTRO, Mariangela. Agências da Caixa têm filas no 1º dia de pagamento do novo auxílio emergencial. **CNN Brasil**. 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/sem-possibilidade-de-saque-para-o-auxilio-agencias-da-caixa-amanhecem-com-filas/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CATÃO, Rafael de Castro. Expansão e consolidação do complexo patogênico do dengue no Estado de São Paulo: difusão espacial e barreiras geográficas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/141450>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CDC. **1918 Pandemic (H1N1 virus)**. 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/flu/pandemic-resources/1918-pandemic-h1n1.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CEPEDISA. Boletim n. 10. **Direitos na pandemia**: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. 20 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/#wpcf7-f18339-o1>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

CÉSAR SANTOS. Anuê Jaci: política externa e povos indígenas diante da inflexão conservadora e do bolsonarismo. **Rev. Cadernos de Campo** | Araraquara | n. 28 | p. 367-384 | jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14199>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, v. 62, p. 530-557, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CGU. **Nota Técnica nº 1839/2021/CGSAU/DS/SFC**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/65643266-de0c-415b-8eba-2ea24a5a683c>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CGU. **Nota Técnica nº 1839/2021/CGSAU/DS/SFC**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/65643266-de0c-415b-8eba-2ea24a5a683c>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CHADE, Jamil. Alemanha: gesto nazista em atos no Brasil é "ataque à democracia". **Uol**. 3 de novembro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/03/alemanha-gesto-nazista-por-parte-de-bolsonaristas-e-ataque-a-democracia.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CHAGAS, Eduardo F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011. Disponível

em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1036>. Acesso em: 24 Dez. 2021.

CHAIB, Julia. Governo ignorou 10 emails da Pfizer sobre vacinas em 1 mês, mostram documentos da CPI da Covid. **Folha de São Paulo**. 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/governo-ignorou-10-emails-da-pfizer-sobre-vacinas-em-1-mes-mostram-documentos-da-cpi.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. **dois pontos**., Curitiba, São Carlos, volume 19, número 2, p. 78-96, julho de 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/87162>. Acesso em: 12. abr. 2023.

CHANG DE ALMEIDA, F. A 'nova' extrema-direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 18, p. 187-208, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/locus/article/view/20369>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CHANG DE ALMEIDA, F. A serpente na rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2008. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/2yPBrS0>. Acesso em: 13 out. 2019.

CHOONARA, Joseph. A triple crisis. **Int Soc**, v. 167, p. 1-51, 2020. Disponível em: <http://isj.org.uk/a-triple-crisis/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

CHWALB, A; SEAS, C. The COVID-19 Pandemic in Peru: What Went Wrong? **Am J Trop Med Hyg**. Feb 16;104(4). 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8045664/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CLARA COSTA, Ana . A morte em segredo. **Piauí**. 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/morte-em-segredo/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CLAUDIO REIS. O INTELECTUAL ORGÂNICO DO BOLSONARISMO E O CASO DA PANDEMIA. **Revista Enfil**, n. 12, p. 76-95, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44509>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CNS. Brasil confirma o primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico. 27 fev. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COELHO, Eurelin. **UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 2005. 549f. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em:

<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa**. São Paulo: Moderna. 1985.

CONCEIÇÃO, Ana. Indústria quer estratégia para liberar regiões “sadias” do isolamento, diz Abimaq. **Valor Econômico**. 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/07/industria-quer-estrategia-para-liberar-regies-sadias-do-isolamento-diz-abimaq.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Boletim 15**. 12 de março de 2021. 2021a. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Boletim-15\\_15mar2021\\_final.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Boletim-15_15mar2021_final.pdf). Acesso em: 8 mai. 2020.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Boletim 20**. Nordeste, 13 de outubro de 2021. 2021b. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/10/2021-10-13-Boletim-20.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Boletim 21**. Nordeste, 3 de dezembro de 2021. 2021c. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/12/2021-12-03-Boletim-21.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Portaria SE nº. 01/2020**. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/portaria\\_01\\_2020\\_nomeacao\\_membros\\_comite\\_cientifico.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/portaria_01_2020_nomeacao_membros_comite_cientifico.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Resolução n.º 5/2020, de 31 de março de 2020**. Institui o Comitê Científico de apoio ao combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste — Consórcio Nordeste. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao\\_005\\_institui\\_o\\_comite\\_cientifico\\_de\\_apoio\\_ao\\_combate\\_a\\_pandemia\\_do\\_coronavi%CC%81rus.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao_005_institui_o_comite_cientifico_de_apoio_ao_combate_a_pandemia_do_coronavi%CC%81rus.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Boletim 10**. 11 de agosto de 2020. 2020. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Boletim\\_10\\_Comite\\_Cientifico\\_11ago\\_2020.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Boletim_10_Comite_Cientifico_11ago_2020.pdf). Acesso em: 8 mai. 2020.

CORREIA, D.; MENDES, Áquilas .; CARNUT, L. A determinação social do processo saúde-doença no contexto latino-americano: a contribuição de Oliva López-Arellano. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750**, [S. l.], v. 14, n. spec, p. e026, 2022. DOI: 10.14295/jmphc.v14.1245. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1245>. Acesso em: 5 jun. 2023.

CORREIA, D.; MENDES, Áquilas .; CARNUT, L. La determinación social del proceso salud-enfermedad en el contexto latinoamericano: la aportación de Oliva López-

Arellano. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, vol. 22, 2023. Disponível em: [https://revistas.javeriana.edu.co/files-rticulos/RGPS/22\(2023\)/6872586002/index.html](https://revistas.javeriana.edu.co/files-rticulos/RGPS/22(2023)/6872586002/index.html). Acesso em: 10 dez. 2023.

CORTÊS, Mariana. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021025, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.46419. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/46419>. Acesso em: 31 maio. 2022.

COSTA PINTO, Eduardo. **Postagem no Facebook**. 21 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/eduardopintobr/posts/pfbid02Ho7bEa18MF7QNRtqgj48xfbeAMoegfvyb6yYx3MqegnZ74xRwe7owndEZnCPs4kwl>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COSTA PINTO, Eduardo. **Taxa de lucro - 500 maiores empresas de capital aberto (2010-2020)**. Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 2021. Facebook: eduardopintobr. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1284536008635945&set=pb.100012386741143.-2207520000.&type=3>. Acesso em: 9 Dez. 2021

COSTA, et al. **Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste** (Consórcio Nordeste). 2019. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/protocolo\\_de\\_intencoes\\_do\\_consorcio.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/protocolo_de_intencoes_do_consorcio.pdf). Acesso em: 8 mai, 2023.

COSTA, et al. **Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste** (Consórcio Nordeste). 2019. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/protocolo\\_de\\_intencoes\\_do\\_consorcio.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/protocolo_de_intencoes_do_consorcio.pdf). Acesso em: 8 mai, 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**, V. 9, 1979. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ADELMO/Artigos/A%20Democraci%20como%20Valor%20Universal.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CRUZ, Isabela. A cronologia da crise em Manaus que pôs Pazuello na berlinda. **Nexo Jornal**. 14 de março de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/14/A-cronologia-da-crise-em-Manaus-que-p%C3%B4s-Pazuello-na-berlinda>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CRUZ, N. R. A modernidade e a pós-modernidade como gênese do fascismo: o caso dos velhos e novos integralistas brasileiros. **Outros Tempos**, São Luiz, v. 13, n. 22, p. 26-48, 2016. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/543](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/543). Acesso em: 21 jun. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da et al. Introdução a uma história indígena. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, p. 9-24, 1992.

DA SILVA COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 969-978. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DAL MASO, Juan. **O marxismo de Gramsci**. São Paulo: Edições Iskra, 2019.

DANTAS, André Vianna. **Do Socialismo à Democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

DARCON SOUSA. **Memória Episódica do Retrocesso Democrático Brasileiro**. 1a. ed. Campina Grande: Editora Leve, 2019.

DAVIS, Mike. **O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: A criação do terceiro mundo**. São Paulo: Veneta, 2022.

DE ABREU GRAZZIOTIN, H. .; FORNARI, A. P. .; MARQUETTI, A. A. . Taxa de lucro e acumulação de capital no Brasil: concepções teóricas, análise histórica e relação de causalidade. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 37, n. esp. jan., 2022. DOI: 10.14393/REE-v37nesp.a2022-64429. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/64429>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DE CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

DE MATTOS E SILVA, Ivan Henrique. Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.67892. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/67892>. Acesso em: 31 maio. 2022.

DE SOUZA, R. **O sistema público de saúde brasileiro**. Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/site/documentos/sistema\\_publico\\_brasileiro.pdf](https://www.inesul.edu.br/site/documentos/sistema_publico_brasileiro.pdf). Acesso em: 27 jun, 2023.

DEL PASSO, O. F.; VALLE, A. F. P. As frações burguesas e o governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19(2020-2021). **Práxis e Hegemonia Popular**. [S. l.], v. 6, n. 9, p. 21–45, 2021. DOI: 10.36311/2526-1843.2021.v6n9.p21-45. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/13417>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DEL ROIO, Marcos. Como Gramsci foi aprisionado. **Revista Novos Rumos**, v. 59, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/13451>. Acesso em: 29 set. 2022.

DEMIER, Felipe Abranches. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro** (São Paulo), v. 16, p. 75-107., 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**. Mauad Editora Ltda, 2013.

DHOQUOIS, Guy. La formación económico-social como combinación de modos de producción. **Cuadernos Pasado y presente**, n. 39, p. 185-189, 1982.

DIAS, H. S.; LIMA, L. D. DE .; LOBO, M. S. DE C.. Do 'Mais Médicos' à pandemia da Covid-19: duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira. *Saúde em Debate*, v. 45, n. **Saúde debate**, 2021 45(spe2), p. 92–106, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E207>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. **Medicina e Sociedade: o médico e seu mercado de trabalho**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira: Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. São Paulo: Planeta Estratégia, 2020.

D'ORSI, Angelo. **Gramsci: una nuova biografia**. Feltrinelli Editore, 2018.

DOS SANTOS, Marina et al. Ethnic/Racial Disparity in Mortality from COVID-19: Data for the Year 2020 in Brazil. **Spatial Demography**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36685786/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DRUCK, M. G. Trabalho, Precarização e Resistências. **Cadernos CRH**, v. 24, p. 35-54, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2022.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**. 2020, v. 45, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236109146>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 131–166, 2013. DOI: 10.9771/gmed.v4i2.9391. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9391>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Joseph Bloch. In.: DANTAS, Gilson; ENGELS, Friedrich. **Correspondence 1888 Engels to Margaret Harkness**. In London, 2000. Disponível em: [https://www.marxists.org/archive/marx/works/1888/letters/88\\_04\\_15.htm](https://www.marxists.org/archive/marx/works/1888/letters/88_04_15.htm). Acesso em: 7 jan, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EDIPRO, 2010b.

FALCÃO, Márcio; ALVES NETO, Pedro. Bolsonaroista que montou explosivo em Brasília foi autuado por terrorismo; em depoimento, disse que queria 'dar início ao caos'. **G1**. 25 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/25/bolsonarista-que-montou-explosivo-em-brasilia-foi-autuado-por-terrorismo-em-depoimento-disse-que-queria-dar-inicio-ao-caos.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FAO - Food and Agriculture Organization. United Nations Environment Programme (UNEP), 2020. **Forests, Biodiversity and People**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca8642en/ca8642en.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

FAO. SOFI. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>. Acesso em 04 Out. 2021.

FAO. **State of the World's Forests**, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3010e/i3010e.pdf>. Acesso em 10 Jan 2020.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2022.

FATORELLI, Maria Lucia; ÁVILLA, Rodrigo. Gasto com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021. **Auditoria cidadã da dívida**. 15 de fevereiro, 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FATORELLI, Maria Lucia; ÁVILLA, Rodrigo; MULLER, Rafael. Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020. **Auditoria cidadã da dívida**. 29 de janeiro, 2021.



Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando Henrique. **O Brasil republicano**, v. 8: estrutura de poder e economia (1889–1930). 8. ed. — Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FEIJÓ, Janaina; PERUCHETTI, Paulo. Recuperação do mercado de trabalho nas regiões brasileiras ainda desperta preocupação. In: FGV IBRE. **Boletim Macro**. Maio, 2022, nº. 11. pp. 27 - 33. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-05/2022-05-boletim-macro.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz. 1984.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do Socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERRARI, Herman San Martín. Prólogo da Terceira Edição. In: BREILH, Jaime. **Epidemiologia, economia, polícia e saúde**. 1991 p. 17-30.

FERREIRA, Gustavo. Possível demissão de Mandetta freia disparada do Ibovespa. **Valor Investe**. 4 de abril de 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2020/04/06/possivel-demissao-de-mandetta-freia-disparada-do-ibovespa.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FERREIRA, Marcelo Urbano. Epidemiologia e geografia: o complexo patogênico de Max. Sorre. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 1991, v. 7, n. 3. pp. 301-309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bCjprG4vrjZR4vCp7Xxwvqv/?lang=pt#>. Acesso em: 03 fev. 2022.

FIESP. **A praça é dos três poderes**. 2021. Disponível em: [https://static.poder360.com.br/2021/10/ANUN\\_FIESP\\_FINAL-menor.pdf](https://static.poder360.com.br/2021/10/ANUN_FIESP_FINAL-menor.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

FIOCRUZ, **Uma breve história da febre amarela**. 2008. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-febre-amarela>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FIOCRUZ. **A trajetória do médico dedicado à ciência**. 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FIOCRUZ. **Boletim extraordinário Covid-19**. 9 de março de 2021. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim\\_extraordinario\\_2021-marco-09.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-09.pdf). Acesso em: 4 jan. 2022.

FIOCRUZ. **Boletim extraordinário. 6 de outubro de 2021**. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim\\_extraordinario\\_2021-outubro-06.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-outubro-06.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

FIOCRUZ. **Boletim observatório Covid-19: Balanço de dois anos da pandemia Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-balanco-de-dois-anos-da-pandemia-aponta-vacinacao-como-prioridade>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FIOCRUZ. **Nota Técnica.Mudanças nos cenários de taxas de ocupação de leitos UTI trazem alerta**. 13 de janeiro de 2022. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota\\_tecnica\\_observatorio\\_covid19\\_2022-01-13.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota_tecnica_observatorio_covid19_2022-01-13.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023

FIOCRUZ. **O que é uma pandemia**. Bio Manguinhos. 2021. Disponível em: [https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Gripe%20Espanhola%20\(1918%2D1920\),da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20na%20%C3%A9poca](https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Gripe%20Espanhola%20(1918%2D1920),da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20na%20%C3%A9poca). Acesso em: 02 Nov. 2021.

FIOCRUZ. **Uma floresta cheia de vírus!': intervenção desenfreada na Amazônia pode ser estopim para epidemias**. 2021. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1846-uma-floresta-cheia-de-virus-intervencao-desenfreada-na-amazonia-pode-ser-estopim-para-epidemias.html#:~:text=Em%201960%2C%20o,pacientes%20no%20Nordeste>. Acesso em: 12 Out. 2021.

FLOSS, M. et al.. Linha do tempo do “tratamento precoce” para Covid-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, n. Interface (Botucatu), 2023 27, p. e210693, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Gxw3ZdSCJYDr4RjPtXG4w5z/#>. Acesso em: 09 abr. 2023.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. A história da política de saúde no Brasil (1889-1945): interpretações e trajetórias. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (orgs.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 356–464.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3.ed. EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro – o proto-fascismo. **Esquerda Online**. 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FOSTER, Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy; SUWAND, Intan. COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 9, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/453>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FOSTER, John Bellamy; SUWAND, Intan; COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. v. 9 n. 17. 2021. **Revista Marx e o Marxismo - Revista do Niep**. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/453>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FRAGA ARAÚJO, E. H. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política do exterior**. ano III; número 6; Segundo semestre 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

FREITAS, Octavio de. **Doenças Africanas no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FREITAS, Raquel. CRM-MG diz que brasileiros não devem ser 'padrinhos' de estrangeiros. **G1**. 23 de agosto de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/08/crm-mg-diz-que-brasileiros-nao-devem-ser-padrinhos-de-estrangeiros.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**: uma biografia intelectual. Boitempo Editorial, 2020.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. The Free Press: nEW uORK, 1992.

FUNCIA, Francisco. (Des)financiamento do SUS: o que fazer? **Cebes**, 2022. Disponível em: <https://cebes.org.br/francisco-r-funcia-desfinanciamento-do-sus-o-que-fazer/30079/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FUNCIA, Francisco; BENEVIDES, Rodrigo. **Boletim Cofin 2022/11/30**. (execução até 30/11/2022). Comissão de Orçamento e Financiamento - CNS. 2022. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2022/Boletim\\_Cofin\\_2022\\_11\\_30\\_CNS\\_2022\\_12\\_15\\_VF.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2022/Boletim_Cofin_2022_11_30_CNS_2022_12_15_VF.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

FURLAN, Leonardo; CARAMELLI, Bruno. The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of Covid-19” in Brazil. **The Lancet Regional Health–Americas**, v. 4, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667193X21000855?via%3Dihub>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GABRIEL GUIMARÃES. Variações à direita: Steven Bannon, Alexander Dugim e Olavo De Carvalho. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 367–372, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/WQCvpNry8vCKWVXmDpCxp3m/?lang=pt#>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.p.319 – 342.

GAUTRET, Philippe; et al. *Clinical efficacy and safety profile of hydroxychloroquine and azithromycin against COVID-19*. **International journal of antimicrobial agents**, 57(1), 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7779282/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; MONTEIRO, Joyce Pitz. Conflitos em torno do Ministério da Educação: está em curso uma crise de hegemonia?. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 73–96, 2020. DOI: 10.33241/cadernosdogosshe.v3i2.3107. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/3107>. Acesso em: 23 maio. 2022.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **O Rio é um vasto hospital**. Edição de 15 de Outubro de 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730\\_1918\\_00286.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1918_00286.pdf). Acesso em: 02 Nov. 2021.

GIANELA, Camila; GIDEON, Jasmine; ROMERO, Maria José. O que o COVID-19 nos diz sobre o sistema de saúde peruano?. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 42, n. 1-2, pág. 55-67, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02255189.2020.1843009>. Acesso em: 02 jul. 2022.

GIELOW, Igor. Crise derruba popularidade de Bolsonaro, aponta Datafolha. **Folha de São Paulo**. 22 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/crise-derruba-popularidade-de-bolsonaro-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANELLA, Ligia. Planejamento Estratégico em Saúde: uma discussão da abordagem de Mario Testa. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), Rio de Janeiro, v. 6, n.2, p. 129–153, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/y9Jxy9qpphd6YGnMyJRYTyq/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GIOVANELLA, Ligia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de . Atenção Primária à Saúde. In: GIOVANELLA, Ligia *et al* (Org.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2.ed.Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.p. 493–546.

GLUCKSMANN, Christine. Modo de producción, formación económico-social, teoría de la transición a propósito de Lenin. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 167-175, 1982.

GØTZSCHE, Peter. **Medicamentos mortais e crime organizado**: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência Porto Alegre: Bookman, 2016.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2005, v. 12, n. 1.pp. 101–142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GRAGNANI, Juliana. Covid: estudo que serviu de base para app TrateCov tem falhas de metodologia. **BBC News Brasil em Londres**. 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57241916>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e terra,1987.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, Antonio.**Cadernos do Cárcere: Volume III**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c. p.11-111.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2001.p. 13-54.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 2. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Dos cadernos miscelâneos: Caderno 3. Ins: GRAMSCI, Antonio.**Cadernos do Cárcere**: Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. p.182-207.

GRAMSCI, Antonio. Dos cadernos miscelâneos: Caderno 7. In: GRAMSCI, Antonio.**Cadernos do Cárcere: Volume III**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p.259-270.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**: Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**: Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre el fascismo**. Prólogo y selección de Enzo Santarelli. Ciudad de México: Ediciones Era, 1979.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2021, v. 19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00305>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

GRAVAS, Douglas. Brasil ganha 1,4 milhão de informais em apenas 2 anos. **Folha de São Paulo**. 2 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/brasil-ganha-14-milhao-de-informais-em-apenas-2-anos.shtml#:~:text=O%20Brasil%20ganhou%201%2C42,tr%C3%AAs%20primeiros%20meses%20de%202022>. Acesso em: 29 mar. 2023.

GRIFFIN, Roger. **Fascism**. Massachusetts: Polity Press, 2018.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of fascism**. Park Square: Routledge, 1993.

GRIFFIN, Roger. **Fascismo**: una introducción a los estudios comparados sobre el fascismo. Alianza Editorial, 2019.

GUEDES, Paulo. **EM n.º 00066/2021 ME**. Brasília, 13 de março de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Exm/Exm-MP-1037-21.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Exm/Exm-MP-1037-21.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e Grande capital**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista - a tríade alimento-mercadoria-doença no cenário (trans)pandêmico. In: Mendes, Áquilas; CARNUT, Leonardo (Orgs.). **Economia política da saúde**: uma crítica marxista contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2022. pp.227-269.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião & Sociedade** [online]. 2021, v. 41, n. 02, pp. 49-74. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap02>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

GUIMARÃES, Raul Borges et al. O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos Avançados** [online]. 2020, v. 34, n. 99. pp. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.008>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde**: fundamentos de Geografia humana [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4xpyq/pdf/guimaraes-9788568334386.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GUIOT, André. Os empresários bolsonaristas do Instituto Brasil 200 e o desprezo pela vida. **Esquerda Online**. 18 de abril de 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/18/os-empresarios-bolsonaristas-do-instituto-brasil-200-e-o-desprezo-pela-vida/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

GURGEL NEVES HORA, Lidia.; REISLER CAVALCANTI, Camilla.; MIRANDA COSTA, Ana Paula. O “bolsonarismo” no Facebook a partir da perspectiva das fórmulas discursivas. **Calidoscópico**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 358–371, 2021. DOI: 10.4013/cld.2021.193.05. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/23243>. Acesso em: 31 maio. 2022.

HÄGERSTRAND, **Torsten**. **Innovation Diffusion as a Spatial Process**. The University of Chicago Press, Year: 1967.

HALLAL, Pedro C. SOS Brazil: science under attack. **The Lancet**, v. 397, n. 10272, p. 373-374, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00141-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00141-0/fulltext). Acesso em: 1 mar. 2023.

HARVEY, David. Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço. In: HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.139-152.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**. Texto completo, com os adendos orais, traduzido por Paulo Meneses, com a colaboração de José Machado. São Paulo : Loyola, [1830] 1995.

HERRERA-AÑAZCO, P, et al. “Some lessons that Peru did not learn before the second wave of COVID-19.” **The International journal of health planning and management** vol. 36,3. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8014877/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

HERZOG, Pierre. El Punto de Vista de un Economista. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 196-200, 1982.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; LAZZAROTTO, Joelsio José. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Soja Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Documentos

349. Junho de 2014. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104753/1/O-agronegocio-da-soja-nos-contextos-mundial-e-brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 out.2021.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 5º ed. São Paulo. 1964.p. 13-64.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.  
IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 143-183, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000300009>. Acesso em: 29 jan. 2021.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 3 out. 2021.

ICAO. Disponível em:

<https://www.icao.int/Meetings/DRONEENABLE2/Documents/Presentations/1-5-1%20Voss.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

IDOETA, Paulo Adamo. A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. **CNN**. 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ILANA LÖWY. **Vírus, mosquitos e modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7h7yn/pdf/lowy-9788575412398.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ILLICH, I.A **expropriação da saúde**: nêmesis da medicina. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO PÓLIS. **Dois anos de pandemia no município de São Paulo**. Fevereiro de 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/dois-anos-de-pandemia-no-msp/#>. Acesso em: 14 jun. 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Raça e covid no município de São Paulo**. Julho de 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IPCC. **Climate Change and Land An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems**.2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/>. 2020. Acesso em: 4 Out. 2021.

ÍTALO ROCHA, André . Bancos somam R\$ 3,4 tri em crédito concedido durante pandemia, diz Febraban. **CNN Brasil**. 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/bancos-somam-r-3-4-tri-em-credito-concedido-durante-pandemia-diz-febraban/>. Acesso em: 27 fev. 2023.



IVERSSON, Lygia Busch. Aspectos epidemiológicos da meningite meningocócica no município de São Paulo (Brasil), no período de 1968 a 1974. **Revista de Saúde Pública** [online]. 1976, v. 10, n. 1. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/sLDTdNNzDsDYLP4VX6hd8CD/?lang=pt#ModalArticles>.

Acesso em: 19 jan. 2022.

JILANI, T. N; JAMIL, R. T; SIDDIQUI, A. H. Influenza H1N1. StatPearls [Internet].

Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2021 Jan-. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK513241/>. Acesso em: 17 nov, 2022.

JIN, Fengjun; CHEN, Zhuo. Evolution of transportation in China since reform and opening up: Patterns and principles. **Journal of Geographical Sciences**, v. 29, p. 1731-1757, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11442-019-1688-9>. Acesso em: 14 jun. 2023.

JONES, K et al. Global trends in emerging infectious diseases. **Nature**. **451**, 990–993. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature06536>. Acesso em: 16 fev. 2022.

JUNQUEIRA, Caio. Economia não pode ser esquecida, dizem governadores em carta sobre coronavírus. **CNN**. 26 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-carta-governadores-dizem-que-nao-se-pode-esquecer-a-economia/>. Acesso em: 8 mai.2023.

KALIL, Isabela Oliveira. Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. Outubro | 2018.

Disponível em:

<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

KERR-PONTES, Lígia Regina; ROUQUAYROL, Maria Zélia. A medida da saúde coletiva. In: ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. (Orgs.). **Epidemiologia e saúde**. 5.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999. p. 31-76.

KLIMAN, Andrew. **A crisis for the centre of the system**. From International Socialism 2 : 120, Autumn 2008. Disponível em:

<https://www.marxists.org/history/etol/newspape/isj2/2008/isj2-120/kliman.html>.

Acesso em 20 Mar. 2020.

KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2012, v. 19, suppl 1. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000500005>. Acesso em: 20 Out. 2021.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

KRANZ, Guilherme. O 68 brasileiro: da explosão estudantil às greves operárias contra o regime político. **Ideias de Esquerda**: revista de política e cultura. Nº4. 2018. pp.58–61.

KROPF, Simone Petraglia. Negacionismo Científico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (Orgs.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil** [recurso eletrônico]. Recife: Cepe editora, 2022. pp.421-422.

LABICA, Georges. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 206-216, 1982.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02062017-103551/pt-br.php>. Acesso em: 24 mai. 2022.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista latinoamericana de Salud**, v. 2, n. 1, p. 7-25, 1982.

LAURELL, Asa Cristina. Prólogo à primeira edição. In: BREILH, Jaime. **Epidemiologia, Economia, Política e Saúde**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP: HUCITEC, 1991.

LENIN V. I. Comunismo: Jornal da Internacional Comunista para os países do sudeste da Europa. In: LENIN V. I. **Obras Completas**. - 5ª ed. - M.: Politizdat, 1974. - T. 41. Maio - novembro de 1920. - S. 135-137.

LÊNIN, V. **A Terceira Internacional e seu lugar na história**. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/04/15.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Estado e revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Navegando publicações: São Paulo, 2011.

LESSA, Sergio; TONET, I. **Capital e Estado de Bem-estar**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LIBÓRIO, Bárbara; CUBAS, Marina Gama; BARBOSA, João. Em 44 horas, bolsonaristas vão de 'fake news' para blindar Moro a ataques ao ex-ministro. **Aos Fatos**. 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/em-44-horas-bolsonaristas-vaio-de-fake-news-para-blindar-moro-ataques-ao-ex-ministro/>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LIGUORI, Guido. **Jornalismo**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano (1926-1936). São Paulo: Boitempo, 2017. p. 448-450.

LINHARES DE OLIVEIRA, I. . et al.. “O médico brasileiro sabe como tratar a Covid-19”: sentidos de autonomia médica na pandemia. Trabalho, Educação e Saúde, v. 20, n. **Trab. educ. saúde**, 2022 20, p. e00568187, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XvPpS63p7pMg43xCmkQhnDq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2023.

LINHARES, Paulo de Tarso Frazão; MENDES, Constantino Cronemberger; LASSANCE, Antonio (Orgs). Introdução. In.\_\_\_\_\_. **Diálogos para o Desenvolvimento**. Volume 8: Federalismo à brasileira: questões para discussão. Brasília: Ipea, 2012, pp. 9–18.

LIRA, L. A.. Vidal historiador. **Confins** (Paris), v. 21, p. 1, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9636>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LLERENA, Renato et al. Emergência, gestão, vulnerabilidade e respostas frente ao impacto da pandemia COVID-19 no Peru. 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/94/>. Acesso em 10 abr. 2021.

LOPES, Raquel; VARGAS, Matheus. Apoio a pauta bolsonarista na pandemia causa racha em entidades médicas. **Folha de São Paulo**. 6 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/apoio-a-pauta-bolsonarista-na-pandemia-causa-racha-em-entidades-medicas.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2023.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sobral-CE: Editora SertãoCult, 2020. pp. 13-30. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/148>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LÖWY, Michael. **Marxismo contra positivismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUPORINI, Cesare. Dialéctica marxista e historicismo. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 9 - 54, 1982a.

LUPORINI, Cesare. Nota a Marx Segun Marx: La Noción de ‘formación económica de la sociedad’ y la Introducción de Eric Hobsbawm a las FORMEN. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 162-166, 1982b.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. 3ª ed. São Paulo: Editora expressão popular, 2016.

MACEDO, L. R.; STRUCHINER, C. J.; MACIEL, E. L. N.. Contexto de elaboração do Plano de Imunização contra COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. Ciênc. saúde coletiva, 2021 26(7), p. 2859–2862, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XJNnflRTDyYTbRj439PSrgQ/?lang=pt#>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MACHADO, Renato. E-mails da Pfizer comprovam omissão da gestão Bolsonaro na busca por vacinas, dizem senadores da CPI. **Folha de São Paulo**. 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/emails-da-pfizer-comprovam-omissao-da-gestao-bolsonaro-na-busca-por-vacinas-dizem-senadores-da-cpi.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MACIEL, E. et al.. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. Ciênc. saúde coletiva, 2022 27(3), p. 951–956, mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YFbPSKJvkTj4V3pXd8b7yvJ/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MACIEL, Ethel Leonor Noia. **A Epidemiologia no enfrentamento da pandemia de coronavírus - parte 7**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ufes.br/conteudo/epidemiologia-no-enfrentamento-da-pandemia-de-coronavirus-parte-7>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MACIEL, F. B. Assentamentos precários: caso de manaus. In: Maria da Piedade Moraes; Cleandro Krause; Vicente Correia Lima Neto. (Org.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários** : estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016, v. 1, p. 249–305. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9615/1/Assentamentos%20prec%C3%A1rios%20Manaus.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MAIA, Matheus. Barra Torres diz que Nise Yamaguchi apoiou mudança na bula da cloroquina. **Poder 360**. 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/Congresso/barra-torres-diz-que-nise-yamaguchi-apoiou-mudanca-na-bula-da-cloroquina/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MAINARDI, Diogo. **A vala comum do Bolsonarismo**. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/despertador/a-vala-comum-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MAKLOUF CARVALHO, Luiz. **O cadete e o capitão**: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: Todavia, 2019.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, p. 333-362, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/7787/5874>. Acesso em: 12 Out. 2021.

MANDEL, Ernest. **“El Capital”**: cien años de controversias en torno a la obra de **Karl Marx**. México: Siglio ventiuno editores. 1985.  
MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. 4ªed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

MANDEL, Ernest. **Sobre o fascismo**. Lisboa: Edições antídoto, 1976.

MANDETTA, Luiz Henrique. **Um paciente chamado Brasil**: os bastidores da luta contra o coronavírus. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.  
Mar. 2021.

MARÉS, Chico; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália,=. Salles erra ao dizer que seca causou aumento de queimadas na Amazônia. **Folha de São Paulo**. Agência Lupa. 28 ago, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/08/28/salles-seca-queimadas-amazonia/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defesa do marxismo, polêmica revolucionária e outros escritos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARINA OLIVEIRA. Com Covid-19, Pazuello recebe Bolsonaro para selar a ‘paz’. Ambos sem máscara. **UOL**. Congresso em Foco. 22 de outubro de 2020. Disponível em: <https://Congressoemfoco.uol.com.br/tipo/videos/bolsonaro-visita-pazuello-e-minimiza-crise-por-vacina-chinesa/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MARINI, R.M. **Dialéctica de la dependencia**. 11 reimpressão México: Ediciones Era, 1991.

MARINI, R.M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J; LUCE, M (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINS, Mani Tebet et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 669-692, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf>. Acesso em: 37 jun. 2023.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. 3. ed. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES, MELLO; MARTINES. P.V.; P. C. de Mello & J.G. Martines Fo. **Mercados Futuros e de Opções Agropecuárias**. Piracicaba, S.P., Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, 2006, Série Didática nº D-129. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/did-129\\_000fk725ekp02wyiv80sq98yqoy5hp4u.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/did-129_000fk725ekp02wyiv80sq98yqoy5hp4u.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

MARQUES, Rosa Maria. *et al.* **Pandemias, crises e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. O financiamento do SUS no enfrentamento à Pandemia da Covid-19. **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, 2022. Disponível em: [https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep\\_teste/uploads/1639\\_1645196318\\_O\\_fi\\_nanciamento\\_do\\_SUS\\_no\\_enfrentamento\\_da\\_pandemia\\_de\\_Covid-19\\_18fev2022\\_com\\_autoria\\_pdf\\_ide.pdf](https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=enep_teste/uploads/1639_1645196318_O_fi_nanciamento_do_SUS_no_enfrentamento_da_pandemia_de_Covid-19_18fev2022_com_autoria_pdf_ide.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

MARTELLO, Alexandro; RODRIGUES, Mateus. Guedes anuncia auxílio mensal de R\$ 200 a autônomos, em pacote de R\$ 15 bi a 'pessoas desassistidas'. **G1**. 18 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/18/com-decreto-de-calamidade-publica-governo-anuncia-r-15-bilhoes-para-pessoas-desassistidas.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MARTIN, Hernan San. Prólogo da terceira edição., In: BREILH, Jaime. **Epidemiologia: Economia, política e saúde**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP: HUCITEC, 1991. p. 17-30.

MARTINS, Arícia, et al. Interromper isolamento social antes do necessário é pior ainda para a economia, diz Itaú. **Valor Econômico**. 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/03/mesquita-pior-cenario-para-economia-e-suspender-isolamento-sem-ouvir-autoridades-de-saude.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MARTUSCELLI, D. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 41 - 60, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/88>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MARX, Karl. A mercadoria. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro Eduerj, 2015.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: o processo local da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Livro 4 do capital. Volume I. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo; 2007b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas em três tomos**. Edições Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MASCARO, Alysson. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguéni. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020. pp. 9-24.

MATHIAS, Maíra; TORRES, Raquel. Unimed, amiga íntima do ministro Mandetta. **Outra Saúde**. 2 de julho de 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-unimed-bate-a-porta-do-ministro/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MATOS, Daniel. Bolsonaro: fascismo ou bonapartismo ? **Ideias de Esquerda**: revista de política e cultura. 14 de outubro de 2018. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=506>. Acesso em: 5 dez. 2022

MATOS, Daniel; YANG, Elizabeth. **Da crise do Bolsonaro e do bonapartismo judicial ao retorno de Lula**. Ideias de Esquerda. 14 de março de 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Da-crise-do-Bolsonaro-e-do-bonapartismo-judicial-ao-retorno-de-Lula>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L.. Impactos da crise da Covid-19no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. Brazil. J. Polit. Econ., 2020 40(4), p. 647–668, out. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/#>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MATTOS, Marcela; BORGES, Beatriz; RODRIGUES, Paloma. Barra Torres confirma reunião no Planalto para discutir alteração da bula da cloroquina. **G1**. 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/11/barra-torres-cpi.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MÁXIMO, Welton. Caixa encerra pagamento do auxílio emergencial após sete meses. **Agência Brasil**. 31 de outubro de 2021. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses#:~:text=Ao%20todo%2C%20a%20Caixa%20pagou,2%20mil%20para%20m%C3%A3es%20solteiras\)..](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses#:~:text=Ao%20todo%2C%20a%20Caixa%20pagou,2%20mil%20para%20m%C3%A3es%20solteiras)..) Acesso em: 1 mar. 2023.

MAZUI, Guilherme. 'É simples assim: um manda e o outro obedece', diz Pazuello ao lado de Bolsonaro. **G1**. 22 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MCKENNA, Elizabeth. Taxes and tithes: The organizational foundations of bolsonarismo. *international Sociology*. October 23, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0268580920949466>. Acesso em: 31 mai. 2022.

MEDEIROS JÚNIOR, Geraldo. **Desafios da Municipalização da Saúde: Evolução do Fundo Municipal de Saúde e Perspectivas de Implantação de um Novo Modelo e Saúde em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Universidade Federal de Campina Grande, 1999.

MEDEIROS JÚNIOR, Geraldo. **Economia e Administração Política da Saúde: análise das dinâmicas do capital e do Estado na Gestão do SUS no Brasil e em Campina Grande**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. In: **O Papel de Hong Kong na modernização da China**, 1997. Coleção documentos; Série Assuntos Internacionais. São Paulo, 1997. v. 50. p. 1-13. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MÉDICOS PELA VIDA. **Manifesto I: manifesto em defesa da vida e do tratamento pré-hospitalar da Covid-19**. 12 de maio de 2020. 2020a. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=1>. Acesso em: 9 abr. 2023.



MÉDICOS PELA VIDA. **Manifesto II**. 11 de julho de 2020. 2020b. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=2>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MÉDICOS PELA VIDA. **Manifesto III**. 16 de fevereiro de 2021. 2021. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=3>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MÉDICOS PELA VIDA. **Manifesto IV**. 10 de janeiro de 2022. 2022. Disponível em: <https://medicospelavidacovid19.com.br/manifesto/index.php?manifesto=4>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MELLO DA COSTA, Alessandra de Sá; CARVALHO SILVA, Marcelo Almeida de. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organ Soc**. 2018Jan;25(84):15–29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9240841>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2014

MELO, Demian Bezerra de. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D.. (Org.). **(Neo)fascismo e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, v. 1, p. 12-46. Disponível em: [https://www.academia.edu/45637190/O\\_bolsonarismo\\_como\\_fascismo\\_do\\_XXI](https://www.academia.edu/45637190/O_bolsonarismo_como_fascismo_do_XXI). Acesso em: 22 jun. 2022.

MENDES, A. N. ; CARNUT, L. . A crise do capital e a demolição da saúde pública: o neofascismo do governo Bolsonaro. **Crise capitalista, pandemia e movimentos sociais**, São Paulo - SP, p. 11 - 23, 01 nov. 2021.

MENDES, Á.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. e00164621, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RzCN3QfmZthv6GBQQfNQHsQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENDES, Áquilas Nogueira. **Tempos turbulentos na saúde pública brasileira**: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

MENDES, Áquilas, SANTOS, Leonardo Carnut dos. Capital e Estado na Crise: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. In: **IX Colóquio Internacional Marx Engels, CEMARX IFCH/UNICAMP**, 2018, Campinas. Anais do IX Colóquio Internacional Marx Engels, Cemarx, Unicamp. Campinas: Cemarx, 2018. v. 1. p. 1-8.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 57, p. 174-210, 2020. Disponível em: <https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/636>. Acesso em: 27 Mar. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MENEGAT, Marildo. Violência e Barbárie : um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. **Argumentum**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 7–16, 2019. DOI: 10.18315/argumentum.v11i2.26864. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/26864>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In: KLEN, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Orgs). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. p.43-56.

**Menino 23: infâncias perdidas no Brasil**. Direção: Belisario Franca. Produção: Giros; Brasil, 2016. (83min). Disponível em: <https://www.menino23.com.br/menino-23/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**. Edição 4. 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2021

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Determinação social, não! Por quê?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00010721>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Dialogando sobre o conceito de determinação social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00254221>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Fundação Nacional do índio. **Portaria nº 413, de 13 de março de 2020**. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20413-20-mj-sp-funai.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20413-20-mj-sp-funai.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Fundação Nacional do índio. **Portaria nº 419, de 17 de março de 2020**. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20419-20-mj-sp-funai.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20419-20-mj-sp-funai.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Fundação Nacional do Índio. Portaria nº 413, de 13 de março de 2020. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20413-20-mj-sp-funai.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20413-20-mj-sp-funai.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria n.º 149, de 27 de março de 2020**. Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria-149-20-mj-sp.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria-149-20-mj-sp.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ações emergenciais decorrentes do agravamento dos casos da Covid-19 no Estado do Amazonas**. Brasília, DF, 6 de janeiro de 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano\\_manaus-18-01.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano_manaus-18-01.pdf). Acesso em: 19 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Contrato nº 29/2021**. contrato que entre si celebram a união, por intermédio do departamento de logística em saúde da secretaria executiva do ministério da saúde e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa precisa comercialização de medicamentos Ltda. Disponível em: [https://cdn.oantagonista.com/uploads/2021/06/Contrato\\_Covaxin.pdf](https://cdn.oantagonista.com/uploads/2021/06/Contrato_Covaxin.pdf). Acesso em: 17 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do ministro. **Portaria n.º 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979\\_13\\_11\\_2019.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html). Acesso em: 27 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 384, de 04 de abril de 2003**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt0384\\_04\\_04\\_2003.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt0384_04_04_2003.html). Acesso em: 19 Jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 395, de 16 de março de 2020**. Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde — Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus — COVID 19. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/prt395-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt395-20-ms.htm). Acesso em: 27 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do ministro. **Portaria n.º 480, de 23 de março de 2021.** Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0480\\_25\\_03\\_2020.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0480_25_03_2020.html). Acesso em: 27 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.203, de 5 de novembro de 1996.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203\\_05\\_11\\_1996.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.html). Acesso em 19 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993.** Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica - SUS 01/93. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt0545\\_20\\_05\\_1993.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt0545_20_05_1993.html). Acesso em: 19 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 95, de 26 de janeiro de 2001.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0095\\_26\\_01\\_2001.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0095_26_01_2001.html). Acesso em: 19 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do ministro. **Portaria nº. 430, de 19 de março de 2020.** Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20430-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20430-20-ms.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do ministro. **Portaria nº. 454, de 20 de março de 2020.** Declara, em todo o território nacional, o Estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/prt454-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt454-20-ms.htm). Acesso em: 27 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano Brasileiro de Preparação para Enfrentamento de uma Pandemia de Influenza**. IV Versão. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância Epidemiológica. Grupo Executivo Interministerial. Brasília, 2010. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_brasileiro\\_pandemia\\_influenza\\_IV.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_brasileiro_pandemia_influenza_IV.pdf). Acesso em: 17 Nov. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19**. Brasília/DF. Fevereiro de 2020 Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial nº 44**. Doença pelo Coronavírus. Semana Epidemiológica 53 (27/12/2020 a 2/1/2021). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19>. Acesso em: 08 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial Nº 94**. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. semana epidemiológica 52 (26/12/2021 a 1/1/2022) de 2021. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_93.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_93.pdf/view). Acesso em: 03 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial nº 44**. Doença pelo Coronavírus. Semana Epidemiológica 53 (27/12/2020 a 2/1/2021). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19>. Acesso em: 08 mar. 2022; IBGE; TSE. Elaboração própria.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial Nº 92**. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Semana Epidemiológica 48. 28/11 a 4/12/2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_92\\_10dez21.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_92_10dez21.pdf/view). Acesso em: 13 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde** : volume 1. Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia e Serviços. – 1. ed. atual. – Brasília. 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_vigilancia\\_saude\\_volume\\_1.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_volume_1.pdf). Acesso em: 16 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Informa Técnico de Influenza. Edição nº1** - Janeiro, 2012. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/22/informe-influenza-2009-2010-2011-220514.pdf>. Acesso em: 17 Nov. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Portaria nº 59, de 16 de março de 2020**. Instituição do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 (GIAC-COVID19). Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/Mar%C3%A7o/Portaria\\_PGRM\\_PU\\_59\\_2020.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2020/Mar%C3%A7o/Portaria_PGRM_PU_59_2020.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

MO, Chunbao et al. An analysis of spatiotemporal pattern for COVID-19 in China based on space-time cube. **Journal of Medical Virology**, v. 92, n. 9, p. 1587-1595, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jmv.25834>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOLITERNO, Danilo; SAPIO, Marcello. **15 partidos apoiam Lula para o 2º turno; cinco aderem a Bolsonaro**. 6 de outubro de 2022. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/15-partidos-apoiam-lula-para-o-2o-turno-cinco-aderem-a-bolsonaro/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MONARI, Ana Carolina Pontalti et al. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5707, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

MONTEIRO, Solange. Desemprego de longa duração aumenta com a pandemia e ameaça reinserção de brasileiros no mercado de trabalho. **Blog Conjuntura Econômica**. FGV. 27 de abril de 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/desemprego-de-longa-duracao-aumenta-com-pandemia-e-ameaca>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MONTUORI FERNANDES, Carla et al. A Pós-verdade em tempos de Covid 19: o negacionismo no discurso de Jair Bolsonaro no Instagram. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e5317, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

MORAES DOS SANTOS, M. L. et al.. O que pode uma política? Problematizando a implementação do Programa Mais Médicos a partir da experiência de uma cidade brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, n. Interface (Botucatu), 2019 23, p. e190052, 2019.

MORAES, R. C. C. Neoliberalismo e neofascismo é o mesmo pero no é igual? **Crítica Marxista**, São Carlos, v. 1, t. 7, p. 121-126, 1998. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie11Dossie2.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie11Dossie2.pdf). Acesso em: 21 jun. 2023.

MORAES, W. Pra quem sabe ler, um pingo é letra. **Le Monde Diplomatique** (Brasil), São Paulo, 23 out. 2018. Acervo Online/Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3ch47B0>. Acesso em: 2 maio 2020.

MORCEIRO, Paulo César. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**. v. 41, p. 700-722, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4HDjr3pgty8TcpJVPQnQx5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 17, p. 269-279.

MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; BAPTISTA, T. W. DE F.. Previne Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020 36(9), p. e00040220, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Hx4DD3yCsxkcx3Bd6tGzq6p/?lang=pt#>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MORSE, Stephen et al. Prediction and prevention of the next pandemic zoonosis. **The Lancet**, Volume 380, December, 2012. p.1956 - 1965. Disponível em: [https://www.thelancet.com/jour/Zals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)61684-5/fulltext](https://www.thelancet.com/jour/Zals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)61684-5/fulltext). Acesso em: 16 mar 2020.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Hendges. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MPF. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Amazonas. 4º ofício. **Inquérito Civil nº 1.13.000.000061/2021-04**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/04/Acao-improbidade-administrativa-pazuello-mpf.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MPF. Procuradoria da República no Amazonas. 4º Ofício. **Inquérito Civil nº 1.13.000.000061/2021-04**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/04/Acao-improbidade-administrativa-pazuello-mpf.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em 'O Capital'. Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas Seaf, Belo Horizonte, v. 2, p. 15-41, 1982. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MUNHOZ, S. J. Imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo durante a Guerra Fria. **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 452-469, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n36p452>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MUNIZ, Mariana; CAPELLI, Paulo; PORTINARI, Natália. Gabinete paralelo' tinha ligação com Prevent Senior, diz documento. **O globo**. 19 de setembro de 2021. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/politica/gabinete-paralelo-tinha-ligacao-com-prevent-senior-diz-documento-1-25203199?utm\\_source=globo.com](https://oglobo.globo.com/politica/gabinete-paralelo-tinha-ligacao-com-prevent-senior-diz-documento-1-25203199?utm_source=globo.com). Acesso em: 27 mar. 2023.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/cNMMcJJgvqbnjP3VKpkmKPQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 jun. 2022.

NEIVA, Lucas; LIPPELT, Vanessa. De Lula a Bolsonaro: o jogo pelo poder de Silas Malafaia. **Uol**. Congresso em Foco. 2022. Disponível em: <https://Congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/de-lula-a-bolsonaro-o-jogo-pelo-poder-de-silas-malafaia/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

NÉRI, Felipe. Padilha qualifica de xenófoba atitude de médicos que hostilizaram cubanos. **G1**. 27 de agosto de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/08/padilha-qualifica-de-xenofoba-atitude-de-medicos-que-hostilizaram-cubanos.html>. Acesso em: 31 mar, 2023.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia. 2020.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. Administração política da saúde: uma análise das ações em saúde no município de Campina Grande, Paraíba.. **Revista Sociais e Humanas**, v. 33, p. 55-69, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/35886>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Administração política da saúde**: uma análise das ações em saúde do ano de 2016 na cidade de Campina Grande, Paraíba. 2017. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. [Monografia]. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18909>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Feira da Prata**: uma análise através da percepção da paisagem. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Geografia. Universidade Federal de Campina Grande, 113f. 2013

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. JUSTINO SOBRINHO, Severino . A nova Política Nacional de Atenção Básica à Saúde: impactos perceptíveis em uma equipe de saúde da família no município de Alagoa, Nova-PB. **Caderno de Ciências**



**Sociais Aplicadas UESB**, v. 16, p. 25-40, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/5752>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Mapeamento da Covid-19 no Estado da Paraíba**: Elementos para a espacialização e análise em ambiente SIG. Revista Metodologias e Aprendizados, v. 3, p. 24-39, 2020c. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1301>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **O gerencialismo na saúde pública**: uma análise sobre o programa de melhoria do acesso e da qualidade na atenção básica à saúde. 2020a. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12487>. Acesso em: 30 Mar. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Os desafios para a concretização do Sistema Único de Saúde**: do Neoliberalismo ao ultraneoliberalismo. In: III Jornada de Pensamento Político Brasileiro, 2019, João Pessoa. Anais da III Jornada de Pensamento Político Brasileiro. João Pessoa, 2019b.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Por uma reflexão sociológica acerca da racionalidade neoliberal**. MOVIMENTAÇÃO, v. 7, p. 07-16, 2020b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/12846/6630>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Um ajuste (in) justo**: o discurso do Banco Mundial sobre a saúde pública brasileira. XI EPMARX - Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas. Recife: UFPE, 2019c. Disponível em: <https://epmarx2019.blogspot.com/>. Acesso em: 29 Abr. 2021.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva. **Uso do mapa mental como suporte para uma análise da modificação da paisagem na feira da prata em Campina Grande PB**. In: V Encontro Paraibano de Geografia - ?Geografia, Interdisciplinaridade, Saberes Múltiplos, 2012, Campina Grande. Anais do V Encontro Paraibano de Geografia - ?Geografia, Interdisciplinaridade, Saberes Múltiplos, 2012. v. 1.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. **Percepção dos superiores hierárquicos sobre o conhecimento geográfico dos ACS e ACE em Campina Grande PB**. In: VIII Congresso de Iniciação Científica da UFCG, 2011, Campina Grande. Percepção dos superiores hierárquicos sobre o conhecimento geográfico dos ACS e ACE em Campina Grande PB, 2011.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; PEREIRA, Martha Priscila Bezerra. **O uso do SIG para espacialização das competências e habilidades relacionadas ao conhecimento geográfico do ACS e ACE em Campina Grande - PB**. In: Xisto Serafim

de Santana de Souza Júnior; Martha Priscila Bezerra Pereira. (Org.). **A importância e o significado dos grupos de pesquisa na qualificação do profissional de geografia: da reflexão dos desafios aos relatos de experiência**. Campina Grande: EDUFPG, 2020, v. , p. 201-226.

NOGUEIRA, Kleiton Wagner Alves da Silva; PEREIRA, Martha Priscila Bezerra **Uma análise qualitativa da modificação da paisagem na Feira da Prata em Campina Grande Paraíba**. 1ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, v. , p. 78-114.

NUNES, Everardo Duarte. Cecília Donnangelo: pioneira na construção teórica de um pensamento social em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2008, v. 13, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/54GjpZyK5wGdYG5pnWNKn9R/?lang=pt#>. Acesso em: 27 Jul. 2021.

O PAIZ. **A influenza Espanhola. 22 de Outubro de 1918**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pagfis=40733](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pagfis=40733). Acesso em: 02 Nov. 2021.

**O povo brasileiro**. Direção: Isa Grinspum Ferraz. 2000. (280 min.). Disponível em: <https://youtu.be/-zEztOsq6yA>. Acesso em: 10 out.2021

OLAVO DE CARVALHO. **A nova Era e a Revolução Cultural**: Fritjot Capra & Antonio Gramsci. 4.ed. São Paulo: Vide Editorial, 2014.

OLB. Observatório do Legislativo Brasileiro. **Adesão ao governo: Câmara e Centrão**. Anpocs: São Paulo. 2022. Disponível em: [https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs\\_comunica/A4-CSArticuladas/2022-03-Boletim10-A4.pdf](https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2022-03-Boletim10-A4.pdf). Acesso em: 24 mai 2022.

OLIVEIRA DA SILVA, V. et al.. O Programa Mais Médicos: controvérsias na mídia. *Saúde em Debate*, v. 42, n. **Saúde debate**, 2018 42(117), p. 489–502, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811712>. Acesso em: 31 mar. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. **Revista Piauí**. tribuna livre da luta de classes. Edição 4, Janeiro 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

OLIVEIRA, Suelen Carlos de; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Alarcón. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2019, v. 35, n. 5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pGbHkQMTbxwKQFXwdMSqyLQ/?lang=pt#>. Acesso em: 16 mai. 2022.

ORLOWSKI, E; GOLDSMITH, D. Four months into the COVID-19 pandemic, Sweden's prized herd immunity is nowhere in sight. **Journal of the Royal Society of Medicine**, 2020. 113(8), 292–298. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0141076820945282>. Acesso em: 22 fev. 2022.

OURIQUES, Helton Ricardo; ANDRADE, Ricardo Sugai de. Desenvolvimento, migração e urbanização na China: notas introdutórias. RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 21, p. 20-31, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/689>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OYAMA, Thaís. **Tormenta**: governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

PAHO. Response to Pandemic (H1N1) 2009 in: **the Americas**: Lessons and Challenges. Miami, Florida, 15–17 September 2009. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2010/Lessons-learned-2010-H1N1.pdf>. Acesso em: 17 Nov. 2021.

PAIM, Jairnilson Silva. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PASSOS, Roberto Nogueira; GOMES, Rogério Miranda. **Capitalismo e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

PATSHIKI, Lucas. **Os litorais da nossa burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). 2012. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1789>. Acesso em: 26 jan. 2015.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEDROSA, Mario Xavier de Andrade; XAVIER, Livio Barreto. Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil. **La Lulle de Classes**, número 28/29. 1931. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/09.htm#tr1>. Acesso em; 19 jan. 2022.

PEREIRA XAVIER,, Emanuel Hiuri ; PEREIRA, Martha Priscila Bezerra . Situação do grupo de pesquisa em Geografia para promoção da saúde em relação aos grupos de pesquisa em Geografia e saúde no Brasil. In: **X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde**, 2021, Campina Grande. Dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. Campina Grande: AGB, 2021. v. único. p. 54-70. Disponível em: <https://www.anaisgeosaude.com>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PEREIRA, M. P. B. GEOGRAFIA DA SAÚDE POR DENTRO E POR FORA DA GEOGRAFIA. Hygeia - **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.],

v. 17, p. 121–132, 2021. Disponível em:  
<https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/58055>. Acesso em: 3 fev. 2022.

PEREZ, O. C.; SANTANA, L. Ações do Consórcio Nordeste no combate à pandemia da Covid-19. **NAU Social**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 259–270, 2020. DOI: 10.9771/ns.v11i21.41997. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/41997>. Acesso em: 8 maio. 2023.

PERICÁS, Luiz Bernardo. O governo Bolsonaro e a questão do fascismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; PINHEIRO, Milton; PERICÁS, Luiz Bernardo. **Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2022. p. 143-161.

PGR. **inquérito 4.862**. Brasília, 25 de janeiro de 2020. Disponível em:  
<https://www.conjur.com.br/dl/inq-4862.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PINHEIRO, Chloé; EMERY, Flavio. **Cloroquination**: Como o Brasil se tornou o país da cloroquina e de outras falsas curas para a covid-19. Editora Paraquedas. 2022.

PITOMBO, J.P. Pandemia empareda governadores bolsonaristas e escancara contradições. **Folha de São Paulo**. 30 de abril de 2021. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/pandemia-empareda-governadores-bolsonaristas-e-escancara-contradicoes.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2023.

POGGI, T. **Faces do extremo**: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em:  
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13275/Tatiana%20Pogg%20-%20Historia%20-%20Tese.pdf;jsessionid=DA3C17DB017A60BB4D0AE4ED86B0BA16?sequence=1>. Acesso em: 21 jun. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**: a III Internacional face ao fascismo. Volume I. Porto: Portucalense Editora, 1972a.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**: a III Internacional face ao fascismo. Volume II. Porto: Portucalense Editora, 1972b.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social** [online]. 2017, v. 29, n. 2. pp. 187-214. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PROENÇO DE OLIVEIRA, F. et al.. Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva internacional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, n. Interface (Botucatu), 2015 19(54), p. 623–634, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1142>. Acesso em: 31 mar. 2023.

**PROJETO FÊNIX. O CAMINHO DA PROSPERIDADE.** Proposta de Plano de Governo, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/conheca-os-programas-de-governo-dos-candidatos-presidente>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12432>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PUJOL, Luiz Ernesto. **Instituto Brasil de Medicina.** Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná. 2018. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Instituto-Brasil-de-Medicina-13-49384.shtml>. Acesso em: 08 abr. 2023.

QUEIROZ, Cristina. O crescimento da fé evangélica. **Nexo**. 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-f%C3%A9-evang%C3%A9lica#:~:text=No%20pa%C3%ADs%20o%20Censo%20mostra,%20C6%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira..> Acesso em: 24 mai. 2022.

QUINTÃO, Chiara. Fundador da MRV defende que não é hora de Brasil passar por isolamento vertical. **O globo**. 25 de março de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/25/fundador-da-mrv-defende-que-nao-e-hora-de-brasil-passar-por-isolamento-vertical.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RACHE, Beatriz et al. Quantas vidas cabem em um voto. **São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde**, 2021. Disponível em: [https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2021/11/IEPS\\_NT18.pdf](https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2021/11/IEPS_NT18.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.

REGINATTO MORAES, Ana Carolina. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro..Rio de Janeiro :UFRJ,2019.Disponível em: [https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc\\_number=000915560&local\\_base=UFR01](https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000915560&local_base=UFR01). Acesso em: 20 jan, 2022.

REGO, José Pereira. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850**. São Paulo: Chão, 2020.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-americanos** v. 46, p. 36709-11, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709>. Acesso em: 31 mai. 2022.

RENNÓ, Lucio; AVRITZER, Leonardo; CARVALHO, Priscila Delgado de. Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 2021, n. 36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.247120>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

REZENDE, Constança. Governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor de vacina. **Folha de São Paulo**. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

REZENDE; Constança; LOPES, Raquel. Documentos do Planalto entregues à CPI mostram 24 reuniões com atuação de 'ministério paralelo' na gestão da pandemia. **Folha de São Paulo**. 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/documentos-do-planalto-entregues-a-cpi-mostram-24-reunioes-com-atuacao-de-ministerio-paralelo-na-gestao-da-pandemia.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RIBAS FILHO, J. M.; MALAFAIA, O.; CZECZKO, N. G.. A realidade do mercado médico brasileiro. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 36, n. Rev. Col. Bras. Cir., 2009 36(3), p. 185–186, jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912009000300001>. Acesso em: 31 mar. 2023.

RIBEIRO Jr., W.A. Aspectos reais e lendários da biografia de Hipócrates, o "pai da medicina". **Jornal Brasileiro de História da Medicina**, v. 6, n. 1, p. 8-10, 2003. Disponível em: <https://warj.med.br/pdf/hipocrates.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas**. 1956.. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/convivio-e-contaminacao-efeitos-dissociativos-da-depopulacao-provocada-por>. Acesso em: 20 Out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, Guilherme. ENTRE ARMAS E PÚLPITOS: A NECROPOLÍTICA DO BOLSONARISMO. **Revista Continente**, [S.l.], n. 16, p. 463-485, jun. 2020. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/288>. Acesso em: 31 maio 2022.

RIBEIRO, Luiz de Britto. CFM. **Processo Consulta n.º 8/2020**. Parecer CFM n.º 4/2020. Disponível em: <https://cremers.org.br/wp-content/uploads/2020/06/16.04.2020-Parecer-CFM-4-2020-Tratamento-de-Pacientes-Portadores-de-Covid-19-com-Cloroquina-e-Hidroxicloroquina.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

RIBEIRO, R. L. Do federalismo dualista ao federalismo de cooperação – a evolução dos modelos de Estado e a repartição do poder de tributar. **Revista Interdisciplinar do Direito** - Faculdade de Direito de Valença, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 335–362, 2018. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/498>. Acesso em: 2 maio. 2023.

RIBEIRO, Zizo. A Cura não pode ser maior que a doença. **Brasil 200**. 24 de março de 2020. Disponível em: <https://www.brasil200.com.br/artigos/artigo/a-cura-nao-pode-ser-maior-que-a-doenca>. Acesso em: 29 mar. 2023.

RICARD, Julie; MEDEIROS, Juliano. Usando a desinformação como arma política: COVID-19 e Bolsonaro no Brasil. 2020. **Harvard Kennedy School** (HKS). Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 - Revolta da Vacina**. A maior batalha do Rio / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria, 2006. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max . **Urbanização**. 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/urbanization>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ROBERTS, Michael. **Marx's theory of crises**. In: Roberts, Michael. Marx 200 – a review of Marx's economics 200 years after his birth. London: Lulu.com, 2018.

ROBERTS, Michael. **More on a world rate of profit. the next recession**. 2020a. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/09/20/more-on-a-world-rate-of-profit/>. Acesso em: 26 Out. 2021.

ROBERTS, Michael. **O desastre da dívida global** — e uma saída viável. Outras Palavras. Tradução de Eleutério Prado. Outras Palavras, 2020b. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/o-desastre-da-divida-global-e-uma-saida-viavel/>. Acesso em 21 Out. 2021.

ROBERTS, Michael. **The Great Recession: Profit cycles, economic crisis A Marxist view**. Book on Demand. 2009.

ROCHA, Igor. Entenda se precisamos de um Plano Marshall. **ABDIB**. 26 de março de 2020. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/2020/03/26/entenda-se-precisamos-de-um-plano-marshall/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RODRIGUES, Thiago; TONELO, Iuri. Os militares fora dos quartéis: qual o significado das "aproximações sucessivas" ? In: URBANO, Edison (org.). **Brasil: Ponto de mutação**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2019. pp. 73-79.

ROJAS, G. A.; WANDERLEY, S. L. A. A IMPORTÂNCIA DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA NA LUTA CONTRA A EXTREMA DIREITA. **Temporalis**, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 351–368, 2022. DOI: 10.22422/temporalis.2022v22n44p351-368. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39125>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ROJAS, Gonzalo Adrian. **Os socialistas na Argentina (1880-1980)**. Um século de ação política. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-151218/pt-br.php>. Acesso em: 27 Mai. 2021.

ROMANO, Clayton. "Bolsonarismo E Bolsonaristas No Brasil Contemporâneo: Antecedentes Históricos, Percursos Políticos." **Revista Desenvolvimento Social** 27.1, 2021. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo3352674-bolsonarismo-e-bolsonaristas-brasil-contempor%C3%A2neo-antecedentes-hist%C3%B3ricos-percursos-pol%C3%ADticos](https://redib.org/Record/oai_articulo3352674-bolsonarismo-e-bolsonaristas-brasil-contempor%C3%A2neo-antecedentes-hist%C3%B3ricos-percursos-pol%C3%ADticos). Acesso em: 31 mai. 2022.

ROSCOE, Beatriz. PoderData: Trabalho de Bolsonaro é ruim ou péssimo para 53%. **Poder 360**. 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-trabalho-de-bolsonaro-e-ruim-ou-pessimo-para-53/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

ROSSO, Fernando; DAL MASO, Juan. Brasil: crise orgânica? **Esquerda Diário**. 2016. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-crise-organica-5322>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKOTO, Mireille. Bolsonaro et la covid-19 au Brésil : réflexions autour d'un double paradoxe. **Revue de la régulation**, 29. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/regulation/20124>. Acesso em: 05 Jan. 2021.

RUIZ, Ricardo Machado. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000). **Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar**, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td299.htm>. Acesso em 15 fev. 2022.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

SALLUM JR, Brasília. **O impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.



SAMPAIO JR, Plínio Arruda. de Arruda Sampaio Jr, Plínio. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. publicación: **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007. ISBN: 978-987-1183-75-3. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hoyos/11Sampaio.pdf>. Acesso em: 02 Mai. 2022.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda. **Um desfecho melancólico**: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. IEELA. 31 de Agosto de 2016. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>. Acesso em: 2 mai. 2022.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante editorial, 2017.  
 SAMPAIO, M. A. P. ; GIRARDI, Eduardo Paulo ; ROSSINI, R. E. . A 'expansão do agronegócio no Brasil': um dossiê composto por olhares diversos. **CONFINS** (PARIS), v. 45, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27871>. Acesso em: 5 Out. 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. “Caridade e Filantropia: elites, Estado e assistência à saúde no Brasil”. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio. PIMENTA, Tânia Salgado. HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). **História da Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2018. pp.145–181.

SANTANA, Laudicéia Araújo. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010)**. 2018. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2190?mode=full>. Acesso em: 20 Mar. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2003, v. 8, n. 1, pp. 309-314. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-8123200300010002>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 2 maio. 2021.

SCHEFFER, M. et al. Demografia Médica no Brasil 2023. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023. Disponível em: [https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023\\_8fev-1.pdf](https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023_8fev-1.pdf). Acesso em: 29 fev. 2024.

SCHEFFER, M. et al., Demografia Médica no Brasil 2020. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, 2020. Disponível em:

[https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020\\_9DEZ.pdf](https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020_9DEZ.pdf). Acesso em 31 mar. 2023.

SCHNEIDER, Catarina Menezes; TAVARES, Michele; MUSSE, Christina. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 9, n. 4, 2015. Disponível em:

[https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/995#:~:text=Paulo%20e%20O%20Globo%20sobre,%E2%80%9D%20\(1968%2D%201972\)](https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/995#:~:text=Paulo%20e%20O%20Globo%20sobre,%E2%80%9D%20(1968%2D%201972)). Acesso em: 16 nov. 2021.

SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos . Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. **Relaciones Internacionales**, v. 30, n. 60, p. 130-130, 2021. Disponível em:

<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/12155/11251>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. Companhia das Letras, 2020.

SCOFIELD, Laura. Vetos de Bolsonaro à lei de quebra das patentes beneficiam indústria e prejudicam cidadãos. **Agência Pública**. 29 de setembro de 2021.

Disponível em: <https://apublica.org/2021/09/vetos-de-bolsonaro-a-lei-de-quebra-das-patentes-beneficiam-industria-e-prejudicam-cidadaos/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SEIBT, T.; DANNENBERG, M. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, p. e5687, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5687>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista**. Salvador: Quarteto Editora, 2022.

SENADO FEDERAL **Projeto de Lei nº 12, de 2021**. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146245>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SENADO FEDERAL. **Autos Processuais Digitais**. Volume II — Atas das Reuniões — Tomo 1. 17 de abril de 2021. 2021d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=6642&codcol=2441>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Autos Processuais Digitais**. Volume II — Atas das Reuniões — Tomo 2. 6 de maio de 2021. 2021e. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=6642&codcol=2441>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Autos Processuais Digitais**. Volume II — Atas das Reuniões — Tomo 5. 2021f. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=6642&codcol=2441>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Autos Processuais Digitais**. Volume II — Atas das Reuniões — Tomo 6. 27 de maio de 2021. 2021g. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/arquivos?ap=6642&codcol=2441>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. CPI da pandemia. **Relatório Final**. 2021c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SENADO FEDERAL. **Requerimento nº 1371, de 2021. 2021a**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148070>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SENADO FEDERAL. **Requerimento nº 1372, de 2021. 2021b**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/14807>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SERENI, Emilio. La categoría de “formación económico-social”. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 55-96, 1982.

SERON, Seiji. A China é comunista ? **Semanário Ideias de Esquerda**. 10 out. 2020. Disponível em <http://esquerdadiario.com.br/A-China-e-comunista>. Acesso em 09 fev. 2022.

SERVO, L. M. S. et al.. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. **Saúde em Debate**, v. 44, n. Saúde debate, 2020 44(spe4), p. 114–129, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3WbqYLWqnc8MSJ7LpnBY5SK/?lang=pt#>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

**SICKO**. Direção: Michael Moore. Produção: Dog Eat Dog Films. Estados Unidos: 2007 (120min).

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)**, v. 14, p. 1-25, 2020. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533/1055>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SILVA, Ludovico. **O Estilo Literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SNOW, John. **Sobre a maneira de transmissão do cólera**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOARES, Felipe Bonow et al. Research note: Bolsonaro's firehose: How Covid-19 disinformation on WhatsApp was used to fight a government political crisis in Brazil. Harvard Kennedy School (HKS). 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-54>. Acesso em: 05 Jan. 2022.

SODRÉ, Eduardo. 'Tem gente em Brasília pensando apenas na eleição de 2022', diz presidente da Anfavea. **Folha de São Paulo**. 7 de abril de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/tem-gente-em-brasilia-pensando-apenas-na-eleicao-de-2022-diz-presidente-da-anfavea.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. **Sistema Único de Saúde: Componentes, diretrizes e políticas públicas**. São Paulo: Érica, 2014.

SORRE, MAX. Complexes pathogènes et géographie médicale. **Annales de Géographie**, Année 1933, v.42, n.235. p. 1-18.

SORRE, Max. **Les fondements de la géographie humaine**. Paris: A. Clon, 1952.  
SOUSA CAMPOS, G. W. DE S.. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. Trab. educ. saúde, 2020 18(3), p. e00279111, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sQgGPbjSPqPSqYnsZxWvxwf/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SOUSA DE ARAÚJO, M.D.S; CARVALHO, A. M. P. AUTORITARISMO NO BRASIL DO PRESENTE: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 146-156, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75280>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SPAGNOLO, Carlo. Fascismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 283-287.

TANJI, Thiago. Fabricantes defendem vacinação em massa para recuperar indústria automotiva, mas falta de matéria-prima preocupa mais que lockdown. **Auto Esporte**. 5 de março de 2021. Disponível em:

<https://autoesporte.globo.com/mercado/noticia/2021/03/falta-de-materia-prima-preocupa-mais-que-lockdown-e-industria-automotiva-so-ve-solucao-com-vacinacao-em-massa.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

TCU. **Relatório TCU 015.749/2021-5**. avaliação da aplicação web “TrateCov”. 2021. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A1780%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1780%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520). Acesso em: 24 abr. 2023.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Saúde e reforma sanitária entre o autoritarismo e a democracia. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Editora Huitec, 2018, pp. 430-464.

TEMPORÃO, José Gomes. O enfrentamento do Brasil diante do risco de uma pandemia de influenza pelo vírus A (H1N1). **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 201-204, set. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000300001>. Acesso em: 10 jan. 2022.

TOLEDO JR, AC. A história da varíola. **Revista Médica de Minas Gerais** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 15, p. 58-65-65, 2005. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1461#:~:text=Em%201560%2C%20ocorreu%20uma%20epidemia,interioriza%C3%A7%C3%A3o%20e%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da%20doen%C3%A7a..> Acesso em: 20 Mar. 2021.

TOLEDO, Marcelo. Isolamento por coronavírus pode atrapalhar safra de milho de MT, diz associação. **Folha de São Paulo**. 26 de março de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/isolamento-por-coronavirus-pode-atrapalhar-safra-de-milho-de-mt-diz-associacao.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

TONELO, Iuri (Orgs.). **O método em Karl Marx**: antologia. São Paulo: Edições Iskra, 2016. pp. 83-87.

TONELO, Iuri. **No entanto ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**: populismo e a extrema-direita. Belo Horizonte: Editora Yiné, 2021

TRICHOPOULOS, D et al. Brian MacMahon (1923-2007): founder of modern epidemiology. **Cancer Causes Control**. 2008 Maio;19(4):329-37. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18415024/>. Acesso em: 10 Jan. 2022.

TRÓTSKI, Leon. **A internacional Comunista depois de Lênin**: stálin o grande organizador de derrotas. São Paulo: Associação Operária Olavo Hansen, 2020.

TRÓTSKI, Leon. **A internacional Comunista depois de Lênin**: Stálin, o grande organizador de derrotas. São Paulo: Associação Operária Olavo Hansen, 2020.

TRÓTSKI, Leon. **A revolução de 1905**. São Paulo: Global Editora. 1981.

TRÓTSKI, Leon. **Balanço e perspectivas**. Grupo Livre de Estudos Marxistas Revolucionários. 1906. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.html>. Acesso em: 07 Abr. 2021.

TRÓTSKI, Leon. **Bonapartismo e fascismo**. Teoria Acervo - Esquerda Diário. 2018a. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Bonapartismo-e-Fascismo-por-Leon-Trotsky>. Acesso em: 26 Jun.2020.

TRÓTSKI, Leon. **ABC da dialética materialista**. Esquerda Diário. (2017). Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Leon-Trotsky-ABC-da-dialetica-materialista> > Acesso em: 7 Jul 2018.

TRÓTSKI, Leon. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018b.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Volume I: a queda do tzarismo. Brasília: Senado Federal. 2018.

UJVARI, Stefan Cunha. **Pandemias**: a humanidade em risco. São Paulo: Contexto, 2020.

URBANO FERREIRA, M. Epidemiologia e geografia: o complexo patogênico de Max. Sorre. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 3, p. 301–309, jul. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bCjprG4vrjZR4vCp7Xxwvqv/abstract/?lang=en#>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VALADARES, João. Procuradoria apura protesto em que funcionários se ajoelham na PB pela volta do comércio. **Folha de São Paulo**. 28 de abril de 2020. Disponível em: [https://12ft.io/proxy?q=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fmercado%2F2020%2F04%2Fprocuradoria-apura-protesto-em-que-funcionarios-se-ajoelham-na-pb-pela-volta-do-comercio.shtml%23\\_%3D\\_](https://12ft.io/proxy?q=https%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fmercado%2F2020%2F04%2Fprocuradoria-apura-protesto-em-que-funcionarios-se-ajoelham-na-pb-pela-volta-do-comercio.shtml%23_%3D_). Acesso em: 29 mar. 2023.

VARGAS Maria Cristina; SILVA, Nivia Regina da. **De onde vem nossa comida**. 2.ed. São Paulo: expressão popular, 2016.

VASCONCELLOS, Jorge. CPI mostra vídeo de Mayra Pinheiro defendendo imunidade de rebanho. **Correio Braziliense**. 25 de Maio de 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/05/4926757-cpi-mostra-video-de-mayra-pinheiro-defendendo-imunidade-de-rebanho.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VENCESLAU, Pedro. Skaf ataca Dória após pedido de ‘guerra’ de Bolsonaro. **Estadão**. 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/skaf-ataca-doria-apos-pedido-de-guerra-de-bolsonaro/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. Desafios da pandemia da Covid-19: para uma agenda de pesquisa brasileira em saúde e sustentabilidade global. **Cafajeste. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00040620, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020000400502&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400502&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 de junho de 2020.

VENTURA, Deisy. **Direito e saúde global**: o caso da pandemia de gripe A(H1N1). São Paulo: Outras expressões, 2013.

VIANA, Natalia. Manual prático do golpismo internacional. Outras Palavras. 21 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/manual-pratico-do-golpismo-internacional/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

VIEITES, R. G.; FREITAS, Inês Aguiar de . A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na Geografia Médica de Josué de Castro. **Scientia Plena**, v. 05, p. 01-12, 2009. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/633>. Acesso em: 02 fev. 2022.

VOZA, Pasquale. Intelectuais Orgânicos. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1936)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 430-431.

WALLACE, et al. COVID-19 e os circuitos da capital. In: PARIS, Danilo (org.). **Coronavírus e marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2020b. Disponível em: <https://iskra.com.br/produto/coronavirus-e-marxismo/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

WALLACE, Rob. **Agronegócio “é a junção perfeita de circunstâncias” para surgimento de novas epidemias**. Entrevista. agência Pública. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/rob-wallace-agronegocio-e-a-juncao-perfeita-de-circunstancias-para-surgimento-de-novas-epidemias/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

WALLACE, Robb. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução de Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Elefante, 2020a.

WHO Solidarity Trial Consortium, Pan H, Peto R, et al. Repurposed Antiviral Drugs for Covid-19 - **Interim WHO Solidarity Trial Results**. N Engl J Med. 2021;384(6):497-511. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33264556/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

WHO, **Modes of transmission of virus causing COVID-19**: implications for IPC precaution recommendations. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/modes-of-transmission-of-virus->

[causing-covid-19-implications-for-ipc-precaution-recommendations](#). Acesso em: 21 fev. 2022.

WHO. Clinical management of human infection with pandemic (H1N1) 2009: **revised guidance**. Disponível em: [https://www.who.int/csr/resources/publications/swineflu/clinical\\_management\\_h1n1.pdf](https://www.who.int/csr/resources/publications/swineflu/clinical_management_h1n1.pdf). Acesso em: 16 Nov. 2021.

WHO. **Convened global study of origins of SARS-CoV-2: China Part**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>. Acesso em: 15 Fev. 2022.

WHO. **Eficácia da cloroquina/hidroxicloroquina na gestão de casos da Covid-19**. Com base na informação disponível a 20 de Maio de 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332262/WHO-AF-ARD-DAK-01-2020-por.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2023.

WHO. **Eficácia da cloroquina/hidroxicloroquina na gestão de casos da Covid-19**. Com base na informação disponível a 20 de Maio de 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332262/WHO-AF-ARD-DAK-01-2020-por.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 7 abr. 2023.

WHO. **Evolution of a pandemic: A(H1N1) 2009, April 2009 – August 2010** – 2nd ed. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/78414/9789241503051\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/78414/9789241503051_eng.pdf). Acesso em: 17 de Nov. 2021.

WHO/ILO. joint estimates of the work-related burden of disease and injury, 2000-2016: **global monitoring report**, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---lab\\_admin/documents/publication/wcms\\_819788.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---lab_admin/documents/publication/wcms_819788.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

WILCOX, B.A. & Ellis, B. 2006. Forests and emerging infectious diseases of humans. **Unasylva**, 224: 11–18. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a0789e/a0789e00.htm>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

WILLIAMS, Michael. *Deforesting the earth : from prehistory to global crisis : an abridgment*. The University of Chicago Press, Chicago, 2003.

WILLIAMSON, John. ***The Washington Consensus as Policy Prescription for Development***. Institute for International Economics, 2004. Disponível em: <https://piie.com/publications/papers/williamson0204.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

WMA. **Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (WMA)**. Princípios Éticos para Pesquisa Médica envolvendo Seres Humanos, 1964. Disponível em: [https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/491535001395167888\\_DoHBrazilianPortugueseVersionRev.pdf](https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/491535001395167888_DoHBrazilianPortugueseVersionRev.pdf). Acesso em: 7 abr. 2023.



XAVIER, Diego Ricardo et al. Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: A population-based study. **The Lancet Regional Health-Americas**, v. 10, p. 100221, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00038-2/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00038-2/fulltext#%20). Acesso em: 13 jun. 2023.

ZAMBELLO, Aline Vanessa; MATTOS E SILVA, I.H; CARLO, J. Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi. **Em Tese**, v. 18, n. 2, p. 67-79, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/83706>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz. **Sociologia da saúde**. 3.ed. Caxias do Sul: Educs, 2012.

ZETKIN, Clara. **Como nasce o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.  
ZHUANG, Zian et al. Estimation of Local Novel Coronavirus (COVID-19) Cases in Wuhan, China from Off-Site Reported Cases and Population Flow Data from Different Sources. **rontiers in Physics** . vol 8. 1 set. 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fphy.2020.00336/full>. Acesso em: 21 fev. 2022.

## APÊNDICES

### Apêndice a - sistemas de informações epidemiológicas

Sistema	Sítio eletrônico
Boletins COFIN	<a href="http://conselho.saude.gov.br/moco-es-cns/76-comissoes/cofin/1173-boletim-cofin">http://conselho.saude.gov.br/moco-es-cns/76-comissoes/cofin/1173-boletim-cofin</a>
FMI	<a href="https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19">https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19</a>
Monitor do Coronavírus	<a href="https://lagomdata.com.br/coronavirus/">https://lagomdata.com.br/coronavirus/</a>
Rede Análise	<a href="https://redeanalise.com.br/">https://redeanalise.com.br/</a>
Decretos presidência:	<a href="http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2020-decretos">http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/2020-decretos</a>
FAO	<a href="http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/countries_by_commodity">http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/countries_by_commodity</a>
Monitoramento dos gastos com a pandemia:	<a href="https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19">https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19</a>
Observatório Covid-19:	<a href="https://covid19br.github.io/Estados.html?aba=aba1&amp;uf=SP&amp;q=dia">https://covid19br.github.io/Estados.html?aba=aba1&amp;uf=SP&amp;q=dia</a>
Agência de emergência	<a href="https://agendadeemergencia.laut.org.br/">https://agendadeemergencia.laut.org.br/</a>
Painel Brasil:	<a href="https://painel.redecovida.org/brasil">https://painel.redecovida.org/brasil</a>
Documentários Fiocruz	<a href="https://portal.fiocruz.br/noticia/documentarios-do-selo-fiocruz-video-estao-disponiveis-no-youtube">https://portal.fiocruz.br/noticia/documentarios-do-selo-fiocruz-video-estao-disponiveis-no-youtube</a>
CONASS:	<a href="https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/">https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/</a>
Cepedisa	<a href="http://cepedisa.org.br/">http://cepedisa.org.br/</a>
Observatório de Análise de Política de saúde:	<a href="http://analisepoliticaemsaude.org/oaps/?fbclid=IwAR00xXCr7QM2NcpngfOVO2VocBWtvVDynIKJiKoNsqFj-D8-WSgmLp-zWfo">http://analisepoliticaemsaude.org/oaps/?fbclid=IwAR00xXCr7QM2NcpngfOVO2VocBWtvVDynIKJiKoNsqFj-D8-WSgmLp-zWfo</a>
ICP Covid:	<a href="https://www.icpcovid.com/index.php/pt-br">https://www.icpcovid.com/index.php/pt-br</a>
Radar Covid-19:	<a href="http://covid19.fct.unesp.br/#mapeamento-twitter">http://covid19.fct.unesp.br/#mapeamento-twitter</a>
Boletim Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade:	<a href="http://www.iea.usp.br/pesquisa/nucleos-de-apoio-a-pesquisa/observatorio-inovacao-competitividade/boletins/boletim-covid-19-politicas-publicas-e-as-respostas-da-sociedade">http://www.iea.usp.br/pesquisa/nucleos-de-apoio-a-pesquisa/observatorio-inovacao-competitividade/boletins/boletim-covid-19-politicas-publicas-e-as-respostas-da-sociedade</a>
Imobilidade nas américas:	<a href="https://www.inmovilidadamericas.org/?lang=pt">https://www.inmovilidadamericas.org/?lang=pt</a>
Dados sobre SRAG no Brasil:	<a href="https://opendatasus.saude.gov.br/dataset">https://opendatasus.saude.gov.br/dataset</a>
Monitoramento Covid-19 da Fiocruz:	<a href="https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/">https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/</a>
Índice:	<a href="https://revistapesquisa.fapesp.br/novo-indice-detalha-peso-de-variaveis-socioeconomicas-em-doencas/">https://revistapesquisa.fapesp.br/novo-indice-detalha-peso-de-variaveis-socioeconomicas-em-doencas/</a>

Índice R:	<a href="http://obsrpb.com.br/ufpb/">http://obsrpb.com.br/ufpb/</a>
Oxford:	<a href="https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&amp;minPopulationFilter=1000000&amp;time=2020-03-03..latest&amp;country=~BRA&amp;deathsMetric=true&amp;interval=smoothed&amp;smoothing=7&amp;pickerMetric=location&amp;pickerSort=asc">https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&amp;minPopulationFilter=1000000&amp;time=2020-03-03..latest&amp;country=~BRA&amp;deathsMetric=true&amp;interval=smoothed&amp;smoothing=7&amp;pickerMetric=location&amp;pickerSort=asc</a>
GeoSES:	<a href="https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/geoses">https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/geoses</a>
Respostas governamentais:	<a href="https://covidtracker.bsg.ox.ac.uk/">https://covidtracker.bsg.ox.ac.uk/</a>
Atos Normativos Covid-19:	<a href="https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/index.php/coronavirus-covid19/federal">https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/index.php/coronavirus-covid19/federal</a>
Srag e Covid-19:	<a href="https://mortalidade.com.br/?fbclid=IwAR0mB9m1yxqrZm2btzX5YMA8-Dzg1SLttmONlaL4hwIAUVn3QE-125NBa00">https://mortalidade.com.br/?fbclid=IwAR0mB9m1yxqrZm2btzX5YMA8-Dzg1SLttmONlaL4hwIAUVn3QE-125NBa00</a>
Localiza SUS (Informações sobre gastos na pandemia):	<a href="https://localizasus.saude.gov.br/">https://localizasus.saude.gov.br/</a>
Observatório UFPE:	<a href="https://www.ufpe.br/observatorio-covid-19">https://www.ufpe.br/observatorio-covid-19</a>
Respostas Covid	<a href="https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/COVID-19/">https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/census/COVID-19/</a>

**Fonte:** Elaboração própria.

**Apêndice b: livro código da Análise de Conteúdo**

CÓDIGO	CONTEÚDO	EXEMPLO
C1	O coronavírus afeta negativamente a economia	<p>[...] estamos tendo um problema desse vírus aí, o coronavírus. Tá um problema, o mundo todo tá sofrendo. As bolsas estão caindo no mundo todo, com raríssimas exceções. O dólar também tá se valorizando no mundo todo, e no Brasil o dólar tá a quatro e quarenta [...] a gente lamenta porque isso aí mais cedo ou mais tarde vai influenciar naquilo que importamos, até no pão, no trigo, vai influenciar. Tenho falado com Paulo Guedes, eu não interiro no Banco Central, que vende dólar, ou não vende, eu não falo com o Paulo Guedes, se a política é essa mesmo, e eu tenho que confiar nele pô! [...] o problema agora do dólar é o coronavírus, paciência.</p> <p><b>Fonte:</b> <a href="https://youtu.be/3fFNbEbWpl">https://youtu.be/3fFNbEbWpl</a>.</p>
C2	Minimização da Pandemia	<p>Existe o perigo, mas está havendo o superdimensionamento dessa questão. Nós não podemos parar a economia, e eu tenho que dar o exemplo todo momento, e fui realmente, apertei a mão de muito gente aqui em frente ao palácio da presidência da república para demonstrar que eu estou com o povo nas ruas, e tem que respeitar a vontade popular. Mesmo que o povo erre, você tem que respeitar a vontade popular, isso é democracia. Agora eu não vou partir para a hipocrisia como muitas autoridades presentes na oca do ibirapuera com mil e trezentas pessoas, ou seja, a elite política pode reunir mil e trezentas pessoas, e eu não posso chegar no povo que foi pacificamente nas ruas, sem a minha convocação.</p> <p><b>Fonte:</b> <a href="https://youtu.be/M0za8MSO64">https://youtu.be/M0za8MSO64</a>.</p>
C3	Medidas profiláticas afetam negativamente a Economia	<p>Se eu me contaminei, olha isso é responsabilidade minha, ninguém tem nada a ver com isso, agora, tudo continua funcionando no Brasil, tudo! tá havendo uma histeria. Quando você proíbe jogos de futebol, não vou entrar em detalhes, não sei com profundidade, a CBF tá discutindo, respeito a posição deles aí, agora sobre o futebol, o cara que vende aí chá mate aí nas arquibancadas não vai vender mais, o cara que toma conta lá fora de carro não vai mais tomar conta disso, você vai acabar com o comércio do Brasil que em grande parte é feito pela informalidade, você vai ter um caos muito maior do que pode ocasionar esse vírus aqui no Brasil. Essa é a preocupação que eu tenho. Se a Economia afundar, afunda o Brasil, e qual o interesse, em parte, com toda certeza, dessas lideranças políticas? Se afundar a economia, acaba qualquer governo, acaba com o meu governo, é uma luta de poder. Há por parte de alguns, não estou falando de todos, irresponsabilidade por isso aí, e não queira arranjar um responsável agora pela possível disseminação do vírus no Brasil, e eles pousando como heróis, como mártires, que tiveram presente na orca do parque ibirapuera, com mil e trezentas pessoas do lado, podendo não comparecer.</p> <p><b>Fonte:</b> <a href="https://youtu.be/M0za8MSO64">https://youtu.be/M0za8MSO64</a></p>

C4	A contaminação garante imunização da população	<p>Minha missão como chefe de Estado é levar a verdade e dizer para eles que isso vai chegar, por favor, isso vai passar, vai passar, não tem como, você vai viver isso daí, essa onda vai passar por cima de você, talvez eu tenha tido, como te disse agora a pouco, como você, há um mês atrás, há vinte dias atrás, acabou, já estamos imunes, estamos ajudando a imunizar o Brasil, que o vírus bate em nós e não passa para terceiro. Você vai passar por isso, tá bom! agora o pânico é terrível.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/ivLqXxTkP3M">https://youtu.be/ivLqXxTkP3M</a></p>
C5	Prefeitos e governadores com medidas de isolamento atrapalham a economia	<p>Certas autoridades, municipais e estaduais estão tomando medidas, no meu entender além da normalidade. São verdadeiros donos dos seus Estados e municípios, proibindo o tráfico de pessoas, proibindo o tráfico de rodovias, fechando empresas, fechando comércios.</p> <p>Fonte: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=vp3A_8vywC0">https://www.youtube.com/watch?v=vp3A_8vywC0</a>.</p>
C6	Isolamento vertical	<p>A primeira pessoa a se preocupar com o grupo de risco é você, que tem um pai, avô e bisavô dentro de casa, é essa a preocupação, não é esperar que o governo faça alguma coisa, o governo tá fazendo muita coisa, mas não pode fazer tudo que alguns acham que o Estado pode fazer. Um governo em que o Estado faz tudo, são ditaduras, vai ver na Venezuela, em Cuba, Coreia do Norte, lá ninguém reclama de nada.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/Lj5W5YrCLck">https://youtu.be/Lj5W5YrCLck</a> - OBS: Vídeo excluído pelo Youtube por violar as regras da rede.</p>
C7	Defesa pelo "tratamento precoce" com Hidrocloroquina, Ivermectina, ou Anitta	<p>Nós aqui no Brasil, o governo via ANVISA, tem acompanhado essas questões no Brasil, alguns hospitais, alguns médicos, quando o paciente tá numa situação bastante complicada, faz ali um termo de compromisso, ou com o paciente, ou com o familiar e tão sendo aplicado ...como é o nome? Reuquinol. Olha só, eu fui questionado pela imprensa lá fora, essa imprensa que você sabe que eu sou apaixonado do fundo do coração, se podia esperar a comprovação final. Eu perguntei pros caras, quanto tempo mais ou menos, ninguém quiz responder, daqui a seis meses (inaudível), tá lá, o idoso, chega num Estado complicado né, faz o teste, tem o coronavírus, aplica logo pô! a gente lamenta, aplica logo pô. Esse remédio aqui, sabe quando começou a ser usado no Brasil? Quando eu nasci, 1955! Então ele, medicado, a pessoa medicada corretamente não tem efeito colateral, medicada corretamente! Fiquei sabendo que isso aqui custava 60 reais na farmácia, o original, o genérico eu não sei, tá no câmbio negro por quase mil reais, eu não tô vendendo não, mas quem precisar aí tenho duas caixinhas, eu dou, não vou vender por 900 não, eu faço a doação sem problema nenhum.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/Lj5W5YrCLck">https://youtu.be/Lj5W5YrCLck</a> - OBS: Vídeo excluído pelo Youtube por violar as regras da rede</p>
C8	A população vulnerável é a mais afetada	<p>: Eu sempre defendi, desde o começo, uma forma diferente de isolamento. Quem toma conta dos idosos num primeiro momento são seus filhos, são seus netos. Agora quando você isola e leva ao desemprego, junto com os desempregos vem a subnutrição, o organismo fica mais debilitado, essa pessoa vai ficar mais propensa a contrair o vírus, esse</p>

		<p>próprio vírus aí, o coronavírus, ele vai ter uma possibilidade, uma letalidade até maior. Esse é o grande problema que nós temos pela frente.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/8luCbTWeXCy">https://youtu.be/8luCbTWeXCy</a>.</p>
C9	A contaminação garante imunização da população	<p>Uma coisa que todo mundo diz, e é quase unanimidade é que 60% dos brasileiros já foram ou serão infectados. A partir desse momento é que nos podemos praticamente dizer que ficamos livres do vírus, tendo em vista esse percentual grande de pessoas que conseguiram anticorpos. Então a mensagem é cuidar dos idosos, quem tem comorbidade tá certo, e as demais pessoas, também tomar o devido cuidado, mas, não precisa se apavorar, caso venha a ser contaminado.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/vNyBRsVZ0gg">https://youtu.be/vNyBRsVZ0gg</a></p>
C10	Necessidade de abertura do comércio	<p>A economia, se ela não voltar a funcionar o efeito colateral será muito pior do que a própria pandemia. Lamentamos as dezenas de milhares de mortes, mas se você ver, se você conversar com a Damares, aumentou em muito a violência doméstica ,abuso sexual de crianças dentro de casa. Gente que morre, com dor no peito, que iria ao hospital e não vai com medo, acaba morrendo infartado em casa. Os problemas tao se avolumando. O pessoal informal, já faei para vocês, 38 milhões de pessoas, eles perderam quase tudo, ninguém vende mais biscoito globo na praia do Rio de Janeiro, nem vende mate na arquibanca do estádio de futebol e nem churrasquinho de gato na praça.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/iTPMZ1thqe8">https://youtu.be/iTPMZ1thqe8</a></p>
11	Autoritarismo do STF	<p>O supremo Tribunal Federal decidiu que prefeitos é que deviam conduzir a política de combate ao vírus, eu como presidente da república coube apenas o que ? mandar dinheiro para Estados e Municípios. Praticamente quase nada além disso. Lamento a quantidade de mortes que estamos tendo, a questão dos números deixa muita gente em dúvida ainda, morreram da Covid-19 ou com Covid-19 ? Temos declarações de diretores de hospitais dizendo que 40% de que entrou lá no óbito lá como Covid-19, não era Covid-19. Isso é muito triste porque os número né, não traduzem muitas vezes políticas dos governadores e prefeitos e tem que anotar na ponta é da linha. Chega muitas informações desencontradas, mudamos a forma de contar essa tabela, ninguém tentou maquiar números como maldosamente uma grande parte de uma rede de televisão avisou anunciou aí.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/EBDKIJu7Z9E">https://youtu.be/EBDKIJu7Z9E</a>.</p>
12	Auxílio emergencial é caro para o Estado	<p>Estou vendo com o Paulo Guedes a quarta e quinta parcela do auxílio emergencial, simplismente partindo aí para o fim, porque cada vez aqui que nós pagamos esse auxílio emergencial, dá quase quarenta bilhões de reais, é quase os trezes meses do bolsa família, o Estado não aguenta isso daí. O Estado não contribui, o Estado não aguenta isso daí. Então isso vai deixar de existir, a gente espera que o comércio volte a funcionar, que os informais voltem a trabalhar , bem como outros também que perderam emprego.</p> <p>Fonte: Este vídeo foi removido por violar as diretrizes da</p>

		comunidade do YouTube: <a href="https://youtu.be/rSO0DsZWUaA">https://youtu.be/rSO0DsZWUaA</a>
13	Colocar em dúvida asações da OMS	<p>As ações da OMS organização mundial da saúde é uma versão que o tempo todo né para direita, e para esquerda né, é tá oscilando bastante contraditória já deu dela subiu posições aí é favorável isolamento, contrária ao isolamento, favorável a máscara, contrária a máscara. A penúltima foi contrária as experiências com a cloroquina e depois favorável as experiências com a hidroxcloroquina, e a penúltima, depois que você começa, nunca vai ser a última, é a questão da transmissão por causa de assintomáticos. Ela disse que os assintomáticos, a chance de transmitir para outra pessoa é quase zero, e depois, não deixou de desmentir né, falou que existe a transmissão né, quem sabe, 0,01 assintomático, então ela falou isso aí pra conofundir. Que não foi claro, não foi claro em dizer até que ponto aquelas pesquisas chegaram, as observações chegaram. Simplimente quase impossível a transmissão, depois disse que é possível a transmissão e se possível pode ser cada um milhão não transmitir, foge tá, mas é a OMS no meu entender perdeu a credibilidade, o presidente Trump saiu da OMS.</p> <p>Fonte: <a href="https://youtu.be/WLd2HmL3Ua0">https://youtu.be/WLd2HmL3Ua0</a> .</p>
14	Vacina da Covid-19 não será obrigatória.	<p>Não é obrigado a tomar a vacina, quem quer tomar a vacina, caso seja aprovada, e certificada pela ANVISA, o Governo Federal, a princípio, vai comprar, sem nenhum impedimento, nós vamos comprar a vacina. A disponibilizaremos no mercado, mas jamais de nossa parte ea será obrigatória oprque não tem cabimento. Eu não obriguei a ninguém a tomar cloroquina. Uma das experiências, eu conversei com muita gente, por exemplo, muitos países da África, o elemento chegava lá, o cidadão com Malária e com Covid, e tomava a Hidroxcloroquina e segurava ? Qual o raciocínio ? De uma forma ou de outra diminui a carga viral no organismo e ajuda a pessoa a se recuperar. Uma coisa simples, precisa nem ser médico para chegar a essa conclusão, se bem que nós sempre falamos né ? não tem comprovação científica para o combate a Covid, mas não é algo experimenta no mercado, como seria ainda a vacina. É uma diferença muito grande, e ninguém nunca obrigou ninguém a tomar hidroxcloroquina, ou Ivermectina, ou Anitta. Agora, o Brasil é um país que já curou mais de cinco milhões de infectados, e o pessoal fala: Ó, e os 100 mil infectados no dia de ontem ? Você só descobre quando faz o teste. O país, o Estado, o Município que não faz teste, ninguém tá infectado, só sabe que ele tá infectado que ele passar pelo hospital.</p> <p>Fonte: Vídeo removido: <a href="https://youtu.be/j9K6SBPRodQ">https://youtu.be/j9K6SBPRodQ</a>.</p>
15	Antivacina	<p>Eu não vou tomar, é um direito meu! e tenho certeza que o parlamento não vai criar dificuldade de quem, por ventura, não queira tomar a vacina. Quem não tomar a vacina, se ela for eficaz, se for duradoura, se for confiável né. Quem não tomar vai fazer mal pra si mesmo, e quem tomar a vacina, não vai ser infectado. Então não tem do que se preocupar, quem trabalha comigo, os 200 caras se tomar, eu não tomei, eu tô safo! vocês que não tomaram, problema de vocês.</p> <p>Fonte: Este vídeo foi removido por violar as diretrizes da comunidade do YouTube: <a href="https://youtu.be/UqEQfL6il8M">https://youtu.be/UqEQfL6il8M</a></p>



**Fonte:** elaboração própria.

**Apêndice c - Casos da Covid-19 de 2020 até 2 de janeiro de 2021**

<b>Região/UF de residência</b>	<b>Casos acumulados</b>	<b>% dos casos acumulados</b>	<b>Casos por 100.000</b>	<b>Governador eleito em 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2022</b>
<b>Região Norte</b>	<b>861.939</b>	<b>11,17%</b>	<b>4.677</b>	<b>-</b>	<b>51,90%</b>	<b>51,03%</b>
Acre	41.941	0,54%	4.756	Gladson Cameli—PP	77,00%	70,3%
Amazonas	201.867	2,62%	4.871	Wilson Lima—PSC	50,30%	48,9%
Amapá	68.441	0,89%	8.093	Waldez Goés—PDT	50,20%	52,3%
Pará	293.807	3,81%	3.415	Helder Barbalho—MDB	45,20%	42,2%
Rondônia	68.858	0,89%	3.874	Coronel Marcos Rocha—PSL	72,20%	70,6%
Roraima	96.433	1,25%	15.919	Antonio Denarium—PSL	71,60%	76,0%
Tocantins	90.592	1,17%	5.760	Mauro Carlesse—PHS	49%	48,6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>1.904.954</b>	<b>24,69%</b>	<b>3.338</b>	<b>-</b>	<b>30,30%</b>	<b>30,66%</b>
Alagoas	105.361	1,37%	3.157	Renan Filho—MDB	40,10%	41,3%
Bahia	495.286	6,42%	3.330	Rui costa—PT	27,30%	27,8%
Ceará	336.574	4,36%	3.686	Camilo Santana—PT	28,90%	30,0%
Maranhão	200.976	2,60%	2.841	Flávio Dino—PCdoB	26,70%	28,8%
Paraíba	167.615	2,17%	4.171	João Azevedo—PSB	35%	33,3%
Pernambuco	223.325	2,89%	2.337	Paulo Câmara—PSB	33,50%	33,0%
Piauí	143.210	1,86%	4.375	Wellington Dias—PT	23%	23,0%
Rio Grande do Norte	118.691	1,54%	3.385	Fátima Bezerra—PT	36,60%	39,9%
Sergipe	113.916	1,48%	4.956	Belivaldo Chagas—PSD	32,50%	32,7%
<b>Região</b>	<b>2.703.086</b>	<b>35,03%</b>	<b>3.059</b>	<b>-</b>	<b>65,40%</b>	<b>54,26%</b>

<b>Sudeste</b>							
Espírito Santo	250.227	3,24%	6.227	Renato Casagrande—PSB	63,10%		58,0%
Minas Gerais	549.302	7,12%	2.595	Romeu Zema—MG	58,20%		49,8%
Rio de Janeiro	435.604	5,65%	2.523	Wilson Witzel—PSC	68%		56,5%
São Paulo	1.467.953	19,02%	3.197	João Dória—PSDB	68%		55,2%
<b>Região Sul</b>	<b>1.369.059</b>	<b>17,74%</b>	<b>4.567</b>	-	<b>68,30%</b>		<b>61,84%</b>
Paraná	419.615	5,44%	3.670	Ratinho Junior—PSD	68,40%		62,4%
Rio Grande do Sul	452.920	5,87%	3.981	Eduardo Leite—PSDB	63,20%		56,3%
Santa Catarina	496.524	6,43%	6.930	Comandante Moisés—PSL	75,90%		69,2%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>877.367</b>	<b>11,37%</b>	<b>5.384</b>	-	<b>66,50%</b>		<b>60,2%</b>
Distrito Federal	252.874	3,28%	8.386	Ibaneis Rocha—MDB	70%		58,8%
Goiás	309.194	4,01%	4.406	Ronaldo Caiado—DEM	65,50%		58,7%
Mato Grosso do Sul	135.361	1,75%	4.871	Reinaldo Azambuja—PSDB	65,20%		59,4%
Mato Grosso	179.938	2,33%	5.164	Mauro Mendes—DEM	66,40%		65,0%
<b>Total</b>	<b>7.716.405</b>	<b>100%</b>	<b>3.672</b>	-	<b>57,70%</b>		<b>49,10%</b>

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial nº 44. Doença pelo Coronavírus. Semana Epidemiológica 53 (27/12/2020 a 2/1/2021). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19>. Acesso em: 08 mar. 2022; IBGE; TSE. Elaboração própria.

**Apêndice d - Casos da Covid-19 por Estados até 2 janeiro 2022**

<b>Região/UF de residência</b>	<b>Casos acumulados</b>	<b>% Covid-19 casos</b>	<b>Casos por 100.000</b>	<b>Incidência Acumulada</b>	<b>Governador eleito em 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2022</b>
<b>Região Norte</b>	<b>1.924.071</b>	<b>8,63%</b>	<b>10.439</b>	<b>10.304,30</b>	<b>-</b>	<b>51,90%</b>	<b>51,03%</b>
Acre	88.386	0,40%	10.022	9.881,40	Gladson Cameli—PP	77,00%	70,3%
Amazonas	433.850	1,95%	10.468	10.310,80	Wilson Lima—PSC	50,30%	48,9%
Amapá	127.013	0,57%	15.018	14.739	Waldez Góes—PDT	50,20%	52,3%
Pará	625.518	2,81%	7.271	7.197,50	Helder Barbalho—MDB	45,20%	42,2%
Rondônia	284.660	1,28%	16.017	15.845,60	Coronel Marcos Rocha—PSL	72,20%	70,6%
Roraima	129.086	0,58%	21.310	20.451,50	Antonio Denarium—PSL	71,60%	76,0%
Tocantins	235.558	1,06%	14.976	14.812,70	Mauro Carlesse—PHS	49%	48,6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>4.951.609</b>	<b>22,21 %</b>	<b>8.676</b>	<b>8.630,40</b>	<b>-</b>	<b>30,30%</b>	<b>30,66%</b>
Alagoas	242.091	1,09%	7.254	7.223,30	Renan Filho—MDB	40,10%	41,3%
Bahia	1.271.029	5,70%	8.546	8.512,90	Rui costa—PT	27,30%	27,8%
Ceará	957.035	4,29%	10.480	10.417,20	Camilo Santana—PT	28,90%	30,0%
Maranhão	370.694	1,66%	5.239	5.210,30	Flávio Dino—PCdoB	26,70%	28,8%
Paraíba	464.511	2,08%	11.560	11.499,90	João Azevedo—PSB	35%	33,3%
Pernambuco	645.887	2,90%	6.758	6.716,40	Paulo Câmara—PSB	33,50%	33,0%
Piauí	334.472	1,50%	10.218	10.192,70	Wellington Dias—PT	23%	23,0%
Rio Grande do Norte	387.352	1,74%	11.046	10.960,20	Fátima Bezerra—PT	36,60%	39,9%
Sergipe	278.538	1,25%	12.117	12.012,00	Belivaldo Chagas—PSD	32,50%	32,7%

<b>Região Sudeste</b>	<b>8.663.799</b>	<b>38,87 %</b>	<b>9.804</b>	<b>9.733,30</b>	-	<b>65,40%</b>	<b>54,26%</b>
Espírito Santo	629.925	2,83%	15.675	15.499,00	Renato Casagrande—PSB	63,10%	58,0%
Minas Gerais	2.224.553	9,98%	10.509	10.447,50	Romeu Zema—MG	58,20%	49,8%
Rio de Janeiro	1.352.852	6,07%	7.836	7.790,10	Wilson Witzel—PSC	68%	56,5%
São Paulo	4.456.469	19,99 %	9.705	9.627,40	João Dória—PSDB	68%	55,2%
<b>Região Sul</b>	<b>4.349.943</b>	<b>19,51 %</b>	<b>14.511</b>	<b>14.407,50</b>	-	<b>68,30%</b>	<b>61,84%</b>
Paraná	1.598.956	7,17%	13.984	13.883,60	Ratinho Junior—PSD	68,40%	62,4%
Rio Grande do Sul	1.507.117	6,76%	13.247	13.193,70	Eduardo Leite—PSDB	63,20%	56,3%
Santa Catarina	1.243.870	5,58%	17.361	17.150,90	Comandante Moisés—PSL	75,90%	69,2%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>2.402.085</b>	<b>10,78 %</b>	<b>14.739</b>	<b>14.554,30</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>60,2%</b>
Distrito Federal	519.811	2,33%	17.239	17.014,30	Ibaneis Rocha—MDB	70%	58,8%
Goiás	947.907	4,25%	13.506	13.325,40	Ronaldo Caiado—DEM	65,50%	58,7%
Mato Grosso do Sul	380.515	1,71%	13.693	13.544,40	Reinaldo Azambuja—PSDB	65,20%	59,4%
Mato Grosso	553.852	2,48%	15.895	15.706,70	Mauro Mendes—DEM	66,40%	65,0%
<b>Total</b>	<b>22.291.507</b>	<b>100%</b>	<b>10.608</b>	<b>10.527</b>	-	<b>57,70%</b>	<b>49,10%</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial Nº 94. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Semana Epidemiológica 48. 28/11 a 4/12/2021. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_93.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_93.pdf/view). Acesso em: 03 mar. 2022. IBGE; TSE. Elaboração própria.

## Apêndice e - Casos da Covid-19 até 31 de dezembro de 2022

Região/UF de residência	Casos acumulados	% Covid-19 casos	Casos por 100.000	Incidência Acumulada	Governador eleito em 2018	Percentual Bolsonaro 2º turno 2018	Percentual Bolsonaro 2º turno 2022
<b>Região Norte</b>	<b>2.839.575</b>	<b>7,82%</b>	<b>15.407</b>	<b>15.207</b>	-	<b>51.9%</b>	<b>51.03%</b>
Acre	158.669	0,44%	<b>17.991</b>	17.739	Gladson Cameli - PP	77.0%	70.3%
Amazonas	624.864	1,72%	<b>15.077</b>	14.850	Wilson Lima - PSC	50.3%	48.9%
Amapá	182.516	0,50%	<b>21.581</b>	21.179	Waldez Goés - PDT	50.2%	52.3%
Pará	861.041	2,37%	<b>10.009</b>	9.908	Helder Barbalho - MDB	45.2%	42.2%
Rondônia	471.673	1,30%	<b>26.540</b>	26.256	Coronel Marcos Rocha - PSL	72.2%	70.6%
Roraima	181.245	0,50%	<b>29.920</b>	28.715	Antonio Denarium - PSL	71.6%	76.0%
Tocantins	359.567	0,99%	<b>22.861</b>	22.611	Mauro Carlesse - PHS	49%	48.6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>7.206.999</b>	<b>19,84%</b>	<b>12.628</b>	<b>12.561</b>	-	<b>30.30%</b>	<b>30.66%</b>
Alagoas	335.176	0,92%	<b>10.043</b>	10.001	Renan Filho - MDB	40.1%	41.3%
Bahia	1.769.063	4,87%	<b>11.894</b>	11.849	Rui costa - PT	27.3%	27.8%
Ceará	1.437.171	3,96%	<b>15.738</b>	15.643	Camilo Santana - PT	28.9%	30.0%
Maranhão	488.093	1,34%	<b>6.899</b>	6.860	Flávio Dino - PCdoB	26.7%	28.8%
Paraíba	700.127	1,93%	<b>17.424</b>	17.333	João Azevedo - PSB	35%	33.3%
Pernambuco	1.122.935	3,09%	<b>11.750</b>	11.677	Paulo Câmara - PSB	33.5%	33.0%
Piauí	413.535	1,14%	<b>12.634</b>	12.602	Wellington Dias - PT	23%	23.0%
Rio Grande do Norte	582.618	1,60%	<b>16.614</b>	16.485	Fátima Bezerra - PT	36.6%	39.9%
Sergipe	358.281	0,99%	<b>15.586</b>	15.451	Belivaldo Chagas - PSD	32.5%	32.7%
<b>Região Sudeste</b>	<b>14.407.277</b>	<b>39,66%</b>	<b>16.303</b>	<b>16.186</b>	-	<b>65.40%</b>	<b>54.26%</b>
Espírito Santo	1.311.144	3,61%	<b>32.626</b>	32.262	Renato Casagrande - PSB	63.1%	58.0%
Minas Gerais	4.079.422	11,23%	<b>19.271</b>	19.159	Romeu Zema - MG	58.2%	49.8%
Rio de Janeiro	2.701.378	7,44%	<b>15.647</b>	15.555	Wilson Witzel	68%	56.5%

- PSC							
São Paulo	6.315.333	17,38%	<b>13.753</b>	13.643	João Dória - PSDB	68%	55.2%
<b>Região Sul</b>	<b>7.712.937</b>	<b>21,23%</b>	<b>25.730</b>	<b>25.546</b>	-	<b>68.30%</b>	<b>61.84%</b>
Paraná	2.861.213	7,88%	<b>25.024</b>	24.844	Ratinho Junior - PSD	68.4%	62.4%
Rio Grande do Sul	2.895.571	7,97%	<b>25.451</b>	25.349	Eduardo Leite - PSDB	63.2%	56.3%
Santa Catarina	1.956.153	5,38%	<b>27.302</b>	26.972	Comandante Moisés - PSL	75.9%	69.2%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>4.164.493</b>	<b>11,46%</b>	<b>25.554</b>	<b>25.232,80</b>	-	<b>66.50%</b>	<b>60.2%</b>
Distrito Federal	888.063	2,44%	<b>29.452</b>	29.068	Ibaneis Rocha - MDB	70%	58.8%
Goiás	1.823.980	5,02%	<b>25.989</b>	25.641	Ronaldo Caiado - DEM	65.5%	58.7%
Mato Grosso do Sul	593.209	1,63%	<b>21.346</b>	21.115	Reinaldo Azambuja - PSDB	65.2%	59.4%
Mato Grosso	859.241	2,37%	<b>24.659</b>	24.367	Mauro Mendes - DEM	66.4%	65.0%
<b>Total</b>	<b>36.331.281</b>	<b>100%</b>	<b>17.288</b>	<b>17.157</b>	-	<b>57.7%</b>	<b>49.10%</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial Nº 146. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Semana Epidemiológica 52: 25/12/2022 a 31/12/2022 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-146-boletim-coe-coronavirus/view>. Acesso em: 03 mar. 2022

**Apêndice f - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais até 1 de janeiro de 2021**

Capital/região	Casos acumulados	% Covid-19 casos	Casos por 100.000	Prefeito eleito em 2020	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2018	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022
<b>Norte</b>	<b>304.002</b>	<b>14,86%</b>	<b>5.143</b>	-	<b>51,90%</b>	<b>51,90%</b>
Belém	56.264	2,75%	3.752	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54,93%	49,72%
Boa Vista	51.772	2,53%	12.337	Arthur Henrique (MDB)	78,61%	79,47%
Macapá	28.316	1,38%	5.521	Dr. Furlan (Cidadania)	55,15%	54,92%
Manaus	82.811	4,05%	3.731	David Almeida (Avante)	65,72%	61,28%
Palmas	21.720	1,06%	7.091	Cinthia Ribeiro (PSDB)	64,88%	60,32%
Porto Velho	43.867	2,14%	8.133	Hildon Chaves (PSDB)	68,94%	64,63%
Rio Branco	19.252	0,94%	4.657	Tião Bocalom (PP)	82,77%	72,51%
<b>Nordeste</b>	<b>490.730</b>	<b>23,98%</b>	<b>3.897</b>	-	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Aracajú	56.404	2,76%	8.483	Edvaldo Nogueira (PDT)	47,24%	42,74%
Fortaleza	82.549	4,03%	3.073	José Sarto Nogueira (PDT)	44,39%	41,82%
João Pessoa	42.303	2,07%	5.229	Cícero Lucena (PP)	54,80%	49,90%
Maceió	36.654	1,79%	3.575	João Henrique Caldas (PSB)	61,63%	57,18%
Natal	34.449	1,68%	3.869	Álvaro Dias (PSDB)	52,98%	47,04
Recife	51.246	2,50%	3.099	João Campos (PSB)	47,50%	43,22%
Salvador	110.281	5,39%	3.820	Bruno Reis (DEM)	31,41%	29,27%
São Luis	26.572	1,30%	2.396	Eduardo Braide (Podemos)	42,22%	39,62%
Teresina	50.272	2,46%	5.791	Dr. Pessoa (MDB)	37,27%	33,56%
<b>Sudeste</b>	<b>660.935</b>	<b>32,30%</b>	<b>3.010</b>	-	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>



Belo horizonte	63.387	3,10%	2.514	Alexandre Kalil (PSD)	65,59%	54,25%
Rio de Janeiro	165.163	8,07%	2.448	Eduardo Paes (DEM)	66,35%	52,66%
São Paulo	403.388	19,72%	3.273	Bruno Covas (PSDB)	60,38%	46,46%
Vitória	28.997	1,42%	7.926	Delegado Pazolini (Republicanos)	63,19%	54,70%
<b>Sul</b>	<b>186.876</b>	<b>9,13%</b>	<b>4.736</b>	-	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Curitiba	73.873	3,61%	3.791	Rafael Greca (DEM)	76,54%	64,78%
Florianópolis	42.713	2,09%	8.394	Gean Loureiro (DEM)	64,86%	53,33%
Porto Alegre	70.290	3,44%	4.723	Sebastião Melo (MDB)	56,85%	46,50%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>403.522</b>	<b>19,72%</b>	<b>6.598</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>66,50%</b>
Brasília	221.463	10,82%	7.249	-	69,99%	58,81%
Campo Grande	61.731	3,02%	6.813	Marquinhos Trad (PSD)	71,27%	62,65%
Cuiabá	40.940	2,00%	6.623	Emanuel Pinheiro (MDB)	66,94%	61,50%
Goiânia	79.388	3,88%	5.168	Maguito Vilela (MDB)	74,20%	63,95%
<b>Total</b>	<b>2.046.065</b>	<b>100%</b>	<b>4.050</b>	-	<b>55,13%</b>	<b>55,13%</b>

**Fonte:** <https://Congressoemfoco.uol.com.br/covid19/>. Acesso em: 08 mar. 2022. IBGE; TSE. Elaboração própria.

**Apêndice g - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais até 1 de janeiro de 2022**

Capital/região	Casos acumulados	% Covid-19 casos	Casos por 100.000	Prefeito eleito em 2020	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2018	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022
<b>Norte</b>	<b>653.024</b>	<b>12,82%</b>	<b>11.048</b>	-	<b>51,90%</b>	<b>51,90%</b>
Belém	107.369	2,11%	7.160	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54,93%	49,72%
Boa Vista	98.074	1,92%	23.370	Arthur Henrique (MDB)	78,61%	79,47%
Macapá	61.993	1,22%	12.087	Dr. Furlan (Cidadania)	55,15%	54,92%
Manaus	206.015	4,04%	9.282	David Almeida (Avante)	65,72%	61,28%
Palmas	54.774	1,07%	17.883	Cinthia Ribeiro (PSDB)	64,88%	60,32%
Porto Velho	86.593	1,70%	16.055	Hildon Chaves (PSDB)	68,94%	64,63%
Rio Branco	38.206	0,75%	9.241	Tião Bocalom (PP)	82,77%	72,51%
<b>Nordeste</b>	<b>1.241.017</b>	<b>24,35%</b>	<b>9.854</b>	-	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Aracajú	128.257	2,52%	19.289	Edvaldo Nogueira (PDT)	47,24%	42,74%
Fortaleza	256.441	5,03%	9.545	José Sarto Nogueira (PDT)	44,39%	41,82%
João Pessoa	103.940	2,04%	12.848	Cícero Lucena (PP)	54,80%	49,90%
Maceió	93.300	1,83%	9.099	João Henrique Caldas (PSB)	61,63%	57,18%
Natal	105.584	2,07%	11.857	Álvaro Dias (PSDB)	52,98%	47,04
Recife	157.567	3,09%	9.530	João Campos (PSB)	47,50%	43,22%
Salvador	238.447	4,68%	8.260	Bruno Reis (DEM)	31,41%	29,27%
São Luis	46.651	0,92%	4.207	Eduardo Braide (Podemos)	42,22%	39,62%
Teresina	110.830	2,18%	12.767	Dr. Pessoa (MDB)	37,27%	33,56%
<b>Sudeste</b>	<b>1.803.318</b>	<b>35,39%</b>	<b>8.212</b>	-	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>

Belo horizonte	278.370	5,46%	11.040	Alexandre Kalil (PSD)	65,59%	54,25%
Rio de Janeiro	484.433	9,51%	7.179	Eduardo Paes (DEM)	66,35%	52,66%
São Paulo	976.214	19,16%	7.920	Bruno Covas (PSDB)	60,38%	46,46%
Vitória	64.301	1,26%	17.576	Delegado Pazolini (Repúblicanos)	63,19%	54,70%
<b>Sul</b>	<b>477.903</b>	<b>9,38%</b>	<b>12.112</b>	-	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Curitiba	218.737	4,29%	11.225	Rafael Greca (DEM)	76,54%	64,78%
Florianópolis	86.195	1,69%	16.940	Gean Loureiro (DEM)	64,86%	53,33%
Porto Alegre	172.971	3,39%	11.622	Sebastião Melo (MDB)	56,85%	46,50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>920.334</b>	<b>18,06%</b>	<b>15.049</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>66,50%</b>
Brasília	459.830	9,02%	15.051	-	69,99%	58,81%
Campo Grande	132.845	2,61%	14.661	Marquinhos Trad (PSD)	71,27%	62,65%
Cuiabá	114.711	2,25%	18.558	Emanuel Piniheiro (MDB)	66,94%	61,50%
Goiânia	212.948	4,18%	13.863	Maguito Vilela (MDB)	74,20%	63,95%
<b>Total</b>	<b>5.095.596</b>	<b>100%</b>	<b>10.085</b>	-	<b>55,13%</b>	<b>55,13%</b>

**Fonte:** <https://Congressoemfoco.uol.com.br/covid19/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

IBGE; TSE. Elaboração própria.

**Apêndice h - Casos da Covid-19 acumulados nas capitais  
até 31 de dezembro de 2022**

<b>Capital/região</b>	<b>Casos acumulados</b>	<b>% Covid-19 casos</b>	<b>Casos por 100.000</b>	<b>Prefeito eleito em 2020</b>	<b>Voto em Bolsonaro 2º turma de 2018</b>	<b>Voto em Bolsonaro 2º turma de 2022</b>
<b>Norte</b>	<b>1.003.284</b>	<b>12,02%</b>	<b>16.974</b>	<b>-</b>	<b>51.90%</b>	<b>51.90%</b>
Belém	155.968	1,87%	10.400	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54.93%	49.72%
Boa Vista	138.282	1,66%	32.952	Arthur Henrique (MDB)	78.61%	79.47%
Macapá	97.414	1,17%	18.993	Dr. Furlan (Cidadania)	55.15%	54.92%
Manaus	313.542	3,76%	14.126	David Almeida (Avante)	65.72%	61.28%
Palmas	88.386	1,06%	28.856	Cynthia Ribeiro (PSDB)	64.88%	60.32%
Porto Velho	125.063	1,50%	23.188	Hildon Chaves (PSDB)	68.94%	64.63%
Rio Branco	84.629	1,01%	20.471	Tião Bocalom (PP)	82.77%	72.51%
<b>Nordeste</b>	<b>1.861.279</b>	<b>22,31%</b>	<b>14.780</b>	<b>-</b>	<b>30.30%</b>	<b>30.30%</b>
Aracajú	168.774	2,02%	25.383	Edvaldo Nogueira (PDT)	47.24%	42.74%
Fortaleza	403.324	4,83%	15.012	José Sarto Nogueira (PDT)	44.39%	41.82%
João Pessoa	175.909	2,11%	21.744	Cícero Lucena (PP)	54.80%	49.90%
Maceió	130.953	1,57%	12.771	João Henrique Caldas (PSB)	61.63%	57.18%
Natal	154.912	1,86%	17.396	Álvaro Dias (PSDB)	52.98%	47.04
Recife	286.738	3,44%	17.342	João Campos (PSB)	47.50%	43.22%
Salvador	333.386	4,00%	11.549	Bruno Reis (DEM)	31.41%	29.27%
São Luis	76.087	0,91%	6.861	Eduardo Braide (Podemos)	42.22%	39.62%
Teresina	131.196	1,57%	15.113	Dr. Pessoa (MDB)	37.27%	33.56%
<b>Sudeste</b>	<b>3.039.881</b>	<b>36,43%</b>	<b>13.843</b>	<b>-</b>	<b>65.40%</b>	<b>65.40%</b>
Belo horizonte	469.547	5,63%	18.621	Alexandre Kalil (PSD)	65.59%	54.25%
Rio de Janeiro	1.283.335	15,38%	19.019	Eduardo Paes (DEM)	66.35%	52.66%
São Paulo	1.139.122	13,65%	9.242	Bruno Covas (PSDB)	60.38%	46.46%
Vitória	147.877	1,77%	40.420	Delegado Pazolini (Republicanos)	63.19%	54.70%
<b>Sul</b>	<b>750.705</b>	<b>9,00%</b>	<b>19.026</b>	<b>-</b>	<b>68.30%</b>	<b>68.30%</b>

Curitiba	280.256	3,36%	14.382	Rafael Greca (DEM)	76.54%	64.78%
Florianópolis	149.625	1,79%	29.406	Gean Loureiro (DEM)	64.86%	53.33%
Porto Alegre	320.824	3,84%	21.557	Sebastião Melo (MDB)	56.85%	46.50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1.689.305</b>	<b>20,24%</b>	<b>27.624</b>	-	<b>66.50%</b>	<b>66.50%</b>
Brasília	888.063	10,64%	29.068	-	69.99%	58.81%
Campo Grande	208.734	2,50%	23.037	Marquinhos Trad (PSD)	71.27%	62.65%
Cuiabá	148.278	1,78%	23.988	Emanuel Pinheiro (MDB)	66.94%	61.50%
Goiânia	444.230	5,32%	28.919	Maguito Vilela (MDB)	74.20%	63.95%
<b>Brasil</b>	<b>8.344.454</b>	<b>100%</b>	<b>16.515</b>	-	<b>55.13%</b>	<b>55.13%</b>

**Fonte:** <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 27 fev. 2023. IBGE.

**Apêndice i - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de janeiro de 2021**

<b>Região/UF de residência</b>	<b>Óbitos acumulados</b>	<b>% óbitos</b>	<b>Mortalidade por 100.000</b>	<b>Governador eleito em 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2018</b>	<b>Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022</b>
<b>Região Norte</b>	<b>18.110</b>	<b>9,25%</b>	<b>98</b>	-	<b>51,9%</b>	<b>51,90%</b>
Acre	798	0,41%	<b>90</b>	Gladson Cameli - PP	77,0%	49,72%
Amazonas	5.325	2,72%	<b>128</b>	Wilson Lima - PSC	50,3%	79,47%
Amapá	927	0,47%	<b>110</b>	Waldez Goês - PDT	50,2%	54,92%
Pará	7.209	3,68%	<b>84</b>	Helder Barbalho - MDB	45,2%	61,28%
Rondônia	1.825	0,93%	<b>103</b>	Coronel Marcos Rocha - PSL	72,2%	60,32%
Roraima	787	0,40%	<b>130</b>	Antonio Denarium - PSL	71,6%	64,63%
Tocantins	1.239	0,63%	<b>79</b>	Mauro Carlesse - PHS	49%	72,51%
<b>Região Nordeste</b>	<b>47.926</b>	<b>24,49%</b>	<b>84</b>	-	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Alagoas	2.502	1,28%	<b>75</b>	Renan Filho - MDB	40,1%	42,74%
Bahia	9.187	4,69%	<b>62</b>	Rui costa - PT	27,3%	41,82%
Ceará	10.015	5,12%	<b>110</b>	Camilo Santana - PT	28,9%	49,90%
Maranhão	4.513	2,31%	<b>64</b>	Flávio Dino - PCdoB	26,7%	57,18%
Paraíba	3.692	1,89%	<b>92</b>	João Azevedo - PSB	35%	47,04
Pernambuco	9.674	4,94%	<b>101</b>	Paulo Câmara - PSB	33,5%	43,22%
Piauí	2.848	1,46%	<b>87</b>	Wellington Dias - PT	23%	29,27%
Rio Grande do Norte	2.995	1,53%	<b>85</b>	Fátima Bezerra - PT	36,6%	39,62%
Sergipe	2.500	1,28%	<b>109</b>	Belivaldo Chagas - PSD	32,5%	33,56%
<b>Região Sudeste</b>	<b>89.552</b>	<b>45,75%</b>	<b>101</b>	-	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>
Espírito Santo	5.113	2,61%	<b>127</b>	Renato Casagrande - PSB	63,1%	54,25%
Minas Gerais	12.023	6,14%	<b>57</b>	Romeu Zema - MG	58,2%	52,66%
Rio de Janeiro	25.608	13,08%	<b>148</b>	Wilson Witzel - PSC	68%	46,46%
São Paulo	46.808	23,92%	<b>102</b>	João Dória - PSDB	68%	54,70%

<b>Região Sul</b>	<b>22.229</b>	<b>11,36%</b>	<b>74</b>	-	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Paraná	8.001	4,09%	70	Ratinho Junior - PSD	68,4%	64,78%
Rio Grande do Sul	8.934	4,56%	79	Eduardo Leite - PSDB	63,2%	53,33%
Santa Catarina	5.294	2,70%	74	Comandante Moisés - PSL	75,9%	46,50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>17.908</b>	<b>9,15%</b>	<b>110</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>66,50%</b>
Distrito Federal	4.268	2,18%	142	Ibaneis Rocha - MDB	70%	58,81%
Goiás	6.805	3,48%	97	Ronaldo Caiado - DEM	65,5%	62,65%
Mato Grosso do Sul	2.360	1,21%	85	Reinaldo Azambuja - PSDB	65,2%	61,50%
Mato Grosso	4.475	2,29%	128	Mauro Mendes - DEM	66,4%	63,95%
<b>Total</b>	<b>195.725</b>	<b>100,00%</b>	<b>93</b>	-	<b>57,7%</b>	<b>55,13%</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial nº 44. Doença pelo Coronavírus. Semana Epidemiológica 53 (27/12/2020 a 2/1/2021). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19>. Acesso em: 08 mar. 2022; <https://Congressoemfoco.uol.com.br/covid19/>. Acesso em: 08 mar. 2022.; TSE; IBGE. Elaboração própria.

**Apêndice j - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de janeiro 2022**

Região/UF de residência	Óbitos Acumulados	% Covid-19 casos	Óbitos por 100.000	Incidência Acumulada	Governador eleito em 2018	Percentual Bolsonaro 2º turno 2018	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022
<b>Região Norte</b>	<b>47.554</b>	<b>7,68%</b>	<b>258</b>	<b>254,70</b>	-	<b>51,9%</b>	<b>51,90%</b>
Acre	1.851	<b>0,30%</b>	<b>210</b>	206,90	Gladson Cameli - PP	77,0%	49,72%
Amazonas	13.836	<b>2,23%</b>	<b>334</b>	328,80	Wilson Lima - PSC	50,3%	79,47%
Amapá	2.022	<b>0,33%</b>	<b>239</b>	235	Waldez Goés - PDT	50,2%	54,92%
Pará	17.091	<b>2,76%</b>	<b>199</b>	196,70	Helder Barbalho - MDB	45,2%	61,28%
Rondônia	6.737	<b>1,09%</b>	<b>379</b>	375,00	Coronel Marcos Rocha - PSL	72,2%	60,32%
Roraima	2.078	<b>0,34%</b>	<b>343</b>	329,20	Antonio Denarium - PSL	71,6%	64,63%
Tocantins	3.939	<b>0,64%</b>	<b>250</b>	247,70	Mauro Carlesse - PHS	49%	72,51%
<b>Região Nordeste</b>	<b>120.028</b>	<b>19,39%</b>	<b>210</b>	<b>209,20</b>	-	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Alagoas	6.383	<b>1,03%</b>	<b>191</b>	190,40	Renan Filho - MDB	40,1%	42,74%
Bahia	27.507	<b>4,44%</b>	<b>185</b>	184,20	Rui costa - PT	27,3%	41,82%
Ceará	24.806	<b>4,01%</b>	<b>272</b>	270,00	Camilo Santana - PT	28,9%	49,90%
Maranhão	10.377	<b>1,68%</b>	<b>147</b>	145,90	Flávio Dino - PCdoB	26,7%	57,18%
Paraíba	9.597	<b>1,55%</b>	<b>239</b>	237,60	João Azevedo - PSB	35%	47,04
Pernambuco	20.454	<b>3,30%</b>	<b>214</b>	212,70	Paulo Câmara - PSB	33,5%	43,22%
Piauí	7.275	<b>1,18%</b>	<b>222</b>	221,70	Wellington Dias - PT	23%	29,27%
Rio Grande do Norte	7.572	<b>1,22%</b>	<b>216</b>	214,30	Fátima Bezerra - PT	36,6%	39,62%
Sergipe	6.057	<b>0,98%</b>	<b>263</b>	261,20	Belivaldo Chagas - PSD	32,5%	33,56%
<b>Região Sudeste</b>	<b>294.674</b>	<b>47,60%</b>	<b>333</b>	<b>331,00</b>	-	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>
Espírito Santo	13.330	<b>2,15%</b>	<b>332</b>	328,00	Renato Casagrande - PSB	63,1%	54,25%
Minas Gerais	56.659	<b>9,15%</b>	<b>268</b>	266,10	Romeu Zema - MG	58,2%	52,66%
Rio de Janeiro	69.472	<b>11,22%</b>	<b>402</b>	400,00	Wilson Witzel - PSC	68%	46,46%
São Paulo	155.213	<b>25,07%</b>	<b>338</b>	335,30	João Dória - PSDB	68%	54,70%



<b>Região Sul</b>	<b>97.521</b>	<b>15,75%</b>	<b>325</b>	<b>323,00</b>	-	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Paraná	40.889	<b>6,60%</b>	<b>358</b>	355,00	Ratinho Junior - PSD	68,4%	64,78%
Rio Grande do Sul	36.444	<b>5,89%</b>	<b>320</b>	319,00	Eduardo Leite - PSDB	63,2%	53,33%
Santa Catarina	20.188	<b>3,26%</b>	<b>282</b>	278,40	Comandante Moisés - PSL	75,9%	46,50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>59.328</b>	<b>9,58%</b>	<b>364</b>	<b>359,5</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>66,50%</b>
Distrito Federal	11.108	<b>1,79%</b>	<b>368</b>	363,60	Ibaneis Rocha - MDB	70%	58,81%
Goiás	24.695	<b>3,99%</b>	<b>352</b>	347,20	Ronaldo Caiado - DEM	65,5%	62,65%
Mato Grosso do Sul	9.728	<b>1,57%</b>	<b>350</b>	346,30	Reinaldo Azambuja - PSDB	65,2%	61,50%
Mato Grosso	13.797	<b>2,23%</b>	<b>396</b>	391,30	Mauro Mendes - DEM	66,4%	63,95%
<b>Total</b>	<b>619.105</b>	<b>100,00%</b>	<b>295</b>	<b>292</b>	-	<b>57,7%</b>	<b>55,13%</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial n.º 94. Doença pelo Novo Coronavírus — COVID-19. Semana Epidemiológica 48. 28/11 a 4/12/2021. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_93.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_93.pdf/view). Acesso em: 03 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19>. Acesso em: 08 mar. 2022; IBGE; TSE. Elaboração própria.

**Apêndice k - Óbitos por Covid-19 por Capital até 1 de janeiro de 2021**

<b>Capital/região</b>	<b>Óbitos Acumulados</b>	<b>% óbitos</b>	<b>Óbitos por 100.000</b>	<b>Prefeito eleito em 2020</b>	<b>Voto em Bolsonaro 2º turno de 2018</b>	<b>Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022</b>
Norte	8.779	12,32%	149	-	<b>51,90%</b>	<b>51,90%</b>
Belém	2.446	3,43%	163	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54,93%	49,72%
Boa Vista	576	0,81%	137	Arthur Henrique (MDB)	78,61%	79,47%
Macapá	681	0,96%	133	Dr. Furlan (Cidadania)	55,15%	54,92%
Manaus	3.412	4,79%	154	David Almeida (Avante)	65,72%	61,28%
Palmas	219	0,31%	71	Cinthia Ribeiro (PSDB)	64,88%	60,32%
Porto Velho	941	1,32%	174	Hildon Chaves (PSDB)	68,94%	64,63%
Rio Branco	504	0,71%	122	Tião Bocalom (PP)	82,77%	72,51%
<b>Nordeste</b>	<b>16.954</b>	<b>23,79%</b>	<b>135</b>	<b>-</b>	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Aracajú	900	1,26%	135	Edvaldo Nogueira (PDT)	47,24%	42,74%
Fortaleza	4.169	5,85%	155	José Sarto Nogueira (PDT)	44,39%	41,82%
João Pessoa	1.184	1,66%	146	Cícero Lucena (PP)	54,80%	49,90%
Maceió	1100	1,54%	107	João Henrique Caldas (PSB)	61,63%	57,18%
Natal	1.205	1,69%	135	Álvaro Dias (PSDB)	52,98%	47,04
Recife	2.696	3,78%	163	João Campos (PSB)	47,50%	43,22%
Salvador	3.181	4,46%	110	Bruno Reis (DEM)	31,41%	29,27%
São Luis	1.300	1,82%	117	Eduardo Braide (Podemos)	42,22%	39,62%
Teresina	1.219	1,71%	140	Dr. Pessoa (MDB)	37,27%	33,56%
<b>Sudeste</b>	<b>33.100</b>	<b>46,45%</b>	<b>151</b>	<b>-</b>	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>
Belo horizonte	1.880	2,64%	75	Alexandre Kalil (PSD)	65,59%	54,25%
Rio de Janeiro	14.906	20,92%	221	Eduardo Paes (DEM)	66,35%	52,66%
São Paulo	15.716	22,06%	128	Bruno Covas (PSDB)	60,38%	46,46%
Vitória	598	0,84%	163	Delegado Pazolini (Republicanos)	63,19%	54,70%
<b>Sul</b>	<b>4.176</b>	<b>5,86%</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Curitiba	1.977	2,77%	101	Rafael Greca (DEM)	76,54%	64,78%
Florianópolis	334	0,47%	66	Gean Loureiro	64,86%	53,33%

lis				(DEM)			
Porto Alegre	1.865	2,62%	125	Sebastião Melo (MDB)	56,85%	46,50%	
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>8.248</b>	<b>11,58%</b>	<b>135</b>	-	<b>66,50%</b>	<b>66,50%</b>	
Brasília	3.913	5,49%	128	-	69,99%	58,81%	
Campo Grande	1.083	1,52%	120	Marquinhos Trad (PSD)	71,27%	62,65%	
Cuiabá	1.179	1,65%	191	Emanuel Pinheiro (MDB)	66,94%	61,50%	
Goiânia	2.073	2,91%	135	Maguito Vilela (MDB)	74,20%	63,95%	
<b>Brasil</b>	<b>71.257</b>	<b>100,00%</b>	<b>141</b>	-	<b>55,13%</b>	<b>55,13%</b>	

**Fonte:** Ministério da Saúde; TSE; IBGE. Elaboração própria.

**Apêndice I - Óbitos por Covid-19 por Estado até 1 de Janeiro de 2021**

<b>Região/UF de residência</b>	<b>Óbitos Acumulados</b>	<b>% Covid-19 casos</b>	<b>Óbitos por 100.000</b>	<b>Incidência Acumulada</b>	<b>Governador eleito em 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2018</b>	<b>Percentual Bolsonaro 2º turno 2022</b>
<b>Região Norte</b>	<b>47.554</b>	<b>7,68%</b>	<b>258</b>	<b>254.70</b>	-	<b>51.9%</b>	<b>51.03%</b>
Acre	1.851	<b>0,30%</b>	<b>210</b>	206.90	Gladson Cameli PP	77.0%	70.3%
Amazonas	13.836	<b>2,23%</b>	<b>334</b>	328.80	Wilson Lima PSC	50.3%	48.9%
Amapá	2.022	<b>0,33%</b>	<b>239</b>	235	Waldez Goés PDT	50.2%	52.3%
Pará	17.091	<b>2,76%</b>	<b>199</b>	196.70	Helder Barbalho MDB	45.2%	42.2%
Rondônia	6.737	<b>1,09%</b>	<b>379</b>	375.00	Coronel Marcos Rocha PSL	72.2%	70.6%
Roraima	2.078	<b>0,34%</b>	<b>343</b>	329.20	Antonio Denarium PSL	71.6%	76.0%
Tocantins	3.939	<b>0,64%</b>	<b>250</b>	247.70	Mauro Carlesse PHS	49%	48.6%
<b>Região Nordeste</b>	<b>120.028</b>	<b>19,39%</b>	<b>210</b>	<b>209.20</b>	-	<b>30.30%</b>	<b>30.66%</b>
Alagoas	6.383	<b>1,03%</b>	<b>191</b>	190.40	Renan Filho MDB	40.1%	41.3%
Bahia	27.507	<b>4,44%</b>	<b>185</b>	184.20	Rui costa PT	27.3%	27.8%
Ceará	24.806	<b>4,01%</b>	<b>272</b>	270.00	Camilo Santana PT	28.9%	30.0%
Maranhão	10.377	<b>1,68%</b>	<b>147</b>	145.90	Flávio Dino PCdoB	26.7%	28.8%
Paraíba	9.597	<b>1,55%</b>	<b>239</b>	237.60	João Azevedo PSB	35%	33.3%
Pernambuco	20.454	<b>3,30%</b>	<b>214</b>	212.70	Paulo Câmara PSB	33.5%	33.0%
Piauí	7.275	<b>1,18%</b>	<b>222</b>	221.70	Wellington Dias PT	23%	23.0%
Rio Grande do Norte	7.572	<b>1,22%</b>	<b>216</b>	214.30	Fátima Bezerra PT	36.6%	39.9%
Sergipe	6.057	<b>0,98%</b>	<b>263</b>	261.20	Belivaldo Chagas PSD	32.5%	32.7%
<b>Região Sudeste</b>	<b>294.674</b>	<b>47,60%</b>	<b>333</b>	<b>331.00</b>	-	<b>65.40%</b>	<b>54.26%</b>
Espírito Santo	13.330	<b>2,15%</b>	<b>332</b>	328.00	Renato Casagrande PSB	63.1%	58.0%
Minas Gerais	56.659	<b>9,15%</b>	<b>268</b>	266.10	Romeu Zema MG	58.2%	49.8%
Rio de Janeiro	69.472	<b>11,22%</b>	<b>402</b>	400.00	Wilson Witzel	68%	56.5%

					PSC		
São Paulo	155.213	<b>25,07%</b>	<b>338</b>	335.30	João Dória PSDB	68%	55.2%
<b>Região Sul</b>	<b>97.521</b>	<b>15,75%</b>	<b>325</b>	<b>323.00</b>	-	<b>68.30%</b>	<b>61.84%</b>
Paraná	40.889	<b>6,60%</b>	<b>358</b>	355.00	Ratinho Juni- or PSD	68.4%	62.4%
Rio Grande do Sul	36.444	<b>5,89%</b>	<b>320</b>	319.00	Eduardo Leite PSDB	63.2%	56.3%
Santa Catarina	20.188	<b>3,26%</b>	<b>282</b>	278.40	Comandante Moisés PSL	75.9%	69.2%
<b>Região Centro- Oeste</b>	<b>59.328</b>	<b>9,58%</b>	<b>364</b>	<b>359.5</b>	-	<b>66.50%</b>	<b>60.2%</b>
Distrito Federal	11.108	<b>1,79%</b>	<b>368</b>	363.60	Ibaneis Ro- cha MDB	70%	58.8%
Goiás	24.695	<b>3,99%</b>	<b>352</b>	347.20	Ronaldo Cai- ado DEM	65.5%	58.7%
Mato Grosso do Sul	9.728	<b>1,57%</b>	<b>350</b>	346.30	Reinaldo Azambuja PSDB	65.2%	59.4%
Mato Grosso	13.797	<b>2,23%</b>	<b>396</b>	391.30	Mauro Men- des DEM	66.4%	65.0%
<b>Total</b>	<b>619.105</b>	<b>100,00 %</b>	<b>295</b>	<b>292</b>	-	<b>57.7%</b>	<b>49.10%</b>

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial Nº 146. Doença pelo Novo Coronavírus — COVID-19. Semana Epidemiológica 52: 25/12/2022 a 31/12/2022 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-146-boletim-coe-coronavirus/view>. Acesso em: 03 mar. 2022.

### Apêndice m - Óbitos por Covid-19 por Capital até 31 de dezembro de 2022

Capital/região	Óbitos Acumulados	% óbitos	Óbitos por 100.000	Prefeito eleito em 2020	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2018	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022
<b>Norte</b>	<b>23.269</b>	11,34%	394	-	<b>51.90%</b>	<b>51.90%</b>
Belém	5.429	2,65%	362	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54.93%	49.72%
Boa Vista	1.640	0,80%	391	Arthur Henrique (MDB)	78.61%	79.47%
Macapá	1.613	0,79%	314	Dr. Furlan (Cidadania)	55.15%	54.92%
Manaus	9.906	4,83%	446	David Almeida (Avante)	65.72%	61.28%
Palmas	735	0,36%	240	Cinthia Ribeiro (PSDB)	64.88%	60.32%
Porto Velho	2.738	1,33%	508	Hildon Chaves (PSDB)	68.94%	64.63%
Rio Branco	1.208	0,59%	292	Tião Bocalom (PP)	82.77%	72.51%
<b>Nordeste</b>	<b>45.268</b>	22,07%	359	-	<b>30.30%</b>	<b>30.30%</b>
Aracajú	2.606	1,27%	392	Edvaldo Nogueira (PDT)	47.24%	42.74%
Fortaleza	11.864	5,78%	442	José Sarto Nogueira (PDT)	44.39%	41.82%
João Pessoa	3.292	1,60%	407	Cícero Lucena (PP)	54.80%	49.90%
Maceió	3.196	1,56%	312	João Henrique Caldas (PSB)	61.63%	57.18%
Natal	3.060	1,49%	344	Álvaro Dias (PSDB)	52.98%	47.04
Recife	6.607	3,22%	400	João Campos (PSB)	47.50%	43.22%
Salvador	9.021	4,40%	313	Bruno Reis (DEM)	31.41%	29.27%
São Luis	2.747	1,34%	248	Eduardo Braide (Podemos)	42.22%	39.62%
Teresina	2.875	1,40%	331	Dr. Pessoa (MDB)	37.27%	33.56%
<b>Sudeste</b>	<b>91.966</b>	44,83%	419	-	<b>65.40%</b>	<b>65.40%</b>
Belo horizonte	8.265	4,03%	328	Alexandre Kalil (PSD)	65.59%	54.25%
Rio de Janeiro	37.905	18,48%	562	Eduardo Paes (DEM)	66.35%	52.66%
São Paulo	44.346	21,62%	360	Bruno Covas (PSDB)	60.38%	46.46%
Vitória	1.450	0,71%	396	Delegado Pazolini (Republicanos)	63.19%	54.70%
<b>Sul</b>	<b>16.461</b>	8,02%	417	-	<b>68.30%</b>	<b>68.30%</b>

Curitiba	8.544	4,17%	438	Rafael Greca (DEM)	76.54%	64.78%
Florianópolis	1.331	0,65%	262	Gean Loureiro (DEM)	64.86%	53.33%
Porto Alegre	6.586	3,21%	443	Sebastião Melo (MDB)	56.85%	46.50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>28.162</b>	<b>13,73%</b>	<b>461</b>	-	<b>66.50%</b>	<b>66.50%</b>
Brasília	11.838	5,77%	387	-	69.99%	58.81%
Campo Grande	4.619	2,25%	510	Marquinhos Trad (PSD)	71.27%	62.65%
Cuiabá	3.729	1,82%	603	Emanuel Pinheiro (MDB)	66.94%	61.50%
Goiânia	7.976	3,89%	519	Maguito Vilela (MDB)	74.20%	63.95%
<b>Brasil</b>	<b>205.126</b>	<b>100,00%</b>	<b>406</b>		<b>55.13%</b>	<b>55.13%</b>

**Fonte:** <https://covid.saude.gov.br/>; IBGE. Acesso em: 27 fev. 2023. Elaboração própria.

**Apêndice o - Óbitos por Covid-19 por Capital até 31 de dezembro de 2022**

Capital/região	Óbitos Acumulados	% óbitos	Óbitos por 100.000	Prefeito eleito em 2020	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2018	Voto em Bolsonaro 2º turno de 2022
<b>Norte</b>	<b>21.987</b>	12,08%	372	-	<b>51,90%</b>	<b>51,90%</b>
Belém	5.155	2,83%	344	Edmilson Rodrigues (PSOL)	54,93%	49,72%
Boa Vista	1.547	0,85%	369	Arthur Henrique (MDB)	78,61%	79,47%
Macapá	1.500	0,82%	292	Dr. Furlan (Cidadania)	55,15%	54,92%
Manaus	9.504	5,22%	428	David Almeida (Avante)	65,72%	61,28%
Palmas	681	0,37%	222	Cinthia Ribeiro (PSDB)	64,88%	60,32%
Porto Velho	2.510	1,38%	465	Hildon Chaves (PSDB)	68,94%	64,63%
Rio Branco	1090	0,60%	264	Tião Bocalom (PP)	82,77%	72,51%
<b>Nordeste</b>	<b>39.307</b>	21,60%	312	-	<b>30,30%</b>	<b>30,30%</b>
Aracajú	2.434	1,34%	366	Edvaldo Nogueira (PDT)	47,24%	42,74%
Fortaleza	9.654	5,31%	359	José Sarto Nogueira (PDT)	44,39%	41,82%
João Pessoa	2.890	1,59%	357	Cícero Lucena (PP)	54,80%	49,90%
Maceió	2.803	1,54%	273	João Henrique Caldas (PSB)	61,63%	57,18%
Natal	2.756	1,51%	309	Álvaro Dias (PSDB)	52,98%	47,04
Recife	5.505	3,03%	333	João Campos (PSB)	47,50%	43,22%
Salvador	8.082	4,44%	280	Bruno Reis (DEM)	31,41%	29,27%
São Luis	2.567	1,41%	231	Eduardo Braide (Podemos)	42,22%	39,62%
Teresina	2.616	1,44%	301	Dr. Pessoa (MDB)	37,27%	33,56%
<b>Sudeste</b>	<b>81.358</b>	44,72%	370	-	<b>65,40%</b>	<b>65,40%</b>
Belo horizonte	6.636	3,65%	263	Alexandre Kalil (PSD)	65,59%	54,25%
Rio de Janeiro	34.102	18,74%	505	Eduardo Paes (DEM)	66,35%	52,66%
São Paulo	39.352	21,63%	319	Bruno Covas (PSDB)	60,38%	46,46%
Vitória	1.268	0,70%	347	Delegado Pazolini (Republicanos)	63,19%	54,70%
<b>Sul</b>	<b>14.767</b>	8,12%	374	-	<b>68,30%</b>	<b>68,30%</b>
Curitiba	7.813	4,29%	401	Rafael Greca (DEM)	76,54%	64,78%



Florianópolis	1.126	0,62%	221	Gean Loureiro (DEM)	64,86%	53,33%
Porto Alegre	5.828	3,20%	392	Sebastião Melo (MDB)	56,85%	46,50%
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>24.523</b>	13,48%	401	-	66,50%	<b>66,50%</b>
Brasília	10.149	5,58%	332	-	69,99%	58,81%
Campo Grande	3.902	2,14%	431	Marquinhos Trad (PSD)	71,27%	62,65%
Cuiabá	3.555	1,95%	575	Emanuel Pinheiro (MDB)	66,94%	61,50%
Goiânia	6.917	3,80%	450	Maguito Vilela (MDB)	74,20%	63,95%
<b>Brasil</b>	<b>181.942</b>	100,00%	360		<b>55,13%</b>	<b>55,13%</b>

Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>; IBGE. Acesso em: 27 fev. 2023. Elaboração própria.

**Apêndice p - Caracterização do perfil do eleitorado de Bolsonaro em 2018**

Perfil	Síntese de ideias
<p><b>Pessoas de bem:</b> Homens e mulheres de classe média, acima dos 35 anos. Possuem família e se preocupam com a segurança de seus filhos e, conseqüentemente, o “futuro da nação”</p>	<p><b>Instituições fortalecidas para o fim da impunidade:</b> localizam na “corrupção” e na “impunidade” os maiores problemas do Brasil. Expressam um sentimento de repulsa difuso ao “desgoverno petista”</p>
<p><b>Masculinidade viril:</b> homens de 20 a 35 anos e característico de homens que exibem uma performance de masculinidade viril, de diferentes classes sociais.</p>	<p><b>Armas para os civis fazerem justiça com as próprias mãos:</b> Justiça realizada com as próprias mãos. Diante do problema da violência, o “opressor”, vislumbra no porte de armas uma solução, pois acredita que os cidadãos devem ter condições de se defender e também de praticar justiça, quando necessário</p>
<p><b>Nerds, gamers, hackers e haters:</b> homens entre 16 a 34 anos. Localizados em fóruns de internet e games, um dos principais responsáveis por disseminar a imagem de Bolsonaro em sua pré-campanha, o que contribuiu consideravelmente para sua atual “popularidade”.</p>	<p><b>A construção de um mito:</b> costumam fazer campanhas de assédio online contra perfis progressistas, feministas, lésbicas e gays. Fazem campanha contra a participação de mulheres nos jogos online, assim como campanhas de boicote a filmes que abordassem as questões de gênero e racismo</p>
<p><b>Militares e ex-militares:</b> Homens e mulheres que têm ou tiveram carreira dentro de corporações policiais e Forças Armadas (policiais, delegados, cabos, generais, majores e bombeiros).</p>	<p><b>Guerra às drogas como solução para a segurança pública:</b> Repudiam, em sua maioria, a escalada da criminalidade, a desvalorização e o sucateamento das instituições voltadas para a segurança pública e também a falta de ordem nas instituições nacionais e na sociedade civil</p>
<p><b>Femininas e “bolsogatas”:</b> Perfil composto pela nova geração de “mulheres da direita”, mais presentes na classe média e média alta e elites. Elas são jovens, faixa etária dos 20 a 30 anos, sem filhos ou com filhos pequenos, com diploma em áreas diversas, atuam no mercado em diferentes profissões</p>	<p><b>Mulheres “empoderadas” para além do “mimimi”:</b> : Usam o termo “femininas” para se contrapor às “feministas”. Seu lema é “sou feminina, mas não sou feminista”. Para elas, enquanto as feministas estão chamando atenção nas redes sociais “problematizando tudo” ou propagando a “desconstrução social”, como leis para legalizar o aborto; as femininas (que também se reconhecem como “bolsogatas” ou bolsolindas”) querem reafirmar a imagem da mulher que é bem-sucedida, sem abrir mão de aspectos de “feminilidade” ou da trajetória de ter alcançado sucesso por esforço próprio.</p>
<p><b>Mães de direita:</b> As mães de direita formam um perfil de mulheres entre 30 a 50 anos,</p>	<p><b>Por uma escola sem “ideologia de gênero”:</b> a educação (especialmente pública) é o</p>

<p>com filhos em idade escolar entre o ensino fundamental e o ensino universitário. Formam um perfil de classe média baixa, com filhos tanto na escola pública quanto particular, mas predominantemente pública.</p>	<p>grande campo de batalha político e ideológico. Elas afirmam não serem reconceituosas com a comunidade LGBT. Para este grupo, a questão não está na orientação sexual em si das pessoas, mas na forma como expressam sua sexualidade em público. De acordo com esta perspectiva, gays, lésbicas, bi e transexuais deveriam "viver entre os seus".</p>
<p><b>Homossexuais conservadores:</b> pessoas de 20 a 40 anos, de diferentes classes sociais. Se reconhecem como "gays de direita" porque são "direitos" (e não apenas "gays da direita"). A maioria deste perfil é formada por homens, poucas mulheres lésbicas são vistas em meio ao grupo</p>	<p><b>"Homem é homem", não importa se gay ou hétero:</b> São gays contra o movimento LGBT, com forte presença dos "pais de família" desiludidos com a maneira com que o movimento LGBT tradicional tem pautado as demandas do grupo. A base comum para este perfil é o discurso "anti-corrupção" e a defesa do extermínio de "bandidos" com penas mais rígidas.</p>
<p><b>Etnias de direita:</b> Composto por homens e mulheres, negros, indígenas, orientais, imigrantes</p>	<p><b>Minorias perseguidas por se posicionarem a favor de Bolsonaro:</b> os governos de esquerda teriam fragmentado uma "unidade nacional" e que Bolsonaro teria como proposta um "governo unificador" baseada na ideia de que "o Brasil é um só"</p>
<p><b>Estudantes pela liberdade:</b> : Esse perfil é constituído por jovens estudantes do ensino médio ou estudantes universitários, que têm entre 14 e 30 anos, do sexo masculino e feminino. Comportarem estudantes de ensino médio público e particular e estudantes de universidade pública e privada.</p>	<p><b>Voto rebelde contra a "doutrinação marxista":</b> enxergam Bolsonaro como um outsider. Contras as cotas e a doutrinação marxistas no ensino.</p>
<p><b>Periféricos de direita:</b> pessoas do sexo masculino e feminino que se identificam, por vezes, com a categoria "pobres de direita". No caso da cidade de São Paulo, se identificam como moradores das periferias, são profissionais de carteira assinada, autônomos, pequenos empreendedores, desempregados e outros trabalhadores.</p>	<p><b>Os "pobres" que desejam o "Estado mínimo":</b> caracteriza-se pela revolta e pela denúncia da violência e da impunidade que são por eles vividas em regiões periféricas da cidade e/ou questões específicas como violência contra mulheres e crianças, estupro, problemas econômicos, desemprego, corrupção e ainda sobre a má qualidade dos serviços públicos. a defesa do Estado mínimo significa que o Estado deveria intervir o mínimo possível em questões consideradas como o campo da religião ou da vida íntima (leia-se moral) e não necessariamente implicariam em uma redução de serviços públicos, como a educação e a saúde.</p>
<p><b>Meritocratas:</b> pessoas de classe média alta e elites, com alto nível de escolarização. São</p>	<p><b>O antipetismo dos liberais que "venceram pelo próprio mérito":</b> Defendem redução</p>

<p>empresários, advogados, médicos, intelectuais, professores, e outras profissões que se apoiam em alguma forma de autoridade.</p>	<p>ou corte de programas sociais, tendem a ver estes programas ou como privilégios ou como formas de tornar as pessoas pouco produtivas. São contra cotas e direitos dos territórios indígenas e se expressam com a máxima "é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe". Usam a si mesmos como exemplos ou pessoas conhecidas – como o filho da empregada que recusou entrar na universidade pelas cotas por ter dignidade e querer vencer pelo próprio mérito.</p>
<p><b>Influenciadores digitais Liberais e conservadores:</b> pessoas que já foram comunistas, gays, feministas, ateus e militantes de esquerda; <b>Celebridades:</b> são, muitas vezes, cantores, atletas e artistas que declaram apoio à Jair Bolsonaro; <b>Pensadores,</b> intelectuais e jornalistas</p>	<p><b>“salvando o Brasil de se tornar uma Venezuela”:</b> repulsa ao “comunismo”, “às ideologias de esquerda” e também aos movimentos sociais ou quaisquer grupos que possuam preocupações com as minorias sociais. Procuram “salvar o Brasil” da possibilidade de se tornar um regime de esquerda autoritário, pobre e violento que se expressaria no “risco do Brasil se tornar uma Venezuela”.</p>
<p><b>Líderes religiosos:</b> agrega figuras como padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e indivíduos que têm importância e voz no meio religioso (especialmente cristão).</p>	<p><b>A defesa da família contra o “kit gay” e outros pecados:</b> adequadas e íntegras, por conta disso, repudiam a “ideologia de gênero”, que é vista como pecado e degeneração dentro das instituições religiosas. Possuem um discurso extremamente forte em relação ao que chamam “kit gay”, que estaria corrompendo as crianças na escola. críticos ao feminismo, especialmente, na questão do aborto. Nesse contexto, seu discurso deixa claro que pautas defendidas pelo movimento feminista, movimento LGBTQ e projetos de discussão de gênero e sexualidade nas escolas estão promovendo a “destruição da família tradicional”</p>
<p><b>Fiéis religiosos:</b> evangélicos, católicos, espíritas, entre outras crenças. Muitas vezes são indivíduos que colocam a religião e suas crenças como balizas de suas opiniões políticas. Como não há uma faixa etária, classe e nem mesmo um gênero que prevaleça neste grupo.</p>	<p><b>Cristãos pela “família tradicional”:</b> Possuem a percepção de que a “família tradicional” vem sendo ameaçada nos últimos tempos e que o PT corroborou para que isso acontecesse, sobretudo com aquilo que propunham para a educação das crianças, levando “ideologia de gênero” e o “kit gay” para dentro das escolas. Para este perfil, os valores cristãos e os preceitos de Deus estão sendo abandonados em detrimento de “um império de pecadores”.</p>
<p><b>Monarquistas:</b> Perfil diversificado, organizam-se através de encontros, conquistando uma série de adeptos nos Estados do Rio de</p>	<p><b>O retorno a um passado glorioso:</b> : Possuem um profundo desprezo pelas correntes de ideias à esquerda e pela Teologia da Li-</p>

<p>Janeiro e em São Paulo, que inclusive deram sustentação à eleição de Luiz Philippe de Orleans e Bragança, considerado príncipe na linha sucessória, como Deputado Federal.</p>	<p>bertação. Não reconhecem a Proclamação da República do Brasil apontando que ela não poderia ter sido aceita na época porque não obteve apoio popular. De acordo com o grupo, o regime monárquico seria uma saída para acabar com “tudo que está aí”.</p>
<p><b>Isentos:</b> indivíduos que expõem suas opiniões publicamente, exceto em círculos de amigos restritos e reuniões familiares. Estão incluídos nesse grupo pessoas que mantêm a opinião de que “religião, política e futebol não se discute”, ao menos em público. Característico desse perfil são as pessoas que defendem que Bolsonaro não representa a solução para os problemas do país, mas possuem um forte sentimento antipetista, anticorrupção ou antisistema</p>	<p><b>“Política não se discute”</b> : localizam como fonte do problema a polarização política que gera belicosidade nas relações cotidianas e, inclusive, nas redes sociais. Tendem a ver que a polarização foi iniciada pelo PT, embora tanto a direita quanto a esquerda são vistos como agentes da violência, reforçando sua posição apaziguadora de conflitos. Em seu discurso, também está presente uma forte repulsa à corrupção, o que na verdade alimenta seu antipetismo, argumentam que a corrupção passou dos limites e que ela é uma das maiores responsáveis pela crise econômica do país.</p>

**Fonte:** Elaboração a partir de Kalil, 2018, p. 14-14.